CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

N.° do Processo
6624/2016

Nº do Protocolo
1120/2016

Data do Protocolo
02/12/2016 17:39:32

Tipo
CONTAS DO PREFEITO

Número
1/2016

Principal/Acessório
Principal

Ementa:

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS – PREFEITURA MUNICIPAL

CONSELHEIRO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

(fls. 3)

2

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

PROTOCOLO: 0000000000563/026/14 DT.AUTUACAO: 06/01/2014

INTERESS.:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CODIGO: 000.00.00.613
EXERCICIO: 2014 PROCED.INTERNA: UR-7 PORTE MUNICIPIO: G

8ª PROCURADORIA DE CONTAS

2 | C 04/03/14

| C

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

,C951.1

TC: 0000000000563 / 026 / 14 FOLHA: 2

SRA. DIRETORA TECNICA DA D.E.

NOS TERMOS DO MEMORANDO SDG N. 0000335 / 2013 PROTOCOLAMOS E AUTUAMOS O PRESENTE PROCESSO, QUE ABRIGARA A PRESTACAO DE CONTAS DO MUNICIPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE RELATIVO AO EXERCICIO DE 2014.

D.E.-3, EM 06 / 01 / 2014

MAURA ALBINA MASSARDI DE SENA
AGENTE FISC. FINANCEIRA
CHEFE SUBST.

VISTO.
ENCAMINHE-SE AO D.S.F.-2 , EM TRANSITO PELO GABINETE DA PRESIDENCIA, PARA FINS DE DISTRIBUICAO.

G.D.E., EM 06 / 01 / 2014

SONIA AP. DE PAULA S. DINIZ
DIRETORA TECNICA-SUBSTITUTA

TLC021 - PRODESP - ORIGINAL CRIADO E IMPRESSO A LASER (GPSN)

FL. 3

DISTRIBUICAO ALEATORIA DE PROCESSO

PROCESSO : 0000000000563 / 026 / 14

MATERIA TRATADA: CONTAS MUNICIPAIS

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE

OBJETO :

CONSELHEIRO : DR.SEB SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PROCESSO DISTRIBUIDO EM 05/02/2014, ATRAVES DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PROCESSOS, CONFORME RELATORIO AUTENTICADO PELA PRESIDENCIA E ARQUIVADO NO GABINETE DA PRESIDENCIA SOB LOTE NUMERO 000000035 E ORDEM 000000012 .

CLAU7MOU

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS– UR- 7

São José dos Campos, 10 de agosto de 2015.

Ofício nº 543/2015 – UR-7

Excelentíssimo Senhor,

Informo a Vossa Excelência que os abaixo relacionados são servidores deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e estão autorizados a proceder a fiscalização das contas do exercício de 2014, objeto do Processo n.º **TC-563/026/14**, na conformidade das Instruções vigentes:

- CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
- EMMANUELLE CHRISTINNE FONSECA DE PAIVA NERY
- JOSÉ PAES DA SILVA
- LUANA MENDES MARTINI ALMEIDA

Fica Vossa Excelência, desde já, NOTIFICADO a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse.

Desde logo, fica, também, NOTIFICADO de que todos os despachos e decisões tomados acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão – UR-7

A Sua Excelência o Sr.
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté

Recebi
11/08/15
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito Municipal

Tribunal de Contas
do Estado de Sao Paulo

AUDESP

Documento | Cadastro | Auditoria | Governança | Ajuda/Sair

Prestar Informações Via Interação Direta >> Relatório de Atividades

Município:	Taubaté
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Ano Exercício:	2014
Tipo de Documento:	Relatório de Atividades
Período:	Ano
Data da Prestação:	23/03/2015 09:34

Voltar

Programas

Código do Programa	Denominação do Programa	Código do Indicador Pretendido	Denominação do Indicador Pretendido	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	198	POPULACAO ATENDIDA(RECEITAS AVIADAS DE ESPEC./POPUL.SUSX100)	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	199	PERCENTUAL DE NUM.MEDIC.PRESCRITOS E ATEND.PAMOS E ESF	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1010	ATENCAO BASICA	135	MED.ANUAL CONSULTAS MEDIC.POR HABIT.NAS ESPEC.BAS./POPUL.TOT	% PERCENTUAL	2,00	2,20	Meta atingida
1010	ATENCAO BASICA	171	POP.CADT.PELA ESTRAT.SAUDE DA FAMILIA/POPUL.TOTAL X100	% PERCENTUAL	26,08	14,54	Não realizada, ação prevista para conversão de 05 unidades de atenção básica tradicional en úde da Família. Aguardando concurso público.
1010	ATENCAO BASICA	200	PROPORCAO DE NASC.VIVOS DE MAES C/07 OU MAIS CONS.PRE NATAL	% PERCENTUAL	81,00	78,35	Reformulação de impressos para transição para novo sistema de informação - Ministério da S ento de equipes e mudança do quadro de profissionais.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	201	TAXA DE COB.DE CENTROS DE ATENCAO PSIC. (CAPS)/100.000 HAB.	UNIDADES	1,03	1,00	CAPS AD III implantado em out/2014.Em adequação para qualificação pelo Ministério da Sa
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	202	RAZAO D PROCEDIMENTOS AMBULAT.DE MEDIA COMPLEX./POP.RESID.	UNIDADES	0,50	1,07	Meta atingida
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	203	PROPORCAO DE CASOS DE DNC ENCER.OPORT.APOS A NOTIFICACAO.	% PERCENTUAL	95,00	78,55	No ano coorte(2014) foram registradas 401 notificações de doenças compulsórias imediata, o em até 60 dias. De 401 notificadas, 315 fechadas oportunamente, 76 em momento inopor não encerrada. Devido ao grande número de exames encaminhados ao Instituto Adolfo Lutz, ade na liberação dos resultados de exames impossibilitando o fechamento oportuno de algur s registradas no sistema SINANNET. Ex.Coqueluche.
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	204	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	% PERCENTUAL	12,60	15,19	Dados parciais, consolidação ainda não realizada pelo Ministério da Saúde
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	205	PROP.AN.REA.AMOS.AGUA CONS.HUM.QTO.PARM.COL.TOT.CLO.RES.LIV	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	120	UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS DE 6-14 ANOS E.F.	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	121	AMPLIAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS EM PERIODO INTEGRAL	% PERCENTUAL	40,00	40,00	Meta atingida.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	122	AUMENTAR OFERTA DE VAGAS P/CRIANCAS DE 0-3 ANOS	% PERCENTUAL	62,00	50,00	Algumas unidades de ensino com construção prevista para 2014 não foram concluídas.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	217	AMPLIAR O ATENDIMENTO DE CRIANCAS EM PERIODO INTEGRAL	% PERCENTUAL	45,00	40,00	Meta parcialmente atingida devido a fase de estruturação da rede municipal de ensino para a ducação integral.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	219	OFERTA DE VAGAS NO ENSINO MEDIO	% PERCENTUAL	7,00	7,00	Meta atingida.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	214	GAR.OFERTA DE BOLSAS DE EST.A ALUNOS DE CURS.TEC.PROF N.MEDI	UNIDADES	207,00	141,00	Ausência de demanda e conclusão de alguns cursos.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	220	AMPL.A OF.DE VAGAS EM CURSOS TEC.E DE QUALIF.PROF.P/JOV.ADUL	% PERCENTUAL	65,00	66,66	Meta superada devido ações de investimento na ampliação de vagas, tais como reformas e a prédios de unidades profissionalizantes.
2005	ENSINO SUPERIOR	213	GARANTIR A OFERTA DE BOLSAS DE ESTUDOS A ALUNOS EM NIVEL SUP	UNIDADES	149,00	324,00	Meta superada, aumento da demanda e bolsas em continuidade.
2006	MERENDA NOTA 10	218	DIST.DE ALIM.OFERECIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ENSINO	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	127	MELHORAR AS ACOMODACOES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO A POPUL	% PERCENTUAL	60,00	60,00	Meta atingida.
3001	PATRIMONIO CULTURAL DO MUNICIPIO	152	UNIDADES CONSERVADAS	% PERCENTUAL	50,00	50,00	Meta atingida
3002	DIFUSAO CULTURAL	224	PARTICIPACAO POPULAR	% PERCENTUAL	40,00	40,00	Meta atingida
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	30	NUMERO DE VISITANTES A MUSEUS	UNIDADES	230.000,00	184.400,00	Meta não atingida. Porém demanda atendida. Justificamos que diversos eventos ocorridos er e em espaços abertos sem controle de presença.

fls. 6

3004	BIBLIOTECAS - LIVRO ABERTO	182	% DE ATENDIMENTOS	% PERCENTUAL	4,00	4,00	Meta atingida(em referência a população de 290.000 habitantes foram 8.919 registros de at ém existem os atendimentos que superam mais de 3.000 pessoas que não ocorre o registro
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	183	POPULACAO PARTICIPANTE E ALCANCADA/POPULACAO TOTAL	% PERCENTUAL	34,00	36,00	Meta ultrapassada. Considerando maior participação da população em todas as modalidades Secretaria.
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	209	CRIANCAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS/MES	UNIDADES	3.900,00	2.222,00	Meta parcialmente atendida. Programa PEEJ passou a ser atendido por outra Secretaria.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	106	N.FAMILIAS ATENDIDAS/MES.	UNIDADES	19.460,00	19.955,00	Meta atingida
4003	ATENCAO AO TRABALHADOR	210	ATENDIMENTO/MES	UNIDADES	3.920,00	2.885,00	Meta parcialmente atingida. Diminuição da procura do serviço.
4004	ATENCAO AO IDOSO	108	IDOSOS ATENDIDOS/MES	UNIDADES	2.327,00	1.182,00	Meta parcialmente atingida. Houve previsão de ampliação de atendimento no Centro de Con so. Ação em andamento.
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	163	UNIDADES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERENCIADOS	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	211	PESSOA COM DEFICIENCIA ATENDIDA/MES	UNIDADES	770,00	863,00	Meta Superada. Houve a implantação do Serviço de convivência Madre Cecília II devido a de
5001	CIDADE LIMPA	153	TONELADA DIA DISPOSTAS/TONELADA DIA PRODUZIDA-HOSPITALAR	% PERCENTUAL	95,00	95,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	154	TONELADA DIA COLETADA/TONELADA DIA PRODUZIDA	% PERCENTUAL	95,00	95,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	155	AREA URBANA LIMPA/AREA URBANA EXISTENTE	% PERCENTUAL	86,00	86,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	97	AREA CONSERVADA/AREA URBANA DO MUNICIPIO	% PERCENTUAL	83,00	83,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	98	TX. DE POPULACAO ATENDIDA	Nao Informado	82,00	82,00	Meta realizada
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	112	TAXA DA AREA URBANA PAVIMENTADA	Nao Informado	96,00	100,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	113	TAXA DE ESTRADAS RURAIS CONSERVADAS	% PERCENTUAL	92,00	100,00	Meta atingida
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	206	DEFICIT DE GESTAO OPERAC.E DE PLANEJ. DE TRANSPORTE PUBLICO	% PERCENTUAL	75,00	60,00	Meta parcialmente atingida, devido a dificuldade na licitação dos novos abrigos de ônibus.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	212	DEFICIT HABITACIONAL/UNIDADE	UNIDADES	3.000,00	3.000,00	Meta atingida
5006	COMBATE A ENCHENTES	79	TX. DE REDUCAO DE PONTOS CRITICOS DE ENCHENTES	% PERCENTUAL	95,00	30,00	Serviços executados conforme a disponibilidade de equipamentos.
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	142	GRAU DE SATISFACAO DA POPULACAO	% PERCENTUAL	82,00	82,00	Meta realizada
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	156	NIVEL DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS	% PERCENTUAL	82,00	82,00	Meta realizada
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	156	NIVEL DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS	% PERCENTUAL	83,00	83,00	Meta realizada
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	207	AMPLIACAO DA BASE DE EMPREGO DIRETO	UNIDADES	31.000,00	30.469,00	Meta parcialmente atingida
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	208	AMPLIACAO DA QUANTIDADE DE INDUSTRIA DO MUNICIPIO	UNIDADES	155,00	154,00	Meta parcialmente atingida, sendo uma empresa em fase de instalação.
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	223	TURISTAS	UNIDADES	2.100.000,00	2.784.000,00	Meta superada(Aumento de eventos em comunidades e de calendário oficial através de solic lação)
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	221	APA UNIDADES INSTITUIDAS/UNIDADES A INSTITUIR	% PERCENTUAL	20,00	20,00	Meta atingida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	222	PARQUES MUNICIPAIS CONSERVADOS/PARQUES MUNICIPAIS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	185	ATENDIMENTO DA DEMANDA	% PERCENTUAL	25,00	10,00	Projeto físico parcialmente executado
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7003	ADVOCACIA PUBLICA	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	194	PUBLICACAO DE ATOS LEGAIS/ATOS LEGAIS REALIZADOS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	195	DIVULGACAO DA ACAO GOVERNAMENTAL/ACAO GOV. REALIZADA	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta realizada
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	196	GRAU DE IMPL.DAS ACOES INSTITUC.PREV.NA AGENDA ESTRATEGICA	% PERCENTUAL	80,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridades
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	197	GRAU DE IMPLEMENTACAO DOS ACORDOS DE RESULTADOS	% PERCENTUAL	70,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridades
8001	SISTEMA DE TRANSITO	215	DEFICIT DE GESTAO OPERACIONAL E DE PLANEJ.DE TRANSITO	% PERCENTUAL	55,00	45,00	Meta parcialmente atingida. Quadro de pessoal abaixo do número para suprir a demanda.
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	216	SEGURANCA PATRIMONIAL/PROPRIOS MUNICIPAIS	% PERCENTUAL	80,00	85,00	Meta atingida
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	191	DIMINUICAO DO TEMPO RESPOSTA/MIN	MIN - MINUTOS	17,28	12,45	Meta atingida.
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	192	AUMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE EMERGENCIAS	UNIDADES	5.127,00	6.744,00	Meta atingida
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	193	AUMENTO DO NUMERO DAS ATIVIDADES DE PREVENCAO	UNIDADES	1.418,00	2.313,00	Meta atingida
9002	SERVICO DA DIVIDA	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	144	SUPLEMENTACAO	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida

Ações

Código	Denominação do	Código	Unidade	Unidade	Função de	Subfunção de	Quantidade	Quantidade	Justificativa de Desvios em Relação ao At

fls. 7

do Programa	Programa	da Ação	Denominação da Ação	Orçamentária	Executora	Governo	Governo	Denominação da Meta	Unidade de Medida	Estimada	Realizada	Meta
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2307	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEU-TICA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	RECEITAS AVIADAS/UNIDADES	UNIDADES	305.456,00	369.838,00	Meta atingida
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2039	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	85,00	81,00	Manutenção de 100% das unidades existentes
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2040	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE/CONTROLE SOCIAL	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1010	ATENCAO BASICA	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	3,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1010	ATENCAO BASICA	1002	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	2.880,00	5.746,95	Meta atingida. Realizado reforma/ampliação er o ampliação do acesso e melhoria da qualidade to ao cliente/usuário.
1010	ATENCAO BASICA	2001	ATENDIMENTO EM CLINICAS BASICAS NOS POSTOS DESAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSULTAS/UNIDADES	UNIDADES	581.628,00	660.768,00	Meta atingida
1010	ATENCAO BASICA	2003	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DA SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CAPACITACAO SERVID.SAUDE/UNID	UNIDADES	107,00	768,00	Meta atingida. Realizado capacitação dos servi necessidade de atualização dos profissionais e essidade de capacitação de novos servidores.
1010	ATENCAO BASICA	2007	ATENDIMENTO MEDICO DOMICILIAR	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSULTAS/UNIDADES	UNIDADES	29.081,00	21.094,00	Não realizada ação prevista para conversão de e Atenção Básica tradicional em Estratégia da ia. Aguardando Concurso Público
1010	ATENCAO BASICA	2309	APOIO A ENTIDADES COM SERVICO NUTRICIONAL	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Não formalizado devido divergências juridicas mentação.
1010	ATENCAO BASICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	1,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	1004	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DE UNID.AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS,REFORMADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	6.251,00	5.469,34	CAPS I e CAPS III não foram contemplados pe Saúde para construção. Demais obras em and
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	2305	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	16,00	14,00	Meta atingida. Mantido 100% das unidades exi os otimizados.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	1003	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS,REFORMADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	450,00	396,52	Possivel alteração de endereço do Centro de C noses. Serviço de Verificação de Óbito em proc ação para parceria. Em análise para readequaç postas.
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2026	APOIO A OSC C/SERV.DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO APESSOA SOROPOSITIVA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ENTIDADE APOIADA	UNIDADES	1,00	0,00	Edital de chamamento em reelaboração para a bjeto do convênio. Em análise Inter setorial pa
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2306	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	1,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	1013	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	18,00	24,00	Meta superada devido a extrema necessidade blemas estruturais de algumas unidades de en precário.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2041	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS EDUCADOS/UNIDADES	UNIDADES	32.000,00	30.087,00	O número de solicitações de matriculas foram timado. Todos os alunos que solicitaram vagas os.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2042	FUNCIONAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	JOVENS E ADULTOS EDUCADOS/UNID	UNIDADES	240,00	274,00	Superou a meta devido a necessidade de aten s os jovens e adultos que solicitaram vagas, b lantação do Programa Pro Jovem Urbano.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL DO ENSINOFUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNOS EDUCADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.200,00	930,00	O número de solicitações de matriculas foram timado devido a retração da rede. Todos os al aram vagas foram atendidos.

fls. 8

2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2044	APERFEICOAMENTO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	DOCENTES TREINADOS/ UNIDADES	UNIDADES	1.383,00	2.030,00	Meta superada devido a necessidade de capaci mento de todos os docentes para implantação unidades de ensino da rede, tais como, o incer por meio da distribuição de livros.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2046	TRANSPORTE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS TRANSPORTADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.756,00	2.608,00	Meta superada devido ao atendimento das nec alunos residentes na área rural , bem como o s alunos da rede estadual de ensino, via convê etaria de Educação do Estado de São Paulo. Al ados via passe escolar e frota própria da Seed
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2341	VALORIZACAO DO MAGISTERIO ENSINO FUND.60%-FUNDEB	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	DOCENTES ATENDIDOS/ UNIDADE	UNIDADES	1.200,00	1.261,00	Meta superada devido ao número de docentes ra atender a Rede Municipal.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	2,00	4,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	1014	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	8,00	18,00	Meta superada devido a extrema necessidade blemas estruturais de algumas unidades de en precário, bem como a necessidade de ampliaçã de novas unidades para atendimento da dema
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2052	APERFEICOAMENTO DOS DOCENTES DA EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	DOCENTES TREINADOS/ UNIDADES	UNIDADES	465,00	611,00	Meta superada devido a necessidade de capaci mento de todos os docentes para implantação unidades de ensino da rede, tais como o incen or meio da distribuição de livros.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2339	FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	CRIANCAS ATENDIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	10.306,00	10.527,00	Meta superada devido a medidas implantadas nto da demanda latente, tais como a construçã das unidades de ensino.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2342	VALORIZACAO DO MAGISTERIO EDUCACAO INFANTIL 60% FUNDEB	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	DOCENTES TREINADOS/ UNIDADES	UNIDADES	400,00	611,00	Superou a meta devido ao numero de docente ara atender a rede municipal.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	1009	REFORMA E MANUTENCAO DAS UNIDADES DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	UNIDADE DE ENSINO	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	2056	FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	ALUNOS ATENDIDOS/UNIDADES	UNIDADES	800,00	755,00	Considerando que a responsabilidade pela mar sino Médio é do Estado todas as vagas disponi preenchidas.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	2063	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	ALUNOS TRANSPORTADOS/UNIDADES	UNIDADES	799,00	841,00	Meta superada devido ao atendimento das nec alunos residentes na área rural, bem como o a s alunos da Rede estadual de ensino, via convi etaria de educação do Estado de São Paulo. Al ados via passe escolar e frota própria da seed.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	1011	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADE DE EDUCACAO PROFISSIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	5,00	3,00	Houve uma interrupção no cumprimento da m cessidade de reformas de caráter específico nc nidades de ensino profissionalizante devido a p s estruturas, o que demandou tempo maior qu
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2064	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	ALUNOS CAPACITADOS/ UNID.	UNIDADES	10.500,00	15.000,00	Meta superada devido a ampliação de vagas di devido a implantação de ações tais como refor o de unidades de ensino profissionalizante.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2320	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO PROFISSIONAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	BOLSAS CONCEDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	207,00	141,00	Meta parcialmente atingida ausência de demar
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
2005	ENSINO SUPERIOR	2072	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO DE ENSINO SUPERIOR	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS	EDUCAÇÃO	ENSINO SUPERIOR	BOLSAS CONCEDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	190,00	324,00	Meta superada devido a bolsas de continuidad e novas bolsas de estudos.
2006	MERENDA NOTA 10	2074	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	160.000,00	207.981,00	Meta superada devido as ações de conscientiza áticas alimentares e nutricionais.
2006	MERENDA NOTA 10	2075	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINOINFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1.948.590,00	5.380.975,00	Meta superada devido a ampliação da oferta d iodo integral bem como, devido as ações de cc de boas práticas alimentares e nutricionais.
2006	MERENDA NOTA 10	2076	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINOFUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5.078.940,00	10.228.546,00	Meta superada devido a ampliação da oferta d iodo integral, bem como as ações de conscient práticas alimentares e nutricionais.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	1109	REFORMA/AMPLIACAO PREDIO DE SERV.ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	2078	MANUTENCAO DOS SERV.ADMIN.DO DEPARTAMENTO DE EDUC.	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PESSOAL ENVOLVIDO/UNID	UNIDADES	72,00	67,00	Houve uma interrupção no cumprimento da m estruturação dos setores que compõem a esfe a da Secretaria de Educação
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
	PATRIMONIO CULTURAL		CONSERVACAO DO PATRIMONIO	SECRETARIA DE TURISM	SECRETARIA DE		PATRIMÔNIO HISTÓRI	OBRAS MANTIDAS/UNID				Meta não atingida. Secretaria teve outras prior

fls. 9

3001	DO MUNICIPIO	2083	CULTURAL	O E CULTURA	TURISMO E CULTURA	CULTURA	CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	ADES	UNIDADES	110,00	0,00	o projetos para o próximo exercício.
3002	DIFUSAO CULTURAL	1016	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESPACOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades.
3002	DIFUSAO CULTURAL	2089	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	ESPACOS MANTIDOS/UN ID	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
3002	DIFUSAO CULTURAL	2090	PROMOCAO DE EVENTOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	EVENTOS PROMOVIDO S/UNIDADES	UNIDADES	450,00	569,00	Meta atingida(aumento de eventos em comuni endário oficial através de solicitação da popula
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	1022	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO MUSEU MUNICIPAL	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	3,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	2094	FUNCIONAMENTO DO MUSEU DO MUNICIPIO E PRESERVACAODE ACERVOS MUSEOLOGICOS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	UNIDADES CULTURAIS MANTIDAS/UNIDADE	UNIDADES	9,00	9,00	Meta atingida
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	2096	APOIO AO MUSEU DE HISTORIA NATURAL	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
3004	BIBLIOTECAS - LIVRO ABERTO	2098	FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICIPIO	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	1028	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA INFRAESTRUTURAESPORTIVA E DE LAZER	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	10,00	10,00	Meta atingida.
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2108	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	NUCLEOS MANTIDOS/U NID.	UNIDADES	25,00	32,00	Meta ultrapassada, para atendimento da dema
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2283	APOIO A ASSOCIACOES E ENTIDADES ESPORTIVAS	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	FUNDO DE ASSIST. ESPORTE AMADOR DE TTE	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2362	FUNC.DE ATIV.ESPORTIVAS DE ALTO RENDIMENTO	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	FUNDO DE ASSIST. ESPORTE AMADOR DE TTE	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	ATIVIDADES MANTIDAS/ UNIDADE	UNIDADES	30,00	30,00	Meta realizada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	1031	CONST,AMPL.E REFORMA UNIDADES DE ATEND.A CCA.ADOL.	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	UNIDADES CONSTRUIDA S,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida.Previsão de reforma/constru e de acolhimento para crianças e adolescentes ém não foi possivel realizar devido outras prio
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2124	MANUTENCAO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANCA EDO ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	CONSELHOS MANTIDO S/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2128	APOIO A ENTIDADES PARA ATEND.CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. DIREITO CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,12	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2128	APOIO A ENTIDADES PARA ATEND.CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	5,88	8,00	Meta atingida
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	37.522,80	35.109,00	Meta parcialmente atingida. Programa PEEJ pa dido por outra secretaria.
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. DIREITO CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	4.169,20	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	1107	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA UNIDADES SOCIAIS	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	UNIDADES/ANO	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2127	ATENDIMENTO EM UNIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	PESSOAS ATENDIDAS/A NO	UNIDADES	11.151,36	16.549,00	Meta superada.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE	2127	ATENDIMENTO EM UNIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	PESSOAS ATENDIDAS/A NO	UNIDADES	1.520,64	0,00	Ação duplicada

fls. 10

4002	SOCIAL ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	179.605,44	199.558,00	Meta parcialmente atingida. Serviço CREAS pr lantação. Em andamento.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. SOLIDARIEDADE DE TAUBATE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	34.210,56	0,00	Ação duplicada
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4003	ATENCAO AO TRABALHADOR	2133	IDENTIF.DE VAGAS E REINSERCAO DO TRABALHADORNO MERCADO DE TRABALHO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	TRABALHO	EMPREGABILIDADE	PESSOAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	47.040,00	34.617,00	Meta parcialmente atingida. Diminuição da pro o.
4004	ATENCAO AO IDOSO	1032	CONSTRUCAO, AMPL.E REF.DE CENTRO DE REF.P/IDOSOS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	UNIDADES CONSTRUIDAS,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	3,00	2,00	Meta parcialmente atingida. Devido a outras d árias não foi possivel a construção de 01 Cent cia que estava previsto.
4004	ATENCAO AO IDOSO	2136	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS/ANO	UNIDADES	28.131,38	26.583,00	Meta parcialmente atingida. Previsto ampliaçã to no Centro de Convivência do Idoso. Ação er
4004	ATENCAO AO IDOSO	2136	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS/ANO	UNIDADES	1.795,62	0,00	Ação duplicada
4004	ATENCAO AO IDOSO	2139	APOIO A ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	3,00	1,00	Meta parcialmente atingida. Não houve interes idade no processo de edital de chamamento.
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2152	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE ASSIS-TENCIA SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2153	MANUTENCAO DOS CONSELHOS DA AREA DE ASSIST.SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	7,00	6,00	Meta parcialmente atingida. Conselho Municip ocial absorvido pelo Conselho Municipal de Ass
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2140	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	29.700,00	55.576,00	Meta superada. Criação do Serviço de Convivê ília II devido a demanda .
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2140	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	300,00	0,00	Ação duplicada
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2146	APOIO A ENTIDADE DE ATENDIMENTO AS PESSOAS PORTA-DORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	2,00	1,00	Meta parcialmente atingida. Não houve outra e ada no processo de edital de chamamento.
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
5001	CIDADE LIMPA	1088	CONSTRUCAO DE IMOVEL PARA RECICLAGEM DE LIXO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	M2. CONSTRUIDOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	300,00	0,00	Mudança de prioridade
5001	CIDADE LIMPA	1124	CONSTRUCAO DOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTARIA DEMATERIAL BOTA FORA-PEV	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	UNIDADES CONSTRUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	8,00	4,00	4 Concluídas e em operação. 2 em construção. projeto.
5001	CIDADE LIMPA	2165	RECOLHIMENTO E TRATAMENTO DO LIXO HOSPITALAR	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	TONELADAS/ANO RECOLHIDAS/TONELADAS	T - TONELADAS	540,00	571,28	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	2340	GESTAO DE LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	KM DE AREA LIMPA/KM DE AREA URBANA	KMS - QUILOMETROS	2.900,00	2.900,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Recursos não utilizados

fls. 11

5002	CIDADE BONITA	1035	INSTALACAO DE ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	LUMINARIAS INSTALADAS/UNIDADE.	UNIDADES	527,00	0,00	Meta não realizada, processo de transição do p nação pública entre a prefeitura e a bandeiran programa desenvolve são Paulo que vai conter ades.
5002	CIDADE BONITA	1037	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PRACAS, PQUES EJARDINS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	8.000,00	8.000,00	Meta realizada.
5002	CIDADE BONITA	2170	GESTAO DE ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	MW HORAS CONSUMIDAS/MW	MW-MEGAWOTS	18,00	20,23	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	2171	CONSERVACAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	KM2 DE PRACAS CONSERVADAS/KM2	KM2 - KMS QUADRADOS	2,00	21,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	1111	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA MALHA VIARIA DEVIAS PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 EXECUTADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	100.000,00	100.000,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	2176	CONSERVACAO DE ESTRADAS RURAIS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	TRANSPORTE	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	M2. CONSERVADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	50.000,00	50.000,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	2333	CONSERVACAO DA MALHA VIARIA DO MUNICIPIO	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2. CONSERVADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	230.000,00	230.000,00	Meta atingida
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	1122	MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PUBLICODE PASSAGEIROS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA/UNIDADES	UNIDADES	163,00	139,00	Meta parcialmente atingida devido a dificuldad e novos abrigos de ônibus.
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	2349	GESTAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	SERVICOS IMPLANTADOS E MANTIDOS/UNIDADE	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	1044	CONSTRUCAO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	HABITACOES/CONSTRUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1.000,00	750,00	Meta parcialmente atingida. Troca de empresa ilateral do contrato por descumprimento do co sendo necessária abertura de novo certame lic s obras em execução para cumprimento no pr o.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2302	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE PARCELAMENTOS DE SOLO URBANO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	PROJETOS DESENVOLVIDOS/UNIDADE	UNIDADES	2.000,00	1.024,00	Meta parcialmente atingida. Cada loteamento sticas diferenciadas exigindo ações especificas o, tendo em vista que dependemos de outros cartório de Registros de Imóveis e MPSP.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2343	IMPLEMENTEACAO DE POLITICAS HABITACIONAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	428,00	108,00	Meta parcialmente atingida. Tendo em vista qu sta refere-se a dois empreendimentos - 1 de 1 de 320 UH. Empreendimento de 320 UH com c mento.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2364	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADM.DEPTO.HABITACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
5006	COMBATE A ENCHENTES	1114	CANALIZACAO DE CORREGOS,DRENAGEM URBANA E SANEAMENTO	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SANEAMENTO	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	MTS CANALIZADOS/MTS	M - METROS	2.000,00	2.000,00	Meta atingida
5006	COMBATE A ENCHENTES	2180	LIMPEZA E CONSERVACAO DE CORREGOS E CANAIS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SANEAMENTO	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	KM CONSERVADOS/KM	KMS - QUILOMETROS	70,00	30,00	Serviços executados conforme a disponibilidad ntos
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	1052	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO CEMITERIO E VELORIO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	1.200,00	120,00	Atendimento das necessidades
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	2182	ADMINISTRACAO DE CEMITERIO E VELORIO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1089	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIO ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	200,00	0,00	Mudança de prioridade
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1095	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS PUBLICOS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES CONSTRUIDAS,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1123	AMPLIACAO E REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	M2 REFORMADOS	M2- METROS QUADRADOS	1.200,00	1.200,00	Meta realizada
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2315	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DO SERVICOS URBANOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2329	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida

fls. 12

5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2334	MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E CONSERVACAO DE BENSIMOVEIS DE EDIF.PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DEPARTAMENTOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	15,00	15,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2358	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-DT	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	1054	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO MERCATAU	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	2335	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	1081	INFRAESTRUTURA,IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS DISTRI-TOS INDUSTRIAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	INDÚSTRIA	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 EXECUTADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	490.000,00	0,00	Atraso no projeto de financiamento dos serviç
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1062	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA INFRAESTRUTURATURISTICA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	4,00	1,00	Meta não atingida. Outras prioridades
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2286	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO-COMTUR	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2288	APOIO A ENTIDADES LIGADAS AS ATIVIDADES TURISTICAS	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	ENTIDADES APOIADAS/UNIDADES	UNIDADES	17,00	16,00	Meta não atingida devido a algumas entidades penalidades ou não desfilarem.
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2289	FOMENTO DO TURISMO LOCAL	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	EVENTOS PROMOVIDOS/UNIDADES	UNIDADES	445,50	569,00	Meta atingida(aumento de eventos em comuni endário oficial através de solicitação da popula
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2289	FOMENTO DO TURISMO LOCAL	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	FUNDO MUN. DE TURISMO DE TAUBATE - FUNTUR	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	EVENTOS PROMOVIDOS/UNIDADES	UNIDADES	4,50	0,00	Ação duplicada
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	1132	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DE PROPRIOS	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	M2 CONSTRUIDOS E AMPLIADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	200,00	0,00	Projeto básico existente. Não houve a prioridad
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	1133	DESAPROPRIACAO DE AREA AMBIENTAL PRESERVAVEL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	M2 DESAPROPRIADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	1.000.000,00	0,00	Estudos preliminares para desapropriação de €
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	2225	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DO MUNICIPIO	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	AREA CONSERVADA/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2229	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SEDIN	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES INTERLIGADAS/UNIDADE	Nao Informado	4,00	4,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2230	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SETUC	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2363	DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	INDÚSTRIA	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	EMPRESAS INSTALADAS/UNIDADE	UNIDADES	10,00	0,00	Projeto físico ainda em execução
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	26,00	58,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2234	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS -GP	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2294	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS -DF	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
	ADMINISTRACAO,				CHEFIA DO							

fls. 13

7001	FINANCAS E PLANEJAMENTO	2299	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ALIMENTAÇÃO E NUTR IÇÃO	REFEICOES SERVIDAS/A NO/UNIDADE	UNIDADES	780.000,00	321.480,00	Redução da demanda das unidades atendidas.
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2300	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SEPLAN	SECRETARIA DE PLANEJ AMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA UR BANA	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2311	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS - DA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE PLANEJ AMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA UR BANA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINA NCEIRA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2359	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS - SEGOV	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2263	MANUTENCAO DAS PROCURADORIAS	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	UNIDADES DE SERVICO S MANTIDOS/ UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2365	MANUTENCAO DO CESNJ	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	PROFISSIONAL CAPACIT ADO/UNID.	Nao Informado	112,00	167,00	Superação da meta em decorrência do aument ela qualificação profissional
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	2249	PUBLICIDADE LEGAL	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIA L	PUBLICACAO CM/COLUN A	CENTIMETROS	360.000,00	263.000,00	Quantidade necessária para toda publicidade l
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	2250	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIA L	COM.E PUBLIC. EFETUA DAS/UNID.	UNIDADES	875,00	875,00	Meta realizada
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	2360	PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DO MUNICIPIO	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	CONSULTORIA/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridade
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	2361	IMPLEMENTACAO DE GESTAO DE ACORDOS DE RESULTADOS	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	RESULTADOS OBTIDOS/ SECRETARIAS	UNIDADES	14,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridade
8001	SISTEMA DE TRANSITO	13	CONTRIBUICAO AO FUNSET	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	MULTAS APLICADAS/ME S	UNIDADES	0,00	0,00	Não há
8001	SISTEMA DE TRANSITO	1099	INFRAESTRUTURA DA GESTAO DO TRANSITO	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADE CONSTRUIDA/ REFORMA	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades.
8001	SISTEMA DE TRANSITO	2347	GESTAO DO SISTEMA DE TRANSITO	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	QUALIFICACAO DE PONT OS SEMAFORICOS/UNID ADE	UNIDADES	50,00	33,00	Meta parcialmente atingida. Dificuldade na licit al de sinalização.
8001	SISTEMA DE TRANSITO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	1076	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA EM SEGURANCA PUBLICA	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	M2 CONSTRUIDOS,AMP L.REFORM./M2	M2- METROS QUADR ADOS	600,00	800,00	Meta atingida.
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	2279	MANUTENCAO DA SECRETARIA, COI E OUTRAS DEPENDENCIAS	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	5,00	4,00	Diminuição de 01 unidade conforme necessida
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	1103	COLABORACAO PARA INVESTIMENTOS DO CORPO DEBOMBEIROS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIR OS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	M2/UNIDADE	M2- METROS QUADR ADOS	0,00	266,00	Área de construção completa. Faltando apenas ara término da obra
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	2268	COLABORACAO PARA O CUSTEIO DO CORPO DE BOMBEIROS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIR OS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO	2268	COLABORACAO PARA O CUSTEIO DO CORPO DE BOMBEIROS	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida

fls. 14

	COMB.SINIS. E SALV				PREFEITO							
9002	SERVICO DA DIVIDA	6	SERVICO DA DIVIDA INTERNA - GERAL	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ENCARGOS ESPECIAIS	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	CONTRATOS A PAGAR/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	9001	PARA SUPLEMENTACOES	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	CREDITOS ADICIONAIS ABERTOS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	9002	PARA PASSIVOS CONTINGENTES	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica

fls. 15

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

AUDESP

Documento Cadastro Auditoria Governança
Ajuda/Sair

Cadastro de Pessoa >> Alterar

Voltar

Dados Básicos

CPF: **185.658.188-88**
Nome: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Sexo: Masculino
Data Nascimento: 22/03/1974
Nacionalidade: Brasileira
Grau de Instrução: Ensino Superior Completo

Alterar

E-mail

Incluir Excluir

E-mail	Tipo Email
pmt.gabinete@taubate.sp.gov.br	PROFISSIONAL

Telefone

Incluir Excluir

Tipo	DDD	Telefone	Complemento
COMERCIAL	12	3625-5108	

Endereço

Incluir Excluir

Tipo	UF	Município	CEP	Tipo de Logradouro	Logradouro	Nº	Complemento	Bairro	Endereço Corresp.
RESIDENCIAL	São Paulo	Taubaté	12043-000	AVENIDA	Carlos Pedroso da Silveira	128		Bonfim	Não

Identificação

Incluir Excluir

Tipo do Documento	Número do Documento
RG	22509854-4

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

RELATÓRIO - PREFEITURA MUNICIPAL

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO 19
A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 19
A.2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL 20
A.3. CONTROLE INTERNO 21
PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL 21
B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS 21
B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 22
B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL 29
B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO 30
B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO 32
B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS 34
B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS 34
B.1.6. DÍVIDA ATIVA 36
B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 40
B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF 40
B.2.2. DESPESA DE PESSOAL 41
B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS 48
B.3.1. ENSINO 48
B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO 51
B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 60% 51
B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40% 51
B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS 51
B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO 53
B.3.2. SAÚDE 54
B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO 56
B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL 57
B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS 59
B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA 59
B.4. PRECATÓRIOS 60
B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS 60
B.4.1.1. REGIME ESPECIAL ANUAL 60
B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF) 64
B.5. OUTRAS DESPESAS 65
B.5.1. ENCARGOS 65
B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS 65
B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE 66
B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL 80
B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS 81
B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES 81
B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS 82
PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS 82
C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS 82
C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO 82
C.2. CONTRATOS 96
C.2.1. CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO E REMETIDOS AO TRIBUNAL 96
C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO* 96
C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL 100
C.2.3.1. GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO 111
C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 111
C.2.4.1. ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA 111
C.2.4.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO 111
C.2.4.3. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS 111
C.2.5. CONTRATOS DE PROGRAMA 112
PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS 113
D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS 113

D.1.1. LIVROS E REGISTROS 113
D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP 113
D.3. PESSOAL 114
D.3.1. QUADRO DE PESSOAL 114
D.4. DENÚNCIAS. REPRESENTAÇÕES. EXPEDIENTES 122
D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL 123
D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 125
SÍNTESE DO APURADO 125
CONCLUSÃO 125

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Processo : **TC 563/026/14**

Entidade : **Prefeitura Municipal de Taubaté**

Assunto : **Contas Anuais**

Exercício : **2014**

Prefeito : **José Bernardo Ortiz Monteiro Junior**

CPF n° : **185.658.188-88**

Período : **01/01 a 31/12/14**

Relator : **Dr. Sidney Estanislau Beraldo**

Instrução : **UR-7 / DSF-II**

Senhora Diretora da Unidade Regional de São José dos Campos - UR-7,

Tratam-se das contas apresentadas em face do artigo 2°, II, da Lei Complementar n° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste Relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;

2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;

3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;

4. Análise das informações apresentadas em banco de dados como o AUDESP, o SisRTS, o SisCAA, o SIAP e o PFIS.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior, responsável pelas contas em exame (fl. 04 dos autos).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na análise da legislação local, verificamos o que segue:

Verificações		
1	A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? *(LRF, art. 4º, I, "b")*	SIM
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? *(LRF, art. 4º, I, "f")*	SIM
4	A LOA autoriza abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	NÃO[1]
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa? *(LF nº 4.320/64, art. 15)*	SIM
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? *(CF, art. 227, caput. LF nº 8.069/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", 'c' e "d")*	SIM
7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? *(LF nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19)*	SIM[2]
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? *(LF nº 12.305/10, art. 18)*	SIM[3]
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou o Plano de Mobilidade Urbana? *(LF nº 12.587/12, art. 24, § 3°)*	SIM

- **PLANO DE MOBILIDADE URBANA:**

Às fls. 46/105 do anexo I, consta a cópia do Plano de Mobilidade Urbana e em análise, verificamos que o presente instrumento contém os seguintes elementos: caracterização do município, histórico da urbanização, caracterização socioeconômica, elementos estruturantes da ocupação territorial, condições atuais de mobilidade em

[1] O artigo 7º da Lei 4835/13 prevê a abertura de créditos suplementares até o limite de 7% da despesa total fixada (fls. 12/19 do Anexo I);
[2] O Plano de Saneamento Básico foi editado pelo Decreto nº 13.020, de 20/05/13 (fls. 42 do anexo I);
[3] O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi aprovado pelo Decreto nº 13.235, de 22/01/14 (fls. 40/41 do anexo I) - a cópia dos planos está arquivada na UR-7;

Taubaté, situação atual dos serviços municipais do transporte coletivo e propostas para a mobilidade em Taubaté. Em nosso entendimento, tais pressupostos atendem ao determinado no artigo 24 da Lei 12.587/12.

Todavia, ainda na análise do cumprimento do artigo 24 da referida Lei, verificamos que o Plano de Mobilidade Urbana, deixou de contemplar os seguintes elementos (dispostos nos incisos do artigo 24, Lei 12.587/12):

> VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;
> IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;
> XI - a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.

A.2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

1	A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? *(LF nº Lei 12.527/11, art. 9º)*	PARCIAL
2	Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? *(LF nº Lei 12.527/11, art. 8º, § 1º)*	SIM
3	Com mais de 50.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? *(LRF, art. 48-A)*	SIM

Por meio do Decreto 13.076, de 25 de julho de 2013 foi formalmente criado o Serviço de Informação ao Cidadão, conforme estabelece o Art. 9° da Lei 12.527, de 2011. Todavia, ainda não houve a efetiva implementação do sistema, visto que, na estrutura administrativa do Poder Executivo, foi feita a transferência para que o Setor de Contabilidade subordinado à Secretaria de Finanças efetue o efetivo acesso às informações, conforme documento anexado às fls. 106/107 do anexo I.

Nesse sentido, em pesquisa ao sitio www.taubate.sp.gov.br., verificamos que não constam as informações relativas aos repasses a entidade do terceiro setor.

A.3. CONTROLE INTERNO

1	O Sistema de Controle Interno foi regulamentado?	SIM
2	O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM[4]
3	O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos?	SIM
4	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	PREJUDICADO

A Prefeitura Municipal de Taubaté regulamentou seu sistema de controle interno por meio do Decreto 13.224, de 30 de dezembro de 2013 (fls. 108/112 do anexo I), produzindo relatórios periódicos quanto às suas funções institucionais, conforme artigos 31 e 74 da Constituição.

Destacamos que os relatórios do Controle Interno referente ao exercício de 2014, não apontaram falhas, irregularidades ou desvios, de modo que a tomada de providências do Chefe do Executivo com base nesta análise restou prejudicada.

Cópia dos relatórios quadrimestrais do controle interno anexada às fls. 115/145 do anexo I.

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no Sistema AUDESP e nas informações obtidas na ação fiscalizatória, verificamos o que segue:

[4] Portarias 73/10 e 313/13 (fls. 113/114 do anexo I)

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	910.672.052,89	790.172.468,95	-13,23%	108,72%
Receitas de Capital	14.740.666,53	6.298.035,05	-57,27%	0,87%
Receitas Intraorçamentárias	120.103,66	120.103,66	0,00%	0,02%
Deduções da Receita	(78.071.000,00)	(69.825.077,68)	-10,56%	-9,61%
Subtotal das Receitas	**847.461.823,08**	**726.765.529,98**		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	**847.461.823,08**	**726.765.529,98**		**100,00%**
Déficit de arrecadação		**120.696.293,10**	**-14,24%**	**16,61%**
Despesas Empenhadas	**Fixação Final**	**Execução**	**AH %**	**AV %**
Despesas Correntes	636.616.147,00	596.199.376,96	-6,35%	80,00%
Despesas de Capital	87.478.009,00	71.837.041,35	-17,88%	9,64%
Reserva de Contingência				
Despesas Intraorçamentárias	56.522.800,00	49.085.284,50	-13,16%	6,59%
Repasses de duodécimos à CM	28.500.000,00	28.500.000,00	0,00%	3,82%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta		346.036,52	#DIV/0!	0,05%
Dedução: devolução de duodécimos		(732.610,46)		
Subtotal das Despesas	**809.116.956,00**	**745.235.128,87**		
OutrosAjustes				
Total das Despesas	**809.116.956,00**	**745.235.128,87**		**100,00%**
Economia Orçamentária		**63.881.827,13**	**-7,90%**	**8,57%**
Resultado Ex. Orçamentária:	**Déficit**	**(18.469.598,89)**		**2,54%**

Preliminarmente, esclarecemos que, conforme balanço orçamentário (fls. 149/150 do Anexo I) houve superávit da ordem de R$9.643.827,17, ou seja, 1,33% da receita realizada. **A diferença em relação ao resultado da execução orçamentária demonstrado no quadro acima se dá em virtude de este considerar, no cálculo do resultado, os repasses e devoluções dos duodécimos e as transferências financeiras à administração indireta, que não integram o balanço orçamentário isolado do órgão.**

Constatamos a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R$168.837.265,61, o que corresponde a 21,63% da Despesa Fixada inicial, no valor total de R$ 780.616.956,00 (este valor refere-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social da Prefeitura Municipal de Taubaté, de R$779.616.956,00 e à reserva de contingência da Administração Direta, de R$ 1.000.000,00), conforme art. 5°, II, da Lei Orçamentária Anual n° 4.835 de 30 de dezembro de 2013 (fls. 12/28 do Anexo I).

A LOA prevê em seu artigo 7° autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até o limite de 7% da despesa fixada no artigo 4° (R$ 780.616.956,00) e até o limite da dotação consignada como reserva de

contingência (R$ 1.000.000,00). Em seu artigo 8°, consta autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos suplementares para outras hipóteses, dentre elas, aquelas destinadas ao reforço de dotações de ações utilizando a anulação de outras dotações, até o limite de um vinte avos da receita prevista para o exercício (inciso IV).

Considerando que a receita prevista foi da ordem de R$810.000.000,00 (art. 3° da LOA – fls. 12/13 do Anexo I), o limite para abertura de créditos por anulação de dotação seria de R$40.500.000,00. Nessa medida, constatamos que o Executivo infringiu as normas orçamentárias, pois abriu créditos mediante tal expediente, no total de R$168.837.265,61 (valor extraído do Sistema Audesp que corresponde à totalidade de créditos adicionais abertos). A situação é evidenciada no quadro que segue:

	Valor (R$)	Análise Vertical
Despesa total fixada na LOA - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Prefeitura (art. 4° e art. 5°, II, da LOA)	780.616.956,00	100,00%
Limite de 7% permitido para abertura de créditos suplementares (art. 7° da LOA)	54.643.186,92	7,00%
Créditos suplementares abertos - de acordo com Sistema Audesp	168.837.265,61	21,63%
Créditos suplementares abertos acima do limite	**114.194.078,69**	**14,63%**
Receita prevista (art. 3° da LOA)	810.000.000,00	100,00%
1/20 da receita prevista (art. 8°, IV, da LOA) para credito suplementar com anulação de dotações	40.500.000,00	5,00%
Créditos abertos por anulação de dotação	168.837.265,61	20,84%
Créditos abertos por anulação de dotação acima do limite	**128.337.265,61**	**15,84%**

Ainda no que tange aos créditos suplementares decorrentes de anulação total ou parcial de dotações, abertos por decretos executivos e portarias e com fundamento na LOA (R$147.754.960,00), de acordo com informações do Sistema Audesp, apenas R$95.564.574,98 foram classificados corretamente pela Prefeitura. O restante foi qualificado inadequadamente, já que se trata tipicamente de transposição, remanejamento ou transferência de recursos, conforme se depreende do quadro que segue, cujos dados foram extraídos do Sistema Audesp e do demonstrativo da Prefeitura de fls. 146/148 do Anexo I.

Importante destacar que tais institutos, prescritos pelo inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal (e não pela Lei nº 4.320/64), não se servem a propiciar a movimentação dentro de uma mesma ação, atividade, projeto ou operação especial (típico dos créditos suplementares com permuta entre os elementos de despesa), mas sim para movimentar recursos entre programas (transposições), categorias econômicas (transferência) e unidades orçamentárias (remanejamento), sendo utilizados quando o governo busca alterar seu curso operacional, repriorizar suas ações ou modificar suas intenções finalísticas.

Nessas condições, demandam lei específica, não podendo ser matéria tratada no âmbito do instrumento legal orçamentário, como aconteceu, pois a lei orçamentária não pode autorizar margem percentual para transposição, remanejamento ou transferência, em ofensa ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, da Carta Maior), visto que o parlamentar não pode estar à margem da troca de propósitos governamentais.

É possível que a lei específica aqui tratada seja a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas no caso em tela não consideramos adequada a permissão dada no art. 28 da Lei nº 4.776/2013 (fls. 02/11 do Anexo I), pois autoriza transposições, remanejamentos e transferências sem limite de valor.

	Audesp	Prefeitura	Diferença
Transferência	46.560.800,00	-	46.560.800,00
Transposição	17.003.401,00	14.661.495,98	2.341.905,02
Remanejamento	3.284.680,00	-	3.284.680,00
Possível Crédito Especial/Extraordinário	3.000,00	-	3.000,00
Créd. Adicional (permuta entre os elementos de despesa)	95.564.574,98	147.754.960,00	- 52.190.385,02
TOTAL	**162.416.455,98**	**162.416.455,98**	**-**

Além disso, não identificamos a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$3.000,00, consoante indicado pelo Sistema Audesp, em discordância com o disposto no art. 43, caput, da Lei nº 4.320/64.

Transcrevemos a seguir, a título exemplificativo, a alteração no orçamento realizada através do Decreto nº 13.230/2014, mediante anulação total ou parcial de dotações, conforme consta no Sistema Audesp, onde observamos a situação ora relatada:

				5.2.2.1.2.01.00	5.2.2.1.3.03.00	5.2.2.1.9.04.00
UO	PROGRAMA	AÇÃO	CLASSIF. DA DESPESA	CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEM.	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	(-) CANCELAM. DE DOTAÇÕES
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	2128-APOIO A ENTIDADES PARA ATEND. CRIANCA E ADOLESC.	33500000-TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	-78.000,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	2128-APOIO A ENTIDADES PARA ATEND. CRIANCA E ADOLESC.	33500000-TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	78.000,00	78.000,00	0,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	1031-CONST. AMPL. E REFORMA UNIDADES DE ATEND.A CCA.ADOL.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-33.000,00
SECRETARIA DE EDUC.	2004-EDUCACAO PARA O TRABALHO	1011-CONST., AMPL. E REFORMA DAS UNID. DE EDUCACAO PROF.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-870.000,00
SECRETARIA DE EDUC	2004-EDUCACAO PARA O TRABALHO	2064-FUNC. DA EDUCACAO PROFISSIONAL	33900000-APLICAÇÕES DIRETAS	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4002-ASSIST. A POP. EM VULNERAB. SOCIAL	1107-CONSTR., AMPLIACAO E REFORMA UNIDADES SOCIAIS	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	33.000,00	33.000,00	0,00
SECRETARIA DE EDUC.	2007-GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	1109-REFORMA/ AMPLIACAO PREDIO DE SERV. ADMINISTR.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-150.000,00
			TOTAL	1.131.000,00	1.131.000,00	-1.131.000,00

É possível observar, apenas considerando o Decreto acima, que houve transposição no valor de R$33.000,00 (deslocando-se a dotação do programa 4001 para o 4002), transferência no valor de R$1.020.000,00 (modificando-se a categoria de despesa de 4490 para 3390) e crédito adicional suplementar de R$78.000,00 (com modificação apenas do elemento de despesa). Apesar disso, a Prefeitura classificou a totalidade das alterações como crédito adicional suplementar, fazendo-as inadequadamente por meio de Decreto do Executivo. Destacamos o montante relevante dos recursos antes reservados para Despesas de Capital, ou seja, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortizações de Dívidas, que foram redirecionados para fazer frente a despesas correntes.

Constatamos, assim, além das falhas já evidenciadas, o insuficiente planejamento, por parte da Prefeitura, dado o elevado valor das alterações orçamentárias e em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n° 101/2000.

Quanto à execução dos programas e ações governamentais, conforme o relatório de atividades extraído do Sistema Audesp (fls. 05/14 dos autos), há ações que não atingiram a meta proposta ou, ainda, foram executadas em percentual muito superior ao planejado. Há, também, justificativas insuficientes em relação aos desvios entre o planejado e o executado, mudanças de prioridades e ações cadastradas em duplicidade, em discordância ao princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1°, §1°, da LRF). Relacionamos à fl. 28A do Anexo I alguns exemplos das irregularidades citadas.

- **PREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENÇÃO PRIORITÁRIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:**

Consoante já analisado no quadro acima, a Prefeitura cumpriu o previsto na Constituição Federal, art. 227, caput. LF n° 8.069/90, art. 4°, caput e parágrafo único, "b", 'c' e "d", efetuando previsão orçamentária para a atenção prioritária à criança e adolescente, conforme Lei 4776/13 (LDO) e Lei 4835/13 (LOA).

Ocorre, no entanto, que durante 2014, a Prefeitura não executou fielmente as metas previstas no orçamento em relação ao programa 4001 - Atenção à Criança e Adolescente:

Programa	Programa	Código da ação	Denominação da Ação	Unidade Orçamentária	Função de Gov.	Subfunção de Governo	Denominação da Meta	Quant. estimada	Quant. Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
4001	Atenção à criança e Adolescente	1031	Constr., ampl. e reforma de unidade de atendim. à criança e adolesc.	Sec. De Desenv.e Inclusão Social	Assist. Social	Assist. à criança e adolesc.	Unidade Construídas, reformadas e ampliadas	2	0	Meta não atingida. Previsão de reforma/construção de unidade de acolhimento para crianças e adolescentes unificada, porém não foi possível realizar devido outras prioridades.
4001	Atenção à criança e Adolescente	2326	Atendimento à criança e adolescente	Sec. De Desenvolvimento e Inclusão Social	Assistência Social	Assistência à criança e adolescente	atendimentos realizados/ano	37.522,8	35.109	Meta parcialmente atingida. Programa PEEJ passou a ser atendido por outra secretaria

Fonte: relatório de atividades da PM

Ano	cd_progr	ds_progr	ds_indicador	Quantidade estimada	Quantidade realizada	Dotação atualizada	Liquidação	Pagamento
2014	4001	Atenção à criança e adolescente	unidades	3.900	2.222 (56,97%)	R$8.371.000,00 (R$4.989.677,30)	R$4.775.343,30	R$4.619.319,47

Análise: programa 4001

Embora conste previsão nos instrumentos de planejamento para gastos com o programa "Atenção à criança e Adolescente", no montante de R$ 8.371.000,00, houve empenhamento de despesas no valor de *apenas* de R$ 4.989.677,30, ou seja, 59,60% a menos do que o orçado. Ora, tal redução refletiu diretamente na quantidade de atendimentos de 3.900 previstos para 2.222 efetuados, com redução de 56,97%.

No momento da verificação da qualidade da despesa concluímos que do total de R$4.619.319,47, R$3.538.494,13 pagos referiram-se *somente* a gastos com pessoal (vencimentos, encargos, entre outros), ou seja, 76,60% - analisando todas as ações vinculadas ao programa 4001 (Atenção à Criança e ao Adolescente).

Não merece melhor resultado as ações específicas 1031 (construção, ampliação e reforma de unidade de atendimento à criança e adolescente) e 2326 (atendimento à criança e ao adolescente), ambos vinculados também ao programa 4001, pois houve a previsão orçamentária atualizada de R$5.732.990,00, empenho de *apenas* R$3.471.188,44 e pagamento de R$3.194.379,94. Reforçando a análise dos gastos com pessoal: dos R$3.194.379,94 pagos, R$2.947.151,25 (ou seja, 92,26%) foram dispendidos com vencimentos e vantagens pessoais, encargos patronais e outras despesas de pessoal.

Em nosso entendimento, concluímos que, embora a Prefeitura tenha efetuado previsão em seu orçamento de dotação para a atenção prioritária à criança e adolescente, na sua execução, pouco mais metade do valor previsto foi empenhado, liquidado e pago; além do que, grande parte desse montante foi despendido somente em despesas com pessoal, diminuindo, assim, o valor para eventuais e necessários investimentos na área – caracterização de ofensa ao princípio do planejamento previsto no § 1° do artigo 1° da LC 101/00.

Documentos às fls. 29/37 do anexo I.

O déficit da execução orçamentária provém da superestimativa de receita, visto que a previsão superou, em 14,24%, a efetiva arrecadação. Embora tenha havido também economia de despesa, da ordem de 7,90%, percebemos que esta foi capaz de absorver apenas parte do déficit de arrecadação e, doutra sorte, se as despesas realizadas não fossem inferiores às previstas, a execução orçamentária seria ainda mais deficitária.

Nos termos do artigo 59, § 1°, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por 5 (cinco) vezes (nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e outubro), sobre descompasso entre Receitas e Despesas e, nem assim, conteve o gasto não obrigatório e adiável.

O Município realizou investimento correspondente a 9,32% da Receita Corrente Líquida. Tal percentual está abaixo da média regional que é de 12,67%, consoante Sistema Audesp.

Nos três últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária apresentou os seguintes percentuais:

2013	Superávit de	6.54%
2012	Déficit de	-2,37%
2011	Déficit de	0,06%

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	(9.065.005,53)	26.494.600,01	392,27%
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69%
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60%

Os dados de 2013 foram extraídos do relatório de contas de tal exercício (TC-2090/026/13).

O resultado financeiro apresentou acréscimo de 392,27%, considerando para tal cálculo o valor apurado pela Fiscalização em 2013.

Quanto ao resultado econômico, observamos que, em relação ao exercício anterior, o Executivo Municipal apresenta situação desfavorável, tendo este diminuído 62,69%. Isso se deu, principalmente, em razão da diminuição das variações patrimoniais aumentativas, das quais se destacam as transferências intragovernamentais e as diversas variações (que reduziram 80,86% e 166,09%, respectivamente, em relação a 2013), bem como do aumento das variações patrimoniais diminutivas, em especial a remuneração de pessoal, o uso de serviços e as diversas variações (que expandiram em 70,36%, 110,49% e 68,28%, respectivamente, quando comparados ao exercício anterior).

No tocante ao saldo patrimonial, observamos aumento de 5,60% em relação a 2013. Destacamos, aqui, que o saldo patrimonial compreende o patrimônio líquido apurado no balanço patrimonial (de R$632.443.429,20 no exercício em análise) deduzido do valor dos restos a pagar não processados (que, em 2014, foi de R$58.023.884,69).

Docs. às fls. 149/174 do Anexo I.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	26.975.576,34	8.883.907,43	25.823.682,09	10.035.801,68
Restos a Pagar Não Processados	45.130.417,33	52.854.240,70	38.921.532,01	59.063.126,02
Depósitos	312.755,50	60.704,95	111.652,04	261.808,41
Consignações	12.718.028,76	66.689.893,31	66.549.213,50	12.858.708,57
Outros	821.189,44	715.785.930,03	715.155.689,01	1.451.430,46
Total	**85.957.967,37**	**844.274.676,42**	**846.561.768,65**	**83.670.875,14**
Inclusões da Fiscalização		1.466.466,84		
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	**85.957.967,37**	**845.741.143,26**	**846.561.768,65**	**85.137.341,98**
Índice de Liquidez Imediata	Ativo Financeiro	109.113.280,13	**1,32**	
	Passivo Financeiro	82.618.680,12		

Os valores evidenciados no quadro acima são os obtidos do Sistema Audesp.

O ajuste constante no quadro, de R$1.466.466,84, corresponde à dívida da Prefeitura com a SABESP em 31/12/14, objeto do processo nº 36.410/14 (origem), conforme apurado pela fiscalização (fls. 264/266 do Anexo II).

Tal débito é proveniente de exercícios anteriores e seu reconhecimento e respectivo termo de acordo para parcelamento se deu apenas em 17/04/14, no valor de R$2.966.466,84, para pagamento até abril de 2015 (fls. 267/270 do Anexo II). Apesar disso, não consta do demonstrativo da dívida flutuante do ente (fls. 243/246 do Anexo II) e nem dos demonstrativos do Sistema Audesp, haja vista que a dívida confessada não foi escriturada adequadamente.

Observamos que os empenhos foram realizados como despesa orçamentária no subelemento 33903944 - Serviços de Água e Esgoto, estando registrados apenas na conta contábil 5.2.2.9.1.01.00 - Outros Controles da Despesa Orçamentária, conforme balancete à fl. 266 do Anexo II. Não há, portanto, diferenciação entre os valores referentes aos serviços prestados em 2014 e aqueles decorrentes da dívida proveniente de exercícios anteriores, a não ser pela descrição no histórico do empenho (execução orçamentária extraída do Sistema Audesp

à fl. 265 do Anexo II). Ademais, tais débitos constam no demonstrativo de obrigações pendentes, somados aos demais (fl. 250 do Anexo II).

Nisto descumpre a Prefeitura os princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64), posto que ocorreu ocultação de passivo.

Em confronto aos demonstrativos da Prefeitura de dívida flutuante e de execução de restos a pagar (fls. 243/246 do Anexo II e fl. 165 do Anexo I), percebemos diferença no valor de "outros", em descumprimento ao artigo 1°, §1°, da LRF, conforme segue:

DÍVIDA FLUTUANTE	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Restos a Pagar Processados e Não Processados	69.098.927,70	69.098.927,70	0,00
Depósitos	261.808,41	261.808,41	0,00
Consignações	12.858.708,57	12.858.708,57	0,00
Outros	412.189,13	1.451.430,46	1.039.241,33
TOTAL	**82.631.633,81**	**83.670.875,14**	**1.039.241,33**

Em análise ao demonstrativo de restos a pagar não processados (fls. 151 e 165 do Anexo I), vislumbramos divergências entre o cálculo realizado pela Prefeitura e pelo Sistema Audesp:

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Inscritos em ex. anteriores	45.126.183,33	45.130.417,33	4.234,00
Inscritos em 31/12/14	52.854.240,70	52.854.240,70	-
Liquidados	29.349.568,29	29.766.314,27	416.745,98
Pagos	28.722.838,94	28.727.072,94	4.234,00
Cancelados	10.188.408,97	10.194.459,07	6.050,10
Saldo	**58.442.446,77**	**59.063.126,02**	**620.679,25**

Verificamos que a diferença em relação ao saldo se dá em sua fórmula de cálculo: enquanto a Prefeitura soma os valores inscritos em exercícios anteriores e em 31/12/14 e subtrai os valores liquidados e cancelados, o Sistema Audesp faz a mesma soma, porém subtrai os valores pagos (e não os liquidados) e cancelados, consoante dispõe

o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição, p. 307. Diante disso, temos que a Prefeitura não respeita, em seu cálculo, as normas vigentes para elaboração de seu demonstrativo.

Considerando o resultado financeiro apurado (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), verifica-se que a Prefeitura possui liquidez face aos compromissos de curto prazo.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Exercícios: anterior e em exame	2013	2014	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	54.945.990,23	51.439.395,14	-6,38%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas	-	35.222.116,86	
Dívida Consolidada	54.945.990,23	86.661.512,00	57,72%
Ajustes da Fiscalização	6.651.820,90	(6.853.504,84)	-203,03%
Dívida Consolidada Ajustada	61.597.811,13	79.808.007,16	29,56%

Em relação aos precatórios, o valor de R$ 51.439.395,14, demonstrado no quadro acima, refere-se ao montante evidenciado no balanço patrimonial do ente em 2014 (fls. 156/159 do Anexo I) e enviado ao Sistema Audesp. Porém, de acordo com o item "B.4" deste relatório, o valor atualizado devido a título de precatórios, conforme o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (valor que consideramos correto) é de R$44.585.890,30. Assim, procedemos ao ajuste necessário, de R$6.853.504,84, que é a diferença entre o valor enviado ao Audesp e o saldo conforme o Tribunal de Justiça.

Deste modo, houve aumento de 29,56% na dívida consolidada da Prefeitura Municipal de Taubaté, o que se deu em razão da escrituração de outras dívidas, no valor

de R$35.222.116,86 (fl. 320 do Anexo II). Tal débito se refere ao Termo de Compromisso para Pagamento Parcelado firmado em 2010 junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, objeto do processo nº 37011/2010 (origem) no valor total de R$37.611.362,50, para pagamento parcelado até 25/10/18 (fls. 327/332 do Anexo II).

De acordo com informações do Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura (fl. 373 do Anexo III), datada de 16/07/14, a Prefeitura e a SABESP estavam em tratativas para renegociação das parcelas 49 a 99 da dívida (cujos pagamentos se dariam de agosto de 2014 a outubro de 2018) e, em 07/08/14, por meio da Lei Municipal nº 4.915, foi autorizado e ratificado o referido acordo vincendo, com mesmo prazo para pagamento (até 15/10/18) e valor (saldo devedor de R$29.211.362,51 em 24/08/14) (fls. 415/416 do Anexo III).

Com a confissão da dívida, houve readequação dos créditos orçamentários, com anulação daqueles que constavam no subelemento de despesa nº 33903944 - Serviços de Água e Esgoto e consequente transferência para o subelemento nº 46907199 - Outras Amortizações da Dívida Contratada (fls. 424/464 do Anexo III).

Há que se destacar, entretanto, que a dívida junto à SABESP é de 2010 e apenas em 2014, após a referida lei municipal, é que foi evidenciada no balanço patrimonial da Prefeitura, constituindo-se ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64) nos exercícios anteriores.

Observamos que de janeiro a julho (antes do reconhecimento da dívida), houve empenho e liquidação de R$1.817.055,68 e pagamento de R$1.817.010,71 referentes a tal acordo (notas de empenho às fls. 333/400 do Anexo II e 402/413 do Anexo III e valores empenhados, liquidados e pagos, conforme Sistema Audesp, à fl. 319 do Anexo II).

A partir da confissão da dívida, em agosto de 2014, houve amortização de apenas R$615.296,52, o que consideramos insuficiente tendo como base o acordo realizado, resumido no quadro abaixo (docs. às fls. 318/323 do Anexo II).

Parcela	Data	Valor da parcela	Correção até 24/07/14 (IPC)	Valor da parcela corrigido	Valor Total Corrigido – 2014	Valor pago em 2014	Saldo a Pagar referente à dívida confessada - 2014
49	ago/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
50	set/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
51	out/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38	3.513.471,90	615.296,52	2.898.175,38
52	nov/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
53	dez/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			

Temos, dessa forma, que ainda carece de pagamento o saldo de R$2.898.175,38, referente às parcelas n°s 49 a 53, todas de 2014 e confessadas através da lei municipal n° 4915/14.

Por fim, constatamos, no processo n° 37011/2010, a existência de memorando solicitando o não pagamento das faturas de consumo de água e das parcelas do acordo a partir de 25/03/15, já que, de acordo com o contido no documento, a SABESP estava definindo, através de seu Conselho Deliberativo, a proposta a ser efetuada à Prefeitura para ajuste das condições dos repasses financeiros por conta do convênio de cooperação (fls. 470/471 do Anexo III). Diante disso, recomendamos à fiscalização subsequente que verifique o adimplemento do referido acordo.

Docs. às fls. 318/400 do Anexo II e 402/487 do Anexo III.

B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Constatamos a regularidade nos lançamentos, cobranças e registros.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS

No exercício examinado, o Município efetivou irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2014 foram concedidas isenção de IPTU e redução da alíquota de ISSQN, bem como remissão de multa e juros

incidentes sobre débitos de contribuintes hipossuficientes.

Houve também isenções parciais de IPTU e ISSQN com base na Lei Complementar nº 323, de 05/11/13, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de novos projetos esportivos não profissionais e culturais.

Destacamos a existência da Lei Complementar nº 339, de 09/05/14, que alterou a Lei Complementar nº 184/2008, que trata do Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté – PROINDE, autorizando os incentivos fiscais por um período de 15 anos para as grandes empresas. De acordo com informações da prefeitura (fls. 240/241 do Anexo II) não foi concedido, em 2014, benefício de incentivo fiscal com base nessa lei.

Para todos esses casos não foi demonstrada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de 2014, 2015 e 2016, o atendimento à LDO e aos incisos do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.1.6. DÍVIDA ATIVA

Movimentação da Divida Ativa	2013	2014	AH%
Saldo inicial da Dívida Ativa - A	134.483.396,57	145.855.934,31	8,46%
Inclusões da Fiscalização - B			
Exclusões da Fiscalização - C			
Saldo inicial da Dívida Ativa ajustado - D=A+B-C	134.483.396,57	145.855.934,31	8,46%
Saldo inicial da Provisão para Perdas - E			
Inclusões da Fiscalização - F			
Exclusões da Fiscalização - G			
Saldo inicial Provisão para Perdas ajustado - H=E+F-G	-	-	
Total - I = A - E	134.483.396,57	145.855.934,31	8,46%
Total Ajustado - J=D-H	134.483.396,57	145.855.934,31	8,46%
Recebimentos - K	13.124.533,43	13.514.283,81	2,97%
Inclusões da Fiscalização - L			
Exclusões da Fiscalização - M			
Recebimentos Ajustados - N=K+L-M	13.124.533,43	13.514.283,81	2,97%
Cancelamentos - O	38.171.795,21	7.593.549,81	-80,11%
Inclusões da Fiscalização - P			
Exclusões da Fiscalização - Q			
Cancelamentos Ajustados - R=O+P-Q	38.171.795,21	7.593.549,81	-80,11%
Valores não Recebidos - S=I-K-O	83.187.067,93	124.748.100,69	49,96%
Valores não Recebidos Ajustados - T=J-N-R	83.187.067,93	124.748.100,69	49,96%
Inscrição - U	52.536.025,57	39.064.552,18	-25,64%
Inclusões da Fiscalização - V			
Exclusões da Fiscalização - W			
Inscrições Ajustadas - Y=U+V-W	52.536.025,57	39.064.552,18	-25,64%
Juros e Atualizações da Dívida - Z			
Inclusões da Fiscalização - AA			
Exclusões da Fiscalização - AB			
Juros e Atualizações da Dívida Ajustada - AC=Z+AA-AB	-	-	
Saldo Final da Provisão para Perdas - AD			
Inclusões da Fiscalização - AE			
Exclusões da Fiscalização - AF			
Saldo Final Provisão p/ Perdas ajustado - AG=AD+AE-AF	-	-	
Saldo Final da Dívida Ativa - AH=S+U+Z-AD	135.723.093,50	163.812.652,87	20,70%
Saldo Final da Dívida Ativa Ajustado - AI=T+Y+AC-AG	135.723.093,50	163.812.652,87	20,70%

O valor de R$38.171.795,21 referentes aos cancelamentos de dívida ativa foi extraído do relatório das contas de 2013 (TC-2090/026/13). Os demais dados do quadro foram extraídos dos balancetes do órgão enviados ao Sistema Audesp

Com base nos dados do quadro, constatamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento de 20,70% no montante Dívida Ativa, causado, especialmente, pela redução dos cancelamentos de dívida ativa no monante de 80,11%.

Conforme dados enviados ao Sistema Audesp e o constante do Balanço Patrimonial de 2014, o saldo final da Dívida Ativa ao término do exercício de 2014 foi de R$163.812.652,87, sendo R$ 141.030.142,31 de dívida ativa tributária, R$15.474.201,89 de dívida ativa não tributária e R$ 7.308.308,67 de empréstimos e financiamentos concedidos (documentos às fls. 156 do anexo I e fls. 492 do anexo III).

Na fiscalização do exercício de 2014, a origem informou outro valor de saldo da dívida em 31/12/2014, R$156.754.653,75 (fls. 488/489 do anexo III). Informou também outros valores de inscrições e recebimentos. Vejamos:

Fonte	Saldo da Dívida Ativa em 31.12.2014 (R$)	Inscrições (R$)	Recebimentos (R$)
Conforme dados do Balanço Patrimonial	163.812.652,87	39.064.552,18	13.514.283,81
Conforme dados do Setor de Contabilidade	156.754.653,75	31.609.900,39	7.768.235,81

Em análise no setor de Dívida Ativa, constatamos que de janeiro a dezembro de 2014 foram cancelados R$7.593.549,96 dos valores inscritos em 2013 pelos seguintes motivos: lançamento indevido, inocorrência do fato gerador, compensação de créditos, prescrição, em um total de 12.228 registros de cancelamento.

Desses processos, 731 referem-se à prescrição (por decisão administrativa ou inércia judicial) somando a quantia de R$ 226.528,69, que representa 0,14% do saldo inicial da dívida ativa em 2014. Conforme informações da Prefeitura, alguns débitos foram prescritos em virtude de mora do Judiciário, uma vez que foi emitida a cobrança mas a ação ficou sem andamento no Judiciário por longo período, ocasionando a prescrição (fls. 515 do anexo III).

Entendemos que a prescição do crédito tributário, embora obedeça às disposições contidas em lei, reflete inobservância aos princípios da eficiência administrativa e da igualdade, por falha da cobrança e por ineficácia em detrimento ao cidadão cumpridor de suas obrigações tributárias.

Entretanto, esse alto valor de prescrições demonstra que a Prefeitura não tem dispensado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa.

Analisamos por amostragem os processos de cancelamentos da dívida ativa e não constatamos irregularidades.

Ainda, observamos no rol dos cem maiores devedores da dívida ativa em 2014, a presença da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no montante de R$1.539.869,05 (fls. 517/522 do anexo III). A indevida inscrição da municipalidade no rol dos devedores significa que o valor de inscrições lançados na Demonstração das Variações Patrimoniais e os saldos lançados no Balanço Patrimonial são inverídicos, bem como os resultados econômicos e patrimonial deles decorrentes.

Ainda no que tange aos cem maiores devedores, verificamos que somam a quantia de R$ 93.638.910,95, valor este que representa 66,39% do montante inscrito no Balanço Patrimonial da Prefeitura (R$ 141.030.142,31 de dívida ativa tributária). A nosso ver, trata-se de um percentual muitíssimo elevado, indicando que os esforços na cobrança dos créditos e na melhoria da arrecadação carecem de um empenho ainda maior.

Por todo o exposto, constatamos que: a) os valores apresentados pelo Setor de Dívida Ativa da Prefeitura divergem dos dados enviados ao Sistema Audesp e também dos demonstrativos cotábeis encaminhados pela origem; b) a própria Prefeitura está inscrita no rol dos devedores de dívida ativa; c) elevado valor de prescrição de dívida ativa; d) elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas incrições e controle de lançamentos; e) os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida; f) as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não

refletem a realidade do seto, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

Observamos, no rol de devedores da dívida ativa, a existência de agentes políticos e ex-agentes políticos, conforme já destacado nos relatórios das contas de 2011 (TC-1433/026/11, Conselheiro Relator Dr. Renato Martins Costa), de 2012 (TC-2022/026/12, Conselheiro Relator Dr. Antonio Roque Citadini) e de 2013 (TC-2090/026/13, Conselheiro Relator Dr. Dimas Eduardo Ramalho) de acordo com o quadro abaixo (certidão emitida pela Prefeitura às fl. 488/489 do Anexo III):

Agentes Políticos e Ex-Agentes Políticos	Valor da Dívida	Situação na data da fiscalização "in loco"
Antônio Mário Ortiz Mattos	R$ 109.256,09	Sem parcelamento
Aloizio Rodrigues	R$ 19.016,26	Sem parcelamento
Henrique Antônio Paiva Nunes	R$ 6.292,51	Sem parcelamento
Cícero Alves Morgado	R$ 2.891,11	Sem parcelamento
José Antônio de Angelis	-X-	Débito quitado
José Tadeu Ramos	-X-	Débito quitado
Luiz Candido da Silva	R$ 4.562,77	Sem parcelamento
Djalma José de Castro	R$ 3.787,69	Sem parcelamento
Wanderley Soares dos Santos	R$ 6.292,51	Sem parcelamento
Custodio de Sales Garcez	R$ 6.040,81	Sem parcelamento

Além disso, observamos também a existência de débitos dos ex-agentes políticos José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto, os quais são objeto, respectivamente, dos apartados TC-800165/613/04 (Conselheiro Relator Dr. Antonio Roque Citadini) e TC-800214/613/05 (Conselheiro Relator Dr. Robson Marinho).

Quanto a tais valores, constatamos que até a data da fiscalização (18/08/15) ainda não haviam sido quitados, permacendo inscritos na dívida ativa do município, conforme certidões de fls. 4003/4041 do Anexo XX. A situação destes processos é a que se segue:

Devedor	Valor Total da Dívida (principal, multa, correção monetária e juros)	Nº do TC	Nº do Processo Adm. (origem)	Nº do Processo de Execução Fiscal (Tribunal de Justiça)	Situação do Processo de Execução Fiscal na data da Fiscalização (Tribunal de Justiça)
José Bernardo Ortiz	R$ 87.340,66	800165/613/04	11863/2011	0500790-12.2011.8.26.0625	Sem decisão
Roberto Pereira Peixoto	R$ 93.396,69	800214/613/05	12714/2011	0500183-62.2012.8.26.0625	Sem decisão

Ante o exposto, propomos que a fiscalização das contas do exercício de 2014 proceda ao acompanhamento dos parcelamentos ora existentes, bem como das execuções judiciais em trâmite.

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**750.666.886,30**	**100,00%**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	(25.351.463,64)	-3,38%
Limite Legal - *Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado*	900.800.263,56	**120,00%**
Excesso a Regularizar		
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	-	
Limite Legal - *Artigo 9º. Resolução 43 do Senado*	165.146.714,99	**22,00%**
Excesso a Regularizar		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - *Exceto ARO*		
Realizadas no Período	-	
Limite Legal - *Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado*	120.106.701,81	**16,00%**
Excesso a Regularizar		
DESPESAS DE CAPITAL		
Realizadas no Período	54.310.607,24	7,23%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO *(Exceto ARO)* **> DESPESAS DE CAPITAL**	**Não**	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO		
Saldo Devedor	-	
Limite Legal - *Artigo 10. Resolução 43 do Senado*	52.546.682,04	**7,00%**
Excesso a Regularizar		
RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
Valor arrecadado no exercício	261.038,00	
Valor aplicado no exercício	-	
Saldo a Aplicar	**261.038,00**	

Verificamos o atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme consta do Balancete de Receita da Prefeitura (fl. 220 do Anexo II), em 2014 houve arrecadação de recursos mediante a alienação de ativos, no valor de R$261.038,00. Além disso, havia em 31/12/14 saldo do exercício de 2012, no valor de R$3.434,61.

De acordo com informações da Prefeitura (fls. 536/539 do Anexo III), não foram realizadas despesas vinculadas a receitas com alienação de ativos em 2014.

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	**54,00%**	**54,00%**	**54,00%**	**54,00%**
Gasto Informado - A	**372.586.631,77**	**381.870.595,12**	**405.490.507,82**	**403.201.960,96**
Inclusões da Fiscalização - **B**				**5.712.719,61**
Exclusões da Fiscalização - **C**				
Gastos Ajustados - D		**381.870.595,12**	**405.490.507,82**	**408.914.680,57**
Receita Corrente Líquida - E	**721.271.561,83**	**746.910.076,91**	**740.077.919,80**	**750.666.886,30**
Inclusões da Fiscalização - **F**				
Exclusões da Fiscalização - **G**				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		**746.910.076,91**	**740.077.919,80**	**750.666.886,30**
% Gasto Informado A/E	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
% Gasto Ajustado - D/H		**51,13%**	**54,79%**	**54,47%**

↳ 52,43% = TC-2090/026/13

Destacamos, primeiramente, que os valores constantes do quadro acima e considerados em nossa análise (com exceção dos ajustes da fiscalização) foram os informados pela origem, conforme relatórios às fls. 541/551 do Anexo III e dados prestados via interação direta ao Sistema Audesp.

Antes dos ajustes efetuados pela fiscalização, os dados da Prefeitura indicavam despesas de pessoal, em dezembro de 2014, da ordem de R$403.201.960,96, o que representava 53,71% da receita corrente líquida do órgão. Após os ajustes, tal gasto passou a corresponder a 54,47% da referida receita, acima, portanto, do limite de despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É possível ver que os gastos excessivos com pessoal no 2° e no 3° quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 30.04.15 e em 31.08.15, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (fls. 545/545A do Anexo III).

Com base no art. 59, § 1°, II, da LRF, o Executivo Municipal foi alertado, por 3 (três) vezes (em abril, agosto e dezembro), quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral.

De acordo com declaração da Prefeitura (fl. 540 do Anexo III), não houve em 2014 pagamento a título de plantão à distância.

Verificamos que o demonstrativo de despesas de pessoal do Executivo Municipal não engloba as despesas e as receitas da Universidade de Taubaté - UNITAU, o que consideramos uma afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal já que seu art. 20, III, que se refere ao âmbito municipal, apenas diferencia os Poderes Executivo e Legislativo, não fazendo distinção entre órgãos dentro de tais poderes.

Entendemos que o Executivo Municipal deveria ser analisado como um todo no tocante a suas receitas e despesas, sendo necessária a elaboração de apenas um Relatório de Gestão Fiscal, emitido pelo titular do Poder (ou seja, o Prefeito), que englobe a Prefeitura e os demais órgãos pertencentes a tal Poder (nisto se incluindo, obviamente, a Universidade de Taubaté), tal qual disciplina o art. 54 da LRF.

Ademais, a alegação de que a UNITAU não recebe recursos da Prefeitura, não devendo compor, por isso, as despesas de pessoal e as receitas do Executivo Municipal e, consequentemente, não figurando em seu Relatório de Gestão Fiscal não merece prosperar, posto que em 2014 houve transferências de R$4.883.827,61, recebidas por meio de convênios, tal qual demonstrado no item B.5.3, "d", deste relatório.

Os valores da despesa de pessoal e da receita corrente líquida da Prefeitura e da UNITAU estão evidenciados nos quadros abaixo:

Despesa de Pessoal (R$)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
UNITAU	88.296.705,86	90.811.903,67	95.298.590,94	97.016.131,27
TOTAL	**460.883.337,63**	**472.682.498,79**	**500.789.098,76**	**500.218.092,23**

Receita Corrente Líquida – RCL (R$)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
UNITAU	118.167.887,32	121.908.646,16	131.012.354,07	140.735.648,03
TOTAL	**839.439.449,15**	**868.818.723,07**	**871.090.273,87**	**891.402.534,33**

% (Despesa de pessoal/RCL)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
UNITAU	74,72%	74,49%	72,74%	68,94%
TOTAL	**54,90%**	**54,41%**	**57,49%**	**56,12%**

Diante disso, por considerarmos necessária a inclusão da UNITAU quando da verificação dos limites da despesa de pessoal, temos o quadro que segue, que apresenta a somatória dos valores da UNITAU e da Prefeitura (relatórios da UNITAU às fls. 552/556 do Anexo III):

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	**54,00%**	**54,00%**	**54,00%**	**54,00%**
Gasto Informado - A	**460.883.337,63**	**472.682.498,79**	**500.789.098,76**	**500.218.092,23**
Inclusões da Fiscalização - **B**				**5.712.719,61**
Exclusões da Fiscalização - **C**				
Gastos Ajustados - D		**472.682.498,79**	**500.789.098,76**	**505.930.811,84**
Receita Corrente Líquida - E	**839.439.449,15**	**868.818.723,07**	**871.090.273,87**	**891.402.534,33**
Inclusões da Fiscalização - **F**				
Exclusões da Fiscalização - **G**				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		**868.818.723,07**	**871.090.273,87**	**891.402.534,33**
% Gasto Informado A/E	54,90%	54,41%	57,49%	56,12%
% Gasto Ajustado - D/H		**54,41%**	**57,49%**	**56,76%**

Assim, ao incluirmos a UNITAU na análise, as despesas de pessoal do Executivo em dezembro de 2014 passam de 54,47% para 56,76%, apresentando acréscimo que deve ser considerado, a nosso ver, para cálculo dos limites estabelecidos na LRF.

Docs. às fls. 540/556 do Anexo III.

a) Ajustes efetuados pela fiscalização
Valor: R$5.712.719,61

- Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos
Valor: R$828.892,00

Mediante pesquisa no Sistema Audesp, identificamos em 2014 despesas com pagamento de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo – RPA, empenhadas no subelemento 33903635 – Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, no valor total de R$ 828.892,00 (fls. 557/565 do Anexo III).

Tal prática advém de exercícios anteriores, tendo inclusive aumentado 54,61% em relação a 2013.

Entendemos que tais dispêndios devem compor o gasto com pessoal do órgão e, por este motivo, procedemos ao ajuste.

- Pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU
Valor: R$4.883.827,61

Conforme disposto no item B.5.3, "d", deste relatório, apuramos despesas de pessoal no valor de R$4.883.827,61, englobadas nos valores pagos por meio de convênio firmado com a UNITAU cuja execução foi transferida para a FUST (destes, R$2.659.693,81 referem-se ao convênio objeto do processo nº 34.982/13 e R$2.224.133,80 ao do processo nº 8.116/13).

Tais convênios, a nosso ver, foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal e os valores despendidos a título de pessoal devem ser acrescidos à despesa a este título da Prefeitura, por se tratar de serviços de responsabilidade da Administração Direta municipal.

Docs. às fls. 1481/1600 do Anexo VIII, 1602/1800 do Anexo IX, 1802/2000 do Anexo X e 2002/2010 do Anexo XI.

b) Lei Complementar n° 355, de 10/12/14 e seus reflexos

Em 10 de dezembro de 2014 foi editada a Lei Complementar n° 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté (fls. 569/583 do Anexo III). Conforme o parágrafo 3° do artigo 2° desta lei, será descontado dos aportes previstos em seus Anexos I, II, III e IV o montante já pago nos termos das legislações ora revogadas.

Assim, com base nos documentos de fls. 584/594 do Anexo III, verificamos o seguinte no exercício de 2014:

Entidade	FRP Pago em 2014	Aportes em 2014	Sobra
Prefeitura	R$ 6.358.980,79	R$ 5.810.909,63	R$ 548.071,16

Com a criação do aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial, foi editado o Decreto n° 13.468, de 16/12/2014 (fls. 630/642 do Anexo IV), que dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$5.810.909,63 a fim de atender às despesas do novo cálculo atuarial na rubrica "3.3.91. - aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", tendo sido anuladas as dotações constantes das rubricas "3.1.91. - aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária - despesa de pessoal".

Ocorre que, durante o exercício de 2014, a Prefeitura já vinha efetuando o pagamento a título do Fundo de Participação Previdenciária (FRP) para o Instituto de Previdência e no final do exercício, com a edição da Lei n° 355/14, foram anuladas as dotações relativas às despesas de pessoal para transferência para a nova rubrica. Diante de tal transformação da despesa a ser contabilizada na rubrica constante do Decreto n° 13.468/14, verificamos no balancete da Prefeitura Municipal de Taubaté de 2014 que os R$5.810.909,63 estavam contabilizados na rubrica 3.3.91, conforme balancete às fls. 566/568 do anexo III.

Toda essa sistemática efetuada ao final do exercício de 2014 com vistas a diminuir o déficit atuarial do município também acarretou na contabilização "indevida" dos R$5.810.909,63 como se não fossem despesas com pessoal, quando, na verdade, deveriam integrar o cômputo

das despesas laborais da Prefeitura. Isso porque o Audesp seleciona os créditos liquidados e pagos que comporão a despesa de pessoal apenas da categoria 3.1.91 e, agora, com a mudança, como as despesas passarão a constar da categoria 3.3.91, não mais serão captadas pelo Audesp para compor as despesas de pessoal.

Diante de tal situação, inúmeras impropriedades foram detectadas nos balancetes de despesa da Prefeitura de Taubaté que foram enviados ao Sistema Audesp, as quais refletiram, inclusive, no Instituto de Previdência Municipal, que não efetuou a reconsideração da sua receita advinda da Prefeitura.

Merece destaque o fato de a Prefeitura ter realizado estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal (razões contábeis de dezembro de 2014, sem filtro de elemento de despesa, às fls. 618/621 do Anexo IV). Isso ocorre pois, conforme já explicado anteriormente, as despesas de pessoal levam em consideração os créditos e débitos das contas de 6.2.2.1.3.03.00 (crédito empenhado liquidado a pagar) e 6.2.2.1.3.04.00 (crédito empenhado pago) e, com os significativos estornos (obviamente, a débito das citadas contas), toda a apuração da despesa de pessoal foi afetada.

Analisando apenas o mês de dezembro, no qual houve a "reclassificação" das despesas, no valor de R$5.810.909,63, percebemos os seguintes valores estornados, considerando apenas os elementos de despesa 31.91.1.1.3.41, 31.91.1.1.3.42 e 31.91.1.1.3.43 (contribuição patronal do exercício para o RPPS intra-orçamentária - pessoal civil ativo, pessoal civil inativo e pensionista, respectivamente), de acordo com os balancetes enviados ao Sistema Audesp:

Cód Contábil:	Descrição:	Saldo Inicial	Mov. a Débito	Mov. a Crédito	Saldo Final
6.2.2.1.3.03.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	- 3.931.702,71	15.736.948,74	11.994.005,47	- 188.759,44
6.2.2.1.3.04.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	- 40.630.092,50	7.567.061,41	9.920.905,24	- 42.983.936,33
6.2.2.1.3.01.00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	- 9.576.041,82	18.362.824,79	8.865.791,56	- 79.008,59

6.2.2.1.3.01.00 CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR			
	D	C	
Valores Liquidados	11.994.005,47	9.576.041,82	Saldo Inicial
Estornos	6.368.819,32	8.865.791,56	x
Subtotal - Débitos	18.362.824,79	18.441.833,38	Subtotal - Créditos
		79.008,59	Saldo Final

6.2.2.1.3.03.00 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR			
	D	C	
Valores Pagos	9.920.905,24	3.931.702,71	Saldo Inicial
Estornos	5.816.043,50	11.994.005,47	Valores Liquidados
Subtotal - Débitos	15.736.948,74	15.925.708,18	Subtotal - Créditos
	0	188.759,44	Saldo Final

6.2.2.1.3.04.00 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO			
	D	C	
Estornos	7.567.061,41	40.630.092,50	Saldo Inicial
		9.920.905,24	Valores Pagos
Subtotal - Débitos	7.567.061,41	50.550.997,74	Subtotal - Créditos
		42.983.936,33	Saldo Final

Além de influenciar todo o cálculo das despesas com pessoal, consideramos os estornos inadequados do ponto de vista contábil, já que há estornos inclusive de créditos já liquidados e pagos (inclui-se, nestes valores, o montante dos créditos especiais provenientes do Decreto nº 13.468/14, no total de R$5.810.909,63).

Ora, se a Prefeitura durante todo o exercício de 2014 veio liquidando e pagando valores em determinada modalidade de aplicação de despesa (no caso, 3.1.91 - Aplicação direta decorrente de aplicações entre órgãos), é inviável que, ao final do período, realize crédito suplementar para modificar toda a execução orçamentária já realizada. Se tal fato fosse permitido, de nada adiantaria a existência do orçamento e de toda a classificação orçamentária da despesa. Consideramos ser possível a abertura de crédito suplementar apenas para valores a serem empenhados, liquidados e pagos, uma vez que, como o

próprio nome já explica por si só, se trata de readequação de créditos orçamentários e não de despesas já realizadas.

Frisamos que só nos foi possível constatar a modalidade de aplicação de destino dos valores anulados até o limite de R$5.810.909,63 (pois sabemos que se trata de estorno da modalidade 3.1.91 para a 3.3.91), entretanto a Prefeitura não conseguiu explicar, a contento, o destino dos demais valores anulados, cujos totais foram explicitados nos quadros anteriores.

Para o exercício de 2015, verificamos que a Lei Municipal nº 4.956, de 30 de dezembro de 2014, dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$19.052.201,27, sendo que os R$13.800.000,00 cabíveis à Prefeitura estiveram autorizados pelo Decreto nº13.477/15.

Entidade	Aportes em 2015	Aporte ao mês
Prefeitura	R$ 12.449.433,66	R$ 1.037.452,81

O grande problema é que as contribuições feitas a título de FRP foram transformadas em aporte e as despesas foram reclassificadas como se não houvesse empenho/registro anterior, com o objetivo de não mais serem computadas nas despesas de pessoal e em descumprimento ao previsto no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao pressuposto da transparência constante no art. 1º, §1º, desta lei, e os princípios da legalidade, moralidade e eficiência dispostos no art. 37 da Carta Maior.

Docs. às fls. 566/600 do Anexo III e 602/657 do Anexo IV.

B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1. ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 28,36% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
RECEITAS	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização		
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	**542.562.249,95**	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	69.825.077,68	
Transferências recebidas	152.061.942,56	
Receitas de aplicações financeiras	1.271.325,60	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	**153.333.268,16**	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	107.839.894,62	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	**107.839.894,62**	**70,33%**
Demais Despesas	45.493.373,54	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)	(5.720,89)	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	**45.487.652,65**	**29,67%**
Total aplicado no FUNDEB	**153.327.547,27**	**100,00%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	69.825.077,68	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras *Ficha de Receita 29*		
Deducão: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2014	**153.885.564,07**	**28,36%**
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%: Aplic. no 1º trim. de **2015**	-	
Dedução: Restos a Pagar não pagos até 31.01 **2015**	(2.705.317,46)	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios	(5.836.284,94)	
Aplicação final na Educação Básica	**145.343.961,67**	**26,79%**
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	634.719.924,95	
Despesa Fixada Atualizada	166.069.260,83	
Índice Apurado	**26,16%**	

Preliminarmente informamos que a receita de impostos e transferências constante no quadro acima, no valor de R$ 542.562.249,95, corresponde à apurada pelo Sistema Audesp e confirmada in loco por esta Fiscalização.

De acordo com informações da origem à fl. 3764 do Anexo XIX (publicação em jornal em 30/01/15), a receita de impostos e transferências, base de cálculo para aplicação no ensino, foi de R$545.675.129,57, apresentando,

portanto, diferença de R$3.112.879,62 entre os valores apurados pela origem e os informados ao Sistema Audesp. Tal divergência se refere à correção monetária da dívida ativa tributária, não tributária e "eventuais" (balancete de receitas à fl. 219 do Anexo II).

Destacamos, ainda, que as receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB, no valor de R$1.271.325,60, não foram contabilizadas corretamente e, como consequência, o demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp (fl. 660 do Anexo IV) não contempla tal quantia. Isso ocorreu, pois o município registrou erroneamente tais receitas no código de aplicação 260 (Educação - FUNDEB - Recursos Próprios) quando deveria tê-lo feito no código específico para tal finalidade, que é o 263 (Remuneração de aplicações financeiras). Nisto, há descumprimento do princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64). Doc. à fl. 892 do Anexo V.

Conforme apurado pela Fiscalização, o Município aplicou 26,79%, cumprindo o artigo 212 da Constituição Federal.

Com base no artigo 59, § 1°, V, da LRF, foi o Município alertado, por 2 (duas) vezes (em março e junho), sobre possível não atendimento dos mínimos constitucionais e legais da Educação.

Consignamos que houve utilização de todo o FUNDEB recebido, cumprindo o Município o artigo 21, da LF n° 11.494/07.

Demais disso, verificamos que, relativamente ao FUNDEB, aplicou o Município 70,33% na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Inclusões	2014	REC. PRÓPRIOS	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
Total das inclusões		-	-	-
Exclusões	2014			
Cancelamento de Restos a Pagar		-		
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)				
Despesas com Ensino Médio		-		
Despesas com Ensino Superior		-		
Despesas não amparadas pelo art. 70, LDB		566.036,42		
RP Próprios não pagos até 31.01 de	2015	2.705.317,46		
RP Fundeb não pagos até 31.03 de	2015		-	5.720,89
Outras		5.270.248,52		
Total das exclusões		**8.541.602,40**	-	**5.720,89**
Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões		**8.541.602,40**	-	**5.720,89**
Informações adicionais				
R P Próprios pagos entre 01.02 2015 e a inspeção		3.891.122,38		
Saldo de RP Próprios não quitados até a inspeção		1.878.664,98		
R P Fundeb pagos entre 01.04. 2015 e a inspeção			-	169,19
Saldo de RP Fundeb não quitados até a inspeção			-	5.551,70

B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 60%

Não houve ajustes.

B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40%

Exclusões: R$5.720,89

- R$5.720,89 relativos ao saldo de restos a pagar de com recursos provenientes do FUNDEB (40%) em 31/03/15 (fls. 783/784 do Anexo IV).

B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS

Exclusões: R$8.541.602,40

- R$2.705.317,46 relativos ao saldo de restos a pagar de recursos próprios em 31/01/15 (fls. 678 e 732/764 do Anexo IV);
- R$1.142.042,64 referentes a pagamentos de inativos (fls. 674/676 do Anexo IV). A modo do art. 19, § 1°, VI, da Lei de Responsabilidade Fiscal, só se integram à despesa laboral os gastos da inatividade suportados exclusivamente pelo Tesouro, e não por fontes de custeio do RPPS (compensações do INSS, contribuições funcionais e

patronais, entre outras). Quanto aos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), a 5ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional e válido para os exercícios de 2013 e 2014, pág. 359, dispõe que:

> "(...) para fins do limite constitucional com MDE, devem-se considerar apenas as despesas destinadas à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais em educação, e que exerçam cargo, emprego ou função na atividade de ensino, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimento (grifo nosso): remuneração, proventos e pensões. As despesas com inativos e pensionistas devem ser mais apropriadamente classificadas como Previdência. A contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS referente ao pessoal ativo da área da educação deve ser considerada para fins do limite constitucional com MDE".

- R$2.002.313,66 relativos ao pagamento de funcionários que oneraram a folha de pagamento do Ensino da Prefeitura Municipal de Taubaté em 2014, mas cujas atividades desempenhadas não se relacionam diretamente com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, conforme art. 71, VI, da Lei nº 9.394/96 (conforme relação de fl. 677 do Anexo IV e folha de pagamento à fl. 677 do Anexo IV).
- R$1.570.317,23 (sendo R$665.000,10 referentes à Educação Infantil e R$905.317,13 ao Ensino Fundamental) relativos a empenhos das parcelas do Termo de Parcelamento com a SABESP, tratado no item B.1.4 deste relatório. Tal glosa se deu por se tratarem de despesas incorridas em exercícios anteriores, já que o art. 212 da Constituição se escora no princípio orçamentário da anualidade (fl. 662 do Anexo IV);
- R$555.574,99 de despesas com precatórios, por serem estas referentes a exercícios anteriores e, com base no princípio da anualidade, previsto no art. 212 da Carta Magna, não devem integrar o mínimo constitucional (fls. 663/673 do Anexo IV).
- R$566.036,42 relativos a segurança patrimonial, por não terem tais dispêndios a finalidade de desenvolvimento da Educação Básica e, também, por não se qualificarem na hipótese inclusiva do art. 70, V, da Lei

nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - fls. 663/665 do Anexo IV.

Docs. às fls. 661/800 do Anexo IV e 802/816 do Anexo V.

B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

01	O Município já conta com Plano Municipal de Educação?	Sim
02	Houve iniciativa de leis para elaboração de Plano Municipal de Educação ou adaptação do já existente, à luz LF nº 13.005/14, considerando a data limite de 26.06.15?	Não (a)
03	O Município conta com Plano de Carreira e Remuneração do Magistério?	Não (b)
04	A remuneração do Magistério encontra-se de acordo com o Piso Nacional?	Sim
05	Os professores da Educação Básica dispõem de formação superior especifica?	Sim (c)
06	O Conselho Municipal de Educação vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Sim
07	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Não (d)
08	O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Não (e)
09	O Município vem atingindo as notas previstas no IDEB?	Não (f)
10	Na Rede Municipal de Ensino há atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais?	Sim
11	Há demanda de vagas na Rede Municipal de Ensino?	Não (g)

a) A lei que instituiu o Plano Municipal de Educação não havia sido elaborada até a data da fiscalização. De acordo com declaração da Câmara Municipal de Taubaté, a Mensagem nº 45, de 18/06/15, que estabelece tal Plano, encontra-se em tramitação (fl. 817/818 do Anexo V).

b) Consoante declaração da Prefeitura à fl. 819 do Anexo V foi instituída comissão específica mas, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal (diga-se, do limite de despesa com pessoal), não foi viável sua aplicabilidade. Foi informado, ainda, que será contratada empresa especializada para elaboração do plano de carreira dos funcionários municipais (e não especificamente do Magistério).

c) De acordo com a declaração de fl. 821 do Anexo V, 90% dos professores possuem formação superior específica.

d) Consideramos que as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não cumpriu todas as suas atribuições no exercício, dadas as falhas encontradas na aplicação dos recursos e apontadas neste relatório.

e) Quanto ao Conselho de Alimentação Escolar, foram encaminhadas atas de apenas duas reuniões ocorridas em 2014 (fl. 884 do Anexo V), sendo que a primeira delas (reunião de 01/10/14) tratou prioritariamente de assuntos administrativos. Nesta ata consta, ainda, que as reuniões seriam realizadas às primeiras quartas-feiras de cada mês e, portanto, deveria haver pelo menos três reuniões durante o ano, já que o Conselho foi instituído em setembro.

Em análise à documentação encaminhada, verificamos que as atribuições de tal Conselho não foram cumpridas, pois não houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009 e dos recursos destinados à alimentação escolar, emissão de parecer conclusivo sobre o relatório anual de gestão do PNAE, nem tampouco realização de reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração/adequação do Regimento interno, em desatendimento dos artigos 2º, I, II e IV e 3º, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 226/2010 (Docs. às fls. 879/885 do Anexo V).

f) De acordo com os resultados publicados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - IDEB - o município não atingiu o índice previsto para 2013 (último resultado divulgado). Em 2013, o índice previsto para a 4ª série/ 5º ano era de 5.9, mas o observado foi de 5.6 e, para a 8ª série/ 9º ano a meta era de 5.3 e o resultado alcançado de apenas 4.6. Ademais, observamos também que o índice municipal na 4ª série/ 5º ano é inferior ao estadual. Docs. às fls. 886/889 do Anexo V.

g) Consoante declaração à fl. 891 do Anexo V, não há demanda reprimida de atendimento a esta faixa etária.

Docs. às fls. 822/891 do Anexo V.

B.3.2. SAÚDE

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação em ações e serviços de Saúde alcançou 26,21% (fls. 915/916 do Anexo V).

De nossa parte, informamos o apurado após a presente fiscalização:

SAÚDE		Valores - R$
Receitas de impostos		**542.562.249,95**
Ajustes da Fiscalização		
Total das Receitas		**542.562.249,95**
Total das despesas empenhadas com recursos próprios		**142.218.868,83**
Ajustes da Fiscalização		**(1.632.368,14)**
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de	2015	**(678.730,20)**
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde		**139.907.770,49**
		25,79%
Planejamento atualizado da Saúde		
Receita Prevista Atualizada		**634.719.924,95**
Despesa Fixada Atualizada		**150.210.058,86**
Índice apurado		**23,67%**

Conforme apuramos, aplicou o Município 25,79% da receita de impostos na Saúde, observando o piso constitucional de 15%.

De anotar que R$9.645.513,97, 1,78% daquela receita, ingressaram por se referirem a Restos a Pagar Não Liquidados, mas com lastro nas contas bancárias da Saúde (consoante saldos evidenciados no quadro abaixo, extraídos do Sistema Audesp e documentos de fls. 1041/1045 do Anexo VI), tudo conforme possibilita o inciso II, do artigo 24, da LC nº 141/12.

Domicílio Bancário	Fonte de Recursos	Código de Aplicação (Parte Fixa)	Mês	Saldo Apurado Audesp
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000064471-4: BRASIL - SAUDE 2011	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	17.043,85
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000067735-3: BRASIL - SAUDE 2012	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	9.241,38
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000073217-6: SAUDE - 2013	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	134.008,02
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000076537-6: SAUDE - 2014	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	11.234.347,50
TOTAL				**11.394.640,75**

Em face do sobredito montante, R$5.665.042,96 foram pagos até o momento da fiscalização, sendo que, ainda não quitado, o valor faltante de R$3.980.471,01 permanece depositado em conta bancária da Saúde (fls. 917/1000 do Anexo V e 1002/1134 do Anexo VI).

Com base no art. 59, § 1°, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado, por 1 (uma) vez (em fevereiro), sobre possível não atendimento do mínimo constitucional da Saúde.

Docs. às fls. 917/1000 do Anexo V e 1002/1134 do Anexo VI.

B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Inclusões 2014	
Total das inclusões	-
Exclusões 2014	
Cancelamento de Restos a Pagar	
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)	
Plano de Saúde fechado	910.497,00
Ações de Saúde não promovidas pelo SUS	
Demais despesas não elegíveis - Fiscalização	
RP Liquidados não pagos até 31.01 2015	678.730,20
Outras	721.871,14
Total das exclusões	**2.311.098,34**
Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões	**(2.311.098,34)**
Informações adicionais	
R Pagar pagos entre 01.02 2015 e a fiscalização	3.944.060,80
Saldo de RP não quitados até a fiscalização	4.159.908,10

Total de ajustes: R$ 2.311.098,34

Exclusões (síntese à fl. 906 do Anexo V):

- R$678.730,20 relativos ao saldo de restos a pagar processados de recursos próprios em 31/01/15 (fls. 917 do Anexo V e 1002/1035 do Anexo VI);
- R$77.177,76 referentes a pagamentos de inativos em discordância com o art. 4°, I, da Lei Complementar n° 141/12 (fls. 910/914 do Anexo V);
- R$910.497,00 de plano de saúde dos servidores municipais. Tal qual o art. 4°, III, da Lei Complementar

nº 141/12, não são permitidos os pagamentos referentes à assistência à saúde que não atendam ao princípio do acesso universal, previsto no art. 198 da Constituição Federal, como ocorre no caso em tela (fl. 906 do Anexo V);

- R$320.885,76 de despesas com precatórios, por serem estas referentes a exercícios anteriores e, com base na anualidade prevista no art. 198, §2º, da Carta Magna, não devem integrar o mínimo constitucional (fls. 907/909 do Anexo V);
- R$250.837,92 relativos a empenhos das parcelas do Termo de Parcelamento com a SABESP, tratado no item B.1.4 deste relatório. Tal glosa se deu por se tratarem de despesas incorridas em exercícios anteriores, já que o art. 212 da Constituição se escora no princípio orçamentário da anualidade;
- R$72.969,70 relativos a segurança patrimonial, por não terem tais dispêndios a finalidade de desenvolvimento de ações e serviços de saúde e, por não se qualificarem nas hipóteses inclusivas do art. 3º da Lei Complementar nº 141/12 (fl. 906 do Anexo V).

Docs. às fls. 906/914 do Anexo V e 1002/1035 do Anexo VI.

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

1	Mediante contas bancárias próprias, o Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde?	SIM
2	Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM

Docs. às fls. 1135/1158 do Anexo VI.

- **COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – CEI DA DENGUE:**

Ainda no tocante à saúde, encontramos falhas no planejamento inicial das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", tal qual já apontado no relatório das contas do exercício de 2013.

Consoante relatório de atividades da Prefeitura (fls. 05/14 dos autos) e dados enviados ao Sistema Audesp, não vislumbramos ações destinadas ao combate à dengue, apesar do elevado número de casos no exercício analisado.

Programa	Ação	Meta	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Empenhado Liquido	Liquidado	Pago
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	1003 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS, REFORMADOS/M2	M2-METROS QUADR.	450,00	396,52			
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2026 - APOIO A OSC C/SERV.DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO APESSOA SOROPOSITIVA	ENTIDADE APOIADA	UNIDADES	1,00	-			
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2306 - FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	5,00	5,00	7.142.971,79	6.926.892,64	6.912.147,42
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2357 - ADIANTAMENTOS DE DESPESA	NAO SE APLICA	-	-	-	633,20	633,20	332,40
						7.143.604,99	**6.927.525,84**	**6.912.479,82**

Diante disso, houve a instauração da CEI da Dengue na Câmara Municipal de Taubaté, a qual não havia sido concluída até a data da fiscalização.

Em 2013 foram registrados 598 casos e, em 2014, 9402 casos, ou seja, um aumento de 1472% no número de casos registrados no período, consoante dados disponíveis no sítio eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológico "Prof. Alexandre Vranjac", vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (fl. 1040 do Anexo VI). Em 2014 o município de Taubaté foi responsável por 40,83% dos casos de dengue da região (considerando os municípios subordinados ao Departamento Regional de Saúde XVII, do Governo Estadual, conforme fl. 1040 do Anexo VI).

Tal falta de planejamento, a nosso ver, contribui para o agravamento da realidade com o aumento vertiginoso dos casos da doença e constitui grave descumprimento do §1° do artigo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS

Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação in loco dos recursos atinentes a Multas de Trânsito, CIDE e Royalties.

Docs. às fls. 1172/1200 do Anexo VI e 1202/1229 do Anexo VII.

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município instituiu a CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio da Lei Complementar nº 358, de 29 de dezembro de 2014, conforme cópia às fls. 1230/1235 do anexo VII.

O decreto nº 13.553, de 07 de maio de 2015 (Fls. 1236/1240 do anexo VII regulamentou a LC 358/15 quanto à criação da CIP e do FUNDIP - Fundo Municipal de Iluminação Pública de natureza contábil, o qual até o mês de abril de 2015 ainda não tinha sido efetivamente implementado, sem o ingresso de nenhuma receita a esse título.

A conta corrente vinculada ao Fundip nº 80415-0 - ag. 76-0 - Banco do Brasil foi aberta somente em 12/06/2015 e em 21 de agosto de 2015 o saldo era de R$ 1.758.947,97, sendo que não haviam sido efetivadas despesas a este título, conforme documentos às fls. 1241/1245 do anexo VII.

Até o momento de nossa fiscalização o Município não havia assumido os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conforme documento ás fls. 1246 do anexo VII, o motivo para a ausência de assunção é a tentativa da Prefeitura em melhorar as condições de transição do Parque de Iluminação Pública.

Ainda, a título de notícia, por ocasião de nossa fiscalização, constatamos que o Município isoladamente pretende transferir a terceiros a execução dos serviços

relacionados à iluminação pública, por meio de licitação[5] (fls. 1254 do anexo VII).

A Administração instaurou o certame licitatório, Concorrência nº 07/2015 que objetiva a contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para a execução de manutenção e gerenciamento do parque de iluminação pública, compreendendo: manutenção corretiva e preventiva, elaboração e execução de projetos de ampliação, melhoria e adequação, cadastramento georreferendado e eficientização energética da rede de Iluminação Pública do Município.

Devido à interposição das Representações (TC-4201/989/15 e 4118/989/15) em face dos termos do edital, que poderia estar, inclusive, infringindo a Súmula 30 desta E. Corte de Contas, o Exmo. Conselheiro Relator determinou a correção do Edital e adoção de providências complementares(fls. 1251/1254 do anexo VII).

B.4. PRECATÓRIOS

B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

B.4.1.1. REGIME ESPECIAL ANUAL

PRECATÓRIOS	
Saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013	56.304.923,09
Mapas de precatórios encaminhados em 2013 para pagamento em 2014	1.176.860,16
Saldo total de precatórios existentes em 2014	**57.481.783,25**
Pagamento de precatórios efetuados em 2014	7.628.178,29
Pagamento de acordo realizado com o TJSP em 2013	5.412.705,26
Saldo de precatórios para o exercício seguinte	**44.440.899,70**
Saldo de precatórios para o exercício seguinte conforme TJSP	**45.585.890,30**
REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Requisitórios de baixa monta incidentes em 2014	64.897,90
Requisitórios de baixa monta quitados em 2014	63.547,46
Saldo para o exercício seguinte	**1.350,44**

[5] A Lei 4867/14 autoriza o município de Taubaté a celebrar com a Agência de Fomento do Estado de São Paulo operação de crédito no valor de R$ 4.397.934,92 destinadas a melhorias na Iluminação Pública no âmbito da linha Iluminação Pública.

Relativamente aos valores mencionados na tabela acima, consideramos como saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013 o valor contabilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 31/12/2013, após a dedução dos depósitos relativos àquele exercício, conforme planilha[6] juntada às fls. 1268/1274 do Anexo VII.

Verificamos que referida importância diverge do valor informado pela Origem nos documentos de fls. 1275/1300 do Anexo VII, que assinalou como saldo de precatórios devidos em 2013 o total de R$ 54.945.990,23. Tais discrepâncias, já objeto de apontamento pela fiscalização do exercício de 2013 (TC-2090/026/13), perduraram no exercício de 2014, tendo em vista que o débito escriturado no Balanço Patrimonial foi de R$ 51.439.395,14 (fls. 1301/1323 do Anexo VII), enquanto o TJSP contabilizou, em 31/12/2014, uma dívida de R$ 44.585.890,30, dessa vez em valor menor que o registrado pelo município (fls. 1379/1385 do Anexo VII).

Solicitados os esclarecimentos, a origem informou que o valor considerado pela Diretoria de Execuções de Precatórios e cálculos - DEPRE em 2013 estava equivocado, por não lançar a baixa de precatórios antigos, os quais já foram pagos pelo município. Elucidou, ainda, que as divergências existentes se originam na metodologia de cálculo para apuração dos valores de saldo de precatórios anteriores à EC 62/09. Segundo a Prefeitura, os valores que compõem o balanço patrimonial do município são compostos por saldo de parcelamentos ainda na vigência da EC 30/00, acrescidos dos novos precatórios que são recebidos no orçamento, enquanto os valores apurados pela DEPRE foram obtidos a partir dos montantes requisitados originalmente pelo Tribunal de Justiça, com a informação de quais pagamentos foram efetuados para cálculo dos valores remanescentes.

A fim de aclarar seus esclarecimentos a origem apresentou os documentos de fls. 1324/1375 do Anexo VII, que comprovam os questionamentos realizados junto ao TJSP, as diferenças nos valores apurados, alguns demonstrativos

---

[6] Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do TJSP, através do endereço: http://www.tjsp.jus.br/Institucional/Depre/GestaoPrecatorios/ValorDividaPrecatorios/ValorDivida.aspx?ID=5303&f=2

de pagamentos realizados e não computados pelo Tribunal de Justiça, bem como o saldo atualizado da dívida em julho/2015, após as adequações realizadas por aquele Departamento (R$ 41.000.058,40).

Através do Requerimento de fls. 1376/1377 do Anexo VII, solicitamos ao DEPRE informações relativas ao exato valor da dívida de precatórios da Prefeitura Municipal de Taubaté em 31/12/2014, nos sendo enviada a documentação de fls. 1378/1385 do Anexo VII. Com base nela, observamos que houve uma redução significativa no saldo do débito de precatórios da origem entre 31/12/2013 e 31/12/2014, evidenciando que alguns ajustes foram, de fato, realizados na dívida do Executivo Municipal.

Dessa forma, o valor apurado na tabela acima como saldo de precatórios para o exercício seguinte, R$ 44.440.899,70, não expressa a realidade da dívida do ente, que, segundo o DEPRE alcançava, em 31/12/2014, R$ 44.585.890,30.

É fato que reincide uma divergência entre os saldos contabilizados pela origem e pelo TJSP acerca do montante da dívida da Prefeitura. Isso porque, conforme citado alhures, existe uma dissonância entre a metodologia de cálculo utilizada. Em seus esclarecimentos de fls. 1324/1325 do Anexo VII o município confirma essa dissonância, destacando, inclusive, que o DEPRE vem uniformizando o método de cálculo para todos os precatórios que libera aos credores, o que tem levado a inúmeros questionamentos junto ao Judiciário local por se contrapor com os critérios definidos em sentença transitada em julgado. Diante disso, as diferenças requisitadas em razão do método de cálculo do DEPRE passam a ser objeto de novo precatório que mantém a mesma ordem cronológica de pagamento do precatório original.

Contrapondo-se com a redução de R$ 11.719.032,79 na dívida, segundo o TJSP, o valor registrado no Balanço Financeiro da entidade foi de R$ 51.439.395,14, havendo uma diminuição de R$ 3.506.595,09 com relação ao exercício anterior (R$ 54.945.990,23).

No exercício de 2014 a origem depositou a quantia de R$ 7.628.178,29 a título de precatórios, correspondente à atualização do valor apurado pelo TJSP às fls. 1386/1394

do Anexo VII (R$ 7.497.484,26), ou seja, o valor determinado pela EC nº 62/09.

Além da parcela anual, a Prefeitura realizou, ainda, o depósito de R$ 5.412.705,26 para pagamento de acordo firmado com o Tribunal de Justiça no exercício de 2013. O acordo realizado referia-se a um saldo das parcelas anuais de 2010, 2011, 2012 e 2013, pagas de modo insuficiente (fls. 1395/1429 dos Anexos VII e VIII).

Consoante tratado nos autos do TC-2090/026/13, o valor devido era de R$ 5.220.428,27 e foi parcelado em 12 cotas de R$ 435.035,69, a serem quitadas a partir de janeiro/2014. Conforme demonstrado nos comprovantes anexados às fls. 1405/1429 do Anexo VIII (valores atualizados), o acordo foi integralmente cumprido pela entidade.

Observamos que a importância depositada soma R$ 13.040.883,55, divergindo do valor informado ao sistema AUDESP/pentaho, na monta de R$ 11.820.150,89 (fls. 1430/1432 do Anexo VIII). Isso porque a entidade vem contabilizando a baixa de cada precatório, individualmente, e não os valores efetivamente repassados ao Tribunal de Justiça para pagamento dos precatórios em geral, conforme se verifica na movimentação da conta corrente anexada às fls. 1433/1436 do Anexo VIII.

Dessa forma, apesar da saída de R$ 13.040.883,55 dos cofres públicos, o valor registrado pela contabilidade é de apenas R$ 11.820.150,89, correspondente aos precatórios cujos pagamentos foram sendo disponibilizados pelo DEPRE em 2014. Não existem empenhos referentes aos valores depositados na conta judicial, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

Na forma como vem sendo realizada a contabilização do saldo de precatórios, a baixa do débito não está ocorrendo em conformidade com o crédito que está sendo liberado para tanto.

Quanto aos pagamentos, o DEPRE disponibilizou a liquidação de R$ 11.819.150,89 no exercício de 2014, conforme listagens de fls. 1437/1450 do Anexo VIII. O sistema AUDESP/Pentaho, por sua vez, registrou o empenho, a liquidação e o pagamento de R$ 11.860.878,36, sendo R$

40.727,47 referentes a outras sentenças judiciais não inseridas na conta de precatórios, abaixo discriminadas:

Nome do Credor	Em	Em	Histórico / Descrição do Empenho	Dt. Emiss	l. Empenh	Vl. Anulaç	mpenho	Vl. Liquid	Vl. Pag
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	17322	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA- ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	14/11/2014	7.112,61	-	7.112,61	7.112,61	7.112,61
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	8059	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-VANDER DE ABREU PJ-1006/99	15/5/2014	7.102,47	-	7.102,47	7.102,47	7.102,47
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	14985	2014	PRECATORIO-RECLAM.TRABALHISTA - ANTONIO CANDIDO DI	8/10/2014	2.230,22	-	2.230,22	2.230,22	2.230,22
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	15445	2014	PRECATORIO-RECLAM.TRABALHISTA-MARIA DAS GRACAS DE	17/10/2014	1.852,72	-	1.852,72	1.852,72	1.852,72
MARIA ROSA PENA CARNEIRO	15021	2014	ACAO DE INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	8/10/2014	2.000,00	-	2.000,00	2.000,00	2.000,00
JUIZO DE DIREITO 1 VARA TRABALHO DE	8478	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-HONORARIOS ADVOCA TICIOS-	22/5/2014	231,19	-	231,19	231,19	231,19
JUIZO DE DIR.DA VARA DA FAZ.PUBL. CO	3121	2014	DEBITO DE PEQUENO VALOR-VANDERLEI PEREIRA DE MOURA	18/2/2014	15.105,93	-	15.105,93	15.105,93	15.105,93
JUIZO DIR 4. VAR CIV COM TTE	7437	2014	PRECATORIO-ALAYDE CASTILHO ARDITO P.J.-06/96	30/4/2014	304.716,93	304.716,93	-	-	-
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	11026	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-DEBITO DE PEQUENO VALOR-NA	31/7/2014	5.092,33	-	5.092,33	5.092,33	5.092,33
TOTAL					345.444,40	304.716,93	40.727,47	40.727,47	40.727,47

Diante de todo o exposto, entendemos que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna os valores efetivamente devidos e pagos pelo município, caracterizando ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.° 4.320, de 1964).

Quanto aos requisitórios de baixa monta, o Município pagou os valores devidos no exercício, à exceção do Requisitório do Processo n° 42.372/2009, no valor de R$ 1.350,44, cujo pagamento foi realizado em 16/04/2015, conforme comprovante e documentos de fls. 1451/1457 do Anexo VIII.

Docs. às fls. 1255/1457 dos Anexos VII e VIII.

B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF)

Considerando o valor dos depósitos até o presente exercício, o quadro abaixo procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2020, conforme decidido pelo STF.

DECISÃO DO STF : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2020	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2014		44.585.890,30
Número de anos restantes até 2020		6
Valor anual necessário para quitação até 6		7.430.981,72
Montante pago no exercíco de 2014		7.497.484,26
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2020		

O valor considerado como saldo de precatórios até 31/12/2014 (R$ 44.585.890,30) foi o informado pelo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dada a divergência de valores já elucidada acima.

Sob essa marcha, observamos que o saldo será todo pago até o final de 2020.

Demais disso, observamos que o Balanço Patrimonial não registra, corretamente, as pendências judiciais, havendo ofensa aos princípios da Transparência Fiscal (art. 1°, § 1°, da LRF) e da Evidenciação Contábil (art. 83, da LF n° 4.320/64), conforme tratado no item B.4.1.1.

B.5. OUTRAS DESPESAS

B.5.1. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

RGPS (INSS): Recolhimentos apresentados

FGTS: Recolhimentos apresentados

RPPS (Regime Próprio): Recolhimentos apresentados

PASEP: Recolhimentos apresentados

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência do Município de Taubaté, cujas contas estão abrigadas no TC-1485/026/14.

O Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária (fl. 1458 do Anexo VIII).

Docs. às fls. 1458/1467 do Anexo VIII.

B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais foram todos fixados pelas Leis Municipais n°s 4.627 e 4.628, de 23 de março de 2012 (fl. 1469 do Anexo VIII).

Em 2014, não houve modificação do subsídio daqueles agentes políticos por lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, conforme previsto no art. 29, V da Constituição.

Houve revisão geral anual de 6,5%, no exercício em análise, por meio da Lei nº 4.987, de 22 de maio de 2015 (fl. 1470 do Anexo VIII). Dessa forma, o subsídio do Prefeito Municipal passou para R$ 15.025,31; o do Vice-Prefeito para R$ 4.507,00; os dos Secretários Municipais para R$ 9.624,67.

Segundo nossos cálculos, não ocorreram pagamentos indevidos.

Foram apresentadas as declarações de bens, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 (fl. 1468 do Anexo VIII).

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Na amostra, o exame documental mostrou as seguintes falhas:

a) Adiantamentos

Analisamos, por amostragem, os processos de adiantamento realizados em 2014 (relação às fls. 1471/1476 do Anexo VIII) e verificamos a comprovação de despesa com refeição sem especificação da quantidade e valores unitários, apenas com descrição genérica do gasto, bem como recibos de pedágio anexados ao processo sem a devida cópia para impedir que fiquem ilegíveis. Tais irregularidades tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, dispostos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Como exemplos, temos os processos de adiantamento nºs 17/2014 e 46/2014 (fls. 1477/1480 do Anexo VIII).

b) Convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU

Convênio Creches - Processo nº 34982/13

I) Do ajuste

A Prefeitura Municipal de Taubaté firmou, em 11/04/14, convênio com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$13.557.142,32, para planejamento, promoção e desenvolvimento das atividades através dos auxiliares de desenvolvimento infantil e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nos projetos.

O termo de convênio foi analisado no processo TC-979/007/14, em que foram observadas as seguintes falhas:

- Ausência de norma autorizadora do repasse;
- Plano de trabalho não aprovado e em desacordo com o §1°, II, do artigo 116 da LF n.° 8.666/93;
- Ausência de estimativa trienal do impacto orçamentário-financeiro, descumprindo o art. 16, I, da LRF;
- Falta do protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio à Câmara Municipal);
- Indícios de favorecimento da Universidade de Taubaté e/ou conhecimento prévio de que o convênio seria firmado com esta entidade, frustrando o caráter competitivo do chamamento público e contrariando os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal;
- Ausência de previsão, no estatuto social da entidade conveniada, de prestação de serviço de gestão de creches municipais como uma de suas finalidades;
- Falta de experiência da entidade conveniada em relação ao objeto do ajuste, uma vez que o número de crianças nas creches objeto do convênio é 36570% maior que o número de crianças que a UNITAU possui em sua creche; pessoal insuficiente para suprir as necessidades do ajuste;
- Contratação de profissionais para suprir a necessidade do convênio, s.m.j., constitui forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Contratação de auxiliares de desenvolvimento infantil com salário abaixo do piso pago pela Prefeitura Municipal a cargo equivalente, indicando falta de planejamento do Município e corroborando com a tese de que

o convênio com a UNITAU não se constitui adequado e suficiente para a gestão das creches do município de maneira eficiente e eficaz;

- Critérios de seleção da entidade não objetivos, possibilitando, s.m.j., o favorecimento de entidades em detrimento de outras e descumprindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, previstos no art. 3°, caput, da Lei n° 8.666/93;
- Contabilização das transferências financeiras em modalidade de aplicação equivocada.

Ateremo-nos, aqui, à análise da prestação de contas dos repasses efetuados no exercício de 2014.

II) Da execução do convênio

Primeiramente, analisamos o convênio no que tange a sua execução e verificamos que, embora tenha sido firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, sua operacionalização se deu através da Fundação Universitária de Taubaté – FUST.

Em 06/02/13 foi realizado um convênio genérico entre várias entidades municipais (UNITAU, FUST, FUNAC – Fundação Artística e Cultural da UNITAU, FAPETI – Fundação de Apoio à Pesquisa, Tecnologia e Informação, FUNCABES – Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Universidade de Taubaté e EPTS – Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté), cujo objeto é o "desenvolvimento de programas entre a UNITAU, suas fundações e a EPTS" (Termo de Convênio às fls. 1772/1776 do Anexo IX).

Após a assinatura do convênio genérico acima mencionado, foi firmado o termo aditivo n° 02, em 11/04/14 (fls. 1777/1783 do Anexo IX) restringindo o objeto e os envolvidos: inclui apenas a UNITAU e a FUST, tem como objeto a "gestão e execução das ações relativas ao Plano de Trabalho vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Taubaté, para atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – à criança de zero a cinco anos de idade" e apresenta valor de R$ 1.129.761,86 mensais (ou seja, R$13.557.142,32 por ano).

Frisamos que a data de assinatura deste convênio, seu objeto, prazo e valor são os mesmos do convênio entre a Prefeitura e a UNITAU (fls. 1784/1789 do Anexo IX), cuja prestação de contas de 2014 aqui analisamos.

Verificamos na cláusula quinta, item 5.1, do termo de convênio firmado entre a UNITAU e a FUST a retenção de 1%, pela UNITAU, para pagamento de "impostos e outras taxas", sem especificação (fl. 1782 do Anexo IX) que, em 2014, foi de R$84.837,70).

Temos, pois, que a Prefeitura firmou convênio com a UNITAU, tendo esta repassado a execução do convênio para a FUST, ainda com o custo de 1% do valor total. Assim, há dois convênios para a mesma finalidade, o que consideramos inadequado do ponto de vista da eficiência, da economicidade e do controle dos recursos envolvidos.

A prestação de contas aqui analisada, embora seja relativa ao convênio entre a Prefeitura e a UNITAU, contempla notas fiscais de contratos firmados entre empresas privadas e a FUST, o que é inaceitável. Ora, é inviável que a UNITAU fiscalize a aplicação de recursos do convênio com a FUST (obrigação da convenente), sendo que ela mesma se utiliza dos documentos que deveria fiscalizar para apresentá-los à Prefeitura como prestação de contas de outro convênio.

Torna-se, assim, evidente que a manobra realizada pela UNITAU prejudica a fiscalização da aplicação dos recursos e, acima de tudo, fere os princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1°, §1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tais apontamentos ocorreram, também, no relatório das contas de 2014 da entidade conveniada – UNITAU, no TC-1783/026/14 (cópia às fls. 2006/2009 do Anexo XI), corroborando com o acima noticiado. De acordo com este relatório, não há razão para que os recursos financeiros, que são aplicados pela Prefeitura, transitem pela contabilidade da UNITAU para, no fim, ser repassado à FUST.

Observamos na previsão de custo e na memória de cálculo para realização do termo de aditamento ao convênio entre Prefeitura e UNITAU, que acresceu 11,84% ao valor dos repasses (fl. 1790 do Anexo IX) a previsão para pagamento de pessoal e insumos e, também, de despesas administrativas (6% sobre o total planejado), sem a especificação do que vêm a ser tais possíveis dispêndios.

Não encontramos na prestação de contas de 2014 comprovações de tais despesas, mas tão-somente de despesas de pessoal e de aquisição de insumos. Como a UNITAU não devolve aos cofres da Prefeitura os valores não aplicados ao final do exercício, o controle de tais despesas se torna ainda mais difícil e a aplicação de tais despesas se assemelham, por fim, à cobrança de taxa de administração, incompatível com a finalidade da transferência de recursos e consistindo em vantagem que a entidade pretende auferir na execução do ajuste, ferindo o princípio da economicidade.

Os descumprimentos acima confirmam e agravam o fato de a UNITAU ter repassado, por convênio, a operacionalização dos serviços à FUST. Afinal, a documentação comprobatória da despesa realizada serve a dois ajustes de mesmo objeto, com entidades diferentes, sendo que a UNITAU, além de não executar o serviço, recebe vantagem pecuniária pela intermediação.

Destacamos que no termo de convênio não constam metas objetivas a serem cumpridas pela conveniada, dificultando a verificação das atividades que deveriam ser realizadas pela UNITAU e das efetivamente desenvolvidas e, por conseguinte, prejudicando a análise da prestação de contas (Termo de Convênio às fls. 1784/1789 do Anexo IX).

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

De acordo com o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas elaborado pela conveniada (fls. 1806/1808 do Anexo X), foram repassados R$8.483.769,56 e auferidas receitas com aplicações financeiras de R$81.175,40, totalizando R$8.564.944,96 de recursos públicos oriundos do convênio (comprovantes das transferências realizadas à UNITAU às fls. 1796/1800 do Anexo IX e 1802/1805 do Anexo X).

No mesmo documento há indicação de despesas efetuadas de R$8.483.769,56 (ou seja, todo o valor repassado, desconsiderando receitas de aplicações financeiras), restando saldo "autorizado para aplicação no exercício seguinte" de R$81.175,40 (que corresponde aos rendimentos financeiros).

Não há, entretanto, na prestação de contas, comprovante da autorização para aplicação do saldo de 2014 no exercício seguinte. Além disso, o parágrafo segundo da cláusula décima do termo de convênio (fl. 1788 do Anexo IX) prevê a devolução dos recursos não utilizados apenas ao término do convênio, o que consideramos inadequado para o controle dos valores repassados e utilizados.

Em relação ao valor das despesas realizadas, indicado no demonstrativo integral de receitas e despesas, este não é comprovado nas prestações de contas. A UNITAU considerou que todo o valor repassado foi aplicado, o que não aconteceu, conforme quadro a seguir, elaborado a partir da documentação apresentada pela origem às fls. 1841/2000 do Anexo X.

COMPROVAÇÕES DOCUMENTAIS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Pessoal	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
Salário Liquido	284.995,12	315.564,44	276.736,74	316.613,45	332.166,07	286.758,40	438.149,17	2.250.983,39
FGTS	24.352,63	28.129,75	24.613,46	28.508,92	29.343,26	25.890,90	38.659,15	199.498,07
PIS	3.050,57	3.495,94	3.686,11	3.617,26	3.687,57	4.072,59	4.072,33	25.682,37
INSS	24.425,08	24.236,69	25.583,26	24.271,51	23.999,51	31.976,40	29.037,53	183.529,98
Total de despesa de pessoal comprovada na prestação de contas	**336.823,40**	**371.426,82**	**330.619,57**	**373.011,14**	**389.196,41**	**348.698,29**	**509.918,18**	**2.659.693,81**

Insumos	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
L&C Comércio de Papelaria	-	-	135.200,00	-	-	242.759,16	1.062,00	379.021,16
TR2	244.419,00	-	-	28.327,08	29.514,24	16.511,96	29.514,24	348.286,52
OP	232.376,90		-	-	-	99.187,20	58.944,60	390.508,70
Orla	-	97.421,70	107.971,20	378.183,80	293.369,12	148.299,70	269.476,62	1.294.722,14
Alves & Cabral	-	-	-	15.300,00	101.582,06	72.779,76	38.947,16	228.608,98
MS Araújo	-	111.898,10	-	-	-	-	64.190,00	176.088,10

Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	476.795,90	209.319,80	243.171,20	421.810,88	424.465,42	579.537,78	462.134,62	2.817.235,60
TOTAL (Pessoal + Insumos)	813.619,30	580.746,62	573.790,77	794.822,02	813.661,83	928.236,07	972.052,80	5.476.929,41
Valor da Nota Fiscal	1.129.761,86	1.129.761,86	1.129.761,86	1.129.761,86	1.321.574,04	1.321.574,04	1.321.574,04	8.483.769,56
Diferença - Valores repassados e não comprovados	316.142,56	549.015,24	555.971,09	334.939,84	507.912,21	393.337,97	349.521,24	3.006.840,15

Fica, assim, evidente que foram repassados R$8.483.769,56 à UNITAU e comprovadas despesas de R$ 5.476.929,41, devendo restar saldo em conta bancária de R$3.006.840,15 (recibos emitidos pela UNITAU e documentos referentes às despesas realizadas - comprovadas pela FUST - às fls. 1841/2000 do Anexo X.

Não foram anexadas à prestação de contas as demonstrações financeiras da conveniada, nem tampouco os extratos bancários emitidos pelo banco e a conciliação bancária de dezembro de 2014, apesar de requisitado pela fiscalização (fl. 2010 do Anexo XI). Foram apresentados apenas documentos elaborados pela UNITAU demonstrando o saldo da conta vinculada ao convênio, que no fim do exercício de 2014 era de R$2.033.824,45 (fls. 1814/1815 do Anexo X).

Observamos que não há identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo, embora conste no Parecer Conclusivo emitido pelo ente convenente (fls. 1809/1811 do Anexo X) o cumprimento de tal obrigação. Isso ocorre pois, como a mesma documentação serve para comprovar despesas de convênios distintos, seria inviável a anotação de dois números de convênio, dois órgãos repassadores e duas fontes de recurso no mesmo documento comprobatório. Tal irregularidade fere o princípio da transparência, prejudicando o controle das despesas e, por conseguinte, a fiscalização do convênio.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Conforme consta no quadro anterior, foram pagos com recursos do convênio R$2.659.693,81 a título de pessoal e encargos, valor este que, apesar de sair dos cofres da Prefeitura por meio do ajuste, não compõe a despesa de pessoal do Executivo municipal (já que, formalmente, os recursos humanos são contratados e pagos pela FUST, fundação ligada à UNITAU, cujas despesas de pessoal não são consolidadas no demonstrativo do Executivo).

Dessa forma, o convênio entre a Prefeitura e a UNITAU funciona, nitidamente, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda mais por estar o município, consoante se depreende do item B.2.2, além do limite máximo permitido na legislação.

Ademais, tal estratégia para diminuir os gastos de pessoal foi, inclusive, veiculada na mídia local (fls. 2002/2005 do Anexo XI) e o pagamento de recursos humanos já estava previsto no plano de trabalho da UNITAU (fls. 1822/1823 do Anexo X).

V) Das reponsabilidades da Prefeitura

Quanto à entidade convenente, temos que não fiscalizou adequadamente a execução financeira do convênio, uma vez que:

- Não proibiu a redistribuição dos recursos repassados à conveniada;
- Não fiscalizou adequadamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;
- Não exigiu a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas, do número do convênio e identificação do órgão público convenente a que se referem;
- Não exigiu, na prestação de contas, a documentação mínima para fiscalização do convênio:
  - relatório da conveniada sobre as atividades desenvolvidas;

- conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão convenente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada do respectivo extrato bancário;
- balanços patrimoniais de 2014 e 2013 e demais demonstrações contábeis e financeiras da conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado de dezembro;
- certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da conveniada e respectivos períodos de atuação;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração elaborada pelo Controle Interno do órgão acerca da legalidade dos repasses, atestando a eficácia e eficiência dos resultados alcançados.

Dessa forma, descumpre a Prefeitura o disposto no princípio da legalidade e da eficiência, dispostos no art. 37 da Carta Magna.

Docs. às fls. 1772/1800 do Anexo IX, 10802/2000 do Anexo X e 2002/2010 do Anexo XI.

Convênio Monitores - Processo n° 8116/13

I) Do ajuste

A Prefeitura Municipal de Taubaté firmou, em 2013, convênio com a Universidade de Taubaté - UNITAU, no valor de R$ 4.364.953,93, para execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

II) Da execução do convênio

Verificamos, na execução do convênio, a mesma irregularidade encontrada no ajuste analisado anteriormente (processo nº 34982/13): embora o convênio tenha sido firmado entre a Prefeitura e a UNITAU, esta firmou convênio com a FUST, transferindo sua operacionalização.

Dessa forma, há dois convênios para a mesma finalidade, o que consideramos inadequado do ponto de vista da eficiência e do controle dos recursos envolvidos e prejudicial à fiscalização da aplicação dos recursos. Ademais, a documentação comprobatória da despesa realizada serve a dois ajustes de mesmo objeto, com entidades diferentes. Tal falha fere os princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destacamos que no termo de convênio não constam metas objetivas a serem cumpridas pela conveniada, dificultando a verificação das atividades que deveriam ser realizadas pela UNITAU e das efetivamente desenvolvidas e, por conseguinte, prejudicando a análise da prestação de contas (Termo de Convênio às fls. 1492/1496 do Anexo VIII).

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Consoante relatório do TC-144/007/15, que trata da prestação de contas de 2013 do convênio em análise, a forma como foram realizados os repasses não são característicos da modalidade convênio, assemelhando-se, tão somente, a um contrato administrativo. Primeiramente a UNITAU apura o número de alunos atendidos no período de competência e multiplica-o pelo valor contratado por aluno (R$13,41). Depois, soma a tal montante os valores dos insumos adquiridos, obtendo-se, por fim, a quantia a ser desembolsada no mês. Calculado tal valor de repasse, a UNITAU emite, então, uma nota fiscal, que deve ser paga pela Prefeitura no mês seguinte ao de sua competência.

Além disso, os pagamentos são feitos à Universidade de Taubaté após prestação dos serviços, mediante a apresentação das faturas mensais, com documentos e discriminação dos serviços efetivamente prestados no período.

Assim, a prestação de contas e o respectivo pagamento não são realizados conforme indica a natureza jurídica de convênio, com repasse de verba para posterior prestação de contas, mas sim de contrato administrativo, cujo preço somente é pago após a apresentação do documento fiscal de comprovação da prestação do serviço.

De acordo com o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas elaborado pela conveniada (fls. 1485/1487 do Anexo VIII), foram repassados R$3.488.155,87 e auferidas receitas com aplicações financeiras de R$76.539,53, totalizando R$3.564.695,40 de recursos públicos oriundos do convênio.

No mesmo documento há indicação de despesas efetuadas de R$3.488.155,87 (ou seja, todo o valor repassado), restando saldo "autorizado para aplicação no exercício seguinte" de R$76.539,53 (que corresponde aos rendimentos financeiros).

Não há, entretanto, na prestação de contas, comprovante da autorização de aplicação do saldo de 2014 no exercício seguinte. Além disso, o parágrafo segundo da cláusula décima do termo de convênio prevê a devolução dos recursos não utilizados apenas ao término do convênio, o que consideramos inadequado para o controle dos valores repassados e utilizados.

Em relação ao valor das despesas realizadas, indicado no demonstrativo integral de receitas e despesas, este não é comprovado nas prestações de contas. A UNITAU considerou que todo o valor repassado foi aplicado, o que não aconteceu, conforme quadro a seguir.

Pessoal	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Monitores	209.913,90	-	186.706,80	201.169,15	196.407,75	204.713,60

Insumos	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Rivaldo Valério Neto EPP		-	-	-	-	-

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

AMV Com. Prom. De Eventos Esportivos e Arbitr. Ltda ME		-	-	-	-	30.152,00
OP Materiais Serviços Importação e Exportação Ltda ME		72.265,52	900,00	11.384,00	-	28.004,15
Orla Dist. De Produtos EIRELI		129.016,75	141.271,30	-	3.956,00	69.781,67
Alves & Cabral Ltda EPP		37.581,96	3.750,00	-	-	-
Esporte Vale - Comercial de Artigos Esportivos Ltda ME		787,20	30.877,75	-	-	31.791,85
Aliança C. C. C. Ltda ME		93.019,60	-	-	-	28.349,54
Esportivos e Arbitr. Ltda ME		-	2.900,00	-	-	-
Autopel Automação Comercial e Informática Ltda			30.821,00	-	-	48.433,00
Outros	38.941,00	-	-	-	-	
Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	**38.941,00**	**332.671,03**	**210.520,05**	**11.384,00**	**3.956,00**	**236.512,21**

TOTAL (Pessoal + Insumos)	**248.854,90 -**	**332.671,03**	**397.226,85**	**212.553,15**	**200.363,75**	**441.225,81**

Valor da Nota Fiscal	**248.854,90 -**	**358.895,03**	**397.226,85**	**212.553,15**	**200.363,75**	**441.225,81**

Diferença - Valores repassados e não comprovados	**-**	**26.224,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

Pessoal	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL 2014
Monitores	- 202.864,90	201.115,95	205.298,80	204.234,80	206.735,20	204.972,95	**2.224.133,80**

Insumos	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
Rivaldo Valério Neto EPP			-	-	-	59.118,00	**59.118,00**
AMV Com. Prom. De Eventos Esportivos e Arbitr. Ltda ME			-	-	-	-	**30.152,00**
OP Materiais Serviços Importação e Exportação Ltda	11652,5	3.663,56	-	-	-	151.009,30	**278.879,03**

ME							
Orla Dist. De Produtos EIRELI	86.547,58	4.184,21	-	-	-	39.402,00	**474.159,51**
Alves & Cabral Ltda EPP	30.904,43	-	-	-	-	-	**72.236,39**
Esporte Vale - Comercial de Artigos Esportivos Ltda ME	-	-	-	-	-	-	**63.456,80**
Aliança C. C. C. Ltda ME		1.162,50	12.441,00	-	-	3.728,00	**138.700,64**
Esportivos e Arbitr. Ltda ME	-	-	-	-	-	-	**2.900,00**
Autopel Automação Comercial e Informática Ltda	-	-	-	-	-	-	**79.254,00**
Outros	-	-	-	-	-	-	**38.941,00**
Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	**129.104,51**	**9.010,27**	**12.441,00**	**-**	**-**	**253.257,30**	**1.237.797,37**

TOTAL (Pessoal + Insumos)	331.969,41	210.126,22	217.739,80	204.234,80	206.735,20	458.230,25	3.461.931,17

Valor da Nota Fiscal	**331.969,41**	**210.126,22**	**217.739,80**	**204.234,80**	**206.735,20**	**458.230,95**	**3.488.155,87**

Diferença - Valores repassados e não comprovados	-	-	-	-	-	0,70	26.224,70

Fica, assim, evidente que foram repassados R$3.488.155,87 à UNITAU e comprovadas despesas de R$ 3.461.931,17, devendo restar saldo em conta bancária de R$26.224,70 referentes aos repasses (consoante demonstrado acima) e R$76.539,53 de receitas de aplicações financeiras, totalizando R$102.764,23 (recibos emitidos pela UNITAU e documentos referentes às despesas realizadas - comprovadas pela FUST - às fls. 1535/1600 do Anexo VIII e do 1602/1771 do Anexo IX).

Entretanto, conforme extratos bancários de fls. 1488/1491 do Anexo VIII havia R$1.337.263,71 na conta vinculada ao convênio, sem a devida conciliação, o que reflete a falta de controle por parte da Prefeitura Municipal de Taubaté.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Tal qual ocorre no convênio objeto do processo nº 34982/13 (creches), analisado anteriormente, foram pagos R$2.224.133,80 a título de pessoal (monitores) com os valores oriundos do convênio (conforme quadro anterior e docs. de fls. 1535/1600 do Anexo VIII e 1602/1771 do Anexo IX). A nosso ver, tal manobra é, s.m.j., um meio de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V) Das reponsabilidades da Prefeitura

Quanto à entidade convenente, temos que não fiscalizou adequadamente a execução financeira do convênio, uma vez que:

- Não proibiu a redistribuição dos recursos repassados à conveniada;
- Não fiscalizou adequadamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;
- Não exigiu a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas, do número do convênio e identificação do órgão público convenente a que se referem;
- Não exigiu, na prestação de contas, a documentação mínima para fiscalização do convênio:
  - relatório da conveniada sobre as atividades desenvolvidas (no processo consta apenas o referente ao exercício de 2013);
  - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão convenente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada do respectivo extrato bancário;
  - balanços patrimoniais de 2014 e 2013 e demais demonstrações contábeis e financeiras da conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado de dezembro;
  - certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da conveniada e respectivos períodos de atuação;

- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração elaborada pelo Controle Interno do órgão acerca da legalidade dos repasses, atestando a eficácia e eficiência dos resultados alcançados.

O parecer conclusivo emitido pela origem encontra-se juntado às fls. 1481/1483 do Anexo VIII.

Dessa forma, descumpre a Prefeitura o disposto no princípio da legalidade e da eficiência, dispostos no art. 37 da Carta Magna.

Destacamos, ainda, que a aplicação da parcela referente ao mês de dezembro de 2013, no valor de R$ 248.854,90, foi aqui analisada pois o repasse da Prefeitura à UNITAU ocorreu em janeiro de 2014.

Sugerimos à próxima fiscalização que atente para a análise da prestação de contas da parcela referente a dezembro de 2014 e repassada em janeiro de 2015, não considerada nesta prestação de contas (recibo nº 04/15, de 08/01/15, no valor de R$350.629,30 e nota fiscal emitida pela FUST nº 2022, de mesma data).

Docs. às fls. 1481/1600 do Anexo VIII e 1602/1771 do Anexo IX.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL

O gasto com combustível mostrou-se compatível com o número de veículos da Prefeitura.

Observamos, porém, que o valor informado pela Prefeitura (R$2.390.534,54) apresenta divergência em relação ao enviado ao Sistema Audesp, empenhado no

subelemento 33903001 e utilizado para compra de combustível (montante empenhado líquido de R$2.771.159,72, liquidado de R$2.406.089,54 e pago de R$2.350.807,00).

Docs. às fls. 2011/2023 do Anexo XI.

B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS

Pelos testes, constatamos a correta adequação dos setores de almoxarifado e bens patrimoniais.

Quanto ao setor de tesouraria, tal qual no exercício anterior, verificamos divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade (fls. 2029/2036 do Anexo XI). Após esse período, a situação foi regularizada.

As disponibilidades de caixa são depositadas em bancos estatais, atendendo-se a ao artigo 164, § 3°, da Constituição Federal.

Nos termos do artigo 96, da LF n° 4.320/64, O Município realizou o levantamento geral dos bens móveis e imóveis (declaração à fl. 2038 do Anexo XI).

Observamos que o Balanço Patrimonial não registra corretamente o saldo apurado no levantamento geral de bens móveis e imóveis.

Docs. às fls. 2029/2038 do Anexo XI.

B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A, da CF, tal qual abaixo se vê:

Valor utilizado pela Câmara em: **2014**		28.204.361,54
Despesas com inativos		76.798,27
Subtotal		28.127.563,27
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2013	527.695.767,51
Percentual resultante		**5,33%**

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos o não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos e tampouco publicação justificando eventual descumprimento, nos termos do artigo 5° da Lei n° 8666/93, consoante informação constante no processo de acompanhamento da gestão fiscal – TC-563/126/14.

Apesar disso, a origem declarou a estrita observância da ordem, informando não ter havido preterimento de nenhum pagamento (Declaração às fls. 2039 do Anexo XI).

Conforme demonstrativo extraído do Sistema Audesp, verificamos que no exercício de 2014 foram realizados 101 pagamentos no valor total de R$ 28.945.654,68 (fls. 2040/2044 do Anexo XI) fora da ordem cronológica de pagamentos, descumprindo o art. 5° da Lei n° 8.666/1993.

Docs. às fls. 2039/2044 do Anexo XI.

PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS

Conforme dados encaminhados ao Sistema AUDESP, assim se compôs a despesa da Prefeitura:

Modalidade	Valores - R$	Percentual
Concorrência	44.334.112,30	13,92%
Tomada de Preços	11.949.093,38	3,75%
Convite	780.416,12	0,25%
Pregão	160.280.232,83	50,34%
Concurso	-	0,00%
BEC - Bolsa Eletrônica de Compras	-	0,00%
Dispensa de licitação	18.192.545,95	5,71%
Inexigibilidade	17.917.618,68	5,63%
Outros / Não aplicável	64.943.179,06	20,40%
Total geral	**318.397.198,32**	**100,00%**

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO

Preliminarmente, entendemos que as falhas destacadas devem ser analisadas **em conjunto**, por se tratarem de

irregularidades comuns ao órgão e reiteradas em diversos processos licitatórios, ensejando a necessidade de verificação do procedimento empregado na formalização dos certames e contratações em geral.

Esclarecemos que as licitações foram mencionadas **a título de exemplo** e que foram analisados alguns certames do exercício de 2013 em razão da formalização dos contratos e/ou dos Termos Aditivos no exercício de 2014.

Na amostra analisada, apuramos o que segue:

a) Falhas no Planejamento da Administração

Analisando os processos de licitação selecionados verificamos que em grande parte deles foram identificadas irregularidades relacionadas a falhas no planejamento da Administração Pública, que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e no dispêndio desnecessário de dinheiro público.

Através da Concorrência nº 12/2013 (fls. 2045/2177 do Anexo XI), por exemplo, a empresa ELEFE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EPP foi contratada para a execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos pra ampliação de salas de aula em unidades de Ensino Infantil, conforme Planilhas e Memorial Descritivo anexados ao Edital (fls. 2045/2133 do Anexo XI).

Ocorre que ao longo da execução contratual verificamos a incidência de diversas solicitações de alterações no objeto contratado que envolveram, além do acréscimo de serviços não previstos na planilha inicial, a alteração do local de construção de algumas salas de aula.

Por meio do Memorando datado de 25/11/2013 a Secretária de Educação solicitou que as duas salas de aula que seriam construídas na Creche Municipal Carmelita Santos de Oliveira - Bairro Vila Aparecida fossem construídas na Creche Municipal Profª. Ana Maria Zarzur - Bairro Fonte Imaculada, uma vez que, no bairro Vila Aparecida já estava em construção uma nova unidade escolar que atenderia a faixa etária de berçário (fls. 2145/2146 do Anexo XI).

Notamos que foram sendo realizados aditamentos para acréscimo e supressão de valores, com vistas a adequar a construção das salas de aula à realidade que foi encontrada em cada escola em particular, no momento do início da obra/serviço, o que evidencia que o planejamento prévio à licitação não foi realizado de forma adequada e eficiente.

Embora o certame tenha se voltado à ampliação de salas de aula em unidades de Ensino Infantil pré-determinadas, o levantamento efetuado pela Prefeitura foi falho e impreciso, não sendo capaz de atestar a real necessidade das unidades e a viabilidade da implantação física das construções.

O Termo Aditivo de 28/04/2014 (fls. 2154 do Anexo XI), por exemplo, acresce em 21,14% o valor contratual inicial, equivalente a R$ 401.659,24, abrangendo dentro dos serviços adicionais a alteração da alvenaria licitada, reforço na fundação para suportá-la e a instalação de tapumes de isolamento da área das obras e do próprio canteiro de obras.

A justificativa apresentada pela Secretaria de Obras para o Aditamento destaca a falha na elaboração da planilha orçamentária inicial que "considerou as paredes das salas de aulas apenas como alvenaria de vedação, quando era necessária a execução de paredes estruturadas com alvenaria autoportantes para suportar e absorver as cargas provenientes das lajes das salas de aula nas dimensões propostas" (fls. 2152 do Anexo XI).

Referido documento também ressalta que a planilha base considerou as "lajes de forro das salas de aula com estrutura em treliça H8, que não suporta as cargas da concretagem da laje com o vão livre de 7,00", bem como a necessidade de reforço estrutural nas fundações com o aumento de consumo de aço e concreto.

Outras falhas de planejamento foram destacadas: não foi considerada a necessidade de instalação de tapumes de isolamento da área das obras do corpo da escola e de instalação de canteiro de obras; e as áreas de cobertura das salas indicadas na planilha estão menores que as áreas efetivamente necessárias para atender as necessidades da obra.

Corroborando a fragilidade do planejamento Administrativo, o Termo de Supressão de Contrato, de 01/08/2014 (fls. 2164 o Anexo XI) corta 20,48% do valor contratual, que corresponde a R$ 471.484,69, excluindo do objeto contratual as unidades EMEI Profª. Inês Aparecida Damasceno Vanzella, EMEI Prof. Fabio Moura, EMEI Prof. Maud Sá de Miranda Monteiro e EMEI Prof. Rubens Duarte.

No caso da EMEI Prof. Rubens Duarte, a solicitação de fls. 2158 do Anexo XI atesta que, quando da demarcação das obras, foi constatado que as áreas livres destinadas à ampliação possuíam topografia irregular, com grandes desníveis, não oferecendo condições para implantação conforme especificações definidas no projeto.

Dentro do mesmo contexto analisamos a Concorrência nº 05/2013 (fls. 2178/2297 dos Anexos XI e XII), voltada à construção de uma creche municipal na Rua Projetada, 269, na Vila São José. No curso da execução do contrato celebrado com a empresa ALEXANDRE DANELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP foi solicitada a realização de Aditamento contratual voltado à alteração do método construtivo da fundação e à substituição da alvenaria de tijolos cerâmicos de 9cm para 14cm (fls. 2247/2248 do Anexos XII).

Tais alterações foram justificadas nas características do terreno e na necessidade de garantir a segurança da construção e demandaram um importe de R$ 118.239.81, equivalente a 8,49% do valor contratado.

Outros serviços foram acrescidos ao contrato inicial através do Termo de Aditamento de 06/01/2014 (fls. 2265 do Anexo XII), sob a justificativa de melhorar as condições de higiene, limpeza e manutenção nos corredores principais e pátios internos da escola, de melhorar as condições acústicas e térmicas do pátio interno e de melhorar as condições de acessibilidade de alunos e professores às instalações (fls. 2260/2261 do Anexo XII).

As modificações realizadas evidenciam falhas da Administração quando da elaboração dos seus projetos e planilhas, que importaram, no caso em exemplo, em mais um acréscimo de 11,11% ao valor inicial, equivalente a R$ 154.580,92.

b) Ofensa à ampla competitividade

A Concorrência nº 01/2013 foi voltada à contratação de empresa para a execução de retificação e contenção do córrego, 1ª fase no Ribeirão das Pedras, no Bairro Gurilândia, sagrando-se vencedora a TECNOGAB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (fls. 2298/2400 do Anexo XII).

Constatamos que a empresa MASTERSERV – CONTROLE DE EROSÃO E COMÉRCIO LTDA. impugnou o edital do certame alegando a restrição da competitividade em razão da eleição de um método/produto específico, discriminado como "Gabião" (fls. 2343/2351 do Anexo XII).

Suscitou a referida empresa que sendo requisitado apenas um produto/método a Administração não conseguiria obter a proposta mais vantajosa ao seu interesse, uma vez que impediria a competição entre outras empresas do ramo que adotam métodos/produtos equivalentes, de qualidade igual ou superior.

Em análise à impugnação apresentada a Origem entendeu pela intempestividade do questionamento, não o recebendo e dando continuidade ao curso do procedimento.

A nosso ver, os argumentos apresentados pela empresa MASTERSERV mereciam guarida pela Administração. Isso porque o direcionamento ao tipo de método/produto eleito (Gabião) não foi justificado tecnicamente pela origem, a fim de embasar a exigência da especificidade constante no instrumento convocatório.

A eleição do método/produto referido sem as devidas justificativas técnicas da sua escolha levou à impugnação da habilitação de algumas empresas na sessão de 13/05/2013 e à consequente desclassificação de três participantes, por não atenderem ao requisito da cláusula 2.1.11 do edital (Atestado de Capacidade Técnica comprobatório do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, comprovando a execução de serviços similares, correspondente a no mínimo 50% do total pretendido).

Analisando a Ata da sessão (fls. 2355/2356 do Anexo XII), observamos que as impugnações levantadas referiram-se, essencialmente, à ausência de apresentação de

Atestados de Capacidade Técnica no volume pretendido para a execução de gabiões, embora, no edital, a descrição do objeto da contratação seja a "retificação e contenção da margem do Córrego".

Tais questionamentos excluíram do certame empresa que apresentou Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto pretendido, em maior grau de dificuldade, inclusive, ofendendo, em nosso entendimento, o teor da Súmula nº 30 desta Corte de Contas.

A mesma irregularidade foi constatada quando da análise da Carta Convite nº 13/2013, voltada à contratação de empresa para prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais, no valor de R$ 75.600,00 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII).

No curso do procedimento licitatório foi declarada a inabilitação de 02 (duas) das 04 (quatro) empresas convidadas em razão do não atendimento ao item 4.1.5 do edital (Atestado de Capacidade Técnico Operacional) - fls. 2430/2433 do Anexo XIII. Apesar disso, ao reabrir a licitação a Administração convocou exatamente as mesmas empresas que já haviam participado do procedimento anterior, sem oportunizar a participação de outras empresas do ramo (fls. 2455/2459 do Anexo XIII).

Em nosso entendimento, a conduta referida frustra a livre concorrência e contraria o art. 22, §6º da Lei de Licitações.

c) Falha na precisão do objeto a ser licitado

Ainda considerando o Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII), verificamos que a requisição de compra/contratação que embasa o certame não descreve adequadamente os serviços a serem licitados. Tampouco o faz a própria Carta Convite, que refere-se apenas à contratação de empresa para prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais.

Embora o edital aluda às "condições estabelecidas no regulamento da licitação, no memorial descritivo e detalhamento no Anexo I (Proposta Comercial) e na inclusa

minuta de termo contratual (Anexo IV)" para definição do objeto da contratação (Item 01 - Do Objeto), tais documentos não pormenorizaram quais seriam os serviços especializados a serem contratados.

A informação relativa ao detalhamento da contratação somente veio a ocorrer através do Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013, como resposta ao Memorando nº 115/2013 do Departamento de Compras (fls. 2425 do Anexo XIII).

Conforme Ata da sessão realizada, 02 (duas) das 04 (quatro) empresas convidadas foram inabilitadas por não terem atendido ao item 4.1.5 o edital[7], deixando de apresentar Atestado de Capacidade Técnico Operacional (fls. 2430/2433 do Anexo XIII). Face à ausência da pormenorização dos serviços a serem contratados, entendemos que a verificação do atendimento ao referido critério de habilitação restou frustrada, prejudicando a ampla concorrência do certame, conforme já tratado alhures.

A Carta Convite foi republicada em razão da ausência de 03 (três) empresas devidamente habilitadas, com a reabertura do prazo da licitação (Carta Convite nº 13-A/2013). Apesar disso, não houve correção na descrição do objeto a ser licitado, reiterando-se a falha constatada no primeiro edital.

A omissão retratada interferiu, inclusive, quando da análise das propostas apresentadas. O julgamento foi convertido em diligência para estudos pelo Departamento de Finanças, restando evidenciado que as propostas não elucidaram os serviços que seriam realizados na contratação, limitando-se a informar valores e citar o objeto geral descrito na Carta Convite (fls. 2460/2467 do Anexo XIII).

---

[7] A Cláusula 4.1.5 exigia a apresentação de atestado(s) de capacidade técnico operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, comprovando a execução de serviços similares correspondentes a no mínimo 50% do total pretendido por este certame, nos termo que preceitua a Súmula nº 24 do TCE.

Por consequência, o instrumento firmado com a empresa vencedora, GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., não descreveu os serviços compreendidos na "elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais", dificultando a verificação da adequada execução contratual (fls. 2479/2482 do Anexo XIII).

d) Terceirização de atividades da Administração

Tomando por base a Carta Convite n° 15/2013, verificamos que o objeto licitado envolveu a contratação de "empresa de engenharia para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana, visando atender a exigências do Ministério das Cidades" (fls. 2487/2595 do Anexo XIII).

O programa constante no Memorial Descritivo elucida a "requalificação das vias apontadas em relatório anexo, tendo como objetivo garantir a mobilidade urbana, assegurar condições de circulação e acessibilidade, necessários ao desenvolvimento socioeconômico e o favorecimento da circulação do transporte coletivo e a integração ao tecido urbano de bairros, otimizando a infraestrutura viária existente" (fls. 2511/2512 do Anexo XIII).

A nosso ver, tais atividades são inerentes ao planejamento e à gestão da mobilidade urbana do município, evidenciando que a origem buscou terceirizar atividades precípuas da Administração Pública.

Conforme informa o Memorial Descritivo, a extensão estimada das vias é de 52km, enquanto a dos passeios com acessibilidade é de 99km. Não nos parece, s.m.j., que o serviço pretendido fosse excessivo para uma prefeitura que, conforme relação disponibilizada através do Portal da Transparência, contava com 571 servidores lotados em sua secretaria de Obras, Trânsito e Transportes - fls. 2581/2595 do Anexo XIII (posição em 31/12/2014).

A incoerência da contratação buscada pode residir na inadequada organização administrativa do ente, já que, além do próprio Secretário, a Secretaria e o Departamento de Mobilidade Urbana possuem apenas 06 servidores, todos eles ocupando funções de chefia, conforme tabela abaixo:

Mat	Nome	Secretaria	Local de Trabalho	Cargo
038207	JOSE BENEDITO PINTO FILHO	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
038311	DOLORES MORENO PINO	Secretaria de Obras,transito e Transport	Depto. de Mobilidade Urbana	Secretario
038469	GISELE MARIA LOMBARDI FERREIRA DE	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Diretor de Departamento
038470	TALITA CRISTINA DE MORAIS LOPES	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
038594	SHEILA CRISTINA THOMAZ FERREIRA	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
039109	JULIANA RIGOTTI DE OLIVEIRA	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
039120	ANGELIKI FERNANDA IOANNIS MARTINS	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Diretor de Departamento

Na Carta Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII), já mencionada acima, verificamos que a contratação realizada também foi voltada à terceirização de atividades precípuas da Administração.

Embora o edital e o contrato tenham sido falhos na descrição do objeto a ser licitado e contratado, o Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013 (fls. 2425 do Anexo XIII), descreveu as atividades pretendidas pelo Departamento no momento da execução do objeto, verificando-se que elas são intrínsecas ao planejamento, à gestão e às finanças do município.

A Tomada de Preços nº 11/2014, por sua vez, voltou-se à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de arquitetura (planta de situação atual do imóvel com cortes de fachadas, combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica SPDA e acessibilidade) em escolas da Rede Municipal de Ensino (fls. 2596/2682 dos Anexos XIII e XIV).

O Memorial Descritivo anexado ao edital (fls. 2631/2641 do Anexo XIV) descreve que "por ocasião da elaboração do projeto, a empresa contratada deverá vistoriar o prédio escolar em conjunto com a direção da escola, confirmar o uso de todos os ambientes, tomar conhecimento dos problemas específicos e discutir a solução proposta".

Dispõe, ainda, que "deverão ser priorizadas as soluções de projeto que considerem a melhor relação custo-benefício, a durabilidade do edifício, a facilidade de manutenção, a segurança dos alunos, a preservação do prédio contra invasões, bem como a concentração e logística das intervenções para minimizar as frentes de obra na(s) escola(s) e garantir seu pleno funcionamento".

Na forma exposta, verificamos que a atividade desenvolvida pela contratada abarcou a realização do levantamento situacional das escolas da rede municipal de ensino, relacionadas às fls. 2642/2644 do Anexo XIV. Os objetivos propostos se identificam com a própria gestão administrativa do executivo municipal, envolvendo estudos, identificação de problemas, proposições de soluções e realização das ações necessárias para melhor gerir, no caso citado, o funcionamento das escolas públicas.

Alcançamos que o objeto contratado se caracteriza como atividade precípua da Administração, existindo no quadro de pessoal da Prefeitura de Taubaté 17 (dezessete) cargos de arquiteto, com atribuições compatíveis com os serviços referidos. Ocorre que, conforme posição em 31/12/2014 (Quadro de Pessoal às fls. 3765/3771 do Anexo XIX), apenas 3 (três) desses cargos estavam preenchidos, evidenciando que a contratação realizada caracterizou também a terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório.

e) Ausência de comprovação da entrega dos Convites

Voltando à Carta Convite nº 15/2013 (contratação de empresa de engenharia para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana - fls. 2487/2595 do Anexo XIII) verificamos que no processo correspondente ao certame não consta a comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas pré-selecionadas, estando anexado aos autos apenas os comprovantes de envio de e-mail às fls. 2513/2520 do Anexo XIII.

Dessa forma, apesar do convite a 8 empresas do ramo apenas 3 compareceram à sessão designada, não sendo possível atestar a efetividade da entrega da Carta.

Mesmo após a reabertura do certame, em razão da inabilitação de uma das três empresas participantes, a irregularidade foi reiterada, com a juntada somente do demonstrativo de envio, em afronta ao art. 38, II, da Lei nº 8.666/1993 (fls. 2547/2557 do Anexo XIII). Para a nova sessão compareceram duas das onze empresas convidadas.

A situação se repetiu quando da análise da já mencionada Carta Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do

Anexo XIII), não só no primeiro edital, como também no momento da reabertura da licitação, o que macula o processamento da licitação.

f) Desvinculação ao Instrumento Convocatório

Através do Pregão nº 27/2014 a origem contratou a aquisição e instalação de 05 (cinco) aparelhos de ar-condicionado junto à empresa 7R COMERCIAL LTDA. ME (fls. 2683/2770 do Anexo XIV).

Durante o processamento do certame verificamos que o edital foi impugnado especificamente quanto ao prazo de entrega e ao prazo de garantia dos produtos, o que foi acatado pela municipalidade, conforme Memorando nº 206/SEEL/2014 (fls. 2722 do Anexo XIV).

Republicado em 13/03/2014, o edital nº 27-A/2014 estendeu o prazo de entrega dos aparelhos para 30 dias (Cláusula 3.1.4) e o prazo de garantia foi restringido a 12 meses (Cláusula 3.1.6), conforme previsão legal.

Muito embora as alterações tenham sido realizadas no edital republicado (fls. 2726/2735 do Anexo XIV), verificamos que o instrumento contratual não foi firmado de acordo com as mudanças promovidas, seguindo a minuta anexada ao primeiro instrumento convocatório. As cláusulas 2.2 e 3.3 do Contrato referem-se ao prazo de entrega do objeto em até 10 (dez) dias e ao prazo de garantia/validade não inferior a 05 (cinco) anos (fls. 2759/2761 do Anexo XIV).

A nosso ver, a formalização do contrato em dissonância com as previsões do edital afronta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e ofende ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

g) Falhas na formalização das Dispensas e Inexigibilidades

Na amostra selecionada, verificamos que os processos de dispensa e inexigibilidade analisados continham vícios inerentes às justificativas para as contratações realizadas e à formalização dos seus atos, em ofensa ao art. 26, *caput*, e parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

Através da Dispensa nº 09/2014 foi contratado Curso de Técnicas de Apresentação e Oratória para duas servidoras da Prefeitura Municipal (fls. 2771/2781 do Anexo XIV). Conforme justificativa apresentada pela Secretária de Finanças, o curso visava "aprimorar a comunicação em apresentações, para aplicação em audiência pública", a fim de "aperfeiçoar as servidoras para uma apresentação mais aprimorada".

Ocorre que o referido processo não especificou quais as servidoras que realizariam o curso e tampouco continha a demonstração da participação das mesmas no evento, estando anexado apenas o comprovante de pagamento dos serviços sem a prova da sua efetiva prestação.

A Inexigibilidade nº 04/2014, por sua vez, foi ratificada para a realização de "despesas com cópias, simples, certidões, matrículas, averbações, registros, inclusive documentos necessários para instrução de regularização de loteamentos industriais para o exercício de 2014", junto ao Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Cível de Pessoas Jurídicas (fls. 2782/2800 do Anexo XIV).

Embora seja notória a inviabilidade de competição para os serviços cartorários descritos, o que autoriza a contratação com fulcro no art. 25, *caput*, entendemos que a demonstração dos valores envolvidos restou prejudicada, assim como o fundamento da inexigibilidade para as despesas com cópias simples.

O quadro para despesas cartoriais (fls. 2788 do Anexo XIV) estima importâncias com base em distritos industriais, sem mencionar os quantitativos dos serviços abrangidos pelos valores presumidos. A nota ali mencionada elucida a demanda de maneira genérica e abrangente.

Com relação às cópias simples, a nosso ver elas não possuem natureza inerente aos serviços de cartório, não devendo estar compreendidas no objeto da inexigibilidade, conforme ressaltado pelo próprio parecer jurídico da entidade às fls. 2794/2797 do Anexo XIV. Apesar disso, o empenho foi realizado no valor global da Requisição de Serviços.

Por meio da Inexigibilidade nº 07/2014 foi contratado o fornecimento de créditos de vales transportes escolares à empresa ABC Transportes Coletivos Vale do Paraíba Ltda., com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista a exclusividade da prestação do serviço pela contratada (fls. 2802/2918 do Anexo XV).

Verificamos que o valor correspondente à despesa foi empenhado em 28/03/2014 (fls. 2814/2822 do Anexo XV), embora a prestação do serviço tenha sido iniciada a partir de 27/01/2014 (fls. 2836/2839 do Anexo XV). Contrariando o art. 60 da Lei nº 4.320/64, a origem realizou despesa sem prévio empenho, o que caracteriza afronta às normas do direito Financeiro e ao princípio da evidenciação contábil.

Em razão do equívoco no processamento do gasto, foi instaurada sindicância para apuração da responsabilidade funcional dos servidores envolvidos. Referido procedimento administrativo, no entanto, foi instaurado dentro dos próprios autos do processo de Inexigibilidade, o que evidencia impropriedade na formalização dos atos da Administração (fls. 2864/2883 do Anexo XV).

Além das falhas relacionadas, constatamos reiterados equívocos por parte da origem quando da contratação de profissional do setor artístico, não só pela ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo (art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993), como também pela falta de justificativa do preço praticado (art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993).

Na Inexigibilidade nº 20/2014, por exemplo, a contratação da apresentação artística do show "Três Tenores Brasileiros" ocorreu com uma empresa produtora de eventos, não se enquadrando na hipótese de prevista no art. 25, III, da Lei de Licitações (fls. 2919/2943 do Anexo XV).

A empresa LEGATO EVENTOS MUSICAIS LTDA. figurou como representante dos Três Tenores Brasileiros apenas para o evento do dia 30/04/2014, conforme cláusula Quarta do Contrato de Exclusividade firmado em 10/04/2014 (fls. 2925/2926 do Anexo XV).

Semelhante irregularidade foi verificada na Inexigibilidade nº 17/2014, voltada à contratação artística do espetáculo "No toquen mis manos", da artista Valeria Guglietti, para o Festival Internacional de Teatro de Sombras em Taubaté (fls. 2944/2959 do Anexo XV).

O empenho foi emitido para a QUASE CINEMA PRODUTORA LTDA. ME, que é empresa produtora de atividades cinematográficas, desatendendo, portanto, a exigência prevista no art. 25, III, da Lei de Licitações. O contrato de exclusividade anexado às fls. 2948/2949 do Anexo XV evidencia que a representação foi restrita ao 1º Festival Internacional de Teatro de Sombras, não se tratando de empresário exclusivo da artista.

Com relação à justificativa do preço, verificamos que na Inexigibilidade nº 01/2014 (fls. 2960/2978 do Anexo XV), para contratação de apresentação artística do bloco Juca Teles e Banda Estrambelhados durante os eventos do carnaval 2014, a demonstração do valor de mercado limitou-se a uma declaração emitida pelo próprio contratado e endossada na informação do Secretário de Turismo às fls. 2966 e 2968/2970 do Anexo XV.

Referido documento atesta os valores da contratação daquele bloco pelas Prefeituras de Pindamonhangaba e Serra Negra no carnaval de 2013. A nosso ver, demonstrou o contratado a equiparação com o valor por ele cobrado em suas apresentações, não a compatibilidade com o preço de mercado.

A justificativa do preço deixou de ser apresentada também nas Inexigibilidades nº 13/2014, 17/2014 (fls. 2944/2959 do Anexo XV) e 18/2014, descumprindo o disposto no art. 26, III, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

Por fim, constatamos que em nenhum dos processos de dispensa e inexigibilidade analisados ocorreu a publicação dos atos na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a sua eficácia, contrariando o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

Docs. às fls. 2045/2978 dos Anexos XI ao XV.

C.2. CONTRATOS

No exercício, o Município não firmou Parcerias Público-Privada (PPP), concessão e permissão de serviços públicos (Declaração às fls. 2979 do Anexo XV).

Conforme Declaração de fls. 2980 do Anexo XV a Prefeitura ainda está realizando a análise dos contratos firmados para fins de revisão de seus valores, em face da desoneração fiscal de que trata as Leis Federais n°s 12.715/2012, 12.794/2013 e 12.844/2013.

Dessa forma, não efetuou, até então, a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), isso, nos termos do Comunicado SDG n° 44, de 2013.

Docs. às fls. 2979/2980 do Anexo XV.

C.2.1. CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO E REMETIDOS AO TRIBUNAL

No exercício em exame, verificamos que os contratos de valor superior ao de remessa foram encaminhados ao Tribunal.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*

Sob amostragem, analisamos os contratos de valor inferior ao de remessa, celebrados no exercício em exame, nisso verificando as seguintes irregularidades:

a) Ausência de publicação na Imprensa Oficial

Tomando por base os processos de licitação analisados, constatamos que os contratos decorrentes desses certames não tiveram seus extratos publicados na imprensa oficial, contrariando a disposição constante no parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666/1993.

Observamos a irregularidade referida em todos os processos da amostragem cujos contratos foram firmados em valor inferior ao de remessa, estendendo-se a falha aos Termos de Aditamento deles decorrentes, o que, nos termos

da Lei, compromete a eficácia dos instrumentos ajustados (exemplos às fls. 2138/2139, 2155/2156, 2165/2166 e 2174/2175 do Anexo XI, 2243/2246, 2257/2258, 2280/2282 e 2396/2397 do Anexo XII, 2484/2486 e 2577/2578 do Anexo XIII, 2650/2651, 2678/2679 e 2763/2764 do Anexo XIV, 3103/3104, 3171/3172, 3179/3180 e 3193/3194 do Anexo XVI).

b) Ausência de aplicação das sanções cabíveis

Através do Processo nº 11055/2014 a Prefeitura Municipal de Taubaté adquiriu mobiliário para creche (cadeira alta para alimentação de crianças e conjunto coletivo tamanho 1), utilizando-se da Ata de Registro de Preço nº 102/2013 do FNDE - Pregão nº 31/2013, a que aderiu em 08/01/2014 (fls. 2981/3029 dos Anexos XV e XVI).

Em sua cláusula 4.4 a Ata de Registro de Preços menciona que a "entrega do item/grupo deverá ser efetuada após a respectiva publicação do Contrato, obedecendo aos prazos estabelecidos no item 5 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 31/2013, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Contrato e do recebimento do endereço de entrega pelo contratado" (fls. 2986/2989 do Anexo XV). Constatamos, no entanto, que referido Termo de Referência não estava acostado aos autos, frustrando a verificação desse prazo.

Não obstante, o contrato firmado entre a origem e a empresa MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. previu a entrega do mobiliário em 90 dias, contados da assinatura do instrumento, estipulando, ainda, a prestação de garantia do cumprimento integral das obrigações contratuais no valor correspondente a 5% do valor do contrato (Cláusula Quinta), não comprovada nos autos.

Em razão da inobservância do prazo de entrega previsto no contrato (20/08/2014) foram expedidas duas notificações à contratada, sendo uma de 07/10/2014 e a outra em 09/12/2014 (documentos às fls. 3007/3013 e 3016/3022 do Anexo XVI). Apesar disso, os produtos só foram entregues em 02/03/2015, não sendo verificada nos autos a aplicação de quaisquer penalidades e/ou sanções pelo atraso excessivo do fornecedor, conforme previsto na Cláusula Nona do contrato.

O mesmo ocorreu quando da análise do Processo nº 25045/2014. Verificamos que através do Pregão nº 168/2014 foi contratada a empresa LETHUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP para prestação de serviços técnicos especializados, através do fornecimento de solução tecnológica por tempo determinado para Gestão de Controle de Relacionamento Municipal para o município de Taubaté (fls. 3030/3124 do Anexo XVI).

Conforme estabelecido no Termo de Referência do edital do certame (fls. 3062/3069 do Anexo XVI), a implantação do sistema deveria ser concluída em até 60 dias após a assinatura do contrato/expedição da Ordem de Serviço, que ocorreu em 19/08/2014. Notamos, contudo, que aos 22/10/2014 foi emitida notificação pela Sra. Angeliki F. I. Martins Motta, gestora do contrato, dando noticia de que o prazo foi descumprido (fls. 3105 do Anexo XVI).

Solicitados os documentos referentes à execução contratual, foram relacionados os serviços realizados pela empresa no período de setembro e outubro de 2014, sendo informado, ainda, que o sistema teve início operacional com o cadastro e parametrização em setembro de 2014 e disponibilização efetiva no site da prefeitura em 29/10/2014 (fls. 3108 do Anexo XVI).

Apesar do atraso referido na Notificação e confirmado pela origem às fls. 3108 do Anexo XVI, não verificamos a aplicação das penalidades cabíveis em razão da inexecução parcial do contrato, tampouco a justificativa relativa à sua isenção.

c) Sucessivas prorrogações de prazo

Analisando os processos selecionados, constatamos a excessiva realização de Termos de Aditamento aos contratos firmados pela origem, decorrentes de falhas no planejamento da Administração, conforme tratado no item C.1.1, letra "a".

Ocorre que além dos aditivos decorrentes de acréscimos e alterações de serviços, verificamos também a demasiada realização de Termos de Prorrogação contratual, que postergaram a entrega do objeto a períodos bem distantes dos originalmente previstos. Tais instrumentos

evidenciam que os prazos estabelecidos pela origem não se mostraram suficientes à execução dos objetos contratados.

Como exemplo citamos a Tomada de Preços nº 11/2014, já mencionada acima, que foi voltada à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de arquitetura em escolas da Rede Municipal de Ensino (fls. 2596/2682 dos Anexos XIII e XIV). Apesar de o contrato prever a realização do serviço em 120 dias, a prorrogação do prazo foi solicita por várias oportunidades, postergando a entrega dos trabalhos em mais 180 dias, ou seja, mais que o dobro do prazo inicial.

O mesmo foi verificado na execução do contrato decorrente do Pregão nº 432-A/2013, cujo objeto foi a elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (fls. 3125/3194 do Anexo XVI). O prazo inicial envolvia 120 dias, mas, em razão da extensão do serviço, foram solicitadas sucessivas prorrogações de prazo (fls. 3173/3178 e 3181/3192 do Anexo XVI), que demandaram o acréscimo de mais 120 dias para a sua conclusão.

Observamos também a realização de Termos de Aditamento para prorrogação de prazo nos contratos decorrentes da Concorrência nº 12/2013, da Concorrência nº 01/2013 e da Concorrência nº 05/2013.

d) Falha na fiscalização da execução contratual

Com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993 a origem contratou a execução de serviços de substituição de tubulação, reconstrução de ala e cabeceira e revitalização de pavimento asfáltico na Rua Tomé Portes del Rei, acesso às escolas AMCA, CEET Paula Souza, EMEF Dr. José Antônio do Couto e EMEF Ernani Barros, com a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA., por meio da Dispensa nº 04/2014 (fls. 3195/3227 dos Anexos XVI e XVII).

O prazo ajustado para a execução dos serviços foi de 60 dias, conforme Cláusula Terceira do contrato firmado, e deveria ser finalizado em 10/05/2014, tendo em vista o recebimento da Ordem de Serviço em 10/03/2014 (fls. 3211/3214 e 3218 do Anexo XVII).

Verificamos, contudo, que o recebimento provisório da obra só ocorreu em 30/10/2014, não havendo justificativa nos autos para o atraso nesse recebimento (fls. 3223/3225 do Anexo XVII).

O cronograma de medição atesta a execução de 98,95% do serviço em maio de 2014, ficando pendente de pagamento o valor de R$ 17.459,70 para o mês de outubro. Contudo, como inexiste justificativa nos autos para o trespasse de tanto tempo entre uma medição e outra, não foi possível atestar se houve atraso na execução do serviço pela contratada ou falha da Administração no acompanhamento efetivo do trabalho desenvolvido, o que se contrapõe com a urgência que motivou a dispensa em questão.

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, verificamos as que seguem:

01	Contrato nº:	s/nº
	Data:	07/12/2011
	Contratada:	Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços – EPP
	Valor:	R$ 1.359.000,00
	Objeto:	Execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para adequação da E.M.E.F. Marlene Miranda.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 180 dias corridos.
	Licitação:	Concorrência nº 02/2011

Atendendo à determinação do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, proferida nos autos do TC-1433/026/11, foi realizado o acompanhamento da execução contratual do ajuste firmado com a Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços EPP, em 07/12/2011, resultante da Concorrência nº 02/2011 (fls. 3229/3232 do Anexo XVII).

Reiterando o apontamento realizado pela fiscalização das contas do exercício de 2011, observamos que o cronograma físico-financeiro que integrou o edital não descreveu as parcelas da obra a serem entregues nas medições a serem realizadas, limitando-se a exigir percentual de 16,67% em cada uma delas (fls. 3271 do Anexo XVII).

A fim de verificar a ocorrência de atrasos na entrega do objeto, solicitamos a apresentação de todas as medições e de todos os pagamentos realizados no curso da execução contratual, bem como dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da obra, sendo a documentação disponibilizada pela origem juntada às fls. 3302/3336 do Anexo XVII.

Notamos que o Termo de Recebimento Provisório foi lavrado em 12/12/2012 e que, embora ateste a ausência de atraso contratual, não coincide com o prazo ajustado. Isso porque a Cláusula 3.4 do Contrato estabeleceu que o prazo para recebimento provisório da obra seria de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita pela Contratada, e o prazo previsto para a conclusão dos serviços foi encerrado no final de julho de 2012 (Prazo inicial de 180 dias, acrescidos de 45 dias de prorrogação).

Na documentação ofertada constatamos a disponibilização de apenas 3 (três) medições dos serviços realizados, sendo a 1ª delas referente ao período de 08/12/2011 a 31/12/2011, no valor de R$ 300.000,00, a 3ª relativa ao período de 01/03/2012 a 31/03/2012, no valor de R$ 215.026,28, e a 4ª correspondente ao período de 01/04/2012 a 30/04/2012, no valor de R$ 150.000,00.

A ausência dos documentos referentes a todas as medições realizadas acabou frustrando a confirmação do período de conclusão da obra e prejudicando a análise desta fiscalização acerca do cumprimento do prazo contratual.

Com relação à execução do objeto em si, serviços e obras de engenharia para adequação da EMEF Marlene Miranda, não foi possível atestar o seu cumprimento fidedigno em razão do excessivo tempo decorrido entre a entrega da obra (Termo de Recebimento Definitivo em 12/03/2013) e a vistoria realizada "in loco" por esta fiscalização (19/08/2015).

Apesar disso, verificamos algumas incongruências latentes entre os serviços constantes na Planilha de Quantitativos e de Valores (fls. 3266/3270 do Anexo XVII), minuciados no Memorial Descritivo (fls. 3272/3301 do Anexo XVII) e nos projetos arquitetônicos (cópias parciais às

fls. 3342/3344 do Anexo XVII), e a situação encontrada no local, conforme se comprova através do relatório fotográfico juntado às fls. 3337/3341 do Anexo XVII.

A título de exemplo selecionamos alguns subitens da Planilha de quantitativos e de valores, descritos como "Serviços Complementares" da Escola e do Teatro (Subitem 11 dos Itens A e B - fls. 3266/3270 do Anexo XVII). Dentre os serviços relacionados para a Escola verificamos a execução de 02 (dois) bebedouros coletivos em alvenaria revestida de azulejos, com 5 pontos (subitem 11.2) e o fornecimento e instalação de barras metálicas para apoio nos banheiros para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (subitem 11.5), os quais não correspondiam às descrições da planilha. Constatamos que os bebedouros não apresentavam 5 pontos de água e as barras para apoio instaladas nos banheiros para PNE's não eram metálicas (relatório fotográfico às fls. 3337/3341 do Anexo XVII).

Já com relação ao Teatro (Subitem 11 do Item B), averiguamos o fornecimento e instalação de cortinas de veludo com trilhos embutidos (subitem 11.2); a execução de palco em alvenaria com tablado em carpete de madeira, acessos laterais por escadas revestidas com piso em madeira e apoios em barras metálicas (subitem 11.3); a execução de escada externa em concreto e apoio em barras metálicas (subitem 11.4); e o fornecimento e instalação de placa metálica com letreiro (subitem 11.5) - cópia parcial do projeto às fls. 3344 do Anexo XVII. Tal qual relatório fotográfico de fls. 3337/3341 do Anexo XVII, nenhum dos serviços foi identificado no local. A escada externa em concreto existente foi construída na frente do acesso à escola, e não ao Teatro, não sendo possível atestar se é a mesma a que se refere o subitem 11.4.

Constatamos, ainda, que a estrutura da cobertura do Teatro cedeu, estando o espaço interditado e inutilizado. Segundo a origem tal fato foi decorrente de força maior, em razão de temporal ocorrido na cidade.

No que atine às especificações constantes no Memorial Descritivo, verificamos que os equipamentos e serviços relacionados às instalações hidráulicas de água fria deviam atender aos requisitos do Decreto estadual nº

45.805/2001[8], que institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do estado de São Paulo, e do Decreto nº 48.138/2003, que institui o Programa Estadual de Uso Racional de Água Potável. Conforme o referido documento, "o atendimento a estes Decretos pressupõe a instalação, a conservação e o uso adequado dos equipamentos e serviços de forma que sua eficácia seja mantida ao longo do tempo e proporcionem uso racional e maior economia de água" (fls. 3272/3301 do Anexo XVII).

Concluindo as recomendações e exigências, o Memorial menciona que "dispositivos restritores de vazão devem ser utilizados quando houver a necessidade de limitar a vazão dos equipamentos nos pontos de água". Quando da descrição das louças e metais sanitários, o modo de execução determinou que o fechamento automático das torneiras devia ser programado para 6 segundos.

O Memorial Descritivo também relacionou a instalação de "lavatório de louça branca sem coluna", que deveria ser rejuntado à parede com argamassa de cimento branco e gesso, e "bancada de granito Icaraí para lavatórios", a serem apoiadas na alvenaria (Detalhe nos Projetos às fls. 3342/3344 do Anexo XVII).

Realizamos vistoria nos banheiros e vestiários existentes na escola, na quadra de esportes, na piscina e no Teatro, verificando-se que em nenhum deles as torneiras e lavatórios atenderam às especificações do Memorial Descritivo. Conforme relatório fotográfico (fls. 3337/3341 do Anexo XVII), as torneiras não possuíam dispositivo de fechamento automático, os lavatórios eram de coluna e não existiam as bancadas de granito Icaraí. Nem mesmo a separação dos chuveiros em boxes foi realizada, conforme detalha o projeto (fls. 3343 do Anexo XVII).

Segundo a direção da escola, alguns chuveiros e metais dos banheiros dos vestiários foram retirados para evitar o furto no período em que não estão sendo utilizados.

---

[8] O artigo 8º do Decreto nº 45.805/2001 assim dispõe: "Na aquisição de novos equipamentos e metais hidráulicos/sanitários o bem a ser adquirido deverá apresentar o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência na conservação e redução do consumo da água potável".

Dessa forma, tendo por base as cláusulas pactuadas, e apesar do excessivo tempo decorrido entre a reforma e a visita, constatamos irregularidades na execução contratual, evidenciando que a obra foi entregue em parcial desconformidade com o projeto arquitetônico e com serviços realizados aquém do contratado.

02	Contrato nº:	s/nº
	Data:	05/07/2011
	Contratada:	Valguará Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda.
	Valor:	R$ 123.007,50
	Objeto:	Execução de passeio em concreto em diversos pontos da área urbana do município.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 120 dias corridos.
	Licitação:	Carta Convite nº 15/2011

Nos autos do TC-1433/026/11 o Exmo. Sr. Conselheiro Relator determinou ainda o acompanhamento da execução contratual do ajuste firmado com a Valguará Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda., em 05/07/2011, decorrente da Carta Convite nº 15/2011 (fls. 3345/3348 do Anexo XVII).

A fiscalização das contas do exercício de 2011 apontou falhas na execução do objeto contratual (algumas meias guias desalinhadas, outras apresentando rachaduras, bem como acabamentos que demonstram ausência de zelo na realização do serviço) e no acompanhamento dessa execução por parte da fiscalização a cargo da Municipalidade, em descumprimento ao previsto na cláusula 9ª do Instrumento ajustado.

Às fls. 3381/3408 dos Anexos XVII e XVIII foram apresentadas as medições e as notas fiscais relativas à execução do objeto, verificando-se que a medição final foi referente ao período de 19/12/2011 a 18/02/2012.

Com relação aos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, a origem informou, através do Memorando de fls. 3381 do Anexo XVII, que não foi possível localizá-los, não podendo afirmar se o contrato foi inteiramente cumprido ou não.

Destacamos que a vistoria "in loco" restou

prejudicada em razão da ausência de informação relativa aos locais de prestação dos serviços. Conforme informação do Secretário de Obras, no processo referente à contratação (Carta Convite nº 15/11) não consta relação para localização dos serviços executados.

Diante das informações prestadas, não foi possível verificar o cumprimento do objeto contratual, sendo constatadas irregularidades no acompanhamento da execução contratual por parte da fiscalização a cargo da Municipalidade, o que reitera a falha já suscitada pela fiscalização anterior.

03	Contrato nº:	s/nº
	Data:	08/08/2013
	Contratada:	Alexandre Danelli Engenharia e Construções Ltda. EPP
	Valor:	R$ 1.391.087,63
	Objeto:	Execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para construção de uma creche municipal na Rua Projetada, 269 – Vila São José.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 150 dias corridos.
	Licitação:	Concorrência nº 05/2013

Tomando por base as cláusulas pactuadas no contrato firmado com ALEXANDRE DANELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, decorrente da Concorrência nº 05/2013 (fls. 2237/2241 do Anexo XII) verificamos algumas discrepâncias entre determinados serviços descritos na Planilha orçamentária de fls. 2180/2187 do Anexo XI e os realizados no local (relatório fotográfico às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII).

Dentre os itens tomados como exemplo, observamos que para o pátio da creche municipal o Memorial Descritivo do projeto arquitetônico (fls. 2189/2236 dos Anexos XI e XII) menciona a execução de "forro de gesso acartonado removível, apoiado em perfis metálicos tipo "T" suspensos por pendurais rígidos", devendo o forro "receber massa corrida em toda a superfície que deverá ser lixada com posterior aplicação de 01 (uma) demão de selador" (Item 8.1 - Forros). Conforme fotos anexadas às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, o telhamento metálico do pátio interno é aparente, não se constatando a execução do forro de gesso acartonado.

Notamos que o Termo de Aditamento de 10/03/2014 substituiu o telhamento metálico comum previsto no projeto inicial (item 8.2 da Planilha Orçamentária de fls. 2180/2187 do Anexo XI) por telhas metálicas tipo sanduíche no pátio interno, com o objetivo de melhorar as condições acústicas durante a ocorrência de chuvas e térmicas em períodos de forte insolação (fls. 2260/2261 do Anexo XII). Com relação à execução do forro, no entanto, não existe menção a quaisquer alterações na sua execução, permanecendo o quantitativo previsto no item 10.3 da Planilha (Código 10.01.049 - forro de gesso acartonado com massa corrida em toda a sua superfície - 422m² - R$ 12.146,97).

Ainda na amostragem, constatamos incongruências na execução das portas das cabines e nos espelhos dos banheiros feminino e masculino. Os Itens 8.4 e 9.1 do Memorial Descritivo mencionam que as portas para os boxes dos banheiros deveriam possuir trinco ocupado/livre cromado e os espelhos dos banheiros seriam de cristal, dimensões 100X60cm, espessura 2mm e moldura em MDF laqueado cor branco de 5cm de largura. Tal qual demonstrado às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, as especificações não foram atendidas quando da execução dos serviços.

No item referente aos componentes metálicos (Item 8.6), o Memorial Descritivo discriminou a fixação de letreiro com o nome da creche, na platibanda frontal, voltado para a rua, a ser confeccionado em letra caixa, fonte FUTURA, tamanho 35cm para "CRECHE MUNICIPAL VILA SÃO JOSÉ", em aço pintado com esmalte sintético cor branco. Conforme relatório de fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, não foi afixado qualquer letreiro no local, mas tão somente placa de inauguração da unidade.

Por fim, verificamos que após o recebimento provisório da obra, a origem encaminhou Notificação ao contratado solicitando a realização de alguns reparos e correções nos serviços executados, os quais estavam em desconformidade com o estabelecido em contrato. Dentre as falhas relacionadas no Relatório de fls. 2290/2295 do Anexo XII, tomamos como exemplo a instalação de tomada no piso, ao lado do fogão, proibida pelo Corpo de Bombeiros. Apesar da informação relativa à realização dos reparos pela direção da creche, verificamos que a irregularidade

referida permaneceu, conforme fotos de fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, o que não impediu o recebimento definitivo da Obra em 25/06/2014, sem o saneamento da falha.

04	Contrato nº:	s/nº
	Data:	03/01/2014
	Contratada:	Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda.
	Valor:	R$ 75.600,00
	Objeto:	Prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais.
	Execução/Prazo:	12 meses contados do prazo de 05 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
	Licitação:	Carta Convite nº 13-A/2013

Conforme tratado no Item C.1.1, letra "c", deste relatório, o contrato firmado com a empresa GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., não descreveu os serviços compreendidos na "elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais", referenciados na Cláusula Primeira - Do Objeto, o que dificultou a verificação da sua adequada execução.

A informação relativa ao detalhamento da contratação ocorreu unicamente através do Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013 (fls. 2425 do Anexo XIII), descriminando as seguintes atividades:

1. Levantamento e diagnóstico de situação econômico-financeira;
2. Identificação de fontes de recursos e condições de viabilidade de acesso;
3. Elaboração de Projetos econômico-financeiros;
4. Acompanhamento de projetos junto a órgãos e gestores financiadores;
5. Acompanhamento de implantação, execução e prestação de contas de projetos;
6. Elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatizações, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades.

Solicitados os relatórios, levantamentos, acompanhamentos, projetos e/ou demais documentos elaborados pela contratada, para fins de análise da

execução contratual, foi apresentada a documentação de fls. 3412/3576 do Anexo XVIII.

O primeiro bloco de documentos refere-se a informações e dados coligidos e elaborados pela contratada para instrução do processo junto à Secretaria do Tesouro Nacional, referente ao Projeto "Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 2ª etapa - PAC" (fls. 3412/3472 do Anexo XVIII). Notamos, no entanto, que tais documentos não comprovam qualquer atividade ou trabalho desenvolvido pela empresa Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda., uma vez que se compõem unicamente de Memorandos, Ofícios, Planilhas e Tabelas elaboradas e assinadas pelos próprios servidores e autoridades da Prefeitura Municipal e da Secretaria do Tesouro Nacional. Eis que eventual acompanhamento e/ou assessoria realizados pela empresa contratada para o projeto em questão não restaram demonstrados através dos documentos fornecidos pela origem.

Os documentos anexados às fls. 3473/3576 do Anexo XVIII, por sua vez, referem-se a "levantamentos, estudos e dados elaborados pela empresa Gerencial VF Consultoria e Projetos para a montagem do Projeto do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária". Tal projeto alude à "interação das áreas tributárias com as demais áreas da administração financeira e a gestão existente" (fls. 3483/3490 do Anexo XVIII), propondo um "choque de gestão" na Área da Receita do Departamento de Finanças.

Para tanto, verificamos a elaboração da proposta do projeto, a identificação dos problemas nos setores envolvidos e a sugestão de soluções (fls. 3483/3565 do Anexo XVIII).

A nosso ver, a documentação referida comprova a execução do pretendido no item 6 do Memorando DF 606/13, de forma parcial (Elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatizações, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades). Isso porque o projeto apresentado pela contratada não menciona a data das análises situacionais e dos estudos realizados, não sendo possível atestar quando o projeto foi elaborado. Ademais, a identificação das falhas ocorre de maneira

genérica e as proposições de soluções são bastante universais, verificando-se que nem todas as ações propostas pela empresa contêm os custos estimados e os prazos para sua implantação pela prefeitura Municipal de Taubaté (fls. 3524/3565 do Anexo XVIII).

Dessa forma, apesar vigência de 12 meses da contratação e do elevado valor da assessoria, verificamos que os serviços comprovadamente prestados pela GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA. limitaram-se à elaboração parcial do Projeto do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária (fls. 3473/3576 do Anexo XVIII), não tendo sido demonstrada a abrangência da totalidade do objeto pretendido.

05	Contrato nº:	s/nº
	Data:	28/02/2014
	Contratada:	Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
	Valor:	R$ 88.000,00
	Objeto:	Elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana.
	Execução/Prazo:	30 dias contados do recebimento da Ordem de Serviço
	Licitação:	Carta Convite nº 15-A/2013

A partir da documentação apresentada pela origem não foi possível atestar o cumprimento do prazo previsto no instrumento contratual. Com relação ao objeto, no entanto, constatamos regularidade na execução contratual.

06	Contrato nº:	s/nº
	Data:	25/09/2014
	Contratada:	Amabile F. Marcondes Construções-EPP
	Valor:	R$ 183.557,77
	Objeto:	Execução de cobertura de piscina no Centro de Convivência do Idoso.
	Execução/Prazo:	03 meses contados do prazo de 05 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
	Licitação:	Tomada de Preços nº 14/2014

Tomando por base as cláusulas pactuadas, constatamos que a execução do objeto contratual pela AMABILE F. MARCONDES CONSTRUÇÕES-EPP não observou todas as recomendações constantes no Memorial Descritivo, anexo ao edital do certame (fls. 3584/3630 dos Anexos XVIII e XIX). Verificamos que a drenagem pluvial realizada no local não foi executada de acordo com o detalhamento do Memorial,

conforme relatório fotográfico de fls. 3680/3681 do Anexo XIX.

Eis que o condutor vertical que recepciona a água da chuva deveria sofrer uma curva de 90°, sendo direcionado para dentro do pilar metálico, conforme detalhamento esboçado no Memorial Descritivo (fls. 3615 do Anexo XIX). O que observamos no local foi a tubulação que se conecta à calha sendo prolongada até o chão, por fora da estrutura, com o despejo da água diretamente no solo (fls. 3681 do Anexo XIX), o que evidencia uma execução mais simples e menos onerosa do que a exigida na licitação.

Ressaltamos que no processo analisado não havia qualquer documento ou informação relativa à alteração do modo de execução da drenagem pluvial, presumindo-se que houve falha no cumprimento do objeto e na fiscalização da municipalidade.

07	Contrato nº:	s/nº
	Data:	29/08/2014
	Contratada:	Diretório Arquitetura & Urbanismo S/S
	Valor:	R$ 198.792,20
	Objeto:	Elaboração de Projetos de Arquitetura (planta de situação atual do imóvel com cortes de fachadas, combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica SPDA e acessibilidade) em escolas da rede municipal de ensino.
	Execução/Prazo:	120 dias
	Licitação:	Tomada de Preços nº 11/2014

Tomando por base as cláusulas pactuadas e a amostragem analisada, constatamos regularidade na execução contratual.

08	Contrato nº:	s/nº
	Data:	17/03/2014
	Contratada:	SM Treinamento e Desenvolvimento Gerencial Ltda. ME
	Valor:	R$ 37.000,00
	Objeto:	Contratação de empresa especializada para elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
	Execução/Prazo:	120 dias
	Licitação:	Pregão nº 432-A/2013

Considerando a documentação apresentada pela origem e tomando por base o processo analisado *in loco* não foi possível atestar o cumprimento do prazo ajustado entre as partes para o cumprimento da obrigação. Com relação ao

objeto, no entanto, constatamos regularidade na execução contratual.

C.2.3.1. GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

No exercício em exame não foi celebrado contrato com instituição bancária para gerenciamento da folha de pagamento dos servidores.

No entanto e para os fins em apreço, informamos vigente o contrato celebrado em 17/05/2013, pelo período de 05 (cinco) anos, com o Banco Bradesco S/A, decorrente do pregão n° 27/2013 - Processo administrativo n° 14853/13, conforme Declaração de fls. 3682 do Anexo XIX.

C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

C.2.4.1. ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

No Município fiscalizado, os serviços de abastecimento e distribuição de água são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante convênio de cooperação celebrado em 03/07/2014, comp validade por 30 (trinta anos).

C.2.4.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

No Município fiscalizado, os serviços de coleta e tratamento de esgoto são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante convênio de cooperação celebrado em 03/07/2014, com validade por 30 (trinta anos).

C.2.4.3. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS

Conforme documentos às fls. 3683 do Anexo XIX, o serviço de coleta é realizado pela Empresa Fortnort, mediante Concorrencia n° 05/11, cuja análise foi efetuada

no processo TC-2111/989/13 (e os aditivos nos processos TCs 5812/989/14, 5808/989/14, 5591/989/14 e 2641/989/15).

Já, a prestação dos serviços com mão de obra, transbordo, transporte e destinação final dos resíduos sólidos são realizados pelas empresas Resicontrol Soluções Ambientais Ltda. e Resitec Industriais Ltda. mediante Pregão Presencial nº 81-A/10, analisado no processo TC-44/014/11 - (não é realizado reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento energético destes resíduos) - documentos às fls. 3686/3698 do anexo XIX.

C.2.5. CONTRATOS DE PROGRAMA

01	Convênio de Cooperação nº:	0.12/2014
	Data:	03.07.2014
	Contratada:	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
	Objeto:	Implementação de ação de forma conjunta com vistas ao oferecimento universal e adequado dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental no município
	Execução/Prazo:	30 (trinta) anos

Consoante mencionado acima, em 03/07/2014 foi assinado o Convênio de Cooperação entre a Prefeitura de Taubaté e SABESP; todavia, conforme consta do documento de fls. 3699/3713 do anexo XIX, ainda não foi assinado o contrato de programa.

O ajuste inicial (convênio de cooperação) não apresentou ocorrências dignas de nota, resta, no entanto, pendente a análise da contratação propriamente dita, providências, que sugerimos, sejam tomadas pela próxima fiscalização.

A Lei 4.629, de 30 de março de 2012 autorizou o Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica e contrato ou quaisquer outros ajustes necessários com o Estado de São Paulo, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo - Arsesp e a Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo - Sabesp.

Documentos às fls. 3699/3720 do anexo XIX.

PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (*LRF, art. 9º, § 4º*)	Sim
Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA? (*LRF, art. 48, parágrafo único*)	Sim
Contas disponíveis à população, ao longo do exercício? (*LRF, art. 49*)	Sim
Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO ? (*LRF, art. 48*)	Sim
Publicação ou divulgação do RGF? (*LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, "b"*)	Sim
Publicação e divulgação do RREO? (*LRF, art. 52*)	Sim
Encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (*LRF, art. 51, § 414º, I*)	Sim
Divulgação dos tributos arrecadados? (*CF, art. 162*)	Sim
Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (*CE, art. 256*)	Sim
Realização de audiências públicas quadrimestrais da Saúde? (*LC 141/12, art. 36, § 5º*).	Sim
Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (*CF, art. 39, § 6º*)	Sim

Docs. às fls. 3721/3764 do Anexo XIX.

D.1.1. LIVROS E REGISTROS

Pelos testes efetuados, constatamos falhas nos registros, conforme informado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino) e B.4 (Precatórios), em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Como demonstrado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino), B.5.3.1 (Gasto com combustível) e B.6 (Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais) deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Tal qual o Comunicado SDG n.° 34, de 2009, as divergências apuradas denotam falha grave, eis que a Prefeitura não atende aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64).

D.3. PESSOAL

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.14:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Efetivos	8.026	8074	8142	4937	-116	3137
Em comissão	222	98	106	92	116	6
Total	8248	8172	8248	5029		3143
Temporários	2013		2014		Em 31.12 de 2014	
Nº de contratados	251		511		1032	

No exercício examinado, foram nomeados 45 servidores para cargos em comissão (relação às fls. 3779/3781 do Anexo XIX), sendo 03 deles para cargos que não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF), quais sejam: Coordenador de Atividades Teatrais, Secretária do Prefeito e Coordenador de Artes Plásticas.

Às fls. 3789/3793 do Anexo XIX juntamos o quadro de cargos de provimento em comissão que compõe a estrutura administrativa do município - Anexo II da Lei Complementar nº 236/2010, verificando-se que alguns deles não mencionam a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura, aludindo apenas à "livre escolha".

Com relação às atribuições, verificamos que a LC nº 236/2010 as descreve de forma genérica[9] para todos os Cargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Gerência. No capítulo II

[9] Art. 107. São atribuições dos titulares dos cargos de provimento em comissão exercer as ações e atividades de competência da unidade administrativa para a qual for designado e, em especial:
I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da unidade administrativa, projeto ou grupo de servidores que dirige;
II - responsabilizar-se pelo desempenho eficiente e eficaz dos trabalhos que lhes são pertinentes;
III - promover reuniões periódicas entre seus subordinados a fim de traçar diretrizes, dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse do órgão;
IV - promover, por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção;
V - elogiar e propor à secretaria a aplicação de penalidades disciplinares dentro do âmbito de sua competência.

da referida lei são designadas as competências das Secretarias, Departamentos, Assessorias, Setores e Áreas que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Taubaté, não havendo, contudo, definição específica das atividades de cada um dos cargos comissionados constantes do Quadro Anexo II.

Solicitadas as respectivas leis de criação e extinção de cargos e empregos constantes do quadro de pessoal no exercício de 2014, a Origem apresentou cópias das Leis complementares nº 340/2014, 341/2014, 342/2014, 351/2014, 241/2011, 330/2013, 332/2013, 336/2014 e 359/2014 (fls. 3795/3837 dos Anexos XIX e XX), as quais elucidam as divergências apuradas com relação ao Quadro de Pessoal de 2013, sanando, inclusive, as irregularidades relativas a alguns cargos e ao número de vagas, apontadas nos exercícios anteriores.

➢ **Férias Vencidas:**

Consoante registrado pelas fiscalizações pretéritas, verificamos extensa relação de servidores da Prefeitura Municipal de Taubaté com mais de um período de férias vencidas e não gozadas, contrariando o artigo 7°, inciso XVII da Constituição Federal.

Conforme documentação apresentada às fls. 3838/3848 do Anexo XX contabilizamos 351 funcionários na situação descrita, ultrapassando, inclusive, mais de dois períodos aquisitivos vencidos, o que ofende também o art. 232 da Lei Complementar nº 01/1990[10].

Tal conduta gera ao município o risco da indenização dobrada dos valores devidos e da elevação do passivo trabalhista pela inadequada gestão dos recursos humanos.

➢ **Cessão de Servidores e Despesa de Pessoal:**

Observamos, ainda, a cessão de 41 servidores para prestação de serviços nos mais diversos órgãos públicos, conforme relação anexada às fls. 3849/3850 do Anexo XX.

A legislação municipal previu a possibilidade de

[10] Art. 232 - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 2 (dois) períodos, atestada a necessidade pelo chefe imediato do servidor.

cessão dos servidores para exercício profissional em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado de São Paulo e suas Autarquias, do Município de Taubaté e suas Autarquias, mediante solicitação e termo de convênio - art. 237 da LC nº 01/1990. Para tanto, dispôs que o ônus da remuneração do servidor seria definido no instrumento de convênio, observado o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Requerida a documentação relativa à cessão de alguns servidores escolhidos na amostragem (abaixo relacionados), foram apresentadas as Portarias de fls. 3851/3860 do Anexo XX e Termo de Convênio firmado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 3861/3865 do Anexo XX). Com relação aos servidores cedidos para a Câmara Municipal de Taubaté e para o 2º SubAgrupamento de Incêndio, no entanto, não foram disponibilizados os Termos de Convênio firmados, verificando-se, ainda, a ausência de portaria de cessão para a servidora Glorimar de Fátima Maciel:

Pessoal Cedido a outros orgãos				
Servidor	**Orgão para o qual foi cedido**	**Nº da Portaria**	**Orgão Pagador**	**Justificativa**
Ana Flavia de Souza Morais	Vara da Familia	296/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Ana Paula Pereira de Jesus	Cartório Eleitoral	222/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Antonio Faria Guimaraes	Camara Municipal de Taubaté	1.585/14	Câmara Municipal	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Arlinda Aparecida Alberici Leal	Cartório Eleitoral	223/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Cassia Cristina Calegaretti	Vara das Execuções Criminais	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Claudemir Gomes dos Santos	Vara das Execuções Criminais	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Eliana Aparecida da Costa	Vara da Infância e da Juventude	257/12	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Erica Regina Duarte	2º Sub Agrupamento de Incêncio	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Evelin de Godoy Sampaio	Vara da Fazenda	668/13	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Glorimar de Fátima Maciel	Cartório Eleitoral		P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90

As despesas relativas a 92,68% desses funcionários foram pagas, em 2014, pela Prefeitura Municipal, e como tal integraram o gasto de pessoal da origem - folha de pagamento em mídia às fls. 3957 do Anexo XX.

Da relação de fls. 3849/3850 do Anexo XX constatamos que 30 (trinta) dos servidores cedidos ocupam o cargo de Escriturário, para o qual foram criadas 100 (cem) novas vagas através da LC nº 351/2014. No exercício de 2014 foram admitidos 18 (dezoito) escriturários temporários, conforme planilha dos SisCAA anexada às fls. 3870 do Anexo XX.

A nosso ver, a cessão de servidores efetivos para outros órgãos se contrapõe com a necessidade reiterada da Prefeitura Municipal em contratar temporariamente outros

funcionários para o mesmo cargo, para suprir a demanda de serviço.

Entendemos, s.m.j, que a cessão de servidores de um órgão para outro, se não é voltada a burlar as prescrições da LRF, caracteriza lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal.

➢ **Contratação Temporária:**

Acerca da contratação temporária, notamos que a Prefeitura vem por reiterados exercícios admitindo servidores provisórios para cargos de provimento efetivo, sem comprovar a necessidade transitória de excepcional interesse público, pressuposto constitucional desse tipo de contratação, consoante artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Relativamente ao exercício de 2014, constatamos que a LC nº 01/1990 regulamentou essas contratações no âmbito municipal. Nos termos do seu art. 71, §1º, justificavam a contratação temporária a calamidade pública ou de comoção interna; campanhas de saúde-pública; a implantação de serviço urgente e inadiável; e os afastamentos transitórios de servidores ou de sua saída do serviço público.

No referido exercício foram admitidos 162[11] temporários, sem a apresentação das justificativas para essas admissões, descaracterizando as excepcionalidades legais. Abaixo relacionamos o número de admitidos e os cargos/funções para os quais houve contratação provisória no exercício:

[11] Do total referido desconsideramos os 348 Professores temporários admitidos no exercício de 2014.

Exercicio	Cargo/Função	Seleção/ Concurso	Lei Autorizadora	Prazo Máximo	Número de Admitidos
2014	ARQUITETO	1	001/1990	360	1
2014	ASSISTENTE SOCIAL	2	001/1990	360	6
2014	BERÇARISTA	3	001/1990	360	1
2014	BRAÇAL	4	001/1990	360	36
2014	COZINHEIRO	5	001/1990	360	2
2014	CUIDADOR	6	001/1990	360	2
2014	DENTISTA	7	001/1990	360	2
2014	ENFERMEIRO	8	001/1990	360	2
2014	ENGENHEIRO	9	001/1990	360	4
2014	ESCRITURARIO	10	001/1990	360	18
2014	FISIOTERAPEUTA	11	001/1990	360	3
2014	FONOAUDIOLOGO	12	001/1990	360	3
2014	MEDICO	13	001/1990	360	6
2014	MEDICO ESPECIALISTA	14	001/1990	360	4
2014	MESTRE DE OBRAS	15	001/1990	360	1
2014	MONITOR DE OFICIOS	16	001/1990	360	5
2014	MOTORISTA	17	001/1990	360	4
2014	NUTRICIONISTA	18	001/1990	360	4
2014	OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO	19	001/1990	360	8
2014	ORIENTADOR SOCIAL	20	001/1990	360	14
2014	PEDREIRO	21	001/1990	360	12
2014	PINTOR	22	001/1990	360	4
2014	PSICOLOGO	26	001/1990	360	8
2014	SERVENTE	27	001/1990	360	1
2014	TECNICO DE INFORMATICA	28	001/1990	360	2
2014	TECNICO DE MANUTENÇÃO	29	001/1990	360	2
2014	TECNICO DE PROTESE DENTARIA	30	001/1990	360	3
2014	TERAPEUTA OCUPACIONAL	31	001/1990	360	3
2014	VIDRACEIRO	32	001/1990	360	1
Total					**162**

Analisando as planilhas de admissão do SisCAA, observamos que para o mesmo cargo foram admitidos servidores sob a modalidade de concurso público e Tempo Determinado, não sendo apresentada, contudo, justificativa para a contratação temporária, já que existe concurso público em andamento. Tal situação foi constatada para os cargos de Assistente Social, Braçal, Dentista, Enfermeiro, Médico Especialista, Servente e Técnico de Prótese Dentária (fls. 3871/3887 do Anexo XX).

O quadro de pessoal anexado às fls. 3765/3771 do Anexo XIX atesta que em 31/12/2014 existiam 1.032 temporários na Prefeitura Municipal de Taubaté. Elevado quantitativo evidencia que parte desses servidores permaneceram contratados, "temporariamente", por mais de um exercício, desconstruindo o pressuposto da

provisoriedade e afrontando o §2° do art. 71 da LC n° 01/1990[12], o qual previu o prazo máximo de 06 (seis) meses.

A nosso ver, as admissões reiteradamente realizadas pela Prefeitura sob o manto da "contratação temporária" servem para burlar o art. 37, II, da Constituição Federal, refletindo na irregularidade das contratações e ilegalidade das nomeações - falhas estas que serão analisadas nos processos específicos de admissão de pessoal.

➢ **Diárias:**

Quando da análise das diárias pagas no exercício de 2014, constatamos o desvio de função de alguns dos servidores selecionados na amostragem. Apesar de ocuparem cargos diversos, eles desempenharam a função de motorista na condução de pacientes para tratamento médico fora do município, conforme documentos anexados às fls. 3958/4002 do Anexo XX.

Destacamos a existência de cargo específico de Motorista no quadro de pessoal, bem como a contratação de temporários para o desempenho dessa função. Abaixo relacionamos exemplos da irregularidade constatada:

Servidor	Cargo Ocupado	Função designada	Datas das Viagens	Amostra às fls.
ADILSON ALVES DOS SANTOS	Servidor Temporário	Motorista	03/08, 16/08, 05 e 06/01, 06/09, 08/11, 06/12, 21/03, 04 e 05/04, 16/05, 24/05, 08/06	3958/3974 do Anexo XX
ALEXANDRE MARCHTEIM PIRES	Servidor Temporário	Motorista	19/7, 22/11, 06, 07 e 08/04, 21/06	3975/3986 do Anexo XX
BENEDITO MARTINS DE MOURA	Operador de Máquina	Motorista	12 e 13/01, 16 e 17/03, 22 e 23/06, 06 e 07/07	3987/4002 do Anexo XX

[12] Art. 71. Poderão ter acesso ao serviço público pessoas destinadas ao desempenho de funções de natureza temporária.
§1° *Omissis*
§ 2° As admissões para os cargos especificados nos incisos I a IV do parágrafo anterior, serão feitas mediante processo seletivo, simplificado, se houver tempo, observando-se prazo determinado e compatível com cada situação, de no máximo 6 (seis) meses.
§3° *Omissis*
§4° *Omissis*

O desvio de função foi também abordado no item "B.3.1.1" deste relatório, sendo realizada a respectiva glosa no ensino.

➢ **Horas Extras:**

Por fim, analisamos as relações de horas extras fornecidas pela origem e verificamos uma excessiva jornada extraordinária realizada pelos servidores municipais, ultrapassando, inclusive, os limites diários permitidos pela legislação, conforme demonstramos nos exemplos extraídos da amostra:

Servidores	Cargo	Mês de Referência	Quantidade de horas extras	Média de horas extras/dia
Alan Denis Santiago dos Santos	Motorista	jan/14	48,5	2,20
Alexandre Marchtein Pires	Servidor Temporário	jan/14	46,5	2,11
Alice Daniele Alves Barbosa	Gari	jan/14	52	2,36
Ana Lucia de Aguiar	Oficial de Administração	jan/14	89	4,05
André Luis Casarin	Motorista	jan/14	61,5	2,80
Antonio Carlos Galvão	Supervisor Técnico	jan/14	63	2,86
Asdrubal Augusto F de Nascimento	Monitor de Esportes	jan/14	63	2,86
Benedito Adriano Lopes	Oficial de Administração	jan/14	151,5	6,89
Dirceu Pestana	Braçal	jan/14	69	3,14
Guaraci de Almeida	Servidor Temporário	jan/14	80	3,64
Isac Cândido dos Santos	Servidor Temporário	jan/14	72,5	3,30
José Afonso Nascimento	Braçal	jan/14	87,5	3,98
José Claudio dos Santos	Oficial de Administração	jan/14	107,5	4,89
José Gonçalo de Melo	Servidor Temporário	jan/14	157	7,14
Rafael Tavares	Motorista	ago/14	75	3,41
Paulo Sergio Cardoso	coletor	ago/14	149	6,77
Lucia Maria de Carvalho	Servente	ago/14	70	3,18
José Adolfo Vieira	Supervisor Técnico	ago/14	70,5	3,20
Ivan Morgado	Servidor Temporário	ago/14	88	4,00
Deise Regina Mascarenhas Borges	Chefe de Divisão	ago/14	317,72	14,44
Cleovonsostenes Lopes Nascimento	Coletor	ago/14	126	5,73
André Luiz Soares	Motorista	ago/14	76	3,45
Benedito de Freitas	Chefe de Serviço	ago/14	72,5	3,30

Nos termos do art. 189 da LC nº 01/1990, o serviço extraordinário somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias, desde que autorizada expressa e previamente pelo Secretário Municipal, não podendo ultrapassar 40 horas mensais. (redação dada pela Lei Complementar nº 276, de 24 de fevereiro de 2012).

Tal, contudo, não foi a situação identificada nos demonstrativos de fls. 3888/3956 do Anexo XX (amostra exemplificativa dos meses de janeiro e agosto de 2014). O pagamento de horas extras pela Prefeitura Municipal de Taubaté vem ocorrendo de forma habitual a diversos servidores, durante meses seguidos, evidenciando a frequência com que o trabalho vem sendo realizado e, portanto, descaracterizando os pressupostos da excepcionalidade e da temporariedade que devem permear tal forma de labor.

As folhas de pagamento do exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX) demonstram que no exercício de 2014 foram pagos R$ 5.528.415,75 a título de horas extras:

Despesas com Hora extra				
Mês	Valor		Mês	Valor
Janeiro	R$	470.227,18	Julho	R$ 434.861,46
Fevereiro	R$	451.512,23	Agosto	R$ 423.562,29
Março	R$	496.231,95	Setembro	R$ 437.738,02
Abril	R$	617.028,64	Outubro	R$ 437.738,02
Maio	R$	485.446,88	Novembro	R$ 458.612,35
Junho	R$	495.700,95	Dezembro	R$ 319.755,78
TOTAL	R$	5.528.415,75		

Além disso, constatamos o pagamento dessa verba a servidores ocupantes de cargo em comissão, irregularidade pacificada nesta Corte (TC-800151/123/05, TC-800020/111/01, TC-018651/026/01, TC-800266/113/98, TC-800095/405/98 e TC-800124/177/99), pois, pela natureza de tais cargos, os vencimentos recebidos já cobrem qualquer ônus gerado pelo exercício das funções além das horas normais de trabalho.

Docs. às fls. 3779/4002 dos Anexos XIX e XX.

D.4. DENÚNCIAS. REPRESENTAÇÕES. EXPEDIENTES

Acompanha o presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

1) EXPEDIENTE: TC-551/026/15

INTERESSADO: Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos

ASSUNTO: Encaminha cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26

Durante a fiscalização ordinária, solicitamos da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008) nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente. Tais valores são decorrentes da Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6 efetuada pela Advocacia Geral da União na qual os citados ex Prefeitos foram responsabilizados por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Os documentos de fls. 4043/4048 do anexo XX demonstram que, apesar de ter sido mencionado o processo administrativo nº 65334/14 que estaria tratando do assunto, a Prefeitura não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento de referidos valores. Mesmo após reiterações por parte desta fiscalização, a origem sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do município.

2) PROCESSO: TC-6889/989/15

REPRESENTANTE: Salvador Soares de Melo, vereador do município de Taubaté

ASSUNTO: Comunica possíveis irregularidades no âmbito do Executivo local, no que tange ao pagamento de salários, benefícios e subsídios a servidores públicos municipais, sem observância do disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal e da LC nº 355/2014.

Durante a fiscalização ordinária, solicitamos da Prefeitura Municipal as folhas de pagamento referentes ao exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX). Analisando-as, mês a mês, verificamos que sobre os valores da remuneração bruta dos servidores, são aplicados "redutores da Emenda Constitucional 41" voltados a adequar o valor líquido e limitar o pagamento de salários, benefícios e subsídios ao teto constitucional. Dessa forma, não constatamos ofensa ao disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

Com relação à LC nº 355/2015, referida matéria foi tratada no item B.2.2 "b" deste relatório.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Constatamos o não atendimento à Lei Orgânica, pois a origem não entregou documentação requisitada prejudicando sobremaneira os trabalhos da fiscalização, conforme verificado no item "D.4" deste relatório.

Constatamos o cumprimento das Instruções desta Corte, excetuando-se, todavia, a matéria tratada no processo de controle de prazos (TC-373/007/14).

Haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, em 2014, a Prefeitura descumpriu as seguintes recomendações deste Tribunal:

Exercício	Recomendações
2011	• Observância dos artigos 39, § 4°, 167, V e VI, da Constituição Federal quanto à abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa; • Realização de despesas sob regime de adiantamento mediante apresentação da documentação comprobatória adequada; • Envio de dados fidedignos ao Tribunal, em obediência ao Comunicado SDG n.° 34/09 e aos Princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64); • Observância da Lei Federal n° 8.666/93, quanto às licitações e contratos.
2012	• Aprimoramento do sistema de cobrança da dívida ativa, devendo considerar a adoção de mecanismos de cobrança extrajudicial, como protesto extrajudicial da certidão da dívida ativa, inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito, adoção de parcelamento incentivado de créditos, entre outros. • Observância da ordem cronológica de pagamentos e, havendo relevantes razões de interesse público a ensejar a quebra, publicação prévia das justificativas da autoridade competente, nos termos do art. 5° da Lei de Licitações; • Envio de dados fidedignos ao Sistema Audesp, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1° da LRF e art. 83 da lei Federal 4.320/64), observando o Comunicado SDG 34/2009; • Averiguação da real necessidade de realização de elevado número de horas extras pelos servidores, evitando que esta excepcionalidade se torne rotineira; • Regularização do acúmulo de férias vencidas e não gozadas dos servidores, a fim de evitar o potencial fator de risco para o endividamento do Município referente ao pagamento atrasado destes direitos; • Encaminhamento a este Tribunal dos documentos exigidos pelo Sistema Audesp dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções TC-02/2008; • Atendimento às recomendações do Tribunal.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Exercício	Processo	Parecer
2013	2090/026/13	~~Em trâmite~~
2012	2022/026/12	Desfavorável
2011	1433/026/11	Desfavorável com recomendações

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
Percentual aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental:	26,79%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério:	70,33%
Total do FUNDEB aplicado em 2014:	100,00%
Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual aplicado na Saúde:	25,79%
Resultado da execução orçamentária: *déficit de R$18.469.598,89*	2,54%
Déficit orçamentário com amparo no superávit financeiro anterior?	NÃO
Percentual de investimentos: *(investimentos ÷ RCL)*	9,32%
Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais (Regime Especial Anual)?	SIM
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu ao limite constitucional?	SIM
Taxa da despesa de pessoal em dezembro de 2014:	56,76%
Reconduzida, em 8 meses, a despesa de pessoal ao específico limite da LRF?	SIM

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LC nº 709/93, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes falhas:

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - o Plano de Mobilidade Urbana do município de Taubaté não atende todos os requisitos dispostos no artigo 24 da Lei 12.587/12.

A.2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL – ainda não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações; no site da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses a entidade do terceiro setor.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – descumprimento dos limites previstos nos artigos 7° e 8° da Lei Orçamentária Anual (Lei n° 4.835/2013); classificação inadequada dos créditos suplementares do exercício e abertura mediante decretos executivos e portarias com fundamento na LOA, em descumprimento ao inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal; ausência da identificação de fonte de recursos utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, em discordância com o disposto no art. 43, caput, da Lei n° 4.320/64; insuficiente planejamento orçamentário, por parte da Prefeitura, em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n° 101/2000; programas e ações governamentais executados insuficientemente e justificados inadequadamente, em discordância com o princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1°, §1°, da LRF).

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL - resultado econômico 62,69% inferior ao do exercício anterior.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO - descumprimento dos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64), com existência de ocultação de passivo; divergência entre os valores da dívida flutuante constantes no demonstrativo da Prefeitura e no do Sistema Audesp, em descumprimento ao artigo 1°, §1°, da LRF; divergência na fórmula de cálculo de restos a pagar processados e não processados, em discordância com as normas vigentes para elaboração do demonstrativo.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO - aumento da dívida consolidada em 29,56% em relação ao exercício anterior; escrituração de dívida de 2010 evidenciada no balanço patrimonial apenas em 2014, constituindo-se ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64); pagamento insuficiente de dívida com a SABESP em 2014.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS - efetivação de irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade

Fiscal.

B.1.6 – DÍVIDA ATIVA – divergência do saldo da dívida ativa de 2014 informado ao Sistema Audesp, no Balanço patrimonial da Prefeitura e o do Setor responsável, elevado valor de prescrição de dívida ativa evidenciando que a Prefeitura não tem efetuado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa; a Prefeitura está inscrita no seu próprio rol de devedores da dívida ativa; elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas incrições e controle de lançamentos; os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida; as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não refletem a realidade do setor, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL – despesa de pessoal em percentual superior ao limite estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal; pagamento de R$4.883.827,61 a título de despesa de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU, como tentativa de burlar o limite previsto na LRF; estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal e em descumprimento ao previsto no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao pressuposto da transparência constante no art. 1°, §1°, desta lei, e aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência dispostos no art. 37 da Carta Maior.

B.3.1. ENSINO – divergência no valor de receita de impostos base para a aplicação de ensino apurada pela Prefeitura e pelo Sistema Audesp; receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB contabilizadas incorretamente, descumprindo o princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64); empenho de despesas impróprias com recursos do ensino; ausência de lei para instituição do Plano Municipal de Educação; inexistência de plano de carreira e remuneração do magistério; descumprimento das atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

e do Conselho de Alimentação Escolar; não atingimento das notas previstas no IDEB.

B.3.2. SAÚDE - despesas impróprias empenhadas com recursos vinculados à saúde; falhas no planejamento das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", mais especificamente no tocante ao combate à dengue, em descumprimento do §1° do artigo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – O Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

B.4.1.1 REGIME ESPECIAL ANUAL - Divergência entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela origem e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna a importância efetivamente devida e paga pelo município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.° 4.320, de 1964); ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça através de Depósito Judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei n° 4.320/64; pagamento de requisitório de baixa monta em exercício diverso de sua incidência.

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE - falhas nos processos de adiantamento que tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, dispostos no art. 37, caput, da Constituição Federal; convênios firmados entre a Prefeitura e a UNITAU com operacionalização transferida à FUST e cobrança de taxa de administração pela UNITAU, ausência de metas objetivas no termo de convênio, falta de autorização para aplicação de recursos no exercício seguinte, prestação de contas sem comprovação documental dos gastos evidenciados no demonstrativo integral de receitas e despesas, sem demonstrações financeiras da entidade conveniada e sem extratos bancários emitidos pelo banco e conciliação bancária de dezembro de 2014; ausência de identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo; pagamento de despesas

de pessoal por meio dos convênios, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da CF e estabelecido no art. 20, III, da LRF; falta de fiscalização adequada dos recursos repassados e da execução do convênio por parte da Prefeitura; descumprimento dos princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como do princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1°, §1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL – divergência entre o valor informado pela Prefeitura e o apurado pelo Sistema Audesp.

B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS - quanto ao setor de tesouraria, divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS - Não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos e ausência de publicação das justificativas cabíveis, em afronta ao artigo 5° da Lei n° 8.666/93.

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO - Falhas no planejamento da Administração quando da elaboração e realização dos procedimentos licitatórios que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e gasto de dinheiro público; restrição à ampla competitividade, em ofensa ao art. 22, §6° da Lei de Licitações; falha na precisão do objeto a ser licitado, dificultando a verificação da adequada execução contratual, além da possibilidade de restringir a participação no certame; terceirização de atividades precípuas da administração, resultando na terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório; ausência de comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas licitantes, em afronta ao art. 38, II, da Lei n° 8.666/1993; formalização de contrato em dissonância com as previsões do edital do certame, contrariando o art. 3° da Lei n° 8.666/1993 e ofendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório; vícios inerentes às justificativas e ao processamento das Dispensas e Inexigibilidades, em ofensa ao art. 26, *caput*, e parágrafo único da Lei n° 8.666/1993; instauração de sindicância para apuração de responsabilidade funcional

dentro dos autos do processo de inexigibilidade; falhas na contratação de profissional do setor artístico, decorrentes da ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo, em ofensa ao art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, e da falta de justificativa do preço praticado, contrariando o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993; ausência de publicação dos atos referentes às dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial, contrariando o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

C.2. CONTRATOS - Não foi realizada a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), nos termos do Comunicado SDG nº 44, de 2013.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO* - Ausência de publicação dos extratos de contrato e dos Termos Aditivos na imprensa oficial, contrariando a disposição constante no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993; ausência de aplicação das sanções cabíveis em decorrência da inexecução parcial dos contratos firmados; realização de sucessivas prorrogações de prazo para conclusão dos serviços contratados, evidenciando que os prazos estabelecidos pela origem não se mostraram suficientes para a execução dos objetos; falhas na fiscalização das execuções contratuais.

C.2.2. EXECUÇÃO CONTRATUAL - irregularidades na execução contratual relativas à construção em desacordo com o projeto arquitetônico, a falhas no acompanhamento pela fiscalização municipal, à ausência de comprovação do cumprimento dos prazos ajustados para a conclusão das obras/serviços e a serviços inadequados recebidos pela Administração.

D.1.1. LIVROS E REGISTROS - falhas nos registros da dívida de curto prazo, das despesas de pessoal, dos recursos vinculados ao ensino e dos precatórios, em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP - não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL - Cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, de chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF) e sem a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura; número elevado de servidores com mais de um período de férias vencidas e não gozadas; cessão de servidores da Prefeitura para os mais diversos órgãos, caracterizando lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal e ofensa ao inciso II do mesmo artigo; excessivas e reiteradas contratações temporárias sem a demonstração da necessidade provisória de excepcional interesse público, em afronta ao art. 37, II e IX, da Constituição Federal; servidores em desvio de função; pagamento excessivo de jornada extraordinária, realizada em quantidades que ultrapassam os limites diários permitidos pela legislação.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL - descumprimento das recomendações desta Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-7.2, em 27 de outubro de 2015.

CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
Agente da Fiscalização Financeira Chefe

EMMANUELLE CHRISTINNE FONSECA DE PAIVA NERY
Agente da Fiscalização Financeira

LUANA MENDES MARTINI ALMEIDA
Agente da Fiscalização Financeira

PROCESSO Nº.:	**TC-563/026/14**
ÓRGÃO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**
ASSUNTO:	**CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014**
PREFEITO:	**SR. JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**
CONSELHEIRO:	**DR. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
INSTRUÇÃO:	**UR-7 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / DSF-II**

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Tratam os presentes autos das Contas Anuais do Exercício de 2014 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**

De acordo com as orientações da Casa, os exames efetuados, ainda que por amostragem, concentraram-se com maiores aplicações nas matérias relativas ao exercício financeiro e à execução do orçamento, bem como ao atendimento das exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00, sem, contudo, descuidarmos dos demais itens que, por praxe, fazem parte da rotina fiscalizadora.

Após as análises levadas a efeito "in loco" no referido órgão, a Equipe de Fiscalização Financeira elaborou o respectivo Relatório constante de fls. 16 a 131, com o qual, também, coloco-me de acordo, **destacando falhas em praticamente todos os itens do laudo, o que a meu ver, traduz clara falta de planejamento nas ações do órgão.**

O Executivo cumpriu os limites Constitucionais quanto à Educação e à Saúde, porém, desatendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram observados inúmeros desacertos na contabilização dos valores referentes aos créditos suplementares abertos, nos restos a pagar, dívida ativa, nas receitas, ensino, saúde e precatórios. Aumento nas dívidas de curto e longo prazo. Falhas nos procedimentos licitatórios, nos contratos e principalmente, no item relacionado a Pessoal.

As irregularidades encontram-se sintetizadas às fls. 125 a 131.

Os últimos três exercícios apreciados por esta Egrégia Corte **(2010, 2011 e 2012),** receberam "**Parecer Desfavorável"**.

Por fim, o Responsável pelas contas em exame tomou conhecimento da realização da inspeção "in loco", sendo devidamente notificado de que todos os despachos e decisões exaradas neste feito serão publicados no "D.O.E.", em conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar nº. 709/93. (doc. às fls. 04).

É o que submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

GDUR-7, em 28 de outubro de 2015.

CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão da UR-7
São José dos Campos

Processo: TC-000563/026/14
Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Responsável: Jose Bernardo Ortiz Monteiro Junior, Prefeito (período de 01/01/2014 a 31/12/2014).
Assunto: Prestação de contas da administração financeira e orçamentária relativas ao exercício de 2014.

Vistos.

Diante das considerações e dos dados de fato constantes do relatório da Fiscalização de fls.18/131, assino ao Responsável, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual n. 709/93 e dos artigos 194 e 49, inciso VII, do Regimento Interno desta Corte, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente as alegações pertinentes.

Autorizo a retirada de cópia do relatório na Unidade Regional de São José dos Campos - UR-7, ficando os autos disponíveis para vista e extração de cópias no Cartório.

Publique-se.

Transcorrido o prazo à ATJ e ao Ministério Público de Contas para suas manifestações.

GCSEB., em 09 de novembro de 2015.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

PUBLICADO NO DOE
DE 17 / 11 / 15
Cartório
Dr. Sidney Estanislau Beraldo

iz



Termo de juntada.

Nesta data, juntei(amos) aos documentos

fls. 135 a 137

CSEB, em 03 / 12 / 15

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Francisco Antonio Miranda Rodriguez
Marcelo Palavéri
Flávia Maria Palavéri
Janaina de Souza Cantarelli
Natacha Antonieta Bonvini Medeiros

Adriana Albertino Rodrigues
Ana Maria Roncaglia Iwasaki
Marcelo Miranda Araújo
Fabiana Balbino Vieira
Yuri Marcel Soares Oota

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO TC – 563/026/14.

TCESP - SEDE
TC - 42072/026/15
02/12/2015 - 16:12
5071-7390-5112-0102

Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, por sua advogada que esta subscreve (instrumento de mandato em anexo), vem respeitosamente à presença de V. Exa., requerer a prorrogação do prazo concedido para a apresentação das justificativas nos autos do processo em epígrafe, pelos fatos e motivos expostos a seguir:

Cuidam os presentes autos das contas do Município de Taubaté, referentes ao exercício de 2014.

Em 17 de novembro do corrente exercício, foi publicado despacho notificando o responsável para a apresentação das alegações de interesse, no prazo de 15 (quinze) dias.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Após tomar vista dos autos, o ora requerente imediatamente determinou a realização das diligências necessárias para esclarecer todas as eventuais impropriedades apontadas pela equipe de auditoria dessa C. Corte.

No entanto, apesar da defesa encontrar-se praticamente concluída, restam ainda algumas informações faltantes, o que acabou por impedir que o ora requerente levasse a defesa completa, no prazo determinado por esse E. Tribunal.

Nesse passo, com o envio da documentação restante, o ora Requerente estará com a Defesa concluída para levar ao conhecimento e análise dessa Colenda Corte de Contas, sendo para tanto, necessária a concessão de uma nova prorrogação de prazo.

Diante do exposto, requer seja concedida a prorrogação de prazo ***por mais 30 (trinta) dias*** contados da publicação do deferimento do presente pedido.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 02 de dezembro de 2015.

FLÁVIA MARIA PALAVÉRI
OAB/SP Nº 137.889

137

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, o Sr. **JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, nomeia e constitui como procuradores os Advogados Marcelo Palavéri, Flávia Maria Palavéri, Clayton Machado Valério da Silva, Leandro da Rocha Bueno inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, sob os números inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, sob os números 114.164, 137.889, 212.125 e 214.932 respectivamente, os estudantes de direito Amanda Oliveira da Silva, portadora do RG nº 47.486.273-2, Thaís Krempel portadora do RG nº 36.735.718-5, Olga Amélia Gonzaga Vieira portadora do RG MG nº 16.816.458, Pedro Cabral Falcão portador do RG nº 38007612 SSP/SP, Guilherme Panachão Palma portador do RG nº 38.072.384-0, Diego Xavier Delfino portador do RG nº 39.307.051-7, Daniele Lima Gomes portadora do RG nº 59.013.597-1 e Monise Vicentini de Alencar portadora do RG nº 37.914.506-6, conferindo-lhes amplos poderes, inclusive os da cláusula "ad judicia", para o fim de acompanhar e especialmente para promover todos os atos de defesa, tomar vistas e extrair cópias xerográficas dos autos do processo **TC – 563/026/14**, que se encontra em trâmite perante o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, podendo praticar todos os atos necessários ao desempenho do presente mandato, ficando facultado o substabelecimento.

Taubaté, 26 de novembro de 2015.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR
Prefeito

Segue fls. 138/140

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

PROCESSO - TC Nº: 563/026/14

1. NOME: Elaine Kelly dos Santos
2. CPF 328.692.298-60 RG: 23.208.444-0
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.:
5. ENDEREÇO: Rua Tabatinguera Nº: 140
6. CIDADE: São Paulo CEP: 01020-901
7. TELEFONE/RAMAL: (11) 3111-7535 EMAIL:

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS.* ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSÓRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 08 / 12 / 2015

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 08 / 12 / 15

FUNCIONARIO DO CARTORIO

139

AUTORIZAÇÃO

CLAYTON MACHADO VALÉRIO DA SILVA, pelos poderes que lhe foram conferidos pela Sr. **JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**, Prefeita do Município de Taubaté, **AUTORIZA** a Srta. **ELAINE KELLY DOS SANTOS**, RG 23.208.444-0 e CPF nº 328.692.298-60, a obter vistas e extrair cópias, por quaisquer meios, do processo TC 563/026/14, em trâmite perante o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de DEZEMBRO de 2015.

CLAYTON MACHADO VALÉRIO DA SILVA
OAB/SP Nº 212.125

140



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ELAINE KELLY DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
23208444 SSP/SP

CPF
328.692.298-60

DATA NASCIMENTO
28/12/1986

FILIAÇÃO
GILBERTO DOS SANTOS
MARIA APARECIDA RAIMUN DO DOS SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06200672235

VALIDADE
18/03/2018

1ª HABILITAÇÃO
10/10/2014

OBSERVAÇÕES

Elaine Kelly dos Santos
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
13/11/2015

Daniel Annenberg
Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR

02977955384
SP733736637

DETRAN-SP (SÃO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11863287 25

PROIBIDO PLASTIFICAR

11863287 25

141

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. ~~138~~ 141

Processo: TC-000563/026/14.
Expediente: TC-042072/026/15.
Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo formulado pela interessada, através de seu Prefeito, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior.
Advogados: Dra. Flávia Maria Palavéri, OAB/SP n.137.889, e outros.

De ordem do Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo defere-se o pedido de prorrogação de fls.135/136 pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação.

Publique-se.

GCSEB., em 4 de dezembro de 2015.

Marília Saraiva Campos
Assessora-Técnica Procuradora

mfmo

PUBLICADO NO D.O.E. DE 15/12/15
Cartório Dr. Sidney Estanislau Beraldo

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

PROCESSO - TC Nº: 563/026/14

1. NOME: PEDRO CABRAL FALCÃO
2. CPF 408056308-64 RG: 38007612-3
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.: 137
5. ENDEREÇO: RUA AUGUSTA 257 Nº:
6. CIDADE: SÃO PAULO CEP:
7. TELEFONE/RAMAL: 11 32574512 EMAIL: P.FALCAO@ME.COM

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS.*( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSÓRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA
ANEXO	146 148		

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 11 / 12 / 15

PEDRO

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 11 / 12 / 15

FUNCIONARIO DO CARTORIO

143


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
NOME
PEDRO CABRAL FALCAO
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
38007612 SSP/SP
CPF
408.056.308-64
DATA NASCIMENTO
29/10/1990
FILIAÇÃO
MARIO CESAR FALCAO
JANICE CABRAL FALCAO
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB
Nº REGISTRO
04617261881
VALIDADE
06/03/2018
1ª HABILITAÇÃO
16/04/2009
OBSERVAÇÕES
A
EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
CARAGUATATUBA, SP
DATA EMISSÃO
08/05/2013
Daniel Annenberg Coordenador Geral Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR
63894625732
SP579893774
DETRAN SP (SÃO PAULO)
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
706810895
PROIBIDO PLASTIFICAR
706810895

Termo de juntada.
Nesta data, juntamos os documentos de
fls. 144 a 247.
C.SEB, em 02/02/16
Cidália

Segue 13 Anexos
referente ao
Exp - 004153/026/16

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

FRANCISCO ANTONIO MIRANDA RODRIGUEZ
MARCELO PALAVÉRI
FLÁVIA MARIA PALAVÉRI
JANAINA DE SOUZA CANTARELLI
NATACHA ANTONIETA BONVINI MEDEIROS
YURI MARCEL SOARES OOTA
ADRIANA ALBERTINO RODRIGUES
ANA MARIA RONCAGLIA IWASAKI
MARCELO MIRANDA ARAÚJO
FABIANA BALBINO VIEIRA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO TC – 563/026/14.

TCESP - SEDE
TC - 4153/026/16
01/02/2016 - 16:42
5071-7778-5912-5810

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, por seus advogados que esta subscrevem (instrumento de mandato já anexado aos autos, vem à respeitável presença de Vossa Excelência, a fim de apresentar as **JUSTIFICATIVAS** pertinentes em face do contido no relatório de inspeção *"in loco"* elaborado pela d. auditoria dessa C. Corte, fazendo-o com fulcro no previsto pela Lei Complementar nº 709/93, bem como nas razões de fato e de direito a seguir elencados:

Cuidam os autos do processo em exame das Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté, cuja fiscalização realizada pela d. auditoria dessa

Colenda Corte revelou a ocorrência de eventuais impropriedades nos atos praticados pelo Poder Executivo.

Todavia, conforme restará amplamente demonstrado, as eventuais falhas apontadas pela equipe de fiscalização não possuem o condão de macular todo o exercício econômico-financeiro de 2014 deste Poder Executivo, já que se tratam de meras impropriedades de caráter absolutamente formal.

O que se verificará ao final é que a Prefeitura Municipal de Taubaté, de maneira exemplar, promoveu a aplicação dos percentuais vetores da Administração Pública, dando atendimento aos mandamentos constitucionais e legais que regem os atos praticados pelo Poder Executivo, pois além do atendimento aos índices vetores da Administração Pública, houve respeito ao princípio da gestão fiscal equilibrada, em respeito ao contido no §1°, do artigo 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo, com isso, as necessidades dos munícipes com a prestação de serviços eficientes.

Ao analisar o relatório da d. auditoria, verifica-se que este Executivo Municipal atendeu aos principais pontos das contas tidos como cruciais à Administração Pública. Vejamos:

Prefeitura Municipal de Taubaté	**2014**
Percentual Aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	26,79%
Percentual do FUNDEB Aplicado na Valorização do Magistério	70,33%
Total do FUNDEB aplicado em 2014	100%
A parcela residual (até 5%) foi aplicada até março do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual Aplicado na SAÚDE	25,79%
Efetuados os Recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
Efetuados os Recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social?	SIM
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais?	SIM
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu o limite constitucional?	SIM

Como se vê, Excelência, os pontos tidos como cruciais na Administração do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté, encontram-se em posicionamento bastante favorável, motivo pelo qual poderá esta Colenda Corte emitir parecer favorável à de aprovação das Contas Anuais em apreço.

Diante dessa visão global, conclui-se, já de início, que as únicas observações tecidas pela atenta auditoria, se referem a questões eminentemente formais, passíveis de relevamento, com emissão das recomendações eventualmente pertinentes.

Dessa forma, a seguir analisaremos, separadamente, os pontos considerados irregulares pelos d. agentes de fiscalização financeira, conforme relatório de inspeção *"in loco"*. Vejamos:

A.1 – PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Neste primeiro tópico, a fiscalização verificou o atendimento de quase todas as obrigações legais, conforme quadro de fls. 19:

Verificações		
1	Na amostra, a LDO estabelece, por ações de governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (Art. 4º, I, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal)?	SIM
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "f" da LRF)?	SIM
4	A LOA autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	NÃO
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa, atendendo ao art. 15 da Lei 4.320/64?	SIM
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? (Art. 227, caput, da CF e art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d" da Lei Federal nº 8.069/90)	SIM

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? (Art. 11, 17 e 19 da Lei Federal nº 11.445/07)	SIM
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? (Lei Federal nº 12.305/10, art. 18)	SIM
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou Plano de Mobilidade Urbana? (lei nº 12.587/12, art. 24, § 3º)	SIM

Tais acertos, certamente, devem contribuir para formação de juízo favorável quanto a aprovação das Contas Anuais de 2014 da Prefeitura de Taubaté.

O único apontamento dos agentes de fiscalização nesse tópico diz respeito ao Plano de Mobilidade Urbana que em seus dizeres, não atende a todos os requisitos dispostos no artigo 24 da Lei 12.58712.

No que se refere ao referido plano, conforme documentação em anexo (**DOC. 01**) a Secretaria de Mobilidade Urbana está regularizando a questão, tendo a licitação com a definição dos locais de estacionamento públicos sido concluída em julho de 2015, havendo regulamentação através de Decreto das áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada.

Finalmente, estamos anexando também **(DOC. 01, NOVAMENTE)** cronograma para avaliação e revisão do Plano de mobilidade urbana, com prazo de 06 anos.

Não há, portanto, qualquer falha que comprometa o resultado positivo das Contas Anuais em exame, posto que todas as exigências legais foram devidamente cumpridas.

A.2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL:

Nesse item específico, anotaram os agentes de fiscalização que *"ainda não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações; no site da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses a entidades do terceiro setor."*

Com a devida vênia dessa anotação temos a esclarecer que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) está devidamente implantado, com atendimento ao público por funcionário municipal que atua junto ao protocolo, no prédio central da Prefeitura Municipal de Taubaté, conforme demonstra a foto em anexo **(DOC. 02).**

Além disso, há também o atendimento digital aos cidadãos pelo site www.taubate.sp.gov.br através do link "VOCÊ PEDE A INFORMAÇÃO E O SIC ENTREGA", ou pelo e-mail: e-mail sic@taubate.sp.gov.br.

No tocante as informações relativas ao repasse a entidades do terceiro setor as informações podem ser obtidas consultando o Portal da Prefeitura Municipal de Taubaté, no link: "Acesso à informação – despesas – terceiro setor", conforme atestam as imagens da tela anexada como **DOC. 03.**

B.1.1 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

No Plano da Execução Orçamentária, após ajustes no Balanço Orçamentário, a fiscalização acusou déficit de R$ 18.469.598,89 (2,54%), atribuindo tal resultado à superestimativa de receita, visto que a previsão superou em 14,24% a efetiva arrecadação. Observou, outrossim, que a economia de despesa, da ordem de 7,90%, foi capaz de absorver apenas parte do déficit de arrecadação e, doutra sorte, se as despesas realizadas não fossem inferiores às previstas, a execução orçamentária seria ainda mais deficitária.

Em relação a execução orçamentária do exercício de 2014, como será comprovando adiante, não houve nenhum desajuste fiscal capaz de impedir o atendimento

do princípio da gestão fiscal equilibrada, tendo o Poder Executivo de Taubaté atendido à risca o princípio da gestão fiscal equilibrada.

Neste sentido, a defesa dos atos praticados pelo gestor público se divide em dois aspectos principais:

Primeiro, será demonstrado que a Prefeitura de Taubaté possuía SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013, capaz de acobertar a integralidade do déficit orçamentário apontado pela equipe de fiscalização.

Segundo, restará demonstrando que o déficit orçamentário apurado pela d. auditoria está viciado pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme já definiu o repertório jurisprudencial desse Sodalício, devem ser extirpados da apuração do resultado orçamentário da Administração Direta.

Antes, porém, convém chamar a atenção dessa Corte de Contas para o fato de que o déficit orçamentário apurado no final de 2014, ao contrário do que propõe a d. fiscalização, não decorreu de desastre na gestão das peças contábeis, já que tal resultado foi compatibilizado com as ações e programas de governos mantidos em favor dos administrados.

Nas fls. 22 do relatório de inspeção *in loco*, consta quadro demonstrativo da execução orçamentária de 2014, apontando déficit de arrecadação no valor de R$ 120.696.293,10 e uma economia orçamentária de R$ 63.881.827,13, gerando um déficit de R$ 18.469.598,89, como resultado final da execução orçamentária.

O déficit de arrecadação, apurado no quadro de fls. 22, no montante de 14,24%, ou seja, R$ 120.696.293,10, derivou, em parte, de receita prevista e não realizada devido a não apreciação, pela Câmara de Vereadores, do projeto de lei da nova Planta Genérica de Valores do Município, encaminhado no final do exercício de 2013 e, por decorrência, a não realização de receitas estimadas em mais de R$ 52.000.000.

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Também não deve ser esquecido o desaquecimento da economia nacional, já manifesto no exercício de 2014, condicionando negativamente o pagamento de impostos municipais.

O déficit da execução orçamentária, conforme o quadro demonstrativo de fls. 22, decorre de sua elaboração estar lastreado em despesas empenhadas e não despesas liquidadas. Despesas empenhadas não são, necessariamente, despesas realizadas, por variados motivos. Despesas empenhadas têm uma avaliação "pior", em relação a despesas liquidadas.

Por outro lado, houve a necessidade de elaboração de um novo quadro, dado a omissão de valores **(DOCUMENTO Nº 04)**.

Na coluna "Fixação Final" não foi registrada a rubrica *"Transferência Financeira à Administração Indireta"*, que representa a transferência de valores da Prefeitura ao Instituto de Previdência do Município de Taubaté para cobertura de diferenças dos encargos devidos e a pagar, conforme o inciso I, do art. 1° da Lei Municipal nº 3372/2000 **(DOCUMENTO Nº 05)**, no valor de R$ 883.044,00 (como registra o Demonstrativo Analítico da Previsão das Transferências Financeiras da LOA 2014 **(DOCUMENTO Nº 06)**, com reflexo no Resultado Total das Despesas, que passou a ser de R$ 810.000.000,00, produzindo, como resultado, um déficit orçamentário de 2,54%.

Observa-se, pelo até aqui exposto, que o "falso" déficit orçamentário – já que composto por empenhos não processados – não decorreu de má gestão das peças contábeis, mas sim de fatores que fogem do controle do gestor público, fato que, por si só, permite a conclusão de que não houve em 2014 nenhum desajuste fiscal capaz de comprometer a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Município de Taubaté.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Em que pese, vejamos os dois aspectos suscitados anteriormente, os quais permitem a constatação de que em 2014 foi atendido o princípio da gestão fiscal equilibrada.

Superávit Financeiro do Exercício de 2013:

Ao contrário do apurado pela fiscalização, a Prefeitura do Município de Taubaté encerrou o exercício de 2013 com SUPERÁVIT FINANCEIRO DE R$ 34.760.636,53.

Nas fls. 29 do relatório de inspeção *in loco*, a auditoria reproduz o resultado financeiro e 2013 negativo na monta de R$ 9.065.005,53 e na sequência anota que *"Os dados de 2013 foram extraídos do relatório de contas de tal exercício (TC 2090/026/13)."*

Ocorre, Excelência, que os dados apurados no relatório das Contas Anuais de 2013 estão incorretos e não podem ser acatados pela Corte de Contas.

Muito embora o Parecer das Contas Anuais de 2013 tenha acatado o resultado financeiro negativo (- R$ 9.065.005,53), será demonstrado naqueles autos (TC 2090/026/13), através de Pedido de Reexame, que o **RESULTADO FINANCEIRO DE 2013 É SUPERAVITÁRIO NA QUANTIA DE R$ 34.760.636,53.**

Parecer Favorável c/ recomendações - 1ª Câmara - 24/11/15

A consulta ao Balanço Patrimonial de 2013 aponta que ocorreu um **superávit financeiro da ordem de R$ 34.760.636,53 (trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos)**, resultante da comparação do Ativo Financeiro (R$ 120.230.288,22) com o Passivo Financeiro (R$ 85.469.651,69), o que segue comprovado através do **DOCUMENTO Nº 07.**

O Resultado Financeiro Negativo de R$ 9.065.005,53, decorreu de erro de análise da equipe de auditoria responsável pela fiscalização das Contas Anuais de 2013.

Vejamos o apontado em 2013:

> *"Constatamos que a Prefeitura Municipal de Taubaté contabilizou erroneamente o valor relativo às inscrições de restos a pagar não processados, de R$ - 43.825.642,06. O órgão utilizou indevidamente a conta 6.3.1.7.0.00.00, quando o correto, de acordo com o previsto no documento Anexo III – Roteiros Contábeis Essenciais (Evento PCM13 – 23), seria a utilização da conta 6.3.1.1.0.00.00, utilizada pelo Sistema Audesp para apuração do resultado financeiro.*
>
> *Assim, temos que o passivo financeiro apurado pela origem e pelo Sistema Audesp em 2013, no montante de R$ 85.469.651,69, não reflete a realidade do órgão, pois deve compor este valor também as inscrições de restos a pagar não processados, no valor de R$ 43.825.642,06, majorando o passivo financeiro para R$ 129.295.293,75 (balanço patrimonial às fls. 172.174 e 182/184 do anexo I). Por conseguinte, o valor do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em 2013, de R$ 34.760.636,53, também não demonstra a realidade, uma vez que deixou de considerar o montante inscrito em restos a pagar não processados.*
>
> *Portanto, depois de realizados os devidos ajustes pela fiscalização (acréscimo de R$ 43.825.642,06 ao passivo financeiro), chega-se a um resultado financeiro deficitário em R$ 9.065.005,53, o que evidencia a realidade da origem, conforme apresentado na tabela acima " (fls. 58 do relatório das Contas de 2013 da PM de Taubaté – TC 2090/026/13).*

Está totalmente equivocada a metodologia de cálculo adotada pela fiscalização, posto que **mesmo tendo a Prefeitura de Taubaté contabilizado os restos a pagar não processados na conta 6.3.1.7.0.00.00, o saldo de tais valores (restos a pagar não**

processados), no montante de R$ 43.825.642,06, não deixou de compor o passivo financeiro.

Ao sugerir a inclusão do saldo de restos a pagar não processados no passivo financeiro de 2013, a auditoria contabilizou em duplicidade o valor de R$ 43.825.642,06, já que este montante foi já compunha o passivo financeiro de R$ 85.469.651,69.

Para melhor compreensão, cumpre verificar a composição do passivo financeiro constante do balanço patrimonial de 2013 na quantia de **R$ 85.469.651,69**:

2.1.1.1.1.01.06.00	G	F	AGENTES POLITICOS	12.154,76
2.1.1.1.1.02.01.00	G	F	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEF. DE EXERCÍCIOS	2.396.742,65
2.1.1.1.1.03.02.00	G	F	PRECATÓRIOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.601,68
2.1.1.1.1.03.03.00	G	F	PRECATÓRIOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.693,34
2.1.1.4.2.04.01.00	I	F	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	3.456.935,07
2.1.1.4.3.01.01.00	U	F	INSS - CONTR. S/ SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	1.000.536,82
2.1.1.4.3.01.03.00	U	F	INSS - CONTRIB. S/ SERV. DE TERCEIROS	26.651,50
2.1.1.4.3.06.00.00	U	F	FGTS	474.140,94
2.1.1.4.5.00.00.00	M	F	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - MUNICIPIO	817.978,64
2.1.3.1.1.02.00.00	G	F	FORNECEDORES DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.304.300,35
2.1.3.1.1.05.03.00	G	F	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - DE EXERC.	338.506,63
2.1.8.8.1.01.02.00	G	F	INSS	933.535,08
2.1.8.8.1.01.03.00	G	F	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.508.142,22
2.1.8.8.1.01.08.00	G	F	ISS	3.843,03
2.1.8.8.1.01.10.000	G	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	105.750,24
2.1.8.8.1.01.13.00	G	F	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRES. DE CLASSES	25.933,26
2.1.8.8.1.01.14.00	G	F	RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	142.467,06
2.1.8.8.1.01.15.00	G	F	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.540.896,62
2.1.8.8.1.01.99.00	G	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	8.457.461,25
2.1.8.8.1.03.01.00	G	F	DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	5.547,07
2.1.8.8.1.04.01.00	G	F	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	307.208,43
2.1.8.9.1.03.00.00	G	F	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	149,00
2.1.8.9.1.04.99.00	G	F	OUTRAS ENTIDADES CREDORAS	427.828,42
2.1.8.9.1.99.02.00	G	F	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE EXERC. ANTERIORES	460.976,28
6.3.1.1.0.00.00.00		F	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	888.029,29
6.3.1.7.0.00.00.00		F	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCÍCIO	43.825.642,06
TOTAL GERAL				**85.469.651,69**

Pelo exposto, é possível observar que mesmo inserido na conta 6.3.1.7.0.00.00.00, os restos a pagar não processados foram considerados na composição do

passivo financeiro de 2013, não procedendo, portanto, a sugestão da equipe de fiscalização para que novo lançamento seja realizado, pois assim ocorrendo teremos a inclusão duplicada do valor de R$ 43.825,642,06.

Assim, inquestionavelmente a Fiscalização acrescentou em duplicidade ao Passivo Financeiro, de R$ 85.469.651,69, a quantia de R$ 43.825.642,06, referente à conta 6.3.1.7.0.00.00.00 - Restos a Pagar Não Processados **(DOCUMENTO Nº 08)**, totalizando R$ 129.295.293,75, superior ao valor do Ativo Financeiro.

A composição do Passivo Financeiro foi resultante da soma das contas constantes nos relatórios "Contabilidade - Razão" do Executivo, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 09**. Tal demonstrativo traz todas as contas individualizadas utilizadas para alcançar a composição do passivo financeiro de R$ 85.469.651,69, onde é possível observar que os restos a pagar não processado no montante de R$ 43.825.642,06, já haviam sido considerados pelo Poder Executivo, não sendo, portanto, pertinente sua inclusão novamente.

Corroborando o exposto, segue como **DOCUMENTO Nº 10**, RELATÓRIO ANALÍTICO DOS SALDOS PATRIMONIAIS DE 2013, devidamente assinado pelo contador da Prefeitura de Taubaté, ratificando as informações constantes das contas constantes nos relatórios "Contabilidade - Razão" do Executivo.

O acréscimo indevido decorreu das informações constantes do "Anexo 14 - Balanço Patrimonial" do AUDESP **(DOCUMENTO Nº 11)**, onde é possível observar que o valor do Passivo Financeiro apresenta a quantia de R$ 41.644.009,63, não tendo incorporado o valor da conta de restos a pagar não processados.

A Fiscalização, ao invés de corrigir o valor do Anexo 14, registrado no AUDESP, agregando o valor da conta ao Passivo Financeiro, "corrigiu" o valor do Anexo 14 do Executivo, **que estava correto**, como demonstrado. Daí a contagem em dobro da conta, e o registro indevido de "déficit" financeiro de R$ 9.065.005,53.

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Portanto, em razão do esclarecido e comprovado nesta oportunidade *(o que também será objeto de esclarecimento no Pedido de Reexame que será ingressado em face do Parecer das Contas Anuais de 2013),* não restam dúvidas de que o Passivo Financeiro do Exercício de 2013 (já composto pelos Restos a Pagar Não Processados de R$ 43.825.642,06), representou o valor de R$ 85.469.651,69, o que confrontado com o Ativo Financeiro de R$ 120.230.268,22, revela o **SUPERÁVIT FINANCEIRO DE R$ 34.760.636,53.**

Assim, **é correto afirmar que o déficit orçamentário de 2014, na importância de R$ 18.468.598,89, foi integralmente acobertado pelo SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013 na importância de R$ 34.760.636,53,** com o que houve atendimento do princípio da gestão fiscal equilibrada, conforme previsto no §1°, do artigo 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Restos a Pagar não Processados:

Embora tenha sido demonstrado que o Executivo de Taubaté possuía superávit financeiro de 2013 para acobertar o déficit orçamentário de 2014, é necessário demonstrar que a equipe de fiscalização não adotou a melhor prática contábil para compor o real resultado da execução orçamentária do exercício de 2014.

Diz-se isso porque a equipe de fiscalização apurou o resultado orçamentário a partir do confronto das receitas arrecadadas com as despesas EMPENHADAS em 2014.

Ocorre, Excelência, que entre as DESPESAS EMPENHADAS em 31.12.2014, existiam despesas NÃO PROCESSADAS no montante de R$ 59.063.126,02, dos quais o total de R$ 52.854.240,70, se referem aos empenhos de 2014, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 12.**

Nesse montante (R$ 52.854.240,70), existem empenhos vinculados às fontes 02 (Recursos Estaduais) e 05 (Recursos Estaduais), cujo processamento e liquidação das despesas dependia do ingresso das contrapartidas devidas pelos órgãos estaduais e federais, não estando, portanto, sob a gestão autônoma do Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, tais empenhos não poderiam ser cancelados, posto que assim ocorrendo estaria o Município deixando de atender aos termos dos respectivos convênios.

Em 31.12.2014, a Prefeitura de Taubaté possuía empenhos não processados do ano de 2014, vinculados à fonte 02 (Recursos Estaduais), na quantia de R$ 1.635.282,03 **(DOCUMENTO Nº 13)**.

Na mesma data, o Executivo também possuía empenhos não processados (2014), vinculados à fonte 05 (Recursos Federais), no montante de R$ 14.582.868,14 **(DOCUMENTO Nº 14)**.

Os empenhos não processados estão relacionados à obras e serviços **não** executados, onde se incluem os empenhos vinculados a recursos oriundos de outras esferas de governo (CONVÊNIOS), que **não** se efetivaram (recursos não repassados ao Município) até 31/12/2014.

Tais empenhos, por não terem sido processados e, consequentemente, não terem sido liquidados, não comprometeram o resultado orçamentário de 2014, motivo pelo qual **não** devem ser levados em consideração para apuração do resultado orçamentário do Poder Executivo.

O que se espera da Corte de Contas é o respeito ao Princípio da Segurança Jurídica, aplicando ao caso concreto o mesmo entendimento já deferido há diversos outros Municípios que revelaram situações absolutamente idênticas.

A **C. Corte já reconheceu que os Restos a Pagar Não Processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, já que se trata de valores que não comprometem as finanças do Município.** Nesse sentido, cumpre trazer à baila **o entendimento desse E. Tribunal de Contas externado no r. Voto constante do Processo TC – 2494/026/07 (Contas do exercício de 2007 da Prefeitura Municipal de Orlândia)**.

O entendimento de que os Restos a Pagar Não Processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, já que se tratam de valores que não comprometem as finanças do Município, **foi acolhido nas contas do exercício de 2008 do Poder Executivo de Avaré (Processo TC – 1738/026/08)**.

Entendimento idêntico foi adotado nas Contas de 2010 da PM de Ibirá (TC 2470/026/10), cujo voto traz em seu bojo outros 03 (três) processos onde situação semelhante foi verifica (TC 2501/026/10, TC 2578/026/10 e TC TC-1611/026/08), isto é, onde os restos a pagar não processados foram glosados para fins de apuração do resultado da execução orçamentária.

Diferente não se verificou da decisão proferida das Contas Anuais de 2011 da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes (TC 1301/026/11), que recebeu parecer favorável dessa C. Corte de Contas, onde se verifica que o déficit de 13,21% apurado resultou **da ausência de repasses de recursos públicos oriundos de convênios, não concretizados.**

Na mesma linha, importa observar o entendimento esposado nas contas do exercício de 2009 do Município de Lutécia (TC 285/026/09), **aprovadas por esse E. Tribunal**.

É certo e indiscutível que os Conselheiros **ANTÔNIO ROQUE CITADINI** (TC 2633/026/10 e TC 285/026/09), **RENATO MARTINS COSTA** (TC 2453/026/02), **CRISTIANA DE CASTRO MORAES** (TC 2470/026/10), **EDGARD CAMARGO RODRIGUES** (TC 1301/026/11), **EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO** (TC 1738/026/08 e 1611/026/08), bem como os Substitutos de Conselheiro **SAMY WURMAN** (TC 2501/026/10), **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS** (TC 2578/026/10) e **MARCOS RENATO BOTTHER** (TC 2494/026/07), **já reconheceram, expressamente, que os empenhos não processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do resultado orçamentário, fato que se confirma quando tais empenhos estão vinculados à convênios celebrados com o Governo Estadual e Federal, cujas contrapartidas não foram repassadas até o encerramento do exercício.**

Nesse sentido, é certo que os empenhos de 2014, não processados e inscritos em restos a pagar em 31.12.2014, vinculados às fontes de recursos 02 (R$ 1.635.282,03) e 05 (R$ 14.582.868,14), os quais somam R$ 16.218.150,17, não devem ser levados em consideração para fins de composição do resultado da execução orçamentária.

Igualmente, deve ser extirpado desse cálculo, os restos a pagar não processados vinculados aos recursos próprios (fonte 01) e que foram cancelados em 2015, posto que efetivamente não representaram despesas para o Poder Executivo.

Trata-se do saldo de empenhos de 2014, emitidos de maneira global e/ou por estimativa, os quais por não terem sido processados, foram devidamente cancelados em 2015.

Conforme demonstra o relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 15**, em 31.12.2014 foram inscritos em restos a pagar empenhos de 2014 na importância de R$ 36.562.260,82.

Desse montante, em 2015 ocorreu o cancelamento da quantia de **R$ 3.472.136,07**, fato comprovado através do relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 16**, o qual está devidamente assinado e carimbado pelo contador do Poder Executivo, atribuindo-lhe a fé pública pertinente.

Em razão do exposto, observa-se que o resultado orçamentário apontado pela equipe de fiscalização merece as seguintes retificações:

RECEITAS REALIZADAS	726.765.529,98	100%
DESPESAS EMPENHADAS	745.235.128,87	100%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO APURADO PELA AUDITORIA	18.469.598,89	2,54%
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 02 (RECURSOS ESTADUAIS)	1.635.282,03	
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 05 (RECURSOS FEDERAIS)	14.582.868,14	
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 01 (RECURSOS PRÓPRIOS) – CANCELADOS	3.472.136,07	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO REAL – DÉFICIT	**1.220.687,35**	**0,16%**

Em síntese, observa-se que o irrisório déficit orçamentário de R$ 1.220.687,35, correspondente à apenas 0,16% das receitas arrecadadas, foram integralmente acobertados pelo resultado financeiro positivo do exercício de 2013, o qual, como demonstrado, somou a considerável quantia de R$ 34.760.636,53, não havendo, portanto, desajuste fiscal capaz de impedir a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Anuais de 2014 do Executivo de Taubaté.

ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:

No que tange às alterações orçamentárias, inicialmente, a fiscalização acusou descumprimento dos limites previstos no artigo 7º da Lei Orçamentária Anual, já que ao considerar a receita prevista de R$ 810.000.000,00, o limite para abertura de créditos por anulação de dotação seria de R$ 40.500.000,00, no entanto, apurou a abertura de créditos transferências, remanejamentos e transposições no total de R$ 168.837.265,61.

Não está correta a interpretação da d. equipe de auditoria, isso porque a quantia de R$ 168.837.265,61, não se enquadra integralmente no artigo 7° da LOA, pois:

A) R$ 6.420.809,63, se referem a créditos especiais autorizados por Leis Municipais próprias **(DOCUMENTO Nº 17)**;

B) R$ 14.661.495,98, se referem a alterações de fontes de recursos autorizados através de processos administrativos, conforme disposto no art. 29 da LDO **(DOCUMENTO Nº 18)**;

C) R$ 1.000.000,00, se referem a autorizações do art. 7°, inciso II - Reserva de Contingência **(DOCUMENTO Nº 19)**;

D) R$ 65.260.000,00, se referem à autorização do item III, do artigo 8° da LOA, destinado à cobertura de insuficiências nas dotações dos grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida **(DOCUMENTO Nº 20)**;

E) R$ 6.250.000,00, se referem à autorização do item III do artigo 8° da LOA, para cobrir insuficiência na dotação para atender Precatórios **(DOCUMENTO Nº 21)**;

F) R$ 38.658.800,00, se referem à autorização do item IV do artigo 8° da LOA, destinados ao reforço de dotações de ações **(DOCUMENTO Nº 22)**;

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

A soma das referidas alterações orçamentárias atinge a quantia de R$ 132.251.105,61. A diferença, no valor de R$ 36.586.160,00, é composta por créditos suplementares de dotações orçamentária, enquadrados no limite fixado pelo art. 7° da LOA **(DOCUMENTO Nº 23)**.

Portanto, o Município atendeu, e não infringiu, os dispositivos da Lei Orçamentária, devendo o quadro de fls. 23 do relatório de inspeção *in loco* apresentar os seguintes dados:

	Valor (R$)	Análise
Despesa total fixada na LOA O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Prefeitura (art. 4° e 5°, II,	780.189.215,00*	100%
Limite de 7° permitido para abertura de créditos suplementares (art. 7° da LOA)	54.613.245,05	7%
Créditos suplementares abertos	36.586.160,00	4,69%
Créditos suplementares abertos acima do limite	-0-	-0-

**Este é o valor indicado no inciso I do art. 4° da Lei nº 4.835 — LOA.*

	Valor (R$)	Análise
Receita prevista (art. 3° da LOA)	810.000.000,00	100%
1/20 da receita prevista (art. 8°, IV, da LOA) para crédito suplementar com anulação de dotações	40.500.000,00	5%
Créditos abertos por anulação de dotação	38.658.800,00	4,77%
Créditos abertos por anulação de dotação acima do limite	-0-	-0-

Ainda no que tange aos créditos suplementares decorrentes de anulação total ou parcial de dotações, abertos por decretos executivos e portarias e com fundamento na LOA (R$ 147.754.960,00), a fiscalização verificou que apenas R$ 95.564.574,98, foram classificados corretamente pela Prefeitura, sendo que o restante foi qualificado de maneira inadequada, já que se trata tipicamente de transposição, remanejamento ou transferência de recursos (quadro de fls. 24 do relatório), para o que não foi editado lei específica nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

A referência ao inciso VI, do art. 167, parece partir do pressuposto que ocorreu irregularidade na utilização dos institutos citados, pois não houve lei específica, sendo invocada a disposição do §8° do art. 165 da CF.

Ora, os créditos foram abertos de acordo com a autorização legislativa constante na Lei Municipal n° 4.835/13 - LOA, art. 7° e 8°, o que os legitima. Por outro lado, dizer que esse procedimento contraria disposição constitucional, salvo melhor juízo, não encontra respaldo no próprio texto legal (art. 167, CF, inciso VI), que diz:

> *"Art. 167. São vedados:*
> *(...)*
> *VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa."*

A vedação é realizar os procedimentos sem autorização legislativa. Ora, nesse ponto a Lei Municipal n° 4.776/13 - LDO é especifica sobre o assunto, em seus artigos 27 e 28.

Além do mais, salvo melhor juízo, os procedimentos em foco não contrariaram, em nenhum ponto, o disposto no § 8° do art. 165, CF,:

> *"§ 8° A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição da autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."*

Quanto ao relatório não considerar a lei de diretrizes orçamentárias como "adequada" para as permissões acima, parece ser, salvo melhor juízo, uma opinião, não uma vedação legal.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Ainda mais, sobre o assunto em foco, deve ser destacado que a Prefeitura de Taubaté segue com muita cautela, na peça orçamentária, o que a União e o Estado de São Paulo praticam em matéria de autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares.

No quadro comparativo, ora acostado (vide documento nº 23), estão aproximados os textos das LOAs dos três Entes, onde fica evidente que o Município tem seus procedimentos orçamentários balizados pelos mesmos cânones das outras esferas de governo.

A União e o Estado se valem dessas disposições legais, que não encontram óbice na legislação vigente. Dado que o Município é um ente federado, pelo princípio da simetria federativa, não poderá ser considerado como conduta irregular ou ofensiva o procedimento municipal, alinhado com as mesmas regras de procedimentos do Estado e União.

Concluindo, o texto constitucional invocado (inciso VI, art. 165) se refere à vedação da utilização dos institutos acima citados *"sem prévia autorização legislativa"*, sem nenhuma outra restrição, ou seja, autorização legislativa específica. É possível concluir que, havendo autorização legislativa (no caso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual), está atendida a disposição constitucional.

Na sequência deste tópico, a fiscalização não identificou a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$ 33.000,00, consoante indicado pelo Sistema Audesp, em discordância com o disposto no art. 43, *caput*, da Lei nº 4.320/64.

Nas fls. 25 do relatório, traz como exemplo o Decreto nº 13.230/2014, onde teria ocorrido transposição no valor de R$ 3.000,00 (deslocando-se a

dotação do programa 4001 para o 4002), transferência no valor de R$ 1.020.000,00 (modificando-se a categoria de despesa de 4490 para 3390) e crédito adicional suplementar de R$ 78.000,00 (com modificação apenas do elemento de despesa), no entanto, a Prefeitura classificou a totalidade das alterações como crédito adicional suplementar, fazendo-as inadequadamente por meio de Decreto do Executivo.

A análise do referido Decreto, demonstra que:

a) Que o parágrafo único, do art. 2°, registra que "as dotações orçamentárias referidas nos artigos 1° e 2° estão indicadas no Anexo que integra o presente Decreto";
b) Que, no Anexo 1, a sexta coluna do quadro identifica a fonte dos recursos: o mesmo ocorre no Anexo 11 do Decreto.

Como todos os Decretos são elaborados pela mesma sistemática, não parece haver razão para o apontamento da ausência de identificação da fonte de recursos utilizada.

Por fim, cabe elucidar que não há um "possível crédito especial/extraordinário", como registrado no quadro de fls. 24 do Relatório, no valor de R$ 3.000,00, mas sim um cancelamento de dotação no valor de R$ 33.000,00, como se vê no quadro de fls. 25.

Diante de todo o exposto, é possível concluir que as constatações da equipe de fiscalização não constituem, efetivamente, falhas no manejo das dotações orçamentárias do Município de Taubaté, mesmo porque, como demonstrado anteriormente, os resultados financeiro e orçamentário se adequaram ao princípio da gestão fiscal equilibrada.

Execução dos Programas e Ações Governamentais:

Quanto à execução dos programas e ações governamentais, conforme o relatório de atividades extraído do Sistema Audesp, a fiscalização observou ações que não atingiram a meta proposta ou, ainda, foram executadas em percentual muito superior ao planejado. Verificou, também, justificativas insuficientes em relação aos desvios entre o planejado e o executado, mudanças de prioridades e ações cadastradas em duplicidade, em discordância ao princípio da transparência na gestão fiscal.

No Relatório de Atividades do Sistema AUDESP, tanto na parte dos Programas como na parte das Ações, há uma coluna identificada como "Quantidade Estimada", na qual o Executivo registra a meta a ser alcançada, que se projeta com base em dados acumulados de exercícios anteriores, ou na demanda ocorrida no último exercício, ou em um objetivo que se propôs a atingir. Como nomeado na coluna, a quantidade é "estimada".

Portanto, "Estimativa" é fundada em probabilidade, possibilidade de ser alcançada ou realizada. É avaliação, é cálculo do valor aproximado. O antônimo de "estimativa" é previsão, exatidão, certeza, o que não está pedido no relatório.

Ora, entre a estimativa e a realização existe a realidade fática, que até o momento não pode ser contornada e impõe suas condicionantes à gestão pública: a realidade econômica nacional, a (não) realização das receitas, a (in)suficiência de recursos financeiros, ou crescimento/decrescimento das demandas da população, as necessidades emergentes, etc.

Como decorrência dessas condicionantes, é mais realista esperar a ocorrência de diferenças entre o planejado e o executado, especialmente quando o programa/ação é voltado para atendimento de demandas da população. Realizações efetivas de metas propostas ocorrem com mais frequência na área de investimentos e execuções físicas, em termos de m, m^2 ou m^3, o que é obvio, mas mesmo neste campo ocorrem diferenças entre o estimado e a realizado.

No mais, cumpre consignar que "desvios entre o planejado e o executado", como o registrado em fls.26 do relatório, parece, salvo melhor juízo, um tanto tendencioso, pois, como registra o Aurélio, desvio pode significar "ato ou efeito de desviar (se) da posição normal; sinuosidade, curva, subtração fraudulenta ", o que parece insinuar uma avaliação moral, ética em uma análise de dados e fatos de natureza física.

A mesma abordagem está no Relatório de Atividades do AUDESP: *"Justificativa de desvios em relação ao atingimento de metas".*

Há explicações para todas as diferenças ocorridas entre o planejado e o executado, para o *"executado insuficiente e justificado inadequadamente"*, como registrado em fls.126 do Relatório.

Ocorre que as justificativas das diferenças devem ser apontadas no Relatório de Atividades, diretamente no *link* do AUDESP, onde colunas "Quantidade Realizada" e "Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento das Metas", oferecem espaço para o registro de dados e informações. É de se notar que o espaço da 2ª coluna está limitado a determinado número de caracteres que, atingido, bloqueia a continuidade da justificativa, o que leva habitualmente ao uso de abreviações e à condensação de informações. Provavelmente, salvo melhor juízo, a limitação do instrumento de coleta de dados provocou a inadequação das informações.

Quanto ao registro de "ações cadastradas em duplicidade" (fls.26), tal fato ocorre porque o Relatório de Atividades não é hábil para registrar separadamente a mesma ação realizada por duas unidades orçamentárias distintas.

Veja-se, para ilustração, na página 05 do Relatório de Atividades do AUDESP, ano do exercício 2014, a Ação 2127 - Atendimentos em Unidades de Abrigos Institucional - executada pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, tem a

quantidade estimada dividida entre as duas unidades, o que leva a esdrúxulas 11.151,36 e 1.520,64 pessoas atendidas!

O sistema divide a quantidade entre duas unidades orçamentárias, sendo que a SEDIS é unidade de trabalho e o Fundo, unidade financeira, de mera movimentação de recursos. A mesma inadequação pode ser vista na Ação 2129 - Atendimento a Famílias em Vulnerabilidade Social, que está dividida por três unidades executaras, uma de trabalho e dois fundos. O que resta ao Poder Executivo é registrar que a ação está duplicada, salvo melhor registro.

Previsão e Execução Orçamentária para Atenção Prioritária à Criança e ao Adolescente:

Inicialmente, a fiscalização reconhece que a Prefeitura de Taubaté cumpriu ao previsto na Constituição Federal, art. 227, *caput,* LF nº 8.069/90, art. 4°, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d", já que houve previsão orçamentária para a atenção prioritária à criança e adolescente, conforme Lei 4776/13 (LDO) e Lei 4835/13 (LOA).

Em que pese, verificou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, não executou fielmente as metas previstas no orçamento em relação ao programa 4001 – Atenção à Criança e ao Adolescente, posto que embora conste previsão nos instrumentos de planejamento para gastos com o programa *"Atenção à criança e Adolescente"*, no montante de R$ 8.371.000,00, houve empenhamento de despesas no valor de apenas de R$ 4.989.677,30, ou seja, 59,60% a menos do que o orçado, o que teria refletido diretamente na quantidade de atendimentos de 3.900 previstos para 2.222 efetuados, com redução de 56,97%.

Em relação as ações específicas 1031 (construção, ampliação e reforma de unidade de atendimento à criança e adolescente) e 2326 (atendimento à criança e ao adolescente), ambos vinculados também ao programa 4001, houve previsão orçamentária atualizada de R$5.732.990,00, empenho de apenas R$ 3.471.188,44 e pagamento de R$

3.194.379,94, sendo que R$ 2.947.151,25 (ou seja, 92,26%) foram dispendidos com vencimentos e vantagens pessoais, encargos patronais e outras despesas de pessoal.

Em relação ao exemplo trazido pelo Relatório (fls.26), o Programa Atenção à Criança e Adolescente, para reforçar suas observações anteriores sobre execução insuficiente de programas e ações, deve ser esclarecido, sinteticamente:

I - Um item desse programa, denominado Programa Esporte e Juventude, foi deslocado da SEDIS para a Secretaria de Educação durante o exercício de 2014.

II - Por essa razão, a SEDIS realizou somente 2.222 atendimentos/ mês, e não as 3.900 previstas no PPA para 2014;

III - Por essa mesma razão houve empenhos no valor de R$ 4.989.677,30, consumidos no atendimento acima. A redução ocorreu porque o atendimento passou a ser feito por outra Secretaria e não porque a SEDIS resolveu deixar de atender crianças e adolescentes, como dá a entender o registro do Relatório que diz que houve empenho de "apenas...", insinuando descaso, inconsistência, incompetência, ou coisa que o valha.

IV - As mesmas explicações valem para as observações feitas para as ações 1031 e 2326 (fls.28 do Relatório).

V - as despesas com pessoal são despesas obrigatórias, que continuam apesar das alterações nas atividades prestadas;

Muitas "ofensas" ao planejamento, vislumbradas pelo Relatório, são explicadas pela realidade fática acima referida, isto é, as atividades de esportes passaram à execução da Secretaria de Esportes, com evidentes ganhos das crianças e adolescentes, o que nem sequer foi lembrado.

Por fim, a comparação do investimento do Município com o da região, somente em termos percentuais (9,32% x 12,67%), perderá parte do impacto insinuado se a comparação ocorrer em termos dos montantes financeiros aplicados pelos municípios.

B.1.2 – RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL:

A equipe de fiscalização constatou os valores inseridos do quadro de fls. 29 do relatório, o qual reproduzimos adiante para facilitar a explanação das justificativas pertinentes sobre o tema:

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	(9.065.005,53)	26.494.600,01	392,27%
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69%
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60%

Em relação ao resultado financeiro, a fiscalização observou acréscimo de 392,27%, quando comparado ao exercício de 2013.

Não procede o anotado, pois como já demonstrado no tópico anterior, o RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013 FOI POSITIVO EM 34.760.636,53.

A análise do Balanço Patrimonial de 2013 (vide doc. 07), aponta um superávit financeiro da ordem de R$ 34.760.636,53, resultante da comparação do Ativo Financeiro R$ 120.230.288,22 com o Passivo Financeiro R$ 85.469.651,69.

Por decorrência, há alteração no quadro apresentado em fls. 29 do Relatório, que passa apresentar a seguinte composição:

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	34.760.636,53	26.494.600,01	23,78
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60

Assim, verifica-se que a constatação da fiscalização não merece guarida, sendo absolutamente satisfatórios e positivos os resultados contábeis do Poder Executivo de Taubaté.

B.1.3 – DÍVIDA DE CURTO PRAZO:

Neste tópico, inicialmente, a fiscalização reproduziu o quadro de análise da evolução da dívida de curto prazo (fls. 30 do relatório), no qual incluiu a quantia de R$ 1.466.466,84, corresponde à dívida da Prefeitura com a SABESP em 31/12/14, objeto do processo nº 36.410/14 (origem).

Contatou que o referido débito é proveniente de exercícios anteriores e seu reconhecimento e respectivo termo de acordo para parcelamento se deu apenas em 17/04/14, no valor de R$ 2.966.466,84, para pagamento até abril de 2015. Apesar disso, não consta do demonstrativo da dívida flutuante do Executivo e nem dos demonstrativos do Sistema Audesp, haja vista que a dívida confessada não foi escriturada adequadamente.

Ademais, a fiscalização observou que os empenhos foram realizados como despesa orçamentária no subelemento 33903944 (Serviços de Água e Esgoto), estando registrados apenas na conta contábil 5.2.2.9.1.01.00 (Outros Controles da Despesa Orçamentária), não havendo, portanto, diferenciação entre os valores referentes aos serviços prestados em 2014 e aqueles decorrentes da dívida proveniente de exercícios anteriores, a não ser pela descrição no histórico do empenho.

Em razão de todo o apontado pela fiscalização, cabe elucidar que o valor original desse débito é de R$ 2.966.478,72, conforme Termo de Acordo de

Parcelamento de Débito celebrado em 17/04/2014 **(DOCUMENTO Nº 24)**, para pagamento em doze (12) parcelas.

Conforme acordado, seriam pagos R$ 1.500.000,00 em 2014, restando R$ 1.466.486,84 para o exercício de 2015.

Em 17/07/2014 foi solicitado o empenhamento do valor de R$ 1.500.000,00, conforme solicitação do setor competente (fls. 283/ processo nº 36.410/14) - **(DOCUMENTO Nº 25),** o que efetivamente ocorreu, conforme demonstra o relatório "Movimentação de Empenhos" **(DOCUMENTO Nº 26)**.

O débito restante, de R$ 1.466.478,72, devidamente atualizado, conforme Cláusulas do Termo de Acordo de Parcelamento, foi empenhado para o exercício de 2015, conforme demonstra o relatório "Movimentação de Empenho" **(DOCUMENTO Nº 27)**

Pelos dados acima, a inclusão do valor de R$ 1.466.466,84, no quadro da Dívida de Curto Prazo (fls. 28 do Relatório) é incorreta, pois são despesas registradas na execução orçamentária de 2015.

Por decorrência, não houve "ocultação de passivo".

Na sequência deste tópico, em confronto aos demonstrativos da Prefeitura de dívida flutuante e de execução de restos a pagar, a fiscalização acusou diferença no valor de "outros", em descumprimento ao artigo 1º, §1º, da LRF. Vejamos:

DÍVIDA FLUTUANTE	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Restos a Pagar Processados e Não Processados	69.098.927,70	69.098.927,70	0,00
Depósitos	261.808,41	261.808,41	0,00
Consignações	12.858.708,57	12.858.708,57	0,00
Outros	412.189,13	1.451.430,46	1.039.241,33
TOTAL	82.631.633,81	83.670.875,14	1.039.241,33

Miranda Rodriguez
Palavéri
Advogados

No relatório "Dívida Flutuante/Balanço Geral 2014" **(DOCUMENTO Nº 28)**, em Restos a Pagar Processados e Não Processados, consta a importância de R$ 69.098.927,70, indicado também no quadro de fls. 31 do Relatório, em Dados do Sistema AUDESP.

Na conta "Outros", do mesmo quadro, há indicação da importância de R$ 1.451.430,46, que levou à observação de diferença de R$ 1.039.241,33, em relação ao dado do Poder Executivo Ente, no valor de R$ 412.189,13.

Essa diferença se explica por um registro indevido, em dobro, pois essa importância compõe o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, no valor de R$ 69.098.927,70, conforme registrado no Relatório de "Saldos Patrimoniais" do exercício de 2014 **(DOCUMENTO Nº 29)**.

Por fim, em análise ao demonstrativo de restos processados (fls. 151 e 165 do Anexo I), a fiscalização acusou divergências entre o cálculo realizado pela pelo Sistema Audesp:

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Inscritos em ex. anteriores	45.126.183,33	45.130.417,33	4.234,00
Inscritos em 31/12/14	52.854.240,70	52.854.240,70	-
Liquidados	29.349.568,29	29.766.314,27	416.745,98
Pagos	28.722.838,94	28.727.072,94	4.234,00
Cancelados	10.188.408,97	10.194.459,07	6.050,10
Saldo	**58.442.446,77**	**59.063.126,02**	**620.679,25**

Quanto tal apontamento, convém esclarecer que o Relatório dos *"Saldos Patrimoniais"* do exercício de 2014 apresentam a conta Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, no valor de R$ 58.023.884,69 e Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar, no valor de R$ 1.039.241,33, perfazendo o montante de R$ 59.063.126,02,

que corresponde ao mesmo valor de saldo registrado no quadro de fls. 31, como Dado do Sistema AUDESP.

Logo, não há diferença, conforme observa a d. auditoria.

Em que pese todos os comentários da equipe de fiscalização, ao final deste tópico, concluiu que em razão do resultado financeiro apurado (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), a Prefeitura possuía liquidez face aos compromissos de curto prazo, fato que contribui para formação de juízo favorável sobre as Contas Anuais em exame.

B.1.4 – DÍVIDA DE LONGO PRAZO:

Neste tópico, a auditoria acusou aumento de 29,56% da dívida consolidada quando comparada ao ano de 2013. Para alcançar tal conclusão, a fiscalização promoveu o ajuste de R$ 6.853.504,84, que é a diferença entre a dívida de precatórios enviada ao Audesp e o saldo conforme o Tribunal de Justiça.

Ainda em relação ao endividamento de longo prazo, a fiscalização acusou a ocultação de passivo, tendo em vista que em 2014 ocorreu a escrituração de outras dívidas, no valor de R$ 35.222.116,86, decorrente de Termo de Compromisso para Pagamento Parcelado firmado em 2010 junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP.

Está equivocado o procedimento adotado pela fiscalização, posto que a dívida de precatórios alimentada no AUDESP, conforme será esclarecido e demonstrado no tópico pertinente, está correta e não merece ajustes.

Quanto ao registro de "Outras Dívidas", no montante de R$ 35.222.116,86, esse valor se refere a saldo da dívida da Prefeitura junto à SABESP em 31/12/2014 **(DOCUMENTO Nº 30)**, decorrente de Termo de Compromisso para Pagamento

Parcelado) em 99 meses, firmado em 2010, no valor original de R$ 37.611.362,50, para pagamento mensal até outubro/2018.

Esses pagamentos ocorreram desde 2010, em um total de 48 parcelas, sempre registrado, no documento emitido pela SABESP, o número da parcela paga.

Não ocorreu a contabilização do débito como dívida confessada por inexistência de lei autorizadora na época, mas esse fato não se constituiu em "ocultação de passivo", pois desde a constituição do débito a Prefeitura atendeu a seu pagamento em rubrica errada - 33.90.39.44 - Serviços de Água e Esgoto, mas sem a intenção de esconder o débito, pois esse pagamento, de valor elevado, ocorria ao mesmo tempo do pagamento, na mesma rubrica, de valor menor, ou seja, o pagamento do efetivo consumo de água.

É fato, todavia, que não existe qualquer pendência a esse respeito, posto que a dívida atualmente encontra-se devidamente contabilizada.

B.1.5.1 – RENÚNCIA DE RECEITAS:

Neste tópico, a fiscalização acusou a efetivação de renúncia de receita de maneira irregular, tendo em vista a concessão de isenções de IPTU e redução da alíquota de ISSQN, bem como remissão de multa e juros incidentes sobre débitos de contribuintes hipossuficientes, para o que não houve atendimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais uma vez não procede o anotado pela d. auditoria, isso porque houve previsão de renúncia de receita apresentada através de anexo próprio no que respeita a incentivo a novas empresas e remissão para famílias de baixa renda, tabela 7, em anexo **(DOCUMENTO Nº 31)**.

Observou-se também isenções parciais de IPTU e ISSQN com base na Lei Complementar nº 323, de 05/11/13, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de novos projetos esportivos não profissionais e culturais.

No que se refere ao incentivo fiscal constituído pela Lei Complementar nº 323, de 05 de novembro de 2013, deve a Corte de Contas verificar que o mesmo **não se confunde com renúncia de receitas.**

No caso do referido incentivo fiscal, ocorre, apenas e tão somente, direcionamento de parte do ISSQN e do IPTU devidos pelos contribuintes que promovem o incentivo fiscal para realização de projetos esportivos não profissionais e culturais.

A mensagem nº 51/13, que acompanhou o projeto de lei que resultou na LC nº 323/13, deixa claro tal situação:

> *"O incentivo fiscal para a realização de projetos esportivos não profissionais e de projetos culturais de que trata o referido projeto de lei, prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), em benefício de toda Coletividade, sendo que tais valores despendidos no investimento de tais projetos consistirá na isenção parcial desses impostos."*.

Pelo teor da LC nº 323/13, a pessoa física ou jurídica que depositar nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e ao Fundo de Assistência à Cultura até 10% (dez por cento) maior que o valor da isenção pretendida, teria o desconto de IPTU e ISSQN de que trata a norma legal em comento.

Assim, como exemplo prático, tem-se que o contribuinte devedor de R$ 1.000,00 de IPTU ou ISSQN, poderia ter desconto de 50% dessa quantia (R$ 500,00),

caso depositasse ao menos R$ 550,00 (10% acima do desconto pretendido) nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e/ou ao Fundo de Assistência à Cultura.

As quantias são depositadas nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e do Fundo de Assistência à Cultura, sendo destinados exclusivamente para a promoção de projetos esportivos e culturais.

Assim, verifica-se que na operação em comento não ocorre renúncia de receita, posto que além dos 100% do IPTU ou ISSQN, o contribuinte acrescenta 10% de tais impostos para incentivo de projetos esportivos e culturais.

Veja, desde já, que a Prefeitura de Taubaté não fez previsão de isenção total do IPTU ou ISSQN, não prejudicando, portanto, o financiamento da saúde e educação.

Observe-se, outrossim, que em benefício e incentivo ao contribuinte, tem-se a determinação imposta no §2°, do artigo 4°, da LC n° 323/13:

> *"§2° - O contribuinte, cujos recursos tenham sido aplicados em projetos de que trata esta Lei Complementar, terá direito de ter difundido pelo executor sua participação no financiamento conjunto com o PAD e/ou FAC, e receberá cópia das prestações de contas das aplicações dos recursos de cada parcela."*

Verifica-se, pelo exposto, que o incentivo fiscal em comento não se consubstancia em renúncia de receita, motivo pelo qual não há que se cogitar o descumprimento do contido no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda neste tópico, a auditoria destacou a existência da Lei Complementar n° 339, de 09/05/14, que alterou a Lei Complementar n° 184/2008, que trata do Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté -

PROINDE, autorizando os incentivos fiscais por um período de 15 anos para as grandes empresas.

Inicialmente, quanto a Lei Complementar nº 339, de 09 de maio de 2014, observa-se que o Artigo 2° cuidou de restringir a isenção para pessoas com deficiência, passando a serem beneficiados apenas as pessoas com deficiência proprietárias de um único imóvel.

Na mesma norma, em seu Artigo 3°, foi alterada a alíquota do ISS para o item 11.02 da Tabela de Serviços passando de 2% para 5%.

Com a medida esperava-se um incremento de receita de R$ 551.373,03 para 2015, R$ 579.768,74 para 2016 e R$ 605.858,33 para 2017.

No artigo 6° da Lei Complementar nº 339, foi revogada a Lei Complementar nº 296, de 11 de setembro de 2012, que concedia incentivos fiscais aos imóveis integrantes de Zona de Especial Interesse Social - ZEIS. Com a medida esperava-se incremento de receita para os exercícios 2014 (R$ 666.014,00), 2015 (R$ 446.015,00) e 2016 (R$ 792.000,00).

Em que pese todo o exposto, conforme consta dos demonstrativos apresentados à fiscalização e acostados nas fls. 240/241 do Anexo II, não foi concedido, em 2014, benefício de incentivo fiscal com base nessa lei.

B.1.6 – DÍVIDA ATIVA:

Na abordagem deste tópico os agentes de fiscalização anotaram diversas ocorrências que passamos a esclarecer abaixo.

a) os valores apresentados pelo setor de dívida ativa da prefeitura divergem dos dados enviados ao sistema Audesp e dos demonstrativos contábeis encaminhados pela origem:

Em relação a esse apontamento temos a esclarecer que na realidade, o saldo da dívida ativa registrado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial do exercício de 2014 é de R$ 156.504.344,20 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e qaurenta e quatro reais e cinte centavos) **(DOC. 32)**

O valor indicado no relatório (R$ 163.812.652,87 – fls. 37) não é correto, uma vez que a fiscalização adicionou ao saldo de R$ 156.504.344,20, a importância de R$ 7.308.308,67, da rúbrica "*empréstimos e financiamentos concedidos*", que se refere a bolsas de estudos concedidas segundo legislação municipal vigente.

Já no tocante à diferença entre o valor informado pelo setor de dívida ativa (R$ 156.754.653,75 – fls. 488 do anexo III e fls. 37 do relatório) em relação ao valor registrado no Balanco Patrimonial (R$ 156.504.344,20) no montante de R$ 250.309,55 sua ocorrência pode ser explicada pela conjugação de alguns fatores, ora identificados:

a) baixas da Conta Principal da Divida Ativa contabilizada indevidamente, pela D.C.B.A.R. – Divisão de Conciliação Bancária e Análise da Receita pois se tratava de baixa da Conta Multas, Juros e Correção Monetária da Divida Ativa, no montante de R$ 250.056,91 (Duzentos e cinquenta mil, cinquenta e seis reais e noventa e um centavos) que teve suas regularizações efetuadas através de reinscrições nas respectivas Dividas Ativas da Conta Principal no exercício de 2015;

b) baixa da Conta Multas, Juros e Correção Monetária contabilizada indevidamente, uma vez que se tratava da Conta Principal da Divida Ativa, no montante de R$ 212,95 (Duzentos e doze reais e noventa e cinco centavos), que em 2015 foi regularizada através de cancelamentos nas suas Contas Ativas Principal;

c) Valor de R$ 465,59 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) que se tratava de uma inscrição na Divida Ativa Não Tributária, agrupada na Conta "Outros" que não havia sido contabilizada no exercício de 2014, e que no exercício de 2015 teve sua regularização efetuada através sua inscrição.

Assim, identificadas essas condicionantes referentes ao exercício de 2014 e, como já dissemos, em 2015 foram regularizadas essas diferenças através da correção/eliminação dos procedimentos incorretos, conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 33).**

b) a própria Prefeitura está inscrita no rol dos devedores de dívida ativa:

Com relação à presença da Prefeitura Municipal de Taubaté no rol dos 100 (cem) maiores devedores temos a esclarecer que através do processo administrativo n° 40.915/2015, houve transferência da dívida para os reais responsáveis e cancelamento nos casos indevidos, conforme comprovantes em anexo **(DOC. 34)**. Dessa forma, o Município não mais consta no rol dos devedores, encontrando-se totalmente regularizada a questão.

c) elevado valor de prescrição de dívida ativa:

Quanto aos apontamentos em relação às prescrições ocorridas durante o curso do processo judicial de execução fiscal, esta realidade existe no Judiciário do país inteiro. É um desafio ao Poder Judiciário lutar contra sua morosidade, fato alheio ao alcance dos credores que, *in casu*, é o Município de Taubaté.

Para que se tenha conhecimento da dimensão do problema instalado, o Município de Taubaté, em 2012, através dos seus Procuradores autuaram um processo administrativo junto ao Juiz Corregedor da Vara da Fazenda Pública desta Comarca (procedimento administrativo n° 11/2012) solicitando providências quanto a esta situação em face da possibilidade de ocorrer a prescrição de seus créditos **(DOC. 35)**.

Ocorre que o Juiz titular, Dr. Paulo Roberto da Silva, embora tenha deferido o pedido para que o Município de Taubaté assumisse a confecção das cartas citação, vem, no contexto do julgamento das execuções fiscais, reconhecendo a prescrição, o que está sendo objeto de constantes recursos por parte da Procuradoria Tributária.

Isso demonstra que ao contrário do afirmado pela fiscalização a Municipalidade nunca se manteve inerte diante da cobranca de sua dívida ativa, implementando essa e outras ações que abaixo especificaremos.

d) elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas inscrições e controle de lançamentos:

Destaque-se que desde 2013 o Município intensificou a higienização de seu cadastro, gerando uma procura pelos contribuintes inativos para o cancelamento de suas inscrições municipais e atualização de dados, o que contribui para o aumento do cancelamento de débitos indevidos.

e) os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida:

No que tange ao percentual dos maiores devedores em relação ao montante inscrito no Balanço Patrimonial da Prefeitura, esclarecemos que os R$ 93.638.073,30 (noventa e três milhões seiscentos e trinta oito mil, setenta e três reais e trinta centavos) apontados, referem-se ao principal, correção, juros e multa (**doc. 6, novamente**), enquanto que os R$ 156.754.653,75 (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) do balanço patrimonial são restritos ao valor principal.

Assim, considerando a comparação dos débitos dos cem maiores devedores com o montante da dívida ativa atualizada (R$ 400.532.809,94), temos o percentual real de 27% (vinte e sete por cento).

f) existência de agentes políticos no rol de devedores:

No tocante aos agentes políticos e ex-agentes políticos, conforme **DOC. 36** todos estão executados e, como forma de ampliar os mecanismos de cobrança, foram protestados extrajudicialmente no mês de dezembro de 2015.

Assim, mais uma vez, ratificamos que os esforços estão sendo sempre ampliados para que se efetive o resgate dos créditos do Município.

A par dessas anotações é importante ressaltar que conforme já exposto anteriormente a essa C. Corte, a Municipalidade no exercício de 2014, ao contrário do afirmado pela d. Fiscalização, não mediu esforços para reaver os valores inscritos em dívida ativa, continunado a implementar diversos mecanismos de controle e tomando várias iniciativas, tendo sido autuados 6 (seis) processos administrativos visando adotar medidas alternativas de cobrança da dívida ativa. Vejamos:

- a.1) processos nº 2.605/13 e nº 35100/14, que tratam do protesto extrajudicial das certidões da dívida ativa, os quais durante o exercício de 2013 aguardavam a adequação do sistema "Módulo da Dívida Ativa" o que foi efetivado em agosto de 2014, já com o início dos protestos.
Toda a tramitação e a implantação dessa medida pode ser verificada através da análise do **DOC. 37** em anexo, ***onde constam, inclusive, gráficos relativos ao resultado da medida implantada;***

- a.2) processo nº 18.972/13 e 31430/14, que se referem às medidas necessárias para instalação de um serviço de Call Center no Município, a fim de intensificar a cobrança dos créditos via

telefone. Tal iniciativa ocorreu logo no início de 2013, com a interação dos demais setores envolvidos da Prefeitura de Taubaté, através do processo nº 18972/13, e acabou por ser iniciada a licitação já no ano de 2014, com a implantação efetiva e o início dos trabalhos no dia 28 de novembro daquele ano até os dias de hoje, com acrescimo da arrecadação na ordem de 37% em relação ao mesmo período **(DOC. 38).**

- a.3) processo nº 34321/13 — neste processo foi realizada a cobrança administrativa dos 100 (cem) maiores devedores do Município de Taubaté, mediante envio de correspondência com aviso de recebimento. Em relação a esses devedores, realizou-se também, neste ano o protesto extrajudicial, como forma de ampliar os mecanismos de cobrança e recuperação dos créditos;

- a.4) procedimento administrativo nº 11/12, que tramita perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Taubaté, foram requeridas providências quanto à paralisação dos processos judiciais de execução fiscal no cartório e, ainda, autorização para assumirmos a realização das citações dentro da própria Prefeitura (de acordo com o Provimento n 1.461/2007 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como forma de agilizar as cobranças judicias, o que foi deferido no dia 15 de fevereiro de 2013, e implantado definitivamente na Procuradoria Tributária deste Município **(DOC. 35, novamente).**

Ressalte-se, ainda, por oportuno, que não foi editada nenhuma lei, em 2014, concedendo incentivo fiscal aos contribuintes inadimplentes, vez que entendemos que esta iniciativa premia com descontos aqueles que não horaram seus compromissos junto ao Município na época própria, em detrimento dos que não agiram de tal modo e que, por isso, não teriam as mesmas benesses legais.

Como se tudo isso não bastasse, importante ressaltarmos que supostas falhas no item da Dívida ativa não seriam suficientes para rejeitar as presentes contas, conforme pacífica jurisprudência dessa C. Corte: TC-001740/026/12 ; TC-001811/026/12 e TC-001885/026/12, dentre outros.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

B.2.2 – DESPESA DE PESSOAL:

Inicialmente, a Municipalidade indicou que ao final do exercício em exame dispendeu com pessoal o montante de R$ 403.201.960,96, ***o que representa 53,71%*** da Receita corrente líquida.

Contudo, após os ajustes da fiscalização chegou-se a um percentual de despesa com pessoal de 54,47% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, em seus dizeres, o limite previsto no artigo 20, III, da Lei Complementar nº 101/00.

Mesmo tendo supostamente ultrapassado o limite previsto na LRF, a própria auditoria anota às fls., 42 dos autos que: ***"É possível ver que os gastos com pessoal no 2º e 3º quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 20.04.15 e em 31.08.15, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida, respectivamente."***

Isso, por si só lá nos leva a conclusão que as presentes contas não podem ser rejeitadas por esse motivo, na linha, alias, do que já decidiu essa C. Corte nos processos TCS - 1455/026/11; 1770/026/12; 1513/026/12; 1951/026/13 e 1818/026/13.

Em todos os casos acima citados, as Prefeituras ultrapassaram o limite de gastos de pessoal no exercício examinado, reconduzindo-o, nos dois quadrimestres subseqüentes, o que levou o reconhecimento desse E. Tribunal pela regularidade dessa situação, aprovando as contas, tratamento esse que deve ser dispensado no presente caso.

Assim, apesar da questão não ser motivo para rejeição das presentes contas, a d. Fiscalização a respeito do assunto teceu diversas anotações que passamos a discutir, demonstrando na realidade que sequer houve afronta ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Inclusão da UNITAU quando da verificação dos limites da despesa de pessoal.

A d. Fiscalização às fls. 43 do relatório anota que seria necessária a inclusão dos gastos de pessoal da UNITAU para fins de verificação dos limites estabelecidos pela LRF. Assim, após essa inclusão os "gastos ajustados" ficariam em 56,76%.

Com a devida vênia, tal anotação não procede, conforme a seguir demonstraremos.

Aqui vale fazer uma breve digressão acerca da UNITAU. No âmbito da administração pública do município de Taubaté foi criada pela Lei 1498 de 06 de dezembro de 1974, a Universidade de Taubaté, autarquia municipal educacional de regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, regularmente reconhecida pelo Decreto Federal nº 78.924/76 e Recredenciada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/GP nº 30/03.

Referida autarquia apesar de criada por lei municipal, nunca se valeu de verbas públicas municipais para sua manutenção, sendo, durante os mais de quarenta anos de sua existência, mantida pela própria arrecadação que promove com a cobrança de mensalidades de seus alunos.

Aliás, ao contrário do alegado pela d. Fiscalização, o fato da Municipalidade ter repassado recursos à UNITAU, ***a titulo de convênio,*** não tira em momento algum a característica da autonomia financeira da Universidade, vez que tal repasse não é para a manutenção da UNITAU, mas sim como contra partida de instrumentos jurídicos (convênios) firmados entre as partes que dizem respeito a execução de projetos específicos.

Contudo, não há dúvidas de que as finanças da UNITAU, não se confundem com as da Municipalidade. Nem sequer há participação do ente federativo na fiscalização e verificação da correta aplicação dos recursos obtidos pela Universidade, haja

vista que, como já dito, a autarquia sobrevive exclusivamente da exploração da atividade para a qual foi instituída, ou seja, o ensino superior, que inclusive não é uma atribuição constitucional do Município, sendo que a própria Universidade também se submete à fiscalização dessa C. Corte de Contas.

Assim, os gastos de pessoal da Universidade não podem ser somados aos da Prefeitura porque não se trata de descentralização vez que a educação de nível superior não é atribuição constitucionalmente direcionada aos municípios. A figura da Universidade, como autarquia municipal de regime especial, quando de sua criação, se deu de uma forma que a evolução da entidade permitiu sua absoluta desvinculação do ente criador, com total autonomia financeira, administrativa e organizacional, prova disso é que nos últimos 40 anos não houve qualquer repasse financeiro para manutenção da Universidade.

Por outro lado, não há atividade cuja atribuição constitucional seja obrigação do município, nem nunca houve ingerência, participação, repasse de valores ou quiçá controle finalístico, nunca podei-ia se dizer em descentralização e vinculação da Universidade ao ente público da administração direta municipal.

Se a atividade desenvolvida pela Universidade não é nem nunca foi atribuição do município a entidade é de fato autônoma para todos os fins, e deve responder pelas obrigações a ela atribuidas, sem qualquer vinculação à administração direta de que faz parte, mesmo porque, não há participação do município com alocação de verba pública para o pagamento dos funcionários da instituição de ensino superior.

Dessa forma, permite-se afirmar tratar-se a UNITAU de uma autarquia que se assemelha, neste particular, a uma empresa estatal não dependente, ou seja, aquela que apesar de criada pelo ente público, deste não recebe qualquer subsídio ou repasse financeiro.

Nesse particular, cumpre-nos esclarecer que na realidade a separação dos orçamentos da Prefeitura e da UNITAU não foi realizada sem um prévio e detalhado estudo sobre o tema, sendo embasada principalmente no fino de não haver repasse

algum de verbas por parte da Municipalidade a essa autarquia municipal de regime especial, que mais se assemelha a uma empresa estatal não dependente.

Aliás, os motivos da separação dos dois orçamentas, que efetivamente não se misturam, estão amplamente expostos nos autos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no TC - 2041/326/01, acessório que acompanha as contas do executivo municipal, já no exercício do ano de 2001 — frise-se, ***já aprovadas, quando se discutia a exclusão dos gastos de pessoal da UNITAU, dos cálculos realizados pelo Município, tendo, inclusive, o E. Conselheiro Relator aceitado esses argumentos, conforme despacho que por sua importância pedimos vênia pata transcrever trecho***:

> ***"Por outro lado, as razões apresentadas e a comprovação de ausência de repasse de recursos, no exercício de 2001, pelo Município de Taubaté à Universidade de Taubaté-UNITAU, - situação que registre-se, perdura há vinte anos — permitem afirmar tratar-se, a UNITAU de uma autarquia que se assemelha, neste particular, a uma empresa estatal não dependente. Para assim considerar, levo em conta a Resolução número 43 de 2001. do Senado Federal, que define como empresas dependentes, aquelas que recebem recursos financeiros do controlador. Logo, o não recebimento pressupõe a não dependência E sendo esta, no momento, a Situação comprovada na UNITAU,. entendo aceitável o pedido do Senhor Prefeito de Taubaté."***

Dessa forma, resta mais do que comprovado que a UNITAU apesar de autarquia de regime especial criada por lei municipal há mais de 40 anos, sempre geriu-se sozinha, nunca usufruindo de verba pública que justifique a soma de seus gastos de pessoal com os da Municipalidade, não devendo ser considerada em hipótese alguma o percentual de 56,76% apontado pela d. Aduitotoria.

Miranda Rodriguez [redacted]
e Palavéri
Advogados

Nesse sentido, oportuno anexarmos a completa manifestação do Secretarário de Negócios Jurídicos que traz todos os elementos para dirimir quaisquer dúvidas acerca da questão **(DOC. 39).**

Como se tudo isso não bastasse, ressalte-se que é natural que maioria dos gastos da UNITAU sejam com pessoal vez que se trata de instituição de ensino e portanto sua mão de obra representa o grande volume de seus dispêndios. Assim, mesmo que a Prefeitura tivesse que diminuir seus gastos, para amoldar-se ao percentual legal, uma vez somando aos gastos da UNITAU, isso ficaria impossível, vez que como já dissemos o Prefeito não possui ingerência alguma (seja administrativa, seja financeira) sobre os gastos da Universidade.

- Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos – Valor R$ 828.892,00

Ainda em relação aos gastos com pessoal, a fiscalização observou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, manteve a prática advinda de exercícios anteriores referente ao sistemático pagamento de profissionais através de RPA (Recibo de Pagamento de Autônomos) e, nesse aspecto, entendeu que tais dispêndio deveriam compor os gastos de pessoal.

Excelência, está totalmente equivocada a constatação da equipe de fiscalização, posto que nenhum desses contratados por RPA não é profissional que substituiu mão de obra da Administração Pública.

Tratam-se de artistas que foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté após regular processo de credenciamento, sendo os mesmos convocados, esporadicamente, para atender o calendário cultural do Município de Taubaté **(DOC. 40).**

Assim, ao contrário do mencionado pela equipe de auditoria, trata-se de atividades-meio da Administração Pública, não havendo nessas situações

substituição de servidores reservados à execução das atividades-fim do Poder Público, motivo pelo qual impertinente a computação de tais despesas como gastos de pessoal.

Não há hierarquia e subordinação dos artistas. Inexiste relação de trabalho entre os artistas e o Poder Público. Não há nessas situações a contratação de pessoa certa e definida, muito menos definição de salário, controle de faltas, controle de horas extraordinárias, entre outras fiscalizações inerentes aos servidores públicos.

Dessa forma, devido a falta de subordinação, hierarquia e qualquer outro vínculo trabalhista com os artistas, aliado ao fato de que se trata de prestações de serviços relacionados à atividades-meio e não finalísticas da Administração Pública, não há que se cogitar a apropriação de tais despesas no percentual de despesa com pessoal, nos termos do contido no §1°, do artigo 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como esclarecido, não há nas situações apontadas pela equipe de fiscalização qualquer indício de que os autônomos remunerados pelo Executivo de Taubaté, durante o exercício de 2014, tenham substituído servidores ou empregados públicos, o que se confirma diante dos elementos a seguir apresentados.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Taubaté, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, celebraram Termo de Ajuste de Conduta nos seguintes termos:

> ***"A Prefeitura Municipal de Taubaté se compromete a:***
>
> ***1 - Somente contratar profissionais autônomos - assim considerados aqueles que prestam serviços técnicos urbanos, de forma eventual e sem subordinação - quando houver necessidade excepcional e urgente que exija pronta solução, sob pena de pôr em risco a continuidade da prestação de um serviço público, porém, pelo prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, vedada a recontratação de um mesmo profissional em prazo anterior ao de 30***

(trinta) dias da data da entrega ou durante o prazo de garantia do serviço anteriormente prestado; excetuadas as hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

1.1 - A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (art. 25, III, da Lei n°. 8.666/93) prescinde de licitação.

1.2- A qualidade de artista de renome municipal será apurada mediante a aferição dos títulos e das premiações do profissional, no âmbito municipal, estadual ou nacional.

1.3- Nas hipóteses de contratação de artista amador de qualquer setor artístico observar-se-á o critério do mérito, mediante seleção do candidato através de prova técnica, prática, ou técnica e prática, aplicada por banca examinadora constituída por no mínimo três profissionais do ramo.

1.4- O prazo máximo de duração do contrato celebrado com o artista amador de qualquer setor artístico será de 06 (seis) meses.

(...)"

Em decorrência do aludido Termo de Ajustamento de Conduta, a Prefeitura do Município de Taubaté instaurou o processo administrativo nº 34701/2011, através do qual constituiu comissão técnica para elaborar e julgar processo para cadastramento de artistas, músicos e recreadores para apresentações culturais no Município de Taubaté.

Em razão de todo o exposto, resta demonstrado que os Recibos de Pagamentos de Autônomos emitidos em 2014 pela Prefeitura de Taubaté não se referem à remuneração de profissionais que atuaram em substituição à mão de obra de servidores ou empregados públicos, mas sim ao pagamento de cachês pelas apresentações realizadas, fato que não constitui despesa de pessoal.

Miranda Rodriguez
Palavéri
Advogados

Aliás, sobre o assunto, também discutido nas contas do exercício de 2013, a d. Assessoria Jurídica dessa C. Corte assim se manifestou:

> ***" Entretanto, de nossa parte entendemos que os gastos com pessoal poderão retornar aos números iniciais do AUDESP, haja vista os esclarecimentos da Origem por meio de seu representante legal, dando conta de tais profissionais correspondem a artistas cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté, convocados esporadicamente para atender calendário cultural do Município, inexistindo relação de trabalho entre os artistas e o Poder Público, além de tratar do desempenho de atividades-meio da Administração.***
> ***Demais disso, o defendente também esclareceu que a Prefeitura firmou "termo de ajustamento de conduta" com o Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Taubaté através do qual a Prefeitura se comprometeu a contratar somente profissionais autônomos eventuais e sem subordinação, quando houver a necessidade de excepcional urgência para pronta solução.***
> ***Ante o exposto, sugerimos que as despesas com pessoal do Executivo de Taubaté retornem à taxa inicialmente apurada pelo Sistema AUDESP, qual seja, 52,36% da Receita Corrente líquida (...)"(PROCESSO TC – 2090/026/13 – FLS. 250, 251)***

<u>- pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU – Valor R$ 4.883.827,61</u>

Em relação a este item, a d. fiscalização aborda o pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$ 4.883.827,61 no exercício de 2014, concluindo que tal valor deve integrar o cômputo dos gastos de pessoal da Municipalidade, elevando-o para 54,47%.

Os referidos convênios abrangem ajustes entre a Prefeitura e a UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contração de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em tempo integral.

Ressalte-se inicialmente que a educação integral, desde 2007 passou a integrar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como estratégia do Governo Federal para ampliar a jornada escolar. Assim, o Estado formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições diversas sem fins lucrativos.

Tal estratégia pressupõe as duas partes. Poder Público e instituição, tendo como interesse comum o atendimento do educando, através da mútua colaboração para atingir seus objetivos. Foi nesse contexto que se firmou os convênios entre o Município e a UNITAU.

Outra questão de extrema relevância é que a conveniada é instituição de Ensino renomada, que congrega em seu quadro de pessoal profissionais do mais alto gabarito e dão suporte ao treinamento, acompanhamento, orientação e formação continuada dos profissionais contratados por meio dos convênios.

Assim, a escolha do instrumento convênio se deu como forma de colaboração pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente. Isso também deve ser levado em conta, pois acaso a responsabilidade por desenvolver as competências necessárias nos contratados fosse do Município, todo o processo de contratação de pessoal efetivo, estruturação e desenvolvimento das atividades, além de mais demorado, seria, certamente, exponencialmente mais oneroso aos cofres públicos e ainda assim não atenderia plenamente aos objetivos dos projetos e poria em risco a continuidade das ações sócio-educativas em andamento no Município.

Importante destacar que o Município tomou todas as cautelas necessárias antes da elaboração os referidos ajustes, consultando o Ministério Público do Estado de São Paulo, não tendo o d. Parquet colocado óbices acerca da elaboração de tal instrumento, o que pode ser verificado na manifestação do Secretário Jurídico do Município **(DOC. 39, NOVAMENTE).**

Em relação ao convênio para atendimento da Educação Infantil muito embora a legislação permita até mesmo que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento integral gratuito, o Município de Taubaté optou por dar prioridade à prestação direta do serviço público em questão.

Para tanto, dispõe de quadro de pessoal efetivo que desenvolve as atividades-fim previstas nos artigos 29 e seguintes da LDB e firmou o convênio com a UNITAU para assegurar que as **atividades-meio** também sejam desenvolvidas com eficiência, até mesmo para possibilitar ao pessoal efetivo maior dedicação às suas funções principais. O convênio trata, então, de atividade de apoio, sendo que a atividade-fim permanece no âmbito do município.

Com efeito, a contratação de ADIs (Auxiliares de Desenvolvimento Infantil) visa precipuamente ao acolhimento das crianças de 0 a 5 anos, garantindo cuidados imprescindíveis ao desenvolvimento saudável das demais atividades postas em prática pelo pessoal efetivo, estas diretamente relacionadas ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

Por outro lado, o Ensino Fundamental concentra a maior parte do quadro de pessoal efetivo da Secretaria de Educação, pessoal esse que exerce atribuições delimitadas em lei e inviabilizam o seu aproveitamento para as atividades que são objeto do convênio delineado no processo nº 8116/2013.

Tal convênio, no tocante a mão de obra, trata da contratação de pessoal com aptidões específicas para desenvolver atividades suplementares voltadas para educação escolar, trabalho e práticas sociais, de acordo com as diretrizes dos arts. 34, §2º, 3º, XI e 4º, VIII da LDB.

Vale dizer que as aptidões desses profissionais devem ser compatíveis com atividades atualmente adotadas a critério do Município (art. §2º, art. 34, LDB), as quais podem variar de acordo com a demanda verificada em cada unidade de ensino, sendo possível que haja alternância, substituição, extinção e criação de novas atividades que tenham a capacidade de gerar interesse no aluno para que ele permaneça na escola por maior período durante o dia e com isso atinja novos patamares de desenvolvimento.

Nesse passo, diferentemente do apontado no relatório da fiscalização, entendemos que os convênios analisados não foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal, mas sim para atender especificidades que devem ser observadas na prestação eficiente do serviço e, portanto, não devem ser acrescidos às despesas a esse título.

E mais, sustentamos tal posicionamento pois ambos **os convênios fazem frente a demandas dotadas de uma especificidade marcante: a transitoriedade.**

Na celebração dos convênios para suprir tais demandas o Município levou em conta diversos fatores que não foram explicitamente considerados pela fiscalização e a respeito do quais vemos a necessidade de tecer maiores esclarecimentos.

O primeiro fator levado em conta foi a retração da taxa de fecundidade, que indica quantos filhos, em média, tem a mulher brasileira. No Sudeste, segundo o Censo 2010, as mulheres têm, em média, 1,7 filho. Os números dão conta de que a média de queda da taxa de fecundidade a cada década é de 15%, sendo que de 2000 para 2010 a queda foi de 19%.

O segundo fator diz respeito à queda da taxa de natalidade que desde a década de 70 vem sofrendo reduções, sendo que tal queda reflete diretamente na distribuição percentual da População por grandes grupos de idade Brasil.

De tal modo, a parcela da população de 0 a 14 anos que é o público alvo dos convênios, apresenta uma média de 9% de queda a cada verificação, sendo que do Censo de 2000 para o Censo de 2010 a queda foi mais acentuada, atingindo o patamar de 14%.

Ora, não seria legal, eficiente ou moral nem tampouco responsável do ponto de vista fiscal neste momento, a contratação de pessoal efetivo para ocupar cargos com atribuições rígidas definidas em lei, sendo que a necessidade da política pública de educação em questão exige competências para desempenhar atribuições variadas que podem ser alteradas de acordo com a evolução do interesse dos alunos e que a demanda por tais serviços tende a reduzir, com base nos dados demográficos do IBGE.

Ademais, a mencionada transitoriedade se manifesta também na evolução da sociedade, das tecnologias e dos saberes. Parte dessa evolução é capturada pela atualização e formação continuada de trabalhadores da educação pertencentes aos quadros da municipalidade. São as evoluções dos currículos e dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Há uma evolução também em relação a novos interesses, práticas e produtos que surgem com dinâmica acelerada e que exigem rápida adaptação.

As oficinas e atividades oferecidas no contraturno escolar, como parte da atividade de educação integral, enquadram-se nessa categoria e necessitam ser revisitadas com mais alta frequência. Com efeito, ainda que as próprias oficinas se mantivessem, o interesse dos alunos por elas se modifica ao longo do tempo, concentrando-se em temas diferentes, exigindo maior aplicação de recursos e pessoal nesses temas em detrimento de outros.

Importante ressaltar também, a relevância da oferta dessas vagas e, sobretudo a permanência na escola de atendimento integral, de maneira que os índices de evasão diminuam com a implantação desses Programas, combatendo a vulnerabilidade de alunos que se encontrem num contexto de vulnerabilidade social que gera crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima comprometida; estas questões sociais devem ser consideradas, pois exercem forte influência sobre o comportamento das famílias e da comunidade.

Existe uma correlação direta entre a qualidade de vida da criança e do adolescente e a qualidade da educação que se propõe a elas. As escolas de tempo integral significam a criação de um espaço e o estabelecimento de um tempo onde a criança e o adolescente podem exercer sua criatividade e espontaneidade sem receio ou riscos, apenas frequentar e participar de uma proposta voltada ao processo de desenvolvimento do ser humano; verdadeiro exercício da autoridade: estabelecer regras e valores, permitindo ao mesmo tempo atos de negociação e neutralização de desvios de comportamento que se afastam das expectativas coletivas.

Assim, o convênio se mostra, nesse caso, a forma ideal, em termos de eficiência e eficácia, para o acompanhamento dessa evolução e atendimento dessas necessidades. É o que vem demonstrando a melhoria dos índices de evasão escolar **(DOC. 41).**

Outro indicador positivo é o avanço no desempenho dos alunos nas avaliações internas realizadas pela Secretaria de Educação **(DOC. 42)** o que também vem demonstrando a relevância dos convênios na recuperação quanto à promoção escolar.

Por esse caminho, as ações resultantes dos convênios, embora ainda não apresentem reflexos diretos no IDEB, precisam ser interpretados de forma mais profunda, pois o IDEB coloca foco em resultados finalísticos, sem considerar as condições que propiciam a obtenção de tais resultados além de a avaliação ocorrer nos últimos anos do ensino

fundamental, onde os alunos já carregam consigo a formação resultante das políticas educacionais implantadas em anos anteriores.

O foco do trabalho dos convênios é, justamente, construir condições para a melhoria dos índices educacionais, é um trabalho de base cujos resultados serão palpáveis em anos posteriores.

Igualmente, vale dizer que a contração de pessoal por meio dos convênios firmados também se mostrou mais vantajosa do ponto de vista econômico, resultando em economia financeira para o Município, conforme dados constantes nas fls. 56 a 57 e 997 a 998 do processo 34982/13 e cálculos ora acostados **(DOC. 43)**

Não obstante isso, a economicidade também é latente na aquisição dos materiais empregados nas atividades dos convênios, haja vista que a conveniada também está legalmente obrigada a licitar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Vide documentos do certame às fls. 1032 a 1198 do processo 1219/2015 **(DOC. 44)**.

Diante de todo o exposto, ao contrário do afirmado pela fiscalização, tais convênios não foram celebrados para burlar as regras com gastos com pessoal, e nem tampouco devem integral o cômputo das despesas da Municipalidade, vez que conveniar é hoje o meio mais eficiente de se colocar em prática as diretrizes consagradas pela LDB.

Finalmente, há que se ressaltar que conforme comprova a declaração em anexo **(DOC. 45)** ***tais gastos já constam do percentual dos gastos da Fundação da UNITAU e somá-los aos da Prefeitura seria o mesmo que computá-los em duplicidade, o que logicamente é inadmissível.***

- Lei Complementar nº 255/14 Déficit atuarial do regime próprio. – Valor R$ 5.810.909,63

Aponta o Relatório que ouve a "contabilização indevida" de R$ 5.810.909,63 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e nove reais e sessenta e três centavos) como se não fossem despesas com pessoal, quando, na verdade, deveriam integrar o cômputo das despesas laboriais da Prefeitura.

A importância acima referida é o aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial do IPMT – Instituto de Previdência do Município de Taubaté, com base na Lei Complementar Municipal n° 355, de 10/12/2014 **(DOC. 46)**, classificado na rubrica "3.3.9.1 – Aplicação direta decorrente de operação intraorçamentária".

A fiscalização não concorda com essa classificação, que denomina como "reclassificação", como "transformação" de despesas, que não mais serão captadas pelo sistema AUDESP como despesas de pessoal, na categoria 3.1.9.1., pois passarão a constar na categoria 3.3.9.1.

Ora, a questão toda se prende à natureza dessas despesas.

O Município de Taubaté, em vista de levantamentos atuariais elaborados pelo IPMT, conheceu o prognóstico de déficit futuro no sistema previdenciário municipal e se propôs, com a participação das quatro Entidades integrantes do sistema, a amortizar o déficit delineado no prazo de 35 anos, promulgando a Lei n° 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté, e que autoriza em seu art. 8°, a abertura de créditos adicionais especiais, no orçamento de 2014, para atender despesas com a cobertura do déficit atuarial prognosticado. Fica claro, assim, que essa despesa é para cobertura de déficit atuarial futuro.

Resta claro, assim, que "déficit atuarial futuro" não corresponde a "despesas de pessoal do exercício", inexistindo, portanto, qualquer irregularidade na contabilização da despesa.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Aponta, ainda, o Relatório, que, em decorrência dessa Lei, foram realizados estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, "os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções das despesas com pessoal". É necessário registrar que esses procedimentos foram realizados para atender à determinação legal, contida no art. 11 da LC 355: "*Art. 11 Esta Lei Complementar entra e vigor na data de sua publicação, incidindo seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2014.*"

A classificação dessa despesa, na rubrica 3.3.9.1, também não é gratuita. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, em sua parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, em sua 5° edição, pág. 126 **(DOC. 47)**, registra:

"Para cobrir o déficit atuarial, o poder público faz uso de transferências de recursos, denominadas transferências previdenciária, entre uma entidade transferidora e uma entidade recebedora, o RPPS. Tais transferências podem ser realizadas por meio de:

a) Alíquota suplementar, ou
b) Aporte para cobertura do déficit atuarial.

E complementa, na pág. 126:

"Para o aporte para cobertura do déficit atuarial, devidamente instruído por Lei, o ente registrará uma despesa intraorçamentária (natureza de despesa – 3.3.91397)..."

Assim, este é o embasamento legal da classificação dessa despesa e dos procedimentos decorrentes, não havendo irregularidade alguma nesse particular e não devendo essa despesa integrar os gastos com pessoal.

- Exclusão dos gastos com PASEP, nos termos da Deliberação TC-A-23996/026/15

Como se tudo isso não bastasse, há que se considerar que os gastos com pessoal, foram ainda menores do que os apontados pela d. fiscalização. É que, nos termos da Deliberação TC-A- 23996/026/15 os gastos com PASEP efetivamente não integram os gastos de pessoal.

Conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 48** em anexo foram dispendidos em 2014 a esse título R$ 6.900.025,48 (seis milhões, novecentos mil, vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos). Assim, esse montante deve ser excluído dos gastos com pessoal, chegando-se a um ***percentual real de 52,79%.***

Conclui-se, portanto, que a Municipalidade cumpriu todos os limites legais, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo as contas do presente exercício serem consideradas regulares nesse particular.

B.3.1 – ENSINO:

Neste tópico, **após ajustes**, a fiscalização concluiu que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou **26,79%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Consignou a utilização de **100%** dos recursos recebidos do FUNDEB, atendendo ao contido no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07.

Ademais, verificou a aplicação de **70,33%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Em que pese, a fiscalização verificou que houve descumprimento do princípio da evidenciação contábil, posto que as receitas de aplicações financeiras

provenientes de recursos do FUNDEB, no valor de R$ 1.271.325,60, não foram contabilizadas corretamente e, como consequência, o demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp não contempla tal quantia. Verificou que tal fato se deu em virtude de o Município ter registrado erroneamente tais receitas no código de aplicação 260 (Educação - FUNDEB - Recursos Próprios), quando deveria tê-lo feito no código específico para tal finalidade, que é o 263 (Remuneração de aplicações financeiras).

O Relatório apresenta, nas fls. 49 do relatório, a relação entre as receitas de impostos e transferências, no valor de R$ 634.719.924,95, apurada no sistema AUDESP, e as despesas próprias com a Educação, no montante de R$ 166.069.260,63, o que gera um índice de aplicação de 26,16%.

Ocorre que o quadro elaborado apresenta inconsistências, comentadas adiante, o que leva à elaboração de um novo quadro da relação receitas/despesas com a Educação:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
Receitas	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas de Impostos T.R.I.	542.562.249,95	

FUNDEB – RECEITAS		
Retenções	69.825.077,68	
Transferências recebidas	152.061.942,56	
Receitas de aplicações financeiras	1.271.325,60	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB – T.R.F.	**153.333.268,16**	

FUNDEB – DESPESAS		
Despesas com Magistério	107.839.894,62	
Outros Ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Liquidadas com Magistério (mínimo 60%)	107.839.894,62	70,33%

FUNDEB – DESPESAS		
Demais Despesas	45.493.373,54	
Outros Ajustes da Fiscalização (40%)	- 169,19	
Total das Despesas Liquidadas com Magistério (mínimo 60%)	45.493.204,35	29,67%

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Total aplicado no FUNDEB	153.333.098,97	100%

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	69.825.077,68	
Dedução: Ganhos de Aplicações Financeiras – Ficha de Receita 29	-	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12.2014	153.885.564,07	28,36%

Acréscimo: FUNDEB – retenção até 5% - aplicação 1º trim. De 2015	-	
Dedução: Restos a Pagar não Pagos até 31.01.2015	- 1.983.716,18	
Outros ajustes da Fiscalização – Recursos Próprios	- 5.836.284,94	
Aplicação final na Educação Básica	146.065.562,95	26.92%

PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	634.719.924,95	
Despesa Fixada Atualizada	165.153.144,19	
Índice Apurado	26,02%	

Deve ser observado, no quadro acima, que as Deduções de Restos a Pagar até 31 de janeiro de 2015, atingem o montante de R$ 1.983.716,18, conforme demonstra o relatório "Obrigações Pendentes - Restos a Pagar relacionadas ao Ensino" - 2014 **(DOCUMENTO Nº 49)**.

Deve ser registrado também, que o item "Outros Ajustes da Fiscalização (40%)", no valor de R$ 5.720,89, é indevido, pois o que deve ser deduzido *é* a importância de R$ 169,19 (cento e sessenta e nove reais e dezenove centavos), do exercício de 2014, pois os restantes R$ 5.551,70, se referem ao exercício de 2011, conforme comprova os relatórios *"Obrigações Pendentes - Restos a pagar relacionadas ao Ensino - Todos"* e o relatório referente ao exercício de 2014 **(DOCUMENTO Nº 50)**.

No tocante às Receitas, registradas no Relatório em um total de R$ 542.562.249,95, deve ser observado que a Prefeitura de Taubaté considera como receita de impostos a atualização monetária de valores, no valor de R$ 3.112.879,62, o que eleva o total das Receitas para R$ 545.673.129,57 **(DOCUMENTO Nº 51)**.

Esta inclusão está reconhecida no sistema AUDESP, conforme comprovam as imagens de tela anexadas como **DOCUMENTO Nº 52**, que fixa essa receita no código 19.90.99.00 – Outras Receitas

Refeitos os ajustes, será possível verificar que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou efetivamente **26,92%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao comando do artigo 212 da Constituição Federal.

No que se refere à contabilização incorreta das receitas de aplicações financeiras dos recursos do FUNDEB, resta informar que realmente ocorria, de forma errônea, a classificação dessa receita no Código de Aplicação 2600000, conforme mostra o relatório "Cadastro de Receitas Orçamentárias por Fonte de Recursos", o que não possibilitava a sua contabilização no sistema AUDESP.

Todavia, no exercício de 2015, já ocorreu a retificação da classificação, passando para o Código de Aplicação 2630000 **(DOCUMENTO Nº 53)**.

B.3.1.1.3 – AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS:

Restos a Pagar:

A auditoria sugeriu a glosa da quantia de R$ 2.705.317,46, relativos ao saldo de restos a pagar de recursos próprios em 31/01/15.

Nesse sentido, requer-se a inclusão dos restos a pagar de 2013, pagos entre 01/02/2014 e 31/12/2014.

Conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 54**, a Corte de Contas glosou da aplicação no ensino de 2013, a quantia de R$ 1.872.408,85, referente aos empenhos daquele ano (2013) não pagos até 31.01.2014.

O relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 55**, demonstra que em 31.12.2014, existiam empenhos do ensino de 2013, pendentes de pagamento, na importância de R$ 356.426,14.

Com isso, é certo afirmar que a quantia de R$ 1.515.982,71 (R$ 1.872.408,85 - R$ 356.426,14), deve ser acrescido no percentual de aplicação o ensino de 2014, confirmando o atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

B.3.1.2 – DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO:

Neste tópico, a fiscalização verificou que a lei que instituiu o Plano Municipal de Educação não havia sido elaborada até a data da fiscalização.

O Projeto de Lei que institui o Plano Municipal de Educação foi apresentado pelo Executivo ao Legislativo em 18/06/2015 e se encontra em Tramitação na Câmara Municipal de Taubaté desde então, conforme informação constante no site daquela Casa de Leis **(DOCUMENTO Nº 56)**.

Na sequência, fiscalização verificou que o Município de Taubaté ainda não editou lei dispondo sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

O Projeto que abrange o Plano de Carreira do Magistério foi desenvolvido por Comissão Específica, nomeada pelo Sr. Prefeito, por meio da Portaria nº 256, de 30 de janeiro de 2013, alterada pelas Portarias nº 526 e 527 **(DOCUMENTO Nº 57)** e encaminhado à SENJ e à SEAF para análise, como consta do processo nº 29618/2014, tendo sido apontado impedimentos de ordem financeira e legal para a sua pronta implantação.

Termo de encerramento.

Nesta data, encerramos o presente volume, sendo que o volume II inicia-se a partir de fls. 204.

CSEB, em 11 / 08 / 2016

Tania

2 Volumes

35 Anexo

1 Expedientes

AGUARDAR ATÉ O DIA __/__/__

OBS.: Ag. Cert Mesa 21/11/14

4.126-14

Vol I

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS – PREFEITURA MUNICIPAL

CONSELHEIRO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

(fls. 3)

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

PROTOCOLO: 0000000000563/026/14 DT.AUTUACAO: 06/01/2014

INTERESS.:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CODIGO: 000.00.00.613
EXERCICIO: 2014 PROCED.INTERNA: UR-7 PORTE MUNICIPIO: G

8ª PROCURADORIA DE CONTAS

A AP. DE
ETORA TECNICA

000563/026/14

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nesta ~~data~~, 11 /08 /2016,
iniciamos o volume II, dos presentes autos.

Tania C Fontana Fratin
Auxiliar de Fiscalização V

Ainda neste tópico, a auditoria anotou que as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não foram integralmente cumpridas, dadas as falhas encontradas na aplicação dos recursos e apontadas neste relatório.

Em razão do apontado, cabe esclarecer que ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, compete principalmente exercer atividades de controle que podem resultar no encaminhamento de situações que requeiram providências por parte do Poder Executivo ou dos órgãos de controle e fiscalização, sobretudo em casos que apontam falhas ou irregularidades eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

Em relação ao apontamento de que o referido conselho não teria cumprido todas as suas atribuições no exercício, dados os apontamentos constantes do relatório, entendemos que o apontamento genérico da forma como foi feito inviabiliza a defesa do Município neste momento, até mesmo por que as supostas falhas na aplicação dos recursos também são objeto de discussão.

Ademais, o Conselho realizou a entrega do relatório sobre a prestação de contas do exercício de 2014, o que demonstra sua efetiva atuação **(DOCUMENTO Nº 58).**

Quanto ao Conselho de Alimentação Escolar, a fiscalização verificou que foram encaminhadas atas de apenas duas reuniões ocorridas em 2014, sendo que a primeira delas (reunião de 01/10/14) tratou prioritariamente de assuntos administrativos. Nesta ata consta, ainda, que as reuniões seriam realizadas às primeiras quartas-feiras de cada mês e, portanto, deveria haver pelo menos três reuniões durante o ano, já que o Conselho foi instituído em setembro/2014.

Em análise à documentação encaminhada, a fiscalização verificou que as atribuições de tal Conselho não foram cumpridas, pois não houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009 e dos recursos destinados à alimentação escolar, emissão de parecer conclusivo sobre relatório anual de gestão do PNAE, nem tampouco realização de reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração/adequação do Regimento Interno, em desatendimento dos artigos 2°, I, II e IV e 3°, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 226/2010.

Em relação ao Conselho de Alimentação Escolar, a Secretaria de Educação vem acompanhando e cobrando reiteradamente providências no sentido de que o Regimento Interno seja atualizado **(DOCUMENTO Nº 59)** e as reuniões sigam o protocolo, o que vem sendo observado no presente exercício **(DOCUMENTO Nº 60)**.

Não obstante isso, houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009, sobretudo por que o Conselho emitiu parecer conclusivo sobre o relatório anual de gestão do PNAE nos exercícios de 2013 e 2014 **(DOCUMENTO Nº 61)**.

Acostamos ainda, para a finalidade de apoio, a legislação que rege o Conselho, bem como decretos, regimento interno e atos de nomeação dos membros **(DOCUMENTO Nº 62)**.

Finalizando este tópico, a auditoria verificou os resultados publicados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira IDEB, onde verificou que o Município de Taubaté não atingiu o índice previsto para 2013 (último resultado divulgado). Em 2013, o índice previsto para a 4ª série/5° ano era de 5.9, mas o observado foi de 5.6 e, para a 8ª série/ 9° ano a meta era de 5.3 e o resultado alcançado de apenas 4.6.

Ademais, observou também que o índice Municipal na 4ª série/5° ano é inferior ao Estadual.

Com a devida vênia, os índices considerados pelo TCE não refletem os resultados das políticas educacionais adotadas por esta Gestão, tendo em vista que, em se tratando da política defendida, sobretudo a do Ensino em Período Integral, é necessária a consolidação do aprendizado pelos alunos.

Desse modo, a avaliação de alunos do 5º e 9º em 2013 reflete o aprendizado desses alunos ao longo de toda sua vida escolar pregressa, ou seja, desde 2009 e 2005, respectivamente, sendo impraticável estabelecer uma relação direta entre as políticas atuais e o resultado obtido em 2013. Tanto o é, que o próprio IDEB é realizado com periodicidade bienal.

B.3.2 – SAÚDE:

Após ajustes, a fiscalização verificou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou **25,79%** das receitas de impostos nas ações e serviços da saúde, superando com folga o piso mínimo constitucional de 15%.

Em que pese, observa-se que a equipe de fiscalização promoveu ajustes nos cálculos do ensino, para os quais deixamos de apresentar as justificativas pertinentes nesta defesa, o que, no entanto, não permite a conclusão de que pactuamos com as mesmas, requerendo, desde já, a oitiva da Assessoria Técnica Especializada dessa Corte de Contas.

B.3.2.2 – OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL:

Ainda no tocante à saúde, a auditoria aponta falhas no planejamento inicial das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", não tendo apurado ações destinadas ao combate à dengue, apesar do elevado número de casos no exercício analisado.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Ressaltou que no âmbito do Município de Taubaté houve a instauração da CEI da Dengue na Câmara Municipal de Taubaté, a qual não havia sido concluída até a data da fiscalização.

Ademais, apontou que em 2013 foram registrados 598 casos e, em 2014, 9.402 casos, ou seja, um aumento de 1472% no número de casos registrados no período, consoante dados disponíveis no sítio eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológico "Prof. Alexandre Vranjacu", vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Concluiu que em 2014 o Município de Taubaté foi responsável por 40,83% dos casos de dengue da região (considerando os municípios subordinados ao Departamento Regional de Saúde XVII, do Governo Estadual).

Apesar da perspicácia do ilustre auditor, deve a Corte de Contas observar que a Prefeitura de Taubaté jamais se manteve inerte em relação ações e programas de combate à dengue.

Somente no ano de 2014, para aquisição de bens e materiais de consumo, foram gastos R$ 356.668,76, que foram utilizados exclusivamente no combate à Dengue.

Foram realizados gastos indiretos expressivos, que estão relacionados as campanhas publicitárias, outdoor, panfletos entregues nas escolas e estabelecimentos comerciais, mobilizações em ruas e praças, bem como os atendimentos nas Unidades de Urgências e Emergências e nas Unidades Básicas de Saúde, que não são contabilizados diretamente, mas que colaboram efetivamente na prevenção, combate e tratamento da Dengue.

Além dos valores acima descrito, há os valores despendidos com os recursos humanos que laboram diretamente na prevenção da dengue, adimplemento de horas extras para execução da prevenção em horários expandido e nos finais de semana, diminuindo as pendências das ações casa a casa contra a dengue.

Desta forma, é impertinente a conclusão de que não houve planejamento adequado e as ações necessárias ao combate da Dengue.

Ademais, é importante destacar que além dos fatores financeiros, é necessário levar em consideração as atividades que foram/desenvolvidas para combate ao mosquito *Aedes aegypti,* como constam no Programa de Controle, Plano de Intensificação das Ações, Plano de Comunicação e Mobilização e Alerta Xô Dengue, sendo este último, distribuído para todas as autoridades do Município.

Ainda no ano de 2014, a Secretaria de Saúde instituiu o Comitê Municipal de Combate à dengue, que envolveu todas as Secretarias do Município, SUCEN, Câmara Municipal, COMUS e demais representações existentes no Município, ampliando a divulgação e ações de combate e prevenção a Dengue.

Vale lembrar que o Plano Municipal de Dengue foi encaminhado e aprovado no Conselho Municipal de Saúde.

Cumpre ressaltar que por mais que se invista no combate e prevenção a Dengue, a efetividade das ações sempre deve vir acompanhada da participação popular, responsáveis diretos pela eliminação dos criadouros dos mosquitos transmissores da doença.

Por fim, informamos que a apuração iniciada na Câmara Municipal foi um ato desprovido de fundamentação, pois além de não conseguir concluir o relatório, por falta de apontamento de irregularidades das ações da Secretaria de Saúde, em

audiência Pública sobre a Dengue, na data de 21 de maio de 2015, os vereadores presentes reconheceram a efetividade das ações dos responsáveis pelo combate à Dengue, sendo corroborada pelo Presidente da referida audiência.

Como **DOCUMENTO Nº 63**, junta-se amplo relatório elaborado pela equipe de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando todas as ações adotadas e os resultados alcançados, afastando definitivamente o apontamento da equipe de auditoria.

B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

Neste tópico, verificou-se que até o momento da fiscalização o Município não havia assumido os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.

Sobre tal questão, restou informado à equipe de auditoria que o motivo para a ausência de assunção é a tentativa da Prefeitura em melhorar as condições de transição do Parque de Iluminação Pública.

Atualmente, a Secretaria de Serviços Públicos está promovendo a avaliação da minuta do Termo de Transferência dos Ativos da Iluminação Pública para posterior encaminhamento ao Chefe do Executivo.

B.4.1.1 – PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL ANUAL:

Neste tópico, apesar de acusar a integralidade dos pagamentos devidos para o exercício de 2014, a fiscalização acusou divergências entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela Prefeitura de Taubaté e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis não registra de forma fidedigna a importância

efetivamente devida e paga pelo Município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal e da evidenciação contábil.

Ainda em relação aos precatórios, a fiscalização acusou a ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça através de Depósito Judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

Por fim, a fiscalização verificou o pagamento de requisitório de baixa monta incidente em 2014, no valor de R$ 1.350,44, somente em 16/04/2015.

Quanto aos valores de saldo de precatórios e em relação aos pagamentos da parcela anual de 2014 e acordo celebrado junto ao DEPRE observamos que a Municipalidade tem buscado adequar seu saldo de precatórios aos valores apontados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de forma a se evitar novos apontamentos relacionados a essa questão.

Nesse sentido, cabe destacar que o Executivo Municipal, durante a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas, buscou demonstrar de forma bastante clara as medidas adotadas para adequar o saldo de precatórios conforme consta no Relatório de Fiscalização, sendo juntado juntamos ao presente Ofício encaminhado pelo Sr. Prefeito ao Desembargador Coordenador da DEPRE, oficio este em que o Município solicita composição dos valores apurados pela DEPRE para que fosse possível efetuar as adequações necessárias no saldo de precatórios.

Por meio do Ofício EP-19890/2015, foi fornecido ao Município somente o valor de saldo por credor, o que foi insuficiente para uma adequação dos valores que satisfaça o pretendido pelo Tribunal de Contas em seus apontamentos.

Em que pese, é certo e indiscutível que o Município de Taubaté não tem se mantido inerte quanto essa questão, já que providências estão em trânsito para

regularizar os registros contábeis em consonância com os registros realizados pelo Tribunal de Justiça.

Em relação à questão da contabilização dos valores que são depositados em conta administrada pelo Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios apontados a fls. 63 e 64 observamos que houve aparente equívoco na somatória dos valores liberados em 2014 pela DEPRE, uma vez que o total liberado é de 11.819.150,89 e não R$ 11.820.150,89 conforme valores liberados pela DEPRE que juntamos ao presente.

Por fim, quanto ao requisitório de pequeno valor objeto do Processo n° 42.372/2009, cabe destacar que o Ofício Requisitório expedido em 12/05/2011, recebido em 18/05/2011 pela Municipalidade não havia sido encaminhado para pagamento até 08/04/2015, data em que a Secretaria dos Negócios Jurídicos, atendendo determinação judicial, solicitou informações sobre o pagamento o oficio requisitório em questão, sendo que somente após verificação de que não foi efetuado nenhum pagamento é que o processo em questão nos foi encaminhado para providencias relacionadas ao pagamento que se efetivou em 17/04/2015.

B.5.3 – DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE:

a) Adiantamentos

O relatório aponta que há comprovantes de despesas realizadas com alimentação sem especificação de qualidade e valores unitários, dando como exemplo o Processo administrativo n° 46/2014 **(DOC. 64)**

Este processo registra despesas de alimentação com atletas da Secretaria de Esportes, competindo em diversas cidades do Estado, conforme se vê nas Notas Fiscais anexadas ao processo. Como também se vê nessas notas o documento fiscal emitido sempre indica o número de pessoas atendidas, o item de alimentação e seu valor unitário. É

mais do que corriqueiro, que essas delegações procurem pontos de alimentação onde o valor da alimentação é fixo, ficando livre ao consumidor servir-se à vontade.

Prova disto está nos comprovantes de fls. 21 do referido processo, emitidos sempre pelo mesmo valor, o que significa "preço por pessoa", o que não fere em momento algum a regularidade das despesas bem como os princípios da moralidade e da legalidade, vez que há a devida especificação de quantidades e valores.

Contudo, para evitar futuros sobressaltos, a Administração estará recomendando, especialmente a área de Esportes que, sempre, se não houver contratempo maior, procure locais de alimentação onde seja possível fazer a discriminação completa da refeição. .

A observação sobre o Processo Administrativo nº 017/2014 é de outra natureza: ausência de cópias xerográficas de comprovantes em papel para PAV ("impressão térmica", na linguagem comum). Realmente ocorreu a falha neste processo, pois habitualmente é feita a cópia xerográfica do comprovante, sendo os responsáveis do setor já devidamente alertados para que isso não mais ocorra.

Além disso, é de suma importância relatarmos que não medimos esforços no sentido de se implementar a todo custo a transparência dos gastos públicos, sendo realizados no exercício adiantamentos apenas em situações extremas. A Municipalidade realmente agido com zelo em relação as despesas públicas e que pequenas falhas formais não podem macular as contas "in examine".

b) Convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU

- Convênio Creches – Processo nº 34982/13

I) Do ajuste

Inicialmente anotam os agentes de fiscalização que referido convênio está sendo tratado em autos próprios **TC – 979/007/14**, fazendo, contudo, diversos comentários acerca da execução do ajuste, que a seguir esclareceremos.

II) Da execução do convênio

Anota a fiscalização em relação ao convênio que "embora tenha sido firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, sua operacionalização se deu através da Fundação Universitária de Taubaté – FUST."

Acerca da questão cumpre-nos esclarecer que a intervenção da FUST, enquanto Fundação de Apoio à Universidade de Taubaté se dá de forma subsidiária, apenas no âmbito da gestão econômico-financeira do Convênio.

O núcleo das atividades socioeducativas e de apoio à Educação Infantil, que inclui treinamento e orientação de pessoal, organização, acompanhamento e outros é feito pela Universidade de Taubaté, e é próprio de sua competência enquanto instituição acadêmica, de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Trabalho foi aprovado quando da assinatura do convênio e está em acordo com o §1°, II, do art. 116 da LF n° 8.666/93, pois prevê metas a serem atingidas por meio do ajuste, sendo que o seu cumprimento pela conveniada foi amplamente fiscalizado pela Secretaria de Educação de Taubaté, de modo que os resultados planejados e obtidos podem ser visualizados de forma clara nos relatórios apresentados pela conveniada **(DOC. 65)** e no relatório anual da Secretaria de Educação **(DOC. 66)**, constantes das fls. 67 a 174 e 175 a 180 do processo 15606/2015.

Quanto ao salário de auxiliares de desenvolvimento infantil tem-se que o valor adotado no convênio seguiu os parâmetros do mercado, garantindo a economicidade do ajuste, o que restou demonstrado às fls. 56 a 57 e 997 a 998 do processo

34982/13, sendo essa questão da economicidade já tratada anteriormente **(VIDE DOC. 43 NOVAMENTE)**

Em relação ao aditamento que acresceu 11,84% no valor dos repasses o mesmo fez frente aos dispêndios discriminados às fls. 928 a 954 do processo 34982/13 **(DOC. 67)**, sendo comprovados nos relatórios citados anteriormente.

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Os valores repassados e as despesas realizadas foram devidamente fiscalizados pela Secretaria de Educação, conforme documentos constantes às fls. 188 a 359 do processo 15606/15 **(DOC. 68)**.

Ademais, outros esclarecimentos acerca das prestações de contas também foram prestados pelo setor de auditoria da Municipalidade **(DOC. 69)**, que é bastante atuante e confere todos os documentos antes de liberar os repasses.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Essa questão já foi amplamente debatida no item "Gastos com pessoal" e para não sermos repetitivos nos remetemos aos esclarecimentos lá anteriormente ofertados, sendo de se ressaltar mais uma vez que ao contrário do afirmado pela fiscalização o convênio não foi celebrado com a finalidade de burlar o limite de despesa de pessoal previsto na LRF.

V) Das responsabilidades da Prefeitura

Acerca das anotações constantes desse item, repisa-se os esclarecimentos já anteriormente prestados e ressalta-se que conforme constam das prestações de conta, os recursos foram empregados em consonância ao disposto no parágrafo segundo da

Cláusula Quinta do Termo de Convênio, pois sua destinação seguiu o previsto nos itens "a" a "e" da mesma cláusula, não existindo, portanto, qualquer irregularidade nesse particular.

E mais, ao contrário do afirmado pela fiscalização, Secretaria Municipal de Educação fiscalizou sim a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades, de acordo com os parâmetros definidos no Termo de Convênio e no Plano de Trabalho, tendo consubstanciado os apontamentos inerentes a tal ação no relatório anual constante das fls. 175 a 180 do processo 15606/2015 já anexado aos autos **(DOC. 66, NOVAMENTE)**, tendo o referido relatório sido ainda complementado pelo que ora anexamos como **DOCUMENTO Nº 70.**

Convênio Monitores – Processo nº 8116/13

I) Do ajuste

Conforme consta dos autos, também esse convênio está sendo tratado em autos próprios **TC – 144/007/15**, não devendo portanto, ser motivo de análise nas presentes contas. Contudo, a d. fiscalização, acerca da matéria teceu diversas considerações que passamos a esclarecer.

II) Da execução do convênio

Acerca da anotação da intervenção da FUST na execução do convênio cabem aqui os mesmos esclarecimentos já anteriormente prestados, sendo de se ressaltar que essa intervenção se dá de forma subsidiária, apenas no âmbito da gestão econômico-financeira do Convênio, por questões meramente operacionais.

Vale dizer que as metas estabelecidas no Convênio dirigem-se à melhoria da qualidade do atendimento educacional no Município, à busca da formação integral do aluno e à inclusão social dos alunos.

Elas se materializam no oferecimento, em contraturno escolar, de atividades didáticas e paradidáticas que ampliem os horizontes dos alunos (culturais, sociais, formativos) e, ao mesmo tempo, apoiem o processo educativo que ocorre no turno escolar regular. A mensuração de tais metas se dá por meio da verificação da realização efetiva das atividades (oficinas, estudos) e do número de alunos atendidos pela Educação Integral.

O Plano de Trabalho foi aprovado quando da assinatura do convênio e está em acordo com o §1°, II, do art. 116 da LF nº 8.666/93, pois prevê metas a serem atingidas por meio do ajuste, sendo que o seu cumprimento pela conveniada foi fiscalizado pela Secretaria de Educação, de modo que os resultados planejados e obtidos podem ser visualizados de forma clara nos relatórios apresentados pela conveniada e no relatório anual da Secretaria de Educação, todos constantes das fls. 360 a 380 e 381 a 386 do processo 15606/2015 **(DOCS. 71 E 72)**.

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Os valores repassados e as despesas realizadas foram devidamente fiscalizados pela Secretaria de Educação, conforme documentos constantes às fls. 387 a 480 do processo 15606/2015 **(DOC. 73)**.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Para não sermos repetitivos remetemos Vossa Excelência aos esclarecimentos já anteriormente prestados sobre a questão.

V) Das responsabilidades da Prefeitura

Também aqui as questões são repetitivas acerca do assunto, e todos os esclarecimentos já foram devidamente prestados.

Ressalte-se apenas que as atividades foram devidamente fiscalizadas e prestadas a contento conforme consta dos relatórios de atividade já anexados **(VIDE DOC. 72, NOVAMENTE)**, tendo sido referido relatório complementado pelo que ora se anexa como **DOCUMENTO Nº 74.**

Pela extensa documentação ora anexada pode-se ter uma idéia da importância dos trabalhos desenvolvidos pelos referidos convênios, sendo as atividades desenvolvidas com excelência e dinheiro público bem aplicado em benefício da população taubateana.

B.5.3.1 – GASTO COM COMBUSTÍVEL:

Inicialmente, a fiscalização verificou que a despesa de combustível se mostrou compatível com o número de veículos da Prefeitura Municipal.

Observou-se, porém, que o valor informado pela Prefeitura (R$ 2.390.534,54) apresenta divergência em relação ao enviado ao Sistema Audesp, empenhado no subelemento 33903001 e utilizado para compra de combustível (montante empenhado líquido de R$ 2.771.159,72, liquidado de R$ 2. 406.089,54 e pago de R$2.350.807,00).

Sobre tal questão, cabe informar que no exercício de 2014, o elemento 33903001, que trata de despesas com Combustíveis e Lubrificantes Automotivos, teve um total de empenhamento no valor de R$ 2.928.743,47, liquidado o valor de R$ 2.563.673,29 e pago o valor de R$ 2.508.390,75.

A divergência de valores apontada pela auditoria se deu em virtude de na ocasião terem sido informados os valores utilizados com os seguintes combustíveis: gasolina e óleo diesel, e o elemento 339001 o qual se refere a auditoria, engloba também valores referentes a outros produtos, como graxa para rolamentos, óleos lubrificantes, shampoos automotivos, entre outros.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Neste sentido, segue cópia dos relatórios analíticos das referidas contas contábeis **(DOCUMENTO Nº 75)**, demonstrando a inexistência de divergências quanto as despesas de consumo de combustíveis.

B.6 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS:

Após testes, a auditoria acusou a correta adequação dos setores de almoxarifado e bens patrimoniais.

Quanto ao setor de tesouraria, a fiscalização verificou divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

Como antou a própria equipe de auditoria, após o mês de abril de 2014, as divergências foram regularizadas.

B.8 – ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:

Neste tópico, através do Sistema Audesp, a auditoria verificou que no exercício de 2014 foram realizados 101 pagamentos, no valor total de R$ 28.945.654,68, fora da ordem cronológica de pagamentos, para o que não houve atendimento ao art. 5° da Lei nº 8.666/93.

A quebra cronológica apontada não ocorreu para privilegiar alguns credores em detrimento de outros, mas por razões impeditivas e momentâneas de pagamentos. A análise dos casos, que são encontrados em relatório do AUDESP **(DOCUMENTO Nº 76)**, justificam o procedimento acima.

Empenho nº 1452/2014: o pagamento foi suspenso conforme determinação do Secretário de Obras, que solicitou um levantamento detalhado dos serviços efetivamente executados **(DOCUMENTO Nº 77)**, tendo a Tesouraria tomado conhecimento de seu teor através do memorando encaminhado pela Secretaria de Administração e Finanças **(DOCUMENTO Nº 78)**.

Empenho no. 4606/2014: o boleto do seguro obrigatório dos veículos da Municipalidade foi emitido pelo setor responsável de forma ilegível, o que impossibilitou a sua quitação na data aprazada, sendo os boletos devolvidos para nova emissão.

Empenho no. 1425/14: embora a liquidação tenha sido efetuada, o pagamento não foi realizado em razão da empresa não cumprir a cláusula sétima, item 7.4, do contrato assinado **(DOCUMENTO Nº 79)**. O mesmo ocorreu com o **empenho no. 9540/14**: a liquidação foi efetuada; contudo a empresa não cumpriu a cláusula sexta, item 6.6, do contrato assinado **(DOCUMENTO Nº 80)**. Diante do não cumprimento das citadas cláusulas contratuais, ambas empresas encaminharam prorrogação da data de vencimento em razão da irregularidade apontada.

No mais, em relação aos empenhos n° 1452/14, 4606/14 e 1425/14, houve suspensão de pagamento por motivo relevante, não caracterizando a intenção de privilegiar terceiros.

Nos demais casos apontados, empenhos n° 1011/14, 3317/14, 3449/14, 8163/14, 8332/14, 3161/14, 4718/14 e 3495/14, houve uma divergência entre as datas de vencimento registrada na liquidação e a data registrada na Ordem de Pagamento, conforme se comprova através dos relatórios anexos **(DOCUMENTO Nº 81)**

Em tempo, através do referido relatório observa-se que os pagamentos foram efetuados de acordo com as datas de vencimento que constam nas respectivas Ordens de Pagamentos.

No que tange ao **Empenho no. 2379/14**, as datas de liquidação, vencimento e pagamento são iguais (vide documento 78). No relatório da AUDESP aparece como se o empenho 3161/14 tivesse sua data antecipada em relação à data do empenho 2379/14, mas, conforme mencionado acima, o empenho 3161/14, apresenta divergência entre as datas de liquidação e de vencimento da Ordem de Pagamento.

Assim, as divergências apontadas no relatório da AUDESP são em relação à data de vencimento da liquidação e a data de vencimento da Ordem de Pagamento, não caracterizando quebra cronológica de pagamentos e/ou "preterimento de pagamento", conforme demonstrado.

Não há, portanto, nenhum a falha capaz de comprometer a APROVAÇÃO das Contas Anuais de 2014 da Prefeitura de Taubaté.

C.1 – FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS:

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO:

Anota inicialmente a d auditoria supostas falhas analisadas em conjunto, por se tratarem em seus dizeres de irregularidades comuns ao órgão em diversos processos. A seguir passamos a esclarecê-las:

a) Falhas no Planejamento da Administração

Esse apontamento foi realizado pela d. auditoria (fls. 83/85 do relatório) pelo fato de terem ocorrido aditamentos às Concorrências nº 12/13 05/13 de serviços, que nos dizeres dos agentes de fiscalização, já deveriam compor o objeto do contrato.

Com a devida vênia dessa anotação, já de plano podemos afirmar que ambos os casos trataram-se de situação excepcionais e que não causaram qualquer prejuízo à administração, vez que os aditamentos ficaram dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Licitações, tendo sido todos eles devidamente justificados conforme verifica-se do Memorando elaborado pelo Secretário de Obras, que ora anexamos como **DOCUMENTO Nº 82** .

Do referido memorando em relação a Concorrência 12/13 destacamos finalmente que: "***A soma do valor contratual de R$ 1.899.478,42 mais o valor do aditamento de R$ 401.659,24 totaliza R$ 2.301.147,66, excluindo o valor suprimido de R$ 471.484,69 apuramos que o custo final das obras foi de R$ 1.829.652,97 que dividido pela área efetivamente construída de 2.492,98 m2 bos dá um custo de R$ 733,92 por metro quadro, muito abaixo dos valores de mercado praticados normalmente por entidades públicas.***", demonstrando definitivamente a vantajosidade do ajuste.

Ademais, podemos afirmar que a Municipalidade de Taubaté, quando da elaboração de seu projeto básico, preencheu todos os requisitos necessários à caracterização como tal, sendo fornecidos elementos suficientes para a execução dos serviços, das especificações dos serviços licitados, tendo sido a obra devidamente concluída **(DOC. 83)**

Contudo, é inegável que o interesse público é mutável, e, em face disso, permite-se que o contrato seja ajustado à nova feição ou aos novos reclames da Administração.

No que toca ao contrato celebrado com a Administração Pública, oportuno trazermos à baila os ensinamentos do renomado administrativista Diógenes Gasparini: ***"Os contratos administrativos observam um regime jurídico próprio, estatuído pelo Direito Administrativo e indicado em cláusulas exorbitantes. Dito regime é marcado, na sua essência, pela possibilidade que tem a Administração Pública contratante, em razão do interesse público, de, em relação ao ajuste celebrado, modificar a execução a cargo do contratado, de rescindir o ajuste antes do termo fixado, de aplicar sanções e de intervir***

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

provisoriamente na execução do ajuste nos casos em que seu objeto é a prestação de serviços essenciais." [1] (g.n)

Complementando os ensinamentos supra referidos, no que concerne às prerrogativas da Administração Pública e as chamadas cláusulas exorbitantes, acentua a Professora Maria Sylvia Zanelaa Di Pietro[2]que: ***"são cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado".*** (g.n)

Neste sentido, temos que os limites eventualmente estabelecidos pelo legislador para a alteração dos contratos administrativos **devem ser acolhidos sob o prisma da persecução do que é melhor ao interesse público.**

Com efeito, não é controverso que o regime de direito público confere à **Administração o poder de permanentemente adequar o vínculo contratual ao *interesse público*, que se modifica, naturalmente, com o passar do tempo.**

É justamente para garantir a satisfação do interesse público que a Lei confere prerrogativas especiais para a Administração Pública dentro da relação contratual.

Tais prerrogativas autorizam a Administração a impor modificações nas prestações devidas em função das necessidades públicas, aplicar sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do ajuste, **modificar unilateralmente o contrato para correta adequação às finalidades de interesse público** e outras, sempre respeitando o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

De fato, a possibilidade de alteração dos contratos administrativos é prevista no ordenamento pátrio. Isto porque não pode a Administração

[1] GASPARINI, DIÓGENES – DIREITO ADMINISTRATIVO – 7ª EDIÇÃO – SARAIVA – SÃO PAULO, 2002. P. 524
[2] *IN* "DIREITO ADMINISTRATIVO", EDITORA ATLAS, 19ª EDIÇÃO. P. 273.

Pública ficar aprisionada aos acordos de vontade que firma, se o interesse público, do qual é gestora, reclamar outro comportamento.

Seria absurdo pensar em hipótese na qual o *interesse público* exija determinada alteração do instrumento contratual e esta simplesmente não pudesse ser implementada em face da "*imutabilidade do contrato pactuado*".

Quanto à questão, Cristiana Fortini, discorrendo sobre "As alterações contratuais: o desafio do intérprete", na obra "Licitações e Contratos Administrativos – Aspectos Relevantes"[3] defende que: ***"O interesse público não é estanque. Para concretizá-lo, cumpre adotar medidas que se alteram com o decorrer do tempo. Se em dado momento a solução ótima para que tal interesse seja prestigiado esta no cumprimento de certa diligência, no momento seguinte é preciso outra estratégia, sob pena de não se alcançá-lo.***

(...)

Todavia, já se pacificou na doutrina a noção de que os contratos podem sofrer mutações após sua formalização, sempre que assim recomendar o interesse público." (g.n)

Nesse diapasão, a Prefeitura Municipal de Taubaté verificou a real necessidade de adequar os Contratos aos fins almejados, sendo necessária a celebração dos Termos de Aditamento que aqui se questiona. Ressalta-se que, a Municipalidade, em prestígio ao Princípio da Motivação, tratou de expor no processo administrativo licitatório as razões e motivos que ensejou o instrumento.

Do exposto, diante da necessidade de modificações quantitativas no objeto, a Municipalidade ao celebrar os Termos de Aditamento objetivou adequar a contratação ao atendimento dos fins públicos a que se destina o empreendimento, não havendo que se falar em falta de planejamento da administração.

b) Ofensa à ampla competitividade

Nesse item específico anota a fiscalização que a eleição do método/produto referido na Concorrência 01/13 sem as devidas justificativas técnicas acabou por restringir a competitividade do certame.

Inicialmente temos que esclarecer que o certame contou com diversos participantes e ampla competitividade, conforme comprova a Ata da sessão já constante dos autos (FLS. 2355/2356 DO ANEXO XII), **tendo havido 12 (doze) participantes e 08 (oito) empresas habilitadas,** dessas apenas uma foi inabilitada por ter apresentado atestado conforme exigido no edital e nenhuma delas recorreu da decisão da Comissão.

Ademais, a definição do objeto é discricionariedade da administração e foi devidamente justificada pelo setor técnico de engenharia da Municipalidade, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 84** em anexo.

No tocante ao Convite nº 13/13 aponta o relatório que no procedimento duas das quatro empresas participantes foram inabilitadas. Apesar disso, ao reabrir o certame a administração convocou as mesmas anteriormente chamadas, sem oportunizar a participação de outras empresas do ramo.

A Municipalidade ao repetir o certame, nos termos da Lei nº 8.666/93, convidou as mesmas anteriormente convidadas acrescendo mais uma nova empresa **(DOC. 85)**, ao contrário do afirmado pela d. fiscalização, não havendo irregularidade nesse procedimento.

c) Falha na precisão do objeto a ser licitado

A fiscalização anota ainda em relação ao Convite nº 13/13 que houve falha na descrição dos serviços licitados.

[3] EDITORA FÓRUM – 2ª EDIÇÃO, P. 23

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

A respeito dessa questão cumpre-nos esclarecer que inicialmente o Memorial descritivo foi extraviado. Por esse motivo a comissão o solicitou à Secretaria de Finanças, que re-encaminhou através do Memorando mencionado pela fiscalização, onde consta a completa descrição dos serviços a serem executados **(DOC. 86),** sanando, dessa forma, a suposta falha apontada.

E mais, ao contrário do alegado, referido ajuste permitiu o atendimento de inúmeras necessidades e interesses da Municipalidade, que surgiram ao longo do exercício de 2014, especialmente em face do descritivo constante no item 6 do objeto (elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatização, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades), tendo a contratada comparecido praticamente semanalmente na Secretaria de Finanças durante o exercício "in examine".

Ademais, a alegada falta de precisão do objeto não impediu que a contratada tenha executado uma série de trabalhos solicitados pela Municipalidade, como os levantamentos efetuados para instrução do Projeto PMAT e também pelo suporte técnico em estudos e análise de natureza econômica e financeira necessários à elaboração de consultas e projetos para obtenção de recursos de fontes externas.

d) Terceirização de atividades da Administração

Em relação à Carta Convite nº 15/13, cujo objeto era a contratação de empresa para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana, visando atender a exigências do Ministério das Cidades.

Conforme verifica-se do **DOCUMENTO Nº 87** em anexo, tratou-se de projetos bastante complexos e que possuíam normas e regras específicas e, ao contrário do que afirma a fiscalização, a Municipalidade não possuía pessoal qualificado para

elabora-los, não tendo como se exigir que a Administração Pública tenha em seu Quadro de Servidor, Profissional com esta especialização.

Com isso, o critério utilizado foi o da economicidade, posto que não há sentido a Administração utilizar do concurso público para um cargo com essas especialidades, cujo salário seria em patamar elevado, observando ainda, que não se trata de um serviço contínuo, mas sim de um estudo específico que foi satisfatoriamente realizado.

O mesmo se diz no tocante à Carta Convite nº 13/13 e a TP 11/14 **(DOC. 88)** que diz respeito a projetos específicos a serem desenvolvidos, não representando de maneira alguma terceirização de atividade-fim da administração e sim serviços pontuais.

e) Ausência de comprovação da entrega dos convites

Nesse particular aponta que nas cartas convites analisadas (15/13 e 13/13) não constam a comprovação efetiva da entrega dos convites às empresas selecionadas estando anexado apenas os comprovantes de envio de e-mail.

A Municipalidade realiza pouquíssimas cartas convites e muitas vezes embora solicitado no e-mail, as empresas convidadas sequer o respondem. Contudo, já no exercício de 2015 tal procedimento foi alterado conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 89** em anexo, restando totalmente regularizada tal questão.

f) Desvinculação ao Instrumento Convocatório

Aponta nesse item a ocorrência do Pregão nº 27/14 no qual acabou por ter sido assinado contrato em dissonância com a previsão do edital no tocante ao prazo de entrega.

O que ocorreu aqui foi que se utilizou por equívoco a primeira versão da minuta de contrato constante do edital. Contudo tal falha possui natureza meramente

formal, vez que não houve prejuízo ao Município, tendo sido a entrega realizada em período até menor do que trinta dias e a garantia estendida para 12 meses **(DOC. 90).**

A empresa contratada também não se sentiu prejudicada vez que assinou o ajuste e o cumpriu regularmente, não tendo tal falha o condão de macular as presentes contas.

g) Falhas na formalização das Dispensas e Inexigibilidades

Apontam os d. agentes de fiscalização a existência alguns vívios no tocante a justificativas de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme a seguir esclareceremos.

Acerca da Dispensa 09/14, reclama a falta de especificação de quais servidoras realizariam o curso contratado. Sanando tal apontamento, segue como **DOCUMENTO Nº 91** a declaração da contratada atestando a participação das servidoras Renata Lanziloti dos Reis Barbosa e Odila Maria Sanches no referido curso.

Em relação a Inexigibilidade nº 04/14 que diz respeito a contratação de serviços de tabelionato de registro de imóveis títulos e documentos (cartório) reclama a d. fiscalização que constava da requisição a contratação também de cópias reprográficas, o que não seria cabível.

Contudo, conforme verifica-se do **DOCUMENTO Nº 92** em anexo a d. Procuradoria do Município em seu parecer já havia alertado acerca de tal impossibilidade, não tendo na ordem de serviço constado a contratação das cópias. Aliás, ao final nada foi gasto a esse título, conforme comprova a anulação do empenho também anexado no mesmo documento **(DOC. 92, novamente)**.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

No tocante Inexigibilidade nº 07/14 que trata do fornecimento de créditos de vale transporte, apontou a fiscalização que houve empenho em atraso, sendo tal falha verificada pela administração que abriu sindicância para apurar os fatos.

Assim, segue em anexo o **DOCUMENTO Nº 93** que trás a conclusão da referida sindicância, onde foi constatada a ausência de má-fe e se procedeu advertência aos responsáveis para que falhas da espécie não mais ocorram, sob pena de aplicação de falhas mais severas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 01/90.

Apontou também a fiscalização, a ocorrência de alguns equívocos na contratação de profissionais do setor artístico.

A título de exemplo citou a Inexigibilidade 20/14 – Três Tenores Brasileiros, na qual reclama que a empresa LEGATO EVENTOS MUSICAIS LTDA., não seria empresária exclusiva dos artistas contratados.

Conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 94** em anexo a referida empresa é sim representante dos Três Tenores Brasileiros, tendo firmado contratos em diversos locais em nome deles, não havendo, por isso, qualquer irregularidade na contratação.

A mesma irregularidade foi apontada em relação a Inexigibilidade nº 17/14, na qual a empresa QUASE CINEMA PRODUTORA LTDA. não seria empresária exclusiva da artista Valéria Guglietti.

Com a devida vênia dessa anotação, a referida empresa é sim produtora teatral conforme verifica-se de seu contrato social e seu cartão de CNPJ **(DOC. 95),** sendo possível portanto sua contratação, por inexigibilidade para referido espetáculo. Ademais, a mesma empresa já firmou diversos outros contratos com o Poder Público para apresentações culturais, inclusive representando legalmente outros artistas **(DOC. 96).**

Nesse item apenas apontou a d. auditoria que a Prefeitura "não realizou negociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS, estando em fase de estudos".

Trata-se de matéria bastante controvertida e a renegociação não é de fácil aplicação, vez que envolve diversas peculiaridades em relação aos fornecedores e aos contratos em que ela será aplicada. Contudo, a Municipalidade determinou que fossem realizados estudos por parte da área de auditoria, bem como o levantamento de todos os ajustes, o que demanda tempo conclusão e que gera muitas vezes até inviabilidade na mencionada negociação.

C.2.2 – CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO:

a) Ausência de publicação na imprensa oficial:

Anotou-se que a publicação dos contratos não ocorreu junto a imprensa oficial, citando como exemplo diversas páginas dos anexos, conforme verifica-se às fls. 97 do relatório.

Ao analisar referidas folhas dos autos verifica-se que tratam exatamente de publicações de diversos ajustes junto à imprensa oficial do Município, motivo pelo qual causou-nos estranheza a anotação da d. auditoria, cabendo aqui os mesmos esclarecimentos já anteriormente prestados quando da anotação da inexistência de publicação das inexigibilidades **(VIDE DOC. 100, NOVAMENTE).**

b) Ausência de aplicação das sanções cabíveis:

Anota a fiscalização nesse item que através do Processo nº 11055/14 a Prefeitura Municipal contratou a empresa MILAFLEX INDÚSTRIA E

Reclama ainda a fiscalização a falta de justificativa de preços nos processos de Inexigibilidade nº 01,13, 17 e 18/14.

Acerca da matéria, cumpre-nos esclarecer que conforme Orientação Normativa da AGU Nº 17/09 **(DOC. 97)** a pesquisa de preços em casos de inexigibilidade, ao contrário do afirmado pela fiscalização, deve ser sim realizada com o mesmo profissional em comparação a outros contratos que firmou com outros entes ou com particulares, a fim de demonstrar se o preço cobrado é aquele praticado pelo mercado. E foi o que se fez.

Contudo, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 98** em anexo, em todos as contratações pagou-se o preço praticado no mercado, sendo que em algumas vezes não há parâmetros exatos de comparação por tratarem de apresentações artísticas sendo umas delas artista internacional (Inexigibilidade 17/14), mas sempre se pagou valores módicos se comparados à grandiosidade dos eventos.

Por fim, anotou-se que em nenhum dos processos de dispensa ou inexigibilidade ocorreu a publicação dos atos na imprensa oficial – Docs. Fls. 2045/2978 dos anexos XI ao XV.

Causou-nos estranheza essa afirmação vez que ao analisarmos referidas folhas dos autos verifica-se que nelas constam as publicações das dispensas e inexigibilidades e que ora anexamos novamente como **DOCUMENTO Nº 99**.

Ademais, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 100** em anexo, a Empresa Jornalística de Taubaté e Região – Diário de Taubaté é exatamente o jornal contratado (vencedor da licitação) para prestação de serviços de publicação de Atos Oficiais da Municipalidade, não sendo portanto cabível qualquer apontamento de irregularidade nesse particular.

C.2 – CONTRATOS:

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

COMÉRCIO DE MÓVFEIS E EQUIPAMENTO LTDA., para a entrega de mobiliário em 90 dias. Assim, embora a referida empresa tenha atrasado a entrega e a Prefeitura emitido duas notificações não se localizou nenhuma penalização à empresa.

Embora a empresa tenha entregue os referidos móveis, conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 101)** a Prefeitura está dando andamento ao processo de penalização da empresa, em atendimento inclusive ao parecer da Procuradora Jurídica do Município que opina pela aplicação de advertência e multa moratória para a contratada.

No tocante ao Processo nº 25045/14, que trata da contratação da empresa LETHUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., temos a esclarecer que conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 102)** todas as pendências foram devidamente solucionadas pela empresa estando o sistema totalmente em funcionamento. Ademais, os atrasos se deram também por alterações solicitadas pela própria Municipalidade, motivo pela qual não há que se falar em aplicação de penalidades à contratada.

c) Sucessivas prorrogações de prazo:

A anotação constante nesse tópico é de que: "analisando os processos selecionados, constatamos a excessiva realização de Termos de aditamento aos contratos firmados pela origem".

O primeiro deles diz respeito a Tomada de Preços 11/14. Apesar de terem ocorridos algumas prorrogações, todas elas necessárias e devidamente justificadas nos autos do processo às fls. 110 do relatório ***a própria fiscalização atesta a regularidade na execução contratual.***

No tocante ao Pregão 432/14, as prorrogações foram devidamente justificadas nos autos e se deram em razão da necessidade de levantamentos minuciosos em

todos os postos de trabalho da Prefeitura, tendo ao final o serviço sido concluído a contento **(DOC. 103)**, o que não causou qualquer prejuízo à administração.

d) Falha na fiscalização da execução contratual:

Acerca da questão citam os agentes de fiscalização a dispensa 04/14, onde teria ocorrido demora entre o início da obra e o termo de recebimento definitivo, denotando falha de acompanhamento da Administração.

Não houve atraso algum na execução da referida obra que realmente era urgente, sendo que as explicações da demora de emissão do termo de recebimento definitivo constam do memorando expedido pela Secretaria de Obras do Município **(DOC. 104).**

C.2.3 – EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Das avenças em execução a fiscalização verificou as seguintes:

- Contrato s/nº - Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços (Concorrência 02/11).

Com relação ao Contrato celebrado com a empresa Amabile para execução de obras para adequação da EMEF Marlene Miranda anotou diversos problemas na execução das obras, embora já tenham sido provisória e definitivamente recebidas pelo Município.

Verificando-se todas as datas constantes do relatório, pode-se notar que se trata de processo ***totalmente realizado pela administração anterior, sobre o qual o ora peticionário não possui qualquer responsabilidade***.

Contudo, após a anotação da fiscalização dessa C. Corte a Municipalidade não se manteve inerte, notificando a empresa para que tomasse as devidas

providências para as correções necessárias. Até a presente data a empresa não se manifestou e a Secretaria de Obras do Município irá levantar os custos dos serviços não executados e passíveis de correção e notificar a empresa para ressarcir os prejuízos causados ao erário **(DOC. 105)**.

- Contrato s/nº - Valguará Industria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda. (Carta convite 15/11).

Com relação ao Contrato celebrado com a empresa Valguará verifica-se que também trata de processo ***totalmente realizado pela administração anterior, sobre o qual o ora peticionário não possui qualquer responsabilidade***.

A atual administração, conforme demonstra o **DOC. 106** não possui também condições de atestar a correta execução do ajuste já que não constavam os locais onde seriam executados os serviços.

- Contrato s/nº - Alexandre Danelli Engenharia e Construções Ltda. (Concorrência 05/13).

No tocante as prorrogações de prazo do ajuste em referência temos a esclarecer que conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 107** em anexo as mesmas se deram em razão do aditamento de alguns serviços de adequação da obra, necessários ao bom funcionamento das atividades escolares no prédio e também em decorrência do atraso ocorrido nas interligações das redes de ágia e esgoto motivado pela SABESP, não tendo, no entanto, referido atraso causado nenhum prejuízo ao Município.

- Contrato s/nº - Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda. (Convite 13/13).

A respeito da execução do presente ajuste, como já dissemos anteriormente o mesmo foi satisfatoriamente executado, tendo atendido diversas demandas da Secretaria Municipal de Finanças. Contudo, a d. agente de fiscalização, aponta que pelos documentos anexados apenas se comprovava um dos itens previstos no objeto do contrato.

Segue em anexo como **DOC. 108** todas as ordens de pagamento do presente ajuste, nas quais se encontram mensalmente relatórios das atividades desenvolvidas, sendo devidamente atestado pela Diretora do Departamento de Contabilidade a correta prestação dos serviços.

Diante dessa documentação comprovado está que improcede a anotação do relatório, sendo esse contrato de extrema utilidade e importância para a administração.

- Contrato s/nº - Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços (Tomada de Preços 14/14).

Acerca da questão apontada pela fiscalização o engenheiro responsável pela obra assim se manifestou: "*a instalação do condutor vertical que recepciona a água da chuva foi executada sem a colocação da curva de 90º, visando melhorar o escoamento das águas, bem como evitar um possível entupimento da mesma e também colocado por fora do pilar a fim de facilitar os serviços de manutenção e reparos caso necessários*" **(DOC. 109).**

Ademais, mesmo que exista alguma irregularidade nos itens licitações e contratos, o que admite-se apenas para fins de argumentação, tal questão não pode macular as contas em comento, conforme preconiza a jurisprudência desse E. Tribunal, conforme decisões exaradas nos TCS 1130/026/11; TC – 2078/026/13 e 1695/026/13.

D.1.1 – LIVROS E REGSTROS:

Neste tópico, a fiscalização apenas reitera o constatado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino) e B.4 (Precatórios).

Neste tópico, a fiscalização apenas reitera o apontado nos mencionados tópicos, onde foram apresentadas as justificativas pertinentes para demonstrar a inexistência de falhas capazes de comprometer a aprovação das Contas Anuais em exame.

D.2 – FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

Neste tópico, a auditoria reitera o apontado nos itens B.l.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B. 3.1 (Ensino), B.5.3.1 (Gasto com combustível) e 8.6 (Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais) deste relatório, onde foram constatadas divergências entre os dados informados pela Prefeitura e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Como se observa, a fiscalização apenas reitera os apontamentos realizados nos referidos tópicos, onde foram apresentadas as justificativas pertinentes para demonstrar a regularidade dos atos praticados pelo Executivo de Taubaté.

D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL:

Cargos em Comissão:

Neste tópico, inicialmente, a auditoria verificou que no exercício de 2014 foram nomeados 45 servidores para cargos em comissão, sendo 03 deles para cargos que não possuem características de direção, chefia e assessoramento, quais sejam: Coordenador de Atividades Teatrais, Secretária do Prefeito e Coordenador de Artes Plásticas.

Referidos cargos, Exa., foram criados em 21 de dezembro de 2010, conforme Lei 236/10. Quando o requerente assumiu a Chefia do poder Executivo, tais cargos já constavam do quadro de pessoal, de modo que o requerente não participou da constituição dos mesmos.

Sob outra vertente, deve a Corte de Contas verificar que enquanto não extintos por norma legal cogente, poderiam tais atividades ser preenchidas por meio de servidores comissionados, havendo, portanto, respeito ao princípio da legalidade.

Quanto as denominações atribuídas aos referidos cargos, as mesmas **buscaram e visaram atender a exigência** contida no artigo 37, V, da C.F., ou seja, assessoria, direção e chefia, posto que tais funções estão caracterizadas pelo elemento fidúcia em relação a quem o nomeia, não comportando estipulação de carga horária fixa.

O art. 37 da Constituição Federal, que desenha com alto grau de detalhes a estrutura da administração pública brasileira e de seus agentes, estabelece o princípio da **eficiência** como um dos princípios fundamentais a serem obedecidos.

Ora, a obediência a esse princípio inicia-se com os critérios adotados pela administração na escolha de seus agentes. No caso dos cargos de comissão, **o critério é o da confiança que a autoridade competente deposita no indicado para o cargo**. Tal confiança decorre da discricionariedade que a autoridade competente tem de julgar a capacidade e a idoneidade de determinada pessoa para ocupar funções de confiança.

Observe-se, o que disse Hely Lopes Meirelles:

> "*cargo em comissão é o que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas o seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função*"

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, *caput*, estabelece regramentos destinados à Administração Pública, nos seguintes termos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

O inciso V do artigo 37 da Carta Maior oferece os balizamentos para a efetivação do acesso através dos denominados cargos em comissão:

"V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e ***os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;"*** *(grifo nosso)*

Dessa forma, claro e evidente que os agentes públicos, enquanto praticam atos circunscritos às atribuições do cargo que ocupa, estão agindo no interesse público.

Necessário, assim, assegurar o direito do agente público, ocupante de cargo em comissão, de praticar todos os atos que lhes sejam legalmente atribuídos em razão do cargo, sem que haja ingerências descabidas de entidade de classe, como também garantir o direito da Administração Pública de nomear seus servidores para cargo em comissão atendendo tão somente às exigências da lei.

O professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, em sua obra "Comentários à Constituição Brasileira de 1998", volume I, Editora Saraiva, assim preleciona:

"***Cargos em comissão***. *Constituem cargos em comissão todos aqueles cujo preenchimento deve depender da confiança do nomeante para o bom andamento da*

administração. São, por isso, ditos também cargos de confiança. Tais cargos ***são aqueles pelos quais se transmitem as diretrizes políticas****, para a execução administrativa. Cumpre a seus titulares levar adiante essas linhas de ação, precisá-las em instruções se for o caso e fiscalizar a sua fiel execução. Conforme é de bom senso, essas funções não serão bem exercidas por quem não estiver convencido de seu acerto, não partilhar da mesma visão política."*

Os cargos em comissão identificados pelo agente fiscalizador, compreendem assim, **nas atividades de direção e assessoramento, a serem desenvolvidas por ocupantes nomeados pelo critério da confiança do Agente Público ou do Agente Político**, motivo pelo qual entendemos ser cabível a reconsideração do r. entendimento daquela Corte.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os cargos de provimento em comissão (cujo provimento dispensa concurso público) são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, a qual também pode exonerar *ad nutum*, isto é, livremente, quem os esteja titularizando. É aquele predisposto, ou vocacionado, a ser preenchido por um ocupante transitório, da confiança da autoridade que o nomeou e que nele permanecerá enquanto dela gozar.

Hely Lopes Meirelles define cargo em comissão como *"aquele que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função".*

E mais, com relação às atribuições, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, destaca que os cargos em comissão **implicam no exercício de atribuições a serem confiadas a pessoas de absoluta confiança das autoridades superiores,** especialmente dos

agentes políticos, pois constituem os canais de transmissão das diretrizes políticas, para a execução administrativa.

Não é qualquer plexo unitário de competências que reclama seja confiado o seu exercício a esta ou aquela pessoa, a dedo escolhida, merecedora da absoluta confiança da autoridade superior, mas apenas aqueles que, dada a natureza das atribuições a serem exercidos pelos seus titulares, justificam exigir-se deles não apenas o dever elementar de lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servirem, comum a todos os funcionários, como também um comprometimento político, uma fidelidade às diretrizes estabelecidas pelos agentes políticos, uma lealdade pessoal à autoridade superior (Marcio Cammarosano).

Dessa forma, Exa., não há que se atribuir qualquer irregularidade quanto aos cargos comissionados mencionados pela auditoria.

Férias Vencidas:

A auditoria verificou extensa relação de servidores da Prefeitura Municipal de Taubaté com mais de um período de férias vencidas e não gozadas, contrariando o artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

A situação mencionada pela auditoria foi verificada pela Prefeitura de Taubaté através da Ordem Interna nº 157/14, na qual restou determinado que as respectivas secretarias deveriam elaborar planilha visando o saneamento desta situação, sem prejuízo ao serviço prestado.

Neste sentido, resta esclarecido que a atual Administração buscou e tem buscado soluções para eliminar as pendências herdadas da gestão anterior, fato que demanda certo lapso temporal para que não ocorra solução de continuidade dos serviços públicos internos.

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Cessão de Servidores e Despesa de Pessoal:

A fiscalização detectou a cessão de 41 servidores para prestação de serviços nos mais diversos órgãos públicos, sendo que com relação aos servidores cedidos para a Câmara Municipal de Taubaté e para o 2° SubAgrupamento de Incêndio não foram disponibilizados os Termos de Convênio firmados, verificando-se, ainda, a ausência de portaria de cessão para a servidora Glorimar de Fátima Maciel.

Ainda quanto a cessão de servidores, a fiscalização destacou que 30 (trinta) dos servidores cedidos ocupam o cargo de Escriturário, para o qual foram criadas 100 (cem) novas vagas através da LC nº 351/2014, sendo que no exercício de 2014 foram admitidos 18 (dezoito) escriturários temporários, permitindo a conclusão de que a cessão de servidores efetivos para outros órgãos se contrapõe com a necessidade reiterada da Prefeitura Municipal em contratar temporariamente outros funcionários para o mesmo cargo, para suprir a demanda de serviço.

Sobre o tema, convém informar que cessão de servidores a outros órgãos/entidade afigura-se, por equiparação, à contribuição para o custeio de despesas nos termos do artigo 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo permitida a cessão.

Anote-se que o referido diploma disciplinou duas condicionantes para a efetiva cessão, a saber, autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como a celebração de convênio, acordo, etc;

Existe autorização na LDO para que o Município assuma despesas decorrentes de convênio, com a autorização legislativa constante no artigo 56, XIII da Lei Orgânica do Município.

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Contemplou a LOA as despesas de pessoal e encargos relativos aos vencimentos dos servidores da Secretaria de Negócios Jurídicos atualmente cedidos ao Poder Judiciário.

Assim, a cessão de servidores para o Tribunal de Justiça atende as disposições legais e decorre de convênio firmado entre o referido Tribunal e o Município, nos termos do disposto no artigo 237 da LC 001/90, tratando-se de ato discricionário e precário, passível de revogação a qualquer momento, por quaisquer das partes, vez se encontrar sujeito aos juízos de oportunidade e conveniência entre os acordantes.

Aludida cooperação visa unir forças para atender a grande demanda junto aos cartórios judiciais no atendimento dos interesses dos munícipes taubateanos, inclusive interesses do próprio Município, de forma que, estejam referidos servidores desenvolvendo suas funções nos diversos setores da Prefeitura ou nos citados cartórios, o serviço público estará sendo desenvolvido e a comunidade beneficiada.

Contratação Temporária:

Acerca da contratação temporária, a fiscalização observou que a Prefeitura de Taubaté vem por reiterados exercícios admitindo servidores provisórios para cargos de provimento efetivo, sem comprovar a necessidade transitória de excepcional interesse público, pressuposto constitucional desse tipo de contratação, consoante artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Relativamente ao exercício de 2014, verificou a admissão de 162 temporários, sem a apresentação das justificativas para essas admissões, descaracterizando as excepcionalidades legais.

Para os cargos de Assistente Social, Braçal, Dentista, Enfermeiro, Médico Especialista, Servente e Técnico de Prótese Dentária, observou-se a admissão de

servidores sob a modalidade de concurso público e Tempo Determinado, não sendo apresentada, contudo, justificativa para a contratação temporária, já que existe concurso público em andamento.

Em primeiro plano, deve ser consignado que as admissões temporárias serão analisadas em autos próprios, onde será demonstrado a regularidade dos atos praticados pelo Executivo de Taubaté.

Em que pese, desde já, deve a Corte de Contas verificar que todos os atos de admissão de pessoal por tempo determinado foram precedidos de procedimentos seletivos e foram devidamente justificados, conforme se extraí das solicitações/justificativas expedidos pelas Secretarias Municipais **(DOCUMENTO Nº 110)**.

São diversos os motivos que resultam nas contratações temporárias, dentre os quais, destaca-se: falta, afastamentos por doenças, licenças, pedidos de demissões, entre outros que foram previamente justificados e devidamente autorizados, não revelando nenhuma falha capaz de macular as contas anuais em exame.

Diárias:

Quando da análise das diárias pagas no exercício de 2014, a auditoria constatou o desvio de função de alguns dos servidores selecionados na amostragem, posto que apesar de ocuparem cargos diversos, eles desempenharam a função de motorista na condução de pacientes para tratamento médico fora do Município. Destacou-se a existência de cargo específico de Motorista no quadro de pessoal, bem como a contratação de temporários para o desempenho dessa função.

Em virtude do Decreto nº 13123, de 26 de setembro de 2013, dispor sobre a permissão de dirigir veículos oficiais somente para servidores efetivos e comissionados, bem como levando em conta que o Tratamento Fora do Domicílio (TFD),

decorrente do grande número de pacientes, ser efetivado por motoristas com vínculo precário (celetista), ocorreram algumas autorizações para incluir os mesmos na lista de funcionários aptos a receber diárias de viagem.

Horas Extras:

Aqui, a fiscalização analisou as relações de horas extras fornecidas pela Prefeitura de Taubaté e constatou uma excessiva jornada extraordinária realizada pelos servidores municipais, ultrapassando, inclusive, os limites diários permitidos pela legislação, conforme evidenciado o quadro de fls. 120 do relatório.

Em situações esporádicas, tais como a necessidade de cobertura de férias de outros servidores, plantões médicos e rotinas de final de ano, viagens longas pelos motoristas, foi necessário extrapolar o limite legal de horas extraordinárias, o que, todavia, se deu somente em situações totalmente justificáveis.

Convém esclarecer que os trabalhadores assim agiram somente nos casos comprovadamente excepcionais e mediante prévia autorização.

As horas extras foram realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias executantes, sendo autorizadas pelos secretários de cada pasta, cada qual tendo como justificativa a extrema necessidade dos serviços, sendo as mesmas apontadas mensalmente nos pontos dos servidores com a anuência desses Secretários.

Assim, a realização das horas extras se justifica pelos motivos relacionados acima, bem como, por tratar-se de serviços de urgência e emergência, sendo imprescindível a presença dos servidores.

Esta Administração tem dado constantes recomendações aos Secretários Municipais durante as reuniões periódicas, assim como enviado circulares,

orientando sobre os limites estabelecidos para as horas extras, e ultimamente proibindo as de finais de semana, destacando ter delegado a todos os senhores secretários a rigorosidade no controle das mesmas.

Ademais, Excelência, em consonância com o entendimento desse E. Tribunal, a questão de pagamentos de horas extras não é empecilho à aprovação das contas, apresentando apenas recomendação, conforme consta dos processos TC – 2861/026/03; TC – 2785/026/02; TC – 3120/026/03; 2603/026/05; TC 3386/026/05.

D.4 – DENÚNCIA, REPRESENTAÇÕES E EXPEDIENTES:

A fiscalização analisou o expediente TC-551/026/15, que trata do encaminhamento de cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26, através do qual requisitou da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008) nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente, decorrentes da decretação de irregularidades pela Advocacia Geral da União em face do pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Anotou que a Prefeitura de Taubaté, apesar de ter instaurado o processo administrativo nº 65334/14, não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento dos referidos valores, pois mesmo após reiterações por parte da fiscalização, o Executivo sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do município.

Sobre tal assunto, reporta-se aos esclarecimentos prestados no tópico B.1.6 – Dívida Ativa, onde restou demonstrada a inscrição dos valores na dívida ativa, bem como as ações judiciais existentes que versam sobre essa questão (vide documento nº 36).

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

D.5 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

Neste tópico final, a auditoria constatou o não atendimento à Lei Orgânica, pois a Prefeitura de Taubaté não entregou documentação requisitada prejudicando sobremaneira os trabalhos da fiscalização, conforme verificado no item "D.4" deste relatório.

Reitera-se o esclarecido o tópico anterior (D.4)

Por fim, considerando os dois últimos exercícios apreciados, a fiscalização verificou que, em 2014, a Prefeitura descumpriu algumas das recomendações deste Tribunal, conforme quadro de fls. 124 do relatório.

Como esclarecido e demonstrado anteriormente, a grande maioria das falhas apontadas pela equipe de auditoria não procedem, motivo pelo qual não se pode falar em reincidência.

Ademais, deve a Corte de Contas observar que esta Administração atendeu quase a integralidade das recomendações desse Sodalício, restando apenas algumas que, ao final de 2014, estavam em vias de atendimento.

Registre-se que a Prefeitura Municipal, nesta Administração, sempre se esforçou ao máximo para atender à lei orgânica, instruções e recomendações desse E. Tribunal, sendo que para os raros casos em que esta praxe não foi observada, o fato se deu por absoluta impossibilidade de cumpri-las cabalmente.

Do mais, se alguma falha persiste neste item é possível extrair das decisões desse E. Tribunal que esta não tem o condão de macular as contas ora examinadas, podendo ser levada para o campo das recomendações (vide processos TC – 3373/026/06, TC – 3501/026/06, TC – 2096/026/07. TC – 2075/026/07, TC – 2065/026/07, dentre outros).

Diante da análise das anotações da ilustre auditoria, bem como das alegações de defesa trazidas ao conhecimento desse Egrégio Tribunal, não há outra conclusão a se extrair senão a de que as Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté estão aptas a receberem o beneplácito dessa Colenda Corte, mesmo porque, como visto anteriormente, este Executivo está em posição bastante favorável em relação aos pontos tidos como cruciais da Administração Pública, aplicando os mínimos legais na saúde, educação, assim como apresentado equilíbrio nos aspectos contábeis.

A situação econômico-financeira do Poder Executivo de Taubaté é satisfatória, não havendo pagamento a maior aos agentes políticos, sendo os encargos sociais devidamente recolhidos.

Com isso, podemos concluir que as supostas falhas que por essa E. Corte venham a ser apuradas, tratar-se-ão de meras irregularidades formais, as quais não influenciaram na Administração do Município de Taubaté, não tendo ocasionado nenhum prejuízo aos cofres públicos, nem mesmo aos administrados, impossíveis, portanto, de macular todo o exercício financeiro de 2014, merecendo, quando muito, eventuais recomendações.

Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência seja emitido **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Exercício de 2014 da

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Prefeitura Municipal de Taubaté, haja vista que foi dado integral atendimento aos pontos tidos como cruciais em qualquer Administração Pública.

Nestes termos,
pede deferimento.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2016.

Flávia Maria Palavéri
OAB/SP nº 137.889

Clayton Machado Valério da Silva
OAB/SP nº 212.125

ENTRADA NA ATJ EM 03 / 02 / 16

Segue fls. 248/269
ATJ.

248

TC-000563/026/14
248

PIB fica estagnado em 2014, com alta de 0,1%, pior resultado desde 2009

PEDRO SOARES
DO RIO

27/03/2015 09h03 - Atualizado às 10h54

Compartilhar t g+ li 184 OUVIR O TEXTO Mais opções

O PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, ficou estagnado em 2014, com ligeira expansão de 0,1%, para R$ 5,52 trilhões. Trata-se do mais fraco resultado desde a retração de 0,2%, registrada em 2009, em meio à crise global.

PUBLICIDADE

O resultado é inferior ao de 2013, revisado para cima em 2,7% pelo IBGE –os dados apontavam para alta de 2,5% no período originalmente. As informações foram apresentadas na manhã desta sexta-feira pelo IBGE.

De acordo com o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos e com declaração da Prefeitura (fls. 789/790 do Anexo IV), não foram realizadas despesas vinculadas a tais ingressos em 2015.

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2014	Abr 2015	Ago 2015	Dez 2015
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	408.914.680,57	406.555.551,98	407.293.307,57	
Inclusões da Fiscalização - B		3.359.053,85	5.419.508,85	
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		409.914.605,83	412.712.816,42	-
Receita Corrente Líquida - E	750.666.886,30	756.084.790,63	774.098.287,78	
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		756.084.790,63	774.098.287,78	-
% Gasto Informado A/E	54,47%	53,77%	52,62%	
% Gasto Ajustado - D/H		54,22%	53,32%	#DIV/0!

Preliminarmente, destacamos que o valor dos gastos de pessoal e da receita corrente líquida de 2014 foram apurados pela fiscalização ordinária no TC-563/026/14.

Em relação ao exercício de 2015, consideramos em nossa análise as informações extraídas do Sistema Audesp, as quais apresentam divergências em relação aos dados encaminhados pela origem.

A título de informação, os dados da Prefeitura indicam despesas de pessoal, no 2° quadrimestre de 2015, da ordem de R$408.716.642,45, o que representa 51,69% da receita corrente líquida apurada pelo órgão (fl. 795 do Anexo IV). Tais valores divergem do Sistema Audesp, de acordo com o qual, antes dos ajustes realizados pela Fiscalização, os gastos de pessoal eram da ordem de R$407.293.307,57, ou seja, 52,62% de tal receita (fls. 793/794 do Anexo IV). As diferenças serão explicadas adiante, no subitem "a".

Após os ajustes, tais gastos passaram a corresponder a 54,22% no 1° quadrimestre de 2015, acima, portanto, do limite de despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já no 2° quadrimestre, a despesa de pessoal foi da ordem de 53,32% da receita corrente líquida, excedendo 95% do limite

b) Ajustes efetuados pela fiscalização

Ajustes	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	TOTAL
Convênio Creches – Processo nº 34982/13	1.862.024,00	2.018.314,12	3.880.338,12
Convênio Monitores – Processo nº 8116/13	597.894,85	0,00	597.894,85
Convênio Creches – Processo nº 30811/15	0,00	427.551,76	427.551,76
Convênio Monitores – Processo nº 1763/15	0,00	1.751.510,47	1.751.510,47
Recibo de Pagamento a Autônomos - RPA	899.135,00	0,00	899.135,00
Terceirização de serviços - Milclean	0,00	1.222.132,50	1.222.132,50
TOTAL	**3.359.053,85**	**5.419.508,85**	**8.778.562,70**

b.1) Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos

1° Quadrimestre de 2015: R$ 899.135,00

Mediante pesquisa no Sistema Audesp, identificamos até o 2° quadrimestre de 2015 despesas com pagamento de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA, empenhadas no subelemento 33903635 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, no valor total de R$ 899.135,00 (fls. 803/805 do Anexo V).

Tal prática advém de exercícios anteriores, tendo inclusive aumentado, apenas considerando os dois primeiros quadrimestres de 2015, 8,47% em relação a todo o exercício de 2014.

Entendemos que tais dispêndios devem compor o gasto com pessoal do órgão e, por este motivo, procedemos ao ajuste.

b.2) Pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU

1° Quadrimestre de 2015: R$ 2.459.918,85
2° Quadrimestre de 2015: R$ 4.197.376,35

Conforme discorrido no item B.5.3, "b", deste relatório, apuramos despesas de pessoal, no valor de R$6.657.295,20, englobadas nos valores pagos por meio de convênio firmado com a UNITAU cuja execução foi transferida para a FUST - Fundação Universitária de Taubaté. O quadro a seguir especifica os valores transferidos e pagos a título de recursos humanos.

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 3º Quadrimestre / 2015 Município: Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**808.243.593,77**	**100,0000 %**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	423.767.815,77	52,4307 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	436.451.540,64	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	414.628.963,60	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-56.515.819,39	-6,9924 %
Limite Legal (art.s 3° e 4° Res. 40 Senado)	969.892.312,52	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9° Res. 43 Senado)	177.813.590,63	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Período	7.409.033,48	0,9167 %
Limite Legal (inc. I art. 7° Res. 43 Senado)	129.318.975,00	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	56.577.051,56	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.07

B.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1 ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 27,88% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

	Valores (R$)	
Receitas	537.002.341,65	
Ajustes da fiscalização	-	
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	**537.002.341,65**	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	72.169.913,11	
Transferências recebidas	148.040.532,76	
Receitas de aplicações financeiras	1.680.488,57	
Ajustes da fiscalização		
Total de Receitas do FUNDEB - T.R.F.	149.721.021,33	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	104.897.575,67	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Magistério (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo 60%)	104.897.575,67	70,06%
Demais Despesas	43.676.023,67	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Demais Despesas (40%)	- 2.933.063,49	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo 40%)	40.742.960,18	27,21%
Total aplicado no FUNDEB	145.640.535,85	97,27%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	77.525.864,89	
(+) FUNDEB Retido	72.169.913,11	
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras	1.325.422,42	
(-) FUNDEB Retido e não Aplicado no Retorno	-	
Aplicação até 31.12.2013 (art. 212)	**148.370.355,58**	27,63%
(+)Fundeb: parcela da retenção de [ ] Aplicado 1º trim/2014		
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31.01.2014	1.872.408,85	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Recursos Próprios	- 5.528.509,72	
Aplicação Final na Educação Básica	**140.969.437,01**	26,25%

Planejamento Atualizado do Ensino	
Receita Prevista Atualizada	560.626.409,84
Despesa Fixada Atualizada	153.855.577,00
Índice Apurado	27,44%

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.07

Demais disso, verificamos que, relativamente ao Fundeb, empregou o Município 70,06% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

B.3.1.1 Ajustes da Fiscalização

Inclusões	Recursos Próprios	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
Total das inclusões	-	-	-
Pessoal em desvio de função (salário/encargos)	1.218.965,24	-	-
Despesas com Ensino Médio	-	-	-
Despesas com Ensino Superior	-	-	-
Outras Despesas não amparadas no art. 70 da LDB	4.309.544,48	-	2.933.063,49
Restos a Pagar não quitados até 31.01.14	1.872.408,85	-	-
Outras	-	-	-
Total das exclusões	**7.400.918,57**	**-**	**2.933.063,49**
Total dos ajustes [Inclusões (-) Exclusões]	**(7.400.918,57)**	**-**	**(2.933.063,49)**
Informações adicionais			
RP quitados entre 1/2/2014 e a fiscalização	835.337,21	-	-
Saldo de RP não quitados até a fiscalização	962.498,29	-	-

Restos a Pagar quitados até 31/03/2014.....R$ 5.450.219,80

- **AJUSTES: FUNDEB – Demais Despesas – 40%**
  Total: R$2.933.063,49
  - R$147.500,00 de dispêndios referentes à execução de obras para a execução de padrão elétrico para a Gráfica Municipal e para o galpão de armazenamento de materiais de ensino fundamental (docs. às fls. 532/536 do Anexo III). Tais gastos não se qualificam na hipótese inclusiva do art. 70, II, da Lei nº 9.394/96, por se tratarem de serviços que servem a vários setores da Administração e não se referem exclusivamente ao desenvolvimento e manutenção do ensino.
  - R$139.963,49 referentes a convênios entre a Prefeitura e O Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Trata-se de convênios para estágio de estudantes nas Secretarias e Departamentos da Municipalidade, bem como no Poder Judiciário da Comarca de Taubaté, nele compreendidas as Varas e Distribuição do Fórum Trabalhista, as Varas do Fórum Cível e a Vara da Fazenda da Fazenda Pública. Ora, se os alunos poderão realizar estágio em qualquer órgão

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

Processo: TC 0563/026/14.
Interessado: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Assuntos: Lei de Responsabilidade Fiscal – DESPESA DE PESSOAL; Aplicação dos Recursos Vinculados – ENSINO.
Exercício: 2014.
Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo.

Senhora Assessora Procuradora – Chefe,

Em atendimento a r. determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator (fl. 134), passamos a nos manifestar sobre os resultados apontados no laudo da fiscalização "*in loco*", no item "B.2 – Lei de Responsabilidade Fiscal", subitem "B.2.2 – Despesa de Pessoal" e no item "*B.3 – Aplicação dos Recursos Vinculados*", subitem "*B.3.1 – Ensino*":

I) DESPESA DE PESSOAL:

À fl. 43 do relatório da fiscalização consta que no exercício em exame o Poder Executivo despendeu **56,76%** da Receita Corrente Líquida - RCL com seu pessoal, portanto em desconformidade com o limite fixado no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (54%):

O índice de gasto com pessoal acima do limite preceituado na Lei Fiscal foi obtido após o órgão instrutivo efetuar os seguintes ajustes:

a) Universidade de Taubaté – UNITAÚ:

a.1) Receita Corrente Líquida – RCL: Acréscimo da Receita da Universidade de Taubaté - UNITAÚ, no valor de **R$140.735.648,03**, por entender que a análise do Município deveria ser realizada como um todo, englobando a Prefeitura e os demais órgãos pertencentes a tal Poder, nisto incluindo a Universidade de Taubaté, elevando a RCL de R$750.666.886,30 para R$891.402.534,33.

a.2) Despesa com Pessoal : Acréscimo da Despesa com Pessoal da Universidade de Taubaté - UNITAÚ, no valor de **R$97.016.131,27**, pelas mesmas razões acima comentadas;

b) Demais inclusões no total de R$5.712.719,61 assim composto:

b.1) R$828.892,00: despesas com pagamentos de Profissionais Autônomos, empenhadas sob o Elemento "33903635 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional", considerando tratar de terceirização da mão de obra;

b.2) R$4.883.827,61: valores pagos à UNITAÚ mediante convênios, com a execução do objeto transferida à Fundação FUST, por entender que o objeto pactuado correspondeu a serviços de responsabilidade da administração direta municipal.

c) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial:

Além dos ajustes supra mencionados, a fiscalização também efetuou apontamentos quanto à Lei Complementar n. 355, de 10/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté.

Sobre esta questão a unidade fiscalizadora detalhou às fls. 45/48 que houve a reclassificação de despesas empenhadas no elemento de despesa "3.1.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária – despesa de pessoal", para o elemento "3.3.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", no montante de **R$5.810.909,63**, mediante anulação de dotações relativas às despesas de pessoal, resultando, no seu entender, na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal.

Justificativas da Origem (Despesa com Pessoal - fls. 183/199).

Sobre o tema, o defendente discorda dos ajustes levados a efeito na instrução da matéria, tanto em relação à Receita Corrente Líquida como no tocante ao acréscimo na Despesa de Pessoal, nos termos a seguir comentados:

I.1) Universidade de Taubaté – UNITAU
Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal:

Em oportunidades passadas, mais precisamente nos Processos TC-2961/026/10 (Contas Anuais de 2010 da Prefeitura Municipal de Taubaté) e TC-1433/026/11 (Contas Anuais de 2011), nos manifestarmos sobre questão semelhante, ocasião em que a Origem já havia esclarecido que a Universidade de Taubaté - UNITAU não integra o orçamento fiscal e da seguridade social do Município, eis que a Universidade, criada pela Lei Municipal n. 1.498/74, é uma autarquia municipal autônoma, com recursos próprios e administração patrimonial e financeira independente da Prefeitura.

Informou que não é uma autarquia ou fundação dependente da Prefeitura, ou subvencionada por ela, mas é um ente

público independente, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

À época, com fulcro em pesquisa realizada por ocasião da análise do Processo TC-2961/026/10, constatamos a veracidade das informações prestadas pelo defendente, de que o Município não repassava recursos à UNITAÚ, sendo que a grande parte das arrecadações da Universidade advinha das "Anuidades" de seus alunos. Assim, a UNITAU obtém, em decorrência de sua finalidade, recursos necessários ao seu próprio custeio.

Os esclarecimentos acima suscitados foram mantidos no presente feito consoante se verifica das justificativas encartadas às fls. 184/187, dando conta, em síntese, de que:

- A UNITAU foi criada pela Lei 1498/74, autarquia municipal educacional em regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar;

- Referida autarquia, apesar de criada por lei municipal, nunca valeu de verbas públicas municipais para sua manutenção, sendo, durante os mais de quarenta anos de sua existência, mantida pela própria arrecadação que promove com a cobrança de mensalidades dos alunos;

- Ao contrário do alegado pela fiscalização, o fato da municipalidade ter repassado recursos à UNITAU, mediante convênio, não tira em momento algum a característica da autonomia financeira da Universidade, vez que tal repasse não é para a manutenção da UNITAU, mas sim como contrapartida de instrumentos jurídicos (convênios) firmados entre as partes que dizem respeito à execução de projetos específicos;

- Os gastos de pessoal da Universidade não podem ser somados aos da Prefeitura porque não se trata de descentralização vez que a educação de nível superior não é atribuição constitucional direcionada aos Municípios. A figura da Universidade, como autarquia municipal de regime especial, quando de sua criação, se deu de uma forma que a evolução da entidade permitiu sua absoluta desvinculação do ente criador, com total autonomia financeira, administrativa e organizacional, sendo que nos últimos 40 anos não houve qualquer repasse financeiro para manutenção da Universidade;

- A UNITAU assemelha-se, neste particular, a uma empresa estatal não dependente, eis que apesar de criada pelo ente público, deste não recebe qualquer subsídio ou repasse financeiro.

A fim de corroborar suas alegações, à fl. 186 transcreveu trecho específico do despacho proferido pelo Eminente Relator do Processo TC-02041/326/01 (Acessório 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal - Exercício de 2001), tratando da informação de que a UNITAU possui orçamento independente da Prefeitura, embasado, principalmente, no fato de inexistirem repasses de verbas por parte da Municipalidade à Autarquia de regime especial, que mais se assemelha a uma empresa estatal não dependente. Processo aprovado quando se discutia a exclusão dos gastos de pessoal da UNITAU;

- Finalizando, o defensor salientou que é natural que a maioria dos gastos da UNITAÚ seja com pessoal, vez que se trata de instituição de ensino e, portanto, sua mão de obra representa o grande volume de seus dispêndios, de modo que mesmo que a Prefeitura tivesse que diminuir seus gastos, para amoldar-se ao percentual legal, uma vez somando aos gastos da UNITAU isso ficaria impossível, porquanto o Prefeito não possui ingerência alguma (seja administrativa, seja financeira) sobre os gastos da Universidade.

Prosseguindo, passamos demonstrar a composição da Receita da UNITAU extraída do documento encartado à fl. 556 do Anexo III, tendo em vista que essa entidade não está compreendida em nosso Sistema AUDESP:

Receita Patrimonial	4.254.092,51
Receita de Serviços	108.839.737,45
Transferências Correntes	14.678.269,96
Outras Receitas Correntes	12.963.548,11
Total	**140.735.648,03**

Nota-se que grande parte da arrecadação advém dos serviços, compostos pelas anuidades, inscrições em vestibulares, cursos de pós-graduação, etc.

Destaca-se, ainda, que a fiscalização consignou que fora repassado pela Prefeitura à UNITAU o valor de R$4.883.827,61 objetivando o pagamento de monitores decorrente da execução de convênios firmados com a Prefeitura[1]. Entretanto, a despesa total com pessoal da Universidade somou R$97.016.131,27, corroborando a informação de que a UNITAU não dependeu de repasses municipais para o custeio de seu pessoal.

Em face do apontado, mantendo a linha interpretativa desta Assessoria Técnica consignada nos exercícios

[1] Repasses mediante convênios comentados adiante: subitem "I.3" desta manifestação.

de 2010 (TC-2961/026/10) e 2011 (TC-1433/026/11), sugerimos que tanto a Receita Corrente (R$140.735.648,03) como a Despesa de Pessoal da UNITAU (R$97.016.131,27), não sejam consideradas na apuração do percentual da "Despesa de Pessoal" do Executivo de Taubaté.

Por derradeiro, julgamos oportuno destacar que não deparamos com registros que pudessem indicar que tanto as receitas e como as despesas da UNITAU compuseram em algum momento os cálculos da taxa da Despesa de Pessoal do Poder Executivo de Taubaté.

I.2) Dispêndios através de Recibo de Pagamento de Autônomos - RPA (acréscimo de R$828.892,00):

Com base em pesquisa realizada no Sistema AUDESP, a unidade fiscalizadora identificou em 2014 despesas com pagamentos de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomos – RPA, empenhadas no subelemento "33903635 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional", no montante de R$828.892,00, motivando a inclusão de referido valor na taxa de "Despesa de Pessoal" em apreço.

Por sua vez, a Origem abordou este tema às fls. 187/190, informando que esses autônomos corresponderam a artistas que foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté após regular processo de credenciamento, para atender ao calendário cultural do Município, objetivando o atendimento a atividades-meio da Administração Pública e não substituição de servidores reservados à execução das atividades-fim do Poder Público.

Argumentou que não há subordinação dos artistas nem mesmo relação de emprego, inexistindo definição de salário, controle de faltas, controle de horas extraordinárias, entre outras fiscalizações inerentes ao cargo público.

De nossa parte, informamos que este mesmo ajuste foi objeto de apreciação nas Contas Anuais do exercício anterior, 2013 - Processo TC-2090/026/13.

Naqueles autos, esta Assessoria Técnica entendeu que os gastos com pessoal poderiam retornar aos números iniciais apresentados pela municipalidade, haja vista os esclarecimentos da Origem dando conta de que tais profissionais corresponderem a artistas cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté, convocados esporadicamente para atender o calendário cultural do Município, consoante destacado pela Origem à fl. 190.

Contudo, **nosso posicionamento não prevaleceu** nesta E. Corte de Contas, eis que por ocasião da emissão do respectivo Parecer foi mantido o acréscimo em comento, conforme se extrai dos registros a seguir transcritos:

> "Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho
> PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 24/11/15
> 44 TC-002090/026/13
> Prefeitura Municipal: Taubaté.
> Exercício: 2013.
> (...)
> 1. RELATÓRIO
>
> 1.1. Em apreciação, as CONTAS ANUAIS atinentes ao exercício de 2013, da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ.
> (...)
> *B.2.2 - DESPESA DE PESSOAL – o percentual de gasto com pessoal (**52,43%**) superou o previsto no artigo 22, § único da LRF; a Prefeitura não tomou providências para baixar o percentual ao receber alertas quanto à extrapolação do limite, **ajustes realizados nos Gastos com Pessoal, decorrentes da inclusão de valores despendidos com pagamentos de autônomos**;*
> *(...)*
> 2. VOTO
> 2.1. Contas anuais, pertinentes ao exercício de 2013, da Prefeitura Municipal de Taubaté.
> (...)
> 2.7. GASTOS COM PESSOAL
> Sobre as despesas com pessoal, Prefeitura ultrapassou nos 03 quadrimestres de 2013 o limite prudencial de 51,30% previsto no §único, do artigo 22, da LRF, encerrando o exercício, contudo, com gastos da espécie no patamar de **52,43%** da Receita Corrente Líquida.
> Não obstante o resultado final tenha se mantido dentro do limite máximo de 54%, o elevado gasto da espécie impõe a emissão de recomendação à Origem para que adote medidas de contingenciamento das despesas com pessoal."

Nota: Os números iniciais transmitidos ao Sistema AUDESP apontavam para a taxa de 52,36%, ajustada pela fiscalização para 52,43% após o acréscimo de R$536.117,39 decorrente de pagamentos de profissionais autônomos empenhados no elemento de despesa "33903600 – outros serviços terceiros – pessoa física".

Vale salientar, que no exercício em exame o defensor juntou sob o título Documento 40 (Anexo II do Expediente TC-4153/026/16), a relação de empenhos vinculados aos pagamentos dos autônomos; contudo, grande parte destes empenhos descreve a despesa apenas como "Prestação de Serviços – RPA" (R$673.406,70) e somente uma pequena parcela diz respeito à "Bolsa Auxílio Banda/Orquestra Sinfônica" (R$164.731,02), somando R$838.137,72.

Neste contexto, adotando como parâmetro mencionada decisão relativa ao exercício de 2013, bem como a ausência de documentos que efetivamente pudessem comprovar que a integralidade dos pagamentos mediante RPA destinaram-se aos artistas credenciados para eventos culturais, reiteramos o acréscimo efetuado pela fiscalização no montante de **R$828.892,00** correspondente aos valores despendidos com pagamentos de autônomos.

I.3) Pagamento de Pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU (acréscimo de R$4.883.827,61):

I.3.a) Convênio Creches – Processo 34982/13 = R$2.659.693,81;
Objeto: planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nos projetos;

I.3.b) Convênio Monitores – Processo 8116/13 = R$2.224.133,80.
Objeto: execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Os convênios em questão abrangem ajustes firmados entre a Prefeitura e a Universidade UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contratação de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Muito embora o termo de convênio tenha sido firmado com a UNITAU, a execução do objeto foi transferida para a Fundação Universitária de Taubaté – FUST.

Procurando desconstituir o acréscimo de referidos valores do percentual da Despesa com Pessoal, a Origem ofertou os seguintes esclarecimentos:

- A escolha do instrumento de convênio se deu como forma de colaboração pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente;

- Caso a responsabilidade para contratar fosse do Município, todo o processo de pessoal efetivo, estruturação e desenvolvimento das atividades, além de amis demorado, seria, certamente, exponencialmente mais onerosos aos cofres públicos e ainda assim não atenderia plenamente aos objetivos do projeto, colocando em risco a continuidade das ações socioeducativas em andamento no Município;

- A Prefeitura dispõe de quadro de pessoal efetivo que desenvolve as atividades-fim previstas no artigo 29 da LDB e firmou o

convênio com a UNITAU para assegurar que as atividades-meio também sejam desenvolvidas com eficiência;

- Com efeito, a contratação de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADI visa precipuamente a acolhimento das crianças de 0 a 5 anos, garantindo cuidados imprescindíveis ao desenvolvimento saudável das demais atividades postas em práticas pelo pessoal efetivo, estas diretamente relacionadas ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social;

- Diferentemente do apontado no relatório da fiscalização, os convênios analisados não foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal, mas sim para atender especificidades que devem ser observadas na prestação eficiente do serviço, portanto não merecem ser acrescidos às despesas de pessoal;

- Não seria responsável do ponto de vista fiscal a contratação de pessoal efetivo para ocupar cargos com atribuições rígidas definidas em lei, sendo que a necessidade da política pública de educação em questão, exige competência para desempenhar atribuições variadas que podem ser alteradas de acordo com a evolução do interesse dos alunos e que a demanda por tais serviços tende a reduzir;

- Por fim, o defensor epigrafou que tais gastos já constam do percentual de gastos com pessoal da Fundação da UNITAU e somá-los aos da Prefeitura seria o mesmo que computá-los em duplicidade, o que logicamente, no seu dizer, é inadmissível.

Entendimento desta Assessoria Técnica:

A princípio, julgamos apropriado salientar que sobre as ocorrências detalhadas no subitem "B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis Para Análise" - fls. 68/80, tratando dos convênios firmados com a UNITAU e executados pela Fundação FUST, questionando a cobrança de taxa de administração, ausência de metas objetivas, prestação de contas sem comprovação documental dos gastos no demonstrativo integral da receita e despesa, etc., melhor dirá a unidade congênere desta Assessoria Técnica.

Desse modo, a presente manifestação está restrita à análise da possibilidade ou não dos gastos com pessoal no montante de R$4.883.827,61 oriundos de tais convênios, serem computados na taxa da Despesa de Pessoal do Poder Executivo de Taubaté à luz do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sendo assim, relativamente a este aspecto, compartilhamos com o posicionamento da unidade fiscalizadora, igualmente opinando pela necessidade de acrescentarmos os pagamentos de pessoal por meio dos convênios firmados com a UNITAU na apuração da despesa com pessoal do Executivo Municipal.

Nota-se que o interessado procura fundamentar que as contratações decorrentes de referidos convênios objetivaram atender às atividades meio das unidades escolares e, assim, não deveriam integrar os gastos com pessoal. Entretanto, de outro norte afirma que tais despesas integraram a Despesa de Pessoal da Fundação da UNITAU.

Ora, se esses profissionais integram o quadro funcional da Fundação, porém são admitidos para efetivamente prestam serviços de forma exclusiva nas unidades escolares do Município, certamente os respectivos custos devem ser computados nos gastos do ente beneficiado (Prefeitura).

Fortalecendo o entendimento acima exposto, informamos que em pesquisa realizada na rede mundial de computadores, deparamos com o **Edital de Concurso Público FUST n. 04/2014**, objetivando atender unicamente ao **Convênio firmado entre a Prefeitura de Taubaté e a UNITAU, sob o regime da CLT**, disciplinando que as atribuições do emprego de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e do Auxiliar Técnico Administrativo, **serão executadas nas unidades escolares de Educação Básica do Município**, conforme transcrito:

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ

EDITAL FUST Nº 04/2014

A Fundação Universitária de Taubaté - FUST torna público que estarão abertas às inscrições para o Concurso Público para preenchimento dos empregos públicos especificados no QUADRO I, referente ao Convênio entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté, para o atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
O Concurso Público será regido pelas Instruções Especiais, parte integrante deste Edital, e sua organização e aplicação ficarão a cargo da EPTS - Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté.
Instruções Especiais

I - DOS EMPREGOS, DOS SALÁRIOS E DOS REQUISITOS MÍNIMOS

QUADRO I

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ

Cod.	Emprego	Vagas	Salário	Taxa de Inscrição	Requisitos Mínimos
01	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI)	310	R$ 1.015,00	R$ 30,00	1. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio. 2. Curso de aperfeiçoamento na área de educação ou experiência de 6 meses na área.
02	Auxiliar Técnico Administrativo (ATA)	62	R$ 750,00	R$ 20,00	1. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio. 2. Curso de Informática básico. 3. Experiência de 6 meses na área.

(...)
Taubaté, 08 de maio de 2014
Kátia Andraus Moutinho
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO
(...)
ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI):
Participar da execução da proposta pedagógica da escola; Atender os alunos em horário de entrada e saída dos períodos, intervalos de aulas, recreio e refeições, na higiene pessoal e locomoção, sempre que necessário, e nos horários estabelecidos pela equipe diretora; Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos; Zelar pela segurança e bem estar dos alunos; Proporcionar momentos de recreação as crianças; Informar a equipe diretora sobre as condutas dos alunos, comunicando ocorrências e eventuais enfermidades; Auxiliar os professores em aula, nas solicitações de material escolar ou de assistência aos alunos.

Auxiliar Técnico Administrativo (ATA)
Auxiliar na organização do expediente geral da Secretaria da Escola; Participar da execução da proposta pedagógica da escola; Auxiliar na elaboração da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; Auxiliar na recepção, emissão e registro de documentos da vida funcional e da escrituração escolar, assegurando o cumprimento de normas e prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pela equipe diretora; Orientar e prestar informações ao público; Auxiliar na elaboração do inventário anual dos bens patrimoniais existentes na escola; Informar à equipe diretora todos os atendimentos realizados na secretaria."

Em nossa ótica, a contabilização dessa despesa, no caso do Município que recebeu os profissionais admitidos pela Fundação FUST, mereceria ser realizada sob a rubrica correspondente ao "**ressarcimento de pessoal requisitado**", passando, assim, a integrar o grupo do gasto com pessoal.

Aludido esclarecimento pode ser extraído do "**Manual de Demonstrativos Fiscais – Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios - válido para o exercício de 2013 – 5ª Edição**", estendido para o exercício de 2014, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na parte que trata dos registros de gastos com o ensino (Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE) a seguir transcrito:

(Continuação)

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF DESTINADOS AO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (g)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (h)	% (i) = (h/g)x100
52- DESPESAS CORRENTES					
52.1- Pessoal e Encargos Sociais					
52.2- Juros e Encargos da Dívida					
52.3- Outras Despesas Correntes					
53- DESPESAS DE CAPITAL					
53.1- Investimentos					
53.2- Inversões Financeiras					
53.3- Amortização da Dívida					
54- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FCDF DESTINADOS AO ENSINO (52 + 53)					
55- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (37 +51 + 54)					

(. . .)

52.1- Pessoal e Encargos Sociais

Nessa linha, registrar as despesas com MDE de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Este mesmo "Manual" esclarece que no caso de pessoal requisitado entre órgãos e entidades, a despesa de pessoal será empenhada e executada pelo órgão requisitante, no caso concreto, a Prefeitura de Taubaté, de sorte que caso haja execução também pelo órgão cedente (Fundação FUST), este, ao receber o ressarcimento, deverá proceder a anulação da despesa correspondente, evitando, assim, que essa remuneração seja computada duplamente:

Nos casos de pessoal requisitado entre órgãos e entidades, a despesa de pessoal será empenhada e executada pelo órgão ou entidade requisitante. Caso haja empenho e execução tanto no órgão requisitante como no órgão cedente, este, ao receber o ressarcimento, deverá proceder à anulação da despesa e do empenho correspondente.[116] Se não houver ressarcimento, a despesa pertencerá ao órgão cedente.

Por todo o exposto, mantemos o acréscimo de **R$4.883.827,61**, aos gastos com pessoal do Executivo de Taubaté, decorrente de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU, com a execução transferida para a Fundação FUST[2].

I.4) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial:

Conforme destacamos inicialmente, além dos ajustes levados a efeito na apuração do percentual da Despesa de Pessoal, a fiscalização também efetuou apontamentos questionando a reclassificação de despesas empenhadas no elemento de despesa "3.1.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária – despesa de pessoal", para o elemento "3.3.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", no montante de **R$5.810.909,63**, mediante anulação de dotações relativas às despesas de pessoal, resultando, no seu entender, na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal.

Com a devida vênia, a nosso ver os procedimentos da Origem guardam conformidade com as orientações ofertadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que podem ser verificadas no documento denominado "Alinhamento Técnico e Pedagógico em Demonstrativos Fiscais – Despesa com Pessoal e Regime Próprio de Previdência Social", da Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação, estabelecendo que os aportes para cobertura de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência deverão ser classificados no elemento de despesa "**3– Outras Despesas Correntes**", conforme transcrito e negritado por nós:

> "São também receitas vinculadas ao RPPS as provenientes do aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, **devidamente registradas na contabilidade no elemento de despesa 97 – Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, conforme definido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19 de agosto de 2010**.
>
> No entanto, deve-se observar as regras contidas na Portaria MPS 746 de 27 de dezembro de 2011, que determina que os recursos provenientes desses aportes devem ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para a qual foram instituídos e devem permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 (cinco) anos.
>
> Ressalta-se que a Constituição Federal determina que os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. Para se promover o equilíbrio atuarial, a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 determina a necessidade de realização de

---

2 TC-1483/026/14: Balanço Geral de 2014 da Universidade de Taubaté – UNITAU: sentença do Excelentíssimo Senhor Auditor Valdenir Antonio Polizeli, proferida em 04/02/2016, com a seguinte determinação: "determino à Autarquia para que: a-) evite intermediar repasses relativos aos convênios firmados pela FUST com outros órgãos públicos, em atividades de interesse destes".

avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, estabelece formas de se promover o equilíbrio, sendo uma delas a elaboração de plano de amortização, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit.

O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13–Contribuições Patronais, vinculados ao grupo de natureza da despesa 1-Pessoal e Encargos Sociais, **e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento 97–Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, vinculados ao grupo de natureza da despesa 3–Outras Despesas Correntes**.

Fonte:http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/334814/6_Despesa_com_Pessoal_e_Regime_Pr%C3%B3prio_de_Previd%C3%AAncia_Social.pdf/27bd9218-24fb-4746-9a80-4b2181ca6343

Ante o exposto, a nosso ver poderá ser afastado o apontamento quanto ao estorno de despesas liquidadas e pagas concernentes ao aporte para cobertura de déficit atuarial, influenciando na apuração equivocada de deduções na Despesa de Pessoal.

I.5) Conclusão – Despesas com Pessoal:

Diante de todo o exposto, recepcionamos os cálculos das despesas com pessoal apresentados à fl. 41 do relatório da fiscalização, indicando que o Poder Executivo de Taubaté despendeu o equivalente a **54,47%** da Receita Corrente Líquida com pessoal, em desconformidade com o limite máximo de 54% disciplinado no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		381.870.595,12	405.490.507,82	408.914.680,57
Receita Corrente Líquida - E	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
% Gasto Informado A/E	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
% Gasto Ajustado - D/H		51,13%	54,79%	54,47%

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

I.6) Recondução dos Gastos com Pessoal (art. 23 LRF):

Em relação à recondução dos gastos com pessoal, destacamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina em seu artigo 23, que na hipótese da despesa total ultrapassar os limites por ela estabelecidos, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes:

> "Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição."

A mesma Lei Fiscal preceitua que o prazo em comento será duplicado no caso de crescimento baixo do PIB nacional no período correspondente aos 04 (quatro) últimos trimestres:

> Art. 66.Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.
> § 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.
> (...)
> § 3º Na hipótese do *caput*, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

Assim, de acordo com dados divulgados pelo IBGE o PIB brasileiro de 2014 cresceu 0,1% em relação ao ano anterior (doc. fl. 248), sendo que, casos como este - PIB inferior a 1% - aciona-se o disposto no artigo 66 da LRF, prevendo que os Poderes dupliquem os prazos de recondução aos limites de despesa total com pessoal.

No caso concreto, a taxa da despesa com pessoal acima do limite máximo disciplinado na Lei de Responsabilidade Fiscal restou apurada já no **2º quadrimestre** do exercício examinado, atingindo 54,79% (fl. 41).

Portanto, considerando a flexibilização à luz do artigo 66 da LRF, entendemos que o prazo para eliminação de 1/3 do excesso apurado no 2º quadrimestre/2014 seria estendido até abril/2015 (1º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite seria duplicado até dezembro/2015 (3º quadrimestre/2015):



* conforme demonstrativo de fl. 41 recepcionado por esta Assessoria Técnica;
** dados já ajustados pela fiscalização conforme TC-2655/026/15 (Período: Acompanhamento 2º Quadrimestre/2015) – fls. 249/250, sem considerar, entretanto, a receita e a despesa da Universidade UNITAU;
*** conforme dados disponibilizados no AUDESP, porém ainda não submetidos ao crivo da fiscalização – fl. 251.

Com efeito, a taxa excedente da despesa com pessoal do 2° quadrimestre/2014 (54,79%) **foi reduzida em pelo menos 1/3** no 1° quadrimestre/2015, eis que atingiu 54,22% quando poderia estar ao menos no patamar de 54,53%:

- Demonstrativo da redução de 1/3 do excedente apurado no 2° quadrimestre/2014: 54,79%: excedente 0,79%; 1/3 do excedente = 0,26%;
  54,79% (-) 0,26% = 54,53%

Todavia, o prazo duplicado para a eliminação total do excedente é o 3° quadrimestre/2015, sendo que nesse período, conforme dados disponibilizados no AUDESP, a taxa da despesa com pessoal figurou em **52,43%** (fl. 251), cabendo-nos salientar, contudo, que aludido índice não foi submetido ao crivo da fiscalização até a presente data.

II) ENSINO:

Conforme anotado no demonstrativo de fl. 49, após inspeção "in loco" a i. fiscalização apurou os seguintes índices da Educação:

- Aplicação no ensino (art. 212 da CF).....:	26,79% (mínimo 25%)
- Remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB:	70,33% (mínimo 60%)
- Total geral aplicado com recursos do FUNDEB .....:	100%

De nossa parte reiteramos os percentuais acima mencionados, com exceção daquele relativo à Educação Básica com Recursos Próprios (artigo 212 = 26,79%), eis que entendemos parcialmente procedentes o pedido da Origem, acolhendo nesta oportunidade os Restos a Pagar de 2013, quitados em 2014 a partir de 1° de fevereiro.

Sobre o tema, sugerimos apenas o acréscimo de R$835.537,21 validado pela inspeção "in loco à época", conforme se extrai da cópia do respectivo relatório (fls. 252/253), deixando de recepcionar o pedido ora formulado pelo defendente às fls. 202/203, na importância de R$1.515.982,71, porquanto o relatório analítico juntado como Documento n. 55 (Anexo III do Expediente TC-4153/026/16), não demonstra a data dos pagamentos ali relacionados, para que pudéssemos verificar o montante efetivamente quitado no período de 01/02/2014 a 31/12/2014.

II.1) Cálculo do Ensino ajustado por esta Assessoria:

Por todo o apontado, em nossa ótica os cálculos de aplicação das Despesas Próprias em Educação, consignados à fl. 35, passam a contar com a seguinte configuração:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Valores (R$)	
Receitas	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	**542.562.249,95**	**100%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
(+) FUNDEB Retido	69.825.077,68	
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras		
(-) FUNDEB Retido e não Aplicado no Retorno		
(=) Aplicação até 31.12.2014 (artigo 212, CF)	**153.885.564,07**	28,36%
(+) Saldo FUNDEB 31/12 ☐ Aplicado 1º trim/2015	-	
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31/01/2015	(2.705.317,46)	
(-) Outros ajustes da Fiscalização	(5.836.284,94)	
(+) Restos a Pagar de 2013, pagos no período de fevereiro a dezembro/2014, não computados naquele ano (2013)	**835.337,21**	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após análise da Defesa Prévia	**146.179.298,88**	**26,94%**

II.2) Conclusão – Ensino:

Diante de todo o exposto, a síntese de nossa manifestação acerca da aplicação no ensino é a que segue:

- **Artigo 212 da Constituição Federal**: O Município cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal, aplicando no ensino o equivalente a **26,94%** das receitas resultantes de impostos;

- **FUNDEB/Magistério (60%)**: Quanto ao FUNDEB, houve o atendimento ao artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, investindo **70,33%** na remuneração dos profissionais do magistério (fl. 49);

- **FUNDEB / Total aplicado**: O Município aplicou integralmente os recursos recebidos do FUNDEB em 2014 (**100%**), cumprindo o preceituado no artigo 21 da Lei Federal n. 11.494/2007 - fl. 49.

É o que submetemos à elevada consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 15 de março de 2016.

Fábio Calastri Nobre
Assessoria Técnica

DISTRIBUIÇÃO EM: ____/____/____

DEVOLUÇÃO EM: 16/03/10

Sdg
fls. 270/273

Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté.

O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR 7, encontra-se às fls. 18/131. Devidamente notificado, fl. 134, o responsável pelas contas apresentou suas alegações a partir da fl. 144.

Procedemos à análise dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do Município, tendo por base os dados contidos no relatório da fiscalização.

A Lei Orçamentária autorizou à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 7% da despesa total fixada (Item A.1).

O resultado da execução orçamentária da Administração Direta foi negativo em R$ 18.469.598,89 (-2,54%), pois a receita arrecadada de R$ 726.765.529,98 foi inferior a despesa executada ajustada de R$ 745.235.128,87 (Item B.1.1).

Ocorreu a abertura de créditos adicionais e a realização de transferência, remanejamento e/ou transposição de dotação orçamentária no valor de R$ 168.837.265,61, que correspondeu a 21,63% da despesa fixada inicial, e o Município realizou investimento correspondente a 9,32% da RCL (Item B.1.1).

Os resultados orçamentários dos últimos exercícios foram um superávit de 6,54% em 2013; déficit de 2,37% em 2012 e déficit de 0,06% em 2011 (Item B.1.1).

ENDEREÇO : Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 3292.3266 - INTERNET: www.tce.sp.gov.br

O déficit financeiro de R$ 9.065.005,53 em 2013 alterou para um superávit financeiro de R$ 26.494.600,01 em 2014 e o resultado econômico positivo em R$ 43.769.999,98 elevou a situação patrimonial (Item B.1.2).

O saldo da dívida de curto prazo reduziu de R$ 85.957.967,37 para R$ 85.137.341,98, sendo que a Prefeitura possuía liquidez frente aos seus compromissos de curto prazo (Item B.1.3). A dívida consolidada ajustada aumentou 29,56% (Item B.1.4).

Em relação à fiscalização das receitas, foram constatadas a regularidade nos lançamentos, cobranças e registros e o Município efetuou ato irregular de renúncia de receita desatendendo as prescrições do artigo 14 da LRF (Itens B.1.5 e B.1.5.1).

A fiscalização apurou que houve um aumento no estoque da dívida ativa de 20,70% e no exercício em exame ocorreu o cancelamento de R$ 7.593.549,81 a este título, sendo os processos analisados, por amostragem, e não foram constatadas irregularidades nas baixas (Item B.1.6).

No caso dos precatórios judiciais, o Município em 2014 depositou em conta específica o montante de R$ 7.628.178,29, dando atendimento à determinação da EC 62/09, e depositou ainda R$ 5.220.428,27, cumprindo o acordo firmado junto ao TJSP para quitação dos saldos remanescentes dos exercícios de 2010, 2011, 2012 e de 2013. Também pagou os requisitórios de baixa monta incidentes no período e o balanço patrimonial não registrou corretamente as pendências judiciais (Item B.4.1).

Verificamos que os pareceres das contas de 2013 e de 2011 foram favoráveis com recomendações e o parecer das contas de 2012 foi desfavorável (Item D.5.1).

ENDEREÇO : Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 3292.3266 - INTERNET: www.tce.sp.gov.br

Entendemos que os resultados contábeis, propriamente ditos (orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial), foram satisfatórios e mantiveram o equilíbrio das contas do Executivo Municipal em 2014, inclusive com a diminuição da dívida de curto prazo.

Apesar desta situação favorável, a fiscalização destacou algumas ocorrências na conclusão do seu bem elaborado relatório de fls. 125/131 (falhas na movimentação orçamentária; déficit orçamentário de R$ 18.469.598,89 ou 2,54%; abertura de créditos adicionais e a transferência, o remanejamento e a transposição de dotações correspondentes a 21,63% da despesa fixada inicial; resultado econômico 62,69% inferior ao exercício anterior; divergência entre os valores da divida flutuante constante na Prefeitura e o do Sistema AUDESP; aumento em 29,56% da dívida de longo prazo; pagamento insuficiente da dívida com a SABESP; renúncia de receita sem atendimento ao artigo 14, incisos I e II da LRF; diferença de saldo e falhas no controle da dívida ativa; divergência entre o valor do precatório judicial contabilizado pela Origem e o apurado pelo TJSP; ausência de empenho de valores repassados ao TJSP por meio de depósito judicial), que a nosso ver não macularam as contas num todo.

Verificamos detidamente as justificativas ofertadas a partir da fl. 144 e as cópias dos documentos anexados e entendemos que possam ser aceitos os esclarecimentos em relação ao déficit orçamentário, a queda no superávit econômico, o aumento da dívida de longo prazo, à divergência entre os valores da dívida flutuante constante na Prefeitura e o do Sistema AUDESP e as falhas e/ou divergências no item de precatório judicial.

Acreditamos que a próxima visita da fiscalização ao Município poderá verificar as regularizações anunciadas e ser recomendada à Origem, que aprimore seu planejamento com o intuito de que a efetiva alteração orçamentária seja aprimorada e com a estrita observação à legislação pertinente, que os apontamentos relativos à dívida ativa não se repitam e que novos parcelamentos com a SABESP sejam registrados na dívida do Município.

fls. 281

Diante do exposto, *exclusivamente* quanto aos itens ora verificados e sem embargo da análise dos tópicos do relatório pelas demais Assessorias, não vemos óbices contábeis para emissão de parecer sobre as contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 1° de julho de 2016.

Armando José Gonçalves

Assessoria Técnica

ENDEREÇO : Av. Rangel Pestana. 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 3292.3266 - INTERNET: www.tce.sp.gov.br

DISTRIBUIÇÃO EM: ___/___/___

DEVOLUÇÃO EM: 04/07/16

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período 1º Quadrimestre / 2016 **Município:** Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	835.097.665,41	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	424.597.180,91	50,8440 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	450.952.739,32	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	428.405.102,36	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-134.650.237,65	-16,1239 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	1.002.117.198,49	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	183.721.486,39	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Período	4.984.767,24	0,5969 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	133.615.626,47	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	58.456.836,58	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Processo: TC – 00563/026/14

Órgão: Prefeitura Municipal de Taubaté

Senhora Assessora Procuradora-Chefe:

Tratam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo em cumprimento a determinação constitucional.

Os trabalhos de inspeção "in loco" estiveram a cargo da Unidade Regional de São José dos Campos (U.R. – 7), que elaborou o relatório de fls. 18/131, demonstrando, de maneira pormenorizada, os procedimentos de gestão envolvendo os aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

No resumo constante do final do relatório (fls. 125/131) foram anotadas impropriedades em alguns itens.

Efetuada a notificação de fls. 134, o Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior (Prefeito), apresentou as justificativas de 135/247 e documentos constantes de Anexos.

É o relatório.

Conforme retificação de cálculos, demonstrada pelo Assessor especializado às fls. 268/269, o Município aplicou 26,94% da receita de impostos no ensino e 70,33% dos recursos advindos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério, atendendo respectivamente desta forma as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e inciso XII, do artigo 60 do ADCT.

Atendido, também, o disposto no artigo 21, da Lei Federal n° 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

A Prefeitura observou o estabelecido pelo § 1°, do artigo 77, do ADCT, com

aplicação de 25,79% da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde.

Acerca do item B.2.2 – Despesa com Pessoal (fls. 41/48). Embora as despesas com pessoal e reflexos tenham superado o limite estabelecido na alínea "b", inciso III, do artigo 20 da L.R.F., **correspondendo a 54,47% do total das receitas correntes (conforme retificação de cálculos, demonstrada pelo Assessor especializado às fls. 254/268), há considerar que houve a recondução desses valores nos 1°, 2° e 3° quadrimestres de 2015, e 1° quadrimestre de 2016,** em atenção ao disposto no artigo 23 conjugado com o artigo 66, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que a despesa com pessoal foi reduzida respectivamente para 54,22%, 53,32%, 52,43% e 50,84% nos citados quadrimestres **(conforme comprovam os documentos juntados às fls. 249, 251 e 274).**

Aproveito, ainda, a oportunidade para transcrever trecho do r. voto de desempate, proferido pelo E. Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, quando da apreciação das contas da Prefeitura Municipal de Potim, exercício de 2011, na sessão de 29/10/2014 (tratadas no TC – 1455/026/11) pelo E. Tribunal Pleno, conforme segue:

"No que interessa no caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 23, faculta 8 (oito) meses (2 quadrimestres) para ajustar a despesa de pessoal, feito isso pelo aumento da base de cálculo (receita corrente líquida) ou, na hipótese mais provável, mediante a redução do numerador: o gasto propriamente dito; isto, segundo os critérios do art. 169, da Constituição.

Em assim sendo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na parte permanente, excepciona o princípio da anualidade e, nesse contexto, os relatórios de gestão fiscal (RGF) permitem analisar, a cada quadrimestre, o ajuste vindouro do desvio registrado no exercício anterior.

Em resumo, se a disciplina financeira garante 8 (oito) meses (2 quadrimestres) para ajustes, não me parece que o Órgão de Controle, no caso, este Tribunal, considere determinante de rejeição esse desajuste digamos, momentâneo, tempo, ainda, há para a conformação da despesa laboral.

Do contrário, estará a Corte agindo em desacordo com prerrogativa aberta, de forma cristalina, pelo direito financeiro."

Nessa conformidade, proponho seja relevada a impropriedade.

Sobre o item B.4 - Despesas com Precatórios. De acordo com os informes de fls. 60/65, e a manifestação do Assessor preopinante (fls. 271), o Município não possuía dívidas de precatórios para pagamento no exercício. Cabe, todavia, recomendação para que seja efetuada a correta contabilização das pendências judiciais nas peças contábeis.

Os recolhimentos dos encargos sociais foram efetuados regularmente de uma forma geral, conforme item B.5.1 (fls. 65).

Referente ao item B.5.2 - Remuneração dos Agentes Políticos. Conforme fls. 65/66, não foram apontados pagamentos indevidos aos Agentes Políticos.

Relativo ao item B.7 - Transferências à Câmara (fls. 81). Os repasses ao Legislativo deram-se de forma regular, dentro do limite previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

Alusivo aos itens Multas de Trânsito e sua Aplicação, CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, e Royalties. A Fiscalização informa (fls. 59) que não encontrou indícios de irregularidades determinantes para a seleção/verificação dos referidos itens.

Sobre o item B.3.3.2 – Iluminação Pública. (o Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação da Resolução 414/10, e posteriores, da ANEEL). Considerando as justificativas de fls. 209, consubstanciando que, atualmente a Secretaria de Serviços Públicos está promovendo a avaliação da minuta do Termo de Transferência dos Ativos da Iluminação Pública, para posterior encaminhamento ao Chefe do Executivo, proponho seja relevada a impropriedade, sem embargo de que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame *in loco*, acompanhe o assunto.

Concernente ao item B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis para Análise (falta de informações nos Adiantamentos). Considerando as medidas corretivas anunciadas às fls. 211/212, sugiro

sejam relevados os óbices anotados. Especificamente sobre as anotações relativas aos Convênios (processos nºs 34982/13 e 8116/13) firmado com a Universidade de Taubaté – UNITAU, cumpre destacar que as matérias têm tratamento em autos próprios (TC – 979/007/14, 144/007/15).

Alusivo ao item C.1.1 – Falhas de Instrução (falhas no planejamento da Administração; ofensa à ampla competitividade; imprecisão do objeto a ser licitado; terceirização de atividades da Administração; falta de comprovação de entrega dos Convites; desvinculação do instrumento convocatório; e impropriedades nas formalização das dispensas e inexigibilidades). Os esclarecimentos e medidas anunciadas às fls. 220/229, descaracterizam ou justificam a contento as impropriedades anotadas. Assim, proponho sejam relevadas os óbices anotados, sem o embargo de recomendação para que a Origem, atente, de uma forma geral, para os ditames da Lei Federal nº 8.666/93.

Acerca do item C.2.3 – Execução Contratual. Em que pesem as justificativas ofertadas às fls. 232/234, sugiro que as execuções dos ajustes arrolados às fls. 100/110, sejam apreciadas em autos específicos nesta Casa.

Concernente aos demais aspectos econômicos e financeiros, o preopinante especializado (fls. 321/324) conclui pela emissão de Parecer favorável às contas ora em exame.

As demais impropriedades constantes do relatório da Fiscalização, ou já foram afastadas pelas providências adotadas, ou são formais, passíveis de recomendações para que a Origem promova as efetivas regularizações.

Conclusão

Pelo exposto, manifesto-me pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 21 de julho de 2016.

Rogério Loubet Pantaleão

Assessoria Técnica

DISTRIBUIÇÃO EM: 21/7/16

DEVOLUÇÃO EM: ___/___/___

SEGUE fls. 283

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC- 563/026/14

Senhor Conselheiro,

Submeto a Vossa Excelência os pareceres de fls. 254/282, no sentido da emissão de parecer **favorável** às contas anuais de 2014 da Prefeitura Municipal de **Taubaté.**

Acrescento às citadas manifestações proposta de recomendação ao Prefeito para que: estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências/remanejamentos/transposições condicionado à inflação projetada para o período, de acordo com o Comunicado SDG n.º 29/10; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; observe as determinações dos incisos I a V, do parágrafo único, do artigo 22 e do artigo 23 ambos da LRF, em relação aos gastos com Pessoal.

Ao Ministério Público de Contas, conforme determinação no r. Despacho de fls. 134.

A.T.J., em 21 de julho de 2016.

RAQUEL ORTIGOSA BUENO
Assessora Procuradora – Chefe

WTCS/r

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP 01017-906 – PABX 3292-3266

Recebido por Silvio Ianati
MPC-SP, em 22/7/16

Juntados as fls. 284 e 285.

Recebido por Gerson Medolago
MPC-SP, em 08/08/16

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº: TC-563/026/14
Órgão: Prefeitura Municipal de Taubaté
Assunto: Contas anuais
Exercício: 2014

Em exame, nos termos do art. 71, inc. I c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, inc. XIII da Constituição Estadual, e art. 2º, inc. II da LCE 709/93, prestação anual de contas da administração financeira da Prefeitura Municipal em epígrafe.

D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL

Anotou a Fiscalização, que o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal conta com cargos em comissão com atribuições que não coadunam com os cargos de direção, chefia e assessoramento, consoante o disposto no art. 37, V, da CF.

Garantido o contraditório e a ampla defesa, o Gestor Municipal apresentou as alegações que entendeu pertinente.

Estipula o art. 115, inc. V, da Constituição Paulista (espelhando o art. 37, inc. V, da CF) que o cargo em comissão destina-se apenas às atribuições de "direção, chefia e assessoramento". Tem por finalidade propiciar ao governante o controle das diretrizes políticas traçadas, exigindo, portanto, das pessoas indicadas a titularizá-los, absoluta fidelidade à orientação fixada pela autoridade nomeante. Em outras palavras, o cargo de provimento em comissão está diretamente ligado ao dever de lealdade à linha fixada pelo agente político superior, não se prestando à criação de postos comuns, com atribuições estritamente técnicas ou profissionais.

A criação de cargo em comissão em moldes artificiais e não condizentes com as praxes de nosso ordenamento jurídico e administrativo, só pode ser encarada como inaceitável esvaziamento da exigência constitucional de concurso. A via democrática do concurso público é a regra republicana consagrada no Pacto Federativo de 1988 e a reserva de cargos a serem providos pela livre escolha do transitório detentor de mando é exceção a ser observada com prudência e modicidade. O subjetivismo da escolha deve ser substituído pela objetividade do mérito.

Vale mencionar elucidativo julgado do Tribunal de Justiça paulista a respeito:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Criação de cargos em comissão para funções que se não enquadram na exceção ao concurso público. A regra geral é o concurso público, aberto a todos e aferidor de qualidades profissionais e mérito. O provimento em comissão é exceção que não pode ser dilargada, pena de se malferir o princípio fundante da moralidade administrativa. Ação direta procedente.

INCONSTITUCIONALIDADE. Cargos técnicos destinados a provimento em comissão. Funções que reclamam competência técnica a ser aferida em seleção por mérito, própria a concurso público. Vulneração ao artigo 37, incisos II e V da CF/88 e ao artigo 115, incisos II e V da Constituição Paulista de 1989. Precedentes do STF e do TJSP. Ação direta procedente." (TJ/SP, Órgão Especial, ADI nº 0279537-81.2011.8.26.0000, Rel. Des. Renato Nalini, j. 04/04/2012, v.u.)

Neste ponto, saliente-se que a Primeira Câmara, em sessão de 09 de setembro de 2014, emitiu parecer desfavorável a aprovação das contas e determinou que a próxima fiscalização atestasse a implementação das medidas anunciadas quanto ao quadro de pessoal e bens patrimoniais – TC-1607/026/12, veja-se:

"Caberá ao Órgão de Fiscalização, quando da próxima inspeção "in loco", verificar a efetiva implementação das medidas anunciadas nas razões de defesa de fls.64/98, especialmente quanto aos itens Quadro de Pessoal e Bens Patrimoniais."

Av. Rangel Pestana, 315 - São Paulo - SP - CEP 01017-906
www.tce.sp.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, com o fito de prevenir a repetição da ocorrência defeituosa verificada, é pertinente que a Justiça de Contas, na forma do art. 35 da LCE 709/93, expeça **DETERMINAÇÃO** para que o **Executivo** em exame realize adequações no seu quadro de pessoal, excluindo cargo em comissão com funções de servidor permanente, conferindo atribuições aos cargos em comissão, conforme o descrito no inciso V, art. 37 da CF.

Com efeito, o *Parquet* de Contas, no exercício de sua função constitucional de *custos legis,* observada a adequação da instrução processual, com o respeito das garantias do contraditório e da ampla defesa e, considerando principalmente a boa-fé do gestor em reconhecer os erros e se prontificar para corrigi-los, opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL, COM RESSALVAS,** das contas do Executivo em exame, ressaltando a necessidade da expedição da determinação constante no corpo do parecer e das seguintes recomendações:

1. **A.1** – aprimore o plano de mobilidade urbana, a fim de atender todos os requisitos dispostos no art. 24 da lei 12.587/12;
2. **A.2** – para que a próxima auditoria ordinária ateste a veracidade do noticiado pelo defendente, quanto ao total cumprimento da lei de acesso a informação;
3. **B.1.1, B.1.3, B.1.4, B.1.6, B.3.1, B.4.1.1, B.5.3.1 e B.6** - adote medidas eficazes para regularizar as divergências/inconsistências apontadas nas peças contábeis, bem como nas informações enviadas ao sistema Audesp, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil;
4. **B.2.2 –** observe com rigor o disposto no art. 20, inc. III, alínea 'b' da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao limite para a realização das despesas de pessoal (obs.: A ATJ anotou que o Executivo reduziu os gastos com pessoal nos quadrimestres subsequentes, sendo que, no 3° quadr./15 a taxa de despesa com pessoal ficou em 52,42% da RCL – fls. 267/268) ;
5. **B.8 –** observe com rigor os prazos das exigibilidades das ordens cronológicas de pagamentos;
6. **C.1 e C.2** - observe com rigor dos ditames da Lei Federal n° 8.666/93, bem como as Jurisprudências e Sumulas da Corte Paulista de Contas, no tocante as despesas realizadas através de procedimento licitatório ou através de compra direta;
7. **D.1.1** – envide esforços para sanar as falhas anotadas nos livros e registros;
8. **D.2** – alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1° da LRF e art. 83 da Lei Federal 4.320/64), observando o Comunicado SDG 34/2009;
9. **D.3.1** - para que a próxima fiscalização *in* loco verifique a implementação das medidas adotadas no tocante ao servidores com férias vencidas;
10. **D.3.1** – promova as devidas adequações no seu quadro de pessoal, bem como realize de concurso público para provimento de cargos para os quais houve designação de servidores para exercício de atividades em desvio de função, sem caracterização de situação emergencial;
11. **D.3.1** – verifique as reais necessidades para o pagamento de horas extraordinárias, bem como promova um melhor controle das horas extraordinárias de seus servidores;
1. **D.5** – atenda as recomendações e Instruções do Tribunal, sob pena de, no caso de reincidência sistemática no descumprimento de normas legais, ter suas contas rejeitadas, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104 da LCE 709/93.

É o parecer que ofertamos como *custos legis.*

São Paulo, 8 de agosto de 2016.

RENATA CONSTANTE CESTARI
Procuradora do Ministério Público de Contas

CPB

R. Jo em 09 / 08 / 2016
no Ridson Estanislau Bezerra
Por Luiz RR nº 9307

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

286

PROCESSO - TC Nº:	563/026/14

1. NOME: Diego X. Delfino
2. CPF 381.240.218-45 RG: 39.307.051-7
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.: 137
5. ENDEREÇO: Augusta Nº: 257
6. CIDADE: SP CEP:
7. TELEFONE/RAMAL: (11) 3257-4512 EMAIL:

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS .*( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSóRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 11 / 8 / 2016

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 11 / 08 / 2016

FUNCIONARIO DO CARTORIO

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 - Prédio Sede - Centro - SP - CEP 01017-906
PABX: 3292-3266 - RAMAIS: 3519, 3655, 3527



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DIEGO XAVIER DELFINO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
39307051 SSP/SP

CPF
381.246.218-45

DATA NASCIMENTO
06/03/1996

FILIAÇÃO
MATIAS DELFINO
ELIANA APARECIDA XAVIE R DELFINO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06323781300

VALIDADE
24/05/2019

1ª HABILITAÇÃO
17/03/2015

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
12550587 97

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

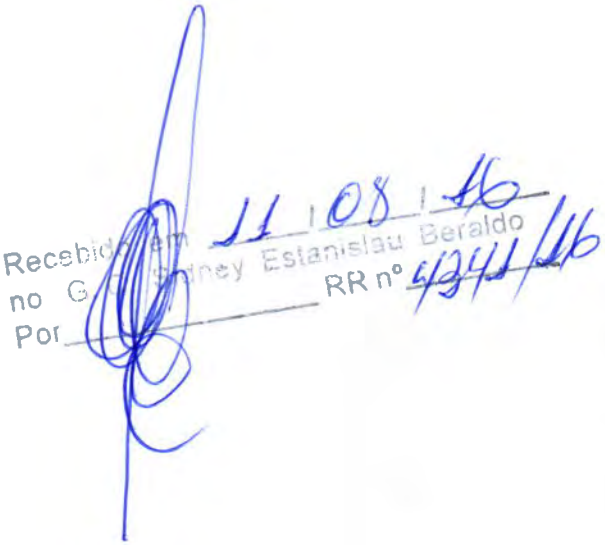
DATA EMISSÃO
01/04/2016

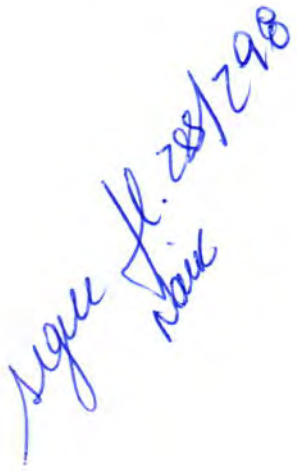
Neiva Aparecida Duflete Rodrigues Presidente Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR

31685781690
SP738597287

DETRAN SP (SAO PAULO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
12550587 97


Recebido em 11/08/16
no GAB. Sidney Estanislau Beraldo
Por RR nº 4341/16



O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

fl. 288

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 1433/026/11 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2011**

Decisão de 03/09/2013

Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 14/09/2013

Decisão de 01/10/2014

Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 15/11/2014

Decisão com Trânsito em Julgado em 24/11/2014

Página 1 de 1

Volta para a página anterior.

TOTAL DE PROCESSOS: 1

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER
TC-001433/026/11

Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2011.
Prefeito: Roberto Pereira Peixoto.
Advogado: Anthero Mendes Pereira.
Acompanham: TC-001433/126/11 e Expedientes: TC-019583/026/11 e TC-013923/026/12.
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalizada por: UR-14 - DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 - DSF-II.

Execução Orçamentária: *Déficit de 0,06% - R$ 358.862,84* ***Aplicação no Ensino:*** *24,60%* ***Magistério:*** *70,84%* ***FUNDEB:*** *100%* ***Despesas com pessoal:*** *57,14%* ***Aplicação na Saúde:*** *23,67%* ***Remuneração dos Agentes Políticos:*** *em ordem.*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 03 de setembro de 2013, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Eduardo Ramalho, em face das falhas constatadas nos autos, indicadas no voto do Relator e, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determina a formação de autos apartados para exame das possíveis irregularidades relativas ao quadro de pessoal, apontadas pela Fiscalização no subitem D.3.1 do relatório, devendo o TC-13923/026/12 acompanhar o processo a ser formado.

Recomenda, ao atual gestor, a observância dos artigos 39, § 4º, 167, V e VI, da Constituição Federal quanto ao pagamento de subsídio em parcela única e à abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa; obediência ao artigo 320 da Lei Federal nº 9.503/07 quanto à aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito; realização de despesas sob regime de adiantamento mediante apresentação da documentação comprobatória adequada; envio de dados fidedignos ao Tribunal, em obediência ao Comunicado SDG n.º 34/09, princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64); atendimento às prescrições dos artigos 14, 48-A e 51, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal; cumprimento do

disposto no artigo 74 da Carta Federal e no artigo 35 da Constituição Estadual; observância da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às licitações e contratos e atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 12 de setembro de 2013.

RENATO MARTINS COSTA **PRESIDENTE E RELATOR**

fl. 291

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER
TC-001433/026/11

PEDIDO DE REEXAME
Município: Taubaté.
Prefeito: Roberto Pereira Peixoto.
Exercício: 2011.
Requerente: Roberto Pereira Peixoto – Prefeito à época.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 03-09-13, publicado no D.O.E. de 14-09-13.
Advogado: Thiago de Bórgia Mendes Pereira.
Acompanham: TC-001433/126/11 e Expedientes: TC-019583/026/11, TC-013923/026/12 e TC-041380/026/12.
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalização atual: UR-7 - DSF-II.

ENSINO (24,60%) - PESSOAL (57,14%) - PRECATÓRIOS (EC 62/09) - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS (ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93) *– reiteração das alegações anteriores, analisadas e rejeitadas por esta Corte – ausência de comprovação do depósito da 14ª parcela referente aos precatórios – superada a questão do cômputo na RCL da contribuição patronal recolhida pela Universidade de Taubaté/UNITAÚ (autarquia autônoma) ao Instituto de Previdência Próprio – mantido o percentual de 24,60% no ensino – falhas relativas à desobediência à ordem cronológica de pagamentos, licitações e contratos sem esclarecimento –* ***RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.***

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de outubro de 2014, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Relator, Antonio Roque Citadini, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho, Sidney Estanislau Beraldo, e do Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, considerando que as razões apresentadas não se mostraram suficientes para abalar os fundamentos do r. decisório combatido, negar-lhe provimento, ficando mantido, integralmente, o v. parecer recorrido.

Presente na sessão o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 05 de novembro de 2014.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES **PRESIDENTE**

RENATO MARTINS COSTA **RELATOR**

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

fl. 293

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 2022/026/12 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2012**

Decisão de 02/09/2014

Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 14/10/2014

Decisão com Trânsito em Julgado em 17/11/2014

Página 1 de 1

Volta para a página anterior.

TOTAL DE PROCESSOS: 1

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

P A R E C E R

TC-002022/026/12
Município: Taubaté.
Assunto: Contas anuais do exercício de 2012.
Prefeito: Sr. Roberto Pereira Peixoto.
Advogados: Drs. Thiago de Bórgia Mendes Pereira (OAB/SP 234.863), Ernani Barros Morgado Filho (OAB/SP 72.189), Roberta Flores de Alvarenga Peixoto (OAB/SP 248.342), Erich Bernat Castilhos (OAB/SP 160.568), Danilo Borrasca Rodrigues (OAB/SP 311.852), Leila Santurian (OAB/SP 247.463) e outros.
Acompanham: TC-002022/126/12 Expedientes: TC-000632/007/12, TC-001305/007/12, TC-000378/014/12, TC-000501/014/12 e TC-042342/026/12.
Procurador de Contas: Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa.

EMENTA: Município: Taubaté. Contas anuais do exercício de 2012. Ensino: 25,38%. FUNDEB: 99,85%. Magistério: 76,33%. Pessoal: 57,77%. Saúde: 27,50%. Déficit Orçamentário: 2,37%. Aumento das despesas com Pessoal, em descumprimento ao disposto no artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não atendimento ao contido no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Encargos: descontos em folha de pagamento efetuados, mas não houve a comprovação de recolhimento junto ao Instituto. Despesas com Publicidade e Propaganda Oficial, em desacordo com o artigo 73, VII da Lei Eleitoral. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura. Votação unânime.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-002022/026/12.

fl. 295

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, conforme Notas Taquigráficas, juntados aos autos, a E. Segunda Câmara, em sessão de 02 de setembro de 2014, pelo Voto do Conselheiro Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, e dos Auditores Substitutos de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli e Josué Romero, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2012, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determinou, outrossim, a abertura de autos apartados para instrução complementar da matéria destacada no referido voto.

À margem do parecer, acolheu as recomendações propostas às fls. 205/215 dos autos, a serem enviadas mediante ofício.

Determinou, por fim, à Unidade Regional competente que, em próxima inspeção, certifique-se das providências adotadas pela origem; bem como sejam arquivados os expedientes relacionados no voto do Relator, que subsidiaram o relatório da Fiscalização.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 09 de outubro de 2014.

ANTONIO ROQUE CITADINI - Presidente e Relator

MS

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

fl-296

Processo nº: 2090/026/13 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2013**

Decisão de 24/11/2015

Conselheiro Dr. Dimas Eduardo Ramalho:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 06/01/2016

Página 1 de 1

Volta para a página anterior.

TOTAL DE PROCESSOS: 1

fl. 297

PARECER

TC-002090/026/13
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2013.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogado: Ernani Barros Morgado Filho, Flávia Maria Palavéri, Marcelo Palavéri, Leandro da Rocha Bueno e outros.
Acompanha: TC-002090/126/13.
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
Sustentação oral proferida em sessão de 17-11-15.

	EFETIVADO	ESTABELECIDO
Ensino *(Constituição Federal, artigo 212)*	26,25%	*Mínimo: 25%*
Despesas com Profissionais do Magistério *(ADCT da Constituição Federal, artigo 60, XII)*	70,06%	*Mínimo: 60%*
Utilização dos recursos do FUNDEB *(artigo 21, §2°, da Lei Federal nº 11.494/07)*	98,04%	*Mínimo: 95% no exercício e 5% no 1º trimestre seguinte*
Saúde *(ADCT da Constituição Federal, artigo 77, inciso III)*	24,36%	*Mínimo: 15%*
Despesas com pessoal *(Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 20, III, "b")*	52,43%	*Máximo: 54%*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2015, pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Presidente e Relator, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa, na conformidade do voto do Relator e das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2013, ressalvados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com determinação à Fiscalização.
Determinou, outrossim, à margem do Parecer, a expedição de oficio à origem, com as recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.
Determinou, por fim, a formação de autos próprios para análise da contratação por Inexigibilidade de Licitação da Empresa Helde Gonçalves de Miranda Eventos ME (HGM Eventos), destinada à realização do Festival Taubaté and Blues, e da Tomada

fl. 298

de Preços nº 12/2013, que resultou na contratação da empresa Amabile F. Marcondes Construções – EPP.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas: Élida Graziane Pinto.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2015.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
RELATOR

09

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Município: Taubaté
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Exercício: 2014
Mês: 14
EM R$

ATIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	112.386.897,31	121.486.054,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.183.526,87	112.239.786,30
Créditos a Curto Prazo	233.008,84	40,98
Crédito Tributário a Receber	0,00	40,98
Clientes	233.008,84	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.965.050,29	8.025.798,95
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	8.965.050,29	8.025.798,95
Estoques	3.005.311,31	1.220.428,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE	631.325.793,01	562.960.914,96
Ativo Realizável a Longo Prazo	164.225.099,32	146.268.380,76
Créditos a Longo Prazo	163.812.652,87	145.855.934,31
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.308.308,67	5.345.640,88
Dívida Ativa Tributária	141.030.142,31	126.124.968,53
Dívida Ativa não Tributária	15.474.201,89	14.385.324,90
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	412.446,45	412.446,45
Ações	406.972,95	406.972,95
Outros Investimentos e Aplicações Temporárias	5.473,50	5.473,50
Imobilizado	467.096.496,49	416.692.534,20
Bens Móveis	105.973.391,68	95.404.103,23
Bens Imóveis	361.123.104,81	321.288.430,97
Intangível	4.197,20	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	4.197,20	0,00
TOTAL DO ATIVO	743.712.690,32	684.446.969,49
ATIVO FINANCEIRO	109.113.280,13	120.230.288,22
ATIVO PERMANENTE	634.599.410,19	564.216.681,27

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.218.895,00	6.407.014,37
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros Atos Potenciais do Ativo		

Município: Taubaté
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Exercício: 2014
Mês: 14
EM R$

PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	24.607.749,12	40.827.550,04
Obrigações Trabalhistas, Previdênciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	895.540,06	8.265.005,10
Pessoal a Pagar	486.367,59	2.488.762,13
Encargos Sociais a Pagar	409.172,47	5.776.242,97
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.723.456,91	18.642.806,98
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.009,54	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.982.742,61	13.919.737,96
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	86.661.512,00	54.945.990,23
Obrigações Trabalhistas, Previdênciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	5.626.355,97	4.291.258,65
Pessoal a Pagar	5.413.988,92	4.126.594,69
Benefícios Previdênciários a Pagar	212.367,05	164.663,96
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	52.724.387,10	21.353.484,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	28.310.768,93	29.301.247,20
TOTAL DO PASSIVO	111.269.261,12	95.773.540,27

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
Resultados Acumulados	632.443.429,20	588.673.429,22
Resultado do Exercício	161.096.963,62	117.326.963,64
Resultado de Exercícios Anteriores	471.346.465,58	471.346.465,58
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	632.443.429,20	588.673.429,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	743.712.690,32	684.446.969,49
PASSIVO FINANCEIRO	82.618.680,12	41.644.009,63
PASSIVO PERMANENTE	86.674.465,69	55.017.559,93

SALDO PATRIMONIAL	574.419.544,51	587.785.399,93

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.660.098,38
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Obrigações Contratuais	157.912.982,68	146.702.100,82
Outros Atos Potenciais do Passivo		

fl. 301

LEI Nº 4.835, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoria: Prefeito Municipal

Estima a receita e fixa a despesa do Executivo Municipal, do Instituto de Previdência do Município de Taubaté – IPMT e da Universidade de Taubaté e suas Fundações para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - o orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações.

Parágrafo único. As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da Receita

Art. 2º A receita orçamentária é estimada na forma dos quadros I, I–A, II, III, e IV, que fazem parte integrante desta Lei, em R$ 1.095.228.749,00 e se desdobra em:

I - R$ 958.170.896,00 do orçamento fiscal; e

II - R$ 137.057.853,00 do orçamento da seguridade social.

Art. 3º A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	233.227.000,00	0,00	233.227.000,00
Receita Patrimonial	4.986.000,00	704.000,00	5.690.000,00
Receita de Serviços	3.970.000,00	0,00	3.970.000,00
Transferências Correntes	585.138.000,00	28.242.000,00	613.380.000,00

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
Outras Receitas Correntes	20.405.000,00	1.895.000,00	22.300.000,00
(–) Deduç da Receita Formação do Fundeb	-78.071.000,00	0,00	-78.071.000,00
Total das Receitas Correntes	769.655.000,00	30.841.000,00	800.496.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3.235.000,00	0,000	3.235.000,00
Transferências de Capital	0,00	6.269.000,00	6.269.000,00
Total das Receitas de Capital	3.235.000,00	6.269.000,00	9.504.000,00
Total da Administração Direta	772.890.000,00	37.110.000,00	810.000.000,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
INST. DE PREVID. DO MUNIC. DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	2.530.500,00	47.838.652,00	50.369.152,00
Receita Patrimonial	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
Outras Receitas Correntes	14.295.000,00	281.801,00	14.576.801,00
Receitas Correntes – intra-orçamentárias	0,00	51.827.400,00	51.827.400,00
Total das Receitas Correntes	22.325.500,00	99.947.853,00	122.273.353,00
FUND. UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	46.896,00	0,00	46.896,00
Receita de Serviços	18.676.500,00	0,00	18.676.500,00
Total das Receitas Correntes	18.723.396,00	0,00	18.723.396,00
FUND. CAIXA BENEF. SERV. DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	200.000,00	0,00	200.000,00
Receita de Serviços	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00	0,00	150.000,00
Total das Receitas Correntes	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	290.000,00	0,00	290.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00	0,00	10.000,00
Total das Receitas de Capital	300.000,00	0,00	300.000,00

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
FUND. ARTÍSTICA E CULTURAL DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	1.000,00	0,00	1.000,00
Receita de Serviços	9.000,00	0,00	9.000,00
Total das Receitas Correntes	10.000,00	0,00	10.000,00
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	13.000,00	0,00	13.000,00
Receita de Serviços	205.000,00	0,00	205.000,00
Total das Receitas Correntes	218.000,00	0,00	218.000,00
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	3.585.000,00	0,00	3.585.000,00
Receita de Serviços	114.148.000,00	0,00	114.148.000,00
Transferências Correntes	10.358.000,00	0,00	10.358.000,00
Outras Receitas Correntes	11.756.000,00	0,00	11.756.000,00
Total das Receitas Correntes	139.847.000,00	0,00	139.847.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	5.000,00	0,00	5.000,00
Transferências de Capital	352.000,00	0,00	352.000,00
Total das Receitas de Capital	357.000,00	0,00	357.000,00
3. ADMINISTRAÇAODIRETA E INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	233.227.000,00	0,00	233.227.000,00
Receita de Contribuições	2.530.500,00	47.838.652,00	50.369.152,00
Receita Patrimonial	14.331.896,00	704.000,00	15.035.896,00
Receita de Serviços	140.158.500,00	0,00	140.158.500,00
Transferências Correntes	595.496.000,00	28.242.000,00	623.738.000,00
Outras Receitas Correntes	46.606.000,00	2.176.801,00	48.782.801,00
Receitas Correntes – intra-orçamentárias	0,00	51.827.400,00	51.827.400,00
(-) Dedução da Receita para Formação do Fundeb	-78.071.000,00	0,00	-78.071.000,00
Total das Receitas Correntes	954.278.896,00	130.788.853,00	1.085.067.749,00

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3.235.000,00	0,00	3.235.000,00
Alienação de Bens	295.000,00	0,00	295.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00	0,00	10.000,00
Transferências de Capital	352.000,00	6.269.000,00	6.621.000,00
Total das Receitas de Capital	3.892.000,00	6.269.000,00	10.161.000,00
Total da Administração Direta e Indireta	958.170.896,00	137.057.853,00	1.095.228.749,00

Seção II

Da fixação da Despesa

Art. 4º A despesa é fixada na forma dos quadros I, I–B, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII que fazem parte integrante desta Lei, em R$ 1.093.598.749,00, na seguinte conformidade:

I - R$ 780.189.215,00 do orçamento fiscal; e

II - R$ 313.409.534,00 do orçamento da seguridade social.

Art. 5º A despesa fixada está assim desdobrada:

I – por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Despesas Correntes	504.625.250,00	186.641.000,00	691.266.250,00
Despesas de Capital	96.842.706,00	20.008.000,00	116.850.706,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	602.467.956,00	206.649.000,00	809.116.956,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Despesas Correntes	148.637.896,00	106.210.534,00	254.848.430,00
Despesas de Capital	4.832.500,00	550.000,00	5.382.500,00
Reserva de Contingência – IPMT	23.825.863,00	0,00	23.825.863,00
Reserva de Contingência – UNITAU	400.000,00	0,00	400.000,00
Reserva de Contingência – FUNCABES	20.000,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência – FUNAC	5.000,00	0,00	5.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	177.721.259,00	106.760.534,00	284.481.793,00
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
Despesas Correntes	653.263.146,00	292.851.534,00	946.114.680,00

fl. 305

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Despesas de Capital	101.675.206,00	20.558.000,00	122.233.206,00
Reserva de Contingência	25.250.863,00	0,00	0,00
TOTAL DA ADM. DIRETA E INDIRETA	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

II – por órgãos de governo:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	28.500.000,00	0,00	28.500.000,00
Chefia do Gabinete do Prefeito	4.020.000,00	1.850.000,00	5.870.000,00
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	12.835.000,00	0,00	12.835.000,00
Secretaria de Esportes e Lazer	17.961.000,00	0,00	17.961.000,00
Secretaria de Planejamento	9.240.000,00	0,00	9.240.000,00
Secretaria de Desenvolvimento e Inovação	4.300.000,00	0,00	4.300.000,00
Secretaria de Administração e Finanças	30.849.956,00	0,00	30.849.956,00
Secretaria de Saúde	0,00	172.778.000,00	172.778.000,00
Secretaria de Desenv. e Inclusão Social	13.030.000,00	32.021.000,00	45.051.000,00
Secretaria de Obras, Trânsito e Transportes	76.156.000,00	0,00	76.156.000,00
Secretaria de Serviços Públicos	74.524.000,00	0,00	74.524.000,00
Secretaria de Segurança Pública Municipal	21.776.000,00	0,00	21.776.000,00
Secretaria de Educação	283.635.000,00	0,00	283.635.000,00
Secretaria de Turismo e Cultura	14.901.000,00	0,00	14.901.000,00
Secretaria de Meio Ambiente	2.132.000,00	0,00	2.132.000,00
Secretaria dos Negócios Jurídicos	7.608.000,00	0,00	7.608.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	601.467.956,00	0,00 206.649.000,00	808.116.956,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Instituto de Previdência do Mun. de Taubaté	0,00	99.330.534,00	99.330.534,00
Universidade de Taubaté	132.544.000,00	0,00	132.544.000,00
Fund. Artística e Cultural da UNITAU	155.000,00	0,00	155.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	350.000,00	7.430.000,00	7.780.000,00
Fund. Universitária de Taubaté	20.123.396,00	0,00	20.123.396,00
Fund. de Apoio a Pesquisa, Tecnologia e Inovação da UNITAU	298.000,00	0,00	298.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	153.470.396,00	106.760.534,00	260.230.930,00

fl. 306

3. RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
ADMINSTRAÇÃO DIRETA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Instituto de Previdência do Município de Taubaté	23.825.863,00	0,00	23.825.863,00
Universidade de Taubaté	400.000,00	0,00	400.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	5.000,00	0,00	5.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	20.000,00	0,00	20.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

III – por funções:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
01. LEGISLATIVA	28.500.000,00	0,00	28.500.000,00
03. ESSENCIAL À JUSTIÇA	7.608.000,00	0,00	7.608.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	75.766.352,00	0,00	75.766.352,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	22.906.000,00	0,00	22.906.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	36.381.000,00	36.381.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	99.850.534,00	99.850.534,00
10. SAÚDE	0,00	177.178.000,00	177.178.000,00
11. TRABALHO	250.000,00	0,00	250.000,00
12. EDUCAÇÃO	420.871.000,00	0,00	420.871.000,00
13. CULTURA	9.476.000,00	0,00	9.476.000,00
15. URBANISMO	129.323.000,00	0,00	129.323.000,00
16. HABITAÇÃO	8.088.000,00	0,00	8.088.000,00
17. SANEAMENTO	14.020.000,00	0,00	14.020.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	2.132.000,00	0,00	2.132.000,00
19. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	298.000,00	0,00	298.000,00
20. AGRICULTURA	2.433.000,00	0,00	2.433.000,00
22. INDÚSTRIA	2.923.000,00	0,00	2.923.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.610.000,00	0,00	2.610.000,00
26. TRANSPORTE	3.450.000,00	0,00	3.450.000,00
27. DESPORTO E LAZER	17.971.000,00	0,00	17.971.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	6.313.000;00	0,00	6.313.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.250.863,00	0,00	25.250.863,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

fl-307

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Art. 6º O orçamento de investimento da Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté é de R$ 3.500.000,00.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 7º Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I – até o limite de 7 % da despesa total fixada no art. 4º; e

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 8º No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2014, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, até o limite de um vinte avos da receita prevista para o exercício;

V - destinados à cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite do valor de cada uma de suas ações.

Art. 9º Ficam a Universidade de Taubaté e suas Fundações autorizadas a:

I - abrir créditos suplementares até o limite de 7% do total da despesa fixada para o exercício, observado o disposto o art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964; e

II - até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Parágrafo único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis da Unitau para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 10. Os créditos suplementares autorizados, abertos por Ato Executivo do Reitor, quando destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a

fl. 308

pessoal e encargos sociais, precatórios judiciais e a despesas de exercícios anteriores, não onerarão o limite autorizado no art. 9º.

Art. 11. Os valores constantes dos anexos que acompanham o orçamento atualizam os da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2014.

Art. 12. Na hipótese de se tornar necessária a ampliação dos valores correspondentes às Transferências Financeiras às Fundações e ao Instituto de Previdência do Município de Taubaté, o Reitor editará Ato Executivo para sua efetivação, indicando os recursos que lhe darão cobertura.

Parágrafo único. No caso de redução do valor previsto para as transferências, será obrigatório às Fundações efetuar a limitação de despesas, quando necessário, para a manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 13. Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 14. As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014.

Parágrafo único. As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram–se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 15. As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice–versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 30 de dezembro de 2013, 369º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 30 de dezembro de 2013.

EDUARDO CURSINO
Secretário de Governo e Relações Institucionais

LUCIANE DE OLIVEIRA SILVA
Diretora do Departamento Técnico Legislativo

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 1º Quadrimestre / 2016 Município: Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**835.097.665,41**	**100,0000 %**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	424.597.180,91	50,8440 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	450.952.739,32	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	428.405.102,36	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-134.650.237,65	-16,1239 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	1.002.117.198,49	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	183.721.486,39	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Período	4.984.767,24	0,5969 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	133.615.626,47	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	58.456.836,58	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

fl.310

ANEXO A - Tabela de Competência

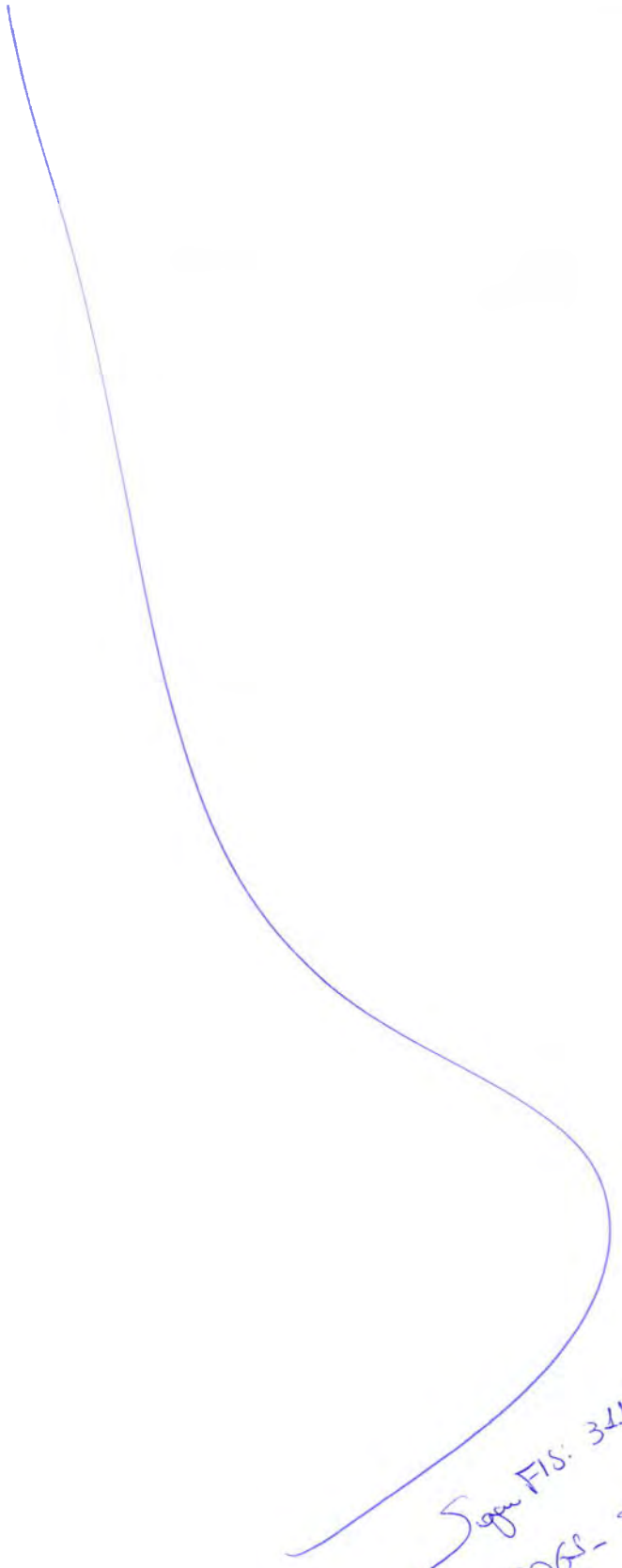
Período de análise: Maio/2015 a Abril/2016 **Município:** Taubaté

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ	04/2016
I.P.M.T. - INSTITUTO DE PREV. DO MUNICIPIO DE TAUBATÉ	04/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ	04/2016

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo orgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 20/07/2016 22:33



Segue Fls: 311/338

SDG - 30-08-2016

Cleo

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 23-08-2016

Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determinou, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – JOÃO PAULO GIORDANO FONTES

MUNICÍPIO: TAUBATÉ
EXERCÍCIO: 2014

1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
2 - Ao Cartório do Relator para:
   a) redação e publicação do parecer;
   b) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
   c) oficiar à subscritora do expediente TC-000551/026/15;
3 – Ao **DSF-II** para:
   a) formar autos próprios, nos termos do voto do Relator;
   b) enviar o processo das contas à Câmara Municipal.

SDG-1, em 29 de agosto de 2016

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/lgs/ra

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2906-5196-3510-7564

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

23-08-16 *SEB*

==========

40 TC-000563/026/14

Prefeitura Municipal: Taubaté.

Exercício: 2014.

Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.

Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125) e outros.

Acompanham: TC-000563/126/14 Expedientes: TC-000551/026/15.

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

==========

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	26,94%	(25%)
FUNDEB – Lei Federal nº 11.494/07, art. 21, *caput* e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	70,33%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, "b"	**54,47%**	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	25,79%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, § 2º, I	5,33%	7%
Plano Municipal de Educação – Lei Federal nº 13.005/14, arts. 1º e 8º, *caput*	Regular	26-06-15
Remuneração do Magistério de acordo com o Piso Nacional – Lei Federal nº 11.738/08, art. 2º	Regular	R$1.697,00[1]
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19	Regular	A partir de 2014
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/10, art.18	Regular	A partir de 02-08-12
Plano Municipal de Mobilidade Urbana – Lei Federal nº 12.587/12, art. 24, § 3º	Regular[2]	A partir de 2017
Lei da Transparência Fiscal – Lei Federal nº 12.527/11, art.8º art.9º	Regular Parcial	A partir de 18-05-12
Execução Orçamentária – (R$ 18.469.598,89)	**Déficit - 2,54%**	
Resultado Financeiro – R$ 26.494.600,01	Superávit	
Remuneração de Agentes Políticos	Regular	
Precatórios	Regular	
Ordem Cronológica de Pagamentos	**Irregular**	
Encargos Sociais (INSS, FGTS, PASEP e RPPS)	Regulares	

[1] Fonte: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-832-anuncia-mec.html

[2] Obrigatório para Municípios com população acima de 20.000 habitantes.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

CIDE	Regular
Royalties	Regular
Iluminação Pública - O Município instituiu a CIP - Contribuição de Custeio de Iluminação Pública, conforme Lei Municipal nº 358, de 29-12-14	Regular
Multas de Trânsito	Regular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	9,32%

ATJ: Favorável	**MPC:** Favorável	**SDG:**

1. RELATÓRIO:

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, exercício de 2014.

1.2 O relatório da inspeção *in loco* anual realizada pela Unidade Regional de São José dos Campos - UR-07 (fls. 16/133) apontou:

A.1. Planejamento das Políticas Públicas (fl. 19):

- o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Taubaté não atende a todos os requisitos do artigo 24 da Lei federal nº 12.587/12.

A.2. A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência Fiscal (fl. 20):

- não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações;

- no *site* da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses à entidade do terceiro setor.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 22/29):

- descumprimento dos limites previstos nos artigos 7º e 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 4.835/13);

- classificação inadequada dos créditos suplementares do exercício e abertura mediante decretos executivos e portarias com fundamento na LOA, em descumprimento ao inciso VI do artigo 167 da CF;

- ausência da identificação de fonte de recursos utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, em discordância com o disposto no artigo 43, *caput*, da Lei federal nº 4.320/64;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

- insuficiente planejamento orçamentário, por parte da Prefeitura, em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00;

- programas e ações governamentais executados insuficientemente e justificados inadequadamente, em discordância com o princípio da transparência na gestão fiscal (artigo 1º, § 1º, da LRF).

B.1.2. Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial (fl. 29):

- resultado econômico 62,69% inferior ao do exercício anterior.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo (fls. 30/32):

- descumprimento dos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64), com existência de ocultação de passivo;

- divergência entre os valores da dívida flutuante constantes no demonstrativo da Prefeitura e no Sistema AUDESP, em descumprimento ao artigo 1º, § 1º, da LRF;

- divergência na fórmula de cálculo de restos a pagar processados e não processados, em discordância com as normas vigentes para elaboração do demonstrativo.

B.1.4. Dívida de Longo Prazo (fls. 32/34):

- aumento da dívida consolidada em 29,56% em relação ao exercício anterior;

- escrituração de dívida de 2010 evidenciada no balanço patrimonial apenas em 2014, configurando ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64);

- pagamento insuficiente de dívida com a SABESP em 2014.

B.1.5.1. Renúncia de Receitas (fls. 34/35):

- efetivação de irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do artigo 14, incisos I e II, da LRF.

B.1.6. Dívida Ativa (fls. 36/40):

- divergência do saldo da dívida ativa de 2014 informado ao Sistema AUDESP, no Balanço Patrimonial da Prefeitura, e o do Setor responsável;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

- elevado valor de dívida ativa prescrita, evidenciando que a Prefeitura não tem efetuado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa;

- a Prefeitura está inscrita no seu próprio rol de devedores da dívida ativa;

- elevado valor de cancelamento de dívida ativa, demonstrando fragilidade nas inscrições e controle de lançamentos;

- os 100 (cem) maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida;

- as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não refletem a realidade do setor, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 41/48):

- despesa de pessoal em percentual superior ao limite estabelecido no artigo 20, III, b, da LRF;

- pagamento de R$ 4.883.827,61 a título de despesa de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU, como tentativa de burlar o limite previsto na LRF;

- estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal e em descumprimento ao disposto no artigo 20, III, "b", da LRF e ao pressuposto da transparência constante no artigo 1º, § 1º, dessa lei, e aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência previstos no artigo 37 da Carta Maior.

B.3.1. Ensino (fls. 48/54):

- divergência no valor de receita de impostos, base para a aplicação do ensino, apurada pela Prefeitura e pelo Sistema AUDESP;

- receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB contabilizadas incorretamente, descumprindo o princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64);

- empenho de despesas impróprias com recursos do ensino;

- ausência de lei para instituição do Plano Municipal de Educação;

- inexistência de plano de carreira e remuneração do magistério;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

- descumprimento das atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar;

- não atingimento das notas previstas no IDEB.

B.3.2. Saúde (fls. 55/58):

- despesas impróprias empenhadas com recursos vinculados à saúde;

- falhas no planejamento das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", mais especificamente no tocante ao combate à dengue, em descumprimento ao § 1º do artigo 1º da LRF.

B.3.3.1. Iluminação Pública (fls. 59/60):

- o Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução nº 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

B.4.1.1. Regime Especial Anual - Precatórios (fls. 60/65):

- divergência entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela Prefeitura e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna a importância efetivamente devida e paga pelo Município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/64);

- ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça por meio de depósito judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao artigo 60 e seguintes da Lei federal nº 4.320/64;

- pagamento de requisitório de baixa monta em exercício diverso de sua incidência.

B.5.3. Demais Despesas Elegíveis para Análise (fls. 66/80):

- falhas nos processos de adiantamento que tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal – CF;

- convênios firmados entre a Prefeitura e a Universidade de Taubaté – UNITAU com operacionalização transferida à Fundação Universitária de Taubaté – FUST e cobrança de taxa de administração pela UNITAU, sendo constatado:

a) ausência de metas objetivas no termo de convênio;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

b) falta de autorização para aplicação de recursos no exercício seguinte;

c) prestação de contas sem comprovação documental dos gastos evidenciados no demonstrativo integral de receitas e despesas, sem demonstrações financeiras da entidade conveniada e sem extratos bancários emitidos pelo banco e conciliação bancária de dezembro de 2014;

d) ausência de identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo;

e) pagamento de despesas de pessoal por meio de convênios, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no artigo 169, *caput*, da CF e estabelecido no artigo 20, III, "b", da LRF;

f) falta de fiscalização adequada dos recursos repassados e da execução do convênio por parte da Prefeitura;

g) descumprimento dos princípios da moralidade e eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da CF, bem como do princípio da transparência na gestão fiscal, previsto no artigo 1º, § 1º, da LRF.

B.5.3.1. Gasto com Combustível (fls. 80/81):

- divergência entre o valor informado pela Prefeitura e o apurado pelo Sistema AUDESP.

B.6. Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais (fl. 81):

- quanto ao setor de tesouraria, divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema AUDESP até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fl. 82):

- não atendimento à ordem cronológica de pagamentos e ausência de publicação das justificativas cabíveis, em afronta ao artigo 5º da Lei federal nº 8.666/93.

C.1.1. Falhas de Instrução (fls. 82/95):

- falhas no planejamento da Administração quando da elaboração e realização dos procedimentos licitatórios que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e gasto de dinheiro público;

- restrição à ampla competitividade, em ofensa ao artigo 22, § 6º, da Lei federal nº 8.666/93;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

- falha na precisão do objeto a ser licitado, dificultando a verificação da adequada execução contratual, além da possibilidade de restringir a participação no certame;

- terceirização de atividades precípuas da administração, resultando na terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório;

- ausência de comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas licitantes, em afronta ao artigo 38, II, da Lei federal nº 8.666/93;

- formalização de contrato em dissonância com as previsões do edital do certame, contrariando o artigo 3º da Lei federal nº 8.666/93 e ofendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

- vícios inerentes às justificativas e ao processamento das dispensas e inexigibilidades, em ofensa ao artigo 26, *caput* e parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/93;

- instauração de sindicância para apuração de responsabilidade funcional dentro dos autos do processo de inexigibilidade;

- falhas na contratação de profissional do setor artístico, decorrentes da ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo, em ofensa ao artigo 25, III, da Lei federal nº 8.666/93, e da falta de justificativa do preço praticado, contrariando o artigo 26, III, da Lei federal nº 8.666/93;

- ausência de publicação dos atos referentes às dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial, contrariando o artigo 26, *caput*, da Lei federal nº 8.666/93.

C.2. Contratos (fl. 96):

- não foi realizada a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), nos termos do Comunicado SDG nº 44, de 2013.

C.2.2. Contratos Examinados *In Loco* (fls. 96/100):

- ausência de publicação dos extratos de contrato e dos termos aditivos na imprensa oficial, contrariando a disposição constante do parágrafo único do artigo 61 da Lei federal nº 8.666/93;

- ausência de aplicação das sanções cabíveis em decorrência da inexecução parcial dos contratos firmados;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

- realização de sucessivas prorrogações de prazo para conclusão dos serviços contratados, evidenciando que os prazos estabelecidos pela Prefeitura não se mostraram suficientes para a execução do objeto;

- falhas na fiscalização das execuções contratuais.

C.2.2.2 Execução Contratual (fls. 100/112):

- irregularidades na execução contratual relativas à construção em desacordo com o projeto arquitetônico;

- falhas no acompanhamento pela fiscalização municipal: ausência de comprovação do cumprimento dos prazos ajustados para a conclusão das obras/serviços e serviços inadequados recebidos pela Administração.

D.1.1. Livros e Registros (fl. 113):

- falhas nos registros da dívida de curto prazo, das despesas de pessoal, dos recursos vinculados ao ensino e dos precatórios, em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

D.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP (fl. 113):

- não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

D.3.1. Quadro de Pessoal (fls. 114/121):

- cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, de chefia e assessoramento (artigo 37, V, da CF) e sem a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura;

- número elevado de servidores com mais de um período de férias vencidas e não gozadas;

- cessão de servidores da Prefeitura para os mais diversos órgãos, caracterizando lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no *caput* do artigo 37 da CF e ofensa ao inciso II do mesmo artigo;

- excessivas e reiteradas contratações temporárias sem a demonstração da necessidade provisória de excepcional interesse público, em afronta ao artigo 37, II e IX, da CF;

- servidores em desvio de função;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

- pagamento excessivo de jornada extraordinária, realizada em quantidades que ultrapassam os limites diários permitidos pela legislação.

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (fls. 123/124):

- descumprimento das recomendações desta Corte.

1.3 Acompanham os autos os seguintes expedientes:

a) TC-000551/026/15 – a Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos, encaminhou cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26.

A Fiscalização solicitou da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008), nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente, decorrentes da Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6, efetuada pela Advocacia Geral da União e na qual os citados ex-Prefeitos foram responsabilizados por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Informou a Fiscalização que os documentos anexados (fls. 4043/4048 do anexo XX) demonstram que, apesar de ter sido mencionado o processo administrativo nº 65.334/2014 que estaria tratando do assunto, a Prefeitura não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento dos referidos valores. Mesmo após reiterações por parte da Fiscalização, a Prefeitura sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do Município.

b) TC-006889/989/15 - Salvador Soares de Melo, vereador do município de Taubaté, comunica possíveis irregularidades no âmbito do Executivo local, no que tange ao pagamento de salários, benefícios e subsídios a servidores públicos municipais, sem observância do disposto no artigo 37, XI, da CF e da Lei Complementar nº 355/14.

A Fiscalização solicitou da Prefeitura Municipal as folhas de pagamento referentes ao exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX). Analisando-as, mês a mês, constatou que, sobre os valores da remuneração bruta dos servidores, são aplicados "redutores da Emenda

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Constitucional 41" voltados a adequar o valor líquido e limitar o pagamento de salários, benefícios e subsídios ao teto constitucional. Dessa forma, não foi constatada ofensa ao disposto no artigo 37, XI, da CF. Com relação à Lei Complementar nº 355/15, a matéria foi tratada no item **B.2.2 "b"** do relatório.

Informou, ademais, a Fiscalização que em 10-12-2014 foi editada a Lei Complementar nº 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté (fls. 569/583 do Anexo III). Assim, com base nos documentos apresentados (fls. 584/594 do Anexo III), constatou, no exercício de 2014, o seguinte:

Entidade	FRP Pago em 2014	Aportes em 2014	Sobra
Prefeitura	R$ 6.358.980,79	R$ 5.810.909,63	R$ 548.071,16

Ocorre que, durante o exercício de 2014, a Prefeitura já vinha efetuando o pagamento a título do **Fundo de Participação Previdenciária (FRP)** para o Instituto de Previdência e no final do exercício, com a edição da Lei nº 355/14, foram anuladas as dotações relativas às despesas de pessoal para transferência para a nova rubrica. Diante de tal transformação da despesa a ser contabilizada na rubrica constante do Decreto nº 13.468/14, constatou a Fiscalização no balancete da Prefeitura Municipal de Taubaté de 2014 que a importância de R$ 5.810.909,63 estava contabilizados na rubrica 3.3.91 (Balancete - fls. 566/568 do anexo III).

Para o exercício de 2015, foi constatado que a Lei municipal nº 4.956, de 30-12-14, dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 19.052.201,27, sendo que a quantia de R$ 13.800.000,00, cabível à Prefeitura, estava autorizada pelo Decreto nº 13.477/15.

Entidade	Aportes em 2015	Aporte ao mês
Prefeitura	R$ 12.449.433,66	R$ 1.037.452,81

Concluiu a Fiscalização que as contribuições feitas a título de FRP foram transformadas em aporte e as despesas foram reclassificadas como se não houvesse empenho/registo anterior, com o objetivo de não mais serem computadas nas despesas de pessoal.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Expediente arquivado eletronicamente.

1.4 Regularmente notificada (fl. 134, DOE de 17-11-15), a Prefeitura apresentou justificativas (fls. 144/247).

Especificamente quanto aos itens "**B.1.1.** Resultado da Execução Orçamentária"; "**B.2.2.** Despesa de Pessoal"; "**B.3.1.** Ensino" e "**B.8.** Ordem Cronológica de Pagamentos", sustentou, em síntese:

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 148/169):

Em relação à execução orçamentária do exercício de 2014, afirmou que não houve nenhum desajuste fiscal capaz de impedir o atendimento ao princípio da gestão fiscal equilibrada. A Prefeitura Municipal possuía superávit financeiro em 2013, capaz de acobertar a integralidade do déficit orçamentário apontado pela Equipe de Fiscalização, sustentando, ademais, que este estava viciado pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme já definiu o repertório jurisprudencial desta Corte, devem ser extirpados da apuração do resultado orçamentário da Administração Direta.

A esse respeito, ressaltou que, em 31-12-14, a Prefeitura de Taubaté possuía empenhos não processados do ano de 2014 vinculados à Fonte 002 (recursos estaduais), na quantia de R$ 1.635.282,03 (Docto 13 do Expediente TC-004156/026/13), e vinculados à fonte 005 (recursos federais), no montante de R$ 14.582.868,14 (Docto 14 do Expediente TC-004156/026/13). Destacou que tais empenhos estão relacionados a obras e serviços não executados, cujos respectivos repasses não se efetivaram (recursos não repassados ao Município) até 31-12-14, mas que não poderiam ser cancelados, posto que, se assim o fizesse, estaria o Município deixando de atender aos termos dos respectivos convênios.

Salientou que, por não terem sido processados e, consequentemente, não terem sido liquidados, tais empenhos não comprometeram o resultado orçamentário de 2014, motivo pelo qual não deviam ser levados em consideração na apuração do resultado orçamentário do Poder Executivo.

Observou que, em 2015, a Prefeitura cancelou a quantia de R$ 3.472.136,07 (Docto 16 do Expediente TC-004153/026/16) de restos a pagar não processados – Fonte 001 (recursos próprios).

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Apresentou o seguinte demonstrativo relativo ao Resultado da Execução Orçamentária em 31-12-14, no qual apurou um déficit de 0,16%:

	Valor - R$	%
Receitas Realizadas	726.765.529,98	100
Despesas Empenhadas	745.235.128,87	100
Déficit Orçamentário Apurado pela Fiscalização	18.469.598,89	2,54
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 002 (Recursos Estaduais)	1.635.282,03	
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 005 (Recursos Federais)	14.582.868,14	
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 001 (Recursos Próprios)	3.472.136,07	
Resultado Orçamentário Real - Déficit	**1.220.687,35**	**0,16**

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 183/198):

Destacou que, após os ajustes, a Fiscalização chegou a um percentual de despesa com pessoal de 54,47% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, em seus dizeres, o limite previsto no artigo 20, III, "b", da Lei Complementar estadual nº 101/00, mas que, entretanto, o próprio órgão fiscalizador ressaltou que *"os gastos com pessoal no 2º e 3º quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 30-04-2015 e em 31-08-2015, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida"*.

Argumentou que, diante dessa constatação, não poderiam ser as presentes contas rejeitadas por esse motivo, na linha, aliás, do que já decidiu esta Colenda Corte nos TC's 001455/026/11, 001770/026/12, 001513/026/12, 001951/026/13 e 001818/026/13.

B.3.1. Ensino (fls.199/206):

Solicitou o Requerente a inclusão dos restos a pagar de 2013 pagos entre 01-02-14 a 31-12-14, já que o Documento 54 do Expediente TC-004153/026/16 demonstra que esta Corte de Contas glosou, na aplicação no ensino de 2013, a quantia de R$ 1.872.408,85 referente aos empenhos daquele ano não pagos até 31-01-2014.

Ponderou que o relatório analítico juntado (Docto 55 do Expediente TC-004153/026/16) demonstra que, em 31-12-14, existiam empenhos do ensino de 2013, pendentes de pagamento, na importância de R$ 356.426,14. Assim a quantia de R$ 1.515.982,71 [R$ 1.872.408,85 (-) R$356.426,14] deverá ser acrescida ao percentual de aplicação no ensino de 2014, confirmando o atendimento ao disposto no artigo 212 da CF.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

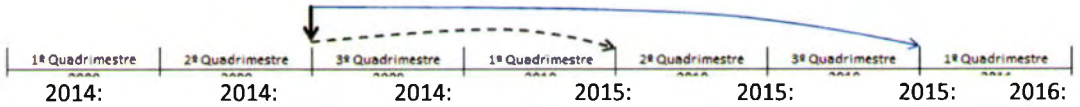
B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fls. 218/220):

Assegurou que a quebra da ordem cronológica apontada não ocorreu para privilegiar alguns credores em detrimento de outros, mas por razões impeditivas e momentâneas de pagamento. A análise dos casos, que são encontrados em relatório do AUDESP (Docto 76 do Expediente TC-004153/026/16), justificam o procedimento.

1.5 O **Setor de Cálculos da Assessoria Técnico-Jurídica** (fls. 254/269), no que respeita às "**Despesas com Pessoal**", endossou os resultados apresentados pela Fiscalização (fl.41), no sentido de que o Poder Executivo de Taubaté despendeu o equivalente a 54,47% da Receita Corrente Líquida com pessoal, em desconformidade com o limite máximo de 54% fixado no artigo 20, III, "b" da LRF.

Salientou que, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro de 2014 cresceu apenas 0,1% em relação ao ano anterior (fl. 248), sendo que, em casos como este – crescimento do PIB inferior a 1% - é acionado o disposto no artigo 66 da LRF, que prevê a duplicação dos prazos de recondução aos limites de despesa total com pessoal, previstos no seu artigo 23.

Ponderou que, no caso concreto, a taxa de despesa de pessoal, acima do limite máximo disciplinado na LRF, restou apurada já no 2º quadrimestre do exercício examinado, atingindo 54,79% (fl. 41). Considerando, entretanto, a flexibilização autorizada pelo artigo 66 da LRF, ressaltou que o prazo para eliminação de 1/3 do excesso apurado no 2º quadrimestre/2014 seria estendido até abril/2015 (1º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite seria duplicado até dezembro/2015 (3º quadrimestre/2015):



2014:	2014:	2014:	2015:	2015:	2015:	2016:
51,13%	**54,79%***	**54,47%**	**54,22%****	53,32%**	52,43%***	**(1)**

* 2º quadrimestre/2014: já ajustado pela Fiscalização;

** Dados já ajustados pela fiscalização conforme TC-002655/026/15 (Período: Acompanhamento 2º Quadrimestre/2015) – fls. 249/250, sem considerar, entretanto, a receita e a despesa da Universidade UNITAU;

*** Conforme dados disponibilizados no AUDESP, porém ainda não submetidos ao crivo da fiscalização – fl. 251.

(1) Dados ainda não disponíveis no AUDESP.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Constatou, dessa forma, que a taxa excedente da despesa com pessoal do 2º quadrimestre/2014 (54,79%) foi reduzida em pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre/2015, eis que atingiu 54,22% e que, conforme dados disponibilizados no Sistema AUDESP, no 3º quadrimestre/2015 atingiu 52,43% (fl. 251), ainda que tal índice não tenha sido submetido ao crivo da fiscalização até aquela data.

Relativamente à manutenção e desenvolvimento do "**Ensino**", consignou que, de acordo com o apurado pela Fiscalização, o Município de Taubaté aplicou no ensino 26,79% (mínimo 25% - artigo 212 da CF) e 100% dos recursos do FUNDEB (artigo 21, *caput* e § 2º, da Lei Federal 11.494/07), dos quais 70,33% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo 60% - artigo 60, XII do ADCT).

Diante do sustentado pela defesa, entendeu, contudo, a Especializada que deveria ser acrescida a importância de R$ 835.337,21 validada pela inspeção *in loco* à época, relativa aos restos a pagar do exercício de 2013 pagos em 2014, conforme se extrai da cópia do respectivo relatório (fls. 252/253). Com relação, entretanto, à inclusão da importância de R$ 1.515.982,71, considerou que o pleito da Prefeitura não poderia ser atendido, porquanto o relatório analítico juntado (Docto. 55 do Anexo III do Expediente TC-004153/026/16) não indicava a data dos pagamentos ali relacionados, tornando, assim, impossível identificar o montante quitado no período de 01-02-2014 a 31-12-2014.

Com isso, concluiu que o Município aplicou 26,94% no ensino, passando as Despesas Próprias em Educação a contar com a seguinte configuração:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**Valores (R$)**	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	**542.562.249,95**	**100%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
(+) FUNDEB Retido	69.825.077,68	
(=) Aplicação até 31-12-2014 (artigo 212, CF)	**153.885.564,07**	28,36%
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31-01-2015	(2.705.317,46)	
(-) Outros ajustes da Fiscalização	(5.836.284,94)	
(+) Restos a Pagar de 2013, pagos em 01-02 a 31-12-2014	**835.337,21**	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após Defesa Prévia	**146.179.298,88**	**26,94%**

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

A **Unidade de Economia** (fls. 270/273) observou que os resultados contábeis (orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial) foram satisfatórios e mantiveram o equilíbrio das contas do Executivo Municipal em 2014, inclusive com a diminuição da dívida de curto prazo.

Entendeu que podem ser aceitos os esclarecimentos em relação ao déficit orçamentário, à queda no superávit econômico, ao aumento da dívida de longo prazo, à divergência entre os valores da dívida flutuante constantes na Prefeitura e no sistema AUDESP e às falhas e/ou divergências no item precatórios.

Assim, quanto aos aspectos estritamente econômico-financeiros, manifestou-se pela emissão de parecer favorável.

A **Unidade Jurídica** (fls. 275/282) também considerou cumpridos os quesitos que norteiam esta Corte na apreciação de contas municipais (ensino, saúde, precatórios, despesas com pessoal, transferência de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, encargos sociais), opinando pela emissão de parecer favorável, com a apreciação em autos específicos dos ajustes relacionados no item **C.2.3.** Execução Contratual.

A **Chefia** do órgão (fl. 283) acompanhou tais manifestações e concluiu pela emissão de parecer favorável às contas, sem prejuízo de recomendações à Prefeitura para que estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamentos e transposições, condicionado à inflação projetada para o período, em consonância com o Comunicado SDG nº 29/2010; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; e observe as determinações dos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22 e do artigo 23, ambos da LRF, em relação aos gastos com pessoal.

1.6 De igual modo, o **Ministério Público de Contas** (fls. 284/285) pugnou pela emissão de parecer favorável, com ressalvas às contas do Executivo em exame.

1.7 Deferi deferida vista dos autos e extração de cópias (fls. 286/287).

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

1.8 Pareceres anteriores:

2011 - **Desfavorável**[3] (TC-001433/026/11 – Relator E. Conselheiro RENATO MARTINS COSTA, DOE de 14-09-13). Pedido de Reexame: conhecido e não provido (DOE de 15-11-14).

2012 - **Desfavorável**[4] (TC-002022/026/12 – Relator E. Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI, DOE de 14-10-14).

2013 - **Favorável** (TC-002090/026/13 – Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO, DOE de 06-01-16).

1.9 Dados Complementares:

a) Receita *Per Capita* do Município em Relação à Média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2014	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	ABAIXO DA MÉDIA
R$726.765.529,98	290.634	R$2.500,62	R$ 3.316,01	24,59%

Fonte: AUDESP

b) Resultado da Execução Orçamentária nos Últimos Exercícios:

EXERCÍCIOS	2011	2012	2013	2014
(Déficit)/Superávit	(0,06%)	(2,37%)	6,54%	(2,54%)

Fonte: fls. 289, 294, 29 e 22

c) Indicadores de Desenvolvimento

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

---

[3] Irregularidades: Ensino (24,60%) - Pessoal (57,14%) - Precatórios (EC nº 62/2009) - Ordem Cronológica de Pagamentos (artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/1993).

[4] Irregularidades: Pessoal (57,77%) - Aumento das Despesas com Pessoal (Artigo 21 da LRF) - Artigo 42 da LRF - Encargos (descontos em folha de pagamento, mas não houve a comprovação de recolhimento junto ao Instituto de Previdência) - Despesa com Publicidade em desacordo com o artigo 73, VII da Lei Eleitoral.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

ANOS INICIAIS - 4ª SÉRIE/5º ANO

TAUBATÉ (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento	-	-	4%	0	4%	-
IDEB	-	5.2	5.4	5.4	5.6	-
Meta	-	-	5.3	5.7	5.9	6.1

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
TAUBATÉ	-	5.2	5.4	5.4	5.6
Estado de SP – Pública	4.5	4.8	5.3	5.4	5.8
Brasil – Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

(*) Fonte: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

ANOS FINAIS - 8ª SÉRIE/9º ANO

TAUBATÉ (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento	-	-	0	0	- 2%	-
IDEB	-	4.7	4.7	4.7	4.6	-
Meta	-	-	4.8	5.0	5.3	5.6

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
TAUBATÉ	-	4.7	4.7	4.7	4.6
Estado de SP – Pública	3.8	4.0	4.3	4.4	4.4
Brasil – Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Percentuais Alcançados pelo Município

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Aplicação (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2014
Artigo 212 CF (25%)	29,60%	25,71%	25,73%	24,60%	26,25%	26,94%
Fundeb (100%)	-	98,42%	100%	100%	98,04%	100%
Artigo 60 ADCT	-	66,34%	73,76%	70,84%	70,06%	70,33%

Fonte: (*) TC-002980/026/05 (Exercício de 2005), TC-002569/026/07 (Exercício de 2007), TC-000563/026/09 (Exercício de 2009), TC-00001433/026/11 (Exercício de 2011) e TC-002090/026/13 (Exercício de 2013).

d) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o "plus" aplicado do FUNDEB, quando houver).

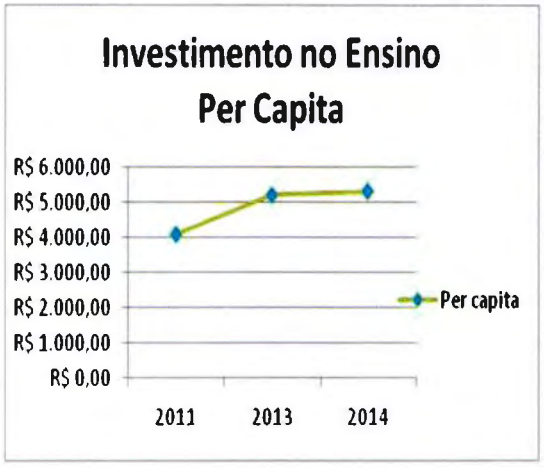
Exercício	Recursos Próprios R$	FUNDEB - Perda ou Plus (1) R$	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	TOTAL - R$	Nº de Matrículas (3)	Per Capita R$
2011	108.417.216,37	65.969.219,64		174.386.436,01	42.631	4.090,60
2013	140.969.437,01	77.551.108,22	- 2.934.532,02	215.586.013,21	41.028	5.254,60
2014	146.179.298,88	83.508.190,48		229.687.489,36	43.002	5.341,32

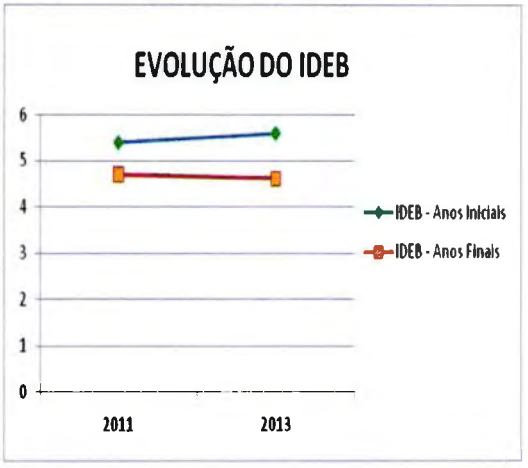
(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB

(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB

(3) Fonte: endereço eletrônico http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula

e) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB.





Os gráficos indicam que o Município apresentou nos exercícios de **2011 a 2013** crescimento no investimento *per capita* [R$ 4.090,60 (2011), R$ 5.254,60 (2013) e R$ 5.341,32 (2014)]. Com relação aos indicadores do IDEB, verificou-se progressão nos Anos Iniciais no período de **2011 a 2013** [5.4 (2011) e 5.6 (2013)] e regressão nos Anos Finais [4.7

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

(2011) e **4.6** (2013)], tendo os resultados alcançados em 2013 ficado abaixo das metas projetadas para o período [Anos Iniciais (**5,9**) e Anos Finais (**5.3**)].

A análise no exercício de 2014 resta prejudicada, uma vez que não há indicador do IDEB no período.

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de TAUBATÉ** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, FUNDEB, saúde, remuneração dos profissionais do magistério, transferências de duodécimos ao Legislativo, Iluminação Pública, remuneração dos agentes políticos, CIDE, Royalties, Multas de Trânsito, encargos sociais (INSS, PASEP, FGTS e RPPS) e precatórios.

2.2 Em relação aos **Resultados Econômico-Financeiros**, o Município apresentou déficit de arrecadação no montante de R$ 120.696.293,10 (14,24% da receita prevista de R$ 847.461.823,08).

O resultado orçamentário foi deficitário em R$ 18.469.598,89 (2,54% da receita efetivamente arrecadada de R$ 726.765.529,98).

A pretensão do Município de que os valores empenhados, alegadamente oriundos de convênios firmados com os governos estadual (R$ 1.635.282,03) e federal (R$ 14.582.868,14) – que não chegaram a ser repassados e que foram contabilizados como "Restos a Pagar não Processados" –, não sejam considerados na apuração do Resultado da Execução Orçamentária, não merece prosperar diante da ausência de comprovação da situação relatada.

Sem embargo disso, o déficit orçamentário situou-se em patamar tolerado por esta Corte.

O resultado financeiro, por sua vez, foi superavitário em R$ 26.494.600,01, revertendo o resultado deficitário apurado no exercício anterior (R$ 9.065.005,53).

O estoque de restos a pagar decresceu 4,17% em relação a 2013 (de R$ 72.105.993,67 para R$ 69.098.927,70) e a dívida de curto prazo

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

0,95% (de R$ 85.957.967,37 para R$ 85.137.341,98). Já a dívida de longo prazo aumentou 29,56% (de R$ 61.597.811,13 para R$ 79.808.007,16).

O saldo da dívida ativa cresceu 20,70% (de R$ 135.723.093,50 em 2013, para R$ 163.812.652,87 em 2014) e a disponibilidade financeira de R$ 100.183.526,87 (fls. 299/300), frente aos restos a pagar da Municipalidade, de R$ 69.098.927,70, demonstra suficiência financeira de R$ 31.084.599,17.

Quanto às **alterações realizadas no Orçamento**, a Equipe de Fiscalização observou que alcançaram o total de R$ 168.837.265,61, equivalente a 21,65%[5] da despesa inicial prevista (R$ 779.616.956,00), não obstante a Lei municipal nº 4.835, de 30-12-2013 (LOA, fls. 301/308), em seu artigo 7º, tivesse autorizado a abertura de créditos suplementares até o limite de 7% do valor total do orçamento[6].

Com o fito de analisar a adequação desses créditos abertos ao percentual autorizado, devem ser subtraídas do valor de R$ 168.837.265,61 as seguintes parcelas:

- a quantia relativa à inflação do ano (6,40%[7]) incidente sobre a despesa inicial – R$ 49.895.485,18;

- o superávit financeiro do ano anterior e o excesso de arrecadação havido no exercício - no caso inexistentes (fls. 29 e 22, respectivamente).

Reduzido o total alcançado – R$ 49.895.485,18 – do valor dos créditos abertos [R$ 168.837.265,61 (-) R$ 49.895.485,18 = R$ 118.941.780,43], verifica-se que o resultado importou em 15,25% da despesa inicial, muito acima, portanto, do percentual autorizado pela LOA e do considerado satisfatório por este E. Tribunal.

Tendo em vista, entretanto, que essa alteração orçamentária não causou desajuste fiscal, entendo possa tal falha ser conduzida ao campo das advertências.

---

5 Percentual retificado .

6 ***"Artigo 7º -*** *Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:*

I *- Até o limite de 7% da despesa total fixada no artigo 4º; e*

II *- Até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência".*

7 Endereço Eletrônico: http://www.portalbrasil.net/ipca.htm

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

2.3 No que se refere às **Despesas com Pessoal**, os dados extraídos do Sistema AUDESP indicam que o Poder Executivo dispendeu a esse título 53,71% da Receita Corrente Líquida.

A esse percentual, acresceu a Fiscalização as despesas realizadas por meio de Recibo de Pagamentos a Autônomos, no montante de R$ 828.892,00, acompanhando o posicionamento adotado nas contas de 2013 (TC-002090/026/13) pelo E. Relator Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO e a pacífica jurisprudência desta Corte.

Incluiu também as despesas com o Pagamento de Pessoal por meio de Convênio firmado com a Universidade de Taubaté – UNITAU[8] no montante de R$ 4.883.827,61, totalizando R$ 5.712.719,61[9].

Referidos ajustes foram endossados pelo Setor de Cálculos da ATJ que, na oportunidade, realizou pesquisa na rede mundial de computadores e identificou o Edital de Concurso Público FUST nº 04/2014, destinado a atender unicamente aos convênios firmados entre a Prefeitura de Taubaté e a UNITAU, sob o regime da CLT, e explicitando, inclusive, que as atribuições dos empregos de Auxiliar de

---

[8] Convênios Firmados entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contratação de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Convênios Creche - Processo nº 34.982/2013 - R$ 2.659.693,81 - Objeto: planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação continua dos profissionais envolvidos nos projetos.

Convênios Monitores - Processo nº 8.116/2013 - R$ 2.224.133,80 - Objeto: execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Total dos Convênios R$ 4.883.827,61.

Muito embora os Termos de Convênio tenham sido firmados com a UNITAU, a execução do objeto foi transferida para a Fundação Universitária de Taubaté - FUST.

[9] Demonstrativo - Despesas com Pessoal (fl. 41):

Período	Dez/2013	Abr/2014	Ago/2014	Dez/2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado "A"	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização "B"				5.712.719,61
Gastos Ajustados "C"	**372.586.631,77**	**381.870.595,12**	**405.490.507,82**	**408.914.680,57**
Receita Corrente Líquida "D"	**721.271.561,83**	**746.910.076,91**	**740.077.919,80**	**750.666.886,30**
Gasto Informado	51,66%	51,13%	**54,79% (*)**	**54,47%**

Legenda: (*) Acima do limite.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Desenvolvimento Infantil e de Auxiliar Técnico Administrativo seriam executadas nas Unidades Escolares de Educação Básica do Município.

Observou que, nesses termos, a contabilização dessa despesa deveria ser realizada sob a rubrica "*ressarcimento de pessoal requisitado*", passando a integrar o Grupo dos Gastos com Pessoal, nos moldes do que disciplina o Manual de Demonstrativos Fiscais – Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Desta forma, incluído o montante de R$ 5.712.719,61, os gastos com pessoal em relação à RCL atingiram 54,47%, ferindo o disposto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da LRF.

Demonstrou, entretanto, a Unidade de Economia da ATJ que a taxa excedente da despesa com pessoal do 2º quadrimestre/2014 **(54,79%)** foi reduzida em pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre/2015: **54,22%**. Constatou, também, que, em dezembro de 2015 – prazo final para a recondução total do excedente, à luz da flexibilização autorizada pelo artigo 66 da LRF –, as despesas com pessoal foram reduzidas para 52,43%, conforme dados extraídos do Sistema AUDESP.

Assim, mostra-se regular a situação da Prefeitura Municipal de Taubaté nesse aspecto.

2.4 Relativamente ao **Ensino – Recursos Próprios**, a Equipe de Fiscalização apurou que o Município de Taubaté aplicou 26,79% das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Requerente solicitou a inclusão nesse cálculo dos Restos a Pagar do exercício de 2013, no montante de R$ 1.515.982,71, não computados nas contas de 2013 e pagos no período de 01-02-14 a 31-12-14.

Como bem assinalado pelo Setor Especializado da ATJ procede a pretensão, uma vez que a própria Fiscalização, quando da inspeção *in loco*, atestou o pagamento de R$ 835.337,21 (fls. 252/253 cópia do relatório do TC-000563/026/14) dos restos a pagar de 2013 no período de 01-02 a 31-12-14. Com isso, passou para 26,94% o total dos gastos com ensino no Município de Taubaté, no exercício em exame:

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Valores (R$)	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	542.562.249,95	100%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO	145.343.961,67	
(+) Restos a Pagar de 2013 - Pagos no período: 01-02 a 31-12-2014	835.337,21	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após Defesa Prévia	146.179.298,88	26,94%

2.5 Quanto às demais falhas apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.6 Diante do exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de TAUBATÉ, relativas ao exercício de 2014.

2.7 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

a) Aprimore o Plano de Mobilidade Urbana, a fim de atender a todos os requisitos do artigo 24 da Lei federal nº 12.587/12.

b) Assegure o estrito cumprimento da Lei federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), com a criação de serviço de informações ao cidadão e divulgação, em sua página eletrônica, dos repasses efetuados a entidades do Terceiro Setor.

c) Promova rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF.

d) Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias.

e) Adote medidas eficazes para regularizar as divergências e inconsistências apontadas nas peças contábeis, bem como nas informações enviadas ao Sistema AUDESP, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

f) Cumpra o disposto no artigo 14 da LRF na concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

g) Aprimore os mecanismos de cobrança da Dívida Ativa para possibilitar maior índice de recuperação de créditos.

h) Adote imediatas providências tendo em vista o apurado na Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6, efetuada pela Advocacia Geral da União, que concluiu pela responsabilização de ex-Prefeitos por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

i) Registre adequadamente as despesas de pessoal em consonância com a LRF e promova esforços fiscais com vista a mantê-las dentro dos limites legais.

j) Aplique e contabilize corretamente os recursos vinculados ao Ensino e à Saúde.

k) Atente para o desempenho da rede municipal de ensino no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), buscando não apenas a aplicação dos mínimos constitucionais e legais de verbas na educação, mas o efetivo resultado qualitativo deste investimento na melhora do ensino a cargo da Prefeitura.

l) Corrija os desacertos nos registros de precatórios, de modo a atender aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

m) Adote providências em relação às irregularidades relativas aos adiantamentos, observando com rigor o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei federal nº 4.320/64 e as diretrizes traçadas por esta Corte (Comunicado SDG nº 19, DOE-SP de 08-06-10), a fim de garantir a transparência, economicidade e razoabilidade nos gastos públicos.

n) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e respeitando, nos pagamentos, a ordem cronológica de suas exigibilidades.

o) Regularize as inconsistências e divergências apontadas em seus Livros e Registros.

p) Reavalie seu Quadro de Pessoal, atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

q) Aprimore a gestão de pessoal, adotando medidas concretas com vista à regularização das férias, da situação dos servidores que se encontram em desvio de função, das reiteradas contratações temporárias e do excessivo pagamento de jornada extraordinária, acima dos limites diários permitidos pela legislação.

r) Atenda integralmente às recomendações deste Tribunal.

Determino, ainda:

a) a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, objetivando o planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação continua dos profissionais envolvidos nos projetos, e respectiva prestação de contas[10];

b) a expedição de ofício a i. Subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas;

c) que o processo acessório TC-000563/126/14 e o expediente TC-000551/026/15 permaneçam apensados a estes autos.

Consigno que deixo de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, objetivando a execução de atividades de cunho socioeducativo, com vista ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação, tendo em vista que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TC's 001552/007/14 e 000144/007/15.

2.8 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

---

[10] Realizada pesquisa no Sistema Integrado e Controle de protocolo desta Casa, nesta data, e não foi localizada a sua abertura.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

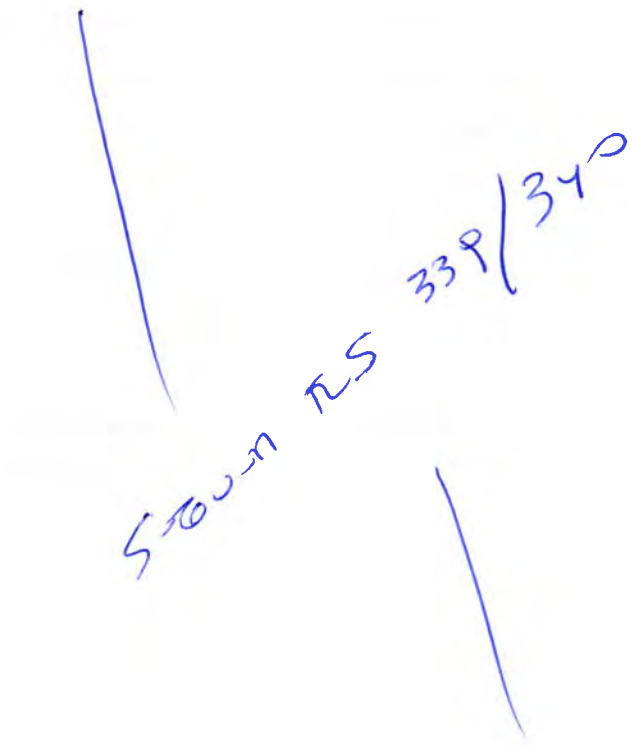
Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da **Segunda Câmara do dia 23 de agosto de 2016.**

SDG-1, em 29 de agosto de 2016

Elenílson Shibata Brandão Paixão
Respondendo pelo cargo de Taquígrafo de
Controle Externo-Chefe

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 3225-5061-1380-8378


Sem RLS 338/34º

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

P A R E C E R

TC-000563/026/14
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2014.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125) e outros.
Acompanham: TC-000563/126/14 Expediente: TC-000551/026/15.
Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de agosto de 2016, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, ***ACORDA***, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determina, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 1 de setembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Presidente - Relator

ft.

15 9 16

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
09.1.1 PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS 03/11/2016
TTLC939 09:24:06

341

TIPO PROT.: x - TC __ (?) _ - TCA ____ (?) x - DOC _ TIPO DOC __ (?)
********** P A R T E S **********
1.PARTE:CODIGO: _____ (?) UNID.: _ (S/N) TC'S EM TRAMITE: _
NOME : _____

2.PARTE:CODIGO: _____ (?) UNID.: _ (S/N) OU MATRICULA: _____
NOME : _____

ENT.GERENCIADA: _____ (?)
AUDITOR ATUAL: _____ RELATOR ATUAL: _____
EXERCICIO : ____ AUTUADO ENTRE: __ / __ / ____ E __ / __ / ____
TIPO DOC. : __ (?) PREFIXO : _____ DATA DOC.: __ / __ / ____
NUM. DOC. : _____ / ____ OU SEQ.: _____
NUM. EDITAL : _____ TIPO LICITACAO: _ (?) REGIONAL: ___
REF. TC- 0000000000563 / 026 / 14 DOC.NAO JUNTADOS AO REF.TC.: x
RESPONSAVEIS : _____
OBJETO: _____
TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

342

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Fl.
TC-000563/026/14

Certifico que o r. Parecer de fls.339/340, publicado no DOE de 15/09/2016, transitou em julgado 31/10/2016.

GCSEB, em 03 de novembro de 2016.

Izilda Aparecida Zaia
Assistente Técnico de Gabinete II

OF-CS-SB nº 2032/2016 (AR)

11.11.2016

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de novembro de 2016

Ofício C.CSEB nº 2032/2016
TC-000563/026/14

Senhor Prefeito

Pelo presente, de ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo encaminho-lhe cópia da r. Decisão da Colenda Segunda Câmara desta Casa, proferida em sessão de 23.08.2016, acompanhada do r. Parecer respectivo, para conhecimento e providências.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

Marcio Fonseca Mota
Responsável pelo expediente
do Cartório

Excelentíssimo Senhor
PAULO DE TARSO CARDOSO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATE
TAUBATE - SP

OFCS-SN-2033/2016(AK)

18/11/2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de novembro de 2016

Ofício C.CSEB nº 2033/2016
TC-000563/026/14
(Ref.TC-000551/026/15)

Senhora Advogada

Encaminho à consideração de Vossa Excelência cópia da Decisão da Egrégia Segunda Câmara desta Corte, proferida em sessão de 23.08.2016, acompanhada do r. Parecer respectivo.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Conselheiro

Excelentíssima Senhora
DRª NATHALIA STIVALLE GOMES
Advogada da União
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO-PROCURADORIA
SECCIONAL SÃO JOSE DOS CAMPOS
SÃO JOSE DOS CAMPOS - SP

RECEBIDO NO DSF - II
EM 21 / 11 / 16
RELAÇÃO Nº 6365
ASS. _____

Visto.

À **Unidade Regional de São José dos Campos** para cumprir as determinações contidas no item 3 da r. Decisão de fls. 311.

DSF-II, 21 de novembro de 2016.

ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLA
Diretor Técnico de Departamento

/cyt

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 — Centro — SP — CEP: 01017-906 PABX (011) 3258-3266
INTERNET: www.tce.sp.gov.br E-MAIL: gp@tce.sp.gov.br

São José dos Campos, 28 de novembro de 2016.

Ofício UR-7 nº 846/2016

Ref. TC- 563/026/14

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no Subitem 4.5.1 da Ordem de Serviço SDG nº 02/09, o processo de prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, bem como os anexos a ele vinculados e o respectivo Parecer emitido pela E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23/08/2016, relativo às Contas da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o exercício de 2014, para os fins previstos no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo, deixando, todavia, de dar atendimento à alínea "a" (fls. 336) do item 2.7 do Voto do Relator, em razão do Convênio nº 34982/13 já ser objeto de apreciação nos autos próprios TC 979/007/14.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
DIRETORA TÉCNICA DE DIVISÃO SUBSTITUTA DA UR-7

AO
EXMO. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

ENDERECO : Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 258.3266

Processo: 6624/2016
Contas do Prefeito n° 1/2016
Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

Origem: Secretaria
Fase Atual: Protocolar Processo

DESPACHO

Ação: Processo Protocolado
Despacho: Protocolado pela Secretaria da Câmara e encaminhado ao Expediente da 220º Sessão Ordinária.

Próxima Fase: Para Leitura no Expediente

Setor Destino: Plenário

Taubaté, 02 de dezembro de 2016

Maria Adriana Pedrosa
Chefe de Secretaria

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 08 de fevereiro de 2017

DE: Plenário
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Leitura no Expediente

Ação: Lida no Expediente
Complemento: De ordem do senhor Presidente, certifico que a Conta foi lida no expediente da 1ª Sessão Ordinária, realizada em 06/02/2017.

Providências: Para Distribuição

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo
36851719843

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 02 de março de 2017

DE: Diretoria Legislativa
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Distribuição

Ação: Ao Setor Responsável

Complemento: Certifico que foi publicado o inteiro teor do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 no Boletim Legislativo e no portal da Câmara na internet, conforme documentos anexos, e que afixei cópia dos referidos documentos no átrio da Câmara Municipal.
Certifico também que foi publicado no Boletim Legislativo e no portal da Câmara na Internet o comunicado de que as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante o prazo de 60 dias, conforme documentos anexos, e que afixei cópia dos referidos documentos no átrio da Câmara Municipal.
Certifico, finalmente, que foi encaminhado ofício informando o senhor prefeito municipal sobre o início do processo de julgamento das contas referentes ao exercício de 2014 pela Câmara Municipal (ofício e recibo anexos).
À Secretaria das Comissões Permanentes para encaminhar os autos para a Comissão de Finanças e Orçamento, para as providências de sua competência.

Providências: Para Providencias da SCP

Luís Rodrigo de Andrade
Diretor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo TC 543/026/14
Contas do prefeito municipal de Taubaté
Exercício de 2014

Ao Diretor Legislativo:

Em atendimento ao disposto no artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal, determino:

1) publicar o inteiro teor do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 no **Boletim Legislativo**, no **site** e no **átrio** da Câmara Municipal.

2) publicar no **Boletim Legislativo**, no **site** e no **átrio** da Câmara Municipal o comunicado de que as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante o prazo de 60 dias.

3) elaborar ofício, informando o senhor prefeito municipal sobre o início do processo de julgamento das contas referentes ao exercício de 2014 pela Câmara Municipal.

4) encaminhar os autos para a Comissão de Finanças e Orçamento, para as providências de sua competência.

Taubaté, 20 de fevereiro de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

Comunico que, em cumprimento ao que dispõe o § 3º do artigo 31 da Constituição da República, as contas do prefeito do município de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição dos contribuintes na Secretaria das Comissões Permanentes, de 2 de março de 2017 a 30 de abril de 2017, para exame e apreciação.

Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Of. nº 0116/2017

Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que teve início na Câmara Municipal o processo de julgamento das contas da prefeitura referentes ao exercício de 2014.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Diego Fonseca
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté
NESTA

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Of. nº 0116/2017

Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que teve início na Câmara Municipal o processo de julgamento das contas da prefeitura referentes ao exercício de 2014.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Diego Fonseca
Presidente

RECEBI EM

23 / 2 / 17

Elaine

NOME DO SERVIDOR

A Sua Excelência o Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté
NESTA

Assinado digitalmente por DIEGO FONSECA NASCIMENTO:21660244838
Data: 23/02/2017 13:28:48

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Município: Taubaté.
Prefeito(s): José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior.
Exercício: 2013.
Requerente(s): Prefeitura Municipal de Taubaté – José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior – Prefeito.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 17-11-15, publicado no D.O.E. de 06-01-16.
Advogado(s): Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Marcelo Palavéri (OAB/SP nº 114.164), Leandro da Rocha Bueno (OAB/SP nº 214.932) e outros.
Acompanha(m): TC-2090/126/13.
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. "Despesas com Pessoal" e "Aplicação no Ensino". Falhas não afastadas. "Resultado Financeiro" - a documentação encartada demonstra que o Resultado Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no encerramento do exercício de 2013 foi superavitário. Afastado o alerta emitido. CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os autos.
O E. Tribunal Pleno, em Sessão de 09 de novembro de 2016, pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, bem como dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, deu-lhe provimento parcial, para afastar a emissão de alerta quanto ao resultado financeiro, mantendo o parecer Favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, relativas ao exercício de 2013, e as demais recomendações.
Fica autorizada vista e extração de cópias dos autos aos interessados, no Cartório da Conselheira Relatora, observadas as cautelas legais.
Presente o Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa, DD. Representante do Ministério Público de Contas.
Publique-se.
São Paulo, 24 de novembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
Presidente

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Relatora

CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

Comunico que, em cumprimento ao que dispõe o § 3º do artigo 31 da Constituição da República, as contas do prefeito do município de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição dos contribuintes na Secretaria das Comissões Permanentes, de 2 de março de 2017 a 30 de abril de 2017, para exame e apreciação.
Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

PARECER

TC-000563/026/14
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2014.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP n° 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP n° 212.125) e outros.
Acompanham: TC-000563/126/14 Expediente: TC-000551/026/15.
Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.
Vistos, relatados e discutidos os autos.
A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de agosto de 2016, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, ACORDA, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.
À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.
Determina, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.
Determina, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.
Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.
Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.
Presente o Procurador do Ministério Público de Contas – João Paulo Giordano Fontes.
Publique-se.
São Paulo, 1 de setembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Presidente - Relator

Requerimento

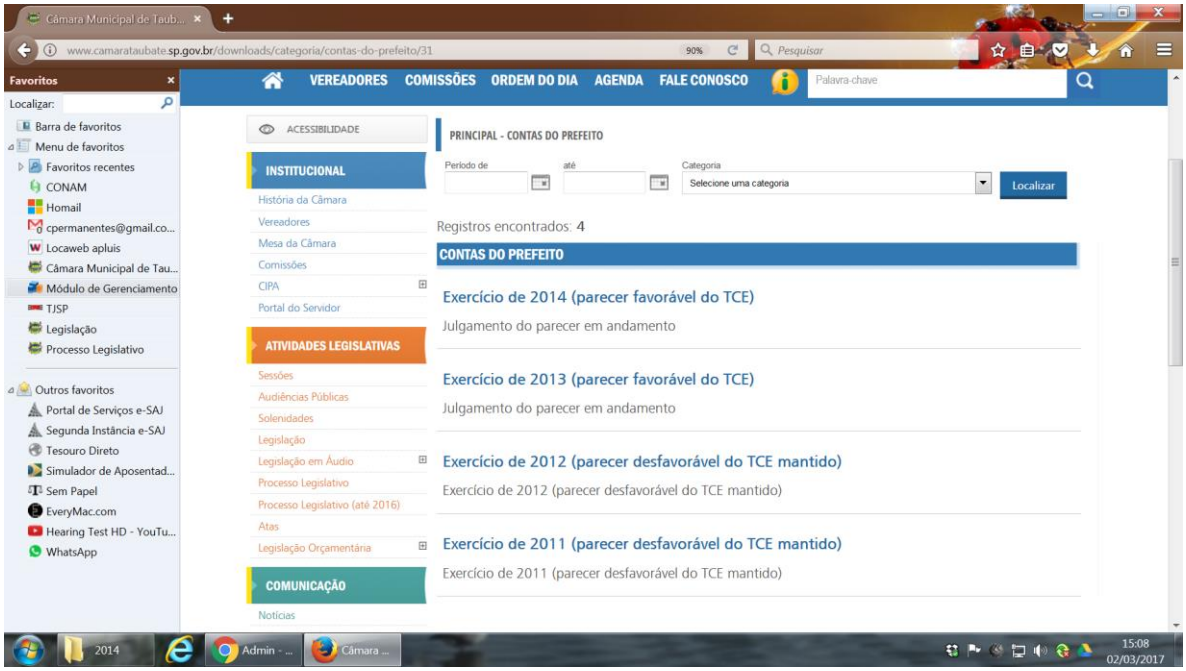
SÚMULA E RESPOSTA

REQUERIMENTO Nº 1846/2016, de autoria da Vereadora Vera Lúcia Santos Saba - Requer ao Exmo. Sr. Prefeito informações a respeito informações a respeito da falta de infraestrutura no bairro Residencial Benedito Capeleti.

Of. nº 1278/2016
Juntamos ao presente, cópia dos esclarecimentos prestados pela Secretaria de Planejamento desta Prefeitura, acerca do ora indagado.
(Anexo disponível na Secretaria da Câmara)
Prefeito Municipal

REQUERIMENTO Nº 1847/2016, de autoria do Vereador José Adalcio Nunes Coelho - Requer troca do pavimento da calçada no entorno do Sítio do Pica-Pau Amarelo, na Chácara do Visconde.

Of. nº 1273/2016
Em atendimento ao requerimento em epígrafe, a Secretaria de Obras informa


Câmara Municipal de Taub...
www.camarataubate.sp.gov.br/downloads/categoria/contas-do-prefeito/31
Favoritos
Localizar:
Barra de favoritos
Menu de favoritos
Favoritos recentes
CONAM
Homail
cpermanentes@gmail.co...
Locaweb apluis
Câmara Municipal de Tau...
Módulo de Gerenciamento
TJSP
Legislação
Processo Legislativo
Outros favoritos
Portal de Serviços e-SAJ
Segunda Instância e-SAJ
Tesouro Direto
Simulador de Aposentad...
Sem Papel
EveryMac.com
Hearing Test HD - YouTu...
WhatsApp
VEREADORES
COMISSÕES
ORDEM DO DIA
AGENDA
FALE CONOSCO
Palavra-chave
ACESSIBILIDADE
INSTITUCIONAL
História da Câmara
Vereadores
Mesa da Câmara
Comissões
CIPA
Portal do Servidor
ATIVIDADES LEGISLATIVAS
Sessões
Audiências Públicas
Solenidades
Legislação
Legislação em Áudio
Processo Legislativo
Processo Legislativo (até 2016)
Atas
Legislação Orçamentária
COMUNICAÇÃO
Notícias
PRINCIPAL - CONTAS DO PREFEITO
Período de
até
Categoria
Selecione uma categoria
Localizar
Registros encontrados: 4
CONTAS DO PREFEITO
Exercício de 2014 (parecer favorável do TCE)
Julgamento do parecer em andamento
Exercício de 2013 (parecer favorável do TCE)
Julgamento do parecer em andamento
Exercício de 2012 (parecer desfavorável do TCE mantido)
Exercício de 2012 (parecer desfavorável do TCE mantido)
Exercício de 2011 (parecer desfavorável do TCE mantido)
Exercício de 2011 (parecer desfavorável do TCE mantido)
2014
Admin - ...
Câmara ...
15:08
02/03/2017

Taubaté, 02 de março de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: Ao senhor Vereador Boanerge, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:
Encaminho os autos a Vossa Excelência para designar relator (art. 55, § 1º do Regimento Interno) dentre os Vereadores Boanerge, Guará Filho e Loreny.

Providências: Para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Designar Relator

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 07 de março de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Designar Relator

Ação: Avoca / Designa
Complemento: Designo como relator o Nobre Vereador Guará Filho.
Solicito que seja expedido ofício intimando o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para apresentar defesa, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno.

Providências: Para Providencias da SCP

Boanerge
Vereador

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 27 de março de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: Ao senhor Vereador Guará Filho, Secretário da Comissão de Finanças e Orçamento:
Certifico que o prazo para apresentação de defesa encerrou-se em 23/3/2017, sem manifestação do Prefeito Municipal.

Providências: Para Manifestação do Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Of. nº 2/2017-CFO

Taubaté, 7 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Conforme é de seu conhecimento, tramitam na Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal os autos do Processo TC-000563/026/14, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos quais consta parecer prévio favorável às contas do Prefeito Municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014.

Antes de opinar e apresentar o competente projeto de decreto legislativo, o qual aprovará ou rejeitará o parecer prévio do Tribunal de Contas, a Comissão de Finanças e Orçamento abre o prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 218 do Regimento Interno da Câmara, para que Vossa Excelência apresente defesa.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Ao Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito do Município de Taubaté
NESTA

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Of. nº 2/2017-CFO

Taubaté, 7 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Conforme é de seu conhecimento, tramitam na Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal os autos do Processo TC-000563/026/14, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos quais consta parecer prévio favorável às contas do Prefeito Municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014.

Antes de opinar e apresentar o competente projeto de decreto legislativo, o qual aprovará ou rejeitará o parecer prévio do Tribunal de Contas, a Comissão de Finanças e Orçamento abre o prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 218 do Regimento Interno da Câmara, para que Vossa Excelência apresente defesa.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

RECEBI EM

08/03/17

NOME DO SERVIDOR

Ao Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito do Município de Taubaté
NESTA

Assinado digitalmente por BOANERGE DOS SANTOS:05765778801
Data: 07/03/2017 15:22:04

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Taubaté, 05 de maio de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Manifestação do Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Ação: Manifestação Favorável
Complemento: Exaro Parecer Favorável as contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014, conforme manifestação em anexo.

Providências: Para Providencias da SCP

Guará Filho
Vereador

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

Cuida o presente processo sobre o Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Para dar cumprimento ao que dispõe o artigo 31 da Constituição da República, a Mesa da Câmara Municipal de Taubaté encaminhou à Comissão de Finanças e Orçamento, composta pelos Vereadores Boanerge, Vereador Guará Filho e Vereadora Loreny.

Em cumprimento ao que dispõe o §3º do artigo 31 da Constituição da República, as contas do Prefeito do município de Taubaté referentes ao exercício de 2014 estão à disposição dos contribuintes na Secretaria das Comissões Permanentes, de 02 de março de 2017 a 30 de abril de 2017, para exame e apreciação.

No dia 06 de fevereiro de 2017, teve início o prazo de 90 dias a que se refere o artigo 215 do Regimento Interno para que o julgamento das contas fosse concluído pela Câmara Municipal, o prazo findará em 08 de maio. Após essa data, a boa técnica legislativa sugere que a deliberação de qualquer matéria fique sobrestada até que seja ultimada a deliberação sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Em atendimento ao artigo 217 do Regimento Interno, o Presidente da Câmara Municipal comunica o Prefeito sobre o início do processo de julgamento das contas.

Em 07 de março de 2017, este Vereador foi designado como Relator do processo.

De posse dos autos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Boanerge, ao designar o Relator, também requisitou ao Presidente da Câmara Municipal que oficiasse o interessado, o senhor Prefeito Municipal, para que apresentasse se assim desejasse, sua defesa prévia, haja vista que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitira parecer favorável à aprovação das contas.

O presidente assim consentiu e encaminhou ao interessado o ofício nº 2/2017 – CFO, em 07 de março de 2017. Em 30 de março de 2017, o Senhor Prefeito Municipal apresentou sua defesa.

Feito um breve histórico da tramitação do processo e definidas as principais datas norteadoras dos trabalhos, passamos à análise dos fatos.

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310031003100370039003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

As contas nada mais são do que o resultado de uma auditoria externa realizada, no caso, sobre os atos do Prefeito em 2014.

A auditoria utiliza duas fontes básicas de informação:

- a documentação obrigatória e oportunamente encaminhada pelo próprio prefeito ao Tribunal de Contas, e

- a vistoria *in loco.*

Essas informações são reunidas às conclusões do auditor em um documento, em forma de relatório, o qual é submetido, juntamente com as defesas oferecidas pela origem, a uma das Câmaras do Tribunal de Contas para deliberação e emissão de um **Parecer.**

O relatório com as conclusões da auditoria sobre as contas de 2014, principal peça deste processo, encontra-se encartado aos autos.

A 2ª Câmara do Tribunal de Contas, com base no relatório, na defesa e nos votos dos conselheiros, entendeu emitir parecer favorável às contas do Prefeito Municipal.

Considerando que o prazo para apresentação de defesa encerrou-se no dia 23 de março de 2017, passamos ao exame das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014, prestadas pelo Prefeito Municipal ao Tribunal de Contas em cumprimento à determinação constitucional.

Em 23 de agosto de 2016, por decisão da Segunda Câmara: ***"Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.***

À margem do Parecer, determinou a expedição de oficio ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio no 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determinou, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551 /026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n' 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/ 14 e 000144/007 /15.

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310031003100370039003A00540052004100 Conferência em http://www.spdoline.com.br/camarataubate/autenticidade

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal".

Procedendo a análise do contido no processo, foi verificado que os percentuais mínimos exigidos na Constituição Federal para aplicação nas áreas de Educação e Saúde foram cumpridos.

Os demais quesitos que norteiam a auditoria do Tribunal de Contas (precatórios, despesas com pessoal, transferência de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, encargos sociais), também foram atendidos pelo Executivo.

Ressaltamos que as recomendações apontadas no Relatório devem ser adotadas para evitar futura rejeição das contas do Executivo.

Este Relator, principalmente pelo exposto no Relatório e Voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, concorda com os argumentos apontados pelo Egrégio Tribunal de Contas exarando desta forma **Parecer Favorável** a aprovação das contas do Prefeito Municipal referente ao exercício de 2014.

Em cumprimento ao artigo 219 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, apresento a minuta de Projeto de Decreto Legislativo que rejeita o Parecer Prévio do Tribunal de Contas.

Taubaté, 4 de maio de 2017.

Vereador Guará Filho
Secretário da Comissão de Finanças e Orçamento

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310031003100370039003A00540052004100 Conferência em http://www.spdoline.com.br/camarataubate/autenticidade

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

MINUTA

Projeto de Decreto Legislativo nº

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

DECIDIU e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Art. 2º O presidente da Câmara Municipal de Taubaté comunicará a decisão na forma do art. 226 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Jaurés Guisard, 02 de maio de 2017.

Vereador Guará Filho
Secretário e Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310031003100370039003A00540052004100 Conferência em http://www.spdoline.com.br/camarataubate/autenticidade

Taubaté, 08 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: Ao senhor Vereador Boanerge, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento: Encaminho o presente projeto para emissão de seu voto ao parecer, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno.

Providências: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 10 de maio de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Ação: Manifestação Favorável
Complemento: Acompanho o Nobre Relator e exaro VOTO FAVORÁVEL a aprovação das contas do prefeito, referente ao exercício de 2014.

Providências: Para Providencias da SCP

Boanerge
Vereador

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 10 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão
Complemento: À senhora Vereadora Loreny, membro da Comissão de Finanças e Orçamento: Encaminho o presente projeto para emissão de seu voto ao parecer, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno.

Providências: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 12 de maio de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Ação: Manifestação Favorável

Complemento: Meu voto é no sentido de acompanhar o PARECER FAVORÁVEL exarado pelo Nobre Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Guará Filho.

Providências: Para Providencias da SCP

Loreny
Vereadora

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 12 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Parecer da Comissão Registrado
Complemento: Anexo registro de parecer FAVORÁVEL nº 84/2017.

Providências: Para Providências da Diretoria Legislativa

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CP nº 1/2016

Autoria: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Assunto: Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

REGISTRO DE PARECER DE COMISSÃO PERMANENTE

Sob o nº 84 registrei o **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão de Finanças e Orçamento, conforme manifestação de seu relator, Vereador Guará Filho, nos autos do presente projeto.

Secretaria das Comissões Permanentes, 12 de maio de 2017.

Luciana Moraes
Consultora Legislativa

Identificador: 3100310036003300380003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Taubaté, 26 de junho de 2017

DE: Diretoria Legislativa
PARA: Arquivo Administrativo

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providências da Diretoria Legislativa

Ação: Processo Instruído

Complemento: Instruo os presentes autos eletrônicos, para remetê-los ao arquivo, com a íntegra do PDL nº 17/2017, a Ata da sessão em que o projeto foi rejeitado, a publicação da referida Ata no Boletim Legislativo e os comprovantes de recebimento dos ofícios pelas autoridades competentes.

Providências: Processo Arquivado

Luís Rodrigo de Andrade
Diretor Legislativo

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

N.° do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo
2629/2017	**2649/2017**	**05/05/2017 17:12:33**

Tipo
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Número
17/2017

Principal/Acessório
Principal

Autoria:

GUARÁ FILHO

Co-Autor(es):

BOANERGE,

Ementa:

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

Projeto de Decreto Legislativo nº

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

DECIDIU e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Art. 2º O presidente da Câmara Municipal de Taubaté comunicará a decisão na forma do art. 226 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Jaurés Guisard, 02 de maio de 2017.

Vereador Guará Filho
Secretário e Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Assinado digitalmente por AUGUSTO CESAR NOGUEIRA CORTEZ PEREIRA:304
Data: 05/05/2017 17:09:16

Assinado digitalmente por BOANERGE DOS SANTOS:05765778801
Data: 05/05/2017 15:48:35

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls fl 392

Taubaté, 05 de maio de 2017

DE: Secretaria
PARA: Plenário

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Projeto de Decreto Legislativo

Ação: Projeto de Decreto Protocolado
Complemento: Protocolado e Certificado na Secretaria da Câmara.

Providências: Para Leitura no Expediente

Keni Rogers Pereira
Técnico Legislativo de Administração

Assinado digitalmente por KENI ROGERS PEREIRA:30449773809
Data: 05/05/2017 17:11:48

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 09 de maio de 2017

DE: Plenário
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Leitura no Expediente

Ação: Lido no Expediente
Complemento: De Ordem do Senhor Presidente, Certifico: Projeto de Decreto Legislativo lido no Expediente da 14ª Sessão Ordinária, realizada em 08/05/2017.

Providências: Para Distribuição

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por PAULO EDUARDO DE CARVALHO LOPES:3685171
Data: 09/05/2017 11:41:35

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 09 de maio de 2017

DE: Diretoria Legislativa
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Distribuição

Ação: Para Instrução se necessário
Complemento: Encaminho para instrução com reprodução do parecer prévio do TCESP sobre as contas de 2014.
Certifico que não há distribuição para as demais comissões, tendo em vista que a proposição é de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, em cumprimento ao que dispõe o art. 219 do Regimento Interno da CMT.

Providências: Para Instrução do Processo

Luís Rodrigo de Andrade
Diretor Legislativo

Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399895862
Data: 09/05/2017 11:55:06

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 09 de maio de 2017

DE: Diretoria Legislativa
PARA: Procuradoria Legislativa

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Instrução do Processo

Ação: Processo Instruído
Complemento: Junto nesta data reprodução do Parecer Prévio do TCESP sobre as contas do Prefeito Municipal, exercício 2014.
No ensejo, encaminho para a Procuradoria Legislativa para ciência.

Providências: Para Emissão de Parecer Jurídico

Luís Rodrigo de Andrade
Diretor Legislativo

Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399895862
Data: 09/05/2017 11:55:13

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS – PREFEITURA MUNICIPAL

CONSELHEIRO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

(fls. 3)

2

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

PROTOCOLO: 0000000000563/026/14 DT.AUTUACAO: 06/01/2014

INTERESS.:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CODIGO: 000.00.00.613
EXERCICIO: 2014 PROCED.INTERNA: UR-7 PORTE MUNICIPIO: G

8ª PROCURADORIA DE CONTAS

2 | 1 C 04/03/14

1 C

Assinado digitalmente por MARIA ROSANGELA PEIXOTO SANTA CRUZ ADORNO:25303905862
Data: 09/09/2016 17:55:39

Identificador: 3100310031003200310003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 398

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

C951.1

TC: 0000000000563 / 026 / 14 FOLHA: 2

SRA. DIRETORA TECNICA DA D.E.

NOS TERMOS DO MEMORANDO SDG N. 0000335 / 2013 PROTOCOLAMOS E AUTUAMOS O PRESENTE PROCESSO, QUE ABRIGARA A PRESTACAO DE CONTAS DO MUNICIPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE RELATIVO AO EXERCICIO DE 2014.

D.E.-3, EM 06 / 01 / 2014

MAURA ALBINA MASSARDI DE SENA
AGENTE FISC. FINANCEIRA
CHEFE SUBST.

VISTO.
ENCAMINHE-SE AO D.S.F.-2 , EM TRANSITO PELO GABINETE DA PRESIDENCIA, PARA FINS DE DISTRIBUICAO.

G.D.E., EM 06 / 01 / 2014

SONIA AP. DE PAULA S. DINIZ
DIRETORA TECNICA-SUBSTITUTA

TLC021 - PRODESP - ORIGINAL CRIADO E IMPRESSO A LASER (GPSN)

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 398

FL. 3

DISTRIBUICAO ALEATORIA DE PROCESSO

PROCESSO : 0000000000563 / 026 / 14

MATERIA TRATADA: CONTAS MUNICIPAIS

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE

OBJETO :

CONSELHEIRO : DR.SEB SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PROCESSO DISTRIBUIDO EM 05/02/2014, ATRAVES DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PROCESSOS, CONFORME RELATORIO AUTENTICADO PELA PRESIDENCIA E ARQUIVADO NO GABINETE DA PRESIDENCIA SOB LOTE NUMERO 000000035 E ORDEM 000000012 .

CLAU7MOU

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 4

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS– UR-7

São José dos Campos, 10 de agosto de 2015.

Ofício nº 543/2015 - UR-7

Excelentíssimo Senhor,

Informo a Vossa Excelência que os abaixo relacionados são servidores deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e estão autorizados a proceder a fiscalização das contas do exercício de 2014, objeto do Processo n.º **TC-563/026/14**, na conformidade das Instruções vigentes:

- CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
- EMMANUELLE CHRISTINNE FONSECA DE PAIVA NERY
- JOSÉ PAES DA SILVA
- LUANA MENDES MARTINI ALMEIDA

Fica Vossa Excelência, desde já, NOTIFICADO a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse.

Desde logo, fica, também, NOTIFICADO de que todos os despachos e decisões tomados acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão - UR-7

A Sua Excelência o Sr.
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté

Recebi
11/08/15
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito Municipal

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 400

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

AUDESP

Documento Cadastro Auditoria Governança Ajuda/Sair

Prestar Informações Via Interação Direta >> Relatório de Atividades

Município:	Taubaté
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Ano Exercício:	2014
Tipo de Documento:	Relatório de Atividades
Período:	Ano
Data da Prestação:	23/03/2015 09:34

Voltar

Programas

Código do Programa	Denominação do Programa	Código do Indicador Pretendido	Denominação do Indicador Pretendido	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	198	POPULACAO ATENDIDA(RECEITAS AVIADAS DE ESPEC./POPUL.SUSX100)	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	199	PERCENTUAL DE NUM.MEDIC.PRESCRITOS E ATEND.PAMOS E ESF	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1010	ATENCAO BASICA	135	MED.ANUAL CONSULTAS MEDIC.POR HABIT.NAS ESPEC.BAS./POPUL.TOT	% PERCENTUAL	2,00	2,20	Meta atingida
1010	ATENCAO BASICA	171	POP.CADT.PELA ESTRAT.SAUDE DA FAMILIA/POPUL.TOTAL X100	% PERCENTUAL	26,08	14,54	Não realizada, ação prevista para conversão de 05 unidades de atenção básica tradicional em ude da Família. Aguardando concurso público.
1010	ATENCAO BASICA	200	PROPORCAO DE NASC.VIVOS DE MAES C/07 OU MAIS CONS.PRE NATAL	% PERCENTUAL	81,00	78,35	Reformulação de impressos para transição para novo sistema de informação - Ministério da S ento de equipes e mudança do quadro de profissionais.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	201	TAXA DE COB.DE CENTROS DE ATENCAO PSIC. (CAPS)/100.000 HAB.	UNIDADES	1,03	1,00	CAPS AD III implantado em out/2014.Em adequação para qualificação pelo Ministério da Sa
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	202	RAZAO D PROCEDIMENTOS AMBULAT.DE MEDIA COMPLEX./POP.RESID.	UNIDADES	0,50	1,87	Meta atingida
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	203	PROPORCAO DE CASOS DE DNC ENCER.OPORT.APOS A NOTIFICACAO.	% PERCENTUAL	95,80	78,55	No ano coorte(2014) foram registradas 401 notificações de doenças compulsórias imediata, o em até 60 dias. De 401 notificadas, 315 fechadas oportunamente, 76 em momento impor não encerrada. Devido ao grande número de exames encaminhados ao Instituto Adolfo Lutz, ade na liberação dos resultados de exames impossibilitando o fechamento oportuno de algur s registradas no sistema SINANNET, Ex.Coqueluche.
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	204	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	% PERCENTUAL	12,60	15,19	Dados parciais, consolidação ainda não realizada pelo Ministério da Saúde
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	205	PROP.AN.REA.AMOS.AGUA CONS.HUM.QTO.PARM.COL.TOT.CLO.RES.LIV	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	120	UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS DE 6-14 ANOS E.F.	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	121	AMPLIAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS EM PERIODO INTEGRAL	% PERCENTUAL	40,00	40,00	Meta atingida.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	122	AUMENTAR OFERTA DE VAGAS P/CRIANCAS DE 0-3 ANOS	% PERCENTUAL	62,00	50,00	Algumas unidades de ensino com construção prevista para 2014 não foram concluídas.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	217	AMPLIAR O ATENDIMENTO DE CRIANCAS EM PERIODO INTEGRAL	% PERCENTUAL	45,00	40,00	Meta parcialmente atingida devido à fase de estruturação da rede municipal de ensino para a ducação integral.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	219	OFERTA DE VAGAS NO ENSINO MEDIO	% PERCENTUAL	7,00	7,00	Meta atingida.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	214	GAR.OFERTA DE BOLSAS DE EST.A ALUNOS DE CURS.TEC.PROF N.MEDI	UNIDADES	207,00	141,00	Ausência de demanda e conclusão de alguns cursos.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	220	AMPL.A OF.DE VAGAS EM CURSOS TEC.E DE QUALIF.PROF.P/JOV.ADUL	% PERCENTUAL	65,00	66,66	Meta superada devido ações de investimento na ampliação de vagas, tais como reformas e a prédios de unidades profissionalizantes.
2005	ENSINO SUPERIOR	213	GARANTIR A OFERTA DE BOLSAS DE ESTUDOS A ALUNOS EM NIVEL SUP	UNIDADES	149,00	324,00	Meta superada, aumento da demanda e bolsas em continuidade.
2006	MERENDA NOTA 10	218	DIST.DE ALIM.OFERECIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ENSINO	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	127	MELHORAR AS ACOMODACOES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO A POPUL	% PERCENTUAL	60,00	60,00	Meta atingida.
3001	PATRIMONIO CULTURAL DO MUNICIPIO	152	UNIDADES CONSERVADAS	% PERCENTUAL	50,00	50,00	Meta atingida
3002	DIFUSAO CULTURAL	224	PARTICIPACAO POPULAR	% PERCENTUAL	40,00	40,00	Meta atingida
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	30	NUMERO DE VISITANTES A MUSEUS	UNIDADES	230.000,00	184.400,00	Meta não atingida. Porém demanda atendida. Justificamos que diversos eventos ocorridos e e em espaços abertos sem controle de presença.

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

3004	BIBLIOTECAS LIVRO ABERTO	182	% DE ATENDIMENTOS	% PERCENTUAL	4,00	4,00	Meta atingida(em referência a população de 290.000 habitantes foram 8.919 registros de at
							em existem os atendimentos que superam mais de 3.000 pessoas que não ocorre o registro
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	183	POPULACAO PARTICIPANTE E ALCANCADA/POPULACAO TOTAL	% PERCENTUAL	34,00	36,00	Meta ultrapassada. Considerando maior participação da população em todas as modalidades Secretaria.
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	209	CRIANCAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS/MES	UNIDADES	3.900,00	2.222,00	Meta parcialmente atendida. Programa PEEJ passou a ser atendido por outra Secretaria.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	106	N.FAMILIAS ATENDIDAS/MES.	UNIDADES	19.460,00	19.955,00	Meta atingida
4003	ATENCAO AO TRABALHADOR	210	ATENDIMENTO/MES	UNIDADES	3.920,00	2.885,00	Meta parcialmente atingida. Diminuição da procura do serviço.
4004	ATENCAO AO IDOSO	108	IDOSOS ATENDIDOS/MES	UNIDADES	2.327,00	1.182,00	Meta parcialmente atingida. Houve previsão de ampliação de atendimento no Centro de Con so. Ação em andamento.
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	163	UNIDADES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERENCIADOS	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	211	PESSOA COM DEFICIENCIA ATENDIDA/MES	UNIDADES	770,00	863,00	Meta Superada. Houve a implantação do Serviço de convivência Madre Cecilia II devido a de
5001	CIDADE LIMPA	153	TONELADA DIA DISPOSTAS/TONELADA DIA PRODUZIDA-HOSPITALAR	% PERCENTUAL	95,00	95,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	154	TONELADA DIA COLETADA/TONELADA DIA PRODUZIDA	% PERCENTUAL	95,00	95,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	155	AREA URBANA LIMPA/AREA URBANA EXISTENTE	% PERCENTUAL	86,00	86,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	97	AREA CONSERVADA/AREA URBANA DO MUNICIPIO	% PERCENTUAL	83,00	83,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	98	TX. DE POPULACAO ATENDIDA	Nao Informado	82,00	82,00	Meta realizada
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	112	TAXA DA AREA URBANA PAVIMENTADA	Nao Informado	96,00	100,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	113	TAXA DE ESTRADAS RURAIS CONSERVADAS	% PERCENTUAL	92,00	100,00	Meta atingida
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	206	DEFICIT DE GESTAO OPERAC.E DE PLANEJ. DE TRANSPORTE PUBLICO	% PERCENTUAL	75,00	60,00	Meta parcialmente atingida, devido a dificuldade na licitação dos novos abrigos de ônibus.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	212	DEFICIT HABITACIONAL/UNIDADE	UNIDADES	3.000,00	3.000,00	Meta atingida
5006	COMBATE A ENCHENTES	79	TX. DE REDUCAO DE PONTOS CRITICOS DE ENCHENTES	% PERCENTUAL	95,00	30,00	Serviços executados conforme a disponibilidade de equipamentos.
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	142	GRAU DE SATISFACAO DA POPULACAO	% PERCENTUAL	82,00	82,00	Meta realizada
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	156	NIVEL DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS	% PERCENTUAL	82,00	82,00	Meta realizada
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	156	NIVEL DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS	% PERCENTUAL	83,00	83,00	Meta realizada
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	207	AMPLIACAO DA BASE DE EMPREGO DIRETO	UNIDADES	31.000,00	30.469,00	Meta parcialmente atingida
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	208	AMPLIACAO DA QUANTIDADE DE INDUSTRIA DO MUNICIPIO	UNIDADES	155,00	154,00	Meta parcialmente atingida, sendo uma empresa em fase de instalação.
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	223	TURISTAS	UNIDADES	2.100.000,00	2.784.000,00	Meta superada(Aumento de eventos em comunidades e de calendário oficial através de solic lação)
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	221	APA UNIDADES INSTITUIDAS/UNIDADES A INSTITUIR	% PERCENTUAL	20,00	20,00	Meta atingida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	222	PARQUES MUNICIPAIS CONSERVADOS/PARQUES MUNICIPAIS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	185	ATENDIMENTO DA DEMANDA	% PERCENTUAL	25,00	10,00	Projeto físico parcialmente executado
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7003	ADVOCACIA PUBLICA	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	194	PUBLICACAO DE ATOS LEGAIS/ATOS LEGAIS REALIZADOS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	195	DIVULGACAO DA ACAO GOVERNAMENTAL/ACAO GOV. REALIZADA	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta realizada
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	196	GRAU DE IMPL.DAS ACOES INSTITUC.PREV.NA AGENDA ESTRATEGICA	% PERCENTUAL	80,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridades
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	197	GRAU DE IMPLEMENTACAO DOS ACORDOS DE RESULTADOS	% PERCENTUAL	70,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridades
8001	SISTEMA DE TRANSITO	215	DEFICIT DE GESTAO OPERACIONAL E DE PLANEJ.DE TRANSITO	% PERCENTUAL	55,00	45,00	Meta parcialmente atingida. Quadro de pessoal abaixo do número para suprir a demanda.
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	216	SEGURANCA PATRIMONIAL/PROPRIOS MUNICIPAIS	% PERCENTUAL	80,00	85,00	Meta atingida
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	191	DIMINUICAO DO TEMPO RESPOSTA/MIN	MIN - MINUTOS	17,28	12,45	Meta atingida.
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	192	AUMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE EMERGENCIAS	UNIDADES	5.127,00	6.744,00	Meta atingida
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	193	AUMENTO DO NUMERO DAS ATIVIDADES DE PREVENCAO	UNIDADES	1.418,00	2.313,00	Meta atingida
9002	SERVICO DA DIVIDA	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	144	SUPLEMENTACAO	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida

Ações

Código	Denominação do	Código	Unidade	Unidade	Função de	Subfunção de	Quantidade	Quantidade	Justificativa de Desvios em Relação ao At

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

do Programa	Programa	da Ação	Denominação da Ação	Orçamentária	Executora	Governo	Governo	Denominação da Meta	Unidade de Medida	Estimada	Realizada	Meta
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2307	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEU-TICA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	RECEITAS AVIADAS/UNIDADES	UNIDADES	305.456,00	369.838,00	Meta atingida
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2039	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	85,00	81,00	Manutenção de 100% das unidades existentes
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2040	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE/CONTROLE SOCIAL	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
1010	ATENCAO BASICA	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	3,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1010	ATENCAO BASICA	1002	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	2.880,00	5.746,95	Meta atingida. Realizado reforma/ampliação er o ampliação do acesso e melhoria da qualidadt to ao cliente/usuário.
1010	ATENCAO BASICA	2001	ATENDIMENTO EM CLINICAS BASICAS NOS POSTOS DESAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSULTAS/UNIDADES	UNIDADES	581.628,00	660.768,00	Meta atingida
1010	ATENCAO BASICA	2003	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DA SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CAPACITACAO SERVID.SAUDE/UNID	UNIDADES	107,00	768,00	Meta atingida. Realizado capacitação dos servi necessidade de atualização dos profissionais e essidade de capacitação de novos servidores.
1010	ATENCAO BASICA	2007	ATENDIMENTO MEDICO DOMICILIAR	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSULTAS/UNIDADES	UNIDADES	29.081,00	21.094,00	Não realizada ação prevista para conversão de e Atenção Básica tradicional em Estratégia da ia. Aguardando Concurso Público
1010	ATENCAO BASICA	2309	APOIO A ENTIDADES COM SERVICO NUTRICIONAL	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Não formalizado devido divergências juridicas mentação.
1010	ATENCAO BASICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	1,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	1004	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DE UNID.AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS,REFORMADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	6.251,00	5.469,34	CAPS I e CAPS III não foram contemplados pe Saúde para construção. Demais obras em and
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	2305	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	16,00	14,00	Meta atingida. Mantido 100% das unidades exi os otimizados.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	1003	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS,REFORMADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	450,00	396,52	Possivel alteração de endereço do Centro de C noses. Serviço de Verificação de Óbito em proc ação para parceria. Em análise para readequaç postas.
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2026	APOIO A OSC C/SERV.DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO APESSOA SOROPOSITIVA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ENTIDADE APOIADA	UNIDADES	1,00	0,00	Edital de chamamento em reelaboração para a bjeto do convênio. Em análise inter setorial pa
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2306	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAUDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	1,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	1013	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	18,00	24,00	Meta superada devido a extrema necessidade blemas estruturais de algumas unidades de en precário.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2041	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS EDUCADOS/UNIDADES	UNIDADES	32.000,00	30.087,00	O número de solicitações de matrículas foram timado. Todos os alunos que solicitaram vagas os.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2042	FUNCIONAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	JOVENS E ADULTOS EDUCADOS/UNID	UNIDADES	240,00	274,00	Superou a meta devido a necessidade de aten s os jovens e adultos que solicitaram vagas, b lantação do Programa Pro Jovem Urbano.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL DO ENSINOFUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNOS EDUCADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.200,00	930,00	O número de solicitações de matrículas foram timado devido a retração da rede. Todos os al aram vagas foram atendidos.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 403

2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2044	APERFEICOAMENTO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	DOCENTES TREINADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.383,00	2.030,00	Meta superada devido a necessidade de capacitamento de todos os docentes para implantação unidades de ensino da rede, tais como, o incen por meio da distribuição de livros.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2046	TRANSPORTE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS TRANSPORTADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.756,00	2.608,00	Meta superada devido ao atendimento das nec alunos residentes na área rural , bem como o s alunos da rede estadual de ensino, via convê etaria de Educação do Estado de São Paulo. Al ados via passe escolar e frota própria da Seed
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2341	VALORIZACAO DO MAGISTERIO ENSINO FUND.60%-FUNDEB	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	DOCENTES ATENDIDOS/UNIDADE	UNIDADES	1.200,00	1.261,00	Meta superada devido ao número de docentes ra atender a Rede Municipal.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	2,00	4,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	1014	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	8,00	18,00	Meta superada devido a extrema necessidade blemas estruturais de algumas unidades de en precário, bem como a necessidade de ampliaçã de novas unidades para atendimento da dema
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2052	APERFEICOAMENTO DOS DOCENTES DA EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	DOCENTES TREINADOS/UNIDADES	UNIDADES	465,00	611,00	Meta superada devido a necessidade de capaci mento de todos os docentes para implantação unidades de ensino da rede, tais como o incen or meio da distribuição de livros.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2339	FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	CRIANCAS ATENDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	10.306,00	10.527,00	Meta superada devido a medidas implantadas nto da demanda latente, tais como a construçã das unidades de ensino.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2342	VALORIZACAO DO MAGISTERIO EDUCACAO INFANTIL 60% FUNDEB	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	DOCENTES TREINADOS/UNIDADES	UNIDADES	400,00	611,00	Superou a meta devido ao número de docente ara atender a rede municipal.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	1009	REFORMA E MANUTENCAO DAS UNIDADES DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	UNIDADE DE ENSINO	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	2056	FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	ALUNOS ATENDIDOS/UNIDADES	UNIDADES	800,00	755,00	Considerando que a responsabilidade pela mat sino Médio é do Estado todas as vagas disponí preenchidas.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	2063	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	ALUNOS TRANSPORTADOS/UNIDADES	UNIDADES	799,00	841,00	Meta superada devido ao atendimento das nec alunos residentes na área rural, bem como o a s alunos da Rede estadual de ensino, via convi etaria de educação do Estado de São Paulo. Al ados via passe escolar e frota própria da seed.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	1011	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADE DE EDUCACAO PROFISSIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	5,00	3,00	Houve uma interrupção no cumprimento da m cessidade de reformas de caráter específico nc nidades de ensino profissionalizante devido a p s estruturas, o que demandou tempo maior qu
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2064	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	ALUNOS CAPACITADOS/UNID.	UNIDADES	10.500,00	15.000,00	Meta superada devido a ampliação de vagas di devido a implantação de ações tais como refor o de unidades de ensino profissionalizante.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2320	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO PROFISSIONAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	BOLSAS CONCEDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	207,00	141,00	Meta parcialmente atingida ausência de demar
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
2005	ENSINO SUPERIOR	2072	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO DE ENSINO SUPERIOR	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS	EDUCAÇÃO	ENSINO SUPERIOR	BOLSAS CONCEDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	190,00	324,00	Meta superada devido a bolsas de continuidad e novas bolsas de estudos.
2006	MERENDA NOTA 10	2074	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	160.000,00	207.981,00	Meta superada devido as ações de conscientiza áticas alimentares e nutricionais.
2006	MERENDA NOTA 10	2075	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINOINFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1.948.590,00	5.380.975,00	Meta superada devido a ampliação da oferta d iodo integral bem como, devido as ações de cc de boas práticas alimentares e nutricionais.
2006	MERENDA NOTA 10	2076	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINOFUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5.078.940,00	10.228.546,00	Meta superada devido a ampliação da oferta d iodo integral, bem como as ações de conscient práticas alimentares e nutricionais.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	1109	REFORMA/AMPLIACAO PREDIO DE SERV.ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	2078	MANUTENCAO DOS SERV.ADMIN.DO DEPARTAMENTO DE EDUC.	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PESSOAL ENVOLVIDO/UNID	UNIDADES	72,00	67,00	Houve uma interrupção no cumprimento da m estruturação dos setores que compõem a esfe a da Secretaria de Educação
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
	PATRIMONIO CULTURAL		CONSERVACAO DO PATRIMONIO	SECRETARIA DE TURISM	SECRETARIA DE		PATRIMÔNIO HISTÓRI	OBRAS MANTIDAS/UNID				Meta não atingida. Secretaria teve outras prio

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

3001	DO MUNICIPIO	2083	CULTURAL	O E CULTURA	TURISMO E CULTURA	CULTURA	CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	ADES	UNIDADES	110,00	0,00	o projetos para o próximo exercício.
3002	DIFUSAO CULTURAL	1016	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESPACOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades.
3002	DIFUSAO CULTURAL	2089	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	ESPACOS MANTIDOS/UN ID	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
3002	DIFUSAO CULTURAL	2090	PROMOCAO DE EVENTOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	EVENTOS PROMOVIDO S/UNIDADES	UNIDADES	450,00	569,00	Meta atingida(aumento de eventos em comuni endário oficial atrayes de solicitação da popula
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	1022	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO MUSEU MUNICIPAL	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	3,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	2094	FUNCIONAMENTO DO MUSEU DO MUNICÍPIO E PRESERVACAODE ACERVOS MUSEOLOGICOS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	UNIDADES CULTURAIS MANTIDAS/UNIDADE	UNIDADES	9,00	9,00	Meta atingida
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	2096	APOIO AO MUSEU DE HISTORIA NATURAL	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
3004	BIBLIOTECAS - LIVRO ABERTO	2098	FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICIPIO	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	1028	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA INFRAESTRUTURAESPORTIVA E DE LAZER	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	10,00	10,00	Meta atingida.
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2108	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	NUCLEOS MANTIDOS/U NID.	UNIDADES	25,00	32,00	Meta ultrapassada, para atendimento da dema
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2283	APOIO A ASSOCIACOES E ENTIDADES ESPORTIVAS	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	FUNDO DE ASSIST. ESPORTE AMADOR DE TTE	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2362	FUNC.DE ATIV.ESPORTIVAS DE ALTO RENDIMENTO	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	FUNDO DE ASSIST. ESPORTE AMADOR DE TTE	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	ATIVIDADES MANTIDAS/ UNIDADE	UNIDADES	30,00	30,00	Meta realizada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	1031	CONST,AMPL.E REFORMA UNIDADES DE ATEND.À CCA.ADOL.	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	UNIDADES CONSTRUIDA S,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida.Previsão de reforma/constru e de acolhimento para crianças e adolescentes ém não foi possível realizar devido outras prior
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2124	MANUTENCAO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANCA EDO ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	CONSELHOS MANTIDO S/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2128	APOIO A ENTIDADES PARA ATEND.CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. DIREITO CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,12	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2128	APOIO A ENTIDADES PARA ATEND.CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	5,88	8,00	Meta atingida
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	37.522,80	35.109,00	Meta parcialmente atingida. Programa PEEJ pa dido por outra secretaria.
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. DIREITO CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	4.169,20	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	1107	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA UNIDADES SOCIAIS	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	UNIDADES/ANO	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2127	ATENDIMENTO EM UNIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	PESSOAS ATENDIDAS/A NO	UNIDADES	11.151,36	16.549,00	Meta superada.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE	2127	ATENDIMENTO EM UNIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	PESSOAS ATENDIDAS/A NO	UNIDADES	1.520,64	0,00	Ação duplicada

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

4002	SOCIAL ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	179.605,44	199.558,00	Meta parcialmente atingida. Serviço CREAS pn lantação. Em andamento.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. SOLIDARIEDADE DE TAUBATE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	34.210,56	0,00	Ação duplicada
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4003	ATENCAO AO TRABALHADOR	2133	IDENTIF.DE VAGAS E REINSERCAO DO TRABALHADORNO MERCADO DE TRABALHO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	TRABALHO	EMPREGABILIDADE	PESSOAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	47.040,00	34.617,00	Meta parcialmente atingida. Diminuição da pro o.
4004	ATENCAO AO IDOSO	1032	CONSTRUCAO, AMPL.E REF.DE CENTRO DE REF.P/IDOSOS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	UNIDADES CONSTRUIDAS,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	3,00	2,00	Meta parcialmente atingida. Devido a outras d áras não foi possivel a construção de 01 Cente cia que estava previsto.
4004	ATENCAO AO IDOSO	2136	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS/ANO	UNIDADES	28.131,38	26.583,00	Meta parcialmente atingida. Previsto ampliaçã to no Centro de Convivência do Idoso. Ação er
4004	ATENCAO AO IDOSO	2136	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS/ANO	UNIDADES	1.795,62	0,00	Ação duplicada
4004	ATENCAO AO IDOSO	2139	APOIO A ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	3,00	1,00	Meta parcialmente atingida. Não houve interes idade no processo de edital de chamamento.
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2152	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE ASSIS-TENCIA SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2153	MANUTENCAO DOS CONSELHOS DA AREA DE ASSIST.SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	7,00	6,00	Meta parcialmente atingida. Conselho Municipa ocial absorvido pelo Conselho Municipal de Ass
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2140	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	29.700,00	55.576,00	Meta superada. Criação do Serviço de Convivê ília II devido a demanda .
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2140	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	300,00	0,00	Ação duplicada
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2146	APOIO A ENTIDADE DE ATENDIMENTO AS PESSOAS PORTA-DORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	2,00	1,00	Meta parcialmente atingida. Não houve outra e ada no processo de edital de chamamento.
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
5001	CIDADE LIMPA	1088	CONSTRUCAO DE IMOVEL PARA RECICLAGEM DE LIXO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	M2. CONSTRUIDOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	300,00	0,00	Mudança de prioridade
5001	CIDADE LIMPA	1124	CONSTRUCAO DOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTARIA DEMATERIAL BOTA FORA-PEV	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	UNIDADES CONSTRUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	8,00	4,00	4 Concluidas e em operação. 2 em construção. projeto.
5001	CIDADE LIMPA	2165	RECOLHIMENTO E TRATAMENTO DO LIXO HOSPITALAR	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	TONELADAS/ANO RECOLHIDAS/TONELADAS	T - TONELADAS	540,00	571,28	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	2340	GESTAO DE LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	KM DE AREA LIMPA/KM DE AREA URBANA	KMS - QUILOMETROS	2.900,00	2.900,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Recursos não utilizados

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

5002	CIDADE BONITA	1035	INSTALACAO DE ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	INFRA ESTRUTURA URBANA	LUMINARIAS INSTALADAS/UNIDADE.	UNIDADES	527,00	0,00	Meta não realizada, processo de transição do p nação pública entre a prefeitura e a bandeiran programa desenvolve são Paulo que vai conter ades.
5002	CIDADE BONITA	1037	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PRACAS, PQUES EJARDINS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	8.000,00	8.000,00	Meta realizada.
5002	CIDADE BONITA	2170	GESTAO DE ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	MW HORAS CONSUMIDAS/MW	MW-MEGAWOTS	18,00	20,23	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	2171	CONSERVACAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	KM2 DE PRACAS CONSERVADAS/KM2	KM2 - KMS QUADRADOS	2,00	21,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	1111	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA MALHA VIARIA DEVIAS PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 EXECUTADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	100.000,00	100.000,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	2176	CONSERVACAO DE ESTRADAS RURAIS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	TRANSPORTE	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	M2. CONSERVADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	50.000,00	50.000,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	2333	CONSERVACAO DA MALHA VIARIA DO MUNICIPIO	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2. CONSERVADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	230.000,00	230.000,00	Meta atingida
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	1122	MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PUBLICODE PASSAGEIROS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA/UNIDADES	UNIDADES	163,00	139,00	Meta parcialmente atingida devido a dificuldad e novos abrigos de ônibus.
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	2349	GESTAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	SERVICOS IMPLANTADOS E MANTIDOS/UNIDADE	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	1044	CONSTRUCAO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	HABITACOES/CONSTRUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1.000,00	750,00	Meta parcialmente atingida. Troca de empresa ilateral do contrato por descumprimento do co sendo necessária abertura de novo certame lic s obras em execução para cumprimento no pr o.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2302	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE PARCELAMENTOS DE SOLO URBANO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	PROJETOS DESENVOLVIDOS/UNIDADE	UNIDADES	2.000,00	1.024,00	Meta parcialmente atingida. Cada loteamento sticas diferenciadas exigindo ações específicas o, tendo em vista que dependemos de outros artório de Registros de Imóveis e MPSP.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2343	IMPLEMENTEACAO DE POLITICAS HABITACIONAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	428,00	108,00	Meta parcialmente atingida. Tendo em vista qu sta refere-se a dois empreendimentos - 1 de 1 de 320 UH. Empreendimento de 320 UH com c mento.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2364	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADM.DEPTO.HABITACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
5006	COMBATE A ENCHENTES	1114	CANALIZACAO DE CORREGOS,DRENAGEM URBANA E SANEAMENTO	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SANEAMENTO	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	MTS CANALIZADOS/MTS	M - METROS	2.000,00	2.000,00	Meta atingida
5006	COMBATE A ENCHENTES	2180	LIMPEZA E CONSERVACAO DE CORREGOS E CANAIS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SANEAMENTO	SANEAMENTO BASICO URBANO	KM CONSERVADOS/KM	KMS - QUILOMETROS	70,00	30,00	Serviços executados conforme a disponibilidad ntos
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	1052	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO CEMITERIO E VELORIO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	1.200,00	120,00	Atendimento das necessidades
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	2182	ADMINISTRACAO DE CEMITERIO E VELORIO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1089	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIO ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	200,00	0,00	Mudança de prioridade
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1095	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS PUBLICOS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES CONSTRUIDAS,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	1123	AMPLIACAO E REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	M2 REFORMADOS	M2- METROS QUADRADOS	1.200,00	1.200,00	Meta realizada
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	2315	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DO SERVICOS URBANOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2329	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	2334	MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E CONSERVACAO DE BENSIMOVEIS DE EDIF.PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DEPARTAMENTOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	15,00	15,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2358	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-DT	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	1054	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO MERCATAU	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	2335	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	1081	INFRAESTRUTURA, IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	INDÚSTRIA	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 EXECUTADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	490.000,00	0,00	Atraso no projeto de financiamento dos serviç
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1062	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA INFRAESTRUTURATURISTICA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	4,00	1,00	Meta não atingida. Outras prioridades
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2286	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO-COMTUR	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2288	APOIO A ENTIDADES LIGADAS AS ATIVIDADES TURISTICAS	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	ENTIDADES APOIADAS/UNIDADES	UNIDADES	17,00	16,00	Meta não atingida devido a algumas entidades penalidades ou não desfilarem.
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2289	FOMENTO DO TURISMO LOCAL	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	EVENTOS PROMOVIDOS/UNIDADES	UNIDADES	445,50	569,00	Meta atingida(aumento de eventos em comuni endáno oficial através de solicitação da popula
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2289	FOMENTO DO TURISMO LOCAL	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	FUNDO MUN. DE TURISMO DE TAUBATE - FUNTUR	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	EVENTOS PROMOVIDOS/UNIDADES	UNIDADES	4,50	0,00	Ação duplicada
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	1132	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DE PROPRIOS	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	M2 CONSTRUIDOS E AMPLIADOS/M2	M2 METROS QUADRADOS	200,00	0,00	Projeto básico existente. Não houve a priorida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	1133	DESAPROPRIACAO DE AREA AMBIENTAL PRESERVAVEL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	M2 DESAPROPRIADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	1.000.000,00	0,00	Estudos preliminares para desapropriação de é
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	2225	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DO MUNICIPIO	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	AREA CONSERVADA/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2229	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SEDIN	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES INTERLIGADAS/UNIDADE	Nao Informado	4,00	4,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2230	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SETUC	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2363	DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	INDÚSTRIA	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	EMPRESAS INSTALADAS/UNIDADE	UNIDADES	10,00	0,00	Projeto físico ainda em execução
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	26,00	58,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2234	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS -GP	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2294	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS -DF	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
	ADMINISTRACAO,				CHEFIA DO							

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

7001	FINANCAS E PLANEJAMENTO	2299	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ALIMENTAÇÃO E NUTR IÇÃO	REFEICOES SERVIDAS/A NO/UNIDADE	UNIDADES	780.000,00	321.480,00	Redução da demanda das unidades atendidas.
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2300	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS SEPLAN	SECRETARIA DE PLANEJ AMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	URBANISMO	INFRA ESTRUTURA UR BANA	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2311	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE PLANEJ AMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA UR BANA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINA NCEIRA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2359	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS - SEGOV	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2263	MANUTENCAO DAS PROCURADORIAS	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	UNIDADES DE SERVICO S MANTIDOS/ UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2365	MANUTENCAO DO CESNJ	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	PROFISSIONAL CAPACIT ADO/UNID.	Nao Informado	112,00	167,00	Superação da meta em decorrência do aument ela qualificação profissional
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	2249	PUBLICIDADE LEGAL	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIA L	PUBLICACAO CM/COLUN A	CENTIMETROS	360.000,00	263.000,00	Quantidade necessária para toda publicidade k
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	2250	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIA L	COM.E PUBLIC. EFETUA DAS/UNID.	UNIDADES	875,00	875,00	Meta realizada
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	2360	PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DO MUNICIPIO	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	CONSULTORIA/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridade
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	2361	IMPLEMENTACAO DE GESTAO DE ACORDOS DE RESULTADOS	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	RESULTADOS OBTIDOS/ SECRETARIAS	UNIDADES	14,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridade
8001	SISTEMA DE TRANSITO	13	CONTRIBUICAO AO FUNSET	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	MULTAS APLICADAS/ME S	UNIDADES	0,00	0,00	Não há
8001	SISTEMA DE TRANSITO	1099	INFRAESTRUTURA DA GESTAO DO TRANSITO	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADE CONSTRUIDA/ REFORMA	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades.
8001	SISTEMA DE TRANSITO	2347	GESTAO DO SISTEMA DE TRANSITO	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	QUALIFICACAO DE PONT OS SEMAFORICOS/UNID ADE	UNIDADES	50,00	33,00	Meta parcialmente atingida. Dificuldade na ficil al de sinalização.
8001	SISTEMA DE TRANSITO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	1076	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA EM SEGURANCA PUBLICA	SEC SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	M2 CONSTRUIDOS,AMP L.REFORM./M2	M2- METROS QUADR ADOS	600,00	800,00	Meta atingida.
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	2279	MANUTENCAO DA SECRETARIA, COI E OUTRAS DEPENDENCIAS	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	5,00	4,00	Diminuição de 01 unidade conforme necessida
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	1103	COLABORACAO PARA INVESTIMENTOS DO CORPO DEBOMBEIROS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIR OS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	M2/UNIDADE	M2- METROS QUADR ADOS	0,00	266,00	Área de construção completa. Faltando apenas ara término da obra
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	2268	COLABORACAO PARA O CUSTEIO DO CORPO DE BOMBEIROS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIR OS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO	2268	COLABORACAO PARA O CUSTEIO DO CORPO DE BOMBEIROS	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

	COMB.SINIS. E SALV				PREFEITO							
9002	SERVICO DA DIVIDA	6	SERVICO DA DIVIDA INTERNA - GERAL	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ENCARGOS ESPECIAIS	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	CONTRATOS A PAGAR/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	9001	PARA SUPLEMENTACOES	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	CREDITOS ADICIONAIS ABERTOS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	9002	PARA PASSIVOS CONTINGENTES	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Tribunal de Contas do Estado de Sao Paulo

AUDESP

Documento Cadastro Auditoria Governança
Ajuda/Sair

Cadastro de Pessoa >> Alterar

Voltar

Dados Básicos

CPF: **185.658.188-88**
Nome: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Sexo: Masculino
Data Nascimento: 22/03/1974
Nacionalidade: Brasileira
Grau de Instrução: Ensino Superior Completo

Alterar

E-mail

Incluir Excluir

E-mail	Tipo Email
pmt.gabinete@taubate.sp.gov.br	PROFISSIONAL

Telefone

Incluir Excluir

Tipo	DDD	Telefone	Complemento
COMERCIAL	12	3625-5108	

Endereço

Incluir Excluir

Tipo	UF	Município	CEP	Tipo de Logradouro	Logradouro	Nº	Complemento	Bairro	Endereço Corresp.
RESIDENCIAL	São Paulo	Taubaté	12043-000	AVENIDA	Carlos Pedroso da Silveira	128		Bonfim	Não

Identificação

Incluir Excluir

Tipo do Documento	Número do Documento
RG	22509854-4

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 22

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

RELATÓRIO - PREFEITURA MUNICIPAL

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO 19
A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 19
A.2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL 20
A.3. CONTROLE INTERNO 21
PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL 21
B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS 21
B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 22
B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL 29
B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO 30
B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO 32
B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS 34
B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS 34
B.1.6. DÍVIDA ATIVA 36
B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 40
B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF 40
B.2.2. DESPESA DE PESSOAL 41
B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS 48
B.3.1. ENSINO 48
B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO 51
B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 60% 51
B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40% 51
B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS 51
B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO 53
B.3.2. SAÚDE 54
B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO 56
B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL 57
B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS 59
B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA 59
B.4. PRECATÓRIOS 60
B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS 60
B.4.1.1. REGIME ESPECIAL ANUAL 60
B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF) 64
B.5. OUTRAS DESPESAS 65
B.5.1. ENCARGOS 65
B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS 65
B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE 66
B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL 80
B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS 81
B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES 81
B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS 82
PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS 82
C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS 82
C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO 82
C.2. CONTRATOS 96
C.2.1. CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO E REMETIDOS AO TRIBUNAL 96
C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO* 96
C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL 100
C.2.3.1. GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO 111
C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 111
C.2.4.1. ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA 111
C.2.4.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO 111
C.2.4.3. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS 111
C.2.5. CONTRATOS DE PROGRAMA 112
PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS 113
D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS 113

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 423

D.1.1. LIVROS E REGISTROS 113
D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP 113
D.3. PESSOAL 114
D.3.1. QUADRO DE PESSOAL 114
D.4. DENÚNCIAS. REPRESENTAÇÕES. EXPEDIENTES 122
D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL 123
D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 125
SÍNTESE DO APURADO 125
CONCLUSÃO 125

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 123

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Processo : **TC 563/026/14**

Entidade : **Prefeitura Municipal de Taubaté**

Assunto : **Contas Anuais**

Exercício : **2014**

Prefeito : **José Bernardo Ortiz Monteiro Junior**

CPF n° : **185.658.188-88**

Período : **01/01 a 31/12/14**

Relator : **Dr. Sidney Estanislau Beraldo**

Instrução : **UR-7 / DSF-II**

Senhora Diretora da Unidade Regional de São José dos Campos - UR-7,

Tratam-se das contas apresentadas em face do artigo 2°, II, da Lei Complementar n° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste Relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;

2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;

3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;

4. Análise das informações apresentadas em banco de dados como o AUDESP, o SisRTS, o SisCAA, o SIAP e o PFIS.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 425

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior, responsável pelas contas em exame (fl. 04 dos autos).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na análise da legislação local, verificamos o que segue:

Verificações		
1	A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? *(LRF, art. 4º, I, "b")*	SIM
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? *(LRF, art. 4º, I, "f")*	SIM
4	A LOA autoriza abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	NÃO[1]
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa? *(LF nº 4.320/64, art. 15)*	SIM
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? *(CF, art. 227, caput. LF nº 8.069/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", 'c' e "d")*	SIM
7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? *(LF nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19)*	SIM[2]
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? *(LF nº 12.305/10, art. 18)*	SIM[3]
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou o Plano de Mobilidade Urbana? *(LF nº 12.587/12, art. 24, § 3º)*	SIM

- **PLANO DE MOBILIDADE URBANA:**

Às fls. 46/105 do anexo I, consta a cópia do Plano de Mobilidade Urbana e em análise, verificamos que o presente instrumento contém os seguintes elementos: caracterização do município, histórico da urbanização, caracterização socioeconômica, elementos estruturantes da ocupação territorial, condições atuais de mobilidade em

---

[1] O artigo 7º da Lei 4835/13 prevê a abertura de créditos suplementares até o limite de 7% da despesa total fixada (fls. 12/19 do Anexo I);
[2] O Plano de Saneamento Básico foi editado pelo Decreto nº 13.020, de 20/05/13 (fls. 42 do anexo I);
[3] O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi aprovado pelo Decreto nº 13.235, de 22/01/14 (fls. 40/41 do anexo I) – a cópia dos planos está arquivada na UR-7;

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Taubaté, situação atual dos serviços municipais do transporte coletivo e propostas para a mobilidade em Taubaté. Em nosso entendimento, tais pressupostos atendem ao determinado no artigo 24 da Lei 12.587/12.

Todavia, ainda na análise do cumprimento do artigo 24 da referida Lei, verificamos que o Plano de Mobilidade Urbana, deixou de contemplar os seguintes elementos (dispostos nos incisos do artigo 24, Lei 12.587/12):

> VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;
> IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;
> XI - a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.

A.2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

1	A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? *(LF nº Lei 12.527/11, art. 9º)*	PARCIAL
2	Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? *(LF nº Lei 12.527/11, art. 8º, § 1º)*	SIM
3	Com mais de 50.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? *(LRF, art. 48-A)*	SIM

Por meio do Decreto 13.076, de 25 de julho de 2013 foi formalmente criado o Serviço de Informação ao Cidadão, conforme estabelece o Art. 9° da Lei 12.527, de 2011. Todavia, ainda não houve a efetiva implementação do sistema, visto que, na estrutura administrativa do Poder Executivo, foi feita a transferência para que o Setor de Contabilidade subordinado à Secretaria de Finanças efetue o efetivo acesso às informações, conforme documento anexado às fls. 106/107 do anexo I.

Nesse sentido, em pesquisa ao sitio www.taubate.sp.gov.br., verificamos que não constam as informações relativas aos repasses a entidade do terceiro setor.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 426

A.3. CONTROLE INTERNO

1	O Sistema de Controle Interno foi regulamentado?	SIM
2	O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM[4]
3	O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos?	SIM
4	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	PREJUDICADO

A Prefeitura Municipal de Taubaté regulamentou seu sistema de controle interno por meio do Decreto 13.224, de 30 de dezembro de 2013 (fls. 108/112 do anexo I), produzindo relatórios periódicos quanto às suas funções institucionais, conforme artigos 31 e 74 da Constituição.

Destacamos que os relatórios do Controle Interno referente ao exercício de 2014, não apontaram falhas, irregularidades ou desvios, de modo que a tomada de providências do Chefe do Executivo com base nesta análise restou prejudicada.

Cópia dos relatórios quadrimestrais do controle interno anexada às fls. 115/145 do anexo I.

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no Sistema AUDESP e nas informações obtidas na ação fiscalizatória, verificamos o que segue:

[4] Portarias 73/10 e 313/13 (fls. 113/114 do anexo I)

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 428

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	910.672.052,89	790.172.468,95	-13,23%	108,72%
Receitas de Capital	14.740.666,53	6.298.035,05	-57,27%	0,87%
Receitas Intraorçamentárias	120.103,66	120.103,66	0,00%	0,02%
Deduções da Receita	(78.071.000,00)	(69.825.077,68)	-10,56%	-9,61%
Subtotal das Receitas	**847.461.823,08**	**726.765.529,98**		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	**847.461.823,08**	**726.765.529,98**		**100,00%**
Déficit de arrecadação		**120.696.293,10**	**-14,24%**	**16,61%**
Despesas Empenhadas	**Fixação Final**	**Execução**	**AH %**	**AV %**
Despesas Correntes	636.616.147,00	596.199.376,96	-6,35%	80,00%
Despesas de Capital	87.478.009,00	71.837.041,35	-17,88%	9,64%
Reserva de Contingência				
Despesas Intraorçamentárias	56.522.800,00	49.085.284,50	-13,16%	6,59%
Repasses de duodécimos à CM	28.500.000,00	28.500.000,00	0,00%	3,82%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta		346.036,52	#DIV/0!	0,05%
Dedução: devolução de duodécimos		(732.610,46)		
Subtotal das Despesas	**809.116.956,00**	**745.235.128,87**		
Outros Ajustes				
Total das Despesas	**809.116.956,00**	**745.235.128,87**		**100,00%**
Economia Orçamentária		**63.881.827,13**	**-7,90%**	**8,57%**
Resultado Ex. Orçamentária:	**Déficit**	**(18.469.598,89)**		**2,54%**

Preliminarmente, esclarecemos que, conforme balanço orçamentário (fls. 149/150 do Anexo I) houve superávit da ordem de R$9.643.827,17, ou seja, 1,33% da receita realizada. **A diferença em relação ao resultado da execução orçamentária demonstrado no quadro acima se dá em virtude de este considerar, no cálculo do resultado, os repasses e devoluções dos duodécimos e as transferências financeiras à administração indireta, que não integram o balanço orçamentário isolado do órgão.**

Constatamos a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R$168.837.265,61, o que corresponde a 21,63% da Despesa Fixada inicial, no valor total de R$ 780.616.956,00 (este valor refere-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social da Prefeitura Municipal de Taubaté, de R$779.616.956,00 e à reserva de contingência da Administração Direta, de R$ 1.000.000,00), conforme art. 5°, II, da Lei Orçamentária Anual n° 4.835 de 30 de dezembro de 2013 (fls. 12/28 do Anexo I).

A LOA prevê em seu artigo 7° autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até o limite de 7% da despesa fixada no artigo 4° (R$ 780.616.956,00) e até o limite da dotação consignada como reserva de

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

contingência (R$ 1.000.000,00). Em seu artigo 8°, consta autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos suplementares para outras hipóteses, dentre elas, aquelas destinadas ao reforço de dotações de ações utilizando a anulação de outras dotações, até o limite de um vinte avos da receita prevista para o exercício (inciso IV).

Considerando que a receita prevista foi da ordem de R$810.000.000,00 (art. 3° da LOA - fls. 12/13 do Anexo I), o limite para abertura de créditos por anulação de dotação seria de R$40.500.000,00. Nessa medida, constatamos que o Executivo infringiu as normas orçamentárias, pois abriu créditos mediante tal expediente, no total de R$168.837.265,61 (valor extraído do Sistema Audesp que corresponde à totalidade de créditos adicionais abertos). A situação é evidenciada no quadro que segue:

	Valor (R$)	Análise Vertical
Despesa total fixada na LOA - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Prefeitura (art. 4° e art. 5°, II, da LOA)	780.616.956,00	100,00%
Limite de 7% permitido para abertura de créditos suplementares (art. 7° da LOA)	54.643.186,92	7,00%
Créditos suplementares abertos - de acordo com Sistema Audesp	168.837.265,61	21,63%
Créditos suplementares abertos acima do limite	**114.194.078,69**	**14,63%**
Receita prevista (art. 3° da LOA)	810.000.000,00	100,00%
1/20 da receita prevista (art. 8°, IV, da LOA) para credito suplementar com anulação de dotações	40.500.000,00	5,00%
Créditos abertos por anulação de dotação	168.837.265,61	20,84%
Créditos abertos por anulação de dotação acima do limite	**128.337.265,61**	**15,84%**

Ainda no que tange aos créditos suplementares decorrentes de anulação total ou parcial de dotações, abertos por decretos executivos e portarias e com fundamento na LOA (R$147.754.960,00), de acordo com informações do Sistema Audesp, apenas R$95.564.574,98 foram classificados corretamente pela Prefeitura. O restante foi qualificado inadequadamente, já que se trata tipicamente de transposição, remanejamento ou transferência de recursos, conforme se depreende do quadro que segue, cujos dados foram extraídos do Sistema Audesp e do demonstrativo da Prefeitura de fls. 146/148 do Anexo I.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Importante destacar que tais institutos, prescritos pelo inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal (e não pela Lei nº 4.320/64), não se servem a propiciar a movimentação dentro de uma mesma ação, atividade, projeto ou operação especial (típico dos créditos suplementares com permuta entre os elementos de despesa), mas sim para movimentar recursos entre programas (transposições), categorias econômicas (transferência) e unidades orçamentárias (remanejamento), sendo utilizados quando o governo busca alterar seu curso operacional, repriorizar suas ações ou modificar suas intenções finalísticas.

Nessas condições, demandam lei específica, não podendo ser matéria tratada no âmbito do instrumento legal orçamentário, como aconteceu, pois a lei orçamentária não pode autorizar margem percentual para transposição, remanejamento ou transferência, em ofensa ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, da Carta Maior), visto que o parlamentar não pode estar à margem da troca de propósitos governamentais.

É possível que a lei específica aqui tratada seja a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas no caso em tela não consideramos adequada a permissão dada no art. 28 da Lei nº 4.776/2013 (fls. 02/11 do Anexo I), pois autoriza transposições, remanejamentos e transferências sem limite de valor.

	Audesp	Prefeitura	Diferença
Transferência	46.560.800,00	-	46.560.800,00
Transposição	17.003.401,00	14.661.495,98	2.341.905,02
Remanejamento	3.284.680,00	-	3.284.680,00
Possível Crédito Especial/Extraordinário	3.000,00	-	3.000,00
Créd. Adicional (permuta entre os elementos de despesa)	95.564.574,98	147.754.960,00	- 52.190.385,02
TOTAL	**162.416.455,98**	**162.416.455,98**	**-**

Além disso, não identificamos a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$3.000,00, consoante indicado pelo Sistema Audesp, em discordância com o disposto no art. 43, caput, da Lei nº 4.320/64.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 420

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Transcrevemos a seguir, a título exemplificativo, a alteração no orçamento realizada através do Decreto nº 13.230/2014, mediante anulação total ou parcial de dotações, conforme consta no Sistema Audesp, onde observamos a situação ora relatada:

				5.2.2.1.2.01.00	5.2.2.1.3.03.00	5.2.2.1.9.04.00
UO	PROGRAMA	AÇÃO	CLASSIF. DA DESPESA	CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEM.	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	(-) CANCELAM. DE DOTAÇÕES
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	2128-APOIO A ENTIDADES PARA ATEND. CRIANCA E ADOLESC.	33500000-TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	-78.000,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	2128-APOIO A ENTIDADES PARA ATEND. CRIANCA E ADOLESC.	33500000-TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	78.000,00	78.000,00	0,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	1031-CONST. AMPL. E REFORMA UNIDADES DE ATEND.A CCA.ADOL.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-33.000,00
SECRETARIA DE EDUC.	2004-EDUCACAO PARA O TRABALHO	1011-CONST., AMPL. E REFORMA DAS UNID. DE EDUCACAO PROF.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-870.000,00
SECRETARIA DE EDUC	2004-EDUCACAO PARA O TRABALHO	2064-FUNC. DA EDUCACAO PROFISSIONAL	33900000-APLICAÇÕES DIRETAS	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4002-ASSIST. A POP. EM VULNERAB. SOCIAL	1107-CONSTR., AMPLIACAO E REFORMA UNIDADES SOCIAIS	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	33.000,00	33.000,00	0,00
SECRETARIA DE EDUC.	2007-GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	1109-REFORMA/ AMPLIACAO PREDIO DE SERV. ADMINISTR.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-150.000,00
			TOTAL	1.131.000,00	1.131.000,00	-1.131.000,00

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

É possível observar, apenas considerando o Decreto acima, que houve transposição no valor de R$33.000,00 (deslocando-se a dotação do programa 4001 para o 4002), transferência no valor de R$1.020.000,00 (modificando-se a categoria de despesa de 4490 para 3390) e crédito adicional suplementar de R$78.000,00 (com modificação apenas do elemento de despesa). Apesar disso, a Prefeitura classificou a totalidade das alterações como crédito adicional suplementar, fazendo-as inadequadamente por meio de Decreto do Executivo. Destacamos o montante relevante dos recursos antes reservados para Despesas de Capital, ou seja, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortizações de Dívidas, que foram redirecionados para fazer frente a despesas correntes.

Constatamos, assim, além das falhas já evidenciadas, o insuficiente planejamento, por parte da Prefeitura, dado o elevado valor das alterações orçamentárias e em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n° 101/2000.

Quanto à execução dos programas e ações governamentais, conforme o relatório de atividades extraído do Sistema Audesp (fls. 05/14 dos autos), há ações que não atingiram a meta proposta ou, ainda, foram executadas em percentual muito superior ao planejado. Há, também, justificativas insuficientes em relação aos desvios entre o planejado e o executado, mudanças de prioridades e ações cadastradas em duplicidade, em discordância ao princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1°, §1°, da LRF). Relacionamos à fl. 28A do Anexo I alguns exemplos das irregularidades citadas.

- **PREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENÇÃO PRIORITÁRIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:**

Consoante já analisado no quadro acima, a Prefeitura cumpriu o previsto na Constituição Federal, art. 227, caput. LF n° 8.069/90, art. 4°, caput e parágrafo único, "b", 'c' e "d", efetuando previsão orçamentária para a atenção prioritária à criança e adolescente, conforme Lei 4776/13 (LDO) e Lei 4835/13 (LOA).

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 422

Ocorre, no entanto, que durante 2014, a Prefeitura não executou fielmente as metas previstas no orçamento em relação ao programa 4001 – Atenção à Criança e Adolescente:

Programa	Programa	Código da ação	Denominação da Ação	Unidade Orçamentária	Função de Gov.	Subfunção de Governo	Denominação da Meta	Quant. estimada	Quant. Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
4001	Atenção à criança e Adolescente	1031	Constr., ampl. e reforma de unidade de atendim. à criança e adolesc.	Sec. De Desenv.e Inclusão Social	Assist. Social	Assist. à criança e adolesc.	Unidade Construidas, reformadas e ampliadas	2	0	Meta não atingida. Previsão de reforma/construção de unidade de acolhimento para crianças e adolescentes unificada, porém não foi possivel realizar devido outras prioridades.
4001	Atenção à criança e Adolescente	2326	Atendimento à criança e adolescente	Sec. De Desenvolvimento e Inclusão Social	Assistência Social	Assistência à criança e adolescente	atendimentos realizados/ano	37.522,8	35.109	Meta parcialmente atingida. Programa PEEJ passou a ser atendido por outra secretaria

Fonte: relatório de atividades da PM

Ano	cd_progr	ds_progr	ds_indicador	Quantidade estimada	Quantidade realizada	Dotação atualizada	Liquidação	Pagamento
2014	4001	Atenção à criança e adolescente	unidades	3.900	2.222 (56,97%)	R$8.371.000,00 (R$4.989.677,30)	R$4.775.343,30	R$4.619.319,47

Análise: programa 4001

Embora conste previsão nos instrumentos de planejamento para gastos com o programa "Atenção à criança e Adolescente", no montante de R$ 8.371.000,00, houve empenhamento de despesas no valor de *apenas* de R$ 4.989.677,30, ou seja, 59,60% a menos do que o orçado. Ora, tal redução refletiu diretamente na quantidade de atendimentos de 3.900 previstos para 2.222 efetuados, com redução de 56,97%.

No momento da verificação da qualidade da despesa concluímos que do total de R$4.619.319,47, R$3.538.494,13 pagos referiram-se *somente* a gastos com pessoal (vencimentos, encargos, entre outros), ou seja, 76,60% - analisando todas as ações vinculadas ao programa 4001 (Atenção à Criança e ao Adolescente).

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 423

Não merece melhor resultado as ações específicas 1031 (construção, ampliação e reforma de unidade de atendimento à criança e adolescente) e 2326 (atendimento à criança e ao adolescente), ambos vinculados também ao programa 4001, pois houve a previsão orçamentária atualizada de R$5.732.990,00, empenho de *apenas* R$3.471.188,44 e pagamento de R$3.194.379,94. Reforçando a análise dos gastos com pessoal: dos R$3.194.379,94 pagos, R$2.947.151,25 (ou seja, 92,26%) foram dispendidos com vencimentos e vantagens pessoais, encargos patronais e outras despesas de pessoal.

Em nosso entendimento, concluímos que, embora a Prefeitura tenha efetuado previsão em seu orçamento de dotação para a atenção prioritária à criança e adolescente, na sua execução, pouco mais metade do valor previsto foi empenhado, liquidado e pago; além do que, grande parte desse montante foi despendido somente em despesas com pessoal, diminuindo, assim, o valor para eventuais e necessários investimentos na área – caracterização de ofensa ao princípio do planejamento previsto no § 1° do artigo 1° da LC 101/00.

Documentos às fls. 29/37 do anexo I.

O déficit da execução orçamentária provém da superestimativa de receita, visto que a previsão superou, em 14,24%, a efetiva arrecadação. Embora tenha havido também economia de despesa, da ordem de 7,90%, percebemos que esta foi capaz de absorver apenas parte do déficit de arrecadação e, doutra sorte, se as despesas realizadas não fossem inferiores às previstas, a execução orçamentária seria ainda mais deficitária.

Nos termos do artigo 59, § 1°, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por 5 (cinco) vezes (nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e outubro), sobre descompasso entre Receitas e Despesas e, nem assim, conteve o gasto não obrigatório e adiável.

O Município realizou investimento correspondente a 9,32% da Receita Corrente Líquida. Tal percentual está abaixo da média regional que é de 12,67%, consoante Sistema Audesp.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 425

Nos três últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária apresentou os seguintes percentuais:

2013	Superávit de	6.54%
2012	Déficit de	-2,37%
2011	Déficit de	0,06%

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	(9.065.005,53)	26.494.600,01	392,27%
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69%
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60%

Os dados de 2013 foram extraídos do relatório de contas de tal exercício (TC-2090/026/13).

O resultado financeiro apresentou acréscimo de 392,27%, considerando para tal cálculo o valor apurado pela Fiscalização em 2013.

Quanto ao resultado econômico, observamos que, em relação ao exercício anterior, o Executivo Municipal apresenta situação desfavorável, tendo este diminuído 62,69%. Isso se deu, principalmente, em razão da diminuição das variações patrimoniais aumentativas, das quais se destacam as transferências intragovernamentais e as diversas variações (que reduziram 80,86% e 166,09%, respectivamente, em relação a 2013), bem como do aumento das variações patrimoniais diminutivas, em especial a remuneração de pessoal, o uso de serviços e as diversas variações (que expandiram em 70,36%, 110,49% e 68,28%, respectivamente, quando comparados ao exercício anterior).

No tocante ao saldo patrimonial, observamos aumento de 5,60% em relação a 2013. Destacamos, aqui, que o saldo patrimonial compreende o patrimônio líquido apurado no balanço patrimonial (de R$632.443.429,20 no exercício em análise) deduzido do valor dos restos a pagar não processados (que, em 2014, foi de R$58.023.884,69).

Docs. às fls. 149/174 do Anexo I.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 426

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	26.975.576,34	8.883.907,43	25.823.682,09	10.035.801,68
Restos a Pagar Não Processados	45.130.417,33	52.854.240,70	38.921.532,01	59.063.126,02
Depósitos	312.755,50	60.704,95	111.652,04	261.808,41
Consignações	12.718.028,76	66.689.893,31	66.549.213,50	12.858.708,57
Outros	821.189,44	715.785.930,03	715.155.689,01	1.451.430,46
Total	**85.957.967,37**	**844.274.676,42**	**846.561.768,65**	**83.670.875,14**
Inclusões da Fiscalização		1.466.466,84		
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	**85.957.967,37**	**845.741.143,26**	**846.561.768,65**	**85.137.341,98**
Índice de Liquidez Imediata	Ativo Financeiro	109.113.280,13	**1,32**	
	Passivo Financeiro	82.618.680,12		

Os valores evidenciados no quadro acima são os obtidos do Sistema Audesp.

O ajuste constante no quadro, de R$1.466.466,84, corresponde à dívida da Prefeitura com a SABESP em 31/12/14, objeto do processo nº 36.410/14 (origem), conforme apurado pela fiscalização (fls. 264/266 do Anexo II).

Tal débito é proveniente de exercícios anteriores e seu reconhecimento e respectivo termo de acordo para parcelamento se deu apenas em 17/04/14, no valor de R$2.966.466,84, para pagamento até abril de 2015 (fls. 267/270 do Anexo II). Apesar disso, não consta do demonstrativo da dívida flutuante do ente (fls. 243/246 do Anexo II) e nem dos demonstrativos do Sistema Audesp, haja vista que a dívida confessada não foi escriturada adequadamente.

Observamos que os empenhos foram realizados como despesa orçamentária no subelemento 33903944 - Serviços de Água e Esgoto, estando registrados apenas na conta contábil 5.2.2.9.1.01.00 - Outros Controles da Despesa Orçamentária, conforme balancete à fl. 266 do Anexo II. Não há, portanto, diferenciação entre os valores referentes aos serviços prestados em 2014 e aqueles decorrentes da dívida proveniente de exercícios anteriores, a não ser pela descrição no histórico do empenho (execução orçamentária extraída do Sistema Audesp

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 426

à fl. 265 do Anexo II). Ademais, tais débitos constam no demonstrativo de obrigações pendentes, somados aos demais (fl. 250 do Anexo II).

Nisto descumpre a Prefeitura os princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64), posto que ocorreu ocultação de passivo.

Em confronto aos demonstrativos da Prefeitura de dívida flutuante e de execução de restos a pagar (fls. 243/246 do Anexo II e fl. 165 do Anexo I), percebemos diferença no valor de "outros", em descumprimento ao artigo 1°, §1°, da LRF, conforme segue:

DÍVIDA FLUTUANTE	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Restos a Pagar Processados e Não Processados	69.098.927,70	69.098.927,70	0,00
Depósitos	261.808,41	261.808,41	0,00
Consignações	12.858.708,57	12.858.708,57	0,00
Outros	412.189,13	1.451.430,46	1.039.241,33
TOTAL	**82.631.633,81**	**83.670.875,14**	**1.039.241,33**

Em análise ao demonstrativo de restos a pagar não processados (fls. 151 e 165 do Anexo I), vislumbramos divergências entre o cálculo realizado pela Prefeitura e pelo Sistema Audesp:

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Inscritos em ex. anteriores	45.126.183,33	45.130.417,33	4.234,00
Inscritos em 31/12/14	52.854.240,70	52.854.240,70	-
Liquidados	29.349.568,29	29.766.314,27	416.745,98
Pagos	28.722.838,94	28.727.072,94	4.234,00
Cancelados	10.188.408,97	10.194.459,07	6.050,10
Saldo	**58.442.446,77**	**59.063.126,02**	**620.679,25**

Verificamos que a diferença em relação ao saldo se dá em sua fórmula de cálculo: enquanto a Prefeitura soma os valores inscritos em exercícios anteriores e em 31/12/14 e subtrai os valores liquidados e cancelados, o Sistema Audesp faz a mesma soma, porém subtrai os valores pagos (e não os liquidados) e cancelados, consoante dispõe

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 428

o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição, p. 307. Diante disso, temos que a Prefeitura não respeita, em seu cálculo, as normas vigentes para elaboração de seu demonstrativo.

Considerando o resultado financeiro apurado (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), verifica-se que a Prefeitura possui liquidez face aos compromissos de curto prazo.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Exercícios: anterior e em exame	2013	2014	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	54.945.990,23	51.439.395,14	-6,38%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas	-	35.222.116,86	
Dívida Consolidada	**54.945.990,23**	**86.661.512,00**	**57,72%**
Ajustes da Fiscalização	6.651.820,90	(6.853.504,84)	-203,03%
Dívida Consolidada Ajustada	**61.597.811,13**	**79.808.007,16**	**29,56%**

Em relação aos precatórios, o valor de R$ 51.439.395,14, demonstrado no quadro acima, refere-se ao montante evidenciado no balanço patrimonial do ente em 2014 (fls. 156/159 do Anexo I) e enviado ao Sistema Audesp. Porém, de acordo com o item "B.4" deste relatório, o valor atualizado devido a título de precatórios, conforme o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (valor que consideramos correto) é de R$44.585.890,30. Assim, procedemos ao ajuste necessário, de R$6.853.504,84, que é a diferença entre o valor enviado ao Audesp e o saldo conforme o Tribunal de Justiça.

Deste modo, houve aumento de 29,56% na dívida consolidada da Prefeitura Municipal de Taubaté, o que se deu em razão da escrituração de outras dívidas, no valor

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 439

de R$35.222.116,86 (fl. 320 do Anexo II). Tal débito se refere ao Termo de Compromisso para Pagamento Parcelado firmado em 2010 junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, objeto do processo nº 37011/2010 (origem) no valor total de R$37.611.362,50, para pagamento parcelado até 25/10/18 (fls. 327/332 do Anexo II).

De acordo com informações do Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura (fl. 373 do Anexo III), datada de 16/07/14, a Prefeitura e a SABESP estavam em tratativas para renegociação das parcelas 49 a 99 da dívida (cujos pagamentos se dariam de agosto de 2014 a outubro de 2018) e, em 07/08/14, por meio da Lei Municipal nº 4.915, foi autorizado e ratificado o referido acordo vincendo, com mesmo prazo para pagamento (até 15/10/18) e valor (saldo devedor de R$29.211.362,51 em 24/08/14) (fls. 415/416 do Anexo III).

Com a confissão da dívida, houve readequação dos créditos orçamentários, com anulação daqueles que constavam no subelemento de despesa nº 33903944 – Serviços de Água e Esgoto e consequente transferência para o subelemento nº 46907199 – Outras Amortizações da Dívida Contratada (fls. 424/464 do Anexo III).

Há que se destacar, entretanto, que a dívida junto à SABESP é de 2010 e apenas em 2014, após a referida lei municipal, é que foi evidenciada no balanço patrimonial da Prefeitura, constituindo-se ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64) nos exercícios anteriores.

Observamos que de janeiro a julho (antes do reconhecimento da dívida), houve empenho e liquidação de R$1.817.055,68 e pagamento de R$1.817.010,71 referentes a tal acordo (notas de empenho às fls. 333/400 do Anexo II e 402/413 do Anexo III e valores empenhados, liquidados e pagos, conforme Sistema Audesp, à fl. 319 do Anexo II).

A partir da confissão da dívida, em agosto de 2014, houve amortização de apenas R$615.296,52, o que consideramos insuficiente tendo como base o acordo realizado, resumido no quadro abaixo (docs. às fls. 318/323 do Anexo II).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls439

Parcela	Data	Valor da parcela	Correção até 24/07/14 (IPC)	Valor da parcela corrigido	Valor Total Corrigido – 2014	Valor pago em 2014	Saldo a Pagar referente à dívida confessada - 2014
49	ago/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38	3.513.471,90	615.296,52	2.898.175,38
50	set/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
51	out/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
52	nov/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
53	dez/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			

Temos, dessa forma, que ainda carece de pagamento o saldo de R$2.898.175,38, referente às parcelas n°s 49 a 53, todas de 2014 e confessadas através da lei municipal n° 4915/14.

Por fim, constatamos, no processo n° 37011/2010, a existência de memorando solicitando o não pagamento das faturas de consumo de água e das parcelas do acordo a partir de 25/03/15, já que, de acordo com o contido no documento, a SABESP estava definindo, através de seu Conselho Deliberativo, a proposta a ser efetuada à Prefeitura para ajuste das condições dos repasses financeiros por conta do convênio de cooperação (fls. 470/471 do Anexo III). Diante disso, recomendamos à fiscalização subsequente que verifique o adimplemento do referido acordo.

Docs. às fls. 318/400 do Anexo II e 402/487 do Anexo III.

B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Constatamos a regularidade nos lançamentos, cobranças e registros.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS

No exercício examinado, o Município efetivou irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2014 foram concedidas isenção de IPTU e redução da alíquota de ISSQN, bem como remissão de multa e juros

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 430

incidentes sobre débitos de contribuintes hipossuficientes.

Houve também isenções parciais de IPTU e ISSQN com base na Lei Complementar nº 323, de 05/11/13, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de novos projetos esportivos não profissionais e culturais.

Destacamos a existência da Lei Complementar nº 339, de 09/05/14, que alterou a Lei Complementar nº 184/2008, que trata do Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté - PROINDE, autorizando os incentivos fiscais por um período de 15 anos para as grandes empresas. De acordo com informações da prefeitura (fls. 240/241 do Anexo II) não foi concedido, em 2014, benefício de incentivo fiscal com base nessa lei.

Para todos esses casos não foi demonstrada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de 2014, 2015 e 2016, o atendimento à LDO e aos incisos do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 432

B.1.6. DÍVIDA ATIVA

Movimentação da Divida Ativa	2013	2014	AH%
Saldo inicial da Dívida Ativa - A	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Inclusões da Fiscalização - B			
Exclusões da Fiscalização - C			
Saldo inicial da Dívida Ativa ajustado - D=A+B-C	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Saldo inicial da Provisão para Perdas - E			
Inclusões da Fiscalização - F			
Exclusões da Fiscalização - G			
Saldo inicial Provisão para Perdas ajustado - H=E+F-G	-	-	
Total - I = A - E	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Total Ajustado - J=D-H	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Recebimentos - K	**13.124.533,43**	**13.514.283,81**	**2,97%**
Inclusões da Fiscalização - L			
Exclusões da Fiscalização - M			
Recebimentos Ajustados - N=K+L-M	**13.124.533,43**	**13.514.283,81**	**2,97%**
Cancelamentos - O	**38.171.795,21**	**7.593.549,81**	**-80,11%**
Inclusões da Fiscalização - P			
Exclusões da Fiscalização - Q			
Cancelamentos Ajustados - R=O+P-Q	**38.171.795,21**	**7.593.549,81**	**-80,11%**
Valores não Recebidos - S=I-K-O	**83.187.067,93**	**124.748.100,69**	**49,96%**
Valores não Recebidos Ajustados - T=J-N-R	**83.187.067,93**	**124.748.100,69**	**49,96%**
Inscrição - U	**52.536.025,57**	**39.064.552,18**	**-25,64%**
Inclusões da Fiscalização - V			
Exclusões da Fiscalização - W			
Inscrições Ajustadas - Y=U+V-W	**52.536.025,57**	**39.064.552,18**	**-25,64%**
Juros e Atualizações da Dívida - Z			
Inclusões da Fiscalização - AA			
Exclusões da Fiscalização - AB			
Juros e Atualizações da Dívida Ajustada - AC=Z+AA-AB	-	-	
Saldo Final da Provisão para Perdas - AD			
Inclusões da Fiscalização - AE			
Exclusões da Fiscalização - AF			
Saldo Final Provisão p/ Perdas ajustado - AG=AD+AE-AF	-	-	
Saldo Final da Dívida Ativa - AH=S+U+Z-AD	**135.723.093,50**	**163.812.652,87**	**20,70%**
Saldo Final da Dívida Ativa Ajustado - AI=T+Y+AC-AG	**135.723.093,50**	**163.812.652,87**	**20,70%**

O valor de R$38.171.795,21 referentes aos cancelamentos de dívida ativa foi extraído do relatório das contas de 2013 (TC-2090/026/13). Os demais dados do quadro foram extraídos dos balancetes do órgão enviados ao Sistema Audesp

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 432

Com base nos dados do quadro, constatamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento de 20,70% no montante Dívida Ativa, causado, especialmente, pela redução dos cancelamentos de dívida ativa no monante de 80,11%.

Conforme dados enviados ao Sistema Audesp e o constante do Balanço Patrimonial de 2014, o saldo final da Dívida Ativa ao término do exercício de 2014 foi de R$163.812.652,87, sendo R$ 141.030.142,31 de dívida ativa tributária, R$15.474.201,89 de dívida ativa não tributária e R$ 7.308.308,67 de empréstimos e financiamentos concedidos (documentos às fls. 156 do anexo I e fls. 492 do anexo III).

Na fiscalização do exercício de 2014, a origem informou outro valor de saldo da dívida em 31/12/2014, R$156.754.653,75 (fls. 488/489 do anexo III). Informou também outros valores de inscrições e recebimentos. Vejamos:

Fonte	Saldo da Dívida Ativa em 31.12.2014 (R$)	Inscrições (R$)	Recebimentos (R$)
Conforme dados do Balanço Patrimonial	163.812.652,87	39.064.552,18	13.514.283,81
Conforme dados do Setor de Contabilidade	156.754.653,75	31.609.900,39	7.768.235,81

Em análise no setor de Dívida Ativa, constatamos que de janeiro a dezembro de 2014 foram cancelados R$7.593.549,96 dos valores inscritos em 2013 pelos seguintes motivos: lançamento indevido, inocorrência do fato gerador, compensação de créditos, prescrição, em um total de 12.228 registros de cancelamento.

Desses processos, 731 referem-se à prescrição (por decisão administrativa ou inércia judicial) somando a quantia de R$ 226.528,69, que representa 0,14% do saldo inicial da dívida ativa em 2014. Conforme informações da Prefeitura, alguns débitos foram prescritos em virtude de mora do Judiciário, uma vez que foi emitida a cobrança mas a ação ficou sem andamento no Judiciário por longo período, ocasionando a prescrição (fls. 515 do anexo III).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 433

Entendemos que a prescição do crédito tributário, embora obedeça às disposições contidas em lei, reflete inobservância aos princípios da eficiência administrativa e da igualdade, por falha da cobrança e por ineficácia em detrimento ao cidadão cumpridor de suas obrigações tributárias.

Entretanto, esse alto valor de prescrições demonstra que a Prefeitura não tem dispensado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa.

Analisamos por amostragem os processos de cancelamentos da dívida ativa e não constatamos irregularidades.

Ainda, observamos no rol dos cem maiores devedores da dívida ativa em 2014, a presença da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no montante de R$1.539.869,05 (fls. 517/522 do anexo III). A indevida inscrição da municipalidade no rol dos devedores significa que o valor de inscrições lançados na Demonstração das Variações Patrimoniais e os saldos lançados no Balanço Patrimonial são inverídicos, bem como os resultados econômicos e patrimonial deles decorrentes.

Ainda no que tange aos cem maiores devedores, verificamos que somam a quantia de R$ 93.638.910,95, valor este que representa 66,39% do montante inscrito no Balanço Patrimonial da Prefeitura (R$ 141.030.142,31 de dívida ativa tributária). A nosso ver, trata-se de um percentual muitíssimo elevado, indicando que os esforços na cobrança dos créditos e na melhoria da arrecadação carecem de um empenho ainda maior.

Por todo o exposto, constatamos que: a) os valores apresentados pelo Setor de Dívida Ativa da Prefeitura divergem dos dados enviados ao Sistema Audesp e também dos demonstrativos cotábeis encaminhados pela origem; b) a própria Prefeitura está inscrita no rol dos devedores de dívida ativa; c) elevado valor de prescrição de dívida ativa; d) elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas incrições e controle de lançamentos; e) os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida; f) as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 435

refletem a realidade do seto, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

Observamos, no rol de devedores da dívida ativa, a existência de agentes políticos e ex-agentes políticos, conforme já destacado nos relatórios das contas de 2011 (TC-1433/026/11, Conselheiro Relator Dr. Renato Martins Costa), de 2012 (TC-2022/026/12, Conselheiro Relator Dr. Antonio Roque Citadini) e de 2013 (TC-2090/026/13, Conselheiro Relator Dr. Dimas Eduardo Ramalho) de acordo com o quadro abaixo (certidão emitida pela Prefeitura às fl. 488/489 do Anexo III):

Agentes Políticos e Ex-Agentes Políticos	Valor da Dívida	Situação na data da fiscalização "in loco"
Antônio Mário Ortiz Mattos	R$ 109.256,09	Sem parcelamento
Aloizio Rodrigues	R$ 19.016,26	Sem parcelamento
Henrique Antônio Paiva Nunes	R$ 6.292,51	Sem parcelamento
Cícero Alves Morgado	R$ 2.891,11	Sem parcelamento
José Antônio de Angelis	-X-	Débito quitado
José Tadeu Ramos	-X-	Débito quitado
Luiz Candido da Silva	R$ 4.562,77	Sem parcelamento
Djalma José de Castro	R$ 3.787,69	Sem parcelamento
Wanderley Soares dos Santos	R$ 6.292,51	Sem parcelamento
Custodio de Sales Garcez	R$ 6.040,81	Sem parcelamento

Além disso, observamos também a existência de débitos dos ex-agentes políticos José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto, os quais são objeto, respectivamente, dos apartados TC-800165/613/04 (Conselheiro Relator Dr. Antonio Roque Citadini) e TC-800214/613/05 (Conselheiro Relator Dr. Robson Marinho).

Quanto a tais valores, constatamos que até a data da fiscalização (18/08/15) ainda não haviam sido quitados, permacendo inscritos na dívida ativa do município, conforme certidões de fls. 4003/4041 do Anexo XX. A situação destes processos é a que se segue:

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 435

Devedor	Valor Total da Dívida (principal, multa, correção monetária e juros)	Nº do TC	Nº do Processo Adm. (origem)	Nº do Processo de Execução Fiscal (Tribunal de Justiça)	Situação do Processo de Execução Fiscal na data da Fiscalização (Tribunal de Justiça)
José Bernardo Ortiz	R$ 87.340,66	800165/613/04	11863/2011	0500790-12.2011.8.26.0625	Sem decisão
Roberto Pereira Peixoto	R$ 93.396,69	800214/613/05	12714/2011	0500183-62.2012.8.26.0625	Sem decisão

Ante o exposto, propomos que a fiscalização das contas do exercício de 2014 proceda ao acompanhamento dos parcelamentos ora existentes, bem como das execuções judiciais em trâmite.

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**750.666.886,30**	**100,00%**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	(25.351.463,64)	-3,38%
Limite Legal - *Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado*	900.800.263,56	**120,00%**
Excesso a Regularizar		
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	-	
Limite Legal - *Artigo 9º. Resolução 43 do Senado*	165.146.714,99	**22,00%**
Excesso a Regularizar		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - *Exceto ARO*		
Realizadas no Período	-	
Limite Legal - *Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado*	120.106.701,81	**16,00%**
Excesso a Regularizar		
DESPESAS DE CAPITAL		
Realizadas no Período	54.310.607,24	7,23%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO *(Exceto ARO)* **> DESPESAS DE CAPITAL**	**Não**	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO		
Saldo Devedor	-	
Limite Legal - *Artigo 10. Resolução 43 do Senado*	52.546.682,04	**7,00%**
Excesso a Regularizar		
RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
Valor arrecadado no exercício	261.038,00	
Valor aplicado no exercício	-	
Saldo a Aplicar	**261.038,00**	

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 437

Verificamos o atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme consta do Balancete de Receita da Prefeitura (fl. 220 do Anexo II), em 2014 houve arrecadação de recursos mediante a alienação de ativos, no valor de R$261.038,00. Além disso, havia em 31/12/14 saldo do exercício de 2012, no valor de R$3.434,61.

De acordo com informações da Prefeitura (fls. 536/539 do Anexo III), não foram realizadas despesas vinculadas a receitas com alienação de ativos em 2014.

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		381.870.595,12	405.490.507,82	408.914.680,57
Receita Corrente Líquida - E	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
% Gasto Informado A/E	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
% Gasto Ajustado - D/H		51,13%	54,79%	54,47%

↳ 52,43% = TC-2090/026/13

Destacamos, primeiramente, que os valores constantes do quadro acima e considerados em nossa análise (com exceção dos ajustes da fiscalização) foram os informados pela origem, conforme relatórios às fls. 541/551 do Anexo III e dados prestados via interação direta ao Sistema Audesp.

Antes dos ajustes efetuados pela fiscalização, os dados da Prefeitura indicavam despesas de pessoal, em dezembro de 2014, da ordem de R$403.201.960,96, o que representava 53,71% da receita corrente líquida do órgão. Após os ajustes, tal gasto passou a corresponder a 54,47% da referida receita, acima, portanto, do limite de despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 437

É possível ver que os gastos excessivos com pessoal no 2° e no 3° quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 30.04.15 e em 31.08.15, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (fls. 545/545A do Anexo III).

Com base no art. 59, § 1°, II, da LRF, o Executivo Municipal foi alertado, por 3 (três) vezes (em abril, agosto e dezembro), quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral.

De acordo com declaração da Prefeitura (fl. 540 do Anexo III), não houve em 2014 pagamento a título de plantão à distância.

Verificamos que o demonstrativo de despesas de pessoal do Executivo Municipal não engloba as despesas e as receitas da Universidade de Taubaté - UNITAU, o que consideramos uma afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal já que seu art. 20, III, que se refere ao âmbito municipal, apenas diferencia os Poderes Executivo e Legislativo, não fazendo distinção entre órgãos dentro de tais poderes.

Entendemos que o Executivo Municipal deveria ser analisado como um todo no tocante a suas receitas e despesas, sendo necessária a elaboração de apenas um Relatório de Gestão Fiscal, emitido pelo titular do Poder (ou seja, o Prefeito), que englobe a Prefeitura e os demais órgãos pertencentes a tal Poder (nisto se incluindo, obviamente, a Universidade de Taubaté), tal qual disciplina o art. 54 da LRF.

Ademais, a alegação de que a UNITAU não recebe recursos da Prefeitura, não devendo compor, por isso, as despesas de pessoal e as receitas do Executivo Municipal e, consequentemente, não figurando em seu Relatório de Gestão Fiscal não merece prosperar, posto que em 2014 houve transferências de R$4.883.827,61, recebidas por meio de convênios, tal qual demonstrado no item B.5.3, "d", deste relatório.

Os valores da despesa de pessoal e da receita corrente líquida da Prefeitura e da UNITAU estão evidenciados nos quadros abaixo:

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 439

Despesa de Pessoal (R$)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
UNITAU	88.296.705,86	90.811.903,67	95.298.590,94	97.016.131,27
TOTAL	**460.883.337,63**	**472.682.498,79**	**500.789.098,76**	**500.218.092,23**

Receita Corrente Líquida – RCL (R$)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
UNITAU	118.167.887,32	121.908.646,16	131.012.354,07	140.735.648,03
TOTAL	**839.439.449,15**	**868.818.723,07**	**871.090.273,87**	**891.402.534,33**

% (Despesa de pessoal/RCL)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
UNITAU	74,72%	74,49%	72,74%	68,94%
TOTAL	**54,90%**	**54,41%**	**57,49%**	**56,12%**

Diante disso, por considerarmos necessária a inclusão da UNITAU quando da verificação dos limites da despesa de pessoal, temos o quadro que segue, que apresenta a somatória dos valores da UNITAU e da Prefeitura (relatórios da UNITAU às fls. 552/556 do Anexo III):

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	460.883.337,63	472.682.498,79	500.789.098,76	500.218.092,23
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		472.682.498,79	500.789.098,76	505.930.811,84
Receita Corrente Líquida - E	839.439.449,15	868.818.723,07	871.090.273,87	891.402.534,33
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		868.818.723,07	871.090.273,87	891.402.534,33
% Gasto Informado A/E	54,90%	54,41%	57,49%	56,12%
% Gasto Ajustado - D/H		54,41%	57,49%	56,76%

Assim, ao incluirmos a UNITAU na análise, as despesas de pessoal do Executivo em dezembro de 2014 passam de 54,47% para 56,76%, apresentando acréscimo que deve ser considerado, a nosso ver, para cálculo dos limites estabelecidos na LRF.

Docs. às fls. 540/556 do Anexo III.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

a) Ajustes efetuados pela fiscalização
Valor: R$5.712.719,61

- Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos
Valor: R$828.892,00

Mediante pesquisa no Sistema Audesp, identificamos em 2014 despesas com pagamento de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo – RPA, empenhadas no subelemento 33903635 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, no valor total de R$ 828.892,00 (fls. 557/565 do Anexo III).

Tal prática advém de exercícios anteriores, tendo inclusive aumentado 54,61% em relação a 2013.

Entendemos que tais dispêndios devem compor o gasto com pessoal do órgão e, por este motivo, procedemos ao ajuste.

- Pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU
Valor: R$4.883.827,61

Conforme disposto no item B.5.3, "d", deste relatório, apuramos despesas de pessoal no valor de R$4.883.827,61, englobadas nos valores pagos por meio de convênio firmado com a UNITAU cuja execução foi transferida para a FUST (destes, R$2.659.693,81 referem-se ao convênio objeto do processo nº 34.982/13 e R$2.224.133,80 ao do processo nº 8.116/13).

Tais convênios, a nosso ver, foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal e os valores despendidos a título de pessoal devem ser acrescidos à despesa a este título da Prefeitura, por se tratar de serviços de responsabilidade da Administração Direta municipal.

Docs. às fls. 1481/1600 do Anexo VIII, 1602/1800 do Anexo IX, 1802/2000 do Anexo X e 2002/2010 do Anexo XI.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 450

b) Lei Complementar nº 355, de 10/12/14 e seus reflexos

Em 10 de dezembro de 2014 foi editada a Lei Complementar nº 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté (fls. 569/583 do Anexo III). Conforme o parágrafo 3º do artigo 2º desta lei, será descontado dos aportes previstos em seus Anexos I, II, III e IV o montante já pago nos termos das legislações ora revogadas.

Assim, com base nos documentos de fls. 584/594 do Anexo III, verificamos o seguinte no exercício de 2014:

Entidade	FRP Pago em 2014	Aportes em 2014	Sobra
Prefeitura	R$ 6.358.980,79	R$ 5.810.909,63	R$ 548.071,16

Com a criação do aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial, foi editado o Decreto nº 13.468, de 16/12/2014 (fls. 630/642 do Anexo IV), que dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$5.810.909,63 a fim de atender às despesas do novo cálculo atuarial na rubrica "3.3.91. - aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", tendo sido anuladas as dotações constantes das rubricas "3.1.91. - aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária - despesa de pessoal".

Ocorre que, durante o exercício de 2014, a Prefeitura já vinha efetuando o pagamento a título do Fundo de Participação Previdenciária (FRP) para o Instituto de Previdência e no final do exercício, com a edição da Lei nº 355/14, foram anuladas as dotações relativas às despesas de pessoal para transferência para a nova rubrica. Diante de tal transformação da despesa a ser contabilizada na rubrica constante do Decreto nº 13.468/14, verificamos no balancete da Prefeitura Municipal de Taubaté de 2014 que os R$5.810.909,63 estavam contabilizados na rubrica 3.3.91, conforme balancete às fls. 566/568 do anexo III.

Toda essa sistemática efetuada ao final do exercício de 2014 com vistas a diminuir o déficit atuarial do município também acarretou na contabilização "indevida" dos R$5.810.909,63 como se não fossem despesas com pessoal, quando, na verdade, deveriam integrar o cômputo

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 452

das despesas laborais da Prefeitura. Isso porque o Audesp seleciona os créditos liquidados e pagos que comporão a despesa de pessoal apenas da categoria 3.1.91 e, agora, com a mudança, como as despesas passarão a constar da categoria 3.3.91, não mais serão captadas pelo Audesp para compor as despesas de pessoal.

Diante de tal situação, inúmeras impropriedades foram detectadas nos balancetes de despesa da Prefeitura de Taubaté que foram enviados ao Sistema Audesp, as quais refletiram, inclusive, no Instituto de Previdência Municipal, que não efetuou a reconsideração da sua receita advinda da Prefeitura.

Merece destaque o fato de a Prefeitura ter realizado estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal (razões contábeis de dezembro de 2014, sem filtro de elemento de despesa, às fls. 618/621 do Anexo IV). Isso ocorre pois, conforme já explicado anteriormente, as despesas de pessoal levam em consideração os créditos e débitos das contas de 6.2.2.1.3.03.00 (crédito empenhado liquidado a pagar) e 6.2.2.1.3.04.00 (crédito empenhado pago) e, com os significativos estornos (obviamente, a débito das citadas contas), toda a apuração da despesa de pessoal foi afetada.

Analisando apenas o mês de dezembro, no qual houve a "reclassificação" das despesas, no valor de R$5.810.909,63, percebemos os seguintes valores estornados, considerando apenas os elementos de despesa 31.91.1.1.3.41, 31.91.1.1.3.42 e 31.91.1.1.3.43 (contribuição patronal do exercício para o RPPS intra-orçamentária - pessoal civil ativo, pessoal civil inativo e pensionista, respectivamente), de acordo com os balancetes enviados ao Sistema Audesp:

Cód Contábil:	Descrição:	Saldo Inicial	Mov. a Débito	Mov. a Crédito	Saldo Final
6.2.2.1.3.03.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	- 3.931.702,71	15.736.948,74	11.994.005,47	- 188.759,44
6.2.2.1.3.04.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	- 40.630.092,50	7.567.061,41	9.920.905,24	- 42.983.936,33
6.2.2.1.3.01.00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	- 9.576.041,82	18.362.824,79	8.865.791,56	- 79.008,59

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 452

	6.2.2.1.3.01.00 CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		
	D	C	
Valores Liquidados	11.994.005,47	9.576.041,82	Saldo Inicial
Estornos	6.368.819,32	8.865.791,56	x
Subtotal - Débitos	18.362.824,79	18.441.833,38	Subtotal - Créditos
		79.008,59	Saldo Final

	6.2.2.1.3.03.00 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		
	D	C	
Valores Pagos	9.920.905,24	3.931.702,71	Saldo Inicial
Estornos	5.816.043,50	11.994.005,47	Valores Liquidados
Subtotal - Débitos	15.736.948,74	15.925.708,18	Subtotal - Créditos
	0	188.759,44	Saldo Final

	6.2.2.1.3.04.00 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO		
	D	C	
Estornos	7.567.061,41	40.630.092,50	Saldo Inicial
		9.920.905,24	Valores Pagos
Subtotal - Débitos	7.567.061,41	50.550.997,74	Subtotal - Créditos
		42.983.936,33	Saldo Final

Além de influenciar todo o cálculo das despesas com pessoal, consideramos os estornos inadequados do ponto de vista contábil, já que há estornos inclusive de créditos já liquidados e pagos (inclui-se, nestes valores, o montante dos créditos especiais provenientes do Decreto nº 13.468/14, no total de R$5.810.909,63).

Ora, se a Prefeitura durante todo o exercício de 2014 veio liquidando e pagando valores em determinada modalidade de aplicação de despesa (no caso, 3.1.91 - Aplicação direta decorrente de aplicações entre órgãos), é inviável que, ao final do período, realize crédito suplementar para modificar toda a execução orçamentária já realizada. Se tal fato fosse permitido, de nada adiantaria a existência do orçamento e de toda a classificação orçamentária da despesa. Consideramos ser possível a abertura de crédito suplementar apenas para valores a serem empenhados, liquidados e pagos, uma vez que, como o

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 453

próprio nome já explica por si só, se trata de readequação de créditos orçamentários e não de despesas já realizadas.

Frisamos que só nos foi possível constatar a modalidade de aplicação de destino dos valores anulados até o limite de R$5.810.909,63 (pois sabemos que se trata de estorno da modalidade 3.1.91 para a 3.3.91), entretanto a Prefeitura não conseguiu explicar, a contento, o destino dos demais valores anulados, cujos totais foram explicitados nos quadros anteriores.

Para o exercício de 2015, verificamos que a Lei Municipal nº 4.956, de 30 de dezembro de 2014, dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$19.052.201,27, sendo que os R$13.800.000,00 cabíveis à Prefeitura estiveram autorizados pelo Decreto nº13.477/15.

Entidade	Aportes em 2015	Aporte ao mês
Prefeitura	R$ 12.449.433,66	R$ 1.037.452,81

O grande problema é que as contribuições feitas a título de FRP foram transformadas em aporte e as despesas foram reclassificadas como se não houvesse empenho/registro anterior, com o objetivo de não mais serem computadas nas despesas de pessoal e em descumprimento ao previsto no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao pressuposto da transparência constante no art. 1º, §1º, desta lei, e os princípios da legalidade, moralidade e eficiência dispostos no art. 37 da Carta Maior.

Docs. às fls. 566/600 do Anexo III e 602/657 do Anexo IV.

B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1. ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 28,36% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 455

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
RECEITAS	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização		
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	**542.562.249,95**	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	69.825.077,68	
Transferências recebidas	152.061.942,56	
Receitas de aplicações financeiras	1.271.325,60	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	**153.333.268,16**	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	107.839.894,62	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	**107.839.894,62**	**70,33%**
Demais Despesas	45.493.373,54	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)	(5.720,89)	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	**45.487.652,65**	**29,67%**
Total aplicado no FUNDEB	**153.327.547,27**	**100,00%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	69.825.077,68	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras *Ficha de Receita 29*		
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2014	**153.885.564,07**	**28,36%**
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%: Aplic. no 1º trim. de **2015**	-	
Dedução: Restos a Pagar não pagos até 31.01 **2015**	(2.705.317,46)	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios	(5.836.284,94)	
Aplicação final na Educação Básica	**145.343.961,67**	**26,79%**
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	634.719.924,95	
Despesa Fixada Atualizada	166.069.260,83	
Índice Apurado	**26,16%**	

Preliminarmente informamos que a receita de impostos e transferências constante no quadro acima, no valor de R$ 542.562.249,95, corresponde à apurada pelo Sistema Audesp e confirmada in loco por esta Fiscalização.

De acordo com informações da origem à fl. 3764 do Anexo XIX (publicação em jornal em 30/01/15), a receita de impostos e transferências, base de cálculo para aplicação no ensino, foi de R$545.675.129,57, apresentando,

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 455

portanto, diferença de R$3.112.879,62 entre os valores apurados pela origem e os informados ao Sistema Audesp. Tal divergência se refere à correção monetária da dívida ativa tributária, não tributária e "eventuais" (balancete de receitas à fl. 219 do Anexo II).

Destacamos, ainda, que as receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB, no valor de R$1.271.325,60, não foram contabilizadas corretamente e, como consequência, o demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp (fl. 660 do Anexo IV) não contempla tal quantia. Isso ocorreu, pois o município registrou erroneamente tais receitas no código de aplicação 260 (Educação – FUNDEB – Recursos Próprios) quando deveria tê-lo feito no código específico para tal finalidade, que é o 263 (Remuneração de aplicações financeiras). Nisto, há descumprimento do princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64). Doc. à fl. 892 do Anexo V.

Conforme apurado pela Fiscalização, o Município aplicou 26,79%, cumprindo o artigo 212 da Constituição Federal.

Com base no artigo 59, § 1°, V, da LRF, foi o Município alertado, por 2 (duas) vezes (em março e junho), sobre possível não atendimento dos mínimos constitucionais e legais da Educação.

Consignamos que houve utilização de todo o FUNDEB recebido, cumprindo o Município o artigo 21, da LF n° 11.494/07.

Demais disso, verificamos que, relativamente ao FUNDEB, aplicou o Município 70,33% na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 456

B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Inclusões	2014	REC. PRÓPRIOS	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
Total das inclusões		-	-	-
Exclusões	**2014**			
Cancelamento de Restos a Pagar		-		
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)				
Despesas com Ensino Médio		-		
Despesas com Ensino Superior		-		
Despesas não amparadas pelo art. 70, LDB		566.036,42		
RP Próprios não pagos até 31.01 de	2015	2.705.317,46		
RP Fundeb não pagos até 31.03 de	2015		-	5.720,89
Outras		5.270.248,52		
Total das exclusões		**8.541.602,40**	-	**5.720,89**
Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões		**8.541.602,40**	-	**5.720,89**
Informações adicionais				
R P Próprios pagos entre 01.02 2015 e a inspeção		3.891.122,38		
Saldo de RP Próprios não quitados até a inspeção		1.878.664,98		
R P Fundeb pagos entre 01.04. 2015 e a inspeção			-	169,19
Saldo de RP Fundeb não quitados até a inspeção			-	5.551,70

B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 60%

Não houve ajustes.

B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40%

Exclusões: R$5.720,89

- R$5.720,89 relativos ao saldo de restos a pagar de com recursos provenientes do FUNDEB (40%) em 31/03/15 (fls. 783/784 do Anexo IV).

B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS

Exclusões: R$8.541.602,40

- R$2.705.317,46 relativos ao saldo de restos a pagar de recursos próprios em 31/01/15 (fls. 678 e 732/764 do Anexo IV);
- R$1.142.042,64 referentes a pagamentos de inativos (fls. 674/676 do Anexo IV). A modo do art. 19, § 1°, VI, da Lei de Responsabilidade Fiscal, só se integram à despesa laboral os gastos da inatividade suportados exclusivamente pelo Tesouro, e não por fontes de custeio do RPPS (compensações do INSS, contribuições funcionais e

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 457

patronais, entre outras). Quanto aos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), a 5ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional e válido para os exercícios de 2013 e 2014, pág. 359, dispõe que:

> "(...) para fins do limite constitucional com MDE, devem-se considerar apenas as despesas destinadas à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais em educação, e que exerçam cargo, emprego ou função na atividade de ensino, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimento (grifo nosso): remuneração, proventos e pensões. As despesas com inativos e pensionistas devem ser mais apropriadamente classificadas como Previdência. A contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS referente ao pessoal ativo da área da educação deve ser considerada para fins do limite constitucional com MDE".

- R$2.002.313,66 relativos ao pagamento de funcionários que oneraram a folha de pagamento do Ensino da Prefeitura Municipal de Taubaté em 2014, mas cujas atividades desempenhadas não se relacionam diretamente com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, conforme art. 71, VI, da Lei n° 9.394/96 (conforme relação de fl. 677 do Anexo IV e folha de pagamento à fl. 677 do Anexo IV).
- R$1.570.317,23 (sendo R$665.000,10 referentes à Educação Infantil e R$905.317,13 ao Ensino Fundamental) relativos a empenhos das parcelas do Termo de Parcelamento com a SABESP, tratado no item B.1.4 deste relatório. Tal glosa se deu por se tratarem de despesas incorridas em exercícios anteriores, já que o art. 212 da Constituição se escora no princípio orçamentário da anualidade (fl. 662 do Anexo IV);
- R$555.574,99 de despesas com precatórios, por serem estas referentes a exercícios anteriores e, com base no princípio da anualidade, previsto no art. 212 da Carta Magna, não devem integrar o mínimo constitucional (fls. 663/673 do Anexo IV).
- R$566.036,42 relativos a segurança patrimonial, por não terem tais dispêndios a finalidade de desenvolvimento da Educação Básica e, também, por não se qualificarem na hipótese inclusiva do art. 70, V, da Lei

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 459

nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - fls. 663/665 do Anexo IV.

Docs. às fls. 661/800 do Anexo IV e 802/816 do Anexo V.

B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

01	O Município já conta com Plano Municipal de Educação?	Sim
02	Houve iniciativa de leis para elaboração de Plano Municipal de Educação ou adaptação do já existente, à luz LF nº 13.005/14, considerando a data limite de 26.06.15?	Não (a)
03	O Município conta com Plano de Carreira e Remuneração do Magistério?	Não (b)
04	A remuneração do Magistério encontra-se de acordo com o Piso Nacional?	Sim
05	Os professores da Educação Básica dispõem de formação superior especifica?	Sim (c)
06	O Conselho Municipal de Educação vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Sim
07	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Não (d)
08	O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Não (e)
09	O Município vem atingindo as notas previstas no IDEB?	Não (f)
10	Na Rede Municipal de Ensino há atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais?	Sim
11	Há demanda de vagas na Rede Municipal de Ensino?	Não (g)

a) A lei que instituiu o Plano Municipal de Educação não havia sido elaborada até a data da fiscalização. De acordo com declaração da Câmara Municipal de Taubaté, a Mensagem nº 45, de 18/06/15, que estabelece tal Plano, encontra-se em tramitação (fl. 817/818 do Anexo V).

b) Consoante declaração da Prefeitura à fl. 819 do Anexo V foi instituída comissão especifica mas, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal (diga-se, do limite de despesa com pessoal), não foi viável sua aplicabilidade. Foi informado, ainda, que será contratada empresa especializada para elaboração do plano de carreira dos funcionários municipais (e não especificamente do Magistério).

c) De acordo com a declaração de fl. 821 do Anexo V, 90% dos professores possuem formação superior específica.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

d) Consideramos que as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não cumpriu todas as suas atribuições no exercício, dadas as falhas encontradas na aplicação dos recursos e apontadas neste relatório.

e) Quanto ao Conselho de Alimentação Escolar, foram encaminhadas atas de apenas duas reuniões ocorridas em 2014 (fl. 884 do Anexo V), sendo que a primeira delas (reunião de 01/10/14) tratou prioritariamente de assuntos administrativos. Nesta ata consta, ainda, que as reuniões seriam realizadas às primeiras quartas-feiras de cada mês e, portanto, deveria haver pelo menos três reuniões durante o ano, já que o Conselho foi instituído em setembro.

Em análise à documentação encaminhada, verificamos que as atribuições de tal Conselho não foram cumpridas, pois não houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009 e dos recursos destinados à alimentação escolar, emissão de parecer conclusivo sobre o relatório anual de gestão do PNAE, nem tampouco realização de reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração/adequação do Regimento interno, em desatendimento dos artigos 2º, I, II e IV e 3º, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 226/2010 (Docs. às fls. 879/885 do Anexo V).

f) De acordo com os resultados publicados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - IDEB - o município não atingiu o índice previsto para 2013 (último resultado divulgado). Em 2013, o índice previsto para a 4ª série/ 5º ano era de 5.9, mas o observado foi de 5.6 e, para a 8ª série/ 9º ano a meta era de 5.3 e o resultado alcançado de apenas 4.6. Ademais, observamos também que o índice municipal na 4ª série/ 5º ano é inferior ao estadual. Docs. às fls. 886/889 do Anexo V.

g) Consoante declaração à fl. 891 do Anexo V, não há demanda reprimida de atendimento a esta faixa etária.

Docs. às fls. 822/891 do Anexo V.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 460

B.3.2. SAÚDE

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação em ações e serviços de Saúde alcançou 26,21% (fls. 915/916 do Anexo V).

De nossa parte, informamos o apurado após a presente fiscalização:

SAÚDE	Valores - R$
Receitas de impostos	**542.562.249,95**
Ajustes da Fiscalização	
Total das Receitas	**542.562.249,95**
Total das despesas empenhadas com recursos próprios	**142.218.868,83**
Ajustes da Fiscalização	**(1.632.368,14)**
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de 2015	**(678.730,20)**
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde	**139.907.770,49**
	25,79%
Planejamento atualizado da Saúde	
Receita Prevista Atualizada	**634.719.924,95**
Despesa Fixada Atualizada	**150.210.058,86**
Índice apurado	**23,67%**

Conforme apuramos, aplicou o Município 25,79% da receita de impostos na Saúde, observando o piso constitucional de 15%.

De anotar que R$9.645.513,97, 1,78% daquela receita, ingressaram por se referirem a Restos a Pagar Não Liquidados, mas com lastro nas contas bancárias da Saúde (consoante saldos evidenciados no quadro abaixo, extraídos do Sistema Audesp e documentos de fls. 1041/1045 do Anexo VI), tudo conforme possibilita o inciso II, do artigo 24, da LC nº 141/12.

Domicílio Bancário	Fonte de Recursos	Código de Aplicação (Parte Fixa)	Mês	Saldo Apurado Audesp
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000064471-4: BRASIL - SAUDE 2011	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	17.043,85
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000067735-3: BRASIL - SAUDE 2012	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	9.241,38
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000073217-6: SAUDE - 2013	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	134.008,02
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000076537-6: SAUDE - 2014	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	11.234.347,50
TOTAL				**11.394.640,75**

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 462

Em face do sobredito montante, R$5.665.042,96 foram pagos até o momento da fiscalização, sendo que, ainda não quitado, o valor faltante de R$3.980.471,01 permanece depositado em conta bancária da Saúde (fls. 917/1000 do Anexo V e 1002/1134 do Anexo VI).

Com base no art. 59, § 1°, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado, por 1 (uma) vez (em fevereiro), sobre possível não atendimento do mínimo constitucional da Saúde.

Docs. às fls. 917/1000 do Anexo V e 1002/1134 do Anexo VI.

B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Indusões 2014	
Total das indusões	-
Exclusões 2014	
Cancelamento de Restos a Pagar	
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)	
Plano de Saúde fechado	910.497,00
Ações de Saúde não promovidas pelo SUS	
Demais despesas não elegíveis - Fiscalização	
RP Liquidados não pagos até 31.01 2015	678.730,20
Outras	721.871,14
Total das exclusões	**2.311.098,34**
Total dos ajustes: Indusões – Exclusões	**(2.311.098,34)**
Informações adicionais	
R Pagar pagos entre 01.02 2015 e a fiscalização	3.944.060,80
Saldo de RP não quitados até a fiscalização	4.159.908,10

Total de ajustes: R$ 2.311.098,34

Exclusões (síntese à fl. 906 do Anexo V):

- R$678.730,20 relativos ao saldo de restos a pagar processados de recursos próprios em 31/01/15 (fls. 917 do Anexo V e 1002/1035 do Anexo VI);
- R$77.177,76 referentes a pagamentos de inativos em discordância com o art. 4°, I, da Lei Complementar n° 141/12 (fls. 910/914 do Anexo V);
- R$910.497,00 de plano de saúde dos servidores municipais. Tal qual o art. 4°, III, da Lei Complementar

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 462

nº 141/12, não são permitidos os pagamentos referentes à assistência à saúde que não atendam ao princípio do acesso universal, previsto no art. 198 da Constituição Federal, como ocorre no caso em tela (fl. 906 do Anexo V);

- R$320.885,76 de despesas com precatórios, por serem estas referentes a exercícios anteriores e, com base na anualidade prevista no art. 198, §2º, da Carta Magna, não devem integrar o mínimo constitucional (fls. 907/909 do Anexo V);
- R$250.837,92 relativos a empenhos das parcelas do Termo de Parcelamento com a SABESP, tratado no item B.1.4 deste relatório. Tal glosa se deu por se tratarem de despesas incorridas em exercícios anteriores, já que o art. 212 da Constituição se escora no princípio orçamentário da anualidade;
- R$72.969,70 relativos a segurança patrimonial, por não terem tais dispêndios a finalidade de desenvolvimento de ações e serviços de saúde e, por não se qualificarem nas hipóteses inclusivas do art. 3º da Lei Complementar nº 141/12 (fl. 906 do Anexo V).

Docs. às fls. 906/914 do Anexo V e 1002/1035 do Anexo VI.

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

1	Mediante contas bancárias próprias, o Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde?	SIM
2	Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM

Docs. às fls. 1135/1158 do Anexo VI.

- **COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – CEI DA DENGUE:**

Ainda no tocante à saúde, encontramos falhas no planejamento inicial das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", tal qual já apontado no relatório das contas do exercício de 2013.

Consoante relatório de atividades da Prefeitura (fls. 05/14 dos autos) e dados enviados ao Sistema Audesp, não vislumbramos ações destinadas ao combate à dengue, apesar do elevado número de casos no exercício analisado.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 453

Programa	Ação	Meta	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Empenhado Liquido	Liquidado	Pago
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	1003 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS, REFORMADOS/M2	M2-METROS QUADR.	450,00	396,52			
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2026 - APOIO A OSC C/SERV.DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO APESSOA SOROPOSITIVA	ENTIDADE APOIADA	UNIDADES	1,00	-			
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2306 - FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	5,00	5,00	7.142.971,79	6.926.892,64	6.912.147,42
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2357 - ADIANTAMENTOS DE DESPESA	NAO SE APLICA	-	-	-	633,20	633,20	332,40
						7.143.604,99	6.927.525,84	6.912.479,82

Diante disso, houve a instauração da CEI da Dengue na Câmara Municipal de Taubaté, a qual não havia sido concluída até a data da fiscalização.

Em 2013 foram registrados 598 casos e, em 2014, 9402 casos, ou seja, um aumento de 1472% no número de casos registrados no período, consoante dados disponíveis no sitio eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológico "Prof. Alexandre Vranjac", vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (fl. 1040 do Anexo VI). Em 2014 o município de Taubaté foi responsável por 40,83% dos casos de dengue da região (considerando os municípios subordinados ao Departamento Regional de Saúde XVII, do Governo Estadual, conforme fl. 1040 do Anexo VI).

Tal falta de planejamento, a nosso ver, contribui para o agravamento da realidade com o aumento vertiginoso dos casos da doença e constitui grave descumprimento do §1° do artigo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls455

B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS

Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação in loco dos recursos atinentes a Multas de Trânsito, CIDE e Royalties.

Docs. às fls. 1172/1200 do Anexo VI e 1202/1229 do Anexo VII.

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município instituiu a CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio da Lei Complementar nº 358, de 29 de dezembro de 2014, conforme cópia às fls. 1230/1235 do anexo VII.

O decreto nº 13.553, de 07 de maio de 2015 (Fls. 1236/1240 do anexo VII regulamentou a LC 358/15 quanto à criação da CIP e do FUNDIP - Fundo Municipal de Iluminação Pública de natureza contábil, o qual até o mês de abril de 2015 ainda não tinha sido efetivamente implementado, sem o ingresso de nenhuma receita a esse título.

A conta corrente vinculada ao Fundip nº 80415-0 - ag. 76-0 - Banco do Brasil foi aberta somente em 12/06/2015 e em 21 de agosto de 2015 o saldo era de R$ 1.758.947,97, sendo que não haviam sido efetivadas despesas a este título, conforme documentos às fls. 1241/1245 do anexo VII.

Até o momento de nossa fiscalização o Município não havia assumido os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conforme documento ás fls. 1246 do anexo VII, o motivo para a ausência de assunção é a tentativa da Prefeitura em melhorar as condições de transição do Parque de Iluminação Pública.

Ainda, a título de notícia, por ocasião de nossa fiscalização, constatamos que o Município isoladamente pretende transferir a terceiros a execução dos serviços

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 466

relacionados à iluminação pública, por meio de licitações (fls. 1254 do anexo VII).

A Administração instaurou o certame licitatório, Concorrência nº 07/2015 que objetiva a contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para a execução de manutenção e gerenciamento do parque de iluminação pública, compreendendo: manutenção corretiva e preventiva, elaboração e execução de projetos de ampliação, melhoria e adequação, cadastramento georreferendado e eficientização energética da rede de Iluminação Pública do Município.

Devido à interposição das Representações (TC-4201/989/15 e 4118/989/15) em face dos termos do edital, que poderia estar, inclusive, infringindo a Súmula 30 desta E. Corte de Contas, o Exmo. Conselheiro Relator determinou a correção do Edital e adoção de providências complementares(fls. 1251/1254 do anexo VII).

B.4. PRECATÓRIOS

B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

B.4.1.1. REGIME ESPECIAL ANUAL

PRECATÓRIOS	
Saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013	56.304.923,09
Mapas de precatórios encaminhados em 2013 para pagamento em 2014	1.176.860,16
Saldo total de precatórios existentes em 2014	**57.481.783,25**
Pagamento de precatórios efetuados em 2014	7.628.178,29
Pagamento de acordo realizado com o TJSP em 2013	5.412.705,26
Saldo de precatórios para o exercício seguinte	**44.440.899,70**
Saldo de precatórios para o exercício seguinte conforme TJSP	**45.585.890,30**
REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Requisitórios de baixa monta incidentes em 2014	64.897,90
Requisitórios de baixa monta quitados em 2014	63.547,46
Saldo para o exercício seguinte	**1.350,44**

[3] A Lei 4867/14 autoriza o município de Taubaté a celebrar com a Agência de Fomento do Estado de São Paulo operação de crédito no valor de R$ 4.397.934,92 destinadas a melhorias na Iluminação Pública no âmbito da linha Iluminação Pública.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 460

Relativamente aos valores mencionados na tabela acima, consideramos como saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013 o valor contabilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 31/12/2013, após a dedução dos depósitos relativos àquele exercício, conforme planilha[6] juntada às fls. 1268/1274 do Anexo VII.

Verificamos que referida importância diverge do valor informado pela Origem nos documentos de fls. 1275/1300 do Anexo VII, que assinalou como saldo de precatórios devidos em 2013 o total de R$ 54.945.990,23. Tais discrepâncias, já objeto de apontamento pela fiscalização do exercício de 2013 (TC-2090/026/13), perduraram no exercício de 2014, tendo em vista que o débito escriturado no Balanço Patrimonial foi de R$ 51.439.395,14 (fls. 1301/1323 do Anexo VII), enquanto o TJSP contabilizou, em 31/12/2014, uma dívida de R$ 44.585.890,30, dessa vez em valor menor que o registrado pelo município (fls. 1379/1385 do Anexo VII).

Solicitados os esclarecimentos, a origem informou que o valor considerado pela Diretoria de Execuções de Precatórios e cálculos – DEPRE em 2013 estava equivocado, por não lançar a baixa de precatórios antigos, os quais já foram pagos pelo município. Elucidou, ainda, que as divergências existentes se originam na metodologia de cálculo para apuração dos valores de saldo de precatórios anteriores à EC 62/09. Segundo a Prefeitura, os valores que compõem o balanço patrimonial do município são compostos por saldo de parcelamentos ainda na vigência da EC 30/00, acrescidos dos novos precatórios que são recebidos no orçamento, enquanto os valores apurados pela DEPRE foram obtidos a partir dos montantes requisitados originalmente pelo Tribunal de Justiça, com a informação de quais pagamentos foram efetuados para cálculo dos valores remanescentes.

A fim de aclarar seus esclarecimentos a origem apresentou os documentos de fls. 1324/1375 do Anexo VII, que comprovam os questionamentos realizados junto ao TJSP, as diferenças nos valores apurados, alguns demonstrativos

---

[6] Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do TJSP, através do endereço: http://www.tjsp.jus.br/Institucional/Depre/GestaoPrecatorios/ValorDividaPrecatorios/ValorDivida.aspx?ID=5303&f=2

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 468

de pagamentos realizados e não computados pelo Tribunal de Justiça, bem como o saldo atualizado da dívida em julho/2015, após as adequações realizadas por aquele Departamento (R$ 41.000.058,40).

Através do Requerimento de fls. 1376/1377 do Anexo VII, solicitamos ao DEPRE informações relativas ao exato valor da dívida de precatórios da Prefeitura Municipal de Taubaté em 31/12/2014, nos sendo enviada a documentação de fls. 1378/1385 do Anexo VII. Com base nela, observamos que houve uma redução significativa no saldo do débito de precatórios da origem entre 31/12/2013 e 31/12/2014, evidenciando que alguns ajustes foram, de fato, realizados na dívida do Executivo Municipal.

Dessa forma, o valor apurado na tabela acima como saldo de precatórios para o exercício seguinte, R$ 44.440.899,70, não expressa a realidade da dívida do ente, que, segundo o DEPRE alcançava, em 31/12/2014, R$ 44.585.890,30.

É fato que reincide uma divergência entre os saldos contabilizados pela origem e pelo TJSP acerca do montante da dívida da Prefeitura. Isso porque, conforme citado alhures, existe uma dissonância entre a metodologia de cálculo utilizada. Em seus esclarecimentos de fls. 1324/1325 do Anexo VII o município confirma essa dissonância, destacando, inclusive, que o DEPRE vem uniformizando o método de cálculo para todos os precatórios que libera aos credores, o que tem levado a inúmeros questionamentos junto ao Judiciário local por se contrapor com os critérios definidos em sentença transitada em julgado. Diante disso, as diferenças requisitadas em razão do método de cálculo do DEPRE passam a ser objeto de novo precatório que mantém a mesma ordem cronológica de pagamento do precatório original.

Contrapondo-se com a redução de R$ 11.719.032,79 na dívida, segundo o TJSP, o valor registrado no Balanço Financeiro da entidade foi de R$ 51.439.395,14, havendo uma diminuição de R$ 3.506.595,09 com relação ao exercício anterior (R$ 54.945.990,23).

No exercício de 2014 a origem depositou a quantia de R$ 7.628.178,29 a título de precatórios, correspondente à atualização do valor apurado pelo TJSP às fls. 1386/1394

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 469

do Anexo VII (R$ 7.497.484,26), ou seja, o valor determinado pela EC nº 62/09.

Além da parcela anual, a Prefeitura realizou, ainda, o depósito de R$ 5.412.705,26 para pagamento de acordo firmado com o Tribunal de Justiça no exercício de 2013. O acordo realizado referia-se a um saldo das parcelas anuais de 2010, 2011, 2012 e 2013, pagas de modo insuficiente (fls. 1395/1429 dos Anexos VII e VIII).

Consoante tratado nos autos do TC-2090/026/13, o valor devido era de R$ 5.220.428,27 e foi parcelado em 12 cotas de R$ 435.035,69, a serem quitadas a partir de janeiro/2014. Conforme demonstrado nos comprovantes anexados às fls. 1405/1429 do Anexo VIII (valores atualizados), o acordo foi integralmente cumprido pela entidade.

Observamos que a importância depositada soma R$ 13.040.883,55, divergindo do valor informado ao sistema AUDESP/pentaho, na monta de R$ 11.820.150,89 (fls. 1430/1432 do Anexo VIII). Isso porque a entidade vem contabilizando a baixa de cada precatório, individualmente, e não os valores efetivamente repassados ao Tribunal de Justiça para pagamento dos precatórios em geral, conforme se verifica na movimentação da conta corrente anexada às fls. 1433/1436 do Anexo VIII.

Dessa forma, apesar da saída de R$ 13.040.883,55 dos cofres públicos, o valor registrado pela contabilidade é de apenas R$ 11.820.150,89, correspondente aos precatórios cujos pagamentos foram sendo disponibilizados pelo DEPRE em 2014. Não existem empenhos referentes aos valores depositados na conta judicial, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

Na forma como vem sendo realizada a contabilização do saldo de precatórios, a baixa do débito não está ocorrendo em conformidade com o crédito que está sendo liberado para tanto.

Quanto aos pagamentos, o DEPRE disponibilizou a liquidação de R$ 11.819.150,89 no exercício de 2014, conforme listagens de fls. 1437/1450 do Anexo VIII. O sistema AUDESP/Pentaho, por sua vez, registrou o empenho, a liquidação e o pagamento de R$ 11.860.878,36, sendo R$

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

40.727,47 referentes a outras sentenças judiciais não inseridas na conta de precatórios, abaixo discriminadas:

Nome do Credor	Em	Em	Histórico / Descrição do Empenho	Dt. Emiss	l. Empenh	Vl. Anulaç	mpenho	Vl. Liquid	Vl. Pag
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	17322	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA- ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	14/11/2014	7.112,61	-	7.112,61	7.112,61	7.112,61
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	8059	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-VANDER DE ABREU PI-1006/99	15/5/2014	7.102,47	-	7.102,47	7.102,47	7.102,47
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	14985	2014	PRECATORIO-RECLAM.TRABALHISTA - ANTONIO CANDIDO DI	8/10/2014	2.230,22	-	2.230,22	2.230,22	2.230,22
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	15445	2014	PRECATORIO-RECLAM.TRABALHISTA-MARIA DAS GRACAS DE	17/10/2014	1.852,72	-	1.852,72	1.852,72	1.852,72
MARIA ROSA PENA CARNEIRO	13021	2014	ACAO DE INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	8/10/2014	2.000,00	-	2.000,00	2.000,00	2.000,00
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	8478	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-HONORARIOS ADVOCA TICIOS-	22/5/2014	231,19	-	231,19	231,19	231,19
JUIZO DE DIR.DA VARA DA FAZ.PUBL. CO	3121	2014	DEBITO DE PEQUENO VALOR-VANDERLEI PEREIRA DE MOURA	18/2/2014	15.105,93	-	15.105,93	15.105,93	15.105,93
JUIZO DIR 4. VAR CIV COM FTE	7437	2014	PRECATORIO-ALAYDE CASTILHO ARDITO P.J.-06/96	30/4/2014	304.716,93	304.716,93	-	-	-
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	11026	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-DEBITO DE PEQUENO VALOR-NA	31/7/2014	5.092,33	-	5.092,33	5.092,33	5.092,33
TOTAL					345.444,40	304.716,93	40.727,47	40.727,47	40.727,47

Diante de todo o exposto, entendemos que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna os valores efetivamente devidos e pagos pelo município, caracterizando ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.° 4.320, de 1964).

Quanto aos requisitórios de baixa monta, o Município pagou os valores devidos no exercício, à exceção do Requisitório do Processo n° 42.372/2009, no valor de R$ 1.350,44, cujo pagamento foi realizado em 16/04/2015, conforme comprovante e documentos de fls. 1451/1457 do Anexo VIII.

Docs. às fls. 1255/1457 dos Anexos VII e VIII.

B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF)

Considerando o valor dos depósitos até o presente exercício, o quadro abaixo procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2020, conforme decidido pelo STF.

DECISÃO DO STF : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2020	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2014		44.585.890,30
Número de anos restantes até 2020		6
Valor anual necessário para quitação até 6		7.430.981,72
Montante pago no exercício de 2014		7.497.484,26
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2020		

O valor considerado como saldo de precatórios até 31/12/2014 (R$ 44.585.890,30) foi o informado pelo

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 450

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dada a divergência de valores já elucidada acima.

Sob essa marcha, observamos que o saldo será todo pago até o final de 2020.

Demais disso, observamos que o Balanço Patrimonial não registra, corretamente, as pendências judiciais, havendo ofensa aos princípios da Transparência Fiscal (art. 1°, § 1°, da LRF) e da Evidenciação Contábil (art. 83, da LF n° 4.320/64), conforme tratado no item B.4.1.1.

B.5. OUTRAS DESPESAS

B.5.1. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

RGPS (INSS): Recolhimentos apresentados

FGTS: Recolhimentos apresentados

RPPS (Regime Próprio): Recolhimentos apresentados

PASEP: Recolhimentos apresentados

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência do Município de Taubaté, cujas contas estão abrigadas no TC-1485/026/14.

O Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária (fl. 1458 do Anexo VIII).

Docs. às fls. 1458/1467 do Anexo VIII.

B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais foram todos fixados pelas Leis Municipais n°s 4.627 e 4.628, de 23 de março de 2012 (fl. 1469 do Anexo VIII).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 462

Em 2014, não houve modificação do subsídio daqueles agentes políticos por lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, conforme previsto no art. 29, V da Constituição.

Houve revisão geral anual de 6,5%, no exercício em análise, por meio da Lei nº 4.987, de 22 de maio de 2015 (fl. 1470 do Anexo VIII). Dessa forma, o subsídio do Prefeito Municipal passou para R$ 15.025,31; o do Vice-Prefeito para R$ 4.507,00; os dos Secretários Municipais para R$ 9.624,67.

Segundo nossos cálculos, não ocorreram pagamentos indevidos.

Foram apresentadas as declarações de bens, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 (fl. 1468 do Anexo VIII).

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Na amostra, o exame documental mostrou as seguintes falhas:

a) Adiantamentos

Analisamos, por amostragem, os processos de adiantamento realizados em 2014 (relação às fls. 1471/1476 do Anexo VIII) e verificamos a comprovação de despesa com refeição sem especificação da quantidade e valores unitários, apenas com descrição genérica do gasto, bem como recibos de pedágio anexados ao processo sem a devida cópia para impedir que fiquem ilegíveis. Tais irregularidades tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, dispostos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Como exemplos, temos os processos de adiantamento nºs 17/2014 e 46/2014 (fls. 1477/1480 do Anexo VIII).

b) Convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU

Convênio Creches - Processo nº 34982/13

I) Do ajuste

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 462

A Prefeitura Municipal de Taubaté firmou, em 11/04/14, convênio com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$13.557.142,32, para planejamento, promoção e desenvolvimento das atividades através dos auxiliares de desenvolvimento infantil e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nos projetos.

O termo de convênio foi analisado no processo TC-979/007/14, em que foram observadas as seguintes falhas:

- Ausência de norma autorizadora do repasse;
- Plano de trabalho não aprovado e em desacordo com o §1°, II, do artigo 116 da LF n.° 8.666/93;
- Ausência de estimativa trienal do impacto orçamentário-financeiro, descumprindo o art. 16, I, da LRF;
- Falta do protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio à Câmara Municipal);
- Indícios de favorecimento da Universidade de Taubaté e/ou conhecimento prévio de que o convênio seria firmado com esta entidade, frustrando o caráter competitivo do chamamento público e contrariando os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal;
- Ausência de previsão, no estatuto social da entidade conveniada, de prestação de serviço de gestão de creches municipais como uma de suas finalidades;
- Falta de experiência da entidade conveniada em relação ao objeto do ajuste, uma vez que o número de crianças nas creches objeto do convênio é 36570% maior que o número de crianças que a UNITAU possui em sua creche; pessoal insuficiente para suprir as necessidades do ajuste;
- Contratação de profissionais para suprir a necessidade do convênio, s.m.j., constitui forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Contratação de auxiliares de desenvolvimento infantil com salário abaixo do piso pago pela Prefeitura Municipal a cargo equivalente, indicando falta de planejamento do Município e corroborando com a tese de que

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 473

o convênio com a UNITAU não se constitui adequado e suficiente para a gestão das creches do município de maneira eficiente e eficaz;

- Critérios de seleção da entidade não objetivos, possibilitando, s.m.j., o favorecimento de entidades em detrimento de outras e descumprindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, previstos no art. 3°, caput, da Lei n° 8.666/93;
- Contabilização das transferências financeiras em modalidade de aplicação equivocada.

Ateremo-nos, aqui, à análise da prestação de contas dos repasses efetuados no exercício de 2014.

II) Da execução do convênio

Primeiramente, analisamos o convênio no que tange a sua execução e verificamos que, embora tenha sido firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, sua operacionalização se deu através da Fundação Universitária de Taubaté - FUST.

Em 06/02/13 foi realizado um convênio genérico entre várias entidades municipais (UNITAU, FUST, FUNAC - Fundação Artística e Cultural da UNITAU, FAPETI - Fundação de Apoio à Pesquisa, Tecnologia e Informação, FUNCABES - Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Universidade de Taubaté e EPTS - Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté), cujo objeto é o "desenvolvimento de programas entre a UNITAU, suas fundações e a EPTS" (Termo de Convênio às fls. 1772/1776 do Anexo IX).

Após a assinatura do convênio genérico acima mencionado, foi firmado o termo aditivo n° 02, em 11/04/14 (fls. 1777/1783 do Anexo IX) restringindo o objeto e os envolvidos: inclui apenas a UNITAU e a FUST, tem como objeto a "gestão e execução das ações relativas ao Plano de Trabalho vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Taubaté, para atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – à criança de zero a cinco anos de idade" e apresenta valor de R$ 1.129.761,86 mensais (ou seja, R$13.557.142,32 por ano).

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 475

Frisamos que a data de assinatura deste convênio, seu objeto, prazo e valor são os mesmos do convênio entre a Prefeitura e a UNITAU (fls. 1784/1789 do Anexo IX), cuja prestação de contas de 2014 aqui analisamos.

Verificamos na cláusula quinta, item 5.1, do termo de convênio firmado entre a UNITAU e a FUST a retenção de 1%, pela UNITAU, para pagamento de "impostos e outras taxas", sem especificação (fl. 1782 do Anexo IX) que, em 2014, foi de R$84.837,70).

Temos, pois, que a Prefeitura firmou convênio com a UNITAU, tendo esta repassado a execução do convênio para a FUST, ainda com o custo de 1% do valor total. Assim, há dois convênios para a mesma finalidade, o que consideramos inadequado do ponto de vista da eficiência, da economicidade e do controle dos recursos envolvidos.

A prestação de contas aqui analisada, embora seja relativa ao convênio entre a Prefeitura e a UNITAU, contempla notas fiscais de contratos firmados entre empresas privadas e a FUST, o que é inaceitável. Ora, é inviável que a UNITAU fiscalize a aplicação de recursos do convênio com a FUST (obrigação da convenente), sendo que ela mesma se utiliza dos documentos que deveria fiscalizar para apresentá-los à Prefeitura como prestação de contas de outro convênio.

Torna-se, assim, evidente que a manobra realizada pela UNITAU prejudica a fiscalização da aplicação dos recursos e, acima de tudo, fere os princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1°, §1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tais apontamentos ocorreram, também, no relatório das contas de 2014 da entidade conveniada – UNITAU, no TC-1783/026/14 (cópia às fls. 2006/2009 do Anexo XI), corroborando com o acima noticiado. De acordo com este relatório, não há razão para que os recursos financeiros, que são aplicados pela Prefeitura, transitem pela contabilidade da UNITAU para, no fim, ser repassado à FUST.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 476

Observamos na previsão de custo e na memória de cálculo para realização do termo de aditamento ao convênio entre Prefeitura e UNITAU, que acresceu 11,84% ao valor dos repasses (fl. 1790 do Anexo IX) a previsão para pagamento de pessoal e insumos e, também, de despesas administrativas (6% sobre o total planejado), sem a especificação do que vêm a ser tais possíveis dispêndios.

Não encontramos na prestação de contas de 2014 comprovações de tais despesas, mas tão-somente de despesas de pessoal e de aquisição de insumos. Como a UNITAU não devolve aos cofres da Prefeitura os valores não aplicados ao final do exercício, o controle de tais despesas se torna ainda mais difícil e a aplicação de tais despesas se assemelham, por fim, à cobrança de taxa de administração, incompatível com a finalidade da transferência de recursos e consistindo em vantagem que a entidade pretende auferir na execução do ajuste, ferindo o princípio da economicidade.

Os descumprimentos acima confirmam e agravam o fato de a UNITAU ter repassado, por convênio, a operacionalização dos serviços à FUST. Afinal, a documentação comprobatória da despesa realizada serve a dois ajustes de mesmo objeto, com entidades diferentes, sendo que a UNITAU, além de não executar o serviço, recebe vantagem pecuniária pela intermediação.

Destacamos que no termo de convênio não constam metas objetivas a serem cumpridas pela conveniada, dificultando a verificação das atividades que deveriam ser realizadas pela UNITAU e das efetivamente desenvolvidas e, por conseguinte, prejudicando a análise da prestação de contas (Termo de Convênio às fls. 1784/1789 do Anexo IX).

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

De acordo com o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas elaborado pela conveniada (fls. 1806/1808 do Anexo X), foram repassados R$8.483.769,56 e auferidas receitas com aplicações financeiras de R$81.175,40, totalizando R$8.564.944,96 de recursos públicos oriundos do convênio (comprovantes das transferências realizadas à UNITAU às fls. 1796/1800 do Anexo IX e 1802/1805 do Anexo X).

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 477

No mesmo documento há indicação de despesas efetuadas de R$8.483.769,56 (ou seja, todo o valor repassado, desconsiderando receitas de aplicações financeiras), restando saldo "autorizado para aplicação no exercício seguinte" de R$81.175,40 (que corresponde aos rendimentos financeiros).

Não há, entretanto, na prestação de contas, comprovante da autorização para aplicação do saldo de 2014 no exercício seguinte. Além disso, o parágrafo segundo da cláusula décima do termo de convênio (fl. 1788 do Anexo IX) prevê a devolução dos recursos não utilizados apenas ao término do convênio, o que consideramos inadequado para o controle dos valores repassados e utilizados.

Em relação ao valor das despesas realizadas, indicado no demonstrativo integral de receitas e despesas, este não é comprovado nas prestações de contas. A UNITAU considerou que todo o valor repassado foi aplicado, o que não aconteceu, conforme quadro a seguir, elaborado a partir da documentação apresentada pela origem às fls. 1841/2000 do Anexo X.

COMPROVAÇÕES DOCUMENTAIS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Pessoal	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
Salário Liquido	284.995,12	315.564,44	276.736,74	316.613,45	332.166,07	286.758,40	438.149,17	2.250.983,39
FGTS	24.352,63	28.129,75	24.613,46	28.508,92	29.343,26	25.890,90	38.659,15	199.498,07
PIS	3.050,57	3.495,94	3.686,11	3.617,26	3.687,57	4.072,59	4.072,33	25.682,37
INSS	24.425,08	24.236,69	25.583,26	24.271,51	23.999,51	31.976,40	29.037,53	183.529,98
Total de despesa de pessoal comprovada na prestação de contas	336.823,40	371.426,82	330.619,57	373.011,14	389.196,41	348.698,29	509.918,18	2.659.693,81

Insumos	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
L&C Comércio de Papelaria	-	-	135.200,00	-	-	242.759,16	1.062,00	379.021,16
TR2	244.419,00	-	-	28.327,08	29.514,24	16.511,96	29.514,24	348.286,52
OP	232.376,90		-	-	-	99.187,20	58.944,60	390.508,70
Orla	-	97.421,70	107.971,20	378.183,80	293.369,12	148.299,70	269.476,62	1.294.722,14
Alves & Cabral	-	-	-	15.300,00	101.582,06	72.779,76	38.947,16	228.608,98
MS Araújo	-	111.898,10	-	-	-	-	64.190,00	176.088,10

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	476.795,90	209.319,80	243.171,20	421.810,88	424.465,42	579.537,78	462.134,62	2.817.235,60
TOTAL (Pessoal + Insumos)	813.619,30	580.746,62	573.790,77	794.822,02	813.661,83	928.236,07	972.052,80	5.476.929,41
Valor da Nota Fiscal	1.129.761,86	1.129.761,86	1.129.761,86	1.129.761,86	1.321.574,04	1.321.574,04	1.321.574,04	8.483.769,56
Diferença - Valores repassados e não comprovados	316.142,56	549.015,24	555.971,09	334.939,84	507.912,21	393.337,97	349.521,24	3.006.840,15

Fica, assim, evidente que foram repassados R$8.483.769,56 à UNITAU e comprovadas despesas de R$ 5.476.929,41, devendo restar saldo em conta bancária de R$3.006.840,15 (recibos emitidos pela UNITAU e documentos referentes às despesas realizadas - comprovadas pela FUST - às fls. 1841/2000 do Anexo X.

Não foram anexadas à prestação de contas as demonstrações financeiras da conveniada, nem tampouco os extratos bancários emitidos pelo banco e a conciliação bancária de dezembro de 2014, apesar de requisitado pela fiscalização (fl. 2010 do Anexo XI). Foram apresentados apenas documentos elaborados pela UNITAU demonstrando o saldo da conta vinculada ao convênio, que no fim do exercício de 2014 era de R$2.033.824,45 (fls. 1814/1815 do Anexo X).

Observamos que não há identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo, embora conste no Parecer Conclusivo emitido pelo ente convenente (fls. 1809/1811 do Anexo X) o cumprimento de tal obrigação. Isso ocorre pois, como a mesma documentação serve para comprovar despesas de convênios distintos, seria inviável a anotação de dois números de convênio, dois órgãos repassadores e duas fontes de recurso no mesmo documento comprobatório. Tal irregularidade fere o princípio da transparência, prejudicando o controle das despesas e, por conseguinte, a fiscalização do convênio.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 479

IV) Do limite de despesa de pessoal

Conforme consta no quadro anterior, foram pagos com recursos do convênio R$2.659.693,81 a título de pessoal e encargos, valor este que, apesar de sair dos cofres da Prefeitura por meio do ajuste, não compõe a despesa de pessoal do Executivo municipal (já que, formalmente, os recursos humanos são contratados e pagos pela FUST, fundação ligada à UNITAU, cujas despesas de pessoal não são consolidadas no demonstrativo do Executivo).

Dessa forma, o convênio entre a Prefeitura e a UNITAU funciona, nitidamente, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda mais por estar o município, consoante se depreende do item B.2.2, além do limite máximo permitido na legislação.

Ademais, tal estratégia para diminuir os gastos de pessoal foi, inclusive, veiculada na mídia local (fls. 2002/2005 do Anexo XI) e o pagamento de recursos humanos já estava previsto no plano de trabalho da UNITAU (fls. 1822/1823 do Anexo X).

V) Das reponsabilidades da Prefeitura

Quanto à entidade convenente, temos que não fiscalizou adequadamente a execução financeira do convênio, uma vez que:

- Não proibiu a redistribuição dos recursos repassados à conveniada;
- Não fiscalizou adequadamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;
- Não exigiu a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas, do número do convênio e identificação do órgão público convenente a que se referem;
- Não exigiu, na prestação de contas, a documentação mínima para fiscalização do convênio:
  - relatório da conveniada sobre as atividades desenvolvidas;

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 479

- conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão convenente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada do respectivo extrato bancário;
- balanços patrimoniais de 2014 e 2013 e demais demonstrações contábeis e financeiras da conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado de dezembro;
- certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da conveniada e respectivos períodos de atuação;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração elaborada pelo Controle Interno do órgão acerca da legalidade dos repasses, atestando a eficácia e eficiência dos resultados alcançados.

Dessa forma, descumpre a Prefeitura o disposto no princípio da legalidade e da eficiência, dispostos no art. 37 da Carta Magna.

Docs. às fls. 1772/1800 do Anexo IX, 10802/2000 do Anexo X e 2002/2010 do Anexo XI.

Convênio Monitores - Processo nº 8116/13

I) Do ajuste

A Prefeitura Municipal de Taubaté firmou, em 2013, convênio com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$ 4.364.953,93, para execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 480

II) Da execução do convênio

Verificamos, na execução do convênio, a mesma irregularidade encontrada no ajuste analisado anteriormente (processo nº 34982/13): embora o convênio tenha sido firmado entre a Prefeitura e a UNITAU, esta firmou convênio com a FUST, transferindo sua operacionalização.

Dessa forma, há dois convênios para a mesma finalidade, o que consideramos inadequado do ponto de vista da eficiência e do controle dos recursos envolvidos e prejudicial à fiscalização da aplicação dos recursos. Ademais, a documentação comprobatória da despesa realizada serve a dois ajustes de mesmo objeto, com entidades diferentes. Tal falha fere os princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destacamos que no termo de convênio não constam metas objetivas a serem cumpridas pela conveniada, dificultando a verificação das atividades que deveriam ser realizadas pela UNITAU e das efetivamente desenvolvidas e, por conseguinte, prejudicando a análise da prestação de contas (Termo de Convênio às fls. 1492/1496 do Anexo VIII).

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Consoante relatório do TC-144/007/15, que trata da prestação de contas de 2013 do convênio em análise, a forma como foram realizados os repasses não são característicos da modalidade convênio, assemelhando-se, tão somente, a um contrato administrativo. Primeiramente a UNITAU apura o número de alunos atendidos no período de competência e multiplica-o pelo valor contratado por aluno (R$13,41). Depois, soma a tal montante os valores dos insumos adquiridos, obtendo-se, por fim, a quantia a ser desembolsada no mês. Calculado tal valor de repasse, a UNITAU emite, então, uma nota fiscal, que deve ser paga pela Prefeitura no mês seguinte ao de sua competência.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 82

Além disso, os pagamentos são feitos à Universidade de Taubaté após prestação dos serviços, mediante a apresentação das faturas mensais, com documentos e discriminação dos serviços efetivamente prestados no período.

Assim, a prestação de contas e o respectivo pagamento não são realizados conforme indica a natureza jurídica de convênio, com repasse de verba para posterior prestação de contas, mas sim de contrato administrativo, cujo preço somente é pago após a apresentação do documento fiscal de comprovação da prestação do serviço.

De acordo com o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas elaborado pela conveniada (fls. 1485/1487 do Anexo VIII), foram repassados R$3.488.155,87 e auferidas receitas com aplicações financeiras de R$76.539,53, totalizando R$3.564.695,40 de recursos públicos oriundos do convênio.

No mesmo documento há indicação de despesas efetuadas de R$3.488.155,87 (ou seja, todo o valor repassado), restando saldo "autorizado para aplicação no exercício seguinte" de R$76.539,53 (que corresponde aos rendimentos financeiros).

Não há, entretanto, na prestação de contas, comprovante da autorização de aplicação do saldo de 2014 no exercício seguinte. Além disso, o parágrafo segundo da cláusula décima do termo de convênio prevê a devolução dos recursos não utilizados apenas ao término do convênio, o que consideramos inadequado para o controle dos valores repassados e utilizados.

Em relação ao valor das despesas realizadas, indicado no demonstrativo integral de receitas e despesas, este não é comprovado nas prestações de contas. A UNITAU considerou que todo o valor repassado foi aplicado, o que não aconteceu, conforme quadro a seguir.

Pessoal	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Monitores	209.913,90	-	186.706,80	201.169,15	196.407,75	204.713,60

Insumos	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Rivaldo Valério Neto EPP		-	-	-	-	-

Identificador: 3100310035003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 482

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

AMV Com. Prom. De Eventos Esportivos e Arbitr. Ltda ME		-	-	-	-	30.152,00
OP Materiais Serviços Importação e Exportação Ltda ME		72.265,52	900,00	11.384,00	-	28.004,15
Orla Dist. De Produtos EIRELI		129.016,75	141.271,30	-	3.956,00	69.781,67
Alves & Cabral Ltda EPP		37.581,96	3.750,00	-	-	-
Esporte Vale - Comercial de Artigos Esportivos Ltda ME		787,20	30.877,75	-	-	31.791,85
Aliança C. C. C. Ltda ME		93.019,60	-	-	-	28.349,54
Esportivos e Arbitr. Ltda ME		-	2.900,00	-	-	-
Autopel Automação Comercial e Informática Ltda			30.821,00	-	-	48.433,00
Outros	38.941,00	-	-	-	-	
Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	**38.941,00**	**332.671,03**	**210.520,05**	**11.384,00**	**3.956,00**	**236.512,21**

TOTAL (Pessoal + Insumos)	**248.854,90 -**	**332.671,03**	**397.226,85**	**212.553,15**	**200.363,75**	**441.225,81**

Valor da Nota Fiscal	**248.854,90 -**	**358.895,03**	**397.226,85**	**212.553,15**	**200.363,75**	**441.225,81**

Diferença - Valores repassados e não comprovados	**-**	**26.224,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

Pessoal	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL 2014
Monitores	- 202.864,90	201.115,95	205.298,80	204.234,80	206.735,20	204.972,95	**2.224.133,80**

Insumos	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
Rivaldo Valério Neto EPP			-	-	-	59.118,00	**59.118,00**
AMV Com. Prom. De Eventos Esportivos e Arbitr. Ltda ME			-	-	-	-	**30.152,00**
OP Materiais Serviços Importação e Exportação Ltda	11652,5	3.663,56	-	-	-	151.009,30	**278.879,03**

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ME							
Orla Dist. De Produtos EIRELI	86.547,58	4.184,21	-	-	-	39.402,00	**474.159,51**
Alves & Cabral Ltda EPP	30.904,43	-	-	-	-	-	**72.236,39**
Esporte Vale - Comercial de Artigos Esportivos Ltda ME	-	-	-	-	-	-	**63.456,80**
Aliança C. C. C. Ltda ME		1.162,50	12.441,00	-	-	3.728,00	**138.700,64**
Esportivos e Arbitr. Ltda ME	-	-	-	-	-	-	**2.900,00**
Autopel Automação Comercial e Informática Ltda	-	-	-	-	-	-	**79.254,00**
Outros	-	-	-	-	-	-	**38.941,00**
Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	**129.104,51**	**9.010,27**	**12.441,00**	**-**	**-**	**253.257,30**	**1.237.797,37**

TOTAL (Pessoal + Insumos)	331.969,41	210.126,22	217.739,80	204.234,80	206.735,20	458.230,25	3.461.931,17

Valor da Nota Fiscal	331.969,41	210.126,22	217.739,80	204.234,80	206.735,20	458.230,95	3.488.155,87

Diferença - Valores repassados e não comprovados	-	-	-	-	-	0,70	26.224,70

Fica, assim, evidente que foram repassados R$3.488.155,87 à UNITAU e comprovadas despesas de R$ 3.461.931,17, devendo restar saldo em conta bancária de R$26.224,70 referentes aos repasses (consoante demonstrado acima) e R$76.539,53 de receitas de aplicações financeiras, totalizando R$102.764,23 (recibos emitidos pela UNITAU e documentos referentes às despesas realizadas - comprovadas pela FUST – às fls. 1535/1600 do Anexo VIII e do 1602/1771 do Anexo IX).

Entretanto, conforme extratos bancários de fls. 1488/1491 do Anexo VIII havia R$1.337.263,71 na conta vinculada ao convênio, sem a devida conciliação, o que reflete a falta de controle por parte da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 478

IV) Do limite de despesa de pessoal

Tal qual ocorre no convênio objeto do processo nº 34982/13 (creches), analisado anteriormente, foram pagos R$2.224.133,80 a título de pessoal (monitores) com os valores oriundos do convênio (conforme quadro anterior e docs. de fls. 1535/1600 do Anexo VIII e 1602/1771 do Anexo IX). A nosso ver, tal manobra é, s.m.j., um meio de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V) Das reponsabilidades da Prefeitura

Quanto à entidade convenente, temos que não fiscalizou adequadamente a execução financeira do convênio, uma vez que:

- Não proibiu a redistribuição dos recursos repassados à conveniada;
- Não fiscalizou adequadamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;
- Não exigiu a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas, do número do convênio e identificação do órgão público convenente a que se referem;
- Não exigiu, na prestação de contas, a documentação mínima para fiscalização do convênio:
  - relatório da conveniada sobre as atividades desenvolvidas (no processo consta apenas o referente ao exercício de 2013);
  - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão convenente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada do respectivo extrato bancário;
  - balanços patrimoniais de 2014 e 2013 e demais demonstrações contábeis e financeiras da conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado de dezembro;
  - certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da conveniada e respectivos períodos de atuação;

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 486

- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração elaborada pelo Controle Interno do órgão acerca da legalidade dos repasses, atestando a eficácia e eficiência dos resultados alcançados.

O parecer conclusivo emitido pela origem encontra-se juntado às fls. 1481/1483 do Anexo VIII.

Dessa forma, descumpre a Prefeitura o disposto no princípio da legalidade e da eficiência, dispostos no art. 37 da Carta Magna.

Destacamos, ainda, que a aplicação da parcela referente ao mês de dezembro de 2013, no valor de R$ 248.854,90, foi aqui analisada pois o repasse da Prefeitura à UNITAU ocorreu em janeiro de 2014.

Sugerimos à próxima fiscalização que atente para a análise da prestação de contas da parcela referente a dezembro de 2014 e repassada em janeiro de 2015, não considerada nesta prestação de contas (recibo nº 04/15, de 08/01/15, no valor de R$350.629,30 e nota fiscal emitida pela FUST nº 2022, de mesma data).

Docs. às fls. 1481/1600 do Anexo VIII e 1602/1771 do Anexo IX.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL

O gasto com combustível mostrou-se compatível com o número de veículos da Prefeitura.

Observamos, porém, que o valor informado pela Prefeitura (R$2.390.534,54) apresenta divergência em relação ao enviado ao Sistema Audesp, empenhado no

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 486

subelemento 33903001 e utilizado para compra de combustível (montante empenhado líquido de R$2.771.159,72, liquidado de R$2.406.089,54 e pago de R$2.350.807,00).

Docs. às fls. 2011/2023 do Anexo XI.

B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS

Pelos testes, constatamos a correta adequação dos setores de almoxarifado e bens patrimoniais.

Quanto ao setor de tesouraria, tal qual no exercício anterior, verificamos divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade (fls. 2029/2036 do Anexo XI). Após esse período, a situação foi regularizada.

As disponibilidades de caixa são depositadas em bancos estatais, atendendo-se a ao artigo 164, § 3°, da Constituição Federal.

Nos termos do artigo 96, da LF n° 4.320/64, O Município realizou o levantamento geral dos bens móveis e imóveis (declaração à fl. 2038 do Anexo XI).

Observamos que o Balanço Patrimonial não registra corretamente o saldo apurado no levantamento geral de bens móveis e imóveis.

Docs. às fls. 2029/2038 do Anexo XI.

B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A, da CF, tal qual abaixo se vê:

Valor utilizado pela Câmara em:	**2014**	28.204.361,54
Despesas com inativos		76.798,27
Subtotal		28.127.563,27
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2013	527.695.767,51
Percentual resultante		**5,33%**

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 488

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos o não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos e tampouco publicação justificando eventual descumprimento, nos termos do artigo 5° da Lei n° 8666/93, consoante informação constante no processo de acompanhamento da gestão fiscal – TC-563/126/14.

Apesar disso, a origem declarou a estrita observância da ordem, informando não ter havido preterimento de nenhum pagamento (Declaração às fls. 2039 do Anexo XI).

Conforme demonstrativo extraído do Sistema Audesp, verificamos que no exercício de 2014 foram realizados 101 pagamentos no valor total de R$ 28.945.654,68 (fls. 2040/2044 do Anexo XI) fora da ordem cronológica de pagamentos, descumprindo o art. 5° da Lei n° 8.666/1993.

Docs. às fls. 2039/2044 do Anexo XI.

PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS

Conforme dados encaminhados ao Sistema AUDESP, assim se compôs a despesa da Prefeitura:

Modalidade	Valores - R$	Percentual
Concorrência	44.334.112,30	13,92%
Tomada de Preços	11.949.093,38	3,75%
Convite	780.416,12	0,25%
Pregão	160.280.232,83	50,34%
Concurso	-	0,00%
BEC - Bolsa Eletrônica de Compras	-	0,00%
Dispensa de licitação	18.192.545,95	5,71%
Inexigibilidade	17.917.618,68	5,63%
Outros / Não aplicável	64.943.179,06	20,40%
Total geral	**318.397.198,32**	**100,00%**

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO

Preliminarmente, entendemos que as falhas destacadas devem ser analisadas **em conjunto**, por se tratarem de

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 479

irregularidades comuns ao órgão e reiteradas em diversos processos licitatórios, ensejando a necessidade de verificação do procedimento empregado na formalização dos certames e contratações em geral.

Esclarecemos que as licitações foram mencionadas **a título de exemplo** e que foram analisados alguns certames do exercício de 2013 em razão da formalização dos contratos e/ou dos Termos Aditivos no exercício de 2014.

Na amostra analisada, apuramos o que segue:

a) Falhas no Planejamento da Administração

Analisando os processos de licitação selecionados verificamos que em grande parte deles foram identificadas irregularidades relacionadas a falhas no planejamento da Administração Pública, que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e no dispêndio desnecessário de dinheiro público.

Através da Concorrência nº 12/2013 (fls. 2045/2177 do Anexo XI), por exemplo, a empresa ELEFE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EPP foi contratada para a execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos pra ampliação de salas de aula em unidades de Ensino Infantil, conforme Planilhas e Memorial Descritivo anexados ao Edital (fls. 2045/2133 do Anexo XI).

Ocorre que ao longo da execução contratual verificamos a incidência de diversas solicitações de alterações no objeto contratado que envolveram, além do acréscimo de serviços não previstos na planilha inicial, a alteração do local de construção de algumas salas de aula.

Por meio do Memorando datado de 25/11/2013 a Secretária de Educação solicitou que as duas salas de aula que seriam construídas na Creche Municipal Carmelita Santos de Oliveira - Bairro Vila Aparecida fossem construídas na Creche Municipal Profª. Ana Maria Zarzur - Bairro Fonte Imaculada, uma vez que, no bairro Vila Aparecida já estava em construção uma nova unidade escolar que atenderia a faixa etária de berçário (fls. 2145/2146 do Anexo XI).

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 480

Notamos que foram sendo realizados aditamentos para acréscimo e supressão de valores, com vistas a adequar a construção das salas de aula à realidade que foi encontrada em cada escola em particular, no momento do início da obra/serviço, o que evidencia que o planejamento prévio à licitação não foi realizado de forma adequada e eficiente.

Embora o certame tenha se voltado à ampliação de salas de aula em unidades de Ensino Infantil pré-determinadas, o levantamento efetuado pela Prefeitura foi falho e impreciso, não sendo capaz de atestar a real necessidade das unidades e a viabilidade da implantação física das construções.

O Termo Aditivo de 28/04/2014 (fls. 2154 do Anexo XI), por exemplo, acresce em 21,14% o valor contratual inicial, equivalente a R$ 401.659,24, abrangendo dentro dos serviços adicionais a alteração da alvenaria licitada, reforço na fundação para suportá-la e a instalação de tapumes de isolamento da área das obras e do próprio canteiro de obras.

A justificativa apresentada pela Secretaria de Obras para o Aditamento destaca a falha na elaboração da planilha orçamentária inicial que "considerou as paredes das salas de aulas apenas como alvenaria de vedação, quando era necessária a execução de paredes estruturadas com alvenaria autoportantes para suportar e absorver as cargas provenientes das lajes das salas de aula nas dimensões propostas" (fls. 2152 do Anexo XI).

Referido documento também ressalta que a planilha base considerou as "lajes de forro das salas de aula com estrutura em treliça H8, que não suporta as cargas da concretagem da laje com o vão livre de 7,00", bem como a necessidade de reforço estrutural nas fundações com o aumento de consumo de aço e concreto.

Outras falhas de planejamento foram destacadas: não foi considerada a necessidade de instalação de tapumes de isolamento da área das obras do corpo da escola e de instalação de canteiro de obras; e as áreas de cobertura das salas indicadas na planilha estão menores que as áreas efetivamente necessárias para atender as necessidades da obra.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 490

Corroborando a fragilidade do planejamento Administrativo, o Termo de Supressão de Contrato, de 01/08/2014 (fls. 2164 o Anexo XI) corta 20,48% do valor contratual, que corresponde a R$ 471.484,69, excluindo do objeto contratual as unidades EMEI Profª. Inês Aparecida Damasceno Vanzella, EMEI Prof. Fabio Moura, EMEI Prof. Maud Sá de Miranda Monteiro e EMEI Prof. Rubens Duarte.

No caso da EMEI Prof. Rubens Duarte, a solicitação de fls. 2158 do Anexo XI atesta que, quando da demarcação das obras, foi constatado que as áreas livres destinadas à ampliação possuíam topografia irregular, com grandes desníveis, não oferecendo condições para implantação conforme especificações definidas no projeto.

Dentro do mesmo contexto analisamos a Concorrência nº 05/2013 (fls. 2178/2297 dos Anexos XI e XII), voltada à construção de uma creche municipal na Rua Projetada, 269, na Vila São José. No curso da execução do contrato celebrado com a empresa ALEXANDRE DANELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP foi solicitada a realização de Aditamento contratual voltado à alteração do método construtivo da fundação e à substituição da alvenaria de tijolos cerâmicos de 9cm para 14cm (fls. 2247/2248 do Anexos XII).

Tais alterações foram justificadas nas características do terreno e na necessidade de garantir a segurança da construção e demandaram um importe de R$ 118.239.81, equivalente a 8,49% do valor contratado.

Outros serviços foram acrescidos ao contrato inicial através do Termo de Aditamento de 06/01/2014 (fls. 2265 do Anexo XII), sob a justificativa de melhorar as condições de higiene, limpeza e manutenção nos corredores principais e pátios internos da escola, de melhorar as condições acústicas e térmicas do pátio interno e de melhorar as condições de acessibilidade de alunos e professores às instalações (fls. 2260/2261 do Anexo XII).

As modificações realizadas evidenciam falhas da Administração quando da elaboração dos seus projetos e planilhas, que importaram, no caso em exemplo, em mais um acréscimo de 11,11% ao valor inicial, equivalente a R$ 154.580,92.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 482

b) Ofensa à ampla competitividade

A Concorrência nº 01/2013 foi voltada à contratação de empresa para a execução de retificação e contenção do córrego, 1ª fase no Ribeirão das Pedras, no Bairro Gurilândia, sagrando-se vencedora a TECNOGAB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (fls. 2298/2400 do Anexo XII).

Constatamos que a empresa MASTERSERV - CONTROLE DE EROSÃO E COMÉRCIO LTDA. impugnou o edital do certame alegando a restrição da competitividade em razão da eleição de um método/produto específico, discriminado como "Gabião" (fls. 2343/2351 do Anexo XII).

Suscitou a referida empresa que sendo requisitado apenas um produto/método a Administração não conseguiria obter a proposta mais vantajosa ao seu interesse, uma vez que impediria a competição entre outras empresas do ramo que adotam métodos/produtos equivalentes, de qualidade igual ou superior.

Em análise à impugnação apresentada a Origem entendeu pela intempestividade do questionamento, não o recebendo e dando continuidade ao curso do procedimento.

A nosso ver, os argumentos apresentados pela empresa MASTERSERV mereciam guarida pela Administração. Isso porque o direcionamento ao tipo de método/produto eleito (Gabião) não foi justificado tecnicamente pela origem, a fim de embasar a exigência da especificidade constante no instrumento convocatório.

A eleição do método/produto referido sem as devidas justificativas técnicas da sua escolha levou à impugnação da habilitação de algumas empresas na sessão de 13/05/2013 e à consequente desclassificação de três participantes, por não atenderem ao requisito da cláusula 2.1.11 do edital (Atestado de Capacidade Técnica comprobatório do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, comprovando a execução de serviços similares, correspondente a no mínimo 50% do total pretendido).

Analisando a Ata da sessão (fls. 2355/2356 do Anexo XII), observamos que as impugnações levantadas referiram-se, essencialmente, à ausência de apresentação de

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 482

Atestados de Capacidade Técnica no volume pretendido para a execução de gabiões, embora, no edital, a descrição do objeto da contratação seja a "retificação e contenção da margem do Córrego".

Tais questionamentos excluíram do certame empresa que apresentou Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto pretendido, em maior grau de dificuldade, inclusive, ofendendo, em nosso entendimento, o teor da Súmula nº 30 desta Corte de Contas.

A mesma irregularidade foi constatada quando da análise da Carta Convite nº 13/2013, voltada à contratação de empresa para prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais, no valor de R$ 75.600,00 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII).

No curso do procedimento licitatório foi declarada a inabilitação de 02 (duas) das 04 (quatro) empresas convidadas em razão do não atendimento ao item 4.1.5 do edital (Atestado de Capacidade Técnico Operacional) - fls. 2430/2433 do Anexo XIII. Apesar disso, ao reabrir a licitação a Administração convocou exatamente as mesmas empresas que já haviam participado do procedimento anterior, sem oportunizar a participação de outras empresas do ramo (fls. 2455/2459 do Anexo XIII).

Em nosso entendimento, a conduta referida frustra a livre concorrência e contraria o art. 22, §6º da Lei de Licitações.

c) Falha na precisão do objeto a ser licitado

Ainda considerando o Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII), verificamos que a requisição de compra/contratação que embasa o certame não descreve adequadamente os serviços a serem licitados. Tampouco o faz a própria Carta Convite, que refere-se apenas à contratação de empresa para prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais.

Embora o edital aluda às "condições estabelecidas no regulamento da licitação, no memorial descritivo e detalhamento no Anexo I (Proposta Comercial) e na inclusa

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 493

minuta de termo contratual (Anexo IV)" para definição do objeto da contratação (Item 01 – Do Objeto), tais documentos não pormenorizaram quais seriam os serviços especializados a serem contratados.

A informação relativa ao detalhamento da contratação somente veio a ocorrer através do Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013, como resposta ao Memorando nº 115/2013 do Departamento de Compras (fls. 2425 do Anexo XIII).

Conforme Ata da sessão realizada, 02 (duas) das 04 (quatro) empresas convidadas foram inabilitadas por não terem atendido ao item 4.1.5 o edital[7], deixando de apresentar Atestado de Capacidade Técnico Operacional (fls. 2430/2433 do Anexo XIII). Face à ausência da pormenorização dos serviços a serem contratados, entendemos que a verificação do atendimento ao referido critério de habilitação restou frustrada, prejudicando a ampla concorrência do certame, conforme já tratado alhures.

A Carta Convite foi republicada em razão da ausência de 03 (três) empresas devidamente habilitadas, com a reabertura do prazo da licitação (Carta Convite nº 13-A/2013). Apesar disso, não houve correção na descrição do objeto a ser licitado, reiterando-se a falha constatada no primeiro edital.

A omissão retratada interferiu, inclusive, quando da análise das propostas apresentadas. O julgamento foi convertido em diligência para estudos pelo Departamento de Finanças, restando evidenciado que as propostas não elucidaram os serviços que seriam realizados na contratação, limitando-se a informar valores e citar o objeto geral descrito na Carta Convite (fls. 2460/2467 do Anexo XIII).

---

[7] A Cláusula 4.1.5 exigia a apresentação de atestado(s) de capacidade técnico operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, comprovando a execução de serviços similares correspondentes a no mínimo 50% do total pretendido por este certame, nos termo que preceitua a Súmula nº 24 do TCE.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 495

Por consequência, o instrumento firmado com a empresa vencedora, GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., não descreveu os serviços compreendidos na "elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais", dificultando a verificação da adequada execução contratual (fls. 2479/2482 do Anexo XIII).

d) Terceirização de atividades da Administração

Tomando por base a Carta Convite n° 15/2013, verificamos que o objeto licitado envolveu a contratação de "empresa de engenharia para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana, visando atender a exigências do Ministério das Cidades" (fls. 2487/2595 do Anexo XIII).

O programa constante no Memorial Descritivo elucida a "requalificação das vias apontadas em relatório anexo, tendo como objetivo garantir a mobilidade urbana, assegurar condições de circulação e acessibilidade, necessários ao desenvolvimento socioeconômico e o favorecimento da circulação do transporte coletivo e a integração ao tecido urbano de bairros, otimizando a infraestrutura viária existente" (fls. 2511/2512 do Anexo XIII).

A nosso ver, tais atividades são inerentes ao planejamento e à gestão da mobilidade urbana do município, evidenciando que a origem buscou terceirizar atividades precípuas da Administração Pública.

Conforme informa o Memorial Descritivo, a extensão estimada das vias é de 52km, enquanto a dos passeios com acessibilidade é de 99km. Não nos parece, s.m.j., que o serviço pretendido fosse excessivo para uma prefeitura que, conforme relação disponibilizada através do Portal da Transparência, contava com 571 servidores lotados em sua secretaria de Obras, Trânsito e Transportes – fls. 2581/2595 do Anexo XIII (posição em 31/12/2014).

A incoerência da contratação buscada pode residir na inadequada organização administrativa do ente, já que, além do próprio Secretário, a Secretaria e o Departamento de Mobilidade Urbana possuem apenas 06 servidores, todos eles ocupando funções de chefia, conforme tabela abaixo:

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 496

Mat	Nome	Secretaria	Local de Trabalho	Cargo
038207	JOSE BENEDITO PINTO FILHO	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
038311	DOLORES MORENO PINO	Secretaria de Obras,transito e Transport	Depto. de Mobilidade Urbana	Secretario
038469	GISELE MARIA LOMBARDI FERREIRA DE	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Diretor de Departamento
038470	TALITA CRISTINA DE MORAIS LOPES	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
038594	SHEILA CRISTINA THOMAZ FERREIRA	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
039109	JULIANA RIGOTTI DE OLIVEIRA	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
039120	ANGELIKI FERNANDA IOANNIS MARTINS	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Diretor de Departamento

Na Carta Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII), já mencionada acima, verificamos que a contratação realizada também foi voltada à terceirização de atividades precípuas da Administração.

Embora o edital e o contrato tenham sido falhos na descrição do objeto a ser licitado e contratado, o Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013 (fls. 2425 do Anexo XIII), descreveu as atividades pretendidas pelo Departamento no momento da execução do objeto, verificando-se que elas são intrínsecas ao planejamento, à gestão e às finanças do município.

A Tomada de Preços nº 11/2014, por sua vez, voltou-se à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de arquitetura (planta de situação atual do imóvel com cortes de fachadas, combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica SPDA e acessibilidade) em escolas da Rede Municipal de Ensino (fls. 2596/2682 dos Anexos XIII e XIV).

O Memorial Descritivo anexado ao edital (fls. 2631/2641 do Anexo XIV) descreve que "por ocasião da elaboração do projeto, a empresa contratada deverá vistoriar o prédio escolar em conjunto com a direção da escola, confirmar o uso de todos os ambientes, tomar conhecimento dos problemas específicos e discutir a solução proposta".

Dispõe, ainda, que "deverão ser priorizadas as soluções de projeto que considerem a melhor relação custo-benefício, a durabilidade do edifício, a facilidade de manutenção, a segurança dos alunos, a preservação do prédio contra invasões, bem como a concentração e logística das intervenções para minimizar as frentes de obra na(s) escola(s) e garantir seu pleno funcionamento".

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 497

Na forma exposta, verificamos que a atividade desenvolvida pela contratada abarcou a realização do levantamento situacional das escolas da rede municipal de ensino, relacionadas às fls. 2642/2644 do Anexo XIV. Os objetivos propostos se identificam com a própria gestão administrativa do executivo municipal, envolvendo estudos, identificação de problemas, proposições de soluções e realização das ações necessárias para melhor gerir, no caso citado, o funcionamento das escolas públicas.

Alcançamos que o objeto contratado se caracteriza como atividade precípua da Administração, existindo no quadro de pessoal da Prefeitura de Taubaté 17 (dezessete) cargos de arquiteto, com atribuições compatíveis com os serviços referidos. Ocorre que, conforme posição em 31/12/2014 (Quadro de Pessoal às fls. 3765/3771 do Anexo XIX), apenas 3 (três) desses cargos estavam preenchidos, evidenciando que a contratação realizada caracterizou também a terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório.

e) Ausência de comprovação da entrega dos Convites

Voltando à Carta Convite nº 15/2013 (contratação de empresa de engenharia para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana - fls. 2487/2595 do Anexo XIII) verificamos que no processo correspondente ao certame não consta a comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas pré-selecionadas, estando anexado aos autos apenas os comprovantes de envio de e-mail às fls. 2513/2520 do Anexo XIII.

Dessa forma, apesar do convite a 8 empresas do ramo apenas 3 compareceram à sessão designada, não sendo possível atestar a efetividade da entrega da Carta.

Mesmo após a reabertura do certame, em razão da inabilitação de uma das três empresas participantes, a irregularidade foi reiterada, com a juntada somente do demonstrativo de envio, em afronta ao art. 38, II, da Lei nº 8.666/1993 (fls. 2547/2557 do Anexo XIII). Para a nova sessão compareceram duas das onze empresas convidadas.

A situação se repetiu quando da análise da já mencionada Carta Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 497

Anexo XIII), não só no primeiro edital, como também no momento da reabertura da licitação, o que macula o processamento da licitação.

f) Desvinculação ao Instrumento Convocatório

Através do Pregão nº 27/2014 a origem contratou a aquisição e instalação de 05 (cinco) aparelhos de ar-condicionado junto à empresa 7R COMERCIAL LTDA. ME (fls. 2683/2770 do Anexo XIV).

Durante o processamento do certame verificamos que o edital foi impugnado especificamente quanto ao prazo de entrega e ao prazo de garantia dos produtos, o que foi acatado pela municipalidade, conforme Memorando nº 206/SEEL/2014 (fls. 2722 do Anexo XIV).

Republicado em 13/03/2014, o edital nº 27-A/2014 estendeu o prazo de entrega dos aparelhos para 30 dias (Cláusula 3.1.4) e o prazo de garantia foi restringido a 12 meses (Cláusula 3.1.6), conforme previsão legal.

Muito embora as alterações tenham sido realizadas no edital republicado (fls. 2726/2735 do Anexo XIV), verificamos que o instrumento contratual não foi firmado de acordo com as mudanças promovidas, seguindo a minuta anexada ao primeiro instrumento convocatório. As cláusulas 2.2 e 3.3 do Contrato referem-se ao prazo de entrega do objeto em até 10 (dez) dias e ao prazo de garantia/validade não inferior a 05 (cinco) anos (fls. 2759/2761 do Anexo XIV).

A nosso ver, a formalização do contrato em dissonância com as previsões do edital afronta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e ofende ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

g) Falhas na formalização das Dispensas e Inexigibilidades

Na amostra selecionada, verificamos que os processos de dispensa e inexigibilidade analisados continham vícios inerentes às justificativas para as contratações realizadas e à formalização dos seus atos, em ofensa ao art. 26, *caput*, e parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 499

Através da Dispensa nº 09/2014 foi contratado Curso de Técnicas de Apresentação e Oratória para duas servidoras da Prefeitura Municipal (fls. 2771/2781 do Anexo XIV). Conforme justificativa apresentada pela Secretária de Finanças, o curso visava "aprimorar a comunicação em apresentações, para aplicação em audiência pública", a fim de "aperfeiçoar as servidoras para uma apresentação mais aprimorada".

Ocorre que o referido processo não especificou quais as servidoras que realizariam o curso e tampouco continha a demonstração da participação das mesmas no evento, estando anexado apenas o comprovante de pagamento dos serviços sem a prova da sua efetiva prestação.

A Inexigibilidade nº 04/2014, por sua vez, foi ratificada para a realização de "despesas com cópias, simples, certidões, matrículas, averbações, registros, inclusive documentos necessários para instrução de regularização de loteamentos industriais para o exercício de 2014", junto ao Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Cível de Pessoas Jurídicas (fls. 2782/2800 do Anexo XIV).

Embora seja notória a inviabilidade de competição para os serviços cartorários descritos, o que autoriza a contratação com fulcro no art. 25, *caput*, entendemos que a demonstração dos valores envolvidos restou prejudicada, assim como o fundamento da inexigibilidade para as despesas com cópias simples.

O quadro para despesas cartoriais (fls. 2788 do Anexo XIV) estima importâncias com base em distritos industriais, sem mencionar os quantitativos dos serviços abrangidos pelos valores presumidos. A nota ali mencionada elucida a demanda de maneira genérica e abrangente.

Com relação às cópias simples, a nosso ver elas não possuem natureza inerente aos serviços de cartório, não devendo estar compreendidas no objeto da inexigibilidade, conforme ressaltado pelo próprio parecer jurídico da entidade às fls. 2794/2797 do Anexo XIV. Apesar disso, o empenho foi realizado no valor global da Requisição de Serviços.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 499

Por meio da Inexigibilidade nº 07/2014 foi contratado o fornecimento de créditos de vales transportes escolares à empresa ABC Transportes Coletivos Vale do Paraíba Ltda., com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista a exclusividade da prestação do serviço pela contratada (fls. 2802/2918 do Anexo XV).

Verificamos que o valor correspondente à despesa foi empenhado em 28/03/2014 (fls. 2814/2822 do Anexo XV), embora a prestação do serviço tenha sido iniciada a partir de 27/01/2014 (fls. 2836/2839 do Anexo XV). Contrariando o art. 60 da Lei nº 4.320/64, a origem realizou despesa sem prévio empenho, o que caracteriza afronta às normas do direito Financeiro e ao princípio da evidenciação contábil.

Em razão do equívoco no processamento do gasto, foi instaurada sindicância para apuração da responsabilidade funcional dos servidores envolvidos. Referido procedimento administrativo, no entanto, foi instaurado dentro dos próprios autos do processo de Inexigibilidade, o que evidencia impropriedade na formalização dos atos da Administração (fls. 2864/2883 do Anexo XV).

Além das falhas relacionadas, constatamos reiterados equívocos por parte da origem quando da contratação de profissional do setor artístico, não só pela ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo (art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993), como também pela falta de justificativa do preço praticado (art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993).

Na Inexigibilidade nº 20/2014, por exemplo, a contratação da apresentação artística do show "Três Tenores Brasileiros" ocorreu com uma empresa produtora de eventos, não se enquadrando na hipótese de prevista no art. 25, III, da Lei de Licitações (fls. 2919/2943 do Anexo XV).

A empresa LEGATO EVENTOS MUSICAIS LTDA. figurou como representante dos Três Tenores Brasileiros apenas para o evento do dia 30/04/2014, conforme cláusula Quarta do Contrato de Exclusividade firmado em 10/04/2014 (fls. 2925/2926 do Anexo XV).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Semelhante irregularidade foi verificada na Inexigibilidade nº 17/2014, voltada à contratação artística do espetáculo "No toquen mis manos", da artista Valeria Guglietti, para o Festival Internacional de Teatro de Sombras em Taubaté (fls. 2944/2959 do Anexo XV).

O empenho foi emitido para a QUASE CINEMA PRODUTORA LTDA. ME, que é empresa produtora de atividades cinematográficas, desatendendo, portanto, a exigência prevista no art. 25, III, da Lei de Licitações. O contrato de exclusividade anexado às fls. 2948/2949 do Anexo XV evidencia que a representação foi restrita ao 1º Festival Internacional de Teatro de Sombras, não se tratando de empresário exclusivo da artista.

Com relação à justificativa do preço, verificamos que na Inexigibilidade nº 01/2014 (fls. 2960/2978 do Anexo XV), para contratação de apresentação artística do bloco Juca Teles e Banda Estrambelhados durante os eventos do carnaval 2014, a demonstração do valor de mercado limitou-se a uma declaração emitida pelo próprio contratado e endossada na informação do Secretário de Turismo às fls. 2966 e 2968/2970 do Anexo XV.

Referido documento atesta os valores da contratação daquele bloco pelas Prefeituras de Pindamonhangaba e Serra Negra no carnaval de 2013. A nosso ver, demonstrou o contratado a equiparação com o valor por ele cobrado em suas apresentações, não a compatibilidade com o preço de mercado.

A justificativa do preço deixou de ser apresentada também nas Inexigibilidades nº 13/2014, 17/2014 (fls. 2944/2959 do Anexo XV) e 18/2014, descumprindo o disposto no art. 26, III, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

Por fim, constatamos que em nenhum dos processos de dispensa e inexigibilidade analisados ocorreu a publicação dos atos na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a sua eficácia, contrariando o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

Docs. às fls. 2045/2978 dos Anexos XI ao XV.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 102

C.2. CONTRATOS

No exercício, o Município não firmou Parcerias Público-Privada (PPP), concessão e permissão de serviços públicos (Declaração às fls. 2979 do Anexo XV).

Conforme Declaração de fls. 2980 do Anexo XV a Prefeitura ainda está realizando a análise dos contratos firmados para fins de revisão de seus valores, em face da desoneração fiscal de que trata as Leis Federais n°s 12.715/2012, 12.794/2013 e 12.844/2013.

Dessa forma, não efetuou, até então, a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), isso, nos termos do Comunicado SDG n° 44, de 2013.

Docs. às fls. 2979/2980 do Anexo XV.

C.2.1. CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO E REMETIDOS AO TRIBUNAL

No exercício em exame, verificamos que os contratos de valor superior ao de remessa foram encaminhados ao Tribunal.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*

Sob amostragem, analisamos os contratos de valor inferior ao de remessa, celebrados no exercício em exame, nisso verificando as seguintes irregularidades:

a) Ausência de publicação na Imprensa Oficial

Tomando por base os processos de licitação analisados, constatamos que os contratos decorrentes desses certames não tiveram seus extratos publicados na imprensa oficial, contrariando a disposição constante no parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666/1993.

Observamos a irregularidade referida em todos os processos da amostragem cujos contratos foram firmados em valor inferior ao de remessa, estendendo-se a falha aos Termos de Aditamento deles decorrentes, o que, nos termos

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 102

da Lei, compromete a eficácia dos instrumentos ajustados (exemplos às fls. 2138/2139, 2155/2156, 2165/2166 e 2174/2175 do Anexo XI, 2243/2246, 2257/2258, 2280/2282 e 2396/2397 do Anexo XII, 2484/2486 e 2577/2578 do Anexo XIII, 2650/2651, 2678/2679 e 2763/2764 do Anexo XIV, 3103/3104, 3171/3172, 3179/3180 e 3193/3194 do Anexo XVI).

b) Ausência de aplicação das sanções cabíveis

Através do Processo nº 11055/2014 a Prefeitura Municipal de Taubaté adquiriu mobiliário para creche (cadeira alta para alimentação de crianças e conjunto coletivo tamanho 1), utilizando-se da Ata de Registro de Preço nº 102/2013 do FNDE – Pregão nº 31/2013, a que aderiu em 08/01/2014 (fls. 2981/3029 dos Anexos XV e XVI).

Em sua cláusula 4.4 a Ata de Registro de Preços menciona que a "entrega do item/grupo deverá ser efetuada após a respectiva publicação do Contrato, obedecendo aos prazos estabelecidos no item 5 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 31/2013, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Contrato e do recebimento do endereço de entrega pelo contratado" (fls. 2986/2989 do Anexo XV). Constatamos, no entanto, que referido Termo de Referência não estava acostado aos autos, frustrando a verificação desse prazo.

Não obstante, o contrato firmado entre a origem e a empresa MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. previu a entrega do mobiliário em 90 dias, contados da assinatura do instrumento, estipulando, ainda, a prestação de garantia do cumprimento integral das obrigações contratuais no valor correspondente a 5% do valor do contrato (Cláusula Quinta), não comprovada nos autos.

Em razão da inobservância do prazo de entrega previsto no contrato (20/08/2014) foram expedidas duas notificações à contratada, sendo uma de 07/10/2014 e a outra em 09/12/2014 (documentos às fls. 3007/3013 e 3016/3022 do Anexo XVI). Apesar disso, os produtos só foram entregues em 02/03/2015, não sendo verificada nos autos a aplicação de quaisquer penalidades e/ou sanções pelo atraso excessivo do fornecedor, conforme previsto na Cláusula Nona do contrato.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 103

O mesmo ocorreu quando da análise do Processo nº 25045/2014. Verificamos que através do Pregão nº 168/2014 foi contratada a empresa LETHUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP para prestação de serviços técnicos especializados, através do fornecimento de solução tecnológica por tempo determinado para Gestão de Controle de Relacionamento Municipal para o município de Taubaté (fls. 3030/3124 do Anexo XVI).

Conforme estabelecido no Termo de Referência do edital do certame (fls. 3062/3069 do Anexo XVI), a implantação do sistema deveria ser concluída em até 60 dias após a assinatura do contrato/expedição da Ordem de Serviço, que ocorreu em 19/08/2014. Notamos, contudo, que aos 22/10/2014 foi emitida notificação pela Sra. Angeliki F. I. Martins Motta, gestora do contrato, dando noticia de que o prazo foi descumprido (fls. 3105 do Anexo XVI).

Solicitados os documentos referentes à execução contratual, foram relacionados os serviços realizados pela empresa no período de setembro e outubro de 2014, sendo informado, ainda, que o sistema teve início operacional com o cadastro e parametrização em setembro de 2014 e disponibilização efetiva no site da prefeitura em 29/10/2014 (fls. 3108 do Anexo XVI).

Apesar do atraso referido na Notificação e confirmado pela origem às fls. 3108 do Anexo XVI, não verificamos a aplicação das penalidades cabíveis em razão da inexecução parcial do contrato, tampouco a justificativa relativa à sua isenção.

c) Sucessivas prorrogações de prazo

Analisando os processos selecionados, constatamos a excessiva realização de Termos de Aditamento aos contratos firmados pela origem, decorrentes de falhas no planejamento da Administração, conforme tratado no item C.1.1, letra "a".

Ocorre que além dos aditivos decorrentes de acréscimos e alterações de serviços, verificamos também a demasiada realização de Termos de Prorrogação contratual, que postergaram a entrega do objeto a períodos bem distantes dos originalmente previstos. Tais instrumentos

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 105

evidenciam que os prazos estabelecidos pela origem não se mostraram suficientes à execução dos objetos contratados.

Como exemplo citamos a Tomada de Preços nº 11/2014, já mencionada acima, que foi voltada à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de arquitetura em escolas da Rede Municipal de Ensino (fls. 2596/2682 dos Anexos XIII e XIV). Apesar de o contrato prever a realização do serviço em 120 dias, a prorrogação do prazo foi solicita por várias oportunidades, postergando a entrega dos trabalhos em mais 180 dias, ou seja, mais que o dobro do prazo inicial.

O mesmo foi verificado na execução do contrato decorrente do Pregão nº 432-A/2013, cujo objeto foi a elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (fls. 3125/3194 do Anexo XVI). O prazo inicial envolvia 120 dias, mas, em razão da extensão do serviço, foram solicitadas sucessivas prorrogações de prazo (fls. 3173/3178 e 3181/3192 do Anexo XVI), que demandaram o acréscimo de mais 120 dias para a sua conclusão.

Observamos também a realização de Termos de Aditamento para prorrogação de prazo nos contratos decorrentes da Concorrência nº 12/2013, da Concorrência nº 01/2013 e da Concorrência nº 05/2013.

d) Falha na fiscalização da execução contratual

Com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993 a origem contratou a execução de serviços de substituição de tubulação, reconstrução de ala e cabeceira e revitalização de pavimento asfáltico na Rua Tomé Portes del Rei, acesso às escolas AMCA, CEET Paula Souza, EMEF Dr. José Antônio do Couto e EMEF Ernani Barros, com a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA., por meio da Dispensa nº 04/2014 (fls. 3195/3227 dos Anexos XVI e XVII).

O prazo ajustado para a execução dos serviços foi de 60 dias, conforme Cláusula Terceira do contrato firmado, e deveria ser finalizado em 10/05/2014, tendo em vista o recebimento da Ordem de Serviço em 10/03/2014 (fls. 3211/3214 e 3218 do Anexo XVII).

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Verificamos, contudo, que o recebimento provisório da obra só ocorreu em 30/10/2014, não havendo justificativa nos autos para o atraso nesse recebimento (fls. 3223/3225 do Anexo XVII).

O cronograma de medição atesta a execução de 98,95% do serviço em maio de 2014, ficando pendente de pagamento o valor de R$ 17.459,70 para o mês de outubro. Contudo, como inexiste justificativa nos autos para o trespasse de tanto tempo entre uma medição e outra, não foi possível atestar se houve atraso na execução do serviço pela contratada ou falha da Administração no acompanhamento efetivo do trabalho desenvolvido, o que se contrapõe com a urgência que motivou a dispensa em questão.

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, verificamos as que seguem:

01	Contrato nº:	s/nº
	Data:	07/12/2011
	Contratada:	Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços – EPP
	Valor:	R$ 1.359.000,00
	Objeto:	Execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para adequação da E.M.E.F. Marlene Miranda.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 180 dias corridos.
	Licitação:	Concorrência nº 02/2011

Atendendo à determinação do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, proferida nos autos do TC-1433/026/11, foi realizado o acompanhamento da execução contratual do ajuste firmado com a Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços EPP, em 07/12/2011, resultante da Concorrência nº 02/2011 (fls. 3229/3232 do Anexo XVII).

Reiterando o apontamento realizado pela fiscalização das contas do exercício de 2011, observamos que o cronograma físico-financeiro que integrou o edital não descreveu as parcelas da obra a serem entregues nas medições a serem realizadas, limitando-se a exigir percentual de 16,67% em cada uma delas (fls. 3271 do Anexo XVII).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 100

A fim de verificar a ocorrência de atrasos na entrega do objeto, solicitamos a apresentação de todas as medições e de todos os pagamentos realizados no curso da execução contratual, bem como dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da obra, sendo a documentação disponibilizada pela origem juntada às fls. 3302/3336 do Anexo XVII.

Notamos que o Termo de Recebimento Provisório foi lavrado em 12/12/2012 e que, embora ateste a ausência de atraso contratual, não coincide com o prazo ajustado. Isso porque a Cláusula 3.4 do Contrato estabeleceu que o prazo para recebimento provisório da obra seria de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita pela Contratada, e o prazo previsto para a conclusão dos serviços foi encerrado no final de julho de 2012 (Prazo inicial de 180 dias, acrescidos de 45 dias de prorrogação).

Na documentação ofertada constatamos a disponibilização de apenas 3 (três) medições dos serviços realizados, sendo a 1ª delas referente ao período de 08/12/2011 a 31/12/2011, no valor de R$ 300.000,00, a 3ª relativa ao período de 01/03/2012 a 31/03/2012, no valor de R$ 215.026,28, e a 4ª correspondente ao período de 01/04/2012 a 30/04/2012, no valor de R$ 150.000,00.

A ausência dos documentos referentes a todas as medições realizadas acabou frustrando a confirmação do período de conclusão da obra e prejudicando a análise desta fiscalização acerca do cumprimento do prazo contratual.

Com relação à execução do objeto em si, serviços e obras de engenharia para adequação da EMEF Marlene Miranda, não foi possível atestar o seu cumprimento fidedigno em razão do excessivo tempo decorrido entre a entrega da obra (Termo de Recebimento Definitivo em 12/03/2013) e a vistoria realizada "in loco" por esta fiscalização (19/08/2015).

Apesar disso, verificamos algumas incongruências latentes entre os serviços constantes na Planilha de Quantitativos e de Valores (fls. 3266/3270 do Anexo XVII), minuciados no Memorial Descritivo (fls. 3272/3301 do Anexo XVII) e nos projetos arquitetônicos (cópias parciais às

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 102

fls. 3342/3344 do Anexo XVII), e a situação encontrada no local, conforme se comprova através do relatório fotográfico juntado às fls. 3337/3341 do Anexo XVII.

A título de exemplo selecionamos alguns subitens da Planilha de quantitativos e de valores, descritos como "Serviços Complementares" da Escola e do Teatro (Subitem 11 dos Itens A e B - fls. 3266/3270 do Anexo XVII). Dentre os serviços relacionados para a Escola verificamos a execução de 02 (dois) bebedouros coletivos em alvenaria revestida de azulejos, com 5 pontos (subitem 11.2) e o fornecimento e instalação de barras metálicas para apoio nos banheiros para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (subitem 11.5), os quais não correspondiam às descrições da planilha. Constatamos que os bebedouros não apresentavam 5 pontos de água e as barras para apoio instaladas nos banheiros para PNE's não eram metálicas (relatório fotográfico às fls. 3337/3341 do Anexo XVII).

Já com relação ao Teatro (Subitem 11 do Item B), averiguamos o fornecimento e instalação de cortinas de veludo com trilhos embutidos (subitem 11.2); a execução de palco em alvenaria com tablado em carpete de madeira, acessos laterais por escadas revestidas com piso em madeira e apoios em barras metálicas (subitem 11.3); a execução de escada externa em concreto e apoio em barras metálicas (subitem 11.4); e o fornecimento e instalação de placa metálica com letreiro (subitem 11.5) - cópia parcial do projeto às fls. 3344 do Anexo XVII. Tal qual relatório fotográfico de fls. 3337/3341 do Anexo XVII, nenhum dos serviços foi identificado no local. A escada externa em concreto existente foi construída na frente do acesso à escola, e não ao Teatro, não sendo possível atestar se é a mesma a que se refere o subitem 11.4.

Constatamos, ainda, que a estrutura da cobertura do Teatro cedeu, estando o espaço interditado e inutilizado. Segundo a origem tal fato foi decorrente de força maior, em razão de temporal ocorrido na cidade.

No que atine às especificações constantes no Memorial Descritivo, verificamos que os equipamentos e serviços relacionados às instalações hidráulicas de água fria deviam atender aos requisitos do Decreto estadual nº

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

45.805/2001[8], que institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do estado de São Paulo, e do Decreto nº 48.138/2003, que institui o Programa Estadual de Uso Racional de Água Potável. Conforme o referido documento, "o atendimento a estes Decretos pressupõe a instalação, a conservação e o uso adequado dos equipamentos e serviços de forma que sua eficácia seja mantida ao longo do tempo e proporcionem uso racional e maior economia de água" (fls. 3272/3301 do Anexo XVII).

Concluindo as recomendações e exigências, o Memorial menciona que "dispositivos restritores de vazão devem ser utilizados quando houver a necessidade de limitar a vazão dos equipamentos nos pontos de água". Quando da descrição das louças e metais sanitários, o modo de execução determinou que o fechamento automático das torneiras devia ser programado para 6 segundos.

O Memorial Descritivo também relacionou a instalação de "lavatório de louça branca sem coluna", que deveria ser rejuntado à parede com argamassa de cimento branco e gesso, e "bancada de granito Icaraí para lavatórios", a serem apoiadas na alvenaria (Detalhe nos Projetos às fls. 3342/3344 do Anexo XVII).

Realizamos vistoria nos banheiros e vestiários existentes na escola, na quadra de esportes, na piscina e no Teatro, verificando-se que em nenhum deles as torneiras e lavatórios atenderam às especificações do Memorial Descritivo. Conforme relatório fotográfico (fls. 3337/3341 do Anexo XVII), as torneiras não possuíam dispositivo de fechamento automático, os lavatórios eram de coluna e não existiam as bancadas de granito Icaraí. Nem mesmo a separação dos chuveiros em boxes foi realizada, conforme detalha o projeto (fls. 3343 do Anexo XVII).

Segundo a direção da escola, alguns chuveiros e metais dos banheiros dos vestiários foram retirados para evitar o furto no período em que não estão sendo utilizados.

---

[8] O artigo 8º do Decreto nº 45.805/2001 assim dispõe: "Na aquisição de novos equipamentos e metais hidráulicos/sanitários o bem a ser adquirido deverá apresentar o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência na conservação e redução do consumo da água potável".

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Dessa forma, tendo por base as cláusulas pactuadas, e apesar do excessivo tempo decorrido entre a reforma e a visita, constatamos irregularidades na execução contratual, evidenciando que a obra foi entregue em parcial desconformidade com o projeto arquitetônico e com serviços realizados aquém do contratado.

02	Contrato nº:	s/nº
	Data:	05/07/2011
	Contratada:	Valguará Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda.
	Valor:	R$ 123.007,50
	Objeto:	Execução de passeio em concreto em diversos pontos da área urbana do município.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 120 dias corridos.
	Licitação:	Carta Convite nº 15/2011

Nos autos do TC-1433/026/11 o Exmo. Sr. Conselheiro Relator determinou ainda o acompanhamento da execução contratual do ajuste firmado com a Valguará Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda., em 05/07/2011, decorrente da Carta Convite nº 15/2011 (fls. 3345/3348 do Anexo XVII).

A fiscalização das contas do exercício de 2011 apontou falhas na execução do objeto contratual (algumas meias guias desalinhadas, outras apresentando rachaduras, bem como acabamentos que demonstram ausência de zelo na realização do serviço) e no acompanhamento dessa execução por parte da fiscalização a cargo da Municipalidade, em descumprimento ao previsto na cláusula 9ª do Instrumento ajustado.

Às fls. 3381/3408 dos Anexos XVII e XVIII foram apresentadas as medições e as notas fiscais relativas à execução do objeto, verificando-se que a medição final foi referente ao período de 19/12/2011 a 18/02/2012.

Com relação aos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, a origem informou, através do Memorando de fls. 3381 do Anexo XVII, que não foi possível localizá-los, não podendo afirmar se o contrato foi inteiramente cumprido ou não.

Destacamos que a vistoria "in loco" restou

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 500

prejudicada em razão da ausência de informação relativa aos locais de prestação dos serviços. Conforme informação do Secretário de Obras, no processo referente à contratação (Carta Convite nº 15/11) não consta relação para localização dos serviços executados.

Diante das informações prestadas, não foi possível verificar o cumprimento do objeto contratual, sendo constatadas irregularidades no acompanhamento da execução contratual por parte da fiscalização a cargo da Municipalidade, o que reitera a falha já suscitada pela fiscalização anterior.

03	Contrato nº:	s/nº
	Data:	08/08/2013
	Contratada:	Alexandre Danelli Engenharia e Construções Ltda. EPP
	Valor:	R$ 1.391.087,63
	Objeto:	Execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para construção de uma creche municipal na Rua Projetada, 269 – Vila São José.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 150 dias corridos.
	Licitação:	Concorrência nº 05/2013

Tomando por base as cláusulas pactuadas no contrato firmado com ALEXANDRE DANELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, decorrente da Concorrência nº 05/2013 (fls. 2237/2241 do Anexo XII) verificamos algumas discrepâncias entre determinados serviços descritos na Planilha orçamentária de fls. 2180/2187 do Anexo XI e os realizados no local (relatório fotográfico às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII).

Dentre os itens tomados como exemplo, observamos que para o pátio da creche municipal o Memorial Descritivo do projeto arquitetônico (fls. 2189/2236 dos Anexos XI e XII) menciona a execução de "forro de gesso acartonado removível, apoiado em perfis metálicos tipo "T" suspensos por pendurais rígidos", devendo o forro "receber massa corrida em toda a superfície que deverá ser lixada com posterior aplicação de 01 (uma) demão de selador" (Item 8.1 - Forros). Conforme fotos anexadas às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, o telhamento metálico do pátio interno é aparente, não se constatando a execução do forro de gesso acartonado.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Notamos que o Termo de Aditamento de 10/03/2014 substituiu o telhamento metálico comum previsto no projeto inicial (item 8.2 da Planilha Orçamentária de fls. 2180/2187 do Anexo XI) por telhas metálicas tipo sanduíche no pátio interno, com o objetivo de melhorar as condições acústicas durante a ocorrência de chuvas e térmicas em períodos de forte insolação (fls. 2260/2261 do Anexo XII). Com relação à execução do forro, no entanto, não existe menção a quaisquer alterações na sua execução, permanecendo o quantitativo previsto no item 10.3 da Planilha (Código 10.01.049 - forro de gesso acartonado com massa corrida em toda a sua superfície – 422m² - R$ 12.146,97).

Ainda na amostragem, constatamos incongruências na execução das portas das cabines e nos espelhos dos banheiros feminino e masculino. Os Itens 8.4 e 9.1 do Memorial Descritivo mencionam que as portas para os boxes dos banheiros deveriam possuir trinco ocupado/livre cromado e os espelhos dos banheiros seriam de cristal, dimensões 100X60cm, espessura 2mm e moldura em MDF laqueado cor branco de 5cm de largura. Tal qual demonstrado às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, as especificações não foram atendidas quando da execução dos serviços.

No item referente aos componentes metálicos (Item 8.6), o Memorial Descritivo discriminou a fixação de letreiro com o nome da creche, na platibanda frontal, voltado para a rua, a ser confeccionado em letra caixa, fonte FUTURA, tamanho 35cm para "CRECHE MUNICIPAL VILA SÃO JOSÉ", em aço pintado com esmalte sintético cor branco. Conforme relatório de fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, não foi afixado qualquer letreiro no local, mas tão somente placa de inauguração da unidade.

Por fim, verificamos que após o recebimento provisório da obra, a origem encaminhou Notificação ao contratado solicitando a realização de alguns reparos e correções nos serviços executados, os quais estavam em desconformidade com o estabelecido em contrato. Dentre as falhas relacionadas no Relatório de fls. 2290/2295 do Anexo XII, tomamos como exemplo a instalação de tomada no piso, ao lado do fogão, proibida pelo Corpo de Bombeiros. Apesar da informação relativa à realização dos reparos pela direção da creche, verificamos que a irregularidade

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

referida permaneceu, conforme fotos de fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, o que não impediu o recebimento definitivo da Obra em 25/06/2014, sem o saneamento da falha.

04	Contrato nº:	s/nº
	Data:	03/01/2014
	Contratada:	Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda.
	Valor:	R$ 75.600,00
	Objeto:	Prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais.
	Execução/Prazo:	12 meses contados do prazo de 05 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
	Licitação:	Carta Convite nº 13-A/2013

Conforme tratado no Item C.1.1, letra "c", deste relatório, o contrato firmado com a empresa GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., não descreveu os serviços compreendidos na "elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais", referenciados na Cláusula Primeira - Do Objeto, o que dificultou a verificação da sua adequada execução.

A informação relativa ao detalhamento da contratação ocorreu unicamente através do Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013 (fls. 2425 do Anexo XIII), descriminando as seguintes atividades:

1. Levantamento e diagnóstico de situação econômico-financeira;
2. Identificação de fontes de recursos e condições de viabilidade de acesso;
3. Elaboração de Projetos econômico-financeiros;
4. Acompanhamento de projetos junto a órgãos e gestores financiadores;
5. Acompanhamento de implantação, execução e prestação de contas de projetos;
6. Elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatizações, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades.

Solicitados os relatórios, levantamentos, acompanhamentos, projetos e/ou demais documentos elaborados pela contratada, para fins de análise da

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 503

execução contratual, foi apresentada a documentação de fls. 3412/3576 do Anexo XVIII.

O primeiro bloco de documentos refere-se a informações e dados coligidos e elaborados pela contratada para instrução do processo junto à Secretaria do Tesouro Nacional, referente ao Projeto "Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 2ª etapa - PAC" (fls. 3412/3472 do Anexo XVIII). Notamos, no entanto, que tais documentos não comprovam qualquer atividade ou trabalho desenvolvido pela empresa Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda., uma vez que se compõem unicamente de Memorandos, Ofícios, Planilhas e Tabelas elaboradas e assinadas pelos próprios servidores e autoridades da Prefeitura Municipal e da Secretaria do Tesouro Nacional. Eis que eventual acompanhamento e/ou assessoria realizados pela empresa contratada para o projeto em questão não restaram demonstrados através dos documentos fornecidos pela origem.

Os documentos anexados às fls. 3473/3576 do Anexo XVIII, por sua vez, referem-se a "levantamentos, estudos e dados elaborados pela empresa Gerencial VF Consultoria e Projetos para a montagem do Projeto do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária". Tal projeto alude à "interação das áreas tributárias com as demais áreas da administração financeira e a gestão existente" (fls. 3483/3490 do Anexo XVIII), propondo um "choque de gestão" na Área da Receita do Departamento de Finanças.

Para tanto, verificamos a elaboração da proposta do projeto, a identificação dos problemas nos setores envolvidos e a sugestão de soluções (fls. 3483/3565 do Anexo XVIII).

A nosso ver, a documentação referida comprova a execução do pretendido no item 6 do Memorando DF 606/13, de forma parcial (Elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatizações, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades). Isso porque o projeto apresentado pela contratada não menciona a data das análises situacionais e dos estudos realizados, não sendo possível atestar quando o projeto foi elaborado. Ademais, a identificação das falhas ocorre de maneira

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 108

genérica e as proposições de soluções são bastante universais, verificando-se que nem todas as ações propostas pela empresa contêm os custos estimados e os prazos para sua implantação pela prefeitura Municipal de Taubaté (fls. 3524/3565 do Anexo XVIII).

Dessa forma, apesar vigência de 12 meses da contratação e do elevado valor da assessoria, verificamos que os serviços comprovadamente prestados pela GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA. limitaram-se à elaboração parcial do Projeto do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária (fls. 3473/3576 do Anexo XVIII), não tendo sido demonstrada a abrangência da totalidade do objeto pretendido.

05	Contrato nº:	s/nº
	Data:	28/02/2014
	Contratada:	Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
	Valor:	R$ 88.000,00
	Objeto:	Elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana.
	Execução/Prazo:	30 dias contados do recebimento da Ordem de Serviço
	Licitação:	Carta Convite nº 15-A/2013

A partir da documentação apresentada pela origem não foi possível atestar o cumprimento do prazo previsto no instrumento contratual. Com relação ao objeto, no entanto, constatamos regularidade na execução contratual.

06	Contrato nº:	s/nº
	Data:	25/09/2014
	Contratada:	Amabile F. Marcondes Construções-EPP
	Valor:	R$ 183.557,77
	Objeto:	Execução de cobertura de piscina no Centro de Convivência do Idoso.
	Execução/Prazo:	03 meses contados do prazo de 05 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
	Licitação:	Tomada de Preços nº 14/2014

Tomando por base as cláusulas pactuadas, constatamos que a execução do objeto contratual pela AMABILE F. MARCONDES CONSTRUÇÕES-EPP não observou todas as recomendações constantes no Memorial Descritivo, anexo ao edital do certame (fls. 3584/3630 dos Anexos XVIII e XIX). Verificamos que a drenagem pluvial realizada no local não foi executada de acordo com o detalhamento do Memorial,

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

conforme relatório fotográfico de fls. 3680/3681 do Anexo XIX.

Eis que o condutor vertical que recepciona a água da chuva deveria sofrer uma curva de 90°, sendo direcionado para dentro do pilar metálico, conforme detalhamento esboçado no Memorial Descritivo (fls. 3615 do Anexo XIX). O que observamos no local foi a tubulação que se conecta à calha sendo prolongada até o chão, por fora da estrutura, com o despejo da água diretamente no solo (fls. 3681 do Anexo XIX), o que evidencia uma execução mais simples e menos onerosa do que a exigida na licitação.

Ressaltamos que no processo analisado não havia qualquer documento ou informação relativa à alteração do modo de execução da drenagem pluvial, presumindo-se que houve falha no cumprimento do objeto e na fiscalização da municipalidade.

07	Contrato nº:	s/nº
	Data:	29/08/2014
	Contratada:	Diretório Arquitetura & Urbanismo S/S
	Valor:	R$ 198.792,20
	Objeto:	Elaboração de Projetos de Arquitetura (planta de situação atual do imóvel com cortes de fachadas, combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica SPDA e acessibilidade) em escolas da rede municipal de ensino.
	Execução/Prazo:	120 dias
	Licitação:	Tomada de Preços nº 11/2014

Tomando por base as cláusulas pactuadas e a amostragem analisada, constatamos regularidade na execução contratual.

08	Contrato nº:	s/nº
	Data:	17/03/2014
	Contratada:	SM Treinamento e Desenvolvimento Gerencial Ltda. ME
	Valor:	R$ 37.000,00
	Objeto:	Contratação de empresa especializada para elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
	Execução/Prazo:	120 dias
	Licitação:	Pregão nº 432-A/2013

Considerando a documentação apresentada pela origem e tomando por base o processo analisado *in loco* não foi possível atestar o cumprimento do prazo ajustado entre as partes para o cumprimento da obrigação. Com relação ao

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

objeto, no entanto, constatamos regularidade na execução contratual.

C.2.3.1. GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

No exercício em exame não foi celebrado contrato com instituição bancária para gerenciamento da folha de pagamento dos servidores.

No entanto e para os fins em apreço, informamos vigente o contrato celebrado em 17/05/2013, pelo período de 05 (cinco) anos, com o Banco Bradesco S/A, decorrente do pregão n° 27/2013 - Processo administrativo n° 14853/13, conforme Declaração de fls. 3682 do Anexo XIX.

C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

C.2.4.1. ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

No Município fiscalizado, os serviços de abastecimento e distribuição de água são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante convênio de cooperação celebrado em 03/07/2014, comp validade por 30 (trinta anos).

C.2.4.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

No Município fiscalizado, os serviços de coleta e tratamento de esgoto são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante convênio de cooperação celebrado em 03/07/2014, com validade por 30 (trinta anos).

C.2.4.3. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS

Conforme documentos às fls. 3683 do Anexo XIX, o serviço de coleta é realizado pela Empresa Fortnort, mediante Concorrencia n° 05/11, cuja análise foi efetuada

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 508

no processo TC-2111/989/13 (e os aditivos nos processos TCs 5812/989/14, 5808/989/14, 5591/989/14 e 2641/989/15).

Já, a prestação dos serviços com mão de obra, transbordo, transporte e destinação final dos resíduos sólidos são realizados pelas empresas Resicontrol Soluções Ambientais Ltda. e Resitec Industriais Ltda. mediante Pregão Presencial nº 81-A/10, analisado no processo TC-44/014/11 - (não é realizado reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento energético destes resíduos) – documentos às fls. 3686/3698 do anexo XIX.

C.2.5. CONTRATOS DE PROGRAMA

01	Convênio de Cooperação nº:	0.12/2014
	Data:	03.07.2014
	Contratada:	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
	Objeto:	Implementação de ação de forma conjunta com vistas ao oferecimento universal e adequado dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental no município
	Execução/Prazo:	30 (trinta) anos

Consoante mencionado acima, em 03/07/2014 foi assinado o Convênio de Cooperação entre a Prefeitura de Taubaté e SABESP; todavia, conforme consta do documento de fls. 3699/3713 do anexo XIX, ainda não foi assinado o contrato de programa.

O ajuste inicial (convênio de cooperação) não apresentou ocorrências dignas de nota, resta, no entanto, pendente a análise da contratação propriamente dita, providências, que sugerimos, sejam tomadas pela próxima fiscalização.

A Lei 4.629, de 30 de março de 2012 autorizou o Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica e contrato ou quaisquer outros ajustes necessários com o Estado de São Paulo, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo - Arsesp e a Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo – Sabesp.

Documentos às fls. 3699/3720 do anexo XIX.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (*LRF, art. 9º, § 4º*)	Sim
Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA? (*LRF, art. 48, parágrafo único*)	Sim
Contas disponíveis à população, ao longo do exercício? (*LRF, art. 49*)	Sim
Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO ? (*LRF, art. 48*)	Sim
Publicação ou divulgação do RGF? (*LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, "b"*)	Sim
Publicação e divulgação do RREO? (*LRF, art. 52*)	Sim
Encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (*LRF, art. 51, § 414º, I*)	Sim
Divulgação dos tributos arrecadados? (*CF, art. 162*)	Sim
Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (*CE, art. 256*)	Sim
Realização de audiências públicas quadrimestrais da Saúde? (*LC 141/12, art. 36, § 5º*).	Sim
Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (*CF, art. 39, § 6º*)	Sim

Docs. às fls. 3721/3764 do Anexo XIX.

D.1.1. LIVROS E REGISTROS

Pelos testes efetuados, constatamos falhas nos registros, conforme informado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino) e B.4 (Precatórios), em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Como demonstrado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino), B.5.3.1 (Gasto com combustível) e B.6 (Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais) deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Tal qual o Comunicado SDG n.° 34, de 2009, as divergências apuradas denotam falha grave, eis que a Prefeitura não atende aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64).

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

D.3. PESSOAL

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.14:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Efetivos	8.026	8074	8142	4937	-116	3137
Em comissão	222	98	106	92	116	6
Total	8248	8172	8248	5029		3143
Temporários	2013		2014		Em 31.12 de 2014	
Nº de contratados	251		511		1032	

No exercício examinado, foram nomeados 45 servidores para cargos em comissão (relação às fls. 3779/3781 do Anexo XIX), sendo 03 deles para cargos que não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF), quais sejam: Coordenador de Atividades Teatrais, Secretária do Prefeito e Coordenador de Artes Plásticas.

Às fls. 3789/3793 do Anexo XIX juntamos o quadro de cargos de provimento em comissão que compõe a estrutura administrativa do município - Anexo II da Lei Complementar nº 236/2010, verificando-se que alguns deles não mencionam a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura, aludindo apenas à "livre escolha".

Com relação às atribuições, verificamos que a LC nº 236/2010 as descreve de forma genérica[9] para todos os Cargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Gerência. No capítulo II

[9] Art. 107. São atribuições dos titulares dos cargos de provimento em comissão exercer as ações e atividades de competência da unidade administrativa para a qual for designado e, em especial:
I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da unidade administrativa, projeto ou grupo de servidores que dirige;
II - responsabilizar-se pelo desempenho eficiente e eficaz dos trabalhos que lhes são pertinentes;
III - promover reuniões periódicas entre seus subordinados a fim de traçar diretrizes, dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse do órgão;
IV - promover, por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção;
V - elogiar e propor à secretaria a aplicação de penalidades disciplinares dentro do âmbito de sua competência.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

da referida lei são designadas as competências das Secretarias, Departamentos, Assessorias, Setores e Áreas que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Taubaté, não havendo, contudo, definição específica das atividades de cada um dos cargos comissionados constantes do Quadro Anexo II.

Solicitadas as respectivas leis de criação e extinção de cargos e empregos constantes do quadro de pessoal no exercício de 2014, a Origem apresentou cópias das Leis complementares nº 340/2014, 341/2014, 342/2014, 351/2014, 241/2011, 330/2013, 332/2013, 336/2014 e 359/2014 (fls. 3795/3837 dos Anexos XIX e XX), as quais elucidam as divergências apuradas com relação ao Quadro de Pessoal de 2013, sanando, inclusive, as irregularidades relativas a alguns cargos e ao número de vagas, apontadas nos exercícios anteriores.

➢ **Férias Vencidas:**

Consoante registrado pelas fiscalizações pretéritas, verificamos extensa relação de servidores da Prefeitura Municipal de Taubaté com mais de um período de férias vencidas e não gozadas, contrariando o artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Conforme documentação apresentada às fls. 3838/3848 do Anexo XX contabilizamos 351 funcionários na situação descrita, ultrapassando, inclusive, mais de dois períodos aquisitivos vencidos, o que ofende também o art. 232 da Lei Complementar nº 01/1990[10].

Tal conduta gera ao município o risco da indenização dobrada dos valores devidos e da elevação do passivo trabalhista pela inadequada gestão dos recursos humanos.

➢ **Cessão de Servidores e Despesa de Pessoal:**

Observamos, ainda, a cessão de 41 servidores para prestação de serviços nos mais diversos órgãos públicos, conforme relação anexada às fls. 3849/3850 do Anexo XX.

A legislação municipal previu a possibilidade de

[10] Art. 232 - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 2 (dois) períodos, atestada a necessidade pelo chefe imediato do servidor.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

cessão dos servidores para exercício profissional em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado de São Paulo e suas Autarquias, do Município de Taubaté e suas Autarquias, mediante solicitação e termo de convênio – art. 237 da LC nº 01/1990. Para tanto, dispôs que o ônus da remuneração do servidor seria definido no instrumento de convênio, observado o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Requerida a documentação relativa à cessão de alguns servidores escolhidos na amostragem (abaixo relacionados), foram apresentadas as Portarias de fls. 3851/3860 do Anexo XX e Termo de Convênio firmado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 3861/3865 do Anexo XX). Com relação aos servidores cedidos para a Câmara Municipal de Taubaté e para o 2º SubAgrupamento de Incêndio, no entanto, não foram disponibilizados os Termos de Convênio firmados, verificando-se, ainda, a ausência de portaria de cessão para a servidora Glorimar de Fátima Maciel:

Pessoal Cedido a outros orgãos				
Servidor	Orgão para o qual foi cedido	Nº da Portaria	Orgão Pagador	Justificativa
Ana Flavia de Souza Morais	Vara da Familia	296/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Ana Paula Pereira de Jesus	Cartório Eleitoral	222/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Antonio Faria Guimaraes	Camara Municipal de Taubaté	1.585/14	Câmara Municipal	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Arlinda Aparecida Alberici Leal	Cartório Eleitoral	223/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Cassia Cristina Calegaretti	Vara das Execuções Criminais	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Claudemir Gomes dos Santos	Vara das Execuções Criminais	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Eliana Aparecida da Costa	Vara da Infância e da Juventude	257/12	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Erica Regina Duarte	2º Sub Agrupamento de Incêncio	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Evelin de Godoy Sampaio	Vara da Fazenda	668/13	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Glorimar de Fátima Maciel	Cartório Eleitoral		P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90

As despesas relativas a 92,68% desses funcionários foram pagas, em 2014, pela Prefeitura Municipal, e como tal integraram o gasto de pessoal da origem - folha de pagamento em mídia às fls. 3957 do Anexo XX.

Da relação de fls. 3849/3850 do Anexo XX constatamos que 30 (trinta) dos servidores cedidos ocupam o cargo de Escriturário, para o qual foram criadas 100 (cem) novas vagas através da LC nº 351/2014. No exercício de 2014 foram admitidos 18 (dezoito) escriturários temporários, conforme planilha dos SisCAA anexada às fls. 3870 do Anexo XX.

A nosso ver, a cessão de servidores efetivos para outros órgãos se contrapõe com a necessidade reiterada da Prefeitura Municipal em contratar temporariamente outros

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

funcionários para o mesmo cargo, para suprir a demanda de serviço.

Entendemos, s.m.j, que a cessão de servidores de um órgão para outro, se não é voltada a burlar as prescrições da LRF, caracteriza lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal.

➢ **Contratação Temporária:**

Acerca da contratação temporária, notamos que a Prefeitura vem por reiterados exercícios admitindo servidores provisórios para cargos de provimento efetivo, sem comprovar a necessidade transitória de excepcional interesse público, pressuposto constitucional desse tipo de contratação, consoante artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Relativamente ao exercício de 2014, constatamos que a LC nº 01/1990 regulamentou essas contratações no âmbito municipal. Nos termos do seu art. 71, §1º, justificavam a contratação temporária a calamidade pública ou de comoção interna; campanhas de saúde-pública; a implantação de serviço urgente e inadiável; e os afastamentos transitórios de servidores ou de sua saída do serviço público.

No referido exercício foram admitidos 162[11] temporários, sem a apresentação das justificativas para essas admissões, descaracterizando as excepcionalidades legais. Abaixo relacionamos o número de admitidos e os cargos/funções para os quais houve contratação provisória no exercício:

[11] Do total referido desconsideramos os 348 Professores temporários admitidos no exercício de 2014.

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 523

Exercício	Cargo/Função	Seleção/ Concurso	Lei Autorizadora	Prazo Máximo	Número de Admitidos
2014	ARQUITETO	1	001/1990	360	1
2014	ASSISTENTE SOCIAL	2	001/1990	360	6
2014	BERÇARISTA	3	001/1990	360	1
2014	BRAÇAL	4	001/1990	360	36
2014	COZINHEIRO	5	001/1990	360	2
2014	CUIDADOR	6	001/1990	360	2
2014	DENTISTA	7	001/1990	360	2
2014	ENFERMEIRO	8	001/1990	360	2
2014	ENGENHEIRO	9	001/1990	360	4
2014	ESCRITURARIO	10	001/1990	360	18
2014	FISIOTERAPEUTA	11	001/1990	360	3
2014	FONOAUDIOLOGO	12	001/1990	360	3
2014	MEDICO	13	001/1990	360	6
2014	MEDICO ESPECIALISTA	14	001/1990	360	4
2014	MESTRE DE OBRAS	15	001/1990	360	1
2014	MONITOR DE OFICIOS	16	001/1990	360	5
2014	MOTORISTA	17	001/1990	360	4
2014	NUTRICIONISTA	18	001/1990	360	4
2014	OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO	19	001/1990	360	8
2014	ORIENTADOR SOCIAL	20	001/1990	360	14
2014	PEDREIRO	21	001/1990	360	12
2014	PINTOR	22	001/1990	360	4
2014	PSICOLOGO	26	001/1990	360	8
2014	SERVENTE	27	001/1990	360	1
2014	TECNICO DE INFORMATICA	28	001/1990	360	2
2014	TECNICO DE MANUTENÇÃO	29	001/1990	360	2
2014	TECNICO DE PROTESE DENTARIA	30	001/1990	360	3
2014	TERAPEUTA OCUPACIONAL	31	001/1990	360	3
2014	VIDRACEIRO	32	001/1990	360	1
Total					**162**

Analisando as planilhas de admissão do SisCAA, observamos que para o mesmo cargo foram admitidos servidores sob a modalidade de concurso público e Tempo Determinado, não sendo apresentada, contudo, justificativa para a contratação temporária, já que existe concurso público em andamento. Tal situação foi constatada para os cargos de Assistente Social, Braçal, Dentista, Enfermeiro, Médico Especialista, Servente e Técnico de Prótese Dentária (fls. 3871/3887 do Anexo XX).

O quadro de pessoal anexado às fls. 3765/3771 do Anexo XIX atesta que em 31/12/2014 existiam 1.032 temporários na Prefeitura Municipal de Taubaté. Elevado quantitativo evidencia que parte desses servidores permaneceram contratados, "temporariamente", por mais de um exercício, desconstruindo o pressuposto da

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

provisoriedade e afrontando o §2° do art. 71 da LC n° 01/1990[12], o qual previu o prazo máximo de 06 (seis) meses.

A nosso ver, as admissões reiteradamente realizadas pela Prefeitura sob o manto da "contratação temporária" servem para burlar o art. 37, II, da Constituição Federal, refletindo na irregularidade das contratações e ilegalidade das nomeações – falhas estas que serão analisadas nos processos específicos de admissão de pessoal.

➢ **Diárias:**

Quando da análise das diárias pagas no exercício de 2014, constatamos o desvio de função de alguns dos servidores selecionados na amostragem. Apesar de ocuparem cargos diversos, eles desempenharam a função de motorista na condução de pacientes para tratamento médico fora do município, conforme documentos anexados às fls. 3958/4002 do Anexo XX.

Destacamos a existência de cargo específico de Motorista no quadro de pessoal, bem como a contratação de temporários para o desempenho dessa função. Abaixo relacionamos exemplos da irregularidade constatada:

Servidor	Cargo Ocupado	Função designada	Datas das Viagens	Amostra às fls.
ADILSON ALVES DOS SANTOS	Servidor Temporário	Motorista	03/08, 16/08, 05 e 06/01, 06/09, 08/11, 06/12, 21/03, 04 e 05/04, 16/05, 24/05, 08/06	3958/3974 do Anexo XX
ALEXANDRE MARCHTEIM PIRES	Servidor Temporário	Motorista	19/7, 22/11, 06, 07 e 08/04, 21/06	3975/3986 do Anexo XX
BENEDITO MARTINS DE MOURA	Operador de Máquina	Motorista	12 e 13/01, 16 e 17/03, 22 e 23/06, 06 e 07/07	3987/4002 do Anexo XX

[12] Art. 71. Poderão ter acesso ao serviço público pessoas destinadas ao desempenho de funções de natureza temporária.
§1° *Omissis*
§ 2° As admissões para os cargos especificados nos incisos I a IV do parágrafo anterior, serão feitas mediante processo seletivo, simplificado, se houver tempo, observando-se prazo determinado e compatível com cada situação, de no máximo 6 (seis) meses.
§3° *Omissis*
§4° *Omissis*

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

O desvio de função foi também abordado no item "B.3.1.1" deste relatório, sendo realizada a respectiva glosa no ensino.

➢ **Horas Extras:**

Por fim, analisamos as relações de horas extras fornecidas pela origem e verificamos uma excessiva jornada extraordinária realizada pelos servidores municipais, ultrapassando, inclusive, os limites diários permitidos pela legislação, conforme demonstramos nos exemplos extraídos da amostra:

Servidores	Cargo	Mês de Referência	Quantidade de horas extras	Média de horas extras/dia
Alan Denis Santiago dos Santos	Motorista	jan/14	48,5	2,20
Alexandre Marchtein Pires	Servidor Temporário	jan/14	46,5	2,11
Alice Daniele Alves Barbosa	Gari	jan/14	52	2,36
Ana Lucia de Aguiar	Oficial de Administração	jan/14	89	4,05
André Luis Casarin	Motorista	jan/14	61,5	2,80
Antonio Carlos Galvão	Supervisor Técnico	jan/14	63	2,86
Asdrubal Augusto F de Nascimento	Monitor de Esportes	jan/14	63	2,86
Benedito Adriano Lopes	Oficial de Administração	jan/14	151,5	6,89
Dirceu Pestana	Braçal	jan/14	69	3,14
Guaraci de Almeida	Servidor Temporário	jan/14	80	3,64
Isac Cândido dos Santos	Servidor Temporário	jan/14	72,5	3,30
José Afonso Nascimento	Braçal	jan/14	87,5	3,98
José Claudio dos Santos	Oficial de Administração	jan/14	107,5	4,89
José Gonçalo de Melo	Servidor Temporário	jan/14	157	7,14
Rafael Tavares	Motorista	ago/14	75	3,41
Paulo Sergio Cardoso	coletor	ago/14	149	6,77
Lucia Maria de Carvalho	Servente	ago/14	70	3,18
José Adolfo Vieira	Supervisor Técnico	ago/14	70,5	3,20
Ivan Morgado	Servidor Temporário	ago/14	88	4,00
Deise Regina Mascarenhas Borges	Chefe de Divisão	ago/14	317,72	14,44
Cleovonsostenes Lopes Nascimento	Coletor	ago/14	126	5,73
André Luiz Soares	Motorista	ago/14	76	3,45
Benedito de Freitas	Chefe de Serviço	ago/14	72,5	3,30

Nos termos do art. 189 da LC nº 01/1990, o serviço extraordinário somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias, desde que autorizada expressa e previamente pelo Secretário Municipal, não podendo ultrapassar 40 horas mensais. (redação dada pela Lei Complementar nº 276, de 24 de fevereiro de 2012).

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Tal, contudo, não foi a situação identificada nos demonstrativos de fls. 3888/3956 do Anexo XX (amostra exemplificativa dos meses de janeiro e agosto de 2014). O pagamento de horas extras pela Prefeitura Municipal de Taubaté vem ocorrendo de forma habitual a diversos servidores, durante meses seguidos, evidenciando a frequência com que o trabalho vem sendo realizado e, portanto, descaracterizando os pressupostos da excepcionalidade e da temporariedade que devem permear tal forma de labor.

As folhas de pagamento do exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX) demonstram que no exercício de 2014 foram pagos R$ 5.528.415,75 a título de horas extras:

Despesas com Hora extra				
Mês	Valor		Mês	Valor
Janeiro	R$	470.227,18	Julho	R$ 434.861,46
Fevereiro	R$	451.512,23	Agosto	R$ 423.562,29
Março	R$	496.231,95	Setembro	R$ 437.738,02
Abril	R$	617.028,64	Outubro	R$ 437.738,02
Maio	R$	485.446,88	Novembro	R$ 458.612,35
Junho	R$	495.700,95	Dezembro	R$ 319.755,78
TOTAL	R$	5.528.415,75		

Além disso, constatamos o pagamento dessa verba a servidores ocupantes de cargo em comissão, irregularidade pacificada nesta Corte (TC-800151/123/05, TC-800020/111/01, TC-018651/026/01, TC-800266/113/98, TC-800095/405/98 e TC-800124/177/99), pois, pela natureza de tais cargos, os vencimentos recebidos já cobrem qualquer ônus gerado pelo exercício das funções além das horas normais de trabalho.

Docs. às fls. 3779/4002 dos Anexos XIX e XX.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

D.4. DENÚNCIAS. REPRESENTAÇÕES. EXPEDIENTES

Acompanha o presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

1) EXPEDIENTE: TC-551/026/15

INTERESSADO: Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos

ASSUNTO: Encaminha cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26

Durante a fiscalização ordinária, solicitamos da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008) nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente. Tais valores são decorrentes da Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6 efetuada pela Advocacia Geral da União na qual os citados ex Prefeitos foram responsabilizados por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Os documentos de fls. 4043/4048 do anexo XX demonstram que, apesar de ter sido mencionado o processo administrativo nº 65334/14 que estaria tratando do assunto, a Prefeitura não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento de referidos valores. Mesmo após reiterações por parte desta fiscalização, a origem sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do município.

2) PROCESSO: TC-6889/989/15

REPRESENTANTE: Salvador Soares de Melo, vereador do município de Taubaté

ASSUNTO: Comunica possíveis irregularidades no âmbito do Executivo local, no que tange ao pagamento de salários, benefícios e subsídios a servidores públicos municipais, sem observância do disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal e da LC nº 355/2014.

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 529

Durante a fiscalização ordinária, solicitamos da Prefeitura Municipal as folhas de pagamento referentes ao exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX). Analisando-as, mês a mês, verificamos que sobre os valores da remuneração bruta dos servidores, são aplicados "redutores da Emenda Constitucional 41" voltados a adequar o valor líquido e limitar o pagamento de salários, benefícios e subsídios ao teto constitucional. Dessa forma, não constatamos ofensa ao disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

Com relação à LC nº 355/2015, referida matéria foi tratada no item B.2.2 "b" deste relatório.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Constatamos o não atendimento à Lei Orgânica, pois a origem não entregou documentação requisitada prejudicando sobremaneira os trabalhos da fiscalização, conforme verificado no item "D.4" deste relatório.

Constatamos o cumprimento das Instruções desta Corte, excetuando-se, todavia, a matéria tratada no processo de controle de prazos (TC-373/007/14).

Haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, em 2014, a Prefeitura descumpriu as seguintes recomendações deste Tribunal:

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 120

Exercício	Recomendações
2011	• Observância dos artigos 39, § 4°, 167, V e VI, da Constituição Federal quanto à abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa; • Realização de despesas sob regime de adiantamento mediante apresentação da documentação comprobatória adequada; • Envio de dados fidedignos ao Tribunal, em obediência ao Comunicado SDG n.° 34/09 e aos Princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64); • Observância da Lei Federal n° 8.666/93, quanto às licitações e contratos.
2012	• Aprimoramento do sistema de cobrança da dívida ativa, devendo considerar a adoção de mecanismos de cobrança extrajudicial, como protesto extrajudicial da certidão da dívida ativa, inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito, adoção de parcelamento incentivado de créditos, entre outros. • Observância da ordem cronológica de pagamentos e, havendo relevantes razões de interesse público a ensejar a quebra, publicação prévia das justificativas da autoridade competente, nos termos do art. 5° da Lei de Licitações; • Envio de dados fidedignos ao Sistema Audesp, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1° da LRF e art. 83 da lei Federal 4.320/64), observando o Comunicado SDG 34/2009; • Averiguação da real necessidade de realização de elevado número de horas extras pelos servidores, evitando que esta excepcionalidade se torne rotineira; • Regularização do acúmulo de férias vencidas e não gozadas dos servidores, a fim de evitar o potencial fator de risco para o endividamento do Município referente ao pagamento atrasado destes direitos; • Encaminhamento a este Tribunal dos documentos exigidos pelo Sistema Audesp dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções TC-02/2008; • Atendimento às recomendações do Tribunal.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Exercício	Processo	Parecer
2013	2090/026/13	~~Em trâmite~~
2012	2022/026/12	Desfavorável
2011	1433/026/11	Desfavorável com recomendações

Favorável c/ recomendação 1ª Câmara 24/11/15 Dds

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
Percentual aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental:	26,79%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério:	70,33%
Total do FUNDEB aplicado em 2014:	100,00%
Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual aplicado na Saúde:	25,79%
Resultado da execução orçamentária: *déficit de R$18.469.598,89*	2,54%
Déficit orçamentário com amparo no superávit financeiro anterior?	NÃO
Percentual de investimentos: *(investimentos ÷ RCL)*	9,32%
Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais (Regime Especial Anual)?	SIM
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu ao limite constitucional?	SIM
Taxa da despesa de pessoal em dezembro de 2014:	56,76%
Reconduzida, em 8 meses, a despesa de pessoal ao específico limite da LRF?	SIM

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LC nº 709/93, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes falhas:

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - o Plano de Mobilidade Urbana do município de Taubaté não atende todos os requisitos dispostos no artigo 24 da Lei 12.587/12.

A.2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL – ainda não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações; no site da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses a entidade do terceiro setor.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – descumprimento dos limites previstos nos artigos 7° e 8° da Lei Orçamentária Anual (Lei n° 4.835/2013); classificação inadequada dos créditos suplementares do exercício e abertura mediante decretos executivos e portarias com fundamento na LOA, em descumprimento ao inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal; ausência da identificação de fonte de recursos utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, em discordância com o disposto no art. 43, caput, da Lei n° 4.320/64; insuficiente planejamento orçamentário, por parte da Prefeitura, em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n° 101/2000; programas e ações governamentais executados insuficientemente e justificados inadequadamente, em discordância com o princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1°, §1°, da LRF).

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL – resultado econômico 62,69% inferior ao do exercício anterior.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO – descumprimento dos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64), com existência de ocultação de passivo; divergência entre os valores da dívida flutuante constantes no demonstrativo da Prefeitura e no do Sistema Audesp, em descumprimento ao artigo 1°, §1°, da LRF; divergência na fórmula de cálculo de restos a pagar processados e não processados, em discordância com as normas vigentes para elaboração do demonstrativo.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO – aumento da dívida consolidada em 29,56% em relação ao exercício anterior; escrituração de dívida de 2010 evidenciada no balanço patrimonial apenas em 2014, constituindo-se ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64); pagamento insuficiente de dívida com a SABESP em 2014.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS – efetivação de irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Fiscal.

B.1.6 – DÍVIDA ATIVA - divergência do saldo da dívida ativa de 2014 informado ao Sistema Audesp, no Balanço patrimonial da Prefeitura e o do Setor responsável, elevado valor de prescrição de dívida ativa evidenciando que a Prefeitura não tem efetuado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa; a Prefeitura está inscrita no seu próprio rol de devedores da dívida ativa; elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas incrições e controle de lançamentos; os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida; as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não refletem a realidade do setor, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL - despesa de pessoal em percentual superior ao limite estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal; pagamento de R$4.883.827,61 a título de despesa de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU, como tentativa de burlar o limite previsto na LRF; estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal e em descumprimento ao previsto no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao pressuposto da transparência constante no art. 1°, §1°, desta lei, e aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência dispostos no art. 37 da Carta Maior.

B.3.1. ENSINO - divergência no valor de receita de impostos base para a aplicação de ensino apurada pela Prefeitura e pelo Sistema Audesp; receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB contabilizadas incorretamente, descumprindo o princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64); empenho de despesas impróprias com recursos do ensino; ausência de lei para instituição do Plano Municipal de Educação; inexistência de plano de carreira e remuneração do magistério; descumprimento das atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 523

e do Conselho de Alimentação Escolar; não atingimento das notas previstas no IDEB.

B.3.2. SAÚDE - despesas impróprias empenhadas com recursos vinculados à saúde; falhas no planejamento das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", mais especificamente no tocante ao combate à dengue, em descumprimento do §1° do artigo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – O Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

B.4.1.1 REGIME ESPECIAL ANUAL - Divergência entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela origem e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna a importância efetivamente devida e paga pelo município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.° 4.320, de 1964); ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça através de Depósito Judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei n° 4.320/64; pagamento de requisitório de baixa monta em exercício diverso de sua incidência.

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE - falhas nos processos de adiantamento que tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, dispostos no art. 37, caput, da Constituição Federal; convênios firmados entre a Prefeitura e a UNITAU com operacionalização transferida à FUST e cobrança de taxa de administração pela UNITAU, ausência de metas objetivas no termo de convênio, falta de autorização para aplicação de recursos no exercício seguinte, prestação de contas sem comprovação documental dos gastos evidenciados no demonstrativo integral de receitas e despesas, sem demonstrações financeiras da entidade conveniada e sem extratos bancários emitidos pelo banco e conciliação bancária de dezembro de 2014; ausência de identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo; pagamento de despesas

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

de pessoal por meio dos convênios, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da CF e estabelecido no art. 20, III, da LRF; falta de fiscalização adequada dos recursos repassados e da execução do convênio por parte da Prefeitura; descumprimento dos princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como do princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1°, §1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL – divergência entre o valor informado pela Prefeitura e o apurado pelo Sistema Audesp.

B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS – quanto ao setor de tesouraria, divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS – Não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos e ausência de publicação das justificativas cabíveis, em afronta ao artigo 5° da Lei n° 8.666/93.

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO - Falhas no planejamento da Administração quando da elaboração e realização dos procedimentos licitatórios que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e gasto de dinheiro público; restrição à ampla competitividade, em ofensa ao art. 22, §6° da Lei de Licitações; falha na precisão do objeto a ser licitado, dificultando a verificação da adequada execução contratual, além da possibilidade de restringir a participação no certame; terceirização de atividades precípuas da administração, resultando na terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório; ausência de comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas licitantes, em afronta ao art. 38, II, da Lei n° 8.666/1993; formalização de contrato em dissonância com as previsões do edital do certame, contrariando o art. 3° da Lei n° 8.666/1993 e ofendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório; vícios inerentes às justificativas e ao processamento das Dispensas e Inexigibilidades, em ofensa ao art. 26, *caput*, e parágrafo único da Lei n° 8.666/1993; instauração de sindicância para apuração de responsabilidade funcional

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

dentro dos autos do processo de inexigibilidade; falhas na contratação de profissional do setor artístico, decorrentes da ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo, em ofensa ao art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, e da falta de justificativa do preço praticado, contrariando o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993; ausência de publicação dos atos referentes às dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial, contrariando o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

C.2. CONTRATOS – Não foi realizada a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), nos termos do Comunicado SDG nº 44, de 2013.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO* – Ausência de publicação dos extratos de contrato e dos Termos Aditivos na imprensa oficial, contrariando a disposição constante no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993; ausência de aplicação das sanções cabíveis em decorrência da inexecução parcial dos contratos firmados; realização de sucessivas prorrogações de prazo para conclusão dos serviços contratados, evidenciando que os prazos estabelecidos pela origem não se mostraram suficientes para a execução dos objetos; falhas na fiscalização das execuções contratuais.

C.2.2. EXECUÇÃO CONTRATUAL - irregularidades na execução contratual relativas à construção em desacordo com o projeto arquitetônico, a falhas no acompanhamento pela fiscalização municipal, à ausência de comprovação do cumprimento dos prazos ajustados para a conclusão das obras/serviços e a serviços inadequados recebidos pela Administração.

D.1.1. LIVROS E REGISTROS - falhas nos registros da dívida de curto prazo, das despesas de pessoal, dos recursos vinculados ao ensino e dos precatórios, em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP - não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL - Cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, de chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF) e sem a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura; número elevado de servidores com mais de um período de férias vencidas e não gozadas; cessão de servidores da Prefeitura para os mais diversos órgãos, caracterizando lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal e ofensa ao inciso II do mesmo artigo; excessivas e reiteradas contratações temporárias sem a demonstração da necessidade provisória de excepcional interesse público, em afronta ao art. 37, II e IX, da Constituição Federal; servidores em desvio de função; pagamento excessivo de jornada extraordinária, realizada em quantidades que ultrapassam os limites diários permitidos pela legislação.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL - descumprimento das recomendações desta Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-7.2, em 27 de outubro de 2015.

CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
Agente da Fiscalização Financeira Chefe

EMMANUELLE CHRISTINNE FONSECA DE PAIVA NERY
Agente da Fiscalização Financeira

LUANA MENDES MARTINI ALMEIDA
Agente da Fiscalização Financeira

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

PROCESSO Nº.:	**TC-563/026/14**
ÓRGÃO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**
ASSUNTO:	**CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014**
PREFEITO:	**SR. JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**
CONSELHEIRO:	**DR. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
INSTRUÇÃO:	**UR-7 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / DSF-II**

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Tratam os presentes autos das Contas Anuais do Exercício de 2014 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**

De acordo com as orientações da Casa, os exames efetuados, ainda que por amostragem, concentraram-se com maiores aplicações nas matérias relativas ao exercício financeiro e à execução do orçamento, bem como ao atendimento das exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00, sem, contudo, descuidarmos dos demais itens que, por praxe, fazem parte da rotina fiscalizadora.

Após as análises levadas a efeito "in loco" no referido órgão, a Equipe de Fiscalização Financeira elaborou o respectivo Relatório constante de fls. 16 a 131, com o qual, também, coloco-me de acordo, **destacando falhas em praticamente todos os itens do laudo, o que a meu ver, traduz clara falta de planejamento nas ações do órgão.**

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 129

O Executivo cumpriu os limites Constitucionais quanto à Educação e à Saúde, porém, desatendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram observados inúmeros desacertos na contabilização dos valores referentes aos créditos suplementares abertos, nos restos a pagar, dívida ativa, nas receitas, ensino, saúde e precatórios. Aumento nas dívidas de curto e longo prazo. Falhas nos procedimentos licitatórios, nos contratos e principalmente, no item relacionado a Pessoal.

As irregularidades encontram-se sintetizadas às fls. 125 a 131.

Os últimos três exercícios apreciados por esta Egrégia Corte **(2010, 2011 e 2012),** receberam **"Parecer Desfavorável"**.

Por fim, o Responsável pelas contas em exame tomou conhecimento da realização da inspeção "in loco", sendo devidamente notificado de que todos os despachos e decisões exaradas neste feito serão publicados no "D.O.E.", em conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar n°. 709/93. (doc. às fls. 04).

É o que submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

GDUR-7, em 28 de outubro de 2015.

CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão da UR-7
São José dos Campos

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Processo: TC-000563/026/14
Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Responsável: Jose Bernardo Ortiz Monteiro Junior, Prefeito (período de 01/01/2014 a 31/12/2014).
Assunto: Prestação de contas da administração financeira e orçamentária relativas ao exercício de 2014.

Vistos.

Diante das considerações e dos dados de fato constantes do relatório da Fiscalização de fls.18/131, assino ao Responsável, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual n. 709/93 e dos artigos 194 e 49, inciso VII, do Regimento Interno desta Corte, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente as alegações pertinentes.

Autorizo a retirada de cópia do relatório na Unidade Regional de São José dos Campos - UR-7, ficando os autos disponíveis para vista e extração de cópias no Cartório.

Publique-se.

Transcorrido o prazo à ATJ e ao Ministério Público de Contas para suas manifestações.

GCSEB., em 09 de novembro de 2015.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

PUBLICADO NO DOE
DE 17 / 11 / 15
Cartório
Dr. Sidney Estanislau Beraldo

iz

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 134



Termo de juntada.
Nesta data, juntamos os documentos
fls. 135 a 137
CSEB, em 03 / 12 / 15

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Francisco Antonio Miranda Rodriguez
Marcelo Palavéri
Flávia Maria Palavéri
Janaina de Souza Cantarelli
Natacha Antonieta Bonvini Medeiros
Adriana Albertino Rodrigues
Ana Maria Roncaglia Iwasaki
Marcelo Miranda Araújo
Fabiana Balbino Vieira
Yuri Marcel Soares Oota

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO TC – 563/026/14.

TCESP - SEDE
TC - 42072/026/15
02/12/2015 - 16:12
5071-7390-5112-0102

Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, por sua advogada que esta subscreve (instrumento de mandato em anexo), vem respeitosamente à presença de V. Exa., requerer a prorrogação do prazo concedido para a apresentação das justificativas nos autos do processo em epígrafe, pelos fatos e motivos expostos a seguir:

Cuidam os presentes autos das contas do Município de Taubaté, referentes ao exercício de 2014.

Em 17 de novembro do corrente exercício, foi publicado despacho notificando o responsável para a apresentação das alegações de interesse, no prazo de 15 (quinze) dias.

Identificador: 310031003500340033003A00540052004100 Conferência em http://www.splontine.com.br/camara/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Após tomar vista dos autos, o ora requerente imediatamente determinou a realização das diligências necessárias para esclarecer todas as eventuais impropriedades apontadas pela equipe de auditoria dessa C. Corte.

No entanto, apesar da defesa encontrar-se praticamente concluída, restam ainda algumas informações faltantes, o que acabou por impedir que o ora requerente levasse a defesa completa, no prazo determinado por esse E. Tribunal.

Nesse passo, com o envio da documentação restante, o ora Requerente estará com a Defesa concluída para levar ao conhecimento e análise dessa Colenda Corte de Contas, sendo para tanto, necessária a concessão de uma nova prorrogação de prazo.

Diante do exposto, requer seja concedida a prorrogação de prazo ***por mais 30 (trinta) dias*** contados da publicação do deferimento do presente pedido.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 02 de dezembro de 2015.

FLÁVIA MARIA PALAVÉRI
OAB/SP Nº 137.889

Identificador: 3100340033003200330003A0054005200410O Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 138

137

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, o Sr. **JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, nomeia e constitui como procuradores os Advogados Marcelo Palavéri, Flávia Maria Palavéri, Clayton Machado Valério da Silva, Leandro da Rocha Bueno inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, sob os números inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, sob os números 114.164, 137.889, 212.125 e 214.932 respectivamente, os estudantes de direito Amanda Oliveira da Silva, portadora do RG nº 47.486.273-2, Thaís Krempel portadora do RG nº 36.735.718-5, Olga Amélia Gonzaga Vieira portadora do RG MG nº 16.816.458, Pedro Cabral Falcão portador do RG nº 38007612 SSP/SP, Guilherme Panachão Palma portador do RG nº 38.072.384-0, Diego Xavier Delfino portador do RG nº 39.307.051-7, Daniele Lima Gomes portadora do RG nº 59.013.597-1 e Monise Vicentini de Alencar portadora do RG nº 37.914.506-6, conferindo-lhes amplos poderes, inclusive os da cláusula "ad judicia", para o fim de acompanhar e especialmente para promover todos os atos de defesa, tomar vistas e extrair cópias xerográficas dos autos do processo **TC – 563/026/14**, que se encontra em trâmite perante o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, podendo praticar todos os atos necessários ao desempenho do presente mandato, ficando facultado o substabelecimento.

Taubaté, 26 de novembro de 2015.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR
Prefeito

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

PROCESSO - TC Nº: 563/026/14

1. NOME: Elaine Kelly dos Santos
2. CPF 328.692.298-60 RG: 23.208.444-0
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.:
5. ENDEREÇO: Rua Tabatinguera Nº: 140
6. CIDADE: São Paulo CEP: 01020-901
7. TELEFONE/RAMAL: (11) 3111-7535 EMAIL:

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS.* ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSÓRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE COPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 08 / 12 / 2015

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 08/12/15

FUNCIONARIO DO CARTORIO

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

139

AUTORIZAÇÃO

CLAYTON MACHADO VALÉRIO DA SILVA, pelos poderes que lhe foram conferidos pela Sr. **JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**, Prefeita do Município de Taubaté, **AUTORIZA** a Srta. **ELAINE KELLY DOS SANTOS**, RG 23.208.444-0 e CPF nº 328.692.298-60, a obter vistas e extrair cópias, por quaisquer meios, do processo TC 563/026/14, em trâmite perante o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de DEZEMBRO de 2015.

CLAYTON MACHADO VALÉRIO DA SILVA
OAB/SP Nº 212.125

Identificador: 310031003500320038003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

140



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ELAINE KELLY DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
23208444 SSP/SP

CPF
328.692.298-60

DATA NASCIMENTO
28/12/1986

FILIAÇÃO
GILBERTO DOS SANTOS
MARIA APARECIDA RAIMUN DO DOS SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06200672235

VALIDADE
18/03/2018

1ª HABILITAÇÃO
10/10/2014

OBSERVAÇÕES

Elaine Kelly dos Santos
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
13/11/2015

Daniel Annenberg
Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR

02977955384
SP733736637

DETRAN SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11863287 25

PROIBIDO PLASTIFICAR

11863287 25

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 139

141

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fl.~~138~~
141

Processo: TC-000563/026/14.
Expediente: TC-042072/026/15.
Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo formulado pela interessada, através de seu Prefeito, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior.
Advogados: Dra. Flávia Maria Palavéri, OAB/SP n.137.889, e outros.

De ordem do Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo defere-se o pedido de prorrogação de fls.135/136 pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação.

Publique-se.

GCSEB., em 4 de dezembro de 2015.

Marília Saraiva Campos
Assessora-Técnica Procuradora

mfmo

PUBLICADO NO D.O.E.
DE 15 / 12 / 15
Cartório
Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

PROCESSO - TC Nº: 563/026/14

1. NOME: PEDRO CABRAL FALCÃO
2. CPF 408056308-64 RG: 38007612-3
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.: 137
5. ENDEREÇO: RUA AUGUSTA 257 Nº:
6. CIDADE: SÃO PAULO CEP:
7. TELEFONE/RAMAL: 11 32574512 EMAIL: P.FALCAO@ME.COM

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS.* ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSÓRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA
ANEXO	146 148		

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 11 / 12 / 15

PEDRO

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 11 / 12 / 15

FUNCIONARIO DO CARTORIO

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

143



Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Termo de juntada.
Nesta data, juntamos os documentos de
fls. 144 a 247.
C.SEB, em 02/02/16
Cidália

Segue 13 Anexos
referente ao
Exp - 004153/026/16

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

FRANCISCO ANTONIO MIRANDA RODRIGUEZ
MARCELO PALAVÉRI
FLÁVIA MARIA PALAVÉRI
JANAINA DE SOUZA CANTARELLI
NATACHA ANTONIETA BONVINI MEDEIROS
YURI MARCEL SOARES OOTA

ADRIANA ALBERTINO RODRIGUES
ANA MARIA RONCAGLIA IWASAKI
MARCELO MIRANDA ARAÚJO

FABIANA BALBINO VIEIRA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO TC – 563/026/14.

TCESP - SEDE
TC - 4153/026/16
01/02/2016 - 16:42
5071-7778-5912-5810

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, por seus advogados que esta subscrevem (instrumento de mandato já anexado aos autos, vem à respeitável presença de Vossa Excelência, a fim de apresentar as **JUSTIFICATIVAS** pertinentes em face do contido no relatório de inspeção *"in loco"* elaborado pela d. auditoria dessa C. Corte, fazendo-o com fulcro no previsto pela Lei Complementar nº 709/93, bem como nas razões de fato e de direito a seguir elencados:

Cuidam os autos do processo em exame das Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté, cuja fiscalização realizada pela d. auditoria dessa

Identificador: 3100310033003a0033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Colenda Corte revelou a ocorrência de eventuais impropriedades nos atos praticados pelo Poder Executivo.

Todavia, conforme restará amplamente demonstrado, as eventuais falhas apontadas pela equipe de fiscalização não possuem o condão de macular todo o exercício econômico-financeiro de 2014 deste Poder Executivo, já que se tratam de meras impropriedades de caráter absolutamente formal.

O que se verificará ao final é que a Prefeitura Municipal de Taubaté, de maneira exemplar, promoveu a aplicação dos percentuais vetores da Administração Pública, dando atendimento aos mandamentos constitucionais e legais que regem os atos praticados pelo Poder Executivo, pois além do atendimento aos índices vetores da Administração Pública, houve respeito ao princípio da gestão fiscal equilibrada, em respeito ao contido no §1°, do artigo 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo, com isso, as necessidades dos munícipes com a prestação de serviços eficientes.

Ao analisar o relatório da d. auditoria, verifica-se que este Executivo Municipal atendeu aos principais pontos das contas tidos como cruciais à Administração Pública. Vejamos:

Prefeitura Municipal de Taubaté	**2014**
Percentual Aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	26,79%
Percentual do FUNDEB Aplicado na Valorização do Magistério	70,33%
Total do FUNDEB aplicado em 2014	100%
A parcela residual (até 5%) foi aplicada até março do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual Aplicado na SAÚDE	25,79%
Efetuados os Recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
Efetuados os Recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social?	SIM
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais?	SIM
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu o limite constitucional?	SIM

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camara/autenticidade/autenticidade

Como se vê, Excelência, os pontos tidos como cruciais na Administração do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté, encontram-se em posicionamento bastante favorável, motivo pelo qual poderá esta Colenda Corte emitir parecer favorável à de aprovação das Contas Anuais em apreço.

Diante dessa visão global, conclui-se, já de início, que as únicas observações tecidas pela atenta auditoria, se referem a questões eminentemente formais, passíveis de relevamento, com emissão das recomendações eventualmente pertinentes.

Dessa forma, a seguir analisaremos, separadamente, os pontos considerados irregulares pelos d. agentes de fiscalização financeira, conforme relatório de inspeção "*in loco*". Vejamos:

A.1 – PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Neste primeiro tópico, a fiscalização verificou o atendimento de quase todas as obrigações legais, conforme quadro de fls. 19:

Verificações		
1	Na amostra, a LDO estabelece, por ações de governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (Art. 4º, I, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal)?	SIM
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "f" da LRF)?	SIM
4	A LOA autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	NÃO
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa, atendendo ao art. 15 da Lei 4.320/64?	SIM
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? (Art. 227, caput, da CF e art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d" da Lei Federal nº 8.069/90)	SIM

Identificador: 3100340033003400330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? (Art. 11, 17 e 19 da Lei Federal nº 11.445/07)	SIM
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? (Lei Federal nº 12.305/10, art. 18)	SIM
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou Plano de Mobilidade Urbana? (lei nº 12.587/12, art. 24, § 3º)	SIM

Tais acertos, certamente, devem contribuir para formação de juízo favorável quanto a aprovação das Contas Anuais de 2014 da Prefeitura de Taubaté.

O único apontamento dos agentes de fiscalização nesse tópico diz respeito ao Plano de Mobilidade Urbana que em seus dizeres, não atende a todos os requisitos dispostos no artigo 24 da Lei 12.58712.

No que se refere ao referido plano, conforme documentação em anexo (**DOC. 01**) a Secretaria de Mobilidade Urbana está regularizando a questão, tendo a licitação com a definição dos locais de estacionamento públicos sido concluída em julho de 2015, havendo regulamentação através de Decreto das áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada.

Finalmente, estamos anexando também **(DOC. 01, NOVAMENTE)** cronograma para avaliação e revisão do Plano de mobilidade urbana, com prazo de 06 anos.

Não há, portanto, qualquer falha que comprometa o resultado positivo das Contas Anuais em exame, posto que todas as exigências legais foram devidamente cumpridas.

A.2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL:

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse item específico, anotaram os agentes de fiscalização que *"ainda não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações; no site da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses a entidades do terceiro setor."*

Com a devida vênia dessa anotação temos a esclarecer que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) está devidamente implantado, com atendimento ao público por funcionário municipal que atua junto ao protocolo, no prédio central da Prefeitura Municipal de Taubaté, conforme demonstra a foto em anexo **(DOC. 02).**

Além disso, há também o atendimento digital aos cidadãos pelo site www.taubate.sp.gov.br através do link "VOCÊ PEDE A INFORMAÇÃO E O SIC ENTREGA", ou pelo e-mail; e-mail sic@taubate.sp.gov.br.

No tocante as informações relativas ao repasse a entidades do terceiro setor as informações podem ser obtidas consultando o Portal da Prefeitura Municipal de Taubaté, no link: "Acesso à informação – despesas – terceiro setor", conforme atestam as imagens da tela anexada como **DOC. 03.**

B.1.1 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

No Plano da Execução Orçamentária, após ajustes no Balanço Orçamentário, a fiscalização acusou déficit de R$ 18.469.598,89 (2,54%), atribuindo tal resultado à superestimativa de receita, visto que a previsão superou em 14,24% a efetiva arrecadação. Observou, outrossim, que a economia de despesa, da ordem de 7,90%, foi capaz de absorver apenas parte do déficit de arrecadação e, doutra sorte, se as despesas realizadas não fossem inferiores às previstas, a execução orçamentária seria ainda mais deficitária.

Em relação a execução orçamentária do exercício de 2014, como será comprovando adiante, não houve nenhum desajuste fiscal capaz de impedir o atendimento

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://adw.sp.gov.br/camarataubate/autenticidade

do princípio da gestão fiscal equilibrada, tendo o Poder Executivo de Taubaté atendido à risca o princípio da gestão fiscal equilibrada.

Neste sentido, a defesa dos atos praticados pelo gestor público se divide em dois aspectos principais:

Primeiro, será demonstrado que a Prefeitura de Taubaté possuía SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013, capaz de acobertar a integralidade do déficit orçamentário apontado pela equipe de fiscalização.

Segundo, restará demonstrando que o déficit orçamentário apurado pela d. auditoria está viciado pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme já definiu o repertório jurisprudencial desse Sodalício, devem ser extirpados da apuração do resultado orçamentário da Administração Direta.

Antes, porém, convém chamar a atenção dessa Corte de Contas para o fato de que o déficit orçamentário apurado no final de 2014, ao contrário do que propõe a d. fiscalização, não decorreu de desastre na gestão das peças contábeis, já que tal resultado foi compatibilizado com as ações e programas de governos mantidos em favor dos administrados.

Nas fls. 22 do relatório de inspeção *in loco*, consta quadro demonstrativo da execução orçamentária de 2014, apontando déficit de arrecadação no valor de R$ 120.696.293,10 e uma economia orçamentária de R$ 63.881.827,13, gerando um déficit de R$ 18.469.598,89, como resultado final da execução orçamentária.

O déficit de arrecadação, apurado no quadro de fls. 22, no montante de 14,24%, ou seja, R$ 120.696.293,10, derivou, em parte, de receita prevista e não realizada devido a não apreciação, pela Câmara de Vereadores, do projeto de lei da nova Planta Genérica de Valores do Município, encaminhado no final do exercício de 2013 e, por decorrência, a não realização de receitas estimadas em mais de R$ 52.000.000.

Identificador: 3100340035003400330003A00540052004100-Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Também não deve ser esquecido o desaquecimento da economia nacional, já manifesto no exercício de 2014, condicionando negativamente o pagamento de impostos municipais.

O déficit da execução orçamentária, conforme o quadro demonstrativo de fls. 22, decorre de sua elaboração estar lastreado em despesas empenhadas e não despesas liquidadas. Despesas empenhadas não são, necessariamente, despesas realizadas, por variados motivos. Despesas empenhadas têm uma avaliação "pior", em relação a despesas liquidadas.

Por outro lado, houve a necessidade de elaboração de um novo quadro, dado a omissão de valores **(DOCUMENTO Nº 04)**.

Na coluna "Fixação Final" não foi registrada a rubrica *"Transferência Financeira à Administração Indireta"*, que representa a transferência de valores da Prefeitura ao Instituto de Previdência do Município de Taubaté para cobertura de diferenças dos encargos devidos e a pagar, conforme o inciso I, do art. 1º da Lei Municipal nº 3372/2000 **(DOCUMENTO Nº 05)**, no valor de R$ 883.044,00 (como registra o Demonstrativo Analítico da Previsão das Transferências Financeiras da LOA 2014 **(DOCUMENTO Nº 06)**, com reflexo no Resultado Total das Despesas, que passou a ser de R$ 810.000.000,00, produzindo, como resultado, um déficit orçamentário de 2,54%.

Observa-se, pelo até aqui exposto, que o "falso" déficit orçamentário – já que composto por empenhos não processados – não decorreu de má gestão das peças contábeis, mas sim de fatores que fogem do controle do gestor público, fato que, por si só, permite a conclusão de que não houve em 2014 nenhum desajuste fiscal capaz de comprometer a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Município de Taubaté.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Em que pese, vejamos os dois aspectos suscitados anteriormente, os quais permitem a constatação de que em 2014 foi atendido o princípio da gestão fiscal equilibrada.

Superávit Financeiro do Exercício de 2013:

Ao contrário do apurado pela fiscalização, a Prefeitura do Município de Taubaté encerrou o exercício de 2013 com SUPERÁVIT FINANCEIRO DE R$ 34.760.636,53.

Nas fls. 29 do relatório de inspeção *in loco*, a auditoria reproduz o resultado financeiro e 2013 negativo na monta de R$ 9.065.005,53 e na sequência anota que *"Os dados de 2013 foram extraídos do relatório de contas de tal exercício (TC 2090/026/13)."*

Ocorre, Excelência, que os dados apurados no relatório das Contas Anuais de 2013 estão incorretos e não podem ser acatados pela Corte de Contas.

Muito embora o Parecer das Contas Anuais de 2013 tenha acatado o resultado financeiro negativo (- R$ 9.065.005,53), será demonstrado naqueles autos (TC 2090/026/13), através de Pedido de Reexame, que o **RESULTADO FINANCEIRO DE 2013 É SUPERAVITÁRIO NA QUANTIA DE R$ 34.760.636,53.**

Parecer Favorável ao recorrente - 1ª Câmara - 24/11/15

A consulta ao Balanço Patrimonial de 2013 aponta que ocorreu um **superávit financeiro da ordem de R$ 34.760.636,53 (trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos)**, resultante da comparação do Ativo Financeiro (R$ 120.230.288,22) com o Passivo Financeiro (R$ 85.469.651,69), o que segue comprovado através do **DOCUMENTO Nº 07.**

Identificador: 3100340033003A00340052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

O Resultado Financeiro Negativo de R$ 9.065.005,53, decorreu de erro de análise da equipe de auditoria responsável pela fiscalização das Contas Anuais de 2013.

Vejamos o apontado em 2013:

> *"Constatamos que a Prefeitura Municipal de Taubaté contabilizou erroneamente o valor relativo às inscrições de restos a pagar não processados, de R$ - 43.825.642,06. O órgão utilizou indevidamente a conta 6.3.1.7.0.00.00, quando o correto, de acordo com o previsto no documento Anexo III – Roteiros Contábeis Essenciais (Evento PCM13 – 23), seria a utilização da conta 6.3.1.1.0.00.00, utilizada pelo Sistema Audesp para apuração do resultado financeiro.*
>
> *Assim, temos que o passivo financeiro apurado pela origem e pelo Sistema Audesp em 2013, no montante de R$ 85.469.651,69, não reflete a realidade do órgão, pois deve compor este valor também as inscrições de restos a pagar não processados, no valor de R$ 43.825.642,06, majorando o passivo financeiro para R$ 129.295.293,75 (balanço patrimonial às fls. 172.174 e 182/184 do anexo I). Por conseguinte, o valor do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em 2013, de R$ 34.760.636,53, também não demonstra a realidade, uma vez que deixou de considerar o montante inscrito em restos a pagar não processados.*
>
> *Portanto, depois de realizados os devidos ajustes pela fiscalização (acréscimo de R$ 43.825.642,06 ao passivo financeiro), chega-se a um resultado financeiro deficitário em R$ 9.065.005,53, o que evidencia a realidade da origem, conforme apresentado na tabela acima " (fls. 58 do relatório das Contas de 2013 da PM de Taubaté – TC 2090/026/13).*

Está totalmente equivocada a metodologia de cálculo adotada pela fiscalização, posto que **mesmo tendo a Prefeitura de Taubaté contabilizado os restos a pagar não processados na conta 6.3.1.7.0.00.00, o saldo de tais valores (restos a pagar não**

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

processados), no montante de R$ 43.825.642,06, não deixou de compor o passivo financeiro.

Ao sugerir a inclusão do saldo de restos a pagar não processados no passivo financeiro de 2013, a auditoria contabilizou em duplicidade o valor de R$ 43.825.642,06, já que este montante foi já compunha o passivo financeiro de R$ 85.469.651,69.

Para melhor compreensão, cumpre verificar a composição do passivo financeiro constante do balanço patrimonial de 2013 na quantia de **R$ 85.469.651,69**:

2.1.1.1.1.01.06.00	G	F	AGENTES POLITICOS	12.154,76
2.1.1.1.1.02.01.00	G	F	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEF. DE EXERCÍCIOS	2.396.742,65
2.1.1.1.1.03.02.00	G	F	PRECATÓRIOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.601,68
2.1.1.1.1.03.03.00	G	F	PRECATÓRIOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.693,34
2.1.1.4.2.04.01.00	I	F	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	3.456.935,07
2.1.1.4.3.01.01.00	U	F	INSS - CONTR. S/ SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	1.000.536,82
2.1.1.4.3.01.03.00	U	F	INSS - CONTRIB. S/ SERV. DE TERCEIROS	26.651,50
2.1.1.4.3.06.00.00	U	F	FGTS	474.140,94
2.1.1.4.5.00.00.00	M	F	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - MUNICIPIO	817.978,64
2.1.3.1.1.02.00.00	G	F	FORNECEDORES DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.304.300,35
2.1.3.1.1.05.03.00	G	F	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - DE EXERC.	338.506,63
2.1.8.8.1.01.02.00	G	F	INSS	933.535,08
2.1.8.8.1.01.03.00	G	F	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.508.142,22
2.1.8.8.1.01.08.00	G	F	ISS	3.843,03
2.1.8.8.1.01.10.000	G	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	105.750,24
2.1.8.8.1.01.13.00	G	F	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRES. DE CLASSES	25.933,26
2.1.8.8.1.01.14.00	G	F	RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	142.467,06
2.1.8.8.1.01.15.00	G	F	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.540.896,62
2.1.8.8.1.01.99.00	G	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	8.457.461,25
2.1.8.8.1.03.01.00	G	F	DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	5.547,07
2.1.8.8.1.04.01.00	G	F	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	307.208,43
2.1.8.9.1.03.00.00	G	F	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	149,00
2.1.8.9.1.04.99.00	G	F	OUTRAS ENTIDADES CREDORAS	427.828,42
2.1.8.9.1.99.02.00	G	F	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE EXERC. ANTERIORES	460.976,28
6.3.1.1.0.00.00.00		F	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	888.029,29
6.3.1.7.0.00.00.00		F	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCÍCIO	43.825.642,06
TOTAL GERAL				**85.469.651,69**

Pelo exposto, é possível observar que mesmo inserido na conta 6.3.1.7.0.00.00.00, os restos a pagar não processados foram considerados na composição do

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

passivo financeiro de 2013, não procedendo, portanto, a sugestão da equipe de fiscalização para que novo lançamento seja realizado, pois assim ocorrendo teremos a inclusão duplicada do valor de R$ 43.825,642,06.

Assim, inquestionavelmente a Fiscalização acrescentou em duplicidade ao Passivo Financeiro, de R$ 85.469.651,69, a quantia de R$ 43.825.642,06, referente à conta 6.3.1.7.0.00.00.00 - Restos a Pagar Não Processados **(DOCUMENTO Nº 08)**, totalizando R$ 129.295.293,75, superior ao valor do Ativo Financeiro.

A composição do Passivo Financeiro foi resultante da soma das contas constantes nos relatórios "Contabilidade - Razão" do Executivo, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 09**. Tal demonstrativo traz todas as contas individualizadas utilizadas para alcançar a composição do passivo financeiro de R$ 85.469.651,69, onde é possível observar que os restos a pagar não processado no montante de R$ 43.825.642,06, já haviam sido considerados pelo Poder Executivo, não sendo, portanto, pertinente sua inclusão novamente.

Corroborando o exposto, segue como **DOCUMENTO Nº 10**, RELATÓRIO ANALÍTICO DOS SALDOS PATRIMONIAIS DE 2013, devidamente assinado pelo contador da Prefeitura de Taubaté, ratificando as informações constantes das contas constantes nos relatórios "Contabilidade - Razão" do Executivo.

O acréscimo indevido decorreu das informações constantes do "Anexo 14 - Balanço Patrimonial" do AUDESP **(DOCUMENTO Nº 11)**, onde é possível observar que o valor do Passivo Financeiro apresenta a quantia de R$ 41.644.009,63, não tendo incorporado o valor da conta de restos a pagar não processados.

A Fiscalização, ao invés de corrigir o valor do Anexo 14, registrado no AUDESP, agregando o valor da conta ao Passivo Financeiro, "corrigiu" o valor do Anexo 14 do Executivo, **que estava correto**, como demonstrado. Daí a contagem em dobro da conta, e o registro indevido de "déficit" financeiro de R$ 9.065.005,53.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Portanto, em razão do esclarecido e comprovado nesta oportunidade *(o que também será objeto de esclarecimento no Pedido de Reexame que será ingressado em face do Parecer das Contas Anuais de 2013),* não restam dúvidas de que o Passivo Financeiro do Exercício de 2013 (já composto pelos Restos a Pagar Não Processados de R$ 43.825.642,06), representou o valor de R$ 85.469.651,69, o que confrontado com o Ativo Financeiro de R$ 120.230.268,22, revela o **SUPERÁVIT FINANCEIRO DE R$ 34.760.636,53.**

Assim, **é correto afirmar que o déficit orçamentário de 2014, na importância de R$ 18.468.598,89, foi integralmente acobertado pelo SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013 na importância de R$ 34.760.636,53,** com o que houve atendimento do princípio da gestão fiscal equilibrada, conforme previsto no §1°, do artigo 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Restos a Pagar não Processados:

Embora tenha sido demonstrado que o Executivo de Taubaté possuía superávit financeiro de 2013 para acobertar o déficit orçamentário de 2014, é necessário demonstrar que a equipe de fiscalização não adotou a melhor prática contábil para compor o real resultado da execução orçamentária do exercício de 2014.

Diz-se isso porque a equipe de fiscalização apurou o resultado orçamentário a partir do confronto das receitas arrecadadas com as despesas EMPENHADAS em 2014.

Ocorre, Excelência, que entre as DESPESAS EMPENHADAS em 31.12.2014, existiam despesas NÃO PROCESSADAS no montante de R$ 59.063.126,02, dos quais o total de R$ 52.854.240,70, se referem aos empenhos de 2014, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 12.**

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse montante (R$ 52.854.240,70), existem empenhos vinculados às fontes 02 (Recursos Estaduais) e 05 (Recursos Estaduais), cujo processamento e liquidação das despesas dependia do ingresso das contrapartidas devidas pelos órgãos estaduais e federais, não estando, portanto, sob a gestão autônoma do Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, tais empenhos não poderiam ser cancelados, posto que assim ocorrendo estaria o Município deixando de atender aos termos dos respectivos convênios.

Em 31.12.2014, a Prefeitura de Taubaté possuía empenhos não processados do ano de 2014, vinculados à fonte 02 (Recursos Estaduais), na quantia de R$ 1.635.282,03 **(DOCUMENTO Nº 13)**.

Na mesma data, o Executivo também possuía empenhos não processados (2014), vinculados à fonte 05 (Recursos Federais), no montante de R$ 14.582.868,14 **(DOCUMENTO Nº 14)**.

Os empenhos não processados estão relacionados à obras e serviços **não** executados, onde se incluem os empenhos vinculados a recursos oriundos de outras esferas de governo (CONVÊNIOS), que **não** se efetivaram (recursos não repassados ao Município) até 31/12/2014.

Tais empenhos, por não terem sido processados e, consequentemente, não terem sido liquidados, não comprometeram o resultado orçamentário de 2014, motivo pelo qual **não** devem ser levados em consideração para apuração do resultado orçamentário do Poder Executivo.

O que se espera da Corte de Contas é o respeito ao Princípio da Segurança Jurídica, aplicando ao caso concreto o mesmo entendimento já deferido há diversos outros Municípios que revelaram situações absolutamente idênticas.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

A **C. Corte já reconheceu que os Restos a Pagar Não Processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, já que se trata de valores que não comprometem as finanças do Município.** Nesse sentido, cumpre trazer à baila **o entendimento desse E. Tribunal de Contas externado no r. Voto constante do Processo TC – 2494/026/07 (Contas do exercício de 2007 da Prefeitura Municipal de Orlândia)**.

O entendimento de que os Restos a Pagar Não Processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, já que se tratam de valores que não comprometem as finanças do Município, **foi acolhido nas contas do exercício de 2008 do Poder Executivo de Avaré (Processo TC – 1738/026/08)**.

Entendimento idêntico foi adotado nas Contas de 2010 da PM de Ibirá (TC 2470/026/10), cujo voto traz em seu bojo outros 03 (três) processos onde situação semelhante foi verifica (TC 2501/026/10, TC 2578/026/10 e TC TC-1611/026/08), isto é, onde os restos a pagar não processados foram glosados para fins de apuração do resultado da execução orçamentária.

Diferente não se verificou da decisão proferida das Contas Anuais de 2011 da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes (TC 1301/026/11), que recebeu parecer favorável dessa C. Corte de Contas, onde se verifica que o déficit de 13,21% apurado resultou **da ausência de repasses de recursos públicos oriundos de convênios, não concretizados.**

Na mesma linha, importa observar o entendimento esposado nas contas do exercício de 2009 do Município de Lutécia (TC 285/026/09), **aprovadas por esse E. Tribunal**.

Identificador: 310034003500340033003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

É certo e indiscutível que os Conselheiros **ANTÔNIO ROQUE CITADINI** (TC 2633/026/10 e TC 285/026/09), **RENATO MARTINS COSTA** (TC 2453/026/02), **CRISTIANA DE CASTRO MORAES** (TC 2470/026/10), **EDGARD CAMARGO RODRIGUES** (TC 1301/026/11), **EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO** (TC 1738/026/08 e 1611/026/08), bem como os Substitutos de Conselheiro **SAMY WURMAN** (TC 2501/026/10), **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS** (TC 2578/026/10) e **MARCOS RENATO BOTTHER** (TC 2494/026/07), **já reconheceram, expressamente, que os empenhos não processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do resultado orçamentário, fato que se confirma quando tais empenhos estão vinculados à convênios celebrados com o Governo Estadual e Federal, cujas contrapartidas não foram repassadas até o encerramento do exercício.**

Nesse sentido, é certo que os empenhos de 2014, não processados e inscritos em restos a pagar em 31.12.2014, vinculados às fontes de recursos 02 (R$ 1.635.282,03) e 05 (R$ 14.582.868,14), os quais somam R$ 16.218.150,17, não devem ser levados em consideração para fins de composição do resultado da execução orçamentária.

Igualmente, deve ser extirpado desse cálculo, os restos a pagar não processados vinculados aos recursos próprios (fonte 01) e que foram cancelados em 2015, posto que efetivamente não representaram despesas para o Poder Executivo.

Trata-se do saldo de empenhos de 2014, emitidos de maneira global e/ou por estimativa, os quais por não terem sido processados, foram devidamente cancelados em 2015.

Conforme demonstra o relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 15**, em 31.12.2014 foram inscritos em restos a pagar empenhos de 2014 na importância de R$ 36.562.260,82.

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camara/autenticidade

Desse montante, em 2015 ocorreu o cancelamento da quantia de **R$ 3.472.136,07**, fato comprovado através do relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 16**, o qual está devidamente assinado e carimbado pelo contador do Poder Executivo, atribuindo-lhe a fé pública pertinente.

Em razão do exposto, observa-se que o resultado orçamentário apontado pela equipe de fiscalização merece as seguintes retificações:

RECEITAS REALIZADAS	726.765.529,98	100%
DESPESAS EMPENHADAS	745.235.128,87	100%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO APURADO PELA AUDITORIA	18.469.598,89	2,54%
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 02 (RECURSOS ESTADUAIS)	1.635.282,03	
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 05 (RECURSOS FEDERAIS)	14.582.868,14	
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 01 (RECURSOS PRÓPRIOS) – CANCELADOS	3.472.136,07	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO REAL – DÉFICIT	**1.220.687,35**	**0,16%**

Em síntese, observa-se que o irrisório déficit orçamentário de R$ 1.220.687,35, correspondente à apenas 0,16% das receitas arrecadadas, foram integralmente acobertados pelo resultado financeiro positivo do exercício de 2013, o qual, como demonstrado, somou a considerável quantia de R$ 34.760.636,53, não havendo, portanto, desajuste fiscal capaz de impedir a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Anuais de 2014 do Executivo de Taubaté.

ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:

Identificador: 3100340033003400330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

No que tange às alterações orçamentárias, inicialmente, a fiscalização acusou descumprimento dos limites previstos no artigo 7° da Lei Orçamentária Anual, já que ao considerar a receita prevista de R$ 810.000.000,00, o limite para abertura de créditos por anulação de dotação seria de R$ 40.500.000,00, no entanto, apurou a abertura de créditos transferências, remanejamentos e transposições no total de R$ 168.837.265,61.

Não está correta a interpretação da d. equipe de auditoria, isso porque a quantia de R$ 168.837.265,61, não se enquadra integralmente no artigo 7° da LOA, pois:

A) R$ 6.420.809,63, se referem a créditos especiais autorizados por Leis Municipais próprias **(DOCUMENTO Nº 17)**;

B) R$ 14.661.495,98, se referem a alterações de fontes de recursos autorizados através de processos administrativos, conforme disposto no art. 29 da LDO **(DOCUMENTO Nº 18)**;

C) R$ 1.000.000,00, se referem a autorizações do art. 7°, inciso II - Reserva de Contingência **(DOCUMENTO Nº 19)**;

D) R$ 65.260.000,00, se referem à autorização do item III, do artigo 8° da LOA, destinado à cobertura de insuficiências nas dotações dos grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida **(DOCUMENTO Nº 20)**;

E) R$ 6.250.000,00, se referem à autorização do item III do artigo 8° da LOA, para cobrir insuficiência na dotação para atender Precatórios **(DOCUMENTO Nº 21)**;

F) R$ 38.658.800,00, se referem à autorização do item IV do artigo 8° da LOA, destinados ao reforço de dotações de ações **(DOCUMENTO Nº 22)**;

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camaratatuibate/autenticidade

A soma das referidas alterações orçamentárias atinge a quantia de R$ 132.251.105,61. A diferença, no valor de R$ 36.586.160,00, é composta por créditos suplementares de dotações orçamentária, enquadrados no limite fixado pelo art. 7° da LOA **(DOCUMENTO Nº 23)**.

Portanto, o Município atendeu, e não infringiu, os dispositivos da Lei Orçamentária, devendo o quadro de fls. 23 do relatório de inspeção *in loco* apresentar os seguintes dados:

	Valor (R$)	Análise
Despesa total fixada na LOA O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Prefeitura (art. 4° e 5°, II,	780.189.215,00*	100%
Limite de 7° permitido para abertura de créditos suplementares (art. 7° da LOA)	54.613.245,05	7%
Créditos suplementares abertos	36.586.160,00	4,69%
Créditos suplementares abertos acima do limite	-0-	-0-

**Este é o valor indicado no inciso I do art. 4° da Lei nº 4.835 — LOA.*

	Valor (R$)	Análise
Receita prevista (art. 3° da LOA)	810.000.000,00	100%
1/20 da receita prevista (art. 8°, IV, da LOA) para crédito suplementar com anulação de dotações	40.500.000,00	5%
Créditos abertos por anulação de dotação	38.658.800,00	4,77%
Créditos abertos por anulação de dotação acima do limite	-0-	-0-

Ainda no que tange aos créditos suplementares decorrentes de anulação total ou parcial de dotações, abertos por decretos executivos e portarias e com fundamento na LOA (R$ 147.754.960,00), a fiscalização verificou que apenas R$ 95.564.574,98, foram classificados corretamente pela Prefeitura, sendo que o restante foi qualificado de maneira inadequada, já que se trata tipicamente de transposição, remanejamento ou transferência de recursos (quadro de fls. 24 do relatório), para o que não foi editado lei específica nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Identificador: 3100340035003400330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camaraitaobate/autenticidade

A referência ao inciso VI, do art. 167, parece partir do pressuposto que ocorreu irregularidade na utilização dos institutos citados, pois não houve lei específica, sendo invocada a disposição do §8° do art. 165 da CF.

Ora, os créditos foram abertos de acordo com a autorização legislativa constante na Lei Municipal n° 4.835/13 - LOA, art. 7° e 8°, o que os legitima. Por outro lado, dizer que esse procedimento contraria disposição constitucional, salvo melhor juízo, não encontra respaldo no próprio texto legal (art. 167, CF, inciso VI), que diz:

> *"Art. 167. São vedados:*
> *(...)*
> *VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa."*

A vedação é realizar os procedimentos sem autorização legislativa. Ora, nesse ponto a Lei Municipal n° 4.776/13 - LDO é especifica sobre o assunto, em seus artigos 27 e 28.

Além do mais, salvo melhor juízo, os procedimentos em foco não contrariaram, em nenhum ponto, o disposto no § 8° do art. 165, CF,:

> *"§ 8° A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição da autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."*

Quanto ao relatório não considerar a lei de diretrizes orçamentárias como "adequada" para as permissões acima, parece ser, salvo melhor juízo, uma opinião, não uma vedação legal.

Identificador: 3100340033003400340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Ainda mais, sobre o assunto em foco, deve ser destacado que a Prefeitura de Taubaté segue com muita cautela, na peça orçamentária, o que a União e o Estado de São Paulo praticam em matéria de autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares.

No quadro comparativo, ora acostado (vide documento nº 23), estão aproximados os textos das LOAs dos três Entes, onde fica evidente que o Município tem seus procedimentos orçamentários balizados pelos mesmos cânones das outras esferas de governo.

A União e o Estado se valem dessas disposições legais, que não encontram óbice na legislação vigente. Dado que o Município é um ente federado, pelo princípio da simetria federativa, não poderá ser considerado como conduta irregular ou ofensiva o procedimento municipal, alinhado com as mesmas regras de procedimentos do Estado e União.

Concluindo, o texto constitucional invocado (inciso VI, art. 165) se refere à vedação da utilização dos institutos acima citados *"sem prévia autorização legislativa"*, sem nenhuma outra restrição, ou seja, autorização legislativa específica. É possível concluir que, havendo autorização legislativa (no caso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual), está atendida a disposição constitucional.

Na sequência deste tópico, a fiscalização não identificou a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$ 33.000,00, consoante indicado pelo Sistema Audesp, em discordância com o disposto no art. 43, *caput*, da Lei nº 4.320/64.

Nas fls. 25 do relatório, traz como exemplo o Decreto nº 13.230/2014, onde teria ocorrido transposição no valor de R$ 3.000,00 (deslocando-se a

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

dotação do programa 4001 para o 4002), transferência no valor de R$ 1.020.000,00 (modificando-se a categoria de despesa de 4490 para 3390) e crédito adicional suplementar de R$ 78.000,00 (com modificação apenas do elemento de despesa), no entanto, a Prefeitura classificou a totalidade das alterações como crédito adicional suplementar, fazendo-as inadequadamente por meio de Decreto do Executivo.

A análise do referido Decreto, demonstra que:

a) Que o parágrafo único, do art. 2°, registra que "as dotações orçamentárias referidas nos artigos 1° e 2° estão indicadas no Anexo que integra o presente Decreto";
b) Que, no Anexo 1, a sexta coluna do quadro identifica a fonte dos recursos: o mesmo ocorre no Anexo 11 do Decreto.

Como todos os Decretos são elaborados pela mesma sistemática, não parece haver razão para o apontamento da ausência de identificação da fonte de recursos utilizada.

Por fim, cabe elucidar que não há um "possível crédito especial/extraordinário", como registrado no quadro de fls. 24 do Relatório, no valor de R$ 3.000,00, mas sim um cancelamento de dotação no valor de R$ 33.000,00, como se vê no quadro de fls. 25.

Diante de todo o exposto, é possível concluir que as constatações da equipe de fiscalização não constituem, efetivamente, falhas no manejo das dotações orçamentárias do Município de Taubaté, mesmo porque, como demonstrado anteriormente, os resultados financeiro e orçamentário se adequaram ao princípio da gestão fiscal equilibrada.

Execução dos Programas e Ações Governamentais:

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Quanto à execução dos programas e ações governamentais, conforme o relatório de atividades extraído do Sistema Audesp, a fiscalização observou ações que não atingiram a meta proposta ou, ainda, foram executadas em percentual muito superior ao planejado. Verificou, também, justificativas insuficientes em relação aos desvios entre o planejado e o executado, mudanças de prioridades e ações cadastradas em duplicidade, em discordância ao princípio da transparência na gestão fiscal.

No Relatório de Atividades do Sistema AUDESP, tanto na parte dos Programas como na parte das Ações, há uma coluna identificada como "Quantidade Estimada", na qual o Executivo registra a meta a ser alcançada, que se projeta com base em dados acumulados de exercícios anteriores, ou na demanda ocorrida no último exercício, ou em um objetivo que se propôs a atingir. Como nomeado na coluna, a quantidade é "estimada".

Portanto, "Estimativa" é fundada em probabilidade, possibilidade de ser alcançada ou realizada. É avaliação, é cálculo do valor aproximado. O antônimo de "estimativa" é previsão, exatidão, certeza, o que não está pedido no relatório.

Ora, entre a estimativa e a realização existe a realidade fática, que até o momento não pode ser contornada e impõe suas condicionantes à gestão pública: a realidade econômica nacional, a (não) realização das receitas, a (in)suficiência de recursos financeiros, ou crescimento/decrescimento das demandas da população, as necessidades emergentes, etc.

Como decorrência dessas condicionantes, é mais realista esperar a ocorrência de diferenças entre o planejado e o executado, especialmente quando o programa/ação é voltado para atendimento de demandas da população. Realizações efetivas de metas propostas ocorrem com mais frequência na área de investimentos e execuções físicas, em termos de m, m² ou m³, o que é obvio, mas mesmo neste campo ocorrem diferenças entre o estimado e a realizado.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camaratataubate/autenticidade

No mais, cumpre consignar que "desvios entre o planejado e o executado", como o registrado em fls.26 do relatório, parece, salvo melhor juízo, um tanto tendencioso, pois, como registra o Aurélio, desvio pode significar "ato ou efeito de desviar (se) da posição normal; sinuosidade, curva, subtração fraudulenta ", o que parece insinuar uma avaliação moral, ética em uma análise de dados e fatos de natureza física.

A mesma abordagem está no Relatório de Atividades do AUDESP: *"Justificativa de desvios em relação ao atingimento de metas"*.

Há explicações para todas as diferenças ocorridas entre o planejado e o executado, para o *"executado insuficiente e justificado inadequadamente"*, como registrado em fls.126 do Relatório.

Ocorre que as justificativas das diferenças devem ser apontadas no Relatório de Atividades, diretamente no *link* do AUDESP, onde colunas "Quantidade Realizada" e "Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento das Metas", oferecem espaço para o registro de dados e informações. É de se notar que o espaço da 2ª coluna está limitado a determinado número de caracteres que, atingido, bloqueia a continuidade da justificativa, o que leva habitualmente ao uso de abreviações e à condensação de informações. Provavelmente, salvo melhor juízo, a limitação do instrumento de coleta de dados provocou a inadequação das informações.

Quanto ao registro de "ações cadastradas em duplicidade" (fls.26), tal fato ocorre porque o Relatório de Atividades não é hábil para registrar separadamente a mesma ação realizada por duas unidades orçamentárias distintas.

Veja-se, para ilustração, na página 05 do Relatório de Atividades do AUDESP, ano do exercício 2014, a Ação 2127 - Atendimentos em Unidades de Abrigos Institucional - executada pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, tem a

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

quantidade estimada dividida entre as duas unidades, o que leva a esdrúxulas 11.151,36 e 1.520,64 pessoas atendidas!

O sistema divide a quantidade entre duas unidades orçamentárias, sendo que a SEDIS é unidade de trabalho e o Fundo, unidade financeira, de mera movimentação de recursos. A mesma inadequação pode ser vista na Ação 2129 - Atendimento a Famílias em Vulnerabilidade Social, que está dividida por três unidades executaras, uma de trabalho e dois fundos. O que resta ao Poder Executivo é registrar que a ação está duplicada, salvo melhor registro.

Previsão e Execução Orçamentária para Atenção Prioritária à Criança e ao Adolescente:

Inicialmente, a fiscalização reconhece que a Prefeitura de Taubaté cumpriu ao previsto na Constituição Federal, art. 227, *caput,* LF nº 8.069/90, art. 4°, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d", já que houve previsão orçamentária para a atenção prioritária à criança e adolescente, conforme Lei 4776/13 (LDO) e Lei 4835/13 (LOA).

Em que pese, verificou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, não executou fielmente as metas previstas no orçamento em relação ao programa 4001 – Atenção à Criança e ao Adolescente, posto que embora conste previsão nos instrumentos de planejamento para gastos com o programa *"Atenção à criança e Adolescente"*, no montante de R$ 8.371.000,00, houve empenhamento de despesas no valor de apenas de R$ 4.989.677,30, ou seja, 59,60% a menos do que o orçado, o que teria refletido diretamente na quantidade de atendimentos de 3.900 previstos para 2.222 efetuados, com redução de 56,97%.

Em relação as ações específicas 1031 (construção, ampliação e reforma de unidade de atendimento à criança e adolescente) e 2326 (atendimento à criança e ao adolescente), ambos vinculados também ao programa 4001, houve previsão orçamentária atualizada de R$5.732.990,00, empenho de apenas R$ 3.471.188,44 e pagamento de R$

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez [redacted]
e Palavéri
Advogados

3.194.379,94, sendo que R$ 2.947.151,25 (ou seja, 92,26%) foram dispendidos com vencimentos e vantagens pessoais, encargos patronais e outras despesas de pessoal.

Em relação ao exemplo trazido pelo Relatório (fls.26), o Programa Atenção à Criança e Adolescente, para reforçar suas observações anteriores sobre execução insuficiente de programas e ações, deve ser esclarecido, sinteticamente:

I - Um item desse programa, denominado Programa Esporte e Juventude, foi deslocado da SEDIS para a Secretaria de Educação durante o exercício de 2014.

II - Por essa razão, a SEDIS realizou somente 2.222 atendimentos/ mês, e não as 3.900 previstas no PPA para 2014;

III - Por essa mesma razão houve empenhos no valor de R$ 4.989.677,30, consumidos no atendimento acima. A redução ocorreu porque o atendimento passou a ser feito por outra Secretaria e não porque a SEDIS resolveu deixar de atender crianças e adolescentes, como dá a entender o registro do Relatório que diz que houve empenho de "apenas...", insinuando descaso, inconsistência, incompetência, ou coisa que o valha.

IV - As mesmas explicações valem para as observações feitas para as ações 1031 e 2326 (fls.28 do Relatório).

V - as despesas com pessoal são despesas obrigatórias, que continuam apesar das alterações nas atividades prestadas;

Muitas "ofensas" ao planejamento, vislumbradas pelo Relatório, são explicadas pela realidade fática acima referida, isto é, as atividades de esportes passaram à execução da Secretaria de Esportes, com evidentes ganhos das crianças e adolescentes, o que nem sequer foi lembrado.

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

Por fim, a comparação do investimento do Município com o da região, somente em termos percentuais (9,32% x 12,67%), perderá parte do impacto insinuado se a comparação ocorrer em termos dos montantes financeiros aplicados pelos municípios.

B.1.2 – RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL:

A equipe de fiscalização constatou os valores inseridos do quadro de fls. 29 do relatório, o qual reproduzimos adiante para facilitar a explanação das justificativas pertinentes sobre o tema:

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	(9.065.005,53)	26.494.600,01	392,27%
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69%
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60%

Em relação ao resultado financeiro, a fiscalização observou acréscimo de 392,27%, quando comparado ao exercício de 2013.

Não procede o anotado, pois como já demonstrado no tópico anterior, o RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013 FOI POSITIVO EM 34.760.636,53.

A análise do Balanço Patrimonial de 2013 (vide doc. 07), aponta um superávit financeiro da ordem de R$ 34.760.636,53, resultante da comparação do Ativo Financeiro R$ 120.230.288,22 com o Passivo Financeiro R$ 85.469.651,69.

Por decorrência, há alteração no quadro apresentado em fls. 29 do Relatório, que passa apresentar a seguinte composição:

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	34.760.636,53	26.494.600,01	23,78
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60

Assim, verifica-se que a constatação da fiscalização não merece guarida, sendo absolutamente satisfatórios e positivos os resultados contábeis do Poder Executivo de Taubaté.

B.1.3 – DÍVIDA DE CURTO PRAZO:

Neste tópico, inicialmente, a fiscalização reproduziu o quadro de análise da evolução da dívida de curto prazo (fls. 30 do relatório), no qual incluiu a quantia de R$ 1.466.466,84, corresponde à dívida da Prefeitura com a SABESP em 31/12/14, objeto do processo nº 36.410/14 (origem).

Contatou que o referido débito é proveniente de exercícios anteriores e seu reconhecimento e respectivo termo de acordo para parcelamento se deu apenas em 17/04/14, no valor de R$ 2.966.466,84, para pagamento até abril de 2015. Apesar disso, não consta do demonstrativo da dívida flutuante do Executivo e nem dos demonstrativos do Sistema Audesp, haja vista que a dívida confessada não foi escriturada adequadamente.

Ademais, a fiscalização observou que os empenhos foram realizados como despesa orçamentária no subelemento 33903944 (Serviços de Água e Esgoto), estando registrados apenas na conta contábil 5.2.2.9.1.01.00 (Outros Controles da Despesa Orçamentária), não havendo, portanto, diferenciação entre os valores referentes aos serviços prestados em 2014 e aqueles decorrentes da dívida proveniente de exercícios anteriores, a não ser pela descrição no histórico do empenho.

Em razão de todo o apontado pela fiscalização, cabe elucidar que o valor original desse débito é de R$ 2.966.478,72, conforme Termo de Acordo de

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 170

Parcelamento de Débito celebrado em 17/04/2014 **(DOCUMENTO Nº 24)**, para pagamento em doze (12) parcelas.

Conforme acordado, seriam pagos R$ 1.500.000,00 em 2014, restando R$ 1.466.486,84 para o exercício de 2015.

Em 17/07/2014 foi solicitado o empenhamento do valor de R$ 1.500.000,00, conforme solicitação do setor competente (fls. 283/ processo nº 36.410/14) - **(DOCUMENTO Nº 25)**, o que efetivamente ocorreu, conforme demonstra o relatório "Movimentação de Empenhos" **(DOCUMENTO Nº 26)**.

O débito restante, de R$ 1.466.478,72, devidamente atualizado, conforme Cláusulas do Termo de Acordo de Parcelamento, foi empenhado para o exercício de 2015, conforme demonstra o relatório "Movimentação de Empenho" **(DOCUMENTO Nº 27)**

Pelos dados acima, a inclusão do valor de R$ 1.466.466,84, no quadro da Dívida de Curto Prazo (fls. 28 do Relatório) é incorreta, pois são despesas registradas na execução orçamentária de 2015.

Por decorrência, não houve "ocultação de passivo".

Na sequência deste tópico, em confronto aos demonstrativos da Prefeitura de dívida flutuante e de execução de restos a pagar, a fiscalização acusou diferença no valor de "outros", em descumprimento ao artigo 1º, §1º, da LRF. Vejamos:

DÍVIDA FLUTUANTE	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Restos a Pagar Processados e Não Processados	69.098.927,70	69.098.927,70	0,00
Depósitos	261.808,41	261.808,41	0,00
Consignações	12.858.708,57	12.858.708,57	0,00
Outros	412.189,13	1.451.430,46	1.039.241,33
TOTAL	82.631.633,81	83.670.875,14	1.039.241,33

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

No relatório "Dívida Flutuante/Balanço Geral 2014" **(DOCUMENTO Nº 28)**, em Restos a Pagar Processados e Não Processados, consta a importância de R$ 69.098.927,70, indicado também no quadro de fls. 31 do Relatório, em Dados do Sistema AUDESP.

Na conta "Outros", do mesmo quadro, há indicação da importância de R$ 1.451.430,46, que levou à observação de diferença de R$ 1.039.241,33, em relação ao dado do Poder Executivo Ente, no valor de R$ 412.189,13.

Essa diferença se explica por um registro indevido, em dobro, pois essa importância compõe o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, no valor de R$ 69.098.927,70, conforme registrado no Relatório de "Saldos Patrimoniais" do exercício de 2014 **(DOCUMENTO Nº 29)**.

Por fim, em análise ao demonstrativo de restos processados (fls. 151 e 165 do Anexo I), a fiscalização acusou divergências entre o cálculo realizado pela pelo Sistema Audesp:

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Inscritos em ex. anteriores	45.126.183,33	45.130.417,33	4.234,00
Inscritos em 31/12/14	52.854.240,70	52.854.240,70	-
Liquidados	29.349.568,29	29.766.314,27	416.745,98
Pagos	28.722.838,94	28.727.072,94	4.234,00
Cancelados	10.188.408,97	10.194.459,07	6.050,10
Saldo	58.442.446,77	59.063.126,02	620.679,25

Quanto tal apontamento, convém esclarecer que o Relatório dos *"Saldos Patrimoniais"* do exercício de 2014 apresentam a conta Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, no valor de R$ 58.023.884,69 e Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar, no valor de R$ 1.039.241,33, perfazendo o montante de R$ 59.063.126,02,

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

que corresponde ao mesmo valor de saldo registrado no quadro de fls. 31, como Dado do Sistema AUDESP.

Logo, não há diferença, conforme observa a d. auditoria.

Em que pese todos os comentários da equipe de fiscalização, ao final deste tópico, concluiu que em razão do resultado financeiro apurado (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), a Prefeitura possuía liquidez face aos compromissos de curto prazo, fato que contribui para formação de juízo favorável sobre as Contas Anuais em exame.

B.1.4 – DÍVIDA DE LONGO PRAZO:

Neste tópico, a auditoria acusou aumento de 29,56% da dívida consolidada quando comparada ao ano de 2013. Para alcançar tal conclusão, a fiscalização promoveu o ajuste de R$ 6.853.504,84, que é a diferença entre a dívida de precatórios enviada ao Audesp e o saldo conforme o Tribunal de Justiça.

Ainda em relação ao endividamento de longo prazo, a fiscalização acusou a ocultação de passivo, tendo em vista que em 2014 ocorreu a escrituração de outras dívidas, no valor de R$ 35.222.116,86, decorrente de Termo de Compromisso para Pagamento Parcelado firmado em 2010 junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP.

Está equivocado o procedimento adotado pela fiscalização, posto que a dívida de precatórios alimentada no AUDESP, conforme será esclarecido e demonstrado no tópico pertinente, está correta e não merece ajustes.

Quanto ao registro de "Outras Dívidas", no montante de R$ 35.222.116,86, esse valor se refere a saldo da dívida da Prefeitura junto à SABESP em 31/12/2014 **(DOCUMENTO Nº 30)**, decorrente de Termo de Compromisso para Pagamento

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 582

Parcelado) em 99 meses, firmado em 2010, no valor original de R$ 37.611.362,50, para pagamento mensal até outubro/2018.

Esses pagamentos ocorreram desde 2010, em um total de 48 parcelas, sempre registrado, no documento emitido pela SABESP, o número da parcela paga.

Não ocorreu a contabilização do débito como dívida confessada por inexistência de lei autorizadora na época, mas esse fato não se constituiu em "ocultação de passivo", pois desde a constituição do débito a Prefeitura atendeu a seu pagamento em rubrica errada - 33.90.39.44 - Serviços de Água e Esgoto, mas sem a intenção de esconder o débito, pois esse pagamento, de valor elevado, ocorria ao mesmo tempo do pagamento, na mesma rubrica, de valor menor, ou seja, o pagamento do efetivo consumo de água.

É fato, todavia, que não existe qualquer pendência a esse respeito, posto que a dívida atualmente encontra-se devidamente contabilizada.

B.1.5.1 – RENÚNCIA DE RECEITAS:

Neste tópico, a fiscalização acusou a efetivação de renúncia de receita de maneira irregular, tendo em vista a concessão de isenções de IPTU e redução da alíquota de ISSQN, bem como remissão de multa e juros incidentes sobre débitos de contribuintes hipossuficientes, para o que não houve atendimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais uma vez não procede o anotado pela d. auditoria, isso porque houve previsão de renúncia de receita apresentada através de anexo próprio no que respeita a incentivo a novas empresas e remissão para famílias de baixa renda, tabela 7, em anexo **(DOCUMENTO Nº 31)**.

Identificador: 3100310035003a0033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Observou-se também isenções parciais de IPTU e ISSQN com base na Lei Complementar nº 323, de 05/11/13, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de novos projetos esportivos não profissionais e culturais.

No que se refere ao incentivo fiscal constituído pela Lei Complementar nº 323, de 05 de novembro de 2013, deve a Corte de Contas verificar que o mesmo **não se confunde com renúncia de receitas.**

No caso do referido incentivo fiscal, ocorre, apenas e tão somente, direcionamento de parte do ISSQN e do IPTU devidos pelos contribuintes que promovem o incentivo fiscal para realização de projetos esportivos não profissionais e culturais.

A mensagem nº 51/13, que acompanhou o projeto de lei que resultou na LC nº 323/13, deixa claro tal situação:

> *"O incentivo fiscal para a realização de projetos esportivos não profissionais e de projetos culturais de que trata o referido projeto de lei, prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), em benefício de toda Coletividade, sendo que tais valores despendidos no investimento de tais projetos consistirá na isenção parcial desses impostos.".*

Pelo teor da LC nº 323/13, a pessoa física ou jurídica que depositar nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e ao Fundo de Assistência à Cultura até 10% (dez por cento) maior que o valor da isenção pretendida, teria o desconto de IPTU e ISSQN de que trata a norma legal em comento.

Assim, como exemplo prático, tem-se que o contribuinte devedor de R$ 1.000,00 de IPTU ou ISSQN, poderia ter desconto de 50% dessa quantia (R$ 500,00),

Identificador: 3100340033003200340033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

caso depositasse ao menos R$ 550,00 (10% acima do desconto pretendido) nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e/ou ao Fundo de Assistência à Cultura.

As quantias são depositadas nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e do Fundo de Assistência à Cultura, sendo destinados exclusivamente para a promoção de projetos esportivos e culturais.

Assim, verifica-se que na operação em comento não ocorre renúncia de receita, posto que além dos 100% do IPTU ou ISSQN, o contribuinte acrescenta 10% de tais impostos para incentivo de projetos esportivos e culturais.

Veja, desde já, que a Prefeitura de Taubaté não fez previsão de isenção total do IPTU ou ISSQN, não prejudicando, portanto, o financiamento da saúde e educação.

Observe-se, outrossim, que em benefício e incentivo ao contribuinte, tem-se a determinação imposta no §2°, do artigo 4°, da LC n° 323/13:

> *"§2° - O contribuinte, cujos recursos tenham sido aplicados em projetos de que trata esta Lei Complementar, terá direito de ter difundido pelo executor sua participação no financiamento conjunto com o PAD e/ou FAC, e receberá cópia das prestações de contas das aplicações dos recursos de cada parcela."*

Verifica-se, pelo exposto, que o incentivo fiscal em comento não se consubstancia em renúncia de receita, motivo pelo qual não há que se cogitar o descumprimento do contido no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda neste tópico, a auditoria destacou a existência da Lei Complementar n° 339, de 09/05/14, que alterou a Lei Complementar n° 184/2008, que trata do Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté -

Identificador: 3100340035003A003800 3A0054005200410 Conferência em http://www.spl online.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 586

PROINDE, autorizando os incentivos fiscais por um período de 15 anos para as grandes empresas.

Inicialmente, quanto a Lei Complementar nº 339, de 09 de maio de 2014, observa-se que o Artigo 2° cuidou de restringir a isenção para pessoas com deficiência, passando a serem beneficiados apenas as pessoas com deficiência proprietárias de um único imóvel.

Na mesma norma, em seu Artigo 3°, foi alterada a alíquota do ISS para o item 11.02 da Tabela de Serviços passando de 2% para 5%.

Com a medida esperava-se um incremento de receita de R$ 551.373,03 para 2015, R$ 579.768,74 para 2016 e R$ 605.858,33 para 2017.

No artigo 6° da Lei Complementar nº 339, foi revogada a Lei Complementar nº 296, de 11 de setembro de 2012, que concedia incentivos fiscais aos imóveis integrantes de Zona de Especial Interesse Social - ZEIS. Com a medida esperava-se incremento de receita para os exercícios 2014 (R$ 666.014,00), 2015 (R$ 446.015,00) e 2016 (R$ 792.000,00).

Em que pese todo o exposto, conforme consta dos demonstrativos apresentados à fiscalização e acostados nas fls. 240/241 do Anexo II, não foi concedido, em 2014, benefício de incentivo fiscal com base nessa lei.

B.1.6 – DÍVIDA ATIVA:

Na abordagem deste tópico os agentes de fiscalização anotaram diversas ocorrências que passamos a esclarecer abaixo.

Identificador: 310034003500340038003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

a) os valores apresentados pelo setor de dívida ativa da prefeitura divergem dos dados enviados ao sistema Audesp e dos demonstrativos contábeis encaminhados pela origem:

Em relação a esse apontamento temos a esclarecer que na realidade, o saldo da dívida ativa registrado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial do exercício de 2014 é de R$ 156.504.344,20 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e qaurenta e quatro reais e cinte centavos) **(DOC. 32)**

O valor indicado no relatório (R$ 163.812.652,87 – fls. 37) não é correto, uma vez que a fiscalização adicionou ao saldo de R$ 156.504.344,20, a importância de R$ 7.308.308.67, da rúbrica "*empréstimos e financiamentos concedidos*", que se refere a bolsas de estudos concedidas segundo legislação municipal vigente.

Já no tocante à diferença entre o valor informado pelo setor de dívida ativa (R$ 156.754.653,75 – fls. 488 do anexo III e fls. 37 do relatório) em relação ao valor registrado no Balanco Patrimonial (R$ 156.504.344,20) no montante de R$ 250.309,55 sua ocorrência pode ser explicada pela conjugação de alguns fatores, ora identificados:

a) baixas da Conta Principal da Divida Ativa contabilizada indevidamente, pela D.C.B.A.R. – Divisão de Conciliação Bancária e Análise da Receita pois se tratava de baixa da Conta Multas, Juros e Correção Monetária da Divida Ativa, no montante de R$ 250.056,91 (Duzentos e cinquenta mil, cinquenta e seis reais e noventa e um centavos) que teve suas regularizações efetuadas através de reinscrições nas respectivas Dividas Ativas da Conta Principal no exercício de 2015;

b) baixa da Conta Multas, Juros e Correção Monetária contabilizada indevidamente, uma vez que se tratava da Conta Principal da Divida Ativa, no montante de R$ 212,95 (Duzentos e doze reais e noventa e cinco centavos), que em 2015 foi regularizada através de cancelamentos nas suas Contas Ativas Principal;

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaraitaubate/autenticidade

c) Valor de R$ 465,59 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) que se tratava de uma inscrição na Divida Ativa Não Tributária, agrupada na Conta "Outros" que não havia sido contabilizada no exercício de 2014, e que no exercício de 2015 teve sua regularização efetuada através sua inscrição.

Assim, identificadas essas condicionantes referentes ao exercício de 2014 e, como já dissemos, em 2015 foram regularizadas essas diferenças através da correção/eliminação dos procedimentos incorretos, conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 33).**

b) a própria Prefeitura está inscrita no rol dos devedores de dívida ativa:

Com relação à presença da Prefeitura Municipal de Taubaté no rol dos 100 (cem) maiores devedores temos a esclarecer que através do processo administrativo n° 40.915/2015, houve transferência da dívida para os reais responsáveis e cancelamento nos casos indevidos, conforme comprovantes em anexo **(DOC. 34)**. Dessa forma, o Município não mais consta no rol dos devedores, encontrando-se totalmente regularizada a questão.

c) elevado valor de prescrição de dívida ativa:

Quanto aos apontamentos em relação às prescrições ocorridas durante o curso do processo judicial de execução fiscal, esta realidade existe no Judiciário do país inteiro. É um desafio ao Poder Judiciário lutar contra sua morosidade, fato alheio ao alcance dos credores que, *in casu*, é o Município de Taubaté.

Para que se tenha conhecimento da dimensão do problema instalado, o Município de Taubaté, em 2012, através dos seus Procuradores autuaram um processo administrativo junto ao Juiz Corregedor da Vara da Fazenda Pública desta Comarca (procedimento administrativo n° 11/2012) solicitando providências quanto a esta situação em face da possibilidade de ocorrer a prescrição de seus créditos **(DOC. 35)**.

Identificador: 310034003500340038003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Ocorre que o Juiz titular, Dr. Paulo Roberto da Silva, embora tenha deferido o pedido para que o Município de Taubaté assumisse a confecção das cartas citação, vem, no contexto do julgamento das execuções fiscais, reconhecendo a prescrição, o que está sendo objeto de constantes recursos por parte da Procuradoria Tributária.

Isso demonstra que ao contrário do afirmado pela fiscalização a Municipalidade nunca se manteve inerte diante da cobranca de sua dívida ativa, implementando essa e outras ações que abaixo especificaremos.

d) elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas inscrições e controle de lançamentos:

Destaque-se que desde 2013 o Município intensificou a higienização de seu cadastro, gerando uma procura pelos contribuintes inativos para o cancelamento de suas inscrições municipais e atualização de dados, o que contribui para o aumento do cancelamento de débitos indevidos.

e) os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida:

No que tange ao percentual dos maiores devedores em relação ao montante inscrito no Balanço Patrimonial da Prefeitura, esclarecemos que os R$ 93.638.073,30 (noventa e três milhões seiscentos e trinta oito mil, setenta e três reais e trinta centavos) apontados, referem-se ao principal, correção, juros e multa (**doc. 6, novamente**), enquanto que os R$ 156.754.653,75 (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) do balanço patrimonial são restritos ao valor principal.

Identificador: 3100310035003a0033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Assim, considerando a comparação dos débitos dos cem maiores devedores com o montante da dívida ativa atualizada (R$ 400.532.809,94), temos o percentual real de 27% (vinte e sete por cento).

f) existência de agentes políticos no rol de devedores:

No tocante aos agentes políticos e ex-agentes políticos, conforme **DOC. 36** todos estão executados e, como forma de ampliar os mecanismos de cobrança, foram protestados extrajudicialmente no mês de dezembro de 2015.

Assim, mais uma vez, ratificamos que os esforços estão sendo sempre ampliados para que se efetive o resgate dos créditos do Município.

A par dessas anotações é importante ressaltar que conforme já exposto anteriormente a essa C. Corte, a Municipalidade no exercício de 2014, ao contrário do afirmado pela d. Fiscalização, não mediu esforços para reaver os valores inscritos em dívida ativa, continunado a implementar diversos mecanismos de controle e tomando várias iniciativas, tendo sido autuados 6 (seis) processos administrativos visando adotar medidas alternativas de cobrança da dívida ativa. Vejamos:

- a.1) processos nº 2.605/13 e nº 35100/14, que tratam do protesto extrajudicial das certidões da dívida ativa, os quais durante o exercício de 2013 aguardavam a adequação do sistema "Módulo da Dívida Ativa" o que foi efetivado em agosto de 2014, já com o início dos protestos.
Toda a tramitação e a implantação dessa medida pode ser verificada através da análise do **DOC. 37** em anexo, ***onde constam, inclusive, gráficos relativos ao resultado da medida implantada;***

- a.2) processo nº 18.972/13 e 31430/14, que se referem às medidas necessárias para instalação de um serviço de Call Center no Município, a fim de intensificar a cobrança dos créditos via

Identificador: 310034003300320034003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 580

telefone. Tal iniciativa ocorreu logo no início de 2013, com a interação dos demais setores envolvidos da Prefeitura de Taubaté, através do processo nº 18972/13, e acabou por ser iniciada a licitação já no ano de 2014, com a implantação efetiva e o início dos trabalhos no dia 28 de novembro daquele ano até os dias de hoje, com acrescimo da arrecadação na ordem de 37% em relação ao mesmo período **(DOC. 38).**

- a.3) processo nº 34321/13 — neste processo foi realizada a cobrança administrativa dos 100 (cem) maiores devedores do Município de Taubaté, mediante envio de correspondência com aviso de recebimento. Em relação a esses devedores, realizou-se também, neste ano o protesto extrajudicial, como forma de ampliar os mecanismos de cobrança e recuperação dos créditos;

- a.4) procedimento administrativo nº 11/12, que tramita perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Taubaté, foram requeridas providências quanto à paralisação dos processos judiciais de execução fiscal no cartório e, ainda, autorização para assumirmos a realização das citações dentro da própria Prefeitura (de acordo com o Provimento n 1.461/2007 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como forma de agilizar as cobranças judicias, o que foi deferido no dia 15 de fevereiro de 2013, e implantado definitivamente na Procuradoria Tributária deste Município **(DOC. 35, novamente).**

Ressalte-se, ainda, por oportuno, que não foi editada nenhuma lei, em 2014, concedendo incentivo fiscal aos contribuintes inadimplentes, vez que entendemos que esta iniciativa premia com descontos aqueles que não horaram seus compromissos junto ao Município na época própria, em detrimento dos que não agiram de tal modo e que, por isso, não teriam as mesmas benesses legais.

Como se tudo isso não bastasse, importante ressaltarmos que supostas falhas no item da Dívida ativa não seriam suficientes para rejeitar as presentes contas, conforme pacífica jurisprudência dessa C. Corte: TC-001740/026/12 ; TC-001811/026/12 e TC-001885/026/12, dentre outros.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 182

B.2.2 – DESPESA DE PESSOAL:

Inicialmente, a Municipalidade indicou que ao final do exercício em exame dispendeu com pessoal o montante de R$ 403.201.960,96, ***o que representa 53,71%*** da Receita corrente líquida.

Contudo, após os ajustes da fiscalização chegou-se a um percentual de despesa com pessoal de 54,47% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, em seus dizeres, o limite previsto no artigo 20, III, da Lei Complementar nº 101/00.

Mesmo tendo supostamente ultrapassado o limite previsto na LRF, a própria auditoria anota às fls., 42 dos autos que: ***"É possível ver que os gastos com pessoal no 2º e 3º quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 20.04.15 e em 31.08.15, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida, respectivamente."***

Isso, por si só lá nos leva a conclusão que as presentes contas não podem ser rejeitadas por esse motivo, na linha, alias, do que já decidiu essa C. Corte nos processos TCS - 1455/026/11; 1770/026/12; 1513/026/12; 1951/026/13 e 1818/026/13.

Em todos os casos acima citados, as Prefeituras ultrapassaram o limite de gastos de pessoal no exercício examinado, reconduzindo-o, nos dois quadrimestres subseqüentes, o que levou o reconhecimento desse E. Tribunal pela regularidade dessa situação, aprovando as contas, tratamento esse que deve ser dispensado no presente caso.

Assim, apesar da questão não ser motivo para rejeição das presentes contas, a d. Fiscalização a respeito do assunto teceu diversas anotações que passamos a discutir, demonstrando na realidade que sequer houve afronta ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

- Inclusão da UNITAU quando da verificação dos limites da despesa de pessoal.

A d. Fiscalização às fls. 43 do relatório anota que seria necessária a inclusão dos gastos de pessoal da UNITAU para fins de verificação dos limites estabelecidos pela LRF. Assim, após essa inclusão os "gastos ajustados" ficariam em 56,76%.

Com a devida vênia, tal anotação não procede, conforme a seguir demonstraremos.

Aqui vale fazer uma breve digressão acerca da UNITAU. No âmbito da administração pública do município de Taubaté foi criada pela Lei 1498 de 06 de dezembro de 1974, a Universidade de Taubaté, autarquia municipal educacional de regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, regularmente reconhecida pelo Decreto Federal nº 78.924/76 e Recredenciada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/GP nº 30/03.

Referida autarquia apesar de criada por lei municipal, nunca se valeu de verbas públicas municipais para sua manutenção, sendo, durante os mais de quarenta anos de sua existência, mantida pela própria arrecadação que promove com a cobrança de mensalidades de seus alunos.

Aliás, ao contrário do alegado pela d. Fiscalização, o fato da Municipalidade ter repassado recursos à UNITAU, ***a titulo de convênio,*** não tira em momento algum a característica da autonomia financeira da Universidade, vez que tal repasse não é para a manutenção da UNITAU, mas sim como contra partida de instrumentos jurídicos (convênios) firmados entre as partes que dizem respeito a execução de projetos específicos.

Contudo, não há dúvidas de que as finanças da UNITAU, não se confundem com as da Municipalidade. Nem sequer há participação do ente federativo na fiscalização e verificação da correta aplicação dos recursos obtidos pela Universidade, haja

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 183

vista que, como já dito, a autarquia sobrevive exclusivamente da exploração da atividade para a qual foi instituída, ou seja, o ensino superior, que inclusive não é uma atribuição constitucional do Município, sendo que a própria Universidade também se submete à fiscalização dessa C. Corte de Contas.

Assim, os gastos de pessoal da Universidade não podem ser somados aos da Prefeitura porque não se trata de descentralização vez que a educação de nível superior não é atribuição constitucionalmente direcionada aos municípios. A figura da Universidade, como autarquia municipal de regime especial, quando de sua criação, se deu de uma forma que a evolução da entidade permitiu sua absoluta desvinculação do ente criador, com total autonomia financeira, administrativa e organizacional, prova disso é que nos últimos 40 anos não houve qualquer repasse financeiro para manutenção da Universidade.

Por outro lado, não há atividade cuja atribuição constitucional seja obrigação do município, nem nunca houve ingerência, participação, repasse de valores ou quiçá controle finalístico, nunca podei-ia se dizer em descentralização e vinculação da Universidade ao ente público da administração direta municipal.

Se a atividade desenvolvida pela Universidade não é nem nunca foi atribuição do município a entidade é de fato autônoma para todos os fins, e deve responder pelas obrigações a ela atribuidas, sem qualquer vinculação à administração direta de que faz parte, mesmo porque, não há participação do município com alocação de verba pública para o pagamento dos funcionários da instituição de ensino superior.

Dessa forma, permite-se afirmar tratar-se a UNITAU de uma autarquia que se assemelha, neste particular, a uma empresa estatal não dependente, ou seja, aquela que apesar de criada pelo ente público, deste não recebe qualquer subsídio ou repasse financeiro.

Nesse particular, cumpre-nos esclarecer que na realidade a separação dos orçamentos da Prefeitura e da UNITAU não foi realizada sem um prévio e detalhado estudo sobre o tema, sendo embasada principalmente no fino de não haver repasse

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

algum de verbas por parte da Municipalidade a essa autarquia municipal de regime especial, que mais se assemelha a uma empresa estatal não dependente.

Aliás, os motivos da separação dos dois orçamentas, que efetivamente não se misturam, estão amplamente expostos nos autos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no TC - 2041/326/01, acessório que acompanha as contas do executivo municipal, já no exercício do ano de 2001 — frise-se, ***já aprovadas, quando se discutia a exclusão dos gastos de pessoal da UNITAU, dos cálculos realizados pelo Município, tendo, inclusive, o E. Conselheiro Relator aceitado esses argumentos, conforme despacho que por sua importância pedimos vênia pata transcrever trecho***:

> ***"Por outro lado, as razões apresentadas e a comprovação de ausência de repasse de recursos, no exercício de 2001, pelo Município de Taubaté à Universidade de Taubaté-UNITAU, - situação que registre-se, perdura há vinte anos — permitem afirmar tratar-se, a UNITAU de uma autarquia que se assemelha, neste particular, a uma empresa estatal não dependente. Para assim considerar, levo em conta a Resolução número 43 de 2001. do Senado Federal, que define como empresas dependentes, aquelas que recebem recursos financeiros do controlador. Logo, o não recebimento pressupõe a não dependência E sendo esta, no momento, a Situação comprovada na UNITAU,. entendo aceitável o pedido do Senhor Prefeito de Taubaté."***

Dessa forma, resta mais do que comprovado que a UNITAU apesar de autarquia de regime especial criada por lei municipal há mais de 40 anos, sempre geriu-se sozinha, nunca usufruindo de verba pública que justifique a soma de seus gastos de pessoal com os da Municipalidade, não devendo ser considerada em hipótese alguma o percentual de 56,76% apontado pela d. Aduitotoria.

Identificador: 3100340035003200360003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse sentido, oportuno anexarmos a completa manifestação do Secretarário de Negócios Jurídicos que traz todos os elementos para dirimir quaisquer dúvidas acerca da questão **(DOC. 39).**

Como se tudo isso não bastasse, ressalte-se que é natural que maioria dos gastos da UNITAU sejam com pessoal vez que se trata de instituição de ensino e portanto sua mão de obra representa o grande volume de seus dispêndios. Assim, mesmo que a Prefeitura tivesse que diminuir seus gastos, para amoldar-se ao percentual legal, uma vez somando aos gastos da UNITAU, isso ficaria impossível, vez que como já dissemos o Prefeito não possui ingerência alguma (seja administrativa, seja financeira) sobre os gastos da Universidade.

- Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos – Valor R$ 828.892,00

Ainda em relação aos gastos com pessoal, a fiscalização observou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, manteve a prática advinda de exercícios anteriores referente ao sistemático pagamento de profissionais através de RPA (Recibo de Pagamento de Autônomos) e, nesse aspecto, entendeu que tais dispêndio deveriam compor os gastos de pessoal.

Excelência, está totalmente equivocada a constatação da equipe de fiscalização, posto que nenhum desses contratados por RPA não é profissional que substituiu mão de obra da Administração Pública.

Tratam-se de artistas que foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté após regular processo de credenciamento, sendo os mesmos convocados, esporadicamente, para atender o calendário cultural do Município de Taubaté **(DOC. 40).**

Assim, ao contrário do mencionado pela equipe de auditoria, trata-se de atividades-meio da Administração Pública, não havendo nessas situações

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

substituição de servidores reservados à execução das atividades-fim do Poder Público, motivo pelo qual impertinente a computação de tais despesas como gastos de pessoal.

Não há hierarquia e subordinação dos artistas. Inexiste relação de trabalho entre os artistas e o Poder Público. Não há nessas situações a contratação de pessoa certa e definida, muito menos definição de salário, controle de faltas, controle de horas extraordinárias, entre outras fiscalizações inerentes aos servidores públicos.

Dessa forma, devido a falta de subordinação, hierarquia e qualquer outro vínculo trabalhista com os artistas, aliado ao fato de que se trata de prestações de serviços relacionados à atividades-meio e não finalísticas da Administração Pública, não há que se cogitar a apropriação de tais despesas no percentual de despesa com pessoal, nos termos do contido no §1°, do artigo 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como esclarecido, não há nas situações apontadas pela equipe de fiscalização qualquer indício de que os autônomos remunerados pelo Executivo de Taubaté, durante o exercício de 2014, tenham substituído servidores ou empregados públicos, o que se confirma diante dos elementos a seguir apresentados.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Taubaté, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, celebraram Termo de Ajuste de Conduta nos seguintes termos:

> ***"A Prefeitura Municipal de Taubaté se compromete a:***
>
> ***1 - Somente contratar profissionais autônomos - assim considerados aqueles que prestam serviços técnicos urbanos, de forma eventual e sem subordinação - quando houver necessidade excepcional e urgente que exija pronta solução, sob pena de pôr em risco a continuidade da prestação de um serviço público, porém, pelo prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, vedada a recontratação de um mesmo profissional em prazo anterior ao de 30***

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 588

(trinta) dias da data da entrega ou durante o prazo de garantia do serviço anteriormente prestado; excetuadas as hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

1.1 - A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (art. 25, III, da Lei n°. 8.666/93) prescinde de licitação.

1.2- A qualidade de artista de renome municipal será apurada mediante a aferição dos títulos e das premiações do profissional, no âmbito municipal, estadual ou nacional.

1.3- Nas hipóteses de contratação de artista amador de qualquer setor artístico observar-se-á o critério do mérito, mediante seleção do candidato através de prova técnica, prática, ou técnica e prática, aplicada por banca examinadora constituída por no mínimo três profissionais do ramo.

1.4- O prazo máximo de duração do contrato celebrado com o artista amador de qualquer setor artístico será de 06 (seis) meses.

(...)"

Em decorrência do aludido Termo de Ajustamento de Conduta, a Prefeitura do Município de Taubaté instaurou o processo administrativo nº 34701/2011, através do qual constituiu comissão técnica para elaborar e julgar processo para cadastramento de artistas, músicos e recreadores para apresentações culturais no Município de Taubaté.

Em razão de todo o exposto, resta demonstrado que os Recibos de Pagamentos de Autônomos emitidos em 2014 pela Prefeitura de Taubaté não se referem à remuneração de profissionais que atuaram em substituição à mão de obra de servidores ou empregados públicos, mas sim ao pagamento de cachês pelas apresentações realizadas, fato que não constitui despesa de pessoal.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 588

Aliás, sobre o assunto, também discutido nas contas do exercício de 2013, a d. Assessoria Jurídica dessa C. Corte assim se manifestou:

> ***" Entretanto, de nossa parte entendemos que os gastos com pessoal poderão retornar aos números iniciais do AUDESP, haja vista os esclarecimentos da Origem por meio de seu representante legal, dando conta de tais profissionais correspondem a artistas cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté, convocados esporadicamente para atender calendário cultural do Município, inexistindo relação de trabalho entre os artistas e o Poder Público, além de tratar do desempenho de atividades-meio da Administração.***
> ***Demais disso, o defendente também esclareceu que a Prefeitura firmou "termo de ajustamento de conduta" com o Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Taubaté através do qual a Prefeitura se comprometeu a contratar somente profissionais autônomos eventuais e sem subordinação, quando houver a necessidade de excepcional urgência para pronta solução.***
> ***Ante o exposto, sugerimos que as despesas com pessoal do Executivo de Taubaté retornem à taxa inicialmente apurada pelo Sistema AUDESP, qual seja, 52,36% da Receita Corrente líquida (...)"(PROCESSO TC – 2090/026/13 – FLS. 250, 251)***

<u>- pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU – Valor R$ 4.883.827,61</u>

Em relação a este item, a d. fiscalização aborda o pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$ 4.883.827,61 no exercício de 2014, concluindo que tal valor deve integrar o cômputo dos gastos de pessoal da Municipalidade, elevando-o para 54,47%.

Identificador: 3100340038003400380003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Os referidos convênios abrangem ajustes entre a Prefeitura e a UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contração de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em tempo integral.

Ressalte-se inicialmente que a educação integral, desde 2007 passou a integrar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como estratégia do Governo Federal para ampliar a jornada escolar. Assim, o Estado formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições diversas sem fins lucrativos.

Tal estratégia pressupõe as duas partes. Poder Público e instituição, tendo como interesse comum o atendimento do educando, através da mútua colaboração para atingir seus objetivos. Foi nesse contexto que se firmou os convênios entre o Município e a UNITAU.

Outra questão de extrema relevância é que a conveniada é instituição de Ensino renomada, que congrega em seu quadro de pessoal profissionais do mais alto gabarito e dão suporte ao treinamento, acompanhamento, orientação e formação continuada dos profissionais contratados por meio dos convênios.

Assim, a escolha do instrumento convênio se deu como forma de colaboração pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente. Isso também deve ser levado em conta, pois acaso a responsabilidade por desenvolver as competências necessárias nos contratados fosse do Município, todo o processo de contratação de pessoal efetivo, estruturação e desenvolvimento das atividades, além de mais demorado, seria, certamente, exponencialmente mais oneroso aos cofres públicos e ainda assim não atenderia plenamente aos objetivos dos projetos e poria em risco a continuidade das ações sócio-educativas em andamento no Município.

Identificador: 3100340035003200380003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Importante destacar que o Município tomou todas as cautelas necessárias antes da elaboração os referidos ajustes, consultando o Ministério Público do Estado de São Paulo, não tendo o d. Parquet colocado óbices acerca da elaboração de tal instrumento, o que pode ser verificado na manifestação do Secretário Jurídico do Município **(DOC. 39, NOVAMENTE).**

Em relação ao convênio para atendimento da Educação Infantil muito embora a legislação permita até mesmo que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento integral gratuito, o Município de Taubaté optou por dar prioridade à prestação direta do serviço público em questão.

Para tanto, dispõe de quadro de pessoal efetivo que desenvolve as atividades-fim previstas nos artigos 29 e seguintes da LDB e firmou o convênio com a UNITAU para assegurar que as **atividades-meio** também sejam desenvolvidas com eficiência, até mesmo para possibilitar ao pessoal efetivo maior dedicação às suas funções principais. O convênio trata, então, de atividade de apoio, sendo que a atividade-fim permanece no âmbito do município.

Com efeito, a contratação de ADIs (Auxiliares de Desenvolvimento Infantil) visa precipuamente ao acolhimento das crianças de 0 a 5 anos, garantindo cuidados imprescindíveis ao desenvolvimento saudável das demais atividades postas em prática pelo pessoal efetivo, estas diretamente relacionadas ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

Por outro lado, o Ensino Fundamental concentra a maior parte do quadro de pessoal efetivo da Secretaria de Educação, pessoal esse que exerce atribuições delimitadas em lei e inviabilizam o seu aproveitamento para as atividades que são objeto do convênio delineado no processo nº 8116/2013.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Tal convênio, no tocante a mão de obra, trata da contratação de pessoal com aptidões específicas para desenvolver atividades suplementares voltadas para educação escolar, trabalho e práticas sociais, de acordo com as diretrizes dos arts. 34, §2°, 3°, XI e 4°, VIII da LDB.

Vale dizer que as aptidões desses profissionais devem ser compatíveis com atividades atualmente adotadas a critério do Município (art. §2°, art. 34, LDB), as quais podem variar de acordo com a demanda verificada em cada unidade de ensino, sendo possível que haja alternância, substituição, extinção e criação de novas atividades que tenham a capacidade de gerar interesse no aluno para que ele permaneça na escola por maior período durante o dia e com isso atinja novos patamares de desenvolvimento.

Nesse passo, diferentemente do apontado no relatório da fiscalização, entendemos que os convênios analisados não foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal, mas sim para atender especificidades que devem ser observadas na prestação eficiente do serviço e, portanto, não devem ser acrescidos às despesas a esse título.

E mais, sustentamos tal posicionamento pois ambos **os convênios fazem frente a demandas dotadas de uma especificidade marcante: a transitoriedade.**

Na celebração dos convênios para suprir tais demandas o Município levou em conta diversos fatores que não foram explicitamente considerados pela fiscalização e a respeito do quais vemos a necessidade de tecer maiores esclarecimentos.

O primeiro fator levado em conta foi a retração da taxa de fecundidade, que indica quantos filhos, em média, tem a mulher brasileira. No Sudeste, segundo o Censo 2010, as mulheres têm, em média, 1,7 filho. Os números dão conta de que a média de queda da taxa de fecundidade a cada década é de 15%, sendo que de 2000 para 2010 a queda foi de 19%.

Identificador: 310034003500340038003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

O segundo fator diz respeito à queda da taxa de natalidade que desde a década de 70 vem sofrendo reduções, sendo que tal queda reflete diretamente na distribuição percentual da População por grandes grupos de idade Brasil.

De tal modo, a parcela da população de 0 a 14 anos que é o público alvo dos convênios, apresenta uma média de 9% de queda a cada verificação, sendo que do Censo de 2000 para o Censo de 2010 a queda foi mais acentuada, atingindo o patamar de 14%.

Ora, não seria legal, eficiente ou moral nem tampouco responsável do ponto de vista fiscal neste momento, a contratação de pessoal efetivo para ocupar cargos com atribuições rígidas definidas em lei, sendo que a necessidade da política pública de educação em questão exige competências para desempenhar atribuições variadas que podem ser alteradas de acordo com a evolução do interesse dos alunos e que a demanda por tais serviços tende a reduzir, com base nos dados demográficos do IBGE.

Ademais, a mencionada transitoriedade se manifesta também na evolução da sociedade, das tecnologias e dos saberes. Parte dessa evolução é capturada pela atualização e formação continuada de trabalhadores da educação pertencentes aos quadros da municipalidade. São as evoluções dos currículos e dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Há uma evolução também em relação a novos interesses, práticas e produtos que surgem com dinâmica acelerada e que exigem rápida adaptação.

As oficinas e atividades oferecidas no contraturno escolar, como parte da atividade de educação integral, enquadram-se nessa categoria e necessitam ser revisitadas com mais alta frequência. Com efeito, ainda que as próprias oficinas se mantivessem, o interesse dos alunos por elas se modifica ao longo do tempo, concentrando-se em temas diferentes, exigindo maior aplicação de recursos e pessoal nesses temas em detrimento de outros.

Identificador: 3100340033003200380003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Importante ressaltar também, a relevância da oferta dessas vagas e, sobretudo a permanência na escola de atendimento integral, de maneira que os índices de evasão diminuam com a implantação desses Programas, combatendo a vulnerabilidade de alunos que se encontrem num contexto de vulnerabilidade social que gera crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima comprometida; estas questões sociais devem ser consideradas, pois exercem forte influência sobre o comportamento das famílias e da comunidade.

Existe uma correlação direta entre a qualidade de vida da criança e do adolescente e a qualidade da educação que se propõe a elas. As escolas de tempo integral significam a criação de um espaço e o estabelecimento de um tempo onde a criança e o adolescente podem exercer sua criatividade e espontaneidade sem receio ou riscos, apenas frequentar e participar de uma proposta voltada ao processo de desenvolvimento do ser humano; verdadeiro exercício da autoridade: estabelecer regras e valores, permitindo ao mesmo tempo atos de negociação e neutralização de desvios de comportamento que se afastam das expectativas coletivas.

Assim, o convênio se mostra, nesse caso, a forma ideal, em termos de eficiência e eficácia, para o acompanhamento dessa evolução e atendimento dessas necessidades. É o que vem demonstrando a melhoria dos índices de evasão escolar **(DOC. 41).**

Outro indicador positivo é o avanço no desempenho dos alunos nas avaliações internas realizadas pela Secretaria de Educação **(DOC. 42)** o que também vem demonstrando a relevância dos convênios na recuperação quanto à promoção escolar.

Por esse caminho, as ações resultantes dos convênios, embora ainda não apresentem reflexos diretos no IDEB, precisam ser interpretados de forma mais profunda, pois o IDEB coloca foco em resultados finalísticos, sem considerar as condições que propiciam a obtenção de tais resultados além de a avaliação ocorrer nos últimos anos do ensino

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fundamental, onde os alunos já carregam consigo a formação resultante das políticas educacionais implantadas em anos anteriores.

O foco do trabalho dos convênios é, justamente, construir condições para a melhoria dos índices educacionais, é um trabalho de base cujos resultados serão palpáveis em anos posteriores.

Igualmente, vale dizer que a contração de pessoal por meio dos convênios firmados também se mostrou mais vantajosa do ponto de vista econômico, resultando em economia financeira para o Município, conforme dados constantes nas fls. 56 a 57 e 997 a 998 do processo 34982/13 e cálculos ora acostados **(DOC. 43)**

Não obstante isso, a economicidade também é latente na aquisição dos materiais empregados nas atividades dos convênios, haja vista que a conveniada também está legalmente obrigada a licitar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Vide documentos do certame às fls. 1032 a 1198 do processo 1219/2015 **(DOC. 44)**.

Diante de todo o exposto, ao contrário do afirmado pela fiscalização, tais convênios não foram celebrados para burlar as regras com gastos com pessoal, e nem tampouco devem integral o cômputo das despesas da Municipalidade, vez que conveniar é hoje o meio mais eficiente de se colocar em prática as diretrizes consagradas pela LDB.

Finalmente, há que se ressaltar que conforme comprova a declaração em anexo **(DOC. 45)** ***tais gastos já constam do percentual dos gastos da Fundação da UNITAU e somá-los aos da Prefeitura seria o mesmo que computá-los em duplicidade, o que logicamente é inadmissível.***

- Lei Complementar nº 255/14 Déficit atuarial do regime próprio. – Valor R$ 5.810.909,63

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Aponta o Relatório que ouve a "contabilização indevida" de R$ 5.810.909,63 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e nove reais e sessenta e três centavos) como se não fossem despesas com pessoal, quando, na verdade, deveriam integrar o cômputo das despesas laboriais da Prefeitura.

A importância acima referida é o aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial do IPMT – Instituto de Previdência do Município de Taubaté, com base na Lei Complementar Municipal n° 355, de 10/12/2014 **(DOC. 46)**, classificado na rubrica "3.3.9.1 – Aplicação direta decorrente de operação intraorçamentária".

A fiscalização não concorda com essa classificação, que denomina como "reclassificação", como "transformação" de despesas, que não mais serão captadas pelo sistema AUDESP como despesas de pessoal, na categoria 3.1.9.1., pois passarão a constar na categoria 3.3.9.1.

Ora, a questão toda se prende à natureza dessas despesas.

O Município de Taubaté, em vista de levantamentos atuariais elaborados pelo IPMT, conheceu o prognóstico de déficit futuro no sistema previdenciário municipal e se propôs, com a participação das quatro Entidades integrantes do sistema, a amortizar o déficit delineado no prazo de 35 anos, promulgando a Lei n° 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté, e que autoriza em seu art. 8°, a abertura de créditos adicionais especiais, no orçamento de 2014, para atender despesas com a cobertura do déficit atuarial prognosticado. Fica claro, assim, que essa despesa é para cobertura de déficit atuarial futuro.

Resta claro, assim, que "déficit atuarial futuro" não corresponde a "despesas de pessoal do exercício", inexistindo, portanto, qualquer irregularidade na contabilização da despesa.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Aponta, ainda, o Relatório, que, em decorrência dessa Lei, foram realizados estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, "os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções das despesas com pessoal". É necessário registrar que esses procedimentos foram realizados para atender à determinação legal, contida no art. 11 da LC 355: "*Art. 11 Esta Lei Complementar entra e vigor na data de sua publicação, incidindo seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2014.*"

A classificação dessa despesa, na rubrica 3.3.9.1, também não é gratuita. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, em sua parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, em sua 5° edição, pág. 126 **(DOC. 47)**, registra:

"*Para cobrir o déficit atuarial, o poder público faz uso de transferências de recursos, denominadas transferências previdenciária, entre uma entidade transferidora e uma entidade recebedora, o RPPS. Tais transferências podem ser realizadas por meio de:*

a) Alíquota suplementar, ou
b) Aporte para cobertura do déficit atuarial.

E complementa, na pág. 126:

"*Para o aporte para cobertura do déficit atuarial, devidamente instruído por Lei, o ente registrará uma despesa intraorçamentária (natureza de despesa – 3.3.91397)...*"

Assim, este é o embasamento legal da classificação dessa despesa e dos procedimentos decorrentes, não havendo irregularidade alguma nesse particular e não devendo essa despesa integrar os gastos com pessoal.

- Exclusão dos gastos com PASEP, nos termos da Deliberação TC-A-23996/026/15

Identificador: 3100310033003200330003A0054005200410O Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 198

Como se tudo isso não bastasse, há que se considerar que os gastos com pessoal, foram ainda menores do que os apontados pela d. fiscalização. É que, nos termos da Deliberação TC-A- 23996/026/15 os gastos com PASEP efetivamente não integram os gastos de pessoal.

Conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 48** em anexo foram dispendidos em 2014 a esse título R$ 6.900.025,48 (seis milhões, novecentos mil, vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos). Assim, esse montante deve ser excluído dos gastos com pessoal, chegando-se a um ***percentual real de 52,79%.***

Conclui-se, portanto, que a Municipalidade cumpriu todos os limites legais, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo as contas do presente exercício serem consideradas regulares nesse particular.

B.3.1 – ENSINO:

Neste tópico, **após ajustes**, a fiscalização concluiu que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou **26,79%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Consignou a utilização de **100%** dos recursos recebidos do FUNDEB, atendendo ao contido no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07.

Ademais, verificou a aplicação de **70,33%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Em que pese, a fiscalização verificou que houve descumprimento do princípio da evidenciação contábil, posto que as receitas de aplicações financeiras

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

provenientes de recursos do FUNDEB, no valor de R$ 1.271.325,60, não foram contabilizadas corretamente e, como consequência, o demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp não contempla tal quantia. Verificou que tal fato se deu em virtude de o Município ter registrado erroneamente tais receitas no código de aplicação 260 (Educação - FUNDEB - Recursos Próprios), quando deveria tê-lo feito no código específico para tal finalidade, que é o 263 (Remuneração de aplicações financeiras).

O Relatório apresenta, nas fls. 49 do relatório, a relação entre as receitas de impostos e transferências, no valor de R$ 634.719.924,95, apurada no sistema AUDESP, e as despesas próprias com a Educação, no montante de R$ 166.069.260,63, o que gera um índice de aplicação de 26,16%.

Ocorre que o quadro elaborado apresenta inconsistências, comentadas adiante, o que leva à elaboração de um novo quadro da relação receitas/despesas com a Educação:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
Receitas	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas de Impostos T.R.I.	542.562.249,95	

FUNDEB – RECEITAS		
Retenções	69.825.077,68	
Transferências recebidas	152.061.942,56	
Receitas de aplicações financeiras	1.271.325,60	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB – T.R.F.	**153.333.268,16**	

FUNDEB – DESPESAS		
Despesas com Magistério	107.839.894,62	
Outros Ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Liquidadas com Magistério (mínimo 60%)	107.839.894,62	70,33%

FUNDEB – DESPESAS		
Demais Despesas	45.493.373,54	
Outros Ajustes da Fiscalização (40%)	- 169,19	
Total das Despesas Liquidadas com Magistério (mínimo 60%)	45.493.204,35	29,67%

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Total aplicado no FUNDEB	153.333.098,97	100%

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	69.825.077,68	
Dedução: Ganhos de Aplicações Financeiras – Ficha de Receita 29	-	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12.2014	153.885.564,07	28,36%

Acréscimo: FUNDEB – retenção até 5% - aplicação 1º trim. De 2015	-	
Dedução: Restos a Pagar não Pagos até 31.01.2015	- 1.983.716,18	
Outros ajustes da Fiscalização – Recursos Próprios	- 5.836.284,94	
Aplicação final na Educação Básica	146.065.562,95	26.92%

PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	634.719.924,95	
Despesa Fixada Atualizada	165.153.144,19	
Índice Apurado	26,02%	

Deve ser observado, no quadro acima, que as Deduções de Restos a Pagar até 31 de janeiro de 2015, atingem o montante de R$ 1.983.716,18, conforme demonstra o relatório "Obrigações Pendentes - Restos a Pagar relacionadas ao Ensino" - 2014 **(DOCUMENTO Nº 49)**.

Deve ser registrado também, que o item "Outros Ajustes da Fiscalização (40%)", no valor de R$ 5.720,89, é indevido, pois o que deve ser deduzido *é* a importância de R$ 169,19 (cento e sessenta e nove reais e dezenove centavos), do exercício de 2014, pois os restantes R$ 5.551,70, se referem ao exercício de 2011, conforme comprova os relatórios *"Obrigações Pendentes - Restos a pagar relacionadas ao Ensino - Todos"* e o relatório referente ao exercício de 2014 **(DOCUMENTO Nº 50)**.

No tocante às Receitas, registradas no Relatório em um total de R$ 542.562.249,95, deve ser observado que a Prefeitura de Taubaté considera como receita de impostos a atualização monetária de valores, no valor de R$ 3.112.879,62, o que eleva o total das Receitas para R$ 545.673.129,57 **(DOCUMENTO Nº 51)**.

Identificador: 3100340035003400380003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 200

Esta inclusão está reconhecida no sistema AUDESP, conforme comprovam as imagens de tela anexadas como **DOCUMENTO Nº 52**, que fixa essa receita no código 19.90.99.00 – Outras Receitas

Refeitos os ajustes, será possível verificar que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou efetivamente **26,92%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao comando do artigo 212 da Constituição Federal.

No que se refere à contabilização incorreta das receitas de aplicações financeiras dos recursos do FUNDEB, resta informar que realmente ocorria, de forma errônea, a classificação dessa receita no Código de Aplicação 2600000, conforme mostra o relatório "Cadastro de Receitas Orçamentárias por Fonte de Recursos", o que não possibilitava a sua contabilização no sistema AUDESP.

Todavia, no exercício de 2015, já ocorreu a retificação da classificação, passando para o Código de Aplicação 2630000 **(DOCUMENTO Nº 53)**.

B.3.1.1.3 – AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS:

Restos a Pagar:

A auditoria sugeriu a glosa da quantia de R$ 2.705.317,46, relativos ao saldo de restos a pagar de recursos próprios em 31/01/15.

Nesse sentido, requer-se a inclusão dos restos a pagar de 2013, pagos entre 01/02/2014 e 31/12/2014.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 202

Conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 54**, a Corte de Contas glosou da aplicação no ensino de 2013, a quantia de R$ 1.872.408,85, referente aos empenhos daquele ano (2013) não pagos até 31.01.2014.

O relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 55**, demonstra que em 31.12.2014, existiam empenhos do ensino de 2013, pendentes de pagamento, na importância de R$ 356.426,14.

Com isso, é certo afirmar que a quantia de R$ 1.515.982,71 (R$ 1.872.408,85 - R$ 356.426,14), deve ser acrescido no percentual de aplicação o ensino de 2014, confirmando o atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

B.3.1.2 – DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO:

Neste tópico, a fiscalização verificou que a lei que instituiu o Plano Municipal de Educação não havia sido elaborada até a data da fiscalização.

O Projeto de Lei que institui o Plano Municipal de Educação foi apresentado pelo Executivo ao Legislativo em 18/06/2015 e se encontra em Tramitação na Câmara Municipal de Taubaté desde então, conforme informação constante no site daquela Casa de Leis **(DOCUMENTO Nº 56)**.

Na sequência, fiscalização verificou que o Município de Taubaté ainda não editou lei dispondo sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

O Projeto que abrange o Plano de Carreira do Magistério foi desenvolvido por Comissão Específica, nomeada pelo Sr. Prefeito, por meio da Portaria nº 256, de 30 de janeiro de 2013, alterada pelas Portarias nº 526 e 527 **(DOCUMENTO Nº 57)** e encaminhado à SENJ e à SEAF para análise, como consta do processo nº 29618/2014, tendo sido apontado impedimentos de ordem financeira e legal para a sua pronta implantação.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Termo de encerramento.

Nesta data, encerramos o presente volume, sendo que o volume II inicia-se a partir de fls. 204.

CSEB, em 11 / 08 / 2016

Tania

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

2 Volumes

35 Anexo

1 Expedientes

AGUARDAR ATÉ O DIA __/__/__

OBS.: Ag. Cert Mesa 21/11/14

1.126-14

Vol I

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS – PREFEITURA MUNICIPAL

CONSELHEIRO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

(fls. 3)

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

PROTOCOLO: 0000000000563/026/14 DT.AUTUACAO: 06/01/2014

INTERESS.:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CODIGO: 000.00.00.613
EXERCICIO: 2014 PROCED.INTERNA: UR-7 PORTE MUNICIPIO: G

8ª PROCURADORIA DE CONTAS

A AP. DE
ETORA TECNICA

000563/026/14

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nesta ~~data~~, 11 / 08 /2016,
iniciamos o volume II, dos presentes autos.

Tania C Fontana Fratin
Auxiliar de Fiscalização V

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Ainda neste tópico, a auditoria anotou que as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não foram integralmente cumpridas, dadas as falhas encontradas na aplicação dos recursos e apontadas neste relatório.

Em razão do apontado, cabe esclarecer que ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, compete principalmente exercer atividades de controle que podem resultar no encaminhamento de situações que requeiram providências por parte do Poder Executivo ou dos órgãos de controle e fiscalização, sobretudo em casos que apontam falhas ou irregularidades eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

Em relação ao apontamento de que o referido conselho não teria cumprido todas as suas atribuições no exercício, dados os apontamentos constantes do relatório, entendemos que o apontamento genérico da forma como foi feito inviabiliza a defesa do Município neste momento, até mesmo por que as supostas falhas na aplicação dos recursos também são objeto de discussão.

Ademais, o Conselho realizou a entrega do relatório sobre a prestação de contas do exercício de 2014, o que demonstra sua efetiva atuação **(DOCUMENTO Nº 58).**

Quanto ao Conselho de Alimentação Escolar, a fiscalização verificou que foram encaminhadas atas de apenas duas reuniões ocorridas em 2014, sendo que a primeira delas (reunião de 01/10/14) tratou prioritariamente de assuntos administrativos. Nesta ata consta, ainda, que as reuniões seriam realizadas às primeiras quartas-feiras de cada mês e, portanto, deveria haver pelo menos três reuniões durante o ano, já que o Conselho foi instituído em setembro/2014.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Em análise à documentação encaminhada, a fiscalização verificou que as atribuições de tal Conselho não foram cumpridas, pois não houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009 e dos recursos destinados à alimentação escolar, emissão de parecer conclusivo sobre relatório anual de gestão do PNAE, nem tampouco realização de reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração/adequação do Regimento Interno, em desatendimento dos artigos 2°, I, II e IV e 3°, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 226/2010.

Em relação ao Conselho de Alimentação Escolar, a Secretaria de Educação vem acompanhando e cobrando reiteradamente providências no sentido de que o Regimento Interno seja atualizado **(DOCUMENTO Nº 59)** e as reuniões sigam o protocolo, o que vem sendo observado no presente exercício **(DOCUMENTO Nº 60)**.

Não obstante isso, houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009, sobretudo por que o Conselho emitiu parecer conclusivo sobre o relatório anual de gestão do PNAE nos exercícios de 2013 e 2014 **(DOCUMENTO Nº 61)**.

Acostamos ainda, para a finalidade de apoio, a legislação que rege o Conselho, bem como decretos, regimento interno e atos de nomeação dos membros **(DOCUMENTO Nº 62)**.

Finalizando este tópico, a auditoria verificou os resultados publicados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira IDEB, onde verificou que o Município de Taubaté não atingiu o índice previsto para 2013 (último resultado divulgado). Em 2013, o índice previsto para a 4ª série/5° ano era de 5.9, mas o observado foi de 5.6 e, para a 8ª série/ 9° ano a meta era de 5.3 e o resultado alcançado de apenas 4.6.

Ademais, observou também que o índice Municipal na 4ª série/5° ano é inferior ao Estadual.

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 208

Com a devida vênia, os índices considerados pelo TCE não refletem os resultados das políticas educacionais adotadas por esta Gestão, tendo em vista que, em se tratando da política defendida, sobretudo a do Ensino em Período Integral, é necessária a consolidação do aprendizado pelos alunos.

Desse modo, a avaliação de alunos do 5º e 9º em 2013 reflete o aprendizado desses alunos ao longo de toda sua vida escolar pregressa, ou seja, desde 2009 e 2005. respectivamente, sendo impraticável estabelecer uma relação direta entre as políticas atuais e o resultado obtido em 2013. Tanto o é, que o próprio IDEB é realizado com periodicidade bienal.

B.3.2 – SAÚDE:

Após ajustes, a fiscalização verificou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou **25,79%** das receitas de impostos nas ações e serviços da saúde, superando com folga o piso mínimo constitucional de 15%.

Em que pese, observa-se que a equipe de fiscalização promoveu ajustes nos cálculos do ensino, para os quais deixamos de apresentar as justificativas pertinentes nesta defesa, o que, no entanto, não permite a conclusão de que pactuamos com as mesmas, requerendo, desde já, a oitiva da Assessoria Técnica Especializada dessa Corte de Contas.

B.3.2.2 – OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL:

Ainda no tocante à saúde, a auditoria aponta falhas no planejamento inicial das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", não tendo apurado ações destinadas ao combate à dengue, apesar do elevado número de casos no exercício analisado.

Identificador: 310034003500340033003A00540052004100430045 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Ressaltou que no âmbito do Município de Taubaté houve a instauração da CEI da Dengue na Câmara Municipal de Taubaté, a qual não havia sido concluída até a data da fiscalização.

Ademais, apontou que em 2013 foram registrados 598 casos e, em 2014, 9.402 casos, ou seja, um aumento de 1472% no número de casos registrados no período, consoante dados disponíveis no sítio eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológico "Prof. Alexandre Vranjacu", vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Concluiu que em 2014 o Município de Taubaté foi responsável por 40,83% dos casos de dengue da região (considerando os municípios subordinados ao Departamento Regional de Saúde XVII, do Governo Estadual).

Apesar da perspicácia do ilustre auditor, deve a Corte de Contas observar que a Prefeitura de Taubaté jamais se manteve inerte em relação ações e programas de combate à dengue.

Somente no ano de 2014, para aquisição de bens e materiais de consumo, foram gastos R$ 356.668,76, que foram utilizados exclusivamente no combate à Dengue.

Foram realizados gastos indiretos expressivos, que estão relacionados as campanhas publicitárias, outdoor, panfletos entregues nas escolas e estabelecimentos comerciais, mobilizações em ruas e praças, bem como os atendimentos nas Unidades de Urgências e Emergências e nas Unidades Básicas de Saúde, que não são contabilizados diretamente, mas que colaboram efetivamente na prevenção, combate e tratamento da Dengue.

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 210

Além dos valores acima descrito, há os valores despendidos com os recursos humanos que laboram diretamente na prevenção da dengue, adimplemento de horas extras para execução da prevenção em horários expandido e nos finais de semana, diminuindo as pendências das ações casa a casa contra a dengue.

Desta forma, é impertinente a conclusão de que não houve planejamento adequado e as ações necessárias ao combate da Dengue.

Ademais, é importante destacar que além dos fatores financeiros, é necessário levar em consideração as atividades que foram/desenvolvidas para combate ao mosquito *Aedes aegypti*, como constam no Programa de Controle, Plano de Intensificação das Ações, Plano de Comunicação e Mobilização e Alerta Xô Dengue, sendo este último, distribuído para todas as autoridades do Município.

Ainda no ano de 2014, a Secretaria de Saúde instituiu o Comitê Municipal de Combate à dengue, que envolveu todas as Secretarias do Município, SUCEN, Câmara Municipal, COMUS e demais representações existentes no Município, ampliando a divulgação e ações de combate e prevenção a Dengue.

Vale lembrar que o Plano Municipal de Dengue foi encaminhado e aprovado no Conselho Municipal de Saúde.

Cumpre ressaltar que por mais que se invista no combate e prevenção a Dengue, a efetividade das ações sempre deve vir acompanhada da participação popular, responsáveis diretos pela eliminação dos criadouros dos mosquitos transmissores da doença.

Por fim, informamos que a apuração iniciada na Câmara Municipal foi um ato desprovido de fundamentação, pois além de não conseguir concluir o relatório, por falta de apontamento de irregularidades das ações da Secretaria de Saúde, em

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 220

audiência Pública sobre a Dengue, na data de 21 de maio de 2015, os vereadores presentes reconheceram a efetividade das ações dos responsáveis pelo combate à Dengue, sendo corroborada pelo Presidente da referida audiência.

Como **DOCUMENTO Nº 63**, junta-se amplo relatório elaborado pela equipe de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando todas as ações adotadas e os resultados alcançados, afastando definitivamente o apontamento da equipe de auditoria.

B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

Neste tópico, verificou-se que até o momento da fiscalização o Município não havia assumido os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.

Sobre tal questão, restou informado à equipe de auditoria que o motivo para a ausência de assunção é a tentativa da Prefeitura em melhorar as condições de transição do Parque de Iluminação Pública.

Atualmente, a Secretaria de Serviços Públicos está promovendo a avaliação da minuta do Termo de Transferência dos Ativos da Iluminação Pública para posterior encaminhamento ao Chefe do Executivo.

B.4.1.1 – PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL ANUAL:

Neste tópico, apesar de acusar a integralidade dos pagamentos devidos para o exercício de 2014, a fiscalização acusou divergências entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela Prefeitura de Taubaté e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis não registra de forma fidedigna a importância

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 222

efetivamente devida e paga pelo Município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal e da evidenciação contábil.

Ainda em relação aos precatórios, a fiscalização acusou a ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça através de Depósito Judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

Por fim, a fiscalização verificou o pagamento de requisitório de baixa monta incidente em 2014, no valor de R$ 1.350,44, somente em 16/04/2015.

Quanto aos valores de saldo de precatórios e em relação aos pagamentos da parcela anual de 2014 e acordo celebrado junto ao DEPRE observamos que a Municipalidade tem buscado adequar seu saldo de precatórios aos valores apontados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de forma a se evitar novos apontamentos relacionados a essa questão.

Nesse sentido, cabe destacar que o Executivo Municipal, durante a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas, buscou demonstrar de forma bastante clara as medidas adotadas para adequar o saldo de precatórios conforme consta no Relatório de Fiscalização, sendo juntado juntamos ao presente Ofício encaminhado pelo Sr. Prefeito ao Desembargador Coordenador da DEPRE, ofício este em que o Município solicita composição dos valores apurados pela DEPRE para que fosse possível efetuar as adequações necessárias no saldo de precatórios.

Por meio do Ofício EP-19890/2015, foi fornecido ao Município somente o valor de saldo por credor, o que foi insuficiente para uma adequação dos valores que satisfaça o pretendido pelo Tribunal de Contas em seus apontamentos.

Em que pese, é certo e indiscutível que o Município de Taubaté não tem se mantido inerte quanto essa questão, já que providências estão em trânsito para

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 223

regularizar os registros contábeis em consonância com os registros realizados pelo Tribunal de Justiça.

Em relação à questão da contabilização dos valores que são depositados em conta administrada pelo Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios apontados a fls. 63 e 64 observamos que houve aparente equívoco na somatória dos valores liberados em 2014 pela DEPRE, uma vez que o total liberado é de 11.819.150,89 e não R$ 11.820.150,89 conforme valores liberados pela DEPRE que juntamos ao presente.

Por fim, quanto ao requisitório de pequeno valor objeto do Processo n° 42.372/2009, cabe destacar que o Ofício Requisitório expedido em 12/05/2011, recebido em 18/05/2011 pela Municipalidade não havia sido encaminhado para pagamento até 08/04/2015, data em que a Secretaria dos Negócios Jurídicos, atendendo determinação judicial, solicitou informações sobre o pagamento o oficio requisitório em questão, sendo que somente após verificação de que não foi efetuado nenhum pagamento é que o processo em questão nos foi encaminhado para providencias relacionadas ao pagamento que se efetivou em 17/04/2015.

B.5.3 – DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE:

a) Adiantamentos

O relatório aponta que há comprovantes de despesas realizadas com alimentação sem especificação de qualidade e valores unitários, dando como exemplo o Processo administrativo n° 46/2014 **(DOC. 64)**

Este processo registra despesas de alimentação com atletas da Secretaria de Esportes, competindo em diversas cidades do Estado, conforme se vê nas Notas Fiscais anexadas ao processo. Como também se vê nessas notas o documento fiscal emitido sempre indica o número de pessoas atendidas, o item de alimentação e seu valor unitário. É

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 023

mais do que corriqueiro, que essas delegações procurem pontos de alimentação onde o valor da alimentação é fixo, ficando livre ao consumidor servir-se à vontade.

Prova disto está nos comprovantes de fls. 21 do referido processo, emitidos sempre pelo mesmo valor, o que significa "preço por pessoa", o que não fere em momento algum a regularidade das despesas bem como os princípios da moralidade e da legalidade, vez que há a devida especificação de quantidades e valores.

Contudo, para evitar futuros sobressaltos, a Administração estará recomendando, especialmente a área de Esportes que, sempre, se não houver contratempo maior, procure locais de alimentação onde seja possível fazer a discriminação completa da refeição. .

A observação sobre o Processo Administrativo nº 017/2014 é de outra natureza: ausência de cópias xerográficas de comprovantes em papel para PAV ("impressão térmica", na linguagem comum). Realmente ocorreu a falha neste processo, pois habitualmente é feita a cópia xerográfica do comprovante, sendo os responsáveis do setor já devidamente alertados para que isso não mais ocorra.

Além disso, é de suma importância relatarmos que não medimos esforços no sentido de se implementar a todo custo a transparência dos gastos públicos, sendo realizados no exercício adiantamentos apenas em situações extremas. A Municipalidade realmente agido com zelo em relação as despesas públicas e que pequenas falhas formais não podem macular as contas "in examine".

b) Convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU

- Convênio Creches – Processo nº 34982/13

I) Do ajuste

Identificador: 3100310033003A0033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 025

Inicialmente anotam os agentes de fiscalização que referido convênio está sendo tratado em autos próprios **TC – 979/007/14**, fazendo, contudo, diversos comentários acerca da execução do ajuste, que a seguir esclareceremos.

II) Da execução do convênio

Anota a fiscalização em relação ao convênio que "embora tenha sido firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, sua operacionalização se deu através da Fundação Universitária de Taubaté – FUST."

Acerca da questão cumpre-nos esclarecer que a intervenção da FUST, enquanto Fundação de Apoio à Universidade de Taubaté se dá de forma subsidiária, apenas no âmbito da gestão econômico-financeira do Convênio.

O núcleo das atividades socioeducativas e de apoio à Educação Infantil, que inclui treinamento e orientação de pessoal, organização, acompanhamento e outros é feito pela Universidade de Taubaté, e é próprio de sua competência enquanto instituição acadêmica, de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Trabalho foi aprovado quando da assinatura do convênio e está em acordo com o §1°, II, do art. 116 da LF n° 8.666/93, pois prevê metas a serem atingidas por meio do ajuste, sendo que o seu cumprimento pela conveniada foi amplamente fiscalizado pela Secretaria de Educação de Taubaté, de modo que os resultados planejados e obtidos podem ser visualizados de forma clara nos relatórios apresentados pela conveniada **(DOC. 65)** e no relatório anual da Secretaria de Educação **(DOC. 66)**, constantes das fls. 67 a 174 e 175 a 180 do processo 15606/2015.

Quanto ao salário de auxiliares de desenvolvimento infantil tem-se que o valor adotado no convênio seguiu os parâmetros do mercado, garantindo a economicidade do ajuste, o que restou demonstrado às fls. 56 a 57 e 997 a 998 do processo

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 226

34982/13, sendo essa questão da economicidade já tratada anteriormente **(VIDE DOC. 43 NOVAMENTE)**

Em relação ao aditamento que acresceu 11,84% no valor dos repasses o mesmo fez frente aos dispêndios discriminados às fls. 928 a 954 do processo 34982/13 **(DOC. 67)**, sendo comprovados nos relatórios citados anteriormente.

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Os valores repassados e as despesas realizadas foram devidamente fiscalizados pela Secretaria de Educação, conforme documentos constantes às fls. 188 a 359 do processo 15606/15 **(DOC. 68)**.

Ademais, outros esclarecimentos acerca das prestações de contas também foram prestados pelo setor de auditoria da Municipalidade **(DOC. 69)**, que é bastante atuante e confere todos os documentos antes de liberar os repasses.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Essa questão já foi amplamente debatida no item "Gastos com pessoal" e para não sermos repetitivos nos remetemos aos esclarecimentos lá anteriormente ofertados, sendo de se ressaltar mais uma vez que ao contrário do afirmado pela fiscalização o convênio não foi celebrado com a finalidade de burlar o limite de despesa de pessoal previsto na LRF.

V) Das responsabilidades da Prefeitura

Acerca das anotações constantes desse item, repisa-se os esclarecimentos já anteriormente prestados e ressalta-se que conforme constam das prestações de conta, os recursos foram empregados em consonância ao disposto no parágrafo segundo da

Identificador: 3100340035003200380003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 826

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Cláusula Quinta do Termo de Convênio, pois sua destinação seguiu o previsto nos itens "a" a "e" da mesma cláusula, não existindo, portanto, qualquer irregularidade nesse particular.

E mais, ao contrário do afirmado pela fiscalização, Secretaria Municipal de Educação fiscalizou sim a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades, de acordo com os parâmetros definidos no Termo de Convênio e no Plano de Trabalho, tendo consubstanciado os apontamentos inerentes a tal ação no relatório anual constante das fls. 175 a 180 do processo 15606/2015 já anexado aos autos **(DOC. 66, NOVAMENTE)**, tendo o referido relatório sido ainda complementado pelo que ora anexamos como **DOCUMENTO Nº 70.**

Convênio Monitores – Processo nº 8116/13

I) Do ajuste

Conforme consta dos autos, também esse convênio está sendo tratado em autos próprios **TC – 144/007/15**, não devendo portanto, ser motivo de análise nas presentes contas. Contudo, a d. fiscalização, acerca da matéria teceu diversas considerações que passamos a esclarecer.

II) Da execução do convênio

Acerca da anotação da intervenção da FUST na execução do convênio cabem aqui os mesmos esclarecimentos já anteriormente prestados, sendo de se ressaltar que essa intervenção se dá de forma subsidiária, apenas no âmbito da gestão econômico-financeira do Convênio, por questões meramente operacionais.

Vale dizer que as metas estabelecidas no Convênio dirigem-se à melhoria da qualidade do atendimento educacional no Município, à busca da formação integral do aluno e à inclusão social dos alunos.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Elas se materializam no oferecimento, em contraturno escolar, de atividades didáticas e paradidáticas que ampliem os horizontes dos alunos (culturais, sociais, formativos) e, ao mesmo tempo, apoiem o processo educativo que ocorre no turno escolar regular. A mensuração de tais metas se dá por meio da verificação da realização efetiva das atividades (oficinas, estudos) e do número de alunos atendidos pela Educação Integral.

O Plano de Trabalho foi aprovado quando da assinatura do convênio e está em acordo com o §1°, II, do art. 116 da LF nº 8.666/93, pois prevê metas a serem atingidas por meio do ajuste, sendo que o seu cumprimento pela conveniada foi fiscalizado pela Secretaria de Educação, de modo que os resultados planejados e obtidos podem ser visualizados de forma clara nos relatórios apresentados pela conveniada e no relatório anual da Secretaria de Educação, todos constantes das fls. 360 a 380 e 381 a 386 do processo 15606/2015 **(DOCS. 71 E 72)**.

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Os valores repassados e as despesas realizadas foram devidamente fiscalizados pela Secretaria de Educação, conforme documentos constantes às fls. 387 a 480 do processo 15606/2015 **(DOC. 73)**.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Para não sermos repetitivos remetemos Vossa Excelência aos esclarecimentos já anteriormente prestados sobre a questão.

V) Das responsabilidades da Prefeitura

Também aqui as questões são repetitivas acerca do assunto, e todos os esclarecimentos já foram devidamente prestados.

Identificador: 3100310093003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

Ressalte-se apenas que as atividades foram devidamente fiscalizadas e prestadas a contento conforme consta dos relatórios de atividade já anexados **(VIDE DOC. 72, NOVAMENTE)**, tendo sido referido relatório complementado pelo que ora se anexa como **DOCUMENTO Nº 74.**

Pela extensa documentação ora anexada pode-se ter uma idéia da importância dos trabalhos desenvolvidos pelos referidos convênios, sendo as atividades desenvolvidas com excelência e dinheiro público bem aplicado em benefício da população taubateana.

B.5.3.1 – GASTO COM COMBUSTÍVEL:

Inicialmente, a fiscalização verificou que a despesa de combustível se mostrou compatível com o número de veículos da Prefeitura Municipal.

Observou-se, porém, que o valor informado pela Prefeitura (R$ 2.390.534,54) apresenta divergência em relação ao enviado ao Sistema Audesp, empenhado no subelemento 33903001 e utilizado para compra de combustível (montante empenhado líquido de R$ 2.771.159,72, liquidado de R$ 2. 406.089,54 e pago de R$2.350.807,00).

Sobre tal questão, cabe informar que no exercício de 2014, o elemento 33903001, que trata de despesas com Combustíveis e Lubrificantes Automotivos, teve um total de empenhamento no valor de R$ 2.928.743,47, liquidado o valor de R$ 2.563.673,29 e pago o valor de R$ 2.508.390,75.

A divergência de valores apontada pela auditoria se deu em virtude de na ocasião terem sido informados os valores utilizados com os seguintes combustíveis: gasolina e óleo diesel, e o elemento 339001 o qual se refere a auditoria, engloba também valores referentes a outros produtos, como graxa para rolamentos, óleos lubrificantes, shampoos automotivos, entre outros.

Identificador: 3100340035003400330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 029

Neste sentido, segue cópia dos relatórios analíticos das referidas contas contábeis **(DOCUMENTO Nº 75)**, demonstrando a inexistência de divergências quanto as despesas de consumo de combustíveis.

B.6 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS:

Após testes, a auditoria acusou a correta adequação dos setores de almoxarifado e bens patrimoniais.

Quanto ao setor de tesouraria, a fiscalização verificou divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

Como antou a própria equipe de auditoria, após o mês de abril de 2014, as divergências foram regularizadas.

B.8 – ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:

Neste tópico, através do Sistema Audesp, a auditoria verificou que no exercício de 2014 foram realizados 101 pagamentos, no valor total de R$ 28.945.654,68, fora da ordem cronológica de pagamentos, para o que não houve atendimento ao art. 5° da Lei n° 8.666/93.

A quebra cronológica apontada não ocorreu para privilegiar alguns credores em detrimento de outros, mas por razões impeditivas e momentâneas de pagamentos. A análise dos casos, que são encontrados em relatório do AUDESP **(DOCUMENTO Nº 76)**, justificam o procedimento acima.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camaratatuibate/autenticidade fls. 220

Empenho nº 1452/2014: o pagamento foi suspenso conforme determinação do Secretário de Obras, que solicitou um levantamento detalhado dos serviços efetivamente executados **(DOCUMENTO Nº 77)**, tendo a Tesouraria tomado conhecimento de seu teor através do memorando encaminhado pela Secretaria de Administração e Finanças **(DOCUMENTO Nº 78)**.

Empenho no. 4606/2014: o boleto do seguro obrigatório dos veículos da Municipalidade foi emitido pelo setor responsável de forma ilegível, o que impossibilitou a sua quitação na data aprazada, sendo os boletos devolvidos para nova emissão.

Empenho no. 1425/14: embora a liquidação tenha sido efetuada, o pagamento não foi realizado em razão da empresa não cumprir a cláusula sétima, item 7.4, do contrato assinado **(DOCUMENTO Nº 79)**. O mesmo ocorreu com o **empenho no. 9540/14**: a liquidação foi efetuada; contudo a empresa não cumpriu a cláusula sexta, item 6.6, do contrato assinado **(DOCUMENTO Nº 80)**. Diante do não cumprimento das citadas cláusulas contratuais, ambas empresas encaminharam prorrogação da data de vencimento em razão da irregularidade apontada.

No mais, em relação aos empenhos nº 1452/14, 4606/14 e 1425/14, houve suspensão de pagamento por motivo relevante, não caracterizando a intenção de privilegiar terceiros.

Nos demais casos apontados, empenhos nº 1011/14, 3317/14, 3449/14, 8163/14, 8332/14, 3161/14, 4718/14 e 3495/14, houve uma divergência entre as datas de vencimento registrada na liquidação e a data registrada na Ordem de Pagamento, conforme se comprova através dos relatórios anexos **(DOCUMENTO Nº 81)**

Em tempo, através do referido relatório observa-se que os pagamentos foram efetuados de acordo com as datas de vencimento que constam nas respectivas Ordens de Pagamentos.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

No que tange ao **Empenho no. 2379/14**, as datas de liquidação, vencimento e pagamento são iguais (vide documento 78). No relatório da AUDESP aparece como se o empenho 3161/14 tivesse sua data antecipada em relação à data do empenho 2379/14, mas, conforme mencionado acima, o empenho 3161/14, apresenta divergência entre as datas de liquidação e de vencimento da Ordem de Pagamento.

Assim, as divergências apontadas no relatório da AUDESP são em relação à data de vencimento da liquidação e a data de vencimento da Ordem de Pagamento, não caracterizando quebra cronológica de pagamentos e/ou "preterimento de pagamento", conforme demonstrado.

Não há, portanto, nenhum a falha capaz de comprometer a APROVAÇÃO das Contas Anuais de 2014 da Prefeitura de Taubaté.

C.1 – FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS:

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO:

Anota inicialmente a d auditoria supostas falhas analisadas em conjunto, por se tratarem em seus dizeres de irregularidades comuns ao órgão em diversos processos. A seguir passamos a esclarecê-las:

a) Falhas no Planejamento da Administração

Esse apontamento foi realizado pela d. auditoria (fls. 83/85 do relatório) pelo fato de terem ocorrido aditamentos às Concorrências nº 12/13 05/13 de serviços, que nos dizeres dos agentes de fiscalização, já deveriam compor o objeto do contrato.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Com a devida vênia dessa anotação, já de plano podemos afirmar que ambos os casos trataram-se de situação excepcionais e que não causaram qualquer prejuízo à administração, vez que os aditamentos ficaram dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Licitações, tendo sido todos eles devidamente justificados conforme verifica-se do Memorando elaborado pelo Secretário de Obras, que ora anexamos como **DOCUMENTO Nº 82** .

Do referido memorando em relação a Concorrência 12/13 destacamos finalmente que: "***A soma do valor contratual de R$ 1.899.478,42 mais o valor do aditamento de R$ 401.659,24 totaliza R$ 2.301.147,66, excluindo o valor suprimido de R$ 471.484,69 apuramos que o custo final das obras foi de R$ 1.829.652,97 que dividido pela área efetivamente construída de 2.492,98 m2 bos dá um custo de R$ 733,92 por metro quadro, muito abaixo dos valores de mercado praticados normalmente por entidades públicas.***", demonstrando definitivamente a vantajosidade do ajuste.

Ademais, podemos afirmar que a Municipalidade de Taubaté, quando da elaboração de seu projeto básico, preencheu todos os requisitos necessários à caracterização como tal, sendo fornecidos elementos suficientes para a execução dos serviços, das especificações dos serviços licitados, tendo sido a obra devidamente concluída **(DOC. 83)**

Contudo, é inegável que o interesse público é mutável, e, em face disso, permite-se que o contrato seja ajustado à nova feição ou aos novos reclames da Administração.

No que toca ao contrato celebrado com a Administração Pública, oportuno trazermos à baila os ensinamentos do renomado administrativista Diógenes Gasparini: ***"Os contratos administrativos observam um regime jurídico próprio, estatuído pelo Direito Administrativo e indicado em cláusulas exorbitantes. Dito regime é marcado, na sua essência, pela possibilidade que tem a Administração Pública contratante, em razão do interesse público, de, em relação ao ajuste celebrado, modificar a execução a cargo do contratado, de rescindir o ajuste antes do termo fixado, de aplicar sanções e de intervir***

Identificador: 3100310033003400330003A00540052004100 Conferência em http://www.aplonline.com.br/camarataubate/autenticidade

provisoriamente na execução do ajuste nos casos em que seu objeto é a prestação de serviços essenciais." [1] (g.n)

Complementando os ensinamentos supra referidos, no que concerne às prerrogativas da Administração Pública e as chamadas cláusulas exorbitantes, acentua a Professora Maria Sylvia Zanelaa Di Pietro[2]que: ***"são cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado".*** (g.n)

Neste sentido, temos que os limites eventualmente estabelecidos pelo legislador para a alteração dos contratos administrativos **devem ser acolhidos sob o prisma da persecução do que é melhor ao interesse público.**

Com efeito, não é controverso que o regime de direito público confere à **Administração o poder de permanentemente adequar o vínculo contratual ao *interesse público*, que se modifica, naturalmente, com o passar do tempo.**

É justamente para garantir a satisfação do interesse público que a Lei confere prerrogativas especiais para a Administração Pública dentro da relação contratual.

Tais prerrogativas autorizam a Administração a impor modificações nas prestações devidas em função das necessidades públicas, aplicar sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do ajuste, **modificar unilateralmente o contrato para correta adequação às finalidades de interesse público** e outras, sempre respeitando o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

De fato, a possibilidade de alteração dos contratos administrativos é prevista no ordenamento pátrio. Isto porque não pode a Administração

[1] GASPARINI, DIÓGENES – DIREITO ADMINISTRATIVO – 7ª EDIÇÃO – SARAIVA – SÃO PAULO, 2002. P. 524
[2] *IN* "DIREITO ADMINISTRATIVO", EDITORA ATLAS, 19ª EDIÇÃO. P. 273.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Pública ficar aprisionada aos acordos de vontade que firma, se o interesse público, do qual é gestora, reclamar outro comportamento.

Seria absurdo pensar em hipótese na qual o *interesse público* exija determinada alteração do instrumento contratual e esta simplesmente não pudesse ser implementada em face da "*imutabilidade do contrato pactuado*".

Quanto à questão, Cristiana Fortini, discorrendo sobre "As alterações contratuais: o desafio do intérprete", na obra "Licitações e Contratos Administrativos – Aspectos Relevantes"[3] defende que: ***"O interesse público não é estanque. Para concretizá-lo, cumpre adotar medidas que se alteram com o decorrer do tempo. Se em dado momento a solução ótima para que tal interesse seja prestigiado esta no cumprimento de certa diligência, no momento seguinte é preciso outra estratégia, sob pena de não se alcançá-lo.***

(...)

Todavia, já se pacificou na doutrina a noção de que os contratos podem sofrer mutações após sua formalização, sempre que assim recomendar o interesse público." (g.n)

Nesse diapasão, a Prefeitura Municipal de Taubaté verificou a real necessidade de adequar os Contratos aos fins almejados, sendo necessária a celebração dos Termos de Aditamento que aqui se questiona. Ressalta-se que, a Municipalidade, em prestígio ao Princípio da Motivação, tratou de expor no processo administrativo licitatório as razões e motivos que ensejou o instrumento.

Do exposto, diante da necessidade de modificações quantitativas no objeto, a Municipalidade ao celebrar os Termos de Aditamento objetivou adequar a contratação ao atendimento dos fins públicos a que se destina o empreendimento, não havendo que se falar em falta de planejamento da administração.

b) Ofensa à ampla competitividade

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse item específico anota a fiscalização que a eleição do método/produto referido na Concorrência 01/13 sem as devidas justificativas técnicas acabou por restringir a competitividade do certame.

Inicialmente temos que esclarecer que o certame contou com diversos participantes e ampla competitividade, conforme comprova a Ata da sessão já constante dos autos (FLS. 2355/2356 DO ANEXO XII), **tendo havido 12 (doze) participantes e 08 (oito) empresas habilitadas,** dessas apenas uma foi inabilitada por ter apresentado atestado conforme exigido no edital e nenhuma delas recorreu da decisão da Comissão.

Ademais, a definição do objeto é discricionariedade da administração e foi devidamente justificada pelo setor técnico de engenharia da Municipalidade, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 84** em anexo.

No tocante ao Convite nº 13/13 aponta o relatório que no procedimento duas das quatro empresas participantes foram inabilitadas. Apesar disso, ao reabrir o certame a administração convocou as mesmas anteriormente chamadas, sem oportunizar a participação de outras empresas do ramo.

A Municipalidade ao repetir o certame, nos termos da Lei nº 8.666/93, convidou as mesmas anteriormente convidadas acrescendo mais uma nova empresa **(DOC. 85)**, ao contrário do afirmado pela d. fiscalização, não havendo irregularidade nesse procedimento.

c) Falha na precisão do objeto a ser licitado

A fiscalização anota ainda em relação ao Convite nº 13/13 que houve falha na descrição dos serviços licitados.

[3] EDITORA FÓRUM – 2ª EDIÇÃO, P. 23

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

A respeito dessa questão cumpre-nos esclarecer que inicialmente o Memorial descritivo foi extraviado. Por esse motivo a comissão o solicitou à Secretaria de Finanças, que re-encaminhou através do Memorando mencionado pela fiscalização, onde consta a completa descrição dos serviços a serem executados **(DOC. 86),** sanando, dessa forma, a suposta falha apontada.

E mais, ao contrário do alegado, referido ajuste permitiu o atendimento de inúmeras necessidades e interesses da Municipalidade, que surgiram ao longo do exercício de 2014, especialmente em face do descritivo constante no item 6 do objeto (elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatização, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades), tendo a contratada comparecido praticamente semanalmente na Secretaria de Finanças durante o exercício "in examine".

Ademais, a alegada falta de precisão do objeto não impediu que a contratada tenha executado uma série de trabalhos solicitados pela Municipalidade, como os levantamentos efetuados para instrução do Projeto PMAT e também pelo suporte técnico em estudos e análise de natureza econômica e financeira necessários à elaboração de consultas e projetos para obtenção de recursos de fontes externas.

d) Terceirização de atividades da Administração

Em relação à Carta Convite nº 15/13, cujo objeto era a contratação de empresa para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana, visando atender a exigências do Ministério das Cidades.

Conforme verifica-se do **DOCUMENTO Nº 87** em anexo, tratou-se de projetos bastante complexos e que possuíam normas e regras específicas e, ao contrário do que afirma a fiscalização, a Municipalidade não possuía pessoal qualificado para

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

elabora-los, não tendo como se exigir que a Administração Pública tenha em seu Quadro de Servidor, Profissional com esta especialização.

Com isso, o critério utilizado foi o da economicidade, posto que não há sentido a Administração utilizar do concurso público para um cargo com essas especialidades, cujo salário seria em patamar elevado, observando ainda, que não se trata de um serviço contínuo, mas sim de um estudo específico que foi satisfatoriamente realizado.

O mesmo se diz no tocante à Carta Convite nº 13/13 e a TP 11/14 **(DOC. 88)** que diz respeito a projetos específicos a serem desenvolvidos, não representando de maneira alguma terceirização de atividade-fim da administração e sim serviços pontuais.

e) Ausência de comprovação da entrega dos convites

Nesse particular aponta que nas cartas convites analisadas (15/13 e 13/13) não constam a comprovação efetiva da entrega dos convites às empresas selecionadas estando anexado apenas os comprovantes de envio de e-mail.

A Municipalidade realiza pouquíssimas cartas convites e muitas vezes embora solicitado no e-mail, as empresas convidadas sequer o respondem. Contudo, já no exercício de 2015 tal procedimento foi alterado conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 89** em anexo, restando totalmente regularizada tal questão.

f) Desvinculação ao Instrumento Convocatório

Aponta nesse item a ocorrência do Pregão nº 27/14 no qual acabou por ter sido assinado contrato em dissonância com a previsão do edital no tocante ao prazo de entrega.

O que ocorreu aqui foi que se utilizou por equívoco a primeira versão da minuta de contrato constante do edital. Contudo tal falha possui natureza meramente

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

formal, vez que não houve prejuízo ao Município, tendo sido a entrega realizada em período até menor do que trinta dias e a garantia estendida para 12 meses **(DOC. 90).**

A empresa contratada também não se sentiu prejudicada vez que assinou o ajuste e o cumpriu regularmente, não tendo tal falha o condão de macular as presentes contas.

g) Falhas na formalização das Dispensas e Inexigibilidades

Apontam os d. agentes de fiscalização a existência alguns vícios no tocante a justificativas de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme a seguir esclareceremos.

Acerca da Dispensa 09/14, reclama a falta de especificação de quais servidoras realizariam o curso contratado. Sanando tal apontamento, segue como **DOCUMENTO Nº 91** a declaração da contratada atestando a participação das servidoras Renata Lanziloti dos Reis Barbosa e Odila Maria Sanches no referido curso.

Em relação a Inexigibilidade nº 04/14 que diz respeito a contratação de serviços de tabelionato de registro de imóveis títulos e documentos (cartório) reclama a d. fiscalização que constava da requisição a contratação também de cópias reprográficas, o que não seria cabível.

Contudo, conforme verifica-se do **DOCUMENTO Nº 92** em anexo a d. Procuradoria do Município em seu parecer já havia alertado acerca de tal impossibilidade, não tendo na ordem de serviço constado a contratação das cópias. Aliás, ao final nada foi gasto a esse título, conforme comprova a anulação do empenho também anexado no mesmo documento **(DOC. 92, novamente)**.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 230

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

No tocante Inexigibilidade nº 07/14 que trata do fornecimento de créditos de vale transporte, apontou a fiscalização que houve empenho em atraso, sendo tal falha verificada pela administração que abriu sindicância para apurar os fatos.

Assim, segue em anexo o **DOCUMENTO Nº 93** que trás a conclusão da referida sindicância, onde foi constatada a ausência de má-fe e se procedeu advertência aos responsáveis para que falhas da espécie não mais ocorram, sob pena de aplicação de falhas mais severas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 01/90.

Apontou também a fiscalização, a ocorrência de alguns equívocos na contratação de profissionais do setor artístico.

A título de exemplo citou a Inexigibilidade 20/14 – Três Tenores Brasileiros, na qual reclama que a empresa LEGATO EVENTOS MUSICAIS LTDA., não seria empresária exclusiva dos artistas contratados.

Conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 94** em anexo a referida empresa é sim representante dos Três Tenores Brasileiros, tendo firmado contratos em diversos locais em nome deles, não havendo, por isso, qualquer irregularidade na contratação.

A mesma irregularidade foi apontada em relação a Inexigibilidade nº 17/14, na qual a empresa QUASE CINEMA PRODUTORA LTDA. não seria empresária exclusiva da artista Valéria Guglietti.

Com a devida vênia dessa anotação, a referida empresa é sim produtora teatral conforme verifica-se de seu contrato social e seu cartão de CNPJ **(DOC. 95),** sendo possível portanto sua contratação, por inexigibilidade para referido espetáculo. Ademais, a mesma empresa já firmou diversos outros contratos com o Poder Público para apresentações culturais, inclusive representando legalmente outros artistas **(DOC. 96).**

Identificador: 3100310033003A0034003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

Nesse item apenas apontou a d. auditoria que a Prefeitura "não realizou negociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS, estando em fase de estudos".

Trata-se de matéria bastante controvertida e a renegociação não é de fácil aplicação, vez que envolve diversas peculiaridades em relação aos fornecedores e aos contratos em que ela será aplicada. Contudo, a Municipalidade determinou que fossem realizados estudos por parte da área de auditoria, bem como o levantamento de todos os ajustes, o que demanda tempo conclusão e que gera muitas vezes até inviabilidade na mencionada negociação.

C.2.2 – CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO:

a) Ausência de publicação na imprensa oficial:

Anotou-se que a publicação dos contratos não ocorreu junto a imprensa oficial, citando como exemplo diversas páginas dos anexos, conforme verifica-se às fls. 97 do relatório.

Ao analisar referidas folhas dos autos verifica-se que tratam exatamente de publicações de diversos ajustes junto à imprensa oficial do Município, motivo pelo qual causou-nos estranheza a anotação da d. auditoria, cabendo aqui os mesmos esclarecimentos já anteriormente prestados quando da anotação da inexistência de publicação das inexigibilidades **(VIDE DOC. 100, NOVAMENTE).**

b) Ausência de aplicação das sanções cabíveis:

Anota a fiscalização nesse item que através do Processo nº 11055/14 a Prefeitura Municipal contratou a empresa MILAFLEX INDÚSTRIA E

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Reclama ainda a fiscalização a falta de justificativa de preços nos processos de Inexigibilidade nº 01,13, 17 e 18/14.

Acerca da matéria, cumpre-nos esclarecer que conforme Orientação Normativa da AGU Nº 17/09 **(DOC. 97)** a pesquisa de preços em casos de inexigibilidade, ao contrário do afirmado pela fiscalização, deve ser sim realizada com o mesmo profissional em comparação a outros contratos que firmou com outros entes ou com particulares, a fim de demonstrar se o preço cobrado é aquele praticado pelo mercado. E foi o que se fez.

Contudo, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 98** em anexo, em todos as contratações pagou-se o preço praticado no mercado, sendo que em algumas vezes não há parâmetros exatos de comparação por tratarem de apresentações artísticas sendo umas delas artista internacional (Inexigibilidade 17/14), mas sempre se pagou valores módicos se comparados à grandiosidade dos eventos.

Por fim, anotou-se que em nenhum dos processos de dispensa ou inexigibilidade ocorreu a publicação dos atos na imprensa oficial – Docs. Fls. 2045/2978 dos anexos XI ao XV.

Causou-nos estranheza essa afirmação vez que ao analisarmos referidas folhas dos autos verifica-se que nelas constam as publicações das dispensas e inexigibilidades e que ora anexamos novamente como **DOCUMENTO Nº 99**.

Ademais, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 100** em anexo, a Empresa Jornalística de Taubaté e Região – Diário de Taubaté é exatamente o jornal contratado (vencedor da licitação) para prestação de serviços de publicação de Atos Oficiais da Municipalidade, não sendo portanto cabível qualquer apontamento de irregularidade nesse particular.

C.2 – CONTRATOS:

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

COMÉRCIO DE MÓVFEIS E EQUIPAMENTO LTDA., para a entrega de mobiliário em 90 dias. Assim, embora a referida empresa tenha atrasado a entrega e a Prefeitura emitido duas notificações não se localizou nenhuma penalização à empresa.

Embora a empresa tenha entregue os referidos móveis, conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 101)** a Prefeitura está dando andamento ao processo de penalização da empresa, em atendimento inclusive ao parecer da Procuradora Jurídica do Município que opina pela aplicação de advertência e multa moratória para a contratada.

No tocante ao Processo nº 25045/14, que trata da contratação da empresa LETHUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., temos a esclarecer que conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 102)** todas as pendências foram devidamente solucionadas pela empresa estando o sistema totalmente em funcionamento. Ademais, os atrasos se deram também por alterações solicitadas pela própria Municipalidade, motivo pela qual não há que se falar em aplicação de penalidades à contratada.

c) Sucessivas prorrogações de prazo:

A anotação constante nesse tópico é de que: "analisando os processos selecionados, constatamos a excessiva realização de Termos de aditamento aos contratos firmados pela origem".

O primeiro deles diz respeito a Tomada de Preços 11/14. Apesar de terem ocorridos algumas prorrogações, todas elas necessárias e devidamente justificadas nos autos do processo às fls. 110 do relatório ***a própria fiscalização atesta a regularidade na execução contratual.***

No tocante ao Pregão 432/14, as prorrogações foram devidamente justificadas nos autos e se deram em razão da necessidade de levantamentos minuciosos em

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 233

todos os postos de trabalho da Prefeitura, tendo ao final o serviço sido concluído a contento **(DOC. 103)**, o que não causou qualquer prejuízo à administração.

d) Falha na fiscalização da execução contratual:

Acerca da questão citam os agentes de fiscalização a dispensa 04/14, onde teria ocorrido demora entre o início da obra e o termo de recebimento definitivo, denotando falha de acompanhamento da Administração.

Não houve atraso algum na execução da referida obra que realmente era urgente, sendo que as explicações da demora de emissão do termo de recebimento definitivo constam do memorando expedido pela Secretaria de Obras do Município **(DOC. 104).**

C.2.3 – EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Das avenças em execução a fiscalização verificou as seguintes:

- Contrato s/nº - Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços (Concorrência 02/11).

Com relação ao Contrato celebrado com a empresa Amabile para execução de obras para adequação da EMEF Marlene Miranda anotou diversos problemas na execução das obras, embora já tenham sido provisória e definitivamente recebidas pelo Município.

Verificando-se todas as datas constantes do relatório, pode-se notar que se trata de processo ***totalmente realizado pela administração anterior, sobre o qual o ora peticionário não possui qualquer responsabilidade***.

Contudo, após a anotação da fiscalização dessa C. Corte a Municipalidade não se manteve inerte, notificando a empresa para que tomasse as devidas

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

providências para as correções necessárias. Até a presente data a empresa não se manifestou e a Secretaria de Obras do Município irá levantar os custos dos serviços não executados e passíveis de correção e notificar a empresa para ressarcir os prejuízos causados ao erário **(DOC. 105)**.

- Contrato s/nº - Valguará Industria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda. (Carta convite 15/11).

Com relação ao Contrato celebrado com a empresa Valguará verifica-se que também trata de processo ***totalmente realizado pela administração anterior, sobre o qual o ora peticionário não possui qualquer responsabilidade***.

A atual administração, conforme demonstra o **DOC. 106** não possui também condições de atestar a correta execução do ajuste já que não constavam os locais onde seriam executados os serviços.

- Contrato s/nº - Alexandre Danelli Engenharia e Construções Ltda. (Concorrência 05/13).

No tocante as prorrogações de prazo do ajuste em referência temos a esclarecer que conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 107** em anexo as mesmas se deram em razão do aditamento de alguns serviços de adequação da obra, necessários ao bom funcionamento das atividades escolares no prédio e também em decorrência do atraso ocorrido nas interligações das redes de ágia e esgoto motivado pela SABESP, não tendo, no entanto, referido atraso causado nenhum prejuízo ao Município.

- Contrato s/nº - Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda. (Convite 13/13).

A respeito da execução do presente ajuste, como já dissemos anteriormente o mesmo foi satisfatoriamente executado, tendo atendido diversas demandas da Secretaria Municipal de Finanças. Contudo, a d. agente de fiscalização, aponta que pelos documentos anexados apenas se comprovava um dos itens previstos no objeto do contrato.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 235

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Segue em anexo como **DOC. 108** todas as ordens de pagamento do presente ajuste, nas quais se encontram mensalmente relatórios das atividades desenvolvidas, sendo devidamente atestado pela Diretora do Departamento de Contabilidade a correta prestação dos serviços.

Diante dessa documentação comprovado está que improcede a anotação do relatório, sendo esse contrato de extrema utilidade e importância para a administração.

- Contrato s/nº - Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços (Tomada de Preços 14/14).

Acerca da questão apontada pela fiscalização o engenheiro responsável pela obra assim se manifestou: "*a instalação do condutor vertical que recepciona a água da chuva foi executada sem a colocação da curva de 90º, visando melhorar o escoamento das águas, bem como evitar um possível entupimento da mesma e também colocado por fora do pilar a fim de facilitar os serviços de manutenção e reparos caso necessários*" **(DOC. 109).**

Ademais, mesmo que exista alguma irregularidade nos itens licitações e contratos, o que admite-se apenas para fins de argumentação, tal questão não pode macular as contas em comento, conforme preconiza a jurisprudência desse E. Tribunal, conforme decisões exaradas nos TCS 1130/026/11; TC – 2078/026/13 e 1695/026/13.

D.1.1 – LIVROS E REGSTROS:

Neste tópico, a fiscalização apenas reitera o constatado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino) e B.4 (Precatórios).

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 236

Neste tópico, a fiscalização apenas reitera o apontado nos mencionados tópicos, onde foram apresentadas as justificativas pertinentes para demonstrar a inexistência de falhas capazes de comprometer a aprovação das Contas Anuais em exame.

D.2 – FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

Neste tópico, a auditoria reitera o apontado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B. 3.1 (Ensino), B.5.3.1 (Gasto com combustível) e 8.6 (Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais) deste relatório, onde foram constatadas divergências entre os dados informados pela Prefeitura e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Como se observa, a fiscalização apenas reitera os apontamentos realizados nos referidos tópicos, onde foram apresentadas as justificativas pertinentes para demonstrar a regularidade dos atos praticados pelo Executivo de Taubaté.

D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL:

Cargos em Comissão:

Neste tópico, inicialmente, a auditoria verificou que no exercício de 2014 foram nomeados 45 servidores para cargos em comissão, sendo 03 deles para cargos que não possuem características de direção, chefia e assessoramento, quais sejam: Coordenador de Atividades Teatrais, Secretária do Prefeito e Coordenador de Artes Plásticas.

Referidos cargos, Exa., foram criados em 21 de dezembro de 2010, conforme Lei 236/10. Quando o requerente assumiu a Chefia do poder Executivo, tais cargos já constavam do quadro de pessoal, de modo que o requerente não participou da constituição dos mesmos.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 238

Sob outra vertente, deve a Corte de Contas verificar que enquanto não extintos por norma legal cogente, poderiam tais atividades ser preenchidas por meio de servidores comissionados, havendo, portanto, respeito ao princípio da legalidade.

Quanto as denominações atribuídas aos referidos cargos, as mesmas **buscaram e visaram atender a exigência** contida no artigo 37, V, da C.F., ou seja, assessoria, direção e chefia, posto que tais funções estão caracterizadas pelo elemento fidúcia em relação a quem o nomeia, não comportando estipulação de carga horária fixa.

O art. 37 da Constituição Federal, que desenha com alto grau de detalhes a estrutura da administração pública brasileira e de seus agentes, estabelece o princípio da **eficiência** como um dos princípios fundamentais a serem obedecidos.

Ora, a obediência a esse princípio inicia-se com os critérios adotados pela administração na escolha de seus agentes. No caso dos cargos de comissão, **o critério é o da confiança que a autoridade competente deposita no indicado para o cargo**. Tal confiança decorre da discricionariedade que a autoridade competente tem de julgar a capacidade e a idoneidade de determinada pessoa para ocupar funções de confiança.

Observe-se, o que disse Hely Lopes Meirelles:

> "*cargo em comissão é o que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas o seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função*"

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, *caput*, estabelece regramentos destinados à Administração Pública, nos seguintes termos:

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

O inciso V do artigo 37 da Carta Maior oferece os balizamentos para a efetivação do acesso através dos denominados cargos em comissão:

"V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e ***os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;"*** *(grifo nosso)*

Dessa forma, claro e evidente que os agentes públicos, enquanto praticam atos circunscritos às atribuições do cargo que ocupa, estão agindo no interesse público.

Necessário, assim, assegurar o direito do agente público, ocupante de cargo em comissão, de praticar todos os atos que lhes sejam legalmente atribuídos em razão do cargo, sem que haja ingerências descabidas de entidade de classe, como também garantir o direito da Administração Pública de nomear seus servidores para cargo em comissão atendendo tão somente às exigências da lei.

O professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, em sua obra "Comentários à Constituição Brasileira de 1998", volume I, Editora Saraiva, assim preleciona:

"Cargos em comissão. *Constituem cargos em comissão todos aqueles cujo preenchimento deve depender da confiança do nomeante para o bom andamento da*

Identificador: 3100340033003200330003A0054005200410O Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 249

administração. São, por isso, ditos também cargos de confiança. Tais cargos ***são aqueles pelos quais se transmitem as diretrizes políticas****, para a execução administrativa. Cumpre a seus titulares levar adiante essas linhas de ação, precisá-las em instruções se for o caso e fiscalizar a sua fiel execução. Conforme é de bom senso, essas funções não serão bem exercidas por quem não estiver convencido de seu acerto, não partilhar da mesma visão política."*

Os cargos em comissão identificados pelo agente fiscalizador, compreendem assim, **nas atividades de direção e assessoramento, a serem desenvolvidas por ocupantes nomeados pelo critério da confiança do Agente Público ou do Agente Político**, motivo pelo qual entendemos ser cabível a reconsideração do r. entendimento daquela Corte.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os cargos de provimento em comissão (cujo provimento dispensa concurso público) são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, a qual também pode exonerar *ad nutum*, isto é, livremente, quem os esteja titularizando. É aquele predisposto, ou vocacionado, a ser preenchido por um ocupante transitório, da confiança da autoridade que o nomeou e que nele permanecerá enquanto dela gozar.

Hely Lopes Meirelles define cargo em comissão como *"aquele que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função".*

E mais, com relação às atribuições, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, destaca que os cargos em comissão **implicam no exercício de atribuições a serem confiadas a pessoas de absoluta confiança das autoridades superiores**, especialmente dos

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

agentes políticos, pois constituem os canais de transmissão das diretrizes políticas, para a execução administrativa.

Não é qualquer plexo unitário de competências que reclama seja confiado o seu exercício a esta ou aquela pessoa, a dedo escolhida, merecedora da absoluta confiança da autoridade superior, mas apenas aqueles que, dada a natureza das atribuições a serem exercidos pelos seus titulares, justificam exigir-se deles não apenas o dever elementar de lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servirem, comum a todos os funcionários, como também um comprometimento político, uma fidelidade às diretrizes estabelecidas pelos agentes políticos, uma lealdade pessoal à autoridade superior (Marcio Cammarosano).

Dessa forma, Exa., não há que se atribuir qualquer irregularidade quanto aos cargos comissionados mencionados pela auditoria.

Férias Vencidas:

A auditoria verificou extensa relação de servidores da Prefeitura Municipal de Taubaté com mais de um período de férias vencidas e não gozadas, contrariando o artigo 7°, inciso XVII da Constituição Federal.

A situação mencionada pela auditoria foi verificada pela Prefeitura de Taubaté através da Ordem Interna n° 157/14, na qual restou determinado que as respectivas secretarias deveriam elaborar planilha visando o saneamento desta situação, sem prejuízo ao serviço prestado.

Neste sentido, resta esclarecido que a atual Administração buscou e tem buscado soluções para eliminar as pendências herdadas da gestão anterior, fato que demanda certo lapso temporal para que não ocorra solução de continuidade dos serviços públicos internos.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100-Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Cessão de Servidores e Despesa de Pessoal:

A fiscalização detectou a cessão de 41 servidores para prestação de serviços nos mais diversos órgãos públicos, sendo que com relação aos servidores cedidos para a Câmara Municipal de Taubaté e para o 2° SubAgrupamento de Incêndio não foram disponibilizados os Termos de Convênio firmados, verificando-se, ainda, a ausência de portaria de cessão para a servidora Glorimar de Fátima Maciel.

Ainda quanto a cessão de servidores, a fiscalização destacou que 30 (trinta) dos servidores cedidos ocupam o cargo de Escriturário, para o qual foram criadas 100 (cem) novas vagas através da LC nº 351/2014, sendo que no exercício de 2014 foram admitidos 18 (dezoito) escriturários temporários, permitindo a conclusão de que a cessão de servidores efetivos para outros órgãos se contrapõe com a necessidade reiterada da Prefeitura Municipal em contratar temporariamente outros funcionários para o mesmo cargo, para suprir a demanda de serviço.

Sobre o tema, convém informar que cessão de servidores a outros órgãos/entidade afigura-se, por equiparação, à contribuição para o custeio de despesas nos termos do artigo 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo permitida a cessão.

Anote-se que o referido diploma disciplinou duas condicionantes para a efetiva cessão, a saber, autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como a celebração de convênio, acordo, etc;

Existe autorização na LDO para que o Município assuma despesas decorrentes de convênio, com a autorização legislativa constante no artigo 56, XIII da Lei Orgânica do Município.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 252

Contemplou a LOA as despesas de pessoal e encargos relativos aos vencimentos dos servidores da Secretaria de Negócios Jurídicos atualmente cedidos ao Poder Judiciário.

Assim, a cessão de servidores para o Tribunal de Justiça atende as disposições legais e decorre de convênio firmado entre o referido Tribunal e o Município, nos termos do disposto no artigo 237 da LC 001/90, tratando-se de ato discricionário e precário, passível de revogação a qualquer momento, por quaisquer das partes, vez se encontrar sujeito aos juízos de oportunidade e conveniência entre os acordantes.

Aludida cooperação visa unir forças para atender a grande demanda junto aos cartórios judiciais no atendimento dos interesses dos munícipes taubateanos, inclusive interesses do próprio Município, de forma que, estejam referidos servidores desenvolvendo suas funções nos diversos setores da Prefeitura ou nos citados cartórios, o serviço público estará sendo desenvolvido e a comunidade beneficiada.

Contratação Temporária:

Acerca da contratação temporária, a fiscalização observou que a Prefeitura de Taubaté vem por reiterados exercícios admitindo servidores provisórios para cargos de provimento efetivo, sem comprovar a necessidade transitória de excepcional interesse público, pressuposto constitucional desse tipo de contratação, consoante artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Relativamente ao exercício de 2014, verificou a admissão de 162 temporários, sem a apresentação das justificativas para essas admissões, descaracterizando as excepcionalidades legais.

Para os cargos de Assistente Social, Braçal, Dentista, Enfermeiro, Médico Especialista, Servente e Técnico de Prótese Dentária, observou-se a admissão de

Identificador: 3100310033003a00380003A0054005200410 0 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 253

servidores sob a modalidade de concurso público e Tempo Determinado, não sendo apresentada, contudo, justificativa para a contratação temporária, já que existe concurso público em andamento.

Em primeiro plano, deve ser consignado que as admissões temporárias serão analisadas em autos próprios, onde será demonstrado a regularidade dos atos praticados pelo Executivo de Taubaté.

Em que pese, desde já, deve a Corte de Contas verificar que todos os atos de admissão de pessoal por tempo determinado foram precedidos de procedimentos seletivos e foram devidamente justificados, conforme se extraí das solicitações/justificativas expedidos pelas Secretarias Municipais **(DOCUMENTO Nº 110).**

São diversos os motivos que resultam nas contratações temporárias, dentre os quais, destaca-se: falta, afastamentos por doenças, licenças, pedidos de demissões, entre outros que foram previamente justificados e devidamente autorizados, não revelando nenhuma falha capaz de macular as contas anuais em exame.

Diárias:

Quando da análise das diárias pagas no exercício de 2014, a auditoria constatou o desvio de função de alguns dos servidores selecionados na amostragem, posto que apesar de ocuparem cargos diversos, eles desempenharam a função de motorista na condução de pacientes para tratamento médico fora do Município. Destacou-se a existência de cargo específico de Motorista no quadro de pessoal, bem como a contratação de temporários para o desempenho dessa função.

Em virtude do Decreto nº 13123, de 26 de setembro de 2013, dispor sobre a permissão de dirigir veículos oficiais somente para servidores efetivos e comissionados, bem como levando em conta que o Tratamento Fora do Domicílio (TFD),

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 255

decorrente do grande número de pacientes, ser efetivado por motoristas com vínculo precário (celetista), ocorreram algumas autorizações para incluir os mesmos na lista de funcionários aptos a receber diárias de viagem.

Horas Extras:

Aqui, a fiscalização analisou as relações de horas extras fornecidas pela Prefeitura de Taubaté e constatou uma excessiva jornada extraordinária realizada pelos servidores municipais, ultrapassando, inclusive, os limites diários permitidos pela legislação, conforme evidenciado o quadro de fls. 120 do relatório.

Em situações esporádicas, tais como a necessidade de cobertura de férias de outros servidores, plantões médicos e rotinas de final de ano, viagens longas pelos motoristas, foi necessário extrapolar o limite legal de horas extraordinárias, o que, todavia, se deu somente em situações totalmente justificáveis.

Convém esclarecer que os trabalhadores assim agiram somente nos casos comprovadamente excepcionais e mediante prévia autorização.

As horas extras foram realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias executantes, sendo autorizadas pelos secretários de cada pasta, cada qual tendo como justificativa a extrema necessidade dos serviços, sendo as mesmas apontadas mensalmente nos pontos dos servidores com a anuência desses Secretários.

Assim, a realização das horas extras se justifica pelos motivos relacionados acima, bem como, por tratar-se de serviços de urgência e emergência, sendo imprescindível a presença dos servidores.

Esta Administração tem dado constantes recomendações aos Secretários Municipais durante as reuniões periódicas, assim como enviado circulares,

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 256

orientando sobre os limites estabelecidos para as horas extras, e ultimamente proibindo as de finais de semana, destacando ter delegado a todos os senhores secretários a rigorosidade no controle das mesmas.

Ademais, Excelência, em consonância com o entendimento desse E. Tribunal, a questão de pagamentos de horas extras não é empecilho à aprovação das contas, apresentando apenas recomendação, conforme consta dos processos TC – 2861/026/03; TC – 2785/026/02; TC – 3120/026/03; 2603/026/05; TC 3386/026/05.

D.4 – DENÚNCIA, REPRESENTAÇÕES E EXPEDIENTES:

A fiscalização analisou o expediente TC-551/026/15, que trata do encaminhamento de cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26, através do qual requisitou da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008) nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente, decorrentes da decretação de irregularidades pela Advocacia Geral da União em face do pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Anotou que a Prefeitura de Taubaté, apesar de ter instaurado o processo administrativo nº 65334/14, não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento dos referidos valores, pois mesmo após reiterações por parte da fiscalização, o Executivo sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do município.

Sobre tal assunto, reporta-se aos esclarecimentos prestados no tópico B.1.6 – Dívida Ativa, onde restou demonstrada a inscrição dos valores na dívida ativa, bem como as ações judiciais existentes que versam sobre essa questão (vide documento nº 36).

Identificador: 3100340033003A00330003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

D.5 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

Neste tópico final, a auditoria constatou o não atendimento à Lei Orgânica, pois a Prefeitura de Taubaté não entregou documentação requisitada prejudicando sobremaneira os trabalhos da fiscalização, conforme verificado no item "D.4" deste relatório.

Reitera-se o esclarecido o tópico anterior (D.4)

Por fim, considerando os dois últimos exercícios apreciados, a fiscalização verificou que, em 2014, a Prefeitura descumpriu algumas das recomendações deste Tribunal, conforme quadro de fls. 124 do relatório.

Como esclarecido e demonstrado anteriormente, a grande maioria das falhas apontadas pela equipe de auditoria não procedem, motivo pelo qual não se pode falar em reincidência.

Ademais, deve a Corte de Contas observar que esta Administração atendeu quase a integralidade das recomendações desse Sodalício, restando apenas algumas que, ao final de 2014, estavam em vias de atendimento.

Registre-se que a Prefeitura Municipal, nesta Administração, sempre se esforçou ao máximo para atender à lei orgânica, instruções e recomendações desse E. Tribunal, sendo que para os raros casos em que esta praxe não foi observada, o fato se deu por absoluta impossibilidade de cumpri-las cabalmente.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 245

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Do mais, se alguma falha persiste neste item é possível extrair das decisões desse E. Tribunal que esta não tem o condão de macular as contas ora examinadas, podendo ser levada para o campo das recomendações (vide processos TC – 3373/026/06, TC – 3501/026/06, TC – 2096/026/07. TC – 2075/026/07, TC – 2065/026/07, dentre outros).

Diante da análise das anotações da ilustre auditoria, bem como das alegações de defesa trazidas ao conhecimento desse Egrégio Tribunal, não há outra conclusão a se extrair senão a de que as Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté estão aptas a receberem o beneplácito dessa Colenda Corte, mesmo porque, como visto anteriormente, este Executivo está em posição bastante favorável em relação aos pontos tidos como cruciais da Administração Pública, aplicando os mínimos legais na saúde, educação, assim como apresentado equilíbrio nos aspectos contábeis.

A situação econômico-financeira do Poder Executivo de Taubaté é satisfatória, não havendo pagamento a maior aos agentes políticos, sendo os encargos sociais devidamente recolhidos.

Com isso, podemos concluir que as supostas falhas que por essa E. Corte venham a ser apuradas, tratar-se-ão de meras irregularidades formais, as quais não influenciaram na Administração do Município de Taubaté, não tendo ocasionado nenhum prejuízo aos cofres públicos, nem mesmo aos administrados, impossíveis, portanto, de macular todo o exercício financeiro de 2014, merecendo, quando muito, eventuais recomendações.

Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência seja emitido **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Exercício de 2014 da

Identificador: 3100310033003200360003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Prefeitura Municipal de Taubaté, haja vista que foi dado integral atendimento aos pontos tidos como cruciais em qualquer Administração Pública.

Nestes termos,
pede deferimento.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2016.

Flávia Maria Palavéri
OAB/SP nº 137.889

Clayton Machado Valério da Silva
OAB/SP nº 212.125

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ENTRADA NA ATJ EM 03 / 02 / 16

Aguarde pls. 248/269
ATJ.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

248

TC-000563/026/14
248

PIB fica estagnado em 2014, com alta de 0,1%, pior resultado desde 2009

PEDRO SOARES
DO RIO

27/03/2015 09h03 - Atualizado às 10h54

Compartilhar t g+ // 184 OUVIR O TEXTO Mais opções

O PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, ficou estagnado em 2014, com ligeira expansão de 0,1%, para R$ 5,52 trilhões. Trata-se do mais fraco resultado desde a retração de 0,2%, registrada em 2009, em meio à crise global.

PUBLICIDADE

O resultado é inferior ao de 2013, revisado para cima em 2,7% pelo IBGE –os dados apontavam para alta de 2,5% no período originalmente. As informações foram apresentadas na manhã desta sexta-feira pelo IBGE.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 262

De acordo com o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos e com declaração da Prefeitura (fls. 789/790 do Anexo IV), não foram realizadas despesas vinculadas a tais ingressos em 2015.

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2014	Abr 2015	Ago 2015	Dez 2015
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	408.914.680,57	406.555.551,98	407.293.307,57	
Inclusões da Fiscalização - B		3.359.053,85	5.419.508,85	
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		409.914.605,83	412.712.816,42	-
Receita Corrente Líquida - E	750.666.886,30	756.084.790,63	774.098.287,78	
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		756.084.790,63	774.098.287,78	-
% Gasto Informado A/E	54,47%	53,77%	52,62%	
% Gasto Ajustado - D/H		54,22%	53,32%	#DIV/0!

Preliminarmente, destacamos que o valor dos gastos de pessoal e da receita corrente líquida de 2014 foram apurados pela fiscalização ordinária no TC-563/026/14.

Em relação ao exercício de 2015, consideramos em nossa análise as informações extraídas do Sistema Audesp, as quais apresentam divergências em relação aos dados encaminhados pela origem.

A título de informação, os dados da Prefeitura indicam despesas de pessoal, no 2° quadrimestre de 2015, da ordem de R$408.716.642,45, o que representa 51,69% da receita corrente líquida apurada pelo órgão (fl. 795 do Anexo IV). Tais valores divergem do Sistema Audesp, de acordo com o qual, antes dos ajustes realizados pela Fiscalização, os gastos de pessoal eram da ordem de R$407.293.307,57, ou seja, 52,62% de tal receita (fls. 793/794 do Anexo IV). As diferenças serão explicadas adiante, no subitem "a".

Após os ajustes, tais gastos passaram a corresponder a 54,22% no 1° quadrimestre de 2015, acima, portanto, do limite de despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já no 2° quadrimestre, a despesa de pessoal foi da ordem de 53,32% da receita corrente líquida, excedendo 95% do limite

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

b) Ajustes efetuados pela fiscalização

Ajustes	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	TOTAL
Convênio Creches – Processo nº 34982/13	1.862.024,00	2.018.314,12	3.880.338,12
Convênio Monitores – Processo nº 8116/13	597.894,85	0,00	597.894,85
Convênio Creches – Processo nº 30811/15	0,00	427.551,76	427.551,76
Convênio Monitores – Processo nº 1763/15	0,00	1.751.510,47	1.751.510,47
Recibo de Pagamento a Autônomos - RPA	899.135,00	0,00	899.135,00
Terceirização de serviços - Milclean	0,00	1.222.132,50	1.222.132,50
TOTAL	3.359.053,85	5.419.508,85	8.778.562,70

b.1) Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos

1º Quadrimestre de 2015: R$ 899.135,00

Mediante pesquisa no Sistema Audesp, identificamos até o 2º quadrimestre de 2015 despesas com pagamento de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA, empenhadas no subelemento 33903635 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, no valor total de R$ 899.135,00 (fls. 803/805 do Anexo V).

Tal prática advém de exercícios anteriores, tendo inclusive aumentado, apenas considerando os dois primeiros quadrimestres de 2015, 8,47% em relação a todo o exercício de 2014.

Entendemos que tais dispêndios devem compor o gasto com pessoal do órgão e, por este motivo, procedemos ao ajuste.

b.2) Pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU

1º Quadrimestre de 2015: R$ 2.459.918,85
2º Quadrimestre de 2015: R$ 4.197.376,35

Conforme discorrido no item B.5.3, "b", deste relatório, apuramos despesas de pessoal, no valor de R$6.657.295,20, englobadas nos valores pagos por meio de convênio firmado com a UNITAU cuja execução foi transferida para a FUST – Fundação Universitária de Taubaté. O quadro a seguir especifica os valores transferidos e pagos a título de recursos humanos.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Periodo: 3º Quadrimestre / 2015 Municipio: Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**808.243.593,77**	**100,0000 %**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	423.767.815,77	52,4307 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	436.451.540,64	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	414.628.963,60	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-56.515.819,39	-6,9924 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	969.892.312,52	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	177.813.590,63	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Periodo	7.409.033,48	0,9167 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	129.318.975,00	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	56.577.051,56	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 265

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.07

B.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1 ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 27,88% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

	Valores (R$)	
Receitas	537.002.341,65	
Ajustes da fiscalização	-	
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	**537.002.341,65**	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	72.169.913,11	
Transferências recebidas	148.040.532,76	
Receitas de aplicações financeiras	1.680.488,57	
Ajustes da fiscalização		
Total de Receitas do FUNDEB - T.R.F.	149.721.021,33	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	104.897.575,67	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Magistério (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo 60%)	104.897.575,67	70,06%
Demais Despesas	43.676.023,67	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Demais Despesas (40%)	- 2.933.063,49	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo 40%)	40.742.960,18	27,21%
Total aplicado no FUNDEB	145.640.535,85	97,27%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	77.525.864,89	
(+) FUNDEB Retido	72.169.913,11	
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras	1.325.422,42	
(-) FUNDEB Retido e não Aplicado no Retorno	-	
Aplicação até 31.12.2013 (art. 212)	**148.370.355,58**	27,63%
(+)Fundeb: parcela da retenção de [ ] Aplicado 1º trim/2014		
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31.01.2014	1.872.408,85	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Recursos Próprios	- 5.528.509,72	
Aplicação Final na Educação Básica	**140.969.437,01**	26,25%

Planejamento Atualizado do Ensino	
Receita Prevista Atualizada	560.626.409,84
Despesa Fixada Atualizada	153.855.577,00
Índice Apurado	27,44%

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.07

Demais disso, verificamos que, relativamente ao Fundeb, empregou o Município 70,06% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

B.3.1.1 Ajustes da Fiscalização

Inclusões	Recursos Próprios	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
Total das inclusões	-	-	-
Pessoal em desvio de função (salário/encargos)	1.218.965,24	-	-
Despesas com Ensino Médio	-	-	-
Despesas com Ensino Superior	-	-	-
Outras Despesas não amparadas no art. 70 da LDB	4.309.544,48	-	2.933.063,49
Restos a Pagar não quitados até 31.01.14	1.872.408,85	-	-
Outras	-	-	-
Total das exclusões	**7.400.918,57**	**-**	**2.933.063,49**
Total dos ajustes [Inclusões (-) Exclusões]	**(7.400.918,57)**	**-**	**(2.933.063,49)**
Informações adicionais			
RP quitados entre 1/2/2014 e a fiscalização	835.337,21	-	-
Saldo de RP não quitados até a fiscalização	962.498,29	-	-

Restos a Pagar quitados até 31/03/2014.....R$ 5.450.219,80

- **AJUSTES: FUNDEB - Demais Despesas - 40%**
  Total: R$2.933.063,49
  - R$147.500,00 de dispêndios referentes à execução de obras para a execução de padrão elétrico para a Gráfica Municipal e para o galpão de armazenamento de materiais de ensino fundamental (docs. às fls. 532/536 do Anexo III). Tais gastos não se qualificam na hipótese inclusiva do art. 70, II, da Lei nº 9.394/96, por se tratarem de serviços que servem a vários setores da Administração e não se referem exclusivamente ao desenvolvimento e manutenção do ensino.
  - R$139.963,49 referentes a convênios entre a Prefeitura e O Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Trata-se de convênios para estágio de estudantes nas Secretarias e Departamentos da Municipalidade, bem como no Poder Judiciário da Comarca de Taubaté, nele compreendidas as Varas e Distribuição do Fórum Trabalhista, as Varas do Fórum Cível e a Vara da Fazenda da Fazenda Pública. Ora, se os alunos poderão realizar estágio em qualquer órgão

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 257

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

Processo: TC 0563/026/14.
Interessado: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Assuntos: Lei de Responsabilidade Fiscal – DESPESA DE PESSOAL; Aplicação dos Recursos Vinculados – ENSINO.
Exercício: 2014.
Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo.

Senhora Assessora Procuradora – Chefe,

Em atendimento a r. determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator (fl. 134), passamos a nos manifestar sobre os resultados apontados no laudo da fiscalização "*in loco*", no item "B.2 – Lei de Responsabilidade Fiscal", subitem "B.2.2 – Despesa de Pessoal" e no item "*B.3 – Aplicação dos Recursos Vinculados*", subitem "*B.3.1 – Ensino*":

I) DESPESA DE PESSOAL:

À fl. 43 do relatório da fiscalização consta que no exercício em exame o Poder Executivo despendeu **56,76%** da Receita Corrente Líquida - RCL com seu pessoal, portanto em desconformidade com o limite fixado no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (54%):

O índice de gasto com pessoal acima do limite preceituado na Lei Fiscal foi obtido após o órgão instrutivo efetuar os seguintes ajustes:

a) Universidade de Taubaté – UNITAÚ:

a.1) Receita Corrente Líquida – RCL: Acréscimo da Receita da Universidade de Taubaté - UNITAÚ, no valor de **R$140.735.648,03**, por entender que a análise do Município deveria ser realizada como um todo, englobando a Prefeitura e os demais órgãos pertencentes a tal Poder, nisto incluindo a Universidade de Taubaté, elevando a RCL de R$750.666.886,30 para R$891.402.534,33.

a.2) Despesa com Pessoal: Acréscimo da Despesa com Pessoal da Universidade de Taubaté - UNITAÚ, no valor de **R$97.016.131,27**, pelas mesmas razões acima comentadas;

b) Demais inclusões no total de R$5.712.719,61 assim composto:

b.1) R$828.892,00: despesas com pagamentos de Profissionais Autônomos, empenhadas sob o Elemento "33903635 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional", considerando tratar de terceirização da mão de obra;

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 253

b.2) **R$4.883.827,61**: valores pagos à UNITAÚ mediante convênios, com a execução do objeto transferida à Fundação FUST, por entender que o objeto pactuado correspondeu a serviços de responsabilidade da administração direta municipal.

c) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial:

Além dos ajustes supra mencionados, a fiscalização também efetuou apontamentos quanto à Lei Complementar n. 355, de 10/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté.

Sobre esta questão a unidade fiscalizadora detalhou às fls. 45/48 que houve a reclassificação de despesas empenhadas no elemento de despesa "3.1.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária – despesa de pessoal", para o elemento "3.3.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", no montante de **R$5.810.909,63**, mediante anulação de dotações relativas às despesas de pessoal, resultando, no seu entender, na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal.

Justificativas da Origem (Despesa com Pessoal - fls. 183/199).

Sobre o tema, o defendente discorda dos ajustes levados a efeito na instrução da matéria, tanto em relação à Receita Corrente Líquida como no tocante ao acréscimo na Despesa de Pessoal, nos termos a seguir comentados:

I.1) Universidade de Taubaté – UNITAU
Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal:

Em oportunidades passadas, mais precisamente nos Processos TC-2961/026/10 (Contas Anuais de 2010 da Prefeitura Municipal de Taubaté) e TC-1433/026/11 (Contas Anuais de 2011), nos manifestarmos sobre questão semelhante, ocasião em que a Origem já havia esclarecido que a Universidade de Taubaté - UNITAU não integra o orçamento fiscal e da seguridade social do Município, eis que a Universidade, criada pela Lei Municipal n. 1.498/74, é uma autarquia municipal autônoma, com recursos próprios e administração patrimonial e financeira independente da Prefeitura.

Informou que não é uma autarquia ou fundação dependente da Prefeitura, ou subvencionada por ela, mas é um ente

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 259

público independente, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

À época, com fulcro em pesquisa realizada por ocasião da análise do Processo TC-2961/026/10, constatamos a veracidade das informações prestadas pelo defendente, de que o Município não repassava recursos à UNITAÚ, sendo que a grande parte das arrecadações da Universidade advinha das "Anuidades" de seus alunos. Assim, a UNITAU obtém, em decorrência de sua finalidade, recursos necessários ao seu próprio custeio.

Os esclarecimentos acima suscitados foram mantidos no presente feito consoante se verifica das justificativas encartadas às fls. 184/187, dando conta, em síntese, de que:

- A UNITAU foi criada pela Lei 1498/74, autarquia municipal educacional em regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar;

- Referida autarquia, apesar de criada por lei municipal, nunca valeu de verbas públicas municipais para sua manutenção, sendo, durante os mais de quarenta anos de sua existência, mantida pela própria arrecadação que promove com a cobrança de mensalidades dos alunos;

- Ao contrário do alegado pela fiscalização, o fato da municipalidade ter repassado recursos à UNITAU, mediante convênio, não tira em momento algum a característica da autonomia financeira da Universidade, vez que tal repasse não é para a manutenção da UNITAU, mas sim como contrapartida de instrumentos jurídicos (convênios) firmados entre as partes que dizem respeito à execução de projetos específicos;

- Os gastos de pessoal da Universidade não podem ser somados aos da Prefeitura porque não se trata de descentralização vez que a educação de nível superior não é atribuição constitucional direcionada aos Municípios. A figura da Universidade, como autarquia municipal de regime especial, quando de sua criação, se deu de uma forma que a evolução da entidade permitiu sua absoluta desvinculação do ente criador, com total autonomia financeira, administrativa e organizacional, sendo que nos últimos 40 anos não houve qualquer repasse financeiro para manutenção da Universidade;

- A UNITAU assemelha-se, neste particular, a uma empresa estatal não dependente, eis que apesar de criada pelo ente público, deste não recebe qualquer subsídio ou repasse financeiro.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 260

A fim de corroborar suas alegações, à fl. 186 transcreveu trecho específico do despacho proferido pelo Eminente Relator do Processo TC-02041/326/01 (Acessório 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal - Exercício de 2001), tratando da informação de que a UNITAU possui orçamento independente da Prefeitura, embasado, principalmente, no fato de inexistirem repasses de verbas por parte da Municipalidade à Autarquia de regime especial, que mais se assemelha a uma empresa estatal não dependente. Processo aprovado quando se discutia a exclusão dos gastos de pessoal da UNITAU;

- Finalizando, o defensor salientou que é natural que a maioria dos gastos da UNITAÚ seja com pessoal, vez que se trata de instituição de ensino e, portanto, sua mão de obra representa o grande volume de seus dispêndios, de modo que mesmo que a Prefeitura tivesse que diminuir seus gastos, para amoldar-se ao percentual legal, uma vez somando aos gastos da UNITAU isso ficaria impossível, porquanto o Prefeito não possui ingerência alguma (seja administrativa, seja financeira) sobre os gastos da Universidade.

Prosseguindo, passamos demonstrar a composição da Receita da UNITAU extraída do documento encartado à fl. 556 do Anexo III, tendo em vista que essa entidade não está compreendida em nosso Sistema AUDESP:

Receita Patrimonial	4.254.092,51
Receita de Serviços	108.839.737,45
Transferências Correntes	14.678.269,96
Outras Receitas Correntes	12.963.548,11
Total	**140.735.648,03**

Nota-se que grande parte da arrecadação advém dos serviços, compostos pelas anuidades, inscrições em vestibulares, cursos de pós-graduação, etc.

Destaca-se, ainda, que a fiscalização consignou que fora repassado pela Prefeitura à UNITAU o valor de R$4.883.827,61 objetivando o pagamento de monitores decorrente da execução de convênios firmados com a Prefeitura[1]. Entretanto, a despesa total com pessoal da Universidade somou R$97.016.131,27, corroborando a informação de que a UNITAU não dependeu de repasses municipais para o custeio de seu pessoal.

Em face do apontado, mantendo a linha interpretativa desta Assessoria Técnica consignada nos exercícios

[1] Repasses mediante convênios comentados adiante: subitem "I.3" desta manifestação.

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 260

de 2010 (TC-2961/026/10) e 2011 (TC-1433/026/11), sugerimos que tanto a Receita Corrente (R$140.735.648,03) como a Despesa de Pessoal da UNITAU (R$97.016.131,27), não sejam consideradas na apuração do percentual da "Despesa de Pessoal" do Executivo de Taubaté.

Por derradeiro, julgamos oportuno destacar que não deparamos com registros que pudessem indicar que tanto as receitas e como as despesas da UNITAU compuseram em algum momento os cálculos da taxa da Despesa de Pessoal do Poder Executivo de Taubaté.

I.2) Dispêndios através de Recibo de Pagamento de Autônomos - RPA (acréscimo de R$828.892,00):

Com base em pesquisa realizada no Sistema AUDESP, a unidade fiscalizadora identificou em 2014 despesas com pagamentos de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomos – RPA, empenhadas no subelemento "33903635 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional", no montante de R$828.892,00, motivando a inclusão de referido valor na taxa de "Despesa de Pessoal" em apreço.

Por sua vez, a Origem abordou este tema às fls. 187/190, informando que esses autônomos corresponderam a artistas que foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté após regular processo de credenciamento, para atender ao calendário cultural do Município, objetivando o atendimento a atividades-meio da Administração Pública e não substituição de servidores reservados à execução das atividades-fim do Poder Público.

Argumentou que não há subordinação dos artistas nem mesmo relação de emprego, inexistindo definição de salário, controle de faltas, controle de horas extraordinárias, entre outras fiscalizações inerentes ao cargo público.

De nossa parte, informamos que este mesmo ajuste foi objeto de apreciação nas Contas Anuais do exercício anterior, 2013 - Processo TC-2090/026/13.

Naqueles autos, esta Assessoria Técnica entendeu que os gastos com pessoal poderiam retornar aos números iniciais apresentados pela municipalidade, haja vista os esclarecimentos da Origem dando conta de que tais profissionais corresponderem a artistas cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté, convocados esporadicamente para atender o calendário cultural do Município, consoante destacado pela Origem à fl. 190.

Identificador: 310034003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 262

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ

Contudo, **nosso posicionamento não prevaleceu** nesta E. Corte de Contas, eis que por ocasião da emissão do respectivo Parecer foi mantido o acréscimo em comento, conforme se extrai dos registros a seguir transcritos:

"Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho
PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 24/11/15
44 TC-002090/026/13
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2013.
(...)
1. RELATÓRIO

1.1. Em apreciação, as CONTAS ANUAIS atinentes ao exercício de 2013, da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ.
(...)
*B.2.2 - DESPESA DE PESSOAL – o percentual de gasto com pessoal (**52,43%**) superou o previsto no artigo 22, § único da LRF; a Prefeitura não tomou providências para baixar o percentual ao receber alertas quanto à extrapolação do limite, **ajustes realizados nos Gastos com Pessoal, decorrentes da inclusão de valores despendidos com pagamentos de autônomos**;*
(...)
2. VOTO
2.1. Contas anuais, pertinentes ao exercício de 2013, da Prefeitura Municipal de Taubaté.
(...)
2.7. GASTOS COM PESSOAL
Sobre as despesas com pessoal, Prefeitura ultrapassou nos 03 quadrimestres de 2013 o limite prudencial de 51,30% previsto no §único, do artigo 22, da LRF, encerrando o exercício, contudo, com gastos da espécie no patamar de **52,43%** da Receita Corrente Líquida.
Não obstante o resultado final tenha se mantido dentro do limite máximo de 54%, o elevado gasto da espécie impõe a emissão de recomendação à Origem para que adote medidas de contingenciamento das despesas com pessoal."

Nota: Os números iniciais transmitidos ao Sistema AUDESP apontavam para a taxa de 52,36%, ajustada pela fiscalização para 52,43% após o acréscimo de R$536.117,39 decorrente de pagamentos de profissionais autônomos empenhados no elemento de despesa "33903600 – outros serviços terceiros – pessoa física".

Vale salientar, que no exercício em exame o defensor juntou sob o título Documento 40 (Anexo II do Expediente TC-4153/026/16), a relação de empenhos vinculados aos pagamentos dos autônomos; contudo, grande parte destes empenhos descreve a despesa apenas como "Prestação de Serviços – RPA" (R$673.406,70) e somente uma pequena parcela diz respeito à "Bolsa Auxílio Banda/Orquestra Sinfônica" (R$164.731,02), somando R$838.137,72.

Neste contexto, adotando como parâmetro mencionada decisão relativa ao exercício de 2013, bem como a ausência de documentos que efetivamente pudessem comprovar que a integralidade dos pagamentos mediante RPA destinaram-se aos artistas credenciados para eventos culturais, reiteramos o acréscimo efetuado pela fiscalização no montante de **R$828.892,00** correspondente aos valores despendidos com pagamentos de autônomos.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

I.3) Pagamento de Pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU (acréscimo de R$4.883.827,61):

I.3.a) Convênio Creches – Processo 34982/13 = R$2.659.693,81;
Objeto: planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nos projetos;

I.3.b) Convênio Monitores – Processo 8116/13 = R$2.224.133,80.
Objeto: execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Os convênios em questão abrangem ajustes firmados entre a Prefeitura e a Universidade UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contratação de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Muito embora o termo de convênio tenha sido firmado com a UNITAU, a execução do objeto foi transferida para a Fundação Universitária de Taubaté – FUST.

Procurando desconstituir o acréscimo de referidos valores do percentual da Despesa com Pessoal, a Origem ofertou os seguintes esclarecimentos:

- A escolha do instrumento de convênio se deu como forma de colaboração pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente;

- Caso a responsabilidade para contratar fosse do Município, todo o processo de pessoal efetivo, estruturação e desenvolvimento das atividades, além de amis demorado, seria, certamente, exponencialmente mais onerosos aos cofres públicos e ainda assim não atenderia plenamente aos objetivos do projeto, colocando em risco a continuidade das ações socioeducativas em andamento no Município;

- A Prefeitura dispõe de quadro de pessoal efetivo que desenvolve as atividades-fim previstas no artigo 29 da LDB e firmou o

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 263

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

convênio com a UNITAU para assegurar que as atividades-meio também sejam desenvolvidas com eficiência;

- Com efeito, a contratação de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADI visa precipuamente a acolhimento das crianças de 0 a 5 anos, garantindo cuidados imprescindíveis ao desenvolvimento saudável das demais atividades postas em práticas pelo pessoal efetivo, estas diretamente relacionadas ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social;

- Diferentemente do apontado no relatório da fiscalização, os convênios analisados não foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal, mas sim para atender especificidades que devem ser observadas na prestação eficiente do serviço, portanto não merecem ser acrescidos às despesas de pessoal;

- Não seria responsável do ponto de vista fiscal a contratação de pessoal efetivo para ocupar cargos com atribuições rígidas definidas em lei, sendo que a necessidade da política pública de educação em questão, exige competência para desempenhar atribuições variadas que podem ser alteradas de acordo com a evolução do interesse dos alunos e que a demanda por tais serviços tende a reduzir;

- Por fim, o defensor epigrafou que tais gastos já constam do percentual de gastos com pessoal da Fundação da UNITAU e somá-los aos da Prefeitura seria o mesmo que computá-los em duplicidade, o que logicamente, no seu dizer, é inadmissível.

Entendimento desta Assessoria Técnica:

A princípio, julgamos apropriado salientar que sobre as ocorrências detalhadas no subitem "B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis Para Análise" - fls. 68/80, tratando dos convênios firmados com a UNITAU e executados pela Fundação FUST, questionando a cobrança de taxa de administração, ausência de metas objetivas, prestação de contas sem comprovação documental dos gastos no demonstrativo integral da receita e despesa, etc., melhor dirá a unidade congênere desta Assessoria Técnica.

Desse modo, a presente manifestação está restrita à análise da possibilidade ou não dos gastos com pessoal no montante de R$4.883.827,61 oriundos de tais convênios, serem computados na taxa da Despesa de Pessoal do Poder Executivo de Taubaté à luz do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Sendo assim, relativamente a este aspecto, compartilhamos com o posicionamento da unidade fiscalizadora, igualmente opinando pela necessidade de acrescentarmos os pagamentos de pessoal por meio dos convênios firmados com a UNITAU na apuração da despesa com pessoal do Executivo Municipal.

Nota-se que o interessado procura fundamentar que as contratações decorrentes de referidos convênios objetivaram atender às atividades meio das unidades escolares e, assim, não deveriam integrar os gastos com pessoal. Entretanto, de outro norte afirma que tais despesas integraram a Despesa de Pessoal da Fundação da UNITAU.

Ora, se esses profissionais integram o quadro funcional da Fundação, porém são admitidos para efetivamente prestam serviços de forma exclusiva nas unidades escolares do Município, certamente os respectivos custos devem ser computados nos gastos do ente beneficiado (Prefeitura).

Fortalecendo o entendimento acima exposto, informamos que em pesquisa realizada na rede mundial de computadores, deparamos com o **Edital de Concurso Público FUST n. 04/2014**, objetivando atender unicamente ao **Convênio firmado entre a Prefeitura de Taubaté e a UNITAU, sob o regime da CLT**, disciplinando que as atribuições do emprego de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e do Auxiliar Técnico Administrativo, **serão executadas nas unidades escolares de Educação Básica do Município**, conforme transcrito:

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ

EDITAL FUST Nº 04/2014

A Fundação Universitária de Taubaté - FUST torna público que estarão abertas às inscrições para o Concurso Público para preenchimento dos empregos públicos especificados no QUADRO I, referente ao Convênio entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté, para o atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
O Concurso Público será regido pelas Instruções Especiais, parte integrante deste Edital, e sua organização e aplicação ficarão a cargo da EPTS - Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté.
Instruções Especiais

I - DOS EMPREGOS, DOS SALÁRIOS E DOS REQUISITOS MÍNIMOS

QUADRO I

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 266

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ

Cod.	Emprego	Vagas	Salário	Taxa de Inscrição	Requisitos Mínimos
01	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI)	310	R$ 1.015,00	R$ 30,00	1. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio. 2. Curso de aperfeiçoamento na área de educação ou experiência de 6 meses na área.
02	Auxiliar Técnico Administrativo (ATA)	62	R$ 750,00	R$ 20,00	1. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio. 2. Curso de Informática básico. 3. Experiência de 6 meses na área.

(...)
Taubaté, 08 de maio de 2014
Kátia Andraus Moutinho
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO
(...)
ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI):
Participar da execução da proposta pedagógica da escola; Atender os alunos em horário de entrada e saída dos períodos, intervalos de aulas, recreio e refeições, na higiene pessoal e locomoção, sempre que necessário, e nos horários estabelecidos pela equipe diretora; Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos; Zelar pela segurança e bem estar dos alunos; Proporcionar momentos de recreação as crianças; Informar a equipe diretora sobre as condutas dos alunos, comunicando ocorrências e eventuais enfermidades; Auxiliar os professores em aula, nas solicitações de material escolar ou de assistência aos alunos.

Auxiliar Técnico Administrativo (ATA)
Auxiliar na organização do expediente geral da Secretaria da Escola; Participar da execução da proposta pedagógica da escola; Auxiliar na elaboração da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; Auxiliar na recepção, emissão e registro de documentos da vida funcional e da escrituração escolar, assegurando o cumprimento de normas e prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pela equipe diretora; Orientar e prestar informações ao público; Auxiliar na elaboração do inventário anual dos bens patrimoniais existentes na escola; Informar à equipe diretora todos os atendimentos realizados na secretaria."

Em nossa ótica, a contabilização dessa despesa, no caso do Município que recebeu os profissionais admitidos pela Fundação FUST, mereceria ser realizada sob a rubrica correspondente ao "**ressarcimento de pessoal requisitado**", passando, assim, a integrar o grupo do gasto com pessoal.

Aludido esclarecimento pode ser extraído do "**Manual de Demonstrativos Fiscais – Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios - válido para o exercício de 2013 – 5ª Edição**", estendido para o exercício de 2014, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na parte que trata dos registros de gastos com o ensino (Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE) a seguir transcrito:

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 266

(Continuação)

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF DESTINADOS AO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (g)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (h)	% (i) = (h/g)x100
52- DESPESAS CORRENTES					
52.1- Pessoal e Encargos Sociais					
52.2- Juros e Encargos da Dívida					
52.3- Outras Despesas Correntes					
53- DESPESAS DE CAPITAL					
53.1- Investimentos					
53.2- Inversões Financeiras					
53.3- Amortização da Dívida					
54- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FCDF DESTINADOS AO ENSINO (52 + 53)					
55- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (37 +51 + 54)					

(. . .)

52.1- Pessoal e Encargos Sociais

Nessa linha, registrar as despesas com MDE de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Este mesmo "Manual" esclarece que no caso de pessoal requisitado entre órgãos e entidades, a despesa de pessoal será empenhada e executada pelo órgão requisitante, no caso concreto, a Prefeitura de Taubaté, de sorte que caso haja execução também pelo órgão cedente (Fundação FUST), este, ao receber o ressarcimento, deverá proceder a anulação da despesa correspondente, evitando, assim, que essa remuneração seja computada duplamente:

Nos casos de pessoal requisitado entre órgãos e entidades, a despesa de pessoal será empenhada e executada pelo órgão ou entidade requisitante. Caso haja empenho e execução tanto no órgão requisitante como no órgão cedente, este, ao receber o ressarcimento, deverá proceder à anulação da despesa e do empenho correspondente.[116] Se não houver ressarcimento, a despesa pertencerá ao órgão cedente.

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 268

Por todo o exposto, mantemos o acréscimo de **R$4.883.827,61**, aos gastos com pessoal do Executivo de Taubaté, decorrente de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU, com a execução transferida para a Fundação FUST[2].

I.4) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial:

Conforme destacamos inicialmente, além dos ajustes levados a efeito na apuração do percentual da Despesa de Pessoal, a fiscalização também efetuou apontamentos questionando a reclassificação de despesas empenhadas no elemento de despesa "3.1.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária – despesa de pessoal", para o elemento "3.3.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", no montante de **R$5.810.909,63**, mediante anulação de dotações relativas às despesas de pessoal, resultando, no seu entender, na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal.

Com a devida vênia, a nosso ver os procedimentos da Origem guardam conformidade com as orientações ofertadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que podem ser verificadas no documento denominado "Alinhamento Técnico e Pedagógico em Demonstrativos Fiscais – Despesa com Pessoal e Regime Próprio de Previdência Social", da Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação, estabelecendo que os aportes para cobertura de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência deverão ser classificados no elemento de despesa "**3– Outras Despesas Correntes**", conforme transcrito e negritado por nós:

> "São também receitas vinculadas ao RPPS as provenientes do aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, **devidamente registradas na contabilidade no elemento de despesa 97 – Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, conforme definido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19 de agosto de 2010**.
>
> No entanto, deve-se observar as regras contidas na Portaria MPS 746 de 27 de dezembro de 2011, que determina que os recursos provenientes desses aportes devem ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para a qual foram instituídos e devem permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 (cinco) anos.
>
> Ressalta-se que a Constituição Federal determina que os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. Para se promover o equilíbrio atuarial, a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 determina a necessidade de realização de

---

[2] TC-1483/026/14: Balanço Geral de 2014 da Universidade de Taubaté – UNITAU: sentença do Excelentíssimo Senhor Auditor Valdenir Antonio Polizeli, proferida em 04/02/2016, com a seguinte determinação: "determino à Autarquia para que: a-) evite intermediar repasses relativos aos convênios firmados pela FUST com outros órgãos públicos, em atividades de interesse destes".

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 269

avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, estabelece formas de se promover o equilíbrio, sendo uma delas a elaboração de plano de amortização, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit.

O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13–Contribuições Patronais, vinculados ao grupo de natureza da despesa 1-Pessoal e Encargos Sociais, **e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento 97–Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, vinculados ao grupo de natureza da despesa 3–Outras Despesas Correntes**.

Fonte:http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/334814/6_Despesa_com_Pessoal_e_Regime_Pr%C3%B3prio_de_Previd%C3%AAncia_Social.pdf/27bd9218-24fb-4746-9a80-4b2181ca6343

Ante o exposto, a nosso ver poderá ser afastado o apontamento quanto ao estorno de despesas liquidadas e pagas concernentes ao aporte para cobertura de déficit atuarial, influenciando na apuração equivocada de deduções na Despesa de Pessoal.

I.5) Conclusão – Despesas com Pessoal:

Diante de todo o exposto, recepcionamos os cálculos das despesas com pessoal apresentados à fl. 41 do relatório da fiscalização, indicando que o Poder Executivo de Taubaté despendeu o equivalente a **54,47%** da Receita Corrente Líquida com pessoal, em desconformidade com o limite máximo de 54% disciplinado no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		381.870.595,12	405.490.507,82	408.914.680,57
Receita Corrente Líquida - E	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
% Gasto Informado A/E	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
% Gasto Ajustado - D/H		51,13%	54,79%	54,47%

Identificador: 310031003300320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

I.6) Recondução dos Gastos com Pessoal (art. 23 LRF):

Em relação à recondução dos gastos com pessoal, destacamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina em seu artigo 23, que na hipótese da despesa total ultrapassar os limites por ela estabelecidos, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes:

> "Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição."

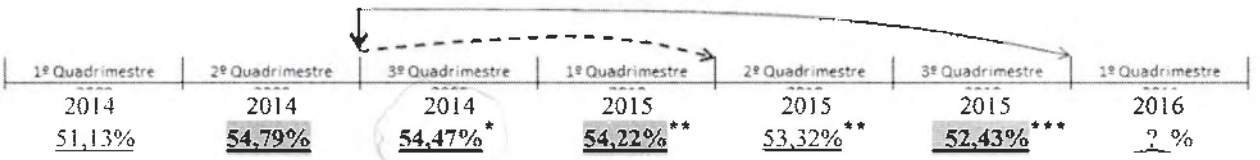
A mesma Lei Fiscal preceitua que o prazo em comento será duplicado no caso de crescimento baixo do PIB nacional no período correspondente aos 04 (quatro) últimos trimestres:

> Art. 66.Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.
> § 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.
> (...)
> § 3º Na hipótese do *caput*, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

Assim, de acordo com dados divulgados pelo IBGE o PIB brasileiro de 2014 cresceu 0,1% em relação ao ano anterior (doc. fl. 248), sendo que, casos como este - PIB inferior a 1% - aciona-se o disposto no artigo 66 da LRF, prevendo que os Poderes dupliquem os prazos de recondução aos limites de despesa total com pessoal.

No caso concreto, a taxa da despesa com pessoal acima do limite máximo disciplinado na Lei de Responsabilidade Fiscal restou apurada já no **2º quadrimestre** do exercício examinado, atingindo 54,79% (fl. 41).

Portanto, considerando a flexibilização à luz do artigo 66 da LRF, entendemos que o prazo para eliminação de 1/3 do excesso apurado no 2º quadrimestre/2014 seria estendido até abril/2015 (1º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite seria duplicado até dezembro/2015 (3º quadrimestre/2015):



1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre
2014	2014	2014	2015	2015	2015	2016
51,13%	**54,79%**	**54,47%** *	**54,22%** **	53,32% **	**52,43%** ***	? %

* conforme demonstrativo de fl. 41 recepcionado por esta Assessoria Técnica;
** dados já ajustados pela fiscalização conforme TC-2655/026/15 (Período: Acompanhamento 2º Quadrimestre/2015) – fls. 249/250, sem considerar, entretanto, a receita e a despesa da Universidade UNITAU;
*** conforme dados disponibilizados no AUDESP, porém ainda não submetidos ao crivo da fiscalização – fl. 251.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Com efeito, a taxa excedente da despesa com pessoal do 2° quadrimestre/2014 (54,79%) **foi reduzida em pelo menos 1/3** no 1° quadrimestre/2015, eis que atingiu 54,22% quando poderia estar ao menos no patamar de 54,53%:

- Demonstrativo da redução de 1/3 do excedente apurado no 2° quadrimestre/2014:
  54,79%: excedente 0,79%; 1/3 do excedente = 0,26%;
  54,79% (-) 0,26% = 54,53%

Todavia, o prazo duplicado para a eliminação total do excedente é o 3° quadrimestre/2015, sendo que nesse período, conforme dados disponibilizados no AUDESP, a taxa da despesa com pessoal figurou em **52,43%** (fl. 251), cabendo-nos salientar, contudo, que aludido índice não foi submetido ao crivo da fiscalização até a presente data.

II) ENSINO:

Conforme anotado no demonstrativo de fl. 49, após inspeção "in loco" a i. fiscalização apurou os seguintes índices da Educação:

- Aplicação no ensino (art. 212 da CF).....:	26,79% (mínimo 25%)
- Remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB:	70,33% (mínimo 60%)
- Total geral aplicado com recursos do FUNDEB .....:	100%

De nossa parte reiteramos os percentuais acima mencionados, com exceção daquele relativo à Educação Básica com Recursos Próprios (artigo 212 = 26,79%), eis que entendemos parcialmente procedentes o pedido da Origem, acolhendo nesta oportunidade os Restos a Pagar de 2013, quitados em 2014 a partir de 1° de fevereiro.

Sobre o tema, sugerimos apenas o acréscimo de R$835.537,21 validado pela inspeção "in loco à época", conforme se extrai da cópia do respectivo relatório (fls. 252/253), deixando de recepcionar o pedido ora formulado pelo defendente às fls. 202/203, na importância de R$1.515.982,71, porquanto o relatório analítico juntado como Documento n. 55 (Anexo III do Expediente TC-4153/026/16), não demonstra a data dos pagamentos ali relacionados, para que pudéssemos verificar o montante efetivamente quitado no período de 01/02/2014 a 31/12/2014.

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 282

II.1) Cálculo do Ensino ajustado por esta Assessoria:

Por todo o apontado, em nossa ótica os cálculos de aplicação das Despesas Próprias em Educação, consignados à fl. 35, passam a contar com a seguinte configuração:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Valores (R$)	
Receitas	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	**542.562.249,95**	100%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
(+) FUNDEB Retido	69.825.077,68	
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras		
(-) FUNDEB Retido e não Aplicado no Retorno		
(=) Aplicação até 31.12.2014 (artigo 212, CF)	**153.885.564,07**	28,36%
(+) Saldo FUNDEB 31/12 ☐ Aplicado 1º trim/2015	-	
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31/01/2015	(2.705.317,46)	
(-) Outros ajustes da Fiscalização	(5.836.284,94)	
(+) **Restos a Pagar de 2013, pagos no período de fevereiro a dezembro/2014, não computados naquele ano (2013)**	835.337,21	
(=) **Aplicação Final na Educação Básica apurada após análise da Defesa Prévia**	**146.179.298,88**	**26,94%**

II.2) Conclusão – Ensino:

Diante de todo o exposto, a síntese de nossa manifestação acerca da aplicação no ensino é a que segue:

- **Artigo 212 da Constituição Federal**: O Município cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal, aplicando no ensino o equivalente a **26,94%** das receitas resultantes de impostos;

- **FUNDEB/Magistério (60%)**: Quanto ao FUNDEB, houve o atendimento ao artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, investindo **70,33%** na remuneração dos profissionais do magistério (fl. 49);

- **FUNDEB / Total aplicado**: O Município aplicou integralmente os recursos recebidos do FUNDEB em 2014 (**100%**), cumprindo o preceituado no artigo 21 da Lei Federal n. 11.494/2007 - fl. 49.

É o que submetemos à elevada consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 15 de março de 2016.

Fábio Calastri Nobre
Assessoria Técnica

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 282

DISTRIBUIÇÃO EM: ____/____/____

DEVOLUÇÃO EM: 16/03/10

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 273

Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté.

O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR 7, encontra-se às fls. 18/131. Devidamente notificado, fl. 134, o responsável pelas contas apresentou suas alegações a partir da fl. 144.

Procedemos à análise dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do Município, tendo por base os dados contidos no relatório da fiscalização.

A Lei Orçamentária autorizou à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 7% da despesa total fixada (Item A.1).

O resultado da execução orçamentária da Administração Direta foi negativo em R$ 18.469.598,89 (-2,54%), pois a receita arrecadada de R$ 726.765.529,98 foi inferior a despesa executada ajustada de R$ 745.235.128,87 (Item B.1.1).

Ocorreu a abertura de créditos adicionais e a realização de transferência, remanejamento e/ou transposição de dotação orçamentária no valor de R$ 168.837.265,61, que correspondeu a 21,63% da despesa fixada inicial, e o Município realizou investimento correspondente a 9,32% da RCL (Item B.1.1).

Os resultados orçamentários dos últimos exercícios foram um superávit de 6,54% em 2013; déficit de 2,37% em 2012 e déficit de 0,06% em 2011 (Item B.1.1).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 285

O déficit financeiro de R$ 9.065.005,53 em 2013 alterou para um superávit financeiro de R$ 26.494.600,01 em 2014 e o resultado econômico positivo em R$ 43.769.999,98 elevou a situação patrimonial (Item B.1.2).

O saldo da dívida de curto prazo reduziu de R$ 85.957.967,37 para R$ 85.137.341,98, sendo que a Prefeitura possuía liquidez frente aos seus compromissos de curto prazo (Item B.1.3). A dívida consolidada ajustada aumentou 29,56% (Item B.1.4).

Em relação à fiscalização das receitas, foram constatadas a regularidade nos lançamentos, cobranças e registros e o Município efetuou ato irregular de renúncia de receita desatendendo as prescrições do artigo 14 da LRF (Itens B.1.5 e B.1.5.1).

A fiscalização apurou que houve um aumento no estoque da dívida ativa de 20,70% e no exercício em exame ocorreu o cancelamento de R$ 7.593.549,81 a este título, sendo os processos analisados, por amostragem, e não foram constatadas irregularidades nas baixas (Item B.1.6).

No caso dos precatórios judiciais, o Município em 2014 depositou em conta específica o montante de R$ 7.628.178,29, dando atendimento à determinação da EC 62/09, e depositou ainda R$ 5.220.428,27, cumprindo o acordo firmado junto ao TJSP para quitação dos saldos remanescentes dos exercícios de 2010, 2011, 2012 e de 2013. Também pagou os requisitórios de baixa monta incidentes no período e o balanço patrimonial não registrou corretamente as pendências judiciais (Item B.4.1).

Verificamos que os pareceres das contas de 2013 e de 2011 foram favoráveis com recomendações e o parecer das contas de 2012 foi desfavorável (Item D.5.1).

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 286

Entendemos que os resultados contábeis, propriamente ditos (orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial), foram satisfatórios e mantiveram o equilíbrio das contas do Executivo Municipal em 2014, inclusive com a diminuição da dívida de curto prazo.

Apesar desta situação favorável, a fiscalização destacou algumas ocorrências na conclusão do seu bem elaborado relatório de fls. 125/131 (falhas na movimentação orçamentária; déficit orçamentário de R$ 18.469.598,89 ou 2,54%; abertura de créditos adicionais e a transferência, o remanejamento e a transposição de dotações correspondentes a 21,63% da despesa fixada inicial; resultado econômico 62,69% inferior ao exercício anterior; divergência entre os valores da dívida flutuante constante na Prefeitura e o do Sistema AUDESP; aumento em 29,56% da dívida de longo prazo; pagamento insuficiente da dívida com a SABESP; renúncia de receita sem atendimento ao artigo 14, incisos I e II da LRF; diferença de saldo e falhas no controle da dívida ativa; divergência entre o valor do precatório judicial contabilizado pela Origem e o apurado pelo TJSP; ausência de empenho de valores repassados ao TJSP por meio de depósito judicial), que a nosso ver não macularam as contas num todo.

Verificamos detidamente as justificativas ofertadas a partir da fl. 144 e as cópias dos documentos anexados e entendemos que possam ser aceitos os esclarecimentos em relação ao déficit orçamentário, a queda no superávit econômico, o aumento da dívida de longo prazo, à divergência entre os valores da dívida flutuante constante na Prefeitura e o do Sistema AUDESP e as falhas e/ou divergências no item de precatório judicial.

Acreditamos que a próxima visita da fiscalização ao Município poderá verificar as regularizações anunciadas e ser recomendada à Origem, que aprimore seu planejamento com o intuito de que a efetiva alteração orçamentária seja aprimorada e com a estrita observação à legislação pertinente, que os apontamentos relativos à dívida ativa não se repitam e que novos parcelamentos com a SABESP sejam registrados na dívida do Município.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Diante do exposto, *exclusivamente* quanto aos itens ora verificados e sem embargo da análise dos tópicos do relatório pelas demais Assessorias, não vemos óbices contábeis para emissão de parecer sobre as contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 1° de julho de 2016.

Armando José Gonçalves
Assessoria Técnica

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 273

DISTRIBUIÇÃO EM: ___/___/___

DEVOLUÇÃO EM: 04/07/16

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período 1º Quadrimestre / 2016 **Município:** Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	835.097.665,41	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	424.597.180,91	50,8440 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	450.952.739,32	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	428.405.102,36	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-134.650.237,65	-16,1239 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	1.002.117.198,49	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	183.721.486,39	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Periodo	4.984.767,24	0,5969 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	133.615.626,47	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	58.456.836,58	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Identificador: 3100310033003200330003A0054005200410 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Processo: TC – 00563/026/14

Órgão: Prefeitura Municipal de Taubaté

Senhora Assessora Procuradora-Chefe:

Tratam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo em cumprimento a determinação constitucional.

Os trabalhos de inspeção "in loco" estiveram a cargo da Unidade Regional de São José dos Campos (U.R. – 7), que elaborou o relatório de fls. 18/131, demonstrando, de maneira pormenorizada, os procedimentos de gestão envolvendo os aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

No resumo constante do final do relatório (fls. 125/131) foram anotadas impropriedades em alguns itens.

Identificador: 310034003500320034003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 280

Efetuada a notificação de fls. 134, o Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior (Prefeito), apresentou as justificativas de 135/247 e documentos constantes de Anexos.

É o relatório.

Conforme retificação de cálculos, demonstrada pelo Assessor especializado às fls. 268/269, o Município aplicou 26,94% da receita de impostos no ensino e 70,33% dos recursos advindos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério, atendendo respectivamente desta forma as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e inciso XII, do artigo 60 do ADCT.

Atendido, também, o disposto no artigo 21, da Lei Federal n° 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

A Prefeitura observou o estabelecido pelo § 1°, do artigo 77, do ADCT, com

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 282

aplicação de 25,79% da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde.

Acerca do item B.2.2 – Despesa com Pessoal (fls. 41/48). Embora as despesas com pessoal e reflexos tenham superado o limite estabelecido na alínea "b", inciso III, do artigo 20 da L.R.F., **correspondendo a 54,47% do total das receitas correntes (conforme retificação de cálculos, demonstrada pelo Assessor especializado às fls. 254/268), há considerar que houve a recondução desses valores nos 1°, 2° e 3° quadrimestres de 2015, e 1° quadrimestre de 2016,** em atenção ao disposto no artigo 23 conjugado com o artigo 66, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que a despesa com pessoal foi reduzida respectivamente para 54,22%, 53,32%, 52,43% e 50,84% nos citados quadrimestres **(conforme comprovam os documentos juntados às fls. 249, 251 e 274).**

Aproveito, ainda, a oportunidade para transcrever trecho do r. voto de desempate, proferido pelo E. Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, quando da apreciação das contas da Prefeitura Municipal de Potim, exercício de 2011, na sessão de 29/10/2014 (tratadas no TC – 1455/026/11) pelo E. Tribunal Pleno, conforme segue:

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 282

"No que interessa no caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 23, faculta 8 (oito) meses (2 quadrimestres) para ajustar a despesa de pessoal, feito isso pelo aumento da base de cálculo (receita corrente líquida) ou, na hipótese mais provável, mediante a redução do numerador: o gasto propriamente dito; isto, segundo os critérios do art. 169, da Constituição.

Em assim sendo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na parte permanente, excepciona o princípio da anualidade e, nesse contexto, os relatórios de gestão fiscal (RGF) permitem analisar, a cada quadrimestre, o ajuste vindouro do desvio registrado no exercício anterior.

Em resumo, se a disciplina financeira garante 8 (oito) meses (2 quadrimestres) para ajustes, não me parece que o Órgão de Controle, no caso, este Tribunal, considere determinante de rejeição esse desajuste digamos, momentâneo, tempo, ainda, há para a conformação da despesa laboral.

Do contrário, estará a Corte agindo em desacordo com prerrogativa aberta, de forma cristalina, pelo direito financeiro."

Nessa conformidade, proponho seja relevada a impropriedade.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 283

Sobre o item B.4 - Despesas com Precatórios. De acordo com os informes de fls. 60/65, e a manifestação do Assessor preopinante (fls. 271), o Município não possuía dívidas de precatórios para pagamento no exercício. Cabe, todavia, recomendação para que seja efetuada a correta contabilização das pendências judiciais nas peças contábeis.

Os recolhimentos dos encargos sociais foram efetuados regularmente de uma forma geral, conforme item B.5.1 (fls. 65).

Referente ao item B.5.2 - Remuneração dos Agentes Políticos. Conforme fls. 65/66, não foram apontados pagamentos indevidos aos Agentes Políticos.

Relativo ao item B.7 - Transferências à Câmara (fls. 81). Os repasses ao Legislativo deram-se de forma regular, dentro do limite previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 285

Alusivo aos itens Multas de Trânsito e sua Aplicação, CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, e Royalties. A Fiscalização informa (fls. 59) que não encontrou indícios de irregularidades determinantes para a seleção/verificação dos referidos itens.

Sobre o item B.3.3.2 – Iluminação Pública. (o Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação da Resolução 414/10, e posteriores, da ANEEL). Considerando as justificativas de fls. 209, consubstanciando que, atualmente a Secretaria de Serviços Públicos está promovendo a avaliação da minuta do Termo de Transferência dos Ativos da Iluminação Pública, para posterior encaminhamento ao Chefe do Executivo, proponho seja relevada a impropriedade, sem embargo de que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame *in loco*, acompanhe o assunto.

Concernente ao item B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis para Análise (falta de informações nos Adiantamentos). Considerando as medidas corretivas anunciadas às fls. 211/212, sugiro

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 286

sejam relevados os óbices anotados. Especificamente sobre as anotações relativas aos Convênios (processos nºs 34982/13 e 8116/13) firmado com a Universidade de Taubaté – UNITAU, cumpre destacar que as matérias têm tratamento em autos próprios (TC – 979/007/14, 144/007/15).

Alusivo ao item C.1.1 – Falhas de Instrução (falhas no planejamento da Administração; ofensa à ampla competitividade; imprecisão do objeto a ser licitado; terceirização de atividades da Administração; falta de comprovação de entrega dos Convites; desvinculação do instrumento convocatório; e impropriedades nas formalização das dispensas e inexigibilidades). Os esclarecimentos e medidas anunciadas às fls. 220/229, descaracterizam ou justificam a contento as impropriedades anotadas. Assim, proponho sejam relevadas os óbices anotados, sem o embargo de recomendação para que a Origem, atente, de uma forma geral, para os ditames da Lei Federal nº 8.666/93.

Acerca do item C.2.3 – Execução Contratual. Em que pesem as justificativas ofertadas às fls. 232/234, sugiro que as execuções dos ajustes arrolados às fls. 100/110, sejam apreciadas em autos específicos nesta Casa.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 282

Concernente aos demais aspectos econômicos e financeiros, o preopinante especializado (fls. 321/324) conclui pela emissão de Parecer favorável às contas ora em exame.

As demais impropriedades constantes do relatório da Fiscalização, ou já foram afastadas pelas providências adotadas, ou são formais, passíveis de recomendações para que a Origem promova as efetivas regularizações.

Conclusão

Pelo exposto, manifesto-me pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 21 de julho de 2016.

Rogério Loubet Pantaleão

Assessoria Técnica

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 283

DISTRIBUIÇÃO EM: 21/7/16

DEVOLUÇÃO EM: ___/___/___

Seção fls. 283

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC- 563/026/14

Senhor Conselheiro,

Submeto a Vossa Excelência os pareceres de fls. 254/282, no sentido da emissão de parecer **favorável** às contas anuais de 2014 da Prefeitura Municipal de **Taubaté.**

Acrescento às citadas manifestações proposta de recomendação ao Prefeito para que: estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências/remanejamentos/transposições condicionado à inflação projetada para o período, de acordo com o Comunicado SDG n.º 29/10; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; observe as determinações dos incisos I a V, do parágrafo único, do artigo 22 e do artigo 23 ambos da LRF, em relação aos gastos com Pessoal.

Ao Ministério Público de Contas, conforme determinação no r. Despacho de fls. 134.

A.T.J., em 21 de julho de 2016.

RAQUEL ORTIGOSA BUENO
Assessora Procuradora – Chefe

WTCS/r

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 – Centro – SP – CEP 01017-906 – PABX 3292-3266

Recebido por Silvio Ianati
MPC-SP, em 22/7/16

Juntados as fls. 284 e 285.

Recebido por Gerson Medolago
MPC-SP, em 08/08/16

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo nº: TC-563/026/14
Órgão: Prefeitura Municipal de Taubaté
Assunto: Contas anuais
Exercício: 2014

Em exame, nos termos do art. 71, inc. I c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, inc. XIII da Constituição Estadual, e art. 2º, inc. II da LCE 709/93, prestação anual de contas da administração financeira da Prefeitura Municipal em epígrafe.

D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL

Anotou a Fiscalização, que o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal conta com cargos em comissão com atribuições que não coadunam com os cargos de direção, chefia e assessoramento, consoante o disposto no art. 37, V, da CF.

Garantido o contraditório e a ampla defesa, o Gestor Municipal apresentou as alegações que entendeu pertinente.

Estipula o art. 115, inc. V, da Constituição Paulista (espelhando o art. 37, inc. V, da CF) que o cargo em comissão destina-se apenas às atribuições de "direção, chefia e assessoramento". Tem por finalidade propiciar ao governante o controle das diretrizes políticas traçadas, exigindo, portanto, das pessoas indicadas a titularizá-los, absoluta fidelidade à orientação fixada pela autoridade nomeante. Em outras palavras, o cargo de provimento em comissão está diretamente ligado ao dever de lealdade à linha fixada pelo agente político superior, não se prestando à criação de postos comuns, com atribuições estritamente técnicas ou profissionais.

A criação de cargo em comissão em moldes artificiais e não condizentes com as praxes de nosso ordenamento jurídico e administrativo, só pode ser encarada como inaceitável esvaziamento da exigência constitucional de concurso. A via democrática do concurso público é a regra republicana consagrada no Pacto Federativo de 1988 e a reserva de cargos a serem providos pela livre escolha do transitório detentor de mando é exceção a ser observada com prudência e modicidade. O subjetivismo da escolha deve ser substituído pela objetividade do mérito.

Vale mencionar elucidativo julgado do Tribunal de Justiça paulista a respeito:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Criação de cargos em comissão para funções que se não enquadram na exceção ao concurso público. A regra geral é o concurso público, aberto a todos e aferidor de qualidades profissionais e mérito. O provimento em comissão é exceção que não pode ser dilargada, pena de se malferir o princípio fundante da moralidade administrativa. Ação direta procedente.

INCONSTITUCIONALIDADE. Cargos técnicos destinados a provimento em comissão. Funções que reclamam competência técnica a ser aferida em seleção por mérito, própria a concurso público. Vulneração ao artigo 37, incisos II e V da CF/88 e ao artigo 115, incisos II e V da Constituição Paulista de 1989. Precedentes do STF e do TJSP. Ação direta procedente." (TJ/SP, Órgão Especial, ADI nº 0279537-81.2011.8.26.0000, Rel. Des. Renato Nalini, j. 04/04/2012, v.u.)

Neste ponto, saliente-se que a Primeira Câmara, em sessão de 09 de setembro de 2014, emitiu parecer desfavorável a aprovação das contas e determinou que a próxima fiscalização atestasse a implementação das medidas anunciadas quanto ao quadro de pessoal e bens patrimoniais – TC-1607/026/12, veja-se:

"Caberá ao Órgão de Fiscalização, quando da próxima inspeção "in loco", verificar a efetiva implementação das medidas anunciadas nas razões de defesa de fls.64/98, especialmente quanto aos itens Quadro de Pessoal e Bens Patrimoniais."

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Av. Rangel Pestana, 315 - São Paulo - SP - CEP 01017-906
www.tce.sp.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, com o fito de prevenir a repetição da ocorrência defeituosa verificada, é pertinente que a Justiça de Contas, na forma do art. 35 da LCE 709/93, expeça **DETERMINAÇÃO** para que o **Executivo** em exame realize adequações no seu quadro de pessoal, excluindo cargo em comissão com funções de servidor permanente, conferindo atribuições aos cargos em comissão, conforme o descrito no inciso V, art. 37 da CF.

Com efeito, o *Parquet* de Contas, no exercício de sua função constitucional de *custos legis*, observada a adequação da instrução processual, com o respeito das garantias do contraditório e da ampla defesa e, considerando principalmente a boa-fé do gestor em reconhecer os erros e se prontificar para corrigi-los, opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL, COM RESSALVAS,** das contas do Executivo em exame, ressaltando a necessidade da expedição da determinação constante no corpo do parecer e das seguintes recomendações:

1. **A.1** – aprimore o plano de mobilidade urbana, a fim de atender todos os requisitos dispostos no art. 24 da lei 12.587/12;
2. **A.2** – para que a próxima auditoria ordinária ateste a veracidade do noticiado pelo defendente, quanto ao total cumprimento da lei de acesso a informação;
3. **B.1.1, B.1.3, B.1.4, B.1.6, B.3.1, B.4.1.1, B.5.3.1 e B.6** - adote medidas eficazes para regularizar as divergências/inconsistências apontadas nas peças contábeis, bem como nas informações enviadas ao sistema Audesp, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil;
4. **B.2.2** – observe com rigor o disposto no art. 20, inc. III, alínea 'b' da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao limite para a realização das despesas de pessoal (obs.: A ATJ anotou que o Executivo reduziu os gastos com pessoal nos quadrimestres subsequentes, sendo que, no 3° quadr./15 a taxa de despesa com pessoal ficou em 52,42% da RCL - fls. 267/268) ;
5. **B.8** – observe com rigor os prazos das exigibilidades das ordens cronológicas de pagamentos;
6. **C.1 e C.2** - observe com rigor dos ditames da Lei Federal n° 8.666/93, bem como as Jurisprudências e Sumulas da Corte Paulista de Contas, no tocante as despesas realizadas através de procedimento licitatório ou através de compra direta;
7. **D.1.1** – envide esforços para sanar as falhas anotadas nos livros e registros;
8. **D.2** – alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1° da LRF e art. 83 da Lei Federal 4.320/64), observando o Comunicado SDG 34/2009;
9. **D.3.1** - para que a próxima fiscalização *in* loco verifique a implementação das medidas adotadas no tocante ao servidores com férias vencidas;
10. **D.3.1** – promova as devidas adequações no seu quadro de pessoal, bem como realize de concurso público para provimento de cargos para os quais houve designação de servidores para exercício de atividades em desvio de função, sem caracterização de situação emergencial;
11. **D.3.1** – verifique as reais necessidades para o pagamento de horas extraordinárias, bem como promova um melhor controle das horas extraordinárias de seus servidores;
1. **D.5** – atenda as recomendações e Instruções do Tribunal, sob pena de, no caso de reincidência sistemática no descumprimento de normas legais, ter suas contas rejeitadas, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104 da LCE 709/93.

É o parecer que ofertamos como *custos legis*.

São Paulo, 8 de agosto de 2016.

RENATA CONSTANTE CESTARI
Procuradora do Ministério Público de Contas

CPB

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Av. Rangel Pestana, 315 - São Paulo - SP - CEP 01017-906
www.tce.sp.gov.br

R... ...o em 09 / 08 / 2016
no ... Sidney Estanislau Beraldo
Por ... RR nº 9307

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

286

PROCESSO - TC Nº:	563/026/14

1. NOME: Diogo X. Delfino
2. CPF 381.240.218-45 RG: 39.307.051-7
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.: 137
5. ENDEREÇO: Augusta Nº: 257
6. CIDADE: SP CEP:
7. TELEFONE/RAMAL: (11) 3257-4512 EMAIL:

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS .*( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSóRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 11 / 8 / 2016

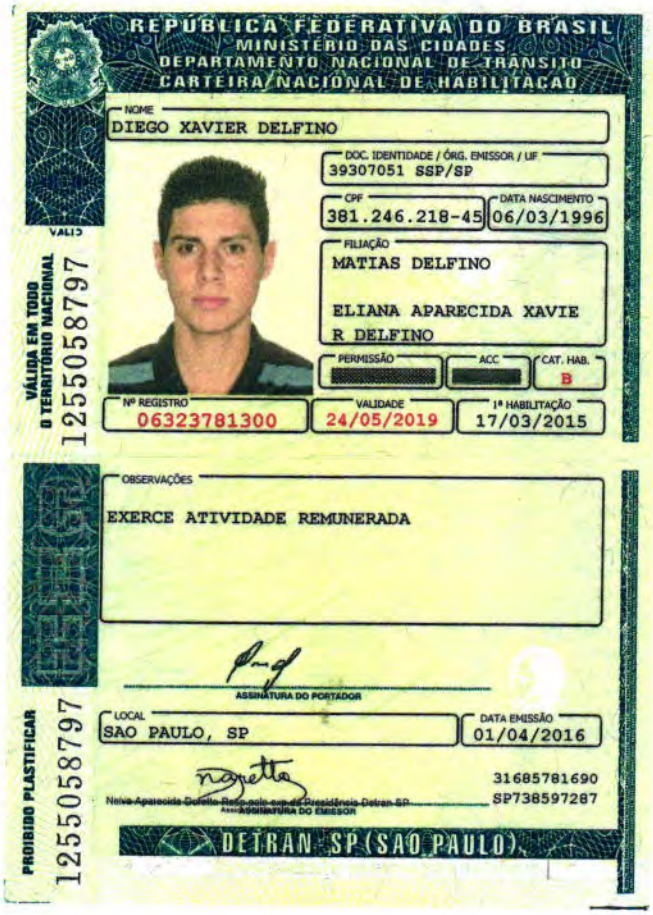
SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 11 / 08 / 2016

FUNCIONARIO DO CARTORIO

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 - Prédio Sede - Centro - SP - CEP 01017-906
PABX: 3292-3266 - RAMAIS: 3519, 3655, 3527

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DIEGO XAVIER DELFINO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
39307051 SSP/SP

CPF
381.246.218-45

DATA NASCIMENTO
06/03/1996

FILIAÇÃO
MATIAS DELFINO
ELIANA APARECIDA XAVIE R DELFINO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06323781300

VALIDADE
24/05/2019

1ª HABILITAÇÃO
17/03/2015

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
12550587 97

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
01/04/2016

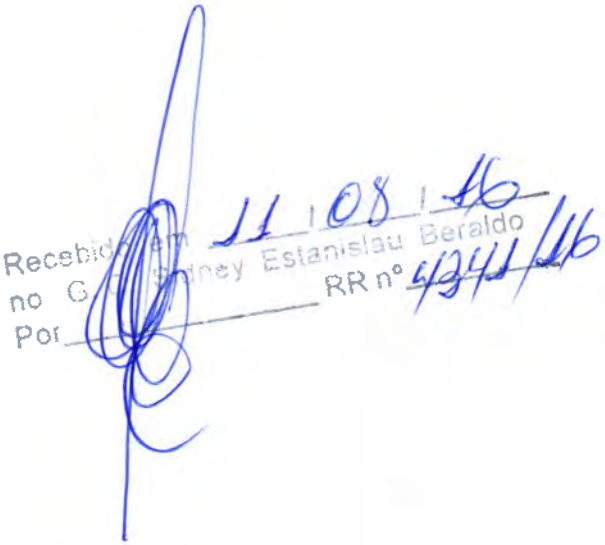
Neiva Aparecida Dutello Rodrigues Diretora de Habilitação Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR

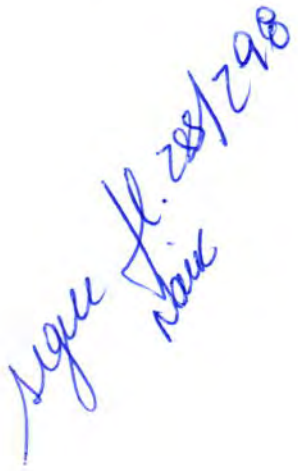
31685781690
SP738597287

DETRAN SP (SAO PAULO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
12550587 97

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade





Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

fl. 2888

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 1433/026/11 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2011**

Decisão de 03/09/2013

Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 14/09/2013

Decisão de 01/10/2014

Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 15/11/2014

Decisão com Trânsito em Julgado em 24/11/2014

Página 1 de 1

Volta para a página anterior.

TOTAL DE PROCESSOS: 1

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 289

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER
TC-001433/026/11

Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2011.
Prefeito: Roberto Pereira Peixoto.
Advogado: Anthero Mendes Pereira.
Acompanham: TC-001433/126/11 e Expedientes: TC-019583/026/11 e TC-013923/026/12.
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalizada por: UR-14 - DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 - DSF-II.

Execução Orçamentária: *Déficit de 0,06% - R$ 358.862,84* ***Aplicação no Ensino:*** *24,60%* ***Magistério:*** *70,84%* ***FUNDEB:*** *100%* ***Despesas com pessoal:*** *57,14%* ***Aplicação na Saúde:*** *23,67%* ***Remuneração dos Agentes Políticos:*** *em ordem.*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 03 de setembro de 2013, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Eduardo Ramalho, em face das falhas constatadas nos autos, indicadas no voto do Relator e, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determina a formação de autos apartados para exame das possíveis irregularidades relativas ao quadro de pessoal, apontadas pela Fiscalização no subitem D.3.1 do relatório, devendo o TC-13923/026/12 acompanhar o processo a ser formado.

Recomenda, ao atual gestor, a observância dos artigos 39, § 4º, 167, V e VI, da Constituição Federal quanto ao pagamento de subsídio em parcela única e à abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa; obediência ao artigo 320 da Lei Federal nº 9.503/07 quanto à aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito; realização de despesas sob regime de adiantamento mediante apresentação da documentação comprobatória adequada; envio de dados fidedignos ao Tribunal, em obediência ao Comunicado SDG n.º 34/09, princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64); atendimento às prescrições dos artigos 14, 48-A e 51, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal; cumprimento do

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

disposto no artigo 74 da Carta Federal e no artigo 35 da Constituição Estadual; observância da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às licitações e contratos e atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 12 de setembro de 2013.

RENATO MARTINS COSTA **PRESIDENTE E RELATOR**

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 291

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER
TC-001433/026/11

PEDIDO DE REEXAME
Município: Taubaté.
Prefeito: Roberto Pereira Peixoto.
Exercício: 2011.
Requerente: Roberto Pereira Peixoto – Prefeito à época.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 03-09-13, publicado no D.O.E. de 14-09-13.
Advogado: Thiago de Bórgia Mendes Pereira.
Acompanham: TC-001433/126/11 e Expedientes: TC-019583/026/11, TC-013923/026/12 e TC-041380/026/12.
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalização atual: UR-7 - DSF-II.

ENSINO (24,60%) - PESSOAL (57,14%) - PRECATÓRIOS (EC 62/09) - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS (ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93) – *reiteração das alegações anteriores, analisadas e rejeitadas por esta Corte – ausência de comprovação do depósito da 14ª parcela referente aos precatórios – superada a questão do cômputo na RCL da contribuição patronal recolhida pela Universidade de Taubaté/UNITAÚ (autarquia autônoma) ao Instituto de Previdência Próprio – mantido o percentual de 24,60% no ensino – falhas relativas à desobediência à ordem cronológica de pagamentos, licitações e contratos sem esclarecimento – **RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO**.*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de outubro de 2014, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Relator, Antonio Roque Citadini, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho, Sidney Estanislau Beraldo, e do Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, considerando que as razões apresentadas não se mostraram suficientes para abalar os fundamentos do r. decisório combatido, negar-lhe provimento, ficando mantido, integralmente, o v. parecer recorrido.

Presente na sessão o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 293

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 05 de novembro de 2014.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES **PRESIDENTE**

RENATO MARTINS COSTA **RELATOR**

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

fl. 293

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 2022/026/12 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2012**

Decisão de 02/09/2014

Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 14/10/2014

Decisão com Trânsito em Julgado em 17/11/2014

Página 1 de 1

Volta para a página anterior.

TOTAL DE PROCESSOS: 1

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

P A R E C E R

TC-002022/026/12
Município: Taubaté.
Assunto: Contas anuais do exercício de 2012.
Prefeito: Sr. Roberto Pereira Peixoto.
Advogados: Drs. Thiago de Bórgia Mendes Pereira (OAB/SP 234.863), Ernani Barros Morgado Filho (OAB/SP 72.189), Roberta Flores de Alvarenga Peixoto (OAB/SP 248.342), Erich Bernat Castilhos (OAB/SP 160.568), Danilo Borrasca Rodrigues (OAB/SP 311.852), Leila Santurian (OAB/SP 247.463) e outros.
Acompanham: TC-002022/126/12 Expedientes: TC-000632/007/12, TC-001305/007/12, TC-000378/014/12, TC-000501/014/12 e TC-042342/026/12.
Procurador de Contas: Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa.

EMENTA: Município: Taubaté. Contas anuais do exercício de 2012. Ensino: 25,38%. FUNDEB: 99,85%. Magistério: 76,33%. Pessoal: 57,77%. Saúde: 27,50%. Déficit Orçamentário: 2,37%. Aumento das despesas com Pessoal, em descumprimento ao disposto no artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não atendimento ao contido no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Encargos: descontos em folha de pagamento efetuados, mas não houve a comprovação de recolhimento junto ao Instituto. Despesas com Publicidade e Propaganda Oficial, em desacordo com o artigo 73, VII da Lei Eleitoral. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura. Votação unânime.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-002022/026/12.

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, conforme Notas Taquigráficas, juntados aos autos, a E. Segunda Câmara, em sessão de 02 de setembro de 2014, pelo Voto do Conselheiro Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, e dos Auditores Substitutos de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli e Josué Romero, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2012, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determinou, outrossim, a abertura de autos apartados para instrução complementar da matéria destacada no referido voto.

À margem do parecer, acolheu as recomendações propostas às fls. 205/215 dos autos, a serem enviadas mediante ofício.

Determinou, por fim, à Unidade Regional competente que, em próxima inspeção, certifique-se das providências adotadas pela origem; bem como sejam arquivados os expedientes relacionados no voto do Relator, que subsidiaram o relatório da Fiscalização.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 09 de outubro de 2014.

ANTONIO ROQUE CITADINI - Presidente e Relator

MS

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

fl. 296

Processo nº: 2090/026/13	Matéria: CONTAS MUNICIPAIS	Exercício: 2013

Decisão de 24/11/2015

Conselheiro Dr. Dimas Eduardo Ramalho:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 06/01/2016

TOTAL DE PROCESSOS: 1

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 297

PARECER

TC-002090/026/13
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2013.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogado: Ernani Barros Morgado Filho, Flávia Maria Palavéri, Marcelo Palavéri, Leandro da Rocha Bueno e outros.
Acompanha: TC-002090/126/13.
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
Sustentação oral proferida em sessão de 17-11-15.

	EFETIVADO	ESTABELECIDO
Ensino *(Constituição Federal, artigo 212)*	26,25%	*Mínimo: 25%*
Despesas com Profissionais do Magistério *(ADCT da Constituição Federal, artigo 60, XII)*	70,06%	*Mínimo: 60%*
Utilização dos recursos do FUNDEB *(artigo 21, §2°, da Lei Federal n° 11.494/07)*	98,04%	*Mínimo: 95% no exercício e 5% no 1° trimestre seguinte*
Saúde *(ADCT da Constituição Federal, artigo 77, inciso III)*	24,36%	*Mínimo: 15%*
Despesas com pessoal *(Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 20, III, "b")*	52,43%	*Máximo: 54%*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2015, pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Presidente e Relator, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa, na conformidade do voto do Relator e das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2013, ressalvados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com determinação à Fiscalização.
Determinou, outrossim, à margem do Parecer, a expedição de ofício à origem, com as recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.
Determinou, por fim, a formação de autos próprios para análise da contratação por Inexigibilidade de Licitação da Empresa Helde Gonçalves de Miranda Eventos ME (HGM Eventos), destinada à realização do Festival Taubaté and Blues, e da Tomada

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl-298

de Preços nº 12/2013, que resultou na contratação da empresa Amabile F. Marcondes Construções – EPP.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas: Élida Graziane Pinto.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2015.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
RELATOR

09

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Município: Taubaté
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Exercício: 2014
Mês: 14
EM R$

ATIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	112.386.897,31	121.486.054,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.183.526,87	112.239.786,30
Créditos a Curto Prazo	233.008,84	40,98
Crédito Tributário a Receber	0,00	40,98
Clientes	233.008,84	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.965.050,29	8.025.798,95
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	8.965.050,29	8.025.798,95
Estoques	3.005.311,31	1.220.428,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE	631.325.793,01	562.960.914,96
Ativo Realizável a Longo Prazo	164.225.099,32	146.268.380,76
Créditos a Longo Prazo	163.812.652,87	145.855.934,31
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.308.308,67	5.345.640,88
Dívida Ativa Tributária	141.030.142,31	126.124.968,53
Dívida Ativa não Tributária	15.474.201,89	14.385.324,90
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	412.446,45	412.446,45
Ações	406.972,95	406.972,95
Outros Investimentos e Aplicações Temporárias	5.473,50	5.473,50
Imobilizado	467.096.496,49	416.692.534,20
Bens Móveis	105.973.391,68	95.404.103,23
Bens Imóveis	361.123.104,81	321.288.430,97
Intangível	4.197,20	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	4.197,20	0,00
TOTAL DO ATIVO	743.712.690,32	684.446.969,49
ATIVO FINANCEIRO	109.113.280,13	120.230.288,22
ATIVO PERMANENTE	634.599.410,19	564.216.681,27

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.218.895,00	6.407.014,37
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros Atos Potenciais do Ativo		

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 300

Município: Taubaté
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Exercício: 2014
Mês: 14
EM R$

PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	24.607.749,12	40.827.550,04
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	895.540,06	8.265.005,10
Pessoal a Pagar	486.367,59	2.488.762,13
Encargos Sociais a Pagar	409.172,47	5.776.242,97
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.723.456,91	18.642.806,98
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.009,54	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.982.742,61	13.919.737,96
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	86.661.512,00	54.945.990,23
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	5.626.355,97	4.291.258,65
Pessoal a Pagar	5.413.988,92	4.126.594,69
Benefícios Previdenciários a Pagar	212.367,05	164.663,96
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	52.724.387,10	21.353.484,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	28.310.768,93	29.301.247,20
TOTAL DO PASSIVO	111.269.261,12	95.773.540,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
Resultados Acumulados	632.443.429,20	588.673.429,22
Resultado do Exercício	161.096.963,62	117.326.963,64
Resultado de Exercícios Anteriores	471.346.465,58	471.346.465,58
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	632.443.429,20	588.673.429,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	743.712.690,32	684.446.969,49
PASSIVO FINANCEIRO	82.618.680,12	41.644.009,63
PASSIVO PERMANENTE	86.674.465,69	55.017.559,93

SALDO PATRIMONIAL	574.419.544,51	587.785.399,93

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.660.098,38
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Obrigações Contratuais	157.912.982,68	146.702.100,82
Outros Atos Potenciais do Passivo		

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 301

LEI Nº 4.835, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoria: Prefeito Municipal

Estima a receita e fixa a despesa do Executivo Municipal, do Instituto de Previdência do Município de Taubaté – IPMT e da Universidade de Taubaté e suas Fundações para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - o orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações.

Parágrafo único. As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da Receita

Art. 2º A receita orçamentária é estimada na forma dos quadros I, I–A, II, III, e IV, que fazem parte integrante desta Lei, em R$ 1.095.228.749,00 e se desdobra em:

I - R$ 958.170.896,00 do orçamento fiscal; e

II - R$ 137.057.853,00 do orçamento da seguridade social.

Art. 3º A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	233.227.000,00	0,00	233.227.000,00
Receita Patrimonial	4.986.000,00	704.000,00	5.690.000,00
Receita de Serviços	3.970.000,00	0,00	3.970.000,00
Transferências Correntes	585.138.000,00	28.242.000,00	613.380.000,00

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
Outras Receitas Correntes	20.405.000,00	1.895.000,00	22.300.000,00
(-) Deduç da Receita Formação do Fundeb	-78.071.000,00	0,00	-78.071.000,00
Total das Receitas Correntes	769.655.000,00	30.841.000,00	800.496.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3.235.000,00	0,000	3.235.000,00
Transferências de Capital	0,00	6.269.000,00	6.269.000,00
Total das Receitas de Capital	3.235.000,00	6.269.000,00	9.504.000,00
Total da Administração Direta	772.890.000,00	37.110.000,00	810.000.000,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
INST. DE PREVID. DO MUNIC. DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	2.530.500,00	47.838.652,00	50.369.152,00
Receita Patrimonial	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
Outras Receitas Correntes	14.295.000,00	281.801,00	14.576.801,00
Receitas Correntes – intra-orçamentárias	0,00	51.827.400,00	51.827.400,00
Total das Receitas Correntes	22.325.500,00	99.947.853,00	122.273.353,00
FUND. UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	46.896,00	0,00	46.896,00
Receita de Serviços	18.676.500,00	0,00	18.676.500,00
Total das Receitas Correntes	18.723.396,00	0,00	18.723.396,00
FUND. CAIXA BENEF. SERV. DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	200.000,00	0,00	200.000,00
Receita de Serviços	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00	0,00	150.000,00
Total das Receitas Correntes	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	290.000,00	0,00	290.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00	0,00	10.000,00
Total das Receitas de Capital	300.000,00	0,00	300.000,00

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 203

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
FUND. ARTÍSTICA E CULTURAL DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	1.000,00	0,00	1.000,00
Receita de Serviços	9.000,00	0,00	9.000,00
Total das Receitas Correntes	10.000,00	0,00	10.000,00
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	13.000,00	0,00	13.000,00
Receita de Serviços	205.000,00	0,00	205.000,00
Total das Receitas Correntes	218.000,00	0,00	218.000,00
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	3.585.000,00	0,00	3.585.000,00
Receita de Serviços	114.148.000,00	0,00	114.148.000,00
Transferências Correntes	10.358.000,00	0,00	10.358.000,00
Outras Receitas Correntes	11.756.000,00	0,00	11.756.000,00
Total das Receitas Correntes	139.847.000,00	0,00	139.847.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	5.000,00	0,00	5.000,00
Transferências de Capital	352.000,00	0,00	352.000,00
Total das Receitas de Capital	357.000,00	0,00	357.000,00
3. ADMINISTRAÇAODIRETA E INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	233.227.000,00	0,00	233.227.000,00
Receita de Contribuições	2.530.500,00	47.838.652,00	50.369.152,00
Receita Patrimonial	14.331.896,00	704.000,00	15.035.896,00
Receita de Serviços	140.158.500,00	0,00	140.158.500,00
Transferências Correntes	595.496.000,00	28.242.000,00	623.738.000,00
Outras Receitas Correntes	46.606.000,00	2.176.801,00	48.782.801,00
Receitas Correntes – intra-orçamentárias	0,00	51.827.400,00	51.827.400,00
(-) Dedução da Receita para Formação do Fundeb	-78.071.000,00	0,00	-78.071.000,00
Total das Receitas Correntes	954.278.896,00	130.788.853,00	1.085.067.749,00

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 304

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3.235.000,00	0,00	3.235.000,00
Alienação de Bens	295.000,00	0,00	295.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00	0,00	10.000,00
Transferências de Capital	352.000,00	6.269.000,00	6.621.000,00
Total das Receitas de Capital	3.892.000,00	6.269.000,00	10.161.000,00
Total da Administração Direta e Indireta	958.170.896,00	137.057.853,00	1.095.228.749,00

Seção II

Da fixação da Despesa

Art. 4º A despesa é fixada na forma dos quadros I, I–B, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII que fazem parte integrante desta Lei, em R$ 1.093.598.749,00, na seguinte conformidade:

I - R$ 780.189.215,00 do orçamento fiscal; e

II - R$ 313.409.534,00 do orçamento da seguridade social.

Art. 5º A despesa fixada está assim desdobrada:

I – por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Despesas Correntes	504.625.250,00	186.641.000,00	691.266.250,00
Despesas de Capital	96.842.706,00	20.008.000,00	116.850.706,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	602.467.956,00	206.649.000,00	809.116.956,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Despesas Correntes	148.637.896,00	106.210.534,00	254.848.430,00
Despesas de Capital	4.832.500,00	550.000,00	5.382.500,00
Reserva de Contingência – IPMT	23.825.863,00	0,00	23.825.863,00
Reserva de Contingência – UNITAU	400.000,00	0,00	400.000,00
Reserva de Contingência – FUNCABES	20.000,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência – FUNAC	5.000,00	0,00	5.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	177.721.259,00	106.760.534,00	284.481.793,00
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
Despesas Correntes	653.263.146,00	292.851.534,00	946.114.680,00

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 323

fl. 305

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Despesas de Capital	101.675.206,00	20.558.000,00	122.233.206,00
Reserva de Contingência	25.250.863,00	0,00	0,00
TOTAL DA ADM. DIRETA E INDIRETA	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

II – por órgãos de governo:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	28.500.000,00	0,00	28.500.000,00
Chefia do Gabinete do Prefeito	4.020.000,00	1.850.000,00	5.870.000,00
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	12.835.000,00	0,00	12.835.000,00
Secretaria de Esportes e Lazer	17.961.000,00	0,00	17.961.000,00
Secretaria de Planejamento	9.240.000,00	0,00	9.240.000,00
Secretaria de Desenvolvimento e Inovação	4.300.000,00	0,00	4.300.000,00
Secretaria de Administração e Finanças	30.849.956,00	0,00	30.849.956,00
Secretaria de Saúde	0,00	172.778.000,00	172.778.000,00
Secretaria de Desenv. e Inclusão Social	13.030.000,00	32.021.000,00	45.051.000,00
Secretaria de Obras, Trânsito e Transportes	76.156.000,00	0,00	76.156.000,00
Secretaria de Serviços Públicos	74.524.000,00	0,00	74.524.000,00
Secretaria de Segurança Pública Municipal	21.776.000,00	0,00	21.776.000,00
Secretaria de Educação	283.635.000,00	0,00	283.635.000,00
Secretaria de Turismo e Cultura	14.901.000,00	0,00	14.901.000,00
Secretaria de Meio Ambiente	2.132.000,00	0,00	2.132.000,00
Secretaria dos Negócios Jurídicos	7.608.000,00	0,00	7.608.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	601.467.956,00	0,00 206.649.000,00	808.116.956,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Instituto de Previdência do Mun. de Taubaté	0,00	99.330.534,00	99.330.534,00
Universidade de Taubaté	132.544.000,00	0,00	132.544.000,00
Fund. Artística e Cultural da UNITAU	155.000,00	0,00	155.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	350.000,00	7.430.000,00	7.780.000,00
Fund. Universitária de Taubaté	20.123.396,00	0,00	20.123.396,00
Fund. de Apoio a Pesquisa, Tecnologia e Inovação da UNITAU	298.000,00	0,00	298.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	153.470.396,00	106.760.534,00	260.230.930,00

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 306

3. RESERVA DE CONTINGÊNCIA ADMINSTRAÇÃO DIRETA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Instituto de Previdência do Município de Taubaté	23.825.863,00	0,00	23.825.863,00
Universidade de Taubaté	400.000,00	0,00	400.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	5.000,00	0,00	5.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	20.000,00	0,00	20.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

III – por funções:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
01. LEGISLATIVA	28.500.000,00	0,00	28.500.000,00
03. ESSENCIAL À JUSTIÇA	7.608.000,00	0,00	7.608.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	75.766.352,00	0,00	75.766.352,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	22.906.000,00	0,00	22.906.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	36.381.000,00	36.381.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	99.850.534,00	99.850.534,00
10. SAÚDE	0,00	177.178.000,00	177.178.000,00
11. TRABALHO	250.000,00	0,00	250.000,00
12. EDUCAÇÃO	420.871.000,00	0,00	420.871.000,00
13. CULTURA	9.476.000,00	0,00	9.476.000,00
15. URBANISMO	129.323.000,00	0,00	129.323.000,00
16. HABITAÇÃO	8.088.000,00	0,00	8.088.000,00
17. SANEAMENTO	14.020.000,00	0,00	14.020.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	2.132.000,00	0,00	2.132.000,00
19. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	298.000,00	0,00	298.000,00
20. AGRICULTURA	2.433.000,00	0,00	2.433.000,00
22. INDÚSTRIA	2.923.000,00	0,00	2.923.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.610.000,00	0,00	2.610.000,00
26. TRANSPORTE	3.450.000,00	0,00	3.450.000,00
27. DESPORTO E LAZER	17.971.000,00	0,00	17.971.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	6.313.000;00	0,00	6.313.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.250.863,00	0,00	25.250.863,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 326

fl. 307

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Art. 6° O orçamento de investimento da Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté é de R$ 3.500.000,00.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 7° Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I – até o limite de 7 % da despesa total fixada no art. 4°; e

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 8° No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2014, nos termos do art. 43, § 1°, incisos I e II, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964;

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 1964, até o limite de um vinte avos da receita prevista para o exercício;

V - destinados à cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite do valor de cada uma de suas ações.

Art. 9° Ficam a Universidade de Taubaté e suas Fundações autorizadas a:

I - abrir créditos suplementares até o limite de 7% do total da despesa fixada para o exercício, observado o disposto o art. 43 da Lei n° 4.320, de 1964; e

II - até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Parágrafo único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis da Unitau para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 10. Os créditos suplementares autorizados, abertos por Ato Executivo do Reitor, quando destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 326

fl. 308

pessoal e encargos sociais, precatórios judiciais e a despesas de exercícios anteriores, não onerarão o limite autorizado no art. 9º.

Art. 11. Os valores constantes dos anexos que acompanham o orçamento atualizam os da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2014.

Art. 12. Na hipótese de se tornar necessária a ampliação dos valores correspondentes às Transferências Financeiras às Fundações e ao Instituto de Previdência do Município de Taubaté, o Reitor editará Ato Executivo para sua efetivação, indicando os recursos que lhe darão cobertura.

Parágrafo único. No caso de redução do valor previsto para as transferências, será obrigatório às Fundações efetuar a limitação de despesas, quando necessário, para a manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 13. Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 14. As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014.

Parágrafo único. As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram–se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 15. As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice–versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 30 de dezembro de 2013, 369º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 30 de dezembro de 2013.

EDUARDO CURSINO
Secretário de Governo e Relações Institucionais

LUCIANE DE OLIVEIRA SILVA
Diretora do Departamento Técnico Legislativo

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 328

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 1º Quadrimestre / 2016 Município: Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**835.097.665,41**	**100,0000 %**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	424.597.180,91	50,8440 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	450.952.739,32	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	428.405.102,36	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-134.650.237,65	-16,1239 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	1.002.117.198,49	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	183.721.486,39	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Período	4.984.767,24	0,5969 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	133.615.626,47	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	58.456.836,58	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 328

fl. 310

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2015 a Abril/2016 **Município:** Taubaté

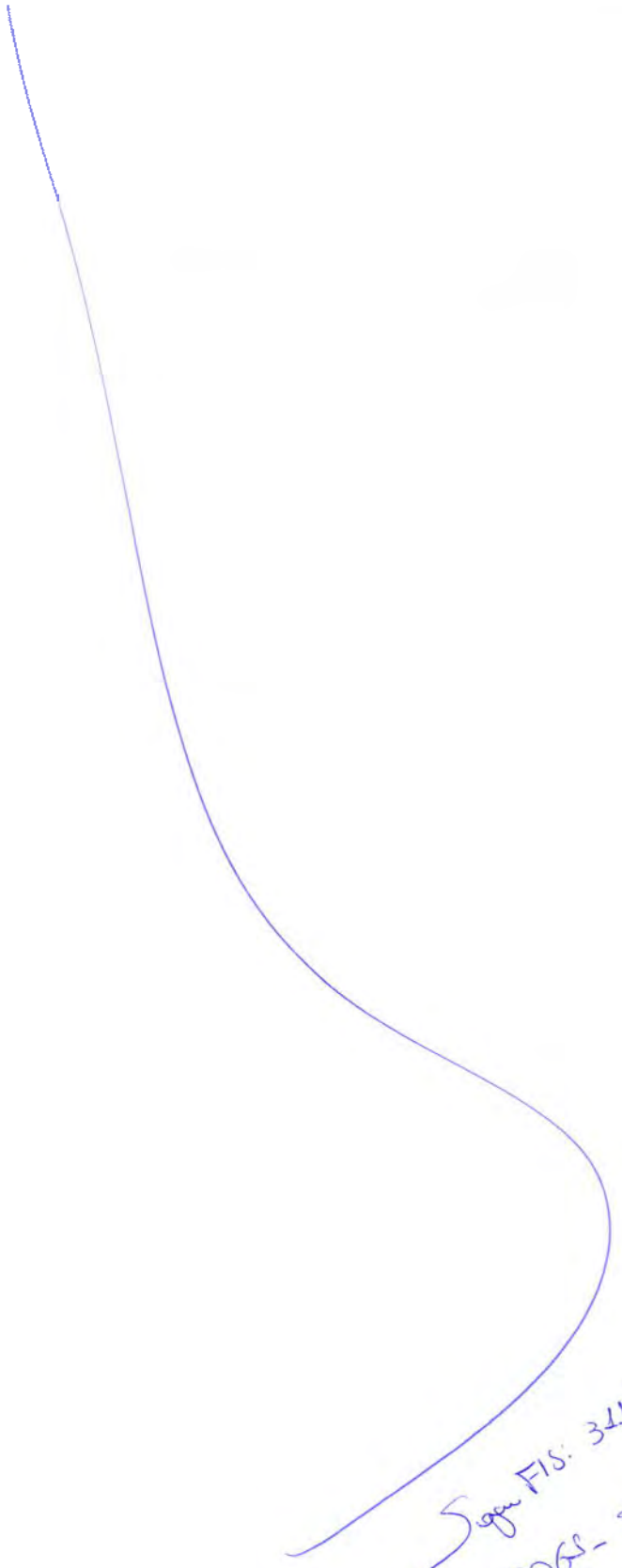
Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ	04/2016
I.P.M.T. - INSTITUTO DE PREV. DO MUNICIPIO DE TAUBATÉ	04/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ	04/2016

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo orgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 20/07/2016 22:33

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



Segue Fls: 311/338

SDG - 30-08-2016

Cleo

Identificador: 3100341003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 23-08-2016

Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determinou, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – JOÃO PAULO GIORDANO FONTES

MUNICÍPIO: TAUBATÉ
EXERCÍCIO: 2014

1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
2 - Ao Cartório do Relator para:
   a) redação e publicação do parecer;
   b) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
   c) oficiar à subscritora do expediente TC-000551/026/15;
3 – Ao **DSF-II** para:
   a) formar autos próprios, nos termos do voto do Relator;
   b) enviar o processo das contas à Câmara Municipal.

SDG-1, em 29 de agosto de 2016

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/lgs/ra

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2906-5196-3510-7564

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 322

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

23-08-16 *SEB*

==========

40 TC-000563/026/14

Prefeitura Municipal: Taubaté.

Exercício: 2014.

Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.

Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125) e outros.

Acompanham: TC-000563/126/14 Expedientes: TC-000551/026/15.

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

==========

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	26,94%	(25%)
FUNDEB – Lei Federal nº 11.494/07, art. 21, *caput* e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	70,33%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, "b"	**54,47%**	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	25,79%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, § 2º, I	5,33%	7%
Plano Municipal de Educação – Lei Federal nº 13.005/14, arts. 1º e 8º, *caput*	Regular	26-06-15
Remuneração do Magistério de acordo com o Piso Nacional – Lei Federal nº 11.738/08, art. 2º	Regular	R$1.697,00[1]
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19	Regular	A partir de 2014
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/10, art.18	Regular	A partir de 02-08-12
Plano Municipal de Mobilidade Urbana – Lei Federal nº 12.587/12, art. 24, § 3º	Regular[2]	A partir de 2017
Lei da Transparência Fiscal – Lei Federal nº 12.527/11, art.8º art.9º	Regular Parcial	A partir de 18-05-12
Execução Orçamentária – (R$ 18.469.598,89)	**Déficit - 2,54%**	
Resultado Financeiro – R$ 26.494.600,01	Superávit	
Remuneração de Agentes Políticos	Regular	
Precatórios	Regular	
Ordem Cronológica de Pagamentos	**Irregular**	
Encargos Sociais (INSS, FGTS, PASEP e RPPS)	Regulares	

[1] Fonte: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-832-anuncia-mec.html

[2] Obrigatório para Municípios com população acima de 20.000 habitantes.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 322

CIDE	Regular
Royalties	Regular
Iluminação Pública - O Município instituiu a CIP - Contribuição de Custeio de Iluminação Pública, conforme Lei Municipal nº 358, de 29-12-14	Regular
Multas de Trânsito	Regular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	9,32%

ATJ: Favorável	**MPC:** Favorável	**SDG:**

1. RELATÓRIO:

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, exercício de 2014.

1.2 O relatório da inspeção *in loco* anual realizada pela Unidade Regional de São José dos Campos - UR-07 (fls. 16/133) apontou:

A.1. Planejamento das Políticas Públicas (fl. 19):

- o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Taubaté não atende a todos os requisitos do artigo 24 da Lei federal nº 12.587/12.

A.2. A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência Fiscal (fl. 20):

- não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações;

- no *site* da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses à entidade do terceiro setor.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 22/29):

- descumprimento dos limites previstos nos artigos 7º e 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 4.835/13);

- classificação inadequada dos créditos suplementares do exercício e abertura mediante decretos executivos e portarias com fundamento na LOA, em descumprimento ao inciso VI do artigo 167 da CF;

- ausência da identificação de fonte de recursos utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, em discordância com o disposto no artigo 43, *caput*, da Lei federal nº 4.320/64;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

- insuficiente planejamento orçamentário, por parte da Prefeitura, em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00;

- programas e ações governamentais executados insuficientemente e justificados inadequadamente, em discordância com o princípio da transparência na gestão fiscal (artigo 1º, § 1º, da LRF).

B.1.2. Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial (fl. 29):

- resultado econômico 62,69% inferior ao do exercício anterior.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo (fls. 30/32):

- descumprimento dos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64), com existência de ocultação de passivo;

- divergência entre os valores da dívida flutuante constantes no demonstrativo da Prefeitura e no Sistema AUDESP, em descumprimento ao artigo 1º, § 1º, da LRF;

- divergência na fórmula de cálculo de restos a pagar processados e não processados, em discordância com as normas vigentes para elaboração do demonstrativo.

B.1.4. Dívida de Longo Prazo (fls. 32/34):

- aumento da dívida consolidada em 29,56% em relação ao exercício anterior;

- escrituração de dívida de 2010 evidenciada no balanço patrimonial apenas em 2014, configurando ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64);

- pagamento insuficiente de dívida com a SABESP em 2014.

B.1.5.1. Renúncia de Receitas (fls. 34/35):

- efetivação de irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do artigo 14, incisos I e II, da LRF.

B.1.6. Dívida Ativa (fls. 36/40):

- divergência do saldo da dívida ativa de 2014 informado ao Sistema AUDESP, no Balanço Patrimonial da Prefeitura, e o do Setor responsável;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

- elevado valor de dívida ativa prescrita, evidenciando que a Prefeitura não tem efetuado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa;

- a Prefeitura está inscrita no seu próprio rol de devedores da dívida ativa;

- elevado valor de cancelamento de dívida ativa, demonstrando fragilidade nas inscrições e controle de lançamentos;

- os 100 (cem) maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida;

- as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não refletem a realidade do setor, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 41/48):

- despesa de pessoal em percentual superior ao limite estabelecido no artigo 20, III, b, da LRF;

- pagamento de R$ 4.883.827,61 a título de despesa de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU, como tentativa de burlar o limite previsto na LRF;

- estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal e em descumprimento ao disposto no artigo 20, III, "b", da LRF e ao pressuposto da transparência constante no artigo 1º, § 1º, dessa lei, e aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência previstos no artigo 37 da Carta Maior.

B.3.1. Ensino (fls. 48/54):

- divergência no valor de receita de impostos, base para a aplicação do ensino, apurada pela Prefeitura e pelo Sistema AUDESP;

- receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB contabilizadas incorretamente, descumprindo o princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64);

- empenho de despesas impróprias com recursos do ensino;

- ausência de lei para instituição do Plano Municipal de Educação;

- inexistência de plano de carreira e remuneração do magistério;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

- descumprimento das atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar;

- não atingimento das notas previstas no IDEB.

B.3.2. Saúde (fls. 55/58):

- despesas impróprias empenhadas com recursos vinculados à saúde;

- falhas no planejamento das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", mais especificamente no tocante ao combate à dengue, em descumprimento ao § 1º do artigo 1º da LRF.

B.3.3.1. Iluminação Pública (fls. 59/60):

- o Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução nº 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

B.4.1.1. Regime Especial Anual - Precatórios (fls. 60/65):

- divergência entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela Prefeitura e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna a importância efetivamente devida e paga pelo Município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/64);

- ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça por meio de depósito judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao artigo 60 e seguintes da Lei federal nº 4.320/64;

- pagamento de requisitório de baixa monta em exercício diverso de sua incidência.

B.5.3. Demais Despesas Elegíveis para Análise (fls. 66/80):

- falhas nos processos de adiantamento que tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal – CF;

- convênios firmados entre a Prefeitura e a Universidade de Taubaté – UNITAU com operacionalização transferida à Fundação Universitária de Taubaté – FUST e cobrança de taxa de administração pela UNITAU, sendo constatado:

a) ausência de metas objetivas no termo de convênio;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 326

b) falta de autorização para aplicação de recursos no exercício seguinte;

c) prestação de contas sem comprovação documental dos gastos evidenciados no demonstrativo integral de receitas e despesas, sem demonstrações financeiras da entidade conveniada e sem extratos bancários emitidos pelo banco e conciliação bancária de dezembro de 2014;

d) ausência de identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo;

e) pagamento de despesas de pessoal por meio de convênios, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no artigo 169, *caput*, da CF e estabelecido no artigo 20, III, "b", da LRF;

f) falta de fiscalização adequada dos recursos repassados e da execução do convênio por parte da Prefeitura;

g) descumprimento dos princípios da moralidade e eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da CF, bem como do princípio da transparência na gestão fiscal, previsto no artigo 1º, § 1º, da LRF.

B.5.3.1. Gasto com Combustível (fls. 80/81):

- divergência entre o valor informado pela Prefeitura e o apurado pelo Sistema AUDESP.

B.6. Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais (fl. 81):

- quanto ao setor de tesouraria, divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema AUDESP até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fl. 82):

- não atendimento à ordem cronológica de pagamentos e ausência de publicação das justificativas cabíveis, em afronta ao artigo 5º da Lei federal nº 8.666/93.

C.1.1. Falhas de Instrução (fls. 82/95):

- falhas no planejamento da Administração quando da elaboração e realização dos procedimentos licitatórios que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e gasto de dinheiro público;

- restrição à ampla competitividade, em ofensa ao artigo 22, § 6º, da Lei federal nº 8.666/93;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 328

- falha na precisão do objeto a ser licitado, dificultando a verificação da adequada execução contratual, além da possibilidade de restringir a participação no certame;

- terceirização de atividades precípuas da administração, resultando na terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório;

- ausência de comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas licitantes, em afronta ao artigo 38, II, da Lei federal nº 8.666/93;

- formalização de contrato em dissonância com as previsões do edital do certame, contrariando o artigo 3º da Lei federal nº 8.666/93 e ofendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

- vícios inerentes às justificativas e ao processamento das dispensas e inexigibilidades, em ofensa ao artigo 26, *caput* e parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/93;

- instauração de sindicância para apuração de responsabilidade funcional dentro dos autos do processo de inexigibilidade;

- falhas na contratação de profissional do setor artístico, decorrentes da ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo, em ofensa ao artigo 25, III, da Lei federal nº 8.666/93, e da falta de justificativa do preço praticado, contrariando o artigo 26, III, da Lei federal nº 8.666/93;

- ausência de publicação dos atos referentes às dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial, contrariando o artigo 26, *caput*, da Lei federal nº 8.666/93.

C.2. Contratos (fl. 96):

- não foi realizada a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), nos termos do Comunicado SDG nº 44, de 2013.

C.2.2. Contratos Examinados *In Loco* (fls. 96/100):

- ausência de publicação dos extratos de contrato e dos termos aditivos na imprensa oficial, contrariando a disposição constante do parágrafo único do artigo 61 da Lei federal nº 8.666/93;

- ausência de aplicação das sanções cabíveis em decorrência da inexecução parcial dos contratos firmados;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 329

- realização de sucessivas prorrogações de prazo para conclusão dos serviços contratados, evidenciando que os prazos estabelecidos pela Prefeitura não se mostraram suficientes para a execução do objeto;

- falhas na fiscalização das execuções contratuais.

C.2.2.2 Execução Contratual (fls. 100/112):

- irregularidades na execução contratual relativas à construção em desacordo com o projeto arquitetônico;

- falhas no acompanhamento pela fiscalização municipal: ausência de comprovação do cumprimento dos prazos ajustados para a conclusão das obras/serviços e serviços inadequados recebidos pela Administração.

D.1.1. Livros e Registros (fl. 113):

- falhas nos registros da dívida de curto prazo, das despesas de pessoal, dos recursos vinculados ao ensino e dos precatórios, em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

D.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP (fl. 113):

- não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

D.3.1. Quadro de Pessoal (fls. 114/121):

- cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, de chefia e assessoramento (artigo 37, V, da CF) e sem a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura;

- número elevado de servidores com mais de um período de férias vencidas e não gozadas;

- cessão de servidores da Prefeitura para os mais diversos órgãos, caracterizando lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no *caput* do artigo 37 da CF e ofensa ao inciso II do mesmo artigo;

- excessivas e reiteradas contratações temporárias sem a demonstração da necessidade provisória de excepcional interesse público, em afronta ao artigo 37, II e IX, da CF;

- servidores em desvio de função;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 330

- pagamento excessivo de jornada extraordinária, realizada em quantidades que ultrapassam os limites diários permitidos pela legislação.

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (fls. 123/124):

- descumprimento das recomendações desta Corte.

1.3 Acompanham os autos os seguintes expedientes:

a) TC-000551/026/15 – a Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos, encaminhou cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26.

A Fiscalização solicitou da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008), nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente, decorrentes da Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6, efetuada pela Advocacia Geral da União e na qual os citados ex-Prefeitos foram responsabilizados por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Informou a Fiscalização que os documentos anexados (fls. 4043/4048 do anexo XX) demonstram que, apesar de ter sido mencionado o processo administrativo nº 65.334/2014 que estaria tratando do assunto, a Prefeitura não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento dos referidos valores. Mesmo após reiterações por parte da Fiscalização, a Prefeitura sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do Município.

b) TC-006889/989/15 - Salvador Soares de Melo, vereador do município de Taubaté, comunica possíveis irregularidades no âmbito do Executivo local, no que tange ao pagamento de salários, benefícios e subsídios a servidores públicos municipais, sem observância do disposto no artigo 37, XI, da CF e da Lei Complementar nº 355/14.

A Fiscalização solicitou da Prefeitura Municipal as folhas de pagamento referentes ao exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX). Analisando-as, mês a mês, constatou que, sobre os valores da remuneração bruta dos servidores, são aplicados "redutores da Emenda

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 330

Constitucional 41" voltados a adequar o valor líquido e limitar o pagamento de salários, benefícios e subsídios ao teto constitucional. Dessa forma, não foi constatada ofensa ao disposto no artigo 37, XI, da CF. Com relação à Lei Complementar nº 355/15, a matéria foi tratada no item **B.2.2 "b"** do relatório.

Informou, ademais, a Fiscalização que em 10-12-2014 foi editada a Lei Complementar nº 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté (fls. 569/583 do Anexo III). Assim, com base nos documentos apresentados (fls. 584/594 do Anexo III), constatou, no exercício de 2014, o seguinte:

Entidade	FRP Pago em 2014	Aportes em 2014	Sobra
Prefeitura	R$ 6.358.980,79	R$ 5.810.909,63	R$ 548.071,16

Ocorre que, durante o exercício de 2014, a Prefeitura já vinha efetuando o pagamento a título do **Fundo de Participação Previdenciária (FRP)** para o Instituto de Previdência e no final do exercício, com a edição da Lei nº 355/14, foram anuladas as dotações relativas às despesas de pessoal para transferência para a nova rubrica. Diante de tal transformação da despesa a ser contabilizada na rubrica constante do Decreto nº 13.468/14, constatou a Fiscalização no balancete da Prefeitura Municipal de Taubaté de 2014 que a importância de R$ 5.810.909,63 estava contabilizados na rubrica 3.3.91 (Balancete - fls. 566/568 do anexo III).

Para o exercício de 2015, foi constatado que a Lei municipal nº 4.956, de 30-12-14, dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 19.052.201,27, sendo que a quantia de R$ 13.800.000,00, cabível à Prefeitura, estava autorizada pelo Decreto nº 13.477/15.

Entidade	Aportes em 2015	Aporte ao mês
Prefeitura	R$ 12.449.433,66	R$ 1.037.452,81

Concluiu a Fiscalização que as contribuições feitas a título de FRP foram transformadas em aporte e as despesas foram reclassificadas como se não houvesse empenho/registo anterior, com o objetivo de não mais serem computadas nas despesas de pessoal.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 322

Expediente arquivado eletronicamente.

1.4 Regularmente notificada (fl. 134, DOE de 17-11-15), a Prefeitura apresentou justificativas (fls. 144/247).

Especificamente quanto aos itens "**B.1.1.** Resultado da Execução Orçamentária"; "**B.2.2.** Despesa de Pessoal"; "**B.3.1.** Ensino" e "**B.8.** Ordem Cronológica de Pagamentos", sustentou, em síntese:

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 148/169):

Em relação à execução orçamentária do exercício de 2014, afirmou que não houve nenhum desajuste fiscal capaz de impedir o atendimento ao princípio da gestão fiscal equilibrada. A Prefeitura Municipal possuía superávit financeiro em 2013, capaz de acobertar a integralidade do déficit orçamentário apontado pela Equipe de Fiscalização, sustentando, ademais, que este estava viciado pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme já definiu o repertório jurisprudencial desta Corte, devem ser extirpados da apuração do resultado orçamentário da Administração Direta.

A esse respeito, ressaltou que, em 31-12-14, a Prefeitura de Taubaté possuía empenhos não processados do ano de 2014 vinculados à Fonte 002 (recursos estaduais), na quantia de R$ 1.635.282,03 (Docto 13 do Expediente TC-004156/026/13), e vinculados à fonte 005 (recursos federais), no montante de R$ 14.582.868,14 (Docto 14 do Expediente TC-004156/026/13). Destacou que tais empenhos estão relacionados a obras e serviços não executados, cujos respectivos repasses não se efetivaram (recursos não repassados ao Município) até 31-12-14, mas que não poderiam ser cancelados, posto que, se assim o fizesse, estaria o Município deixando de atender aos termos dos respectivos convênios.

Salientou que, por não terem sido processados e, consequentemente, não terem sido liquidados, tais empenhos não comprometeram o resultado orçamentário de 2014, motivo pelo qual não deviam ser levados em consideração na apuração do resultado orçamentário do Poder Executivo.

Observou que, em 2015, a Prefeitura cancelou a quantia de R$ 3.472.136,07 (Docto 16 do Expediente TC-004153/026/16) de restos a pagar não processados – Fonte 001 (recursos próprios).

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Apresentou o seguinte demonstrativo relativo ao Resultado da Execução Orçamentária em 31-12-14, no qual apurou um déficit de 0,16%:

	Valor - R$	%
Receitas Realizadas	726.765.529,98	100
Despesas Empenhadas	745.235.128,87	100
Déficit Orçamentário Apurado pela Fiscalização	18.469.598,89	2,54
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 002 (Recursos Estaduais)	1.635.282,03	
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 005 (Recursos Federais)	14.582.868,14	
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 001 (Recursos Próprios)	3.472.136,07	
Resultado Orçamentário Real - Déficit	**1.220.687,35**	**0,16**

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 183/198):

Destacou que, após os ajustes, a Fiscalização chegou a um percentual de despesa com pessoal de 54,47% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, em seus dizeres, o limite previsto no artigo 20, III, "b", da Lei Complementar estadual nº 101/00, mas que, entretanto, o próprio órgão fiscalizador ressaltou que *"os gastos com pessoal no 2º e 3º quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 30-04-2015 e em 31-08-2015, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida"*.

Argumentou que, diante dessa constatação, não poderiam ser as presentes contas rejeitadas por esse motivo, na linha, aliás, do que já decidiu esta Colenda Corte nos TC's 001455/026/11, 001770/026/12, 001513/026/12, 001951/026/13 e 001818/026/13.

B.3.1. Ensino (fls.199/206):

Solicitou o Requerente a inclusão dos restos a pagar de 2013 pagos entre 01-02-14 a 31-12-14, já que o Documento 54 do Expediente TC-004153/026/16 demonstra que esta Corte de Contas glosou, na aplicação no ensino de 2013, a quantia de R$ 1.872.408,85 referente aos empenhos daquele ano não pagos até 31-01-2014.

Ponderou que o relatório analítico juntado (Docto 55 do Expediente TC-004153/026/16) demonstra que, em 31-12-14, existiam empenhos do ensino de 2013, pendentes de pagamento, na importância de R$ 356.426,14. Assim a quantia de R$ 1.515.982,71 [R$ 1.872.408,85 (-) R$356.426,14] deverá ser acrescida ao percentual de aplicação no ensino de 2014, confirmando o atendimento ao disposto no artigo 212 da CF.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 323

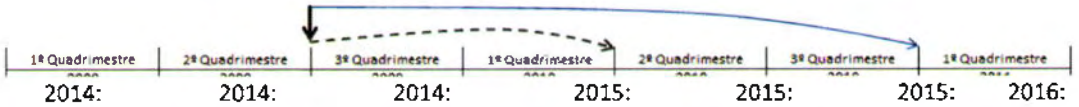
B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fls. 218/220):

Assegurou que a quebra da ordem cronológica apontada não ocorreu para privilegiar alguns credores em detrimento de outros, mas por razões impeditivas e momentâneas de pagamento. A análise dos casos, que são encontrados em relatório do AUDESP (Docto 76 do Expediente TC-004153/026/16), justificam o procedimento.

1.5 O **Setor de Cálculos da Assessoria Técnico-Jurídica** (fls. 254/269), no que respeita às "**Despesas com Pessoal**", endossou os resultados apresentados pela Fiscalização (fl.41), no sentido de que o Poder Executivo de Taubaté despendeu o equivalente a 54,47% da Receita Corrente Líquida com pessoal, em desconformidade com o limite máximo de 54% fixado no artigo 20, III, "b" da LRF.

Salientou que, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro de 2014 cresceu apenas 0,1% em relação ao ano anterior (fl. 248), sendo que, em casos como este – crescimento do PIB inferior a 1% - é acionado o disposto no artigo 66 da LRF, que prevê a duplicação dos prazos de recondução aos limites de despesa total com pessoal, previstos no seu artigo 23.

Ponderou que, no caso concreto, a taxa de despesa de pessoal, acima do limite máximo disciplinado na LRF, restou apurada já no 2º quadrimestre do exercício examinado, atingindo 54,79% (fl. 41). Considerando, entretanto, a flexibilização autorizada pelo artigo 66 da LRF, ressaltou que o prazo para eliminação de 1/3 do excesso apurado no 2º quadrimestre/2014 seria estendido até abril/2015 (1º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite seria duplicado até dezembro/2015 (3º quadrimestre/2015):



2014:	2014:	2014:	2015:	2015:	2015:	2016:
51,13%	**54,79%***	54,47%	54,22%**	53,32%**	52,43%***	(1)

* 2º quadrimestre/2014: já ajustado pela Fiscalização;

** Dados já ajustados pela fiscalização conforme TC-002655/026/15 (Período: Acompanhamento 2º Quadrimestre/2015) – fls. 249/250, sem considerar, entretanto, a receita e a despesa da Universidade UNITAU;

*** Conforme dados disponibilizados no AUDESP, porém ainda não submetidos ao crivo da fiscalização – fl. 251.

(1) Dados ainda não disponíveis no AUDESP.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-0572-6924-9453

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 325

Constatou, dessa forma, que a taxa excedente da despesa com pessoal do 2º quadrimestre/2014 (54,79%) foi reduzida em pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre/2015, eis que atingiu 54,22% e que, conforme dados disponibilizados no Sistema AUDESP, no 3º quadrimestre/2015 atingiu 52,43% (fl. 251), ainda que tal índice não tenha sido submetido ao crivo da fiscalização até aquela data.

Relativamente à manutenção e desenvolvimento do "**Ensino**", consignou que, de acordo com o apurado pela Fiscalização, o Município de Taubaté aplicou no ensino 26,79% (mínimo 25% - artigo 212 da CF) e 100% dos recursos do FUNDEB (artigo 21, *caput* e § 2º, da Lei Federal 11.494/07), dos quais 70,33% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo 60% - artigo 60, XII do ADCT).

Diante do sustentado pela defesa, entendeu, contudo, a Especializada que deveria ser acrescida a importância de R$ 835.337,21 validada pela inspeção *in loco* à época, relativa aos restos a pagar do exercício de 2013 pagos em 2014, conforme se extrai da cópia do respectivo relatório (fls. 252/253). Com relação, entretanto, à inclusão da importância de R$ 1.515.982,71, considerou que o pleito da Prefeitura não poderia ser atendido, porquanto o relatório analítico juntado (Docto. 55 do Anexo III do Expediente TC-004153/026/16) não indicava a data dos pagamentos ali relacionados, tornando, assim, impossível identificar o montante quitado no período de 01-02-2014 a 31-12-2014.

Com isso, concluiu que o Município aplicou 26,94% no ensino, passando as Despesas Próprias em Educação a contar com a seguinte configuração:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**Valores (R$)**	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	**542.562.249,95**	**100%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
(+) FUNDEB Retido	69.825.077,68	
(=) Aplicação até 31-12-2014 (artigo 212, CF)	**153.885.564,07**	28,36%
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31-01-2015	(2.705.317,46)	
(-) Outros ajustes da Fiscalização	(5.836.284,94)	
(+) Restos a Pagar de 2013, pagos em 01-02 a 31-12-2014	**835.337,21**	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após Defesa Prévia	**146.179.298,88**	**26,94%**

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 326

A **Unidade de Economia** (fls. 270/273) observou que os resultados contábeis (orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial) foram satisfatórios e mantiveram o equilíbrio das contas do Executivo Municipal em 2014, inclusive com a diminuição da dívida de curto prazo.

Entendeu que podem ser aceitos os esclarecimentos em relação ao déficit orçamentário, à queda no superávit econômico, ao aumento da dívida de longo prazo, à divergência entre os valores da dívida flutuante constantes na Prefeitura e no sistema AUDESP e às falhas e/ou divergências no item precatórios.

Assim, quanto aos aspectos estritamente econômico-financeiros, manifestou-se pela emissão de parecer favorável.

A **Unidade Jurídica** (fls. 275/282) também considerou cumpridos os quesitos que norteiam esta Corte na apreciação de contas municipais (ensino, saúde, precatórios, despesas com pessoal, transferência de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, encargos sociais), opinando pela emissão de parecer favorável, com a apreciação em autos específicos dos ajustes relacionados no item **C.2.3.** Execução Contratual.

A **Chefia** do órgão (fl. 283) acompanhou tais manifestações e concluiu pela emissão de parecer favorável às contas, sem prejuízo de recomendações à Prefeitura para que estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamentos e transposições, condicionado à inflação projetada para o período, em consonância com o Comunicado SDG nº 29/2010; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; e observe as determinações dos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22 e do artigo 23, ambos da LRF, em relação aos gastos com pessoal.

1.6 De igual modo, o **Ministério Público de Contas** (fls. 284/285) pugnou pela emissão de parecer favorável, com ressalvas às contas do Executivo em exame.

1.7 Deferi deferida vista dos autos e extração de cópias (fls. 286/287).

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 326

1.8 Pareceres anteriores:

2011 - **Desfavorável**[3] (TC-001433/026/11 – Relator E. Conselheiro RENATO MARTINS COSTA, DOE de 14-09-13). Pedido de Reexame: conhecido e não provido (DOE de 15-11-14).

2012 - **Desfavorável**[4] (TC-002022/026/12 – Relator E. Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI, DOE de 14-10-14).

2013 - **Favorável** (TC-002090/026/13 – Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO, DOE de 06-01-16).

1.9 Dados Complementares:

a) Receita *Per Capita* do Município em Relação à Média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2014	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	ABAIXO DA MÉDIA
R$726.765.529,98	290.634	R$2.500,62	R$ 3.316,01	24,59%

Fonte: AUDESP

b) Resultado da Execução Orçamentária nos Últimos Exercícios:

EXERCÍCIOS	2011	2012	2013	2014
(Déficit)/Superávit	(0,06%)	(2,37%)	6,54%	(2,54%)

Fonte: fls. 289, 294, 29 e 22

c) Indicadores de Desenvolvimento

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

---

[3] Irregularidades: Ensino (24,60%) - Pessoal (57,14%) - Precatórios (EC nº 62/2009) - Ordem Cronológica de Pagamentos (artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/1993).

[4] Irregularidades: Pessoal (57,77%) - Aumento das Despesas com Pessoal (Artigo 21 da LRF) - Artigo 42 da LRF - Encargos (descontos em folha de pagamento, mas não houve a comprovação de recolhimento junto ao Instituto de Previdência) - Despesa com Publicidade em desacordo com o artigo 73, VII da Lei Eleitoral.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340033003200340003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 328

ANOS INICIAIS - 4ª SÉRIE/5º ANO

TAUBATÉ (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento	-	-	4%	0	4%	-
IDEB	-	5.2	5.4	5.4	5.6	-
Meta	-	-	5.3	5.7	5.9	6.1

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
TAUBATÉ	-	5.2	5.4	5.4	5.6
Estado de SP – Pública	4.5	4.8	5.3	5.4	5.8
Brasil – Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

(*) Fonte: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

ANOS FINAIS - 8ª SÉRIE/9º ANO

TAUBATÉ (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento	-	-	0	0	- 2%	-
IDEB	-	4.7	4.7	4.7	4.6	-
Meta	-	-	4.8	5.0	5.3	5.6

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
TAUBATÉ	-	4.7	4.7	4.7	4.6
Estado de SP – Pública	3.8	4.0	4.3	4.4	4.4
Brasil – Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Percentuais Alcançados pelo Município

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 328

Aplicação (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2014
Artigo 212 CF (25%)	29,60%	25,71%	25,73%	24,60%	26,25%	26,94%
Fundeb (100%)	-	98,42%	100%	100%	98,04%	100%
Artigo 60 ADCT	-	66,34%	73,76%	70,84%	70,06%	70,33%

Fonte: (*) TC-002980/026/05 (Exercício de 2005), TC-002569/026/07 (Exercício de 2007), TC-000563/026/09 (Exercício de 2009), TC-00001433/026/11 (Exercício de 2011) e TC-002090/026/13 (Exercício de 2013).

d) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o "plus" aplicado do FUNDEB, quando houver).

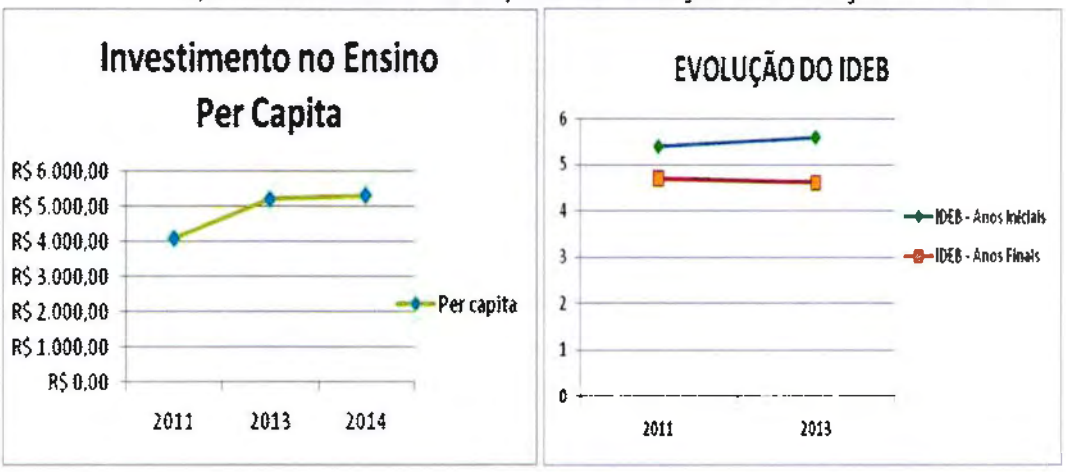
Exercício	Recursos Próprios R$	FUNDEB - Perda ou Plus (1) R$	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	TOTAL - R$	Nº de Matrículas (3)	Per Capita R$
2011	108.417.216,37	65.969.219,64		174.386.436,01	42.631	4.090,60
2013	140.969.437,01	77.551.108,22	- 2.934.532,02	215.586.013,21	41.028	5.254,60
2014	146.179.298,88	83.508.190,48		229.687.489,36	43.002	5.341,32

(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB

(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB

(3) Fonte: endereço eletrônico http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula

e) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB.



Os gráficos indicam que o Município apresentou nos exercícios de **2011 a 2013** crescimento no investimento *per capita* [R$ 4.090,60 (2011), R$ 5.254,60 (2013) e R$ 5.341,32 (2014)]. Com relação aos indicadores do IDEB, verificou-se progressão nos Anos Iniciais no período de **2011 a 2013** [5.4 (2011) e 5.6 (2013)] e regressão nos Anos Finais [4.7

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

(2011) e **4.6** (2013)], tendo os resultados alcançados em 2013 ficado abaixo das metas projetadas para o período [Anos Iniciais (**5,9**) e Anos Finais (**5.3**)].

A análise no exercício de 2014 resta prejudicada, uma vez que não há indicador do IDEB no período.

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de TAUBATÉ** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, FUNDEB, saúde, remuneração dos profissionais do magistério, transferências de duodécimos ao Legislativo, Iluminação Pública, remuneração dos agentes políticos, CIDE, Royalties, Multas de Trânsito, encargos sociais (INSS, PASEP, FGTS e RPPS) e precatórios.

2.2 Em relação aos **Resultados Econômico-Financeiros**, o Município apresentou déficit de arrecadação no montante de R$ 120.696.293,10 (14,24% da receita prevista de R$ 847.461.823,08).

O resultado orçamentário foi deficitário em R$ 18.469.598,89 (2,54% da receita efetivamente arrecadada de R$ 726.765.529,98).

A pretensão do Município de que os valores empenhados, alegadamente oriundos de convênios firmados com os governos estadual (R$ 1.635.282,03) e federal (R$ 14.582.868,14) – que não chegaram a ser repassados e que foram contabilizados como "Restos a Pagar não Processados" –, não sejam considerados na apuração do Resultado da Execução Orçamentária, não merece prosperar diante da ausência de comprovação da situação relatada.

Sem embargo disso, o déficit orçamentário situou-se em patamar tolerado por esta Corte.

O resultado financeiro, por sua vez, foi superavitário em R$ 26.494.600,01, revertendo o resultado deficitário apurado no exercício anterior (R$ 9.065.005,53).

O estoque de restos a pagar decresceu 4,17% em relação a 2013 (de R$ 72.105.993,67 para R$ 69.098.927,70) e a dívida de curto prazo

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 350

0,95% (de R$ 85.957.967,37 para R$ 85.137.341,98). Já a dívida de longo prazo aumentou 29,56% (de R$ 61.597.811,13 para R$ 79.808.007,16).

O saldo da dívida ativa cresceu 20,70% (de R$ 135.723.093,50 em 2013, para R$ 163.812.652,87 em 2014) e a disponibilidade financeira de R$ 100.183.526,87 (fls. 299/300), frente aos restos a pagar da Municipalidade, de R$ 69.098.927,70, demonstra suficiência financeira de R$ 31.084.599,17.

Quanto às **alterações realizadas no Orçamento**, a Equipe de Fiscalização observou que alcançaram o total de R$ 168.837.265,61, equivalente a 21,65%[5] da despesa inicial prevista (R$ 779.616.956,00), não obstante a Lei municipal nº 4.835, de 30-12-2013 (LOA, fls. 301/308), em seu artigo 7º, tivesse autorizado a abertura de créditos suplementares até o limite de 7% do valor total do orçamento[6].

Com o fito de analisar a adequação desses créditos abertos ao percentual autorizado, devem ser subtraídas do valor de R$ 168.837.265,61 as seguintes parcelas:

- a quantia relativa à inflação do ano (6,40%[7]) incidente sobre a despesa inicial – R$ 49.895.485,18;

- o superávit financeiro do ano anterior e o excesso de arrecadação havido no exercício - no caso inexistentes (fls. 29 e 22, respectivamente).

Reduzido o total alcançado – R$ 49.895.485,18 – do valor dos créditos abertos [R$ 168.837.265,61 (-) R$ 49.895.485,18 = R$ 118.941.780,43], verifica-se que o resultado importou em 15,25% da despesa inicial, muito acima, portanto, do percentual autorizado pela LOA e do considerado satisfatório por este E. Tribunal.

Tendo em vista, entretanto, que essa alteração orçamentária não causou desajuste fiscal, entendo possa tal falha ser conduzida ao campo das advertências.

---

5 Percentual retificado .

6 *"**Artigo 7º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:*
I - Até o limite de 7% da despesa total fixada no artigo 4º; e
II - Até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência".

7 Endereço Eletrônico: http://www.portalbrasil.net/ipca.htm

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

2.3 No que se refere às **Despesas com Pessoal**, os dados extraídos do Sistema AUDESP indicam que o Poder Executivo dispendeu a esse título 53,71% da Receita Corrente Líquida.

A esse percentual, acresceu a Fiscalização as despesas realizadas por meio de Recibo de Pagamentos a Autônomos, no montante de R$ 828.892,00, acompanhando o posicionamento adotado nas contas de 2013 (TC-002090/026/13) pelo E. Relator Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO e a pacífica jurisprudência desta Corte.

Incluiu também as despesas com o Pagamento de Pessoal por meio de Convênio firmado com a Universidade de Taubaté – UNITAU[8] no montante de R$ 4.883.827,61, totalizando R$ 5.712.719,61[9].

Referidos ajustes foram endossados pelo Setor de Cálculos da ATJ que, na oportunidade, realizou pesquisa na rede mundial de computadores e identificou o Edital de Concurso Público FUST nº 04/2014, destinado a atender unicamente aos convênios firmados entre a Prefeitura de Taubaté e a UNITAU, sob o regime da CLT, e explicitando, inclusive, que as atribuições dos empregos de Auxiliar de

---

[8] Convênios Firmados entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contratação de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Convênios Creche - Processo nº 34.982/2013 - R$ 2.659.693,81 - Objeto: planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação continua dos profissionais envolvidos nos projetos.

Convênios Monitores - Processo nº 8.116/2013 - R$ 2.224.133,80 - Objeto: execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Total dos Convênios R$ 4.883.827,61.

Muito embora os Termos de Convênio tenham sido firmados com a UNITAU, a execução do objeto foi transferida para a Fundação Universitária de Taubaté - FUST.

[9] Demonstrativo - Despesas com Pessoal (fl. 41):

Período	Dez/2013	Abr/2014	Ago/2014	Dez/2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado "A"	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização "B"				5.712.719,61
Gastos Ajustados "C"	**372.586.631,77**	**381.870.595,12**	**405.490.507,82**	**408.914.680,57**
Receita Corrente Líquida "D"	**721.271.561,83**	**746.910.076,91**	**740.077.919,80**	**750.666.886,30**
Gasto Informado	51,66%	51,13%	**54,79% (*)**	**54,47%**

Legenda: (*) Acima do limite.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 352

Desenvolvimento Infantil e de Auxiliar Técnico Administrativo seriam executadas nas Unidades Escolares de Educação Básica do Município.

Observou que, nesses termos, a contabilização dessa despesa deveria ser realizada sob a rubrica *"ressarcimento de pessoal requisitado"*, passando a integrar o Grupo dos Gastos com Pessoal, nos moldes do que disciplina o Manual de Demonstrativos Fiscais – Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Desta forma, incluído o montante de R$ 5.712.719,61, os gastos com pessoal em relação à RCL atingiram 54,47%, ferindo o disposto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da LRF.

Demonstrou, entretanto, a Unidade de Economia da ATJ que a taxa excedente da despesa com pessoal do 2º quadrimestre/2014 **(54,79%)** foi reduzida em pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre/2015: **54,22%**. Constatou, também, que, em dezembro de 2015 – prazo final para a recondução total do excedente, à luz da flexibilização autorizada pelo artigo 66 da LRF –, as despesas com pessoal foram reduzidas para 52,43%, conforme dados extraídos do Sistema AUDESP.

Assim, mostra-se regular a situação da Prefeitura Municipal de Taubaté nesse aspecto.

2.4 Relativamente ao **Ensino – Recursos Próprios**, a Equipe de Fiscalização apurou que o Município de Taubaté aplicou 26,79% das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Requerente solicitou a inclusão nesse cálculo dos Restos a Pagar do exercício de 2013, no montante de R$ 1.515.982,71, não computados nas contas de 2013 e pagos no período de 01-02-14 a 31-12-14.

Como bem assinalado pelo Setor Especializado da ATJ procede a pretensão, uma vez que a própria Fiscalização, quando da inspeção *in loco*, atestou o pagamento de R$ 835.337,21 (fls. 252/253 cópia do relatório do TC-000563/026/14) dos restos a pagar de 2013 no período de 01-02 a 31-12-14. Com isso, passou para 26,94% o total dos gastos com ensino no Município de Taubaté, no exercício em exame:

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Valores (R$)	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	542.562.249,95	100%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO	145.343.961,67	
(+) Restos a Pagar de 2013 - Pagos no período: 01-02 a 31-12-2014	835.337,21	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após Defesa Prévia	146.179.298,88	26,94%

2.5 Quanto às demais falhas apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.6 Diante do exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de TAUBATÉ, relativas ao exercício de 2014.

2.7 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

a) Aprimore o Plano de Mobilidade Urbana, a fim de atender a todos os requisitos do artigo 24 da Lei federal nº 12.587/12.

b) Assegure o estrito cumprimento da Lei federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), com a criação de serviço de informações ao cidadão e divulgação, em sua página eletrônica, dos repasses efetuados a entidades do Terceiro Setor.

c) Promova rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF.

d) Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias.

e) Adote medidas eficazes para regularizar as divergências e inconsistências apontadas nas peças contábeis, bem como nas informações enviadas ao Sistema AUDESP, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

f) Cumpra o disposto no artigo 14 da LRF na concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

g) Aprimore os mecanismos de cobrança da Dívida Ativa para possibilitar maior índice de recuperação de créditos.

h) Adote imediatas providências tendo em vista o apurado na Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6, efetuada pela Advocacia Geral da União, que concluiu pela responsabilização de ex-Prefeitos por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

i) Registre adequadamente as despesas de pessoal em consonância com a LRF e promova esforços fiscais com vista a mantê-las dentro dos limites legais.

j) Aplique e contabilize corretamente os recursos vinculados ao Ensino e à Saúde.

k) Atente para o desempenho da rede municipal de ensino no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), buscando não apenas a aplicação dos mínimos constitucionais e legais de verbas na educação, mas o efetivo resultado qualitativo deste investimento na melhora do ensino a cargo da Prefeitura.

l) Corrija os desacertos nos registros de precatórios, de modo a atender aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

m) Adote providências em relação às irregularidades relativas aos adiantamentos, observando com rigor o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei federal nº 4.320/64 e as diretrizes traçadas por esta Corte (Comunicado SDG nº 19, DOE-SP de 08-06-10), a fim de garantir a transparência, economicidade e razoabilidade nos gastos públicos.

n) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e respeitando, nos pagamentos, a ordem cronológica de suas exigibilidades.

o) Regularize as inconsistências e divergências apontadas em seus Livros e Registros.

p) Reavalie seu Quadro de Pessoal, atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 335

conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

q) Aprimore a gestão de pessoal, adotando medidas concretas com vista à regularização das férias, da situação dos servidores que se encontram em desvio de função, das reiteradas contratações temporárias e do excessivo pagamento de jornada extraordinária, acima dos limites diários permitidos pela legislação.

r) Atenda integralmente às recomendações deste Tribunal.

Determino, ainda:

a) a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, objetivando o planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação continua dos profissionais envolvidos nos projetos, e respectiva prestação de contas[10];

b) a expedição de ofício a i. Subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas;

c) que o processo acessório TC-000563/126/14 e o expediente TC-000551/026/15 permaneçam apensados a estes autos.

Consigno que deixo de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, objetivando a execução de atividades de cunho socioeducativo, com vista ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação, tendo em vista que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TC's 001552/007/14 e 000144/007/15.

2.8 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

---

[10] Realizada pesquisa no Sistema Integrado e Controle de protocolo desta Casa, nesta data, e não foi localizada a sua abertura.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340033003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 356

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-0572-6924-9453

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

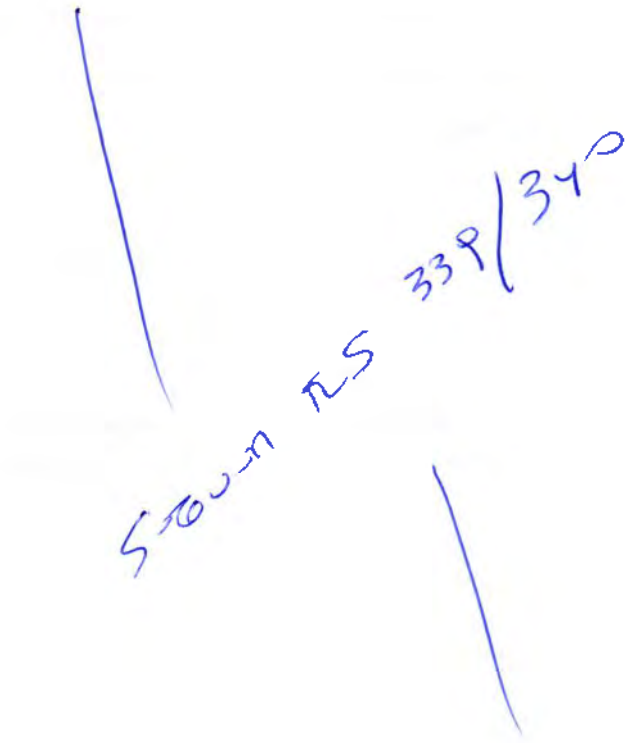
Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da **Segunda Câmara do dia 23 de agosto de 2016.**

SDG-1, em 29 de agosto de 2016

Elenílson Shibata Brandão Paixão
Respondendo pelo cargo de Taquígrafo de
Controle Externo-Chefe

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 3225-5061-1380-8378

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



Identificador: 3100340035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

P A R E C E R

TC-000563/026/14
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2014.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125) e outros.
Acompanham: TC-000563/126/14 Expediente: TC-000551/026/15.
Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de agosto de 2016, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, **ACORDA**, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determina, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 1 de setembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Presidente - Relator

ft.

15 9 16

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
09.1.1 PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS 03/11/2016
TTLC939 09:24:06

341

TIPO PROT.: x - TC __ (?) _ - TCA ____ (?) x - DOC _ TIPO DOC __ (?)
********** P A R T E S **********
1.PARTE:CODIGO: _____ (?) UNID.: _ (S/N) TC'S EM TRAMITE: _
NOME : _____

2.PARTE:CODIGO: _____ (?) UNID.: _ (S/N) OU MATRICULA: _____
NOME : _____

ENT.GERENCIADA: _____ (?)
AUDITOR ATUAL: _____ RELATOR ATUAL: _____
EXERCICIO : ____ AUTUADO ENTRE: __ / __ / ____ E __ / __ / ____
TIPO DOC. : __ (?) PREFIXO : _____ DATA DOC.: __ / __ / ____
NUM. DOC. : _____ / ____ OU SEQ.: _____
NUM. EDITAL : _____ TIPO LICITACAO: _ (?) REGIONAL: ___
REF. TC- 0000000000563 / 026 / 14 DOC.NAO JUNTADOS AO REF.TC.: x
RESPONSAVEIS : _____
OBJETO: _____
TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

342

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Fl.
TC-000563/026/14

Certifico que o r. Parecer de fls.339/340, publicado no DOE de 15/09/2016, transitou em julgado 31/10/2016.

GCSEB, em 03 de novembro de 2016.

Izilda Aparecida Zaia
Assistente Técnico de Gabinete II

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

OF CS-SB nº 2032/2016 (AR)

17.11.2016

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

343

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de novembro de 2016

Ofício C.CSEB nº 2032/2016
TC-000563/026/14

Senhor Prefeito

Pelo presente, de ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo encaminho-lhe cópia da r. Decisão da Colenda Segunda Câmara desta Casa, proferida em sessão de 23.08.2016, acompanhada do r. Parecer respectivo, para conhecimento e providências.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

Marcio Fonseca Mota
Responsável pelo expediente do Cartório

Excelentíssimo Senhor
PAULO DE TARSO CARDOSO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATE
TAUBATE - SP

Identificador: 3100310035003200330003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

OF CS-SN - 2033/2016 (AM)

18/11/2016

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de novembro de 2016

Ofício C.CSEB nº 2033/2016
TC-000563/026/14
(Ref.TC-000551/026/15)

Senhora Advogada

Encaminho à consideração de Vossa Excelência cópia da Decisão da Egrégia Segunda Câmara desta Corte, proferida em sessão de 23.08.2016, acompanhada do r. Parecer respectivo.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Conselheiro

Excelentíssima Senhora
DRª NATHALIA STIVALLE GOMES
Advogada da União
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO-PROCURADORIA
SECCIONAL SÃO JOSE DOS CAMPOS
SÃO JOSE DOS CAMPOS - SP

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 368

RECEBIDO NO DSF - II
EM 21 / 11 / 16
RELAÇÃO Nº 6365
ASS. _____

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Visto.

À **Unidade Regional de São José dos Campos** para cumprir as determinações contidas no item 3 da r. Decisão de fls. 311.

DSF-II, 21 de novembro de 2016.

ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLA
Diretor Técnico de Departamento

/cyt

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 — Centro — SP — CEP: 01017-906 PABX (011) 3258-3266
INTERNET: www.tce.sp.gov.br E-MAIL: gp@tce.sp.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

São José dos Campos, 28 de novembro de 2016.

Ofício UR-7 nº 846/2016

Ref. TC- 563/026/14

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no Subitem 4.5.1 da Ordem de Serviço SDG nº 02/09, o processo de prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, bem como os anexos a ele vinculados e o respectivo Parecer emitido pela E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23/08/2016, relativo às Contas da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o exercício de 2014, para os fins previstos no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo, deixando, todavia, de dar atendimento à alínea "a" (fls. 336) do item 2.7 do Voto do Relator, em razão do Convênio nº 34982/13 já ser objeto de apreciação nos autos próprios TC 979/007/14.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
DIRETORA TÉCNICA DE DIVISÃO SUBSTITUTA DA UR-7

AO
EXMO. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Identificador: 310031003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ENDERECO : Av. Rangel Pestana 315 – Centro – SP – CEP: 01017-906 PABX 258.3266

Taubaté, 09 de maio de 2017

DE: Procuradoria Legislativa
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Emissão de Parecer Jurídico

Ação: Parecer Emitido
Complemento: Ciente.

Providências: Encaminhamento para as Comissões

Guilherme Ricken
Procurador Chefe
OAB/SP 346.847

Assinado digitalmente por GUILHERME RICKEN:06681787959
Data: 09/05/2017 20:56:07

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 10 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Encaminhamento para as Comissões

Ação: Encaminhado
Complemento: O projeto prescinde de parecer das comissões permanentes.

Providências: Aguardando Inclusão na Ordem do Dia

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por LUCIANA IZAURA DE MORAES:96324341615
Data: 10/05/2017 15:39:15

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 12 de maio de 2017

DE: Diretoria Legislativa
PARA: Plenário

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Aguardando Inclusão na Ordem do Dia

Ação: Incluído na Ordem do Dia
Complemento: Certifico que a presente proposição foi incluída na pauta dos trabalhos da 5ª Sessão Extraordinária, de 15 de maio de 2017.
Na oportunidade, anexo os autos do processo que deu origem ao Projeto de Decreto Legislativo.

Providências: Para Discussão Única

Luís Rodrigo de Andrade
Diretor Legislativo

Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399895862
Data: 12/05/2017 16:45:09

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

N.° do Processo
6624/2016

Nº do Protocolo
1120/2016

Data do Protocolo
02/12/2016 17:39:32

Tipo
CONTAS DO PREFEITO

Número
1/2016

Principal/Acessório
Principal

Ementa:

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

Assinado digitalmente por MARIA RODRIGUES DE ROSA:13[illegible]
Data: 02/12/2016 16:[illegible]

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS – PREFEITURA MUNICIPAL

CONSELHEIRO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

(fls. 3)

2

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

PROTOCOLO: 0000000000563/026/14 DT.AUTUACAO: 06/01/2014

INTERESS.:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CODIGO: 000.00.00.613
EXERCICIO: 2014 PROCED.INTERNA: UR-7 PORTE MUNICIPIO: G

8ª PROCURADORIA DE CONTAS

2 | C 04/03/14

| C

Assinado digitalmente por MARIA ADRIANA PEDROSA:13841741843
Data: 02/12/2016 17:53:37

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 3

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

.C951.1

TC: 0000000000563 / 026 / 14 FOLHA: 2

SRA. DIRETORA TECNICA DA D.E.

NOS TERMOS DO MEMORANDO SDG N. 0000335 / 2013 PROTOCOLAMOS E AUTUAMOS O PRESENTE PROCESSO, QUE ABRIGARA A PRESTACAO DE CONTAS DO MUNICIPIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE RELATIVO AO EXERCICIO DE 2014.

D.E.-3, EM 06 / 01 / 2014

MAURA ALBINA MASSARDI DE SENA
AGENTE FISC. FINANCEIRA
CHEFE SUBST.

VISTO.
ENCAMINHE-SE AO D.S.F.-2 , EM TRANSITO PELO GABINETE DA PRESIDENCIA, PARA FINS DE DISTRIBUICAO.

G.D.E., EM 06 / 01 / 2014

SONIA AP. DE PAULA S. DINIZ
DIRETORA TECNICA-SUBSTITUTA

TLC021 - PRODESP - ORIGINAL CRIADO E IMPRESSO A LASER (GPSN)

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 300

FL. 3

DISTRIBUICAO ALEATORIA DE PROCESSO

PROCESSO : 0000000000563 / 026 / 14

MATERIA TRATADA: CONTAS MUNICIPAIS

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE

OBJETO :

CONSELHEIRO : DR.SEB SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

PROCESSO DISTRIBUIDO EM 05/02/2014, ATRAVES DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE PROCESSOS, CONFORME RELATORIO AUTENTICADO PELA PRESIDENCIA E ARQUIVADO NO GABINETE DA PRESIDENCIA SOB LOTE NUMERO 000000035 E ORDEM 000000012 .

CLAU7MOU

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 3

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS– UR-7

São José dos Campos, 10 de agosto de 2015.

Ofício nº 543/2015 - UR-7

Excelentíssimo Senhor,

Informo a Vossa Excelência que os abaixo relacionados são servidores deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e estão autorizados a proceder a fiscalização das contas do exercício de 2014, objeto do Processo n.º **TC-563/026/14**, na conformidade das Instruções vigentes:

- CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
- EMMANUELLE CHRISTINNE FONSECA DE PAIVA NERY
- JOSÉ PAES DA SILVA
- LUANA MENDES MARTINI ALMEIDA

Fica Vossa Excelência, desde já, NOTIFICADO a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse.

Desde logo, fica, também, NOTIFICADO de que todos os despachos e decisões tomados acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão - UR-7

A Sua Excelência o Sr.
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté

Recebi
11/08/15
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito Municipal

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 3

Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

AUDESP

Documento | Cadastro | Auditoria | Governança | Ajuda/Sair

Prestar Informações Via Interação Direta >> Relatório de Atividades

Município:	Taubaté
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Ano Exercício:	2014
Tipo de Documento:	Relatório de Atividades
Período:	Ano
Data da Prestação:	23/03/2015 09:34

Voltar

Programas

Código do Programa	Denominação do Programa	Código do Indicador Pretendido	Denominação do Indicador Pretendido	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	198	POPULACAO ATENDIDA(RECEITAS AVIADAS DE ESPEC./POPUL.SUSX100)	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	199	PERCENTUAL DE NUM.MEDIC.PRESCRITOS E ATEND.PAMOS E ESF	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1010	ATENCAO BASICA	135	MED.ANUAL CONSULTAS MEDIC.POR HABIT.NAS ESPEC.BAS./POPUL.TOT	% PERCENTUAL	2,00	2,20	Meta atingida
1010	ATENCAO BASICA	171	POP.CADT.PELA ESTRAT.SAUDE DA FAMILIA/POPUL.TOTAL X100	% PERCENTUAL	26,08	14,54	Não realizada, ação prevista para conversão de 05 unidades de atenção básica tradicional en ude da Família. Aguardando concurso público.
1010	ATENCAO BASICA	200	PROPORCAO DE NASC.VIVOS DE MAES C/07 OU MAIS CONS.PRE NATAL	% PERCENTUAL	81,00	78,35	Reformulação de impressos para transição para novo sistema de informação - Ministério da S ento de equipes e mudança do quadro de profissionais.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	201	TAXA DE COB.DE CENTROS DE ATENCAO PSIC. (CAPS)/100.000 HAB.	UNIDADES	1,03	1,00	CAPS AD III implantado em out/2014.Em adequação para qualificação pelo Ministério da Sa
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	202	RAZAO D PROCEDIMENTOS AMBULAT.DE MEDIA COMPLEX./POP.RESID.	UNIDADES	0,50	1,87	Meta atingida
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	203	PROPORCAO DE CASOS DE DNC ENCER.OPORT.APOS A NOTIFICACAO.	% PERCENTUAL	95,00	78,55	No ano coorte(2014) foram registradas 401 notificações de doenças compulsórias imediata, o em até 60 dias. De 401 notificadas, 315 fechadas oportunamente, 76 em momento impor não encerrada. Devido ao grande número de exames encaminhados ao Instituto Adolfo Lutz, ade na liberação dos resultados de exames impossibilitando o fechamento oportuno de algur s registradas no sistema SINANNET, Ex.Coqueluche.
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	204	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	% PERCENTUAL	12,60	15,19	Dados parciais, consolidação ainda não realizada pelo Ministério da Saúde
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	205	PROP.AN.REA.AMOS.AGUA CONS.HUM.QTO.PARM.COL.TOT.CLO.RES.LIV	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	120	UNIVERSALIZAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS DE 6-14 ANOS E.F.	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	121	AMPLIAR O ATENDIMENTO DE ALUNOS EM PERIODO INTEGRAL	% PERCENTUAL	40,00	40,00	Meta atingida.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	122	AUMENTAR OFERTA DE VAGAS P/CRIANCAS DE 0-3 ANOS	% PERCENTUAL	62,00	50,00	Algumas unidades de ensino com construção prevista para 2014 não foram concluídas.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	217	AMPLIAR O ATENDIMENTO DE CRIANCAS EM PERIODO INTEGRAL	% PERCENTUAL	45,00	40,00	Meta parcialmente atingida devido à fase de estruturação da rede municipal de ensino para a ducação integral.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	219	OFERTA DE VAGAS NO ENSINO MEDIO	% PERCENTUAL	7,00	7,00	Meta atingida.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	214	GAR.OFERTA DE BOLSAS DE EST.A ALUNOS DE CURS.TEC.PROF N.MEDI	UNIDADES	207,00	141,00	Ausência de demanda e conclusão de alguns cursos.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	220	AMPL.A OF.DE VAGAS EM CURSOS TEC.E DE QUALIF.PROF.P/JOV.ADUL	% PERCENTUAL	65,00	66,66	Meta superada devido ações de investimento na ampliação de vagas, tais como reformas e a prédios de unidades profissionalizantes.
2005	ENSINO SUPERIOR	213	GARANTIR A OFERTA DE BOLSAS DE ESTUDOS A ALUNOS EM NIVEL SUP	UNIDADES	149,00	324,00	Meta superada, aumento da demanda e bolsas em continuidade.
2006	MERENDA NOTA 10	218	DIST.DE ALIM.OFERECIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ENSINO	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	127	MELHORAR AS ACOMODACOES E A QUALIDADE DO ATENDIMENTO A POPUL	% PERCENTUAL	60,00	60,00	Meta atingida.
3001	PATRIMONIO CULTURAL DO MUNICIPIO	152	UNIDADES CONSERVADAS	% PERCENTUAL	50,00	50,00	Meta atingida
3002	DIFUSAO CULTURAL	224	PARTICIPACAO POPULAR	% PERCENTUAL	40,00	40,00	Meta atingida
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	30	NUMERO DE VISITANTES A MUSEUS	UNIDADES	230.000,00	184.400,00	Meta não atingida. Porém demanda atendida. Justificamos que diversos eventos ocorridos e e em espaços abertos sem controle de presença.

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 370

3004	BIBLIOTECAS - LIVRO ABERTO	182	% DE ATENDIMENTOS	% PERCENTUAL	4,00	4,00	Meta atingida(em referência a população de 290.000 habitantes foram 8.919 registros de at
							em existem os atendimentos que superam mais de 3.000 pessoas que não ocorre o registro
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	183	POPULACAO PARTICIPANTE E ALCANCADA/POPULACAO TOTAL	% PERCENTUAL	34,00	36,00	Meta ultrapassada. Considerando maior participação da população em todas as modalidades Secretaria.
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	209	CRIANCAS E ADOLESCENTES ATENDIDOS/MES	UNIDADES	3.900,00	2.222,00	Meta parcialmente atendida. Programa PEEJ passou a ser atendido por outra Secretaria.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	106	N.FAMILIAS ATENDIDAS/MES.	UNIDADES	19.460,00	19.955,00	Meta atingida
4003	ATENCAO AO TRABALHADOR	210	ATENDIMENTO/MES	UNIDADES	3.920,00	2.885,00	Meta parcialmente atingida. Diminuição da procura do serviço.
4004	ATENCAO AO IDOSO	108	IDOSOS ATENDIDOS/MES	UNIDADES	2.327,00	1.182,00	Meta parcialmente atingida. Houve previsão de ampliação de atendimento no Centro de Con so. Ação em andamento.
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	163	UNIDADES DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERENCIADOS	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	211	PESSOA COM DEFICIENCIA ATENDIDA/MES	UNIDADES	770,00	863,00	Meta Superada. Houve a implantação do Serviço de convivência Madre Cecilia II devido a de
5001	CIDADE LIMPA	153	TONELADA DIA DISPOSTAS/TONELADA DIA PRODUZIDA-HOSPITALAR	% PERCENTUAL	95,00	95,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	154	TONELADA DIA COLETADA/TONELADA DIA PRODUZIDA	% PERCENTUAL	95,00	95,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	155	AREA URBANA LIMPA/AREA URBANA EXISTENTE	% PERCENTUAL	86,00	86,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	97	AREA CONSERVADA/AREA URBANA DO MUNICIPIO	% PERCENTUAL	83,00	83,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	98	TX. DE POPULACAO ATENDIDA	Nao Informado	82,00	82,00	Meta realizada
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	112	TAXA DA AREA URBANA PAVIMENTADA	Nao Informado	96,00	100,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	113	TAXA DE ESTRADAS RURAIS CONSERVADAS	% PERCENTUAL	92,00	100,00	Meta atingida
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	206	DEFICIT DE GESTAO OPERAC.E DE PLANEJ. DE TRANSPORTE PUBLICO	% PERCENTUAL	75,00	60,00	Meta parcialmente atingida, devido a dificuldade na licitação dos novos abrigos de ônibus.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	212	DEFICIT HABITACIONAL/UNIDADE	UNIDADES	3.000,00	3.000,00	Meta atingida
5006	COMBATE A ENCHENTES	79	TX. DE REDUCAO DE PONTOS CRITICOS DE ENCHENTES	% PERCENTUAL	95,00	30,00	Serviços executados conforme a disponibilidade de equipamentos.
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	142	GRAU DE SATISFACAO DA POPULACAO	% PERCENTUAL	82,00	82,00	Meta realizada
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	156	NIVEL DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS	% PERCENTUAL	82,00	82,00	Meta realizada
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	156	NIVEL DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES IDENTIFICADAS	% PERCENTUAL	83,00	83,00	Meta realizada
6002	FOMENTO A AT.VIDADE INDUSTRIAL	207	AMPLIACAO DA BASE DE EMPREGO DIRETO	UNIDADES	31.000,00	30.469,00	Meta parcialmente atingida
6002	FOMENTO A AT.VIDADE INDUSTRIAL	208	AMPLIACAO DA QUANTIDADE DE INDUSTRIA DO MUNICIPIO	UNIDADES	155,00	154,00	Meta parcialmente atingida, sendo uma empresa em fase de instalação.
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	223	TURISTAS	UNIDADES	2.100.000,00	2.784.000,00	Meta superada(Aumento de eventos em comunidades e de calendário oficial através de solic lação)
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	221	APA UNIDADES INSTITUIDAS/UNIDADES A INSTITUIR	% PERCENTUAL	20,00	20,00	Meta atingida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	222	PARQUES MUNICIPAIS CONSERVADOS/PARQUES MUNICIPAIS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	185	ATENDIMENTO DA DEMANDA	% PERCENTUAL	25,00	10,00	Projeto físico parcialmente executado
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7003	ADVOCACIA PUBLICA	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	194	PUBLICACAO DE ATOS LEGAIS/ATOS LEGAIS REALIZADOS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	195	DIVULGACAO DA ACAO GOVERNAMENTAL/ACAO GOV. REALIZADA	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta realizada
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	196	GRAU DE IMPL.DAS ACOES INSTITUC.PREV.NA AGENDA ESTRATEGICA	% PERCENTUAL	80,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridades
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	197	GRAU DE IMPLEMENTACAO DOS ACORDOS DE RESULTADOS	% PERCENTUAL	70,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridades
8001	SISTEMA DE TRANSITO	215	DEFICIT DE GESTAO OPERACIONAL E DE PLANEJ.DE TRANSITO	% PERCENTUAL	55,00	45,00	Meta parcialmente atingida. Quadro de pessoal abaixo do número para suprir a demanda.
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	216	SEGURANCA PATRIMONIAL/PROPRIOS MUNICIPAIS	% PERCENTUAL	80,00	85,00	Meta atingida
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	191	DIMINUICAO DO TEMPO RESPOSTA/MIN	MIN - MINUTOS	17,28	12,45	Meta atingida.
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	192	AUMENTO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE EMERGENCIAS	UNIDADES	5.127,00	6.744,00	Meta atingida
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	193	AUMENTO DO NUMERO DAS ATIVIDADES DE PREVENCAO	UNIDADES	1.418,00	2.313,00	Meta atingida
9002	SERVICO DA DIVIDA	227	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	144	SUPLEMENTACAO	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida

Ações

Código	Denominação do	Código	Unidade	Unidade	Função de	Subfunção de	Quantidade	Quantidade	Justificativa de Desvios em Relação ao At

Identificador: 3100310036003800320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 320

do Programa	Programa	da Ação	Denominação da Ação	Orçamentária	Executora	Governo	Governo	Denominação da Meta	Unidade de Medida	Estimada	Realizada	Meta
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2307	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEU-TICA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	RECEITAS AVIADAS/UNIDADES	UNIDADES	305.456,00	369.838,00	Meta atingida
1006	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2039	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	85,00	81,00	Manutenção de 100% das unidades existentes
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2040	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE/CONTROLE SOCIAL	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
1009	GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
1010	ATENCAO BASICA	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	3,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1010	ATENCAO BASICA	1002	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	2.880,00	5.746,95	Meta atingida. Realizado reforma/ampliação er o ampliação do acesso e melhoria da qualidadt to ao cliente/usuário.
1010	ATENCAO BASICA	2001	ATENDIMENTO EM CLINICAS BASICAS NOS POSTOS DESAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSULTAS/UNIDADES	UNIDADES	581.628,00	660.768,00	Meta atingida
1010	ATENCAO BASICA	2003	CAPACITACAO DOS SERVIDORES DA SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CAPACITACAO SERVID.SAUDE/UNID	UNIDADES	107,00	768,00	Meta atingida. Realizado capacitação dos servi necessidade de atualização dos profissionais e essidade de capacitação de novos servidores.
1010	ATENCAO BASICA	2007	ATENDIMENTO MEDICO DOMICILIAR	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	CONSULTAS/UNIDADES	UNIDADES	29.081,00	21.094,00	Não realizada ação prevista para conversão de e Atenção Básica tradicional em Estratégia da ia. Aguardando Concurso Público
1010	ATENCAO BASICA	2309	APOIO A ENTIDADES COM SERVICO NUTRICIONAL	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Não formalizado devido divergências juridicas mentação.
1010	ATENCAO BASICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ATENÇÃO BÁSICA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	1,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	1004	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DE UNID.AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS,REFORMADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	6.251,00	5.469,34	CAPS I e CAPS III não foram contemplados pe Saúde para construção. Demais obras em and
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	2305	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	16,00	14,00	Meta atingida. Mantido 100% das unidades exi os otimizados.
1011	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULAT. E HOSPITALAR	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	1003	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS,REFORMADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	450,00	396,52	Possivel alteração de endereço do Centro de C noses. Serviço de Verificação de Óbito em proc ação para parceria. Em análise para readequaç postas.
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2026	APOIO A OSC C/SERV.DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO APESSOA SOROPOSITIVA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ENTIDADE APOIADA	UNIDADES	1,00	0,00	Edital de chamamento em reelaboração para a bjeto do convênio. Em análise inter setorial pa
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2306	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAÚDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
1012	VIGILANCIA EM SAUDE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SAUDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SAUDE	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	1,00	1,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	1013	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	18,00	24,00	Meta superada devido a extrema necessidade blemas estruturais de algumas unidades de en precário.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2041	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS EDUCADOS/UNIDADES	UNIDADES	32.000,00	30.087,00	O número de solicitações de matrículas foram timado. Todos os alunos que solicitaram vagas os.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2042	FUNCIONAMENTO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	JOVENS E ADULTOS EDUCADOS/UNID	UNIDADES	240,00	274,00	Superou a meta devido a necessidade de aten s os jovens e adultos que solicitaram vagas, b lantação do Programa Pro Jovem Urbano.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2043	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL DO ENSINOFUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNOS EDUCADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.200,00	930,00	O número de solicitações de matrículas foram timado devido a retração da rede. Todos os al aram vagas foram atendidos.

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 382

2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2044	APERFEICOAMENTO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	DOCENTES TREINADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.383,00	2.030,00	Meta superada devido a necessidade de capacitamento de todos os docentes para implantação unidades de ensino da rede, tais como, o incen por meio da distribuição de livros.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2046	TRANSPORTE ALUNOS ENSINO FUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS TRANSPORTADOS/UNIDADES	UNIDADES	1.756,00	2.608,00	Meta superada devido ao atendimento das nec alunos residentes na área rural , bem como o s alunos da rede estadual de ensino, via convê etaria de Educação do Estado de São Paulo. Al ados via passe escolar e frota própria da Seed
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2341	VALORIZACAO DO MAGISTERIO ENSINO FUND.60%-FUNDEB	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	DOCENTES ATENDIDOS/UNIDADE	UNIDADES	1.200,00	1.261,00	Meta superada devido ao número de docentes ra atender a Rede Municipal.
2001	EDUCACAO FUNDAMENTAL PARA A VIDA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	2,00	4,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	1014	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	8,00	18,00	Meta superada devido a extrema necessidade blemas estruturais de algumas unidades de en precário, bem como a necessidade de ampliaçã de novas unidades para atendimento da dema
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2052	APERFEICOAMENTO DOS DOCENTES DA EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	DOCENTES TREINADOS/UNIDADES	UNIDADES	465,00	611,00	Meta superada devido a necessidade de capaci mento de todos os docentes para implantação unidades de ensino da rede, tais como o incen or meio da distribuição de livros.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2339	FUNCIONAMENTO DE UNIDADES DE EDUCACAO INFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	CRIANCAS ATENDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	10.306,00	10.527,00	Meta superada devido a medidas implantadas nto da demanda latente, tais como a construçã das unidades de ensino.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2342	VALORIZACAO DO MAGISTERIO EDUCACAO INFANTIL 60% FUNDEB	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	DOCENTES TREINADOS/UNIDADES	UNIDADES	400,00	611,00	Superou a meta devido ao número de docente ara atender a rede municipal.
2002	EDUCACAO PARA TODAS AS CRIANCAS	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	1009	REFORMA E MANUTENCAO DAS UNIDADES DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	UNIDADE DE ENSINO	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	2056	FUNCIONAMENTO DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	ALUNOS ATENDIDOS/UNIDADES	UNIDADES	800,00	755,00	Considerando que a responsabilidade pela mat sino Médio é do Estado todas as vagas disponí preenchidas.
2003	EDUCACAO PARA O FUTURO	2063	TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	ALUNOS TRANSPORTADOS/UNIDADES	UNIDADES	799,00	841,00	Meta superada devido ao atendimento das nec alunos residentes na área rural, bem como o a s alunos da Rede estadual de ensino, via convi etaria de educação do Estado de São Paulo. Al ados via passe escolar e frota própria da seed.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	1011	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS UNIDADE DE EDUCACAO PROFISSIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	5,00	3,00	Houve uma interrupção no cumprimento da me cessidade de reformas de caráter específico nc nidades de ensino profissionalizante devido a p s estruturas, o que demandou tempo maior qu
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2064	FUNCIONAMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	ALUNOS CAPACITADOS/UNID.	UNIDADES	10.500,00	15.000,00	Meta superada devido a ampliação de vagas di devido a implantação de ações tais como refor o de unidades de ensino profissionalizante.
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2320	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO PROFISSIONAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	BOLSAS CONCEDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	207,00	141,00	Meta parcialmente atingida ausência de demar
2004	EDUCACAO PARA O TRABALHO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO PROFISSIONAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
2005	ENSINO SUPERIOR	2072	CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO DE ENSINO SUPERIOR	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDOS	EDUCAÇÃO	ENSINO SUPERIOR	BOLSAS CONCEDIDAS/UNIDADES	UNIDADES	190,00	324,00	Meta superada devido a bolsas de continuidad e novas bolsas de estudos.
2006	MERENDA NOTA 10	2074	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO MEDIO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO MÉDIO	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	160.000,00	207.981,00	Meta superada devido as ações de conscientiza áticas alimentares e nutricionais.
2006	MERENDA NOTA 10	2075	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINOINFANTIL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO INFANTIL	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1.948.590,00	5.380.975,00	Meta superada devido a ampliação da oferta d iodo integral bem como, devido as ações de cc de boas práticas alimentares e nutricionais.
2006	MERENDA NOTA 10	2076	FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINOFUNDAMENTAL	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	MERENDAS DISTRIBUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5.078.940,00	10.228.546,00	Meta superada devido a ampliação da oferta d iodo integral, bem como as ações de conscient práticas alimentares e nutricionais.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	1109	REFORMA/AMPLIACAO PREDIO DE SERV.ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	2078	MANUTENCAO DOS SERV.ADMIN.DO DEPARTAMENTO DE EDUC.	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	PESSOAL ENVOLVIDO/UNID	UNIDADES	72,00	67,00	Houve uma interrupção no cumprimento da m estruturação dos setores que compõem a esfe a da Secretaria de Educação
2007	GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE EDUCACAO	SECRETARIA DE EDUCACAO	EDUCAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
	PATRIMONIO CULTURAL		CONSERVACAO DO PATRIMONIO	SECRETARIA DE TURISM	SECRETARIA DE		PATRIMÔNIO HISTÓRI	OBRAS MANTIDAS/UNID				Meta não atingida. Secretaria teve outras prio

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 389

3001	DO MUNICIPIO	2083	CULTURAL	O E CULTURA	TURISMO E CULTURA	CULTURA	CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	ADES	UNIDADES	110,00	0,00	o projetos para o próximo exercício.
3002	DIFUSAO CULTURAL	1016	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE ESPACOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades.
3002	DIFUSAO CULTURAL	2089	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	ESPACOS MANTIDOS/UN ID	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
3002	DIFUSAO CULTURAL	2090	PROMOCAO DE EVENTOS CULTURAIS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	EVENTOS PROMOVIDO S/UNIDADES	UNIDADES	450,00	569,00	Meta atingida(aumento de eventos em comuni endário oficial atrayes de solicitação da popula
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	1022	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO MUSEU MUNICIPAL	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	3,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	2094	FUNCIONAMENTO DO MUSEU DO MUNICÍPIO E PRESERVACAODE ACERVOS MUSEOLOGICOS	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	UNIDADES CULTURAIS MANTIDAS/UNIDADE	UNIDADES	9,00	9,00	Meta atingida
3003	MUSEUS, MEMORIA E CIDADANIA	2096	APOIO AO MUSEU DE HISTORIA NATURAL	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	PATRIMÔNIO HISTÓRI CO, ARTÍSTICO E ARQ UEOLÓGICO	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
3004	BIBLIOTECAS - LIVRO ABERTO	2098	FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PUBLICA DO MUNICIPIO	SECRETARIA DE TURISM O E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	CULTURA	DIFUSÃO CULTURAL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	1028	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA INFRAESTRUTURAESPORTIVA E DE LAZER	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	UNIDADES CONSTRUIDA S/AMPLIADAS E REFORM ADAS/UNIDAD	UNIDADES	10,00	10,00	Meta atingida.
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2108	FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	NUCLEOS MANTIDOS/U NID.	UNIDADES	25,00	32,00	Meta ultrapassada, para atendimento da dema
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2283	APOIO A ASSOCIACOES E ENTIDADES ESPORTIVAS	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	FUNDO DE ASSIST. ESPORTE AMADOR DE TTE	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
3007	ESPORTE, LAZER E QUALIDADE DE VIDA	2362	FUNC.DE ATIV.ESPORTIVAS DE ALTO RENDIMENTO	SECRETARIA DE ESPORT ES E LAZER	FUNDO DE ASSIST. ESPORTE AMADOR DE TTE	DESPORTO E LAZER	DESPORTO COMUNITÁ RIO	ATIVIDADES MANTIDAS/ UNIDADE	UNIDADES	30,00	30,00	Meta realizada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	1031	CONST,AMPL.E REFORMA UNIDADES DE ATEND.À CCA.ADOL.	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	UNIDADES CONSTRUIDA S,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida.Previsão de reforma/constru e de acolhimento para crianças e adolescentes ém não foi possível realizar devido outras prior
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2124	MANUTENCAO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANCA EDO ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	CONSELHOS MANTIDO S/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2128	APOIO A ENTIDADES PARA ATEND.CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. DIREITO CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	1,12	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2128	APOIO A ENTIDADES PARA ATEND.CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ENTIDADES MANTIDAS/ UNIDADES	UNIDADES	5,88	8,00	Meta atingida
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	37.522,80	35.109,00	Meta parcialmente atingida. Programa PEEJ pa dido por outra secretaria.
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. DIREITO CRIANCA E ADOLESCENTE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2326	ATENDIMENTO A CRIANCA E ADOLESCENTE	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	ATENDIMENTOS REALIZ ADOS/ANO	UNIDADES	4.169,20	0,00	Ação duplicada
4001	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA À CRIAN ÇA E AO ADOSLESCEN TE	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	1107	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA UNIDADES SOCIAIS	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	UNIDADES/ANO	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2127	ATENDIMENTO EM UNIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	PESSOAS ATENDIDAS/A NO	UNIDADES	11.151,36	16.549,00	Meta superada.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE	2127	ATENDIMENTO EM UNIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL	SEC. DESENVOLVIMENT O E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNI TÁRIA	PESSOAS ATENDIDAS/A NO	UNIDADES	1.520,64	0,00	Ação duplicada

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

4002	SOCIAL ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	179.605,44	199.558,00	Meta parcialmente atingida. Serviço CREAS pn tantação. Em andamento.
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. SOLIDARIEDADE DE TAUBATE	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2129	ATENDIMENTO AS FAMILIAS EM VUNERABILIDADE SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	34.210,56	0,00	Ação duplicada
4002	ASSISTENCIA A POPULACAO EM VULNERABILIDADE SOCIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4003	ATENCAO AO TRABALHADOR	2133	IDENTIF.DE VAGAS E REINSERCAO DO TRABALHADORNO MERCADO DE TRABALHO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	TRABALHO	EMPREGABILIDADE	PESSOAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	47.040,00	34.617,00	Meta parcialmente atingida. Diminuição da pro o.
4004	ATENCAO AO IDOSO	1032	CONSTRUCAO, AMPL.E REF.DE CENTRO DE REF.P/IDOSOS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	UNIDADES CONSTRUIDAS,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	3,00	2,00	Meta parcialmente atingida. Devido a outras d áreas não foi possivel a construção de 01 Cente cia que estava previsto.
4004	ATENCAO AO IDOSO	2136	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS/ANO	UNIDADES	28.131,38	26.583,00	Meta parcialmente atingida. Previsto ampliaçã to no Centro de Convivência do Idoso. Ação er
4004	ATENCAO AO IDOSO	2136	ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	IDOSOS ATENDIDOS/ANO	UNIDADES	1.795,62	0,00	Ação duplicada
4004	ATENCAO AO IDOSO	2139	APOIO A ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO IDOSO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	3,00	1,00	Meta parcialmente atingida. Não houve interes idade no processo de edital de chamamento.
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2152	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE ASSIS-TENCIA SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2153	MANUTENCAO DOS CONSELHOS DA AREA DE ASSIST.SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	7,00	6,00	Meta parcialmente atingida. Conselho Municipa ocial absorvido pelo Conselho Municipal de Ass
4007	GESTAO DA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2140	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	29.700,00	55.576,00	Meta superada. Criação do Serviço de Convivê ília II devido a demanda .
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2140	ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIENCIA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS/ANO	UNIDADES	300,00	0,00	Ação duplicada
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2146	APOIO A ENTIDADE DE ATENDIMENTO AS PESSOAS PORTA-DORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	ENTIDADE APOIADA/UNIDADE	UNIDADES	2,00	1,00	Meta parcialmente atingida. Não houve outra e ada no processo de edital de chamamento.
4009	ATENCAO A PESSOA COM DEFICIENCIA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica.
5001	CIDADE LIMPA	1088	CONSTRUCAO DE IMOVEL PARA RECICLAGEM DE LIXO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	M2. CONSTRUIDOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	300,00	0,00	Mudança de prioridade
5001	CIDADE LIMPA	1124	CONSTRUCAO DOS PONTOS DE ENTREGA VOLUNTARIA DEMATERIAL BOTA FORA-PEV	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	UNIDADES CONSTRUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	8,00	4,00	4 Concluidas e em operação. 2 em construção. projeto.
5001	CIDADE LIMPA	2165	RECOLHIMENTO E TRATAMENTO DO LIXO HOSPITALAR	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	TONELADAS/ANO RECOLHIDAS/TONELADAS	T - TONELADAS	540,00	571,28	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	2340	GESTAO DE LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	KM DE AREA LIMPA/KM DE AREA URBANA	KMS - QUILOMETROS	2.900,00	2.900,00	Meta realizada
5001	CIDADE LIMPA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Recursos não utilizados

Identificador: 3100340036003200320033A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

5002	CIDADE BONITA	1035	INSTALACAO DE ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	INFRA ESTRUTURA URBANA	LUMINARIAS INSTALADAS/UNIDADE.	UNIDADES	527,00	0,00	Meta não realizada, processo de transição do p nação pública entre a prefeitura e a bandeiran programa desenvolve são Paulo que vai conter ades.
5002	CIDADE BONITA	1037	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PRACAS, PQUES EJARDINS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	8.000,00	8.000,00	Meta realizada.
5002	CIDADE BONITA	2170	GESTAO DE ILUMINACAO PUBLICA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	MW HORAS CONSUMIDAS/MW	MW-MEGAWOTS	18,00	20,23	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	2171	CONSERVACAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	KM2 DE PRACAS CONSERVADAS/KM2	KM2 - KMS QUADRADOS	2,00	21,00	Meta realizada
5002	CIDADE BONITA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	1111	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA MALHA VIARIA DEVIAS PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 EXECUTADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	100.000,00	100.000,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	2176	CONSERVACAO DE ESTRADAS RURAIS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	TRANSPORTE	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	M2. CONSERVADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	50.000,00	50.000,00	Meta atingida
5003	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E SERV.COMPLEMENTARES	2333	CONSERVACAO DA MALHA VIARIA DO MUNICIPIO	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2. CONSERVADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	230.000,00	230.000,00	Meta atingida
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	1122	MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE PUBLICODE PASSAGEIROS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA/UNIDADES	UNIDADES	163,00	139,00	Meta parcialmente atingida devido a dificuldad e novos abrigos de ônibus.
5004	SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	2349	GESTAO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PUBLICO DE PASSAGEIROS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	SERVICOS IMPLANTADOS E MANTIDOS/UNIDADE	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	1044	CONSTRUCAO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	HABITACOES/CONSTRUIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1.000,00	750,00	Meta parcialmente atingida. Troca de empresa ilateral do contrato por descumprimento do co sendo necessária abertura de novo certame lic s obras em execução para cumprimento no pr o.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2302	REGULARIZACAO FUNDIARIA DE PARCELAMENTOS DE SOLO URBANO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	PROJETOS DESENVOLVIDOS/UNIDADE	UNIDADES	2.000,00	1.024,00	Meta parcialmente atingida. Cada loteamento sticas diferenciadas exigindo ações específicas o, tendo em vista que dependemos de outros artório de Registros de Imóveis e MPSP.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2343	IMPLEMENTEACAO DE POLITICAS HABITACIONAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	FUNDO MUN. HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	FAMILIAS ATENDIDAS/ANO	UNIDADES	428,00	108,00	Meta parcialmente atingida. Tendo em vista qu sta refere-se a dois empreendimentos - 1 de 1 de 320 UH. Empreendimento de 320 UH com c mento.
5005	HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL	2364	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADM.DEPTO.HABITACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	SEC. DESENVOLVIMENTO E INCLUSAO SOCIAL	HABITAÇÃO	HABITAÇÃO URBANA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida.
5006	COMBATE A ENCHENTES	1114	CANALIZACAO DE CORREGOS,DRENAGEM URBANA E SANEAMENTO	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SANEAMENTO	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	MTS CANALIZADOS/MTS	M - METROS	2.000,00	2.000,00	Meta atingida
5006	COMBATE A ENCHENTES	2180	LIMPEZA E CONSERVACAO DE CORREGOS E CANAIS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SANEAMENTO	SANEAMENTO BASICO URBANO	KM CONSERVADOS/KM	KMS - QUILOMETROS	70,00	30,00	Serviços executados conforme a disponibilidad ntos
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	1052	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO CEMITERIO E VELORIO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	1.200,00	120,00	Atendimento das necessidades
5008	SERVICOS FUNERARIOS E CEMITERIOS	2182	ADMINISTRACAO DE CEMITERIO E VELORIO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1089	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIO ADMINISTRATIVO	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	M2 CONSTRUIDOS,AMPL.REFORM./M2	M2- METROS QUADRADOS	200,00	0,00	Mudança de prioridade
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	1095	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE PREDIOS PUBLICOS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES CONSTRUIDAS,REF.,AMPL./UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	1123	AMPLIACAO E REFORMA DO MERCADO MUNICIPAL	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	M2 REFORMADOS	M2- METROS QUADRADOS	1.200,00	1.200,00	Meta realizada
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	2315	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DO SERVICOS URBANOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	3,00	3,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2329	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DE OBRAS PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida

Identificador: 3100340036003800320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	2334	MANUTENCAO ADMINISTRATIVA E CONSERVACAO DE BENSIMOVEIS DE EDIF.PUBLICAS	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	DEPARTAMENTOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	15,00	15,00	Meta atingida
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
5010	GESTAO DA POLITICA DE INFRA-ESTRUTURA	2358	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-DT	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	1054	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DO MERCATAU	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	2335	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6001	AGROPECUARIA E AGRONEGOCIOS	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	SECRETARIA DE SERVICOS PUBLICOS	AGRICULTURA	ABASTECIMENTO	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6002	FOMENTO A ATIVIDADE INDUSTRIAL	1081	INFRAESTRUTURA, IMPLANTACAO E AMPLIACAO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	INDÚSTRIA	INFRA-ESTRUTURA URBANA	M2 EXECUTADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	490.000,00	0,00	Atraso no projeto de financiamento dos serviç
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1062	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DA INFRAESTRUTURATURISTICA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	UNIDADES CONSTRUIDAS/AMPLIADAS E REFORMADAS/UNIDAD	UNIDADES	4,00	1,00	Meta não atingida. Outras prioridades
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2286	FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TURISMO-COMTUR	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	CONSELHOS MANTIDOS/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2288	APOIO A ENTIDADES LIGADAS AS ATIVIDADES TURISTICAS	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	ENTIDADES APOIADAS/UNIDADES	UNIDADES	17,00	16,00	Meta não atingida devido a algumas entidades penalidades ou não desfilarem.
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2289	FOMENTO DO TURISMO LOCAL	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	EVENTOS PROMOVIDOS/UNIDADES	UNIDADES	445,50	569,00	Meta atingida(aumento de eventos em comuni endáno oficial através de solicitação da popula
6004	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2289	FOMENTO DO TURISMO LOCAL	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	FUNDO MUN. DE TURISMO DE TAUBATE - FUNTUR	COMÉRCIO E SERVIÇOS	TURISMO	EVENTOS PROMOVIDOS/UNIDADES	UNIDADES	4,50	0,00	Ação duplicada
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	1132	CONSTRUCAO,AMPLIACAO E REFORMA DE PROPRIOS	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	M2 CONSTRUIDOS E AMPLIADOS/M2	M2 METROS QUADRADOS	200,00	0,00	Projeto básico existente. Não houve a priorida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	1133	DESAPROPRIACAO DE AREA AMBIENTAL PRESERVAVEL	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	M2 DESAPROPRIADOS/M2	M2- METROS QUADRADOS	1.000.000,00	0,00	Estudos preliminares para desapropriação de é
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	2225	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL DO MUNICIPIO	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	AREA CONSERVADA/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
6006	RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	GESTÃO AMBIENTAL	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2229	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SEDIN	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES INTERLIGADAS/UNIDADE	Nao Informado	4,00	4,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2230	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS-SETUC	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
6007	GESTAO DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO	2363	DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	SEC. DESENVOLVIMENTO E INOVACAO	INDÚSTRIA	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	EMPRESAS INSTALADAS/UNIDADE	UNIDADES	10,00	0,00	Projeto físico ainda em execução
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	14	SENTENCAS JUDICIAIS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	PROCESSOS PAGOS/UNIDADE	UNIDADES	26,00	58,00	Precatórios atendidos pelo Tribunal de Justiça
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2234	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS -GP	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2294	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS -DF	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	UNIDADES MANTIDAS/UNIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
	ADMINISTRACAO,				CHEFIA DO							

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

7001	FINANCAS E PLANEJAMENTO	2299	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	GABINETE DO PREFEITO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ALIMENTAÇÃO E NUTR IÇÃO	REFEICOES SERVIDAS/A NO/UNIDADE	UNIDADES	780.000,00	321.480,00	Redução da demanda das unidades atendidas.
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2300	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS SEPLAN	SECRETARIA DE PLANEJ AMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	URBANISMO	INFRA ESTRUTURA UR BANA	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2311	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	5,00	5,00	Meta atingida
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE PLANEJ AMENTO	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	URBANISMO	INFRA-ESTRUTURA UR BANA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE ADMINI STRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO FINA NCEIRA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
7001	ADMINISTRACAO, FINANCAS E PLANEJAMENTO	2359	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS - SEGOV	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2263	MANUTENCAO DAS PROCURADORIAS	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	UNIDADES DE SERVICO S MANTIDOS/ UNIDADE	UNIDADES	4,00	4,00	Meta atingida
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	NAO SE APLICA		0,00	0,00	Não se aplica
7003	ADVOCACIA PUBLICA	2365	MANUTENCAO DO CESNJ	SECRETARIA DE NEGOCI OS JURIDICOS	SECRETARIA DE NEGOCIOS JURIDICOS	ESSENCIAL À JUSTIÇA	REPRESENTAÇAO JUDI CIAL E EXTRAJUDICIAL	PROFISSIONAL CAPACIT ADO/UNID.	Nao Informado	112,00	167,00	Superação da meta em decorrência do aument ela qualificação profissional
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	2249	PUBLICIDADE LEGAL	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIA L	PUBLICACAO CM/COLUN A	CENTIMETROS	360.000,00	263.000,00	Quantidade necessária para toda publicidade k
7004	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	2250	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIA L	COM.E PUBLIC. EFETUA DAS/UNID.	UNIDADES	875,00	875,00	Meta realizada
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	2360	PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DO MUNICIPIO	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	CONSULTORIA/UNIDADE	UNIDADES	1,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridade
7006	TAUBATE :VISAO DO FUTURO 2045	2361	IMPLEMENTACAO DE GESTAO DE ACORDOS DE RESULTADOS	SEC. DO GOVERNO E RE LACOES INSTITUCIONAI S	SEC. GOVERNO E RELACOES INSTITUCIONAIS	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	RESULTADOS OBTIDOS/ SECRETARIAS	UNIDADES	14,00	0,00	Meta não realizada por mudança de prioridade
8001	SISTEMA DE TRANSITO	13	CONTRIBUICAO AO FUNSET	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	MULTAS APLICADAS/ME S	UNIDADES	0,00	0,00	Não há
8001	SISTEMA DE TRANSITO	1099	INFRAESTRUTURA DA GESTAO DO TRANSITO	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADE CONSTRUIDA/ REFORMA	UNIDADES	2,00	0,00	Meta não atingida. Outras prioridades.
8001	SISTEMA DE TRANSITO	2347	GESTAO DO SISTEMA DE TRANSITO	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	QUALIFICACAO DE PONT OS SEMAFORICOS/UNID ADE	UNIDADES	50,00	33,00	Meta parcialmente atingida. Dificuldade na ficil al de sinalização.
8001	SISTEMA DE TRANSITO	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. DE OBRAS, TRANSI TO E TRANSPORTES	SEC. DE OBRAS, TRANSITO E TRANSPORTES	URBANISMO	SERVIÇOS URBNOS	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	1076	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA EM SEGURANCA PUBLICA	SEC SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	M2 CONSTRUIDOS,AMP L.REFORM./M2	M2- METROS QUADR ADOS	600,00	800,00	Meta atingida.
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	2279	MANUTENCAO DA SECRETARIA, COI E OUTRAS DEPENDENCIAS	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO GER AL	UNIDADES MANTIDAS/U NIDADES	UNIDADES	5,00	4,00	Diminuição de 01 unidade conforme necessida
8002	SEGURANCA PATRIMONIAL	2357	ADIANTAMENTOS DE DESPESA	SEC. SEGURANCA PUBLI CA MUNICIPAL	SEC. SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL	SEGURANÇA PÚBLICA	ADMINISTRAÇÃO GER AL	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	1103	COLABORACAO PARA INVESTIMENTOS DO CORPO DEBOMBEIROS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIR OS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	M2/UNIDADE	M2- METROS QUADR ADOS	0,00	266,00	Área de construção completa. Faltando apenas ara término da obra
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO COMB.SINIS. E SALV	2268	COLABORACAO PARA O CUSTEIO DO CORPO DE BOMBEIROS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIR OS	FUNDO ESP. DE MANUT. DO CORPO DE BOMBEIROS	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	0,00	0,00	Ação duplicada
8003	APOIO DEF.NAC. A SEG.PUBL. E AO	2268	COLABORACAO PARA O CUSTEIO DO CORPO DE BOMBEIROS	CHEFIA DO GABINETE D O PREFEITO	CHEFIA DO GABINETE DO	SEGURANÇA PÚBLICA	POLICIAMENTO	UNIDADES MANTIDAS / UNIDADE	UNIDADES	2,00	2,00	Meta atingida

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

	COMB.SINIS. E SALV				PREFEITO							
9002	SERVICO DA DIVIDA	6	SERVICO DA DIVIDA INTERNA - GERAL	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	ENCARGOS ESPECIAIS	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	CONTRATOS A PAGAR/UNIDADES	UNIDADES	1,00	1,00	Meta atingida
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	9001	PARA SUPLEMENTACOES	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	CREDITOS ADICIONAIS ABERTOS	% PERCENTUAL	100,00	100,00	Meta atingida
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	9002	PARA PASSIVOS CONTINGENTES	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO EFINANCAS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	NAO SE APLICA	-	0,00	0,00	Não se aplica

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Tribunal de Contas do Estado de Sao Paulo

AUDESP

Documento Cadastro Auditoria Governança
Ajuda/ Sair

Cadastro de Pessoa >> Alterar

Voltar

Dados Básicos

CPF: **185.658.188-88**
Nome: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Sexo: Masculino
Data Nascimento: 22/03/1974
Nacionalidade: Brasileira
Grau de Instrução: Ensino Superior Completo

Alterar

E-mail

Incluir Excluir

E-mail	Tipo Email
pmt.gabinete@taubate.sp.gov.br	PROFISSIONAL

Telefone

Incluir Excluir

Tipo	DDD	Telefone	Complemento
COMERCIAL	12	3625-5108	

Endereço

Incluir Excluir

Tipo	UF	Município	CEP	Tipo de Logradouro	Logradouro	Nº	Complemento	Bairro	Endereço Corresp.
RESIDENCIAL	São Paulo	Taubaté	12043-000	AVENIDA	Carlos Pedroso da Silveira	128		Bonfim	Não

Identificação

Incluir Excluir

Tipo do Documento	Número do Documento
RG	22509854-4

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 380

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

RELATÓRIO - PREFEITURA MUNICIPAL

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO 19
A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 19
A.2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL 20
A.3. CONTROLE INTERNO 21
PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL 21
B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS 21
B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 22
B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL 29
B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO 30
B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO 32
B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS 34
B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS 34
B.1.6. DÍVIDA ATIVA 36
B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 40
B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF 40
B.2.2. DESPESA DE PESSOAL 41
B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS 48
B.3.1. ENSINO 48
B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO 51
B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 60% 51
B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40% 51
B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS 51
B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO 53
B.3.2. SAÚDE 54
B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO 56
B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL 57
B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS 59
B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA 59
B.4. PRECATÓRIOS 60
B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS 60
B.4.1.1. REGIME ESPECIAL ANUAL 60
B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF) 64
B.5. OUTRAS DESPESAS 65
B.5.1. ENCARGOS 65
B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS 65
B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE 66
B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL 80
B.6. TESOURARIA, ALMOXARIFADO, BENS PATRIMONIAIS 81
B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES 81
B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS 82
PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS 82
C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS 82
C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO 82
C.2. CONTRATOS 96
C.2.1. CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO E REMETIDOS AO TRIBUNAL 96
C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO* 96
C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL 100
C.2.3.1. GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO 111
C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 111
C.2.4.1. ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA 111
C.2.4.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO 111
C.2.4.3. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS 111
C.2.5. CONTRATOS DE PROGRAMA 112
PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS 113
D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS 113

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 3

D.1.1. LIVROS E REGISTROS 113
D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP 113
D.3. PESSOAL 114
D.3.1. QUADRO DE PESSOAL 114
D.4. DENÚNCIAS. REPRESENTAÇÕES. EXPEDIENTES 122
D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL 123
D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS 125
SÍNTESE DO APURADO 125
CONCLUSÃO 125

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 202

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Processo : **TC 563/026/14**

Entidade : **Prefeitura Municipal de Taubaté**

Assunto : **Contas Anuais**

Exercício : **2014**

Prefeito : **José Bernardo Ortiz Monteiro Junior**

CPF n° : **185.658.188-88**

Período : **01/01 a 31/12/14**

Relator : **Dr. Sidney Estanislau Beraldo**

Instrução : **UR-7 / DSF-II**

Senhora Diretora da Unidade Regional de São José dos Campos - UR-7,

Tratam-se das contas apresentadas em face do artigo 2°, II, da Lei Complementar n° 709, de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se neste Relatório, sendo isso antecedido por planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Para tanto, baseou-se a Fiscalização nas seguintes fontes documentais:

1. Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;

2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;

3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas, advertências e recomendações;

4. Análise das informações apresentadas em banco de dados como o AUDESP, o SisRTS, o SisCAA, o SIAP e o PFIS.

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 389

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior, responsável pelas contas em exame (fl. 04 dos autos).

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na análise da legislação local, verificamos o que segue:

Verificações		
1	A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? *(LRF, art. 4º, I, "b")*	SIM
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor? *(LRF, art. 4º, I, "f")*	SIM
4	A LOA autoriza abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	NÃO[1]
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa? *(LF nº 4.320/64, art. 15)*	SIM
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? *(CF, art. 227, caput. LF nº 8.069/90, art. 4º, caput e parágrafo único, "b", 'c' e "d")*	SIM
7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? *(LF nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19)*	SIM[2]
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? *(LF nº 12.305/10, art. 18)*	SIM[3]
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou o Plano de Mobilidade Urbana? *(LF nº 12.587/12, art. 24, § 3º)*	SIM

- **PLANO DE MOBILIDADE URBANA:**

Às fls. 46/105 do anexo I, consta a cópia do Plano de Mobilidade Urbana e em análise, verificamos que o presente instrumento contém os seguintes elementos: caracterização do município, histórico da urbanização, caracterização socioeconômica, elementos estruturantes da ocupação territorial, condições atuais de mobilidade em

[1] O artigo 7º da Lei 4835/13 prevê a abertura de créditos suplementares até o limite de 7% da despesa total fixada (fls. 12/19 do Anexo I);
[2] O Plano de Saneamento Básico foi editado pelo Decreto nº 13.020, de 20/05/13 (fls. 42 do anexo I);
[3] O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi aprovado pelo Decreto nº 13.235, de 22/01/14 (fls. 40/41 do anexo I) – a cópia dos planos está arquivada na UR-7;

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 20

Taubaté, situação atual dos serviços municipais do transporte coletivo e propostas para a mobilidade em Taubaté. Em nosso entendimento, tais pressupostos atendem ao determinado no artigo 24 da Lei 12.587/12.

Todavia, ainda na análise do cumprimento do artigo 24 da referida Lei, verificamos que o Plano de Mobilidade Urbana, deixou de contemplar os seguintes elementos (dispostos nos incisos do artigo 24, Lei 12.587/12):

> VIII - as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos;
> IX - as áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada;
> XI - a sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a 10 (dez) anos.

A.2. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

1	A Prefeitura criou o Serviço de Informação ao Cidadão? *(LF nº Lei 12.527/11, art. 9º)*	PARCIAL
2	Com mais de 10.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, de repasses a entidades do 3º setor, informações sobre licitações e ações governamentais? *(LF nº Lei 12.527/11, art. 8º, § 1º)*	SIM
3	Com mais de 50.000 habitantes, há divulgação, em página eletrônica, em tempo real, das receitas arrecadadas e a espécie de despesa que está sendo realizada, indicando valor, fornecedor e, se for o caso, o tipo da licitação realizada? *(LRF, art. 48-A)*	SIM

Por meio do Decreto 13.076, de 25 de julho de 2013 foi formalmente criado o Serviço de Informação ao Cidadão, conforme estabelece o Art. 9° da Lei 12.527, de 2011. Todavia, ainda não houve a efetiva implementação do sistema, visto que, na estrutura administrativa do Poder Executivo, foi feita a transferência para que o Setor de Contabilidade subordinado à Secretaria de Finanças efetue o efetivo acesso às informações, conforme documento anexado às fls. 106/107 do anexo I.

Nesse sentido, em pesquisa ao sitio www.taubate.sp.gov.br., verificamos que não constam as informações relativas aos repasses a entidade do terceiro setor.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 20

A.3. CONTROLE INTERNO

1	O Sistema de Controle Interno foi regulamentado?	SIM
2	O Responsável pelo Controle Interno ocupa cargo efetivo na Administração Municipal?	SIM[4]
3	O Controle Interno, quanto às suas funções institucionais, apresenta relatórios periódicos?	SIM
4	Com base no relatório do Controle Interno, o Prefeito determinou as providências cabíveis?	PREJUDICADO

A Prefeitura Municipal de Taubaté regulamentou seu sistema de controle interno por meio do Decreto 13.224, de 30 de dezembro de 2013 (fls. 108/112 do anexo I), produzindo relatórios periódicos quanto às suas funções institucionais, conforme artigos 31 e 74 da Constituição.

Destacamos que os relatórios do Controle Interno referente ao exercício de 2014, não apontaram falhas, irregularidades ou desvios, de modo que a tomada de providências do Chefe do Executivo com base nesta análise restou prejudicada.

Cópia dos relatórios quadrimestrais do controle interno anexada às fls. 115/145 do anexo I.

PERSPECTIVA B: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no Sistema AUDESP e nas informações obtidas na ação fiscalizatória, verificamos o que segue:

[4] Portarias 73/10 e 313/13 (fls. 113/114 do anexo I)

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 398

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	910.672.052,89	790.172.468,95	-13,23%	108,72%
Receitas de Capital	14.740.666,53	6.298.035,05	-57,27%	0,87%
Receitas Intraorçamentárias	120.103,66	120.103,66	0,00%	0,02%
Deduções da Receita	(78.071.000,00)	(69.825.077,68)	-10,56%	-9,61%
Subtotal das Receitas	**847.461.823,08**	**726.765.529,98**		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	**847.461.823,08**	**726.765.529,98**		**100,00%**
Déficit de arrecadação		**120.696.293,10**	**-14,24%**	**16,61%**
Despesas Empenhadas	**Fixação Final**	**Execução**	**AH %**	**AV %**
Despesas Correntes	636.616.147,00	596.199.376,96	-6,35%	80,00%
Despesas de Capital	87.478.009,00	71.837.041,35	-17,88%	9,64%
Reserva de Contingência				
Despesas Intraorçamentárias	56.522.800,00	49.085.284,50	-13,16%	6,59%
Repasses de duodécimos à CM	28.500.000,00	28.500.000,00	0,00%	3,82%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta		346.036,52	#DIV/0!	0,05%
Dedução: devolução de duodécimos		(732.610,46)		
Subtotal das Despesas	**809.116.956,00**	**745.235.128,87**		
Outros Ajustes				
Total das Despesas	**809.116.956,00**	**745.235.128,87**		**100,00%**
Economia Orçamentária		**63.881.827,13**	**-7,90%**	**8,57%**
Resultado Ex. Orçamentária:	**Déficit**	**(18.469.598,89)**		**2,54%**

Preliminarmente, esclarecemos que, conforme balanço orçamentário (fls. 149/150 do Anexo I) houve superávit da ordem de R$9.643.827,17, ou seja, 1,33% da receita realizada. **A diferença em relação ao resultado da execução orçamentária demonstrado no quadro acima se dá em virtude de este considerar, no cálculo do resultado, os repasses e devoluções dos duodécimos e as transferências financeiras à administração indireta, que não integram o balanço orçamentário isolado do órgão.**

Constatamos a abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R$168.837.265,61, o que corresponde a 21,63% da Despesa Fixada inicial, no valor total de R$ 780.616.956,00 (este valor refere-se aos orçamentos fiscal e da seguridade social da Prefeitura Municipal de Taubaté, de R$779.616.956,00 e à reserva de contingência da Administração Direta, de R$ 1.000.000,00), conforme art. 5°, II, da Lei Orçamentária Anual n° 4.835 de 30 de dezembro de 2013 (fls. 12/28 do Anexo I).

A LOA prevê em seu artigo 7° autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até o limite de 7% da despesa fixada no artigo 4° (R$ 780.616.956,00) e até o limite da dotação consignada como reserva de

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 22

contingência (R$ 1.000.000,00). Em seu artigo 8°, consta autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos suplementares para outras hipóteses, dentre elas, aquelas destinadas ao reforço de dotações de ações utilizando a anulação de outras dotações, até o limite de um vinte avos da receita prevista para o exercício (inciso IV).

Considerando que a receita prevista foi da ordem de R$810.000.000,00 (art. 3° da LOA - fls. 12/13 do Anexo I), o limite para abertura de créditos por anulação de dotação seria de R$40.500.000,00. Nessa medida, constatamos que o Executivo infringiu as normas orçamentárias, pois abriu créditos mediante tal expediente, no total de R$168.837.265,61 (valor extraído do Sistema Audesp que corresponde à totalidade de créditos adicionais abertos). A situação é evidenciada no quadro que segue:

	Valor (R$)	Análise Vertical
Despesa total fixada na LOA - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Prefeitura (art. 4° e art. 5°, II, da LOA)	780.616.956,00	100,00%
Limite de 7% permitido para abertura de créditos suplementares (art. 7° da LOA)	54.643.186,92	7,00%
Créditos suplementares abertos - de acordo com Sistema Audesp	168.837.265,61	21,63%
Créditos suplementares abertos acima do limite	**114.194.078,69**	**14,63%**
Receita prevista (art. 3° da LOA)	810.000.000,00	100,00%
1/20 da receita prevista (art. 8°, IV, da LOA) para credito suplementar com anulação de dotações	40.500.000,00	5,00%
Créditos abertos por anulação de dotação	168.837.265,61	20,84%
Créditos abertos por anulação de dotação acima do limite	**128.337.265,61**	**15,84%**

Ainda no que tange aos créditos suplementares decorrentes de anulação total ou parcial de dotações, abertos por decretos executivos e portarias e com fundamento na LOA (R$147.754.960,00), de acordo com informações do Sistema Audesp, apenas R$95.564.574,98 foram classificados corretamente pela Prefeitura. O restante foi qualificado inadequadamente, já que se trata tipicamente de transposição, remanejamento ou transferência de recursos, conforme se depreende do quadro que segue, cujos dados foram extraídos do Sistema Audesp e do demonstrativo da Prefeitura de fls. 146/148 do Anexo I.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 398

Importante destacar que tais institutos, prescritos pelo inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal (e não pela Lei nº 4.320/64), não se servem a propiciar a movimentação dentro de uma mesma ação, atividade, projeto ou operação especial (típico dos créditos suplementares com permuta entre os elementos de despesa), mas sim para movimentar recursos entre programas (transposições), categorias econômicas (transferência) e unidades orçamentárias (remanejamento), sendo utilizados quando o governo busca alterar seu curso operacional, repriorizar suas ações ou modificar suas intenções finalísticas.

Nessas condições, demandam lei específica, não podendo ser matéria tratada no âmbito do instrumento legal orçamentário, como aconteceu, pois a lei orçamentária não pode autorizar margem percentual para transposição, remanejamento ou transferência, em ofensa ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, da Carta Maior), visto que o parlamentar não pode estar à margem da troca de propósitos governamentais.

É possível que a lei específica aqui tratada seja a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas no caso em tela não consideramos adequada a permissão dada no art. 28 da Lei nº 4.776/2013 (fls. 02/11 do Anexo I), pois autoriza transposições, remanejamentos e transferências sem limite de valor.

	Audesp	Prefeitura	Diferença
Transferência	46.560.800,00	-	46.560.800,00
Transposição	17.003.401,00	14.661.495,98	2.341.905,02
Remanejamento	3.284.680,00	-	3.284.680,00
Possível Crédito Especial/Extraordinário	3.000,00	-	3.000,00
Créd. Adicional (permuta entre os elementos de despesa)	95.564.574,98	147.754.960,00	- 52.190.385,02
TOTAL	**162.416.455,98**	**162.416.455,98**	**-**

Além disso, não identificamos a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$3.000,00, consoante indicado pelo Sistema Audesp, em discordância com o disposto no art. 43, caput, da Lei nº 4.320/64.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 288

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

Transcrevemos a seguir, a título exemplificativo, a alteração no orçamento realizada através do Decreto nº 13.230/2014, mediante anulação total ou parcial de dotações, conforme consta no Sistema Audesp, onde observamos a situação ora relatada:

				5.2.2.1.2.01.00	5.2.2.1.3.03.00	5.2.2.1.9.04.00
UO	PROGRAMA	AÇÃO	CLASSIF. DA DESPESA	CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEM.	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	(-) CANCELAM. DE DOTAÇÕES
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	2128-APOIO A ENTIDADES PARA ATEND. CRIANCA E ADOLESC.	33500000-TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	0,00	-78.000,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	2128-APOIO A ENTIDADES PARA ATEND. CRIANCA E ADOLESC.	33500000-TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	78.000,00	78.000,00	0,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4001-ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESC.	1031-CONST. AMPL. E REFORMA UNIDADES DE ATEND.A CCA.ADOL.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-33.000,00
SECRETARIA DE EDUC.	2004-EDUCACAO PARA O TRABALHO	1011-CONST., AMPL. E REFORMA DAS UNID. DE EDUCACAO PROF.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-870.000,00
SECRETARIA DE EDUC	2004-EDUCACAO PARA O TRABALHO	2064-FUNC. DA EDUCACAO PROFISSIONAL	33900000-APLICAÇÕES DIRETAS	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
SEC. DESENV. E INCLUSAO SOCIAL	4002-ASSIST. A POP. EM VULNERAB. SOCIAL	1107-CONSTR., AMPLIACAO E REFORMA UNIDADES SOCIAIS	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	33.000,00	33.000,00	0,00
SECRETARIA DE EDUC.	2007-GESTAO DO SISTEMA DE ENSINO	1109-REFORMA/ AMPLIACAO PREDIO DE SERV. ADMINISTR.	44900000-APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	-150.000,00
			TOTAL	1.131.000,00	1.131.000,00	-1.131.000,00

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

É possível observar, apenas considerando o Decreto acima, que houve transposição no valor de R$33.000,00 (deslocando-se a dotação do programa 4001 para o 4002), transferência no valor de R$1.020.000,00 (modificando-se a categoria de despesa de 4490 para 3390) e crédito adicional suplementar de R$78.000,00 (com modificação apenas do elemento de despesa). Apesar disso, a Prefeitura classificou a totalidade das alterações como crédito adicional suplementar, fazendo-as inadequadamente por meio de Decreto do Executivo. Destacamos o montante relevante dos recursos antes reservados para Despesas de Capital, ou seja, Investimentos, Inversões Financeiras e Amortizações de Dívidas, que foram redirecionados para fazer frente a despesas correntes.

Constatamos, assim, além das falhas já evidenciadas, o insuficiente planejamento, por parte da Prefeitura, dado o elevado valor das alterações orçamentárias e em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n° 101/2000.

Quanto à execução dos programas e ações governamentais, conforme o relatório de atividades extraído do Sistema Audesp (fls. 05/14 dos autos), há ações que não atingiram a meta proposta ou, ainda, foram executadas em percentual muito superior ao planejado. Há, também, justificativas insuficientes em relação aos desvios entre o planejado e o executado, mudanças de prioridades e ações cadastradas em duplicidade, em discordância ao princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1°, §1°, da LRF). Relacionamos à fl. 28A do Anexo I alguns exemplos das irregularidades citadas.

- **PREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ATENÇÃO PRIORITÁRIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE:**

Consoante já analisado no quadro acima, a Prefeitura cumpriu o previsto na Constituição Federal, art. 227, caput. LF n° 8.069/90, art. 4°, caput e parágrafo único, "b", 'c' e "d", efetuando previsão orçamentária para a atenção prioritária à criança e adolescente, conforme Lei 4776/13 (LDO) e Lei 4835/13 (LOA).

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 201

Ocorre, no entanto, que durante 2014, a Prefeitura não executou fielmente as metas previstas no orçamento em relação ao programa 4001 – Atenção à Criança e Adolescente:

Programa	Programa	Código da ação	Denominação da Ação	Unidade Orçamentária	Função de Gov.	Subfunção de Governo	Denominação da Meta	Quant. estimada	Quant. Realizada	Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento da Meta
4001	Atenção à criança e Adolescente	1031	Constr., ampl. e reforma de unidade de atendim. à criança e adolesc.	Sec. De Desenv.e Inclusão Social	Assist. Social	Assist. à criança e adolesc.	Unidade Construidas, reformadas e ampliadas	2	0	Meta não atingida. Previsão de reforma/construção de unidade de acolhimento para crianças e adolescentes unificada, porém não foi possivel realizar devido outras prioridades.
4001	Atenção à criança e Adolescente	2326	Atendimento à criança e adolescente	Sec. De Desenvolvimento e Inclusão Social	Assistência Social	Assistência à criança e adolescente	atendimentos realizados/ano	37.522,8	35.109	Meta parcialmente atingida. Programa PEEJ passou a ser atendido por outra secretaria

Fonte: relatório de atividades da PM

Ano	cd_progr	ds_progr	ds_indicador	Quantidade estimada	Quantidade realizada	Dotação atualizada	Liquidação	Pagamento
2014	4001	Atenção à criança e adolescente	unidades	3.900	2.222 (56,97%)	R$8.371.000,00 (R$4.989.677,30)	R$4.775.343,30	R$4.619.319,47

Análise: programa 4001

Embora conste previsão nos instrumentos de planejamento para gastos com o programa "Atenção à criança e Adolescente", no montante de R$ 8.371.000,00, houve empenhamento de despesas no valor de *apenas* de R$ 4.989.677,30, ou seja, 59,60% a menos do que o orçado. Ora, tal redução refletiu diretamente na quantidade de atendimentos de 3.900 previstos para 2.222 efetuados, com redução de 56,97%.

No momento da verificação da qualidade da despesa concluímos que do total de R$4.619.319,47, R$3.538.494,13 pagos referiram-se *somente* a gastos com pessoal (vencimentos, encargos, entre outros), ou seja, 76,60% - analisando todas as ações vinculadas ao programa 4001 (Atenção à Criança e ao Adolescente).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 28

Não merece melhor resultado as ações específicas 1031 (construção, ampliação e reforma de unidade de atendimento à criança e adolescente) e 2326 (atendimento à criança e ao adolescente), ambos vinculados também ao programa 4001, pois houve a previsão orçamentária atualizada de R$5.732.990,00, empenho de *apenas* R$3.471.188,44 e pagamento de R$3.194.379,94. Reforçando a análise dos gastos com pessoal: dos R$3.194.379,94 pagos, R$2.947.151,25 (ou seja, 92,26%) foram dispendidos com vencimentos e vantagens pessoais, encargos patronais e outras despesas de pessoal.

Em nosso entendimento, concluímos que, embora a Prefeitura tenha efetuado previsão em seu orçamento de dotação para a atenção prioritária à criança e adolescente, na sua execução, pouco mais metade do valor previsto foi empenhado, liquidado e pago; além do que, grande parte desse montante foi despendido somente em despesas com pessoal, diminuindo, assim, o valor para eventuais e necessários investimentos na área – caracterização de ofensa ao princípio do planejamento previsto no § 1° do artigo 1° da LC 101/00.

Documentos às fls. 29/37 do anexo I.

O déficit da execução orçamentária provém da superestimativa de receita, visto que a previsão superou, em 14,24%, a efetiva arrecadação. Embora tenha havido também economia de despesa, da ordem de 7,90%, percebemos que esta foi capaz de absorver apenas parte do déficit de arrecadação e, doutra sorte, se as despesas realizadas não fossem inferiores às previstas, a execução orçamentária seria ainda mais deficitária.

Nos termos do artigo 59, § 1°, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi o Município alertado, por 5 (cinco) vezes (nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto e outubro), sobre descompasso entre Receitas e Despesas e, nem assim, conteve o gasto não obrigatório e adiável.

O Município realizou investimento correspondente a 9,32% da Receita Corrente Líquida. Tal percentual está abaixo da média regional que é de 12,67%, consoante Sistema Audesp.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 29

Nos três últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária apresentou os seguintes percentuais:

2013	Superávit de	6.54%
2012	Déficit de	-2,37%
2011	Déficit de	0,06%

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	(9.065.005,53)	26.494.600,01	392,27%
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69%
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60%

Os dados de 2013 foram extraídos do relatório de contas de tal exercício (TC-2090/026/13).

O resultado financeiro apresentou acréscimo de 392,27%, considerando para tal cálculo o valor apurado pela Fiscalização em 2013.

Quanto ao resultado econômico, observamos que, em relação ao exercício anterior, o Executivo Municipal apresenta situação desfavorável, tendo este diminuído 62,69%. Isso se deu, principalmente, em razão da diminuição das variações patrimoniais aumentativas, das quais se destacam as transferências intragovernamentais e as diversas variações (que reduziram 80,86% e 166,09%, respectivamente, em relação a 2013), bem como do aumento das variações patrimoniais diminutivas, em especial a remuneração de pessoal, o uso de serviços e as diversas variações (que expandiram em 70,36%, 110,49% e 68,28%, respectivamente, quando comparados ao exercício anterior).

No tocante ao saldo patrimonial, observamos aumento de 5,60% em relação a 2013. Destacamos, aqui, que o saldo patrimonial compreende o patrimônio líquido apurado no balanço patrimonial (de R$632.443.429,20 no exercício em análise) deduzido do valor dos restos a pagar não processados (que, em 2014, foi de R$58.023.884,69).

Docs. às fls. 149/174 do Anexo I.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 29

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	26.975.576,34	8.883.907,43	25.823.682,09	10.035.801,68
Restos a Pagar Não Processados	45.130.417,33	52.854.240,70	38.921.532,01	59.063.126,02
Depósitos	312.755,50	60.704,95	111.652,04	261.808,41
Consignações	12.718.028,76	66.689.893,31	66.549.213,50	12.858.708,57
Outros	821.189,44	715.785.930,03	715.155.689,01	1.451.430,46
Total	**85.957.967,37**	**844.274.676,42**	**846.561.768,65**	**83.670.875,14**
Inclusões da Fiscalização		1.466.466,84		
Exclusões da Fiscalização				
Total Ajustado	**85.957.967,37**	**845.741.143,26**	**846.561.768,65**	**85.137.341,98**
Índice de Liquidez Imediata	Ativo Financeiro	109.113.280,13	**1,32**	
	Passivo Financeiro	82.618.680,12		

Os valores evidenciados no quadro acima são os obtidos do Sistema Audesp.

O ajuste constante no quadro, de R$1.466.466,84, corresponde à dívida da Prefeitura com a SABESP em 31/12/14, objeto do processo nº 36.410/14 (origem), conforme apurado pela fiscalização (fls. 264/266 do Anexo II).

Tal débito é proveniente de exercícios anteriores e seu reconhecimento e respectivo termo de acordo para parcelamento se deu apenas em 17/04/14, no valor de R$2.966.466,84, para pagamento até abril de 2015 (fls. 267/270 do Anexo II). Apesar disso, não consta do demonstrativo da dívida flutuante do ente (fls. 243/246 do Anexo II) e nem dos demonstrativos do Sistema Audesp, haja vista que a dívida confessada não foi escriturada adequadamente.

Observamos que os empenhos foram realizados como despesa orçamentária no subelemento 33903944 - Serviços de Água e Esgoto, estando registrados apenas na conta contábil 5.2.2.9.1.01.00 - Outros Controles da Despesa Orçamentária, conforme balancete à fl. 266 do Anexo II. Não há, portanto, diferenciação entre os valores referentes aos serviços prestados em 2014 e aqueles decorrentes da dívida proveniente de exercícios anteriores, a não ser pela descrição no histórico do empenho (execução orçamentária extraída do Sistema Audesp

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 30

à fl. 265 do Anexo II). Ademais, tais débitos constam no demonstrativo de obrigações pendentes, somados aos demais (fl. 250 do Anexo II).

Nisto descumpre a Prefeitura os princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64), posto que ocorreu ocultação de passivo.

Em confronto aos demonstrativos da Prefeitura de dívida flutuante e de execução de restos a pagar (fls. 243/246 do Anexo II e fl. 165 do Anexo I), percebemos diferença no valor de "outros", em descumprimento ao artigo 1°, §1°, da LRF, conforme segue:

DÍVIDA FLUTUANTE	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Restos a Pagar Processados e Não Processados	69.098.927,70	69.098.927,70	0,00
Depósitos	261.808,41	261.808,41	0,00
Consignações	12.858.708,57	12.858.708,57	0,00
Outros	412.189,13	1.451.430,46	1.039.241,33
TOTAL	**82.631.633,81**	**83.670.875,14**	**1.039.241,33**

Em análise ao demonstrativo de restos a pagar não processados (fls. 151 e 165 do Anexo I), vislumbramos divergências entre o cálculo realizado pela Prefeitura e pelo Sistema Audesp:

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Inscritos em ex. anteriores	45.126.183,33	45.130.417,33	4.234,00
Inscritos em 31/12/14	52.854.240,70	52.854.240,70	-
Liquidados	29.349.568,29	29.766.314,27	416.745,98
Pagos	28.722.838,94	28.727.072,94	4.234,00
Cancelados	10.188.408,97	10.194.459,07	6.050,10
Saldo	**58.442.446,77**	**59.063.126,02**	**620.679,25**

Verificamos que a diferença em relação ao saldo se dá em sua fórmula de cálculo: enquanto a Prefeitura soma os valores inscritos em exercícios anteriores e em 31/12/14 e subtrai os valores liquidados e cancelados, o Sistema Audesp faz a mesma soma, porém subtrai os valores pagos (e não os liquidados) e cancelados, consoante dispõe

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 708

o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição, p. 307. Diante disso, temos que a Prefeitura não respeita, em seu cálculo, as normas vigentes para elaboração de seu demonstrativo.

Considerando o resultado financeiro apurado (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), verifica-se que a Prefeitura possui liquidez face aos compromissos de curto prazo.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

Exercícios: anterior e em exame	2013	2014	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	54.945.990,23	51.439.395,14	-6,38%
Parcelamento de Dívidas:	-	-	
De Tributos			
De Contribuições Sociais:	-	-	
Previdenciárias			
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas	-	35.222.116,86	
Dívida Consolidada	**54.945.990,23**	**86.661.512,00**	**57,72%**
Ajustes da Fiscalização	6.651.820,90	(6.853.504,84)	-203,03%
Dívida Consolidada Ajustada	**61.597.811,13**	**79.808.007,16**	**29,56%**

Em relação aos precatórios, o valor de R$ 51.439.395,14, demonstrado no quadro acima, refere-se ao montante evidenciado no balanço patrimonial do ente em 2014 (fls. 156/159 do Anexo I) e enviado ao Sistema Audesp. Porém, de acordo com o item "B.4" deste relatório, o valor atualizado devido a título de precatórios, conforme o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (valor que consideramos correto) é de R$44.585.890,30. Assim, procedemos ao ajuste necessário, de R$6.853.504,84, que é a diferença entre o valor enviado ao Audesp e o saldo conforme o Tribunal de Justiça.

Deste modo, houve aumento de 29,56% na dívida consolidada da Prefeitura Municipal de Taubaté, o que se deu em razão da escrituração de outras dívidas, no valor

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 708

de R$35.222.116,86 (fl. 320 do Anexo II). Tal débito se refere ao Termo de Compromisso para Pagamento Parcelado firmado em 2010 junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, objeto do processo nº 37011/2010 (origem) no valor total de R$37.611.362,50, para pagamento parcelado até 25/10/18 (fls. 327/332 do Anexo II).

De acordo com informações do Secretário de Serviços Públicos da Prefeitura (fl. 373 do Anexo III), datada de 16/07/14, a Prefeitura e a SABESP estavam em tratativas para renegociação das parcelas 49 a 99 da dívida (cujos pagamentos se dariam de agosto de 2014 a outubro de 2018) e, em 07/08/14, por meio da Lei Municipal nº 4.915, foi autorizado e ratificado o referido acordo vincendo, com mesmo prazo para pagamento (até 15/10/18) e valor (saldo devedor de R$29.211.362,51 em 24/08/14) (fls. 415/416 do Anexo III).

Com a confissão da dívida, houve readequação dos créditos orçamentários, com anulação daqueles que constavam no subelemento de despesa nº 33903944 – Serviços de Água e Esgoto e consequente transferência para o subelemento nº 46907199 – Outras Amortizações da Dívida Contratada (fls. 424/464 do Anexo III).

Há que se destacar, entretanto, que a dívida junto à SABESP é de 2010 e apenas em 2014, após a referida lei municipal, é que foi evidenciada no balanço patrimonial da Prefeitura, constituindo-se ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64) nos exercícios anteriores.

Observamos que de janeiro a julho (antes do reconhecimento da dívida), houve empenho e liquidação de R$1.817.055,68 e pagamento de R$1.817.010,71 referentes a tal acordo (notas de empenho às fls. 333/400 do Anexo II e 402/413 do Anexo III e valores empenhados, liquidados e pagos, conforme Sistema Audesp, à fl. 319 do Anexo II).

A partir da confissão da dívida, em agosto de 2014, houve amortização de apenas R$615.296,52, o que consideramos insuficiente tendo como base o acordo realizado, resumido no quadro abaixo (docs. às fls. 318/323 do Anexo II).

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 708

Parcela	Data	Valor da parcela	Correção até 24/07/14 (IPC)	Valor da parcela corrigido	Valor Total Corrigido – 2014	Valor pago em 2014	Saldo a Pagar referente à dívida confessada - 2014
49	ago/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38	3.513.471,90	615.296,52	2.898.175,38
50	set/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
51	out/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
52	nov/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			
53	dez/14	572.771,81	129.922,57	702.694,38			

Temos, dessa forma, que ainda carece de pagamento o saldo de R$2.898.175,38, referente às parcelas n°s 49 a 53, todas de 2014 e confessadas através da lei municipal n° 4915/14.

Por fim, constatamos, no processo n° 37011/2010, a existência de memorando solicitando o não pagamento das faturas de consumo de água e das parcelas do acordo a partir de 25/03/15, já que, de acordo com o contido no documento, a SABESP estava definindo, através de seu Conselho Deliberativo, a proposta a ser efetuada à Prefeitura para ajuste das condições dos repasses financeiros por conta do convênio de cooperação (fls. 470/471 do Anexo III). Diante disso, recomendamos à fiscalização subsequente que verifique o adimplemento do referido acordo.

Docs. às fls. 318/400 do Anexo II e 402/487 do Anexo III.

B.1.5. FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Constatamos a regularidade nos lançamentos, cobranças e registros.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS

No exercício examinado, o Município efetivou irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2014 foram concedidas isenção de IPTU e redução da alíquota de ISSQN, bem como remissão de multa e juros

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 709

incidentes sobre débitos de contribuintes hipossuficientes.

Houve também isenções parciais de IPTU e ISSQN com base na Lei Complementar nº 323, de 05/11/13, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de novos projetos esportivos não profissionais e culturais.

Destacamos a existência da Lei Complementar nº 339, de 09/05/14, que alterou a Lei Complementar nº 184/2008, que trata do Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté - PROINDE, autorizando os incentivos fiscais por um período de 15 anos para as grandes empresas. De acordo com informações da prefeitura (fls. 240/241 do Anexo II) não foi concedido, em 2014, benefício de incentivo fiscal com base nessa lei.

Para todos esses casos não foi demonstrada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de 2014, 2015 e 2016, o atendimento à LDO e aos incisos do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 800

B.1.6. DÍVIDA ATIVA

Movimentação da Divida Ativa	2013	2014	AH%
Saldo inicial da Dívida Ativa - A	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Inclusões da Fiscalização - B			
Exclusões da Fiscalização - C			
Saldo inicial da Dívida Ativa ajustado - D=A+B-C	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Saldo inicial da Provisão para Perdas - E			
Inclusões da Fiscalização - F			
Exclusões da Fiscalização - G			
Saldo inicial Provisão para Perdas ajustado - H=E+F-G	-	-	
Total - I = A - E	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Total Ajustado - J=D-H	**134.483.396,57**	**145.855.934,31**	**8,46%**
Recebimentos - K	**13.124.533,43**	**13.514.283,81**	**2,97%**
Inclusões da Fiscalização - L			
Exclusões da Fiscalização - M			
Recebimentos Ajustados - N=K+L-M	**13.124.533,43**	**13.514.283,81**	**2,97%**
Cancelamentos - O	**38.171.795,21**	**7.593.549,81**	**-80,11%**
Inclusões da Fiscalização - P			
Exclusões da Fiscalização - Q			
Cancelamentos Ajustados - R=O+P-Q	**38.171.795,21**	**7.593.549,81**	**-80,11%**
Valores não Recebidos - S=I-K-O	**83.187.067,93**	**124.748.100,69**	**49,96%**
Valores não Recebidos Ajustados - T=J-N-R	**83.187.067,93**	**124.748.100,69**	**49,96%**
Inscrição - U	**52.536.025,57**	**39.064.552,18**	**-25,64%**
Inclusões da Fiscalização - V			
Exclusões da Fiscalização - W			
Inscrições Ajustadas - Y=U+V-W	**52.536.025,57**	**39.064.552,18**	**-25,64%**
Juros e Atualizações da Dívida - Z			
Inclusões da Fiscalização - AA			
Exclusões da Fiscalização - AB			
Juros e Atualizações da Dívida Ajustada - AC=Z+AA-AB	-	-	
Saldo Final da Provisão para Perdas - AD			
Inclusões da Fiscalização - AE			
Exclusões da Fiscalização - AF			
Saldo Final Provisão p/ Perdas ajustado - AG=AD+AE-AF	-	-	
Saldo Final da Dívida Ativa - AH=S+U+Z-AD	**135.723.093,50**	**163.812.652,87**	**20,70%**
Saldo Final da Dívida Ativa Ajustado - AI=T+Y+AC-AG	**135.723.093,50**	**163.812.652,87**	**20,70%**

O valor de R$38.171.795,21 referentes aos cancelamentos de dívida ativa foi extraído do relatório das contas de 2013 (TC-2090/026/13). Os demais dados do quadro foram extraídos dos balancetes do órgão enviados ao Sistema Audesp

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 001

Com base nos dados do quadro, constatamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento de 20,70% no montante Dívida Ativa, causado, especialmente, pela redução dos cancelamentos de dívida ativa no monante de 80,11%.

Conforme dados enviados ao Sistema Audesp e o constante do Balanço Patrimonial de 2014, o saldo final da Dívida Ativa ao término do exercício de 2014 foi de R$163.812.652,87, sendo R$ 141.030.142,31 de dívida ativa tributária, R$15.474.201,89 de dívida ativa não tributária e R$ 7.308.308,67 de empréstimos e financiamentos concedidos (documentos às fls. 156 do anexo I e fls. 492 do anexo III).

Na fiscalização do exercício de 2014, a origem informou outro valor de saldo da dívida em 31/12/2014, R$156.754.653,75 (fls. 488/489 do anexo III). Informou também outros valores de inscrições e recebimentos. Vejamos:

Fonte	Saldo da Dívida Ativa em 31.12.2014 (R$)	Inscrições (R$)	Recebimentos (R$)
Conforme dados do Balanço Patrimonial	163.812.652,87	39.064.552,18	13.514.283,81
Conforme dados do Setor de Contabilidade	156.754.653,75	31.609.900,39	7.768.235,81

Em análise no setor de Dívida Ativa, constatamos que de janeiro a dezembro de 2014 foram cancelados R$7.593.549,96 dos valores inscritos em 2013 pelos seguintes motivos: lançamento indevido, inocorrência do fato gerador, compensação de créditos, prescrição, em um total de 12.228 registros de cancelamento.

Desses processos, 731 referem-se à prescrição (por decisão administrativa ou inércia judicial) somando a quantia de R$ 226.528,69, que representa 0,14% do saldo inicial da dívida ativa em 2014. Conforme informações da Prefeitura, alguns débitos foram prescritos em virtude de mora do Judiciário, uma vez que foi emitida a cobrança mas a ação ficou sem andamento no Judiciário por longo período, ocasionando a prescrição (fls. 515 do anexo III).

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 802

Entendemos que a prescição do crédito tributário, embora obedeça às disposições contidas em lei, reflete inobservância aos princípios da eficiência administrativa e da igualdade, por falha da cobrança e por ineficácia em detrimento ao cidadão cumpridor de suas obrigações tributárias.

Entretanto, esse alto valor de prescrições demonstra que a Prefeitura não tem dispensado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa.

Analisamos por amostragem os processos de cancelamentos da dívida ativa e não constatamos irregularidades.

Ainda, observamos no rol dos cem maiores devedores da dívida ativa em 2014, a presença da Prefeitura Municipal de Taubaté, inscrita no montante de R$1.539.869,05 (fls. 517/522 do anexo III). A indevida inscrição da municipalidade no rol dos devedores significa que o valor de inscrições lançados na Demonstração das Variações Patrimoniais e os saldos lançados no Balanço Patrimonial são inverídicos, bem como os resultados econômicos e patrimonial deles decorrentes.

Ainda no que tange aos cem maiores devedores, verificamos que somam a quantia de R$ 93.638.910,95, valor este que representa 66,39% do montante inscrito no Balanço Patrimonial da Prefeitura (R$ 141.030.142,31 de dívida ativa tributária). A nosso ver, trata-se de um percentual muitíssimo elevado, indicando que os esforços na cobrança dos créditos e na melhoria da arrecadação carecem de um empenho ainda maior.

Por todo o exposto, constatamos que: a) os valores apresentados pelo Setor de Dívida Ativa da Prefeitura divergem dos dados enviados ao Sistema Audesp e também dos demonstrativos cotábeis encaminhados pela origem; b) a própria Prefeitura está inscrita no rol dos devedores de dívida ativa; c) elevado valor de prescrição de dívida ativa; d) elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas incrições e controle de lançamentos; e) os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida; f) as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 39

refletem a realidade do seto, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

Observamos, no rol de devedores da dívida ativa, a existência de agentes políticos e ex-agentes políticos, conforme já destacado nos relatórios das contas de 2011 (TC-1433/026/11, Conselheiro Relator Dr. Renato Martins Costa), de 2012 (TC-2022/026/12, Conselheiro Relator Dr. Antonio Roque Citadini) e de 2013 (TC-2090/026/13, Conselheiro Relator Dr. Dimas Eduardo Ramalho) de acordo com o quadro abaixo (certidão emitida pela Prefeitura às fl. 488/489 do Anexo III):

Agentes Políticos e Ex-Agentes Políticos	Valor da Dívida	Situação na data da fiscalização "in loco"
Antônio Mário Ortiz Mattos	R$ 109.256,09	Sem parcelamento
Aloizio Rodrigues	R$ 19.016,26	Sem parcelamento
Henrique Antônio Paiva Nunes	R$ 6.292,51	Sem parcelamento
Cícero Alves Morgado	R$ 2.891,11	Sem parcelamento
José Antônio de Angelis	-X-	Débito quitado
José Tadeu Ramos	-X-	Débito quitado
Luiz Candido da Silva	R$ 4.562,77	Sem parcelamento
Djalma José de Castro	R$ 3.787,69	Sem parcelamento
Wanderley Soares dos Santos	R$ 6.292,51	Sem parcelamento
Custodio de Sales Garcez	R$ 6.040,81	Sem parcelamento

Além disso, observamos também a existência de débitos dos ex-agentes políticos José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto, os quais são objeto, respectivamente, dos apartados TC-800165/613/04 (Conselheiro Relator Dr. Antonio Roque Citadini) e TC-800214/613/05 (Conselheiro Relator Dr. Robson Marinho).

Quanto a tais valores, constatamos que até a data da fiscalização (18/08/15) ainda não haviam sido quitados, permacendo inscritos na dívida ativa do município, conforme certidões de fls. 4003/4041 do Anexo XX. A situação destes processos é a que se segue:

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 39

Devedor	Valor Total da Dívida (principal, multa, correção monetária e juros)	Nº do TC	Nº do Processo Adm. (origem)	Nº do Processo de Execução Fiscal (Tribunal de Justiça)	Situação do Processo de Execução Fiscal na data da Fiscalização (Tribunal de Justiça)
José Bernardo Ortiz	R$ 87.340,66	800165/613/04	11863/2011	0500790-12.2011.8.26.0625	Sem decisão
Roberto Pereira Peixoto	R$ 93.396,69	800214/613/05	12714/2011	0500183-62.2012.8.26.0625	Sem decisão

Ante o exposto, propomos que a fiscalização das contas do exercício de 2014 proceda ao acompanhamento dos parcelamentos ora existentes, bem como das execuções judiciais em trâmite.

B.2. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.2.1. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LRF

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**750.666.886,30**	**100,00%**
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	(25.351.463,64)	-3,38%
Limite Legal - *Artigos 3º e 4º. Resolução 40 do Senado*	900.800.263,56	**120,00%**
Excesso a Regularizar		
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	-	
Limite Legal - *Artigo 9º. Resolução 43 do Senado*	165.146.714,99	**22,00%**
Excesso a Regularizar		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - *Exceto ARO*		
Realizadas no Período	-	
Limite Legal - *Artigo 7º, I. Resolução 43 do Senado*	120.106.701,81	**16,00%**
Excesso a Regularizar		
DESPESAS DE CAPITAL		
Realizadas no Período	54.310.607,24	7,23%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO *(Exceto ARO)* **> DESPESAS DE CAPITAL**	**Não**	
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - ARO		
Saldo Devedor	-	
Limite Legal - *Artigo 10. Resolução 43 do Senado*	52.546.682,04	**7,00%**
Excesso a Regularizar		
RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
Valor arrecadado no exercício	261.038,00	
Valor aplicado no exercício	-	
Saldo a Aplicar	**261.038,00**	

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 40

Verificamos o atendimento aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme consta do Balancete de Receita da Prefeitura (fl. 220 do Anexo II), em 2014 houve arrecadação de recursos mediante a alienação de ativos, no valor de R$261.038,00. Além disso, havia em 31/12/14 saldo do exercício de 2012, no valor de R$3.434,61.

De acordo com informações da Prefeitura (fls. 536/539 do Anexo III), não foram realizadas despesas vinculadas a receitas com alienação de ativos em 2014.

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		381.870.595,12	405.490.507,82	408.914.680,57
Receita Corrente Líquida - E	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
% Gasto Informado A/E	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
% Gasto Ajustado - D/H		51,13%	54,79%	54,47%

↳ 52,43% = TC-2090/026/13

Destacamos, primeiramente, que os valores constantes do quadro acima e considerados em nossa análise (com exceção dos ajustes da fiscalização) foram os informados pela origem, conforme relatórios às fls. 541/551 do Anexo III e dados prestados via interação direta ao Sistema Audesp.

Antes dos ajustes efetuados pela fiscalização, os dados da Prefeitura indicavam despesas de pessoal, em dezembro de 2014, da ordem de R$403.201.960,96, o que representava 53,71% da receita corrente líquida do órgão. Após os ajustes, tal gasto passou a corresponder a 54,47% da referida receita, acima, portanto, do limite de despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 408

É possível ver que os gastos excessivos com pessoal no 2° e no 3° quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 30.04.15 e em 31.08.15, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (fls. 545/545A do Anexo III).

Com base no art. 59, § 1°, II, da LRF, o Executivo Municipal foi alertado, por 3 (três) vezes (em abril, agosto e dezembro), quanto à superação de 90% do específico limite da despesa laboral.

De acordo com declaração da Prefeitura (fl. 540 do Anexo III), não houve em 2014 pagamento a título de plantão à distância.

Verificamos que o demonstrativo de despesas de pessoal do Executivo Municipal não engloba as despesas e as receitas da Universidade de Taubaté - UNITAU, o que consideramos uma afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal já que seu art. 20, III, que se refere ao âmbito municipal, apenas diferencia os Poderes Executivo e Legislativo, não fazendo distinção entre órgãos dentro de tais poderes.

Entendemos que o Executivo Municipal deveria ser analisado como um todo no tocante a suas receitas e despesas, sendo necessária a elaboração de apenas um Relatório de Gestão Fiscal, emitido pelo titular do Poder (ou seja, o Prefeito), que englobe a Prefeitura e os demais órgãos pertencentes a tal Poder (nisto se incluindo, obviamente, a Universidade de Taubaté), tal qual disciplina o art. 54 da LRF.

Ademais, a alegação de que a UNITAU não recebe recursos da Prefeitura, não devendo compor, por isso, as despesas de pessoal e as receitas do Executivo Municipal e, consequentemente, não figurando em seu Relatório de Gestão Fiscal não merece prosperar, posto que em 2014 houve transferências de R$4.883.827,61, recebidas por meio de convênios, tal qual demonstrado no item B.5.3, "d", deste relatório.

Os valores da despesa de pessoal e da receita corrente líquida da Prefeitura e da UNITAU estão evidenciados nos quadros abaixo:

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 42

Despesa de Pessoal (R$)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
UNITAU	88.296.705,86	90.811.903,67	95.298.590,94	97.016.131,27
TOTAL	**460.883.337,63**	**472.682.498,79**	**500.789.098,76**	**500.218.092,23**

Receita Corrente Líquida – RCL (R$)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
UNITAU	118.167.887,32	121.908.646,16	131.012.354,07	140.735.648,03
TOTAL	**839.439.449,15**	**868.818.723,07**	**871.090.273,87**	**891.402.534,33**

% (Despesa de pessoal/RCL)	Dez/13	Abr/14	Ago/14	Dez/14
Prefeitura	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
UNITAU	74,72%	74,49%	72,74%	68,94%
TOTAL	**54,90%**	**54,41%**	**57,49%**	**56,12%**

Diante disso, por considerarmos necessária a inclusão da UNITAU quando da verificação dos limites da despesa de pessoal, temos o quadro que segue, que apresenta a somatória dos valores da UNITAU e da Prefeitura (relatórios da UNITAU às fls. 552/556 do Anexo III):

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	460.883.337,63	472.682.498,79	500.789.098,76	500.218.092,23
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		472.682.498,79	500.789.098,76	505.930.811,84
Receita Corrente Líquida - E	839.439.449,15	868.818.723,07	871.090.273,87	891.402.534,33
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		868.818.723,07	871.090.273,87	891.402.534,33
% Gasto Informado A/E	54,90%	54,41%	57,49%	56,12%
% Gasto Ajustado - D/H		**54,41%**	**57,49%**	**56,76%**

Assim, ao incluirmos a UNITAU na análise, as despesas de pessoal do Executivo em dezembro de 2014 passam de 54,47% para 56,76%, apresentando acréscimo que deve ser considerado, a nosso ver, para cálculo dos limites estabelecidos na LRF.

Docs. às fls. 540/556 do Anexo III.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 43

a) Ajustes efetuados pela fiscalização
Valor: R$5.712.719,61

- Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos
Valor: R$828.892,00

Mediante pesquisa no Sistema Audesp, identificamos em 2014 despesas com pagamento de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo – RPA, empenhadas no subelemento 33903635 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, no valor total de R$ 828.892,00 (fls. 557/565 do Anexo III).

Tal prática advém de exercícios anteriores, tendo inclusive aumentado 54,61% em relação a 2013.

Entendemos que tais dispêndios devem compor o gasto com pessoal do órgão e, por este motivo, procedemos ao ajuste.

- Pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU
Valor: R$4.883.827,61

Conforme disposto no item B.5.3, "d", deste relatório, apuramos despesas de pessoal no valor de R$4.883.827,61, englobadas nos valores pagos por meio de convênio firmado com a UNITAU cuja execução foi transferida para a FUST (destes, R$2.659.693,81 referem-se ao convênio objeto do processo nº 34.982/13 e R$2.224.133,80 ao do processo nº 8.116/13).

Tais convênios, a nosso ver, foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal e os valores despendidos a título de pessoal devem ser acrescidos à despesa a este título da Prefeitura, por se tratar de serviços de responsabilidade da Administração Direta municipal.

Docs. às fls. 1481/1600 do Anexo VIII, 1602/1800 do Anexo IX, 1802/2000 do Anexo X e 2002/2010 do Anexo XI.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 44

b) Lei Complementar n° 355, de 10/12/14 e seus reflexos

Em 10 de dezembro de 2014 foi editada a Lei Complementar n° 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté (fls. 569/583 do Anexo III). Conforme o parágrafo 3° do artigo 2° desta lei, será descontado dos aportes previstos em seus Anexos I, II, III e IV o montante já pago nos termos das legislações ora revogadas.

Assim, com base nos documentos de fls. 584/594 do Anexo III, verificamos o seguinte no exercício de 2014:

Entidade	FRP Pago em 2014	Aportes em 2014	Sobra
Prefeitura	R$ 6.358.980,79	R$ 5.810.909,63	R$ 548.071,16

Com a criação do aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial, foi editado o Decreto n° 13.468, de 16/12/2014 (fls. 630/642 do Anexo IV), que dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$5.810.909,63 a fim de atender às despesas do novo cálculo atuarial na rubrica "3.3.91. - aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", tendo sido anuladas as dotações constantes das rubricas "3.1.91. - aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária - despesa de pessoal".

Ocorre que, durante o exercício de 2014, a Prefeitura já vinha efetuando o pagamento a título do Fundo de Participação Previdenciária (FRP) para o Instituto de Previdência e no final do exercício, com a edição da Lei n° 355/14, foram anuladas as dotações relativas às despesas de pessoal para transferência para a nova rubrica. Diante de tal transformação da despesa a ser contabilizada na rubrica constante do Decreto n° 13.468/14, verificamos no balancete da Prefeitura Municipal de Taubaté de 2014 que os R$5.810.909,63 estavam contabilizados na rubrica 3.3.91, conforme balancete às fls. 566/568 do anexo III.

Toda essa sistemática efetuada ao final do exercício de 2014 com vistas a diminuir o déficit atuarial do município também acarretou na contabilização "indevida" dos R$5.810.909,63 como se não fossem despesas com pessoal, quando, na verdade, deveriam integrar o cômputo

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 810

das despesas laborais da Prefeitura. Isso porque o Audesp seleciona os créditos liquidados e pagos que comporão a despesa de pessoal apenas da categoria 3.1.91 e, agora, com a mudança, como as despesas passarão a constar da categoria 3.3.91, não mais serão captadas pelo Audesp para compor as despesas de pessoal.

Diante de tal situação, inúmeras impropriedades foram detectadas nos balancetes de despesa da Prefeitura de Taubaté que foram enviados ao Sistema Audesp, as quais refletiram, inclusive, no Instituto de Previdência Municipal, que não efetuou a reconsideração da sua receita advinda da Prefeitura.

Merece destaque o fato de a Prefeitura ter realizado estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal (razões contábeis de dezembro de 2014, sem filtro de elemento de despesa, às fls. 618/621 do Anexo IV). Isso ocorre pois, conforme já explicado anteriormente, as despesas de pessoal levam em consideração os créditos e débitos das contas de 6.2.2.1.3.03.00 (crédito empenhado liquidado a pagar) e 6.2.2.1.3.04.00 (crédito empenhado pago) e, com os significativos estornos (obviamente, a débito das citadas contas), toda a apuração da despesa de pessoal foi afetada.

Analisando apenas o mês de dezembro, no qual houve a "reclassificação" das despesas, no valor de R$5.810.909,63, percebemos os seguintes valores estornados, considerando apenas os elementos de despesa 31.91.1.1.3.41, 31.91.1.1.3.42 e 31.91.1.1.3.43 (contribuição patronal do exercício para o RPPS intra-orçamentária - pessoal civil ativo, pessoal civil inativo e pensionista, respectivamente), de acordo com os balancetes enviados ao Sistema Audesp:

Cód Contábil:	Descrição:	Saldo Inicial	Mov. a Débito	Mov. a Crédito	Saldo Final
6.2.2.1.3.03.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	- 3.931.702,71	15.736.948,74	11.994.005,47	- 188.759,44
6.2.2.1.3.04.00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	- 40.630.092,50	7.567.061,41	9.920.905,24	- 42.983.936,33
6.2.2.1.3.01.00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	- 9.576.041,82	18.362.824,79	8.865.791,56	- 79.008,59

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 821

	6.2.2.1.3.01.00 CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		
	D	C	
Valores Liquidados	11.994.005,47	9.576.041,82	Saldo Inicial
Estornos	6.368.819,32	8.865.791,56	x
Subtotal - Débitos	18.362.824,79	18.441.833,38	Subtotal - Créditos
		79.008,59	Saldo Final

	6.2.2.1.3.03.00 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		
	D	C	
Valores Pagos	9.920.905,24	3.931.702,71	Saldo Inicial
Estornos	5.816.043,50	11.994.005,47	Valores Liquidados
Subtotal - Débitos	15.736.948,74	15.925.708,18	Subtotal - Créditos
	0	188.759,44	Saldo Final

	6.2.2.1.3.04.00 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO		
	D	C	
Estornos	7.567.061,41	40.630.092,50	Saldo Inicial
		9.920.905,24	Valores Pagos
Subtotal - Débitos	7.567.061,41	50.550.997,74	Subtotal - Créditos
		42.983.936,33	Saldo Final

Além de influenciar todo o cálculo das despesas com pessoal, consideramos os estornos inadequados do ponto de vista contábil, já que há estornos inclusive de créditos já liquidados e pagos (inclui-se, nestes valores, o montante dos créditos especiais provenientes do Decreto nº 13.468/14, no total de R$5.810.909,63).

Ora, se a Prefeitura durante todo o exercício de 2014 veio liquidando e pagando valores em determinada modalidade de aplicação de despesa (no caso, 3.1.91 - Aplicação direta decorrente de aplicações entre órgãos), é inviável que, ao final do período, realize crédito suplementar para modificar toda a execução orçamentária já realizada. Se tal fato fosse permitido, de nada adiantaria a existência do orçamento e de toda a classificação orçamentária da despesa. Consideramos ser possível a abertura de crédito suplementar apenas para valores a serem empenhados, liquidados e pagos, uma vez que, como o

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 212

próprio nome já explica por si só, se trata de readequação de créditos orçamentários e não de despesas já realizadas.

Frisamos que só nos foi possível constatar a modalidade de aplicação de destino dos valores anulados até o limite de R$5.810.909,63 (pois sabemos que se trata de estorno da modalidade 3.1.91 para a 3.3.91), entretanto a Prefeitura não conseguiu explicar, a contento, o destino dos demais valores anulados, cujos totais foram explicitados nos quadros anteriores.

Para o exercício de 2015, verificamos que a Lei Municipal nº 4.956, de 30 de dezembro de 2014, dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$19.052.201,27, sendo que os R$13.800.000,00 cabíveis à Prefeitura estiveram autorizados pelo Decreto nº13.477/15.

Entidade	Aportes em 2015	Aporte ao mês
Prefeitura	R$ 12.449.433,66	R$ 1.037.452,81

O grande problema é que as contribuições feitas a título de FRP foram transformadas em aporte e as despesas foram reclassificadas como se não houvesse empenho/registro anterior, com o objetivo de não mais serem computadas nas despesas de pessoal e em descumprimento ao previsto no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao pressuposto da transparência constante no art. 1º, §1º, desta lei, e os princípios da legalidade, moralidade e eficiência dispostos no art. 37 da Carta Maior.

Docs. às fls. 566/600 do Anexo III e 602/657 do Anexo IV.

B.3. APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1. ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 28,36% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 819

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR 7

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
RECEITAS	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização		
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	**542.562.249,95**	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	69.825.077,68	
Transferências recebidas	152.061.942,56	
Receitas de aplicações financeiras	1.271.325,60	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.	**153.333.268,16**	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	107.839.894,62	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)	**107.839.894,62**	**70,33%**
Demais Despesas	45.493.373,54	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)	(5.720,89)	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)	**45.487.652,65**	**29,67%**
Total aplicado no FUNDEB	**153.327.547,27**	**100,00%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	69.825.077,68	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras *Ficha de Receita 29*		
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2014	**153.885.564,07**	**28,36%**
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%: Aplic. no 1º trim. de **2015**	-	
Dedução: Restos a Pagar não pagos até 31.01 **2015**	(2.705.317,46)	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios	(5.836.284,94)	
Aplicação final na Educação Básica	**145.343.961,67**	**26,79%**
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	634.719.924,95	
Despesa Fixada Atualizada	166.069.260,83	
Índice Apurado	**26,16%**	

Preliminarmente informamos que a receita de impostos e transferências constante no quadro acima, no valor de R$ 542.562.249,95, corresponde à apurada pelo Sistema Audesp e confirmada in loco por esta Fiscalização.

De acordo com informações da origem à fl. 3764 do Anexo XIX (publicação em jornal em 30/01/15), a receita de impostos e transferências, base de cálculo para aplicação no ensino, foi de R$545.675.129,57, apresentando,

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 210

portanto, diferença de R$3.112.879,62 entre os valores apurados pela origem e os informados ao Sistema Audesp. Tal divergência se refere à correção monetária da dívida ativa tributária, não tributária e "eventuais" (balancete de receitas à fl. 219 do Anexo II).

Destacamos, ainda, que as receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB, no valor de R$1.271.325,60, não foram contabilizadas corretamente e, como consequência, o demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp (fl. 660 do Anexo IV) não contempla tal quantia. Isso ocorreu, pois o município registrou erroneamente tais receitas no código de aplicação 260 (Educação – FUNDEB – Recursos Próprios) quando deveria tê-lo feito no código específico para tal finalidade, que é o 263 (Remuneração de aplicações financeiras). Nisto, há descumprimento do princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64). Doc. à fl. 892 do Anexo V.

Conforme apurado pela Fiscalização, o Município aplicou 26,79%, cumprindo o artigo 212 da Constituição Federal.

Com base no artigo 59, § 1°, V, da LRF, foi o Município alertado, por 2 (duas) vezes (em março e junho), sobre possível não atendimento dos mínimos constitucionais e legais da Educação.

Consignamos que houve utilização de todo o FUNDEB recebido, cumprindo o Município o artigo 21, da LF n° 11.494/07.

Demais disso, verificamos que, relativamente ao FUNDEB, aplicou o Município 70,33% na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 214

B.3.1.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Inclusões	2014	REC. PRÓPRIOS	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
Total das inclusões		-	-	-
Exclusões	**2014**			
Cancelamento de Restos a Pagar		-		
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)				
Despesas com Ensino Médio		-		
Despesas com Ensino Superior		-		
Despesas não amparadas pelo art. 70, LDB		566.036,42		
RP Próprios não pagos até 31.01 de	2015	2.705.317,46		
RP Fundeb não pagos até 31.03 de	2015		-	5.720,89
Outras		5.270.248,52		
Total das exclusões		**8.541.602,40**	-	**5.720,89**
Total dos ajustes: Inclusões – Exclusões		**8.541.602,40**	-	**5.720,89**
Informações adicionais				
R P Próprios pagos entre 01.02 2015 e a inspeção		3.891.122,38		
Saldo de RP Próprios não quitados até a inspeção		1.878.664,98		
R P Fundeb pagos entre 01.04. 2015 e a inspeção			-	169,19
Saldo de RP Fundeb não quitados até a inspeção			-	5.551,70

B.3.1.1.1. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 60%

Não houve ajustes.

B.3.1.1.2. AJUSTES: DESPESAS COM FUNDEB - 40%

Exclusões: R$5.720,89

- R$5.720,89 relativos ao saldo de restos a pagar de com recursos provenientes do FUNDEB (40%) em 31/03/15 (fls. 783/784 do Anexo IV).

B.3.1.1.3. AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS

Exclusões: R$8.541.602,40

- R$2.705.317,46 relativos ao saldo de restos a pagar de recursos próprios em 31/01/15 (fls. 678 e 732/764 do Anexo IV);
- R$1.142.042,64 referentes a pagamentos de inativos (fls. 674/676 do Anexo IV). A modo do art. 19, § 1°, VI, da Lei de Responsabilidade Fiscal, só se integram à despesa laboral os gastos da inatividade suportados exclusivamente pelo Tesouro, e não por fontes de custeio do RPPS (compensações do INSS, contribuições funcionais e

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 818

patronais, entre outras). Quanto aos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), a 5ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional e válido para os exercícios de 2013 e 2014, pág. 359, dispõe que:

> "(...) para fins do limite constitucional com MDE, devem-se considerar apenas as despesas destinadas à remuneração e ao aperfeiçoamento dos profissionais em educação, e que exerçam cargo, emprego ou função na atividade de ensino, excluindo-se, por conseguinte, as despesas que envolvam gastos com inativos e pensionistas, pois a lei faz distinção entre as espécies de rendimento (grifo nosso): remuneração, proventos e pensões. As despesas com inativos e pensionistas devem ser mais apropriadamente classificadas como Previdência. A contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS referente ao pessoal ativo da área da educação deve ser considerada para fins do limite constitucional com MDE".

- R$2.002.313,66 relativos ao pagamento de funcionários que oneraram a folha de pagamento do Ensino da Prefeitura Municipal de Taubaté em 2014, mas cujas atividades desempenhadas não se relacionam diretamente com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, conforme art. 71, VI, da Lei n° 9.394/96 (conforme relação de fl. 677 do Anexo IV e folha de pagamento à fl. 677 do Anexo IV).
- R$1.570.317,23 (sendo R$665.000,10 referentes à Educação Infantil e R$905.317,13 ao Ensino Fundamental) relativos a empenhos das parcelas do Termo de Parcelamento com a SABESP, tratado no item B.1.4 deste relatório. Tal glosa se deu por se tratarem de despesas incorridas em exercícios anteriores, já que o art. 212 da Constituição se escora no princípio orçamentário da anualidade (fl. 662 do Anexo IV);
- R$555.574,99 de despesas com precatórios, por serem estas referentes a exercícios anteriores e, com base no princípio da anualidade, previsto no art. 212 da Carta Magna, não devem integrar o mínimo constitucional (fls. 663/673 do Anexo IV).
- R$566.036,42 relativos a segurança patrimonial, por não terem tais dispêndios a finalidade de desenvolvimento da Educação Básica e, também, por não se qualificarem na hipótese inclusiva do art. 70, V, da Lei

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 217

nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - fls. 663/665 do Anexo IV.

Docs. às fls. 661/800 do Anexo IV e 802/816 do Anexo V.

B.3.1.2. DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

01	O Município já conta com Plano Municipal de Educação?	Sim
02	Houve iniciativa de leis para elaboração de Plano Municipal de Educação ou adaptação do já existente, à luz LF nº 13.005/14, considerando a data limite de 26.06.15?	Não (a)
03	O Município conta com Plano de Carreira e Remuneração do Magistério?	Não (b)
04	A remuneração do Magistério encontra-se de acordo com o Piso Nacional?	Sim
05	Os professores da Educação Básica dispõem de formação superior específica?	Sim (c)
06	O Conselho Municipal de Educação vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Sim
07	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Não (d)
08	O Conselho de Alimentação Escolar vem cumprindo as atribuições de sua competência?	Não (e)
09	O Município vem atingindo as notas previstas no IDEB?	Não (f)
10	Na Rede Municipal de Ensino há atendimento educacional especializado para portadores de necessidades especiais?	Sim
11	Há demanda de vagas na Rede Municipal de Ensino?	Não (g)

a) A lei que instituiu o Plano Municipal de Educação não havia sido elaborada até a data da fiscalização. De acordo com declaração da Câmara Municipal de Taubaté, a Mensagem nº 45, de 18/06/15, que estabelece tal Plano, encontra-se em tramitação (fl. 817/818 do Anexo V).

b) Consoante declaração da Prefeitura à fl. 819 do Anexo V foi instituída comissão específica mas, por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal (diga-se, do limite de despesa com pessoal), não foi viável sua aplicabilidade. Foi informado, ainda, que será contratada empresa especializada para elaboração do plano de carreira dos funcionários municipais (e não especificamente do Magistério).

c) De acordo com a declaração de fl. 821 do Anexo V, 90% dos professores possuem formação superior específica.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 818

d) Consideramos que as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não cumpriu todas as suas atribuições no exercício, dadas as falhas encontradas na aplicação dos recursos e apontadas neste relatório.

e) Quanto ao Conselho de Alimentação Escolar, foram encaminhadas atas de apenas duas reuniões ocorridas em 2014 (fl. 884 do Anexo V), sendo que a primeira delas (reunião de 01/10/14) tratou prioritariamente de assuntos administrativos. Nesta ata consta, ainda, que as reuniões seriam realizadas às primeiras quartas-feiras de cada mês e, portanto, deveria haver pelo menos três reuniões durante o ano, já que o Conselho foi instituído em setembro.

Em análise à documentação encaminhada, verificamos que as atribuições de tal Conselho não foram cumpridas, pois não houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009 e dos recursos destinados à alimentação escolar, emissão de parecer conclusivo sobre o relatório anual de gestão do PNAE, nem tampouco realização de reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração/adequação do Regimento interno, em desatendimento dos artigos 2º, I, II e IV e 3º, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 226/2010 (Docs. às fls. 879/885 do Anexo V).

f) De acordo com os resultados publicados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - IDEB - o município não atingiu o índice previsto para 2013 (último resultado divulgado). Em 2013, o índice previsto para a 4ª série/ 5º ano era de 5.9, mas o observado foi de 5.6 e, para a 8ª série/ 9º ano a meta era de 5.3 e o resultado alcançado de apenas 4.6. Ademais, observamos também que o índice municipal na 4ª série/ 5º ano é inferior ao estadual. Docs. às fls. 886/889 do Anexo V.

g) Consoante declaração à fl. 891 do Anexo V, não há demanda reprimida de atendimento a esta faixa etária.

Docs. às fls. 822/891 do Anexo V.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 818

B.3.2. SAÚDE

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a aplicação em ações e serviços de Saúde alcançou 26,21% (fls. 915/916 do Anexo V).

De nossa parte, informamos o apurado após a presente fiscalização:

SAÚDE	Valores - R$
Receitas de impostos	**542.562.249,95**
Ajustes da Fiscalização	
Total das Receitas	**542.562.249,95**
Total das despesas empenhadas com recursos próprios	**142.218.868,83**
Ajustes da Fiscalização	**(1.632.368,14)**
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de 2015	**(678.730,20)**
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde	**139.907.770,49**
	25,79%
Planejamento atualizado da Saúde	
Receita Prevista Atualizada	**634.719.924,95**
Despesa Fixada Atualizada	**150.210.058,86**
Índice apurado	**23,67%**

Conforme apuramos, aplicou o Município 25,79% da receita de impostos na Saúde, observando o piso constitucional de 15%.

De anotar que R$9.645.513,97, 1,78% daquela receita, ingressaram por se referirem a Restos a Pagar Não Liquidados, mas com lastro nas contas bancárias da Saúde (consoante saldos evidenciados no quadro abaixo, extraídos do Sistema Audesp e documentos de fls. 1041/1045 do Anexo VI), tudo conforme possibilita o inciso II, do artigo 24, da LC nº 141/12.

Domicílio Bancário	Fonte de Recursos	Código de Aplicação (Parte Fixa)	Mês	Saldo Apurado Audesp
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000064471-4: BRASIL - SAUDE 2011	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	17.043,85
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000067735-3: BRASIL - SAUDE 2012	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	9.241,38
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000073217-6: SAUDE - 2013	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	134.008,02
1: BANCO DO BRASIL SA / 76-0: BRASIL / 0000076537-6: SAUDE - 2014	TESOURO	310: SAÚDE - GERAL	Dezembro	11.234.347,50
TOTAL				**11.394.640,75**

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 820

Em face do sobredito montante, R$5.665.042,96 foram pagos até o momento da fiscalização, sendo que, ainda não quitado, o valor faltante de R$3.980.471,01 permanece depositado em conta bancária da Saúde (fls. 917/1000 do Anexo V e 1002/1134 do Anexo VI).

Com base no art. 59, § 1°, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município foi alertado, por 1 (uma) vez (em fevereiro), sobre possível não atendimento do mínimo constitucional da Saúde.

Docs. às fls. 917/1000 do Anexo V e 1002/1134 do Anexo VI.

B.3.2.1. AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO

Indusões 2014	
Total das indusões	-
Exclusões 2014	
Cancelamento de Restos a Pagar	
Pessoal: desvio de função (salário/encargos)	
Plano de Saúde fechado	910.497,00
Ações de Saúde não promovidas pelo SUS	
Demais despesas não elegíveis - Fiscalização	
RP Liquidados não pagos até 31.01 2015	678.730,20
Outras	721.871,14
Total das exclusões	**2.311.098,34**
Total dos ajustes: Indusões – Exclusões	**(2.311.098,34)**
Informações adicionais	
R Pagar pagos entre 01.02 2015 e a fiscalização	3.944.060,80
Saldo de RP não quitados até a fiscalização	4.159.908,10

Total de ajustes: R$ 2.311.098,34

Exclusões (síntese à fl. 906 do Anexo V):

- R$678.730,20 relativos ao saldo de restos a pagar processados de recursos próprios em 31/01/15 (fls. 917 do Anexo V e 1002/1035 do Anexo VI);
- R$77.177,76 referentes a pagamentos de inativos em discordância com o art. 4°, I, da Lei Complementar n° 141/12 (fls. 910/914 do Anexo V);
- R$910.497,00 de plano de saúde dos servidores municipais. Tal qual o art. 4°, III, da Lei Complementar

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 820

nº 141/12, não são permitidos os pagamentos referentes à assistência à saúde que não atendam ao princípio do acesso universal, previsto no art. 198 da Constituição Federal, como ocorre no caso em tela (fl. 906 do Anexo V);

- R$320.885,76 de despesas com precatórios, por serem estas referentes a exercícios anteriores e, com base na anualidade prevista no art. 198, §2º, da Carta Magna, não devem integrar o mínimo constitucional (fls. 907/909 do Anexo V);
- R$250.837,92 relativos a empenhos das parcelas do Termo de Parcelamento com a SABESP, tratado no item B.1.4 deste relatório. Tal glosa se deu por se tratarem de despesas incorridas em exercícios anteriores, já que o art. 212 da Constituição se escora no princípio orçamentário da anualidade;
- R$72.969,70 relativos a segurança patrimonial, por não terem tais dispêndios a finalidade de desenvolvimento de ações e serviços de saúde e, por não se qualificarem nas hipóteses inclusivas do art. 3º da Lei Complementar nº 141/12 (fl. 906 do Anexo V).

Docs. às fls. 906/914 do Anexo V e 1002/1035 do Anexo VI.

B.3.2.2. OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL

1	Mediante contas bancárias próprias, o Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde?	SIM
2	Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM

Docs. às fls. 1135/1158 do Anexo VI.

- **COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO – CEI DA DENGUE:**

Ainda no tocante à saúde, encontramos falhas no planejamento inicial das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", tal qual já apontado no relatório das contas do exercício de 2013.

Consoante relatório de atividades da Prefeitura (fls. 05/14 dos autos) e dados enviados ao Sistema Audesp, não vislumbramos ações destinadas ao combate à dengue, apesar do elevado número de casos no exercício analisado.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 222

Programa	Ação	Meta	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Quantidade Realizada	Empenhado Liquido	Liquidado	Pago
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	1003 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DE UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	M2 CONSTRUIDOS,AMPLIADOS, REFORMADOS/M2	M2-METROS QUADR.	450,00	396,52			
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2026 - APOIO A OSC C/SERV.DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO APESSOA SOROPOSITIVA	ENTIDADE APOIADA	UNIDADES	1,00	-			
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2306 - FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE VIGILANCIA EM SAUDE	UNIDADE EM FUNCIONAMENTO/UNID	UNIDADES	5,00	5,00	7.142.971,79	6.926.892,64	6.912.147,42
1012 - VIGILANCIA EM SAUDE	2357 - ADIANTAMENTOS DE DESPESA	NAO SE APLICA	-	-	-	633,20	633,20	332,40
						7.143.604,99	6.927.525,84	6.912.479,82

Diante disso, houve a instauração da CEI da Dengue na Câmara Municipal de Taubaté, a qual não havia sido concluída até a data da fiscalização.

Em 2013 foram registrados 598 casos e, em 2014, 9402 casos, ou seja, um aumento de 1472% no número de casos registrados no período, consoante dados disponíveis no sitio eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológico "Prof. Alexandre Vranjac", vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (fl. 1040 do Anexo VI). Em 2014 o município de Taubaté foi responsável por 40,83% dos casos de dengue da região (considerando os municípios subordinados ao Departamento Regional de Saúde XVII, do Governo Estadual, conforme fl. 1040 do Anexo VI).

Tal falta de planejamento, a nosso ver, contribui para o agravamento da realidade com o aumento vertiginoso dos casos da doença e constitui grave descumprimento do §1° do artigo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 829

B.3.3. DEMAIS RECURSOS VINCULADOS

Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse verificação in loco dos recursos atinentes a Multas de Trânsito, CIDE e Royalties.

Docs. às fls. 1172/1200 do Anexo VI e 1202/1229 do Anexo VII.

B.3.3.1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município instituiu a CIP - Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, por meio da Lei Complementar nº 358, de 29 de dezembro de 2014, conforme cópia às fls. 1230/1235 do anexo VII.

O decreto nº 13.553, de 07 de maio de 2015 (Fls. 1236/1240 do anexo VII regulamentou a LC 358/15 quanto à criação da CIP e do FUNDIP - Fundo Municipal de Iluminação Pública de natureza contábil, o qual até o mês de abril de 2015 ainda não tinha sido efetivamente implementado, sem o ingresso de nenhuma receita a esse título.

A conta corrente vinculada ao Fundip nº 80415-0 - ag. 76-0 - Banco do Brasil foi aberta somente em 12/06/2015 e em 21 de agosto de 2015 o saldo era de R$ 1.758.947,97, sendo que não haviam sido efetivadas despesas a este título, conforme documentos às fls. 1241/1245 do anexo VII.

Até o momento de nossa fiscalização o Município não havia assumido os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Conforme documento ás fls. 1246 do anexo VII, o motivo para a ausência de assunção é a tentativa da Prefeitura em melhorar as condições de transição do Parque de Iluminação Pública.

Ainda, a título de notícia, por ocasião de nossa fiscalização, constatamos que o Município isoladamente pretende transferir a terceiros a execução dos serviços

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 209

relacionados à iluminação pública, por meio de licitações (fls. 1254 do anexo VII).

A Administração instaurou o certame licitatório, Concorrência nº 07/2015 que objetiva a contratação de empresa especializada na execução de serviços de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para a execução de manutenção e gerenciamento do parque de iluminação pública, compreendendo: manutenção corretiva e preventiva, elaboração e execução de projetos de ampliação, melhoria e adequação, cadastramento georreferendado e eficientização energética da rede de Iluminação Pública do Município.

Devido à interposição das Representações (TC-4201/989/15 e 4118/989/15) em face dos termos do edital, que poderia estar, inclusive, infringindo a Súmula 30 desta E. Corte de Contas, o Exmo. Conselheiro Relator determinou a correção do Edital e adoção de providências complementares(fls. 1251/1254 do anexo VII).

B.4. PRECATÓRIOS

B.4.1. REGIME DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

B.4.1.1. REGIME ESPECIAL ANUAL

PRECATÓRIOS	
Saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013	56.304.923,09
Mapas de precatórios encaminhados em 2013 para pagamento em 2014	1.176.860,16
Saldo total de precatórios existentes em 2014	**57.481.783,25**
Pagamento de precatórios efetuados em 2014	7.628.178,29
Pagamento de acordo realizado com o TJSP em 2013	5.412.705,26
Saldo de precatórios para o exercício seguinte	**44.440.899,70**
Saldo de precatórios para o exercício seguinte conforme TJSP	**45.585.890,30**
REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Requisitórios de baixa monta incidentes em 2014	64.897,90
Requisitórios de baixa monta quitados em 2014	63.547,46
Saldo para o exercício seguinte	**1.350,44**

[3] A Lei 4867/14 autoriza o município de Taubaté a celebrar com a Agência de Fomento do Estado de São Paulo operação de crédito no valor de R$ 4.397.934,92 destinadas a melhorias na Iluminação Pública no âmbito da linha Iluminação Pública.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 824

Relativamente aos valores mencionados na tabela acima, consideramos como saldo de precatórios não pagos entre 2009 e 2013 o valor contabilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 31/12/2013, após a dedução dos depósitos relativos àquele exercício, conforme planilha[6] juntada às fls. 1268/1274 do Anexo VII.

Verificamos que referida importância diverge do valor informado pela Origem nos documentos de fls. 1275/1300 do Anexo VII, que assinalou como saldo de precatórios devidos em 2013 o total de R$ 54.945.990,23. Tais discrepâncias, já objeto de apontamento pela fiscalização do exercício de 2013 (TC-2090/026/13), perduraram no exercício de 2014, tendo em vista que o débito escriturado no Balanço Patrimonial foi de R$ 51.439.395,14 (fls. 1301/1323 do Anexo VII), enquanto o TJSP contabilizou, em 31/12/2014, uma dívida de R$ 44.585.890,30, dessa vez em valor menor que o registrado pelo município (fls. 1379/1385 do Anexo VII).

Solicitados os esclarecimentos, a origem informou que o valor considerado pela Diretoria de Execuções de Precatórios e cálculos – DEPRE em 2013 estava equivocado, por não lançar a baixa de precatórios antigos, os quais já foram pagos pelo município. Elucidou, ainda, que as divergências existentes se originam na metodologia de cálculo para apuração dos valores de saldo de precatórios anteriores à EC 62/09. Segundo a Prefeitura, os valores que compõem o balanço patrimonial do município são compostos por saldo de parcelamentos ainda na vigência da EC 30/00, acrescidos dos novos precatórios que são recebidos no orçamento, enquanto os valores apurados pela DEPRE foram obtidos a partir dos montantes requisitados originalmente pelo Tribunal de Justiça, com a informação de quais pagamentos foram efetuados para cálculo dos valores remanescentes.

A fim de aclarar seus esclarecimentos a origem apresentou os documentos de fls. 1324/1375 do Anexo VII, que comprovam os questionamentos realizados junto ao TJSP, as diferenças nos valores apurados, alguns demonstrativos

---

[6] Dados obtidos junto ao sítio eletrônico do TJSP, através do endereço: http://www.tjsp.jus.br/Institucional/Depre/GestaoPrecatorios/ValorDividaPrecatorios/ValorDivida.aspx?ID=5303&f=2

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 888

de pagamentos realizados e não computados pelo Tribunal de Justiça, bem como o saldo atualizado da dívida em julho/2015, após as adequações realizadas por aquele Departamento (R$ 41.000.058,40).

Através do Requerimento de fls. 1376/1377 do Anexo VII, solicitamos ao DEPRE informações relativas ao exato valor da dívida de precatórios da Prefeitura Municipal de Taubaté em 31/12/2014, nos sendo enviada a documentação de fls. 1378/1385 do Anexo VII. Com base nela, observamos que houve uma redução significativa no saldo do débito de precatórios da origem entre 31/12/2013 e 31/12/2014, evidenciando que alguns ajustes foram, de fato, realizados na dívida do Executivo Municipal.

Dessa forma, o valor apurado na tabela acima como saldo de precatórios para o exercício seguinte, R$ 44.440.899,70, não expressa a realidade da dívida do ente, que, segundo o DEPRE alcançava, em 31/12/2014, R$ 44.585.890,30.

É fato que reincide uma divergência entre os saldos contabilizados pela origem e pelo TJSP acerca do montante da dívida da Prefeitura. Isso porque, conforme citado alhures, existe uma dissonância entre a metodologia de cálculo utilizada. Em seus esclarecimentos de fls. 1324/1325 do Anexo VII o município confirma essa dissonância, destacando, inclusive, que o DEPRE vem uniformizando o método de cálculo para todos os precatórios que libera aos credores, o que tem levado a inúmeros questionamentos junto ao Judiciário local por se contrapor com os critérios definidos em sentença transitada em julgado. Diante disso, as diferenças requisitadas em razão do método de cálculo do DEPRE passam a ser objeto de novo precatório que mantém a mesma ordem cronológica de pagamento do precatório original.

Contrapondo-se com a redução de R$ 11.719.032,79 na dívida, segundo o TJSP, o valor registrado no Balanço Financeiro da entidade foi de R$ 51.439.395,14, havendo uma diminuição de R$ 3.506.595,09 com relação ao exercício anterior (R$ 54.945.990,23).

No exercício de 2014 a origem depositou a quantia de R$ 7.628.178,29 a título de precatórios, correspondente à atualização do valor apurado pelo TJSP às fls. 1386/1394

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 827

do Anexo VII (R$ 7.497.484,26), ou seja, o valor determinado pela EC nº 62/09.

Além da parcela anual, a Prefeitura realizou, ainda, o depósito de R$ 5.412.705,26 para pagamento de acordo firmado com o Tribunal de Justiça no exercício de 2013. O acordo realizado referia-se a um saldo das parcelas anuais de 2010, 2011, 2012 e 2013, pagas de modo insuficiente (fls. 1395/1429 dos Anexos VII e VIII).

Consoante tratado nos autos do TC-2090/026/13, o valor devido era de R$ 5.220.428,27 e foi parcelado em 12 cotas de R$ 435.035,69, a serem quitadas a partir de janeiro/2014. Conforme demonstrado nos comprovantes anexados às fls. 1405/1429 do Anexo VIII (valores atualizados), o acordo foi integralmente cumprido pela entidade.

Observamos que a importância depositada soma R$ 13.040.883,55, divergindo do valor informado ao sistema AUDESP/pentaho, na monta de R$ 11.820.150,89 (fls. 1430/1432 do Anexo VIII). Isso porque a entidade vem contabilizando a baixa de cada precatório, individualmente, e não os valores efetivamente repassados ao Tribunal de Justiça para pagamento dos precatórios em geral, conforme se verifica na movimentação da conta corrente anexada às fls. 1433/1436 do Anexo VIII.

Dessa forma, apesar da saída de R$ 13.040.883,55 dos cofres públicos, o valor registrado pela contabilidade é de apenas R$ 11.820.150,89, correspondente aos precatórios cujos pagamentos foram sendo disponibilizados pelo DEPRE em 2014. Não existem empenhos referentes aos valores depositados na conta judicial, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

Na forma como vem sendo realizada a contabilização do saldo de precatórios, a baixa do débito não está ocorrendo em conformidade com o crédito que está sendo liberado para tanto.

Quanto aos pagamentos, o DEPRE disponibilizou a liquidação de R$ 11.819.150,89 no exercício de 2014, conforme listagens de fls. 1437/1450 do Anexo VIII. O sistema AUDESP/Pentaho, por sua vez, registrou o empenho, a liquidação e o pagamento de R$ 11.860.878,36, sendo R$

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 827

40.727,47 referentes a outras sentenças judiciais não inseridas na conta de precatórios, abaixo discriminadas:

Nome do Credor	Em	Em	Histórico / Descrição do Empenho	Dt. Emiss	l. Empenh	Vl. Anulaç	mpenho	Vl. Liquid	Vl. Pag
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	17322	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA- ANDRE FERREIRA DE OLIVEIRA	14/11/2014	7.112,61	-	7.112,61	7.112,61	7.112,61
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	8059	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-VANDER DE ABREU PI-1006/99	15/5/2014	7.102,47	-	7.102,47	7.102,47	7.102,47
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	14985	2014	PRECATORIO-RECLAM.TRABALHISTA - ANTONIO CANDIDO DI	8/10/2014	2.230,22	-	2.230,22	2.230,22	2.230,22
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	15445	2014	PRECATORIO-RECLAM.TRABALHISTA-MARIA DAS GRACAS DE	17/10/2014	1.852,72	-	1.852,72	1.852,72	1.852,72
MARIA ROSA PENA CARNEIRO	13021	2014	ACAO DE INDENIZACAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	8/10/2014	2.000,00	-	2.000,00	2.000,00	2.000,00
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	8478	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-HONORARIOS ADVOCA TICIOS-	22/5/2014	231,19	-	231,19	231,19	231,19
JUIZO DE DIR.DA VARA DA FAZ.PUBL. CO	3121	2014	DEBITO DE PEQUENO VALOR-VANDERLEI PEREIRA DE MOURA	18/2/2014	15.105,93	-	15.105,93	15.105,93	15.105,93
JUIZO DIR 4. VAR CIV COM FTE	7437	2014	PRECATORIO-ALAYDE CASTILHO ARDITO P.J.-06/96	30/4/2014	304.716,93	304.716,93	-	-	-
JUIZO DE DIREITO 2 VARA TRABALHO DE	11026	2014	RECLAMACAO TRABALHISTA-DEBITO DE PEQUENO VALOR-NA	31/7/2014	5.092,33	-	5.092,33	5.092,33	5.092,33
TOTAL					345.444,40	304.716,93	40.727,47	40.727,47	40.727,47

Diante de todo o exposto, entendemos que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna os valores efetivamente devidos e pagos pelo município, caracterizando ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.° 4.320, de 1964).

Quanto aos requisitórios de baixa monta, o Município pagou os valores devidos no exercício, à exceção do Requisitório do Processo n° 42.372/2009, no valor de R$ 1.350,44, cujo pagamento foi realizado em 16/04/2015, conforme comprovante e documentos de fls. 1451/1457 do Anexo VIII.

Docs. às fls. 1255/1457 dos Anexos VII e VIII.

B.4.1.2. QUITAÇÃO DE PRECATÓRIOS ATÉ 2020 (STF)

Considerando o valor dos depósitos até o presente exercício, o quadro abaixo procura demonstrar se nesse ritmo as dívidas com precatórios estariam liquidadas até o exercício de 2020, conforme decidido pelo STF.

DECISÃO DO STF : QUITAÇÃO DOS PRECATÓRIOS ATÉ	2020	
Saldo de precatórios até 31.12 de 2014		44.585.890,30
Número de anos restantes até 2020		6
Valor anual necessário para quitação até 6		7.430.981,72
Montante pago no exercício de 2014		7.497.484,26
Nesse ritmo, valor suficiente para quitação em 2020		

O valor considerado como saldo de precatórios até 31/12/2014 (R$ 44.585.890,30) foi o informado pelo

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 888

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dada a divergência de valores já elucidada acima.

Sob essa marcha, observamos que o saldo será todo pago até o final de 2020.

Demais disso, observamos que o Balanço Patrimonial não registra, corretamente, as pendências judiciais, havendo ofensa aos princípios da Transparência Fiscal (art. 1°, § 1°, da LRF) e da Evidenciação Contábil (art. 83, da LF n° 4.320/64), conforme tratado no item B.4.1.1.

B.5. OUTRAS DESPESAS

B.5.1. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

RGPS (INSS): Recolhimentos apresentados

FGTS: Recolhimentos apresentados

RPPS (Regime Próprio): Recolhimentos apresentados

PASEP: Recolhimentos apresentados

Destacamos que o Regime Próprio de Previdência - RPPS é administrado pelo Instituto de Previdência do Município de Taubaté, cujas contas estão abrigadas no TC-1485/026/14.

O Município dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária (fl. 1458 do Anexo VIII).

Docs. às fls. 1458/1467 do Anexo VIII.

B.5.2. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais foram todos fixados pelas Leis Municipais n°s 4.627 e 4.628, de 23 de março de 2012 (fl. 1469 do Anexo VIII).

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 880

Em 2014, não houve modificação do subsídio daqueles agentes políticos por lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, conforme previsto no art. 29, V da Constituição.

Houve revisão geral anual de 6,5%, no exercício em análise, por meio da Lei nº 4.987, de 22 de maio de 2015 (fl. 1470 do Anexo VIII). Dessa forma, o subsídio do Prefeito Municipal passou para R$ 15.025,31; o do Vice-Prefeito para R$ 4.507,00; os dos Secretários Municipais para R$ 9.624,67.

Segundo nossos cálculos, não ocorreram pagamentos indevidos.

Foram apresentadas as declarações de bens, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 (fl. 1468 do Anexo VIII).

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Na amostra, o exame documental mostrou as seguintes falhas:

a) Adiantamentos

Analisamos, por amostragem, os processos de adiantamento realizados em 2014 (relação às fls. 1471/1476 do Anexo VIII) e verificamos a comprovação de despesa com refeição sem especificação da quantidade e valores unitários, apenas com descrição genérica do gasto, bem como recibos de pedágio anexados ao processo sem a devida cópia para impedir que fiquem ilegíveis. Tais irregularidades tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, dispostos no art. 37, caput, da Constituição Federal. Como exemplos, temos os processos de adiantamento nºs 17/2014 e 46/2014 (fls. 1477/1480 do Anexo VIII).

b) Convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU

Convênio Creches - Processo nº 34982/13

I) Do ajuste

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 881

A Prefeitura Municipal de Taubaté firmou, em 11/04/14, convênio com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$13.557.142,32, para planejamento, promoção e desenvolvimento das atividades através dos auxiliares de desenvolvimento infantil e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nos projetos.

O termo de convênio foi analisado no processo TC-979/007/14, em que foram observadas as seguintes falhas:

- Ausência de norma autorizadora do repasse;
- Plano de trabalho não aprovado e em desacordo com o §1°, II, do artigo 116 da LF n.° 8.666/93;
- Ausência de estimativa trienal do impacto orçamentário-financeiro, descumprindo o art. 16, I, da LRF;
- Falta do protocolo de remessa da notificação da celebração do convênio à Câmara Municipal);
- Indícios de favorecimento da Universidade de Taubaté e/ou conhecimento prévio de que o convênio seria firmado com esta entidade, frustrando o caráter competitivo do chamamento público e contrariando os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal;
- Ausência de previsão, no estatuto social da entidade conveniada, de prestação de serviço de gestão de creches municipais como uma de suas finalidades;
- Falta de experiência da entidade conveniada em relação ao objeto do ajuste, uma vez que o número de crianças nas creches objeto do convênio é 36570% maior que o número de crianças que a UNITAU possui em sua creche; pessoal insuficiente para suprir as necessidades do ajuste;
- Contratação de profissionais para suprir a necessidade do convênio, s.m.j., constitui forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Contratação de auxiliares de desenvolvimento infantil com salário abaixo do piso pago pela Prefeitura Municipal a cargo equivalente, indicando falta de planejamento do Município e corroborando com a tese de que

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 882

o convênio com a UNITAU não se constitui adequado e suficiente para a gestão das creches do município de maneira eficiente e eficaz;

- Critérios de seleção da entidade não objetivos, possibilitando, s.m.j., o favorecimento de entidades em detrimento de outras e descumprindo os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, previstos no art. 3°, caput, da Lei n° 8.666/93;
- Contabilização das transferências financeiras em modalidade de aplicação equivocada.

Ateremo-nos, aqui, à análise da prestação de contas dos repasses efetuados no exercício de 2014.

II) Da execução do convênio

Primeiramente, analisamos o convênio no que tange a sua execução e verificamos que, embora tenha sido firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, sua operacionalização se deu através da Fundação Universitária de Taubaté - FUST.

Em 06/02/13 foi realizado um convênio genérico entre várias entidades municipais (UNITAU, FUST, FUNAC - Fundação Artística e Cultural da UNITAU, FAPETI - Fundação de Apoio à Pesquisa, Tecnologia e Informação, FUNCABES - Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Universidade de Taubaté e EPTS - Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté), cujo objeto é o "desenvolvimento de programas entre a UNITAU, suas fundações e a EPTS" (Termo de Convênio às fls. 1772/1776 do Anexo IX).

Após a assinatura do convênio genérico acima mencionado, foi firmado o termo aditivo n° 02, em 11/04/14 (fls. 1777/1783 do Anexo IX) restringindo o objeto e os envolvidos: inclui apenas a UNITAU e a FUST, tem como objeto a "gestão e execução das ações relativas ao Plano de Trabalho vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Taubaté, para atendimento na Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – à criança de zero a cinco anos de idade" e apresenta valor de R$ 1.129.761,86 mensais (ou seja, R$13.557.142,32 por ano).

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 889

Frisamos que a data de assinatura deste convênio, seu objeto, prazo e valor são os mesmos do convênio entre a Prefeitura e a UNITAU (fls. 1784/1789 do Anexo IX), cuja prestação de contas de 2014 aqui analisamos.

Verificamos na cláusula quinta, item 5.1, do termo de convênio firmado entre a UNITAU e a FUST a retenção de 1%, pela UNITAU, para pagamento de "impostos e outras taxas", sem especificação (fl. 1782 do Anexo IX) que, em 2014, foi de R$84.837,70).

Temos, pois, que a Prefeitura firmou convênio com a UNITAU, tendo esta repassado a execução do convênio para a FUST, ainda com o custo de 1% do valor total. Assim, há dois convênios para a mesma finalidade, o que consideramos inadequado do ponto de vista da eficiência, da economicidade e do controle dos recursos envolvidos.

A prestação de contas aqui analisada, embora seja relativa ao convênio entre a Prefeitura e a UNITAU, contempla notas fiscais de contratos firmados entre empresas privadas e a FUST, o que é inaceitável. Ora, é inviável que a UNITAU fiscalize a aplicação de recursos do convênio com a FUST (obrigação da convenente), sendo que ela mesma se utiliza dos documentos que deveria fiscalizar para apresentá-los à Prefeitura como prestação de contas de outro convênio.

Torna-se, assim, evidente que a manobra realizada pela UNITAU prejudica a fiscalização da aplicação dos recursos e, acima de tudo, fere os princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1°, §1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tais apontamentos ocorreram, também, no relatório das contas de 2014 da entidade conveniada – UNITAU, no TC-1783/026/14 (cópia às fls. 2006/2009 do Anexo XI), corroborando com o acima noticiado. De acordo com este relatório, não há razão para que os recursos financeiros, que são aplicados pela Prefeitura, transitem pela contabilidade da UNITAU para, no fim, ser repassado à FUST.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 878

Observamos na previsão de custo e na memória de cálculo para realização do termo de aditamento ao convênio entre Prefeitura e UNITAU, que acresceu 11,84% ao valor dos repasses (fl. 1790 do Anexo IX) a previsão para pagamento de pessoal e insumos e, também, de despesas administrativas (6% sobre o total planejado), sem a especificação do que vêm a ser tais possíveis dispêndios.

Não encontramos na prestação de contas de 2014 comprovações de tais despesas, mas tão-somente de despesas de pessoal e de aquisição de insumos. Como a UNITAU não devolve aos cofres da Prefeitura os valores não aplicados ao final do exercício, o controle de tais despesas se torna ainda mais difícil e a aplicação de tais despesas se assemelham, por fim, à cobrança de taxa de administração, incompatível com a finalidade da transferência de recursos e consistindo em vantagem que a entidade pretende auferir na execução do ajuste, ferindo o princípio da economicidade.

Os descumprimentos acima confirmam e agravam o fato de a UNITAU ter repassado, por convênio, a operacionalização dos serviços à FUST. Afinal, a documentação comprobatória da despesa realizada serve a dois ajustes de mesmo objeto, com entidades diferentes, sendo que a UNITAU, além de não executar o serviço, recebe vantagem pecuniária pela intermediação.

Destacamos que no termo de convênio não constam metas objetivas a serem cumpridas pela conveniada, dificultando a verificação das atividades que deveriam ser realizadas pela UNITAU e das efetivamente desenvolvidas e, por conseguinte, prejudicando a análise da prestação de contas (Termo de Convênio às fls. 1784/1789 do Anexo IX).

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

De acordo com o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas elaborado pela conveniada (fls. 1806/1808 do Anexo X), foram repassados R$8.483.769,56 e auferidas receitas com aplicações financeiras de R$81.175,40, totalizando R$8.564.944,96 de recursos públicos oriundos do convênio (comprovantes das transferências realizadas à UNITAU às fls. 1796/1800 do Anexo IX e 1802/1805 do Anexo X).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 874

No mesmo documento há indicação de despesas efetuadas de R$8.483.769,56 (ou seja, todo o valor repassado, desconsiderando receitas de aplicações financeiras), restando saldo "autorizado para aplicação no exercício seguinte" de R$81.175,40 (que corresponde aos rendimentos financeiros).

Não há, entretanto, na prestação de contas, comprovante da autorização para aplicação do saldo de 2014 no exercício seguinte. Além disso, o parágrafo segundo da cláusula décima do termo de convênio (fl. 1788 do Anexo IX) prevê a devolução dos recursos não utilizados apenas ao término do convênio, o que consideramos inadequado para o controle dos valores repassados e utilizados.

Em relação ao valor das despesas realizadas, indicado no demonstrativo integral de receitas e despesas, este não é comprovado nas prestações de contas. A UNITAU considerou que todo o valor repassado foi aplicado, o que não aconteceu, conforme quadro a seguir, elaborado a partir da documentação apresentada pela origem às fls. 1841/2000 do Anexo X.

COMPROVAÇÕES DOCUMENTAIS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Pessoal	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
Salário Liquido	284.995,12	315.564,44	276.736,74	316.613,45	332.166,07	286.758,40	438.149,17	2.250.983,39
FGTS	24.352,63	28.129,75	24.613,46	28.508,92	29.343,26	25.890,90	38.659,15	199.498,07
PIS	3.050,57	3.495,94	3.686,11	3.617,26	3.687,57	4.072,59	4.072,33	25.682,37
INSS	24.425,08	24.236,69	25.583,26	24.271,51	23.999,51	31.976,40	29.037,53	183.529,98
Total de despesa de pessoal comprovada na prestação de contas	336.823,40	371.426,82	330.619,57	373.011,14	389.196,41	348.698,29	509.918,18	2.659.693,81

Insumos	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
L&C Comércio de Papelaria	-	-	135.200,00	-	-	242.759,16	1.062,00	379.021,16
TR2	244.419,00	-	-	28.327,08	29.514,24	16.511,96	29.514,24	348.286,52
OP	232.376,90		-	-	-	99.187,20	58.944,60	390.508,70
Orla	-	97.421,70	107.971,20	378.183,80	293.369,12	148.299,70	269.476,62	1.294.722,14
Alves & Cabral	-	-	-	15.300,00	101.582,06	72.779,76	38.947,16	228.608,98
MS Araújo	-	111.898,10	-	-	-	-	64.190,00	176.088,10

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 878

Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	476.795,90	209.319,80	243.171,20	421.810,88	424.465,42	579.537,78	462.134,62	2.817.235,60
TOTAL (Pessoal + Insumos)	813.619,30	580.746,62	573.790,77	794.822,02	813.661,83	928.236,07	972.052,80	5.476.929,41
Valor da Nota Fiscal	1.129.761,86	1.129.761,86	1.129.761,86	1.129.761,86	1.321.574,04	1.321.574,04	1.321.574,04	8.483.769,56
Diferença - Valores repassados e não comprovados	316.142,56	549.015,24	555.971,09	334.939,84	507.912,21	393.337,97	349.521,24	3.006.840,15

Fica, assim, evidente que foram repassados R$8.483.769,56 à UNITAU e comprovadas despesas de R$ 5.476.929,41, devendo restar saldo em conta bancária de R$3.006.840,15 (recibos emitidos pela UNITAU e documentos referentes às despesas realizadas - comprovadas pela FUST - às fls. 1841/2000 do Anexo X.

Não foram anexadas à prestação de contas as demonstrações financeiras da conveniada, nem tampouco os extratos bancários emitidos pelo banco e a conciliação bancária de dezembro de 2014, apesar de requisitado pela fiscalização (fl. 2010 do Anexo XI). Foram apresentados apenas documentos elaborados pela UNITAU demonstrando o saldo da conta vinculada ao convênio, que no fim do exercício de 2014 era de R$2.033.824,45 (fls. 1814/1815 do Anexo X).

Observamos que não há identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo, embora conste no Parecer Conclusivo emitido pelo ente convenente (fls. 1809/1811 do Anexo X) o cumprimento de tal obrigação. Isso ocorre pois, como a mesma documentação serve para comprovar despesas de convênios distintos, seria inviável a anotação de dois números de convênio, dois órgãos repassadores e duas fontes de recurso no mesmo documento comprobatório. Tal irregularidade fere o princípio da transparência, prejudicando o controle das despesas e, por conseguinte, a fiscalização do convênio.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 870

IV) Do limite de despesa de pessoal

Conforme consta no quadro anterior, foram pagos com recursos do convênio R$2.659.693,81 a título de pessoal e encargos, valor este que, apesar de sair dos cofres da Prefeitura por meio do ajuste, não compõe a despesa de pessoal do Executivo municipal (já que, formalmente, os recursos humanos são contratados e pagos pela FUST, fundação ligada à UNITAU, cujas despesas de pessoal não são consolidadas no demonstrativo do Executivo).

Dessa forma, o convênio entre a Prefeitura e a UNITAU funciona, nitidamente, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda mais por estar o município, consoante se depreende do item B.2.2, além do limite máximo permitido na legislação.

Ademais, tal estratégia para diminuir os gastos de pessoal foi, inclusive, veiculada na mídia local (fls. 2002/2005 do Anexo XI) e o pagamento de recursos humanos já estava previsto no plano de trabalho da UNITAU (fls. 1822/1823 do Anexo X).

V) Das reponsabilidades da Prefeitura

Quanto à entidade convenente, temos que não fiscalizou adequadamente a execução financeira do convênio, uma vez que:

- Não proibiu a redistribuição dos recursos repassados à conveniada;
- Não fiscalizou adequadamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;
- Não exigiu a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas, do número do convênio e identificação do órgão público convenente a que se referem;
- Não exigiu, na prestação de contas, a documentação mínima para fiscalização do convênio:
  - relatório da conveniada sobre as atividades desenvolvidas;

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 73

- conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão convenente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada do respectivo extrato bancário;
- balanços patrimoniais de 2014 e 2013 e demais demonstrações contábeis e financeiras da conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado de dezembro;
- certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da conveniada e respectivos períodos de atuação;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração elaborada pelo Controle Interno do órgão acerca da legalidade dos repasses, atestando a eficácia e eficiência dos resultados alcançados.

Dessa forma, descumpre a Prefeitura o disposto no princípio da legalidade e da eficiência, dispostos no art. 37 da Carta Magna.

Docs. às fls. 1772/1800 do Anexo IX, 10802/2000 do Anexo X e 2002/2010 do Anexo XI.

Convênio Monitores - Processo nº 8116/13

I) Do ajuste

A Prefeitura Municipal de Taubaté firmou, em 2013, convênio com a Universidade de Taubaté - UNITAU, no valor de R$ 4.364.953,93, para execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 878

II) Da execução do convênio

Verificamos, na execução do convênio, a mesma irregularidade encontrada no ajuste analisado anteriormente (processo nº 34982/13): embora o convênio tenha sido firmado entre a Prefeitura e a UNITAU, esta firmou convênio com a FUST, transferindo sua operacionalização.

Dessa forma, há dois convênios para a mesma finalidade, o que consideramos inadequado do ponto de vista da eficiência e do controle dos recursos envolvidos e prejudicial à fiscalização da aplicação dos recursos. Ademais, a documentação comprobatória da despesa realizada serve a dois ajustes de mesmo objeto, com entidades diferentes. Tal falha fere os princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como o princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destacamos que no termo de convênio não constam metas objetivas a serem cumpridas pela conveniada, dificultando a verificação das atividades que deveriam ser realizadas pela UNITAU e das efetivamente desenvolvidas e, por conseguinte, prejudicando a análise da prestação de contas (Termo de Convênio às fls. 1492/1496 do Anexo VIII).

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Consoante relatório do TC-144/007/15, que trata da prestação de contas de 2013 do convênio em análise, a forma como foram realizados os repasses não são característicos da modalidade convênio, assemelhando-se, tão somente, a um contrato administrativo. Primeiramente a UNITAU apura o número de alunos atendidos no período de competência e multiplica-o pelo valor contratado por aluno (R$13,41). Depois, soma a tal montante os valores dos insumos adquiridos, obtendo-se, por fim, a quantia a ser desembolsada no mês. Calculado tal valor de repasse, a UNITAU emite, então, uma nota fiscal, que deve ser paga pela Prefeitura no mês seguinte ao de sua competência.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 870

Além disso, os pagamentos são feitos à Universidade de Taubaté após prestação dos serviços, mediante a apresentação das faturas mensais, com documentos e discriminação dos serviços efetivamente prestados no período.

Assim, a prestação de contas e o respectivo pagamento não são realizados conforme indica a natureza jurídica de convênio, com repasse de verba para posterior prestação de contas, mas sim de contrato administrativo, cujo preço somente é pago após a apresentação do documento fiscal de comprovação da prestação do serviço.

De acordo com o Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas elaborado pela conveniada (fls. 1485/1487 do Anexo VIII), foram repassados R$3.488.155,87 e auferidas receitas com aplicações financeiras de R$76.539,53, totalizando R$3.564.695,40 de recursos públicos oriundos do convênio.

No mesmo documento há indicação de despesas efetuadas de R$3.488.155,87 (ou seja, todo o valor repassado), restando saldo "autorizado para aplicação no exercício seguinte" de R$76.539,53 (que corresponde aos rendimentos financeiros).

Não há, entretanto, na prestação de contas, comprovante da autorização de aplicação do saldo de 2014 no exercício seguinte. Além disso, o parágrafo segundo da cláusula décima do termo de convênio prevê a devolução dos recursos não utilizados apenas ao término do convênio, o que consideramos inadequado para o controle dos valores repassados e utilizados.

Em relação ao valor das despesas realizadas, indicado no demonstrativo integral de receitas e despesas, este não é comprovado nas prestações de contas. A UNITAU considerou que todo o valor repassado foi aplicado, o que não aconteceu, conforme quadro a seguir.

Pessoal	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Monitores	209.913,90	-	186.706,80	201.169,15	196.407,75	204.713,60

Insumos	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Rivaldo Valério Neto EPP		-	-	-	-	-

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 851

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

AMV Com. Prom. De Eventos Esportivos e Arbitr. Ltda ME		-	-	-	-	30.152,00
OP Materiais Serviços Importação e Exportação Ltda ME		72.265,52	900,00	11.384,00	-	28.004,15
Orla Dist. De Produtos EIRELI		129.016,75	141.271,30	-	3.956,00	69.781,67
Alves & Cabral Ltda EPP		37.581,96	3.750,00	-	-	-
Esporte Vale - Comercial de Artigos Esportivos Ltda ME		787,20	30.877,75	-	-	31.791,85
Aliança C. C. C. Ltda ME		93.019,60	-	-	-	28.349,54
Esportivos e Arbitr. Ltda ME		-	2.900,00	-	-	-
Autopel Automação Comercial e Informática Ltda			30.821,00	-	-	48.433,00
Outros	38.941,00	-	-	-	-	
Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	**38.941,00**	**332.671,03**	**210.520,05**	**11.384,00**	**3.956,00**	**236.512,21**

TOTAL (Pessoal + Insumos)	**248.854,90 -**	**332.671,03**	**397.226,85**	**212.553,15**	**200.363,75**	**441.225,81**

Valor da Nota Fiscal	**248.854,90 -**	**358.895,03**	**397.226,85**	**212.553,15**	**200.363,75**	**441.225,81**

Diferença - Valores repassados e não comprovados	**-**	**26.224,00**	**-**	**-**	**-**	**-**

Pessoal	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL 2014
Monitores	- 202.864,90	201.115,95	205.298,80	204.234,80	206.735,20	204.972,95	**2.224.133,80**

Insumos	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14	dez/14	TOTAL
Rivaldo Valério Neto EPP			-	-	-	59.118,00	**59.118,00**
AMV Com. Prom. De Eventos Esportivos e Arbitr. Ltda ME			-	-	-	-	**30.152,00**
OP Materiais Serviços Importação e Exportação Ltda	11652,5	3.663,56	-	-	-	151.009,30	**278.879,03**

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 852

ME							
Orla Dist. De Produtos EIRELI	86.547,58	4.184,21	-	-	-	39.402,00	**474.159,51**
Alves & Cabral Ltda EPP	30.904,43	-	-	-	-	-	**72.236,39**
Esporte Vale - Comercial de Artigos Esportivos Ltda ME	-	-	-	-	-	-	**63.456,80**
Aliança C. C. C. Ltda ME		1.162,50	12.441,00	-	-	3.728,00	**138.700,64**
Esportivos e Arbitr. Ltda ME	-	-	-	-	-	-	**2.900,00**
Autopel Automação Comercial e Informática Ltda	-	-	-	-	-	-	**79.254,00**
Outros	-	-	-	-	-	-	**38.941,00**
Total de despesas com insumos comprovadas na prestação de contas	**129.104,51**	**9.010,27**	**12.441,00**	**-**	**-**	**253.257,30**	**1.237.797,37**
TOTAL (Pessoal + Insumos)	**331.969,41**	**210.126,22**	**217.739,80**	**204.234,80**	**206.735,20**	**458.230,25**	**3.461.931,17**
Valor da Nota Fiscal	**331.969,41**	**210.126,22**	**217.739,80**	**204.234,80**	**206.735,20**	**458.230,95**	**3.488.155,87**
Diferença - Valores repassados e não comprovados	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**0,70**	**26.224,70**

Fica, assim, evidente que foram repassados R$3.488.155,87 à UNITAU e comprovadas despesas de R$ 3.461.931,17, devendo restar saldo em conta bancária de R$26.224,70 referentes aos repasses (consoante demonstrado acima) e R$76.539,53 de receitas de aplicações financeiras, totalizando R$102.764,23 (recibos emitidos pela UNITAU e documentos referentes às despesas realizadas - comprovadas pela FUST – às fls. 1535/1600 do Anexo VIII e do 1602/1771 do Anexo IX).

Entretanto, conforme extratos bancários de fls. 1488/1491 do Anexo VIII havia R$1.337.263,71 na conta vinculada ao convênio, sem a devida conciliação, o que reflete a falta de controle por parte da Prefeitura Municipal de Taubaté.

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 852

IV) Do limite de despesa de pessoal

Tal qual ocorre no convênio objeto do processo nº 34982/13 (creches), analisado anteriormente, foram pagos R$2.224.133,80 a título de pessoal (monitores) com os valores oriundos do convênio (conforme quadro anterior e docs. de fls. 1535/1600 do Anexo VIII e 1602/1771 do Anexo IX). A nosso ver, tal manobra é, s.m.j., um meio de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da Constituição Federal e estabelecido no art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V) Das reponsabilidades da Prefeitura

Quanto à entidade convenente, temos que não fiscalizou adequadamente a execução financeira do convênio, uma vez que:

- Não proibiu a redistribuição dos recursos repassados à conveniada;
- Não fiscalizou adequadamente a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades correspondentes;
- Não exigiu a indicação, no corpo dos documentos fiscais originais que comprovam as despesas, do número do convênio e identificação do órgão público convenente a que se referem;
- Não exigiu, na prestação de contas, a documentação mínima para fiscalização do convênio:
  - relatório da conveniada sobre as atividades desenvolvidas (no processo consta apenas o referente ao exercício de 2013);
  - conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão convenente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada do respectivo extrato bancário;
  - balanços patrimoniais de 2014 e 2013 e demais demonstrações contábeis e financeiras da conveniada, acompanhadas do balancete analítico acumulado de dezembro;
  - certidão contendo nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da conveniada e respectivos períodos de atuação;

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 888

- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração que evidencie se ocorreu ou não contratação de empresa(s) pertencente(s) a parentes, inclusive por afinidade, de dirigentes da conveniada ou de membros do poder público convenente;
- declaração elaborada pelo Controle Interno do órgão acerca da legalidade dos repasses, atestando a eficácia e eficiência dos resultados alcançados.

O parecer conclusivo emitido pela origem encontra-se juntado às fls. 1481/1483 do Anexo VIII.

Dessa forma, descumpre a Prefeitura o disposto no princípio da legalidade e da eficiência, dispostos no art. 37 da Carta Magna.

Destacamos, ainda, que a aplicação da parcela referente ao mês de dezembro de 2013, no valor de R$ 248.854,90, foi aqui analisada pois o repasse da Prefeitura à UNITAU ocorreu em janeiro de 2014.

Sugerimos à próxima fiscalização que atente para a análise da prestação de contas da parcela referente a dezembro de 2014 e repassada em janeiro de 2015, não considerada nesta prestação de contas (recibo nº 04/15, de 08/01/15, no valor de R$350.629,30 e nota fiscal emitida pela FUST nº 2022, de mesma data).

Docs. às fls. 1481/1600 do Anexo VIII e 1602/1771 do Anexo IX.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL

O gasto com combustível mostrou-se compatível com o número de veículos da Prefeitura.

Observamos, porém, que o valor informado pela Prefeitura (R$2.390.534,54) apresenta divergência em relação ao enviado ao Sistema Audesp, empenhado no

Identificador: 3100310035003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 885

subelemento 33903001 e utilizado para compra de combustível (montante empenhado líquido de R$2.771.159,72, liquidado de R$2.406.089,54 e pago de R$2.350.807,00).

Docs. às fls. 2011/2023 do Anexo XI.

B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS

Pelos testes, constatamos a correta adequação dos setores de almoxarifado e bens patrimoniais.

Quanto ao setor de tesouraria, tal qual no exercício anterior, verificamos divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade (fls. 2029/2036 do Anexo XI). Após esse período, a situação foi regularizada.

As disponibilidades de caixa são depositadas em bancos estatais, atendendo-se a ao artigo 164, § 3°, da Constituição Federal.

Nos termos do artigo 96, da LF n° 4.320/64, O Município realizou o levantamento geral dos bens móveis e imóveis (declaração à fl. 2038 do Anexo XI).

Observamos que o Balanço Patrimonial não registra corretamente o saldo apurado no levantamento geral de bens móveis e imóveis.

Docs. às fls. 2029/2038 do Anexo XI.

B.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A, da CF, tal qual abaixo se vê:

Valor utilizado pela Câmara em:	**2014**	28.204.361,54
Despesas com inativos		76.798,27
Subtotal		28.127.563,27
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2013	527.695.767,51
Percentual resultante		**5,33%**

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 888

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Constatamos o não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos e tampouco publicação justificando eventual descumprimento, nos termos do artigo 5° da Lei n° 8666/93, consoante informação constante no processo de acompanhamento da gestão fiscal – TC-563/126/14.

Apesar disso, a origem declarou a estrita observância da ordem, informando não ter havido preterimento de nenhum pagamento (Declaração às fls. 2039 do Anexo XI).

Conforme demonstrativo extraído do Sistema Audesp, verificamos que no exercício de 2014 foram realizados 101 pagamentos no valor total de R$ 28.945.654,68 (fls. 2040/2044 do Anexo XI) fora da ordem cronológica de pagamentos, descumprindo o art. 5° da Lei n° 8.666/1993.

Docs. às fls. 2039/2044 do Anexo XI.

PERSPECTIVA C: EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS/OBRAS PÚBLICAS

C.1. FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS

Conforme dados encaminhados ao Sistema AUDESP, assim se compôs a despesa da Prefeitura:

Modalidade	Valores - R$	Percentual
Concorrência	44.334.112,30	13,92%
Tomada de Preços	11.949.093,38	3,75%
Convite	780.416,12	0,25%
Pregão	160.280.232,83	50,34%
Concurso	-	0,00%
BEC - Bolsa Eletrônica de Compras	-	0,00%
Dispensa de licitação	18.192.545,95	5,71%
Inexigibilidade	17.917.618,68	5,63%
Outros / Não aplicável	64.943.179,06	20,40%
Total geral	**318.397.198,32**	**100,00%**

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO

Preliminarmente, entendemos que as falhas destacadas devem ser analisadas **em conjunto**, por se tratarem de

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 886

irregularidades comuns ao órgão e reiteradas em diversos processos licitatórios, ensejando a necessidade de verificação do procedimento empregado na formalização dos certames e contratações em geral.

Esclarecemos que as licitações foram mencionadas **a título de exemplo** e que foram analisados alguns certames do exercício de 2013 em razão da formalização dos contratos e/ou dos Termos Aditivos no exercício de 2014.

Na amostra analisada, apuramos o que segue:

a) Falhas no Planejamento da Administração

Analisando os processos de licitação selecionados verificamos que em grande parte deles foram identificadas irregularidades relacionadas a falhas no planejamento da Administração Pública, que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e no dispêndio desnecessário de dinheiro público.

Através da Concorrência nº 12/2013 (fls. 2045/2177 do Anexo XI), por exemplo, a empresa ELEFE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EPP foi contratada para a execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos pra ampliação de salas de aula em unidades de Ensino Infantil, conforme Planilhas e Memorial Descritivo anexados ao Edital (fls. 2045/2133 do Anexo XI).

Ocorre que ao longo da execução contratual verificamos a incidência de diversas solicitações de alterações no objeto contratado que envolveram, além do acréscimo de serviços não previstos na planilha inicial, a alteração do local de construção de algumas salas de aula.

Por meio do Memorando datado de 25/11/2013 a Secretária de Educação solicitou que as duas salas de aula que seriam construídas na Creche Municipal Carmelita Santos de Oliveira - Bairro Vila Aparecida fossem construídas na Creche Municipal Profª. Ana Maria Zarzur - Bairro Fonte Imaculada, uma vez que, no bairro Vila Aparecida já estava em construção uma nova unidade escolar que atenderia a faixa etária de berçário (fls. 2145/2146 do Anexo XI).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 83

Notamos que foram sendo realizados aditamentos para acréscimo e supressão de valores, com vistas a adequar a construção das salas de aula à realidade que foi encontrada em cada escola em particular, no momento do início da obra/serviço, o que evidencia que o planejamento prévio à licitação não foi realizado de forma adequada e eficiente.

Embora o certame tenha se voltado à ampliação de salas de aula em unidades de Ensino Infantil pré-determinadas, o levantamento efetuado pela Prefeitura foi falho e impreciso, não sendo capaz de atestar a real necessidade das unidades e a viabilidade da implantação física das construções.

O Termo Aditivo de 28/04/2014 (fls. 2154 do Anexo XI), por exemplo, acresce em 21,14% o valor contratual inicial, equivalente a R$ 401.659,24, abrangendo dentro dos serviços adicionais a alteração da alvenaria licitada, reforço na fundação para suportá-la e a instalação de tapumes de isolamento da área das obras e do próprio canteiro de obras.

A justificativa apresentada pela Secretaria de Obras para o Aditamento destaca a falha na elaboração da planilha orçamentária inicial que "considerou as paredes das salas de aulas apenas como alvenaria de vedação, quando era necessária a execução de paredes estruturadas com alvenaria autoportantes para suportar e absorver as cargas provenientes das lajes das salas de aula nas dimensões propostas" (fls. 2152 do Anexo XI).

Referido documento também ressalta que a planilha base considerou as "lajes de forro das salas de aula com estrutura em treliça H8, que não suporta as cargas da concretagem da laje com o vão livre de 7,00", bem como a necessidade de reforço estrutural nas fundações com o aumento de consumo de aço e concreto.

Outras falhas de planejamento foram destacadas: não foi considerada a necessidade de instalação de tapumes de isolamento da área das obras do corpo da escola e de instalação de canteiro de obras; e as áreas de cobertura das salas indicadas na planilha estão menores que as áreas efetivamente necessárias para atender as necessidades da obra.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 888

Corroborando a fragilidade do planejamento Administrativo, o Termo de Supressão de Contrato, de 01/08/2014 (fls. 2164 o Anexo XI) corta 20,48% do valor contratual, que corresponde a R$ 471.484,69, excluindo do objeto contratual as unidades EMEI Profª. Inês Aparecida Damasceno Vanzella, EMEI Prof. Fabio Moura, EMEI Prof. Maud Sá de Miranda Monteiro e EMEI Prof. Rubens Duarte.

No caso da EMEI Prof. Rubens Duarte, a solicitação de fls. 2158 do Anexo XI atesta que, quando da demarcação das obras, foi constatado que as áreas livres destinadas à ampliação possuíam topografia irregular, com grandes desníveis, não oferecendo condições para implantação conforme especificações definidas no projeto.

Dentro do mesmo contexto analisamos a Concorrência nº 05/2013 (fls. 2178/2297 dos Anexos XI e XII), voltada à construção de uma creche municipal na Rua Projetada, 269, na Vila São José. No curso da execução do contrato celebrado com a empresa ALEXANDRE DANELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP foi solicitada a realização de Aditamento contratual voltado à alteração do método construtivo da fundação e à substituição da alvenaria de tijolos cerâmicos de 9cm para 14cm (fls. 2247/2248 do Anexos XII).

Tais alterações foram justificadas nas características do terreno e na necessidade de garantir a segurança da construção e demandaram um importe de R$ 118.239.81, equivalente a 8,49% do valor contratado.

Outros serviços foram acrescidos ao contrato inicial através do Termo de Aditamento de 06/01/2014 (fls. 2265 do Anexo XII), sob a justificativa de melhorar as condições de higiene, limpeza e manutenção nos corredores principais e pátios internos da escola, de melhorar as condições acústicas e térmicas do pátio interno e de melhorar as condições de acessibilidade de alunos e professores às instalações (fls. 2260/2261 do Anexo XII).

As modificações realizadas evidenciam falhas da Administração quando da elaboração dos seus projetos e planilhas, que importaram, no caso em exemplo, em mais um acréscimo de 11,11% ao valor inicial, equivalente a R$ 154.580,92.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 880

b) Ofensa à ampla competitividade

A Concorrência nº 01/2013 foi voltada à contratação de empresa para a execução de retificação e contenção do córrego, 1ª fase no Ribeirão das Pedras, no Bairro Gurilândia, sagrando-se vencedora a TECNOGAB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA (fls. 2298/2400 do Anexo XII).

Constatamos que a empresa MASTERSERV - CONTROLE DE EROSÃO E COMÉRCIO LTDA. impugnou o edital do certame alegando a restrição da competitividade em razão da eleição de um método/produto específico, discriminado como "Gabião" (fls. 2343/2351 do Anexo XII).

Suscitou a referida empresa que sendo requisitado apenas um produto/método a Administração não conseguiria obter a proposta mais vantajosa ao seu interesse, uma vez que impediria a competição entre outras empresas do ramo que adotam métodos/produtos equivalentes, de qualidade igual ou superior.

Em análise à impugnação apresentada a Origem entendeu pela intempestividade do questionamento, não o recebendo e dando continuidade ao curso do procedimento.

A nosso ver, os argumentos apresentados pela empresa MASTERSERV mereciam guarida pela Administração. Isso porque o direcionamento ao tipo de método/produto eleito (Gabião) não foi justificado tecnicamente pela origem, a fim de embasar a exigência da especificidade constante no instrumento convocatório.

A eleição do método/produto referido sem as devidas justificativas técnicas da sua escolha levou à impugnação da habilitação de algumas empresas na sessão de 13/05/2013 e à consequente desclassificação de três participantes, por não atenderem ao requisito da cláusula 2.1.11 do edital (Atestado de Capacidade Técnica comprobatório do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, comprovando a execução de serviços similares, correspondente a no mínimo 50% do total pretendido).

Analisando a Ata da sessão (fls. 2355/2356 do Anexo XII), observamos que as impugnações levantadas referiram-se, essencialmente, à ausência de apresentação de

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 86

Atestados de Capacidade Técnica no volume pretendido para a execução de gabiões, embora, no edital, a descrição do objeto da contratação seja a "retificação e contenção da margem do Córrego".

Tais questionamentos excluíram do certame empresa que apresentou Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto pretendido, em maior grau de dificuldade, inclusive, ofendendo, em nosso entendimento, o teor da Súmula nº 30 desta Corte de Contas.

A mesma irregularidade foi constatada quando da análise da Carta Convite nº 13/2013, voltada à contratação de empresa para prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais, no valor de R$ 75.600,00 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII).

No curso do procedimento licitatório foi declarada a inabilitação de 02 (duas) das 04 (quatro) empresas convidadas em razão do não atendimento ao item 4.1.5 do edital (Atestado de Capacidade Técnico Operacional) – fls. 2430/2433 do Anexo XIII. Apesar disso, ao reabrir a licitação a Administração convocou exatamente as mesmas empresas que já haviam participado do procedimento anterior, sem oportunizar a participação de outras empresas do ramo (fls. 2455/2459 do Anexo XIII).

Em nosso entendimento, a conduta referida frustra a livre concorrência e contraria o art. 22, §6º da Lei de Licitações.

c) Falha na precisão do objeto a ser licitado

Ainda considerando o Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII), verificamos que a requisição de compra/contratação que embasa o certame não descreve adequadamente os serviços a serem licitados. Tampouco o faz a própria Carta Convite, que refere-se apenas à contratação de empresa para prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais.

Embora o edital aluda às "condições estabelecidas no regulamento da licitação, no memorial descritivo e detalhamento no Anexo I (Proposta Comercial) e na inclusa

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 882

minuta de termo contratual (Anexo IV)" para definição do objeto da contratação (Item 01 – Do Objeto), tais documentos não pormenorizaram quais seriam os serviços especializados a serem contratados.

A informação relativa ao detalhamento da contratação somente veio a ocorrer através do Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013, como resposta ao Memorando nº 115/2013 do Departamento de Compras (fls. 2425 do Anexo XIII).

Conforme Ata da sessão realizada, 02 (duas) das 04 (quatro) empresas convidadas foram inabilitadas por não terem atendido ao item 4.1.5 o edital[7], deixando de apresentar Atestado de Capacidade Técnico Operacional (fls. 2430/2433 do Anexo XIII). Face à ausência da pormenorização dos serviços a serem contratados, entendemos que a verificação do atendimento ao referido critério de habilitação restou frustrada, prejudicando a ampla concorrência do certame, conforme já tratado alhures.

A Carta Convite foi republicada em razão da ausência de 03 (três) empresas devidamente habilitadas, com a reabertura do prazo da licitação (Carta Convite nº 13-A/2013). Apesar disso, não houve correção na descrição do objeto a ser licitado, reiterando-se a falha constatada no primeiro edital.

A omissão retratada interferiu, inclusive, quando da análise das propostas apresentadas. O julgamento foi convertido em diligência para estudos pelo Departamento de Finanças, restando evidenciado que as propostas não elucidaram os serviços que seriam realizados na contratação, limitando-se a informar valores e citar o objeto geral descrito na Carta Convite (fls. 2460/2467 do Anexo XIII).

---

[7] A Cláusula 4.1.5 exigia a apresentação de atestado(s) de capacidade técnico operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, comprovando a execução de serviços similares correspondentes a no mínimo 50% do total pretendido por este certame, nos termo que preceitua a Súmula nº 24 do TCE.

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 89

Por consequência, o instrumento firmado com a empresa vencedora, GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., não descreveu os serviços compreendidos na "elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais", dificultando a verificação da adequada execução contratual (fls. 2479/2482 do Anexo XIII).

d) Terceirização de atividades da Administração

Tomando por base a Carta Convite n° 15/2013, verificamos que o objeto licitado envolveu a contratação de "empresa de engenharia para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana, visando atender a exigências do Ministério das Cidades" (fls. 2487/2595 do Anexo XIII).

O programa constante no Memorial Descritivo elucida a "requalificação das vias apontadas em relatório anexo, tendo como objetivo garantir a mobilidade urbana, assegurar condições de circulação e acessibilidade, necessários ao desenvolvimento socioeconômico e o favorecimento da circulação do transporte coletivo e a integração ao tecido urbano de bairros, otimizando a infraestrutura viária existente" (fls. 2511/2512 do Anexo XIII).

A nosso ver, tais atividades são inerentes ao planejamento e à gestão da mobilidade urbana do município, evidenciando que a origem buscou terceirizar atividades precípuas da Administração Pública.

Conforme informa o Memorial Descritivo, a extensão estimada das vias é de 52km, enquanto a dos passeios com acessibilidade é de 99km. Não nos parece, s.m.j., que o serviço pretendido fosse excessivo para uma prefeitura que, conforme relação disponibilizada através do Portal da Transparência, contava com 571 servidores lotados em sua secretaria de Obras, Trânsito e Transportes – fls. 2581/2595 do Anexo XIII (posição em 31/12/2014).

A incoerência da contratação buscada pode residir na inadequada organização administrativa do ente, já que, além do próprio Secretário, a Secretaria e o Departamento de Mobilidade Urbana possuem apenas 06 servidores, todos eles ocupando funções de chefia, conforme tabela abaixo:

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 89

Mat	Nome	Secretaria	Local de Trabalho	Cargo
038207	JOSE BENEDITO PINTO FILHO	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
038311	DOLORES MORENO PINO	Secretaria de Obras,transito e Transport	Depto. de Mobilidade Urbana	Secretario
038469	GISELE MARIA LOMBARDI FERREIRA DE	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Diretor de Departamento
038470	TALITA CRISTINA DE MORAIS LOPES	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
038594	SHEILA CRISTINA THOMAZ FERREIRA	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
039109	JULIANA RIGOTTI DE OLIVEIRA	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Gerente de Area
039120	ANGELIKI FERNANDA IOANNIS MARTINS	Secretaria de Obras,transito e Transport	Secretaria de Mobilidade Urban	Diretor de Departamento

Na Carta Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do Anexo XIII), já mencionada acima, verificamos que a contratação realizada também foi voltada à terceirização de atividades precípuas da Administração.

Embora o edital e o contrato tenham sido falhos na descrição do objeto a ser licitado e contratado, o Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013 (fls. 2425 do Anexo XIII), descreveu as atividades pretendidas pelo Departamento no momento da execução do objeto, verificando-se que elas são intrínsecas ao planejamento, à gestão e às finanças do município.

A Tomada de Preços nº 11/2014, por sua vez, voltou-se à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de arquitetura (planta de situação atual do imóvel com cortes de fachadas, combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica SPDA e acessibilidade) em escolas da Rede Municipal de Ensino (fls. 2596/2682 dos Anexos XIII e XIV).

O Memorial Descritivo anexado ao edital (fls. 2631/2641 do Anexo XIV) descreve que "por ocasião da elaboração do projeto, a empresa contratada deverá vistoriar o prédio escolar em conjunto com a direção da escola, confirmar o uso de todos os ambientes, tomar conhecimento dos problemas específicos e discutir a solução proposta".

Dispõe, ainda, que "deverão ser priorizadas as soluções de projeto que considerem a melhor relação custo-benefício, a durabilidade do edifício, a facilidade de manutenção, a segurança dos alunos, a preservação do prédio contra invasões, bem como a concentração e logística das intervenções para minimizar as frentes de obra na(s) escola(s) e garantir seu pleno funcionamento".

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 90

Na forma exposta, verificamos que a atividade desenvolvida pela contratada abarcou a realização do levantamento situacional das escolas da rede municipal de ensino, relacionadas às fls. 2642/2644 do Anexo XIV. Os objetivos propostos se identificam com a própria gestão administrativa do executivo municipal, envolvendo estudos, identificação de problemas, proposições de soluções e realização das ações necessárias para melhor gerir, no caso citado, o funcionamento das escolas públicas.

Alcançamos que o objeto contratado se caracteriza como atividade precípua da Administração, existindo no quadro de pessoal da Prefeitura de Taubaté 17 (dezessete) cargos de arquiteto, com atribuições compatíveis com os serviços referidos. Ocorre que, conforme posição em 31/12/2014 (Quadro de Pessoal às fls. 3765/3771 do Anexo XIX), apenas 3 (três) desses cargos estavam preenchidos, evidenciando que a contratação realizada caracterizou também a terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório.

e) Ausência de comprovação da entrega dos Convites

Voltando à Carta Convite nº 15/2013 (contratação de empresa de engenharia para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana - fls. 2487/2595 do Anexo XIII) verificamos que no processo correspondente ao certame não consta a comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas pré-selecionadas, estando anexado aos autos apenas os comprovantes de envio de e-mail às fls. 2513/2520 do Anexo XIII.

Dessa forma, apesar do convite a 8 empresas do ramo apenas 3 compareceram à sessão designada, não sendo possível atestar a efetividade da entrega da Carta.

Mesmo após a reabertura do certame, em razão da inabilitação de uma das três empresas participantes, a irregularidade foi reiterada, com a juntada somente do demonstrativo de envio, em afronta ao art. 38, II, da Lei nº 8.666/1993 (fls. 2547/2557 do Anexo XIII). Para a nova sessão compareceram duas das onze empresas convidadas.

A situação se repetiu quando da análise da já mencionada Carta Convite nº 13/2013 (fls. 2402/2486 do

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 892

Anexo XIII), não só no primeiro edital, como também no momento da reabertura da licitação, o que macula o processamento da licitação.

f) Desvinculação ao Instrumento Convocatório

Através do Pregão nº 27/2014 a origem contratou a aquisição e instalação de 05 (cinco) aparelhos de ar-condicionado junto à empresa 7R COMERCIAL LTDA. ME (fls. 2683/2770 do Anexo XIV).

Durante o processamento do certame verificamos que o edital foi impugnado especificamente quanto ao prazo de entrega e ao prazo de garantia dos produtos, o que foi acatado pela municipalidade, conforme Memorando nº 206/SEEL/2014 (fls. 2722 do Anexo XIV).

Republicado em 13/03/2014, o edital nº 27-A/2014 estendeu o prazo de entrega dos aparelhos para 30 dias (Cláusula 3.1.4) e o prazo de garantia foi restringido a 12 meses (Cláusula 3.1.6), conforme previsão legal.

Muito embora as alterações tenham sido realizadas no edital republicado (fls. 2726/2735 do Anexo XIV), verificamos que o instrumento contratual não foi firmado de acordo com as mudanças promovidas, seguindo a minuta anexada ao primeiro instrumento convocatório. As cláusulas 2.2 e 3.3 do Contrato referem-se ao prazo de entrega do objeto em até 10 (dez) dias e ao prazo de garantia/validade não inferior a 05 (cinco) anos (fls. 2759/2761 do Anexo XIV).

A nosso ver, a formalização do contrato em dissonância com as previsões do edital afronta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e ofende ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

g) Falhas na formalização das Dispensas e Inexigibilidades

Na amostra selecionada, verificamos que os processos de dispensa e inexigibilidade analisados continham vícios inerentes às justificativas para as contratações realizadas e à formalização dos seus atos, em ofensa ao art. 26, *caput*, e parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 307

Através da Dispensa nº 09/2014 foi contratado Curso de Técnicas de Apresentação e Oratória para duas servidoras da Prefeitura Municipal (fls. 2771/2781 do Anexo XIV). Conforme justificativa apresentada pela Secretária de Finanças, o curso visava "aprimorar a comunicação em apresentações, para aplicação em audiência pública", a fim de "aperfeiçoar as servidoras para uma apresentação mais aprimorada".

Ocorre que o referido processo não especificou quais as servidoras que realizariam o curso e tampouco continha a demonstração da participação das mesmas no evento, estando anexado apenas o comprovante de pagamento dos serviços sem a prova da sua efetiva prestação.

A Inexigibilidade nº 04/2014, por sua vez, foi ratificada para a realização de "despesas com cópias, simples, certidões, matrículas, averbações, registros, inclusive documentos necessários para instrução de regularização de loteamentos industriais para o exercício de 2014", junto ao Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Cível de Pessoas Jurídicas (fls. 2782/2800 do Anexo XIV).

Embora seja notória a inviabilidade de competição para os serviços cartorários descritos, o que autoriza a contratação com fulcro no art. 25, *caput*, entendemos que a demonstração dos valores envolvidos restou prejudicada, assim como o fundamento da inexigibilidade para as despesas com cópias simples.

O quadro para despesas cartoriais (fls. 2788 do Anexo XIV) estima importâncias com base em distritos industriais, sem mencionar os quantitativos dos serviços abrangidos pelos valores presumidos. A nota ali mencionada elucida a demanda de maneira genérica e abrangente.

Com relação às cópias simples, a nosso ver elas não possuem natureza inerente aos serviços de cartório, não devendo estar compreendidas no objeto da inexigibilidade, conforme ressaltado pelo próprio parecer jurídico da entidade às fls. 2794/2797 do Anexo XIV. Apesar disso, o empenho foi realizado no valor global da Requisição de Serviços.

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 93

Por meio da Inexigibilidade nº 07/2014 foi contratado o fornecimento de créditos de vales transportes escolares à empresa ABC Transportes Coletivos Vale do Paraíba Ltda., com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993, tendo em vista a exclusividade da prestação do serviço pela contratada (fls. 2802/2918 do Anexo XV).

Verificamos que o valor correspondente à despesa foi empenhado em 28/03/2014 (fls. 2814/2822 do Anexo XV), embora a prestação do serviço tenha sido iniciada a partir de 27/01/2014 (fls. 2836/2839 do Anexo XV). Contrariando o art. 60 da Lei nº 4.320/64, a origem realizou despesa sem prévio empenho, o que caracteriza afronta às normas do direito Financeiro e ao princípio da evidenciação contábil.

Em razão do equívoco no processamento do gasto, foi instaurada sindicância para apuração da responsabilidade funcional dos servidores envolvidos. Referido procedimento administrativo, no entanto, foi instaurado dentro dos próprios autos do processo de Inexigibilidade, o que evidencia impropriedade na formalização dos atos da Administração (fls. 2864/2883 do Anexo XV).

Além das falhas relacionadas, constatamos reiterados equívocos por parte da origem quando da contratação de profissional do setor artístico, não só pela ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo (art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993), como também pela falta de justificativa do preço praticado (art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993).

Na Inexigibilidade nº 20/2014, por exemplo, a contratação da apresentação artística do show "Três Tenores Brasileiros" ocorreu com uma empresa produtora de eventos, não se enquadrando na hipótese de prevista no art. 25, III, da Lei de Licitações (fls. 2919/2943 do Anexo XV).

A empresa LEGATO EVENTOS MUSICAIS LTDA. figurou como representante dos Três Tenores Brasileiros apenas para o evento do dia 30/04/2014, conforme cláusula Quarta do Contrato de Exclusividade firmado em 10/04/2014 (fls. 2925/2926 do Anexo XV).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 000

Semelhante irregularidade foi verificada na Inexigibilidade nº 17/2014, voltada à contratação artística do espetáculo "No toquen mis manos", da artista Valeria Guglietti, para o Festival Internacional de Teatro de Sombras em Taubaté (fls. 2944/2959 do Anexo XV).

O empenho foi emitido para a QUASE CINEMA PRODUTORA LTDA. ME, que é empresa produtora de atividades cinematográficas, desatendendo, portanto, a exigência prevista no art. 25, III, da Lei de Licitações. O contrato de exclusividade anexado às fls. 2948/2949 do Anexo XV evidencia que a representação foi restrita ao 1º Festival Internacional de Teatro de Sombras, não se tratando de empresário exclusivo da artista.

Com relação à justificativa do preço, verificamos que na Inexigibilidade nº 01/2014 (fls. 2960/2978 do Anexo XV), para contratação de apresentação artística do bloco Juca Teles e Banda Estrambelhados durante os eventos do carnaval 2014, a demonstração do valor de mercado limitou-se a uma declaração emitida pelo próprio contratado e endossada na informação do Secretário de Turismo às fls. 2966 e 2968/2970 do Anexo XV.

Referido documento atesta os valores da contratação daquele bloco pelas Prefeituras de Pindamonhangaba e Serra Negra no carnaval de 2013. A nosso ver, demonstrou o contratado a equiparação com o valor por ele cobrado em suas apresentações, não a compatibilidade com o preço de mercado.

A justificativa do preço deixou de ser apresentada também nas Inexigibilidades nº 13/2014, 17/2014 (fls. 2944/2959 do Anexo XV) e 18/2014, descumprindo o disposto no art. 26, III, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

Por fim, constatamos que em nenhum dos processos de dispensa e inexigibilidade analisados ocorreu a publicação dos atos na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a sua eficácia, contrariando o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

Docs. às fls. 2045/2978 dos Anexos XI ao XV.

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 800

C.2. CONTRATOS

No exercício, o Município não firmou Parcerias Público-Privada (PPP), concessão e permissão de serviços públicos (Declaração às fls. 2979 do Anexo XV).

Conforme Declaração de fls. 2980 do Anexo XV a Prefeitura ainda está realizando a análise dos contratos firmados para fins de revisão de seus valores, em face da desoneração fiscal de que trata as Leis Federais n°s 12.715/2012, 12.794/2013 e 12.844/2013.

Dessa forma, não efetuou, até então, a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), isso, nos termos do Comunicado SDG n° 44, de 2013.

Docs. às fls. 2979/2980 do Anexo XV.

C.2.1. CONTRATOS FIRMADOS NO EXERCÍCIO E REMETIDOS AO TRIBUNAL

No exercício em exame, verificamos que os contratos de valor superior ao de remessa foram encaminhados ao Tribunal.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO*

Sob amostragem, analisamos os contratos de valor inferior ao de remessa, celebrados no exercício em exame, nisso verificando as seguintes irregularidades:

a) Ausência de publicação na Imprensa Oficial

Tomando por base os processos de licitação analisados, constatamos que os contratos decorrentes desses certames não tiveram seus extratos publicados na imprensa oficial, contrariando a disposição constante no parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666/1993.

Observamos a irregularidade referida em todos os processos da amostragem cujos contratos foram firmados em valor inferior ao de remessa, estendendo-se a falha aos Termos de Aditamento deles decorrentes, o que, nos termos

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 801

da Lei, compromete a eficácia dos instrumentos ajustados (exemplos às fls. 2138/2139, 2155/2156, 2165/2166 e 2174/2175 do Anexo XI, 2243/2246, 2257/2258, 2280/2282 e 2396/2397 do Anexo XII, 2484/2486 e 2577/2578 do Anexo XIII, 2650/2651, 2678/2679 e 2763/2764 do Anexo XIV, 3103/3104, 3171/3172, 3179/3180 e 3193/3194 do Anexo XVI).

b) Ausência de aplicação das sanções cabíveis

Através do Processo nº 11055/2014 a Prefeitura Municipal de Taubaté adquiriu mobiliário para creche (cadeira alta para alimentação de crianças e conjunto coletivo tamanho 1), utilizando-se da Ata de Registro de Preço nº 102/2013 do FNDE – Pregão nº 31/2013, a que aderiu em 08/01/2014 (fls. 2981/3029 dos Anexos XV e XVI).

Em sua cláusula 4.4 a Ata de Registro de Preços menciona que a "entrega do item/grupo deverá ser efetuada após a respectiva publicação do Contrato, obedecendo aos prazos estabelecidos no item 5 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 31/2013, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e/ou Contrato e do recebimento do endereço de entrega pelo contratado" (fls. 2986/2989 do Anexo XV). Constatamos, no entanto, que referido Termo de Referência não estava acostado aos autos, frustrando a verificação desse prazo.

Não obstante, o contrato firmado entre a origem e a empresa MILANFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. previu a entrega do mobiliário em 90 dias, contados da assinatura do instrumento, estipulando, ainda, a prestação de garantia do cumprimento integral das obrigações contratuais no valor correspondente a 5% do valor do contrato (Cláusula Quinta), não comprovada nos autos.

Em razão da inobservância do prazo de entrega previsto no contrato (20/08/2014) foram expedidas duas notificações à contratada, sendo uma de 07/10/2014 e a outra em 09/12/2014 (documentos às fls. 3007/3013 e 3016/3022 do Anexo XVI). Apesar disso, os produtos só foram entregues em 02/03/2015, não sendo verificada nos autos a aplicação de quaisquer penalidades e/ou sanções pelo atraso excessivo do fornecedor, conforme previsto na Cláusula Nona do contrato.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 302

O mesmo ocorreu quando da análise do Processo nº 25045/2014. Verificamos que através do Pregão nº 168/2014 foi contratada a empresa LETHUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. EPP para prestação de serviços técnicos especializados, através do fornecimento de solução tecnológica por tempo determinado para Gestão de Controle de Relacionamento Municipal para o município de Taubaté (fls. 3030/3124 do Anexo XVI).

Conforme estabelecido no Termo de Referência do edital do certame (fls. 3062/3069 do Anexo XVI), a implantação do sistema deveria ser concluída em até 60 dias após a assinatura do contrato/expedição da Ordem de Serviço, que ocorreu em 19/08/2014. Notamos, contudo, que aos 22/10/2014 foi emitida notificação pela Sra. Angeliki F. I. Martins Motta, gestora do contrato, dando noticia de que o prazo foi descumprido (fls. 3105 do Anexo XVI).

Solicitados os documentos referentes à execução contratual, foram relacionados os serviços realizados pela empresa no período de setembro e outubro de 2014, sendo informado, ainda, que o sistema teve início operacional com o cadastro e parametrização em setembro de 2014 e disponibilização efetiva no site da prefeitura em 29/10/2014 (fls. 3108 do Anexo XVI).

Apesar do atraso referido na Notificação e confirmado pela origem às fls. 3108 do Anexo XVI, não verificamos a aplicação das penalidades cabíveis em razão da inexecução parcial do contrato, tampouco a justificativa relativa à sua isenção.

c) Sucessivas prorrogações de prazo

Analisando os processos selecionados, constatamos a excessiva realização de Termos de Aditamento aos contratos firmados pela origem, decorrentes de falhas no planejamento da Administração, conforme tratado no item C.1.1, letra "a".

Ocorre que além dos aditivos decorrentes de acréscimos e alterações de serviços, verificamos também a demasiada realização de Termos de Prorrogação contratual, que postergaram a entrega do objeto a períodos bem distantes dos originalmente previstos. Tais instrumentos

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 302

evidenciam que os prazos estabelecidos pela origem não se mostraram suficientes à execução dos objetos contratados.

Como exemplo citamos a Tomada de Preços nº 11/2014, já mencionada acima, que foi voltada à contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de arquitetura em escolas da Rede Municipal de Ensino (fls. 2596/2682 dos Anexos XIII e XIV). Apesar de o contrato prever a realização do serviço em 120 dias, a prorrogação do prazo foi solicita por várias oportunidades, postergando a entrega dos trabalhos em mais 180 dias, ou seja, mais que o dobro do prazo inicial.

O mesmo foi verificado na execução do contrato decorrente do Pregão nº 432-A/2013, cujo objeto foi a elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (fls. 3125/3194 do Anexo XVI). O prazo inicial envolvia 120 dias, mas, em razão da extensão do serviço, foram solicitadas sucessivas prorrogações de prazo (fls. 3173/3178 e 3181/3192 do Anexo XVI), que demandaram o acréscimo de mais 120 dias para a sua conclusão.

Observamos também a realização de Termos de Aditamento para prorrogação de prazo nos contratos decorrentes da Concorrência nº 12/2013, da Concorrência nº 01/2013 e da Concorrência nº 05/2013.

d) Falha na fiscalização da execução contratual

Com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993 a origem contratou a execução de serviços de substituição de tubulação, reconstrução de ala e cabeceira e revitalização de pavimento asfáltico na Rua Tomé Portes del Rei, acesso às escolas AMCA, CEET Paula Souza, EMEF Dr. José Antônio do Couto e EMEF Ernani Barros, com a empresa FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA., por meio da Dispensa nº 04/2014 (fls. 3195/3227 dos Anexos XVI e XVII).

O prazo ajustado para a execução dos serviços foi de 60 dias, conforme Cláusula Terceira do contrato firmado, e deveria ser finalizado em 10/05/2014, tendo em vista o recebimento da Ordem de Serviço em 10/03/2014 (fls. 3211/3214 e 3218 do Anexo XVII).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 100

Verificamos, contudo, que o recebimento provisório da obra só ocorreu em 30/10/2014, não havendo justificativa nos autos para o atraso nesse recebimento (fls. 3223/3225 do Anexo XVII).

O cronograma de medição atesta a execução de 98,95% do serviço em maio de 2014, ficando pendente de pagamento o valor de R$ 17.459,70 para o mês de outubro. Contudo, como inexiste justificativa nos autos para o trespasse de tanto tempo entre uma medição e outra, não foi possível atestar se houve atraso na execução do serviço pela contratada ou falha da Administração no acompanhamento efetivo do trabalho desenvolvido, o que se contrapõe com a urgência que motivou a dispensa em questão.

C.2.3. EXECUÇÃO CONTRATUAL

Das avenças em execução, verificamos as que seguem:

01	Contrato nº:	s/nº
	Data:	07/12/2011
	Contratada:	Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços – EPP
	Valor:	R$ 1.359.000,00
	Objeto:	Execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para adequação da E.M.E.F. Marlene Miranda.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 180 dias corridos.
	Licitação:	Concorrência nº 02/2011

Atendendo à determinação do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, proferida nos autos do TC-1433/026/11, foi realizado o acompanhamento da execução contratual do ajuste firmado com a Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços EPP, em 07/12/2011, resultante da Concorrência nº 02/2011 (fls. 3229/3232 do Anexo XVII).

Reiterando o apontamento realizado pela fiscalização das contas do exercício de 2011, observamos que o cronograma físico-financeiro que integrou o edital não descreveu as parcelas da obra a serem entregues nas medições a serem realizadas, limitando-se a exigir percentual de 16,67% em cada uma delas (fls. 3271 do Anexo XVII).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

A fim de verificar a ocorrência de atrasos na entrega do objeto, solicitamos a apresentação de todas as medições e de todos os pagamentos realizados no curso da execução contratual, bem como dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo da obra, sendo a documentação disponibilizada pela origem juntada às fls. 3302/3336 do Anexo XVII.

Notamos que o Termo de Recebimento Provisório foi lavrado em 12/12/2012 e que, embora ateste a ausência de atraso contratual, não coincide com o prazo ajustado. Isso porque a Cláusula 3.4 do Contrato estabeleceu que o prazo para recebimento provisório da obra seria de até 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação escrita pela Contratada, e o prazo previsto para a conclusão dos serviços foi encerrado no final de julho de 2012 (Prazo inicial de 180 dias, acrescidos de 45 dias de prorrogação).

Na documentação ofertada constatamos a disponibilização de apenas 3 (três) medições dos serviços realizados, sendo a 1ª delas referente ao período de 08/12/2011 a 31/12/2011, no valor de R$ 300.000,00, a 3ª relativa ao período de 01/03/2012 a 31/03/2012, no valor de R$ 215.026,28, e a 4ª correspondente ao período de 01/04/2012 a 30/04/2012, no valor de R$ 150.000,00.

A ausência dos documentos referentes a todas as medições realizadas acabou frustrando a confirmação do período de conclusão da obra e prejudicando a análise desta fiscalização acerca do cumprimento do prazo contratual.

Com relação à execução do objeto em si, serviços e obras de engenharia para adequação da EMEF Marlene Miranda, não foi possível atestar o seu cumprimento fidedigno em razão do excessivo tempo decorrido entre a entrega da obra (Termo de Recebimento Definitivo em 12/03/2013) e a vistoria realizada "in loco" por esta fiscalização (19/08/2015).

Apesar disso, verificamos algumas incongruências latentes entre os serviços constantes na Planilha de Quantitativos e de Valores (fls. 3266/3270 do Anexo XVII), minuciados no Memorial Descritivo (fls. 3272/3301 do Anexo XVII) e nos projetos arquitetônicos (cópias parciais às

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 102

fls. 3342/3344 do Anexo XVII), e a situação encontrada no local, conforme se comprova através do relatório fotográfico juntado às fls. 3337/3341 do Anexo XVII.

A título de exemplo selecionamos alguns subitens da Planilha de quantitativos e de valores, descritos como "Serviços Complementares" da Escola e do Teatro (Subitem 11 dos Itens A e B - fls. 3266/3270 do Anexo XVII). Dentre os serviços relacionados para a Escola verificamos a execução de 02 (dois) bebedouros coletivos em alvenaria revestida de azulejos, com 5 pontos (subitem 11.2) e o fornecimento e instalação de barras metálicas para apoio nos banheiros para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (subitem 11.5), os quais não correspondiam às descrições da planilha. Constatamos que os bebedouros não apresentavam 5 pontos de água e as barras para apoio instaladas nos banheiros para PNE's não eram metálicas (relatório fotográfico às fls. 3337/3341 do Anexo XVII).

Já com relação ao Teatro (Subitem 11 do Item B), averiguamos o fornecimento e instalação de cortinas de veludo com trilhos embutidos (subitem 11.2); a execução de palco em alvenaria com tablado em carpete de madeira, acessos laterais por escadas revestidas com piso em madeira e apoios em barras metálicas (subitem 11.3); a execução de escada externa em concreto e apoio em barras metálicas (subitem 11.4); e o fornecimento e instalação de placa metálica com letreiro (subitem 11.5) - cópia parcial do projeto às fls. 3344 do Anexo XVII. Tal qual relatório fotográfico de fls. 3337/3341 do Anexo XVII, nenhum dos serviços foi identificado no local. A escada externa em concreto existente foi construída na frente do acesso à escola, e não ao Teatro, não sendo possível atestar se é a mesma a que se refere o subitem 11.4.

Constatamos, ainda, que a estrutura da cobertura do Teatro cedeu, estando o espaço interditado e inutilizado. Segundo a origem tal fato foi decorrente de força maior, em razão de temporal ocorrido na cidade.

No que atine às especificações constantes no Memorial Descritivo, verificamos que os equipamentos e serviços relacionados às instalações hidráulicas de água fria deviam atender aos requisitos do Decreto estadual nº

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 102

45.805/2001[8], que institui medidas de redução de consumo e racionalização do uso de água no âmbito do estado de São Paulo, e do Decreto nº 48.138/2003, que institui o Programa Estadual de Uso Racional de Água Potável. Conforme o referido documento, "o atendimento a estes Decretos pressupõe a instalação, a conservação e o uso adequado dos equipamentos e serviços de forma que sua eficácia seja mantida ao longo do tempo e proporcionem uso racional e maior economia de água" (fls. 3272/3301 do Anexo XVII).

Concluindo as recomendações e exigências, o Memorial menciona que "dispositivos restritores de vazão devem ser utilizados quando houver a necessidade de limitar a vazão dos equipamentos nos pontos de água". Quando da descrição das louças e metais sanitários, o modo de execução determinou que o fechamento automático das torneiras devia ser programado para 6 segundos.

O Memorial Descritivo também relacionou a instalação de "lavatório de louça branca sem coluna", que deveria ser rejuntado à parede com argamassa de cimento branco e gesso, e "bancada de granito Icaraí para lavatórios", a serem apoiadas na alvenaria (Detalhe nos Projetos às fls. 3342/3344 do Anexo XVII).

Realizamos vistoria nos banheiros e vestiários existentes na escola, na quadra de esportes, na piscina e no Teatro, verificando-se que em nenhum deles as torneiras e lavatórios atenderam às especificações do Memorial Descritivo. Conforme relatório fotográfico (fls. 3337/3341 do Anexo XVII), as torneiras não possuíam dispositivo de fechamento automático, os lavatórios eram de coluna e não existiam as bancadas de granito Icaraí. Nem mesmo a separação dos chuveiros em boxes foi realizada, conforme detalha o projeto (fls. 3343 do Anexo XVII).

Segundo a direção da escola, alguns chuveiros e metais dos banheiros dos vestiários foram retirados para evitar o furto no período em que não estão sendo utilizados.

---

[8] O artigo 8º do Decreto nº 45.805/2001 assim dispõe: "Na aquisição de novos equipamentos e metais hidráulicos/sanitários o bem a ser adquirido deverá apresentar o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência na conservação e redução do consumo da água potável".

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Dessa forma, tendo por base as cláusulas pactuadas, e apesar do excessivo tempo decorrido entre a reforma e a visita, constatamos irregularidades na execução contratual, evidenciando que a obra foi entregue em parcial desconformidade com o projeto arquitetônico e com serviços realizados aquém do contratado.

02	Contrato nº:	s/nº
	Data:	05/07/2011
	Contratada:	Valguará Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda.
	Valor:	R$ 123.007,50
	Objeto:	Execução de passeio em concreto em diversos pontos da área urbana do município.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 120 dias corridos.
	Licitação:	Carta Convite nº 15/2011

Nos autos do TC-1433/026/11 o Exmo. Sr. Conselheiro Relator determinou ainda o acompanhamento da execução contratual do ajuste firmado com a Valguará Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda., em 05/07/2011, decorrente da Carta Convite nº 15/2011 (fls. 3345/3348 do Anexo XVII).

A fiscalização das contas do exercício de 2011 apontou falhas na execução do objeto contratual (algumas meias guias desalinhadas, outras apresentando rachaduras, bem como acabamentos que demonstram ausência de zelo na realização do serviço) e no acompanhamento dessa execução por parte da fiscalização a cargo da Municipalidade, em descumprimento ao previsto na cláusula 9ª do Instrumento ajustado.

Às fls. 3381/3408 dos Anexos XVII e XVIII foram apresentadas as medições e as notas fiscais relativas à execução do objeto, verificando-se que a medição final foi referente ao período de 19/12/2011 a 18/02/2012.

Com relação aos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, a origem informou, através do Memorando de fls. 3381 do Anexo XVII, que não foi possível localizá-los, não podendo afirmar se o contrato foi inteiramente cumprido ou não.

Destacamos que a vistoria "in loco" restou

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 108

prejudicada em razão da ausência de informação relativa aos locais de prestação dos serviços. Conforme informação do Secretário de Obras, no processo referente à contratação (Carta Convite nº 15/11) não consta relação para localização dos serviços executados.

Diante das informações prestadas, não foi possível verificar o cumprimento do objeto contratual, sendo constatadas irregularidades no acompanhamento da execução contratual por parte da fiscalização a cargo da Municipalidade, o que reitera a falha já suscitada pela fiscalização anterior.

03	Contrato nº:	s/nº
	Data:	08/08/2013
	Contratada:	Alexandre Danelli Engenharia e Construções Ltda. EPP
	Valor:	R$ 1.391.087,63
	Objeto:	Execução de serviços e obras de engenharia, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para construção de uma creche municipal na Rua Projetada, 269 – Vila São José.
	Execução/Prazo:	Início no prazo de 05 dias contados do recebimento da Ordem de Serviço, e o prazo para término é de 150 dias corridos.
	Licitação:	Concorrência nº 05/2013

Tomando por base as cláusulas pactuadas no contrato firmado com ALEXANDRE DANELLI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP, decorrente da Concorrência nº 05/2013 (fls. 2237/2241 do Anexo XII) verificamos algumas discrepâncias entre determinados serviços descritos na Planilha orçamentária de fls. 2180/2187 do Anexo XI e os realizados no local (relatório fotográfico às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII).

Dentre os itens tomados como exemplo, observamos que para o pátio da creche municipal o Memorial Descritivo do projeto arquitetônico (fls. 2189/2236 dos Anexos XI e XII) menciona a execução de "forro de gesso acartonado removível, apoiado em perfis metálicos tipo "T" suspensos por pendurais rígidos", devendo o forro "receber massa corrida em toda a superfície que deverá ser lixada com posterior aplicação de 01 (uma) demão de selador" (Item 8.1 – Forros). Conforme fotos anexadas às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, o telhamento metálico do pátio interno é aparente, não se constatando a execução do forro de gesso acartonado.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Notamos que o Termo de Aditamento de 10/03/2014 substituiu o telhamento metálico comum previsto no projeto inicial (item 8.2 da Planilha Orçamentária de fls. 2180/2187 do Anexo XI) por telhas metálicas tipo sanduíche no pátio interno, com o objetivo de melhorar as condições acústicas durante a ocorrência de chuvas e térmicas em períodos de forte insolação (fls. 2260/2261 do Anexo XII). Com relação à execução do forro, no entanto, não existe menção a quaisquer alterações na sua execução, permanecendo o quantitativo previsto no item 10.3 da Planilha (Código 10.01.049 - forro de gesso acartonado com massa corrida em toda a sua superfície – 422m² - R$ 12.146,97).

Ainda na amostragem, constatamos incongruências na execução das portas das cabines e nos espelhos dos banheiros feminino e masculino. Os Itens 8.4 e 9.1 do Memorial Descritivo mencionam que as portas para os boxes dos banheiros deveriam possuir trinco ocupado/livre cromado e os espelhos dos banheiros seriam de cristal, dimensões 100X60cm, espessura 2mm e moldura em MDF laqueado cor branco de 5cm de largura. Tal qual demonstrado às fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, as especificações não foram atendidas quando da execução dos serviços.

No item referente aos componentes metálicos (Item 8.6), o Memorial Descritivo discriminou a fixação de letreiro com o nome da creche, na platibanda frontal, voltado para a rua, a ser confeccionado em letra caixa, fonte FUTURA, tamanho 35cm para "CRECHE MUNICIPAL VILA SÃO JOSÉ", em aço pintado com esmalte sintético cor branco. Conforme relatório de fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, não foi afixado qualquer letreiro no local, mas tão somente placa de inauguração da unidade.

Por fim, verificamos que após o recebimento provisório da obra, a origem encaminhou Notificação ao contratado solicitando a realização de alguns reparos e correções nos serviços executados, os quais estavam em desconformidade com o estabelecido em contrato. Dentre as falhas relacionadas no Relatório de fls. 2290/2295 do Anexo XII, tomamos como exemplo a instalação de tomada no piso, ao lado do fogão, proibida pelo Corpo de Bombeiros. Apesar da informação relativa à realização dos reparos pela direção da creche, verificamos que a irregularidade

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

referida permaneceu, conforme fotos de fls. 3409/3411 do Anexo XVIII, o que não impediu o recebimento definitivo da Obra em 25/06/2014, sem o saneamento da falha.

04	Contrato nº:	s/nº
	Data:	03/01/2014
	Contratada:	Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda.
	Valor:	R$ 75.600,00
	Objeto:	Prestação de serviços especializados na elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais.
	Execução/Prazo:	12 meses contados do prazo de 05 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
	Licitação:	Carta Convite nº 13-A/2013

Conforme tratado no Item C.1.1, letra "c", deste relatório, o contrato firmado com a empresa GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA., não descreveu os serviços compreendidos na "elaboração e gerenciamento de projetos econômico-financeiros e projetos especiais", referenciados na Cláusula Primeira - Do Objeto, o que dificultou a verificação da sua adequada execução.

A informação relativa ao detalhamento da contratação ocorreu unicamente através do Memorando DF 606/13, elaborado pela Secretaria de Finanças, em 31/10/2013 (fls. 2425 do Anexo XIII), descriminando as seguintes atividades:

1. Levantamento e diagnóstico de situação econômico-financeira;
2. Identificação de fontes de recursos e condições de viabilidade de acesso;
3. Elaboração de Projetos econômico-financeiros;
4. Acompanhamento de projetos junto a órgãos e gestores financiadores;
5. Acompanhamento de implantação, execução e prestação de contas de projetos;
6. Elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatizações, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades.

Solicitados os relatórios, levantamentos, acompanhamentos, projetos e/ou demais documentos elaborados pela contratada, para fins de análise da

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

execução contratual, foi apresentada a documentação de fls. 3412/3576 do Anexo XVIII.

O primeiro bloco de documentos refere-se a informações e dados coligidos e elaborados pela contratada para instrução do processo junto à Secretaria do Tesouro Nacional, referente ao Projeto "Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 2ª etapa - PAC" (fls. 3412/3472 do Anexo XVIII). Notamos, no entanto, que tais documentos não comprovam qualquer atividade ou trabalho desenvolvido pela empresa Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda., uma vez que se compõem unicamente de Memorandos, Ofícios, Planilhas e Tabelas elaboradas e assinadas pelos próprios servidores e autoridades da Prefeitura Municipal e da Secretaria do Tesouro Nacional. Eis que eventual acompanhamento e/ou assessoria realizados pela empresa contratada para o projeto em questão não restaram demonstrados através dos documentos fornecidos pela origem.

Os documentos anexados às fls. 3473/3576 do Anexo XVIII, por sua vez, referem-se a "levantamentos, estudos e dados elaborados pela empresa Gerencial VF Consultoria e Projetos para a montagem do Projeto do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária". Tal projeto alude à "interação das áreas tributárias com as demais áreas da administração financeira e a gestão existente" (fls. 3483/3490 do Anexo XVIII), propondo um "choque de gestão" na Área da Receita do Departamento de Finanças.

Para tanto, verificamos a elaboração da proposta do projeto, a identificação dos problemas nos setores envolvidos e a sugestão de soluções (fls. 3483/3565 do Anexo XVIII).

A nosso ver, a documentação referida comprova a execução do pretendido no item 6 do Memorando DF 606/13, de forma parcial (Elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatizações, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades). Isso porque o projeto apresentado pela contratada não menciona a data das análises situacionais e dos estudos realizados, não sendo possível atestar quando o projeto foi elaborado. Ademais, a identificação das falhas ocorre de maneira

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 109

genérica e as proposições de soluções são bastante universais, verificando-se que nem todas as ações propostas pela empresa contêm os custos estimados e os prazos para sua implantação pela prefeitura Municipal de Taubaté (fls. 3524/3565 do Anexo XVIII).

Dessa forma, apesar vigência de 12 meses da contratação e do elevado valor da assessoria, verificamos que os serviços comprovadamente prestados pela GERENCIAL VF CONSULTORIA E PROJETOS S/C LTDA. limitaram-se à elaboração parcial do Projeto do PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária (fls. 3473/3576 do Anexo XVIII), não tendo sido demonstrada a abrangência da totalidade do objeto pretendido.

05	Contrato nº:	s/nº
	Data:	28/02/2014
	Contratada:	Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda.
	Valor:	R$ 88.000,00
	Objeto:	Elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana.
	Execução/Prazo:	30 dias contados do recebimento da Ordem de Serviço
	Licitação:	Carta Convite nº 15-A/2013

A partir da documentação apresentada pela origem não foi possível atestar o cumprimento do prazo previsto no instrumento contratual. Com relação ao objeto, no entanto, constatamos regularidade na execução contratual.

06	Contrato nº:	s/nº
	Data:	25/09/2014
	Contratada:	Amabile F. Marcondes Construções-EPP
	Valor:	R$ 183.557,77
	Objeto:	Execução de cobertura de piscina no Centro de Convivência do Idoso.
	Execução/Prazo:	03 meses contados do prazo de 05 dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
	Licitação:	Tomada de Preços nº 14/2014

Tomando por base as cláusulas pactuadas, constatamos que a execução do objeto contratual pela AMABILE F. MARCONDES CONSTRUÇÕES-EPP não observou todas as recomendações constantes no Memorial Descritivo, anexo ao edital do certame (fls. 3584/3630 dos Anexos XVIII e XIX). Verificamos que a drenagem pluvial realizada no local não foi executada de acordo com o detalhamento do Memorial,

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 378

conforme relatório fotográfico de fls. 3680/3681 do Anexo XIX.

Eis que o condutor vertical que recepciona a água da chuva deveria sofrer uma curva de 90°, sendo direcionado para dentro do pilar metálico, conforme detalhamento esboçado no Memorial Descritivo (fls. 3615 do Anexo XIX). O que observamos no local foi a tubulação que se conecta à calha sendo prolongada até o chão, por fora da estrutura, com o despejo da água diretamente no solo (fls. 3681 do Anexo XIX), o que evidencia uma execução mais simples e menos onerosa do que a exigida na licitação.

Ressaltamos que no processo analisado não havia qualquer documento ou informação relativa à alteração do modo de execução da drenagem pluvial, presumindo-se que houve falha no cumprimento do objeto e na fiscalização da municipalidade.

07	Contrato nº:	s/nº
	Data:	29/08/2014
	Contratada:	Diretório Arquitetura & Urbanismo S/S
	Valor:	R$ 198.792,20
	Objeto:	Elaboração de Projetos de Arquitetura (planta de situação atual do imóvel com cortes de fachadas, combate a incêndio, sistema de proteção contra descarga atmosférica SPDA e acessibilidade) em escolas da rede municipal de ensino.
	Execução/Prazo:	120 dias
	Licitação:	Tomada de Preços nº 11/2014

Tomando por base as cláusulas pactuadas e a amostragem analisada, constatamos regularidade na execução contratual.

08	Contrato nº:	s/nº
	Data:	17/03/2014
	Contratada:	SM Treinamento e Desenvolvimento Gerencial Ltda. ME
	Valor:	R$ 37.000,00
	Objeto:	Contratação de empresa especializada para elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
	Execução/Prazo:	120 dias
	Licitação:	Pregão nº 432-A/2013

Considerando a documentação apresentada pela origem e tomando por base o processo analisado *in loco* não foi possível atestar o cumprimento do prazo ajustado entre as partes para o cumprimento da obrigação. Com relação ao

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 474

objeto, no entanto, constatamos regularidade na execução contratual.

C.2.3.1. GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

No exercício em exame não foi celebrado contrato com instituição bancária para gerenciamento da folha de pagamento dos servidores.

No entanto e para os fins em apreço, informamos vigente o contrato celebrado em 17/05/2013, pelo período de 05 (cinco) anos, com o Banco Bradesco S/A, decorrente do pregão n° 27/2013 - Processo administrativo n° 14853/13, conforme Declaração de fls. 3682 do Anexo XIX.

C.2.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO, COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

C.2.4.1. ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

No Município fiscalizado, os serviços de abastecimento e distribuição de água são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante convênio de cooperação celebrado em 03/07/2014, comp validade por 30 (trinta anos).

C.2.4.2. COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO

No Município fiscalizado, os serviços de coleta e tratamento de esgoto são realizados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, mediante convênio de cooperação celebrado em 03/07/2014, com validade por 30 (trinta anos).

C.2.4.3. COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS

Conforme documentos às fls. 3683 do Anexo XIX, o serviço de coleta é realizado pela Empresa Fortnort, mediante Concorrencia n° 05/11, cuja análise foi efetuada

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 478

no processo TC-2111/989/13 (e os aditivos nos processos TCs 5812/989/14, 5808/989/14, 5591/989/14 e 2641/989/15).

Já, a prestação dos serviços com mão de obra, transbordo, transporte e destinação final dos resíduos sólidos são realizados pelas empresas Resicontrol Soluções Ambientais Ltda. e Resitec Industriais Ltda. mediante Pregão Presencial nº 81-A/10, analisado no processo TC-44/014/11 - (não é realizado reciclagem, compostagem, reutilização ou aproveitamento energético destes resíduos) - documentos às fls. 3686/3698 do anexo XIX.

C.2.5. CONTRATOS DE PROGRAMA

01	Convênio de Cooperação nº:	0.12/2014
	Data:	03.07.2014
	Contratada:	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
	Objeto:	Implementação de ação de forma conjunta com vistas ao oferecimento universal e adequado dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental no município
	Execução/Prazo:	30 (trinta) anos

Consoante mencionado acima, em 03/07/2014 foi assinado o Convênio de Cooperação entre a Prefeitura de Taubaté e SABESP; todavia, conforme consta do documento de fls. 3699/3713 do anexo XIX, ainda não foi assinado o contrato de programa.

O ajuste inicial (convênio de cooperação) não apresentou ocorrências dignas de nota, resta, no entanto, pendente a análise da contratação propriamente dita, providências, que sugerimos, sejam tomadas pela próxima fiscalização.

A Lei 4.629, de 30 de março de 2012 autorizou o Executivo a celebrar convênio de cooperação técnica e contrato ou quaisquer outros ajustes necessários com o Estado de São Paulo, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo - Arsesp e a Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo - Sabesp.

Documentos às fls. 3699/3720 do anexo XIX.

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

PERSPECTIVA D: TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS E DEMAIS ASPECTOS

D.1. CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Realização de audiências públicas para debater as metas fiscais? (*LRF, art. 9º, § 4º*)	Sim
Realização de audiências públicas para debater o PPA, LDO e LOA? (*LRF, art. 48, parágrafo único*)	Sim
Contas disponíveis à população, ao longo do exercício? (*LRF, art. 49*)	Sim
Divulgação, na página eletrônica do Município, do PPA, LDO, LOA, balanços de exercício, parecer prévio do Tribunal de Contas, RGF e RREO ? (*LRF, art. 48*)	Sim
Publicação ou divulgação do RGF? (*LRF, arts. 55, § 2º e 63, II, "b"*)	Sim
Publicação e divulgação do RREO? (*LRF, art. 52*)	Sim
Encaminhamento à União das informações alusivas às contas do ano anterior? (*LRF, art. 51, § 414º, I*)	Sim
Divulgação dos tributos arrecadados? (*CF, art. 162*)	Sim
Publicação trimestral das receitas e despesas relativas à Educação? (*CE, art. 256*)	Sim
Realização de audiências públicas quadrimestrais da Saúde? (*LC 141/12, art. 36, § 5º*).	Sim
Publicação dos valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (*CF, art. 39, § 6º*)	Sim

Docs. às fls. 3721/3764 do Anexo XIX.

D.1.1. LIVROS E REGISTROS

Pelos testes efetuados, constatamos falhas nos registros, conforme informado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino) e B.4 (Precatórios), em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Como demonstrado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino), B.5.3.1 (Gasto com combustível) e B.6 (Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais) deste relatório, foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Tal qual o Comunicado SDG n.° 34, de 2009, as divergências apuradas denotam falha grave, eis que a Prefeitura não atende aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

D.3. PESSOAL

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.14:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Efetivos	8.026	8074	8142	4937	-116	3137
Em comissão	222	98	106	92	116	6
Total	8248	8172	8248	5029		3143
Temporários	2013		2014		Em 31.12 de 2014	
Nº de contratados	251		511		1032	

No exercício examinado, foram nomeados 45 servidores para cargos em comissão (relação às fls. 3779/3781 do Anexo XIX), sendo 03 deles para cargos que não possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF), quais sejam: Coordenador de Atividades Teatrais, Secretária do Prefeito e Coordenador de Artes Plásticas.

Às fls. 3789/3793 do Anexo XIX juntamos o quadro de cargos de provimento em comissão que compõe a estrutura administrativa do município - Anexo II da Lei Complementar nº 236/2010, verificando-se que alguns deles não mencionam a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura, aludindo apenas à "livre escolha".

Com relação às atribuições, verificamos que a LC nº 236/2010 as descreve de forma genérica[9] para todos os Cargos de Direção, Chefia, Assessoramento e Gerência. No capítulo II

[9] Art. 107. São atribuições dos titulares dos cargos de provimento em comissão exercer as ações e atividades de competência da unidade administrativa para a qual for designado e, em especial:
I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da unidade administrativa, projeto ou grupo de servidores que dirige;
II - responsabilizar-se pelo desempenho eficiente e eficaz dos trabalhos que lhes são pertinentes;
III - promover reuniões periódicas entre seus subordinados a fim de traçar diretrizes, dirimir dúvidas, ouvir sugestões e discutir assuntos de interesse do órgão;
IV - promover, por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua direção;
V - elogiar e propor à secretaria a aplicação de penalidades disciplinares dentro do âmbito de sua competência.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 378

da referida lei são designadas as competências das Secretarias, Departamentos, Assessorias, Setores e Áreas que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Taubaté, não havendo, contudo, definição específica das atividades de cada um dos cargos comissionados constantes do Quadro Anexo II.

Solicitadas as respectivas leis de criação e extinção de cargos e empregos constantes do quadro de pessoal no exercício de 2014, a Origem apresentou cópias das Leis complementares nº 340/2014, 341/2014, 342/2014, 351/2014, 241/2011, 330/2013, 332/2013, 336/2014 e 359/2014 (fls. 3795/3837 dos Anexos XIX e XX), as quais elucidam as divergências apuradas com relação ao Quadro de Pessoal de 2013, sanando, inclusive, as irregularidades relativas a alguns cargos e ao número de vagas, apontadas nos exercícios anteriores.

➢ **Férias Vencidas:**

Consoante registrado pelas fiscalizações pretéritas, verificamos extensa relação de servidores da Prefeitura Municipal de Taubaté com mais de um período de férias vencidas e não gozadas, contrariando o artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Conforme documentação apresentada às fls. 3838/3848 do Anexo XX contabilizamos 351 funcionários na situação descrita, ultrapassando, inclusive, mais de dois períodos aquisitivos vencidos, o que ofende também o art. 232 da Lei Complementar nº 01/1990[10].

Tal conduta gera ao município o risco da indenização dobrada dos valores devidos e da elevação do passivo trabalhista pela inadequada gestão dos recursos humanos.

➢ **Cessão de Servidores e Despesa de Pessoal:**

Observamos, ainda, a cessão de 41 servidores para prestação de serviços nos mais diversos órgãos públicos, conforme relação anexada às fls. 3849/3850 do Anexo XX.

A legislação municipal previu a possibilidade de

[10] Art. 232 - É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo prazo máximo de 2 (dois) períodos, atestada a necessidade pelo chefe imediato do servidor.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 880

cessão dos servidores para exercício profissional em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado de São Paulo e suas Autarquias, do Município de Taubaté e suas Autarquias, mediante solicitação e termo de convênio – art. 237 da LC nº 01/1990. Para tanto, dispôs que o ônus da remuneração do servidor seria definido no instrumento de convênio, observado o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Requerida a documentação relativa à cessão de alguns servidores escolhidos na amostragem (abaixo relacionados), foram apresentadas as Portarias de fls. 3851/3860 do Anexo XX e Termo de Convênio firmado com o Tribunal de Justiça de São Paulo (fls. 3861/3865 do Anexo XX). Com relação aos servidores cedidos para a Câmara Municipal de Taubaté e para o 2º SubAgrupamento de Incêndio, no entanto, não foram disponibilizados os Termos de Convênio firmados, verificando-se, ainda, a ausência de portaria de cessão para a servidora Glorimar de Fátima Maciel:

Pessoal Cedido a outros orgãos				
Servidor	Orgão para o qual foi cedido	Nº da Portaria	Orgão Pagador	Justificativa
Ana Flavia de Souza Morais	Vara da Familia	296/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Ana Paula Pereira de Jesus	Cartório Eleitoral	222/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Antonio Faria Guimaraes	Camara Municipal de Taubaté	1.585/14	Câmara Municipal	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Arlinda Aparecida Alberici Leal	Cartório Eleitoral	223/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Cassia Cristina Calegaretti	Vara das Execuções Criminais	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Claudemir Gomes dos Santos	Vara das Execuções Criminais	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Eliana Aparecida da Costa	Vara da Infância e da Juventude	257/12	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Erica Regina Duarte	2º Sub Agrupamento de Incêncio	706/11	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Evelin de Godoy Sampaio	Vara da Fazenda	668/13	P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90
Glorimar de Fátima Maciel	Cartório Eleitoral		P.M.T.	Art. 237, Lei Complementar 001/90

As despesas relativas a 92,68% desses funcionários foram pagas, em 2014, pela Prefeitura Municipal, e como tal integraram o gasto de pessoal da origem - folha de pagamento em mídia às fls. 3957 do Anexo XX.

Da relação de fls. 3849/3850 do Anexo XX constatamos que 30 (trinta) dos servidores cedidos ocupam o cargo de Escriturário, para o qual foram criadas 100 (cem) novas vagas através da LC nº 351/2014. No exercício de 2014 foram admitidos 18 (dezoito) escriturários temporários, conforme planilha dos SisCAA anexada às fls. 3870 do Anexo XX.

A nosso ver, a cessão de servidores efetivos para outros órgãos se contrapõe com a necessidade reiterada da Prefeitura Municipal em contratar temporariamente outros

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 880

funcionários para o mesmo cargo, para suprir a demanda de serviço.

Entendemos, s.m.j, que a cessão de servidores de um órgão para outro, se não é voltada a burlar as prescrições da LRF, caracteriza lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal.

➢ **Contratação Temporária:**

Acerca da contratação temporária, notamos que a Prefeitura vem por reiterados exercícios admitindo servidores provisórios para cargos de provimento efetivo, sem comprovar a necessidade transitória de excepcional interesse público, pressuposto constitucional desse tipo de contratação, consoante artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Relativamente ao exercício de 2014, constatamos que a LC nº 01/1990 regulamentou essas contratações no âmbito municipal. Nos termos do seu art. 71, §1º, justificavam a contratação temporária a calamidade pública ou de comoção interna; campanhas de saúde-pública; a implantação de serviço urgente e inadiável; e os afastamentos transitórios de servidores ou de sua saída do serviço público.

No referido exercício foram admitidos 162[11] temporários, sem a apresentação das justificativas para essas admissões, descaracterizando as excepcionalidades legais. Abaixo relacionamos o número de admitidos e os cargos/funções para os quais houve contratação provisória no exercício:

[11] Do total referido desconsideramos os 348 Professores temporários admitidos no exercício de 2014.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 112

Exercício	Cargo/Função	Seleção/ Concurso	Lei Autorizadora	Prazo Máximo	Número de Admitidos
2014	ARQUITETO	1	001/1990	360	1
2014	ASSISTENTE SOCIAL	2	001/1990	360	6
2014	BERÇARISTA	3	001/1990	360	1
2014	BRAÇAL	4	001/1990	360	36
2014	COZINHEIRO	5	001/1990	360	2
2014	CUIDADOR	6	001/1990	360	2
2014	DENTISTA	7	001/1990	360	2
2014	ENFERMEIRO	8	001/1990	360	2
2014	ENGENHEIRO	9	001/1990	360	4
2014	ESCRITURARIO	10	001/1990	360	18
2014	FISIOTERAPEUTA	11	001/1990	360	3
2014	FONOAUDIOLOGO	12	001/1990	360	3
2014	MEDICO	13	001/1990	360	6
2014	MEDICO ESPECIALISTA	14	001/1990	360	4
2014	MESTRE DE OBRAS	15	001/1990	360	1
2014	MONITOR DE OFICIOS	16	001/1990	360	5
2014	MOTORISTA	17	001/1990	360	4
2014	NUTRICIONISTA	18	001/1990	360	4
2014	OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO	19	001/1990	360	8
2014	ORIENTADOR SOCIAL	20	001/1990	360	14
2014	PEDREIRO	21	001/1990	360	12
2014	PINTOR	22	001/1990	360	4
2014	PSICOLOGO	26	001/1990	360	8
2014	SERVENTE	27	001/1990	360	1
2014	TECNICO DE INFORMATICA	28	001/1990	360	2
2014	TECNICO DE MANUTENÇÃO	29	001/1990	360	2
2014	TECNICO DE PROTESE DENTARIA	30	001/1990	360	3
2014	TERAPEUTA OCUPACIONAL	31	001/1990	360	3
2014	VIDRACEIRO	32	001/1990	360	1
Total					**162**

Analisando as planilhas de admissão do SisCAA, observamos que para o mesmo cargo foram admitidos servidores sob a modalidade de concurso público e Tempo Determinado, não sendo apresentada, contudo, justificativa para a contratação temporária, já que existe concurso público em andamento. Tal situação foi constatada para os cargos de Assistente Social, Braçal, Dentista, Enfermeiro, Médico Especialista, Servente e Técnico de Prótese Dentária (fls. 3871/3887 do Anexo XX).

O quadro de pessoal anexado às fls. 3765/3771 do Anexo XIX atesta que em 31/12/2014 existiam 1.032 temporários na Prefeitura Municipal de Taubaté. Elevado quantitativo evidencia que parte desses servidores permaneceram contratados, "temporariamente", por mais de um exercício, desconstruindo o pressuposto da

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

provisoriedade e afrontando o §2° do art. 71 da LC n° 01/1990[12], o qual previu o prazo máximo de 06 (seis) meses.

A nosso ver, as admissões reiteradamente realizadas pela Prefeitura sob o manto da "contratação temporária" servem para burlar o art. 37, II, da Constituição Federal, refletindo na irregularidade das contratações e ilegalidade das nomeações – falhas estas que serão analisadas nos processos específicos de admissão de pessoal.

➢ **Diárias:**

Quando da análise das diárias pagas no exercício de 2014, constatamos o desvio de função de alguns dos servidores selecionados na amostragem. Apesar de ocuparem cargos diversos, eles desempenharam a função de motorista na condução de pacientes para tratamento médico fora do município, conforme documentos anexados às fls. 3958/4002 do Anexo XX.

Destacamos a existência de cargo específico de Motorista no quadro de pessoal, bem como a contratação de temporários para o desempenho dessa função. Abaixo relacionamos exemplos da irregularidade constatada:

Servidor	Cargo Ocupado	Função designada	Datas das Viagens	Amostra às fls.
ADILSON ALVES DOS SANTOS	Servidor Temporário	Motorista	03/08, 16/08, 05 e 06/01, 06/09, 08/11, 06/12, 21/03, 04 e 05/04, 16/05, 24/05, 08/06	3958/3974 do Anexo XX
ALEXANDRE MARCHTEIM PIRES	Servidor Temporário	Motorista	19/7, 22/11, 06, 07 e 08/04, 21/06	3975/3986 do Anexo XX
BENEDITO MARTINS DE MOURA	Operador de Máquina	Motorista	12 e 13/01, 16 e 17/03, 22 e 23/06, 06 e 07/07	3987/4002 do Anexo XX

[12] Art. 71. Poderão ter acesso ao serviço público pessoas destinadas ao desempenho de funções de natureza temporária.
§1° *Omissis*
§ 2° As admissões para os cargos especificados nos incisos I a IV do parágrafo anterior, serão feitas mediante processo seletivo, simplificado, se houver tempo, observando-se prazo determinado e compatível com cada situação, de no máximo 6 (seis) meses.
§3° *Omissis*
§4° *Omissis*

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 119

O desvio de função foi também abordado no item "B.3.1.1" deste relatório, sendo realizada a respectiva glosa no ensino.

➢ **Horas Extras:**

Por fim, analisamos as relações de horas extras fornecidas pela origem e verificamos uma excessiva jornada extraordinária realizada pelos servidores municipais, ultrapassando, inclusive, os limites diários permitidos pela legislação, conforme demonstramos nos exemplos extraídos da amostra:

Servidores	Cargo	Mês de Referência	Quantidade de horas extras	Média de horas extras/dia
Alan Denis Santiago dos Santos	Motorista	jan/14	48,5	2,20
Alexandre Marchtein Pires	Servidor Temporário	jan/14	46,5	2,11
Alice Daniele Alves Barbosa	Gari	jan/14	52	2,36
Ana Lucia de Aguiar	Oficial de Administração	jan/14	89	4,05
André Luis Casarin	Motorista	jan/14	61,5	2,80
Antonio Carlos Galvão	Supervisor Técnico	jan/14	63	2,86
Asdrubal Augusto F de Nascimento	Monitor de Esportes	jan/14	63	2,86
Benedito Adriano Lopes	Oficial de Administração	jan/14	151,5	6,89
Dirceu Pestana	Braçal	jan/14	69	3,14
Guaraci de Almeida	Servidor Temporário	jan/14	80	3,64
Isac Cândido dos Santos	Servidor Temporário	jan/14	72,5	3,30
José Afonso Nascimento	Braçal	jan/14	87,5	3,98
José Claudio dos Santos	Oficial de Administração	jan/14	107,5	4,89
José Gonçalo de Melo	Servidor Temporário	jan/14	157	7,14
Rafael Tavares	Motorista	ago/14	75	3,41
Paulo Sergio Cardoso	coletor	ago/14	149	6,77
Lucia Maria de Carvalho	Servente	ago/14	70	3,18
José Adolfo Vieira	Supervisor Técnico	ago/14	70,5	3,20
Ivan Morgado	Servidor Temporário	ago/14	88	4,00
Deise Regina Mascarenhas Borges	Chefe de Divisão	ago/14	317,72	14,44
Cleovonsostenes Lopes Nascimento	Coletor	ago/14	126	5,73
André Luiz Soares	Motorista	ago/14	76	3,45
Benedito de Freitas	Chefe de Serviço	ago/14	72,5	3,30

Nos termos do art. 189 da LC nº 01/1990, o serviço extraordinário somente será permitido para atender a situações excepcionais e temporárias, desde que autorizada expressa e previamente pelo Secretário Municipal, não podendo ultrapassar 40 horas mensais. (redação dada pela Lei Complementar nº 276, de 24 de fevereiro de 2012).

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Tal, contudo, não foi a situação identificada nos demonstrativos de fls. 3888/3956 do Anexo XX (amostra exemplificativa dos meses de janeiro e agosto de 2014). O pagamento de horas extras pela Prefeitura Municipal de Taubaté vem ocorrendo de forma habitual a diversos servidores, durante meses seguidos, evidenciando a frequência com que o trabalho vem sendo realizado e, portanto, descaracterizando os pressupostos da excepcionalidade e da temporariedade que devem permear tal forma de labor.

As folhas de pagamento do exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX) demonstram que no exercício de 2014 foram pagos R$ 5.528.415,75 a título de horas extras:

Despesas com Hora extra				
Mês	Valor		Mês	Valor
Janeiro	R$	470.227,18	Julho	R$ 434.861,46
Fevereiro	R$	451.512,23	Agosto	R$ 423.562,29
Março	R$	496.231,95	Setembro	R$ 437.738,02
Abril	R$	617.028,64	Outubro	R$ 437.738,02
Maio	R$	485.446,88	Novembro	R$ 458.612,35
Junho	R$	495.700,95	Dezembro	R$ 319.755,78
TOTAL	R$	5.528.415,75		

Além disso, constatamos o pagamento dessa verba a servidores ocupantes de cargo em comissão, irregularidade pacificada nesta Corte (TC-800151/123/05, TC-800020/111/01, TC-018651/026/01, TC-800266/113/98, TC-800095/405/98 e TC-800124/177/99), pois, pela natureza de tais cargos, os vencimentos recebidos já cobrem qualquer ônus gerado pelo exercício das funções além das horas normais de trabalho.

Docs. às fls. 3779/4002 dos Anexos XIX e XX.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 122

D.4. DENÚNCIAS. REPRESENTAÇÕES. EXPEDIENTES

Acompanha o presente processo de contas anuais, o seguinte protocolado:

1) EXPEDIENTE: TC-551/026/15

INTERESSADO: Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos

ASSUNTO: Encaminha cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26

Durante a fiscalização ordinária, solicitamos da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008) nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente. Tais valores são decorrentes da Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6 efetuada pela Advocacia Geral da União na qual os citados ex Prefeitos foram responsabilizados por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Os documentos de fls. 4043/4048 do anexo XX demonstram que, apesar de ter sido mencionado o processo administrativo nº 65334/14 que estaria tratando do assunto, a Prefeitura não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento de referidos valores. Mesmo após reiterações por parte desta fiscalização, a origem sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do município.

2) PROCESSO: TC-6889/989/15

REPRESENTANTE: Salvador Soares de Melo, vereador do município de Taubaté

ASSUNTO: Comunica possíveis irregularidades no âmbito do Executivo local, no que tange ao pagamento de salários, benefícios e subsídios a servidores públicos municipais, sem observância do disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal e da LC nº 355/2014.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 122

Durante a fiscalização ordinária, solicitamos da Prefeitura Municipal as folhas de pagamento referentes ao exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX). Analisando-as, mês a mês, verificamos que sobre os valores da remuneração bruta dos servidores, são aplicados "redutores da Emenda Constitucional 41" voltados a adequar o valor líquido e limitar o pagamento de salários, benefícios e subsídios ao teto constitucional. Dessa forma, não constatamos ofensa ao disposto no artigo 37, XI da Constituição Federal.

Com relação à LC nº 355/2015, referida matéria foi tratada no item B.2.2 "b" deste relatório.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

Constatamos o não atendimento à Lei Orgânica, pois a origem não entregou documentação requisitada prejudicando sobremaneira os trabalhos da fiscalização, conforme verificado no item "D.4" deste relatório.

Constatamos o cumprimento das Instruções desta Corte, excetuando-se, todavia, a matéria tratada no processo de controle de prazos (TC-373/007/14).

Haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, em 2014, a Prefeitura descumpriu as seguintes recomendações deste Tribunal:

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 123

Exercício	Recomendações
2011	• Observância dos artigos 39, § 4°, 167, V e VI, da Constituição Federal quanto à abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa; • Realização de despesas sob regime de adiantamento mediante apresentação da documentação comprobatória adequada; • Envio de dados fidedignos ao Tribunal, em obediência ao Comunicado SDG n.° 34/09 e aos Princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64); • Observância da Lei Federal n° 8.666/93, quanto às licitações e contratos.
2012	• Aprimoramento do sistema de cobrança da dívida ativa, devendo considerar a adoção de mecanismos de cobrança extrajudicial, como protesto extrajudicial da certidão da dívida ativa, inclusão do nome do devedor em serviços de proteção ao crédito, adoção de parcelamento incentivado de créditos, entre outros. • Observância da ordem cronológica de pagamentos e, havendo relevantes razões de interesse público a ensejar a quebra, publicação prévia das justificativas da autoridade competente, nos termos do art. 5° da Lei de Licitações; • Envio de dados fidedignos ao Sistema Audesp, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1° da LRF e art. 83 da lei Federal 4.320/64), observando o Comunicado SDG 34/2009; • Averiguação da real necessidade de realização de elevado número de horas extras pelos servidores, evitando que esta excepcionalidade se torne rotineira; • Regularização do acúmulo de férias vencidas e não gozadas dos servidores, a fim de evitar o potencial fator de risco para o endividamento do Município referente ao pagamento atrasado destes direitos; • Encaminhamento a este Tribunal dos documentos exigidos pelo Sistema Audesp dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções TC-02/2008; • Atendimento às recomendações do Tribunal.

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 888

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

D.5.1. PARECERES DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Exercício	Processo	Parecer
2013	2090/026/13	~~Em trâmite~~
2012	2022/026/12	Desfavorável
2011	1433/026/11	Desfavorável com recomendações

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
Percentual aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental:	26,79%
Percentual do FUNDEB aplicado na valorização do Magistério:	70,33%
Total do FUNDEB aplicado em 2014:	100,00%
Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual aplicado na Saúde:	25,79%
Resultado da execução orçamentária: *déficit de R$18.469.598,89*	2,54%
Déficit orçamentário com amparo no superávit financeiro anterior?	NÃO
Percentual de investimentos: *(investimentos ÷ RCL)*	9,32%
Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais (Regime Especial Anual)?	SIM
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu ao limite constitucional?	SIM
Taxa da despesa de pessoal em dezembro de 2014:	56,76%
Reconduzida, em 8 meses, a despesa de pessoal ao específico limite da LRF?	SIM

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no artigo 24 da LC nº 709/93, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes falhas:

A.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - o Plano de Mobilidade Urbana do município de Taubaté não atende todos os requisitos dispostos no artigo 24 da Lei 12.587/12.

A.2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL – ainda não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações; no site da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses a entidade do terceiro setor.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – descumprimento dos limites previstos nos artigos 7° e 8° da Lei Orçamentária Anual (Lei n° 4.835/2013); classificação inadequada dos créditos suplementares do exercício e abertura mediante decretos executivos e portarias com fundamento na LOA, em descumprimento ao inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal; ausência da identificação de fonte de recursos utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, em discordância com o disposto no art. 43, caput, da Lei n° 4.320/64; insuficiente planejamento orçamentário, por parte da Prefeitura, em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1°, § 1°, da Lei Complementar n° 101/2000; programas e ações governamentais executados insuficientemente e justificados inadequadamente, em discordância com o princípio da transparência na gestão fiscal (art. 1°, §1°, da LRF).

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL – resultado econômico 62,69% inferior ao do exercício anterior.

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO – descumprimento dos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64), com existência de ocultação de passivo; divergência entre os valores da dívida flutuante constantes no demonstrativo da Prefeitura e no do Sistema Audesp, em descumprimento ao artigo 1°, §1°, da LRF; divergência na fórmula de cálculo de restos a pagar processados e não processados, em discordância com as normas vigentes para elaboração do demonstrativo.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO – aumento da dívida consolidada em 29,56% em relação ao exercício anterior; escrituração de dívida de 2010 evidenciada no balanço patrimonial apenas em 2014, constituindo-se ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64); pagamento insuficiente de dívida com a SABESP em 2014.

B.1.5.1. RENÚNCIA DE RECEITAS – efetivação de irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Fiscal.

B.1.6 – DÍVIDA ATIVA - divergência do saldo da dívida ativa de 2014 informado ao Sistema Audesp, no Balanço patrimonial da Prefeitura e o do Setor responsável, elevado valor de prescrição de dívida ativa evidenciando que a Prefeitura não tem efetuado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa; a Prefeitura está inscrita no seu próprio rol de devedores da dívida ativa; elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas incrições e controle de lançamentos; os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida; as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não refletem a realidade do setor, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1°, § 1°, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64).

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL - despesa de pessoal em percentual superior ao limite estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal; pagamento de R$4.883.827,61 a título de despesa de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU, como tentativa de burlar o limite previsto na LRF; estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal e em descumprimento ao previsto no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como ao pressuposto da transparência constante no art. 1°, §1°, desta lei, e aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência dispostos no art. 37 da Carta Maior.

B.3.1. ENSINO - divergência no valor de receita de impostos base para a aplicação de ensino apurada pela Prefeitura e pelo Sistema Audesp; receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB contabilizadas incorretamente, descumprindo o princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.° 4.320/64); empenho de despesas impróprias com recursos do ensino; ausência de lei para instituição do Plano Municipal de Educação; inexistência de plano de carreira e remuneração do magistério; descumprimento das atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

e do Conselho de Alimentação Escolar; não atingimento das notas previstas no IDEB.

B.3.2. SAÚDE - despesas impróprias empenhadas com recursos vinculados à saúde; falhas no planejamento das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", mais especificamente no tocante ao combate à dengue, em descumprimento do §1° do artigo 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA – O Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

B.4.1.1 REGIME ESPECIAL ANUAL - Divergência entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela origem e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna a importância efetivamente devida e paga pelo município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (art. 1°, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (art. 83 da Lei n.° 4.320, de 1964); ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça através de Depósito Judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei n° 4.320/64; pagamento de requisitório de baixa monta em exercício diverso de sua incidência.

B.5.3. DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE - falhas nos processos de adiantamento que tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, dispostos no art. 37, caput, da Constituição Federal; convênios firmados entre a Prefeitura e a UNITAU com operacionalização transferida à FUST e cobrança de taxa de administração pela UNITAU, ausência de metas objetivas no termo de convênio, falta de autorização para aplicação de recursos no exercício seguinte, prestação de contas sem comprovação documental dos gastos evidenciados no demonstrativo integral de receitas e despesas, sem demonstrações financeiras da entidade conveniada e sem extratos bancários emitidos pelo banco e conciliação bancária de dezembro de 2014; ausência de identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo; pagamento de despesas

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 129

de pessoal por meio dos convênios, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no art. 169, caput, da CF e estabelecido no art. 20, III, da LRF; falta de fiscalização adequada dos recursos repassados e da execução do convênio por parte da Prefeitura; descumprimento dos princípios da moralidade e eficiência, constantes no art. 37, caput, da Constituição Federal, bem como do princípio da transparência na gestão fiscal, disposto no art. 1°, §1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

B.5.3.1. GASTO COM COMBUSTÍVEL - divergência entre o valor informado pela Prefeitura e o apurado pelo Sistema Audesp.

B.6. TESOURARIA. ALMOXARIFADO. BENS PATRIMONIAIS - quanto ao setor de tesouraria, divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

B.8. ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS - Não atendimento à Ordem Cronológica de Pagamentos e ausência de publicação das justificativas cabíveis, em afronta ao artigo 5° da Lei n° 8.666/93.

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO - Falhas no planejamento da Administração quando da elaboração e realização dos procedimentos licitatórios que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e gasto de dinheiro público; restrição à ampla competitividade, em ofensa ao art. 22, §6° da Lei de Licitações; falha na precisão do objeto a ser licitado, dificultando a verificação da adequada execução contratual, além da possibilidade de restringir a participação no certame; terceirização de atividades precípuas da administração, resultando na terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório; ausência de comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas licitantes, em afronta ao art. 38, II, da Lei n° 8.666/1993; formalização de contrato em dissonância com as previsões do edital do certame, contrariando o art. 3° da Lei n° 8.666/1993 e ofendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório; vícios inerentes às justificativas e ao processamento das Dispensas e Inexigibilidades, em ofensa ao art. 26, *caput*, e parágrafo único da Lei n° 8.666/1993; instauração de sindicância para apuração de responsabilidade funcional

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 899

dentro dos autos do processo de inexigibilidade; falhas na contratação de profissional do setor artístico, decorrentes da ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo, em ofensa ao art. 25, III, da Lei nº 8.666/1993, e da falta de justificativa do preço praticado, contrariando o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993; ausência de publicação dos atos referentes às dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial, contrariando o art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

C.2. CONTRATOS – Não foi realizada a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), nos termos do Comunicado SDG nº 44, de 2013.

C.2.2. CONTRATOS EXAMINADOS *IN LOCO* – Ausência de publicação dos extratos de contrato e dos Termos Aditivos na imprensa oficial, contrariando a disposição constante no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993; ausência de aplicação das sanções cabíveis em decorrência da inexecução parcial dos contratos firmados; realização de sucessivas prorrogações de prazo para conclusão dos serviços contratados, evidenciando que os prazos estabelecidos pela origem não se mostraram suficientes para a execução dos objetos; falhas na fiscalização das execuções contratuais.

C.2.2. EXECUÇÃO CONTRATUAL - irregularidades na execução contratual relativas à construção em desacordo com o projeto arquitetônico, a falhas no acompanhamento pela fiscalização municipal, à ausência de comprovação do cumprimento dos prazos ajustados para a conclusão das obras/serviços e a serviços inadequados recebidos pela Administração.

D.1.1. LIVROS E REGISTROS - falhas nos registros da dívida de curto prazo, das despesas de pessoal, dos recursos vinculados ao ensino e dos precatórios, em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64).

D.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP - não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n.º 4.320/64).

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 129

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – UR.7

D.3.1. QUADRO DE PESSOAL - Cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, de chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF) e sem a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura; número elevado de servidores com mais de um período de férias vencidas e não gozadas; cessão de servidores da Prefeitura para os mais diversos órgãos, caracterizando lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no "caput" do artigo 37 da Constituição Federal e ofensa ao inciso II do mesmo artigo; excessivas e reiteradas contratações temporárias sem a demonstração da necessidade provisória de excepcional interesse público, em afronta ao art. 37, II e IX, da Constituição Federal; servidores em desvio de função; pagamento excessivo de jornada extraordinária, realizada em quantidades que ultrapassam os limites diários permitidos pela legislação.

D.5. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL - descumprimento das recomendações desta Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-7.2, em 27 de outubro de 2015.

CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
Agente da Fiscalização Financeira Chefe

EMMANUELLE CHRISTINNE FONSECA DE PAIVA NERY
Agente da Fiscalização Financeira

LUANA MENDES MARTINI ALMEIDA
Agente da Fiscalização Financeira

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

PROCESSO Nº.:	**TC-563/026/14**
ÓRGÃO:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**
ASSUNTO:	**CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2014**
PREFEITO:	**SR. JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**
CONSELHEIRO:	**DR. SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**
INSTRUÇÃO:	**UR-7 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / DSF-II**

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,

Tratam os presentes autos das Contas Anuais do Exercício de 2014 da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**

De acordo com as orientações da Casa, os exames efetuados, ainda que por amostragem, concentraram-se com maiores aplicações nas matérias relativas ao exercício financeiro e à execução do orçamento, bem como ao atendimento das exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00, sem, contudo, descuidarmos dos demais itens que, por praxe, fazem parte da rotina fiscalizadora.

Após as análises levadas a efeito "in loco" no referido órgão, a Equipe de Fiscalização Financeira elaborou o respectivo Relatório constante de fls. 16 a 131, com o qual, também, coloco-me de acordo, **destacando falhas em praticamente todos os itens do laudo, o que a meu ver, traduz clara falta de planejamento nas ações do órgão.**

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 132

O Executivo cumpriu os limites Constitucionais quanto à Educação e à Saúde, porém, desatendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram observados inúmeros desacertos na contabilização dos valores referentes aos créditos suplementares abertos, nos restos a pagar, dívida ativa, nas receitas, ensino, saúde e precatórios. Aumento nas dívidas de curto e longo prazo. Falhas nos procedimentos licitatórios, nos contratos e principalmente, no item relacionado a Pessoal.

As irregularidades encontram-se sintetizadas às fls. 125 a 131.

Os últimos três exercícios apreciados por esta Egrégia Corte **(2010, 2011 e 2012),** receberam **"Parecer Desfavorável"**.

Por fim, o Responsável pelas contas em exame tomou conhecimento da realização da inspeção "in loco", sendo devidamente notificado de que todos os despachos e decisões exaradas neste feito serão publicados no "D.O.E.", em conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar n°. 709/93. (doc. às fls. 04).

É o que submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência.

GDUR-7, em 28 de outubro de 2015.

CLAUDIA DE OLIVEIRA SANTOS PUCCINELLI ALVES
Diretora Técnica de Divisão da UR-7
São José dos Campos

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 133

Processo: TC-000563/026/14
Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Responsável: Jose Bernardo Ortiz Monteiro Junior, Prefeito (período de 01/01/2014 a 31/12/2014).
Assunto: Prestação de contas da administração financeira e orçamentária relativas ao exercício de 2014.

Vistos.

Diante das considerações e dos dados de fato constantes do relatório da Fiscalização de fls.18/131, assino ao Responsável, nos termos do artigo 29 da Lei Complementar estadual n. 709/93 e dos artigos 194 e 49, inciso VII, do Regimento Interno desta Corte, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresente as alegações pertinentes.

Autorizo a retirada de cópia do relatório na Unidade Regional de São José dos Campos - UR-7, ficando os autos disponíveis para vista e extração de cópias no Cartório.

Publique-se.

Transcorrido o prazo à ATJ e ao Ministério Público de Contas para suas manifestações.

GCSEB., em 09 de novembro de 2015.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

PUBLICADO NO DOE
DE 17/11/15
Cartório
Dr. Sidney Estanislau Beraldo

iz

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



Termo de juntada.
Nesta data, juntamos os documentos
fls. 135 a 137
CSEB, em 03 / 12 / 15

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 100

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Francisco Antonio Miranda Rodriguez
Marcelo Palavéri
Flávia Maria Palavéri
Janaina de Souza Cantarelli
Natacha Antonieta Bonvini Medeiros
Adriana Albertino Rodrigues
Ana Maria Roncaglia Iwasaki
Marcelo Miranda Araújo
Fabiana Balbino Vieira
Yuri Marcel Soares Oota

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO TC – 563/026/14.

TCESP - SEDE
TC - 42072/026/15
02/12/2015 - 16:12
5071-7390-5112-0102

Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, por sua advogada que esta subscreve (instrumento de mandato em anexo), vem respeitosamente à presença de V. Exa., requerer a prorrogação do prazo concedido para a apresentação das justificativas nos autos do processo em epígrafe, pelos fatos e motivos expostos a seguir:

Cuidam os presentes autos das contas do Município de Taubaté, referentes ao exercício de 2014.

Em 17 de novembro do corrente exercício, foi publicado despacho notificando o responsável para a apresentação das alegações de interesse, no prazo de 15 (quinze) dias.

Identificador: 310031003500380038003A00540052004100 Conferência em http://www.splontine.com.br/cama@taubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Após tomar vista dos autos, o ora requerente imediatamente determinou a realização das diligências necessárias para esclarecer todas as eventuais impropriedades apontadas pela equipe de auditoria dessa C. Corte.

No entanto, apesar da defesa encontrar-se praticamente concluída, restam ainda algumas informações faltantes, o que acabou por impedir que o ora requerente levasse a defesa completa, no prazo determinado por esse E. Tribunal.

Nesse passo, com o envio da documentação restante, o ora Requerente estará com a Defesa concluída para levar ao conhecimento e análise dessa Colenda Corte de Contas, sendo para tanto, necessária a concessão de uma nova prorrogação de prazo.

Diante do exposto, requer seja concedida a prorrogação de prazo ***por mais 30 (trinta) dias*** contados da publicação do deferimento do presente pedido.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 02 de dezembro de 2015.

FLÁVIA MARIA PALAVÉRI
OAB/SP Nº 137.889

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 902

137

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, o Sr. **JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, nomeia e constitui como procuradores os Advogados Marcelo Palavéri, Flávia Maria Palavéri, Clayton Machado Valério da Silva, Leandro da Rocha Bueno inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, sob os números inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, sob os números 114.164, 137.889, 212.125 e 214.932 respectivamente, os estudantes de direito Amanda Oliveira da Silva, portadora do RG nº 47.486.273-2, Thaís Krempel portadora do RG nº 36.735.718-5, Olga Amélia Gonzaga Vieira portadora do RG MG nº 16.816.458, Pedro Cabral Falcão portador do RG nº 38007612 SSP/SP, Guilherme Panachão Palma portador do RG nº 38.072.384-0, Diego Xavier Delfino portador do RG nº 39.307.051-7, Daniele Lima Gomes portadora do RG nº 59.013.597-1 e Monise Vicentini de Alencar portadora do RG nº 37.914.506-6, conferindo-lhes amplos poderes, inclusive os da cláusula "ad judicia", para o fim de acompanhar e especialmente para promover todos os atos de defesa, tomar vistas e extrair cópias xerográficas dos autos do processo **TC – 563/026/14**, que se encontra em trâmite perante o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, podendo praticar todos os atos necessários ao desempenho do presente mandato, ficando facultado o substabelecimento.

Taubaté, 26 de novembro de 2015.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR
Prefeito

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 139

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

PROCESSO - TC Nº: 563/026/14

1. NOME: Elaine Kelly dos Santos
2. CPF 328.692.298-60 RG: 23.208.444-0
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.:
5. ENDEREÇO: Rua Tabatinguera Nº: 140
6. CIDADE: São Paulo CEP: 01020-901
7. TELEFONE/RAMAL: (11) 3111-7535 EMAIL:

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS.* ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSÓRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE COPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 08 / 12 / 2015

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 08/12/15

FUNCIONARIO DO CARTORIO

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ROCHA MACHADO

sociedade de advogados

139

AUTORIZAÇÃO

CLAYTON MACHADO VALÉRIO DA SILVA, pelos poderes que lhe foram conferidos pela Sr. **JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR**, Prefeita do Município de Taubaté, **AUTORIZA** a Srta. **ELAINE KELLY DOS SANTOS**, RG 23.208.444-0 e CPF nº 328.692.298-60, a obter vistas e extrair cópias, por quaisquer meios, do processo TC 563/026/14, em trâmite perante o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Paulo, 07 de DEZEMBRO de 2015.

CLAYTON MACHADO VALÉRIO DA SILVA

OAB/SP Nº 212.125

Rua Tabatinguera, 140, salas 1608/1609 - Edifício Roger Zmekhol, Centro, São Paulo | Cep: 01.020-901

Identificador: 310031003500330032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

140



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ELAINE KELLY DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
23208444 SSP/SP

CPF
328.692.298-60

DATA NASCIMENTO
28/12/1986

FILIAÇÃO
GILBERTO DOS SANTOS
MARIA APARECIDA RAIMUN DO DOS SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06200672235

VALIDADE
18/03/2018

1ª HABILITAÇÃO
10/10/2014

OBSERVAÇÕES

Elaine Kelly dos Santos
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
13/11/2015

Daniel Annenberg
Daniel Annenberg Diretor-Presidente do Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR

02977955384
SP733736637

DETRAN-SP (SÃO PAULO)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
PROIBIDO PLASTIFICAR
11863287 25

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 140

141

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. ~~138~~ 141

Processo: TC-000563/026/14.
Expediente: TC-042072/026/15.
Interessada: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo formulado pela interessada, através de seu Prefeito, Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior.
Advogados: Dra. Flávia Maria Palavéri, OAB/SP n.137.889, e outros.

De ordem do Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo defere-se o pedido de prorrogação de fls.135/136 pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação.

Publique-se.

GCSEB., em 4 de dezembro de 2015.

Marília Saraiva Campos
Assessora-Técnica Procuradora

mfmo

PUBLICADO NO D.O.E. DE 15/12/15
Cartório Dr. Sidney Estanislau Beraldo

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 142

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

PROCESSO - TC Nº: 563/026/14

1. NOME: PEDRO CABRAL FALCÃO
2. CPF 408056308-64 RG: 38007612-3
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.: 137
5. ENDEREÇO: RUA AUGUSTA 257 Nº:
6. CIDADE: SÃO PAULO CEP:
7. TELEFONE/RAMAL: 11 32574512 EMAIL: P.FALCAO@ME.COM

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS.* ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSÓRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA
ANEXO	146 148		

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 11 / 12 / 15

PEDRO

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 11 / 12 / 15

FUNCIONARIO DO CARTORIO

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

143



Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Termo de juntada.
Nesta data, juntamos os documentos de
fls. 144 a 247.
C.SEB, em 02/02/16
Cidália

Segue 13 Anexos
referente ao
Exp - 004153/026/16

Identificador: 3100340035003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

FRANCISCO ANTONIO MIRANDA RODRIGUEZ
MARCELO PALAVÉRI
FLÁVIA MARIA PALAVÉRI
JANAINA DE SOUZA CANTARELLI
NATACHA ANTONIETA BONVINI MEDEIROS
YURI MARCEL SOARES OOTA

ADRIANA ALBERTINO RODRIGUES
ANA MARIA RONCAGLIA IWASAKI
MARCELO MIRANDA ARAÚJO

FABIANA BALBINO VIEIRA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO TC – 563/026/14.

TCESP - SEDE
TC - 4153/026/16
01/02/2016 - 16:42
5071-7778-5912-5810

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JÚNIOR, Prefeito do Município de Taubaté, neste Estado, por seus advogados que esta subscrevem (instrumento de mandato já anexado aos autos, vem à respeitável presença de Vossa Excelência, a fim de apresentar as **JUSTIFICATIVAS** pertinentes em face do contido no relatório de inspeção *"in loco"* elaborado pela d. auditoria dessa C. Corte, fazendo-o com fulcro no previsto pela Lei Complementar nº 709/93, bem como nas razões de fato e de direito a seguir elencados:

Cuidam os autos do processo em exame das Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté, cuja fiscalização realizada pela d. auditoria dessa

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Colenda Corte revelou a ocorrência de eventuais impropriedades nos atos praticados pelo Poder Executivo.

Todavia, conforme restará amplamente demonstrado, as eventuais falhas apontadas pela equipe de fiscalização não possuem o condão de macular todo o exercício econômico-financeiro de 2014 deste Poder Executivo, já que se tratam de meras impropriedades de caráter absolutamente formal.

O que se verificará ao final é que a Prefeitura Municipal de Taubaté, de maneira exemplar, promoveu a aplicação dos percentuais vetores da Administração Pública, dando atendimento aos mandamentos constitucionais e legais que regem os atos praticados pelo Poder Executivo, pois além do atendimento aos índices vetores da Administração Pública, houve respeito ao princípio da gestão fiscal equilibrada, em respeito ao contido no §1°, do artigo 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo, com isso, as necessidades dos munícipes com a prestação de serviços eficientes.

Ao analisar o relatório da d. auditoria, verifica-se que este Executivo Municipal atendeu aos principais pontos das contas tidos como cruciais à Administração Pública. Vejamos:

Prefeitura Municipal de Taubaté	**2014**
Percentual Aplicado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental	26,79%
Percentual do FUNDEB Aplicado na Valorização do Magistério	70,33%
Total do FUNDEB aplicado em 2014	100%
A parcela residual (até 5%) foi aplicada até março do exercício subsequente?	Prejudicado
Percentual Aplicado na SAÚDE	25,79%
Efetuados os Recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	SIM
Efetuados os Recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social?	SIM
Foi suficiente o pagamento de precatórios judiciais?	SIM
Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
O repasse à Câmara de Vereadores atendeu o limite constitucional?	SIM

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camara/autenticidade

Como se vê, Excelência, os pontos tidos como cruciais na Administração do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté, encontram-se em posicionamento bastante favorável, motivo pelo qual poderá esta Colenda Corte emitir parecer favorável à de aprovação das Contas Anuais em apreço.

Diante dessa visão global, conclui-se, já de início, que as únicas observações tecidas pela atenta auditoria, se referem a questões eminentemente formais, passíveis de relevamento, com emissão das recomendações eventualmente pertinentes.

Dessa forma, a seguir analisaremos, separadamente, os pontos considerados irregulares pelos d. agentes de fiscalização financeira, conforme relatório de inspeção "*in loco*". Vejamos:

A.1 – PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Neste primeiro tópico, a fiscalização verificou o atendimento de quase todas as obrigações legais, conforme quadro de fls. 19:

Verificações		
1	Na amostra, a LDO estabelece, por ações de governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
2	A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira? (Art. 4º, I, "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal)?	SIM
3	A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "f" da LRF)?	SIM
4	A LOA autoriza a abertura de créditos suplementares em percentual superior a 20%?	NÃO
5	A LOA decompõe-se até o elemento de despesa, atendendo ao art. 15 da Lei 4.320/64?	SIM
6	Há dotação orçamentária para atenção prioritária à criança e ao adolescente? (Art. 227, caput, da CF e art. 4º, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d" da Lei Federal nº 8.069/90)	SIM

Identificador: 3100340038003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

7	O Município editou o Plano de Saneamento Básico? (Art. 11, 17 e 19 da Lei Federal nº 11.445/07)	SIM
8	O Município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos? (Lei Federal nº 12.305/10, art. 18)	SIM
9	Com população superior a 20 mil habitantes, o Município já editou Plano de Mobilidade Urbana? (lei nº 12.587/12, art. 24, § 3º)	SIM

Tais acertos, certamente, devem contribuir para formação de juízo favorável quanto a aprovação das Contas Anuais de 2014 da Prefeitura de Taubaté.

O único apontamento dos agentes de fiscalização nesse tópico diz respeito ao Plano de Mobilidade Urbana que em seus dizeres, não atende a todos os requisitos dispostos no artigo 24 da Lei 12.58712.

No que se refere ao referido plano, conforme documentação em anexo (**DOC. 01**) a Secretaria de Mobilidade Urbana está regularizando a questão, tendo a licitação com a definição dos locais de estacionamento públicos sido concluída em julho de 2015, havendo regulamentação através de Decreto das áreas e horários de acesso e circulação restrita ou controlada.

Finalmente, estamos anexando também **(DOC. 01, NOVAMENTE)** cronograma para avaliação e revisão do Plano de mobilidade urbana, com prazo de 06 anos.

Não há, portanto, qualquer falha que comprometa o resultado positivo das Contas Anuais em exame, posto que todas as exigências legais foram devidamente cumpridas.

A.2 – A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DE TRANSPARÊNCIA FISCAL:

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse item específico, anotaram os agentes de fiscalização que *"ainda não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações; no site da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses a entidades do terceiro setor."*

Com a devida vênia dessa anotação temos a esclarecer que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) está devidamente implantado, com atendimento ao público por funcionário municipal que atua junto ao protocolo, no prédio central da Prefeitura Municipal de Taubaté, conforme demonstra a foto em anexo **(DOC. 02).**

Além disso, há também o atendimento digital aos cidadãos pelo site www.taubate.sp.gov.br através do link "VOCÊ PEDE A INFORMAÇÃO E O SIC ENTREGA", ou pelo e-mail; e-mail sic@taubate.sp.gov.br.

No tocante as informações relativas ao repasse a entidades do terceiro setor as informações podem ser obtidas consultando o Portal da Prefeitura Municipal de Taubaté, no link: "Acesso à informação – despesas – terceiro setor", conforme atestam as imagens da tela anexada como **DOC. 03.**

B.1.1 – RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

No Plano da Execução Orçamentária, após ajustes no Balanço Orçamentário, a fiscalização acusou déficit de R$ 18.469.598,89 (2,54%), atribuindo tal resultado à superestimativa de receita, visto que a previsão superou em 14,24% a efetiva arrecadação. Observou, outrossim, que a economia de despesa, da ordem de 7,90%, foi capaz de absorver apenas parte do déficit de arrecadação e, doutra sorte, se as despesas realizadas não fossem inferiores às previstas, a execução orçamentária seria ainda mais deficitária.

Em relação a execução orçamentária do exercício de 2014, como será comprovando adiante, não houve nenhum desajuste fiscal capaz de impedir o atendimento

Identificador: 310034003800330032003A00540052004100 Conferência em http://adw.tjsponline.com.br/camarataubate/autenticidade

do princípio da gestão fiscal equilibrada, tendo o Poder Executivo de Taubaté atendido à risca o princípio da gestão fiscal equilibrada.

Neste sentido, a defesa dos atos praticados pelo gestor público se divide em dois áspectos principais:

Primeiro, será demonstrado que a Prefeitura de Taubaté possuía SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013, capaz de acobertar a integralidade do déficit orçamentário apontado pela equipe de fiscalização.

Segundo, restará demonstrando que o déficit orçamentário apurado pela d. auditoria está viciado pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme já definiu o repertório jurisprudencial desse Sodalício, devem ser extirpados da apuração do resultado orçamentário da Administração Direta.

Antes, porém, convém chamar a atenção dessa Corte de Contas para o fato de que o déficit orçamentário apurado no final de 2014, ao contrário do que propõe a d. fiscalização, não decorreu de desastre na gestão das peças contábeis, já que tal resultado foi compatibilizado com as ações e programas de governos mantidos em favor dos administrados.

Nas fls. 22 do relatório de inspeção *in loco*, consta quadro demonstrativo da execução orçamentária de 2014, apontando déficit de arrecadação no valor de R$ 120.696.293,10 e uma economia orçamentária de R$ 63.881.827,13, gerando um déficit de R$ 18.469.598,89, como resultado final da execução orçamentária.

O déficit de arrecadação, apurado no quadro de fls. 22, no montante de 14,24%, ou seja, R$ 120.696.293,10, derivou, em parte, de receita prevista e não realizada devido a não apreciação, pela Câmara de Vereadores, do projeto de lei da nova Planta Genérica de Valores do Município, encaminhado no final do exercício de 2013 e, por decorrência, a não realização de receitas estimadas em mais de R$ 52.000.000.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100-Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Também não deve ser esquecido o desaquecimento da economia nacional, já manifesto no exercício de 2014, condicionando negativamente o pagamento de impostos municipais.

O déficit da execução orçamentária, conforme o quadro demonstrativo de fls. 22, decorre de sua elaboração estar lastreado em despesas empenhadas e não despesas liquidadas. Despesas empenhadas não são, necessariamente, despesas realizadas, por variados motivos. Despesas empenhadas têm uma avaliação "pior", em relação a despesas liquidadas.

Por outro lado, houve a necessidade de elaboração de um novo quadro, dado a omissão de valores **(DOCUMENTO Nº 04)**.

Na coluna "Fixação Final" não foi registrada a rubrica *"Transferência Financeira à Administração Indireta"*, que representa a transferência de valores da Prefeitura ao Instituto de Previdência do Município de Taubaté para cobertura de diferenças dos encargos devidos e a pagar, conforme o inciso I, do art. 1º da Lei Municipal nº 3372/2000 **(DOCUMENTO Nº 05)**, no valor de R$ 883.044,00 (como registra o Demonstrativo Analítico da Previsão das Transferências Financeiras da LOA 2014 **(DOCUMENTO Nº 06)**, com reflexo no Resultado Total das Despesas, que passou a ser de R$ 810.000.000,00, produzindo, como resultado, um déficit orçamentário de 2,54%.

Observa-se, pelo até aqui exposto, que o "falso" déficit orçamentário – já que composto por empenhos não processados – não decorreu de má gestão das peças contábeis, mas sim de fatores que fogem do controle do gestor público, fato que, por si só, permite a conclusão de que não houve em 2014 nenhum desajuste fiscal capaz de comprometer a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Município de Taubaté.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Em que pese, vejamos os dois aspectos suscitados anteriormente, os quais permitem a constatação de que em 2014 foi atendido o princípio da gestão fiscal equilibrada.

Superávit Financeiro do Exercício de 2013:

Ao contrário do apurado pela fiscalização, a Prefeitura do Município de Taubaté encerrou o exercício de 2013 com SUPERÁVIT FINANCEIRO DE R$ 34.760.636,53.

Nas fls. 29 do relatório de inspeção *in loco*, a auditoria reproduz o resultado financeiro e 2013 negativo na monta de R$ 9.065.005,53 e na sequência anota que *"Os dados de 2013 foram extraídos do relatório de contas de tal exercício (TC 2090/026/13)."*

Ocorre, Excelência, que os dados apurados no relatório das Contas Anuais de 2013 estão incorretos e não podem ser acatados pela Corte de Contas.

Muito embora o Parecer das Contas Anuais de 2013 tenha acatado o resultado financeiro negativo (- R$ 9.065.005,53), será demonstrado naqueles autos (TC 2090/026/13), através de Pedido de Reexame, que o **RESULTADO FINANCEIRO DE 2013 É SUPERAVITÁRIO NA QUANTIA DE R$ 34.760.636,53.**

Parecer Favorável ao reconhecedor - 1ª Câmara - 24/11/15

A consulta ao Balanço Patrimonial de 2013 aponta que ocorreu um **superávit financeiro da ordem de R$ 34.760.636,53 (trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos)**, resultante da comparação do Ativo Financeiro (R$ 120.230.288,22) com o Passivo Financeiro (R$ 85.469.651,69), o que segue comprovado através do **DOCUMENTO Nº 07.**

Identificador: 3100310038003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

O Resultado Financeiro Negativo de R$ 9.065.005,53, decorreu de erro de análise da equipe de auditoria responsável pela fiscalização das Contas Anuais de 2013.

Vejamos o apontado em 2013:

> *"Constatamos que a Prefeitura Municipal de Taubaté contabilizou erroneamente o valor relativo às inscrições de restos a pagar não processados, de R$ - 43.825.642,06. O órgão utilizou indevidamente a conta 6.3.1.7.0.00.00, quando o correto, de acordo com o previsto no documento Anexo III – Roteiros Contábeis Essenciais (Evento PCM13 – 23), seria a utilização da conta 6.3.1.1.0.00.00, utilizada pelo Sistema Audesp para apuração do resultado financeiro.*
>
> *Assim, temos que o passivo financeiro apurado pela origem e pelo Sistema Audesp em 2013, no montante de R$ 85.469.651,69, não reflete a realidade do órgão, pois deve compor este valor também as inscrições de restos a pagar não processados, no valor de R$ 43.825.642,06, majorando o passivo financeiro para R$ 129.295.293,75 (balanço patrimonial às fls. 172.174 e 182/184 do anexo I). Por conseguinte, o valor do resultado financeiro apurado no balanço patrimonial em 2013, de R$ 34.760.636,53, também não demonstra a realidade, uma vez que deixou de considerar o montante inscrito em restos a pagar não processados.*
>
> *Portanto, depois de realizados os devidos ajustes pela fiscalização (acréscimo de R$ 43.825.642,06 ao passivo financeiro), chega-se a um resultado financeiro deficitário em R$ 9.065.005,53, o que evidencia a realidade da origem, conforme apresentado na tabela acima " (fls. 58 do relatório das Contas de 2013 da PM de Taubaté – TC 2090/026/13).*

Está totalmente equivocada a metodologia de cálculo adotada pela fiscalização, posto que **mesmo tendo a Prefeitura de Taubaté contabilizado os restos a pagar não processados na conta 6.3.1.7.0.00.00, o saldo de tais valores (restos a pagar não**

Identificador: 3100340035003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

processados), no montante de R$ 43.825.642,06, não deixou de compor o passivo financeiro.

Ao sugerir a inclusão do saldo de restos a pagar não processados no passivo financeiro de 2013, a auditoria contabilizou em duplicidade o valor de R$ 43.825.642,06, já que este montante foi já compunha o passivo financeiro de R$ 85.469.651,69.

Para melhor compreensão, cumpre verificar a composição do passivo financeiro constante do balanço patrimonial de 2013 na quantia de **R$ 85.469.651,69**:

2.1.1.1.1.01.06.00	G	F	AGENTES POLITICOS	12.154,76
2.1.1.1.1.02.01.00	G	F	SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEF. DE EXERCÍCIOS	2.396.742,65
2.1.1.1.1.03.02.00	G	F	PRECATÓRIOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.601,68
2.1.1.1.1.03.03.00	G	F	PRECATÓRIOS DE PESSOAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.693,34
2.1.1.4.2.04.01.00	I	F	CONTRIBUIÇÃO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA	3.456.935,07
2.1.1.4.3.01.01.00	U	F	INSS - CONTR. S/ SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	1.000.536,82
2.1.1.4.3.01.03.00	U	F	INSS - CONTRIB. S/ SERV. DE TERCEIROS	26.651,50
2.1.1.4.3.06.00.00	U	F	FGTS	474.140,94
2.1.1.4.5.00.00.00	M	F	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - MUNICIPIO	817.978,64
2.1.3.1.1.02.00.00	G	F	FORNECEDORES DE EXERCICIOS ANTERIORES	18.304.300,35
2.1.3.1.1.05.03.00	G	F	CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS - DE EXERC.	338.506,63
2.1.8.8.1.01.02.00	G	F	INSS	933.535,08
2.1.8.8.1.01.03.00	G	F	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	1.508.142,22
2.1.8.8.1.01.08.00	G	F	ISS	3.843,03
2.1.8.8.1.01.10.000	G	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	105.750,24
2.1.8.8.1.01.13.00	G	F	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRES. DE CLASSES	25.933,26
2.1.8.8.1.01.14.00	G	F	RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	142.467,06
2.1.8.8.1.01.15.00	G	F	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.540.896,62
2.1.8.8.1.01.99.00	G	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	8.457.461,25
2.1.8.8.1.03.01.00	G	F	DEPÓSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	5.547,07
2.1.8.8.1.04.01.00	G	F	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	307.208,43
2.1.8.9.1.03.00.00	G	F	SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	149,00
2.1.8.9.1.04.99.00	G	F	OUTRAS ENTIDADES CREDORAS	427.828,42
2.1.8.9.1.99.02.00	G	F	OUTRAS OBRIGAÇÕES DE EXERC. ANTERIORES	460.976,28
6.3.1.1.0.00.00.00		F	RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	888.029,29
6.3.1.7.0.00.00.00		F	RP NÃO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCÍCIO	43.825.642,06
TOTAL GERAL				**85.469.651,69**

Pelo exposto, é possível observar que mesmo inserido na conta 6.3.1.7.0.00.00.00, os restos a pagar não processados foram considerados na composição do

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

passivo financeiro de 2013, não procedendo, portanto, a sugestão da equipe de fiscalização para que novo lançamento seja realizado, pois assim ocorrendo teremos a inclusão duplicada do valor de R$ 43.825,642,06.

Assim, inquestionavelmente a Fiscalização acrescentou em duplicidade ao Passivo Financeiro, de R$ 85.469.651,69, a quantia de R$ 43.825.642,06, referente à conta 6.3.1.7.0.00.00.00 - Restos a Pagar Não Processados **(DOCUMENTO Nº 08)**, totalizando R$ 129.295.293,75, superior ao valor do Ativo Financeiro.

A composição do Passivo Financeiro foi resultante da soma das contas constantes nos relatórios "Contabilidade - Razão" do Executivo, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 09**. Tal demonstrativo traz todas as contas individualizadas utilizadas para alcançar a composição do passivo financeiro de R$ 85.469.651,69, onde é possível observar que os restos a pagar não processado no montante de R$ 43.825.642,06, já haviam sido considerados pelo Poder Executivo, não sendo, portanto, pertinente sua inclusão novamente.

Corroborando o exposto, segue como **DOCUMENTO Nº 10**, RELATÓRIO ANALÍTICO DOS SALDOS PATRIMONIAIS DE 2013, devidamente assinado pelo contador da Prefeitura de Taubaté, ratificando as informações constantes das contas constantes nos relatórios "Contabilidade - Razão" do Executivo.

O acréscimo indevido decorreu das informações constantes do "Anexo 14 - Balanço Patrimonial" do AUDESP **(DOCUMENTO Nº 11)**, onde é possível observar que o valor do Passivo Financeiro apresenta a quantia de R$ 41.644.009,63, não tendo incorporado o valor da conta de restos a pagar não processados.

A Fiscalização, ao invés de corrigir o valor do Anexo 14, registrado no AUDESP, agregando o valor da conta ao Passivo Financeiro, "corrigiu" o valor do Anexo 14 do Executivo, **que estava correto**, como demonstrado. Daí a contagem em dobro da conta, e o registro indevido de "déficit" financeiro de R$ 9.065.005,53.

Identificador: 3100340035003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Portanto, em razão do esclarecido e comprovado nesta oportunidade *(o que também será objeto de esclarecimento no Pedido de Reexame que será ingressado em face do Parecer das Contas Anuais de 2013),* não restam dúvidas de que o Passivo Financeiro do Exercício de 2013 (já composto pelos Restos a Pagar Não Processados de R$ 43.825.642,06), representou o valor de R$ 85.469.651,69, o que confrontado com o Ativo Financeiro de R$ 120.230.268,22, revela o **SUPERÁVIT FINANCEIRO DE R$ 34.760.636,53.**

Assim, **é correto afirmar que o déficit orçamentário de 2014, na importância de R$ 18.468.598,89, foi integralmente acobertado pelo SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2013 na importância de R$ 34.760.636,53,** com o que houve atendimento do princípio da gestão fiscal equilibrada, conforme previsto no §1°, do artigo 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Restos a Pagar não Processados:

Embora tenha sido demonstrado que o Executivo de Taubaté possuía superávit financeiro de 2013 para acobertar o déficit orçamentário de 2014, é necessário demonstrar que a equipe de fiscalização não adotou a melhor prática contábil para compor o real resultado da execução orçamentária do exercício de 2014.

Diz-se isso porque a equipe de fiscalização apurou o resultado orçamentário a partir do confronto das receitas arrecadadas com as despesas EMPENHADAS em 2014.

Ocorre, Excelência, que entre as DESPESAS EMPENHADAS em 31.12.2014, existiam despesas NÃO PROCESSADAS no montante de R$ 59.063.126,02, dos quais o total de R$ 52.854.240,70, se referem aos empenhos de 2014, conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 12.**

Identificador: 3100340035003a0032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 122

Nesse montante (R$ 52.854.240,70), existem empenhos vinculados às fontes 02 (Recursos Estaduais) e 05 (Recursos Estaduais), cujo processamento e liquidação das despesas dependia do ingresso das contrapartidas devidas pelos órgãos estaduais e federais, não estando, portanto, sob a gestão autônoma do Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, tais empenhos não poderiam ser cancelados, posto que assim ocorrendo estaria o Município deixando de atender aos termos dos respectivos convênios.

Em 31.12.2014, a Prefeitura de Taubaté possuía empenhos não processados do ano de 2014, vinculados à fonte 02 (Recursos Estaduais), na quantia de R$ 1.635.282,03 **(DOCUMENTO Nº 13)**.

Na mesma data, o Executivo também possuía empenhos não processados (2014), vinculados à fonte 05 (Recursos Federais), no montante de R$ 14.582.868,14 **(DOCUMENTO Nº 14)**.

Os empenhos não processados estão relacionados à obras e serviços **não** executados, onde se incluem os empenhos vinculados a recursos oriundos de outras esferas de governo (CONVÊNIOS), que **não** se efetivaram (recursos não repassados ao Município) até 31/12/2014.

Tais empenhos, por não terem sido processados e, consequentemente, não terem sido liquidados, não comprometeram o resultado orçamentário de 2014, motivo pelo qual **não** devem ser levados em consideração para apuração do resultado orçamentário do Poder Executivo.

O que se espera da Corte de Contas é o respeito ao Princípio da Segurança Jurídica, aplicando ao caso concreto o mesmo entendimento já deferido há diversos outros Municípios que revelaram situações absolutamente idênticas.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

A **C. Corte já reconheceu que os Restos a Pagar Não Processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, já que se trata de valores que não comprometem as finanças do Município.** Nesse sentido, cumpre trazer à baila **o entendimento desse E. Tribunal de Contas externado no r. Voto constante do Processo TC – 2494/026/07 (Contas do exercício de 2007 da Prefeitura Municipal de Orlândia)**.

O entendimento de que os Restos a Pagar Não Processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do Resultado da Execução Orçamentária, já que se tratam de valores que não comprometem as finanças do Município, **foi acolhido nas contas do exercício de 2008 do Poder Executivo de Avaré (Processo TC – 1738/026/08)**.

Entendimento idêntico foi adotado nas Contas de 2010 da PM de Ibirá (TC 2470/026/10), cujo voto traz em seu bojo outros 03 (três) processos onde situação semelhante foi verifica (TC 2501/026/10, TC 2578/026/10 e TC TC-1611/026/08), isto é, onde os restos a pagar não processados foram glosados para fins de apuração do resultado da execução orçamentária.

Diferente não se verificou da decisão proferida das Contas Anuais de 2011 da Prefeitura Municipal de Fernando Prestes (TC 1301/026/11), que recebeu parecer favorável dessa C. Corte de Contas, onde se verifica que o déficit de 13,21% apurado resultou **da ausência de repasses de recursos públicos oriundos de convênios, não concretizados.**

Na mesma linha, importa observar o entendimento esposado nas contas do exercício de 2009 do Município de Lutécia (TC 285/026/09), **aprovadas por esse E. Tribunal**.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

É certo e indiscutível que os Conselheiros **ANTÔNIO ROQUE CITADINI** (TC 2633/026/10 e TC 285/026/09), **RENATO MARTINS COSTA** (TC 2453/026/02), **CRISTIANA DE CASTRO MORAES** (TC 2470/026/10), **EDGARD CAMARGO RODRIGUES** (TC 1301/026/11), **EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO** (TC 1738/026/08 e 1611/026/08), bem como os Substitutos de Conselheiro **SAMY WURMAN** (TC 2501/026/10), **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS** (TC 2578/026/10) e **MARCOS RENATO BOTTHER** (TC 2494/026/07), **já reconheceram, expressamente, que os empenhos não processados não podem ser levados em consideração para fins de apuração do resultado orçamentário, fato que se confirma quando tais empenhos estão vinculados à convênios celebrados com o Governo Estadual e Federal, cujas contrapartidas não foram repassadas até o encerramento do exercício.**

Nesse sentido, é certo que os empenhos de 2014, não processados e inscritos em restos a pagar em 31.12.2014, vinculados às fontes de recursos 02 (R$ 1.635.282,03) e 05 (R$ 14.582.868,14), os quais somam R$ 16.218.150,17, não devem ser levados em consideração para fins de composição do resultado da execução orçamentária.

Igualmente, deve ser extirpado desse cálculo, os restos a pagar não processados vinculados aos recursos próprios (fonte 01) e que foram cancelados em 2015, posto que efetivamente não representaram despesas para o Poder Executivo.

Trata-se do saldo de empenhos de 2014, emitidos de maneira global e/ou por estimativa, os quais por não terem sido processados, foram devidamente cancelados em 2015.

Conforme demonstra o relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 15**, em 31.12.2014 foram inscritos em restos a pagar empenhos de 2014 na importância de R$ 36.562.260,82.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camara/autenticidade

Desse montante, em 2015 ocorreu o cancelamento da quantia de **R$ 3.472.136,07**, fato comprovado através do relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 16**, o qual está devidamente assinado e carimbado pelo contador do Poder Executivo, atribuindo-lhe a fé pública pertinente.

Em razão do exposto, observa-se que o resultado orçamentário apontado pela equipe de fiscalização merece as seguintes retificações:

RECEITAS REALIZADAS	726.765.529,98	100%
DESPESAS EMPENHADAS	745.235.128,87	100%
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO APURADO PELA AUDITORIA	18.469.598,89	2,54%
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 02 (RECURSOS ESTADUAIS)	1.635.282,03	
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 05 (RECURSOS FEDERAIS)	14.582.868,14	
(-) EMPENHOS VINCULADOS A FONTE 01 (RECURSOS PRÓPRIOS) – CANCELADOS	3.472.136,07	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO REAL – DÉFICIT	**1.220.687,35**	**0,16%**

Em síntese, observa-se que o irrisório déficit orçamentário de R$ 1.220.687,35, correspondente à apenas 0,16% das receitas arrecadadas, foram integralmente acobertados pelo resultado financeiro positivo do exercício de 2013, o qual, como demonstrado, somou a considerável quantia de R$ 34.760.636,53, não havendo, portanto, desajuste fiscal capaz de impedir a emissão de parecer favorável à aprovação das Contas Anuais de 2014 do Executivo de Taubaté.

ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS:

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

No que tange às alterações orçamentárias, inicialmente, a fiscalização acusou descumprimento dos limites previstos no artigo 7° da Lei Orçamentária Anual, já que ao considerar a receita prevista de R$ 810.000.000,00, o limite para abertura de créditos por anulação de dotação seria de R$ 40.500.000,00, no entanto, apurou a abertura de créditos transferências, remanejamentos e transposições no total de R$ 168.837.265,61.

Não está correta a interpretação da d. equipe de auditoria, isso porque a quantia de R$ 168.837.265,61, não se enquadra integralmente no artigo 7° da LOA, pois:

A) R$ 6.420.809,63, se referem a créditos especiais autorizados por Leis Municipais próprias **(DOCUMENTO Nº 17)**;

B) R$ 14.661.495,98, se referem a alterações de fontes de recursos autorizados através de processos administrativos, conforme disposto no art. 29 da LDO **(DOCUMENTO Nº 18)**;

C) R$ 1.000.000,00, se referem a autorizações do art. 7°, inciso II - Reserva de Contingência **(DOCUMENTO Nº 19)**;

D) R$ 65.260.000,00, se referem à autorização do item III, do artigo 8° da LOA, destinado à cobertura de insuficiências nas dotações dos grupos de despesas Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida **(DOCUMENTO Nº 20)**;

E) R$ 6.250.000,00, se referem à autorização do item III do artigo 8° da LOA, para cobrir insuficiência na dotação para atender Precatórios **(DOCUMENTO Nº 21)**;

F) R$ 38.658.800,00, se referem à autorização do item IV do artigo 8° da LOA, destinados ao reforço de dotações de ações **(DOCUMENTO Nº 22)**;

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.tjdlonline.com.br/camarataubate/autenticidade

A soma das referidas alterações orçamentárias atinge a quantia de R$ 132.251.105,61. A diferença, no valor de R$ 36.586.160,00, é composta por créditos suplementares de dotações orçamentária, enquadrados no limite fixado pelo art. 7° da LOA **(DOCUMENTO Nº 23)**.

Portanto, o Município atendeu, e não infringiu, os dispositivos da Lei Orçamentária, devendo o quadro de fls. 23 do relatório de inspeção *in loco* apresentar os seguintes dados:

	Valor (R$)	Análise
Despesa total fixada na LOA O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – Prefeitura (art. 4° e 5°, II,	780.189.215,00*	100%
Limite de 7° permitido para abertura de créditos suplementares (art. 7° da LOA)	54.613.245,05	7%
Créditos suplementares abertos	36.586.160,00	4,69%
Créditos suplementares abertos acima do limite	-0-	-0-

**Este é o valor indicado no inciso I do art. 4° da Lei nº 4.835 — LOA.*

	Valor (R$)	Análise
Receita prevista (art. 3° da LOA)	810.000.000,00	100%
1/20 da receita prevista (art. 8°, IV, da LOA) para crédito suplementar com anulação de dotações	40.500.000,00	5%
Créditos abertos por anulação de dotação	38.658.800,00	4,77%
Créditos abertos por anulação de dotação acima do limite	-0-	-0-

Ainda no que tange aos créditos suplementares decorrentes de anulação total ou parcial de dotações, abertos por decretos executivos e portarias e com fundamento na LOA (R$ 147.754.960,00), a fiscalização verificou que apenas R$ 95.564.574,98, foram classificados corretamente pela Prefeitura, sendo que o restante foi qualificado de maneira inadequada, já que se trata tipicamente de transposição, remanejamento ou transferência de recursos (quadro de fls. 24 do relatório), para o que não foi editado lei específica nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Identificador: 3100340036003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaraitaobate/autenticidade fls. 188

A referência ao inciso VI, do art. 167, parece partir do pressuposto que ocorreu irregularidade na utilização dos institutos citados, pois não houve lei específica, sendo invocada a disposição do §8° do art. 165 da CF.

Ora, os créditos foram abertos de acordo com a autorização legislativa constante na Lei Municipal n° 4.835/13 - LOA, art. 7° e 8°, o que os legitima. Por outro lado, dizer que esse procedimento contraria disposição constitucional, salvo melhor juízo, não encontra respaldo no próprio texto legal (art. 167, CF, inciso VI), que diz:

> *"Art. 167. São vedados:*
>
> *(...)*
>
> *VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa."*

A vedação é realizar os procedimentos sem autorização legislativa. Ora, nesse ponto a Lei Municipal n° 4.776/13 - LDO é especifica sobre o assunto, em seus artigos 27 e 28.

Além do mais, salvo melhor juízo, os procedimentos em foco não contrariaram, em nenhum ponto, o disposto no § 8° do art. 165, CF,:

> *"§ 8° A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição da autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei."*

Quanto ao relatório não considerar a lei de diretrizes orçamentárias como "adequada" para as permissões acima, parece ser, salvo melhor juízo, uma opinião, não uma vedação legal.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Ainda mais, sobre o assunto em foco, deve ser destacado que a Prefeitura de Taubaté segue com muita cautela, na peça orçamentária, o que a União e o Estado de São Paulo praticam em matéria de autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares.

No quadro comparativo, ora acostado (vide documento nº 23), estão aproximados os textos das LOAs dos três Entes, onde fica evidente que o Município tem seus procedimentos orçamentários balizados pelos mesmos cânones das outras esferas de governo.

A União e o Estado se valem dessas disposições legais, que não encontram óbice na legislação vigente. Dado que o Município é um ente federado, pelo princípio da simetria federativa, não poderá ser considerado como conduta irregular ou ofensiva o procedimento municipal, alinhado com as mesmas regras de procedimentos do Estado e União.

Concluindo, o texto constitucional invocado (inciso VI, art. 165) se refere à vedação da utilização dos institutos acima citados *"sem prévia autorização legislativa"*, sem nenhuma outra restrição, ou seja, autorização legislativa específica. É possível concluir que, havendo autorização legislativa (no caso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual), está atendida a disposição constitucional.

Na sequência deste tópico, a fiscalização não identificou a fonte de recurso utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R$ 33.000,00, consoante indicado pelo Sistema Audesp, em discordância com o disposto no art. 43, *caput*, da Lei nº 4.320/64.

Nas fls. 25 do relatório, traz como exemplo o Decreto nº 13.230/2014, onde teria ocorrido transposição no valor de R$ 3.000,00 (deslocando-se a

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

dotação do programa 4001 para o 4002), transferência no valor de R$ 1.020.000,00 (modificando-se a categoria de despesa de 4490 para 3390) e crédito adicional suplementar de R$ 78.000,00 (com modificação apenas do elemento de despesa), no entanto, a Prefeitura classificou a totalidade das alterações como crédito adicional suplementar, fazendo-as inadequadamente por meio de Decreto do Executivo.

A análise do referido Decreto, demonstra que:

a) Que o parágrafo único, do art. 2°, registra que "as dotações orçamentárias referidas nos artigos 1° e 2° estão indicadas no Anexo que integra o presente Decreto";
b) Que, no Anexo 1, a sexta coluna do quadro identifica a fonte dos recursos: o mesmo ocorre no Anexo 11 do Decreto.

Como todos os Decretos são elaborados pela mesma sistemática, não parece haver razão para o apontamento da ausência de identificação da fonte de recursos utilizada.

Por fim, cabe elucidar que não há um "possível crédito especial/extraordinário", como registrado no quadro de fls. 24 do Relatório, no valor de R$ 3.000,00, mas sim um cancelamento de dotação no valor de R$ 33.000,00, como se vê no quadro de fls. 25.

Diante de todo o exposto, é possível concluir que as constatações da equipe de fiscalização não constituem, efetivamente, falhas no manejo das dotações orçamentárias do Município de Taubaté, mesmo porque, como demonstrado anteriormente, os resultados financeiro e orçamentário se adequaram ao princípio da gestão fiscal equilibrada.

Execução dos Programas e Ações Governamentais:

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Quanto à execução dos programas e ações governamentais, conforme o relatório de atividades extraído do Sistema Audesp, a fiscalização observou ações que não atingiram a meta proposta ou, ainda, foram executadas em percentual muito superior ao planejado. Verificou, também, justificativas insuficientes em relação aos desvios entre o planejado e o executado, mudanças de prioridades e ações cadastradas em duplicidade, em discordância ao princípio da transparência na gestão fiscal.

No Relatório de Atividades do Sistema AUDESP, tanto na parte dos Programas como na parte das Ações, há uma coluna identificada como "Quantidade Estimada", na qual o Executivo registra a meta a ser alcançada, que se projeta com base em dados acumulados de exercícios anteriores, ou na demanda ocorrida no último exercício, ou em um objetivo que se propôs a atingir. Como nomeado na coluna, a quantidade é "estimada".

Portanto, "Estimativa" é fundada em probabilidade, possibilidade de ser alcançada ou realizada. É avaliação, é cálculo do valor aproximado. O antônimo de "estimativa" é previsão, exatidão, certeza, o que não está pedido no relatório.

Ora, entre a estimativa e a realização existe a realidade fática, que até o momento não pode ser contornada e impõe suas condicionantes à gestão pública: a realidade econômica nacional, a (não) realização das receitas, a (in)suficiência de recursos financeiros, ou crescimento/decrescimento das demandas da população, as necessidades emergentes, etc.

Como decorrência dessas condicionantes, é mais realista esperar a ocorrência de diferenças entre o planejado e o executado, especialmente quando o programa/ação é voltado para atendimento de demandas da população. Realizações efetivas de metas propostas ocorrem com mais frequência na área de investimentos e execuções físicas, em termos de m, m² ou m³, o que é obvio, mas mesmo neste campo ocorrem diferenças entre o estimado e a realizado.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.tcponline.com.br/camarataubate/autenticidade

No mais, cumpre consignar que "desvios entre o planejado e o executado", como o registrado em fls.26 do relatório, parece, salvo melhor juízo, um tanto tendencioso, pois, como registra o Aurélio, desvio pode significar "ato ou efeito de desviar (se) da posição normal; sinuosidade, curva, subtração fraudulenta ", o que parece insinuar uma avaliação moral, ética em uma análise de dados e fatos de natureza física.

A mesma abordagem está no Relatório de Atividades do AUDESP: *"Justificativa de desvios em relação ao atingimento de metas"*.

Há explicações para todas as diferenças ocorridas entre o planejado e o executado, para o *"executado insuficiente e justificado inadequadamente"*, como registrado em fls.126 do Relatório.

Ocorre que as justificativas das diferenças devem ser apontadas no Relatório de Atividades, diretamente no *link* do AUDESP, onde colunas "Quantidade Realizada" e "Justificativa de Desvios em Relação ao Atingimento das Metas", oferecem espaço para o registro de dados e informações. É de se notar que o espaço da 2ª coluna está limitado a determinado número de caracteres que, atingido, bloqueia a continuidade da justificativa, o que leva habitualmente ao uso de abreviações e à condensação de informações. Provavelmente, salvo melhor juízo, a limitação do instrumento de coleta de dados provocou a inadequação das informações.

Quanto ao registro de "ações cadastradas em duplicidade" (fls.26), tal fato ocorre porque o Relatório de Atividades não é hábil para registrar separadamente a mesma ação realizada por duas unidades orçamentárias distintas.

Veja-se, para ilustração, na página 05 do Relatório de Atividades do AUDESP, ano do exercício 2014, a Ação 2127 - Atendimentos em Unidades de Abrigos Institucional - executada pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, tem a

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

quantidade estimada dividida entre as duas unidades, o que leva a esdrúxulas 11.151,36 e 1.520,64 pessoas atendidas!

O sistema divide a quantidade entre duas unidades orçamentárias, sendo que a SEDIS é unidade de trabalho e o Fundo, unidade financeira, de mera movimentação de recursos. A mesma inadequação pode ser vista na Ação 2129 - Atendimento a Famílias em Vulnerabilidade Social, que está dividida por três unidades executaras, uma de trabalho e dois fundos. O que resta ao Poder Executivo é registrar que a ação está duplicada, salvo melhor registro.

Previsão e Execução Orçamentária para Atenção Prioritária à Criança e ao Adolescente:

Inicialmente, a fiscalização reconhece que a Prefeitura de Taubaté cumpriu ao previsto na Constituição Federal, art. 227, *caput,* LF nº 8.069/90, art. 4°, caput e parágrafo único, "b", "c" e "d", já que houve previsão orçamentária para a atenção prioritária à criança e adolescente, conforme Lei 4776/13 (LDO) e Lei 4835/13 (LOA).

Em que pese, verificou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, não executou fielmente as metas previstas no orçamento em relação ao programa 4001 – Atenção à Criança e ao Adolescente, posto que embora conste previsão nos instrumentos de planejamento para gastos com o programa *"Atenção à criança e Adolescente"*, no montante de R$ 8.371.000,00, houve empenhamento de despesas no valor de apenas de R$ 4.989.677,30, ou seja, 59,60% a menos do que o orçado, o que teria refletido diretamente na quantidade de atendimentos de 3.900 previstos para 2.222 efetuados, com redução de 56,97%.

Em relação as ações específicas 1031 (construção, ampliação e reforma de unidade de atendimento à criança e adolescente) e 2326 (atendimento à criança e ao adolescente), ambos vinculados também ao programa 4001, houve previsão orçamentária atualizada de R$5.732.990,00, empenho de apenas R$ 3.471.188,44 e pagamento de R$

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

3.194.379,94, sendo que R$ 2.947.151,25 (ou seja, 92,26%) foram dispendidos com vencimentos e vantagens pessoais, encargos patronais e outras despesas de pessoal.

Em relação ao exemplo trazido pelo Relatório (fls.26), o Programa Atenção à Criança e Adolescente, para reforçar suas observações anteriores sobre execução insuficiente de programas e ações, deve ser esclarecido, sinteticamente:

I - Um item desse programa, denominado Programa Esporte e Juventude, foi deslocado da SEDIS para a Secretaria de Educação durante o exercício de 2014.

II - Por essa razão, a SEDIS realizou somente 2.222 atendimentos/ mês, e não as 3.900 previstas no PPA para 2014;

III - Por essa mesma razão houve empenhos no valor de R$ 4.989.677,30, consumidos no atendimento acima. A redução ocorreu porque o atendimento passou a ser feito por outra Secretaria e não porque a SEDIS resolveu deixar de atender crianças e adolescentes, como dá a entender o registro do Relatório que diz que houve empenho de "apenas...", insinuando descaso, inconsistência, incompetência, ou coisa que o valha.

IV - As mesmas explicações valem para as observações feitas para as ações 1031 e 2326 (fls.28 do Relatório).

V - as despesas com pessoal são despesas obrigatórias, que continuam apesar das alterações nas atividades prestadas;

Muitas "ofensas" ao planejamento, vislumbradas pelo Relatório, são explicadas pela realidade fática acima referida, isto é, as atividades de esportes passaram à execução da Secretaria de Esportes, com evidentes ganhos das crianças e adolescentes, o que nem sequer foi lembrado.

Identificador: 3100340035003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

Por fim, a comparação do investimento do Município com o da região, somente em termos percentuais (9,32% x 12,67%), perderá parte do impacto insinuado se a comparação ocorrer em termos dos montantes financeiros aplicados pelos municípios.

B.1.2 – RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL:

A equipe de fiscalização constatou os valores inseridos do quadro de fls. 29 do relatório, o qual reproduzimos adiante para facilitar a explanação das justificativas pertinentes sobre o tema:

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	(9.065.005,53)	26.494.600,01	392,27%
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69%
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60%

Em relação ao resultado financeiro, a fiscalização observou acréscimo de 392,27%, quando comparado ao exercício de 2013.

Não procede o anotado, pois como já demonstrado no tópico anterior, o RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013 FOI POSITIVO EM 34.760.636,53.

A análise do Balanço Patrimonial de 2013 (vide doc. 07), aponta um superávit financeiro da ordem de R$ 34.760.636,53, resultante da comparação do Ativo Financeiro R$ 120.230.288,22 com o Passivo Financeiro R$ 85.469.651,69.

Por decorrência, há alteração no quadro apresentado em fls. 29 do Relatório, que passa apresentar a seguinte composição:

Identificador: 3100310035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 178

Resultados	2013	2014	%
Financeiro	34.760.636,53	26.494.600,01	23,78
Econômico	117.326.963,64	43.769.999,98	62,69
Patrimonial	543.959.757,87	574.419.544,51	5,60

Assim, verifica-se que a constatação da fiscalização não merece guarida, sendo absolutamente satisfatórios e positivos os resultados contábeis do Poder Executivo de Taubaté.

B.1.3 – DÍVIDA DE CURTO PRAZO:

Neste tópico, inicialmente, a fiscalização reproduziu o quadro de análise da evolução da dívida de curto prazo (fls. 30 do relatório), no qual incluiu a quantia de R$ 1.466.466,84, corresponde à dívida da Prefeitura com a SABESP em 31/12/14, objeto do processo nº 36.410/14 (origem).

Contatou que o referido débito é proveniente de exercícios anteriores e seu reconhecimento e respectivo termo de acordo para parcelamento se deu apenas em 17/04/14, no valor de R$ 2.966.466,84, para pagamento até abril de 2015. Apesar disso, não consta do demonstrativo da dívida flutuante do Executivo e nem dos demonstrativos do Sistema Audesp, haja vista que a dívida confessada não foi escriturada adequadamente.

Ademais, a fiscalização observou que os empenhos foram realizados como despesa orçamentária no subelemento 33903944 (Serviços de Água e Esgoto), estando registrados apenas na conta contábil 5.2.2.9.1.01.00 (Outros Controles da Despesa Orçamentária), não havendo, portanto, diferenciação entre os valores referentes aos serviços prestados em 2014 e aqueles decorrentes da dívida proveniente de exercícios anteriores, a não ser pela descrição no histórico do empenho.

Em razão de todo o apontado pela fiscalização, cabe elucidar que o valor original desse débito é de R$ 2.966.478,72, conforme Termo de Acordo de

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 178

Parcelamento de Débito celebrado em 17/04/2014 **(DOCUMENTO Nº 24)**, para pagamento em doze (12) parcelas.

Conforme acordado, seriam pagos R$ 1.500.000,00 em 2014, restando R$ 1.466.486,84 para o exercício de 2015.

Em 17/07/2014 foi solicitado o empenhamento do valor de R$ 1.500.000,00, conforme solicitação do setor competente (fls. 283/ processo nº 36.410/14) - **(DOCUMENTO Nº 25)**, o que efetivamente ocorreu, conforme demonstra o relatório "Movimentação de Empenhos" **(DOCUMENTO Nº 26)**.

O débito restante, de R$ 1.466.478,72, devidamente atualizado, conforme Cláusulas do Termo de Acordo de Parcelamento, foi empenhado para o exercício de 2015, conforme demonstra o relatório "Movimentação de Empenho" **(DOCUMENTO Nº 27)**

Pelos dados acima, a inclusão do valor de R$ 1.466.466,84, no quadro da Dívida de Curto Prazo (fls. 28 do Relatório) é incorreta, pois são despesas registradas na execução orçamentária de 2015.

Por decorrência, não houve "ocultação de passivo".

Na sequência deste tópico, em confronto aos demonstrativos da Prefeitura de dívida flutuante e de execução de restos a pagar, a fiscalização acusou diferença no valor de "outros", em descumprimento ao artigo 1º, §1º, da LRF. Vejamos:

DÍVIDA FLUTUANTE	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Restos a Pagar Processados e Não Processados	69.098.927,70	69.098.927,70	0,00
Depósitos	261.808,41	261.808,41	0,00
Consignações	12.858.708,57	12.858.708,57	0,00
Outros	412.189,13	1.451.430,46	1.039.241,33
TOTAL	82.631.633,81	83.670.875,14	1.039.241,33

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

No relatório "Dívida Flutuante/Balanço Geral 2014" **(DOCUMENTO Nº 28)**, em Restos a Pagar Processados e Não Processados, consta a importância de R$ 69.098.927,70, indicado também no quadro de fls. 31 do Relatório, em Dados do Sistema AUDESP.

Na conta "Outros", do mesmo quadro, há indicação da importância de R$ 1.451.430,46, que levou à observação de diferença de R$ 1.039.241,33, em relação ao dado do Poder Executivo Ente, no valor de R$ 412.189,13.

Essa diferença se explica por um registro indevido, em dobro, pois essa importância compõe o montante dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, no valor de R$ 69.098.927,70, conforme registrado no Relatório de "Saldos Patrimoniais" do exercício de 2014 **(DOCUMENTO Nº 29)**.

Por fim, em análise ao demonstrativo de restos processados (fls. 151 e 165 do Anexo I), a fiscalização acusou divergências entre o cálculo realizado pela pelo Sistema Audesp:

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DADOS DA PREFEITURA	DADOS DO SISTEMA AUDESP	DIFERENÇA
Inscritos em ex. anteriores	45.126.183,33	45.130.417,33	4.234,00
Inscritos em 31/12/14	52.854.240,70	52.854.240,70	-
Liquidados	29.349.568,29	29.766.314,27	416.745,98
Pagos	28.722.838,94	28.727.072,94	4.234,00
Cancelados	10.188.408,97	10.194.459,07	6.050,10
Saldo	58.442.446,77	59.063.126,02	620.679,25

Quanto tal apontamento, convém esclarecer que o Relatório dos *"Saldos Patrimoniais"* do exercício de 2014 apresentam a conta Restos a Pagar Não Processados a Liquidar, no valor de R$ 58.023.884,69 e Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar, no valor de R$ 1.039.241,33, perfazendo o montante de R$ 59.063.126,02,

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

que corresponde ao mesmo valor de saldo registrado no quadro de fls. 31, como Dado do Sistema AUDESP.

Logo, não há diferença, conforme observa a d. auditoria.

Em que pese todos os comentários da equipe de fiscalização, ao final deste tópico, concluiu que em razão do resultado financeiro apurado (valor da diferença entre ativo e passivo financeiro), a Prefeitura possuía liquidez face aos compromissos de curto prazo, fato que contribui para formação de juízo favorável sobre as Contas Anuais em exame.

B.1.4 – DÍVIDA DE LONGO PRAZO:

Neste tópico, a auditoria acusou aumento de 29,56% da dívida consolidada quando comparada ao ano de 2013. Para alcançar tal conclusão, a fiscalização promoveu o ajuste de R$ 6.853.504,84, que é a diferença entre a dívida de precatórios enviada ao Audesp e o saldo conforme o Tribunal de Justiça.

Ainda em relação ao endividamento de longo prazo, a fiscalização acusou a ocultação de passivo, tendo em vista que em 2014 ocorreu a escrituração de outras dívidas, no valor de R$ 35.222.116,86, decorrente de Termo de Compromisso para Pagamento Parcelado firmado em 2010 junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP.

Está equivocado o procedimento adotado pela fiscalização, posto que a dívida de precatórios alimentada no AUDESP, conforme será esclarecido e demonstrado no tópico pertinente, está correta e não merece ajustes.

Quanto ao registro de "Outras Dívidas", no montante de R$ 35.222.116,86, esse valor se refere a saldo da dívida da Prefeitura junto à SABESP em 31/12/2014 **(DOCUMENTO Nº 30)**, decorrente de Termo de Compromisso para Pagamento

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Parcelado) em 99 meses, firmado em 2010, no valor original de R$ 37.611.362,50, para pagamento mensal até outubro/2018.

Esses pagamentos ocorreram desde 2010, em um total de 48 parcelas, sempre registrado, no documento emitido pela SABESP, o número da parcela paga.

Não ocorreu a contabilização do débito como dívida confessada por inexistência de lei autorizadora na época, mas esse fato não se constituiu em "ocultação de passivo", pois desde a constituição do débito a Prefeitura atendeu a seu pagamento em rubrica errada - 33.90.39.44 - Serviços de Água e Esgoto, mas sem a intenção de esconder o débito, pois esse pagamento, de valor elevado, ocorria ao mesmo tempo do pagamento, na mesma rubrica, de valor menor, ou seja, o pagamento do efetivo consumo de água.

É fato, todavia, que não existe qualquer pendência a esse respeito, posto que a dívida atualmente encontra-se devidamente contabilizada.

B.1.5.1 – RENÚNCIA DE RECEITAS:

Neste tópico, a fiscalização acusou a efetivação de renúncia de receita de maneira irregular, tendo em vista a concessão de isenções de IPTU e redução da alíquota de ISSQN, bem como remissão de multa e juros incidentes sobre débitos de contribuintes hipossuficientes, para o que não houve atendimento do art. 14, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais uma vez não procede o anotado pela d. auditoria, isso porque houve previsão de renúncia de receita apresentada através de anexo próprio no que respeita a incentivo a novas empresas e remissão para famílias de baixa renda, tabela 7, em anexo **(DOCUMENTO Nº 31)**.

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Consulta em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Observou-se também isenções parciais de IPTU e ISSQN com base na Lei Complementar nº 323, de 05/11/13, que dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de novos projetos esportivos não profissionais e culturais.

No que se refere ao incentivo fiscal constituído pela Lei Complementar nº 323, de 05 de novembro de 2013, deve a Corte de Contas verificar que o mesmo **não se confunde com renúncia de receitas.**

No caso do referido incentivo fiscal, ocorre, apenas e tão somente, direcionamento de parte do ISSQN e do IPTU devidos pelos contribuintes que promovem o incentivo fiscal para realização de projetos esportivos não profissionais e culturais.

A mensagem nº 51/13, que acompanhou o projeto de lei que resultou na LC nº 323/13, deixa claro tal situação:

> *"O incentivo fiscal para a realização de projetos esportivos não profissionais e de projetos culturais de que trata o referido projeto de lei, prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas destinarem uma parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), em benefício de toda Coletividade, sendo que tais valores despendidos no investimento de tais projetos consistirá na isenção parcial desses impostos.".*

Pelo teor da LC nº 323/13, a pessoa física ou jurídica que depositar nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e ao Fundo de Assistência à Cultura até 10% (dez por cento) maior que o valor da isenção pretendida, teria o desconto de IPTU e ISSQN de que trata a norma legal em comento.

Assim, como exemplo prático, tem-se que o contribuinte devedor de R$ 1.000,00 de IPTU ou ISSQN, poderia ter desconto de 50% dessa quantia (R$ 500,00),

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 169

caso depositasse ao menos R$ 550,00 (10% acima do desconto pretendido) nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e/ou ao Fundo de Assistência à Cultura.

As quantias são depositadas nas contas do Fundo de Assistência o Desporto e do Fundo de Assistência à Cultura, sendo destinados exclusivamente para a promoção de projetos esportivos e culturais.

Assim, verifica-se que na operação em comento não ocorre renúncia de receita, posto que além dos 100% do IPTU ou ISSQN, o contribuinte acrescenta 10% de tais impostos para incentivo de projetos esportivos e culturais.

Veja, desde já, que a Prefeitura de Taubaté não fez previsão de isenção total do IPTU ou ISSQN, não prejudicando, portanto, o financiamento da saúde e educação.

Observe-se, outrossim, que em benefício e incentivo ao contribuinte, tem-se a determinação imposta no §2°, do artigo 4°, da LC n° 323/13:

> *"§2° - O contribuinte, cujos recursos tenham sido aplicados em projetos de que trata esta Lei Complementar, terá direito de ter difundido pelo executor sua participação no financiamento conjunto com o PAD e/ou FAC, e receberá cópia das prestações de contas das aplicações dos recursos de cada parcela."*

Verifica-se, pelo exposto, que o incentivo fiscal em comento não se consubstancia em renúncia de receita, motivo pelo qual não há que se cogitar o descumprimento do contido no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda neste tópico, a auditoria destacou a existência da Lei Complementar n° 339, de 09/05/14, que alterou a Lei Complementar n° 184/2008, que trata do Programa Ostensivo de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Município de Taubaté -

Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 188

PROINDE, autorizando os incentivos fiscais por um período de 15 anos para as grandes empresas.

Inicialmente, quanto a Lei Complementar nº 339, de 09 de maio de 2014, observa-se que o Artigo 2° cuidou de restringir a isenção para pessoas com deficiência, passando a serem beneficiados apenas as pessoas com deficiência proprietárias de um único imóvel.

Na mesma norma, em seu Artigo 3°, foi alterada a alíquota do ISS para o item 11.02 da Tabela de Serviços passando de 2% para 5%.

Com a medida esperava-se um incremento de receita de R$ 551.373,03 para 2015, R$ 579.768,74 para 2016 e R$ 605.858,33 para 2017.

No artigo 6° da Lei Complementar nº 339, foi revogada a Lei Complementar nº 296, de 11 de setembro de 2012, que concedia incentivos fiscais aos imóveis integrantes de Zona de Especial Interesse Social - ZEIS. Com a medida esperava-se incremento de receita para os exercícios 2014 (R$ 666.014,00), 2015 (R$ 446.015,00) e 2016 (R$ 792.000,00).

Em que pese todo o exposto, conforme consta dos demonstrativos apresentados à fiscalização e acostados nas fls. 240/241 do Anexo II, não foi concedido, em 2014, benefício de incentivo fiscal com base nessa lei.

B.1.6 – DÍVIDA ATIVA:

Na abordagem deste tópico os agentes de fiscalização anotaram diversas ocorrências que passamos a esclarecer abaixo.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 184

a) os valores apresentados pelo setor de dívida ativa da prefeitura divergem dos dados enviados ao sistema Audesp e dos demonstrativos contábeis encaminhados pela origem:

Em relação a esse apontamento temos a esclarecer que na realidade, o saldo da dívida ativa registrado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial do exercício de 2014 é de R$ 156.504.344,20 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quatro mil, trezentos e qaurenta e quatro reais e cinte centavos) **(DOC. 32)**

O valor indicado no relatório (R$ 163.812.652,87 – fls. 37) não é correto, uma vez que a fiscalização adicionou ao saldo de R$ 156.504.344,20, a importância de R$ 7.308.308.67, da rúbrica "*empréstimos e financiamentos concedidos*", que se refere a bolsas de estudos concedidas segundo legislação municipal vigente.

Já no tocante à diferença entre o valor informado pelo setor de dívida ativa (R$ 156.754.653,75 – fls. 488 do anexo III e fls. 37 do relatório) em relação ao valor registrado no Balanco Patrimonial (R$ 156.504.344,20) no montante de R$ 250.309,55 sua ocorrência pode ser explicada pela conjugação de alguns fatores, ora identificados:

a) baixas da Conta Principal da Divida Ativa contabilizada indevidamente, pela D.C.B.A.R. – Divisão de Conciliação Bancária e Análise da Receita pois se tratava de baixa da Conta Multas, Juros e Correção Monetária da Divida Ativa, no montante de R$ 250.056,91 (Duzentos e cinquenta mil, cinquenta e seis reais e noventa e um centavos) que teve suas regularizações efetuadas através de reinscrições nas respectivas Dividas Ativas da Conta Principal no exercício de 2015;

b) baixa da Conta Multas, Juros e Correção Monetária contabilizada indevidamente, uma vez que se tratava da Conta Principal da Divida Ativa, no montante de R$ 212,95 (Duzentos e doze reais e noventa e cinco centavos), que em 2015 foi regularizada através de cancelamentos nas suas Contas Ativas Principal;

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.tcmonline.com.br/camaraitaubate/autenticidade

c) Valor de R$ 465,59 (Quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) que se tratava de uma inscrição na Divida Ativa Não Tributária, agrupada na Conta "Outros" que não havia sido contabilizada no exercício de 2014, e que no exercício de 2015 teve sua regularização efetuada através sua inscrição.

Assim, identificadas essas condicionantes referentes ao exercício de 2014 e, como já dissemos, em 2015 foram regularizadas essas diferenças através da correção/eliminação dos procedimentos incorretos, conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 33).**

b) a própria Prefeitura está inscrita no rol dos devedores de dívida ativa:

Com relação à presença da Prefeitura Municipal de Taubaté no rol dos 100 (cem) maiores devedores temos a esclarecer que através do processo administrativo n° 40.915/2015, houve transferência da dívida para os reais responsáveis e cancelamento nos casos indevidos, conforme comprovantes em anexo **(DOC. 34)**. Dessa forma, o Município não mais consta no rol dos devedores, encontrando-se totalmente regularizada a questão.

c) elevado valor de prescrição de dívida ativa:

Quanto aos apontamentos em relação às prescrições ocorridas durante o curso do processo judicial de execução fiscal, esta realidade existe no Judiciário do país inteiro. É um desafio ao Poder Judiciário lutar contra sua morosidade, fato alheio ao alcance dos credores que, *in casu*, é o Município de Taubaté.

Para que se tenha conhecimento da dimensão do problema instalado, o Município de Taubaté, em 2012, através dos seus Procuradores autuaram um processo administrativo junto ao Juiz Corregedor da Vara da Fazenda Pública desta Comarca (procedimento administrativo n° 11/2012) solicitando providências quanto a esta situação em face da possibilidade de ocorrer a prescrição de seus créditos **(DOC. 35)**.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Ocorre que o Juiz titular, Dr. Paulo Roberto da Silva, embora tenha deferido o pedido para que o Município de Taubaté assumisse a confecção das cartas citação, vem, no contexto do julgamento das execuções fiscais, reconhecendo a prescrição, o que está sendo objeto de constantes recursos por parte da Procuradoria Tributária.

Isso demonstra que ao contrário do afirmado pela fiscalização a Municipalidade nunca se manteve inerte diante da cobranca de sua dívida ativa, implementando essa e outras ações que abaixo especificaremos.

d) elevado valor de cancelamento de dívida ativa demonstrando fragilidade nas inscrições e controle de lançamentos:

Destaque-se que desde 2013 o Município intensificou a higienização de seu cadastro, gerando uma procura pelos contribuintes inativos para o cancelamento de suas inscrições municipais e atualização de dados, o que contribui para o aumento do cancelamento de débitos indevidos.

e) os cem maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida:

No que tange ao percentual dos maiores devedores em relação ao montante inscrito no Balanço Patrimonial da Prefeitura, esclarecemos que os R$ 93.638.073,30 (noventa e três milhões seiscentos e trinta oito mil, setenta e três reais e trinta centavos) apontados, referem-se ao principal, correção, juros e multa (**doc. 6, novamente**), enquanto que os R$ 156.754.653,75 (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) do balanço patrimonial são restritos ao valor principal.

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Assim, considerando a comparação dos débitos dos cem maiores devedores com o montante da dívida ativa atualizada (R$ 400.532.809,94), temos o percentual real de 27% (vinte e sete por cento).

f) existência de agentes políticos no rol de devedores:

No tocante aos agentes políticos e ex-agentes políticos, conforme **DOC. 36** todos estão executados e, como forma de ampliar os mecanismos de cobrança, foram protestados extrajudicialmente no mês de dezembro de 2015.

Assim, mais uma vez, ratificamos que os esforços estão sendo sempre ampliados para que se efetive o resgate dos créditos do Município.

A par dessas anotações é importante ressaltar que conforme já exposto anteriormente a essa C. Corte, a Municipalidade no exercício de 2014, ao contrário do afirmado pela d. Fiscalização, não mediu esforços para reaver os valores inscritos em dívida ativa, continunado a implementar diversos mecanismos de controle e tomando várias iniciativas, tendo sido autuados 6 (seis) processos administrativos visando adotar medidas alternativas de cobrança da dívida ativa. Vejamos:

- a.1) processos nº 2.605/13 e nº 35100/14, que tratam do protesto extrajudicial das certidões da dívida ativa, os quais durante o exercício de 2013 aguardavam a adequação do sistema "Módulo da Dívida Ativa" o que foi efetivado em agosto de 2014, já com o início dos protestos.
Toda a tramitação e a implantação dessa medida pode ser verificada através da análise do **DOC. 37** em anexo, ***onde constam, inclusive, gráficos relativos ao resultado da medida implantada;***

- a.2) processo nº 18.972/13 e 31430/14, que se referem às medidas necessárias para instalação de um serviço de Call Center no Município, a fim de intensificar a cobrança dos créditos via

Identificador: 3100340036003200320003A005400520041 00 Conferência em http://www.spl online.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 188

telefone. Tal iniciativa ocorreu logo no início de 2013, com a interação dos demais setores envolvidos da Prefeitura de Taubaté, através do processo nº 18972/13, e acabou por ser iniciada a licitação já no ano de 2014, com a implantação efetiva e o início dos trabalhos no dia 28 de novembro daquele ano até os dias de hoje, com acrescimo da arrecadação na ordem de 37% em relação ao mesmo período **(DOC. 38).**

- a.3) processo nº 34321/13 — neste processo foi realizada a cobrança administrativa dos 100 (cem) maiores devedores do Município de Taubaté, mediante envio de correspondência com aviso de recebimento. Em relação a esses devedores, realizou-se também, neste ano o protesto extrajudicial, como forma de ampliar os mecanismos de cobrança e recuperação dos créditos;

- a.4) procedimento administrativo nº 11/12, que tramita perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Taubaté, foram requeridas providências quanto à paralisação dos processos judiciais de execução fiscal no cartório e, ainda, autorização para assumirmos a realização das citações dentro da própria Prefeitura (de acordo com o Provimento n 1.461/2007 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como forma de agilizar as cobranças judicias, o que foi deferido no dia 15 de fevereiro de 2013, e implantado definitivamente na Procuradoria Tributária deste Município **(DOC. 35, novamente).**

Ressalte-se, ainda, por oportuno, que não foi editada nenhuma lei, em 2014, concedendo incentivo fiscal aos contribuintes inadimplentes, vez que entendemos que esta iniciativa premia com descontos aqueles que não horaram seus compromissos junto ao Município na época própria, em detrimento dos que não agiram de tal modo e que, por isso, não teriam as mesmas benesses legais.

Como se tudo isso não bastasse, importante ressaltarmos que supostas falhas no item da Dívida ativa não seriam suficientes para rejeitar as presentes contas, conforme pacífica jurisprudência dessa C. Corte: TC-001740/026/12 ; TC-001811/026/12 e TC-001885/026/12, dentre outros.

Identificador: 3100310035003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 180

B.2.2 – DESPESA DE PESSOAL:

Inicialmente, a Municipalidade indicou que ao final do exercício em exame dispendeu com pessoal o montante de R$ 403.201.960,96, ***o que representa 53,71%*** da Receita corrente líquida.

Contudo, após os ajustes da fiscalização chegou-se a um percentual de despesa com pessoal de 54,47% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, em seus dizeres, o limite previsto no artigo 20, III, da Lei Complementar nº 101/00.

Mesmo tendo supostamente ultrapassado o limite previsto na LRF, a própria auditoria anota às fls., 42 dos autos que: ***"É possível ver que os gastos com pessoal no 2º e 3º quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 20.04.15 e em 31.08.15, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida, respectivamente."***

Isso, por si só lá nos leva a conclusão que as presentes contas não podem ser rejeitadas por esse motivo, na linha, alias, do que já decidiu essa C. Corte nos processos TCS - 1455/026/11; 1770/026/12; 1513/026/12; 1951/026/13 e 1818/026/13.

Em todos os casos acima citados, as Prefeituras ultrapassaram o limite de gastos de pessoal no exercício examinado, reconduzindo-o, nos dois quadrimestres subseqüentes, o que levou o reconhecimento desse E. Tribunal pela regularidade dessa situação, aprovando as contas, tratamento esse que deve ser dispensado no presente caso.

Assim, apesar da questão não ser motivo para rejeição das presentes contas, a d. Fiscalização a respeito do assunto teceu diversas anotações que passamos a discutir, demonstrando na realidade que sequer houve afronta ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

- Inclusão da UNITAU quando da verificação dos limites da despesa de pessoal.

A d. Fiscalização às fls. 43 do relatório anota que seria necessária a inclusão dos gastos de pessoal da UNITAU para fins de verificação dos limites estabelecidos pela LRF. Assim, após essa inclusão os "gastos ajustados" ficariam em 56,76%.

Com a devida vênia, tal anotação não procede, conforme a seguir demonstraremos.

Aqui vale fazer uma breve digressão acerca da UNITAU. No âmbito da administração pública do município de Taubaté foi criada pela Lei 1498 de 06 de dezembro de 1974, a Universidade de Taubaté, autarquia municipal educacional de regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar, regularmente reconhecida pelo Decreto Federal nº 78.924/76 e Recredenciada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/GP nº 30/03.

Referida autarquia apesar de criada por lei municipal, nunca se valeu de verbas públicas municipais para sua manutenção, sendo, durante os mais de quarenta anos de sua existência, mantida pela própria arrecadação que promove com a cobrança de mensalidades de seus alunos.

Aliás, ao contrário do alegado pela d. Fiscalização, o fato da Municipalidade ter repassado recursos à UNITAU, ***a título de convênio,*** não tira em momento algum a característica da autonomia financeira da Universidade, vez que tal repasse não é para a manutenção da UNITAU, mas sim como contra partida de instrumentos jurídicos (convênios) firmados entre as partes que dizem respeito a execução de projetos específicos.

Contudo, não há dúvidas de que as finanças da UNITAU, não se confundem com as da Municipalidade. Nem sequer há participação do ente federativo na fiscalização e verificação da correta aplicação dos recursos obtidos pela Universidade, haja

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

vista que, como já dito, a autarquia sobrevive exclusivamente da exploração da atividade para a qual foi instituída, ou seja, o ensino superior, que inclusive não é uma atribuição constitucional do Município, sendo que a própria Universidade também se submete à fiscalização dessa C. Corte de Contas.

Assim, os gastos de pessoal da Universidade não podem ser somados aos da Prefeitura porque não se trata de descentralização vez que a educação de nível superior não é atribuição constitucionalmente direcionada aos municípios. A figura da Universidade, como autarquia municipal de regime especial, quando de sua criação, se deu de uma forma que a evolução da entidade permitiu sua absoluta desvinculação do ente criador, com total autonomia financeira, administrativa e organizacional, prova disso é que nos últimos 40 anos não houve qualquer repasse financeiro para manutenção da Universidade.

Por outro lado, não há atividade cuja atribuição constitucional seja obrigação do município, nem nunca houve ingerência, participação, repasse de valores ou quiçá controle finalístico, nunca podei-ia se dizer em descentralização e vinculação da Universidade ao ente público da administração direta municipal.

Se a atividade desenvolvida pela Universidade não é nem nunca foi atribuição do município a entidade é de fato autônoma para todos os fins, e deve responder pelas obrigações a ela atribuidas, sem qualquer vinculação à administração direta de que faz parte, mesmo porque, não há participação do município com alocação de verba pública para o pagamento dos funcionários da instituição de ensino superior.

Dessa forma, permite-se afirmar tratar-se a UNITAU de uma autarquia que se assemelha, neste particular, a uma empresa estatal não dependente, ou seja, aquela que apesar de criada pelo ente público, deste não recebe qualquer subsídio ou repasse financeiro.

Nesse particular, cumpre-nos esclarecer que na realidade a separação dos orçamentos da Prefeitura e da UNITAU não foi realizada sem um prévio e detalhado estudo sobre o tema, sendo embasada principalmente no fino de não haver repasse

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

algum de verbas por parte da Municipalidade a essa autarquia municipal de regime especial, que mais se assemelha a uma empresa estatal não dependente.

Aliás, os motivos da separação dos dois orçamentas, que efetivamente não se misturam, estão amplamente expostos nos autos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no TC - 2041/326/01, acessório que acompanha as contas do executivo municipal, já no exercício do ano de 2001 — frise-se, ***já aprovadas, quando se discutia a exclusão dos gastos de pessoal da UNITAU, dos cálculos realizados pelo Município, tendo, inclusive, o E. Conselheiro Relator aceitado esses argumentos, conforme despacho que por sua importância pedimos vênia pata transcrever trecho***:

> ***"Por outro lado, as razões apresentadas e a comprovação de ausência de repasse de recursos, no exercício de 2001, pelo Município de Taubaté à Universidade de Taubaté-UNITAU, - situação que registre-se, perdura há vinte anos — permitem afirmar tratar-se, a UNITAU de uma autarquia que se assemelha, neste particular, a uma empresa estatal não dependente. Para assim considerar, levo em conta a Resolução número 43 de 2001. do Senado Federal, que define como empresas dependentes, aquelas que recebem recursos financeiros do controlador. Logo, o não recebimento pressupõe a não dependência E sendo esta, no momento, a Situação comprovada na UNITAU,. entendo aceitável o pedido do Senhor Prefeito de Taubaté."***

Dessa forma, resta mais do que comprovado que a UNITAU apesar de autarquia de regime especial criada por lei municipal há mais de 40 anos, sempre geriu-se sozinha, nunca usufruindo de verba pública que justifique a soma de seus gastos de pessoal com os da Municipalidade, não devendo ser considerada em hipótese alguma o percentual de 56,76% apontado pela d. Aduitotoria.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse sentido, oportuno anexarmos a completa manifestação do Secretarário de Negócios Jurídicos que traz todos os elementos para dirimir quaisquer dúvidas acerca da questão **(DOC. 39).**

Como se tudo isso não bastasse, ressalte-se que é natural que maioria dos gastos da UNITAU sejam com pessoal vez que se trata de instituição de ensino e portanto sua mão de obra representa o grande volume de seus dispêndios. Assim, mesmo que a Prefeitura tivesse que diminuir seus gastos, para amoldar-se ao percentual legal, uma vez somando aos gastos da UNITAU, isso ficaria impossível, vez que como já dissemos o Prefeito não possui ingerência alguma (seja administrativa, seja financeira) sobre os gastos da Universidade.

- Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos – Valor R$ 828.892,00

Ainda em relação aos gastos com pessoal, a fiscalização observou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, manteve a prática advinda de exercícios anteriores referente ao sistemático pagamento de profissionais através de RPA (Recibo de Pagamento de Autônomos) e, nesse aspecto, entendeu que tais dispêndio deveriam compor os gastos de pessoal.

Excelência, está totalmente equivocada a constatação da equipe de fiscalização, posto que nenhum desses contratados por RPA não é profissional que substituiu mão de obra da Administração Pública.

Tratam-se de artistas que foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté após regular processo de credenciamento, sendo os mesmos convocados, esporadicamente, para atender o calendário cultural do Município de Taubaté **(DOC. 40).**

Assim, ao contrário do mencionado pela equipe de auditoria, trata-se de atividades-meio da Administração Pública, não havendo nessas situações

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

substituição de servidores reservados à execução das atividades-fim do Poder Público, motivo pelo qual impertinente a computação de tais despesas como gastos de pessoal.

Não há hierarquia e subordinação dos artistas. Inexiste relação de trabalho entre os artistas e o Poder Público. Não há nessas situações a contratação de pessoa certa e definida, muito menos definição de salário, controle de faltas, controle de horas extraordinárias, entre outras fiscalizações inerentes aos servidores públicos.

Dessa forma, devido a falta de subordinação, hierarquia e qualquer outro vínculo trabalhista com os artistas, aliado ao fato de que se trata de prestações de serviços relacionados à atividades-meio e não finalísticas da Administração Pública, não há que se cogitar a apropriação de tais despesas no percentual de despesa com pessoal, nos termos do contido no §1°, do artigo 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como esclarecido, não há nas situações apontadas pela equipe de fiscalização qualquer indício de que os autônomos remunerados pelo Executivo de Taubaté, durante o exercício de 2014, tenham substituído servidores ou empregados públicos, o que se confirma diante dos elementos a seguir apresentados.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Taubaté, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, celebraram Termo de Ajuste de Conduta nos seguintes termos:

"A Prefeitura Municipal de Taubaté se compromete a:

1 - Somente contratar profissionais autônomos - assim considerados aqueles que prestam serviços técnicos urbanos, de forma eventual e sem subordinação - quando houver necessidade excepcional e urgente que exija pronta solução, sob pena de pôr em risco a continuidade da prestação de um serviço público, porém, pelo prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, vedada a recontratação de um mesmo profissional em prazo anterior ao de 30

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 188

(trinta) dias da data da entrega ou durante o prazo de garantia do serviço anteriormente prestado; excetuadas as hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.

1.1 - A contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública (art. 25, III, da Lei n°. 8.666/93) prescinde de licitação.

1.2- A qualidade de artista de renome municipal será apurada mediante a aferição dos títulos e das premiações do profissional, no âmbito municipal, estadual ou nacional.

1.3- Nas hipóteses de contratação de artista amador de qualquer setor artístico observar-se-á o critério do mérito, mediante seleção do candidato através de prova técnica, prática, ou técnica e prática, aplicada por banca examinadora constituída por no mínimo três profissionais do ramo.

1.4- O prazo máximo de duração do contrato celebrado com o artista amador de qualquer setor artístico será de 06 (seis) meses.

(...)"

Em decorrência do aludido Termo de Ajustamento de Conduta, a Prefeitura do Município de Taubaté instaurou o processo administrativo nº 34701/2011, através do qual constituiu comissão técnica para elaborar e julgar processo para cadastramento de artistas, músicos e recreadores para apresentações culturais no Município de Taubaté.

Em razão de todo o exposto, resta demonstrado que os Recibos de Pagamentos de Autônomos emitidos em 2014 pela Prefeitura de Taubaté não se referem à remuneração de profissionais que atuaram em substituição à mão de obra de servidores ou empregados públicos, mas sim ao pagamento de cachês pelas apresentações realizadas, fato que não constitui despesa de pessoal.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Aliás, sobre o assunto, também discutido nas contas do exercício de 2013, a d. Assessoria Jurídica dessa C. Corte assim se manifestou:

> ***" Entretanto, de nossa parte entendemos que os gastos com pessoal poderão retornar aos números iniciais do AUDESP, haja vista os esclarecimentos da Origem por meio de seu representante legal, dando conta de tais profissionais correspondem a artistas cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté, convocados esporadicamente para atender calendário cultural do Município, inexistindo relação de trabalho entre os artistas e o Poder Público, além de tratar do desempenho de atividades-meio da Administração.***
> ***Demais disso, o defendente também esclareceu que a Prefeitura firmou "termo de ajustamento de conduta" com o Ministério Público do Estado de São Paulo, por intermédio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Taubaté através do qual a Prefeitura se comprometeu a contratar somente profissionais autônomos eventuais e sem subordinação, quando houver a necessidade de excepcional urgência para pronta solução.***
> ***Ante o exposto, sugerimos que as despesas com pessoal do Executivo de Taubaté retornem à taxa inicialmente apurada pelo Sistema AUDESP, qual seja, 52,36% da Receita Corrente líquida (...)"(PROCESSO TC – 2090/026/13 – FLS. 250, 251)***

<u>- pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU – Valor R$ 4.883.827,61</u>

Em relação a este item, a d. fiscalização aborda o pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU, no valor de R$ 4.883.827,61 no exercício de 2014, concluindo que tal valor deve integrar o cômputo dos gastos de pessoal da Municipalidade, elevando-o para 54,47%.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Os referidos convênios abrangem ajustes entre a Prefeitura e a UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contração de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em tempo integral.

Ressalte-se inicialmente que a educação integral, desde 2007 passou a integrar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como estratégia do Governo Federal para ampliar a jornada escolar. Assim, o Estado formulou e estimulou uma política de atendimento baseada na parceria com instituições diversas sem fins lucrativos.

Tal estratégia pressupõe as duas partes. Poder Público e instituição, tendo como interesse comum o atendimento do educando, através da mútua colaboração para atingir seus objetivos. Foi nesse contexto que se firmou os convênios entre o Município e a UNITAU.

Outra questão de extrema relevância é que a conveniada é instituição de Ensino renomada, que congrega em seu quadro de pessoal profissionais do mais alto gabarito e dão suporte ao treinamento, acompanhamento, orientação e formação continuada dos profissionais contratados por meio dos convênios.

Assim, a escolha do instrumento convênio se deu como forma de colaboração pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente. Isso também deve ser levado em conta, pois acaso a responsabilidade por desenvolver as competências necessárias nos contratados fosse do Município, todo o processo de contratação de pessoal efetivo, estruturação e desenvolvimento das atividades, além de mais demorado, seria, certamente, exponencialmente mais oneroso aos cofres públicos e ainda assim não atenderia plenamente aos objetivos dos projetos e poria em risco a continuidade das ações sócio-educativas em andamento no Município.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Importante destacar que o Município tomou todas as cautelas necessárias antes da elaboração os referidos ajustes, consultando o Ministério Público do Estado de São Paulo, não tendo o d. Parquet colocado óbices acerca da elaboração de tal instrumento, o que pode ser verificado na manifestação do Secretário Jurídico do Município **(DOC. 39, NOVAMENTE).**

Em relação ao convênio para atendimento da Educação Infantil muito embora a legislação permita até mesmo que instituições privadas sem fins lucrativos façam parte do sistema público, oferecendo atendimento integral gratuito, o Município de Taubaté optou por dar prioridade à prestação direta do serviço público em questão.

Para tanto, dispõe de quadro de pessoal efetivo que desenvolve as atividades-fim previstas nos artigos 29 e seguintes da LDB e firmou o convênio com a UNITAU para assegurar que as **atividades-meio** também sejam desenvolvidas com eficiência, até mesmo para possibilitar ao pessoal efetivo maior dedicação às suas funções principais. O convênio trata, então, de atividade de apoio, sendo que a atividade-fim permanece no âmbito do município.

Com efeito, a contratação de ADIs (Auxiliares de Desenvolvimento Infantil) visa precipuamente ao acolhimento das crianças de 0 a 5 anos, garantindo cuidados imprescindíveis ao desenvolvimento saudável das demais atividades postas em prática pelo pessoal efetivo, estas diretamente relacionadas ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social.

Por outro lado, o Ensino Fundamental concentra a maior parte do quadro de pessoal efetivo da Secretaria de Educação, pessoal esse que exerce atribuições delimitadas em lei e inviabilizam o seu aproveitamento para as atividades que são objeto do convênio delineado no processo nº 8116/2013.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Tal convênio, no tocante a mão de obra, trata da contratação de pessoal com aptidões específicas para desenvolver atividades suplementares voltadas para educação escolar, trabalho e práticas sociais, de acordo com as diretrizes dos arts. 34, §2°, 3°, XI e 4°, VIII da LDB.

Vale dizer que as aptidões desses profissionais devem ser compatíveis com atividades atualmente adotadas a critério do Município (art. §2°, art. 34, LDB), as quais podem variar de acordo com a demanda verificada em cada unidade de ensino, sendo possível que haja alternância, substituição, extinção e criação de novas atividades que tenham a capacidade de gerar interesse no aluno para que ele permaneça na escola por maior período durante o dia e com isso atinja novos patamares de desenvolvimento.

Nesse passo, diferentemente do apontado no relatório da fiscalização, entendemos que os convênios analisados não foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal, mas sim para atender especificidades que devem ser observadas na prestação eficiente do serviço e, portanto, não devem ser acrescidos às despesas a esse título.

E mais, sustentamos tal posicionamento pois ambos **os convênios fazem frente a demandas dotadas de uma especificidade marcante: a transitoriedade.**

Na celebração dos convênios para suprir tais demandas o Município levou em conta diversos fatores que não foram explicitamente considerados pela fiscalização e a respeito do quais vemos a necessidade de tecer maiores esclarecimentos.

O primeiro fator levado em conta foi a retração da taxa de fecundidade, que indica quantos filhos, em média, tem a mulher brasileira. No Sudeste, segundo o Censo 2010, as mulheres têm, em média, 1,7 filho. Os números dão conta de que a média de queda da taxa de fecundidade a cada década é de 15%, sendo que de 2000 para 2010 a queda foi de 19%.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 193

O segundo fator diz respeito à queda da taxa de natalidade que desde a década de 70 vem sofrendo reduções, sendo que tal queda reflete diretamente na distribuição percentual da População por grandes grupos de idade Brasil.

De tal modo, a parcela da população de 0 a 14 anos que é o público alvo dos convênios, apresenta uma média de 9% de queda a cada verificação, sendo que do Censo de 2000 para o Censo de 2010 a queda foi mais acentuada, atingindo o patamar de 14%.

Ora, não seria legal, eficiente ou moral nem tampouco responsável do ponto de vista fiscal neste momento, a contratação de pessoal efetivo para ocupar cargos com atribuições rígidas definidas em lei, sendo que a necessidade da política pública de educação em questão exige competências para desempenhar atribuições variadas que podem ser alteradas de acordo com a evolução do interesse dos alunos e que a demanda por tais serviços tende a reduzir, com base nos dados demográficos do IBGE.

Ademais, a mencionada transitoriedade se manifesta também na evolução da sociedade, das tecnologias e dos saberes. Parte dessa evolução é capturada pela atualização e formação continuada de trabalhadores da educação pertencentes aos quadros da municipalidade. São as evoluções dos currículos e dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos. Há uma evolução também em relação a novos interesses, práticas e produtos que surgem com dinâmica acelerada e que exigem rápida adaptação.

As oficinas e atividades oferecidas no contraturno escolar, como parte da atividade de educação integral, enquadram-se nessa categoria e necessitam ser revisitadas com mais alta frequência. Com efeito, ainda que as próprias oficinas se mantivessem, o interesse dos alunos por elas se modifica ao longo do tempo, concentrando-se em temas diferentes, exigindo maior aplicação de recursos e pessoal nesses temas em detrimento de outros.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Importante ressaltar também, a relevância da oferta dessas vagas e, sobretudo a permanência na escola de atendimento integral, de maneira que os índices de evasão diminuam com a implantação desses Programas, combatendo a vulnerabilidade de alunos que se encontrem num contexto de vulnerabilidade social que gera crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima comprometida; estas questões sociais devem ser consideradas, pois exercem forte influência sobre o comportamento das famílias e da comunidade.

Existe uma correlação direta entre a qualidade de vida da criança e do adolescente e a qualidade da educação que se propõe a elas. As escolas de tempo integral significam a criação de um espaço e o estabelecimento de um tempo onde a criança e o adolescente podem exercer sua criatividade e espontaneidade sem receio ou riscos, apenas frequentar e participar de uma proposta voltada ao processo de desenvolvimento do ser humano; verdadeiro exercício da autoridade: estabelecer regras e valores, permitindo ao mesmo tempo atos de negociação e neutralização de desvios de comportamento que se afastam das expectativas coletivas.

Assim, o convênio se mostra, nesse caso, a forma ideal, em termos de eficiência e eficácia, para o acompanhamento dessa evolução e atendimento dessas necessidades. É o que vem demonstrando a melhoria dos índices de evasão escolar **(DOC. 41).**

Outro indicador positivo é o avanço no desempenho dos alunos nas avaliações internas realizadas pela Secretaria de Educação **(DOC. 42)** o que também vem demonstrando a relevância dos convênios na recuperação quanto à promoção escolar.

Por esse caminho, as ações resultantes dos convênios, embora ainda não apresentem reflexos diretos no IDEB, precisam ser interpretados de forma mais profunda, pois o IDEB coloca foco em resultados finalísticos, sem considerar as condições que propiciam a obtenção de tais resultados além de a avaliação ocorrer nos últimos anos do ensino

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 109

fundamental, onde os alunos já carregam consigo a formação resultante das políticas educacionais implantadas em anos anteriores.

O foco do trabalho dos convênios é, justamente, construir condições para a melhoria dos índices educacionais, é um trabalho de base cujos resultados serão palpáveis em anos posteriores.

Igualmente, vale dizer que a contração de pessoal por meio dos convênios firmados também se mostrou mais vantajosa do ponto de vista econômico, resultando em economia financeira para o Município, conforme dados constantes nas fls. 56 a 57 e 997 a 998 do processo 34982/13 e cálculos ora acostados **(DOC. 43)**

Não obstante isso, a economicidade também é latente na aquisição dos materiais empregados nas atividades dos convênios, haja vista que a conveniada também está legalmente obrigada a licitar, em conformidade com a Lei nº 8.666/93. Vide documentos do certame às fls. 1032 a 1198 do processo 1219/2015 **(DOC. 44)**.

Diante de todo o exposto, ao contrário do afirmado pela fiscalização, tais convênios não foram celebrados para burlar as regras com gastos com pessoal, e nem tampouco devem integral o cômputo das despesas da Municipalidade, vez que conveniar é hoje o meio mais eficiente de se colocar em prática as diretrizes consagradas pela LDB.

Finalmente, há que se ressaltar que conforme comprova a declaração em anexo **(DOC. 45)** ***tais gastos já constam do percentual dos gastos da Fundação da UNITAU e somá-los aos da Prefeitura seria o mesmo que computá-los em duplicidade, o que logicamente é inadmissível.***

- Lei Complementar nº 255/14 Déficit atuarial do regime próprio. – Valor R$ 5.810.909,63

Identificador: 310034003600330033003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Aponta o Relatório que ouve a "contabilização indevida" de R$ 5.810.909,63 (cinco milhões, oitocentos e dez mil, novecentos e nove reais e sessenta e três centavos) como se não fossem despesas com pessoal, quando, na verdade, deveriam integrar o cômputo das despesas laboriais da Prefeitura.

A importância acima referida é o aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial do IPMT – Instituto de Previdência do Município de Taubaté, com base na Lei Complementar Municipal n° 355, de 10/12/2014 **(DOC. 46)**, classificado na rubrica "3.3.9.1 – Aplicação direta decorrente de operação intraorçamentária".

A fiscalização não concorda com essa classificação, que denomina como "reclassificação", como "transformação" de despesas, que não mais serão captadas pelo sistema AUDESP como despesas de pessoal, na categoria 3.1.9.1., pois passarão a constar na categoria 3.3.9.1.

Ora, a questão toda se prende à natureza dessas despesas.

O Município de Taubaté, em vista de levantamentos atuariais elaborados pelo IPMT, conheceu o prognóstico de déficit futuro no sistema previdenciário municipal e se propôs, com a participação das quatro Entidades integrantes do sistema, a amortizar o déficit delineado no prazo de 35 anos, promulgando a Lei n° 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté, e que autoriza em seu art. 8°, a abertura de créditos adicionais especiais, no orçamento de 2014, para atender despesas com a cobertura do déficit atuarial prognosticado. Fica claro, assim, que essa despesa é para cobertura de déficit atuarial futuro.

Resta claro, assim, que "déficit atuarial futuro" não corresponde a "despesas de pessoal do exercício", inexistindo, portanto, qualquer irregularidade na contabilização da despesa.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.sploniine.com.br/camarataubate/autenticidade

Aponta, ainda, o Relatório, que, em decorrência dessa Lei, foram realizados estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, "os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções das despesas com pessoal". É necessário registrar que esses procedimentos foram realizados para atender à determinação legal, contida no art. 11 da LC 355: "*Art. 11 Esta Lei Complementar entra e vigor na data de sua publicação, incidindo seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2014.*"

A classificação dessa despesa, na rubrica 3.3.9.1, também não é gratuita. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional, em sua parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, em sua 5° edição, pág. 126 **(DOC. 47)**, registra:

"*Para cobrir o déficit atuarial, o poder público faz uso de transferências de recursos, denominadas transferências previdenciária, entre uma entidade transferidora e uma entidade recebedora, o RPPS. Tais transferências podem ser realizadas por meio de:*

a) Alíquota suplementar, ou
b) Aporte para cobertura do déficit atuarial.

E complementa, na pág. 126:

"*Para o aporte para cobertura do déficit atuarial, devidamente instruído por Lei, o ente registrará uma despesa intraorçamentária (natureza de despesa – 3.3.91397)...*"

Assim, este é o embasamento legal da classificação dessa despesa e dos procedimentos decorrentes, não havendo irregularidade alguma nesse particular e não devendo essa despesa integrar os gastos com pessoal.

- Exclusão dos gastos com PASEP, nos termos da Deliberação TC-A-23996/026/15

Identificador: 3100310036003200320003A005400520041000 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 208

Como se tudo isso não bastasse, há que se considerar que os gastos com pessoal, foram ainda menores do que os apontados pela d. fiscalização. É que, nos termos da Deliberação TC-A- 23996/026/15 os gastos com PASEP efetivamente não integram os gastos de pessoal.

Conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 48** em anexo foram dispendidos em 2014 a esse título R$ 6.900.025,48 (seis milhões, novecentos mil, vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos). Assim, esse montante deve ser excluído dos gastos com pessoal, chegando-se a um ***percentual real de 52,79%.***

Conclui-se, portanto, que a Municipalidade cumpriu todos os limites legais, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo as contas do presente exercício serem consideradas regulares nesse particular.

B.3.1 – ENSINO:

Neste tópico, **após ajustes**, a fiscalização concluiu que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou **26,79%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Consignou a utilização de **100%** dos recursos recebidos do FUNDEB, atendendo ao contido no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/07.

Ademais, verificou a aplicação de **70,33%** dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do ADCT.

Em que pese, a fiscalização verificou que houve descumprimento do princípio da evidenciação contábil, posto que as receitas de aplicações financeiras

Identificador: 3100340036003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 200

provenientes de recursos do FUNDEB, no valor de R$ 1.271.325,60, não foram contabilizadas corretamente e, como consequência, o demonstrativo gerado pelo Sistema Audesp não contempla tal quantia. Verificou que tal fato se deu em virtude de o Município ter registrado erroneamente tais receitas no código de aplicação 260 (Educação - FUNDEB - Recursos Próprios), quando deveria tê-lo feito no código específico para tal finalidade, que é o 263 (Remuneração de aplicações financeiras).

O Relatório apresenta, nas fls. 49 do relatório, a relação entre as receitas de impostos e transferências, no valor de R$ 634.719.924,95, apurada no sistema AUDESP, e as despesas próprias com a Educação, no montante de R$ 166.069.260,63, o que gera um índice de aplicação de 26,16%.

Ocorre que o quadro elaborado apresenta inconsistências, comentadas adiante, o que leva à elaboração de um novo quadro da relação receitas/despesas com a Educação:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS		
Receitas	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas de Impostos T.R.I.	542.562.249,95	

FUNDEB – RECEITAS		
Retenções	69.825.077,68	
Transferências recebidas	152.061.942,56	
Receitas de aplicações financeiras	1.271.325,60	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total das Receitas do FUNDEB – T.R.F.	**153.333.268,16**	

FUNDEB – DESPESAS		
Despesas com Magistério	107.839.894,62	
Outros Ajustes da Fiscalização (60%)	-	
Total das Despesas Liquidadas com Magistério (mínimo 60%)	107.839.894,62	70,33%

FUNDEB – DESPESAS		
Demais Despesas	45.493.373,54	
Outros Ajustes da Fiscalização (40%)	- 169,19	
Total das Despesas Liquidadas com Magistério (mínimo 60%)	45.493.204,35	29,67%

Identificador: 3100340035003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Total aplicado no FUNDEB	153.333.098,97	100%

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
Acréscimo: FUNDEB retido	69.825.077,68	
Dedução: Ganhos de Aplicações Financeiras – Ficha de Receita 29	-	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno	-	
Aplicação apurada até o dia 31.12.2014	153.885.564,07	28,36%

Acréscimo: FUNDEB – retenção até 5% - aplicação 1º trim. De 2015	-	
Dedução: Restos a Pagar não Pagos até 31.01.2015	- 1.983.716,18	
Outros ajustes da Fiscalização – Recursos Próprios	- 5.836.284,94	
Aplicação final na Educação Básica	146.065.562,95	26.92%

PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO		
Receita Prevista Realizada	634.719.924,95	
Despesa Fixada Atualizada	165.153.144,19	
Índice Apurado	26,02%	

Deve ser observado, no quadro acima, que as Deduções de Restos a Pagar até 31 de janeiro de 2015, atingem o montante de R$ 1.983.716,18, conforme demonstra o relatório "Obrigações Pendentes - Restos a Pagar relacionadas ao Ensino" - 2014 **(DOCUMENTO Nº 49)**.

Deve ser registrado também, que o item "Outros Ajustes da Fiscalização (40%)", no valor de R$ 5.720,89, é indevido, pois o que deve ser deduzido *é* a importância de R$ 169,19 (cento e sessenta e nove reais e dezenove centavos), do exercício de 2014, pois os restantes R$ 5.551,70, se referem ao exercício de 2011, conforme comprova os relatórios *"Obrigações Pendentes - Restos a pagar relacionadas ao Ensino - Todos"* e o relatório referente ao exercício de 2014 **(DOCUMENTO Nº 50)**.

No tocante às Receitas, registradas no Relatório em um total de R$ 542.562.249,95, deve ser observado que a Prefeitura de Taubaté considera como receita de impostos a atualização monetária de valores, no valor de R$ 3.112.879,62, o que eleva o total das Receitas para R$ 545.673.129,57 **(DOCUMENTO Nº 51)**.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 209

Esta inclusão está reconhecida no sistema AUDESP, conforme comprovam as imagens de tela anexadas como **DOCUMENTO Nº 52**, que fixa essa receita no código 19.90.99.00 – Outras Receitas

Refeitos os ajustes, será possível verificar que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou efetivamente **26,92%** das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, atendendo ao comando do artigo 212 da Constituição Federal.

No que se refere à contabilização incorreta das receitas de aplicações financeiras dos recursos do FUNDEB, resta informar que realmente ocorria, de forma errônea, a classificação dessa receita no Código de Aplicação 2600000, conforme mostra o relatório "Cadastro de Receitas Orçamentárias por Fonte de Recursos", o que não possibilitava a sua contabilização no sistema AUDESP.

Todavia, no exercício de 2015, já ocorreu a retificação da classificação, passando para o Código de Aplicação 2630000 **(DOCUMENTO Nº 53)**.

B.3.1.1.3 – AJUSTES: DESPESAS COM RECURSOS PRÓPRIOS:

Restos a Pagar:

A auditoria sugeriu a glosa da quantia de R$ 2.705.317,46, relativos ao saldo de restos a pagar de recursos próprios em 31/01/15.

Nesse sentido, requer-se a inclusão dos restos a pagar de 2013, pagos entre 01/02/2014 e 31/12/2014.

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 202

Conforme demonstra o **DOCUMENTO Nº 54**, a Corte de Contas glosou da aplicação no ensino de 2013, a quantia de R$ 1.872.408,85, referente aos empenhos daquele ano (2013) não pagos até 31.01.2014.

O relatório analítico juntado como **DOCUMENTO Nº 55**, demonstra que em 31.12.2014, existiam empenhos do ensino de 2013, pendentes de pagamento, na importância de R$ 356.426,14.

Com isso, é certo afirmar que a quantia de R$ 1.515.982,71 (R$ 1.872.408,85 - R$ 356.426,14), deve ser acrescido no percentual de aplicação o ensino de 2014, confirmando o atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

B.3.1.2 – DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO:

Neste tópico, a fiscalização verificou que a lei que instituiu o Plano Municipal de Educação não havia sido elaborada até a data da fiscalização.

O Projeto de Lei que institui o Plano Municipal de Educação foi apresentado pelo Executivo ao Legislativo em 18/06/2015 e se encontra em Tramitação na Câmara Municipal de Taubaté desde então, conforme informação constante no site daquela Casa de Leis **(DOCUMENTO Nº 56)**.

Na sequência, fiscalização verificou que o Município de Taubaté ainda não editou lei dispondo sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério.

O Projeto que abrange o Plano de Carreira do Magistério foi desenvolvido por Comissão Específica, nomeada pelo Sr. Prefeito, por meio da Portaria nº 256, de 30 de janeiro de 2013, alterada pelas Portarias nº 526 e 527 **(DOCUMENTO Nº 57)** e encaminhado à SENJ e à SEAF para análise, como consta do processo nº 29618/2014, tendo sido apontado impedimentos de ordem financeira e legal para a sua pronta implantação.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Termo de encerramento.

Nesta data, encerramos o presente volume, sendo que o volume II inicia-se a partir de fls. 204.

CSEB, em 11 / 08 / 2016

Tania

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

2 Volumes

35 Anexo

1 Expedientes

AGUARDAR ATÉ O DIA __/__/__

OBS.: Ag. Cert Mesa 21/11/14

Vol I

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS – PREFEITURA MUNICIPAL

CONSELHEIRO

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

(fls. 3)

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

PROTOCOLO: 0000000000563/026/14 DT.AUTUACAO: 06/01/2014

INTERESS.:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATE
CODIGO: 000.00.00.613
EXERCICIO: 2014 PROCED.INTERNA: UR-7 PORTE MUNICIPIO: G

8ª PROCURADORIA DE CONTAS

A AP. DE
ETORA TECNICA

000563/026/14

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nesta ~~data~~, 11 / 08 /2016,
iniciamos o volume II, dos presentes autos.

Tania C Fontana Fratin
Auxiliar de Fiscalização V

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Ainda neste tópico, a auditoria anotou que as atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não foram integralmente cumpridas, dadas as falhas encontradas na aplicação dos recursos e apontadas neste relatório.

Em razão do apontado, cabe esclarecer que ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, compete principalmente exercer atividades de controle que podem resultar no encaminhamento de situações que requeiram providências por parte do Poder Executivo ou dos órgãos de controle e fiscalização, sobretudo em casos que apontam falhas ou irregularidades eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

Em relação ao apontamento de que o referido conselho não teria cumprido todas as suas atribuições no exercício, dados os apontamentos constantes do relatório, entendemos que o apontamento genérico da forma como foi feito inviabiliza a defesa do Município neste momento, até mesmo por que as supostas falhas na aplicação dos recursos também são objeto de discussão.

Ademais, o Conselho realizou a entrega do relatório sobre a prestação de contas do exercício de 2014, o que demonstra sua efetiva atuação **(DOCUMENTO Nº 58).**

Quanto ao Conselho de Alimentação Escolar, a fiscalização verificou que foram encaminhadas atas de apenas duas reuniões ocorridas em 2014, sendo que a primeira delas (reunião de 01/10/14) tratou prioritariamente de assuntos administrativos. Nesta ata consta, ainda, que as reuniões seriam realizadas às primeiras quartas-feiras de cada mês e, portanto, deveria haver pelo menos três reuniões durante o ano, já que o Conselho foi instituído em setembro/2014.

Identificador: 310031003600320083003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Em análise à documentação encaminhada, a fiscalização verificou que as atribuições de tal Conselho não foram cumpridas, pois não houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009 e dos recursos destinados à alimentação escolar, emissão de parecer conclusivo sobre relatório anual de gestão do PNAE, nem tampouco realização de reunião específica para apreciação da prestação de contas e elaboração/adequação do Regimento Interno, em desatendimento dos artigos 2°, I, II e IV e 3°, III e IV da Lei Complementar Municipal nº 226/2010.

Em relação ao Conselho de Alimentação Escolar, a Secretaria de Educação vem acompanhando e cobrando reiteradamente providências no sentido de que o Regimento Interno seja atualizado **(DOCUMENTO Nº 59)** e as reuniões sigam o protocolo, o que vem sendo observado no presente exercício **(DOCUMENTO Nº 60)**.

Não obstante isso, houve acompanhamento e fiscalização das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 11947/2009, sobretudo por que o Conselho emitiu parecer conclusivo sobre o relatório anual de gestão do PNAE nos exercícios de 2013 e 2014 **(DOCUMENTO Nº 61)**.

Acostamos ainda, para a finalidade de apoio, a legislação que rege o Conselho, bem como decretos, regimento interno e atos de nomeação dos membros **(DOCUMENTO Nº 62)**.

Finalizando este tópico, a auditoria verificou os resultados publicados no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira IDEB, onde verificou que o Município de Taubaté não atingiu o índice previsto para 2013 (último resultado divulgado). Em 2013, o índice previsto para a 4ª série/5° ano era de 5.9, mas o observado foi de 5.6 e, para a 8ª série/ 9° ano a meta era de 5.3 e o resultado alcançado de apenas 4.6.

Ademais, observou também que o índice Municipal na 4ª série/5° ano é inferior ao Estadual.

Identificador: 3100340035003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 228

Com a devida vênia, os índices considerados pelo TCE não refletem os resultados das políticas educacionais adotadas por esta Gestão, tendo em vista que, em se tratando da política defendida, sobretudo a do Ensino em Período Integral, é necessária a consolidação do aprendizado pelos alunos.

Desse modo, a avaliação de alunos do 5º e 9º em 2013 reflete o aprendizado desses alunos ao longo de toda sua vida escolar pregressa, ou seja, desde 2009 e 2005. respectivamente, sendo impraticável estabelecer uma relação direta entre as políticas atuais e o resultado obtido em 2013. Tanto o é, que o próprio IDEB é realizado com periodicidade bienal.

B.3.2 – SAÚDE:

Após ajustes, a fiscalização verificou que a Prefeitura de Taubaté, em 2014, aplicou **25,79%** das receitas de impostos nas ações e serviços da saúde, superando com folga o piso mínimo constitucional de 15%.

Em que pese, observa-se que a equipe de fiscalização promoveu ajustes nos cálculos do ensino, para os quais deixamos de apresentar as justificativas pertinentes nesta defesa, o que, no entanto, não permite a conclusão de que pactuamos com as mesmas, requerendo, desde já, a oitiva da Assessoria Técnica Especializada dessa Corte de Contas.

B.3.2.2 – OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL:

Ainda no tocante à saúde, a auditoria aponta falhas no planejamento inicial das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", não tendo apurado ações destinadas ao combate à dengue, apesar do elevado número de casos no exercício analisado.

Identificador: 310034003600350033003800;3A0154005200740061;Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade

Ressaltou que no âmbito do Município de Taubaté houve a instauração da CEI da Dengue na Câmara Municipal de Taubaté, a qual não havia sido concluída até a data da fiscalização.

Ademais, apontou que em 2013 foram registrados 598 casos e, em 2014, 9.402 casos, ou seja, um aumento de 1472% no número de casos registrados no período, consoante dados disponíveis no sítio eletrônico do Centro de Vigilância Epidemiológico "Prof. Alexandre Vranjacu", vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Concluiu que em 2014 o Município de Taubaté foi responsável por 40,83% dos casos de dengue da região (considerando os municípios subordinados ao Departamento Regional de Saúde XVII, do Governo Estadual).

Apesar da perspicácia do ilustre auditor, deve a Corte de Contas observar que a Prefeitura de Taubaté jamais se manteve inerte em relação ações e programas de combate à dengue.

Somente no ano de 2014, para aquisição de bens e materiais de consumo, foram gastos R$ 356.668,76, que foram utilizados exclusivamente no combate à Dengue.

Foram realizados gastos indiretos expressivos, que estão relacionados as campanhas publicitárias, outdoor, panfletos entregues nas escolas e estabelecimentos comerciais, mobilizações em ruas e praças, bem como os atendimentos nas Unidades de Urgências e Emergências e nas Unidades Básicas de Saúde, que não são contabilizados diretamente, mas que colaboram efetivamente na prevenção, combate e tratamento da Dengue.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 288

Além dos valores acima descrito, há os valores despendidos com os recursos humanos que laboram diretamente na prevenção da dengue, adimplemento de horas extras para execução da prevenção em horários expandido e nos finais de semana, diminuindo as pendências das ações casa a casa contra a dengue.

Desta forma, é impertinente a conclusão de que não houve planejamento adequado e as ações necessárias ao combate da Dengue.

Ademais, é importante destacar que além dos fatores financeiros, é necessário levar em consideração as atividades que foram/desenvolvidas para combate ao mosquito *Aedes aegypti*, como constam no Programa de Controle, Plano de Intensificação das Ações, Plano de Comunicação e Mobilização e Alerta Xô Dengue, sendo este último, distribuído para todas as autoridades do Município.

Ainda no ano de 2014, a Secretaria de Saúde instituiu o Comitê Municipal de Combate à dengue, que envolveu todas as Secretarias do Município, SUCEN, Câmara Municipal, COMUS e demais representações existentes no Município, ampliando a divulgação e ações de combate e prevenção a Dengue.

Vale lembrar que o Plano Municipal de Dengue foi encaminhado e aprovado no Conselho Municipal de Saúde.

Cumpre ressaltar que por mais que se invista no combate e prevenção a Dengue, a efetividade das ações sempre deve vir acompanhada da participação popular, responsáveis diretos pela eliminação dos criadouros dos mosquitos transmissores da doença.

Por fim, informamos que a apuração iniciada na Câmara Municipal foi um ato desprovido de fundamentação, pois além de não conseguir concluir o relatório, por falta de apontamento de irregularidades das ações da Secretaria de Saúde, em

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 228

audiência Pública sobre a Dengue, na data de 21 de maio de 2015, os vereadores presentes reconheceram a efetividade das ações dos responsáveis pelo combate à Dengue, sendo corroborada pelo Presidente da referida audiência.

Como **DOCUMENTO Nº 63**, junta-se amplo relatório elaborado pela equipe de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando todas as ações adotadas e os resultados alcançados, afastando definitivamente o apontamento da equipe de auditoria.

B.3.3.1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

Neste tópico, verificou-se que até o momento da fiscalização o Município não havia assumido os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL.

Sobre tal questão, restou informado à equipe de auditoria que o motivo para a ausência de assunção é a tentativa da Prefeitura em melhorar as condições de transição do Parque de Iluminação Pública.

Atualmente, a Secretaria de Serviços Públicos está promovendo a avaliação da minuta do Termo de Transferência dos Ativos da Iluminação Pública para posterior encaminhamento ao Chefe do Executivo.

B.4.1.1 – PRECATÓRIOS - REGIME ESPECIAL ANUAL:

Neste tópico, apesar de acusar a integralidade dos pagamentos devidos para o exercício de 2014, a fiscalização acusou divergências entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela Prefeitura de Taubaté e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis não registra de forma fidedigna a importância

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 220

efetivamente devida e paga pelo Município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal e da evidenciação contábil.

Ainda em relação aos precatórios, a fiscalização acusou a ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça através de Depósito Judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao art. 60 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

Por fim, a fiscalização verificou o pagamento de requisitório de baixa monta incidente em 2014, no valor de R$ 1.350,44, somente em 16/04/2015.

Quanto aos valores de saldo de precatórios e em relação aos pagamentos da parcela anual de 2014 e acordo celebrado junto ao DEPRE observamos que a Municipalidade tem buscado adequar seu saldo de precatórios aos valores apontados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de forma a se evitar novos apontamentos relacionados a essa questão.

Nesse sentido, cabe destacar que o Executivo Municipal, durante a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas, buscou demonstrar de forma bastante clara as medidas adotadas para adequar o saldo de precatórios conforme consta no Relatório de Fiscalização, sendo juntado juntamos ao presente Ofício encaminhado pelo Sr. Prefeito ao Desembargador Coordenador da DEPRE, ofício este em que o Município solicita composição dos valores apurados pela DEPRE para que fosse possível efetuar as adequações necessárias no saldo de precatórios.

Por meio do Ofício EP-19890/2015, foi fornecido ao Município somente o valor de saldo por credor, o que foi insuficiente para uma adequação dos valores que satisfaça o pretendido pelo Tribunal de Contas em seus apontamentos.

Em que pese, é certo e indiscutível que o Município de Taubaté não tem se mantido inerte quanto essa questão, já que providências estão em trânsito para

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 210

regularizar os registros contábeis em consonância com os registros realizados pelo Tribunal de Justiça.

Em relação à questão da contabilização dos valores que são depositados em conta administrada pelo Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios apontados a fls. 63 e 64 observamos que houve aparente equívoco na somatória dos valores liberados em 2014 pela DEPRE, uma vez que o total liberado é de 11.819.150,89 e não R$ 11.820.150,89 conforme valores liberados pela DEPRE que juntamos ao presente.

Por fim, quanto ao requisitório de pequeno valor objeto do Processo n° 42.372/2009, cabe destacar que o Ofício Requisitório expedido em 12/05/2011, recebido em 18/05/2011 pela Municipalidade não havia sido encaminhado para pagamento até 08/04/2015, data em que a Secretaria dos Negócios Jurídicos, atendendo determinação judicial, solicitou informações sobre o pagamento o oficio requisitório em questão, sendo que somente após verificação de que não foi efetuado nenhum pagamento é que o processo em questão nos foi encaminhado para providencias relacionadas ao pagamento que se efetivou em 17/04/2015.

B.5.3 – DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE:

a) Adiantamentos

O relatório aponta que há comprovantes de despesas realizadas com alimentação sem especificação de qualidade e valores unitários, dando como exemplo o Processo administrativo n° 46/2014 **(DOC. 64)**

Este processo registra despesas de alimentação com atletas da Secretaria de Esportes, competindo em diversas cidades do Estado, conforme se vê nas Notas Fiscais anexadas ao processo. Como também se vê nessas notas o documento fiscal emitido sempre indica o número de pessoas atendidas, o item de alimentação e seu valor unitário. É

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 282

mais do que corriqueiro, que essas delegações procurem pontos de alimentação onde o valor da alimentação é fixo, ficando livre ao consumidor servir-se à vontade.

Prova disto está nos comprovantes de fls. 21 do referido processo, emitidos sempre pelo mesmo valor, o que significa "preço por pessoa", o que não fere em momento algum a regularidade das despesas bem como os princípios da moralidade e da legalidade, vez que há a devida especificação de quantidades e valores.

Contudo, para evitar futuros sobressaltos, a Administração estará recomendando, especialmente a área de Esportes que, sempre, se não houver contratempo maior, procure locais de alimentação onde seja possível fazer a discriminação completa da refeição. .

A observação sobre o Processo Administrativo nº 017/2014 é de outra natureza: ausência de cópias xerográficas de comprovantes em papel para PAV ("impressão térmica", na linguagem comum). Realmente ocorreu a falha neste processo, pois habitualmente é feita a cópia xerográfica do comprovante, sendo os responsáveis do setor já devidamente alertados para que isso não mais ocorra.

Além disso, é de suma importância relatarmos que não medimos esforços no sentido de se implementar a todo custo a transparência dos gastos públicos, sendo realizados no exercício adiantamentos apenas em situações extremas. A Municipalidade realmente agido com zelo em relação as despesas públicas e que pequenas falhas formais não podem macular as contas "in examine".

b) Convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU

- Convênio Creches – Processo nº 34982/13

I) Do ajuste

Identificador: 3100310035003200320003A005400520041 00 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 212

Inicialmente anotam os agentes de fiscalização que referido convênio está sendo tratado em autos próprios **TC – 979/007/14**, fazendo, contudo, diversos comentários acerca da execução do ajuste, que a seguir esclareceremos.

II) Da execução do convênio

Anota a fiscalização em relação ao convênio que "embora tenha sido firmado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, sua operacionalização se deu através da Fundação Universitária de Taubaté – FUST."

Acerca da questão cumpre-nos esclarecer que a intervenção da FUST, enquanto Fundação de Apoio à Universidade de Taubaté se dá de forma subsidiária, apenas no âmbito da gestão econômico-financeira do Convênio.

O núcleo das atividades socioeducativas e de apoio à Educação Infantil, que inclui treinamento e orientação de pessoal, organização, acompanhamento e outros é feito pela Universidade de Taubaté, e é próprio de sua competência enquanto instituição acadêmica, de ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Trabalho foi aprovado quando da assinatura do convênio e está em acordo com o §1°, II, do art. 116 da LF n° 8.666/93, pois prevê metas a serem atingidas por meio do ajuste, sendo que o seu cumprimento pela conveniada foi amplamente fiscalizado pela Secretaria de Educação de Taubaté, de modo que os resultados planejados e obtidos podem ser visualizados de forma clara nos relatórios apresentados pela conveniada **(DOC. 65)** e no relatório anual da Secretaria de Educação **(DOC. 66)**, constantes das fls. 67 a 174 e 175 a 180 do processo 15606/2015.

Quanto ao salário de auxiliares de desenvolvimento infantil tem-se que o valor adotado no convênio seguiu os parâmetros do mercado, garantindo a economicidade do ajuste, o que restou demonstrado às fls. 56 a 57 e 997 a 998 do processo

Identificador: 3100340035003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

34982/13, sendo essa questão da economicidade já tratada anteriormente **(VIDE DOC. 43 NOVAMENTE)**

Em relação ao aditamento que acresceu 11,84% no valor dos repasses o mesmo fez frente aos dispêndios discriminados às fls. 928 a 954 do processo 34982/13 **(DOC. 67)**, sendo comprovados nos relatórios citados anteriormente.

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Os valores repassados e as despesas realizadas foram devidamente fiscalizados pela Secretaria de Educação, conforme documentos constantes às fls. 188 a 359 do processo 15606/15 **(DOC. 68)**.

Ademais, outros esclarecimentos acerca das prestações de contas também foram prestados pelo setor de auditoria da Municipalidade **(DOC. 69)**, que é bastante atuante e confere todos os documentos antes de liberar os repasses.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Essa questão já foi amplamente debatida no item "Gastos com pessoal" e para não sermos repetitivos nos remetemos aos esclarecimentos lá anteriormente ofertados, sendo de se ressaltar mais uma vez que ao contrário do afirmado pela fiscalização o convênio não foi celebrado com a finalidade de burlar o limite de despesa de pessoal previsto na LRF.

V) Das responsabilidades da Prefeitura

Acerca das anotações constantes desse item, repisa-se os esclarecimentos já anteriormente prestados e ressalta-se que conforme constam das prestações de conta, os recursos foram empregados em consonância ao disposto no parágrafo segundo da

Identificador: 3100340035003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Cláusula Quinta do Termo de Convênio, pois sua destinação seguiu o previsto nos itens "a" a "e" da mesma cláusula, não existindo, portanto, qualquer irregularidade nesse particular.

E mais, ao contrário do afirmado pela fiscalização, Secretaria Municipal de Educação fiscalizou sim a aplicação dos recursos e o desenvolvimento das atividades, de acordo com os parâmetros definidos no Termo de Convênio e no Plano de Trabalho, tendo consubstanciado os apontamentos inerentes a tal ação no relatório anual constante das fls. 175 a 180 do processo 15606/2015 já anexado aos autos **(DOC. 66, NOVAMENTE)**, tendo o referido relatório sido ainda complementado pelo que ora anexamos como **DOCUMENTO Nº 70.**

Convênio Monitores – Processo nº 8116/13

I) Do ajuste

Conforme consta dos autos, também esse convênio está sendo tratado em autos próprios **TC – 144/007/15**, não devendo portanto, ser motivo de análise nas presentes contas. Contudo, a d. fiscalização, acerca da matéria teceu diversas considerações que passamos a esclarecer.

II) Da execução do convênio

Acerca da anotação da intervenção da FUST na execução do convênio cabem aqui os mesmos esclarecimentos já anteriormente prestados, sendo de se ressaltar que essa intervenção se dá de forma subsidiária, apenas no âmbito da gestão econômico-financeira do Convênio, por questões meramente operacionais.

Vale dizer que as metas estabelecidas no Convênio dirigem-se à melhoria da qualidade do atendimento educacional no Município, à busca da formação integral do aluno e à inclusão social dos alunos.

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Elas se materializam no oferecimento, em contraturno escolar, de atividades didáticas e paradidáticas que ampliem os horizontes dos alunos (culturais, sociais, formativos) e, ao mesmo tempo, apoiem o processo educativo que ocorre no turno escolar regular. A mensuração de tais metas se dá por meio da verificação da realização efetiva das atividades (oficinas, estudos) e do número de alunos atendidos pela Educação Integral.

O Plano de Trabalho foi aprovado quando da assinatura do convênio e está em acordo com o §1°, II, do art. 116 da LF nº 8.666/93, pois prevê metas a serem atingidas por meio do ajuste, sendo que o seu cumprimento pela conveniada foi fiscalizado pela Secretaria de Educação, de modo que os resultados planejados e obtidos podem ser visualizados de forma clara nos relatórios apresentados pela conveniada e no relatório anual da Secretaria de Educação, todos constantes das fls. 360 a 380 e 381 a 386 do processo 15606/2015 **(DOCS. 71 E 72)**.

III) Dos valores repassados e das despesas realizadas

Os valores repassados e as despesas realizadas foram devidamente fiscalizados pela Secretaria de Educação, conforme documentos constantes às fls. 387 a 480 do processo 15606/2015 **(DOC. 73)**.

IV) Do limite de despesa de pessoal

Para não sermos repetitivos remetemos Vossa Excelência aos esclarecimentos já anteriormente prestados sobre a questão.

V) Das responsabilidades da Prefeitura

Também aqui as questões são repetitivas acerca do assunto, e todos os esclarecimentos já foram devidamente prestados.

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

Ressalte-se apenas que as atividades foram devidamente fiscalizadas e prestadas a contento conforme consta dos relatórios de atividade já anexados **(VIDE DOC. 72, NOVAMENTE)**, tendo sido referido relatório complementado pelo que ora se anexa como **DOCUMENTO Nº 74.**

Pela extensa documentação ora anexada pode-se ter uma idéia da importância dos trabalhos desenvolvidos pelos referidos convênios, sendo as atividades desenvolvidas com excelência e dinheiro público bem aplicado em benefício da população taubateana.

B.5.3.1 – GASTO COM COMBUSTÍVEL:

Inicialmente, a fiscalização verificou que a despesa de combustível se mostrou compatível com o número de veículos da Prefeitura Municipal.

Observou-se, porém, que o valor informado pela Prefeitura (R$ 2.390.534,54) apresenta divergência em relação ao enviado ao Sistema Audesp, empenhado no subelemento 33903001 e utilizado para compra de combustível (montante empenhado líquido de R$ 2.771.159,72, liquidado de R$ 2. 406.089,54 e pago de R$2.350.807,00).

Sobre tal questão, cabe informar que no exercício de 2014, o elemento 33903001, que trata de despesas com Combustíveis e Lubrificantes Automotivos, teve um total de empenhamento no valor de R$ 2.928.743,47, liquidado o valor de R$ 2.563.673,29 e pago o valor de R$ 2.508.390,75.

A divergência de valores apontada pela auditoria se deu em virtude de na ocasião terem sido informados os valores utilizados com os seguintes combustíveis: gasolina e óleo diesel, e o elemento 339001 o qual se refere a auditoria, engloba também valores referentes a outros produtos, como graxa para rolamentos, óleos lubrificantes, shampoos automotivos, entre outros.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 928

Neste sentido, segue cópia dos relatórios analíticos das referidas contas contábeis **(DOCUMENTO Nº 75)**, demonstrando a inexistência de divergências quanto as despesas de consumo de combustíveis.

B.6 – TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS:

Após testes, a auditoria acusou a correta adequação dos setores de almoxarifado e bens patrimoniais.

Quanto ao setor de tesouraria, a fiscalização verificou divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema Audesp até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

Como antou a própria equipe de auditoria, após o mês de abril de 2014, as divergências foram regularizadas.

B.8 – ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS:

Neste tópico, através do Sistema Audesp, a auditoria verificou que no exercício de 2014 foram realizados 101 pagamentos, no valor total de R$ 28.945.654,68, fora da ordem cronológica de pagamentos, para o que não houve atendimento ao art. 5° da Lei nº 8.666/93.

A quebra cronológica apontada não ocorreu para privilegiar alguns credores em detrimento de outros, mas por razões impeditivas e momentâneas de pagamentos. A análise dos casos, que são encontrados em relatório do AUDESP **(DOCUMENTO Nº 76)**, justificam o procedimento acima.

Identificador: 3100340036003200320003A0054005200410 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camaratatuibate/autenticidade fls. 218

Empenho nº 1452/2014: o pagamento foi suspenso conforme determinação do Secretário de Obras, que solicitou um levantamento detalhado dos serviços efetivamente executados **(DOCUMENTO Nº 77)**, tendo a Tesouraria tomado conhecimento de seu teor através do memorando encaminhado pela Secretaria de Administração e Finanças **(DOCUMENTO Nº 78)**.

Empenho no. 4606/2014: o boleto do seguro obrigatório dos veículos da Municipalidade foi emitido pelo setor responsável de forma ilegível, o que impossibilitou a sua quitação na data aprazada, sendo os boletos devolvidos para nova emissão.

Empenho no. 1425/14: embora a liquidação tenha sido efetuada, o pagamento não foi realizado em razão da empresa não cumprir a cláusula sétima, item 7.4, do contrato assinado **(DOCUMENTO Nº 79)**. O mesmo ocorreu com o **empenho no. 9540/14**: a liquidação foi efetuada; contudo a empresa não cumpriu a cláusula sexta, item 6.6, do contrato assinado **(DOCUMENTO Nº 80)**. Diante do não cumprimento das citadas cláusulas contratuais, ambas empresas encaminharam prorrogação da data de vencimento em razão da irregularidade apontada.

No mais, em relação aos empenhos nº 1452/14, 4606/14 e 1425/14, houve suspensão de pagamento por motivo relevante, não caracterizando a intenção de privilegiar terceiros.

Nos demais casos apontados, empenhos nº 1011/14, 3317/14, 3449/14, 8163/14, 8332/14, 3161/14, 4718/14 e 3495/14, houve uma divergência entre as datas de vencimento registrada na liquidação e a data registrada na Ordem de Pagamento, conforme se comprova através dos relatórios anexos **(DOCUMENTO Nº 81)**

Em tempo, através do referido relatório observa-se que os pagamentos foram efetuados de acordo com as datas de vencimento que constam nas respectivas Ordens de Pagamentos.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 220

No que tange ao **Empenho no. 2379/14**, as datas de liquidação, vencimento e pagamento são iguais (vide documento 78). No relatório da AUDESP aparece como se o empenho 3161/14 tivesse sua data antecipada em relação à data do empenho 2379/14, mas, conforme mencionado acima, o empenho 3161/14, apresenta divergência entre as datas de liquidação e de vencimento da Ordem de Pagamento.

Assim, as divergências apontadas no relatório da AUDESP são em relação à data de vencimento da liquidação e a data de vencimento da Ordem de Pagamento, não caracterizando quebra cronológica de pagamentos e/ou "preterimento de pagamento", conforme demonstrado.

Não há, portanto, nenhum a falha capaz de comprometer a APROVAÇÃO das Contas Anuais de 2014 da Prefeitura de Taubaté.

C.1 – FORMALIZAÇÃO DAS LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS:

C.1.1. FALHAS DE INSTRUÇÃO:

Anota inicialmente a d auditoria supostas falhas analisadas em conjunto, por se tratarem em seus dizeres de irregularidades comuns ao órgão em diversos processos. A seguir passamos a esclarecê-las:

a) Falhas no Planejamento da Administração

Esse apontamento foi realizado pela d. auditoria (fls. 83/85 do relatório) pelo fato de terem ocorrido aditamentos às Concorrências nº 12/13 05/13 de serviços, que nos dizeres dos agentes de fiscalização, já deveriam compor o objeto do contrato.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 221

Com a devida vênia dessa anotação, já de plano podemos afirmar que ambos os casos trataram-se de situação excepcionais e que não causaram qualquer prejuízo à administração, vez que os aditamentos ficaram dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Licitações, tendo sido todos eles devidamente justificados conforme verifica-se do Memorando elaborado pelo Secretário de Obras, que ora anexamos como **DOCUMENTO Nº 82** .

Do referido memorando em relação a Concorrência 12/13 destacamos finalmente que: "***A soma do valor contratual de R$ 1.899.478,42 mais o valor do aditamento de R$ 401.659,24 totaliza R$ 2.301.147,66, excluindo o valor suprimido de R$ 471.484,69 apuramos que o custo final das obras foi de R$ 1.829.652,97 que dividido pela área efetivamente construída de 2.492,98 m2 bos dá um custo de R$ 733,92 por metro quadro, muito abaixo dos valores de mercado praticados normalmente por entidades públicas.***", demonstrando definitivamente a vantajosidade do ajuste.

Ademais, podemos afirmar que a Municipalidade de Taubaté, quando da elaboração de seu projeto básico, preencheu todos os requisitos necessários à caracterização como tal, sendo fornecidos elementos suficientes para a execução dos serviços, das especificações dos serviços licitados, tendo sido a obra devidamente concluída **(DOC. 83)**

Contudo, é inegável que o interesse público é mutável, e, em face disso, permite-se que o contrato seja ajustado à nova feição ou aos novos reclames da Administração.

No que toca ao contrato celebrado com a Administração Pública, oportuno trazermos à baila os ensinamentos do renomado administrativista Diógenes Gasparini: ***"Os contratos administrativos observam um regime jurídico próprio, estatuído pelo Direito Administrativo e indicado em cláusulas exorbitantes. Dito regime é marcado, na sua essência, pela possibilidade que tem a Administração Pública contratante, em razão do interesse público, de, em relação ao ajuste celebrado, modificar a execução a cargo do contratado, de rescindir o ajuste antes do termo fixado, de aplicar sanções e de intervir***

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.aplonline.com.br/camarataubate/autenticidade

provisoriamente na execução do ajuste nos casos em que seu objeto é a prestação de serviços essenciais." [1] (g.n)

Complementando os ensinamentos supra referidos, no que concerne às prerrogativas da Administração Pública e as chamadas cláusulas exorbitantes, acentua a Professora Maria Sylvia Zanelaa Di Pietro[2]que: ***"são cláusulas exorbitantes aquelas que não seriam comuns ou que seriam ilícitas em contrato celebrado entre particulares, por conferirem prerrogativas a uma das partes (a Administração) em relação à outra; elas colocam a Administração em posição de supremacia sobre o contratado".*** (g.n)

Neste sentido, temos que os limites eventualmente estabelecidos pelo legislador para a alteração dos contratos administrativos **devem ser acolhidos sob o prisma da persecução do que é melhor ao interesse público.**

Com efeito, não é controverso que o regime de direito público confere à **Administração o poder de permanentemente adequar o vínculo contratual ao *interesse público*, que se modifica, naturalmente, com o passar do tempo.**

É justamente para garantir a satisfação do interesse público que a Lei confere prerrogativas especiais para a Administração Pública dentro da relação contratual.

Tais prerrogativas autorizam a Administração a impor modificações nas prestações devidas em função das necessidades públicas, aplicar sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do ajuste, **modificar unilateralmente o contrato para correta adequação às finalidades de interesse público** e outras, sempre respeitando o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.

De fato, a possibilidade de alteração dos contratos administrativos é prevista no ordenamento pátrio. Isto porque não pode a Administração

[1] GASPARINI, DIÓGENES – DIREITO ADMINISTRATIVO – 7ª EDIÇÃO – SARAIVA – SÃO PAULO, 2002. P. 524
[2] *IN* "DIREITO ADMINISTRATIVO", EDITORA ATLAS, 19ª EDIÇÃO. P. 273.

Identificador: 3100310035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Pública ficar aprisionada aos acordos de vontade que firma, se o interesse público, do qual é gestora, reclamar outro comportamento.

Seria absurdo pensar em hipótese na qual o *interesse público* exija determinada alteração do instrumento contratual e esta simplesmente não pudesse ser implementada em face da "*imutabilidade do contrato pactuado*".

Quanto à questão, Cristiana Fortini, discorrendo sobre "As alterações contratuais: o desafio do intérprete", na obra "Licitações e Contratos Administrativos – Aspectos Relevantes"[3] defende que: ***"O interesse público não é estanque. Para concretizá-lo, cumpre adotar medidas que se alteram com o decorrer do tempo. Se em dado momento a solução ótima para que tal interesse seja prestigiado esta no cumprimento de certa diligência, no momento seguinte é preciso outra estratégia, sob pena de não se alcançá-lo.***

(...)

Todavia, já se pacificou na doutrina a noção de que os contratos podem sofrer mutações após sua formalização, sempre que assim recomendar o interesse público." (g.n)

Nesse diapasão, a Prefeitura Municipal de Taubaté verificou a real necessidade de adequar os Contratos aos fins almejados, sendo necessária a celebração dos Termos de Aditamento que aqui se questiona. Ressalta-se que, a Municipalidade, em prestígio ao Princípio da Motivação, tratou de expor no processo administrativo licitatório as razões e motivos que ensejou o instrumento.

Do exposto, diante da necessidade de modificações quantitativas no objeto, a Municipalidade ao celebrar os Termos de Aditamento objetivou adequar a contratação ao atendimento dos fins públicos a que se destina o empreendimento, não havendo que se falar em falta de planejamento da administração.

b) Ofensa à ampla competitividade

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Nesse item específico anota a fiscalização que a eleição do método/produto referido na Concorrência 01/13 sem as devidas justificativas técnicas acabou por restringir a competitividade do certame.

Inicialmente temos que esclarecer que o certame contou com diversos participantes e ampla competitividade, conforme comprova a Ata da sessão já constante dos autos (FLS. 2355/2356 DO ANEXO XII), **tendo havido 12 (doze) participantes e 08 (oito) empresas habilitadas,** dessas apenas uma foi inabilitada por ter apresentado atestado conforme exigido no edital e nenhuma delas recorreu da decisão da Comissão.

Ademais, a definição do objeto é discricionariedade da administração e foi devidamente justificada pelo setor técnico de engenharia da Municipalidade, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 84** em anexo.

No tocante ao Convite nº 13/13 aponta o relatório que no procedimento duas das quatro empresas participantes foram inabilitadas. Apesar disso, ao reabrir o certame a administração convocou as mesmas anteriormente chamadas, sem oportunizar a participação de outras empresas do ramo.

A Municipalidade ao repetir o certame, nos termos da Lei nº 8.666/93, convidou as mesmas anteriormente convidadas acrescendo mais uma nova empresa **(DOC. 85)**, ao contrário do afirmado pela d. fiscalização, não havendo irregularidade nesse procedimento.

c) Falha na precisão do objeto a ser licitado

A fiscalização anota ainda em relação ao Convite nº 13/13 que houve falha na descrição dos serviços licitados.

[3] EDITORA FÓRUM – 2ª EDIÇÃO, P. 23

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

A respeito dessa questão cumpre-nos esclarecer que inicialmente o Memorial descritivo foi extraviado. Por esse motivo a comissão o solicitou à Secretaria de Finanças, que re-encaminhou através do Memorando mencionado pela fiscalização, onde consta a completa descrição dos serviços a serem executados **(DOC. 86),** sanando, dessa forma, a suposta falha apontada.

E mais, ao contrário do alegado, referido ajuste permitiu o atendimento de inúmeras necessidades e interesses da Municipalidade, que surgiram ao longo do exercício de 2014, especialmente em face do descritivo constante no item 6 do objeto (elaboração de projetos especiais e execução de atividades especiais: diagnósticos de situação, análises organizacionais e operacionais, proposição de procedimentos e normatização, elaboração de matrizes para implantação de projetos e atividades), tendo a contratada comparecido praticamente semanalmente na Secretaria de Finanças durante o exercício "in examine".

Ademais, a alegada falta de precisão do objeto não impediu que a contratada tenha executado uma série de trabalhos solicitados pela Municipalidade, como os levantamentos efetuados para instrução do Projeto PMAT e também pelo suporte técnico em estudos e análise de natureza econômica e financeira necessários à elaboração de consultas e projetos para obtenção de recursos de fontes externas.

d) Terceirização de atividades da Administração

Em relação à Carta Convite nº 15/13, cujo objeto era a contratação de empresa para elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos e planilhas de infraestrutura urbana, visando atender a exigências do Ministério das Cidades.

Conforme verifica-se do **DOCUMENTO Nº 87** em anexo, tratou-se de projetos bastante complexos e que possuíam normas e regras específicas e, ao contrário do que afirma a fiscalização, a Municipalidade não possuía pessoal qualificado para

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 008

elabora-los, não tendo como se exigir que a Administração Pública tenha em seu Quadro de Servidor, Profissional com esta especialização.

Com isso, o critério utilizado foi o da economicidade, posto que não há sentido a Administração utilizar do concurso público para um cargo com essas especialidades, cujo salário seria em patamar elevado, observando ainda, que não se trata de um serviço contínuo, mas sim de um estudo específico que foi satisfatoriamente realizado.

O mesmo se diz no tocante à Carta Convite nº 13/13 e a TP 11/14 **(DOC. 88)** que diz respeito a projetos específicos a serem desenvolvidos, não representando de maneira alguma terceirização de atividade-fim da administração e sim serviços pontuais.

e) Ausência de comprovação da entrega dos convites

Nesse particular aponta que nas cartas convites analisadas (15/13 e 13/13) não constam a comprovação efetiva da entrega dos convites às empresas selecionadas estando anexado apenas os comprovantes de envio de e-mail.

A Municipalidade realiza pouquíssimas cartas convites e muitas vezes embora solicitado no e-mail, as empresas convidadas sequer o respondem. Contudo, já no exercício de 2015 tal procedimento foi alterado conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 89** em anexo, restando totalmente regularizada tal questão.

f) Desvinculação ao Instrumento Convocatório

Aponta nesse item a ocorrência do Pregão nº 27/14 no qual acabou por ter sido assinado contrato em dissonância com a previsão do edital no tocante ao prazo de entrega.

O que ocorreu aqui foi que se utilizou por equívoco a primeira versão da minuta de contrato constante do edital. Contudo tal falha possui natureza meramente

Identificador: 3100340036003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls. 000

formal, vez que não houve prejuízo ao Município, tendo sido a entrega realizada em período até menor do que trinta dias e a garantia estendida para 12 meses **(DOC. 90).**

A empresa contratada também não se sentiu prejudicada vez que assinou o ajuste e o cumpriu regularmente, não tendo tal falha o condão de macular as presentes contas.

g) Falhas na formalização das Dispensas e Inexigibilidades

Apontam os d. agentes de fiscalização a existência alguns vívios no tocante a justificativas de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme a seguir esclareceremos.

Acerca da Dispensa 09/14, reclama a falta de especificação de quais servidoras realizariam o curso contratado. Sanando tal apontamento, segue como **DOCUMENTO Nº 91** a declaração da contratada atestando a participação das servidoras Renata Lanziloti dos Reis Barbosa e Odila Maria Sanches no referido curso.

Em relação a Inexigibilidade nº 04/14 que diz respeito a contratação de serviços de tabelionato de registro de imóveis títulos e documentos (cartório) reclama a d. fiscalização que constava da requisição a contratação também de cópias reprográficas, o que não seria cabível.

Contudo, conforme verifica-se do **DOCUMENTO Nº 92** em anexo a d. Procuradoria do Município em seu parecer já havia alertado acerca de tal impossibilidade, não tendo na ordem de serviço constado a contratação das cópias. Aliás, ao final nada foi gasto a esse título, conforme comprova a anulação do empenho também anexado no mesmo documento **(DOC. 92, novamente)**.

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

No tocante Inexigibilidade nº 07/14 que trata do fornecimento de créditos de vale transporte, apontou a fiscalização que houve empenho em atraso, sendo tal falha verificada pela administração que abriu sindicância para apurar os fatos.

Assim, segue em anexo o **DOCUMENTO Nº 93** que trás a conclusão da referida sindicância, onde foi constatada a ausência de má-fe e se procedeu advertência aos responsáveis para que falhas da espécie não mais ocorram, sob pena de aplicação de falhas mais severas, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 01/90.

Apontou também a fiscalização, a ocorrência de alguns equívocos na contratação de profissionais do setor artístico.

A título de exemplo citou a Inexigibilidade 20/14 – Três Tenores Brasileiros, na qual reclama que a empresa LEGATO EVENTOS MUSICAIS LTDA., não seria empresária exclusiva dos artistas contratados.

Conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 94** em anexo a referida empresa é sim representante dos Três Tenores Brasileiros, tendo firmado contratos em diversos locais em nome deles, não havendo, por isso, qualquer irregularidade na contratação.

A mesma irregularidade foi apontada em relação a Inexigibilidade nº 17/14, na qual a empresa QUASE CINEMA PRODUTORA LTDA. não seria empresária exclusiva da artista Valéria Guglietti.

Com a devida vênia dessa anotação, a referida empresa é sim produtora teatral conforme verifica-se de seu contrato social e seu cartão de CNPJ **(DOC. 95),** sendo possível portanto sua contratação, por inexigibilidade para referido espetáculo. Ademais, a mesma empresa já firmou diversos outros contratos com o Poder Público para apresentações culturais, inclusive representando legalmente outros artistas **(DOC. 96).**

Identificador: 3100310035003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Nesse item apenas apontou a d. auditoria que a Prefeitura "não realizou negociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS, estando em fase de estudos".

Trata-se de matéria bastante controvertida e a renegociação não é de fácil aplicação, vez que envolve diversas peculiaridades em relação aos fornecedores e aos contratos em que ela será aplicada. Contudo, a Municipalidade determinou que fossem realizados estudos por parte da área de auditoria, bem como o levantamento de todos os ajustes, o que demanda tempo conclusão e que gera muitas vezes até inviabilidade na mencionada negociação.

C.2.2 – CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO:

a) Ausência de publicação na imprensa oficial:

Anotou-se que a publicação dos contratos não ocorreu junto a imprensa oficial, citando como exemplo diversas páginas dos anexos, conforme verifica-se às fls. 97 do relatório.

Ao analisar referidas folhas dos autos verifica-se que tratam exatamente de publicações de diversos ajustes junto à imprensa oficial do Município, motivo pelo qual causou-nos estranheza a anotação da d. auditoria, cabendo aqui os mesmos esclarecimentos já anteriormente prestados quando da anotação da inexistência de publicação das inexigibilidades **(VIDE DOC. 100, NOVAMENTE).**

b) Ausência de aplicação das sanções cabíveis:

Anota a fiscalização nesse item que através do Processo nº 11055/14 a Prefeitura Municipal contratou a empresa MILAFLEX INDÚSTRIA E

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

Reclama ainda a fiscalização a falta de justificativa de preços nos processos de Inexigibilidade nº 01,13, 17 e 18/14.

Acerca da matéria, cumpre-nos esclarecer que conforme Orientação Normativa da AGU Nº 17/09 **(DOC. 97)** a pesquisa de preços em casos de inexigibilidade, ao contrário do afirmado pela fiscalização, deve ser sim realizada com o mesmo profissional em comparação a outros contratos que firmou com outros entes ou com particulares, a fim de demonstrar se o preço cobrado é aquele praticado pelo mercado. E foi o que se fez.

Contudo, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 98** em anexo, em todos as contratações pagou-se o preço praticado no mercado, sendo que em algumas vezes não há parâmetros exatos de comparação por tratarem de apresentações artísticas sendo umas delas artista internacional (Inexigibilidade 17/14), mas sempre se pagou valores módicos se comparados à grandiosidade dos eventos.

Por fim, anotou-se que em nenhum dos processos de dispensa ou inexigibilidade ocorreu a publicação dos atos na imprensa oficial – Docs. Fls. 2045/2978 dos anexos XI ao XV.

Causou-nos estranheza essa afirmação vez que ao analisarmos referidas folhas dos autos verifica-se que nelas constam as publicações das dispensas e inexigibilidades e que ora anexamos novamente como **DOCUMENTO Nº 99**.

Ademais, conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 100** em anexo, a Empresa Jornalística de Taubaté e Região – Diário de Taubaté é exatamente o jornal contratado (vencedor da licitação) para prestação de serviços de publicação de Atos Oficiais da Municipalidade, não sendo portanto cabível qualquer apontamento de irregularidade nesse particular.

C.2 – CONTRATOS:

Identificador: 3100340036003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1001

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

COMÉRCIO DE MÓVFEIS E EQUIPAMENTO LTDA., para a entrega de mobiliário em 90 dias. Assim, embora a referida empresa tenha atrasado a entrega e a Prefeitura emitido duas notificações não se localizou nenhuma penalização à empresa.

Embora a empresa tenha entregue os referidos móveis, conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 101)** a Prefeitura está dando andamento ao processo de penalização da empresa, em atendimento inclusive ao parecer da Procuradora Jurídica do Município que opina pela aplicação de advertência e multa moratória para a contratada.

No tocante ao Processo nº 25045/14, que trata da contratação da empresa LETHUS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., temos a esclarecer que conforme comprova a documentação em anexo **(DOC. 102)** todas as pendências foram devidamente solucionadas pela empresa estando o sistema totalmente em funcionamento. Ademais, os atrasos se deram também por alterações solicitadas pela própria Municipalidade, motivo pela qual não há que se falar em aplicação de penalidades à contratada.

c) Sucessivas prorrogações de prazo:

A anotação constante nesse tópico é de que: "analisando os processos selecionados, constatamos a excessiva realização de Termos de aditamento aos contratos firmados pela origem".

O primeiro deles diz respeito a Tomada de Preços 11/14. Apesar de terem ocorridos algumas prorrogações, todas elas necessárias e devidamente justificadas nos autos do processo às fls. 110 do relatório ***a própria fiscalização atesta a regularidade na execução contratual.***

No tocante ao Pregão 432/14, as prorrogações foram devidamente justificadas nos autos e se deram em razão da necessidade de levantamentos minuciosos em

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1003

todos os postos de trabalho da Prefeitura, tendo ao final o serviço sido concluído a contento **(DOC. 103)**, o que não causou qualquer prejuízo à administração.

d) Falha na fiscalização da execução contratual:

Acerca da questão citam os agentes de fiscalização a dispensa 04/14, onde teria ocorrido demora entre o início da obra e o termo de recebimento definitivo, denotando falha de acompanhamento da Administração.

Não houve atraso algum na execução da referida obra que realmente era urgente, sendo que as explicações da demora de emissão do termo de recebimento definitivo constam do memorando expedido pela Secretaria de Obras do Município **(DOC. 104).**

C.2.3 – EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Das avenças em execução a fiscalização verificou as seguintes:

- Contrato s/nº - Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços (Concorrência 02/11).

Com relação ao Contrato celebrado com a empresa Amabile para execução de obras para adequação da EMEF Marlene Miranda anotou diversos problemas na execução das obras, embora já tenham sido provisória e definitivamente recebidas pelo Município.

Verificando-se todas as datas constantes do relatório, pode-se notar que se trata de processo ***totalmente realizado pela administração anterior, sobre o qual o ora peticionário não possui qualquer responsabilidade***.

Contudo, após a anotação da fiscalização dessa C. Corte a Municipalidade não se manteve inerte, notificando a empresa para que tomasse as devidas

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaraitatiba/autenticidade

providências para as correções necessárias. Até a presente data a empresa não se manifestou e a Secretaria de Obras do Município irá levantar os custos dos serviços não executados e passíveis de correção e notificar a empresa para ressarcir os prejuízos causados ao erário **(DOC. 105)**.

- Contrato s/nº - Valguará Industria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda. (Carta convite 15/11).

Com relação ao Contrato celebrado com a empresa Valguará verifica-se que também trata de processo ***totalmente realizado pela administração anterior, sobre o qual o ora peticionário não possui qualquer responsabilidade***.

A atual administração, conforme demonstra o **DOC. 106** não possui também condições de atestar a correta execução do ajuste já que não constavam os locais onde seriam executados os serviços.

- Contrato s/nº - Alexandre Danelli Engenharia e Construções Ltda. (Concorrência 05/13).

No tocante as prorrogações de prazo do ajuste em referência temos a esclarecer que conforme comprova o **DOCUMENTO Nº 107** em anexo as mesmas se deram em razão do aditamento de alguns serviços de adequação da obra, necessários ao bom funcionamento das atividades escolares no prédio e também em decorrência do atraso ocorrido nas interligações das redes de ágia e esgoto motivado pela SABESP, não tendo, no entanto, referido atraso causado nenhum prejuízo ao Município.

- Contrato s/nº - Gerencial VF Consultoria e Projetos S/C Ltda. (Convite 13/13).

A respeito da execução do presente ajuste, como já dissemos anteriormente o mesmo foi satisfatoriamente executado, tendo atendido diversas demandas da Secretaria Municipal de Finanças. Contudo, a d. agente de fiscalização, aponta que pelos documentos anexados apenas se comprovava um dos itens previstos no objeto do contrato.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1048

Segue em anexo como **DOC. 108** todas as ordens de pagamento do presente ajuste, nas quais se encontram mensalmente relatórios das atividades desenvolvidas, sendo devidamente atestado pela Diretora do Departamento de Contabilidade a correta prestação dos serviços.

Diante dessa documentação comprovado está que improcede a anotação do relatório, sendo esse contrato de extrema utilidade e importância para a administração.

- Contrato s/nº - Amabile F. Marcondes Comércio e Serviços (Tomada de Preços 14/14).

Acerca da questão apontada pela fiscalização o engenheiro responsável pela obra assim se manifestou: "*a instalação do condutor vertical que recepciona a água da chuva foi executada sem a colocação da curva de 90º, visando melhorar o escoamento das águas, bem como evitar um possível entupimento da mesma e também colocado por fora do pilar a fim de facilitar os serviços de manutenção e reparos caso necessários*" **(DOC. 109).**

Ademais, mesmo que exista alguma irregularidade nos itens licitações e contratos, o que admite-se apenas para fins de argumentação, tal questão não pode macular as contas em comento, conforme preconiza a jurisprudência desse E. Tribunal, conforme decisões exaradas nos TCS 1130/026/11; TC – 2078/026/13 e 1695/026/13.

D.1.1 – LIVROS E REGSTROS:

Neste tópico, a fiscalização apenas reitera o constatado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B.3.1 (Ensino) e B.4 (Precatórios).

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade Fls 1005

Neste tópico, a fiscalização apenas reitera o apontado nos mencionados tópicos, onde foram apresentadas as justificativas pertinentes para demonstrar a inexistência de falhas capazes de comprometer a aprovação das Contas Anuais em exame.

D.2 – FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

Neste tópico, a auditoria reitera o apontado nos itens B.1.3 (Dívida de Curto Prazo), B.2.2 (Despesa de Pessoal), B. 3.1 (Ensino), B.5.3.1 (Gasto com combustível) e 8.6 (Tesouraria, almoxarifado e bens patrimoniais) deste relatório, onde foram constatadas divergências entre os dados informados pela Prefeitura e aqueles apurados no Sistema AUDESP.

Como se observa, a fiscalização apenas reitera os apontamentos realizados nos referidos tópicos, onde foram apresentadas as justificativas pertinentes para demonstrar a regularidade dos atos praticados pelo Executivo de Taubaté.

D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL:

Cargos em Comissão:

Neste tópico, inicialmente, a auditoria verificou que no exercício de 2014 foram nomeados 45 servidores para cargos em comissão, sendo 03 deles para cargos que não possuem características de direção, chefia e assessoramento, quais sejam: Coordenador de Atividades Teatrais, Secretária do Prefeito e Coordenador de Artes Plásticas.

Referidos cargos, Exa., foram criados em 21 de dezembro de 2010, conforme Lei 236/10. Quando o requerente assumiu a Chefia do poder Executivo, tais cargos já constavam do quadro de pessoal, de modo que o requerente não participou da constituição dos mesmos.

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Sob outra vertente, deve a Corte de Contas verificar que enquanto não extintos por norma legal cogente, poderiam tais atividades ser preenchidas por meio de servidores comissionados, havendo, portanto, respeito ao princípio da legalidade.

Quanto as denominações atribuídas aos referidos cargos, as mesmas **buscaram e visaram atender a exigência** contida no artigo 37, V, da C.F., ou seja, assessoria, direção e chefia, posto que tais funções estão caracterizadas pelo elemento fidúcia em relação a quem o nomeia, não comportando estipulação de carga horária fixa.

O art. 37 da Constituição Federal, que desenha com alto grau de detalhes a estrutura da administração pública brasileira e de seus agentes, estabelece o princípio da **eficiência** como um dos princípios fundamentais a serem obedecidos.

Ora, a obediência a esse princípio inicia-se com os critérios adotados pela administração na escolha de seus agentes. No caso dos cargos de comissão, **o critério é o da confiança que a autoridade competente deposita no indicado para o cargo**. Tal confiança decorre da discricionariedade que a autoridade competente tem de julgar a capacidade e a idoneidade de determinada pessoa para ocupar funções de confiança.

Observe-se, o que disse Hely Lopes Meirelles:

> "*cargo em comissão é o que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas o seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função*"

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, *caput*, estabelece regramentos destinados à Administração Pública, nos seguintes termos:

Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camaratatuibate/autenticidade

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

O inciso V do artigo 37 da Carta Maior oferece os balizamentos para a efetivação do acesso através dos denominados cargos em comissão:

"V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e ***os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;"*** *(grifo nosso)*

Dessa forma, claro e evidente que os agentes públicos, enquanto praticam atos circunscritos às atribuições do cargo que ocupa, estão agindo no interesse público.

Necessário, assim, assegurar o direito do agente público, ocupante de cargo em comissão, de praticar todos os atos que lhes sejam legalmente atribuídos em razão do cargo, sem que haja ingerências descabidas de entidade de classe, como também garantir o direito da Administração Pública de nomear seus servidores para cargo em comissão atendendo tão somente às exigências da lei.

O professor MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, em sua obra "Comentários à Constituição Brasileira de 1998", volume I, Editora Saraiva, assim preleciona:

"Cargos em comissão. *Constituem cargos em comissão todos aqueles cujo preenchimento deve depender da confiança do nomeante para o bom andamento da*

Identificador: 3100340036003200320003A0054005200410O Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

administração. São, por isso, ditos também cargos de confiança. Tais cargos ***são aqueles pelos quais se transmitem as diretrizes políticas****, para a execução administrativa. Cumpre a seus titulares levar adiante essas linhas de ação, precisá-las em instruções se for o caso e fiscalizar a sua fiel execução. Conforme é de bom senso, essas funções não serão bem exercidas por quem não estiver convencido de seu acerto, não partilhar da mesma visão política."*

Os cargos em comissão identificados pelo agente fiscalizador, compreendem assim, **nas atividades de direção e assessoramento, a serem desenvolvidas por ocupantes nomeados pelo critério da confiança do Agente Público ou do Agente Político**, motivo pelo qual entendemos ser cabível a reconsideração do r. entendimento daquela Corte.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os cargos de provimento em comissão (cujo provimento dispensa concurso público) são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, a qual também pode exonerar *ad nutum*, isto é, livremente, quem os esteja titularizando. É aquele predisposto, ou vocacionado, a ser preenchido por um ocupante transitório, da confiança da autoridade que o nomeou e que nele permanecerá enquanto dela gozar.

Hely Lopes Meirelles define cargo em comissão como *"aquele que só admite provimento em caráter provisório. Destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos. A instituição de tais cargos é permanente, mas seu desempenho é sempre precário, pois quem os exerce não adquire direito à continuidade na função".*

E mais, com relação às atribuições, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, destaca que os cargos em comissão **implicam no exercício de atribuições a serem confiadas a pessoas de absoluta confiança das autoridades superiores**, especialmente dos

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

agentes políticos, pois constituem os canais de transmissão das diretrizes políticas, para a execução administrativa.

Não é qualquer plexo unitário de competências que reclama seja confiado o seu exercício a esta ou aquela pessoa, a dedo escolhida, merecedora da absoluta confiança da autoridade superior, mas apenas aqueles que, dada a natureza das atribuições a serem exercidos pelos seus titulares, justificam exigir-se deles não apenas o dever elementar de lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servirem, comum a todos os funcionários, como também um comprometimento político, uma fidelidade às diretrizes estabelecidas pelos agentes políticos, uma lealdade pessoal à autoridade superior (Marcio Cammarosano).

Dessa forma, Exa., não há que se atribuir qualquer irregularidade quanto aos cargos comissionados mencionados pela auditoria.

Férias Vencidas:

A auditoria verificou extensa relação de servidores da Prefeitura Municipal de Taubaté com mais de um período de férias vencidas e não gozadas, contrariando o artigo 7°, inciso XVII da Constituição Federal.

A situação mencionada pela auditoria foi verificada pela Prefeitura de Taubaté através da Ordem Interna n° 157/14, na qual restou determinado que as respectivas secretarias deveriam elaborar planilha visando o saneamento desta situação, sem prejuízo ao serviço prestado.

Neste sentido, resta esclarecido que a atual Administração buscou e tem buscado soluções para eliminar as pendências herdadas da gestão anterior, fato que demanda certo lapso temporal para que não ocorra solução de continuidade dos serviços públicos internos.

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1040

Miranda Rodriguez
e Palavéri
Advogados

Cessão de Servidores e Despesa de Pessoal:

A fiscalização detectou a cessão de 41 servidores para prestação de serviços nos mais diversos órgãos públicos, sendo que com relação aos servidores cedidos para a Câmara Municipal de Taubaté e para o 2° SubAgrupamento de Incêndio não foram disponibilizados os Termos de Convênio firmados, verificando-se, ainda, a ausência de portaria de cessão para a servidora Glorimar de Fátima Maciel.

Ainda quanto a cessão de servidores, a fiscalização destacou que 30 (trinta) dos servidores cedidos ocupam o cargo de Escriturário, para o qual foram criadas 100 (cem) novas vagas através da LC nº 351/2014, sendo que no exercício de 2014 foram admitidos 18 (dezoito) escriturários temporários, permitindo a conclusão de que a cessão de servidores efetivos para outros órgãos se contrapõe com a necessidade reiterada da Prefeitura Municipal em contratar temporariamente outros funcionários para o mesmo cargo, para suprir a demanda de serviço.

Sobre o tema, convém informar que cessão de servidores a outros órgãos/entidade afigura-se, por equiparação, à contribuição para o custeio de despesas nos termos do artigo 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo permitida a cessão.

Anote-se que o referido diploma disciplinou duas condicionantes para a efetiva cessão, a saber, autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como a celebração de convênio, acordo, etc;

Existe autorização na LDO para que o Município assuma despesas decorrentes de convênio, com a autorização legislativa constante no artigo 56, XIII da Lei Orgânica do Município.

Identificador: 3100340036003300320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Contemplou a LOA as despesas de pessoal e encargos relativos aos vencimentos dos servidores da Secretaria de Negócios Jurídicos atualmente cedidos ao Poder Judiciário.

Assim, a cessão de servidores para o Tribunal de Justiça atende as disposições legais e decorre de convênio firmado entre o referido Tribunal e o Município, nos termos do disposto no artigo 237 da LC 001/90, tratando-se de ato discricionário e precário, passível de revogação a qualquer momento, por quaisquer das partes, vez se encontrar sujeito aos juízos de oportunidade e conveniência entre os acordantes.

Aludida cooperação visa unir forças para atender a grande demanda junto aos cartórios judiciais no atendimento dos interesses dos munícipes taubateanos, inclusive interesses do próprio Município, de forma que, estejam referidos servidores desenvolvendo suas funções nos diversos setores da Prefeitura ou nos citados cartórios, o serviço público estará sendo desenvolvido e a comunidade beneficiada.

Contratação Temporária:

Acerca da contratação temporária, a fiscalização observou que a Prefeitura de Taubaté vem por reiterados exercícios admitindo servidores provisórios para cargos de provimento efetivo, sem comprovar a necessidade transitória de excepcional interesse público, pressuposto constitucional desse tipo de contratação, consoante artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Relativamente ao exercício de 2014, verificou a admissão de 162 temporários, sem a apresentação das justificativas para essas admissões, descaracterizando as excepcionalidades legais.

Para os cargos de Assistente Social, Braçal, Dentista, Enfermeiro, Médico Especialista, Servente e Técnico de Prótese Dentária, observou-se a admissão de

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

servidores sob a modalidade de concurso público e Tempo Determinado, não sendo apresentada, contudo, justificativa para a contratação temporária, já que existe concurso público em andamento.

Em primeiro plano, deve ser consignado que as admissões temporárias serão analisadas em autos próprios, onde será demonstrado a regularidade dos atos praticados pelo Executivo de Taubaté.

Em que pese, desde já, deve a Corte de Contas verificar que todos os atos de admissão de pessoal por tempo determinado foram precedidos de procedimentos seletivos e foram devidamente justificados, conforme se extraí das solicitações/justificativas expedidos pelas Secretarias Municipais **(DOCUMENTO Nº 110).**

São diversos os motivos que resultam nas contratações temporárias, dentre os quais, destaca-se: falta, afastamentos por doenças, licenças, pedidos de demissões, entre outros que foram previamente justificados e devidamente autorizados, não revelando nenhuma falha capaz de macular as contas anuais em exame.

Diárias:

Quando da análise das diárias pagas no exercício de 2014, a auditoria constatou o desvio de função de alguns dos servidores selecionados na amostragem, posto que apesar de ocuparem cargos diversos, eles desempenharam a função de motorista na condução de pacientes para tratamento médico fora do Município. Destacou-se a existência de cargo específico de Motorista no quadro de pessoal, bem como a contratação de temporários para o desempenho dessa função.

Em virtude do Decreto nº 13123, de 26 de setembro de 2013, dispor sobre a permissão de dirigir veículos oficiais somente para servidores efetivos e comissionados, bem como levando em conta que o Tratamento Fora do Domicílio (TFD),

Identificador: 3100310035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade Fls 1029

decorrente do grande número de pacientes, ser efetivado por motoristas com vínculo precário (celetista), ocorreram algumas autorizações para incluir os mesmos na lista de funcionários aptos a receber diárias de viagem.

Horas Extras:

Aqui, a fiscalização analisou as relações de horas extras fornecidas pela Prefeitura de Taubaté e constatou uma excessiva jornada extraordinária realizada pelos servidores municipais, ultrapassando, inclusive, os limites diários permitidos pela legislação, conforme evidenciado o quadro de fls. 120 do relatório.

Em situações esporádicas, tais como a necessidade de cobertura de férias de outros servidores, plantões médicos e rotinas de final de ano, viagens longas pelos motoristas, foi necessário extrapolar o limite legal de horas extraordinárias, o que, todavia, se deu somente em situações totalmente justificáveis.

Convém esclarecer que os trabalhadores assim agiram somente nos casos comprovadamente excepcionais e mediante prévia autorização.

As horas extras foram realizadas de acordo com as necessidades das Secretarias executantes, sendo autorizadas pelos secretários de cada pasta, cada qual tendo como justificativa a extrema necessidade dos serviços, sendo as mesmas apontadas mensalmente nos pontos dos servidores com a anuência desses Secretários.

Assim, a realização das horas extras se justifica pelos motivos relacionados acima, bem como, por tratar-se de serviços de urgência e emergência, sendo imprescindível a presença dos servidores.

Esta Administração tem dado constantes recomendações aos Secretários Municipais durante as reuniões periódicas, assim como enviado circulares,

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1018

orientando sobre os limites estabelecidos para as horas extras, e ultimamente proibindo as de finais de semana, destacando ter delegado a todos os senhores secretários a rigorosidade no controle das mesmas.

Ademais, Excelência, em consonância com o entendimento desse E. Tribunal, a questão de pagamentos de horas extras não é empecilho à aprovação das contas, apresentando apenas recomendação, conforme consta dos processos TC – 2861/026/03; TC – 2785/026/02; TC – 3120/026/03; 2603/026/05; TC 3386/026/05.

D.4 – DENÚNCIA, REPRESENTAÇÕES E EXPEDIENTES:

A fiscalização analisou o expediente TC-551/026/15, que trata do encaminhamento de cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26, através do qual requisitou da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008) nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente, decorrentes da decretação de irregularidades pela Advocacia Geral da União em face do pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Anotou que a Prefeitura de Taubaté, apesar de ter instaurado o processo administrativo nº 65334/14, não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento dos referidos valores, pois mesmo após reiterações por parte da fiscalização, o Executivo sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do município.

Sobre tal assunto, reporta-se aos esclarecimentos prestados no tópico B.1.6 – Dívida Ativa, onde restou demonstrada a inscrição dos valores na dívida ativa, bem como as ações judiciais existentes que versam sobre essa questão (vide documento nº 36).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls 101

D.5 – ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

Neste tópico final, a auditoria constatou o não atendimento à Lei Orgânica, pois a Prefeitura de Taubaté não entregou documentação requisitada prejudicando sobremaneira os trabalhos da fiscalização, conforme verificado no item "D.4" deste relatório.

Reitera-se o esclarecido o tópico anterior (D.4)

Por fim, considerando os dois últimos exercícios apreciados, a fiscalização verificou que, em 2014, a Prefeitura descumpriu algumas das recomendações deste Tribunal, conforme quadro de fls. 124 do relatório.

Como esclarecido e demonstrado anteriormente, a grande maioria das falhas apontadas pela equipe de auditoria não procedem, motivo pelo qual não se pode falar em reincidência.

Ademais, deve a Corte de Contas observar que esta Administração atendeu quase a integralidade das recomendações desse Sodalício, restando apenas algumas que, ao final de 2014, estavam em vias de atendimento.

Registre-se que a Prefeitura Municipal, nesta Administração, sempre se esforçou ao máximo para atender à lei orgânica, instruções e recomendações desse E. Tribunal, sendo que para os raros casos em que esta praxe não foi observada, o fato se deu por absoluta impossibilidade de cumpri-las cabalmente.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1028

Do mais, se alguma falha persiste neste item é possível extrair das decisões desse E. Tribunal que esta não tem o condão de macular as contas ora examinadas, podendo ser levada para o campo das recomendações (vide processos TC – 3373/026/06, TC – 3501/026/06, TC – 2096/026/07. TC – 2075/026/07, TC – 2065/026/07, dentre outros).

Diante da análise das anotações da ilustre auditoria, bem como das alegações de defesa trazidas ao conhecimento desse Egrégio Tribunal, não há outra conclusão a se extrair senão a de que as Contas do Exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté estão aptas a receberem o beneplácito dessa Colenda Corte, mesmo porque, como visto anteriormente, este Executivo está em posição bastante favorável em relação aos pontos tidos como cruciais da Administração Pública, aplicando os mínimos legais na saúde, educação, assim como apresentado equilíbrio nos aspectos contábeis.

A situação econômico-financeira do Poder Executivo de Taubaté é satisfatória, não havendo pagamento a maior aos agentes políticos, sendo os encargos sociais devidamente recolhidos.

Com isso, podemos concluir que as supostas falhas que por essa E. Corte venham a ser apuradas, tratar-se-ão de meras irregularidades formais, as quais não influenciaram na Administração do Município de Taubaté, não tendo ocasionado nenhum prejuízo aos cofres públicos, nem mesmo aos administrados, impossíveis, portanto, de macular todo o exercício financeiro de 2014, merecendo, quando muito, eventuais recomendações.

Por todo o exposto, é a presente para requerer a Vossa Excelência seja emitido **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Exercício de 2014 da

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Miranda Rodriguez e Palavéri
Advogados

Prefeitura Municipal de Taubaté, haja vista que foi dado integral atendimento aos pontos tidos como cruciais em qualquer Administração Pública.

Nestes termos,
pede deferimento.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2016.

Flávia Maria Palavéri
OAB/SP nº 137.889

Clayton Machado Valério da Silva
OAB/SP nº 212.125

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

ENTRADA NA ATJ EM 03 / 02 / 16

Pequem Pls. 248/269
ATJ.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1018

248

TC-000563/026/14
248

PIB fica estagnado em 2014, com alta de 0,1%, pior resultado desde 2009

PEDRO SOARES
DO RIO

27/03/2015 09h03 - Atualizado às 10h54

Compartilhar t g+ // 184 OUVIR O TEXTO Mais opções

O PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país, ficou estagnado em 2014, com ligeira expansão de 0,1%, para R$ 5,52 trilhões. Trata-se do mais fraco resultado desde a retração de 0,2%, registrada em 2009, em meio à crise global.

PUBLICIDADE

O resultado é inferior ao de 2013, revisado para cima em 2,7% pelo IBGE –os dados apontavam para alta de 2,5% no período originalmente. As informações foram apresentadas na manhã desta sexta-feira pelo IBGE.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1020

De acordo com o demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos e com declaração da Prefeitura (fls. 789/790 do Anexo IV), não foram realizadas despesas vinculadas a tais ingressos em 2015.

B.2.2. DESPESA DE PESSOAL

Período	Dez 2014	Abr 2015	Ago 2015	Dez 2015
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	408.914.680,57	406.555.551,98	407.293.307,57	
Inclusões da Fiscalização - B		3.359.053,85	5.419.508,85	
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		409.914.605,83	412.712.816,42	-
Receita Corrente Líquida - E	750.666.886,30	756.084.790,63	774.098.287,78	
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		756.084.790,63	774.098.287,78	-
% Gasto Informado A/E	54,47%	53,77%	52,62%	
% Gasto Ajustado - D/H		54,22%	53,32%	#DIV/0!

Preliminarmente, destacamos que o valor dos gastos de pessoal e da receita corrente líquida de 2014 foram apurados pela fiscalização ordinária no TC-563/026/14.

Em relação ao exercício de 2015, consideramos em nossa análise as informações extraídas do Sistema Audesp, as quais apresentam divergências em relação aos dados encaminhados pela origem.

A título de informação, os dados da Prefeitura indicam despesas de pessoal, no 2° quadrimestre de 2015, da ordem de R$408.716.642,45, o que representa 51,69% da receita corrente líquida apurada pelo órgão (fl. 795 do Anexo IV). Tais valores divergem do Sistema Audesp, de acordo com o qual, antes dos ajustes realizados pela Fiscalização, os gastos de pessoal eram da ordem de R$407.293.307,57, ou seja, 52,62% de tal receita (fls. 793/794 do Anexo IV). As diferenças serão explicadas adiante, no subitem "a".

Após os ajustes, tais gastos passaram a corresponder a 54,22% no 1° quadrimestre de 2015, acima, portanto, do limite de despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já no 2° quadrimestre, a despesa de pessoal foi da ordem de 53,32% da receita corrente líquida, excedendo 95% do limite

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1021

b) Ajustes efetuados pela fiscalização

Ajustes	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	TOTAL
Convênio Creches – Processo nº 34982/13	1.862.024,00	2.018.314,12	3.880.338,12
Convênio Monitores – Processo nº 8116/13	597.894,85	0,00	597.894,85
Convênio Creches – Processo nº 30811/15	0,00	427.551,76	427.551,76
Convênio Monitores – Processo nº 1763/15	0,00	1.751.510,47	1.751.510,47
Recibo de Pagamento a Autônomos - RPA	899.135,00	0,00	899.135,00
Terceirização de serviços - Milclean	0,00	1.222.132,50	1.222.132,50
TOTAL	3.359.053,85	5.419.508,85	8.778.562,70

b.1) Dispêndios através de Recibo de Pagamento a Autônomos

1º Quadrimestre de 2015: R$ 899.135,00

Mediante pesquisa no Sistema Audesp, identificamos até o 2º quadrimestre de 2015 despesas com pagamento de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomo - RPA, empenhadas no subelemento 33903635 - Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional, no valor total de R$ 899.135,00 (fls. 803/805 do Anexo V).

Tal prática advém de exercícios anteriores, tendo inclusive aumentado, apenas considerando os dois primeiros quadrimestres de 2015, 8,47% em relação a todo o exercício de 2014.

Entendemos que tais dispêndios devem compor o gasto com pessoal do órgão e, por este motivo, procedemos ao ajuste.

b.2) Pagamento de pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU

1º Quadrimestre de 2015: R$ 2.459.918,85
2º Quadrimestre de 2015: R$ 4.197.376,35

Conforme discorrido no item B.5.3, "b", deste relatório, apuramos despesas de pessoal, no valor de R$6.657.295,20, englobadas nos valores pagos por meio de convênio firmado com a UNITAU cuja execução foi transferida para a FUST - Fundação Universitária de Taubaté. O quadro a seguir especifica os valores transferidos e pagos a título de recursos humanos.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1022

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Periodo: 3º Quadrimestre / 2015 Municipio: Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**808.243.593,77**	**100,0000 %**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	423.767.815,77	52,4307 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	436.451.540,64	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	414.628.963,60	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-56.515.819,39	-6,9924 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	969.892.312,52	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	177.813.590,63	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Periodo	7.409.033,48	0,9167 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	129.318.975,00	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	56.577.051,56	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1029

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.07

B.3 APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS

B.3.1 ENSINO

Conforme informado ao Sistema AUDESP, a despesa educacional atingiu 27,88% da receita resultante de impostos.

De nossa parte, verificamos o que segue:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

	Valores (R$)	
Receitas	537.002.341,65	
Ajustes da fiscalização	-	
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.	**537.002.341,65**	
FUNDEB - RECEITAS		
Retenções	72.169.913,11	
Transferências recebidas	148.040.532,76	
Receitas de aplicações financeiras	1.680.488,57	
Ajustes da fiscalização		
Total de Receitas do FUNDEB - T.R.F.	**149.721.021,33**	
FUNDEB - DESPESAS		
Despesas com Magistério	104.897.575,67	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Magistério (60%)	-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo 60%)	**104.897.575,67**	70,06%
Demais Despesas	43.676.023,67	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Demais Despesas (40%)	- 2.933.063,49	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo 40%)	40.742.960,18	27,21%
Total aplicado no FUNDEB	145.640.535,85	97,27%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	77.525.864,89	
(+) FUNDEB Retido	72.169.913,11	
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras	1.325.422,42	
(-) FUNDEB Retido e não Aplicado no Retorno	-	
Aplicação até 31.12.2013 (art. 212)	**148.370.355,58**	27,63%
(+)Fundeb: parcela da retenção de [ ] Aplicado 1º trim/2014		
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31.01.2014	1.872.408,85	
(+/-) Outros ajustes da Fiscal. Recursos Próprios	- 5.528.509,72	
Aplicação Final na Educação Básica	**140.969.437,01**	26,25%

Planejamento Atualizado do Ensino	
Receita Prevista Atualizada	560.626.409,84
Despesa Fixada Atualizada	153.855.577,00
Índice Apurado	27,44%

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.07

Demais disso, verificamos que, relativamente ao Fundeb, empregou o Município 70,06% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, dando cumprimento ao artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

B.3.1.1 Ajustes da Fiscalização

Inclusões	Recursos Próprios	FUNDEB 60%	FUNDEB 40%
Total das inclusões	-	-	-
Pessoal em desvio de função (salário/encargos)	1.218.965,24	-	-
Despesas com Ensino Médio	-	-	-
Despesas com Ensino Superior	-	-	-
Outras Despesas não amparadas no art. 70 da LDB	4.309.544,48	-	2.933.063,49
Restos a Pagar não quitados até 31.01.14	1.872.408,85	-	-
Outras	-	-	-
Total das exclusões	**7.400.918,57**	**-**	**2.933.063,49**
Total dos ajustes [Inclusões (-) Exclusões]	**(7.400.918,57)**	**-**	**(2.933.063,49)**
Informações adicionais			
RP quitados entre 1/2/2014 e a fiscalização	835.337,21	-	-
Saldo de RP não quitados até a fiscalização	962.498,29	-	-

Restos a Pagar quitados até 31/03/2014.....R$ 5.450.219,80

- **AJUSTES: FUNDEB - Demais Despesas - 40%**
  Total: R$2.933.063,49
  - R$147.500,00 de dispêndios referentes à execução de obras para a execução de padrão elétrico para a Gráfica Municipal e para o galpão de armazenamento de materiais de ensino fundamental (docs. às fls. 532/536 do Anexo III). Tais gastos não se qualificam na hipótese inclusiva do art. 70, II, da Lei nº 9.394/96, por se tratarem de serviços que servem a vários setores da Administração e não se referem exclusivamente ao desenvolvimento e manutenção do ensino.
  - R$139.963,49 referentes a convênios entre a Prefeitura e O Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Trata-se de convênios para estágio de estudantes nas Secretarias e Departamentos da Municipalidade, bem como no Poder Judiciário da Comarca de Taubaté, nele compreendidas as Varas e Distribuição do Fórum Trabalhista, as Varas do Fórum Cível e a Vara da Fazenda da Fazenda Pública. Ora, se os alunos poderão realizar estágio em qualquer órgão

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1005

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

Processo: TC 0563/026/14.
Interessado: Prefeitura Municipal de Taubaté.
Assuntos: Lei de Responsabilidade Fiscal – DESPESA DE PESSOAL; Aplicação dos Recursos Vinculados – ENSINO.
Exercício: 2014.
Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo.

Senhora Assessora Procuradora – Chefe,

Em atendimento a r. determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator (fl. 134), passamos a nos manifestar sobre os resultados apontados no laudo da fiscalização "*in loco*", no item "B.2 – Lei de Responsabilidade Fiscal", subitem "B.2.2 – Despesa de Pessoal" e no item "*B.3 – Aplicação dos Recursos Vinculados*", subitem "*B.3.1 – Ensino*":

I) DESPESA DE PESSOAL:

À fl. 43 do relatório da fiscalização consta que no exercício em exame o Poder Executivo despendeu **56,76%** da Receita Corrente Líquida - RCL com seu pessoal, portanto em desconformidade com o limite fixado no artigo 20, inciso III, alínea "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal (54%):

O índice de gasto com pessoal acima do limite preceituado na Lei Fiscal foi obtido após o órgão instrutivo efetuar os seguintes ajustes:

a) Universidade de Taubaté – UNITAÚ:

a.1) Receita Corrente Líquida – RCL: Acréscimo da Receita da Universidade de Taubaté - UNITAÚ, no valor de **R$140.735.648,03**, por entender que a análise do Município deveria ser realizada como um todo, englobando a Prefeitura e os demais órgãos pertencentes a tal Poder, nisto incluindo a Universidade de Taubaté, elevando a RCL de R$750.666.886,30 para R$891.402.534,33.

a.2) Despesa com Pessoal: Acréscimo da Despesa com Pessoal da Universidade de Taubaté - UNITAÚ, no valor de **R$97.016.131,27**, pelas mesmas razões acima comentadas;

b) Demais inclusões no total de R$5.712.719,61 assim composto:

b.1) R$828.892,00: despesas com pagamentos de Profissionais Autônomos, empenhadas sob o Elemento "33903635 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional", considerando tratar de terceirização da mão de obra;

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1088

b.2) **R$4.883.827,61**: valores pagos à UNITAÚ mediante convênios, com a execução do objeto transferida à Fundação FUST, por entender que o objeto pactuado correspondeu a serviços de responsabilidade da administração direta municipal.

c) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial:

Além dos ajustes supra mencionados, a fiscalização também efetuou apontamentos quanto à Lei Complementar n. 355, de 10/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté.

Sobre esta questão a unidade fiscalizadora detalhou às fls. 45/48 que houve a reclassificação de despesas empenhadas no elemento de despesa "3.1.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária – despesa de pessoal", para o elemento "3.3.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", no montante de **R$5.810.909,63**, mediante anulação de dotações relativas às despesas de pessoal, resultando, no seu entender, na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal.

Justificativas da Origem (Despesa com Pessoal - fls. 183/199).

Sobre o tema, o defendente discorda dos ajustes levados a efeito na instrução da matéria, tanto em relação à Receita Corrente Líquida como no tocante ao acréscimo na Despesa de Pessoal, nos termos a seguir comentados:

I.1) Universidade de Taubaté – UNITAU
Receita Corrente Líquida e Despesa de Pessoal:

Em oportunidades passadas, mais precisamente nos Processos TC-2961/026/10 (Contas Anuais de 2010 da Prefeitura Municipal de Taubaté) e TC-1433/026/11 (Contas Anuais de 2011), nos manifestarmos sobre questão semelhante, ocasião em que a Origem já havia esclarecido que a Universidade de Taubaté - UNITAU não integra o orçamento fiscal e da seguridade social do Município, eis que a Universidade, criada pela Lei Municipal n. 1.498/74, é uma autarquia municipal autônoma, com recursos próprios e administração patrimonial e financeira independente da Prefeitura.

Informou que não é uma autarquia ou fundação dependente da Prefeitura, ou subvencionada por ela, mas é um ente

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

público independente, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

À época, com fulcro em pesquisa realizada por ocasião da análise do Processo TC-2961/026/10, constatamos a veracidade das informações prestadas pelo defendente, de que o Município não repassava recursos à UNITAÚ, sendo que a grande parte das arrecadações da Universidade advinha das "Anuidades" de seus alunos. Assim, a UNITAU obtém, em decorrência de sua finalidade, recursos necessários ao seu próprio custeio.

Os esclarecimentos acima suscitados foram mantidos no presente feito consoante se verifica das justificativas encartadas às fls. 184/187, dando conta, em síntese, de que:

- A UNITAU foi criada pela Lei 1498/74, autarquia municipal educacional em regime especial, dotada de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar;

- Referida autarquia, apesar de criada por lei municipal, nunca valeu de verbas públicas municipais para sua manutenção, sendo, durante os mais de quarenta anos de sua existência, mantida pela própria arrecadação que promove com a cobrança de mensalidades dos alunos;

- Ao contrário do alegado pela fiscalização, o fato da municipalidade ter repassado recursos à UNITAU, mediante convênio, não tira em momento algum a característica da autonomia financeira da Universidade, vez que tal repasse não é para a manutenção da UNITAU, mas sim como contrapartida de instrumentos jurídicos (convênios) firmados entre as partes que dizem respeito à execução de projetos específicos;

- Os gastos de pessoal da Universidade não podem ser somados aos da Prefeitura porque não se trata de descentralização vez que a educação de nível superior não é atribuição constitucional direcionada aos Municípios. A figura da Universidade, como autarquia municipal de regime especial, quando de sua criação, se deu de uma forma que a evolução da entidade permitiu sua absoluta desvinculação do ente criador, com total autonomia financeira, administrativa e organizacional, sendo que nos últimos 40 anos não houve qualquer repasse financeiro para manutenção da Universidade;

- A UNITAU assemelha-se, neste particular, a uma empresa estatal não dependente, eis que apesar de criada pelo ente público, deste não recebe qualquer subsídio ou repasse financeiro.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

A fim de corroborar suas alegações, à fl. 186 transcreveu trecho específico do despacho proferido pelo Eminente Relator do Processo TC-02041/326/01 (Acessório 3 - Lei de Responsabilidade Fiscal - Exercício de 2001), tratando da informação de que a UNITAU possui orçamento independente da Prefeitura, embasado, principalmente, no fato de inexistirem repasses de verbas por parte da Municipalidade à Autarquia de regime especial, que mais se assemelha a uma empresa estatal não dependente. Processo aprovado quando se discutia a exclusão dos gastos de pessoal da UNITAU;

- Finalizando, o defensor salientou que é natural que a maioria dos gastos da UNITAÚ seja com pessoal, vez que se trata de instituição de ensino e, portanto, sua mão de obra representa o grande volume de seus dispêndios, de modo que mesmo que a Prefeitura tivesse que diminuir seus gastos, para amoldar-se ao percentual legal, uma vez somando aos gastos da UNITAU isso ficaria impossível, porquanto o Prefeito não possui ingerência alguma (seja administrativa, seja financeira) sobre os gastos da Universidade.

Prosseguindo, passamos demonstrar a composição da Receita da UNITAU extraída do documento encartado à fl. 556 do Anexo III, tendo em vista que essa entidade não está compreendida em nosso Sistema AUDESP:

Receita Patrimonial	4.254.092,51
Receita de Serviços	108.839.737,45
Transferências Correntes	14.678.269,96
Outras Receitas Correntes	12.963.548,11
Total	**140.735.648,03**

Nota-se que grande parte da arrecadação advém dos serviços, compostos pelas anuidades, inscrições em vestibulares, cursos de pós-graduação, etc.

Destaca-se, ainda, que a fiscalização consignou que fora repassado pela Prefeitura à UNITAU o valor de R$4.883.827,61 objetivando o pagamento de monitores decorrente da execução de convênios firmados com a Prefeitura[1]. Entretanto, a despesa total com pessoal da Universidade somou R$97.016.131,27, corroborando a informação de que a UNITAU não dependeu de repasses municipais para o custeio de seu pessoal.

Em face do apontado, mantendo a linha interpretativa desta Assessoria Técnica consignada nos exercícios

[1] Repasses mediante convênios comentados adiante: subitem "I.3" desta manifestação.

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

de 2010 (TC-2961/026/10) e 2011 (TC-1433/026/11), sugerimos que tanto a Receita Corrente (R$140.735.648,03) como a Despesa de Pessoal da UNITAU (R$97.016.131,27), não sejam consideradas na apuração do percentual da "Despesa de Pessoal" do Executivo de Taubaté.

Por derradeiro, julgamos oportuno destacar que não deparamos com registros que pudessem indicar que tanto as receitas e como as despesas da UNITAU compuseram em algum momento os cálculos da taxa da Despesa de Pessoal do Poder Executivo de Taubaté.

I.2) Dispêndios através de Recibo de Pagamento de Autônomos - RPA (acréscimo de R$828.892,00):

Com base em pesquisa realizada no Sistema AUDESP, a unidade fiscalizadora identificou em 2014 despesas com pagamentos de profissionais por meio de Recibo de Pagamento a Autônomos – RPA, empenhadas no subelemento "33903635 – Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional", no montante de R$828.892,00, motivando a inclusão de referido valor na taxa de "Despesa de Pessoal" em apreço.

Por sua vez, a Origem abordou este tema às fls. 187/190, informando que esses autônomos corresponderam a artistas que foram cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté após regular processo de credenciamento, para atender ao calendário cultural do Município, objetivando o atendimento a atividades-meio da Administração Pública e não substituição de servidores reservados à execução das atividades-fim do Poder Público.

Argumentou que não há subordinação dos artistas nem mesmo relação de emprego, inexistindo definição de salário, controle de faltas, controle de horas extraordinárias, entre outras fiscalizações inerentes ao cargo público.

De nossa parte, informamos que este mesmo ajuste foi objeto de apreciação nas Contas Anuais do exercício anterior, 2013 - Processo TC-2090/026/13.

Naqueles autos, esta Assessoria Técnica entendeu que os gastos com pessoal poderiam retornar aos números iniciais apresentados pela municipalidade, haja vista os esclarecimentos da Origem dando conta de que tais profissionais corresponderem a artistas cadastrados na Prefeitura Municipal de Taubaté, convocados esporadicamente para atender o calendário cultural do Município, consoante destacado pela Origem à fl. 190.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1080

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ

Contudo, **nosso posicionamento não prevaleceu** nesta E. Corte de Contas, eis que por ocasião da emissão do respectivo Parecer foi mantido o acréscimo em comento, conforme se extrai dos registros a seguir transcritos:

> "Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho
> PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 24/11/15
> 44 TC-002090/026/13
> Prefeitura Municipal: Taubaté.
> Exercício: 2013.
> (...)
> 1. RELATÓRIO
>
> 1.1. Em apreciação, as CONTAS ANUAIS atinentes ao exercício de 2013, da PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ.
> (...)
> *B.2.2 - DESPESA DE PESSOAL – o percentual de gasto com pessoal (**52,43%**) superou o previsto no artigo 22, § único da LRF; a Prefeitura não tomou providências para baixar o percentual ao receber alertas quanto à extrapolação do limite, **ajustes realizados nos Gastos com Pessoal, decorrentes da inclusão de valores despendidos com pagamentos de autônomos**;*
> *(...)*
> 2. VOTO
> 2.1. Contas anuais, pertinentes ao exercício de 2013, da Prefeitura Municipal de Taubaté.
> (...)
> 2.7. GASTOS COM PESSOAL
> Sobre as despesas com pessoal, Prefeitura ultrapassou nos 03 quadrimestres de 2013 o limite prudencial de 51,30% previsto no §único, do artigo 22, da LRF, encerrando o exercício, contudo, com gastos da espécie no patamar de **52,43%** da Receita Corrente Líquida.
> Não obstante o resultado final tenha se mantido dentro do limite máximo de 54%, o elevado gasto da espécie impõe a emissão de recomendação à Origem para que adote medidas de contingenciamento das despesas com pessoal."

Nota: Os números iniciais transmitidos ao Sistema AUDESP apontavam para a taxa de 52,36%, ajustada pela fiscalização para 52,43% após o acréscimo de R$536.117,39 decorrente de pagamentos de profissionais autônomos empenhados no elemento de despesa "33903600 – outros serviços terceiros – pessoa física".

Vale salientar, que no exercício em exame o defensor juntou sob o título Documento 40 (Anexo II do Expediente TC-4153/026/16), a relação de empenhos vinculados aos pagamentos dos autônomos; contudo, grande parte destes empenhos descreve a despesa apenas como "Prestação de Serviços – RPA" (R$673.406,70) e somente uma pequena parcela diz respeito à "Bolsa Auxílio Banda/Orquestra Sinfônica" (R$164.731,02), somando R$838.137,72.

Neste contexto, adotando como parâmetro mencionada decisão relativa ao exercício de 2013, bem como a ausência de documentos que efetivamente pudessem comprovar que a integralidade dos pagamentos mediante RPA destinaram-se aos artistas credenciados para eventos culturais, reiteramos o acréscimo efetuado pela fiscalização no montante de **R$828.892,00** correspondente aos valores despendidos com pagamentos de autônomos.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1081

I.3) Pagamento de Pessoal por meio de convênios firmados com a Universidade de Taubaté - UNITAU (acréscimo de R$4.883.827,61):

I.3.a) Convênio Creches – Processo 34982/13 = R$2.659.693,81;
Objeto: planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos nos projetos;

I.3.b) Convênio Monitores – Processo 8116/13 = R$2.224.133,80.
Objeto: execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Os convênios em questão abrangem ajustes firmados entre a Prefeitura e a Universidade UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contratação de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Muito embora o termo de convênio tenha sido firmado com a UNITAU, a execução do objeto foi transferida para a Fundação Universitária de Taubaté – FUST.

Procurando desconstituir o acréscimo de referidos valores do percentual da Despesa com Pessoal, a Origem ofertou os seguintes esclarecimentos:

- A escolha do instrumento de convênio se deu como forma de colaboração pela qual as instituições envolvidas podem atingir parte de seus objetivos, sem a necessidade de aumentar sua capacidade instalada e pessoal permanente;

- Caso a responsabilidade para contratar fosse do Município, todo o processo de pessoal efetivo, estruturação e desenvolvimento das atividades, além de amis demorado, seria, certamente, exponencialmente mais onerosos aos cofres públicos e ainda assim não atenderia plenamente aos objetivos do projeto, colocando em risco a continuidade das ações socioeducativas em andamento no Município;

- A Prefeitura dispõe de quadro de pessoal efetivo que desenvolve as atividades-fim previstas no artigo 29 da LDB e firmou o

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1083

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

convênio com a UNITAU para assegurar que as atividades-meio também sejam desenvolvidas com eficiência;

- Com efeito, a contratação de Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADI visa precipuamente a acolhimento das crianças de 0 a 5 anos, garantindo cuidados imprescindíveis ao desenvolvimento saudável das demais atividades postas em práticas pelo pessoal efetivo, estas diretamente relacionadas ao desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social;

- Diferentemente do apontado no relatório da fiscalização, os convênios analisados não foram firmados como forma de burlar os limites de despesa de pessoal, mas sim para atender especificidades que devem ser observadas na prestação eficiente do serviço, portanto não merecem ser acrescidos às despesas de pessoal;

- Não seria responsável do ponto de vista fiscal a contratação de pessoal efetivo para ocupar cargos com atribuições rígidas definidas em lei, sendo que a necessidade da política pública de educação em questão, exige competência para desempenhar atribuições variadas que podem ser alteradas de acordo com a evolução do interesse dos alunos e que a demanda por tais serviços tende a reduzir;

- Por fim, o defensor epigrafou que tais gastos já constam do percentual de gastos com pessoal da Fundação da UNITAU e somá-los aos da Prefeitura seria o mesmo que computá-los em duplicidade, o que logicamente, no seu dizer, é inadmissível.

Entendimento desta Assessoria Técnica:

A princípio, julgamos apropriado salientar que sobre as ocorrências detalhadas no subitem "B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis Para Análise" - fls. 68/80, tratando dos convênios firmados com a UNITAU e executados pela Fundação FUST, questionando a cobrança de taxa de administração, ausência de metas objetivas, prestação de contas sem comprovação documental dos gastos no demonstrativo integral da receita e despesa, etc., melhor dirá a unidade congênere desta Assessoria Técnica.

Desse modo, a presente manifestação está restrita à análise da possibilidade ou não dos gastos com pessoal no montante de R$4.883.827,61 oriundos de tais convênios, serem computados na taxa da Despesa de Pessoal do Poder Executivo de Taubaté à luz do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1089

Sendo assim, relativamente a este aspecto, compartilhamos com o posicionamento da unidade fiscalizadora, igualmente opinando pela necessidade de acrescentarmos os pagamentos de pessoal por meio dos convênios firmados com a UNITAU na apuração da despesa com pessoal do Executivo Municipal.

Nota-se que o interessado procura fundamentar que as contratações decorrentes de referidos convênios objetivaram atender às atividades meio das unidades escolares e, assim, não deveriam integrar os gastos com pessoal. Entretanto, de outro norte afirma que tais despesas integraram a Despesa de Pessoal da Fundação da UNITAU.

Ora, se esses profissionais integram o quadro funcional da Fundação, porém são admitidos para efetivamente prestam serviços de forma exclusiva nas unidades escolares do Município, certamente os respectivos custos devem ser computados nos gastos do ente beneficiado (Prefeitura).

Fortalecendo o entendimento acima exposto, informamos que em pesquisa realizada na rede mundial de computadores, deparamos com o **Edital de Concurso Público FUST n. 04/2014**, objetivando atender unicamente ao **Convênio firmado entre a Prefeitura de Taubaté e a UNITAU, sob o regime da CLT**, disciplinando que as atribuições do emprego de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e do Auxiliar Técnico Administrativo, **serão executadas nas unidades escolares de Educação Básica do Município**, conforme transcrito:

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ

EDITAL FUST Nº 04/2014

A Fundação Universitária de Taubaté - FUST torna público que estarão abertas às inscrições para o Concurso Público para preenchimento dos empregos públicos especificados no QUADRO I, referente ao Convênio entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté, para o atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
O Concurso Público será regido pelas Instruções Especiais, parte integrante deste Edital, e sua organização e aplicação ficarão a cargo da EPTS - Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté.
Instruções Especiais

I - DOS EMPREGOS, DOS SALÁRIOS E DOS REQUISITOS MÍNIMOS

QUADRO I

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica - ATJ

Cod.	Emprego	Vagas	Salário	Taxa de Inscrição	Requisitos Mínimos
01	Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI)	310	R$ 1.015,00	R$ 30,00	1. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio. 2. Curso de aperfeiçoamento na área de educação ou experiência de 6 meses na área.
02	Auxiliar Técnico Administrativo (ATA)	62	R$ 750,00	R$ 20,00	1. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio. 2. Curso de Informática básico. 3. Experiência de 6 meses na área.

(...)
Taubaté, 08 de maio de 2014
Kátia Andraus Moutinho
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO
(...)
ANEXO I - DAS ATRIBUIÇÕES

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil (ADI):
Participar da execução da proposta pedagógica da escola; Atender os alunos em horário de entrada e saída dos períodos, intervalos de aulas, recreio e refeições, na higiene pessoal e locomoção, sempre que necessário, e nos horários estabelecidos pela equipe diretora; Auxiliar na organização, manutenção e higiene dos materiais e equipamentos; Zelar pela segurança e bem estar dos alunos; Proporcionar momentos de recreação as crianças; Informar a equipe diretora sobre as condutas dos alunos, comunicando ocorrências e eventuais enfermidades; Auxiliar os professores em aula, nas solicitações de material escolar ou de assistência aos alunos.

Auxiliar Técnico Administrativo (ATA)
Auxiliar na organização do expediente geral da Secretaria da Escola; Participar da execução da proposta pedagógica da escola; Auxiliar na elaboração da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; Auxiliar na recepção, emissão e registro de documentos da vida funcional e da escrituração escolar, assegurando o cumprimento de normas e prazos para execução dos trabalhos estabelecidos pela equipe diretora; Orientar e prestar informações ao público; Auxiliar na elaboração do inventário anual dos bens patrimoniais existentes na escola; Informar à equipe diretora todos os atendimentos realizados na secretaria."

Em nossa ótica, a contabilização dessa despesa, no caso do Município que recebeu os profissionais admitidos pela Fundação FUST, mereceria ser realizada sob a rubrica correspondente ao "**ressarcimento de pessoal requisitado**", passando, assim, a integrar o grupo do gasto com pessoal.

Aludido esclarecimento pode ser extraído do "**Manual de Demonstrativos Fiscais – Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios - válido para o exercício de 2013 – 5ª Edição**", estendido para o exercício de 2014, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na parte que trata dos registros de gastos com o ensino (Demonstrativos das Receitas e Despesas com MDE) a seguir transcrito:

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1075

(Continuação)

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF DESTINADOS AO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (g)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (h)	% (i) = (h/g)x100
52- DESPESAS CORRENTES					
52.1- Pessoal e Encargos Sociais					
52.2- Juros e Encargos da Dívida					
52.3- Outras Despesas Correntes					
53- DESPESAS DE CAPITAL					
53.1- Investimentos					
53.2- Inversões Financeiras					
53.3- Amortização da Dívida					
54- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FCDF DESTINADOS AO ENSINO (52 + 53)					
55- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (37 +51 + 54)					

(. . .)

52.1- Pessoal e Encargos Sociais

Nessa linha, registrar as despesas com MDE de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Este mesmo "Manual" esclarece que no caso de pessoal requisitado entre órgãos e entidades, a despesa de pessoal será empenhada e executada pelo órgão requisitante, no caso concreto, a Prefeitura de Taubaté, de sorte que caso haja execução também pelo órgão cedente (Fundação FUST), este, ao receber o ressarcimento, deverá proceder a anulação da despesa correspondente, evitando, assim, que essa remuneração seja computada duplamente:

Nos casos de pessoal requisitado entre órgãos e entidades, a despesa de pessoal será empenhada e executada pelo órgão ou entidade requisitante. Caso haja empenho e execução tanto no órgão requisitante como no órgão cedente, este, ao receber o ressarcimento, deverá proceder à anulação da despesa e do empenho correspondente.[116] Se não houver ressarcimento, a despesa pertencerá ao órgão cedente.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

Por todo o exposto, mantemos o acréscimo de **R$4.883.827,61**, aos gastos com pessoal do Executivo de Taubaté, decorrente de convênios firmados com a Universidade de Taubaté – UNITAU, com a execução transferida para a Fundação FUST[2].

I.4) Aporte para cobertura de Déficit Atuarial:

Conforme destacamos inicialmente, além dos ajustes levados a efeito na apuração do percentual da Despesa de Pessoal, a fiscalização também efetuou apontamentos questionando a reclassificação de despesas empenhadas no elemento de despesa "3.1.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária – despesa de pessoal", para o elemento "3.3.91 – aplicação direta decorrente de operação intra-orçamentária", no montante de **R$5.810.909,63**, mediante anulação de dotações relativas às despesas de pessoal, resultando, no seu entender, na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal.

Com a devida vênia, a nosso ver os procedimentos da Origem guardam conformidade com as orientações ofertadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que podem ser verificadas no documento denominado "Alinhamento Técnico e Pedagógico em Demonstrativos Fiscais – Despesa com Pessoal e Regime Próprio de Previdência Social", da Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicada à Federação, estabelecendo que os aportes para cobertura de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência deverão ser classificados no elemento de despesa "**3– Outras Despesas Correntes**", conforme transcrito e negritado por nós:

> "São também receitas vinculadas ao RPPS as provenientes do aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, **devidamente registradas na contabilidade no elemento de despesa 97 – Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, conforme definido na Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19 de agosto de 2010**.
>
> No entanto, deve-se observar as regras contidas na Portaria MPS 746 de 27 de dezembro de 2011, que determina que os recursos provenientes desses aportes devem ser controlados separadamente dos demais recursos de forma a evidenciar a vinculação para a qual foram instituídos e devem permanecer devidamente aplicados em conformidade com as normas vigentes, no mínimo, por 5 (cinco) anos.
>
> Ressalta-se que a Constituição Federal determina que os entes federativos devem garantir tanto o equilíbrio financeiro quanto o atuarial dos respectivos RPPS. Para se promover o equilíbrio atuarial, a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 determina a necessidade de realização de

---

[2] TC-1483/026/14: Balanço Geral de 2014 da Universidade de Taubaté – UNITAU: sentença do Excelentíssimo Senhor Auditor Valdenir Antonio Polizeli, proferida em 04/02/2016, com a seguinte determinação: "determino à Autarquia para que: a-) evite intermediar repasses relativos aos convênios firmados pela FUST com outros órgãos públicos, em atividades de interesse destes".

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

avaliação atuarial para a organização e para a revisão do plano de custeio e das obrigações com os benefícios previdenciários. Caso essa avaliação indique déficit atuarial, a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008, estabelece formas de se promover o equilíbrio, sendo uma delas a elaboração de plano de amortização, estabelecido em lei, com prazo máximo de 35 anos para a acumulação dos recursos necessários à cobertura total desse déficit.

O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição patronal suplementar ou em aportes periódicos para cobertura do déficit atuarial, cujos valores devem ser preestabelecidos. As alíquotas de contribuição patronal suplementar são classificadas no elemento de despesa 13–Contribuições Patronais, vinculados ao grupo de natureza da despesa 1-Pessoal e Encargos Sociais, **e os aportes periódicos para cobertura de déficit atuarial no elemento 97–Aportes para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS, vinculados ao grupo de natureza da despesa 3–Outras Despesas Correntes**.

Fonte:http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/334814/6_Despesa_com_Pessoal_e_Regime_Pr%C3%B3prio_de_Previd%C3%AAncia_Social.pdf/27bd9218-24fb-4746-9a80-4b2181ca6343

Ante o exposto, a nosso ver poderá ser afastado o apontamento quanto ao estorno de despesas liquidadas e pagas concernentes ao aporte para cobertura de déficit atuarial, influenciando na apuração equivocada de deduções na Despesa de Pessoal.

I.5) Conclusão – Despesas com Pessoal:

Diante de todo o exposto, recepcionamos os cálculos das despesas com pessoal apresentados à fl. 41 do relatório da fiscalização, indicando que o Poder Executivo de Taubaté despendeu o equivalente a **54,47%** da Receita Corrente Líquida com pessoal, em desconformidade com o limite máximo de 54% disciplinado no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Período	Dez 2013	Abr 2014	Ago 2014	Dez 2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado - A	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização - B				5.712.719,61
Exclusões da Fiscalização - C				
Gastos Ajustados - D		381.870.595,12	405.490.507,82	408.914.680,57
Receita Corrente Líquida - E	721.271.561,83	746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
Inclusões da Fiscalização - F				
Exclusões da Fiscalização - G				
Receita Corrente Líquida Ajustada - H		746.910.076,91	740.077.919,80	750.666.886,30
% Gasto Informado A/E	51,66%	51,13%	54,79%	53,71%
% Gasto Ajustado - D/H		51,13%	54,79%	54,47%

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

I.6) Recondução dos Gastos com Pessoal (art. 23 LRF):

Em relação à recondução dos gastos com pessoal, destacamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina em seu artigo 23, que na hipótese da despesa total ultrapassar os limites por ela estabelecidos, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes:

> "Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4o do art. 169 da Constituição."

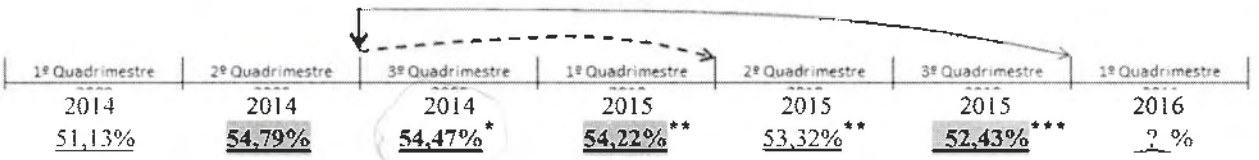
A mesma Lei Fiscal preceitua que o prazo em comento será duplicado no caso de crescimento baixo do PIB nacional no período correspondente aos 04 (quatro) últimos trimestres:

> Art. 66.Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.
> § 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.
> (...)
> § 3º Na hipótese do *caput*, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

Assim, de acordo com dados divulgados pelo IBGE o PIB brasileiro de 2014 cresceu 0,1% em relação ao ano anterior (doc. fl. 248), sendo que, casos como este - PIB inferior a 1% - aciona-se o disposto no artigo 66 da LRF, prevendo que os Poderes dupliquem os prazos de recondução aos limites de despesa total com pessoal.

No caso concreto, a taxa da despesa com pessoal acima do limite máximo disciplinado na Lei de Responsabilidade Fiscal restou apurada já no **2º quadrimestre** do exercício examinado, atingindo 54,79% (fl. 41).

Portanto, considerando a flexibilização à luz do artigo 66 da LRF, entendemos que o prazo para eliminação de 1/3 do excesso apurado no 2º quadrimestre/2014 seria estendido até abril/2015 (1º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite seria duplicado até dezembro/2015 (3º quadrimestre/2015):



* conforme demonstrativo de fl. 41 recepcionado por esta Assessoria Técnica;
** dados já ajustados pela fiscalização conforme TC-2655/026/15 (Período: Acompanhamento 2º Quadrimestre/2015) – fls. 249/250, sem considerar, entretanto, a receita e a despesa da Universidade UNITAU;
*** conforme dados disponibilizados no AUDESP, porém ainda não submetidos ao crivo da fiscalização – fl. 251.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

Com efeito, a taxa excedente da despesa com pessoal do 2° quadrimestre/2014 (54,79%) **foi reduzida em pelo menos 1/3** no 1° quadrimestre/2015, eis que atingiu 54,22% quando poderia estar ao menos no patamar de 54,53%:

- Demonstrativo da redução de 1/3 do excedente apurado no 2° quadrimestre/2014:
  54,79%: excedente 0,79%; 1/3 do excedente = 0,26%;
  54,79% (-) 0,26% = 54,53%

Todavia, o prazo duplicado para a eliminação total do excedente é o 3° quadrimestre/2015, sendo que nesse período, conforme dados disponibilizados no AUDESP, a taxa da despesa com pessoal figurou em **52,43%** (fl. 251), cabendo-nos salientar, contudo, que aludido índice não foi submetido ao crivo da fiscalização até a presente data.

II) ENSINO:

Conforme anotado no demonstrativo de fl. 49, após inspeção "in loco" a i. fiscalização apurou os seguintes índices da Educação:

- Aplicação no ensino (art. 212 da CF).....:	26,79% (mínimo 25%)
- Remuneração dos profissionais do magistério com recursos do FUNDEB:	70,33% (mínimo 60%)
- Total geral aplicado com recursos do FUNDEB .....:	100%

De nossa parte reiteramos os percentuais acima mencionados, com exceção daquele relativo à Educação Básica com Recursos Próprios (artigo 212 = 26,79%), eis que entendemos parcialmente procedentes o pedido da Origem, acolhendo nesta oportunidade os Restos a Pagar de 2013, quitados em 2014 a partir de 1° de fevereiro.

Sobre o tema, sugerimos apenas o acréscimo de R$835.537,21 validado pela inspeção "in loco à época", conforme se extrai da cópia do respectivo relatório (fls. 252/253), deixando de recepcionar o pedido ora formulado pelo defendente às fls. 202/203, na importância de R$1.515.982,71, porquanto o relatório analítico juntado como Documento n. 55 (Anexo III do Expediente TC-4153/026/16), não demonstra a data dos pagamentos ali relacionados, para que pudéssemos verificar o montante efetivamente quitado no período de 01/02/2014 a 31/12/2014.

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1070

II.1) Cálculo do Ensino ajustado por esta Assessoria:

Por todo o apontado, em nossa ótica os cálculos de aplicação das Despesas Próprias em Educação, consignados à fl. 35, passam a contar com a seguinte configuração:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Valores (R$)	
Receitas	542.562.249,95	
Ajustes da Fiscalização	-	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	**542.562.249,95**	100%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
(+) FUNDEB Retido	69.825.077,68	
(-) Ganhos de Aplicações Financeiras		
(-) FUNDEB Retido e não Aplicado no Retorno		
(=) Aplicação até 31.12.2014 (artigo 212, CF)	**153.885.564,07**	28,36%
(+) Saldo FUNDEB 31/12 ☐ Aplicado 1º trim/2015	-	
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31/01/2015	(2.705.317,46)	
(-) Outros ajustes da Fiscalização	(5.836.284,94)	
(+) **Restos a Pagar de 2013, pagos no período de fevereiro a dezembro/2014, não computados naquele ano (2013)**	835.337,21	
(=) **Aplicação Final na Educação Básica apurada após análise da Defesa Prévia**	**146.179.298,88**	**26,94%**

II.2) Conclusão – Ensino:

Diante de todo o exposto, a síntese de nossa manifestação acerca da aplicação no ensino é a que segue:

- **Artigo 212 da Constituição Federal**: O Município cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal, aplicando no ensino o equivalente a **26,94%** das receitas resultantes de impostos;

- **FUNDEB/Magistério (60%)**: Quanto ao FUNDEB, houve o atendimento ao artigo 60, inciso XII do ADCT da Constituição Federal, investindo **70,33%** na remuneração dos profissionais do magistério (fl. 49);

- **FUNDEB / Total aplicado**: O Município aplicou integralmente os recursos recebidos do FUNDEB em 2014 (**100%**), cumprindo o preceituado no artigo 21 da Lei Federal n. 11.494/2007 - fl. 49.

É o que submetemos à elevada consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 15 de março de 2016.

Fábio Calastri Nobre
Assessoria Técnica

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1050

DISTRIBUIÇÃO EM: ____/____/____

DEVOLUÇÃO EM: 16/03/10

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1052

Senhora Assessora Procuradora-Chefe.

Tratam os presentes autos do exame das contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté.

O relatório da fiscalização, a qual esteve a cargo da UR 7, encontra-se às fls. 18/131. Devidamente notificado, fl. 134, o responsável pelas contas apresentou suas alegações a partir da fl. 144.

Procedemos à análise dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do Município, tendo por base os dados contidos no relatório da fiscalização.

A Lei Orçamentária autorizou à abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 7% da despesa total fixada (Item A.1).

O resultado da execução orçamentária da Administração Direta foi negativo em R$ 18.469.598,89 (-2,54%), pois a receita arrecadada de R$ 726.765.529,98 foi inferior a despesa executada ajustada de R$ 745.235.128,87 (Item B.1.1).

Ocorreu a abertura de créditos adicionais e a realização de transferência, remanejamento e/ou transposição de dotação orçamentária no valor de R$ 168.837.265,61, que correspondeu a 21,63% da despesa fixada inicial, e o Município realizou investimento correspondente a 9,32% da RCL (Item B.1.1).

Os resultados orçamentários dos últimos exercícios foram um superávit de 6,54% em 2013; déficit de 2,37% em 2012 e déficit de 0,06% em 2011 (Item B.1.1).

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1079

O déficit financeiro de R$ 9.065.005,53 em 2013 alterou para um superávit financeiro de R$ 26.494.600,01 em 2014 e o resultado econômico positivo em R$ 43.769.999,98 elevou a situação patrimonial (Item B.1.2).

O saldo da dívida de curto prazo reduziu de R$ 85.957.967,37 para R$ 85.137.341,98, sendo que a Prefeitura possuía liquidez frente aos seus compromissos de curto prazo (Item B.1.3). A dívida consolidada ajustada aumentou 29,56% (Item B.1.4).

Em relação à fiscalização das receitas, foram constatadas a regularidade nos lançamentos, cobranças e registros e o Município efetuou ato irregular de renúncia de receita desatendendo as prescrições do artigo 14 da LRF (Itens B.1.5 e B.1.5.1).

A fiscalização apurou que houve um aumento no estoque da dívida ativa de 20,70% e no exercício em exame ocorreu o cancelamento de R$ 7.593.549,81 a este título, sendo os processos analisados, por amostragem, e não foram constatadas irregularidades nas baixas (Item B.1.6).

No caso dos precatórios judiciais, o Município em 2014 depositou em conta específica o montante de R$ 7.628.178,29, dando atendimento à determinação da EC 62/09, e depositou ainda R$ 5.220.428,27, cumprindo o acordo firmado junto ao TJSP para quitação dos saldos remanescentes dos exercícios de 2010, 2011, 2012 e de 2013. Também pagou os requisitórios de baixa monta incidentes no período e o balanço patrimonial não registrou corretamente as pendências judiciais (Item B.4.1).

Verificamos que os pareceres das contas de 2013 e de 2011 foram favoráveis com recomendações e o parecer das contas de 2012 foi desfavorável (Item D.5.1).

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1088

Entendemos que os resultados contábeis, propriamente ditos (orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial), foram satisfatórios e mantiveram o equilíbrio das contas do Executivo Municipal em 2014, inclusive com a diminuição da dívida de curto prazo.

Apesar desta situação favorável, a fiscalização destacou algumas ocorrências na conclusão do seu bem elaborado relatório de fls. 125/131 (falhas na movimentação orçamentária; déficit orçamentário de R$ 18.469.598,89 ou 2,54%; abertura de créditos adicionais e a transferência, o remanejamento e a transposição de dotações correspondentes a 21,63% da despesa fixada inicial; resultado econômico 62,69% inferior ao exercício anterior; divergência entre os valores da dívida flutuante constante na Prefeitura e o do Sistema AUDESP; aumento em 29,56% da dívida de longo prazo; pagamento insuficiente da dívida com a SABESP; renúncia de receita sem atendimento ao artigo 14, incisos I e II da LRF; diferença de saldo e falhas no controle da dívida ativa; divergência entre o valor do precatório judicial contabilizado pela Origem e o apurado pelo TJSP; ausência de empenho de valores repassados ao TJSP por meio de depósito judicial), que a nosso ver não macularam as contas num todo.

Verificamos detidamente as justificativas ofertadas a partir da fl. 144 e as cópias dos documentos anexados e entendemos que possam ser aceitos os esclarecimentos em relação ao déficit orçamentário, a queda no superávit econômico, o aumento da dívida de longo prazo, à divergência entre os valores da dívida flutuante constante na Prefeitura e o do Sistema AUDESP e as falhas e/ou divergências no item de precatório judicial.

Acreditamos que a próxima visita da fiscalização ao Município poderá verificar as regularizações anunciadas e ser recomendada à Origem, que aprimore seu planejamento com o intuito de que a efetiva alteração orçamentária seja aprimorada e com a estrita observação à legislação pertinente, que os apontamentos relativos à dívida ativa não se repitam e que novos parcelamentos com a SABESP sejam registrados na dívida do Município.

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1084

Diante do exposto, *exclusivamente* quanto aos itens ora verificados e sem embargo da análise dos tópicos do relatório pelas demais Assessorias, não vemos óbices contábeis para emissão de parecer sobre as contas de 2014 da Prefeitura Municipal de Taubaté.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 1º de julho de 2016.

Armando José Gonçalves
Assessoria Técnica

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1088

DISTRIBUIÇÃO EM: ___/___/___

DEVOLUÇÃO EM: 04/07/16

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período 1º Quadrimestre / 2016 **Município:** Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	835.097.665,41	100,0000 %
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	424.597.180,91	50,8440 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	450.952.739,32	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	428.405.102,36	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-134.650.237,65	-16,1239 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	1.002.117.198,49	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	183.721.486,39	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Periodo	4.984.767,24	0,5969 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	133.615.626,47	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	58.456.836,58	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1083

Processo: TC – 00563/026/14

Órgão: Prefeitura Municipal de Taubaté

Senhora Assessora Procuradora-Chefe:

Tratam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014, prestadas pelo Chefe do Poder Executivo em cumprimento a determinação constitucional.

Os trabalhos de inspeção "in loco" estiveram a cargo da Unidade Regional de São José dos Campos (U.R. – 7), que elaborou o relatório de fls. 18/131, demonstrando, de maneira pormenorizada, os procedimentos de gestão envolvendo os aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

No resumo constante do final do relatório (fls. 125/131) foram anotadas impropriedades em alguns itens.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1088

Efetuada a notificação de fls. 134, o Sr. José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior (Prefeito), apresentou as justificativas de 135/247 e documentos constantes de Anexos.

É o relatório.

Conforme retificação de cálculos, demonstrada pelo Assessor especializado às fls. 268/269, o Município aplicou 26,94% da receita de impostos no ensino e 70,33% dos recursos advindos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério, atendendo respectivamente desta forma as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e inciso XII, do artigo 60 do ADCT.

Atendido, também, o disposto no artigo 21, da Lei Federal n° 11.494/07 (Lei do FUNDEB).

A Prefeitura observou o estabelecido pelo § 1°, do artigo 77, do ADCT, com

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1080

aplicação de 25,79% da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde.

Acerca do item B.2.2 – Despesa com Pessoal (fls. 41/48). Embora as despesas com pessoal e reflexos tenham superado o limite estabelecido na alínea "b", inciso III, do artigo 20 da L.R.F., **correspondendo a 54,47% do total das receitas correntes (conforme retificação de cálculos, demonstrada pelo Assessor especializado às fls. 254/268), há considerar que houve a recondução desses valores nos 1°, 2° e 3° quadrimestres de 2015, e 1° quadrimestre de 2016,** em atenção ao disposto no artigo 23 conjugado com o artigo 66, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que a despesa com pessoal foi reduzida respectivamente para 54,22%, 53,32%, 52,43% e 50,84% nos citados quadrimestres **(conforme comprovam os documentos juntados às fls. 249, 251 e 274).**

Aproveito, ainda, a oportunidade para transcrever trecho do r. voto de desempate, proferido pelo E. Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, quando da apreciação das contas da Prefeitura Municipal de Potim, exercício de 2011, na sessão de 29/10/2014 (tratadas no TC – 1455/026/11) pelo E. Tribunal Pleno, conforme segue:

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1081

"No que interessa no caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 23, faculta 8 (oito) meses (2 quadrimestres) para ajustar a despesa de pessoal, feito isso pelo aumento da base de cálculo (receita corrente líquida) ou, na hipótese mais provável, mediante a redução do numerador: o gasto propriamente dito; isto, segundo os critérios do art. 169, da Constituição.

Em assim sendo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, na parte permanente, excepciona o princípio da anualidade e, nesse contexto, os relatórios de gestão fiscal (RGF) permitem analisar, a cada quadrimestre, o ajuste vindouro do desvio registrado no exercício anterior.

Em resumo, se a disciplina financeira garante 8 (oito) meses (2 quadrimestres) para ajustes, não me parece que o Órgão de Controle, no caso, este Tribunal, considere determinante de rejeição esse desajuste digamos, momentâneo, tempo, ainda, há para a conformação da despesa laboral.

Do contrário, estará a Corte agindo em desacordo com prerrogativa aberta, de forma cristalina, pelo direito financeiro."

Nessa conformidade, proponho seja relevada a impropriedade.

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1082

Sobre o item B.4 - Despesas com Precatórios. De acordo com os informes de fls. 60/65, e a manifestação do Assessor preopinante (fls. 271), o Município não possuía dívidas de precatórios para pagamento no exercício. Cabe, todavia, recomendação para que seja efetuada a correta contabilização das pendências judiciais nas peças contábeis.

Os recolhimentos dos encargos sociais foram efetuados regularmente de uma forma geral, conforme item B.5.1 (fls. 65).

Referente ao item B.5.2 - Remuneração dos Agentes Políticos. Conforme fls. 65/66, não foram apontados pagamentos indevidos aos Agentes Políticos.

Relativo ao item B.7 - Transferências à Câmara (fls. 81). Os repasses ao Legislativo deram-se de forma regular, dentro do limite previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1089

Alusivo aos itens Multas de Trânsito e sua Aplicação, CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, e Royalties. A Fiscalização informa (fls. 59) que não encontrou indícios de irregularidades determinantes para a seleção/verificação dos referidos itens.

Sobre o item B.3.3.2 – Iluminação Pública. (o Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação da Resolução 414/10, e posteriores, da ANEEL). Considerando as justificativas de fls. 209, consubstanciando que, atualmente a Secretaria de Serviços Públicos está promovendo a avaliação da minuta do Termo de Transferência dos Ativos da Iluminação Pública, para posterior encaminhamento ao Chefe do Executivo, proponho seja relevada a impropriedade, sem embargo de que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame *in loco*, acompanhe o assunto.

Concernente ao item B.5.3 – Demais Despesas Elegíveis para Análise (falta de informações nos Adiantamentos). Considerando as medidas corretivas anunciadas às fls. 211/212, sugiro

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

sejam relevados os óbices anotados. Especificamente sobre as anotações relativas aos Convênios (processos nºs 34982/13 e 8116/13) firmado com a Universidade de Taubaté – UNITAU, cumpre destacar que as matérias têm tratamento em autos próprios (TC – 979/007/14, 144/007/15).

Alusivo ao item C.1.1 – Falhas de Instrução (falhas no planejamento da Administração; ofensa à ampla competitividade; imprecisão do objeto a ser licitado; terceirização de atividades da Administração; falta de comprovação de entrega dos Convites; desvinculação do instrumento convocatório; e impropriedades nas formalização das dispensas e inexigibilidades). Os esclarecimentos e medidas anunciadas às fls. 220/229, descaracterizam ou justificam a contento as impropriedades anotadas. Assim, proponho sejam relevadas os óbices anotados, sem o embargo de recomendação para que a Origem, atente, de uma forma geral, para os ditames da Lei Federal nº 8.666/93.

Acerca do item C.2.3 – Execução Contratual. Em que pesem as justificativas ofertadas às fls. 232/234, sugiro que as execuções dos ajustes arrolados às fls. 100/110, sejam apreciadas em autos específicos nesta Casa.

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1004

Concernente aos demais aspectos econômicos e financeiros, o preopinante especializado (fls. 321/324) conclui pela emissão de Parecer favorável às contas ora em exame.

As demais impropriedades constantes do relatório da Fiscalização, ou já foram afastadas pelas providências adotadas, ou são formais, passíveis de recomendações para que a Origem promova as efetivas regularizações.

Conclusão

Pelo exposto, manifesto-me pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., em 21 de julho de 2016.

Rogério Loubet Pantaleão

Assessoria Técnica

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

DISTRIBUIÇÃO EM: 21/7/16

DEVOLUÇÃO EM: ___/___/___

Seção fls. 283

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

TC- 563/026/14

Senhor Conselheiro,

Submeto a Vossa Excelência os pareceres de fls. 254/282, no sentido da emissão de parecer **favorável** às contas anuais de 2014 da Prefeitura Municipal de **Taubaté.**

Acrescento às citadas manifestações proposta de recomendação ao Prefeito para que: estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências/remanejamentos/transposições condicionado à inflação projetada para o período, de acordo com o Comunicado SDG n.º 29/10; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; observe as determinações dos incisos I a V, do parágrafo único, do artigo 22 e do artigo 23 ambos da LRF, em relação aos gastos com Pessoal.

Ao Ministério Público de Contas, conforme determinação no r. Despacho de fls. 134.

A.T.J., em 21 de julho de 2016.

RAQUEL ORTIGOSA BUENO
Assessora Procuradora – Chefe

WTCS/r

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

Recebido por Silvio Ianati
MPC-SP, em 22/7/16

Juntados as fls. 284 e 285.

Recebido por Gerson Medolago
MPC-SP, em 08/08/16

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

Processo nº: TC-563/026/14
Órgão: Prefeitura Municipal de Taubaté
Assunto: Contas anuais
Exercício: 2014

Em exame, nos termos do art. 71, inc. I c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, inc. XIII da Constituição Estadual, e art. 2º, inc. II da LCE 709/93, prestação anual de contas da administração financeira da Prefeitura Municipal em epígrafe.

D.3.1 – QUADRO DE PESSOAL

Anotou a Fiscalização, que o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal conta com cargos em comissão com atribuições que não coadunam com os cargos de direção, chefia e assessoramento, consoante o disposto no art. 37, V, da CF.

Garantido o contraditório e a ampla defesa, o Gestor Municipal apresentou as alegações que entendeu pertinente.

Estipula o art. 115, inc. V, da Constituição Paulista (espelhando o art. 37, inc. V, da CF) que o cargo em comissão destina-se apenas às atribuições de "direção, chefia e assessoramento". Tem por finalidade propiciar ao governante o controle das diretrizes políticas traçadas, exigindo, portanto, das pessoas indicadas a titularizá-los, absoluta fidelidade à orientação fixada pela autoridade nomeante. Em outras palavras, o cargo de provimento em comissão está diretamente ligado ao dever de lealdade à linha fixada pelo agente político superior, não se prestando à criação de postos comuns, com atribuições estritamente técnicas ou profissionais.

A criação de cargo em comissão em moldes artificiais e não condizentes com as praxes de nosso ordenamento jurídico e administrativo, só pode ser encarada como inaceitável esvaziamento da exigência constitucional de concurso. A via democrática do concurso público é a regra republicana consagrada no Pacto Federativo de 1988 e a reserva de cargos a serem providos pela livre escolha do transitório detentor de mando é exceção a ser observada com prudência e modicidade. O subjetivismo da escolha deve ser substituído pela objetividade do mérito.

Vale mencionar elucidativo julgado do Tribunal de Justiça paulista a respeito:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Criação de cargos em comissão para funções que se não enquadram na exceção ao concurso público. A regra geral é o concurso público, aberto a todos e aferidor de qualidades profissionais e mérito. O provimento em comissão é exceção que não pode ser dilargada, pena de se malferir o princípio fundante da moralidade administrativa. Ação direta procedente.

INCONSTITUCIONALIDADE. Cargos técnicos destinados a provimento em comissão. Funções que reclamam competência técnica a ser aferida em seleção por mérito, própria a concurso público. Vulneração ao artigo 37, incisos II e V da CF/88 e ao artigo 115, incisos II e V da Constituição Paulista de 1989. Precedentes do STF e do TJSP. Ação direta procedente." (TJ/SP, Órgão Especial, ADI nº 0279537-81.2011.8.26.0000, Rel. Des. Renato Nalini, j. 04/04/2012, v.u.)

Neste ponto, saliente-se que a Primeira Câmara, em sessão de 09 de setembro de 2014, emitiu parecer desfavorável a aprovação das contas e determinou que a próxima fiscalização atestasse a implementação das medidas anunciadas quanto ao quadro de pessoal e bens patrimoniais – TC-1607/026/12, veja-se:

"Caberá ao Órgão de Fiscalização, quando da próxima inspeção "in loco", verificar a efetiva implementação das medidas anunciadas nas razões de defesa de fls.64/98, especialmente quanto aos itens Quadro de Pessoal e Bens Patrimoniais."

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Destarte, com o fito de prevenir a repetição da ocorrência defeituosa verificada, é pertinente que a Justiça de Contas, na forma do art. 35 da LCE 709/93, expeça **DETERMINAÇÃO** para que o **Executivo** em exame realize adequações no seu quadro de pessoal, excluindo cargo em comissão com funções de servidor permanente, conferindo atribuições aos cargos em comissão, conforme o descrito no inciso V, art. 37 da CF.

Com efeito, o *Parquet* de Contas, no exercício de sua função constitucional de *custos legis*, observada a adequação da instrução processual, com o respeito das garantias do contraditório e da ampla defesa e, considerando principalmente a boa-fé do gestor em reconhecer os erros e se prontificar para corrigi-los, opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL, COM RESSALVAS,** das contas do Executivo em exame, ressaltando a necessidade da expedição da determinação constante no corpo do parecer e das seguintes recomendações:

1. **A.1** – aprimore o plano de mobilidade urbana, a fim de atender todos os requisitos dispostos no art. 24 da lei 12.587/12;
2. **A.2** – para que a próxima auditoria ordinária ateste a veracidade do noticiado pelo defendente, quanto ao total cumprimento da lei de acesso a informação;
3. **B.1.1, B.1.3, B.1.4, B.1.6, B.3.1, B.4.1.1, B.5.3.1 e B.6** - adote medidas eficazes para regularizar as divergências/inconsistências apontadas nas peças contábeis, bem como nas informações enviadas ao sistema Audesp, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil;
4. **B.2.2** – observe com rigor o disposto no art. 20, inc. III, alínea 'b' da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao limite para a realização das despesas de pessoal (obs.: A ATJ anotou que o Executivo reduziu os gastos com pessoal nos quadrimestres subsequentes, sendo que, no 3° quadr./15 a taxa de despesa com pessoal ficou em 52,42% da RCL - fls. 267/268) ;
5. **B.8** – observe com rigor os prazos das exigibilidades das ordens cronológicas de pagamentos;
6. **C.1 e C.2** - observe com rigor dos ditames da Lei Federal n° 8.666/93, bem como as Jurisprudências e Sumulas da Corte Paulista de Contas, no tocante as despesas realizadas através de procedimento licitatório ou através de compra direta;
7. **D.1.1** – envide esforços para sanar as falhas anotadas nos livros e registros;
8. **D.2** – alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1° da LRF e art. 83 da Lei Federal 4.320/64), observando o Comunicado SDG 34/2009;
9. **D.3.1** - para que a próxima fiscalização *in* loco verifique a implementação das medidas adotadas no tocante ao servidores com férias vencidas;
10. **D.3.1** – promova as devidas adequações no seu quadro de pessoal, bem como realize de concurso público para provimento de cargos para os quais houve designação de servidores para exercício de atividades em desvio de função, sem caracterização de situação emergencial;
11. **D.3.1** – verifique as reais necessidades para o pagamento de horas extraordinárias, bem como promova um melhor controle das horas extraordinárias de seus servidores;
1. **D.5** – atenda as recomendações e Instruções do Tribunal, sob pena de, no caso de reincidência sistemática no descumprimento de normas legais, ter suas contas rejeitadas, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104 da LCE 709/93.

É o parecer que ofertamos como *custos legis*.

São Paulo, 8 de agosto de 2016.

RENATA CONSTANTE CESTARI
Procuradora do Ministério Público de Contas

CPB

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

R. ...lo em 09 / 08 / 2016
no ... Sidney Estanislau Beraldo
Por ... RR nº 9307

Identificador: 310034003500320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 002

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARTORIO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
www.tce.sp.gov.br

286

PROCESSO - TC Nº:	563/026/14

1. NOME: Diogo X. Delfino
2. CPF 381.240.218-45 RG: 39.307.051-7
3. OAB:
4. PROCURAÇÃO FLS.: 137
5. ENDEREÇO: Augusta Nº: 257
6. CIDADE: SP CEP:
7. TELEFONE/RAMAL: (11) 3257-4512 EMAIL:

MARQUE COM UM X:

- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS: ( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E RETIREI CÓPIAS DE FLS .*( ) ou ;
- NESTA DATA OBTIVE VISTA DOS AUTOS *E CÓPIAS POR SCANNER/FOTO DE FLS.* (X):

Nº DO PROCESSO, VOLUME, ANEXO OU ACESSóRIO	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA	FOLHA A FOLHA

GUIA DE RECOLIMENTO DE CÓPIAS – BANCO DO BRASIL – CÓDIGO 2111-3

NOME:

CNPJ/CPF:

TOTAL DE CÓPIAS: VALOR:

SÃO PAULO, 11 / 8 / 2016

SOLICITANTE

VISTO. C.DR.S.E.B., 11 / 08 / 2016

FUNCIONARIO DO CARTORIO

ENDEREÇO: Av. Rangel Pestana, 315 - Prédio Sede - Centro - SP - CEP 01017-906
PABX: 3292-3266 - RAMAIS: 3519, 3655, 3527

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1009



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
DIEGO XAVIER DELFINO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
39307051 SSP/SP

CPF
381.246.218-45

DATA NASCIMENTO
06/03/1996

FILIAÇÃO
MATIAS DELFINO
ELIANA APARECIDA XAVIE R DELFINO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06323781300

VALIDADE
24/05/2019

1ª HABILITAÇÃO
17/03/2015

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
12550587 97

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
01/04/2016

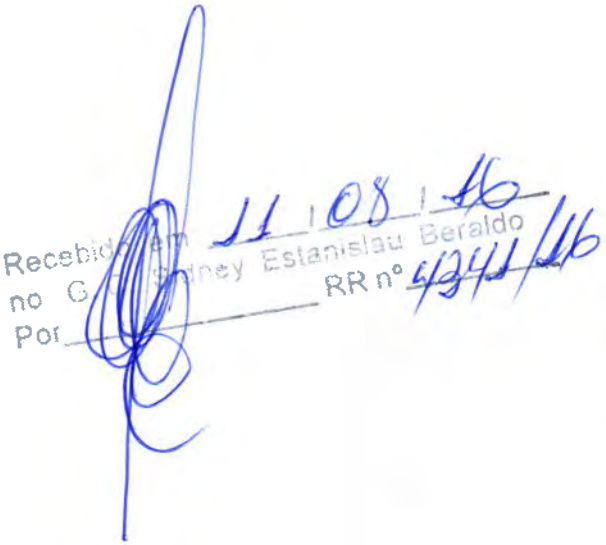
Neiva Aparecida Duflelo Rodrigues Diretora Presidência Detran SP
ASSINATURA DO EMISSOR

31685781690
SP738597287

DETRAN SP (SAO PAULO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
12550587 97

Identificador: 3100340035003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000



Identificador: 3100340035003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1005

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

fl. 2888

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 1433/026/11 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2011**

Decisão de 03/09/2013

Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 14/09/2013

Decisão de 01/10/2014

Conselheiro Dr. Renato Martins Costa:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 15/11/2014

Decisão com Trânsito em Julgado em 24/11/2014

TOTAL DE PROCESSOS: 1

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

fl. 289

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER
TC-001433/026/11

Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2011.
Prefeito: Roberto Pereira Peixoto.
Advogado: Anthero Mendes Pereira.
Acompanham: TC-001433/126/11 e Expedientes: TC-019583/026/11 e TC-013923/026/12.
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalizada por: UR-14 - DSF-II.
Fiscalização atual: UR-14 - DSF-II.

Execução Orçamentária: *Déficit de 0,06% - R$ 358.862,84* ***Aplicação no Ensino:*** *24,60%* ***Magistério:*** *70,84%* ***FUNDEB:*** *100%* ***Despesas com pessoal:*** *57,14%* ***Aplicação na Saúde:*** *23,67%* ***Remuneração dos Agentes Políticos:*** *em ordem.*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 03 de setembro de 2013, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Eduardo Ramalho, em face das falhas constatadas nos autos, indicadas no voto do Relator e, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determina a formação de autos apartados para exame das possíveis irregularidades relativas ao quadro de pessoal, apontadas pela Fiscalização no subitem D.3.1 do relatório, devendo o TC-13923/026/12 acompanhar o processo a ser formado.

Recomenda, ao atual gestor, a observância dos artigos 39, § 4º, 167, V e VI, da Constituição Federal quanto ao pagamento de subsídio em parcela única e à abertura de créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa; obediência ao artigo 320 da Lei Federal nº 9.503/07 quanto à aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito; realização de despesas sob regime de adiantamento mediante apresentação da documentação comprobatória adequada; envio de dados fidedignos ao Tribunal, em obediência ao Comunicado SDG n.º 34/09, princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal n. 4.320/64); atendimento às prescrições dos artigos 14, 48-A e 51, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal; cumprimento do

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

disposto no artigo 74 da Carta Federal e no artigo 35 da Constituição Estadual; observância da Lei Federal nº 8.666/93, quanto às licitações e contratos e atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal.

Presente na sessão a Procuradora do Ministério Público de Contas Renata Constante Cestari.

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 12 de setembro de 2013.

RENATO MARTINS COSTA **PRESIDENTE E RELATOR**

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

fl. 291

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER
TC-001433/026/11

PEDIDO DE REEXAME
Município: Taubaté.
Prefeito: Roberto Pereira Peixoto.
Exercício: 2011.
Requerente: Roberto Pereira Peixoto – Prefeito à época.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 03-09-13, publicado no D.O.E. de 14-09-13.
Advogado: Thiago de Bórgia Mendes Pereira.
Acompanham: TC-001433/126/11 e Expedientes: TC-019583/026/11, TC-013923/026/12 e TC-041380/026/12.
Procurador de Contas: José Mendes Neto.
Fiscalização atual: UR-7 - DSF-II.

ENSINO (24,60%) - PESSOAL (57,14%) - PRECATÓRIOS (EC 62/09) - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS (ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93) – *reiteração das alegações anteriores, analisadas e rejeitadas por esta Corte – ausência de comprovação do depósito da 14ª parcela referente aos precatórios – superada a questão do cômputo na RCL da contribuição patronal recolhida pela Universidade de Taubaté/UNITAÚ (autarquia autônoma) ao Instituto de Previdência Próprio – mantido o percentual de 24,60% no ensino – falhas relativas à desobediência à ordem cronológica de pagamentos, licitações e contratos sem esclarecimento – **RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO**.*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 1º de outubro de 2014, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Relator, Antonio Roque Citadini, Cristiana de Castro Moraes, Dimas Eduardo Ramalho, Sidney Estanislau Beraldo, e do Substituto de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente, conhecer do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, considerando que as razões apresentadas não se mostraram suficientes para abalar os fundamentos do r. decisório combatido, negar-lhe provimento, ficando mantido, integralmente, o v. parecer recorrido.

Presente na sessão o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1/8

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O processo ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório do Conselheiro Relator.

Publique-se.

São Paulo, 05 de novembro de 2014.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES **PRESIDENTE**

RENATO MARTINS COSTA **RELATOR**

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

fl. 293

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

Processo nº: 2022/026/12 **Matéria: CONTAS MUNICIPAIS** **Exercício: 2012**

Decisão de 02/09/2014

Conselheiro Dr. Antonio Roque Citadini:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 14/10/2014

Decisão com Trânsito em Julgado em 17/11/2014

Página 1 de 1

Volta para a página anterior.

TOTAL DE PROCESSOS: 1

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

P A R E C E R

TC-002022/026/12
Município: Taubaté.
Assunto: Contas anuais do exercício de 2012.
Prefeito: Sr. Roberto Pereira Peixoto.
Advogados: Drs. Thiago de Bórgia Mendes Pereira (OAB/SP 234.863), Ernani Barros Morgado Filho (OAB/SP 72.189), Roberta Flores de Alvarenga Peixoto (OAB/SP 248.342), Erich Bernat Castilhos (OAB/SP 160.568), Danilo Borrasca Rodrigues (OAB/SP 311.852), Leila Santurian (OAB/SP 247.463) e outros.
Acompanham: TC-002022/126/12 Expedientes: TC-000632/007/12, TC-001305/007/12, TC-000378/014/12, TC-000501/014/12 e TC-042342/026/12.
Procurador de Contas: Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa.

EMENTA: Município: Taubaté. Contas anuais do exercício de 2012. Ensino: 25,38%. FUNDEB: 99,85%. Magistério: 76,33%. Pessoal: 57,77%. Saúde: 27,50%. Déficit Orçamentário: 2,37%. Aumento das despesas com Pessoal, em descumprimento ao disposto no artigo 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não atendimento ao contido no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Encargos: descontos em folha de pagamento efetuados, mas não houve a comprovação de recolhimento junto ao Instituto. Despesas com Publicidade e Propaganda Oficial, em desacordo com o artigo 73, VII da Lei Eleitoral. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura. Votação unânime.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo TC-002022/026/12.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1002

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

Considerando o que consta do Relatório e Voto do Relator, conforme Notas Taquigráficas, juntados aos autos, a E. Segunda Câmara, em sessão de 02 de setembro de 2014, pelo Voto do Conselheiro Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, e dos Auditores Substitutos de Conselheiro Valdenir Antonio Polizeli e Josué Romero, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2012, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determinou, outrossim, a abertura de autos apartados para instrução complementar da matéria destacada no referido voto.

À margem do parecer, acolheu as recomendações propostas às fls. 205/215 dos autos, a serem enviadas mediante ofício.

Determinou, por fim, à Unidade Regional competente que, em próxima inspeção, certifique-se das providências adotadas pela origem; bem como sejam arquivados os expedientes relacionados no voto do Relator, que subsidiaram o relatório da Fiscalização.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. José Mendes Neto.

Publique-se.

São Paulo, 09 de outubro de 2014.

ANTONIO ROQUE CITADINI - Presidente e Relator

MS

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1009

O resultado aqui apresentado possui caráter meramente informativo, não se prestando para contagem de quaisquer prazos processuais.

Página 1 de 1 - Total de 1 processo encontrado.

fl. 296

Processo nº: 2090/026/13	Matéria: CONTAS MUNICIPAIS	Exercício: 2013

Decisão de 24/11/2015

Conselheiro Dr. Dimas Eduardo Ramalho:Relatório / Voto

Parecer Publicado no Diário Oficial em 06/01/2016

TOTAL DE PROCESSOS: 1

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

fl. 297

PARECER

TC-002090/026/13
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2013.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogado: Ernani Barros Morgado Filho, Flávia Maria Palavéri, Marcelo Palavéri, Leandro da Rocha Bueno e outros.
Acompanha: TC-002090/126/13.
Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
Sustentação oral proferida em sessão de 17-11-15.

	EFETIVADO	ESTABELECIDO
Ensino *(Constituição Federal, artigo 212)*	26,25%	*Mínimo: 25%*
Despesas com Profissionais do Magistério *(ADCT da Constituição Federal, artigo 60, XII)*	70,06%	*Mínimo: 60%*
Utilização dos recursos do FUNDEB *(artigo 21, §2°, da Lei Federal n° 11.494/07)*	98,04%	*Mínimo: 95% no exercício e 5% no 1° trimestre seguinte*
Saúde *(ADCT da Constituição Federal, artigo 77, inciso III)*	24,36%	*Mínimo: 15%*
Despesas com pessoal *(Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 20, III, "b")*	52,43%	*Máximo: 54%*

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 24 de novembro de 2015, pelo voto dos Conselheiros Dimas Eduardo Ramalho, Presidente e Relator, Edgard Camargo Rodrigues e Renato Martins Costa, na conformidade do voto do Relator e das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2013, ressalvados os atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com determinação à Fiscalização.
Determinou, outrossim, à margem do Parecer, a expedição de ofício à origem, com as recomendações constantes do voto do Relator, juntado aos autos.
Determinou, por fim, a formação de autos próprios para análise da contratação por Inexigibilidade de Licitação da Empresa Helde Gonçalves de Miranda Eventos ME (HGM Eventos), destinada à realização do Festival Taubaté and Blues, e da Tomada

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

fl-298

de Preços nº 12/2013, que resultou na contratação da empresa Amabile F. Marcondes Construções – EPP.

Presente a Procuradora do Ministério Público de Contas: Élida Graziane Pinto.

Ficam, desde já, autorizadas vista e extração de cópias dos autos aos interessados, em Cartório.

Publique-se.

São Paulo, 04 de dezembro de 2015.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
RELATOR

09

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Município: Taubaté
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Exercício: 2014
Mês: 14
EM R$

ATIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	112.386.897,31	121.486.054,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.183.526,87	112.239.786,30
Créditos a Curto Prazo	233.008,84	40,98
Crédito Tributário a Receber	0,00	40,98
Clientes	233.008,84	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	8.965.050,29	8.025.798,95
Outros Créditos e Valores a Curto Prazo	8.965.050,29	8.025.798,95
Estoques	3.005.311,31	1.220.428,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE	631.325.793,01	562.960.914,96
Ativo Realizável a Longo Prazo	164.225.099,32	146.268.380,76
Créditos a Longo Prazo	163.812.652,87	145.855.934,31
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.308.308,67	5.345.640,88
Dívida Ativa Tributária	141.030.142,31	126.124.968,53
Dívida Ativa não Tributária	15.474.201,89	14.385.324,90
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	412.446,45	412.446,45
Ações	406.972,95	406.972,95
Outros Investimentos e Aplicações Temporárias	5.473,50	5.473,50
Imobilizado	467.096.496,49	416.692.534,20
Bens Móveis	105.973.391,68	95.404.103,23
Bens Imóveis	361.123.104,81	321.288.430,97
Intangível	4.197,20	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	4.197,20	0,00
TOTAL DO ATIVO	743.712.690,32	684.446.969,49
ATIVO FINANCEIRO	109.113.280,13	120.230.288,22
ATIVO PERMANENTE	634.599.410,19	564.216.681,27

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.218.895,00	6.407.014,37
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros Atos Potenciais do Ativo		

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Fl. 300

Município: Taubaté
Poder: EXECUTIVO
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Exercício: 2014
Mês: 14
EM R$

PASSIVO		
TÍTULOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	24.607.749,12	40.827.550,04
Obrigações Trabalhistas, Previdênciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	895.540,06	8.265.005,10
Pessoal a Pagar	486.367,59	2.488.762,13
Encargos Sociais a Pagar	409.172,47	5.776.242,97
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.723.456,91	18.642.806,98
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	6.009,54	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	13.982.742,61	13.919.737,96
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	86.661.512,00	54.945.990,23
Obrigações Trabalhistas, Previdênciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	5.626.355,97	4.291.258,65
Pessoal a Pagar	5.413.988,92	4.126.594,69
Benefícios Previdênciários a Pagar	212.367,05	164.663,96
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	52.724.387,10	21.353.484,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	28.310.768,93	29.301.247,20
TOTAL DO PASSIVO	111.269.261,12	95.773.540,27

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício atual	Exercício anterior
Resultados Acumulados	632.443.429,20	588.673.429,22
Resultado do Exercício	161.096.963,62	117.326.963,64
Resultado de Exercícios Anteriores	471.346.465,58	471.346.465,58
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	632.443.429,20	588.673.429,22
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	743.712.690,32	684.446.969,49
PASSIVO FINANCEIRO	82.618.680,12	41.644.009,63
PASSIVO PERMANENTE	86.674.465,69	55.017.559,93

SALDO PATRIMONIAL	574.419.544,51	587.785.399,93

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.660.098,38
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Obrigações Contratuais	157.912.982,68	146.702.100,82
Outros Atos Potenciais do Passivo		

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fl. 301

LEI Nº 4.835, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoria: Prefeito Municipal

Estima a receita e fixa a despesa do Executivo Municipal, do Instituto de Previdência do Município de Taubaté – IPMT e da Universidade de Taubaté e suas Fundações para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II - o orçamento da seguridade social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações.

Parágrafo único. As categorias econômica e de programação correspondem, respectivamente, ao nível superior das classificações econômica (Receitas e Despesas Correntes e de Capital) e programática (Programas).

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da estimativa da Receita

Art. 2º A receita orçamentária é estimada na forma dos quadros I, I–A, II, III, e IV, que fazem parte integrante desta Lei, em R$ 1.095.228.749,00 e se desdobra em:

I - R$ 958.170.896,00 do orçamento fiscal; e

II - R$ 137.057.853,00 do orçamento da seguridade social.

Art. 3º A receita será arrecadada na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	233.227.000,00	0,00	233.227.000,00
Receita Patrimonial	4.986.000,00	704.000,00	5.690.000,00
Receita de Serviços	3.970.000,00	0,00	3.970.000,00
Transferências Correntes	585.138.000,00	28.242.000,00	613.380.000,00

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1078

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
Outras Receitas Correntes	20.405.000,00	1.895.000,00	22.300.000,00
(-) Deduç da Receita Formação do Fundeb	-78.071.000,00	0,00	-78.071.000,00
Total das Receitas Correntes	769.655.000,00	30.841.000,00	800.496.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3.235.000,00	0,000	3.235.000,00
Transferências de Capital	0,00	6.269.000,00	6.269.000,00
Total das Receitas de Capital	3.235.000,00	6.269.000,00	9.504.000,00
Total da Administração Direta	772.890.000,00	37.110.000,00	810.000.000,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
INST. DE PREVID. DO MUNIC. DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	2.530.500,00	47.838.652,00	50.369.152,00
Receita Patrimonial	5.500.000,00	0,00	5.500.000,00
Outras Receitas Correntes	14.295.000,00	281.801,00	14.576.801,00
Receitas Correntes – intra-orçamentárias	0,00	51.827.400,00	51.827.400,00
Total das Receitas Correntes	22.325.500,00	99.947.853,00	122.273.353,00
FUND. UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	46.896,00	0,00	46.896,00
Receita de Serviços	18.676.500,00	0,00	18.676.500,00
Total das Receitas Correntes	18.723.396,00	0,00	18.723.396,00
FUND. CAIXA BENEF. SERV. DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	200.000,00	0,00	200.000,00
Receita de Serviços	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00	0,00	150.000,00
Total das Receitas Correntes	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	290.000,00	0,00	290.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00	0,00	10.000,00
Total das Receitas de Capital	300.000,00	0,00	300.000,00

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1080

fl. 203

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
FUND. ARTÍSTICA E CULTURAL DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	1.000,00	0,00	1.000,00
Receita de Serviços	9.000,00	0,00	9.000,00
Total das Receitas Correntes	10.000,00	0,00	10.000,00
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA UNITAU			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	13.000,00	0,00	13.000,00
Receita de Serviços	205.000,00	0,00	205.000,00
Total das Receitas Correntes	218.000,00	0,00	218.000,00
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	3.585.000,00	0,00	3.585.000,00
Receita de Serviços	114.148.000,00	0,00	114.148.000,00
Transferências Correntes	10.358.000,00	0,00	10.358.000,00
Outras Receitas Correntes	11.756.000,00	0,00	11.756.000,00
Total das Receitas Correntes	139.847.000,00	0,00	139.847.000,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens	5.000,00	0,00	5.000,00
Transferências de Capital	352.000,00	0,00	352.000,00
Total das Receitas de Capital	357.000,00	0,00	357.000,00
3. ADMINISTRAÇAODIRETA E INDIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	233.227.000,00	0,00	233.227.000,00
Receita de Contribuições	2.530.500,00	47.838.652,00	50.369.152,00
Receita Patrimonial	14.331.896,00	704.000,00	15.035.896,00
Receita de Serviços	140.158.500,00	0,00	140.158.500,00
Transferências Correntes	595.496.000,00	28.242.000,00	623.738.000,00
Outras Receitas Correntes	46.606.000,00	2.176.801,00	48.782.801,00
Receitas Correntes – intra-orçamentárias	0,00	51.827.400,00	51.827.400,00
(-) Dedução da Receita para Formação do Fundeb	-78.071.000,00	0,00	-78.071.000,00
Total das Receitas Correntes	954.278.896,00	130.788.853,00	1.085.067.749,00

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1001

fl. 304

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDAD E SOCIAL	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	3.235.000,00	0,00	3.235.000,00
Alienação de Bens	295.000,00	0,00	295.000,00
Amortização de Empréstimos	10.000,00	0,00	10.000,00
Transferências de Capital	352.000,00	6.269.000,00	6.621.000,00
Total das Receitas de Capital	3.892.000,00	6.269.000,00	10.161.000,00
Total da Administração Direta e Indireta	958.170.896,00	137.057.853,00	1.095.228.749,00

Seção II

Da fixação da Despesa

Art. 4º A despesa é fixada na forma dos quadros I, I–B, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII que fazem parte integrante desta Lei, em R$ 1.093.598.749,00, na seguinte conformidade:

I - R$ 780.189.215,00 do orçamento fiscal; e

II - R$ 313.409.534,00 do orçamento da seguridade social.

Art. 5º A despesa fixada está assim desdobrada:

I – por categoria econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Despesas Correntes	504.625.250,00	186.641.000,00	691.266.250,00
Despesas de Capital	96.842.706,00	20.008.000,00	116.850.706,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	602.467.956,00	206.649.000,00	809.116.956,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Despesas Correntes	148.637.896,00	106.210.534,00	254.848.430,00
Despesas de Capital	4.832.500,00	550.000,00	5.382.500,00
Reserva de Contingência – IPMT	23.825.863,00	0,00	23.825.863,00
Reserva de Contingência – UNITAU	400.000,00	0,00	400.000,00
Reserva de Contingência – FUNCABES	20.000,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência – FUNAC	5.000,00	0,00	5.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	177.721.259,00	106.760.534,00	284.481.793,00
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
Despesas Correntes	653.263.146,00	292.851.534,00	946.114.680,00

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1082

fl. 305

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
Despesas de Capital	101.675.206,00	20.558.000,00	122.233.206,00
Reserva de Contingência	25.250.863,00	0,00	0,00
TOTAL DA ADM. DIRETA E INDIRETA	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

II – por órgãos de governo:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	28.500.000,00	0,00	28.500.000,00
Chefia do Gabinete do Prefeito	4.020.000,00	1.850.000,00	5.870.000,00
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	12.835.000,00	0,00	12.835.000,00
Secretaria de Esportes e Lazer	17.961.000,00	0,00	17.961.000,00
Secretaria de Planejamento	9.240.000,00	0,00	9.240.000,00
Secretaria de Desenvolvimento e Inovação	4.300.000,00	0,00	4.300.000,00
Secretaria de Administração e Finanças	30.849.956,00	0,00	30.849.956,00
Secretaria de Saúde	0,00	172.778.000,00	172.778.000,00
Secretaria de Desenv. e Inclusão Social	13.030.000,00	32.021.000,00	45.051.000,00
Secretaria de Obras, Trânsito e Transportes	76.156.000,00	0,00	76.156.000,00
Secretaria de Serviços Públicos	74.524.000,00	0,00	74.524.000,00
Secretaria de Segurança Pública Municipal	21.776.000,00	0,00	21.776.000,00
Secretaria de Educação	283.635.000,00	0,00	283.635.000,00
Secretaria de Turismo e Cultura	14.901.000,00	0,00	14.901.000,00
Secretaria de Meio Ambiente	2.132.000,00	0,00	2.132.000,00
Secretaria dos Negócios Jurídicos	7.608.000,00	0,00	7.608.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	601.467.956,00	0,00 206.649.000,00	808.116.956,00
2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Instituto de Previdência do Mun. de Taubaté	0,00	99.330.534,00	99.330.534,00
Universidade de Taubaté	132.544.000,00	0,00	132.544.000,00
Fund. Artística e Cultural da UNITAU	155.000,00	0,00	155.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	350.000,00	7.430.000,00	7.780.000,00
Fund. Universitária de Taubaté	20.123.396,00	0,00	20.123.396,00
Fund. de Apoio a Pesquisa, Tecnologia e Inovação da UNITAU	298.000,00	0,00	298.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	153.470.396,00	106.760.534,00	260.230.930,00

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1089

fl. 306

3. RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
ADMINSTRAÇÃO DIRETA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
Instituto de Previdência do Município de Taubaté	23.825.863,00	0,00	23.825.863,00
Universidade de Taubaté	400.000,00	0,00	400.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	5.000,00	0,00	5.000,00
Fund. Caixa Beneficente Serv. da UNITAU	20.000,00	0,00	20.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

III – por funções:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA			
01. LEGISLATIVA	28.500.000,00	0,00	28.500.000,00
03. ESSENCIAL À JUSTIÇA	7.608.000,00	0,00	7.608.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	75.766.352,00	0,00	75.766.352,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	22.906.000,00	0,00	22.906.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	36.381.000,00	36.381.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	99.850.534,00	99.850.534,00
10. SAÚDE	0,00	177.178.000,00	177.178.000,00
11. TRABALHO	250.000,00	0,00	250.000,00
12. EDUCAÇÃO	420.871.000,00	0,00	420.871.000,00
13. CULTURA	9.476.000,00	0,00	9.476.000,00
15. URBANISMO	129.323.000,00	0,00	129.323.000,00
16. HABITAÇÃO	8.088.000,00	0,00	8.088.000,00
17. SANEAMENTO	14.020.000,00	0,00	14.020.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	2.132.000,00	0,00	2.132.000,00
19. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	298.000,00	0,00	298.000,00
20. AGRICULTURA	2.433.000,00	0,00	2.433.000,00
22. INDÚSTRIA	2.923.000,00	0,00	2.923.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.610.000,00	0,00	2.610.000,00
26. TRANSPORTE	3.450.000,00	0,00	3.450.000,00
27. DESPORTO E LAZER	17.971.000,00	0,00	17.971.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	6.313.000;00	0,00	6.313.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.250.863,00	0,00	25.250.863,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	780.189.215,00	313.409.534,00	1.093.598.749,00

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

fl-307

CAPÍTULO III

DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

Art. 6° O orçamento de investimento da Empresa de Pesquisa, Tecnologia e Serviços da Universidade de Taubaté é de R$ 3.500.000,00.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 7° Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:

I – até o limite de 7 % da despesa total fixada no art. 4°; e

II – até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Art. 8° No curso da execução orçamentária, fica ainda o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:

I - necessários ao cumprimento de vinculações constitucionais, legais e de convênios ou congêneres, até o limite das sobras de exercícios anteriores desses recursos e do seu excesso de arrecadação em 2014, nos termos do art. 43, § 1°, incisos I e II, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964;

II - vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores contratados, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

III - destinados a cobrir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais", "Juros e Encargos da Dívida" e "Amortização da Dívida", até o limite da soma dos valores atribuídos a esses grupos, ou de qualquer grupo de despesa quando para atender ao pagamento de sentenças judiciais nas condições e formas determinadas pela Constituição, até o limite da soma dos valores de todos os grupos de despesas;

IV - destinados ao reforço de dotações de ações mediante a anulação de outras dotações, nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 1964, até o limite de um vinte avos da receita prevista para o exercício;

V - destinados à cobertura de despesas de entidades da Administração Indireta, até o limite dos respectivos superávits financeiros do exercício anterior, bem como do excesso de arrecadação das suas receitas próprias, somado ao excesso de transferências financeiras a elas efetuadas durante o exercício;

VI - destinados a cobrir insuficiências no âmbito do programa de previdência municipal, até o limite do valor de cada uma de suas ações.

Art. 9° Ficam a Universidade de Taubaté e suas Fundações autorizadas a:

I - abrir créditos suplementares até o limite de 7% do total da despesa fixada para o exercício, observado o disposto o art. 43 da Lei n° 4.320, de 1964; e

II - até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

Parágrafo único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis da Unitau para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 10. Os créditos suplementares autorizados, abertos por Ato Executivo do Reitor, quando destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1095

fl. 308

pessoal e encargos sociais, precatórios judiciais e a despesas de exercícios anteriores, não onerarão o limite autorizado no art. 9º.

Art. 11. Os valores constantes dos anexos que acompanham o orçamento atualizam os da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2014.

Art. 12. Na hipótese de se tornar necessária a ampliação dos valores correspondentes às Transferências Financeiras às Fundações e ao Instituto de Previdência do Município de Taubaté, o Reitor editará Ato Executivo para sua efetivação, indicando os recursos que lhe darão cobertura.

Parágrafo único. No caso de redução do valor previsto para as transferências, será obrigatório às Fundações efetuar a limitação de despesas, quando necessário, para a manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 13. Fica o Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidos em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 14. As metas fiscais de receita e de despesa e os resultados primário e nominal, apurados segundo esta Lei, constantes do Demonstrativo da Compatibilidade da Programação do Orçamento com as Metas de Resultados Fiscais, atualizam as metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2014.

Parágrafo único. As leis do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias consideram–se modificadas por leis posteriores, inclusive pelas que criem ou modifiquem, de qualquer modo, programas, ações e valores, ou que autorizem esses procedimentos.

Art. 15. As transferências financeiras da Administração Direta para a Indireta, incluídas as efetuadas para a Câmara Municipal, e vice–versa, obedecerão ao que estiver estruturado pelos créditos orçamentários e adicionais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 30 de dezembro de 2013, 369º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

JOSÉ BERNARDO ORTIZ MONTEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 30 de dezembro de 2013.

EDUARDO CURSINO
Secretário de Governo e Relações Institucionais

LUCIANE DE OLIVEIRA SILVA
Diretora do Departamento Técnico Legislativo

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUDESP

Relatório de Gestão Fiscal - Poder Executivo

Período: 1º Quadrimestre / 2016 Município: Taubaté

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R$	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**835.097.665,41**	**100,0000 %**
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL		
Montante	424.597.180,91	50,8440 %
Limite Máximo (art. 20 LRF)	450.952.739,32	54,0000 %
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	428.405.102,36	51,3000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
Saldo Devedor	-134.650.237,65	-16,1239 %
Limite Legal (art.s 3º e 4º Res. 40 Senado)	1.002.117.198,49	120,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
CONCESSÕES DE GARANTIAS		
Montante	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 9º Res. 43 Senado)	183.721.486,39	22,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (exceto ARO)		
Realizadas no Período	4.984.767,24	0,5969 %
Limite Legal (inc. I art. 7º Res. 43 Senado)	133.615.626,47	16,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %
ANTECIPAÇÃO DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
Saldo Devedor	0,00	0,0000 %
Limite Legal (art. 10 Res. 43 Senado)	58.456.836,58	7,0000 %
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000 %

Identificador: 3100310036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1098

fl. 310

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2015 a Abril/2016 **Município:** Taubaté

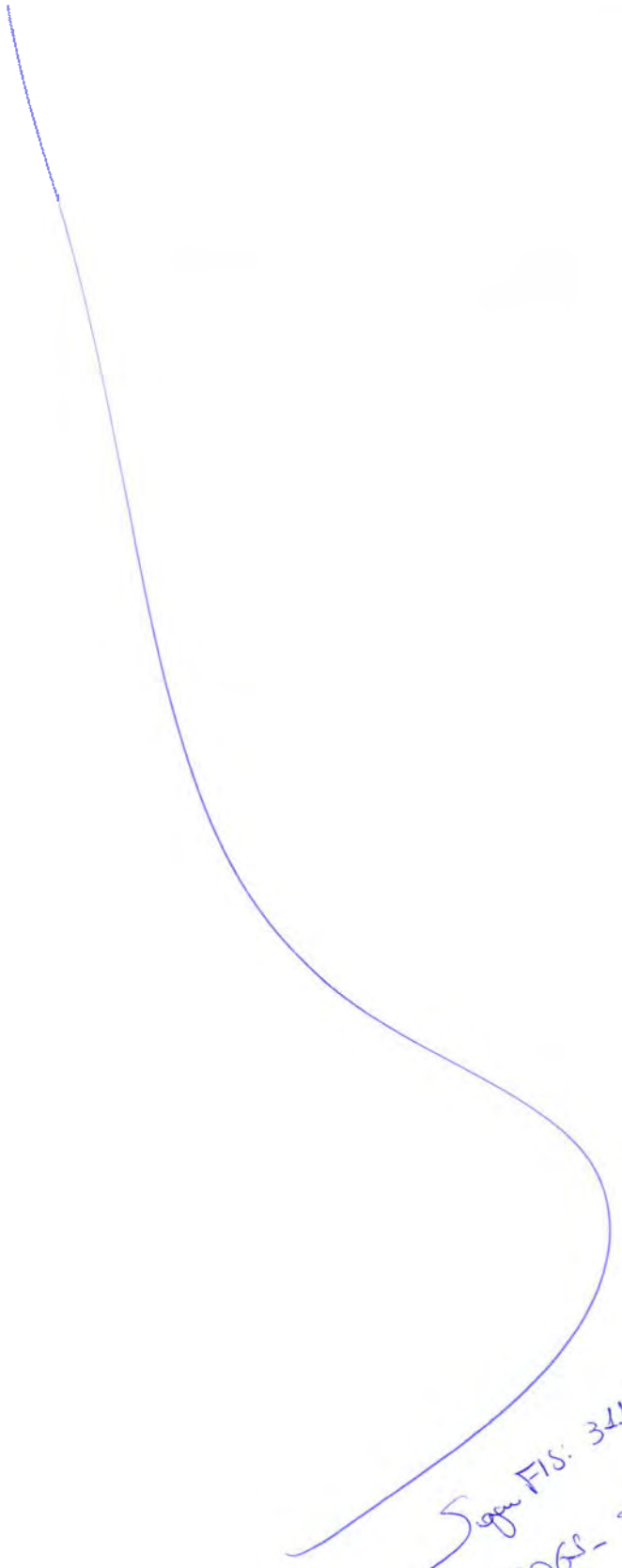
Última competência disponivel para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ	04/2016
I.P.M.T. - INSTITUTO DE PREV. DO MUNICIPIO DE TAUBATÉ	04/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ	04/2016

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo orgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 20/07/2016 22:33

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1028



Segue Fls: 341/338

SDG - 30-08-2016

Cleo

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 23-08-2016

Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determinou, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS – JOÃO PAULO GIORDANO FONTES

MUNICÍPIO: TAUBATÉ
EXERCÍCIO: 2014

1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
2 - Ao Cartório do Relator para:
   a) redação e publicação do parecer;
   b) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
   c) oficiar à subscritora do expediente TC-000551/026/15;
3 – Ao **DSF-II** para:
   a) formar autos próprios, nos termos do voto do Relator;
   b) enviar o processo das contas à Câmara Municipal.

SDG-1, em 29 de agosto de 2016

SÉRGIO CIQUERA ROSSI
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

SDG-1/ESBP/lgs/ra

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2906-5196-3510-7564

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1020

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

23-08-16 *SEB*

==========

40 TC-000563/026/14

Prefeitura Municipal: Taubaté.

Exercício: 2014.

Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.

Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125) e outros.

Acompanham: TC-000563/126/14 Expedientes: TC-000551/026/15.

Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

==========

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	26,94%	(25%)
FUNDEB – Lei Federal nº 11.494/07, art. 21, *caput* e § 2º	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII	70,33%	(60%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, "b"	**54,47%**	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	25,79%	(15%)
Transferência ao Legislativo – CF, art. 29-A, § 2º, I	5,33%	7%
Plano Municipal de Educação – Lei Federal nº 13.005/14, arts. 1º e 8º, *caput*	Regular	26-06-15
Remuneração do Magistério de acordo com o Piso Nacional – Lei Federal nº 11.738/08, art. 2º	Regular	R$1.697,00[1]
Plano Municipal de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/07, arts. 11, 17 e 19	Regular	A partir de 2014
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/10, art.18	Regular	A partir de 02-08-12
Plano Municipal de Mobilidade Urbana – Lei Federal nº 12.587/12, art. 24, § 3º	Regular[2]	A partir de 2017
Lei da Transparência Fiscal – Lei Federal nº 12.527/11, art.8º art.9º	Regular Parcial	A partir de 18-05-12
Execução Orçamentária – (R$ 18.469.598,89)	**Déficit - 2,54%**	
Resultado Financeiro – R$ 26.494.600,01	Superávit	
Remuneração de Agentes Políticos	Regular	
Precatórios	Regular	
Ordem Cronológica de Pagamentos	**Irregular**	
Encargos Sociais (INSS, FGTS, PASEP e RPPS)	Regulares	

[1] Fonte: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-832-anuncia-mec.html

[2] Obrigatório para Municípios com população acima de 20.000 habitantes.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1001

CIDE	Regular
Royalties	Regular
Iluminação Pública - O Município instituiu a CIP - Contribuição de Custeio de Iluminação Pública, conforme Lei Municipal nº 358, de 29-12-14	Regular
Multas de Trânsito	Regular
Investimentos + Inversões Financeiras: RCL	9,32%

ATJ: Favorável	**MPC:** Favorável	**SDG:**

1. RELATÓRIO:

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ**, exercício de 2014.

1.2 O relatório da inspeção *in loco* anual realizada pela Unidade Regional de São José dos Campos - UR-07 (fls. 16/133) apontou:

A.1. Planejamento das Políticas Públicas (fl. 19):

- o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Taubaté não atende a todos os requisitos do artigo 24 da Lei federal nº 12.587/12.

A.2. A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Transparência Fiscal (fl. 20):

- não houve a efetiva implementação do Serviço de Informação ao Cidadão para o devido acesso às informações;

- no *site* da Prefeitura não constam as informações relativas aos repasses à entidade do terceiro setor.

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 22/29):

- descumprimento dos limites previstos nos artigos 7º e 8º da Lei Orçamentária Anual (Lei Municipal nº 4.835/13);

- classificação inadequada dos créditos suplementares do exercício e abertura mediante decretos executivos e portarias com fundamento na LOA, em descumprimento ao inciso VI do artigo 167 da CF;

- ausência da identificação de fonte de recursos utilizada para abertura de créditos adicionais suplementares, em discordância com o disposto no artigo 43, *caput*, da Lei federal nº 4.320/64;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1002

- insuficiente planejamento orçamentário, por parte da Prefeitura, em ofensa aos pressupostos da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00;

- programas e ações governamentais executados insuficientemente e justificados inadequadamente, em discordância com o princípio da transparência na gestão fiscal (artigo 1º, § 1º, da LRF).

B.1.2. Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial (fl. 29):

- resultado econômico 62,69% inferior ao do exercício anterior.

B.1.3. Dívida de Curto Prazo (fls. 30/32):

- descumprimento dos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64), com existência de ocultação de passivo;

- divergência entre os valores da dívida flutuante constantes no demonstrativo da Prefeitura e no Sistema AUDESP, em descumprimento ao artigo 1º, § 1º, da LRF;

- divergência na fórmula de cálculo de restos a pagar processados e não processados, em discordância com as normas vigentes para elaboração do demonstrativo.

B.1.4. Dívida de Longo Prazo (fls. 32/34):

- aumento da dívida consolidada em 29,56% em relação ao exercício anterior;

- escrituração de dívida de 2010 evidenciada no balanço patrimonial apenas em 2014, configurando ocultação de passivo em grave ofensa aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64);

- pagamento insuficiente de dívida com a SABESP em 2014.

B.1.5.1. Renúncia de Receitas (fls. 34/35):

- efetivação de irregular renúncia de receita, pois não foi demonstrado o cumprimento do artigo 14, incisos I e II, da LRF.

B.1.6. Dívida Ativa (fls. 36/40):

- divergência do saldo da dívida ativa de 2014 informado ao Sistema AUDESP, no Balanço Patrimonial da Prefeitura, e o do Setor responsável;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1009

- elevado valor de dívida ativa prescrita, evidenciando que a Prefeitura não tem efetuado esforços suficientes no controle e na cobrança de valores inscritos em dívida ativa;

- a Prefeitura está inscrita no seu próprio rol de devedores da dívida ativa;

- elevado valor de cancelamento de dívida ativa, demonstrando fragilidade nas inscrições e controle de lançamentos;

- os 100 (cem) maiores devedores de dívida ativa representam mais da metade do valor da dívida;

- as evidenciações e resultados constantes dos Balanços não refletem a realidade do setor, fatos que denotam falhas graves, eis que, à vista de tais desacertos, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 41/48):

- despesa de pessoal em percentual superior ao limite estabelecido no artigo 20, III, b, da LRF;

- pagamento de R$ 4.883.827,61 a título de despesa de pessoal por meio de convênios firmados com a UNITAU, como tentativa de burlar o limite previsto na LRF;

- estornos de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os quais influenciaram na apuração equivocada das deduções da despesa com pessoal e em descumprimento ao disposto no artigo 20, III, "b", da LRF e ao pressuposto da transparência constante no artigo 1º, § 1º, dessa lei, e aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência previstos no artigo 37 da Carta Maior.

B.3.1. Ensino (fls. 48/54):

- divergência no valor de receita de impostos, base para a aplicação do ensino, apurada pela Prefeitura e pelo Sistema AUDESP;

- receitas de aplicações financeiras provenientes de recursos do FUNDEB contabilizadas incorretamente, descumprindo o princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64);

- empenho de despesas impróprias com recursos do ensino;

- ausência de lei para instituição do Plano Municipal de Educação;

- inexistência de plano de carreira e remuneração do magistério;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

- descumprimento das atribuições do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar;

- não atingimento das notas previstas no IDEB.

B.3.2. Saúde (fls. 55/58):

- despesas impróprias empenhadas com recursos vinculados à saúde;

- falhas no planejamento das políticas de saúde relativas ao programa "Vigilância em Saúde", mais especificamente no tocante ao combate à dengue, em descumprimento ao § 1º do artigo 1º da LRF.

B.3.3.1. Iluminação Pública (fls. 59/60):

- o Município não assumiu os ativos da iluminação pública, descumprindo a determinação contida na Resolução nº 414/10 (e posteriores) da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

B.4.1.1. Regime Especial Anual - Precatórios (fls. 60/65):

- divergência entre o valor do débito de precatórios contabilizado pela Prefeitura e o apurado pelo TJSP, evidenciando que a escrituração realizada nas peças contábeis da entidade não registra de forma fidedigna a importância efetivamente devida e paga pelo Município, o que caracteriza ofensa aos princípios da transparência fiscal (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/64);

- ausência de empenho dos valores repassados ao Tribunal de Justiça por meio de depósito judicial, no total de R$ 13.040.883,55, em afronta ao artigo 60 e seguintes da Lei federal nº 4.320/64;

- pagamento de requisitório de baixa monta em exercício diverso de sua incidência.

B.5.3. Demais Despesas Elegíveis para Análise (fls. 66/80):

- falhas nos processos de adiantamento que tornam frágil o processo de fiscalização e descumprem os princípios da legalidade e moralidade, previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal – CF;

- convênios firmados entre a Prefeitura e a Universidade de Taubaté – UNITAU com operacionalização transferida à Fundação Universitária de Taubaté – FUST e cobrança de taxa de administração pela UNITAU, sendo constatado:

a) ausência de metas objetivas no termo de convênio;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1005

b) falta de autorização para aplicação de recursos no exercício seguinte;

c) prestação de contas sem comprovação documental dos gastos evidenciados no demonstrativo integral de receitas e despesas, sem demonstrações financeiras da entidade conveniada e sem extratos bancários emitidos pelo banco e conciliação bancária de dezembro de 2014;

d) ausência de identificação, nos documentos originais de despesa, da entidade, da fonte do recurso e do ajuste respectivo;

e) pagamento de despesas de pessoal por meio de convênios, como forma de burlar o limite de despesa de pessoal previsto no artigo 169, *caput*, da CF e estabelecido no artigo 20, III, "b", da LRF;

f) falta de fiscalização adequada dos recursos repassados e da execução do convênio por parte da Prefeitura;

g) descumprimento dos princípios da moralidade e eficiência, insculpidos no artigo 37, *caput*, da CF, bem como do princípio da transparência na gestão fiscal, previsto no artigo 1º, § 1º, da LRF.

B.5.3.1. Gasto com Combustível (fls. 80/81):

- divergência entre o valor informado pela Prefeitura e o apurado pelo Sistema AUDESP.

B.6. Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais (fl. 81):

- quanto ao setor de tesouraria, divergências em relação ao saldo apurado pela contabilidade e o enviado ao Sistema AUDESP até o mês de maio de 2014, inclusive com saldos negativos na contabilidade.

B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fl. 82):

- não atendimento à ordem cronológica de pagamentos e ausência de publicação das justificativas cabíveis, em afronta ao artigo 5º da Lei federal nº 8.666/93.

C.1.1. Falhas de Instrução (fls. 82/95):

- falhas no planejamento da Administração quando da elaboração e realização dos procedimentos licitatórios que culminaram na realização de excessivos Termos de Aditamento e gasto de dinheiro público;

- restrição à ampla competitividade, em ofensa ao artigo 22, § 6º, da Lei federal nº 8.666/93;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

- falha na precisão do objeto a ser licitado, dificultando a verificação da adequada execução contratual, além da possibilidade de restringir a participação no certame;

- terceirização de atividades precípuas da administração, resultando na terceirização de mão-de-obra por meio de processo licitatório;

- ausência de comprovação da efetiva entrega dos convites às empresas licitantes, em afronta ao artigo 38, II, da Lei federal nº 8.666/93;

- formalização de contrato em dissonância com as previsões do edital do certame, contrariando o artigo 3º da Lei federal nº 8.666/93 e ofendendo ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

- vícios inerentes às justificativas e ao processamento das dispensas e inexigibilidades, em ofensa ao artigo 26, *caput* e parágrafo único, da Lei federal nº 8.666/93;

- instauração de sindicância para apuração de responsabilidade funcional dentro dos autos do processo de inexigibilidade;

- falhas na contratação de profissional do setor artístico, decorrentes da ausência de contratação direta ou através de empresário exclusivo, em ofensa ao artigo 25, III, da Lei federal nº 8.666/93, e da falta de justificativa do preço praticado, contrariando o artigo 26, III, da Lei federal nº 8.666/93;

- ausência de publicação dos atos referentes às dispensas e inexigibilidades na imprensa oficial, contrariando o artigo 26, *caput*, da Lei federal nº 8.666/93.

C.2. Contratos (fl. 96):

- não foi realizada a renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), nos termos do Comunicado SDG nº 44, de 2013.

C.2.2. Contratos Examinados *In Loco* (fls. 96/100):

- ausência de publicação dos extratos de contrato e dos termos aditivos na imprensa oficial, contrariando a disposição constante do parágrafo único do artigo 61 da Lei federal nº 8.666/93;

- ausência de aplicação das sanções cabíveis em decorrência da inexecução parcial dos contratos firmados;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

- realização de sucessivas prorrogações de prazo para conclusão dos serviços contratados, evidenciando que os prazos estabelecidos pela Prefeitura não se mostraram suficientes para a execução do objeto;

- falhas na fiscalização das execuções contratuais.

C.2.2.2 Execução Contratual (fls. 100/112):

- irregularidades na execução contratual relativas à construção em desacordo com o projeto arquitetônico;

- falhas no acompanhamento pela fiscalização municipal: ausência de comprovação do cumprimento dos prazos ajustados para a conclusão das obras/serviços e serviços inadequados recebidos pela Administração.

D.1.1. Livros e Registros (fl. 113):

- falhas nos registros da dívida de curto prazo, das despesas de pessoal, dos recursos vinculados ao ensino e dos precatórios, em ofensa ao princípio da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

D.2. Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP (fl. 113):

- não atendimento aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei federal nº 4.320/64).

D.3.1. Quadro de Pessoal (fls. 114/121):

- cargos em comissão cujas atribuições não possuem características de direção, de chefia e assessoramento (artigo 37, V, da CF) e sem a exigência de qualquer nível de escolaridade como requisito de investidura;

- número elevado de servidores com mais de um período de férias vencidas e não gozadas;

- cessão de servidores da Prefeitura para os mais diversos órgãos, caracterizando lesão aos princípios da igualdade e impessoalidade, previstos no *caput* do artigo 37 da CF e ofensa ao inciso II do mesmo artigo;

- excessivas e reiteradas contratações temporárias sem a demonstração da necessidade provisória de excepcional interesse público, em afronta ao artigo 37, II e IX, da CF;

- servidores em desvio de função;

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1008

- pagamento excessivo de jornada extraordinária, realizada em quantidades que ultrapassam os limites diários permitidos pela legislação.

D.5. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (fls. 123/124):

- descumprimento das recomendações desta Corte.

1.3 Acompanham os autos os seguintes expedientes:

a) TC-000551/026/15 – a Advocacia Geral da União, por sua Procuradoria Seccional da União em São José dos Campos, encaminhou cópia do processo de Tomada de Contas Especial nº 25000.185956/2013-26.

A Fiscalização solicitou da Prefeitura Municipal informações a respeito da existência de ação de ressarcimento de valores ao erário por José Bernardo Ortiz (gestão de 2001-2004) e Roberto Pereira Peixoto (gestão 2005-2008), nos valores originais de R$ 144.673,94 e R$ 200.537,04, respectivamente, decorrentes da Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6, efetuada pela Advocacia Geral da União e na qual os citados ex-Prefeitos foram responsabilizados por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

Informou a Fiscalização que os documentos anexados (fls. 4043/4048 do anexo XX) demonstram que, apesar de ter sido mencionado o processo administrativo nº 65.334/2014 que estaria tratando do assunto, a Prefeitura não tomou providências efetivas no sentido de buscar o ressarcimento dos referidos valores. Mesmo após reiterações por parte da Fiscalização, a Prefeitura sequer tinha inscrito os Srs. José Bernardo Ortiz e Roberto Pereira Peixoto na dívida ativa do Município.

b) TC-006889/989/15 - Salvador Soares de Melo, vereador do município de Taubaté, comunica possíveis irregularidades no âmbito do Executivo local, no que tange ao pagamento de salários, benefícios e subsídios a servidores públicos municipais, sem observância do disposto no artigo 37, XI, da CF e da Lei Complementar nº 355/14.

A Fiscalização solicitou da Prefeitura Municipal as folhas de pagamento referentes ao exercício de 2014 (mídia às fls. 3957 do Anexo XX). Analisando-as, mês a mês, constatou que, sobre os valores da remuneração bruta dos servidores, são aplicados "redutores da Emenda

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1000

Constitucional 41" voltados a adequar o valor líquido e limitar o pagamento de salários, benefícios e subsídios ao teto constitucional. Dessa forma, não foi constatada ofensa ao disposto no artigo 37, XI, da CF. Com relação à Lei Complementar nº 355/15, a matéria foi tratada no item **B.2.2 "b"** do relatório.

Informou, ademais, a Fiscalização que em 10-12-2014 foi editada a Lei Complementar nº 355, que dispõe sobre o Plano de Amortização do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Taubaté (fls. 569/583 do Anexo III). Assim, com base nos documentos apresentados (fls. 584/594 do Anexo III), constatou, no exercício de 2014, o seguinte:

Entidade	FRP Pago em 2014	Aportes em 2014	Sobra
Prefeitura	R$ 6.358.980,79	R$ 5.810.909,63	R$ 548.071,16

Ocorre que, durante o exercício de 2014, a Prefeitura já vinha efetuando o pagamento a título do **Fundo de Participação Previdenciária (FRP)** para o Instituto de Previdência e no final do exercício, com a edição da Lei nº 355/14, foram anuladas as dotações relativas às despesas de pessoal para transferência para a nova rubrica. Diante de tal transformação da despesa a ser contabilizada na rubrica constante do Decreto nº 13.468/14, constatou a Fiscalização no balancete da Prefeitura Municipal de Taubaté de 2014 que a importância de R$ 5.810.909,63 estava contabilizados na rubrica 3.3.91 (Balancete - fls. 566/568 do anexo III).

Para o exercício de 2015, foi constatado que a Lei municipal nº 4.956, de 30-12-14, dispôs sobre a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 19.052.201,27, sendo que a quantia de R$ 13.800.000,00, cabível à Prefeitura, estava autorizada pelo Decreto nº 13.477/15.

Entidade	Aportes em 2015	Aporte ao mês
Prefeitura	R$ 12.449.433,66	R$ 1.037.452,81

Concluiu a Fiscalização que as contribuições feitas a título de FRP foram transformadas em aporte e as despesas foram reclassificadas como se não houvesse empenho/registo anterior, com o objetivo de não mais serem computadas nas despesas de pessoal.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 100

Expediente arquivado eletronicamente.

1.4 Regularmente notificada (fl. 134, DOE de 17-11-15), a Prefeitura apresentou justificativas (fls. 144/247).

Especificamente quanto aos itens "**B.1.1.** Resultado da Execução Orçamentária"; "**B.2.2.** Despesa de Pessoal"; "**B.3.1.** Ensino" e "**B.8.** Ordem Cronológica de Pagamentos", sustentou, em síntese:

B.1.1. Resultado da Execução Orçamentária (fls. 148/169):

Em relação à execução orçamentária do exercício de 2014, afirmou que não houve nenhum desajuste fiscal capaz de impedir o atendimento ao princípio da gestão fiscal equilibrada. A Prefeitura Municipal possuía superávit financeiro em 2013, capaz de acobertar a integralidade do déficit orçamentário apontado pela Equipe de Fiscalização, sustentando, ademais, que este estava viciado pelos restos a pagar não processados, os quais, conforme já definiu o repertório jurisprudencial desta Corte, devem ser extirpados da apuração do resultado orçamentário da Administração Direta.

A esse respeito, ressaltou que, em 31-12-14, a Prefeitura de Taubaté possuía empenhos não processados do ano de 2014 vinculados à Fonte 002 (recursos estaduais), na quantia de R$ 1.635.282,03 (Docto 13 do Expediente TC-004156/026/13), e vinculados à fonte 005 (recursos federais), no montante de R$ 14.582.868,14 (Docto 14 do Expediente TC-004156/026/13). Destacou que tais empenhos estão relacionados a obras e serviços não executados, cujos respectivos repasses não se efetivaram (recursos não repassados ao Município) até 31-12-14, mas que não poderiam ser cancelados, posto que, se assim o fizesse, estaria o Município deixando de atender aos termos dos respectivos convênios.

Salientou que, por não terem sido processados e, consequentemente, não terem sido liquidados, tais empenhos não comprometeram o resultado orçamentário de 2014, motivo pelo qual não deviam ser levados em consideração na apuração do resultado orçamentário do Poder Executivo.

Observou que, em 2015, a Prefeitura cancelou a quantia de R$ 3.472.136,07 (Docto 16 do Expediente TC-004153/026/16) de restos a pagar não processados – Fonte 001 (recursos próprios).

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1300

Apresentou o seguinte demonstrativo relativo ao Resultado da Execução Orçamentária em 31-12-14, no qual apurou um déficit de 0,16%:

	Valor - R$	%
Receitas Realizadas	726.765.529,98	100
Despesas Empenhadas	745.235.128,87	100
Déficit Orçamentário Apurado pela Fiscalização	18.469.598,89	2,54
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 002 (Recursos Estaduais)	1.635.282,03	
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 005 (Recursos Federais)	14.582.868,14	
(-) Empenhos Vinculados a Fonte 001 (Recursos Próprios)	3.472.136,07	
Resultado Orçamentário Real - Déficit	**1.220.687,35**	**0,16**

B.2.2. Despesa de Pessoal (fls. 183/198):

Destacou que, após os ajustes, a Fiscalização chegou a um percentual de despesa com pessoal de 54,47% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, em seus dizeres, o limite previsto no artigo 20, III, "b", da Lei Complementar estadual nº 101/00, mas que, entretanto, o próprio órgão fiscalizador ressaltou que *"os gastos com pessoal no 2º e 3º quadrimestres foram resolvidos no prazo legal, eis que, em 30-04-2015 e em 31-08-2015, a despesa laboral do Executivo Municipal significou 53,77% e 52,61% da Receita Corrente Líquida"*.

Argumentou que, diante dessa constatação, não poderiam ser as presentes contas rejeitadas por esse motivo, na linha, aliás, do que já decidiu esta Colenda Corte nos TC's 001455/026/11, 001770/026/12, 001513/026/12, 001951/026/13 e 001818/026/13.

B.3.1. Ensino (fls.199/206):

Solicitou o Requerente a inclusão dos restos a pagar de 2013 pagos entre 01-02-14 a 31-12-14, já que o Documento 54 do Expediente TC-004153/026/16 demonstra que esta Corte de Contas glosou, na aplicação no ensino de 2013, a quantia de R$ 1.872.408,85 referente aos empenhos daquele ano não pagos até 31-01-2014.

Ponderou que o relatório analítico juntado (Docto 55 do Expediente TC-004153/026/16) demonstra que, em 31-12-14, existiam empenhos do ensino de 2013, pendentes de pagamento, na importância de R$ 356.426,14. Assim a quantia de R$ 1.515.982,71 [R$ 1.872.408,85 (-) R$356.426,14] deverá ser acrescida ao percentual de aplicação no ensino de 2014, confirmando o atendimento ao disposto no artigo 212 da CF.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1702

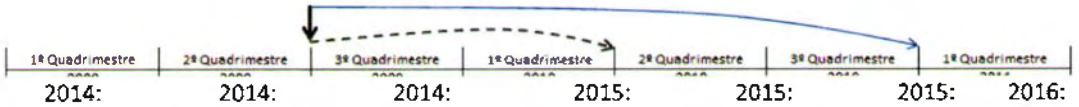
B.8. Ordem Cronológica de Pagamentos (fls. 218/220):

Assegurou que a quebra da ordem cronológica apontada não ocorreu para privilegiar alguns credores em detrimento de outros, mas por razões impeditivas e momentâneas de pagamento. A análise dos casos, que são encontrados em relatório do AUDESP (Docto 76 do Expediente TC-004153/026/16), justificam o procedimento.

1.5 O **Setor de Cálculos da Assessoria Técnico-Jurídica** (fls. 254/269), no que respeita às "**Despesas com Pessoal**", endossou os resultados apresentados pela Fiscalização (fl.41), no sentido de que o Poder Executivo de Taubaté despendeu o equivalente a 54,47% da Receita Corrente Líquida com pessoal, em desconformidade com o limite máximo de 54% fixado no artigo 20, III, "b" da LRF.

Salientou que, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, o PIB brasileiro de 2014 cresceu apenas 0,1% em relação ao ano anterior (fl. 248), sendo que, em casos como este – crescimento do PIB inferior a 1% - é acionado o disposto no artigo 66 da LRF, que prevê a duplicação dos prazos de recondução aos limites de despesa total com pessoal, previstos no seu artigo 23.

Ponderou que, no caso concreto, a taxa de despesa de pessoal, acima do limite máximo disciplinado na LRF, restou apurada já no 2º quadrimestre do exercício examinado, atingindo 54,79% (fl. 41). Considerando, entretanto, a flexibilização autorizada pelo artigo 66 da LRF, ressaltou que o prazo para eliminação de 1/3 do excesso apurado no 2º quadrimestre/2014 seria estendido até abril/2015 (1º quadrimestre/2015) e o prazo total de recondução ao limite seria duplicado até dezembro/2015 (3º quadrimestre/2015):



2014:	2014:	2014:	2015:	2015:	2015:	2016:
51,13%	**54,79%***	54,47%	54,22%**	53,32%**	52,43%***	(1)

* 2º quadrimestre/2014: já ajustado pela Fiscalização;

** Dados já ajustados pela fiscalização conforme TC-002655/026/15 (Período: Acompanhamento 2º Quadrimestre/2015) – fls. 249/250, sem considerar, entretanto, a receita e a despesa da Universidade UNITAU;

*** Conforme dados disponibilizados no AUDESP, porém ainda não submetidos ao crivo da fiscalização – fl. 251.

(1) Dados ainda não disponíveis no AUDESP.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-0572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1709

Constatou, dessa forma, que a taxa excedente da despesa com pessoal do 2º quadrimestre/2014 (54,79%) foi reduzida em pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre/2015, eis que atingiu 54,22% e que, conforme dados disponibilizados no Sistema AUDESP, no 3º quadrimestre/2015 atingiu 52,43% (fl. 251), ainda que tal índice não tenha sido submetido ao crivo da fiscalização até aquela data.

Relativamente à manutenção e desenvolvimento do "**Ensino**", consignou que, de acordo com o apurado pela Fiscalização, o Município de Taubaté aplicou no ensino 26,79% (mínimo 25% - artigo 212 da CF) e 100% dos recursos do FUNDEB (artigo 21, *caput* e § 2º, da Lei Federal 11.494/07), dos quais 70,33% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo 60% - artigo 60, XII do ADCT).

Diante do sustentado pela defesa, entendeu, contudo, a Especializada que deveria ser acrescida a importância de R$ 835.337,21 validada pela inspeção *in loco* à época, relativa aos restos a pagar do exercício de 2013 pagos em 2014, conforme se extrai da cópia do respectivo relatório (fls. 252/253). Com relação, entretanto, à inclusão da importância de R$ 1.515.982,71, considerou que o pleito da Prefeitura não poderia ser atendido, porquanto o relatório analítico juntado (Docto. 55 do Anexo III do Expediente TC-004153/026/16) não indicava a data dos pagamentos ali relacionados, tornando, assim, impossível identificar o montante quitado no período de 01-02-2014 a 31-12-2014.

Com isso, concluiu que o Município aplicou 26,94% no ensino, passando as Despesas Próprias em Educação a contar com a seguinte configuração:

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	**Valores (R$)**	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	**542.562.249,95**	**100%**
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO		
Educação Básica (exceto FUNDEB)	84.060.486,39	
(+) FUNDEB Retido	69.825.077,68	
(=) Aplicação até 31-12-2014 (artigo 212, CF)	**153.885.564,07**	28,36%
(-) Restos a Pagar não Pagos até 31-01-2015	(2.705.317,46)	
(-) Outros ajustes da Fiscalização	(5.836.284,94)	
(+) Restos a Pagar de 2013, pagos em 01-02 a 31-12-2014	**835.337,21**	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após Defesa Prévia	**146.179.298,88**	**26,94%**

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1708

A **Unidade de Economia** (fls. 270/273) observou que os resultados contábeis (orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial) foram satisfatórios e mantiveram o equilíbrio das contas do Executivo Municipal em 2014, inclusive com a diminuição da dívida de curto prazo.

Entendeu que podem ser aceitos os esclarecimentos em relação ao déficit orçamentário, à queda no superávit econômico, ao aumento da dívida de longo prazo, à divergência entre os valores da dívida flutuante constantes na Prefeitura e no sistema AUDESP e às falhas e/ou divergências no item precatórios.

Assim, quanto aos aspectos estritamente econômico-financeiros, manifestou-se pela emissão de parecer favorável.

A **Unidade Jurídica** (fls. 275/282) também considerou cumpridos os quesitos que norteiam esta Corte na apreciação de contas municipais (ensino, saúde, precatórios, despesas com pessoal, transferência de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, encargos sociais), opinando pela emissão de parecer favorável, com a apreciação em autos específicos dos ajustes relacionados no item **C.2.3.** Execução Contratual.

A **Chefia** do órgão (fl. 283) acompanhou tais manifestações e concluiu pela emissão de parecer favorável às contas, sem prejuízo de recomendações à Prefeitura para que estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamentos e transposições, condicionado à inflação projetada para o período, em consonância com o Comunicado SDG nº 29/2010; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; e observe as determinações dos incisos I a V do parágrafo único do artigo 22 e do artigo 23, ambos da LRF, em relação aos gastos com pessoal.

1.6 De igual modo, o **Ministério Público de Contas** (fls. 284/285) pugnou pela emissão de parecer favorável, com ressalvas às contas do Executivo em exame.

1.7 Deferi deferida vista dos autos e extração de cópias (fls. 286/287).

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1105

1.8 Pareceres anteriores:

2011 - **Desfavorável**[3] (TC-001433/026/11 – Relator E. Conselheiro RENATO MARTINS COSTA, DOE de 14-09-13). Pedido de Reexame: conhecido e não provido (DOE de 15-11-14).

2012 - **Desfavorável**[4] (TC-002022/026/12 – Relator E. Conselheiro ANTONIO ROQUE CITADINI, DOE de 14-10-14).

2013 - **Favorável** (TC-002090/026/13 – Relator E. Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO, DOE de 06-01-16).

1.9 Dados Complementares:

a) Receita *Per Capita* do Município em Relação à Média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2014	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	ABAIXO DA MÉDIA
R$726.765.529,98	290.634	R$2.500,62	R$ 3.316,01	24,59%

Fonte: AUDESP

b) Resultado da Execução Orçamentária nos Últimos Exercícios:

EXERCÍCIOS	2011	2012	2013	2014
(Déficit)/Superávit	(0,06%)	(2,37%)	6,54%	(2,54%)

Fonte: fls. 289, 294, 29 e 22

c) Indicadores de Desenvolvimento

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

[3] Irregularidades: Ensino (24,60%) - Pessoal (57,14%) - Precatórios (EC nº 62/2009) - Ordem Cronológica de Pagamentos (artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/1993).

[4] Irregularidades: Pessoal (57,77%) - Aumento das Despesas com Pessoal (Artigo 21 da LRF) - Artigo 42 da LRF - Encargos (descontos em folha de pagamento, mas não houve a comprovação de recolhimento junto ao Instituto de Previdência) - Despesa com Publicidade em desacordo com o artigo 73, VII da Lei Eleitoral.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1708

ANOS INICIAIS - 4ª SÉRIE/5º ANO

TAUBATÉ (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento	-	-	4%	0	4%	-
IDEB	-	5.2	5.4	5.4	5.6	-
Meta	-	-	5.3	5.7	5.9	6.1

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
TAUBATÉ	-	5.2	5.4	5.4	5.6
Estado de SP – Pública	4.5	4.8	5.3	5.4	5.8
Brasil – Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

(*) Fonte: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

ANOS FINAIS - 8ª SÉRIE/9º ANO

TAUBATÉ (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento	-	-	0	0	- 2%	-
IDEB	-	4.7	4.7	4.7	4.6	-
Meta	-	-	4.8	5.0	5.3	5.6

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado				
	2005	2007	2009	2011	2013
TAUBATÉ	-	4.7	4.7	4.7	4.6
Estado de SP – Pública	3.8	4.0	4.3	4.4	4.4
Brasil – Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0

(*) **Fonte**: http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado

Percentuais Alcançados pelo Município

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 17

Aplicação (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2014
Artigo 212 CF (25%)	29,60%	25,71%	25,73%	24,60%	26,25%	26,94%
Fundeb (100%)	-	98,42%	100%	100%	98,04%	100%
Artigo 60 ADCT	-	66,34%	73,76%	70,84%	70,06%	70,33%

Fonte: (*) TC-002980/026/05 (Exercício de 2005), TC-002569/026/07 (Exercício de 2007), TC-000563/026/09 (Exercício de 2009), TC-00001433/026/11 (Exercício de 2011) e TC-002090/026/13 (Exercício de 2013).

d) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o "plus" aplicado do FUNDEB, quando houver).

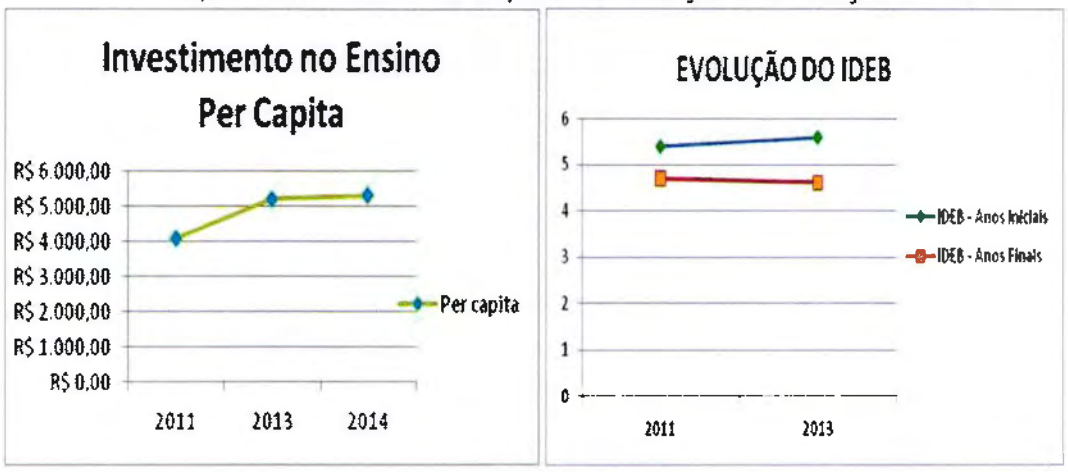
Exercício	Recursos Próprios R$	FUNDEB - Perda ou Plus (1) R$	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	TOTAL - R$	Nº de Matrículas (3)	Per Capita R$
2011	108.417.216,37	65.969.219,64		174.386.436,01	42.631	4.090,60
2013	140.969.437,01	77.551.108,22	- 2.934.532,02	215.586.013,21	41.028	5.254,60
2014	146.179.298,88	83.508.190,48		229.687.489,36	43.002	5.341,32

(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB

(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB

(3) Fonte: endereço eletrônico http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula

e) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB.



Os gráficos indicam que o Município apresentou nos exercícios de **2011 a 2013** crescimento no investimento *per capita* [R$ 4.090,60 (2011), R$ 5.254,60 (2013) e R$ 5.341,32 (2014)]. Com relação aos indicadores do IDEB, verificou-se progressão nos Anos Iniciais no período de **2011 a 2013** [5.4 (2011) e 5.6 (2013)] e regressão nos Anos Finais [4.7

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1708

(2011) e **4.6** (2013)], tendo os resultados alcançados em 2013 ficado abaixo das metas projetadas para o período [Anos Iniciais (**5,9**) e Anos Finais (**5.3**)].

A análise no exercício de 2014 resta prejudicada, uma vez que não há indicador do IDEB no período.

É o relatório.

2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de TAUBATÉ** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação no ensino, FUNDEB, saúde, remuneração dos profissionais do magistério, transferências de duodécimos ao Legislativo, Iluminação Pública, remuneração dos agentes políticos, CIDE, Royalties, Multas de Trânsito, encargos sociais (INSS, PASEP, FGTS e RPPS) e precatórios.

2.2 Em relação aos **Resultados Econômico-Financeiros**, o Município apresentou déficit de arrecadação no montante de R$ 120.696.293,10 (14,24% da receita prevista de R$ 847.461.823,08).

O resultado orçamentário foi deficitário em R$ 18.469.598,89 (2,54% da receita efetivamente arrecadada de R$ 726.765.529,98).

A pretensão do Município de que os valores empenhados, alegadamente oriundos de convênios firmados com os governos estadual (R$ 1.635.282,03) e federal (R$ 14.582.868,14) – que não chegaram a ser repassados e que foram contabilizados como "Restos a Pagar não Processados" –, não sejam considerados na apuração do Resultado da Execução Orçamentária, não merece prosperar diante da ausência de comprovação da situação relatada.

Sem embargo disso, o déficit orçamentário situou-se em patamar tolerado por esta Corte.

O resultado financeiro, por sua vez, foi superavitário em R$ 26.494.600,01, revertendo o resultado deficitário apurado no exercício anterior (R$ 9.065.005,53).

O estoque de restos a pagar decresceu 4,17% em relação a 2013 (de R$ 72.105.993,67 para R$ 69.098.927,70) e a dívida de curto prazo

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1748

0,95% (de R$ 85.957.967,37 para R$ 85.137.341,98). Já a dívida de longo prazo aumentou 29,56% (de R$ 61.597.811,13 para R$ 79.808.007,16).

O saldo da dívida ativa cresceu 20,70% (de R$ 135.723.093,50 em 2013, para R$ 163.812.652,87 em 2014) e a disponibilidade financeira de R$ 100.183.526,87 (fls. 299/300), frente aos restos a pagar da Municipalidade, de R$ 69.098.927,70, demonstra suficiência financeira de R$ 31.084.599,17.

Quanto às **alterações realizadas no Orçamento**, a Equipe de Fiscalização observou que alcançaram o total de R$ 168.837.265,61, equivalente a 21,65%[5] da despesa inicial prevista (R$ 779.616.956,00), não obstante a Lei municipal nº 4.835, de 30-12-2013 (LOA, fls. 301/308), em seu artigo 7º, tivesse autorizado a abertura de créditos suplementares até o limite de 7% do valor total do orçamento[6].

Com o fito de analisar a adequação desses créditos abertos ao percentual autorizado, devem ser subtraídas do valor de R$ 168.837.265,61 as seguintes parcelas:

- a quantia relativa à inflação do ano (6,40%[7]) incidente sobre a despesa inicial – R$ 49.895.485,18;

- o superávit financeiro do ano anterior e o excesso de arrecadação havido no exercício - no caso inexistentes (fls. 29 e 22, respectivamente).

Reduzido o total alcançado – R$ 49.895.485,18 – do valor dos créditos abertos [R$ 168.837.265,61 (-) R$ 49.895.485,18 = R$ 118.941.780,43], verifica-se que o resultado importou em 15,25% da despesa inicial, muito acima, portanto, do percentual autorizado pela LOA e do considerado satisfatório por este E. Tribunal.

Tendo em vista, entretanto, que essa alteração orçamentária não causou desajuste fiscal, entendo possa tal falha ser conduzida ao campo das advertências.

---

5 Percentual retificado .

6 *"**Artigo 7º** - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos suplementares às dotações dos orçamentos contidos nesta Lei:*
I - Até o limite de 7% da despesa total fixada no artigo 4º; e
II - Até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência".

7 Endereço Eletrônico: http://www.portalbrasil.net/ipca.htm

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1710

2.3 No que se refere às **Despesas com Pessoal**, os dados extraídos do Sistema AUDESP indicam que o Poder Executivo dispendeu a esse título 53,71% da Receita Corrente Líquida.

A esse percentual, acresceu a Fiscalização as despesas realizadas por meio de Recibo de Pagamentos a Autônomos, no montante de R$ 828.892,00, acompanhando o posicionamento adotado nas contas de 2013 (TC-002090/026/13) pelo E. Relator Conselheiro DIMAS EDUARDO RAMALHO e a pacífica jurisprudência desta Corte.

Incluiu também as despesas com o Pagamento de Pessoal por meio de Convênio firmado com a Universidade de Taubaté – UNITAU[8] no montante de R$ 4.883.827,61, totalizando R$ 5.712.719,61[9].

Referidos ajustes foram endossados pelo Setor de Cálculos da ATJ que, na oportunidade, realizou pesquisa na rede mundial de computadores e identificou o Edital de Concurso Público FUST nº 04/2014, destinado a atender unicamente aos convênios firmados entre a Prefeitura de Taubaté e a UNITAU, sob o regime da CLT, e explicitando, inclusive, que as atribuições dos empregos de Auxiliar de

---

[8] Convênios Firmados entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade UNITAU para o desenvolvimento de projetos educacionais, contemplando a contratação de pessoal e a aquisição de material pela UNITAU para o apoio e desenvolvimento de atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Convênios Creche - Processo nº 34.982/2013 - R$ 2.659.693,81 - Objeto: planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação continua dos profissionais envolvidos nos projetos.

Convênios Monitores - Processo nº 8.116/2013 - R$ 2.224.133,80 - Objeto: execução de atividades de cunho socioeducativo visando ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação.

Total dos Convênios R$ 4.883.827,61.

Muito embora os Termos de Convênio tenham sido firmados com a UNITAU, a execução do objeto foi transferida para a Fundação Universitária de Taubaté - FUST.

[9] Demonstrativo - Despesas com Pessoal (fl. 41):

Período	Dez/2013	Abr/2014	Ago/2014	Dez/2014
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado "A"	372.586.631,77	381.870.595,12	405.490.507,82	403.201.960,96
Inclusões da Fiscalização "B"				5.712.719,61
Gastos Ajustados "C"	**372.586.631,77**	**381.870.595,12**	**405.490.507,82**	**408.914.680,57**
Receita Corrente Líquida "D"	**721.271.561,83**	**746.910.076,91**	**740.077.919,80**	**750.666.886,30**
Gasto Informado	51,66%	51,13%	**54,79% (*)**	**54,47%**

Legenda: (*) Acima do limite.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1320

Desenvolvimento Infantil e de Auxiliar Técnico Administrativo seriam executadas nas Unidades Escolares de Educação Básica do Município.

Observou que, nesses termos, a contabilização dessa despesa deveria ser realizada sob a rubrica *"ressarcimento de pessoal requisitado"*, passando a integrar o Grupo dos Gastos com Pessoal, nos moldes do que disciplina o Manual de Demonstrativos Fiscais – Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Desta forma, incluído o montante de R$ 5.712.719,61, os gastos com pessoal em relação à RCL atingiram 54,47%, ferindo o disposto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da LRF.

Demonstrou, entretanto, a Unidade de Economia da ATJ que a taxa excedente da despesa com pessoal do 2º quadrimestre/2014 **(54,79%)** foi reduzida em pelo menos 1/3 no 1º quadrimestre/2015: **54,22%**. Constatou, também, que, em dezembro de 2015 – prazo final para a recondução total do excedente, à luz da flexibilização autorizada pelo artigo 66 da LRF –, as despesas com pessoal foram reduzidas para 52,43%, conforme dados extraídos do Sistema AUDESP.

Assim, mostra-se regular a situação da Prefeitura Municipal de Taubaté nesse aspecto.

2.4 Relativamente ao **Ensino – Recursos Próprios**, a Equipe de Fiscalização apurou que o Município de Taubaté aplicou 26,79% das receitas de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Requerente solicitou a inclusão nesse cálculo dos Restos a Pagar do exercício de 2013, no montante de R$ 1.515.982,71, não computados nas contas de 2013 e pagos no período de 01-02-14 a 31-12-14.

Como bem assinalado pelo Setor Especializado da ATJ procede a pretensão, uma vez que a própria Fiscalização, quando da inspeção *in loco*, atestou o pagamento de R$ 835.337,21 (fls. 252/253 cópia do relatório do TC-000563/026/14) dos restos a pagar de 2013 no período de 01-02 a 31-12-14. Com isso, passou para 26,94% o total dos gastos com ensino no Município de Taubaté, no exercício em exame:

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100310036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 122

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Valores (R$)	
Total de Receitas de Impostos – T.R.I.	542.562.249,95	100%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO	145.343.961,67	
(+) Restos a Pagar de 2013 - Pagos no período: 01-02 a 31-12-2014	835.337,21	
(=) Aplicação Final na Educação Básica apurada após Defesa Prévia	146.179.298,88	26,94%

2.5 Quanto às demais falhas apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.6 Diante do exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de TAUBATÉ, relativas ao exercício de 2014.

2.7 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

a) Aprimore o Plano de Mobilidade Urbana, a fim de atender a todos os requisitos do artigo 24 da Lei federal nº 12.587/12.

b) Assegure o estrito cumprimento da Lei federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), com a criação de serviço de informações ao cidadão e divulgação, em sua página eletrônica, dos repasses efetuados a entidades do Terceiro Setor.

c) Promova rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária, nos termos do artigo 1º, § 1º, da LRF.

d) Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias.

e) Adote medidas eficazes para regularizar as divergências e inconsistências apontadas nas peças contábeis, bem como nas informações enviadas ao Sistema AUDESP, em observância aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

f) Cumpra o disposto no artigo 14 da LRF na concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1129

g) Aprimore os mecanismos de cobrança da Dívida Ativa para possibilitar maior índice de recuperação de créditos.

h) Adote imediatas providências tendo em vista o apurado na Tomada de Contas Especial nº 2500.185956/2013-6, efetuada pela Advocacia Geral da União, que concluiu pela responsabilização de ex-Prefeitos por malversação do dinheiro público no pagamento irregular de procedimentos do SAI/SUS.

i) Registre adequadamente as despesas de pessoal em consonância com a LRF e promova esforços fiscais com vista a mantê-las dentro dos limites legais.

j) Aplique e contabilize corretamente os recursos vinculados ao Ensino e à Saúde.

k) Atente para o desempenho da rede municipal de ensino no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), buscando não apenas a aplicação dos mínimos constitucionais e legais de verbas na educação, mas o efetivo resultado qualitativo deste investimento na melhora do ensino a cargo da Prefeitura.

l) Corrija os desacertos nos registros de precatórios, de modo a atender aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

m) Adote providências em relação às irregularidades relativas aos adiantamentos, observando com rigor o disposto nos artigos 68 e 69 da Lei federal nº 4.320/64 e as diretrizes traçadas por esta Corte (Comunicado SDG nº 19, DOE-SP de 08-06-10), a fim de garantir a transparência, economicidade e razoabilidade nos gastos públicos.

n) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e respeitando, nos pagamentos, a ordem cronológica de suas exigibilidades.

o) Regularize as inconsistências e divergências apontadas em seus Livros e Registros.

p) Reavalie seu Quadro de Pessoal, atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1718

conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

q) Aprimore a gestão de pessoal, adotando medidas concretas com vista à regularização das férias, da situação dos servidores que se encontram em desvio de função, das reiteradas contratações temporárias e do excessivo pagamento de jornada extraordinária, acima dos limites diários permitidos pela legislação.

r) Atenda integralmente às recomendações deste Tribunal.

Determino, ainda:

a) a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, objetivando o planejamento, promoção e desenvolvimento de atividades através dos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e da disponibilização de recursos e materiais, bem como realização de palestras, oficinas e dinâmicas para a capacitação continua dos profissionais envolvidos nos projetos, e respectiva prestação de contas[10];

b) a expedição de ofício a i. Subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas;

c) que o processo acessório TC-000563/126/14 e o expediente TC-000551/026/15 permaneçam apensados a estes autos.

Consigno que deixo de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, objetivando a execução de atividades de cunho socioeducativo, com vista ao desenvolvimento integral e à inclusão social dos alunos através de música, dança, esportes e recreação, tendo em vista que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TC's 001552/007/14 e 000144/007/15.

2.8 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

---

[10] Realizada pesquisa no Sistema Integrado e Controle de protocolo desta Casa, nesta data, e não foi localizada a sua abertura.

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-8572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1125

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 2532-0572-6924-9453

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1338

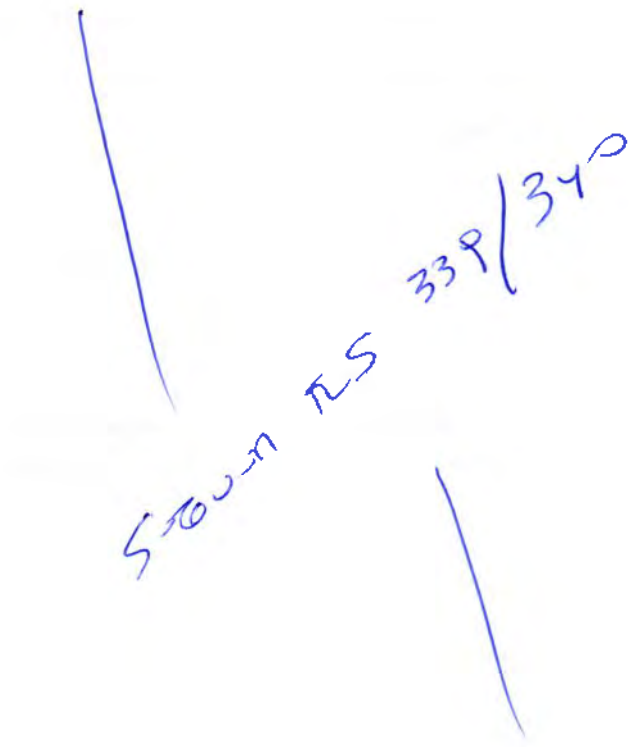
Não houve discussão. O relatório e voto juntados correspondem ao inteiro teor das notas taquigráficas referentes à sessão da **Segunda Câmara do dia 23 de agosto de 2016.**

SDG-1, em 29 de agosto de 2016

Elenílson Shibata Brandão Paixão
Respondendo pelo cargo de Taquígrafo de
Controle Externo-Chefe

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1128

Este documento foi assinado digitalmente.
Se impresso, para conferência acesse o site http://www.tce.sp.gov.br/documento e informe o código: 3225-5061-1380-8378



Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

P A R E C E R

TC-000563/026/14
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2014.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125) e outros.
Acompanham: TC-000563/126/14 Expediente: TC-000551/026/15.
Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de agosto de 2016, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, **ACORDA**, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.

À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determina, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determina, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas - João Paulo Giordano Fontes.

Publique-se.

São Paulo, 1 de setembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Presidente - Relator

ft.

15 9 16

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 120

DTI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO TCESP
09.1.1 PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS 03/11/2016
TTLC939 09:24:06

341

TIPO PROT.: x - TC __ (?) _ - TCA ____ (?) x - DOC _ TIPO DOC __ (?)
********** P A R T E S **********

1.PARTE:CODIGO: _____ (?) UNID.: _ (S/N) TC'S EM TRAMITE: _
NOME : _____

2.PARTE:CODIGO: _____ (?) UNID.: _ (S/N) OU MATRICULA: _____
NOME : _____

ENT.GERENCIADA: _____ (?)
AUDITOR ATUAL: _____ RELATOR ATUAL: _____
EXERCICIO : ____ AUTUADO ENTRE: __ / __ / ____ E __ / __ / ____
TIPO DOC. : __ (?) PREFIXO : _____ DATA DOC.: __ / __ / ____
NUM. DOC. : _____ / ____ OU SEQ.: _____
NUM. EDITAL : _____ TIPO LICITACAO: _ (?) REGIONAL: ___
REF. TC- 0000000000563 / 026 / 14 DOC.NAO JUNTADOS AO REF.TC.: x
RESPONSAVEIS : _____
OBJETO: _____
TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

342

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Fl.
TC-000563/026/14

Certifico que o r. Parecer de fls.339/340, publicado no DOE de 15/09/2016, transitou em julgado 31/10/2016.

GCSEB, em 03 de novembro de 2016.

Izilda Aparecida Zaia
Assistente Técnico de Gabinete II

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 122

OF. CS-CB nº 2032/2016 (AR)

17.11.2016

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

343

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de novembro de 2016

Ofício C.CSEB nº 2032/2016
TC-000563/026/14

Senhor Prefeito

Pelo presente, de ordem do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo encaminho-lhe cópia da r. Decisão da Colenda Segunda Câmara desta Casa, proferida em sessão de 23.08.2016, acompanhada do r. Parecer respectivo, para conhecimento e providências.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

Marcio Fonseca Mota
Responsável pelo expediente do Cartório

Excelentíssimo Senhor
PAULO DE TARSO CARDOSO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATE
TAUBATE - SP

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1/1

OF CS-SN - 2033/2016 (AM)

18/11/2016

Identificador: 310034003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1385

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de novembro de 2016

Ofício C.CSEB nº 2033/2016
TC-000563/026/14
(Ref.TC-000551/026/15)

Senhora Advogada

Encaminho à consideração de Vossa Excelência cópia da Decisão da Egrégia Segunda Câmara desta Corte, proferida em sessão de 23.08.2016, acompanhada do r. Parecer respectivo.

Apresento a Vossa Excelência cordiais cumprimentos.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Conselheiro

Excelentíssima Senhora
DRª NATHALIA STIVALLE GOMES
Advogada da União
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO-PROCURADORIA
SECCIONAL SÃO JOSE DOS CAMPOS
SÃO JOSE DOS CAMPOS - SP

Identificador: 310031003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1388

RECEBIDO NO DSF - II
EM 21 / 11 / 16
RELAÇÃO Nº 6365
ASS. _____

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Visto.

À **Unidade Regional de São José dos Campos** para cumprir as determinações contidas no item 3 da r. Decisão de fls. 311.

DSF-II, 21 de novembro de 2016.

ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLA
Diretor Técnico de Departamento

/cyt

Identificador: 3100340036003200320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1708

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - UR.7

São José dos Campos, 28 de novembro de 2016.

Ofício UR-7 nº 846/2016

Ref. TC- 563/026/14

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o disposto no Subitem 4.5.1 da Ordem de Serviço SDG nº 02/09, o processo de prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, bem como os anexos a ele vinculados e o respectivo Parecer emitido pela E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23/08/2016, relativo às Contas da Prefeitura Municipal de Taubaté durante o exercício de 2014, para os fins previstos no artigo 31, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 150 da Constituição do Estado de São Paulo, deixando, todavia, de dar atendimento à alínea "a" (fls. 336) do item 2.7 do Voto do Relator, em razão do Convênio nº 34982/13 já ser objeto de apreciação nos autos próprios TC 979/007/14.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

CIBELE DE LIMA ZANIN MARTINUSSO
DIRETORA TÉCNICA DE DIVISÃO SUBSTITUTA DA UR-7

AO
EXMO. SR.
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Identificador: 3100340036003800320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 188

Processo: 6624/2016
Contas do Prefeito n° 1/2016
Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

Origem: Secretaria
Fase Atual: Protocolar Processo

DESPACHO

Ação: Processo Protocolado

Despacho: Protocolado pela Secretaria da Câmara e encaminhado ao Expediente da 220º Sessão Ordinária.

Próxima Fase: Para Leitura no Expediente

Setor Destino: Plenário

Taubaté, 02 de dezembro de 2016

Maria Adriana Pedrosa
Chefe de Secretaria

Assinado digitalmente por MARIA ADRIANA PEDROSA:13841741843
Data: 02/12/2016 17:56:23

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 08 de fevereiro de 2017

DE: Plenário
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Leitura no Expediente

Ação: Lida no Expediente

Complemento: De ordem do senhor Presidente, certifico que a Conta foi lida no expediente da 1ª Sessão Ordinária, realizada em 06/02/2017.

Providências: Para Distribuição

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo
36851719843

Assinado digitalmente por PAULO EDUARDO DE CARVALHO LOPES:36851719
Data: 08/02/2017 11:52:02

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 02 de março de 2017

DE: Diretoria Legislativa
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Distribuição

Ação: Ao Setor Responsável

Complemento: Certifico que foi publicado o inteiro teor do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 no Boletim Legislativo e no portal da Câmara na internet, conforme documentos anexos, e que afixei cópia dos referidos documentos no átrio da Câmara Municipal.
Certifico também que foi publicado no Boletim Legislativo e no portal da Câmara na Internet o comunicado de que as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante o prazo de 60 dias, conforme documentos anexos, e que afixei cópia dos referidos documentos no átrio da Câmara Municipal.
Certifico, finalmente, que foi encaminhado ofício informando o senhor prefeito municipal sobre o início do processo de julgamento das contas referentes ao exercício de 2014 pela Câmara Municipal (ofício e recibo anexos).
À Secretaria das Comissões Permanentes para encaminhar os autos para a Comissão de Finanças e Orçamento, para as providências de sua competência.

Providências: Para Providencias da SCP

Luís Rodrigo de Andrade
Diretor Legislativo

Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399895862
Data: 02/03/2017 15:32:46

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo TC 543/026/14
Contas do prefeito municipal de Taubaté
Exercício de 2014

Ao Diretor Legislativo:

Em atendimento ao disposto no artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal, determino:

1) publicar o inteiro teor do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 no **Boletim Legislativo**, no **site** e no **átrio** da Câmara Municipal.

2) publicar no **Boletim Legislativo**, no **site** e no **átrio** da Câmara Municipal o comunicado de que as contas do prefeito municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação durante o prazo de 60 dias.

3) elaborar ofício, informando o senhor prefeito municipal sobre o início do processo de julgamento das contas referentes ao exercício de 2014 pela Câmara Municipal.

4) encaminhar os autos para a Comissão de Finanças e Orçamento, para as providências de sua competência.

Taubaté, 20 de fevereiro de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1169

Assinado digitalmente por DIEGO FONSECA NASCIMENTO:21660244838
Data: 21/02/2017 08:22:48

CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

Comunico que, em cumprimento ao que dispõe o § 3º do artigo 31 da Constituição da República, as contas do prefeito do município de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição dos contribuintes na Secretaria das Comissões Permanentes, de 2 de março de 2017 a 30 de abril de 2017, para exame e apreciação.

Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1148

Assinado digitalmente por DIEGO FONSECA NASCIMENTO:21660244838
Data: 23/02/2017 13:28:50

Of. nº 0116/2017

Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que teve início na Câmara Municipal o processo de julgamento das contas da prefeitura referentes ao exercício de 2014.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Diego Fonseca
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté
NESTA

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 174

Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Of. nº 0116/2017

Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Senhor Prefeito,

Em atendimento ao artigo 217 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência que teve início na Câmara Municipal o processo de julgamento das contas da prefeitura referentes ao exercício de 2014.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Diego Fonseca
Presidente

RECEBI EM

23 / 2 / 17

Elaine

NOME DO SERVIDOR

A Sua Excelência o Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeito Municipal de Taubaté
NESTA

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Assinado digitalmente por DIEGO FONSECA NASCIMENTO:21660244838 Data: 23/02/2017 13:28:48

Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399[illegible] Data: 02/03/2017 15:38:54

Identificador: 3100340036003200320003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1138

Município: Taubaté.
Prefeito(s): José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior.
Exercício: 2013.
Requerente(s): Prefeitura Municipal de Taubaté – José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior – Prefeito.
Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 17-11-15, publicado no D.O.E. de 06-01-16.
Advogado(s): Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP nº 212.125), Flávia Maria Palavéri (OAB/SP nº 137.889), Marcelo Palavéri (OAB/SP nº 114.164), Leandro da Rocha Bueno (OAB/SP nº 214.932) e outros.
Acompanha(m): TC-2090/126/13.
Procurador(es) de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Junior.
EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. "Despesas com Pessoal" e "Aplicação no Ensino". Falhas não afastadas. "Resultado Financeiro" - a documentação encartada demonstra que o Resultado Financeiro apurado no Balanço Patrimonial no encerramento do exercício de 2013 foi superavitário. Afastado o alerta emitido. CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.
Vistos, relatados e discutidos os autos.
O E. Tribunal Pleno, em Sessão de 09 de novembro de 2016, pelo voto da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, bem como dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa e Sidney Estanislau Beraldo e do Auditor Substituto de Conselheiro Márcio Martins de Camargo, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, preliminarmente conheceu do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, deu-lhe provimento parcial, para afastar a emissão de alerta quanto ao resultado financeiro, mantendo o parecer Favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, relativas ao exercício de 2013, e as demais recomendações.
Fica autorizada vista e extração de cópias dos autos aos interessados, no Cartório da Conselheira Relatora, observadas as cautelas legais.
Presente o Dr. Rafael Neubern Demarchi Costa, DD. Representante do Ministério Público de Contas.
Publique-se.
São Paulo, 24 de novembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
Presidente

CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Relatora

CONTAS DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2014

Comunico que, em cumprimento ao que dispõe o § 3º do artigo 31 da Constituição da República, as contas do prefeito do município de Taubaté referentes ao exercício de 2014 ficarão à disposição dos contribuintes na Secretaria das Comissões Permanentes, de 2 de março de 2017 a 30 de abril de 2017, para exame e apreciação.
Taubaté, 23 de fevereiro de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

PARECER

TC-000563/026/14
Prefeitura Municipal: Taubaté.
Exercício: 2014.
Prefeito: José Bernardo Ortiz Monteiro Junior.
Advogados: Flávia Maria Palavéri (OAB/SP n° 137.889), Clayton Machado Valério da Silva (OAB/SP n° 212.125) e outros.
Acompanham: TC-000563/126/14 Expediente: TC-000551/026/15.
Procuradora de Contas: Renata Constante Cestari.
Vistos, relatados e discutidos os autos.
A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 23 de agosto de 2016, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, ACORDA, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.
À margem do Parecer, determinou a expedição de ofício ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.
Determina, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio nº 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.
Determina, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551/026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.
Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n° 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté – UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/14 e 000144/007/15.
Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.
Presente o Procurador do Ministério Público de Contas – João Paulo Giordano Fontes.
Publique-se.
São Paulo, 1 de setembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
Presidente - Relator

Requerimento

SÚMULA E RESPOSTA

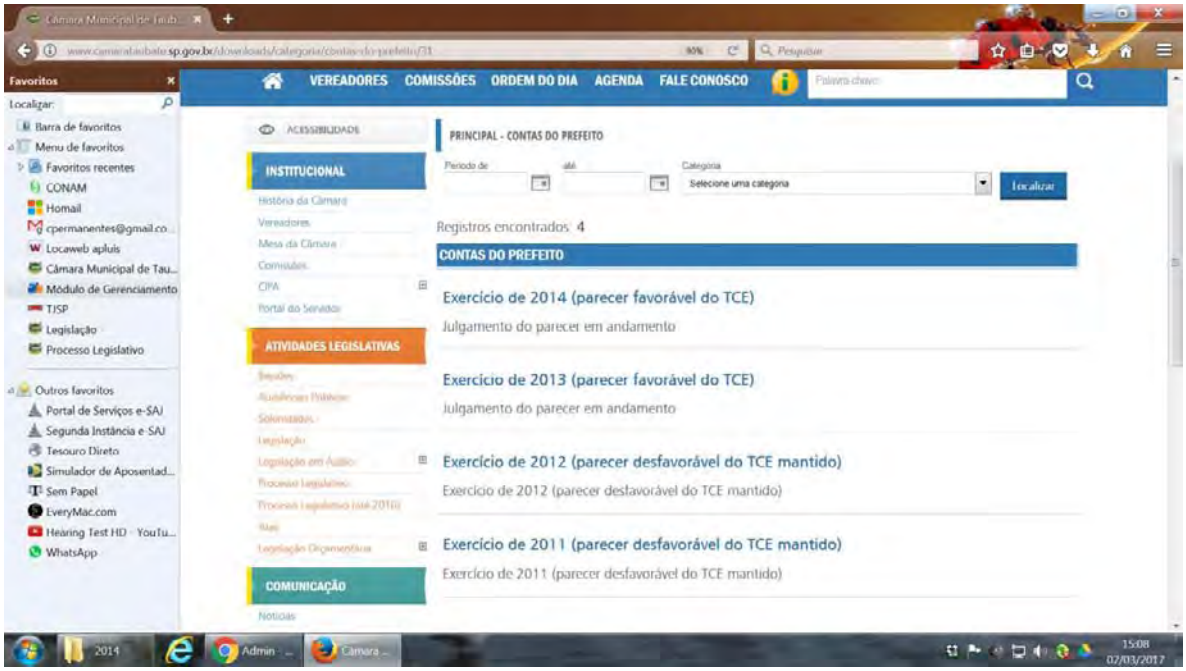
REQUERIMENTO Nº 1846/2016, de autoria da Vereadora Vera Lúcia Santos Saba - Requer ao Exmo. Sr. Prefeito informações a respeito informações a respeito da falta de infraestrutura no bairro Residencial Benedito Capeleti.

Of. nº 1278/2016
Juntamos ao presente, cópia dos esclarecimentos prestados pela Secretaria de Planejamento desta Prefeitura, acerca do ora indagado.
(Anexo disponível na Secretaria da Câmara)
Prefeito Municipal

REQUERIMENTO Nº 1847/2016, de autoria do Vereador José Adalcio Nunes Coelho - Requer troca do pavimento da calçada no entorno do Sítio do Pica-Pau Amarelo, na Chácara do Visconde.

Of. nº 1273/2016
Em atendimento ao requerimento em epígrafe, a Secretaria de Obras informa

Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399895862
Data: 02/03/2017 15:37:34
Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade



Assinado digitalmente por LUIS RODRIGO DE ANDRADE:25399895862
Data: 02/03/2017 15:38:18

Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Taubaté, 02 de março de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: Ao senhor Vereador Boanerge, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:
Encaminho os autos a Vossa Excelência para designar relator (art. 55, § 1º do Regimento Interno) dentre os Vereadores Boanerge, Guará Filho e Loreny.

Providências: Para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Designar Relator

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por LUCIANA IZAURA DE MORAES:96324341615
Data: 02/03/2017 16:24:31

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 07 de março de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Designar Relator

Ação: Avoca / Designa

Complemento: Designo como relator o Nobre Vereador Guará Filho.
Solicito que seja expedido ofício intimando o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para apresentar defesa, nos termos do artigo 218, do Regimento Interno.

Providências: Para Providencias da SCP

Boanerge
Vereador

Assinado digitalmente por BOANERGE DOS SANTOS:05765778801
Data: 07/03/2017 11:48:39

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 27 de março de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: Ao senhor Vereador Guará Filho, Secretário da Comissão de Finanças e Orçamento:
Certifico que o prazo para apresentação de defesa encerrou-se em 23/3/2017, sem manifestação do Prefeito Municipal.

Providências: Para Manifestação do Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por LUCIANA IZAURA DE MORAES:96324341615
Data: 27/03/2017 15:06:36

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Of. nº 2/2017-CFO

Taubaté, 7 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Conforme é de seu conhecimento, tramitam na Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal os autos do Processo TC-000563/026/14, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos quais consta parecer prévio favorável às contas do Prefeito Municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014.

Antes de opinar e apresentar o competente projeto de decreto legislativo, o qual aprovará ou rejeitará o parecer prévio do Tribunal de Contas, a Comissão de Finanças e Orçamento abre o prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 218 do Regimento Interno da Câmara, para que Vossa Excelência apresente defesa.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Ao Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito do Município de Taubaté
NESTA

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310034003600320032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1

Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Of. nº 2/2017-CFO

Taubaté, 7 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Conforme é de seu conhecimento, tramitam na Comissão de Finanças e Orçamento desta Câmara Municipal os autos do Processo TC-000563/026/14, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos quais consta parecer prévio favorável às contas do Prefeito Municipal de Taubaté referentes ao exercício de 2014.

Antes de opinar e apresentar o competente projeto de decreto legislativo, o qual aprovará ou rejeitará o parecer prévio do Tribunal de Contas, a Comissão de Finanças e Orçamento abre o prazo de 15 dias, conforme dispõe o artigo 218 do Regimento Interno da Câmara, para que Vossa Excelência apresente defesa.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

RECEBI EM

08/03/17

NOME DO SERVIDOR

Ao Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Junior
Prefeito do Município de Taubaté
NESTA

Assinado digitalmente por BOANERGE DOS SANTOS:05765778801
Data: 07/03/2017 15:22:04

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br

Identificador: 310031003600380032003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1 de 2

Taubaté, 05 de maio de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Manifestação do Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Ação: Manifestação Favorável

Complemento: Exaro Parecer Favorável as contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014, conforme manifestação em anexo.

Providências: Para Providencias da SCP

Guará Filho
Vereador

Assinado digitalmente por AUGUSTO CESAR NOGUEIRA CORTEZ PEREIRA:304
Data: 05/05/2017 15:37:38

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

Cuida o presente processo sobre o Parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Para dar cumprimento ao que dispõe o artigo 31 da Constituição da República, a Mesa da Câmara Municipal de Taubaté encaminhou à Comissão de Finanças e Orçamento, composta pelos Vereadores Boanerge, Vereador Guará Filho e Vereadora Loreny.

Em cumprimento ao que dispõe o §3º do artigo 31 da Constituição da República, as contas do Prefeito do município de Taubaté referentes ao exercício de 2014 estão à disposição dos contribuintes na Secretaria das Comissões Permanentes, de 02 de março de 2017 a 30 de abril de 2017, para exame e apreciação.

No dia 06 de fevereiro de 2017, teve início o prazo de 90 dias a que se refere o artigo 215 do Regimento Interno para que o julgamento das contas fosse concluído pela Câmara Municipal, o prazo findará em 08 de maio. Após essa data, a boa técnica legislativa sugere que a deliberação de qualquer matéria fique sobrestada até que seja ultimada a deliberação sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Em atendimento ao artigo 217 do Regimento Interno, o Presidente da Câmara Municipal comunica o Prefeito sobre o início do processo de julgamento das contas.

Em 07 de março de 2017, este Vereador foi designado como Relator do processo.

De posse dos autos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Boanerge, ao designar o Relator, também requisitou ao Presidente da Câmara Municipal que oficiasse o interessado, o senhor Prefeito Municipal, para que apresentasse se assim desejasse, sua defesa prévia, haja vista que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitira parecer favorável à aprovação das contas.

O presidente assim consentiu e encaminhou ao interessado o ofício nº 2/2017 – CFO, em 07 de março de 2017. Em 30 de março de 2017, o Senhor Prefeito Municipal apresentou sua defesa.

Feito um breve histórico da tramitação do processo e definidas as principais datas norteadoras dos trabalhos, passamos à análise dos fatos.

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310034003500320032003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls 184

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

As contas nada mais são do que o resultado de uma auditoria externa realizada, no caso, sobre os atos do Prefeito em 2014.

A auditoria utiliza duas fontes básicas de informação:

- a documentação obrigatória e oportunamente encaminhada pelo próprio prefeito ao Tribunal de Contas, e

- a vistoria *in loco.*

Essas informações são reunidas às conclusões do auditor em um documento, em forma de relatório, o qual é submetido, juntamente com as defesas oferecidas pela origem, a uma das Câmaras do Tribunal de Contas para deliberação e emissão de um **Parecer.**

O relatório com as conclusões da auditoria sobre as contas de 2014, principal peça deste processo, encontra-se encartado aos autos.

A 2ª Câmara do Tribunal de Contas, com base no relatório, na defesa e nos votos dos conselheiros, entendeu emitir parecer favorável às contas do Prefeito Municipal.

Considerando que o prazo para apresentação de defesa encerrou-se no dia 23 de março de 2017, passamos ao exame das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014, prestadas pelo Prefeito Municipal ao Tribunal de Contas em cumprimento à determinação constitucional.

Em 23 de agosto de 2016, por decisão da Segunda Câmara: ***"Pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Presidente e Relator, e Antonio Roque Citadini, e do Auditor Substituto de Conselheiro Samy Wurman, a E. Câmara decidiu emitir parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Taubaté, exercício de 2014.***

À margem do Parecer, determinou a expedição de oficio ao Chefe do Executivo, com as advertências assinaladas no voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, ainda, a abertura de autos próprios para tratar do Convênio no 34.982/13, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté.

Determinou, outrossim, seja oficiado à subscritora do ofício referenciado no expediente TC-000551 /026/15, com cópia do parecer expedido e das correspondentes notas taquigráficas.

Consignou, por fim, que deixou de propor a abertura de autos próprios para tratar do Convênio n' 8.116/2013, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Taubaté e a Universidade de Taubaté - UNITAU, uma vez que a matéria já está sendo analisada nos autos dos TCs-001552/007/ 14 e 000144/007 /15.

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 3100340035003200330063A005400520041000 Conferência em http://www.spiconline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 188

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal".

Procedendo a análise do contido no processo, foi verificado que os percentuais mínimos exigidos na Constituição Federal para aplicação nas áreas de Educação e Saúde foram cumpridos.

Os demais quesitos que norteiam a auditoria do Tribunal de Contas (precatórios, despesas com pessoal, transferência de duodécimos ao Legislativo, remuneração dos agentes políticos, encargos sociais), também foram atendidos pelo Executivo.

Ressaltamos que as recomendações apontadas no Relatório devem ser adotadas para evitar futura rejeição das contas do Executivo.

Este Relator, principalmente pelo exposto no Relatório e Voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, concorda com os argumentos apontados pelo Egrégio Tribunal de Contas exarando desta forma **Parecer Favorável** a aprovação das contas do Prefeito Municipal referente ao exercício de 2014.

Em cumprimento ao artigo 219 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté, apresento a minuta de Projeto de Decreto Legislativo que rejeita o Parecer Prévio do Tribunal de Contas.

Taubaté, 4 de maio de 2017.

Vereador Guará Filho
Secretário da Comissão de Finanças e Orçamento

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310034003500320032003A00540052004100 Conferência em http://www.spl.online.com.br/camarataubate/autenticidade fls 186

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PARECER

MINUTA

Projeto de Decreto Legislativo nº

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

DECIDIU e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica rejeitado o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

Art. 2º O presidente da Câmara Municipal de Taubaté comunicará a decisão na forma do art. 226 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Taubaté.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Jaurés Guisard, 02 de maio de 2017.

Vereador Guará Filho
Secretário e Relator da Comissão de Finanças e Orçamento

Vereador Boanerge
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Avenida Professor Walter Thaumaturgo, 208 – Centro – CEP 12030-040 – Fone (12) 3625-9500 – Fax (12) 3625-9527
E-mail: camarataubate@camarataubate.sp.gov.br – Site www.camarataubate.sp.gov.br
Identificador: 310034003500320033003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 187

Taubaté, 08 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: Ao senhor Vereador Boanerge, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento: Encaminho o presente projeto para emissão de seu voto ao parecer, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno.

Providências: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por LUCIANA IZAURA DE MORAES:96324341615
Data: 09/05/2017 13:57:12

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 10 de maio de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Ação: Manifestação Favorável

Complemento: Acompanho o Nobre Relator e exaro VOTO FAVORÁVEL a aprovação das contas do prefeito, referente ao exercício de 2014.

Providências: Para Providencias da SCP

Boanerge
Vereador

Assinado digitalmente por BOANERGE DOS SANTOS:05765778801
Data: 10/05/2017 09:42:10

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 10 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Comissão de Finanças e Orçamento

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Encaminhado a Comissão

Complemento: À senhora Vereadora Loreny, membro da Comissão de Finanças e Orçamento: Encaminho o presente projeto para emissão de seu voto ao parecer, nos termos do artigo 58 do Regimento Interno.

Providências: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por LUCIANA IZAURA DE MORAES:96324341615
Data: 10/05/2017 13:21:19

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 12 de maio de 2017

DE: Comissão de Finanças e Orçamento
PARA: Secretaria das Comissões Permanentes

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Manifestação do Integrante da Comissão de Finanças e Orçamento

Ação: Manifestação Favorável

Complemento: Meu voto é no sentido de acompanhar o PARECER FAVORÁVEL exarado pelo Nobre Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Guará Filho.

Providências: Para Providencias da SCP

Loreny
Vereadora

Assinado digitalmente por LORENY
MAYARA CAETANO ROBERTO:38716211
Data: 12/05/2017 08:53:32

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 12 de maio de 2017

DE: Secretaria das Comissões Permanentes
PARA: Diretoria Legislativa

Referência:
Processo: 6624/2016
Proposicao:Contas do Prefeito n° 1/2016

Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Providencias da SCP

Ação: Parecer da Comissão Registrado
Complemento: Anexo registro de parecer FAVORÁVEL nº 84/2017.

Providências: Para Providências da Diretoria Legislativa

Luciana Izaura de Moraes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por LUCIANA IZAURA DE MORAES:96324341615
Data: 12/05/2017 09:25:15

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CP nº 1/2016

Autoria: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Assunto: Encaminha as Contas do Prefeito relativo ao exercício de 2014.

REGISTRO DE PARECER DE COMISSÃO PERMANENTE

Sob o nº 84 registrei o **PARECER FAVORÁVEL** da Comissão de Finanças e Orçamento, conforme manifestação de seu relator, Vereador Guará Filho, nos autos do presente projeto.

Secretaria das Comissões Permanentes, 12 de maio de 2017.

Luciana Moraes
Consultora Legislativa

Identificador: 310031003600380038003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade fls 100

Taubaté, 15 de maio de 2017

DE: Plenário
PARA: Plenário

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Discussão Única

Ação: Proposição Discutida
Complemento: De ordem do senhor Presidente, certifico que a proposição foi posta na fase de Discussão na 5ª Sessão Extraordinária, realizada em 15/05/2017. Os vereadores Loreny, Rodrigo Luis Digão, Douglas Carbonne e Guará Filho usaram a palavra.

Providências: Para Votação Única

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por PAULO EDUARDO DE CARVALHO LOPES:3685171
Data: 16/05/2017 10:49:51

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 15 de maio de 2017

DE: Plenário
PARA: Arquivo Legislativo

Referência:
Processo: 2629/2017
Proposicao:Projeto de Decreto Legislativo n° 17/2017

Rejeita o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre as contas do Prefeito Municipal de Taubaté referente ao exercício de 2014.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Votação Única

Ação: Rejeitado
Complemento: De ordem do senhor Presidente, certifico que a proposição foi votada e rejeitada de forma unânime, conforme anexo, na 5ª Sessão Extraordinária, realizada em 15/05/2017.

Providências: Projeto de Decreto Legislativo Arquivado

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por PAULO EDUARDO DE CARVALHO LOPES:3685171
Data: 16/05/2017 10:49:52

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

_____ª Sessão Ordinária 5 ª Sessão Extraordinária

PROPOSIÇÃO: PDL 17/2017 **ARTIGO:** _____

☐ VOTAÇÃO NOMINAL ☐ VERIFICAÇÃO DE VOTO

VEREADORES	SIM	NÃO	AUSENTE
Alexandre Villela, PTB	C	X	
Boanerge, PTB	C	X	
Dentinho, PV	C	X	
Diego Fonseca, PSDB	C	X	
Douglas Carbonne, PCdoB	C	X	
Gorete, DEM	C	X	
Guará Filho, PR	C	X	
Jessé Silva, SD	C	X	
João Vidal, PSB			
José Antonio de Angelis, PSDB	C	X	
Loreny, PPS	C	X	
Maria das Graças Gonçalves, PSD	C	X	
Neneca Luiz Henrique, PDT	C	X	
Noilton Ramos, PPS	C	X	
Nunes Coelho, PRB	C	X	
Orestes Vanone, PV	C	X	
Rodrigo Luis Digão, PSDB	C	X	
Rodson Lima Bobi, PV	C	X	
Vivi da Rádio, PSC	C	X	

SUPLENTES CONVOCADOS	SIM	NÃO	AUSENTE
		18	

TOTAL DE VOTOS			

Taubaté, ____ de _____ de 2017.

Identificador: 3100510035003800380003A00540052004100 Conferência em http://www.spdimme.com.br/camarataubate/autenticidade fls 1767

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO

N.° do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo
2907/2017	**2945/2017**	**17/05/2017 16:13:55**

Tipo
ATA DE SESSÃO

Número
25/2017

Principal/Acessório
Principal

Autoria:

DIEGO FONSECA

Co-Autor(es):

DOUGLAS CARBONNE,

Ementa:

Ata da 5ª Sessão Extraordinária.

Identificador: 310034003900320034003A00540052004100 Consulte em http://www.spdoc.com.br/autenticidade com a data e autenticidade.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2017

A Sessão Extraordinária pode ser assistida na íntegra clicando aqui.

Verificada a existência de quórum de dois terço de vereadores, às 11h30 do dia 15 de maio de 2017, o Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos da 5ª Sessão Extraordinária.

Responderam à chamada Alexandre Villela, Boanerge, Dentinho, Diego Fonseca, Douglas Carbonne, Gorete, Guará Filho, Jessé Silva, Bilili de Angelis, Loreny, Maria das Graças Gonçalves, Neneca Luiz Henrique, Noilton Ramos, Nunes Coelho, Orestes Vanone, Rodrigo Luis Digão, Rodson Lima Bobi e Vivi da Rádio.

Passou-se à discussão da pauta.

ITEM ÚNICO – Julgamento das contas do Prefeito Municipal de Taubaté, referentes ao exercício de 2014.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas foi posto em discussão.

Inscreveram-se para discutir a vereadora Loreny e os vereadores Rodrigo Luis Digão, Douglas Carbonne e Guará Filho.

Os pronunciamentos dos oradores deixaram de ser reproduzidos, pois estão disponíveis na íntegra na rede mundial de computadores, pelo portal da TV Câmara.

O Parecer Prévio do Tribunal de Contas foi mantido pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo 17/2017, que recebeu votos contrários dos vereadores Alexandre Villela, Boanerge, Dentinho, Diego Fonseca, Douglas Carbonne, Gorete, Guará Filho, Jessé Silva, Bilili de Angelis, Loreny, Maria das

Assinado digitalmente por DOUGLAS ALBERTO SANTOS:28952959809 Data: 18/05/2017 11:07:34
Assinado digitalmente por DIEGO FONSECA NASCIMENTO:21660244838 Data: 17/05/2017 16:32:05

Graças Gonçalves, Neneca Luiz Henrique, Noilton Ramos, Nunes Coelho, Orestes Vanone, Rodrigo Luis Digão, Rodson Lima Bobi e Vivi da Rádio, tendo sido computada a ausência do vereador João Vidal.

O Presidente declarou que as contas do Prefeito Municipal de Taubaté, referentes ao exercício de 2014, foram aprovadas, tendo em vista que o parecer prévio do Tribunal de Contas, favorável, foi mantido.

Os trâmites de Plenário foram certificados individual e detalhadamente no respectivo processo eletrônico, disponível no portal da Câmara Municipal de Taubaté na rede mundial de computadores.

Não havendo mais nada a deliberar, o Presidente da Mesa declarou encerrada sessão.

Para constar, foi lavrada esta Ata, que vai assinada por mim, **Geraldo Rocha Carvalho**, Técnico Legislativo de Administração, pelo Sr. Presidente da Câmara, **Vereador Diego Fonseca**, e pelo 1º Secretário, **Vereador Douglas Carbonne**.

GERALDO ROCHA CARVALHO:21473225809

Assinado de forma digital por GERALDO ROCHA CARVALHO:21473225809
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SIC, cn=GERALDO ROCHA CARVALHO:21473225809
Dados: 2017.05.17 16:05:56 -03'00'

Taubaté, 17 de maio de 2017

DE: Redação de Atas
PARA: Plenário

Referência:
Processo: 2907/2017
Proposicao:Ata de Sessão n° 25/2017

Ata da 5ª Sessão Extraordinária.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Processo

Ação: Processo Protocolado
Complemento: Certifico que a Ata foi incluída no Expediente da 16ª Sessão Ordinária, realizada em 22 maio de 2017.

Providências: Para Leitura no Expediente

Geraldo Rocha Carvalho
Técnico Legislativo de Administração

Assinado digitalmente por GERALDO ROCHA CARVALHO:21473225809
Data: 18/05/2017 11:15:23

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 23 de maio de 2017

DE: Plenário
PARA: Redação de Atas

Referência:
Processo: 2907/2017
Proposicao:Ata de Sessão n° 25/2017

Ata da 5ª Sessão Extraordinária.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Leitura no Expediente

Ação: Lido e Aprovado no Expediente
Complemento: De ordem do senhor Presidente, certifico que a ata foi lida e aprovada por unanimidade na 16ª Sessão Ordinária, realizada em 22/05/2017.

Providências: Publicar no Site

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por PAULO EDUARDO DE CARVALHO LOPES:3685171
Data: 23/05/2017 15:46:09

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taubaté, 23 de maio de 2017

DE: Redação de Atas
PARA: Arquivo Legislativo

Referência:
Processo: 2907/2017
Proposicao:Ata de Sessão n° 25/2017

Ata da 5ª Sessão Extraordinária.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Publicar no Site

Ação: Publicação Efetuada
Complemento: De ordem do senhor Presidente, certifico que a ata foi publicada.

Providências: Processo Arquivado

Paulo Eduardo de Carvalho Lopes
Consultor Legislativo

Assinado digitalmente por PAULO EDUARDO DE CARVALHO LOPES:3685171
Data: 23/05/2017 15:46:11

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BOLETIM LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Taubaté • 21.junho.2017

Atos Oficiais

Edição 1096 • Ano XIV

Decreto

DECRETO LEGISLATIVO Nº 556/2017

Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2017
Autoria: Vereador Diego Fonseca
Concede Título de Cidadão Taubateano ao senhor Ronildo de Almeida Salvador.
A CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ aprova e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Taubateano ao senhor Ronildo de Almeida Salvador.
Parágrafo único. O título deverá ser entregue ao agraciado em reunião marcada pelo Presidente para esse fim.
Art. 2º As despesas com o cumprimento deste Decreto Legislativo correrão por conta de verbas orçamentárias próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.
Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Taubaté, 13 de junho de 2017.

Vereador Diego Fonseca
Presidente

Contas

ATA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2017

A Sessão Extraordinária pode ser assistida na íntegra clicando aqui <https://youtu.be/Bh4JsigNM3c>.
Verificada a existência de quórum de dois terço de vereadores, às 10h40 do dia 15 de maio de 2017, o Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos da 4ª Sessão Extraordinária.
Responderam à chamada Alexandre Villela, Boanerge, Dentinho, Diego Fonseca, Douglas Carbonne, Gorete, Guará Filho, Jessé Silva, Bilili de Angelis, Loreny, Maria das Graças Gonçalves, Neneca Luiz Henrique, Nunes Coelho, Orestes Vanone, Rodrigo Luis Digão, Rodson Lima Bobi e Vivi da Rádio.
Passou-se à discussão da pauta.
ITEM ÚNICO – Julgamento das contas do Prefeito Municipal de Taubaté, referentes ao exercício de 2013.
O Parecer Prévio do Tribunal de Contas foi posto em discussão.
Inscreveram-se para discutir a vereadora Loreny, os vereadores Rodrigo Luis Digão, Douglas Carbonne, Nunes Coelho, Guará Filho e a vereadora Gorete.
Os pronunciamentos dos oradores deixaram de ser reproduzidos, pois estão disponíveis na íntegra na rede mundial de computadores, pelo portal da TV Câmara.
O Parecer Prévio do Tribunal de Contas foi mantido pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2017, que recebeu votos contrários dos vereadores Alexandre Villela, Boanerge, Dentinho, Diego Fonseca, Douglas Carbonne, Gorete, Guará Filho, Jessé Silva, Bilili de Angelis, Maria das Graças Gonçalves, Neneca Luiz Henrique, Nunes Coelho, Orestes Vanone, Rodrigo Luis Digão, Rodson Lima Bobi e Vivi da Rádio, tendo sido computado o voto favorável da vereadora Loreny e as ausências dos vereadores João Vidal e Noilton Ramos.
O Presidente declarou que as contas do Prefeito Municipal de Taubaté, referentes ao exercício de 2013, foram aprovadas, tendo em vista que o parecer prévio do Tribunal de Contas, favorável, foi mantido.
Os trâmites de Plenário foram certificados individual e detalhadamente no respectivo processo eletrônico, disponível no portal da Câmara Municipal de Taubaté na rede mundial de computadores.
Não havendo mais nada a deliberar, o Presidente da Mesa declarou encerrada sessão.
Para constar, foi lavrada esta Ata, que vai assinada por mim, Geraldo Rocha Carvalho, Técnico Legislativo de Administração, pelo Sr. Presidente da Câmara, Vereador Diego Fonseca, e pelo 1º Secretário, Vereador Douglas Carbonne.

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2017

A Sessão Extraordinária pode ser assistida na íntegra clicando aqui <https://youtu.be/Bh4JsigNM3c>.
Verificada a existência de quórum de dois terço de vereadores, às 11h30 do dia 15 de maio de 2017, o Presidente da Mesa declarou abertos os trabalhos da 5ª Sessão Extraordinária.
Responderam à chamada Alexandre Villela, Boanerge, Dentinho, Diego Fonseca, Douglas Carbonne, Gorete, Guará Filho, Jessé Silva, Bilili de Angelis, Loreny, Maria das Graças Gonçalves, Neneca Luiz Henrique, Noilton Ramos, Nunes Coelho, Orestes Vanone, Rodrigo Luis Digão, Rodson Lima Bobi e Vivi da Rádio.
Passou-se à discussão da pauta.
ITEM ÚNICO – Julgamento das contas do Prefeito Municipal de Taubaté, referentes ao exercício de 2014.
O Parecer Prévio do Tribunal de Contas foi posto em discussão.
Inscreveram-se para discutir a vereadora Loreny e os vereadores Rodrigo Luis Digão, Douglas Carbonne e Guará Filho.
Os pronunciamentos dos oradores deixaram de ser reproduzidos, pois estão disponíveis na íntegra na rede mundial de computadores, pelo portal da TV Câmara.
O Parecer Prévio do Tribunal de Contas foi mantido pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo 17/2017, que recebeu votos contrários dos vereadores

Identificador: 3100340035003200350063A005400520041 Conferência em http://www.spiomline.com.br/camarataubate/autenticidade

Não jogue este impresso em via pública.

Alexandre Villela, Boanerge, Dentinho, Diego Fonseca, Douglas Carbonne, Gorete, Guará Filho, Jessé Silva, Bilili de Angelis, Loreny, Maria das Graças Gonçalves, Neneca Luiz Henrique, Noilton Ramos, Nunes Coelho, Orestes Vanone, Rodrigo Luis Digão, Rodson Lima Bobi e Vivi da Rádio, tendo sido computada a ausência do vereador João Vidal.
O Presidente declarou que as contas do Prefeito Municipal de Taubaté, referentes ao exercício de 2014, foram aprovadas, tendo em vista que o parecer prévio do Tribunal de Contas, favorável, foi mantido.
Os trâmites de Plenário foram certificados individual e detalhadamente no respectivo processo eletrônico, disponível no portal da Câmara Municipal de Taubaté na rede mundial de computadores.
Não havendo mais nada a deliberar, o Presidente da Mesa declarou encerrada sessão.
Para constar, foi lavrada esta Ata, que vai assinada por mim, Geraldo Rocha Carvalho, Técnico Legislativo de Administração, pelo Sr. Presidente da Câmara, Vereador Diego Fonseca, e pelo 1º Secretário, Vereador Douglas Carbonne.

LDO

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

A Audiência pode ser assistida na íntegra clicando aqui <https://youtu.be/2GdxPp5uXko>.
Às 15h do dia 06 de junho de 2017, sob a presidência do Vereador Boanerge, teve início a primeira audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2018. O presidente convidou as autoridades para compor a Mesa dos Trabalhos, a saber: Sr. Plínio dos Santos Júnior, Diretor Financeiro da Câmara Municipal de Taubaté; Natallyne Colósimo, Diretora Geral do Instituto de Previdência do Município de Taubaté (IPMT); Prof. Dr. Mário Celso Peloggia, Pró-reitor da Universidade de Taubaté (Unitau); Prof. Dr. Luiz Carlos Laureano da Rosa, Diretor Tesoureiro da Fundação de Apoio à Pesquisa, Tecnologia e Inovação da Universidade de Taubaté (Fapeti); Prof.ª Marlene Ferreira Santiago, Representante da Fundação Caixa Beneficente dos Servidores da Universidade de Taubaté (Funcabes) e da Fundação de Arte, Cultura, Educação, Turismo e Comunicação da Universidade de Taubaté (Funac); Silvia Martins Ferreira, Contadora da Fundação Universitária de Taubaté (Fust).
Com a Mesa completa, o presidente registrou a presença dos vereadores Douglas Carbonne e Vivi da Rádio e dos assessores parlamentares Jair Gomes de Toledo, Benedito da Silva Machado, Marcelo dos Santos Gomes, Enio Jose de Faria e Fatima Monteiro dos Santos Prado, representando respectivamente os vereadores Gorete, Loreny, Noilton Ramos, Maria das Graças Gonçalves e Orestes Vanone. Todos os presentes podem ser conferidos na lista anexada a esta ata.
O presidente informou as normas de andamento da audiência, conforme o regulamento previamente publicado.
Após os esclarecimentos, foi dado início aos debates. Para discorrer sobre a LDO 2018, foram chamados na sequência os representantes da Câmara Municipal, IPMT, Unitau, Funcabes, Fust, Funac e Fapeti. Todos os materiais exibidos nas apresentações estão em anexo nesta ata.
Encerradas as explanações, o presidente da audiência abriu espaço para considerações e questionamentos dos vereadores e munícipes presentes, porém ninguém falou.
Finalizada a fase das sugestões e perguntas e não havendo mais nada a deliberar, o Presidente dos trabalhos declarou encerrada a Audiência.
Para constar, foi lavrada esta Ata, que vai assinada por mim, Paulo Eduardo de Carvalho Lopes, Consultor Legislativo, e pelo Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Boanerge.

ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ SOBRE O PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

A Audiência pode ser assistida na íntegra clicando aqui <https://youtu.be/VKhFIruji68>.
Às 9h do dia 09 de junho de 2017, sob a presidência do Vereador Boanerge, teve início a segunda e última audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2018. O presidente convidou as autoridades da Prefeitura Municipal de Taubaté para compor a Mesa dos Trabalhos, a saber: Prof.ª Edna Maria Chamon, Secretária de Educação; Dr. João Ebram Neto, Secretário de Saúde; Sr. Claudio Teixeira Brazão, Secretário de Esportes; Eng. João Bibiano Silva, Secretário de Obras; Sr. Alexandre Magno Borges, Secretário de Serviços Públicos; Eng. Luiz Guilherme Perez, Secretário de Mobilidade Urbana; Alexandre Ferri, Diretor de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social; Sr. Márcio Roberto Carneiro, Secretário de Turismo e Cultura; Marcus Vinicius Ortiz Querido, Diretor de Segurança da Secretaria de Segurança Pública Municipal; Arq. Débora Andrade Pereira, Diretora de Desenvolvimento Urbanístico da Secretaria de Planejamento; Eng. Paulo Fortes Neto, Secretário de Meio Ambiente; Eng. Armando Adurens Neto, Gerente do Grupo Executivo Agropecuário da Secretaria de Desenvolvimento e Inovação; Jean Soldi Esteves, Secretário dos Negócios Jurídicos; Odila Sanches, Diretora de Finanças da Secretaria de Administração e Finanças.
Com a Mesa completa, o presidente registrou a presença dos vereadores João Vidal, Dentinho, Neneca Luiz Henrique e Orestes Vanone e dos assessores parlamentares Maria Alaíde Galvão, Benedito da Silva Machado, Marcelo dos Santos Gomes, Hédipo Aurélio Alves Braga, Simone Cristina Correa Nogueira, Cesar Augusto Moura Da Silva Abifadel e Sérgio Ricardo Gonçalves representando respectivamente os vereadores Maria das Graças Gonçalves, Loreny, Noilton Ramos, Gorete, Bilili de Angelis, Vivi da Rádio, Rodrigo Luis Digão. Todos os presentes podem ser conferidos na lista anexada a esta ata.
O presidente informou as normas de andamento da audiência, conforme o regulamento previamente publicado.
Após os esclarecimentos, a palavra foi passada à Sr.ª Odila Sanches para iniciar a apresentação sobre a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. O vereador João Vidal

Identificador: 310034003500320035003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

fez suas considerações sobre a fala da Diretora de Finanças.
Na sequência, os representantes das Secretarias de Educação, Saúde, Esportes, Obras, Serviços Públicos, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento e Inclusão Social, Turismo e Cultura, Segurança Pública Municipal, Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento e Inovação discorreram sobre as propostas de suas respectivas áreas. Todos os materiais exibidos na audiência estão em anexo nesta ata. Durante as apresentações, os vereadores João Vidal e Dentinho e o assessor parlamentar Hédipo Aurélio Alves Braga fizeram questionamentos que foram respondidos pelos servidores da Prefeitura.
Encerradas as explanações, o presidente da audiência abriu espaço para considerações e propostas dos munícipes presentes, porém ninguém se inscreveu.
Finalizada a fase das sugestões e perguntas e não havendo mais nada a deliberar, o Presidente dos trabalhos declarou encerrada a Audiência.
Para constar, foi lavrada esta Ata, que vai assinada por mim, Paulo Eduardo de Carvalho Lopes, Consultor Legislativo, e pelo Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Boanerge.

Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

PROCESSO Nº 3369/2017 - AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS GRÁFICOS E PARA IMPRESSORAS A LASER
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE M.E. E E.P.P.
A Câmara Municipal de Taubaté realizará licitação na modalidade pregão presencial, pelo critério de MENOR PREÇO, para aquisição de suprimentos gráficos e para impressoras a laser. A cópia do edital poderá ser consultada gratuitamente e obtida na sede da Câmara Municipal de Taubaté, ou acessando o sitio oficial na internet: http://www.camarataubate.sp.gov.br/licitacoes. No dia 06 de julho de 2017, às 14 horas, na sede da Câmara Municipal, será realizada sessão pública única para credenciamento, recebimento da documentação necessária para participação, e recebimento do envelope de proposta de preços e do envelope de habilitação. As propostas poderão ser entregues antecipadamente no setor de Protocolo.
Taubaté, 20 de junho de 2017.

Vereador Diego Fonseca Nascimento
Presidente da Câmara Municipal de Taubaté

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

PROCESSO: nº 1976/2014
MODALIDADE: Pregão nº 09/2014 (Lei Federal nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações).
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ.
Contratada: NIPCABLE DO BRASIL TELECOM LTDA.
Objeto: Serviço de telecomunicações com fornecimento de 2 (dois) links dedicados de internet, nos termos do contrato, do edital da licitação e da legislação pertinente.
Valor Total: R$ 2.210,99 (dois mil duzentos e dez reais e noventa e nove centavos).
Prazo: até o dia de 21 de julho de 2017.
Fundamento legal da prorrogação: inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações e cláusula quarta do contrato original.
Dotações Orçamentárias: 3.3.90.39.97 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Despesas de Teleprocessamento.

Requerimento

SÚMULA E RESPOSTA

Requerimento Nº 983/2017 Autor: Bilili de Angelis - Requer ao Exmo. Senhor Prefeito José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior informações a respeito da possibilidade de se solicitar o aumento do policiamento no entorno a EMEI Antônio de Angelis.

Of. nº 581/2017
A Secretaria de Segurança Pública Municipal informa que o local já é objeto de policiamento, por meio do emprego da Atividade Delegada, bem como pelo policiamento ordinário. A Secretaria oficiará à 5ª Cia de polícia solicitando que sejam intensificadas as rondas policiais no local.
Prefeito Municipal

Requerimento Nº 984/2017 Autor: Alexandre Villela - Requer ao Exmo. Senhor Prefeito sobre a possibilidade de que os alunos da rede municipal de ensino tenham aula de educação física no mesmo horário de aula regular.

Of. nº 573/2017
Seguem, por cópia, as informações prestadas pela Secretaria de Educação desta

Órgão oficial da Câmara Municipal de Taubaté

Av. Prof. Walter Thaumaturgo, 208
Centro - CEP 12030-040
Tel. (12) 3625-9500
Fax: (12) 3625-9527
www.camarataubate.sp.gov.br
camarataubate@camarataubate.sp.gov.br
Facebook /camarataubate
Twitter @camarataubate
Youtube /tvctaubate
Editado sob responsabilidade da Mesa
Tiragem limitada.

Diretoria de Comunicação
Diretor de Comunicação: Vavá Beraldo

Assessoria de Imprensa
Repórteres: Fernanda Ribeiro e Lincoln Santiago
Estagiários: Aryadne Santana, Dominique Mello, Flávia do Carmo, Flávia Oliveira, Marcelo Ramos e Renan Tomy

VEREADORES DA 17ª LEGISLATURA
(1º.1.2017 a 31.12.2020)

Mesa 2017-2018
Presidente: Diego Fonseca Nascimento (PSDB)
1º Vice-presidente: José Adalcio Nunes Coelho (PRB)
2º Vice-presidente: Maria Gorete Santos de Toledo (DEM)
1º Secretário: Douglas Alberto Santos (PCdoB)
2º Secretário: João Henrique de Moraes Ramos (PV)

Alexandre Villela Silva (PTB), Augusto César Nogueira Cortez Pereira (PR), Boanerge dos Santos (PTB), Jessé da Silva (SD), João Marcos Pereira Vidal (PSB), José Antonio de Angelis (PSDB), Loreny Mayara Caetano Roberto (PPS), Luiz Henrique Couto de Abreu (PDT), Maria das Graças Gonçalves Oliveira (PSD), Noilton Silvestre Ramos (PPS), Orestes Francisco Vanone Filho (PV), Rodrigo Luis Silva (PSDB), Rodson Lima Silva Junior (PV), Viviane Marcele de Aquino (PSC)

Identificador: 3100340035003200350003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Municipalidade.
Prefeito Municipal
(Anexo disponível na Secretaria da Câmara)

Requerimento N° 985/2017 Autor: Alexandre Villela - Requer informações ao Exmo. Senhor Prefeito sobre a quantidade de radares em funcionamento no município de Taubaté.

Of. nº 573/2017
Seguem, por cópia, as informações prestadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana.
Prefeito Municipal
(Anexo disponível na Secretaria da Câmara)

Requerimento N° 986/2017 Autor: Alexandre Villela - Requer ao Exmo. Senhor Prefeito sobre a informação de quantos semáforos funcionam na cidade de Taubaté.

Of. nº 573/2017
Seguem, por cópia, as informações prestadas pela Secretaria de Mobilidade Urbana.
Prefeito Municipal
(Anexo disponível na Secretaria da Câmara)

Requerimento N° 987/2017 Autor: Alexandre Villela - Requer ao Exmo. Senhor Prefeito informação sobre o processo licitatório do novo laboratório que realizará exames de analises nos munícipes de Taubaté.

Of. nº 573/2017
A Secretaria de Saúde informa que já foram iniciados os trâmites legais para a realização de novo certame licitatório, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames laboratoriais e patológicos, nas unidades de saúde pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, prevendo, inclusive, a ampliação do número de exames disponibilizados no Pregão nº 124/17, com data de abertura prevista para o dia 24/05/17, às 8h30.
Seguem, por cópia, as informações prestadas pela Área de Licitações, do Departamento de Materiais, Patrimônio e Compras.
Prefeito Municipal
(Anexo disponível na Secretaria da Câmara)

Requerimento N° 988/2017 Autor: Alexandre Villela - Requer informações ao Exmo. Senhor Prefeito sobre ações referentes ao combate de câncer bucal no município de Taubaté.

Of. nº 573/2017
A Gerente de Projetos e Campanha em Saúde, Juliana Oliveira Coelho, da Secretaria de Saúde desta Municipalidade, informa que a Campanha de prevenção de câncer bucal acontece em todas as unidades básicas de saúde, que tem o profissional Cirurgião Dentista. A equipe está preparada para realizar o exame de inspeção visual e encaminhá-lo, se necessário, para o especialista. A prevenção da conscientização ocorre no período da campanha da vacinação contra a Influenza, sendo que neste ano teve início em 1810412017 e término previsto para 26/05/2017, período em que as unidades de saúde apresentam um grande número de pessoas.
Prefeito Municipal

Requerimento N° 989/2017 Autor: Douglas Carbonne - Requerer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal que determina à Secretaria compete que preste informação sobre a obra de construção da Creche do bairro Jardim Oásis.

Of. nº 577/2017
Segundo informa a Secretaria de Educação, a empresa contratada por meio de licitação realizada pelo Governo Federal abandonou a obra de construção da Creche do Jardim Oásis e, está respondendo processos trabalhistas. Informamos, ainda, que a Secretaria de Obras já efetuou nova licitação para contratação de empresa para conclusão das obras, sendo que os serviços deverão ser reiniciados nos próximos 30 (trinta) dias.
Prefeito Municipal

Requerimento N° 990/2017 Autor: Orestes Vanone - Requer informações ao Governador do Estado de São Paulo, Dr. Geraldo Alckmin, sobre o reinicio, em caráter de urgência, das atividades do HEMONÚCLEO de Taubaté.

Requerimento N° 991/2017 Autor: Orestes Vanone - Requer informações ao Sr. Prefeito Municipal, sobre a possibilidade de determinar, em caráter de urgência, o retorno da disponibilização de transporte aos alunos da APAE.

Of. nº 586/2017
Segundo manifestação da Diretoria do Departamento de Frota Patrimonial, desta Municipalidade, há diversas instituições que apresentam situação semelhante àquela apresentada no referido requerimento, no que trata da necessidade de transporte para seus assistidos, porém, embora a Administração se sensibilize com a situação, atualmente, não há instrumento jurídico vigente para que sejam disponibilizados veículos a serem empregados na demanda.
Prefeito Municipal



Identificador: 3100340035003200350003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade

Câmara Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Of. nº 409/2017

Taubaté, 17 de maio de 2017.

Senhor Prefeito,

Comunico Vossa Excelência que, por decisão do plenário da Câmara Municipal, tomada durante a 5ª Sessão Extraordinária, realizada em 15 de maio do corrente ano, NÃO FOI REJEITADO o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do processo TC nº 0563/026/14.

PREVALECEU, portanto, o parecer prévio favorável à aprovação das contas de Vossa Excelência referentes ao exercício de 2014.

Sendo o que cumpria informar, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Vereador Diego Fonseca
Presidente

RECEBI EM
19/5/17
Elaine
NOME DO SERVIDOR

A Sua Excelência, o Senhor
José Bernardo Ortiz Monteiro Júnior
Prefeitura Municipal de Taubaté
NESTA

Assinado digitalmente por DIEGO FONSECA NASCIMENTO:21680244838
Data: 18/05/2017 13:49:58

Identificador: 3100340035003200360003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Sidney Estanislau Beraldo

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Av. Rangel Pestana nº 315, Centro

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
01017-906	São Paulo	SP	

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

ofício nº 407/2017 TC nº 0563/026/14

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

Paulo Henrique Alves
RG: 49.[illegible]-0 DPE
Assistente da Fiscalização Financeira II

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRAISON*

25 MAIO 2017

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

CDD SE
25 MAI 2017
SÃO PAULO - DR/SPM

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Matr.: 8.933.193-1
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / *NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE*

Giampaolo Poggio Smanio

ENDEREÇO / *ADRESSE*

Rua Riachuelo nº 115 Centro

CEP / *CODE POSTAL*	CIDADE / *LOCALITÉ*	UF	PAÍS / *PAYS*
01007-904	São Paulo	SP	

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

ofício nº 408/2017 - TC nº 0563/026/14

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*

- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*

Ibesen Renner França Barros
Auxiliar de Promotoria III
Mat. 237129 Rg 15.407.356-2

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRAISON*

25 MAIO 2017

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*

CDD SE
25 MAI 2017
SÃO PAULO - DR/SPM

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*

Valdir Rodrigues Da Matta
Matr.: 8.813.866-3
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS*

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Identificador: 3100340035003200360003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade.

Correios

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JR 48088804 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

21 MAI 2014

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TAUBATÉ - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

___/___/___ : h	___/___/___ : h	___/___/___ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Diretoria Legislativa

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Walter Thaumaturgo, 208
CEP 12.030-040 - Tel.: (12) 3625-9500

CIDADE / *LOCALITÉ*

BRASIL
BRESIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

□□□□□-□□□

Correios

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JR 48088802 2 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

21 MAI 2014

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TAUBATÉ - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

___/___/___ : h	___/___/___ : h	___/___/___ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Diretoria Legislativa

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Prof. Walter Thaumaturgo, 208
CEP 12.030-040 - Tel.: (12) 3625-9500

CIDADE / *LOCALITÉ*

BRASIL
BRESIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

□□□□□-□□□

Identificador: 3100340035003200360003A00540052004100 Conferência em http://www.splonline.com.br/camarataubate/autenticidade.